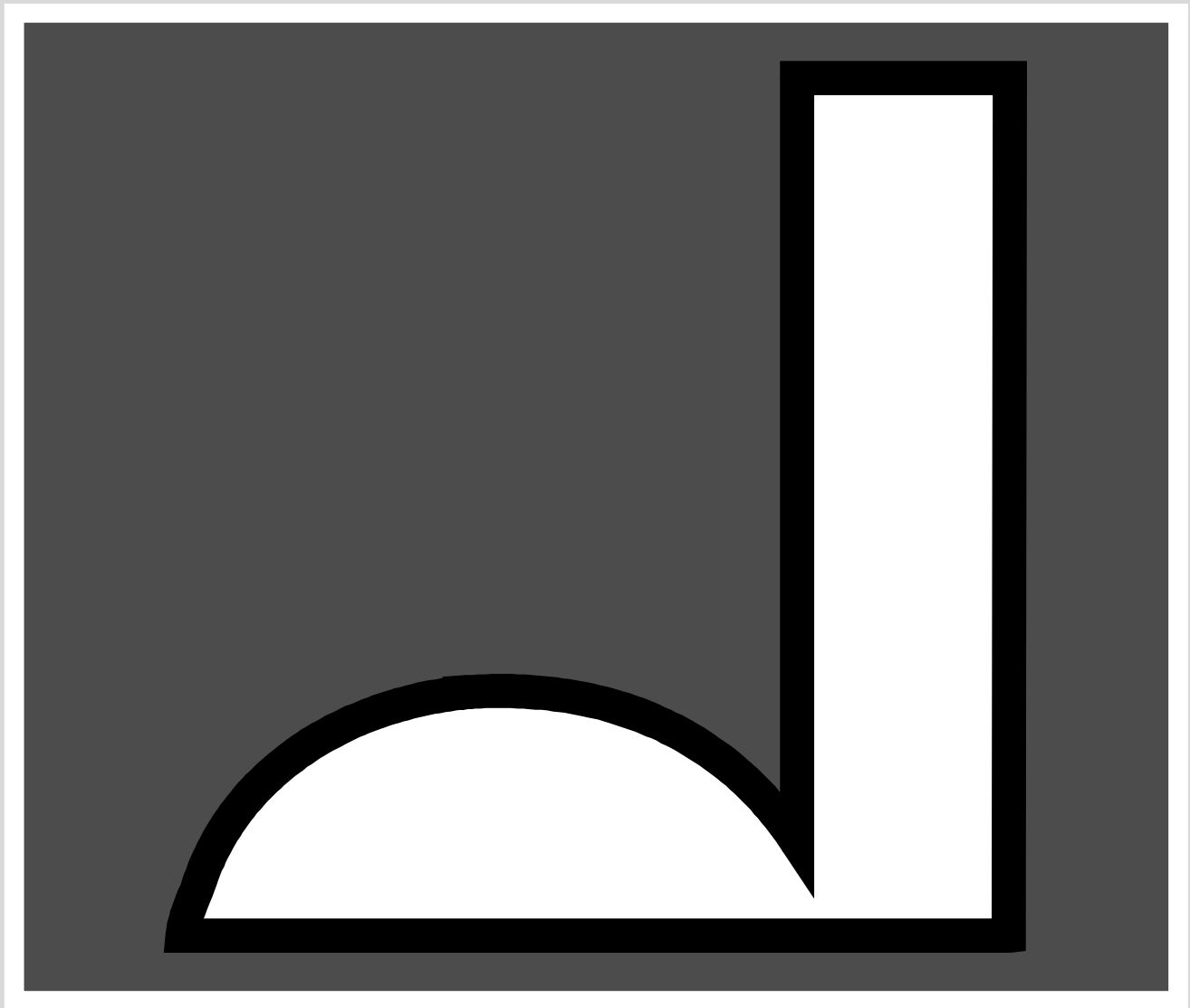




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

VOLUME II

ANO LXII - SUP. AO Nº 017 - QUINTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES		
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos		
27ª Reunião ordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00005	
28ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00020	
29ª Reunião ordinária, realizada em 28 de novembro de 2006.....	00023	
30ª Reunião ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2006.....	00035	
31ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00055	
32ª Reunião ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2006.....	00081	
33ª Reunião ordinária, realizada em 19 de dezembro de 2006.....	00108	
35ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	00118	
1ª Reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 7 de novembro de 2006.....	00144	
2ª Reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00158	
3ª Reunião extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 20 de dezembro de 2006	00175	
1.2 – Comissão de Assuntos Sociais		
31ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00178	
32ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2006.....	00184	
33ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00198	
34ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	00215	
35ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00216	
36ª Reunião extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2006.....	00241	
37ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	00262	
3ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, realizada em 30 de novembro de 2006.....		00269
4ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, realizada em 21 de novembro de 2006.....		00302
5ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, realizada em 21 de novembro de 2006.....		00326
2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 28 de novembro de 2006		00382
1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle		
4ª Reunião ordinária, realizada em 11 de abril de 2006.....		00407
9ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2006.....		00414
12ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2006.....		00439
13ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....		00463
14ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....		00533
15ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2006.....		00536
1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa		
18ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de julho de 2006.....		00558
19ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de julho de 2006.....		00588
20ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2006.....		00590
21ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006		00645
22ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2006.....		00653
23ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....		00668
24ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....		00724

25ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2006.....	00726	19ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2006.....	01035
26ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00729	20ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2006.....	01036
27ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00733	21ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	01053
28ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00735	22ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	01059
1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional		23ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2006.....	01072
17ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de junho de 2006.....	00737	1.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	
18ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de julho de 2006.....	00751	1ª Reunião ordinária, realizada em 25 de abril de 2006.....	01086
19ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de julho de 2006.....	00756	2ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de maio de 2006.....	01134
22ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2006.....	00763	3ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de maio de 2006.....	01159
23ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2006.....	00769	4ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006.....	01163
24ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00787	5ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de maio de 2006.....	01193
25ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00857	6ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	01199
26ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	00862	7ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	01203
27ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	00878	1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
28ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00881	11ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2006.....	01210
29ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2006.....	00888	12ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2006.....	01220
1ª Reunião ordinária da Subcomissão Permanente para modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, realizada em 6 de junho de 2006.....	00889	13ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2006.....	01226
1.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura		14ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2006.....	01232
1ª Reunião extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2006.....	00892	15ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	01237
2ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2006.....	00897	1.9 – Comissão externa criada pelo Ato nº 349, de 2005, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima	
3ª Reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2006.....	00910	1ª Reunião (Instalação), realizada em 27 de abril de 2005.....	01243
14ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de julho de 2006.....	00942	Relatório da visita “ <i>in loco</i> ” ao Estado de Roraima, realizada nos dias 30 de abril, 1º e 2 de maio de 2005.....	01244
15ª Reunião extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2006.....	00948	2ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2005.....	01288
16ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2006.....	00949	3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2005.....	01301
17ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00957		
18ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2006.....	01027		

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 22ª reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 08 de novembro de 2006, quarta-feira, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e seis minutos do dia oito de novembro de dois mil e seis, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras Fátima Cleide e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Marcelo Crivella, Demóstenes Torres, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp e Geovani Borges. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item nº 01 – Requerimento nº 26, de 2006, de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão. Autor: Senador Flávio Arns. Resultado: Aprovado; Item nº 2 – Petição (SF) nº 09, de 2006, que “Relata situação da carceragem da Polícia Federal – SR/DPF/CE, no Estado do Ceará”. Autor: Procuradoria da República no Estado do Ceará. Relator: Senador Demóstenes Torres, lido “ad hoc” pelo Senador Flávio Arns, com voto pela aprovação da Petição na forma do Requerimento nº 29 – CDH de 2006, de Audiência Pública. Resultado: Aprovado; Item nº 3 – Sugestão nº 03, de 2006, que “Sugere realização de referendo para que o povo escolha a continuidade do voto obrigatório ou a implantação do voto facultativo em todo Território Nacional”. Autor: Elo Social Brasil. Relator: Senador Paulo Paim, lido “ad hoc” pelo Senador Flávio Arns, com voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado; Item nº 4 – Sugestão nº 20, de 2005, “Sugestões que visam a criação do Cadastro Nacional de Pessoa Física”. Autora: Associação Comunitária de Chonin de Cima – ACOCCL. Relatora: Senadora Fátima Cleide, com voto pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado; Item nº 5 – PLS – complementar – nº 204, de 2006, “Torna obrigatória a expedição em braile de documento de arrecadação de receita tributário”. Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do projeto. Resultado: Concedido Vista a Senadora

Fátima Cleide; Item nº 6 – PLS – Complementar -nº 90, de 2003, “Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. Autor: Senador Paulo Octávio. Relatora: Senadora Fátima Cleide, com voto concluindo pela transformação do PLS – Complementar em PLS – Ordinário, na forma do Substitutivo que apresenta. O Senador Flávio Arns, solicita à relatora Senadora Fátima Cleide, que altere a expressão “Pessoa portadora de deficiência visual” para “Pessoa com deficiência visual”. Resultado: Aprovado; Item nº 9 – Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2003 – Terminativo – que “Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda, nos programas oficiais de produção de moradia”, Autora: Senadora Ires de Araújo. O relator, Senador Leomar Quintanilha, solicita um debate devido a urgência do assunto. Durante o debate o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, sugere aos demais membros presentes, que em nome da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Juiz, Dr. Roberto Luiz Luce Demo, da 14ª vara da Justiça Federal, manifestando estranheza com relação a liminar concedida às empresas de transporte, contrariando acordo anteriormente acertado entre o Executivo e empresários do ramo, e também, ferindo o art. 40 do “Estatuto do Idoso”. Sugestão acatada pelos demais membros. A deliberação dos demais itens da pauta são adiados. Em ato contínuo inicia-se a deliberação da Extrapauta: Item nº 1 – Requerimento nº 27, de 2006, de aditamento ao Requerimento nº 25 de 2006 – CDH, aprovado em 05/10/2006, que altera a data da realização da Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjuntamente com a Subcomissão Permanente Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para o dia 23/11/2006. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado; Item nº 2 – Requerimento nº 28, de 2006 – CDH, de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o PLS nº 181, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, que destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”, com os seguintes convidados: Presidente da Fiesp – Paulo Skaf; Presidente da Confederação Nacional da Indústria – Antonio de Queiroz Monteiro Neto; Presidente da Confederação Nacional do Comércio – Antonio José Domingues de Oliveira Santos; Presidente da Fersol – Michael Haradom. Autor: Senador Paulo Paim, Resultado: Aprovado; Item nº 3 Sugestão nº 02, de 2006, que “sugere a elaboração de texto normativo para acrescentar o inciso 4º ao Art. 180 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que criou

o Estatuto da Criança e do Adolescente”, Autor: Elo Social Brasil. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Lido “ad hoc” pela Senadora Fátima Cleide, com voto pelo arquivamento. Resultado: Concedido Vista ao Senador Leomar Quintanilha; Item nº 4, Requerimento nº 30, de 2006, de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem a pretensão de “tratar das melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias e Afins”. Convidados: Ministro do Trabalho; Ministro do Desenvolvimento Nacional da Indústria e Comércio Exterior; Presidente da Confederação Nacional de Indústria; Presidente da Entidade representante das usinas de São Paulo; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação; Representante do Comitê Executivo dos Trabalhadores nas Usinas de Açúcar; e outros mais de escolha desta Presidência. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fizeram uso da palavra a Senhora Senadora Fátima Cleide e os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Flávio Arns e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Valter Simões dos Santos, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, havendo quorum, graças a assinatura dos Senadores que estão hoje espalhados em diversos... Eu mesmo estou em três ao mesmo tempo, sem falar as outras coisas relacionadas ao orçamento. Eu dou por aberto e vamos tentar aprovar ou não aquilo que não for terminativo, porque aí exige quorum com presença. Eu ponho em votação, primeiro um Requerimento do Senador Flávio Arns. Não só porque ele está presente, mas também porque eu considero muito importante. Requerimento nº 26, de Audiência Pública no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela do chamado, alguns dizem Dekasseguis, outros Dekasseguis, eu chamo Dekasseguis, é assim que diz, Flávio? Ou o acento é no U, como eu já vi?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu acostumo falar Dekasseguis.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Dekasseguis, os Dekasseguis.

Os brasileiros descendentes que vão trabalhar no Japão, eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns para fazer a defesa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu recebi um apelo, na verdade, da comunidade japonesa explicando o problema, os problemas pelos quais as famílias vêm passando com a ida dos chefes de família para o Japão e muitas vezes, não em todos os casos, naturalmente, mas com uma frequência, assim, bastante alta, lá permanecendo e deixando a família aqui no Brasil sem o apoio, sem o salário, sem o que é necessário para se ter uma vida digna. E nesse sentido, ainda há necessidade de se aprimorá-los, pelo que a gente pode deduzir os mecanismos de Brasil e Japão no sentido de interpelações judiciais para a regularização dessas situações que afligem tantas famílias brasileiras.

Então, eu penso que nada mais justo do que fazer esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos, chamando representantes dessa área, chamando também o Governo Federal através do Ministério das Relações Exteriores e através desse debate achar algum tipo de encaminhamento que possa ser dado para assim amenizar e regularizar essa situação, como eu já disse, que envolve tantas famílias brasileiras.

Então, essa é a motivação para esse Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – *(interrupção no áudio)* Não está segurando aqui. Não havendo nenhum outro Senador que queira debater o assunto, eu ponho em votação e está aprovado o Requerimento que eu felicito ao Senador e vamos tentar fazer ainda esse ano, vamos ver se conseguimos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Seria muito importante Senhor Presidente, se V.Ex^a me permite que acontecesse neste ano ainda para, inclusive, se dar uma resposta para essa preocupação. Mas eu só quero também, além de tudo, primeira oportunidade que eu tenho nessa Comissão de felicitar V.Ex^a pela campanha a Presidência da República, pelo alto nível, pela discussão, pela discussão de idéias, é o momento eu digo, de sementeira de idéias, de iniciativas e V.Ex^a debateu com a Sociedade Brasileira pontos fundamentais, entre os quais, eu compartilho com V.Ex^a o instrumento da educação, educação de qualidade para todos, desde a educação infantil e se a gente fizer isso, a gente tem, em pouco tempo teremos um País diferente e melhor. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado e eu o felicito

também pela sua campanha no Paraná. E quero dizer que sempre que eu falo em educação, eu não deixo de lembrar, graças sobre toda sua preocupação constante, o problema daqueles que são portadores de deficiência físicas e mentais, aqueles que precisam de um atendimento especial, sem isso a gente não vai ter uma boa educação. Enquanto houver excluídos não tem boa educação. Eu ponho em discussão agora o projeto do Senador Valdir Raupp, o Senador Paim está presidindo a Comissão ao lado, é o Relator, não pode. Eu vou colocar em votação agora uma proposta do próprio, (inaudível), eu vou pedir para ler. O Senador Flávio Arns, solicito que leia a sugestão nº 3, enquanto se procura, eu vou lendo aqui, que é de uma entidade chamada Elo Brasil Social que sugere a realização de referendo para que o povo escolha a continuidade do voto obrigatório ou a implantação do voto facultativo em todo o território nacional. Eu quero dizer que eu, pessoalmente, tenho uma posição muito contrária da maioria, sobretudo, daqueles do bloco que nos apóiam, mas eu sou defensor do voto obrigatório. Eu acho que faz parte o voto obrigatório, porque votar não é apenas um direito, é uma obrigação também, é uma responsabilidade participar também. Mas eu acho que esse assunto tem que ser debatido e fique favorável. Só fico em dúvida se no plebiscito o voto vai ser obrigatório ou não. Pronto, Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. Eu só quero dizer que eu compartilho do mesmo ponto de V.Ex^a, eu acho que é um direito e um dever também. Mas em qualquer forma, o relatório considera-se sobre a apreciação e sugestão nº 3 de 2006 de autoria do Instituto Ponto de Equilíbrio Elo Social Brasil, instituição social sem fins lucrativos, com sede no Município de São Paulo para realização de referendo sobre a continuidade do voto obrigatório ou a implantação do voto facultativo em todo o território nacional. Na justificção, os autores apontam o caráter assistencialista que as campanhas eleitorais assumem no Brasil e ponderam que a adoção do voto facultativo retiraria do pleito os eleitores menos esclarecidos, permitindo assim uma campanha com maior conteúdo programático e menos frequência de promessas de benefícios. Análise, conforme dispõe o Regimento Interno do Senado Federal no art. 102 letra E, inciso I, compete a Comissão de Legislação Participativa opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional. O primeiro § do mesmo art., por sua vez, estabelece que o parecer favorável dessa Comissão implica a transformação da sugestão em proposição legislativa de sua autoria e de seu en-

caminhamento a Mesa para tramitação normal. É necessário registrar em primeiro lugar que a autoria da sugestão atende o dispositivo regimental, trata-se do Instituto Ponto de Equilíbrio Elo Social Brasil, sediada no Município de São Paulo. Acompanham o texto da sugestão, cópias do estatuto social da entidade, data da assembléia geral extraordinária que elegeu a sua atual diretoria. Finalmente a sugestão foi encaminhada por correspondência assinada pelo Presidente do instituto que tem poderes para representá-la. No que se refere à primeira parte da sugestão, a realização de referendo, cabe assinalar que conforme disposição na lei nº 9709 de 98, referendo é consulta popular posterior à aprovação do ato legislativo, objeto dessa consulta. Infere-se portanto que a sugestão aponta para a tramitação de um Projeto de Lei com o objetivo de tornar o voto facultativo, em caso de sua aprovação, submetê-lo a referendo. A respeito do mérito da matéria, adoção do voto facultativo, duas observações são necessárias, em primeiro lugar, a obrigatoriedade do voto exigida pelo § 1 do art. 14 da Constituição Federal. A adoção do voto facultativo supõe, por conseguinte, uma alteração no texto constitucional, o formato adequado da sugestão, seria, portanto, o de uma proposta de Emenda a Constituição. Em segundo lugar o acolhimento de sugestões de origem externa nos termos do Regimento e seu endosso por parte dessa Comissão, constituem mecanismos de abertura do processo legislativos para temas que, embora relevantes, não tenham sido objeto de iniciativa de Parlamentares ou comissões. Não há sentido, nessa perspectiva, em aprovar sugestões que, embora, versem sobre matéria de importância, venham a sobrepor-se a proposições de conteúdo similar já em tramitação no Congresso Nacional. Este é o caso da sugestão sob exame. Ao menos três propostas de Emenda a Constituição com o objetivo de instituir o voto facultativo tramitam no Senado Federal. No aguardo de manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, são elas: a PEC nº 31 de 99 de autoria do Senador Carlos Patrocínio e outros senadores, a PEC nº 14 de 2003, cujo primeiro signatário é o Senador Álvaro Dias e a PEC nº 39 de 2004 de autoria do Senador Sérgio Cabral e outros senadores. Neste caso, não cabe dúvida de que o Congresso Nacional terá a oportunidade de manifestar-se sobre a questão. A aprovação da sugestão representaria, portanto, sobrecarga desnecessária dos trabalhos legislativos. Voto, pelas razões apresentadas, voto pelo arquivamento da sugestão nº 3 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senadora Fátima, quer fazer algum comentário? Eu, embora na Mesa a gente tinha que passar para outra presidência, o Vice-Presiden-

te não está, vou quebrar um pouco o protocolo e dar uma opinião. Primeiro, eu, em geral, em geral não. Eu não gosto de ser contra o plebiscito, plebiscito quanto mais, melhor. Mas entenda a proposta de sobrecarga que seria que o Relator traz. Mas eu não posso deixar de manifestar a preocupação com o argumento que se usa para o plebiscito com a finalidade de o voto ficar facultativo. A idéia de que existe uma parcela do eleitorado que não é esclarecida, creio que foi esse adjetivo, a mim me incomoda muito. Eu acho que o eleitor, ele é esclarecido, ele pode ter uma visão de curto ou de longo prazo, ele pode ter necessidades imediatas para serem resolvidas e aí vota em quem traz essas soluções ou não. Além disso, se existem pessoas não esclarecidas, a solução não é adaptar o processo eleitoral a falta de esclarecimento, a solução é dar esclarecimento para que todos estejam em condições, se é que não estão, eu defendo que estão, não aceito isso de que a gente perde eleição porque uma parte do eleitorado é não esclarecida, mas se for, a solução é dar esclarecimento a todos. Eu acho que o caminho desse esclarecimento, é uma boa educação pública para todos.

Então, ponho em votação o arquivo a proposta do Relator de arquivamentos. Os que forem contra, se manifestem.

Então, todos estão favoráveis ao arquivamento do projeto.

Então, trago agora a votação o projeto cuja Relatora é a Senadora Fátima Cleide. Sugestões que visam à criação do cadastro nacional de pessoa física, é uma proposta feita pela Associação Comunitária de Chonin de Cima, Senadora Fátima, por favor.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – A associação comunitária de Chonin de Cima, sediada no Município de Governador Valadares encaminha a esta Casa, sugestão de Projeto de Lei que dispõe sobre o cadastro nacional da pessoa física. A proponente atenta na justificação para necessidades de se criar documento de identificação nacional mais moderno e eficaz, para tanto, a minuta vazada em 13 artigos prevê a criação do cadastro nacional de pessoa física em seu art. 5º, aproveitando-se o atual número do cadastro da pessoa física de cada indivíduo para a expedição de uma carteira federal de identidade que substituiria as cédulas de identidade emitidas pelos órgãos estaduais. Nos termos propostos o novo documento de identidade teria emissão mais rápida, com fotografia digital tirada quando da solicitação ao órgão federal competente. Art. 7º, ademais as impressões digitais seriam colhidas por mecanismo eletrônico, com arquivamento da imagem em Banco de dados. A minuta estabelece ainda normas sobre: as características físicas do documento de

identidade, a cobrança ao requerente de taxa no valor de 4% do salário mínimo para custear as despesas de emissão do documento, diversas atribuições para os órgãos do Poder Executivo Federal, como os Ministérios da Fazenda e da Justiça. Da análise, em que pesem os bons propósitos que animam a entidade autora da sugestão, não vemos como possa ser convertida em Projeto de Lei pelas razões que indicamos a seguir. Em primeiro lugar, cumpre registrar que a legislação já prevê a implantação de número único de registro civil de identidade, com efeito, são o que dispõe a lei nº 9454 de 1997, a nosso ver, portanto, o arcabouço legal que permitiria a implantação das mudanças sugeridas já existe, mesmo porque as questões operacionais podem ser tratadas, e é aconselhável que o sejam, no âmbito do regulamento. Ademais isso, Projeto de Lei originado no parlamento com teor constante da minuta a qual estabelece atribuições para órgãos do Poder Executivo incorreria em vício de inconstitucionalidade formal, uma vez que compete privativamente ao Presidente da República dispor mediante Decreto sobre a organização e o funcionamento da administração federal quando não aplicar aumento de despesa, art. 84 da Constituição Federal. E iniciar o projeto legislativo de leis que criem ou extingam órgãos da Administração Pública federal, art. 61, inciso I, 2 da Constituição Federal. Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de considerar inconstitucionais leis de origem Parlamentar que regulem o funcionamento da Administração Pública ou confirmem competências a órgãos do Poder Executivo. Por derradeiro, impende registrar que a vinculação da taxa para expedição do documento ao valor do salário mínimo traduz-se em previsão inconstitucional por ofensa ao art. 7º da lei maior, como também já decidiu o Eucécio Pretório(F), conforme ADIN número 1568. Em virtude desses óbices de natureza constitucional, bem assim por existir legislação que determina a implantação do número único de registro civil de identidade, como preconizado pela sugestão hora examinada, vemo-nos impedidos de acolher a proposta. Ante o exposto, opinamos pelo arquivamento da sugestão nº 20 de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu ponho em discussão o relatório. Não havendo ninguém que queira debater, ponha em votação. Quem estiver de acordo com o relatório da Senadora Fátima Cleide, quem tiver contrário, se manifeste. Está aprovado. Ponho em votação outro projeto, cuja Relatora é a Senadora Fátima Cleide, um projeto do Senador Paulo Otávio que dispõe sobre a confecção das cédulas de papel moedas em dimensões diferenciadas para permitir a sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2003, complementar, de iniciativa do Senador Paulo Otávio dispõe sobre a confecção de cédulas de papel moeda em dimensões diferenciadas para permitir a sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual. Seu art. 1º determina que as cédulas utilizadas como meio circulante terão dimensões claramente diferenciadas e conterão marcas ou signos que possibilitem a sua identificação tátil por pessoas portadoras de deficiência visual. Por sua vez, o art. 2º trata da vigência da lei. Entre os argumentos apresentados pelo autor da iniciativa para justificá-la, encontra-se o fato de que segundo o censo demográfico de 2000, mais de 24 milhões de pessoas se declararam portadoras de algum tipo de deficiência. Dessas, mais de 16 milhões afirmaram que possuem dificuldade permanente para enxergar. Atualmente, não existe dispositivo legal que obrigue o emissor a incluir nas cédulas dispositivo que permita aos deficientes visual distinguir o valor das cédulas, proporcionando maior proteção em suas operações comerciais e financeiras. No entanto, ainda que a adoção tamanhos diferenciados nas cédulas possa configurar medidas satisfatória e viável na atualidade, tendo sido inclusive adotada por outros países, a sua obrigatoriedade em lei pode vir a resultar em uma solução pouco adequada no futuro, acarretando dificuldades indesejáveis no gerenciamento do meio circulante nacional. Tal entendimento se justifica devido a algumas observações importantes. Em primeiro lugar, a evolução tecnológica na área da produção de cédulas pode vir a tornar disponíveis alternativas mais eficientes para a sua diferenciação que, hoje, ainda se mostram pouco viáveis técnica e economicamente, como por exemplo, relevos mais expressivos e possibilidade de detecção de pigmentos especiais por dispositivos sonoros. A obrigatoriedade legal da manutenção de tamanhos diferenciados que implica maiores custos de fabricação e processamento poderá restringir a capacidade de adoção de uma solução mais apropriada no futuro. Em segundo lugar a adoção de tamanhos diferenciados isoladamente não assegura o perfeito reconhecimento das cédulas. Se contássemos exclusivamente com esse recurso, os deficientes visuais poderiam encontrar-se expostos a falsificações grosseiras que apenas imitassem com alguma fidelidade as dimensões de cada denominação. Assim, é necessário dispor de um leque de mecanismos incluindo as já adotadas características táteis e outras que possam surgir, que de forma conjunta garantam o reconhecimento e a diferenciação por parte dos portadores de deficiência visual. Em terceiro lugar, cabe observar que, caso durante o período inflacionário ocorrido nos anos 80 e 90, houvesse lei

especificando a obrigatoriedade de tamanhos diferenciados nas cédulas, a necessidade de lançamento de sucessivas denominações teria levado a confecção de cédulas de dimensões cada vez maiores, isso teria acarretado custo de produção muito alta e dificuldades de processamento nos equipamentos automatizados da rede bancária. Além de problemas de portabilidade e manuseio pela população. Ainda sim, reconhecendo que é dever do Congresso Nacional zelar para que os portadores de deficiência visual tenham assegurado o direito ao pleno exercício da sua cidadania, proponho a alterar a redação do PLS 90/03 complementar de modo a garantir a inclusão nas cédulas de mecanismo que possibilite a sua identificação por deficientes visuais, sem no entanto, restringir a solução do problema à diferenciação de tamanhos. Não cabem restrições à constitucionalidade e juridicidade do PLS 90/03 complementar. O projeto respeita em especial o requisito de constitucionalidade de iniciativa, tendo em vista que, em conformidade com as disposições do art. 61 da Constituição Federal, cabe a qualquer membro do Senado Federal, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, sendo de se observar também que a matéria não se inclui na área de competência privada do Presidente da República, de que trata o inciso I do mesmo artigo. O projeto atende ainda as exigências da boa técnica legislativa, além de não incluir em seu texto matéria diversa ao tema expresso em sua Ementa. É correto, todavia, transformar o PLS 90/03 em Projeto de Lei ordinária, tendo em vista que a Constituição Federal atribui a União no art. 21, inciso 7, a competência de emitir moeda, dessa forma, remete a matéria para legislação ordinária ao definir no inciso 14 do art. 48 que cabe ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República dispor sobre moeda, seus limites de emissão e montante da Dívida Mobiliária Federal. Cumpre também observar que o art. 163 da Constituição Federal que traça normas gerais de finanças públicas não inclui entre os temas a serem regulados por Lei Complementar a especificação de características a serem observadas quando da emissão da moeda nacional. Com base no exposto, o voto é pela transformação desse Projeto de Lei complementar em Projeto de Lei ordinária com o substitutivo a seguir apresentado. Projeto de Lei do Senado dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão nas cédulas brasileiras de elemento que permita a sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual. O Congresso Nacional decreta, art. 1º, as cédulas utilizadas como meio circulante deverão conter elemento que possibilite a sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual. § único, deve o órgão emissor acompanhar os avanços tecnológicos dos mecanismos que facilitem o

reconhecimento e diferenciação das cédulas por portadores de deficiência visual, propondo os aprimoramentos que se mostrarem técnica e economicamente viáveis. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu abro a discussão, Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Fátima Cleide pelo relatório, o substitutivo que ela apresenta é um substitutivo adequado, a argumentação toda é muito correta também, tamanhos diferentes criariam muitas dificuldades a exemplo do que foi colocado no relatório e a tecnologia, hoje em dia permite criar-se outros mecanismos para que as pessoas com deficiência visual possam também pelo manuseio do dinheiro, dos recursos do nosso País serem incluídos. O grande objetivo, tanto quanto possível, criarmos mecanismos, caminhos para que todas as pessoas sejam incluídas socialmente. E manusear o dinheiro, ter essa segurança, é sem dúvida um sinal de inclusão social, o duro é ter o dinheiro, mas manusear o dinheiro também é uma coisa fundamental. Eu só faria, então eu quero parabenizar a Senadora pelo relatório, pelo substitutivo, concordo amplamente com ele, faria só uma observação. A Constituição Federal usa expressão pessoa portadora de deficiência, a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação usa a expressão pessoa com necessidades especiais.

Então, vamos dizer, existe o debate sobre isso. Mas o CONAD que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência onde todas as áreas de deficiência estão presentes, o governo, inclusive, também para discutir as necessidades da área, eles adotaram a expressão, as próprias pessoas adotaram a expressão, que ele preferem ver utilizada nos projetos de lei, nas leis daqui para frente que é a expressão pessoa com deficiência.

Então, porque portador, de fato, ele é portador, portador, de alguma coisa, então fica uma situação um pouco difícil.

Então, há um consenso no sentido de utilização.

Então, eu sugeriria a V.Ex^a que, na Ementa do Projeto de Lei, assim como no art. 1º e no §, se V.Ex^a concordar, é só uma coisa redação, substituir a expressão pessoa portadora de deficiência visual pela expressão pessoa com deficiência visual. Mas, quero parabenizar, está ótimo e eu acho que é um avanço também importante para esta parcela significativa, 24 milhões de brasileiros, pessoas com deficiência visual, se bem que possa, de alguma forma, também discutir esses dados do IBGE, mas são algumas centenas de

milhares com deficiência visual que pode ser resíduo visual, cegueira que seria objeto, pessoas com cegueira, deficiência visual, cegueira, mas são algumas centenas milhares de pessoas em nosso País. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço, antes de fazer um comentário, eu quero dizer a única que continuou porque os outros saíram que nós tivemos aqui a visita dos jovens que fazem parte do Parlamento Jovem que é uma instituição, uma maneira que a Câmara encontrou para que os jovens participem da vida pública. E eu fico muito feliz de recebê-los, quero dizer que aqui é a Comissão de Direitos Humanos que cuida, não só de todos os assuntos de direitos humanos, mas também da participação, da cidadania. Cada vez que vem um Projeto de Lei que a constituição prevê de origem da população, a partir de abaixo assinados passa por aqui. E aqui nós temos o Senador Paim que é nobre representante do Rio Grande do Sul, o Senador Flávio Arns do Paraná, a Senadora Fátima Cleide de Rondônia e foi um prazer recebê-los aqui. Eu quero dar uma opinião sobre o Relatório da Senadora Fátima Cleide, a minha posição pessoal. Quando eu vi o Projeto de Lei, eu disse, como é que ninguém pensou nisso antes. Eu achei que era um projeto perfeito, mas o seu relatório me chamou a atenção de que há nuances que eu não tinha percebido e creio que da maneira como ficou é bem mais criativo, bem mais positivo para aqueles que têm deficiências visuais.

Então, eu pessoalmente fico satisfeito com o parecer e vou comunicar até pessoalmente ao Senador Paulo Otávio que eu creio que essa é a solução e espero que ele compreenda perfeitamente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu agradeço as suas palavras, Sr. Presidente, do Senador Flávio Arns e quero aqui registrar também a minha satisfação em relatar projeto dessa natureza, dizer ao Senador Flávio Arns que tenho total concordância com a sugestão que ele deu de adequar o termo ao que o Conselho Nacional hoje utiliza que é um consenso e também de parabenizar ao Senador Paulo Otávio pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O próximo, o Relator é o Senador Paulo Paim. Mas temos também o para o Senador. Tem o Senador Relator é o Demóstenes, eu posso pedir ao Senador Flávio Arns que seja Relator ad hoc, é a petição nº 9, relata a situação da carceragem da Polícia Federal no Estado do Ceará. O Senador Flávio Arns já tem nas mãos o relatório. É o item nº 2.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Encontre-se sobre exame a petição nº 9/2006 da Procuradoria da República do Estado do Ceará que trata de ofício

encaminhado ao Sr. Presidente do Senado Federal pela Procuradoria da República no Estado do Ceará relatando a caótica situação da carceragem da Polícia Federal naquele Estado. Junto ao ofício veio cópia do relatório da inspeção bimestral ordinária realizada por Procuradores Regionais da República. Segundo a procuradoria, o ofício tem por objetivo cientificar o Presidente do Congresso Nacional quanto à situação dos detentos para eventual solução do problema dentro das possibilidades administrativas. O relatório que acompanha o ofício menciona visita feita pelos Procuradores, nas dependências da carceragem, onde constataram grandes dificuldades para a melhoria das condições, sobretudo por falta de destinação de verbas e falta de vagas para remoção dos presos custodiados. Os autores ressaltam que a carceragem fica no subsolo e se compõem de onze celas, duas das quais especiais destinados a presos estrangeiros que aguardam deportação. Todas as celas foram projetadas para acomodar dois presos, mas abrigam cinco ou seis em condições desumanas, sendo que dois presos asmáticos tiveram pioradas as suas condições de saúde por falta de ventilação adequada das celas e por excessiva umidade nos locais. Após descrever vários problemas nas diversas celas, como, por exemplo, número insuficiente de colchões e paredes com infiltração, os autores concluem que qualquer medida que venha a ser tomada será meramente epidérmica, uma ação civil pública contra a união ou um processo criminal seria mais uma promessa inócua. Portanto, entende que a decisão deveria ser política, motivo pelo qual resolveram enviar cópia de documento ao Presidente dessa Casa no anseio de uma sensibilização quanto ao problema. Análise, a Constituição Federal no inciso 4º, do § 2º, art. 58 confere as comissões do Congresso Nacional à função de receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas. O Regimento Interno do Senado Federal repete os termos do preceito Magno no caput do art. 96 e descreve, nos seus parágrafos os ritos a serem seguidos quando o órgão receber os expedientes referidos. Assim o Relator designado para apreciar o expediente recebido deverá apresentar o seu relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas pela Comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público. O relatório a ser discutido e votado pela Comissão deverá concluir para o projeto de resolução se contiver providência a ser tomada por outra instância que não a da própria Comissão. O problema descrito pela petição, embora relate uma situação em contexto determinado, local, na verdade, é de âmbito nacional, tem-se notícia de que na maioria dos cárceres brasileiros as condições

são precárias e desumanas, o que demanda urgentemente soluções amplas e eficazes. O inciso II, do § 2º do citado preceito constitucional confere também as comissões, a faculdade de realizar Audiência Pública com entidades da sociedade civil, entre outras deliberações que podem ser tomadas no cumprimento de suas tarefas. No nosso entendimento, a essa incumbência é o que melhor atende ao reclame contido na petição. Como já explanado pela justificação enviada no documento, processo criminal e ação civil pública representariam mais uma promessa do que solução. O art. 90 do Regimento repete os termos contidos no citado preceito Magno e o art. 93 dispõe que a Audiência Pública será realizada pela Comissão para instruir matéria sobre a sua apreciação e tratar de assunto de interesse público relevante. Assim, creio oportuno concluir o parecer com sugestão para a realização de audiência com vistas a tratar do assunto em questão, mediante a convocação das seguintes entidades e autoridades: Polícia Federal, DEPEM, secretários de segurança dos estados, secretários de administração penitenciária dos estados, Ministério Público, Federal e Estadual, diretores de penitenciárias e representantes, entidades da sociedade civil ligadas ao setor. Penso que até mesmo o Ministro de Estado da justiça poderia ser convidado para o debate que objetivaria colher subsídios a serem levados ao Poder Executivo para as providências cabíveis. A ampla convocação aqui sugerida se justifica pela necessidade de que a audiência debata o grave assunto da carceragem em todo o País, de forma ampla, não se atente apenas ao problema existente no Estado do Ceará que é só um exemplo do que ocorre em todo o Brasil. Voto, Ante o exposto, com base no § primeiro do art. 96 do Regimento Interno do Senado, sugiro que essa Comissão realize Audiência Pública para debater o assunto e indicar as providências cabíveis, convocando as seguintes entidades e autoridades: Ministro da Justiça, Diretores da Polícia Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, Secretários de Segurança Pública dos Estados, Secretários de Administração Penitenciária dos Estados, Membros dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Representantes de entidades da sociedade civil ligadas ao setor. Este é o voto, Sr. Presidente, e acompanha, então, o Requerimento para que este voto possa ser votado através já da apresentação do Requerimento para essa finalidade. Só quero dizer, Sr. Presidente, que concordo amplamente com a orientação do Senador Demóstenes Torres, esse é um problema dos mais graves em nosso País, as carceragens se transformaram muitas vezes, seja as carceragens nas delegacias de polícia ou nas próprias penitenciárias em escolas de criminalidade, infelizmente

te, pós-graduação em criminalidade. Não só eu diria, em termos dos adultos, mas também dos adolescentes em conflito com a lei.

Então, isto merece, sem dúvida alguma, um debate por parte dessa Comissão que trata dos direitos humanos para que se ache soluções em função da omissão dos poderes públicos quanto a esta situação dramática. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ponho o assunto em discussão. Não havendo nenhum Senador que queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Eu aproveito para cumprir um ritual que não cumpri da outra vez, como todos se manifestaram a favor do Relatório da Senadora Fátima Cleide, eu esqueci de por em votação o Projeto de Lei -Complementar nº 90 – de 2003.

Então, eu ponho em votação agora o Relatório e os que tiveram a favor não se manifeste. Está aprovado. Agora, o Projeto de Lei do Senado é o item nº 5. Autor é o Senador Valdir Raupp, o Relator é o Senador Paulo Paim que torna obrigatória a expedição em braile de documento e arrecadação de receita tributária. Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Claro, ou ter... Ter, ou pelo menos, dar um resumo e a posição. Qual é a indicação de voto do Relator, item 5?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É bem curtiinho, Sr. Presidente, então eu passo a leitura do relatório que é somente uma folha. Relatório, o Senador Valdir Raupp apresentou Projeto de Lei do Senado nº 204/2006 complementar pelo qual propõe alterar a lei 5172 de 5 de outubro de 1966, para obrigar a Fazenda Pública a expedir documentos de arrecadação de receitas tributárias em braile a pedido do contribuinte ou responsável tributário, portador de deficiência visual, lido em Plenário, chega a essa Comissão e direitos humanos e legislação participativa. Análise, o ilustre Parlamentar proponente justifica a iniciativa demonstrando a necessidade de facilitar a integração social do grande continuo de pessoas portadoras de deficiência visual. O projeto em questão tem por finalidade dar a essas pessoas melhores condições para o exercício da cidadania plena, por meio de um mecanismo prático para dar-lhes mais autonomia em sua vida cotidiana, qual seja a emissão de documentos de arrecadação tributária no Sistema Braile de Escrita. A proposta não padece de (inaudível) iniciativa, que tem amparo no art. 24, inciso 14 da Constituição Fe-

deral e não fere competência privativa ou reservada de outros poderes, ou antes. Também não há o que opor no ponto de vista da legalidade e da juridicidade, pois a alteração proposta mantém consonância com o ordenamento jurídico, a proposta está de acordo com os requisitos constitucionais e regimentais relativos à matéria e quanto ao mérito, o Projeto de Lei do Senado nº 204 de 2006, complementar, é merecedor de nossa aprovação pelos próprios fundamentos que o justificam. Voto, em face do exposto, o voto é sim, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 204 de 2006 complementares. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ponho o assunto em discussão. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar um pedido de vistas desse projeto até em função do outro que nós acabamos de aprovar com relação a emissão de cédulas que tenham elementos diferenciados para possibilitar as pessoas com deficiência visual, a inclusão cidadã dessas pessoas, eu gostaria de pedir vistas até para ver em que partes poderiam sobrecarregar essa questão da emissão das faturas em braile e também para dialogar com outros setores interessados que outro tipo de tecnologia a gente poderia estar também utilizando.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, se me permitir, só uma rápida consideração, a Senadora Fátima Cleide, inclusive, conversou com essa Relatoria que entendeu procedente as preocupações dela para a gente aprofundar mais o debate. Eu queria colocar apenas que tem toda a concordância desse relatório com o pedido de vista dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só entendendo também as razões porque, certamente, o Ministério da Fazenda, alguém queira aprofundar essas questões, mas só dizer que esse procedimento, eu acho tão simples porque, se a gente pode ter qualquer documento, qualquer livro e fazer a impressão, como a gente faz no computador em braile, não tem dificuldade alguma. O próprio livro, a cédula, a fatura, seja qualquer material que a gente queira é só fazer a impressora, porque nós já temos a impressora do computador em braile. E mesmo a impressora de uma maneira geral.

Então, mas eu acho importante, assim todo mundo ter a certeza do que acontece, eu acho que sem dúvida alguma, só na análise eu diria a mesma coisa, em vez de pessoa responsável portador de deficiência visual, responsável com deficiência visual, só mudar a expressão também. Mas eu acho que é bom.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Já foi acatado pelo Relator esse erro, como é que chama, politicamente correto agora que essa é a recomendação do movimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até acho, sabe, Sr. Presidente, que eu até penso que isso aqui deveria ser uma obrigação geral, até poderia, a Senadora Fátima Cleide, nisto, vendo este projeto, dizer: é obrigação de todo mundo fazer o material em braile, não só do Ministério da Fazenda, poderia dizer é a obrigação de todos. E no fundo, nem precisaria ter lei para isso, basta o bom senso e a sensibilidade de cada. Mas eu acho que o pedido de vista é para dizer: olha, vamos generalizar, então, essa exigência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Além dele, Senadora. Quer se pronunciar?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu tenho só uma questão que é regimental. O item 8 também se refere a mesma questão que é produzir faturas em braile. E eu queria saber se a gente já não pode, porque eu também quero fazer o pedido de vista que é a mesma situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nós não colocamos o 8 porque é terminativo. Mas eu quero dizer que o pedido de vista é uma prerrogativa, então não há dúvida que está concedida. Nós temos um Requerimento extra pauta, cujo autor é o Senador Paulo Paim que eu quero colocar em votação. O item 1 e o item 2. Com fundamento regimental e aditamento ao regime, requeiro que seja alterado a data da realização de um evento para 23 de novembro de 2006 bem como seja deferido a sua realização conjuntamente com a audiência da Subcomissão de assuntos sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, se me permitir essa alteração de data é mediante todo um acordo feito inclusive com aqueles que estão organizando já aqui a semana da pessoa com deficiência, que é principalmente o Senador Flávio Arns e o Senador Azeredo e com a liderança do Senador Renan Calheiros, como havia toda uma sincronia, todo um calendário, nós entendemos que essa proposta que eu havia levantado deveria ser, tem adequado a essa semana da pessoa com deficiência, por isso que nós, depois de conversar com o Senador Flávio Arns, com o Senador Azeredo e com o Senador Renan Calheiros, que propusemos que fosse feita essa adaptação para a mesma semana. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Perfeito. Algum Senador quer se pronunciar? Não havendo pronunciamento, os que tiveram a favor permaneçam como estão. Eu ponho em

discussão agora o Requerimento nº 28, também extra pauta do Senador Paulo Paim que requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 281 que cria o programa empresa cidadã destinada à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. É um projeto que visa na verdade aumentar o período de licença mediante incentivo fiscal. E ele sugere uma Audiência Pública convidando o Presidente da FIESP, o Presidente da Confederação Nacional da indústria, o Presidente da Confederação Nacional do comércio, o Presidente da FERSOL que são então, um, dois, três, quatro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, na verdade, eu estou relatando esse projeto e eu sou muito fiel, digamos, as iniciativas. Como eu digo sempre para o Flávio Arns que ali é o contrário, ele é o grande articulador do substitutivo da pessoa com deficiência, porque ele melhorou em mundo o projeto original. Eu quero fazer essa referência, ele sabe que eu estou falando a verdade, ele merece essa minha consideração. Se nós aprovarmos o estatuto da pessoa com deficiência, o mérito principal se chama, do Relator Senador Flávio Arns. Nesse caso é o inverso, nesse caso o mérito é da Senadora Patrícia Saboya Gomes que é uma estudiosa, está trabalhando nesse tema há muito tempo junto com as mulheres com a Senadora Fátima. E foi entendimento com ela, que ela pediu que eu fizesse pedido a V.Exª de mais uma Audiência Pública, inclusive com esses convidados que foram discutidos no grupo que está estudando o tema.

Então, eu encaminho a aprovação do Requerimento entendendo que essa iniciativa da Senadora Patrícia Saboya Gomes já tenha um reflexo muito positivo na sociedade e é com muito orgulho que eu sou parceiro na Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguém quer se pronunciar? Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Apenas parabenizar o guerreiro que é o Senador Paulo Paim e também a iniciativa da Senadora Patrícia Saboya. Essa questão da... A necessidade de nós debatermos e aprofundarmos com o setor produtivo essa proposta é urgente. Eu só queria que a Comissão tivesse realmente esse compromisso de realizar essa Audiência Pública o mais rápido possível porque as mulheres brasileiras anseiam pela aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu queria sugerir que nesse grupo a ser ouvido tivesse representante, primeiro, das principais pessoas interessadas, as mulheres. Segundo, alguém que perceba e seja capaz de fazer uma contabilização, Senador Paim, que é um cálculo que se

faz, que eu defendo plenamente de que o gasto com a renúncia fiscal para esse projeto é longamente compensado pelos benefícios e redução de gastos que tem, tendo as mães mais tempo com seus filhos em casa, o governo gasta muito mais dinheiro, provavelmente, compensando a ausência da mãe junto a seu filho durante algum tempo, do que dando incentivo fiscal para os empresários. Então eu não sei se vale a pena ou se concentra apenas nos empresários.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não, vale a pena sim.

(pronunciamento fora do microfone)

Eu não sei se ouviu. Já houve uma audiência, mas não sei com essa abrangência. Eu de pronto, digamos, como autor do Requerimento falando inclusive com a Senadora Fátima Cleide que já estava propondo uma entidade ligada às mulheres, nós acatamos a sua sugestão e botaríamos em votação. Daí a Fátima e a Patrícia poderiam indicar os nomes.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – A minha proposição é que a gente coloque uma entidade não-governamental como a SEFEMIA(F) ou a gente e também, não tenho lembranças se já teve Ministério de Políticas para as Mulheres, seria interessar convidar a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Já quer sugerir qual a entidade não-governamental?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – SEFEMIA(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – SEFEMIA(F). Perfeito. Ponho em votação, os que estiveram a favor permaneçam como estão. Está aprovado. Tem mais um item extra pauta que é o autor é o Elo Brasil Social. Eu vou pedir algum dos Senadores que relate que a Senadora Lúcia Vânia, Relatora, não está presente. Senadora Fátima. É o item nº 3, elaboração de texto normativo para acrescentar o inciso 4º ao art. 180 da lei federal 8069 de 13 de junho de 1990 que criou o Estatuto da Criança é do Adolescente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Trata-se da sugestão nº 2 que sugere a elaboração de texto normativo para acrescentar o inciso 4º ao art. 180 da lei 8069 de 13 de junho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Propõe-se que seja aprovada na íntegra a inclusão de novo inciso ao art. 180 do ECA com a seguinte redação: Emancipação criminal sumária para posse do delito. A justificação afirma que a criminalidade infanto-juvenil vem se alastrando nas baixas camadas da sociedade brasileira, principalmen-

te em locais onde é crescente a desigualdade social. Os menores delinquentes são induzidos.

(interrupção no áudio)

Sugere-se assim a emancipação criminal após a primeira condenação do menor de idade. Assim, se vier novamente a delinquir já terá um tratamento de maior de idade. Acrescenta-se ademais que a emancipação criminal não causaria tanto clamor público já que, ao menor ao atingir dezesseis anos de idade, é permitida a emancipação para fins de casamento. Dessa forma, emancipá-lo criminalmente só estaria evitando que ele fosse utilizado pela segunda vez pelo crime organizado, ou ainda que fizesse do crime a sua profissão. Tendo em vista que não lhe caberia mais a proteção do ECA. Convém preliminarmente em face do art. 102 e do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o ato da Comissão de legislação participativa nº 1 de 2003, discutir a admissibilidade da sugestão em análise. O referido artigo determina que compete a CLP opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por, aspas, associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional, fecha aspas. O art. 1º do citado ato nº 1 de 2003 da CLP dispõe que as sugestões encaminhadas pelas entidades acima indicadas, deverão ser feitas por escrito e vir acompanhada de documento que comprove a existência da signatária. O inciso II desse art. 1º determina ainda que o Presidente, antes da autuação poderá solicitar informações adicionais e documentos, sempre que considerar necessários e pertinentes à identificação da entidade signatária. A sugestão foi assinada pelo Dr. Jomateleno dos Santos Teixeira, designado Presidente do IPI Elo Social. O documento anexado para efetivar a comprovação da existência da signatária refere-se ao Estatuto Social, instituto Ponto de Equilíbrio, SP, não fazendo referência ao nome Elo Social, nem ao registro do CNPJ indicados no pedido. Portanto, não estão preenchidos os requisitos formais de admissibilidade. Todavia, não perderemos a oportunidade de enfrentar o mérito da sugestão, cumpre ressaltar que a sua redação apresenta equívoco de conceituação jurídica, técnica legislativa e entendimento da evolução dos princípios jurídicos que regem a Proteção Especial de Crianças e Adolescente. O termo emancipação constante da Ciência Jurídica designa ato de liberalidade paterna, liberalidade legal ou concessão judicial em virtude do qual se antecipa a maioria de uma pessoa atribuindo-lhe plena capacidade jurídica para gerir seus negócios e dispor de seus bens, de Plácido e Silva, no vocabulário jurídico. Para melhor entendimento, a expressão emancipação

criminal deveria ser substituída por imputabilidade penal, a fim de guardar coerência primeiramente com o art. 228 da Constituição Federal, que determina que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial e que corresponde ao art. 104 do estatuto da criança e do adolescente. Destaque-se ademais que o menor de dezoito anos de idade não comete crime nem contravenção penal, sendo considerada a sua conduta proibida ato infracional, sujeito a legislação tutelar específica. Devemos entender, portanto, que se propõe a determinação de imputabilidade penal dos menores de dezoito anos de idade após o cometimento do primeiro ato infracional, trata-se de sugestão que apresenta uma utopia de totalidade e perfeição da punição, mas que desconsidera a obrigação do Estado de assegurar os direitos humanos. Em especial, em relação às crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento diante da falência das instituições familiares e sociais e crise estrutural do sistema Penitenciário Brasileiro Contemporâneo. A iniciativa de discussão de imputabilidade penal mediante Projeto de Lei é considerada inconstitucional, visto que qualquer alteração da condição de inimputabilidade há que ser elaborada no plano da ordem constitucional, seja derivada ou originária, e não da lei infraconstitucional. A sugestão sob análise deve percorrer, inicialmente, o filtro constitucional, decorrente do poder derivado. Cumpre entender, porém, que no mérito, uma Emenda Constitucional ao prejudicar direito fundamental das crianças e adolescentes está fadada à inconstitucionalidade. A Constituição Federal consigna valores supremos e princípios fundamentais para a sociedade no seu preâmbulo e nos seus artigos 1º a 4º, balizando os princípios explícitos e implícitos que compõem a essência do seu núcleo essencial. A garantia de inimputabilidade penal aos dezoito anos de idade, constante no art. 228 da Constituição Federal é um direito fundamental, pois decorre do compromisso constitucional para com o Estado democrático de direito, está alicerçada principalmente no respeito à dignidade da pessoa humana, cidadania e prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais que redimensiona o conteúdo da Constituição Federal. Os princípios que protegem a crianças e o adolescente estão ratificados historicamente nos processos estabelecidos em tratados internacionais sobre direitos humanos. Notadamente nas regras mínimas das nações unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e nas regras mínimas das Nações Unidas para os jovens privados de liberdade. Em face do exposto, opinamos pela rejeição da sugestão nº 2 de 2006, este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Paim, quer se pronunciar, não, depois. Algum Senador quer se pronunciar sobre o parecer lido pela Relatora, Senadora. Não havendo ninguém que é queira se pronunciar, eu ponho... Senador?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, apesar de ter ouvido aqui, quase que de relance, as observações expendidas pela eminente Senadora Fátima Cleide, que funciona como Relatora ad hoc e que remete a um assunto recorrente já extremamente discutido na Sociedade Brasileira que é a redução da idade penal. Na verdade, o criminoso adulto tem procurado envolver sobre modo e cada vez um número mais crescente de adolescentes na criminalidade exatamente estribado na inimputabilidade. Eu acredito que esse processo, ele mereceria um estudo mais aprofundado, mais acurado para que nós pudéssemos sobre ele expender um pensamento, um sentimento, e eu não sei se causaria prejuízo pedir vistas desse processo para eu dar mais uma examinada nele? É possível, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É possível e é uma prerrogativa, Senador?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Então, eu solicito vista do processo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está bem. Então está concedida a vista do processo. Senador Paim, quer?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu vou tomar a liberdade, me desculpe a expressão, abusando da forma diplomática como V.Ex^a sempre conduz os trabalhos e quero antes aqui de fazer mais um pedido a V.Ex^a, dizer que foi muito importante a sua participação na Comissão Mista que se discute o salário mínimo onde V.Ex^a demonstrou a todos e contemplo o relatório que aprovamos hoje, que o debate do salário mínimo não deve ficar só nos números, mas também na questão de educação, da saúde, da habitação, como forma de melhorar a qualidade do povo brasileiro, então meus cumprimentos a V.Ex^a. E agora vem a solicitação, Presidente. Foi-me solicitado já há alguns dias e por falha de encaminhamento nosso que se nós, se possível, realizássemos ainda esse ano, se possível, não vou aqui fixar data, uma Audiência Pública para discutir uma situação dos trabalhadores canavieiros pelo número de acidentes, que é uma questão efetivamente de direitos humanos, que vem acontecendo nessa área. Está descendo o Requerimento do meu gabinete e se V.Ex^a concordar, nós aprovaríamos o Requerimento nos moldes que eu estou propondo e naturalmente, depois, eu e V.Ex^a

indicaríamos os nomes a serem convidados, tanto o representante dos trabalhadores, dos empregadores e do próprio Ministério do Trabalho, porque o sindicato dos trabalhadores e alimentação e outros que da Confederação que atua nessa área estão preocupadíssimos. Eles querem um debate para ver o que nós poderíamos, em comum acordo entre empregadores, trabalhadores e governo, apontar talvez uma nova legislação para coibir, inibir, diminuir o número de acidentes que vem acontecendo na área dos canaviais. Era essa a solicitação, se V.Exª pudesse colocar em votação, eu conversei rapidamente com a Assessoria, depende da posição de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu aceito plenamente e gostaria até de ser subscritor desse pedido. Porque eu acho que essa é uma questão fundamental de direitos humanos sim. Conheço muito a região, o trabalho, nasci ali dentro de canaviais quase e não tenho dúvida, eu ponho em discussão primeiro, quero saber se o Senador quer fazer algumas...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Não, queria fazer uma outra observação em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, eu ponho em votação, está aprovado. Senador.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu pude verificar que por ser terminativo o item 9 do qual eu sou Relator, não foi apreciado nessa reunião. Eu entendo que ele é terminativo, mas é algo importante e diz respeito, Senador Paim, a interesses dos idosos. V.Exª que tem sido um defensor incontestado, um dos grandes baluartes na defesa dos idosos...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só me somando a V.Exª. Com certeza, tem trabalhado muito nessa área.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Nessa Comissão. E acho que é importante que a Subcomissão do Idoso retome com mais vigor as suas atividades, para fazer valer os direitos de uma faixa da população que cresce em progressão geométrica e que não tem muitas das vezes os seus direitos atendidos. Eu faria referência aqui, Sr. Presidente, que recentemente o Presidente da República baixou um Decreto regulamentando o Estatuto do Idoso, num aspecto interessante que é o da gratuidade do transporte interestadual em ônibus para as pessoas envelhecidas e que as empresas resistem, relutam em acatar. Lamentavelmente, esse último Decreto que visava exatamente sanar eventuais dificuldades que as empresas levantaram para acatar a decisão do estatuto, a decisão legal que tem que ser acatado porque é lei, o Estatuto

do Idoso é lei. Mas as empresas estavam se julgando com dificuldades, porque achavam que não eram, não seria a iniciativa privada que teria que bancar esse tipo de atitude que o governo queria fazer prevalecer. E nesse Decreto, o Presidente procura dar algumas compensações até para, exatamente, poder fazer com que essa legislação seja cumprida. O Estatuto do Idoso no que diz respeito a gratuidade de um percentual de cadeiras nos ônibus interestaduais. Lamentavelmente, eu acho que em razão da fragilidade do instrumento legal ou mesmo da insistência do empresariado em não cumprir, já há uma liminar concedida para que as empresas não cumpram o Estatuto do Idoso, concedendo as vagas que a lei está determinando. É lamentável que isso ocorra e vamos procurar realmente encontrar onde é que estão as falhas para procurar ajudar a sanar essa irregularidade e esse estatuto do idoso que marca uma época na relação entre a sociedade brasileira e uma faixa etária importante dessa sociedade que cresce, que merece realmente o seu respeito e a sua atenção possa ter o seu cumprimento por inteiro. Senador Paim, as empresas ainda insistem em não conceder a gratuidade das vagas.

Então, eu espero só registrar esse lamento de que já há uma liminar, já há amparo judicial para que as empresas não concedam essas vagas. Eu espero que nós possamos superar isso logo para que os idosos do Brasil tenham o atendimento do preceito legal da gratuidade interestadual.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, se me permitir na sequência?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Era só o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero me somar a fala do Senador Quintanilha. O estatuto do idoso aprovado e sancionado já está com três anos agora em 1 de outubro, e durante todo esse período um setor, digamos, dois terços do empresariado nacional, do transporte coletivo se negavam a cumprir o que manda o art. 40 do estatuto do idoso que é duas vagas gratuitas e se as duas vagas estiverem ocupadas por idosos com mais de 60 anos, pagariam 50%.

Bom, o Presidente da República como colocou muito bem aqui o Senador Quintanilha que é um estudioso, em seu gabinete tem um belo trabalho nessa área, como o Senador Cristovam também tem, nós três que participamos muito da discussão do estatuto do idoso e foi aprovado com os nossos votos, graças a Deus, depois de uma reunião, inclusive, com o governo, chegaram o entendimento que só se o governo

baixasse um Decreto. Aqui diz no inciso I diz que haveria uma regulamentação e sendo que é auto-aplicável o estatuto do idoso, não tem que ter regulamentação nenhuma.

Então, o Presidente da República baixa um Decreto, como disse o Senador Quintanilha, depois de um entendimento feito em tese até como compensações, para eles, que estaria assegurado pelo Ministério do transporte, foi anunciado ao País antes das eleições, e eles não contestaram, antes das eleições... E depois, de um momento para o outro, para entrarem com o pedido de uma liminar. Eu acho isso uma violência contra o próprio Presidente que agiu de boa-fé, tenho certeza absoluta, contra nós todos que atuamos nesse sentido e contra os idosos, que todos nós sabemos que eles incorporam no valor final da passagem o que é gasto com aquelas duas passagens ou duas ou três vagas a mais com 50%.

Então, eles ganham duas vezes, eles já cobram dos mais jovens, em tese, e depois não dão as vagas, é um absurdo. Eu de fato deixo aqui os meus protestos contra o Juiz que deu essa liminar. É totalmente impropriedade, é uma violência contra o nosso idoso.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senador Paim, desculpe interromper, mas veja que a estatística prova de forma muito clara que o índice de ocupação das cadeiras da maioria dos transportes não é ocupação 100%, sempre tem a vaga. Eu não entendo porque essa resistência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É uma maneira, para mim, eu diria até de agressão ao nosso idoso, nós falamos tanto do combate as discriminações, mas os empresários que estão agindo nesse sentido e se socorrendo de um juiz que sempre dá essa liminar é algo violento. Por isso eu quero me somar ao Senador Quintanilha, sei que me somo a V.Ex^a e sei que me somo à figura do Presidente da República, porque eu sei que foi muito discutido esse tema antes dele baixar o Decreto. Ele só baixou o Decreto depois de um amplo acordo, houve um grande entendimento. E de uma hora para outra, eles recuam, entram na justiça e pegam uma outra liminar e a gente vê todo dia os idosos na rodoviária dizendo não posso viajar e daí onde é que estão os mais direitos. Por isso, parabéns, Senador Quintanilha pelo protesto aqui realizado que eu faço questão de me somar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu lamento que o próprio projeto não possa ser discutido agora porque é terminativo, exigiria votação nominal, mas agradeço muito ao Senador Leomar Quintanilha por ter trazido o assunto e queria propor se estão de acordo os dois, a gente não pode votar, mas a gente pode se manifestar. Porque

a gente não faz uma carta, ao próprio Juiz, manifestando a nossa estranheza, colocando, relatando esse assunto de que houve um acordo, de que o Presidente participou desse processo e nós enviamos para ele e fazemos a divulgação do assunto para mostrar que a Comissão de Direitos Humanos está ativa. Se o Senador Quintanilha estiver de acordo, nós elaboraríamos esse documento.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente, Presidente e se não me engano, o juiz é o Juiz da 14 vara da Justiça Federal, o Dr. Roberto Luiz Luce Demo, poderíamos fazer assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, faremos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza absoluta eu endosso a iniciativa do Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Assinamos a Comissão ou assinamos os três que aqui estão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu acho que V.Ex^a, em nome da Comissão, com a nossa assinatura também, se assim o Senador... Que teria mais peso em nome da Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Seria positivo, eu assinaria com o Presidente, mas colocaria a assinatura dos dois Senadores que estavam presentes na Sessão. Está bem? Não havendo nenhum outro assunto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite, também o item 3, eu não vou comentar, eu vou ser muito rápido porque eu me preocupei um pouco aqui. O item 3 fala da... é uma iniciativa popular para que haja o plebiscito para decidir o voto facultativo ou não. Eu só quero só dizer que o meu parecer foi contra e aqui os consultores fizeram um belo relatório e isso só com Emenda Constitucional e não Projeto de Lei, teria que ser uma Emenda Constitucional. Mas eu quero dizer a todos que eu sou a favor do voto facultativo. Já tem três Emendas Constitucionais na Casa para assegurar o voto facultativo. Eu, então, sou a favor do voto facultativo, mas da forma como foi encaminhada essa iniciativa popular, infelizmente, o projeto não dá para ser aprovado. Agora precisa ser terminativo, só dar esse depoimento, porque eu quero que todos saibam a minha posição em relação ao voto facultativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pois eu quero também que saibam e fico contente porque finalmente eu encontrei um assunto do qual eu discordo do Senador Paim em que concordamos sempre, é ruim a gente concordar sempre. Eu fiz questão de manifestar aqui que eu acho

que o voto não é apenas um direito, é uma obrigação também. Eu tenho essa concepção.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero só dizer que eu vou conversar mais com V.Ex^a, V.Ex^a vai defender o meu relatório aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas no relatório, inclusive, eu manifestei uma preocupação quando fala que as pessoas não estarem qualificadas para o voto, eu não me lembro se foi esse o adjetivo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O que eu li aqui do relatório feito, SENADOR Cristovam, ele diz o seguinte: Que não é a posição do Relator, nem da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, não é o Relator. Cita a defesa pela entidade elo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela entidade, exato. Eles é que falam isso, que estão preocupados com isso, que gostariam... Só para resumir a história, que houvesse um plebiscito e na feitura do relatório com uma consultoria muito competente do Senado, e quero dizer que o FUNDEP tem o trabalho muito, muito dos consultores do Senado, eles dizem que há três Emendas Constitucionais pregando o voto facultativo e que ali seria a maneira da sociedade se somar daqueles que são contra ou a favor do voto facultativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas o parecer no fim propõe o arquivamento dessa proposta. Mas, surgiu um debate não longo, mas eu fiz questão de manifestar, no sentido de que eles citam a entidade, falando na qualificação, eu acho que o eleitor ele está qualificado, agora, às vezes ele tem pressa. Ele não olha o longo prazo, ele tem necessidades prementes, sacrificam o País, às vezes, pelo interesse do eleitor. O eleitor, o interesse em geral é dele, não existe o eleitor que pense o País, esse é um papel do estadista, não do eleitor, nós é que temos que nos adaptar a mentalidade do eleitor. Eu não consigo imaginar que o eleitor vote contra seus próprios interesses, ele vota a favor. A gente é que pode achar que esses interesses deveriam ser outros, nacionais e não pessoais, mas esse é um problema que a democracia vai sempre ver a soma dos votos não reflete o povo. O povo é uma entidade abstrata, o eleitor é uma entidade concreta. E a maioria é uma entidade aritmética. Mesmo assim, eu sou defensor do voto obrigatório, eu acho que é uma grande conquista do Brasil em relação as outras democracias. Pode parecer autoritário obrigar, mas nós não somos obrigados a pagar imposto, porque recebemos serviço, nós somos obrigados também a votar porque recebemos um serviço do País, mas o que... Eu seria a favor do

plebiscito, plebiscito eu nunca sou contrário, plebiscito eu sou favorável para qualquer coisa. E deixa o povo decidir. Mas no fim, foi decidido pelo arquivamento. Eu só fiz uma pergunta até em tom de brincadeira, se houver um plebiscito vão votar obrigatoriamente ou vão votar facultativamente para discutir se o voto é facultativo ou obrigatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu gostaria só de destacar, Senador Cristovam, que sempre é bom dialogar com V.Ex^a e eu aprendo muito cada vez que eu converso com V.Ex^a. E naturalmente, sobre esse tema vamos conversar muito. Eu acatei aqui a posição me apresentada pelos consultores do Senado porque diz que essa forma, só tem uma forma, isso aqui está na Constituição, mesmo se quisermos fazer um plebiscito sobre esse tema que fere a Constituição tem que ser com uma Emenda Constitucional e não por um projeto como foi proposto aqui. Por isso que eu acompanhei a Relatoria, mas fiz questão de dizer que, em tese, eu sou a favor, mas vou dialogar muito com V.Ex^a pelo respeito que tenho, ao voto facultativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero até dizer que eu tenho consciência que pelo meu estilo de fazer política e eleição, eu seria um grande beneficiário do voto facultativo. Eu não tenho dúvida disso, mas eu acho que é uma coisa positiva obrigar cada um da gente sair naquele domingo para dar um voto. Eu vejo o voto como algo religioso, mas não religioso de você escolher a revelação e está aqui um Senador que entende mais disso do que eu, de revelação, o Senador Crivella, mas eu defenderei o voto obrigatório, mas eu sou favor do plebiscito até para que esse debate ocorra. Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, essa discussão é muito instigante, muito interessante. E eu lamento ficar contra a opinião do Senador Paim. Eu fico com V.Ex^a, até porque eu acho que o cidadão, para ter o exercício pleno da cidadania, eles têm que ter os seus deveres cívicos, ir votar, decidir, dar uma opinião, é um dos deveres cívicos do cidadão, ele é obrigado a comparecer no processo eleitoral e ali tem a independência, a autonomia para fazer o que quiser. Para votar nulo, para não votar, deixar o voto em branco.

Então, a participação do cidadão no processo de escolha de seus representantes, eu acho que é fundamental, é um dever que o cidadão deve ter no rol dos deveres que o cidadão tem e ele já tem a liberdade de ir votar como quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E fortalece a democracia. Imagi-

ne um Presidente eleito como o Presidente Lula com quantos votos foram, cinquenta e quantos milhões?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Cinquenta e oito milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Cinquenta e oito milhões, se o voto fosse facultativo, ele provavelmente também seria o eleito, mas com vinte, vinte e cinco. Porque o eleitorado diminuiria muito. O Presidente dos Estados Unidos, o Presidente dos Estados Unidos é eleito pela minoria dos votos, ele tem mais do que o outro, mas ele tem muito pouco em relação à soma da população adulta. Porque lá, eu acho que não tem nem registro de eleitor, vai e vota na hora com a sua carteira de motorista, provavelmente. Eu creio que é uma conquista nossa, essa obrigatoriedade do exercício de um direito.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para ajudar aqui no debate, eu quero dizer para não ficar sozinho, tem quatro Senadores que apresentaram já a Emenda pelo voto facultativo e conseqüentemente isso vai ser um palco de um bom debate no momento adequado, a Emenda não é minha, mas eu sou pelo princípio da liberdade total do cidadão e eu acho que ele não está ferindo a ninguém, se ele optar em votar ou não votar, mas isso é um debate que faremos no momento adequado, eu não deveria ter provocado esse debate aqui. Eu acho que a liberdade total não é uma coisa muito simpática para mim. Ele indo votar ou não votar, ele não feriu ninguém, ele toma a decisão soberana dele de votar ou não votar. Como o Senador Quintanilha coloca muito bem, no ato que ele vai à urna, porque ele foi lá obrigado, mas ele pode ir lá e inclusive não votar, simplesmente anular o voto, mas ele foi obrigado a ir até lá e no fundo... Eu acho que a política de convencimento de cada um de nós é que vai fazer com que desloque da sua casa até a urna para votar a favor ou contra um projeto, uma idéia, enfim, daquele partido do programa da concepção ou até mesmo da forma e a conduta de um homem público. Mas esse debate, é um debate que faremos em um outro momento, com certeza, absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas é tão raro a gente debater no Senado, no Senado a gente não debate.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Presidente, posso entrar no debate?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Claro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a me fez lembrar aqui uma frase de um dos presidentes dessa Casa, chamado Aldo de Moura Andrade e ele dizia no discurso de posse o seguinte: Que a maioria por ser maioria tem direito a tudo, a minoria

pelos direitos da minoria, ele dizia a maioria por ser maioria tem direito a tudo com exceção de massacrar a minoria e a minoria por ser minoria tem direito a tudo menos de calar-se no momento de expressar a vontade popular que na nossa democracia e no nosso regime se expressa através do voto.

Então, qualificava bem o debate, quer dizer, a maioria não pode esmagar a minoria, nem a minoria pode se calar e negar o quorum nos momentos em que as ações precisam ser tomadas e deliberadas em favor do bem nacional. Agora, eu queria acrescentar aqui uma coisa, eu sou como o Paim, por princípio religioso, eu acho que quando Deus cria o paraíso e coloca ali a árvore do bem e do mal e a árvore da vida, as pessoas dizem assim: Mas porque Deus plantou o bem e o mal, porque não só o bem, porque veio da mão de Deus o mal, e esse mal que estava na árvore passou a estar dentro da gente? Essa natureza que todos nós carregamos, maus pensamentos, sentimentos, somos vigilantes de nós mesmos, o livro de provérbios, Salomão dizia que aquele que vence a si mesmo conquista a vida. Pois bem, ali caracteriza-se um direito do sujeito de tomar a decisão do bem e até do mal como prerrogativa da nossa natureza. Acrescesse a isso, Sr. Presidente, uma queixa que eu ouço nas ruas, as pessoas dizem assim: poxa, eu sou obrigado a votar, mas infelizmente o meu País, que me obriga a votar, não me paga um salário para que eu tenha o dinheiro para ir às vezes no lugar distante de onde estou. Pois é, mas você podia ter mudado o domicílio. Trabalhando, o tempo que trabalho envolvido com os problemas que enfrento.

Então, é outra coisa que nos leva também a meditar sobre obrigar o eleitor a pagar uma passagem e muitas vezes isso faz falta no orçamento, só apenas acrescento nesse debate tão frutuoso que nós debatemos aqui, é verdade...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas eu queria entrar no debate pelo lado teológico. Sabe porque, Senador? Deus, quando colocou a gente, obriga a gente a votar todo dia, se peca ou não peca, todo o dia, a gente... Deus deu o livre arbítrio e obrigou a gente a votar, não é verdade? A gente escolhe, peca ou não peca. Alguns não conseguem ter essa oportunidade todos os dias. Mas algumas vezes na vida você é obrigado a votar, eu peço ou não peço.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas V.Ex^a sabe que organicamente somos obrigados a viver. Porque nosso coração bate independente da nossa vontade, o nosso pulmão respira quando dormimos, nós temos a vida, independente de queiramos ou não, é a concepção. Interessante é que certa

vez um teólogo, lendo a Bíblia disse assim: Nós não tivemos o direito de optar pela nossa companheira, porque quando o nosso pai foi colocado ao sono, arrancaram-no uma costela sem que fosse dado a nós o direito de decidir. Aí, alguém retrucou, se um ladrão entrar na sua casa e roubar um pote de flores e lhe deixar um anel de brilhante, pode ele ser considerado um ladrão? Então, a discussão teológica vai longe, Presidente. Mas certamente teremos oportunidade de campo, agradeço a V.Exª pela palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas só para fechar, como eu disse, nós temos poucas questões a debater, o conceito de liberdade não pode ser liberdade de cada um, sozinho. Existe um conceito coletivo da liberdade e nesse conceito coletivo, a liberdade de cada um está limitada por suas obrigações com o coletivo. Senão não existe funcionamento, senão não é liberdade é anarquia.

Então, a liberdade não pode ser absoluta para cada indivíduo, ela é limitada pelo imposto que paga, pela obrigação que devia ter de colocar seus filhos na escola, que no Brasil a gente não obriga ainda isso. Não obriga, devia obrigar. Aí a gente diz, é porque não tem dinheiro para colocar e a gente tolera que, quem não tem dinheiro, não coloque o filho na escola, então, tem algumas obrigações da Nação que são obrigatórias para todos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só uma frasinha, mas a liberdade individual, ela pode ser um somatório que vai dar a liberdade coletiva. Eu sempre digo que quando alguém diz que ele é o dono da verdade, que não é o nosso debate aqui, nós temos um tema muito equilibrado, ele já está errado, eu sempre digo isso. Então o que é liberdade individual e a coletiva. A liberdade coletiva é o fruto de um somatório da liberdade individual, onde uma maioria entendeu que aquele é o caminho mais adequado, eu estou só estou falando em tese porque tudo parte do ser humano. Não existe o coletivo sem o individual, a vontade maior, digamos de uma assembléia dos trabalhadores que fiz tanto assembléia e sindicato era o somatório do indivíduo, que estavam lá, digamos 100, 99 pensavam assim, então aquela foi a vontade do coletivo, fruto da vontade individual de cada um que somado deu o coletivo. O que eu quero mostrar com isso? O plebiscito que propôs aqui a entidade para mim me é simpático, aí sim a vontade do coletivo, não é o legislador aqui que diz que nós devemos ou não ter o voto da forma como cada um está colocando. Vamos, vir uma Emenda Constitucional e não um Projeto de Lei permitir que a população, aí sim, numa liberdade coletiva diga o que é que é melhor, é o voto obrigatório ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu vou encerrar, mas só dizendo que é difícil resistir, eu acho que devia ser a mais radical, devia todo mundo ser obrigado a pelo menos uma vez na vida ser candidato. Eu não sei se vai dar tempo, reduz o mandato de todo mundo, em vez de ir a Meca uma vez na vida, todo mundo ser obrigado a ser candidato, porque ser político devia ser uma responsabilidade também de cada cidadão. Não ser só eleitor. Mas isso é outra discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Antes de terminar parabenizar V.Exª. V.Exª foi um exemplo de candidatura política pura. V.Exª disputou num partido pequeno com pouco tempo de televisão e quase nenhum fruto partidário, porque o seu partido tinha candidato pelos estados e dividia um fundo partidário muito pequeno. Mas V.Exª encarnou aquilo que dizia Rui Barbosa, ele dizia o seguinte, Paim: Que o dever sobrepõe a confiança do êxito e a paixão pelo bem substitui com vantagem a certeza da vitória, V.Exª foi esse, foi esse candidato. A paixão pelo bem, do dever. Olha, era emocionante ver V.Exª pelos estados conversando com as pessoas e falando sobre a educação, propugnando até os últimos momentos que a Aurora da democracia lhe permitiu, V.Exª está de parabéns e é um exemplo para todos nós e seus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado, está encerrada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só uma frase, ninguém mais depois dessa campanha, eu quero me somar ao Senador Crivella, há de esquecer que a palavra revolução está vinculada é a educação, isso é frase de V.Exª e está acunhada definitivamente nesse País.

(Sessão encerrada às 12h34)

Ata da 23ª reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 23 de novembro de 2006, quinta-feira, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, anexo II.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e seis, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Siba Machado, Mão Santa, Flexa Ribeiro e Álvaro Dias. O Senador Flá-

vio Arns justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: ITEM ÚNICO – Requerimento nº 25, de 2006 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, no âmbito da CAS, com vistas a discutir as implicações da “Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiências” no PLS 06/2003 (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA), bem como do Requerimento nº. 01, de 2006 – CASDEF, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, com vistas a “debater a elaboração da CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, objetivando identificar os consensos e dissensos entre as nações e a compatibilidade com a legislação em vigor no Brasil”. Com os seguintes convidados: PAULO DE TARSO VANNUCHI, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ausente, é representado pela Senhora IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR, Coordenadora-Geral da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, que também havia sido convidada como palestrante; LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS, Director Ejecutivo del Instituto Interamericano sobre Discapacidad (IID)/ Vicepresidente de la Red Iberoamericana de Organizaciones No Gubernamentales de Personas con Discapacidad y sus familias (RIADIS); REGINA MARIA MELO ATALLA, Diretora do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente – CVI Brasil; ANA PAULA CROSARA DE RESENDE, Escritora, Advogada Especialista em Direito Administrativo e Empresarial, Mestre em Geografia e Ativista Social; JORGE MARCIO PEREIRA DE ANDRADE, Médico Psiquiatra do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira; ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, Subprocuradora-Geral da República, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – MPU; CLEIDE RAMOS REIS, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região; JOELSON DIAS, Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE); e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; ALEXANDRE CARVALHO BARONI, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), ausente; e o SENADOR FLÁVIO ARNS, Relator do PLS nº. 6/2003 – Estatuto da Pessoa com Deficiência que não comparece devi-

do a problemas de saúde, envia uma representante a Advogada e Assessora ELIZABETE APARECIDA. Participaram também: ANDERSON DOS SANTOS, Membro da Apalba (Associação dos Portadores de Albinismo da Bahia); LUIZ CARLS GUILGER, Deficiente visual, convidado pelo Senador Eduardo Suplicy; MARA GABRILLI, Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo; JACKSON, Deficiente Auditivo e Presidente da Associação dos Surdos Desportistas de Brasília; NEUMA, Deficiente visual, diretora da Biblioteca Braille de Taguatinga; MARCOS BANDEIRA, Conselheiro do CONADE; PATRÍCIA MOREIRA, Jornalista e membro da ONG Escola da Gente; SANTOS FAGUNDES, Assessor político do Senador Paulo Paim no Estado do Rio Grande do Sul; SUELI CRISTINA MOREIRA, Convidada do Senador Eduardo Suplicy; AIRES NEVES, Chefe de Gabinete do Senador Flávio Arns. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Eduardo Azeredo e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e doze minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Vamos começar a nossa reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, faz uma leitura até aqui, depois o senhor faz essa aqui. Foram encaminhados esses ofícios, nas ausências, o que o senhor puder... Aí, depois o senhor dá seguimento daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um, bom dia a cada uma. O microfone não está funcionando bem, mas aqui em frente tem um que faz leitura labial.

Bom dia, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação participativa, e 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa ordinária, e 52ª Legislatura. Sobre a Mesa as Atas das reuniões anteriores. Solicito aos Srs. Senadores e Senadoras presentes à dispensa da leitura. Coloco em votação. Está aprovada. Eu quero dizer a vocês que é lamentável que o Senado ainda não esteja preparado para receber pessoas que tenham certos tipos de deficiências, como locomotor e auditiva. Por exemplo, não temos tradutores em LIBRAS para essa

reunião. E não tínhamos como levar as pessoas que estão em cadeiras de roda para a Mesa lá de cima. Tivemos que nos deslocarmos para aqui para baixo, os Senadores, o que sinceramente eu acho que até positivo, dá uma relação muito mais próxima do que daquela distância.

Então, fica aqui uma cobrança ao Senado, que eu vou fazer por escrito, para organizar a plataforma onde ficam os Senadores e os depoentes para que possam subir aqueles que não têm como se locomover de maneira normal. O Senador Flávio Arns pediu para informar que está impossibilitado de comparecer a essa Sessão, porque ele fez uma cirurgia e está em São Paulo, no hospital. E nós desejamos restabelecimento mais rápido possível, porque esse é um dos grandes nomes que a gente tem aqui, sobretudo por sua dedicação ao assunto da quebra da discriminação, e também da compensação de deficiências para todos.

Em atenção ao convite, também trago aqui uma posição do chefe de gabinete, Paulo do Vale, e que o Ministro por estar na China não pôde comparecer. O Presidente do CONAD também não pode comparecer por razões de trabalho.

Eu abro a Sessão e começo a passar a palavra naqueles que vão fazer pronunciamento. Eu lembro que essa reunião destina-se à realização de Audiência Pública em cumprimento de um Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à Luz. E o Requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns, com vista a debater a elaboração da Convenção Internacional Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Objetivando, e isso é muito importante, identificar os consensos e dissensos entre as nações e a compatibilidade com a Legislação em vigor. Temos aqui como convidados a Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior, representando o Ministro, a quem eu passo a palavra.

SRA. ISABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO MAIOR – Obrigada Senadora. Bem, bom dia a todos. Bom dia Srs. Senadores, Cristovam Buarque, Senador Paim, Senadora Heloísa Helena, demais Senadores, Parlamentares presentes aqui nesta Casa, gostaria inicialmente mais uma vez apresentar as desculpas do Ministro Paulo Vannuchi, mas como os senhores sabem, ele está em visita oficial à China, e por essa razão não pode pessoalmente comparecer a essa importante Audiência Pública. Gostaria também de cumprimentar a todos que participam dessa Mesa, companheiros de luta do movimento das pessoas com deficiência, há muitos anos, profissionais, pessoas com deficiência, representantes que estão aqui do CONAD, do Conselho Nacional dos Direitos das

Pessoas Portadoras de Deficiência, companheiros dos Ministérios, Srs. Conselheiros que representam as várias áreas da... Governamental e não-governamental, e dizer que para nós todos que somos militantes, e esse ano comemoramos os 25 anos do Ano Internacional da Pessoa Portadoras de Deficiência, naquela época chamada pessoa deficiente, 1981, é muito importante que tenhamos, 25 anos depois, a possibilidade de avaliar o que foi feito nesse período. E, ao mesmo tempo, aguardarmos, com ansiedade muito grande, a homologação pela Assembléia Geral das Nações Unidas do texto da convenção dos direitos... Uma convenção de caráter internacional, uma convenção dos direitos das pessoas com deficiência.

Esse texto foi aprovado em agosto passado, com uma ampla participação. No último dia de aprovação de texto estavam presentes 92 Países ao Plenário, sendo que... 102 Países, melhor dizendo. Sendo que, na verdade, todos os Países participaram da discussão que durou de 2002 até 2006. Portanto, foi um processo extremamente democrático, na própria ONU, com a participação não apenas das delegações oficiais, como também, pela primeira vez, uma ampla participação das delegações não governamentais dos vários Países. E também das Organizações Não-Governamentais que são de caráter internacional, que participam de uma cúpula de organizações que puderam, então, dar a sua opinião e impulsionar de uma maneira extremamente importante o texto desta convenção.

Nós podemos dizer que essa convenção é uma convenção participativa, é uma convenção democrática, é uma convenção que como bem definiu o Embaixador Mackay, responsável pelo comitê ad hoc que elaborou o texto, não é a melhor... A mais adequada, talvez, das convenções em todos os seus artigos. Mas é a convenção com que todos os Países podem conviver. Nesse processo, em que nós temos uma convenção com 40 artigos e mais 10 relativos a todo o processo de monitoramento, o que se pôde ver é que somente um item, que está no preâmbulo, foi alvo de votação. Todos os demais pontos da convenção foram aprovados por consenso. Isso é de extrema importância, porque facilita, pois que posteriormente, agora depois de aprovado o texto, os Países possam ratificar e fazer o depósito junto às Nações Unidas.

Nós acreditamos, Senadores, que o Brasil possa ser um dos primeiros Países a internalizar esse processo da convenção. E se possível, que o faça já com todas as características de alteração da Legislação Nacional, que permite que as convenções internacionais de Direitos Humanos, e todas as demais, mas com ênfase, diria agora neste momento, com as convenções de Direitos Humanos, e essa é a primei-

ra do novo século e do novo milênio, que o faça com contratar de força constitucional, e não somente com o contratar de lei. E assim nós teríamos, finalmente, a oportunidade de tornar perene a questão relativa aos direitos das pessoas com deficiência. Outra questão importante, que nós poderemos ressaltar da interface, entre o processo de elaboração e de ratificação próximo da Convenção Internacional, e o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim com o substitutivo do Senador Flávio Arns, é o momento em que, por essa discussão tão ampla, que vem do Projeto de Lei desde sua versão na Câmara dos Deputados e agora a versão nº. 06, apresentada no Senado Federal em 2003, é uma grande oportunidade para que possamos adequar a Legislação Nacional a todos os ditames que foram consensuados do ponto de vista internacional. A nossa Legislação, como todos sabem, e quase se torna ocioso repetir, ela é muito avançada. Hoje, como está. Mas, sem dúvida nenhuma, em alguns aspectos, ela poderia melhorar. E como vários dos nossos colegas da área do direito, operadores do direito, porque eu não o sou, sou da área da saúde, mas já aprendi com todos eles que, apesar da nossa Legislação ser bastante avançada, boa parte das nossas regras e das nossas normas estão no nível de Decreto. E portanto, como Decreto, poderiam de repente se tornar... Poderiam desaparecer. O Decreto surge por uma grande pressão, normalmente uma pressão dos movimentos não governamentais, mas é uma norma que pode ser, de repente, retirada por uma autoridade do Executivo. Se nós tivermos a Legislação recepcionada como lei e mais ainda com o nível de disposto constitucional, nós teremos então a certeza de que essa situação não acontecerá, e portanto, as pessoas com deficiência terão garantido os seus direitos.

Há algumas questões que estão... Que nós podemos fazer uma comparação ainda que rápida, porque não é possível num curto tempo dessa audiência em que todos os outros, cada um complementar a fala um do outro, que eu vá aqui poder tecer comentários sobre todos os artigos, tanto da convenção e também aqueles que pertencem ao substitutivo, ao Projeto de Lei 06/2003. Mas alguns me parecem que seriam importantes para que nós fizéssemos alguns comentários. E o primeiro deles, que eu gostaria de levar à consideração de todos, para que possamos debater com mais calma, é o que diz respeito a uma questão que nós não temos muito bem definida na própria Legislação Brasileira, e a convenção também teve uma dificuldade muito grande em fazer. Eu me refiro à definição de pessoa com deficiência. Esse foi um dos itens que ficou, digamos, para o último dia de debates do comitê ad hoc na ONU.

O Brasil teve uma participação extremamente importante na definição. Primeiro, porque a convenção já estava praticamente definida, pelo menos na maioria dos seus artigos, quando ainda não sabíamos, pelo menos da Sessão penúltima, realizada em janeiro de 2006 até agosto, se teríamos ou não a definição quer seja de deficiência, quer seja do sujeito de direito da convenção, da pessoa com deficiência. E por que isso? Porque não havia um consenso entre os Países. Muitos Países têm um escopo e um espectro maior em relação ao que chamam de pessoas com deficiência, e outros têm uma visão mais estreita do conjunto de pessoas caracterizadas como pessoas com deficiência. É óbvio que, dependendo da capacidade social e de entendimento das desvantagens apresentadas pelo grupo de pessoas com deficiência, o País fará uma definição mais abrangente ou menos.

E essa questão não nos pareceu, a todos os brasileiros, e, para isso, nós fizemos dois encontros no Brasil, um em dezembro de 2005, que antecedeu a reunião de janeiro, na ONU, e outro em julho, também de 2006, que antecedeu a reunião de agosto. E nessa estiveram presentes, principalmente na segunda Câmara Técnica realizada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que é o órgão sobre o qual estou responsável no momento, por delegação do Secretário Especial dos Direitos Humanos, nós realizamos com todos aqueles que são, iriam participar da rodada da 8ª Sessão na ONU, em agosto. E o Brasil, então, tirou uma posição. Nós apresentamos ao comitê da ONU uma definição de pessoas com deficiência. Uma definição baseada em tudo aquilo que temos defendido, não só a área governamental, mas a área não-governamental, de que pessoa com deficiência não se limita àquela que apresenta uma redução da sua função, seja ela psicológica, física, motora, sensorial, cognitiva... Não é isso. É muito mais, e como sabemos, a interação da pessoa com o meio. Com os dispositivos que a sociedade coloca para que as pessoas com deficiência possam em determinados momentos compensar e não apresentar o mesmo déficit que apresentariam, se a sociedade não colocar à disposição dessas pessoas, quer sejam atitudes não discriminatórias, quer sejam equipamentos como ajudas técnicas, e aí poderíamos citar muito rapidamente uma cadeira motorizada para quem, com ela, consegue um desempenho muito maior do que se não tivesse. Portanto, quando falamos e tomei por exemplo a cadeira motorizada, o fiz propositalmente. Para que a gente possa colocar aqui mais um fator que está relacionado ao conceito de pessoa com deficiência, que é a questão do poder... Do País em prover

recursos, e portanto, estamos dizendo da questão do nível sócio-econômico da sociedade.

Então, misturando e organizando ao mesmo tempo a questão daquilo que está na pessoa, a limitação funcional, aquela questão que está na sociedade, e em especial a sua atitude, e considerando o nível de desenvolvimento do País do ponto de vista sócio-econômico, nós teremos, sim, aí um conceito mais amplo de pessoa com deficiência. Mas é óbvio que esse conceito estará sempre em comparação com o que as demais pessoas, os demais cidadãos e cidadãs do mesmo País, da mesma sociedade gozam dentro desta mesma sociedade. E sempre que notarmos que há algum grau de diferenciação, especialmente a diferenciação negativa, há que se considerar que o grupo de pessoas, chamadas pessoas com deficiência, deverá ampliar-se ou não precisará ser muito amplo. E esses conceitos é que foram debatidos na ONU.

Portanto, a conceituação que está logo no art. 1º da convenção, ela procura trazer, para o entendimento das nações, esse conceito amplo. E com isso, afasta-se em definitivo de uma lista, seja ela exemplificativa ou exaustiva, das patologias ou das situações de déficit que as pessoas consideradas deficientes, no nosso País, têm hoje que se ajustar a essa questão. Todos sabem que o conceito de pessoa com deficiência e a caracterização de pessoa com deficiência na Legislação Brasileira está, principalmente, não na lei 7853/89, que é a nossa Lei Federal maior sobre o tema, mas está no Decreto 3298 com a alteração trazida pelo Decreto 5296/2004. Nessa conceituação, nós procuramos com uma série de consultas públicas, ajustar à realidade nacional, o conceito que havia sido cunhado em 99, como disse, pelo Decreto 3298. Entretanto, por mais que se procure consertar, que se procure adequar, que se procure ser mais justo em relação à conceituação de deficiência, sempre há uma dificuldade em verificarmos se na área da deficiência auditiva, na área da deficiência visual, na área da deficiência física, na área da deficiência mental ou na área das deficiências múltiplas, que são as várias categorias existentes na Legislação de hoje, se há um equilíbrio entre os graus que ali estão manifestados. Me refiro, por exemplo, ao fato de que, até 2004, não tínhamos, dentro da conceituação da deficiência visual, a presença das pessoas com baixa visão. Tínhamos tão somente aqueles com redução do campo visual, a menos de 60 graus, e aquelas pessoas com déficit auditivo tão grande que dá a elas a condição... Um déficit visual, perdão, desculpe, um déficit visual e não auditivo, dá a elas a condição de cegueira. Mas um grande contingente de pessoas com baixa visão, estava à margem da classificação de pessoas com deficiência. E portanto, não poderia uti-

lizar-se de todas as políticas de ação afirmativa que o País têm para as pessoas com deficiência. Exemplo: As cotas de mercado de trabalho, o acesso ao concurso público através de uma reserva de cargos específica e questões dessa natureza. O próprio passe livre interestadual que é um benefício de apoio às pessoas com deficiência de caráter nacional, e teríamos o próprio benefício ou prestação continuada que a Legislação da Assistência Social traz. E aí, por aí vai uma série de outras questões.

Se nós partirmos para o campo da deficiência auditiva, também teremos uma série de dificuldades. A mesma coisa em relação à deficiência motora. Portanto Senadores, me parece que quando utilizarmos a definição e a conceituação de deficiência, de pessoa com deficiência conforme vem sendo trazido pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, podemos já, no projeto do substitutivo, trazer uma conceituação diferenciada para o Brasil. E essa conceituação não deve mais trazer uma lista, e sim toda uma outra maneira de chegarmos ao conceito de pessoa com deficiência.

Eu me refiro a um Projeto metodológico em que possamos avaliar percentuais de desempenho. Levando em consideração o ambiente sócio-econômico, o ambiente próximo à pessoa, os recursos que ela dispõe, e a própria atitude da sociedade. Há uma série de escalas de avaliação e em espanhol, valoração, aqui cumprimentando o nosso convidado e grande amigo, Luiz Fernando Astorga, da Costa Rica, responsável pelo Projeto Sul(F), e para isso depois ele vai também fazer comentários. O importante é que nós possamos ter, a exemplo da Espanha e de outros Países, mas, especialmente o modelo espanhol que é mais próximo de nós, e que vários tivemos a oportunidade de participar de capacitações através da rede governamental inter ibero-americana de cooperação técnica, trazer para o Brasil essa conceituação. Isso significa que a pessoa já não seria mais caracterizada como pessoa com deficiência por um determinado diagnóstico. Não é o fato de ter uma doença que potencialmente levaria, ou não, ao caso de um déficit funcional, vamos tomar, por exemplo, diabetes. Sempre há uma dúvida: A pessoa diabética, ela deve ou não ser considerada pessoa com deficiência? E aí alguns defendem a deficiência orgânica.

E aí nós cairíamos num rol infinito de patologias, medicalizando o conceito de pessoa com deficiência, que é tudo aquilo que nós atualmente já não queremos. Porque consideramos que é muito mais um fenômeno sociológico e antropológico, próprio da inerência humana, do que uma listagem de doenças. A outra questão é que nós podemos, através de uma classificação que

traga percentuais de capacidade de desempenho, fazer com que cada pessoa, de acordo com o seu grau de limitação funcional, receba do Estado, no caso do Estado Brasileiro, e da sociedade, os apoios necessários para o seu próprio grau. E não todos aqueles que seriam necessários igualmente como é feito hoje.

Então, seria muito mais justa a questão de justiça, e aí a justiça meritocrática, talvez se aproximasse mais da justiça da necessidade, do que mantermos a maneira como hoje classificamos pessoas com deficiência.

Então, aqui eu trago, talvez um desafio, e uma proposta, para que autuaremos a maneira como a questão da deficiência é tratada. Para sua própria definição. E nesse caso, o substitutivo deveria ser totalmente alterado nesse aspecto, assim como a Legislação vigente. E é através da proposta do estatuto do Senador Paulo Paim, atualmente com o Relator Senador Flávio Arns, é que então poderíamos, mais rapidamente, recepcionar todo esse novo conceito.

Eu diria a todos aqui presentes que não é uma tarefa fácil. Não é. A própria Universidade de Salamanca levou 10 anos para desenvolver esse processo. Mas nada nos impede de aproveitarmos a experiência desenvolvida por essa universidade da Espanha, e por tantos outros, a própria maneira como o País... Um País menor, com mais dificuldades econômicas, como o Equador, conseguiu dar esse passo à diante. E hoje tem essa caracterização de pessoas com deficiência, baseada em percentuais de desempenho e de comparação entre o que a sociedade oferece e aquilo que a pessoa precisa.

Então, esse fica sendo o primeiro dos nossos comentários, e que acredito, será facilitado pela própria convenção da ONU. Não sei quanto tempo ainda disponho. Terminado.

Se me permite, faria mais um comentário. Temos ainda a preocupação de como o estatuto, ou uma consolidação de leis, fará para evitar que a palavra, conforme depuser o regulamento, apareça no texto. Quanto mais vezes aparecer esta expressão ou algo assemelhado, significa que mais teremos que novamente voltar ao Instituto do Decreto. Teríamos que fazer Decretos complementares à Lei do Estatuto. Portanto, estamos sempre numa balança, em que pesa, de um lado, a nossa possibilidade de colocar dentro do estatuto todas as leis hoje já consagradas, com suas regulamentações. E dentro desse aspecto, algumas questões, nós sabemos que não poderão... Algumas minudências, assim como no Decreto da acessibilidade temos normas de especificação técnica que ali são referidas, alguns detalhes que sabemos que são necessários para o aspecto operacional, muitas vezes

pela própria técnica Legislativa, não podem ser trazidos ao nível de lei.

Mas, por outro lado, se já temos a lei, exemplo, a lei 10.098 e a lei 10.048 que dizem respeito à acessibilidade e seu Decreto, que foi amplamente aceito pela sociedade brasileira, os 5.296, nós temos que pesar como vamos retirar esse Decreto de circulação, permitam-me usar essa expressão, e voltar a regulamentar outros aspectos. Me parece, mais uma vez, que aí deveríamos agir com a capacidade de um cirurgião com o seu bisturi, através de um mecanismo de cirurgia, micro cirurgia. Isso significa que iríamos ao detalhe. E dentro do possível, do mais possível, fazer esse equilíbrio da balança, colocando na lei, no estatuto, portanto, tudo que for possível em termos de elevação da condição de Decreto à condição de lei, e aquilo que não for possível, nós então deixaríamos para a etapa posterior, que é uma etapa do Executivo. E aí, mais uma vez, ainda que representando aqui a coordenadoria e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a CORD, tem uma preocupação.

Muitas vezes os Decretos levam muito tempo para serem preparados e tornados realidade. Esse é o próprio exemplo da Legislação da acessibilidade. Quer seja por complexidade, quer seja por, às vezes, não ser agenda prioritária. O que nesse momento não é o nosso problema. A agenda da pessoa com deficiência está posta no Governo Federal. Mas nós temos que pensar que isso é uma situação que muitas vezes não é suficiente para acelerarmos os processos. Então, esse é um desafio.

Por outro lado, os Decretos que temos hoje, eles são usados na tentativa de serem leis, mas não contemplam, sabemos, com o mesmo equilíbrio as deficiências sensoriais. E aí, sim, cabe perfeitamente que a convenção que tocou no tema da capacidade de darmos subsídios legais para que as pessoas com deficiência sensorial tenham o mesmo acesso à informação, à comunicação, ao lazer, ao esporte, ao turismo, tudo dependendo dos recursos que sejam colocados para o seu desempenho, isso tem que ser recepcionado na Legislação brasileira, porque aí é que está a nossa maior lacuna. Me refiro a questões como a acessibilidade à leitura por parte das pessoas com deficiência visual, a acessibilidade à comunicação e informação, das pessoas com deficiência auditiva, que, apesar disso, nós já temos um passo, apesar das lacunas da Legislação, nós já demos um passo muito grande. Mas aí caberia, portanto, uma melhor organização dos textos legais. Eu agradeço, peço desculpas por ter me estendido do meu tempo, e acredito que esse debate trará para todos nós uma posição muito mais de otimismo. Porque a convenção da ONU é uma

convenção progressista, e a proposta do substitutivo que vem sendo trabalhado com muita capacidade de todos aqueles que contribuem para o processo desde 2003, que está sendo estudado dentro do Senado Federal, e nós sabemos também que há o outro processo em andamento, que é o processo da Câmara dos Deputados. Que também estuda o mesmo Projeto original, o 3638, também de autoria do Senador Paim, na época como Parlamentar Deputado. Nossas atenções devem estar voltadas para ambas tramitações. E nesse momento, sem dúvida nenhuma, é o substitutivo do Senado que já apresenta um grau de maturação que mais interessa a todos nós.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Fernando, Luiz Fernando, mas antes eu queria colocar um problema com base na fala sobre a categorização do assunto, do tema, do problema da deficiência, Dr. Luiz Fernando, querendo trazer algo de diferente da deficiência, que é limitação. Por exemplo, o caso da diabete. Eu acho que a gente tem a deficiência, e tem limitação. E nessa limitação eu volto a insistir, falei isso recentemente no Senado, a gente precisa colocar o problema da falta de educação. O analfabetismo, se a gente não trata como uma deficiência, pelo menos tem que tratar como uma limitação. Porque não tem o mesmo desempenho a pessoa que não sabe ler, de que a pessoa que sabe ler. É uma forma de cegueira não saber ler. E eu gostaria de ver o apoio de todos nós que trabalhamos no problema dos que têm deficiências físicas, biológicas, mentais, que também são biológicas, o problema da falta de educação no Brasil como um vetor de manutenção de uma deficiência ou de uma limitação. Passo a palavra ao Dr. Luiz Fernando, com muito prazer de tê-lo aqui conosco.

SR. LUIZ FERNANDO – Muitíssimo obrigado, bom dia a todos e todas, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão; Senador Paulo Paim, Vice-Presidente; Senador Marcelo Crivella, membro da comissão, Distintas amigas e amigos Isabel, Paula, Tadeu e outros que compartilham a mesa. Nessa audiência pública tenho a honra de acompanhá-los num esforço extraordinário que o Brasil está fazendo. Parece-me excelente que haja uma atividade como essa no Senado. Não é comum esse tipo de encontros na América Latina. Eu os saúdo sinceramente. Vejo um caminho promissor a partir destes encontros e destes esforços.

Quero falar sobre a convenção durante alguns minutos. Eu fiz um trabalho... Vou me concentrar na convenção, mas quero mencionar que aqui nesse texto existem duas colunas, há a convenção e há o estatuto.

Quero tratar dos pontos de encontro, dos temas que são comuns e dos temas que não são comuns. Creio que seja um exercício interessante. Mas vamos ver a convenção em três grandes capítulos. Começamos então com a notícia.

O que eu queria apresentar-lhes, e que eu chamo de “a notícia”, é o que temos que compartilhar. Temos pela frente a eminente aprovação da convenção. Vocês sabem que em 25 de agosto passado, depois de quase cinco anos de um trabalho intenso do comitê ad hoc criado pelas Nações Unidas, pela Assembléia Geral, em 2001, para a elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais, na oitava reunião, foi aprovado o rascunho do texto. É um rascunho porque só se torna a Convenção depois que a Assembléia Geral o aprove. Esperamos que entre 13 e 15 de dezembro o assunto seja submetido à Assembléia Geral das Nações Unidas e seja aprovado. Essa vai ser a data. Chegou-se a pensar que seria o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, mas é um domingo, então não poderia reunir-se a Assembléia nessa ocasião. Essa é a perspectiva, que na quarta-feira 13 ou na sexta-feira 15 já tenhamos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais.

Vamos ver em quatro imagens o processo. Ainda que seja possível fixar antecedentes desde a década de 80 e 90, inclusive com um esforço anterior que termina com a elaboração das normas uniformes para equiparação de oportunidades – que já foram um primeiro passo, mas que tinham a limitação de não serem vinculantes para os estados – o que temos como bandeirada de saída desse processo é a resolução 56.168 aprovada pela Assembléia Geral em 19 de dezembro de 2001. Com essa resolução as Nações Unidas iniciaram um processo que, exatamente como estava previsto inicialmente, não quer dizer que teria que terminar numa convenção – apesar de ser muito bom que a tenhamos -, mas que ficasse aberto. Esse comitê ad hoc estava pensado para que tivéssemos propostas, mas não havia uma determinação de que fosse feita a convenção. Por sorte, conseguimos que o processo desembocasse nisso.

Isso começa quando o México envia uma pessoa com necessidades especiais como co-presidente da delegação mexicana a Durban (F), na África do Sul, para a Conferência contra o Racismo. Então, eles sugerem no plano de ação, no ponto 180, a necessidade de contar com uma convenção ampla e integral que reconheça a dignidade e os direitos das pessoas com necessidades especiais. Esse pontinho que poderia ter passado despercebido foi defendido pelo México nas Nações Unidas, no outono de 2001. Teve de enfrentar

a resistência principalmente dos países desenvolvidos que não queriam que houvesse um processo ou uma convenção.

Eu conheço esse processo desde o primeiro momento, eu e uma colega, uma amiga brasileira, Rosângela Bergman (F), do Instituto Interamericano sobre Necessidades Especiais. Porque os mexicanos nos pediram que fizéssemos uma campanha internacional para que as organizações tomassem conhecimento e pressionassem seus governos, especialmente dos países desenvolvidos, para que eliminassem a resistência. Por sorte, tivemos êxito e contribuimos de alguma forma para que o México pudesse negociar bem e conseguisse emplacar essa resolução 56.168.

Em síntese, o processo está aí. Peço desculpas aos amigos e amigas cegos, porque não tenho essas lâminas em Braille, mas está aí. A primeira reunião depois de 2001 será em agosto de 2002 e será um debate teórico. Aí os países estavam tateando, havendo pronunciamentos a favor e contra. Nessa primeira reunião dos estados uns queriam que houvesse e outros seguiam resistindo. Essa reunião pode ser definida por uma palavra em espanhol que é “tal vez” (talvez). Não havia nenhuma segurança de que o processo pudesse avançar como depois avançou.

A segunda reunião foi muito significativa porque já se havia começado a vencer as resistências. Um elemento importante dessa segunda reunião é que o Kofi Anan esteve lá e falou por cinco minutos. Isso teve um significado nas Nações Unidas, nos códigos das Nações Unidas, de que efetivamente deveria haver uma convenção. Era como uma “benção papal”, mas nesse caso era o Secretário-Geral da ONU.

A outra coisa que aconteceu na segunda reunião foi a criação, por iniciativa extraordinária... Pela primeira vez as Nações Unidas sugeriram um mecanismo diferente para elaborar uma convenção. Sempre se criava uma comissão de especialistas muito cara para as Nações Unidas e muito lenta, e que deixava de fora a sociedade civil. Nessa ocasião decidiu-se que se fizera uma comissão mista, com a participação de 27 estados e 13 representantes das organizações da sociedade civil. Nunca houve tamanha abertura para... Aí realmente seria uma negociação na elaboração do tratado na qual participaríamos. Eu tive a honra de representar as organizações não governamentais das Américas nesse grupo de quarenta pessoas que, finalmente e com muito esforço, consegui fazer o rascunho, sobre o qual se trabalhou na terceira, na quarta, na quinta e na sexta comissão do comitê especial.

Foi uma negociação muito intensa. No final da sexta reunião já tínhamos um texto muito elaborado, com muitas revisões. O presidente do comitê ad hoc fez

uma síntese desse texto que serviu de base na sétima reunião desse ano. Era um documento muito processado, muito trabalho. Daí negociou-se o que era possível e só ficaram alguns temas pendentes que, felizmente, foram resolvidos na oitava reunião de agosto. Então foi aprovado, ad referendum, esse tratado, que já está no forno. Esperamos que não se queime, e que seja aprovado já em dezembro.

Aqui há algo fundamental que quero destacar. Obviamente que esse foi um esforço de trabalho, um esforço intelectual, um esforço formidável de negociação, que tem como atores os estados, os organismos especializados das Nações Unidas além de outros especialistas, mas tem, sobretudo, a participação da sociedade civil. Desde o primeiro momento, da primeira reunião, houve a presença de representantes de pessoa com necessidades especiais que foram recebidas nas Nações Unidas com certo assombro educado. Éramos gente muito diferente, com muitas características diferentes, com muita diversidade. Pudemos entrar nas Nações Unidas. A primeira reação na porta da frente provavelmente foi de pena. Vieram de muitos lugares, fazendo muito esforço, carregando suas necessidades especiais. Não nos demos conta de que aí se iniciava um processo extraordinariamente importante que, com o lema “nada perto de nós, mas nós mesmos”, (ininteligível) das pessoas com necessidades especiais. Haveria uma contribuição política muito importante da sociedade civil e uma contribuição técnica. Os delegados do comitê ad hoc das missões dos países não sabiam nada sobre necessidades especiais. Eles sabiam de preconceitos sobre necessidades especiais. Eles se deram conta de que não eram necessários especialistas, porque as pessoas com necessidades especiais eram especialistas e tinham condições e critérios políticos maduros para falar sobre o assunto. Isso foi muito importante, porque vai pesar muito a influência da sociedade civil em Nova Iorque para a elaboração de tratados.

Isso foi feito através do Caucus (F) Internacional sobre Necessidades Especiais que reuniu organizações internacionais, nacionais e regionais de pessoas com necessidades especiais além de ONG relacionadas às necessidades especiais. O Caucus (F) trabalhou com muito empenho, com muita maturidade, e sempre interveio de maneira muito adequada.

O Caucus (F) sempre teve um problema que era a assimetria na participação, ou melhor, na origem. Não sei se vocês sabem, mas, 82% da população com necessidades especiais está nos países do sul. No norte desenvolvido há 18%. Porém, na representação das pessoas que foram à ONU, a imensa maioria era de gente dos países do norte, por razões lógicas: recur-

sos, organização. Nem sequer era necessário obter visto para entrar em Nova Iorque, o que se tornou um fator importante. O sul estava sub-representado. É por isso que a Hand Cap Internacional e o Instituto Interamericano sobre necessidades especiais começamos o chamado Projeto Sul, que tinha como propósito mobilizar líderes com necessidades especiais de países pobres, de países do sul, para que interviessem no tratado, para que levassem suas idéias, seus pensamentos, para que o tratado, sendo universal, refletisse a situação de todas as pessoas com necessidades especiais. Há um dado importante: 80 % das pessoas com necessidades especiais dos países do sul vive abaixo da linha da pobreza ou em extrema pobreza. Dever-se-ia dizer coisas que as pessoas com necessidades especiais dos países desenvolvidos não teriam condições de dizer.

Aí há uma conquista quantitativa e qualitativa muito grande. Deixou-se uma marca como sul, falando com o sul. Inclusive, como reconheceu o Presidente Mackey (F), o sul – tanto as organizações como os países – foi fundamental para a inclusão de um artigo sobre cooperação internacional bastante bom, bastante favorável. Uma conquista quantitativa foi que participaram da sétima reunião trinta pessoas com necessidades especiais do Projeto Sul, eram de 20 países. Na sétima reunião foram 40 pessoas de 22 países.

Vamos começar agora concretamente a análise do tratado. Isso vai ser uma radiografia, não uma tomografia axial computadorizada. Vai ser rápida, não se preocupem.

Pensemos na convenção como um edifício. Sabemos que para todos os edifícios é necessário fazer uma perfuração para colocar diferentes cimentos. O primeiro cimento que podemos citar é a idéia de que as necessidades especiais são um produto social, fruto da relação da pessoa com deficiência com o entorno incapacitante. As necessidades especiais não podem ser vistas como algo inerente a mim enquanto pessoa portadora de deficiência. Eu, que sou uma pessoa amputada, a única perna que me restou é incapaz de me sustenta mesmo com a ajuda de muletas, eu preciso de uma cadeira de rodas. Não é isso. Minha condição é diferente. Minha história de vida é diferente num país, numa sociedade inclusiva, completamente acessível, ou numa medianamente acessível, com a Costa Rica. Mas se eu vivo num país africano, numa aldeia africana, onde não tenho nem ajuda técnica, minha história de vida é outra. E eu sou exatamente o mesmo. A necessidade especial é minha, mas a incapacidade me é outorgada pela sociedade. Isso é muito importante, porque eu posso por toda a culpa na sociedade. Mas a sociedade não está conduzida por um ente que não

existe. Existe o Estado. E o Estado aparece como responsável principal pela incapacidade. Então, que deve pagar. O Estado tem que pagar.

Esse é um enfoque completamente diferente e é assim que se constrói a convenção. O Estado tem de fazer essa correção, tem que eliminar as barreiras criando a acessibilidade. A pessoa já tem a necessidade especial, mas pode-se diminuir a sua incapacidade. O que estamos dizendo é que sejam criadas as condições adequadas para que as pessoas com necessidades especiais participem da sociedade, sejam incluídas nela, e gozem dos direitos em igualdade de condições.

Há algo que ilustra, que (ininteligível). Não parte de um modelo matemático absolutamente rigoroso, mas seria interessante desenvolvê-lo. Em outros termos, a incapacidade é uma variável que resulta da interação entre uma variável que está relacionada à funcionalidade da pessoa e outra variável que está relacionada ao entorno e à organização social. Para ilustrar o impacto do entorno na relação entre incapacidade e limitação funcional, desde um ponto de vista matemático, utilizamos a seguinte equação – de um colega brasileiro, Marcelo Medeiros, que trabalha no PNUD -: a d (discapacidade) é de incapacidade é igual à limitação funcional pelo entorno. Agora vamos ver os resultados na próxima.

Se dermos valor “0” a um entorno imaginário lindíssimo, que não tenha nenhuma barreira, o produto dessa equação será sempre zero, independentemente do valor atribuído à limitação funcional. Porém, na medida em que o entorno tenha valores maiores, incrementar-se-á o valor funcional da incapacidade na vida das pessoas. Isso é muito mais complexo, é qualitativo. Mas, o que se reflete aí é que se há a limitação funcional “1” e um entorno sem barreiras, a incapacidade é zero. Se a limitação funcional é “5” e o entorno é sem barreiras, a incapacidade é zero. Mas, se a limitação funcional é “1” e o entorno tem barreiras, a incapacidade é “1”. Se a limitação funcional é “5” e um entorno “5”, a incapacidade é “25”. Isso é só para ilustrar, para mostrar com o entorno pode criar condições de falta de acesso que realmente compliquem a vida, que excluam e discriminem as pessoas com necessidades especiais.

O cimento que citei inicialmente é essa consideração de que a incapacidade é um produto social. Mas, a Convenção das Nações Unidas foi edificada sobre oito princípios, e tem que ser consistente nisso. Quais são? Dignidade inerente, autonomia individual e independência das pessoas com necessidades especiais. Não-discriminação, participação e inclusão plena dessas pessoas na sociedade. Respeito à diferença

e aceitação da deficiência como parte da diversidade da condição humana. Igualdade de oportunidades. Acessibilidade. Igualdade entre homem e mulher. Respeito à evolução das faculdades das crianças e direito a preservar sua identidade. Pensem num edifício. Foi construída a base inicial que define a incapacidade e aqui há oito pilotis sobre os quais será montada a estrutura do edifício. São esses oito pontos que estão incluídos no artigo 3 da Convenção.

Outro aspecto que é importante destacar na convenção... Agora, se vocês me disserem que esta é a Convenção que as organizações de pessoas com necessidades especiais redigiram sozinhas... Não! Certamente teria sido outra convenção. Esse é o produto de uma negociação complexa, difícil, intensa, mas muito produtiva. Mas, desse produto, é importante resgatar que, a partir das bases destacadas, foi construído o edifício da convenção com uma lógica sistêmica. Não quer dizer que um artigo (ininteligível) dessa lógica de construção. Mas, a convenção também está assentada sobre um tripé que é importante: não-discriminação, direitos humanos e desenvolvimento social inclusivo. Digo isso porque, se compararmos a Convenção Interamericana para a Eliminação de toda forma Discriminação contra as Pessoas com Necessidades Especiais, a convenção da Guatemala... Essa até contribuiu nesse esforço, mas é uma convenção restrita à não-discriminação. Nesse sentido, a Convenção das Nações Unidas é realmente completa. Mas, o tratado está centrado em direitos abordados de forma genérica, não tem caráter prescritivo. Obviamente, deve haver um trabalho complementar dos estados para desenvolver legislação, para desenvolver políticas públicas que dêem reforço aos fundamentos da convenção.

Uma coisa que sempre se evitou foram as listas com enumerações. Pensou-se que se fossem feitas listas em artigos da convenção sempre haveria exclusão. Uma lista não pode ir até o infinito. Então, é melhor tratar isso como um princípio que defina bem a inclusão de todos, sem listas que possam gerar exclusão.

A Convenção é uma rampa. Eu comparo a convenção com uma rampa. Eu gosto muito das rampas, como vocês podem supor! Com a Convenção não foram criados direitos novos e especiais para as pessoas com necessidades especiais. Não existe, por exemplo, um direito à acessibilidade. A acessibilidade é um meio para o exercício de muitos direitos. Por exemplo: a livre mobilidade pode ser entendida como a existência de rampas, de plataformas, de elevadores, pode ser entendida como acesso aos ônibus ou ao entorno urbano, pode ser entendida pelo fato de eu ter mobilidade com a minha cadeira de rodas, e as outras pessoas com capacidades restritas também, sem nenhuma dificul-

dade. A acessibilidade tem o fim de gerar condições para que se respeitem outros direitos. Para uma pessoa surda acessibilidade é interpretação em LIBRAS, isso rompe a barreira do acesso à informação e à comunicação. Para pessoas cegas, a existência de textos em Braille, ou em outros sistemas semelhantes, também significa acessibilidade. Nesse sentido, dizemos que a Convenção é um instrumento facilitador para o exercício e gozo dos direitos reconhecidos pelo sistema universal, para que as pessoas com necessidades especiais desfrutem deles plenamente, em igualdade com os demais. Por isso dizemos que é uma espécie de rampa para que as pessoas com necessidades especiais alcancem todos os direitos.

Vamos ver rapidamente o esqueleto da convenção. A convenção, dentro dessa análise... Primeiro temos o preâmbulo. É importante destacar que seus conteúdos não são vinculantes, e busca três propósitos. Aí se apresenta a justificativa do tratado. Em segundo lugar vêm as relações com outros tratados e instrumentos de direitos humanos do sistema internacional, além dos elementos para a interpretação das disposições contidas no resto do tratado. Que outros elementos já temos? Bom, disposições de alcance geral que estão nos primeiros artigos, propósito, definições. No Propósito é interessante destacar que a Convenção não coloca a definição de uma pessoa com necessidades especiais, mas uma descrição, para que não haja interpretação. Aí também se destaca essa relação da pessoa com necessidades especiais e o entorno, da qual falei antes.

Em seguida vêm os princípios gerais e um assunto muito importante, que são as obrigações gerais dos estados. Há dois assuntos que são muito importantes em sua transversalidade. Ainda que haja um artigo sobre mulheres e meninas e outro sobre crianças com necessidades especiais, na verdade, ao longo da Convenção, há perspectivas de gênero e de faixa etária. A questão da idade vai ser abordada em vários artigos da Convenção. Esses dois que aparecem individualmente tratam de chamar a atenção para essa transversalidade.

Também há um artigo sobre situações de risco e emergências humanitárias que é muito importante. Percebeu-se que muitas pessoas com necessidades especiais morreram quando aconteceram as enchentes do sul dos Estados Unidos exatamente porque não se pensou... Isso acontece em todas as partes do mundo, todos os dias. Há uma situação de maior vulnerabilidade diante de situações desse tipo.

Há algo que é importante destacar em quatro artigos do tratado que não abordam direitos exatamente, mas que são geradores de condições para o exercício

dos direitos de maneira multiplicadora. Quais são? A tomada de consciência. Esse artigo está orientado... É o estado desempenhando um papel muito ativo para que a sociedade mude, para que o entorno sócio-cultural seja realmente inclusivo, para romper com as barreiras de atitude. O outro, que está relacionado à acessibilidade física e o entorno comunicativo e informativo... A compilação de dados estatísticos foi o que se questionou muito, no final houve até uma briga. É importante. Em termos de incapacidades há muitos problemas de investigação. Nos países pode ser feito um trabalho rigoroso, podem-se montar centros de investigação que apóiem elementos importantes para o planejamento do desenvolvimento e para impulsionar mudanças. É muito importante como está enfocada a cooperação internacional. Coloca-se, já como compromisso das Nações Unidas, que a cooperação internacional e, particularmente, a cooperação para o desenvolvimento tenham um caráter absolutamente inclusivo e acessível. (ininteligível) para que aquele estado que receba a cooperação construa e desenvolva programas acessíveis e inclusivos.

Seguindo com o esqueleto, vêm em conjunto os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Sugerem-se também os mecanismos de monitoramento nacionais e surge a necessidade de que haja instâncias, uma ou mais instituições nacionais, que dêem prosseguimento aos compromissos do estado desde que se converta em estado parte dessa convenção. Também se sugerem mecanismos de monitoramento internacional que incluam a criação de um comitê de vigilância, um órgão de vigilância constituído primeiro por doze e depois por dezoito especialistas. Ainda, sugere-se a criação de uma conferência internacional para discutir nas Nações Unidas os avanços no cumprimento da Convenção. Esse tratado foi aprovado com um protocolo facultativo que dá opção às pessoas com necessidades especiais, a seus representantes e órgãos, de comunicar, de apresentar denúncias de violação dos direitos dos direitos humanos que levem os estados ao banco dos réus. É claro que é um protocolo facultativo ou opcional que os estados poderão ratificar independentemente da Convenção.

Depois vêm o que eu chamo de disposições administrativas, do artigo 41 ao 50, que tratam do depósito, da assinatura, da entrada em vigor, dos idiomas oficiais, das reservas, das emendas, das denúncias ao tratado, etc...

O que estava dizendo é que junto com o rascunho da convenção foi aprovado em 25 de agosto um rascunho do protocolo facultativo, opcional, do tratado que fixa as condições para o recebimento por parte do comitê de denúncias de pessoas ou grupos de pesso-

as que estejam sob a jurisdição de um estado-parte e que aleguem ser vítimas de violação das disposições da Convenção. O Protocolo, por sua natureza, pode ou não ser adotado pelos estados de maneira independente da Convenção.

Bom, sempre se diz que quando o assunto são os direitos civis e políticos faz-se a distinção de que os civis são de aplicação imediata – pode ser uma situação absolutamente excepcional para que (ininteligível) o estado restrinja as liberdades básicas -, mas os direitos econômicos, sociais e culturais são de aplicação progressiva. O problema é que há uma vacina contra isso quando se fala da indivisibilidade da interdependência dos direitos. Quando se trata de necessidades especiais isso é muito mais profundo. Essa distinção se torna um obstáculo para um exercício pleno. Por exemplo: a livre mobilidade, que é um direito civil, que é uma liberdade. Para a pessoa com mobilidade restrita, se não há rampas, se não há elevadores, se não há transporte acessível, essa liberdade se torna uma quimera. Nega-se-lhe um direito básico. Como com a liberdade de comunicação e expressão. Se não há instrumentos, meios, ela também se torna uma quimera. Então, a interdependência, a indivisibilidade e a integralidade entre direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais adquire, nessa Convenção, uma dimensão muito mais concreta que nas demais.

Ainda que tenha havido uma proposta inicial da Austrália para que se separassem os direitos civis e políticos, ordenando-os muito bem, dos direitos econômicos e sociais, na verdade eles se misturam. Vocês verão que não há um número contínuo, porque há um conjunto de direitos civis e políticos: há (ininteligível) direito à vida, reconhecimento como pessoa diante da lei, acesso à justiça, à liberdade e à segurança individual, direito a não ser submetido à tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, proteção contra a exploração, a violência e os abusos, proteção à integridade pessoa, liberdade de ir e vir e de nacionalidade, direito de viver de forma independente e de ser incluído na comunidade, mobilidade pessoal, liberdade de expressão e opinião, acesso à informação, respeito à privacidade, respeito ao lar e à família, participação na vida política e pública. Aí está o conjunto de direitos civis e políticos abrangidos pela Convenção.

(interrupção no áudio).

SR. LUIZ FERNANDO – Porém, como dizia aqui, a interdependência, a indivisibilidade e a integralidade são princípios que devem ser observados para a realização plena do conjunto dos direitos humanos das pessoas com necessidades especiais. Aqui, os que

aparecem são esses, são os direitos econômicos, sociais e culturais. Aparece a educação, a saúde, a habilitação e reabilitação, trabalho e emprego, nível de vida adequado e proteção social, participação na vida cultural, nas atividades recreativas, direito ao lazer e ao esporte.

É bom observar duas coisas. Aqui, na realidade, se definem grandes princípios. Corresponde aos estados o desenvolvimento de estatutos sobre as necessidades especiais montado sobre essa plataforma, que pode ter um desenvolvimento muitíssimo maior em cada assunto. Mas, aqui se definem princípios fundamentais. Outra coisa que é importante destacar é que sempre que surge o tema da saúde se diz saúde e reabilitação, como uma unidade. Isso porque sempre se associou a reabilitação a uma questão médica e de saúde. Na verdade, a habilitação e a reabilitação podem acontecer com saúde, com esse trabalho, com educação, com proteção social. Há muitos mais âmbitos, não somente o da saúde como se pensa tradicionalmente. Por isso aqui aparece um artigo separado.

Há outros dois aspectos que quero destacar que estão relacionados ao específico e com o transversal. Mesmo quando se incluem dois artigos específicos sobre mulheres e sobre crianças, tanto o aspecto de gênero quanto o etário (ininteligível) estão considerados transversalmente convenção.

A interdependência, quero destacá-la como um elemento muito importante, porque não podemos entender a aplicação dos direitos de todas as pessoas com necessidades especiais se não há um avanço real e substantivo em direitos econômicos, sociais e culturais.

Vou terminando com a marca do novo paradigma, ou seja, com esse tratado, o modelo-paradigma dos direitos humanos e do desenvolvimento social conta com uma base jurídica de aplicação obrigatória, vinculante e universal, situação que não existia antes. Se (ininteligível) um dos modelos, dos paradigmas sobre necessidades especiais, se encontrará uma progressão que vai desde a anulação dos direitos mais fundamentais até um avanço intermediário onde se reconhece parcialmente os direitos das pessoas com necessidades especiais e agora, com essa Convenção, pela primeira vez são reconhecidos todos os direitos dessas pessoas.

Esse tema não é novo. Vem sendo trabalhado. A diferença é que agora, pela primeira vez há um tratado internacional vinculante que abrange o modelo, o paradigma dos direitos humanos e o desenvolvimento social. Com isso é de se esperar avanços na aplicação prática e progressiva desse modelo, o que possibilitaria o desenvolvimento humano das pessoas com

necessidades especiais, transitando por caminhos que até hoje fizeram parte de um sonho. A diferença é que com o apoio desse instrumento jurídico, dessa Convenção, podemos avançar nesse sonho de fazer com que as pessoas portadoras de necessidades especiais sejam tenham reconhecida a sua dignidade, inerente e intacta, que sejam sujeito de direitos e não objeto de pena e compaixão, e que participem da construção do desenvolvimento e das (ininteligível) onde nos tocou viver.

Termino dizendo o seguinte: hoje, mais do que nunca, com a segurança que deu às pessoas portadoras de necessidades especiais e as suas organizações o fato de terem sido protagonistas da construção dessa Convenção, reiteramos ao mundo que “nada ‘sobre’ as pessoas portadoras de necessidades especiais, mas sim as próprias pessoas portadoras de necessidades especiais”. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a palavra para a Regina Maria Mello Atalla(F), eu quero dizer que eu cometi uma falha algum tempo atrás quando disse que além de não termos rampas para subir, não tínhamos intérpretes de LIBRAS. É que desde o dia 08 de novembro, o Senado contratou, tem dotado aqui quatro pessoas. E eu quero agradecer o trabalho deles e citar os nomes. É Maria de Lourdes Costa, Maria Pereira, Rita de Kássia, e Antônio Carlos. Agradeço muito e parabeno o Senado e ao Presidente Renan Calheiros, por termos essa tradução.

Quero um simples comentário sobre a fala. Eu mandei olhar no dicionário, mas parece que é difícil, alguns de vocês podem me dizer, se existe em português a palavra descapacitado. Não existe. Existe a palavra incapacitado, ou deficiente. Eu creio que essa idéia descapacitado, não no sentido de deficiência, mas do des. De retirada de uma capacidade é muito interessante. Porque se fala incapacitado, dá a idéia de definitivo. Quando se fala descapacitado, dá idéia de que a gente pode suprir a descapacidade. É uma pobreza lingüística que eu espero que vocês ajudem a superar convencendo os lexicógrafos, a colocarem a palavra no próximo dicionário. Se ainda fosse vivo o meu primo Aurélio Buarque, eu falaria com ele.

Mas eu quero insistir dessa fala uma idéia que eu também coloquei na abertura da semana aqui no Senado. É a idéia de que nós temos dois tipos de descapacitados na nossa sociedade latino americana. Os descapacitados que têm dinheiro, e os descapacitados pobres. E há uma diferença na superação da descapacidade entre os pobres e os não pobres. Não podemos esquecer isso sempre. Tratar o universo de mulheres, por exemplo, como se não houvesse a dife-

rença entre mulheres ricas e pobres, mulheres negras e não negras, seria um erro. Tratar os descapacitados como um universo só, sem fazer a diferença, também é uma falha de análise. E isso a palestra nos ajuda a pensar isso.

Eu passo a palavra, portanto, à Regina Maria Mello Atala, diretora do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente, CVI- Brasil. Esqueci de comentar que aqui está o Senador, que é o... Que levou a que tivéssemos isso, e que é o Presidente da outra Comissão que trabalha junto, que é o Senador Azeredo. Nosso grande amigo.

SRA. REGINA MARIA MELLO ATALA – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Azeredo, que enfim, que compõe o time, que se dedicou a essa causa. À causa dos excluídos. E queria me apresentar, enfim, para as pessoas. Meu nome é Regina Atala, sou jornalista, e milito no movimento de vida independente, que chegou no Brasil na década de 80. Esse movimento ele nasce depois da guerra do Vietnã, onde havia um número de pessoas seqüeladas(F), e com deficiências muito severas, que a essa altura eram segregados e asilados nos Estados Unidos.

Então, um belo dia na Califórnia, uma pessoa chamada Eddy Roberts, foi um dos líderes desse movimento, saíram em passeata se rebelando, e não sabiam onde iam dormir. Mas decidiram se rebelar, e daí, nasce no mundo um envolvimento de vida independente. Que pega principalmente o quê? O impoderamento(F) das pessoas com deficiência, a sua autodeterminação, a sua independência, e a sua capacidade plena de fazer escolhas.

Então, essa é a filosofia que embasa esse movimento. Hoje nós temos, inclusive a honra de ter o Presidente do CONAD que é o Presidente do CVI- Brasil, do Conselho Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência, e sou Conselheira também, sou Conselheira Suplente, me orgulho, queria inclusive cumprimentar os Conselheiros presentes, e dizer que essa questão do estatuto, eu fui inclusive no ano passado, eu fui coordenadora da Comissão de Estudos do Estatuto, criada no Conselho Nacional. E eu acho que é, nesse momento começa uma mudança no patamar dessa discussão. Porque até então era muito polarizada. Ou as pessoas eram contra ou as pessoas eram a favor. Mas com uma abordagem muito superficial, sem conseguir fazer uma crítica e um estudo apurado da nossa Legislação no sentido de aperfeiçoar. Nada no mundo é para sempre. E as leis, como a gente vê hoje, leis de 20 anos atrás, têm problemas muito grandes nessa área que precisam ser revistos.

Enfim, e por participar desse movimento de vida independente no Brasil, tive o prazer de ser convidada pelo Projeto Sul(F) para participar dessas últimas reuniões da ONU, que resultaram no final da redação dessa convenção.

Então, foi extremamente prazeroso, e cheguei à seguinte reflexão. Se há uma Convenção Nacional moderna, progressista, que assegura os paradigmas, que o movimento vem lutando há muitos anos, por que não ter uma Convenção Nacional do mesmo modo? Chamado estatuto... Enfim, que nome tenha esse tratado legal, nacional, que venha auxiliar e a gente reconhecer que aí o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, foram, sim, grandes conquistas sociais desses segmentos. E que vem facilitar a vida das pessoas com deficiência. Inclusive a motivação dessa convenção foi reconhecer que, entre as 650 milhões de pessoas no mundo que hoje tem deficiência, 80% como disse o Luiz Fernando, vivem na pobreza. O reconhecimento desse tratado internacional, partir disso também, reconhecer a deficiência como um fenômeno social.

Inclusive, na reunião... Você pode botar a primeira foto? Nessa última reunião, essa foto, ela é, nos momentos finais, dia 25 de agosto foi o último dia da aprovação da convenção. E se disse, nesse dia, inclusive vários representantes de Estados presentes, a ONU, que essa é a maior minoria do mundo empurrada para as margens da sociedade por excessivo tempo. E os resultados são catastróficos, são desastrosos. Porque a pessoa com deficiência, se ela, enfim, na sua maioria pobre, se ela é criança, se ela é mulher, se ela é idosa, ela vai adicionando fatores de segregação social que chega a uma indignância, a uma gravidade que eu, como ativista e como pessoa com deficiência, me assusta até hoje que essa invisibilidade, essa omissão sistemática permaneça. Porque a situação é gravíssima. E não foi a toa que essa convenção foi redigida por esse motivo.

Então, eu vou fazer um... Tentar fazer um filtro entre o que está na convenção, que é conquista, porque a gente não precisa inventar a roda, e os desafios para fazer essa correspondência e a tradução para uma lei nacional. O primeiro, por favor.

Bom, havia, como lhes disse, uma discussão... Para que ter uma convenção de pessoas com deficiência, um tratado internacional de Direitos Humanos se nós já temos sete Tratados Internacionais de Direitos Humanos? Essa convenção é o 8º Tratado Internacional de Direitos Humanos.

Bom, e aí havia a explicação que é o seguinte, não se trata de criar novos direitos, e sim reconhecer o contexto social da deficiência, a sua especificidade

inerente, e conceber um arcabouço legal capaz de conferir materialidade a todo um conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, negado às pessoas com deficiência, igualdade demais. Essa foi a grande discussão na ONU. Se todas as pessoas têm acesso à saúde, à educação, ao transporte, por que, sistematicamente, até hoje vem sendo negado às pessoas com deficiência? E uma informação para vocês, dos 192 Países que participaram ao longo desse processo na ONU, somente 45 tinham Legislação específica de proteção às pessoas com deficiência.

Então, acho que nesses Países isso vai ser muito importante, nesses países, principalmente onde não há nenhuma Legislação, essa convenção vai ser muito importante como para nós também. Porque ela representa uma mudança de olhar social da pessoa com deficiência. Se passa da visão da incapacidade para a visão da capacidade. O próximo, por favor.

Bom, o texto da convenção. Isso eu vou abordar rapidamente. Estão inscritos vários direitos no âmbito individual e coletivo, era composta como preâmbulo, porque aí é muito importante, porque faz menção a diversos tratados internacionais, e isso, como se trata de uma Lei Internacional de Direitos Humanos é muito importante que se fortaleça, que se marque com muita ênfase essa filosofia e esses princípios no qual se assenta essa convenção.

Bom, composto de 40, 50 artigos... Vou pular isso, que ele já falou. E traz avanços importantes na mudança de paradigmas, baseados na inclusão plena, na valorização da diversidade humana, hoje, inclusive, nos movimentos sociais, quando se fala em diversidade, você associa imediatamente. O negro, a mulher... Mas você não pensa em pessoa com deficiência. Nós não somos poucos, não. Segundo, agora estatísticas de população, 190 milhões, nós não vamos mais 24, nós somos 27 milhões de pessoas com deficiência no Brasil.

Bom, então, esses conceitos foram defendidos por essa coalizão de entidades internacionais, o CAOCs(F), que soma 80 entidades internacionais que fizeram parte dessa ação de defesa da sociedade civil, junto à construção dessa convenção. E que representou e representa a força, a grande força da sociedade civil. O próximo, por favor.

Bom, e aí a gente vai começar... Eu vou abordar do art. 01 ao art. 04. E a gente vai tentar fazer, eu vou tentar fazer um paralelo com o estatuto. Ele diz que o propósito dessa convenção é promover, proteger e assegurar o desfrute pleno em condições de igualdade, todos os Direitos Humanos, liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência e promover o respeito à sua dignidade inerente.

Então, o estatuto, ele tem que fazer a mesma coisa. Ele tem que ter um propósito muito forte, claro, que dê conta de promover, proteger e assegurar e zelar o cumprimento desses direitos.

Então, sempre que a gente tiver fazendo os dispositivos, gerais ou específicos, a gente tem que usar isso como filtro. Esses grandes princípios. O próximo, por favor.

Bom, e ele diz também, e aí como a Isabel falou, só como uma curiosidade, qual foi a definição de pessoa com deficiência que a convenção escolheu? Como ela disse, não era a melhor definição, mas uma, com a qual, nós poderemos viver. Inclusive, foi tão tenso esse artigo, no penúltimo dia somente, foram duas semanas de reunião, no penúltimo dia ainda estavam presente, pendentes mil reuniões fora de hora, enfim, extras... E o CAOCs(F) chegou a soltar uma nota dizendo o seguinte: Olha, para ter uma definição muito ruim, é melhor não ter.

Então, se criou uma situação... Como é que vai ter uma convenção dirigida às pessoas com deficiência sem dizer quem são essas pessoas? Então, foi o que ficou. As pessoas com deficiência incluem aquelas que tenham deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, permanentes, que ao interagir com diversas barreiras, podem enfrentar impedimentos à sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais.

Então, vamos para o estatuto. Olha só, esse que o Luiz falou no sentido de se fazer uma lista, sempre que você enuncia algo, você deixa alguma coisa de fora.

Então, as injustiças que tem se cometido com a nossa lei vigente, eu, por exemplo, um caso que eu falo sempre, é do renal... Dos renais crônicos. (soa a campainha). Que ficam, dependendo da gravidade da situação, dois a três dias ligados a uma máquina e que não são reconhecidos da lei como pessoas com deficiência. E no entanto, nós temos uma... Eu diria que um Frankenstein. Porque hoje seria, e em outros Países tem a conceituação, como citou a Isabel, da deficiência orgânica. Onde estaria melhor definida, tanto a deficiência renal grave como a ostomia. Ostomia entra na lei como deficiência física.

Bom, então eu acho que esse enunciado, essa descrição, ela é a fonte de várias injustiças. E a gente tem que dar conta de modernizar isso e de mudar isso. O próximo, por favor.

Bom, aí as definições, é o art. 2º da convenção, ela fala sobre comunicação, discriminação, o que são os ajustes de acessibilidade (inaudível). O próximo, por favor.

Bom, e aí nós vamos para os princípios gerais. E aí eu faço a defesa que no estatuto têm que estar

presente todos esses princípios. Por uma questão de coerência, e de... Acho que de justiça. Porque nós temos, hoje, alguns problemas no estatuto, eu me lembro, por exemplo, do art. da educação, que contraria, por exemplo, o que está aí. Ele diz nos dispositivos que hoje está relatado nessa minuta, ainda bem que é uma minuta, a gente vai poder construir algo que a gente quer, melhor, diz que a opção da escola é responsabilidade do adulto ou do responsável. Cadê a pessoa com deficiência? Cadê seu empoderamento? A sua possibilidade, a sua... De tomar decisões, ela mesma.

Então, está incompatível, se está incompatível está errado.

Então, vamos ter que passar um filtro em todas essas incongruências, essas contradições que negam, por exemplo, e que não diz claramente novamente no capítulo de educação, e o capítulo da convenção sobre educação é bem clara que a opção é pela escola inclusiva regular. E não está dito em nenhum momento isso no capítulo do estatuto. É o mínimo que a gente pode assegurar. Porque esse estatuto ele não pode ser menor que essa convenção, nunca. Nem pior. Ele só pode ser igual ou melhor. É a chance que a gente tem de fazer um edifício bem edificado, moderno, justo, que dure muito tempo. E outra coisa, por exemplo, ausências... Passando. Acessibilidade, igualdade e oportunidade, respeito às diferenças... Isso o Luiz já falou e eu vou passar.

O respeito e a capacidades evolutivas dos meninos e meninas, isso foi considerado na ONU. Eu acho isso bem interessante, porque é coerente com o tratado internacional dos direitos da criança. Isso foi tirado do que está na convenção internacional. E assegura esse tratamento de proteção especial, reconhecendo que corre mais riscos crianças, idosos e mulheres e, portanto, nada mais justo do que a lei prever uma proteção especial para promover a justiça. E aí eu faço uma lembrança também que foi uma briga muito grande na ONU, e que só entrou no preâmbulo, nós lembrarmos que as pessoas com deficiências indígenas, elas não sofrem de só uma ou dupla discriminação, não. Ela sofre uma tripla discriminação. E que nós não podemos esquecer de mencionar uma proteção especial às pessoas com deficiências indígenas brasileiras. O próximo, por favor.

Bom, e aí eu quis também trazer essa... O art. 4º das obrigações dos Estados, porque eu vejo, por exemplo, um problema... Hoje se você me perguntar quem é o maior violador do direito das pessoas com deficiência no Brasil? É o Estado. Alguém tem dúvida disso? Bem, então alguma medida tem que ser tomada. Então quando o estatuto divide essa responsabilidade,

eu tenho muito receio quando ele diz que o Estado, a família, a sociedade e a comunidade são responsáveis, eu me preocupo muito com isso. Porque senão a gente pode entrar num campo perigoso de culpabilizar uma família pobre, abandonada pelo Estado, sem escola, sem renda, enquanto a obrigação é do Estado. (soa a campainha) Então, eu queria fazer essa advertência, isso tem que ser revisto. O próximo, por favor.

Bom, as pessoas falaram, e eu queria só ter o tempo para terminar. Então estou terminando. Os Estados, o que é que é preciso que os Estados façam? Que eles tomem medidas legislativas, administrativas, e outras para tornar efetivos os direitos. É preciso que o Estado, ainda, tome medidas apropriadas para modificar, anular leis, regulamentos, práticas e costumes que constituam discriminação. Isso é obrigação do Estado também. Terem conta em todas as políticas e programas a proteção e promoção do direito das pessoas com deficiência. Nós temos um caso, por exemplo, os senhores conhecem o Decreto 5296, assinado pelo Presidente Lula no dia 03 de dezembro. Esse Decreto chegou a ser chamado de Lei Áurea da acessibilidade. Porque ele traz uma série de comandos que iam de uma situação de inacessibilidade com uma situação de acessibilidade. A lei previu 30 meses para que todos os edifícios públicos tivessem acessíveis. Esse prazo vence em junho do ano que vem. E nada mudou. Por quê? Porque além dessa cultura que não existe, esse conhecimento, porque grande parte dessa omissão eu acho que é o desconhecimento. A gente tem que compreender isso. Uma vez um radialista disse o seguinte: Olha, o problema da deficiência, ele é muito antigo. Ele é bíblico. Mas as reflexões sobre a repercussão da ocorrência da deficiência, ela é muito nova. E todo conhecimento novo, para ser praticado, ele precisa ser ensinado.

Então, cabe à gente também o grande esforço de disseminação dessas informações. Esse conhecimento não está dado, ele não está construído. E é obrigação do Estado também promover essa ação. E abster-se de ato eupático incompatível com essa convenção. O próximo, por favor.

Bem, empreender pesquisa e desenvolvimento para promover a disponibilidade. Aí eu quero chamar a atenção de vocês para o seguinte. Existe hoje catalogado na norma internacional ISO 9999 das ajudas técnicas cerca de 30 mil dispositivos de ajudas técnicas. E não existe ainda uma política clara de incentivo a essa área, que pode o quê? Gerar renda, gerar emprego, gerar inclusão, gerar um círculo, um ciclo virtuoso. (soa a campainha) Então, é importante que a gente tenha um capítulo muito bem assentado de Ciência e Tecnologia, e fomento à produção industrial

interna. Porque isso representa independência do País, isso também vai fazer com que... O que é que acontece hoje? As pessoas que têm dinheiro, que têm recursos, podem comprar equipamentos importados caros. Quem não tem... Fica. Tem um caso terrível, uma pessoa de Camacan, 58 anos, uma senhora que nunca saiu da cama porque não tinha uma cadeira de roda. Ela vivia num caixote de madeira. Isso eu acho que é aviltamento total da dignidade humana e não pode ser mais permitido. A gente não pode mais consentir com essa situação.

Se quiser a gente pode continuar depois. Tem algum problema com a hora, Senador? Pode continuar?

Então, proporcionar informação acessível. Isso é um grande... Há um grande desconhecimento sobre comunicação e acessibilidade. As pessoas também... Ninguém sabe nada. A gente vai ter que transformar isso, ter respeito por todos os dispositivos que venham fazer essa inclusão digital e informacional. Enfim, o próximo. E o Estado também tem que promover a formação de profissionais e de pessoal que trabalha com pessoas com deficiência. E tem que fazer isso para que haja o respeito a esses direitos e que os profissionais possam prestar melhor assistência e melhor serviço. O próximo, por favor.

Em relação aos direitos econômicos, os Estados... Eu botei isso porque eu fico pensando, Senador Eduardo Azeredo, Senador Cristovam, se não seria possível a gente incluir no estatuto uma cláusula de cooperação nacional. Para implementação dessa lei. Como foi incluído na convenção internacional esse dispositivo de cooperação internacional. Que os Estados acordam de fazerem, empreender esforços para que essa lei seja implementada e cumprida. O próximo, por favor.

Na elaboração e na aplicação da Legislação e políticas, para tornar efetiva essa convenção e outros processos, os Estados partes celebrarão consultas estreitas e colaborarão ativamente com as pessoas com deficiência. Isso é muito importante. Isso não está escrito claramente no estatuto, qual é o papel e a importância da sociedade civil. Isso tem que estar muito claro e muito bem assegurado. Próximo.

Bom, e esse eu coloquei, não vou ler todo, ele é longo. É só para dizer o seguinte, o grande tumor da sociedade civil. "Olha, nós vamos ter um estatuto. Pôxa, mas e as conquistas que nós já tivemos? Nós vamos perder isso?" Então, a convenção diz que nada do disposto nos Estados, que é efetivo, (soa a campanha) E melhor para as pessoas com deficiência essa Legislação pode ser revogada, ela continua vigente.

Então, a gente pode dizer a mesma coisa no estatuto. O próximo, por favor. Já está terminando. E

com os artigos da convenção que, eu acho, que são importantes serem incluídos no estatuto. A tomada de consciência. Hoje a gente tem uma situação que é a seguinte. Em alguns lugares, por exemplo, aeroportos, supermercados, você tem banheiro acessível, você tem vaga. Aí você vai no banheiro acessível, aí está lá trancado, a moça deixou o balde lá com coisa, vira armário. Você vai na vaga, as pessoas que não precisam utilizam a vaga. Se você tem uma fila de prioridades, pessoas ocupando essa fila ou reclamando que idosos ou pessoas com deficiência tenham essa prioridade. Então, a gente tem que reconhecer que esse inconsciente coletivo, esse dado cultural, é muito importante para que a gente faça mudanças dessa cultura.

Então, é preciso sensibilizar a sociedade acerca do direito das pessoas com deficiência, para fomentar o respeito e a dignidade. É preciso fazer isso para combater os estereótipos e práticas nocivas, promover a conscientização sobre as capacidades e a contribuição das pessoas, a autonomia e independência inclusive no mundo... Só uma curiosidade. A convenção assegura um artigo de vida independente, reconhecendo o nosso movimento como um movimento legítimo, e como acho que um paradigma que deve ser observado. Nós fazemos a mesma reivindicação: Queremos que estejam mencionados no estatuto esses princípios. E a capacidade legal também. Do mesmo modo que eu citei aquele artigo de educação, que diz que só o pai e o responsável, vai tomar a decisão da escola, tem que ter um artigo de capacidade legal para assegurar. O CAOCs(F) dizia o seguinte: A falta de capacidade legal significa a morte civil para as pessoas com deficiência. Próximo.

Bom, e aí eu acho que o desafio da configuração do estatuto é assegurar os direitos já conquistados, incluir essas mudanças de paradigma, que a gente acredita que tem um caráter progressista, e que não se pode andar para trás. Agora tem que olhar para frente. Incluir os princípios da dignidade, não discriminação, equiparação de oportunidades, diversidade, participação plena e efetiva na sociedade. Eu lembro a vocês que no estatuto, no capítulo da participação política, fala da pessoa com deficiência somente como eleitor. Por que é que não concebe ele como político? Por que é que não concebe acessibilidade nas campanhas? Então a gente tem que melhorar isso. O próximo.

Bom, e qual o outro desafio que eu acho que o estatuto tem? Que é traduzir com objetividade e especificidade inerente de vários campos de direito das pessoas com deficiência para que eles possam ser conhecidos, promovidos e protegidos. Esse é um grande desafio, fazer esse encadeamento e essa materialização específica desses direitos. Próximo. E o desafio

da aplicabilidade. Como disse Isabel, a gente sofre de um mal aqui que você faz uma lei e se demora quatro anos para se fazer um Decreto para que essa lei possa ter a aplicabilidade.

Então, quanto mais objetiva, concreta e auto aplicável for essa lei, é o ideal. Então, é preciso assegurar que esses dispositivos legais, principalmente aos referentes aos direitos específicos, seja efetivamente auto-aplicáveis. Estou terminando. Próximo.

Bom, a força de coerção. O Decreto 5296... Por que é que também ninguém cobriu além do desconhecimento? Porque não há nenhuma coerção. Decreto não pode ter coerção. Só a lei é que pode mandar alguma penalidade.

Então, se ninguém cumprir... Me diz se alguém conhece algum lugar do mundo onde as sociedades não fizeram porque eram obrigadas? Não existe. Qualquer lugar do mundo. Se não houver força de coerção, o cumprimento desse dispositivo está comprometido.

Então, é preciso que o estatuto tenha força de coerção, para obrigar o cumprimento, combater a omissão generalizada, e punir a discriminação, o abuso e exploração das pessoas com deficiência. Próximo.

Bom, informação, cultural e transformação. É urgente reconhecer a importância de assegurar estratégias legais de disseminação massiva dos direitos das pessoas com deficiência. Dos conhecimentos de acessibilidade, como modo de transformar, de enfrentar e transformar a cultura de exclusão vigente na cultura de inclusão plena. Próximo. Por que é que é importante divulgar as informações? Porque a gente combate o desconhecimento e a omissão, instrumentalizar a sociedade para operar tanto as mudanças objetivas como as mudanças culturais, e fortalece o apoio social para a inclusão efetiva. Próximo. E a democracia participativa e legitimidade. Assegurar a participação efetiva da sociedade civil, das entidades, dos conselhos, no texto da lei, incluindo a (inaudível) de composição, acompanhamento e fiscalização e defesa dos direitos. Próximo.

Bom, e aí eu queria inclusive propor, Senador Paulo Paim, a Ivanilde, o Senador Flávio Arns que não está aqui, desejando melhoras, que agora a gente tem um desafio. Uma vez, eu acho que há uma disposição dessa Casa, que é louvável, de chamar a sociedade porque a melhor lei é a lei que o povo quer, como é que vai ser... A gente tem que ter uma proposta sistemática para assegurar a participação da sociedade civil nesse texto do estatuto. Para vocês terem uma idéia, a convenção internacional ela trabalhou mais de seiscentas horas de reuniões oficiais. Fora as reuniões paralelas.

Então, havia um investimento e recursos, muito grande ali, que foi possível fazer essa Constituição como ela está hoje.

Então, eu proponho que a gente faça realização de seminários, outras Audiências Públicas, debate na mídia, fóruns regionais e locais, e, quem sabe, a criação de um Grupo de Trabalho misto, envolvendo a sociedade civil, o Senado, interessados, especialistas, enfim, acho que a gente pode fazer isso. E queria comunicar finalmente a vocês que o CVI, que o Centro de Vida Independente da Bahia, tivemos uma notícia grata na semana passada, aprovou o nosso Projeto, que nós mandamos para o Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira, e nós vamos realizar em março um seminário que vai fazer a mesma coisa que a gente fez aqui. Só que a gente vai fazer oficinas e produzir resultados efetivos para o estatuto.

Então, inclusive eu nem sei se Fernanda está aqui, ela ficou interessada, e dizer a vocês, assim, que a sociedade civil está tentando fazer com os seus poucos recursos se mobilizar para ter uma contribuição efetiva. E a gente solicita essa mesma vontade dessa Casa e a gente... Acho que é bom que esteja aqui no Senado. Acho que facilita essa interlocução. O próximo, que acho que é o último.

Bom, e digo o seguinte, o mundo inclusive é possível e nada sobre nós sem nós que é o nosso lema. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero parabenizar pela fala, e dizer que vocês têm notado que nós, os Senadores, estamos saindo e entrando aqui. É que no mesmo instante dessa reunião estamos tendo diversas outras na elaboração do orçamento. Cada um de nós tem Emendas, inclusive alguns para movimentos de portadores de deficiência, e se a gente não tiver presente, as nossas Emendas não são provavelmente aprovadas. Eu vou ter que sair agora, o Senador Paim assume a Presidência. Eu lembro que nós tínhamos pensado suspender a Sessão entre 12h00, 12h30, e retomar depois à tarde, às duas, duas e meia. Eu deixo com o Senador Paim, eu acho que ainda poderíamos a Ana Paula falar, e depois se achar conveniente, encerra. Eu vou tentar voltar ainda.

E finalmente, já que chegou aqui o Marcos Frola, quer dizer, eu o chamei para cá que eu acho que ele faz parte com muita honra de todo esse movimento contra a discriminação e a incapacidade. Além disso, ele, o Marcos, você pode não saber, mas você é uma espécie de Senador. Porque Senador é trapezista que não tem coragem de saltar no ar. Então você é um Senador que tem coragem de saltar no ar, como trapezista que é.

Eu espero vê-los aqui a tarde. Mas a Sessão continua sob a Presidência do Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria dizer para todos a alegria de poder presidir esta Sessão, que é um evento nacional, mas sem sombra de dúvida com o corte internacional, devido ao debate dessa importante convenção, e dizer, Ana Paula, antes de passar para você, que às vezes a gente se encontra em momentos como esse, e a gente tem que lembrar de tanta gente que trabalhou para esse evento acontecer. Eu queria agradecer muito a uma pessoa especial, ele não está aqui, que está hospitalizado, que é o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é o Senador Flávio Arns. Ele trabalhou muito para essa semana acontecer. E ele não pôde participar de nenhum dos eventos, por estar fazendo um tratamento em São Paulo. E podia homenagear todos vocês aqui, todos que foram convidados, que estão aqui na Mesa, o Presidente da Casa, o Renan Calheiros, que trabalhou muito também. Mas eu acho que, nesse momento, eu quero homenagear uma pessoa que se chama Flávio Arns, e que as energias positivas de todos nós se dirijam nesse momento lá para São Paulo, e que ele saia, depois dos exames, com aquela saúde, com aquela fortaleza que eu digo que ele tem, de energia por essa causa, que é a causa de todos nós.

Então, salva de palmas para o grande Senador Flávio Arns.

O grande articulador desse evento e daquilo que o estatuto avançou. Pessoal, se me permitirem, eu apresentei a primeira versão. E como foi bom. Aqui a todos vocês que falaram o debate, a provocação, aqueles que concordaram, aqueles que discordaram, e esse outro momento, e que eu participei daquela Conferência Nacional onde lá foi dito: Aí, Senador Paim, o estatuto vai ser aprovado correndo? Eu falei: De jeito nenhum. O estatuto só será aprovado quando vocês decidirem que ele deva ser, inclusive, posto em votação. E por isso tudo que eu ouvi aqui foi nessa linha. Vamos trabalhar, vamos discutir, me diz a Assessoria do Senador Flávio Arns aqui à minha direita, que já está com mais de duzentos artigos. 274 artigos. Eu acho que o Projeto original tinha o quê? Uns 50, por aí. 56. E é a sociedade que construiu, são vocês que estão construindo.

E por isso quando eu vejo o resultado da convenção internacional, essa possibilidade que você colocou muito bem agora, Regina, de nós continuarmos o amplo debate envolvendo a toda a sociedade, eu fico muito animado. E mostra, como disse o poeta, eu às vezes troco a frase que ele disse, e eu gosto daquela frase, sempre vale a pena quando a causa não

é pequena. E eu digo às vezes quando a alma não é pequena. Pra mim vale de qualquer jeito. Quando a alma não é pequena, quando a causa não é pequena. Sempre vale a pena.

E eu quero também dizer, Isabel, tomara que o movimento negro tenha essa capacidade que vocês estão tendo. Eu sou também o autor do Estatuto da Igualdade Racial, e percebo que nós avançamos muito mais nesse debate. Eu entendo ainda que nós vamos copiando, copiando esse grande debate que vocês estão construindo, chegar aonde vocês chegaram, porque essa causa é também uma causa muito, muito justo. Como é triste ver alguém ser discriminado ou por deficiência ou pela cor da pele, ou por sexo, ou por origem, ou por opção sexual, ou por etnia, ou por raça ou por origem. Isso agride a cada um de nós. Por isso meus cumprimentos a todos vocês.

Eu quis fazer essa fala porque a gente sabe como se trabalhou desde o nosso convidado internacional, como se trabalhou aqui no Senado para esse evento acontecer, e vocês sabem, todos nós trabalhamos. A equipe do Senado, vocês, o gabinete do Senador Flávio Arns, repito, do Senador Eduardo Azeredo, a equipe do Senador Renan Calheiros, e naturalmente vocês todos que fizeram esse momento bonito acontecer. E aí... Vamos para o nosso debate.

Passamos de imediato então a palavra à Ana Paula de Resende, escritora, Advogada, especialista em direito administrativo e empresarial, mestre em geografia e ativista social. Está com a palavra pelo tempo que for necessário para sua exposição.

SRA. ANA PAULA RESENDE – Bom dia. É uma Questão de Ordem. Quanto tempo eu tenho? Como é que vão se encaminhar os trabalhos?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha, eu estava acompanhando aqui o meu Presidente. Eu sou soldado raso aqui nessa história. E ele deu a todos, em torno de 20 a 30 minutos. Eu lhe daria também na mesma lógica de 20 a 30 minutos. Foi o que eu percebi aqui do longo debate. Você terá no mínimo 20 minutos. Se necessário 30, vamos aos 30.

SRA. ANA PAULA RESENDE – Bom, eu queria agradecer então a todos que trabalharam para que a gente pudesse estar aqui, queria agradecer o convite. É uma honra poder falar no Senado Federal, e acho que muitas pessoas gostariam de estar aqui no meu lugar. Mas eu quero falar um pouco mais, eu escolhi para falar sobre a convenção da ONU no Brasil com o foco na mudança cultural e cooperação internacional. Meu nome é Ana Paula Crosário(F) de Resende, e o meu e-mail para quem deseja fazer algum contato, anapcresende... Com s, @terra.com.br. O próximo.

Eu trabalho com implementação de leis. Eu trabalho com justiça. Eu sou Advogada e a gente está do lado de cá do balcão, então a gente acha importante começar do chão, chão. Começar falando do básico. Porque realmente a convenção é importante. Mas a gente tem que lembrar primeiro, que nós vivemos em sociedade. E essa sociedade ela é um campo de lutas, de conflitos, de contradições, e também é o campo da humanidade. Somos nós que fazemos esse mundo do jeito que ele é. Com mudanças ou com resistências. E, lógico, para mudar, a gente, necessariamente, tem que dar pelo menos... Pelo menos sair do lugar. Com certeza, para que a gente saia do lugar, outras pessoas vão resistir. Porque em muitos momentos, nós vamos ter que ocupar outros espaços. E esse fato de ocupar outros espaços, muitas vezes causa resistência e as pessoas não querem. Ou porque é novo, ou porque não entenderam ainda, ou porque tem o sentimento do ser humano de que talvez pense que possa se ocupar o espaço dessa pessoa. Mas a gente precisa trabalhar nisso. Por quê? Com a diversidade cultural, nós, povo, e aqui eu acho que a gente precisa tirar um preconceito do Brasil.

A gente precisa entender que a gente é povo. E precisa parar que povo é só aquele outro lá longe, aquele outro que nunca vai ter voz, que nunca vai ter vez, ou que só serve para eleger e para votar. Nós, povo, precisamos nos apoderar do poder que está previsto no art. 1º, no § Único do art. 1º da Constituição Federal. Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, seja por representantes eleitos ou diretamente nos termos da Constituição. Nós povo precisamos tomar conta desse poder, para que os nossos representantes eleitos possam representar a nossa vontade. A nossa vontade, a vontade da maioria. E não só, como muitos fazem, graças a Deus não são todos, os representantes só daqueles segmentos, os interesses de só aqueles segmentos que os elegem. Nós precisamos nos apoderar disso, precisamos cobrar, precisamos fiscalizar cada vez mais, utilizar todos os instrumentos que nós já temos para que nós, povo, deixemos de achar que povo é feio. Que ser povo é feio.

Então, esse povo somos nós, e esse mundo vai ser construído do jeito que a gente conseguir, da melhor forma possível, como foi a convenção. O próximo.

A Legislação, como diz o meu marido, “você só fala disso, né?” Não, não falo só disso não, falo de outras coisas também. As leis organizam a estrutura coletiva e individual. Elas deveriam ser reflexos das necessidades do povo. Elas devem ser para todos. E deve ser uma ferramenta de inclusão, a Legislação.

Bom, no Brasil a gente tem uma hierarquia legal. A gente começa com a Constituição, e a Constituição

ela dá um foco de luz. Tudo que estiver fora do que está na Constituição, não vale no ordenamento brasileiro. Porque é inconstitucional. Essa Constituição também foi construída por representantes eleitos, e a gente sabe que construir uma lei não é simples. Porque várias pessoas vão... Vão existir sempre interesses contraditórios. Mas isso também é na sociedade, isso também é na cidade onde a gente mora, isso também em todos os lugares onde a gente está.

Então, a gente precisa lembrar dessa hierarquia constitucional, e aqui eu já deixo um apelo para todos os Senadores e Deputados também. Façam com que a convenção das pessoas com deficiência entre no Brasil como Emenda Constitucional, com o quorum qualificado previsto na própria Constituição. Porque isso, para nós, vai ser fundamental. Para que a gente não entre em discussão doutrinária nenhuma. Para que a gente tenha o instrumento na mão, para que a gente possa, depois de sensibilizar, de conscientizar, e que imediatamente a gente também tenha como cobrar. Todos esses reflexos e todas essas conquistas que estão previstas na Constituição e que foram feitas com muito esforço. O próximo.

A gente está falando de inclusão. Para falar de inclusão, a gente precisa de uma prática constante de pensar no outro. Para que o todo seja completo. E pensar no outro, no mundo globalizado, num capitalismo selvagem é extremamente complicado. E o que é pensar nesse outro? É sair da minha posição cômoda, e começar a entender o que o outro precisa. Vou dar um exemplo para vocês do que poderia ajudar muito. Nós temos o INTERLEGIS. Nós temos agora intérprete de LIBRAS. Será que nós também não deveríamos trabalhar, e isso já está previsto na norma técnica da ABNT, com legenda? Tradução simultânea? Porque aí as pessoas que não sabem LIBRAS, e de repente as pessoas que gostariam de acompanhar todas as sessões pela INTERLEGIS, e não tem som no computador. Será que isso não seria um mundo para todos? Não só para as pessoas com deficiência auditiva, que não sabem LIBRAS. Sim, nós temos o problema do analfabetismo, sim. Nós também precisamos trabalhar isso.

Mas a gente também precisa lembrar que as pessoas com deficiência também estão muitas vezes fora da escola. E a gente precisa romper com isso. Por quê? Tem o livro da Cláudia Werneck que é muito interessante que pergunta: Quem cabe no seu todos? E esse também é um exercício que a gente tem que fazer de reflexão. Quem vai entrar nesse todos? Todos da Legislação, no todos da sociedade? Vamos fazer uma reflexão individual. Como é que eu estou encarando esse todos? A inclusão propõe respeito pela diversidade e a convivência entre os diferentes. Con-

viver com os iguais é muito fácil. Apesar de que fácil em minha opinião tinha que ser riscado do dicionário, porque na minha vida não tem nada que é fácil. Mas conviver com o que é igual é mais tranquilo. A gente precisa conviver com o diferente, e a gente convive com o diferente.

Então, o processo de inclusão é isso. É um processo. Mas a gente não pode esperar que ele termine para começar a implementar as coisas. A gente não pode esperar que todo o Senado esteja adaptado para se for preciso mudar de sala, a gente poder mudar tranquilamente. Então é um processo, mas é um processo que tem que acontecer imediatamente. E a sociedade se adapta para todos. E lógico, nós também nos adaptamos. Isso é uma questão natural. E eu achei muito interessante uma colocação da Marta Gil, uma socióloga de São Paulo, quando ela fala que nós estamos saindo da barreira, nós saímos de barreiras, que é negativo, para acesso. Que é uma coisa positiva. E a gente precisa entender que nós... Pode passar. Pessoas com deficiência, também fazemos parte do todos e do povo brasileiro. E nós somos agentes sociais. E a gente precisa tomar conta desse poder que nos foi dado pelo art. 1º da Constituição. Nós somos seres humanos, antes de qualquer definição. Com mais uma característica, a deficiência. Só isso.

Quer dizer, como se isso fosse pouco. Nós somos iguais em direitos e obrigações. E é importante que se diga das obrigações. Porque ter uma deficiência não significa só ter direitos, significa, como todo cidadão, assumirem direitos e deveres. Também nós temos que dar uma contrapartida. Nós também fazemos parte dessa sociedade. E para fazer parte dela, nós não podemos querer só a parte boa. A gente também tem que fazer parte como, de tudo. E a gente tem que romper com o ciclo da invisibilidade. Que idéia é essa de invisibilidade? Essa invisibilidade social é muito grave. Por quê? A gente não convive na escola, criamos escolas especiais, a gente perde o direito dessa convivência, de aprender como é que são essas diferenças. E aí, o que acontece? As pessoas não têm escola, porque não tem transporte adaptado, porque não tem transporte acessível, porque não tem saúde, não tem prótese e tem gente na cama, porque não tem cadeira de rodas. As pessoas estão passando fome, e a pobreza está agravando as condições da deficiência, e está virando causa de muitas deficiências.

Então, a gente tem que romper com isso. Como é que nós vamos romper com esse ciclo da invisibilidade? Eu não tenho solução, eu não tenho resposta. Eu tenho algumas práticas. E eu acho que é importante, essas práticas, uma das sugestões que eu sempre falo, é que a gente tem que criar crise. O que é que isso? É

mostrar a contradição entre o discurso e a prática. E isso toda hora. Ah é? É. Tem acessibilidade? Tem. Pode vir. Ah e esse degrau, e essa porta do banheiro que não passa a cadeira? Ah, mas o quarto é adaptado. É mesmo? Que bom, não é? Por que é que se colocou então... Tem alguns banheiros que tem aquela pedra de mármore debaixo, para água não voltar. Como eles falam, para não inundar. E a calçada da minha casa, como é que ela está? E a calçada do meu vizinho? E na minha própria casa?

Bom, e falando em casa, já fica aí uma dica que a gente precisa mudar. A gente já está tentando, via CVI Brasil, o CONAD também já está nessa história, que as regras mínimas que constam no site do Ministério das Cidades, para os programas de habitação residencial, quer dizer, nós estamos falando de casas construídas para pobres. Pobres, se por acaso acontecer algum tipo de deficiência, não vão ter dinheiro, porque a gente não tem dinheiro na cartola para arrumar uma casa, para adaptar.

Então, a gente precisa construir com acessibilidade. E lá nas regras mínimas do PAR, continua constando uma porta de banheiro de 60 centímetros. Não sei que diferença faz se construir uma porta com 60 centímetros ou 80.

Então, isso é uma coisa urgente que nós precisamos parar de construir barreiras. E se a gente parar de construir barreiras, a gente já vai avançar muito no futuro. O próximo.

Bom, como eu falei, eu escolhi a questão da conscientização para falar. Então, eu vou falar do art. 8º da Constituição da ONU.

Então, lá está escrito que nós precisamos de medidas imediatas, eficazes e apropriadas. Eu estou falando de hoje. Não estou falando de amanhã. E medida eficaz. Não adianta falar: Ah, mas tem uma sala. Uma sala só não vai adiantar. Que bom que tem uma sala. Vamos avançar. Nós queremos mais uma e nós queremos todas.

E para que é que nós precisamos disso? Nós precisamos sensibilizar a sociedade, a família, e todos para fomentar respeito pelos direitos e dignidade. E por que a família? Porque também é um grande susto. Quando nasce uma criança com deficiência. Tem aí umas teorias psicológicas que falam que você tem que matar aquela criança, que você sonhou para entender e receber aquela criança que chegou. Lógico que é tudo em idéias. Não é para matar as crianças, não. Por favor. Mas você tem que matar aquele sonho, aquela ideologia do perfeito. Para receber a criança que chegou. Com tudo que ela tem, inclusive com a deficiência. Mas isso não é simples. E esses pais precisam de apoio. Precisam saber que é possível, e é

possível que essas pessoas virem gente, e é possível que essas pessoas se transformem em seres humanos melhores, seres humanos bons.

Então, a gente precisa disso, dar esse suporte. Mas precisa também da sociedade entender que nós não podemos esperar mais 30 anos para ter acessibilidade. Para a gente poder ter os nossos direitos garantidos. Por isso a gente precisa lutar contra estereótipos, preconceitos e práticas nocivas. E muitas vezes o preconceito é sutil. Nossa, ela fala! Nossa, é tão bonita numa cadeira de rodas! Quer dizer, a gente precisa romper com isso. O povo precisa entender que nós somos gente. Trabalha? Uai, como que uma pessoa de 36 anos não vai trabalhar? Não é estranho não trabalhar? Estranho é não trabalhar. E não, trabalhar.

Então, a gente precisa arrumar esses preconceitos aí. A gente precisa promover o respeito pelas capacidades. E pelas contribuições das pessoas com deficiência. E a gente pode falar por nós mesmos. Como já várias vezes foram dito aqui, nada sobre as pessoas com deficiência, sem as pessoas com deficiência. Sem a participação e a representatividade das pessoas com deficiência. O próximo, por favor.

Bom, nós temos duas perguntas básicas. Como fazer e manter. Não ainda também a gente só fazer. E falar assim: Ah, acabou a verba.

Então, a gente tem esse desafio de fazer e de manter.

Bom, mas campanha de sensibilização, programa de capacitação, e ênfase na educação. Cadê o Senador Cristovam Buarque? Educação é tudo. É tudo. A gente precisa educar para todos. E a gente precisa de uma educação de qualidade que permitam com que as pessoas de deficiência também sejam educadas, nesse mesmo sistema de todo mundo. Lógico que a gente vai precisar melhorar o nosso padrão de educação, mas isso a gente vai estar sempre precisando melhorar e sempre precisando... Melhorar, enfim. A gente precisa fomentar, promover atitudes receptivas e positivas referente às pessoas com deficiência. Precisa promover o reconhecimento das capacidades, os méritos, e as habilidades das pessoas com deficiência e de suas contribuições laborais. Muitas vezes, como disse o Luiz Fernando, nós somos “expert”, nós somos peritos. Por quê? Porque a gente teve que aprender na marra como é que fazia.

Então, a gente está mais habilitado. Não que todo mundo esteja habilitado só porque tem uma deficiência. Não. A gente tem porque a gente tem desafios diários. E agora? Como é que nós vamos fazer? Como é que vai entrar nesse restaurante? Como é que vai pegar um processo? Como é que você vai circular pela calçada? Então, como a gente já tem uma prática boa, a

gente pode ter algumas soluções, e a gente quer colaborar desde o princípio. Em todas as políticas públicas. Desde a concepção e até a efetivação e fiscalização do cumprimento. O próximo.

Bom, outra coisa importante que eu selecionei é a questão da cooperação internacional. Só voltando um pouquinho, a gente está fazendo agora uma campanha educativa que se chama “Acesso de humor”. A gente já teve acesso de choro, de raiva... E agora quem sabe com o humor a gente consegue transformar? É uma campanha virtual, a gente está lançando incluvírus(F) e a gente quer que essa praga pegue logo. O site, para quem quiser saber, www.planetaeducacao.com.br/acesso-de-humor. Nós estamos trabalhando para que essa campanha seja para todos.

Então, se por acaso vocês encontrarem algumas barreiras, remetam e-mails para nós, que a gente encaminha para a parte técnica para... Lógico, nós também temos falhas, nós também somos seres humanos. E, remete para a gente as sugestões para que a gente possa melhorar e fazer essa campanha de acessibilidade para todos.

Bom, e cooperação internacional. Isso é fundamental. Por quê? Muitos Países já estão muito mais na nossa frente. Ah, e a gente também pode colaborar com aqueles que estão lá atrás. Isso aconteceu muito com o Código de Defesa do Consumidor no Brasil. Para o Mercosul implementar as mesmas regras, os outros Países também tiveram que adequar a Legislação do consumidor à nossa, que estava na frente.

Então, a gente tem que pensar nessa cooperação internacional nas duas vias. Tanto que a gente pode buscar essa cooperação internacional quanto que a gente pode levar essa nossa experiência para os outros Países.

É um apoio aos esforços nacionais, principalmente de organizações de pessoas com deficiência. E é fundamental. É mais uma ferramenta. A gente tem algumas ferramentas. Intercâmbio e repasse de informações, experiências, programas de formação e práticas recomendadas. Porque se em outros Países deram certo, a gente não precisa ficar reinventando a roda toda hora. A gente pode ir lá ver o que está dando certo para implementar aqui. E partir de um ponto já avançado. Porque se a gente for ficar descobrindo como é que inventa a roda, a gente vai perder tempo e energia e não vai avançar. Não vai chegar desse ponto para frente. Que é isso que a gente quer, a gente quer olhar para frente e quer melhorar daqui para lá. E também a cooperação com a investigação e o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos. (soa a campanha). Esse apito é pra mim?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SRA. ANA PAULA RESENDE – Bom, pode passar. Olha, eu tenho brigado muito menos, viu Senador. Muito menos. Pode ter certeza.

Bom, a gente precisa de uma assistência apropriada, técnica e econômica, inclusive facilitando o acesso a tecnologias acessíveis através de compartilhamento e transferência de tecnologias. No retira a responsabilidade dos Estados. Isso é fundamental. Essa cooperação internacional não exige nenhum Estado de dizer: Não, não vou fazer porque eu tenho que esperar a cooperação internacional. Não. Tem que fazer hoje aqui e agora. Nós vamos lá buscar a informação, nós vamos... E hoje nem precisa ir lá. Com a internet é muito mais fácil. E a internet também precisa ser para todos. Pode ser uma grande ferramenta para tirar a lei do papel. Porque a gente pode buscar essas estratégias que foram usadas em outros lugares para que a gente possa implementar. Vamos dar um exemplo disso, para vocês entenderem que eu não estou falando nada do nada. A IADS(F) a rede ibero-americana, de pessoas com deficiência e suas famílias, promoveu em março desse ano uma campanha, via Internet, para que, a começar na Guatemala, tirasse do papel o importante instrumento que é o comitê anti discriminação. Esse comitê já foi convocado, já tinha três anos que tinha passado o prazo, já foi convocado e já deve ter sua reunião aí já... A gente espera já para os próximos meses que isso aconteça.

Então, é possível fazer isso. Mas nós precisamos assumir a nossa parte da responsabilidade. E nós no Brasil, nós somos muitos. E mesmo sabendo que a gente é uma formiguinha, uma gotinha d'água no oceano, a gente pode tentar colaborar para conseguir fazer com que isso ande.

Bom, e o monitoramento internacional prevê a criação de um comitê com pessoas peritas sobre o assunto e eleitas para o acompanhamento da implementação da convenção. E isso é muito importante. Porque a gente precisa, sim, ter o acompanhamento internacional para saber se a coisa vai fluir se não vai, como é que vai ficar, se vai ser só mais um tratado bonito de Direitos Humanos, ou se a gente vai conseguir fazer com que a realidade das pessoas com deficiência melhore. Nós temos previstos relatos periódicos com participação de pessoas com deficiência, não só relatos, reuniões periódicas.

Bom, isso é mais uma ferramenta. E eu coloquei aqui que eu vou contar para vocês a experiência do Poder Judiciário em Uberlândia, e uma representação que nós tivemos que fazer para a OEA. Lá em Uberlândia, Uberlândia é uma cidade no interior de Minas,

uma cidade de porte médio. A gente tem mais de 600 mil habitantes, e ela está crescendo. Como ela está crescendo, o Poder Judiciário também tem que crescer. Deveria ser na mesma proporção. Mas enfim, não vamos entrar nesse mérito. Quando cresceu, eles tiveram que alugar alguns outros prédios. Primeiro, alugaram um prédio inacessível.

Bom, nós reivindicamos, lutamos... Mas alugar um prédio inacessível, levando em consideração que as pessoas que administram também são gente... Vai lá. É ruim? É. Lógico que é. Mas nós estamos trabalhando para implementar a acessibilidade. Estamos tentando verba no orçamento para comprar elevador. Tá bom. Daí dois anos depois aluga outro prédio sem acessibilidade. Mais grave, inauguraram no dia 3 de dezembro, dia internacional de luta.

Então, a gente fez uma representação, a gente fez uma manifestação silenciosa, de protesto, na hora da inauguração, e nós entramos com uma Ação Civil Pública via APARO, que é a Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, que é a associação que eu faço parte, para que isso não ficasse assim. Coisa estranha. O Poder Judiciário não cumprir a lei. Como é que vai ficar? Quem vai cumprir então? Se o próprio judiciário que deveria cumprir e fiscalizar e dizer qual lei tem que ser aplicável não vai cumprir. E o Juiz então no despacho inicial, primeiro ele não deu antecipação de tutela, porque ele disse que ia aguardar a contestação. Aguardou a contestação, no despacho, ele reconheceu que não eram apenas verossímeis, mas verdadeiras as alegações da autora. Mas que ela desvestia um santo para descobrir o outro.

Então, assim, que ele não podia determinar a construção porque seria uma ingerência do Poder Judiciário no Poder Executivo. E aí nós fomos para o Tribunal de Justiça, em agravo de instrumento, e o Tribunal de Justiça disse que com razão o magistrado. Quer dizer, ele tinha mesmo motivo para dizer isso. Porque não tinha estrutura e não era culpa do Poder Judiciário que não tinha estrutura. Mas que também não podia obrigar o Poder Executivo a fazer. Quer dizer, autonomia entre poderes foi por água abaixo.

Nós começamos a ter dois tipos de pessoas. As que podiam ter acesso à justiça, e as que não podiam ter acesso à justiça. E é importante contar que nós não temos outra opção. Todas as varas de família, todas as varas de Fazenda Pública estão localizadas nesses dois prédios. E aí eu entrei com dois agravos, que eu provoquei. Primeiro eu pedi para ele fechar. Não vai fechar nunca. Mas não tem problema. Então eu pedi para ele fixar um prazo, e depois do prazo, se não construísse, que tivesse a multa diária. Que são os instrumentos que a gente tem na Legislação para

construir a acessibilidade. E isso não aconteceu. E o Tribunal de Justiça simplesmente disse “amém”. Já fez mesmo, então, que faça. E a gente está tentando então, é uma primeira tentativa para que esse comitê da OEA responda como é que nós vamos ficar. E o Governador, vocês sabem, foi reeleito com um número imenso de votos. Tem um programa de acessibilidade muito bonito, no papel. E não se chegam nessas instâncias políticas. Passa o próximo, por favor.

Caminhos. Eu entendo que nós precisamos nos articular com outros agentes sociais para que no movimento de negros, se lembrem das pessoas com deficiência. Para que, hoje está sendo feita, já esse ano, um trabalho bem interessante, com as pessoas com Aids. Para que também lembrem das pessoas com deficiência. Enfim, com outros agentes. Qualquer outro que a gente puder pensar. Quem sabe, os Senadores também não vão ser uns parceiros ótimos como agente social de transformação. Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*).

SRA. ANA PAULA RESENDE – Sim, contratando na cota pessoal, pessoas com deficiência. Se quiserem passar todos, você pode passar essa é a última tela.

Bom, nós precisamos de atitude pessoal e coletiva, Senador. O senhor chegou no ponto. Essa atitude vem nossa e do outro. Mas essa atitude eu sei que não é para todo mundo, não é toda hora também que a gente consegue ser militante. Mas se a gente não criar a crise, nós não vamos avançar. E criar crise, muitas vezes, é procurar Ministério Público, fazer com que haja processos como o pessoal está fazendo hoje, as pessoas com deficiência visual. Processando as editoras, e conseguiram que elas sejam obrigadas juridicamente a vender em meio digital, para que eles possam ler, ter consumo como todo mundo, consumo adequado. Usando, enfim, de tudo que está aí à disposição de todo mundo. Nós precisamos, sim, de protagonismo social. Nós precisamos sair da invisibilidade social. Nós precisamos romper com esse ciclo. Pensando que se nós fazemos parte desse todos, esses todos podem ficar melhores. E que nossa ação ou omissão, vai fazer a diferença no resultado final. As crises, como eu falei, nós precisamos de leis que avancem. Não que retrocedam.

E o estatuto, como um instrumento não só jurídico, mas como instrumento político, ele pode, sim, ser um grande instrumento para que as pessoas tenham, como disse a Regina ontem, um livrinho na mão e cheguem lá e falem: Tá aqui. É meu direito. Vamos, sim, boicotar essa empresa que não tem acessibilidade. Vamos sim, processar as pessoas que discriminem. Enfim, está tudo aí. Ações judiciais e dois caminhos

que eu acho que são muito importantes: A educação e informação para todos. E todos mesmo. Lembrando que filme precisa ter áudio descrição, novela, transmissão de televisão, precisa ter áudio descrição, precisa ter legenda oculta, closed caption. Nós precisamos disso, para que todas as pessoas possam ter acesso a isso. Precisamos de intérpretes de LIBRAS? Sim. Mas precisamos também das legendas e das áudios descrições para que isso seja para todos. E todos, todos mesmo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só quero informar ao Plenário que a Ivanildes, Assessora do Senador Flávio Arns me deu aqui a boa notícia. Ele já fez a operação que tinha que fazer, foi um sucesso absoluto, e provavelmente na semana que vem ele já vai estar... (soa a campainha) Olha, pra mim agora. Porque eu falo demais. Mas essa notícia eu tinha que dar. E as palmas espontâneas mostram o carinho que todos vocês têm com o nosso querido Senador Flávio Arns.

Então, de imediato, já que eu falo demais, eu vou passar a palavra para o Dr. Jorge Márcio Pereira de Andrade, médico, Psiquiatra do serviço de saúde, Dr. Cândido Ferreira. Está com a palavra.

SR. JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE – Alô. Boa tarde. Eu gostaria, da mesma forma que a Ana Paula, de avisar que eu sou uma pessoa que por força da minha história pessoal, étnica, cassar a minha palavra é difícil. Até porque eu sou um descendente direto de uma miscigenação inclusive de índios Nhamiquaras.

Então, é difícil, eu sou um guerreiro, todo mundo que me conhece aqui sabe disso, pela minha história pessoal, pela minha militância, e eu gostaria de advertir que se a minha palavra for cassada eu vou esperar.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Jorge, só para ajudar a V.Ex^a, aqui é pedido da Mesa nós já mudamos o horário de encerramento, sabendo que o senhor ia falar agora.

Então, vou ser mais tolerante para o almoço.

SR. JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE – Pode passar o próximo, por favor. Exatamente em função dessa brincadeira, já que o acesso ao humor entrou em ação, e eu faço votos que realmente tenhamos a inclusão da questão do humor nas ações. Eu gostaria de agradecer ao Senado Federal, a todas as pessoas presentes, aos Senadores, os excelentíssimos Senadores, em especial ao Senador Paulo Paim, de quem eu sou um admirador, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o CDH e CASDEF. E gostaria também de me apresentar, pode colocar toda a relação de coisas que eu tenho ligadas

à minha vida. Primeiro, eu sou médico, psicanalista, analista institucional... Já passou?

Bom, eu sou fundador da FNET, algumas pessoas sabem o que significa, que é um centro de informática e informações sobre paralisias cerebrais, e editor responsável pelo infatível da FNET, que é um boletim eletrônico, via Internet, há 10 anos, e já estamos já com 2.760 edições. Médico dos serviços de saúde, médico Psiquiatra do serviço de saúde Dr. Cândido Ferreira, que é onde eu trabalho, no (inaudível), que é um centro de atenção psicossocial que faz parte do Projeto de reforma psiquiátrica e desospitalização e da luta anti-manicomial no Brasil. Eu sou um dos militantes da luta anti-manicomial no Brasil também. Coordenador do 4º Seminário de Educação, Políticas Públicas e Pessoas com Deficiência. É um seminário que eu ajudo a organizar, no Congresso Brasileiro de Leitura, que reúne de três mil a quatro mil educadores de todo o Brasil. E foi onde, em 2003, eu apresentei pela primeira vez uma moção de repúdio ao estatuto da pessoa com deficiência, mobilizando um movimento nacional para a socialização desse estatuto e a participação da sociedade na sua discussão. Além disso, eu sou Conselheiro Consultivo do CVI, Centro de Vida Independente de Campinas, em São Paulo, onde eu milito junto com os nossos colegas e amigos que são pessoas com deficiência, afirmando aquilo que foi colocado na declaração de Madri, em 2003: Nada sobre a pessoa com deficiência sem a pessoa com deficiência. Eu digo, que eu apenas venho trazer a minha contribuição como cidadão e como principalmente militante de Direitos Humanos, um ex-integrante do grupo tortura nunca mais e da sua equipe clínico grupal, que foi patrocinada pelo Fundo de Apoio a Vítimas da Tortura nos Anos 90, onde eu trabalhei com pessoas que foram torturadas durante o regime militar, atendendo como Psiquiatra e psicanalista, grupal e individualmente, e atendendo também os familiares de desaparecidos políticos, no Rio de Janeiro. Hoje em dia eu moro em Campinas e trabalho e milito em Campinas. A próxima.

Nesse sentido, pode ir passando, há interfaces, ou seja, a convenção e a nossa luta por uma construção de um estatuto da pessoa com deficiência, na minha opinião, tem que ter um aprimoramento, e eu já faço essa luta desde 2001, 2002, quando já fiz algumas manifestações e principalmente em 2003, como já relatei. Porque eu considero que há questões e analisadores históricos a serem avaliados. Primeiro, é um momento de transformação não só a nível nacional como a nível mundial das concepções em relação à pessoa com deficiência. E daí vem a importância das declarações, das convenções, pacto e tratados internacionais.

E eu dou um exemplo. O exemplo é a mudança do conceito de deficiência mental para deficiência intelectual, que é uma declaração que saiu em 2004, e que eu já entreguei aos Senadores e pessoas da Mesa, que eu tive o prazer e a honra de traduzir e que diz claramente algumas coisas que eu vou ler para vocês que reforçam a necessidade de inclusão da palavra Direitos Humanos dentro do atual estatuto. Foi declarado o seguinte: Primeiro, as pessoas com deficiência intelectual, assim como os outros seres humanos, nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Segundo: A deficiência intelectual, assim como as outras características humanas, é importante reforçar, características humanas, a nossa querida Ana Paula já falou, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas, o que faz com que a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos. Os Estados têm a obrigação de proteger, respeitar, e garantir que todos os direitos civis, políticos econômicos, sociais e culturais e as liberdades das pessoas com deficiência intelectual sejam exercidos de acordo com as leis nacionais, convenções, declarações e normas internacionais de Direitos Humanos. Os Estados têm a obrigação de proteger as pessoas com deficiências intelectuais contra experimentações científicas ou médicas, sem um consentimento informado ou qualquer outra forma de violência. Abuso, discriminação, segregação, estigmatização, exploração, maus-tratos ou castigo cruel, desumano ou degradante, e eu incluí como as torturas. Os Direitos Humanos são indivisíveis, universais, interdependentes e inter-relacionados. Conseqüentemente, o direito ao nível máximo possível de saúde e bem-estar está interconectado com outros direitos fundamentais, como os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e outras liberdades fundamentais. Isso já o Luiz Astoga nos apontou hoje aqui com a convenção. Para as pessoas com deficiências intelectuais, assim como para as outras pessoas, o exercício do direito à saúde requer a inclusão social, uma vida com qualidade, acesso à educação inclusiva, acesso a um trabalho remunerado e equiparado, e acesso a serviços integrados da comunidade. O próximo, por favor.

Nesse sentido, é que eu digo que na convenção já se estabeleceram alguns princípios, que nós deveríamos respeitar na hora de estabelecer as bases, em cima das quais, nós vamos discutir o estatuto. Esses princípios gerais, na minha opinião, eles são importantes porque eles já foram lidos hoje pelo Luiz, em espanhol, e eu vou lê-los em português. Na letra A,

na convenção dos princípios gerais diz: O relato à dignidade inerente, a autonomia individual, incluindo as liberdades de tomar as próprias decisões, e a independência das pessoas. Esse termo, “a liberdade de tomar as próprias decisões” é reforçado na declaração de Montreal em relação às pessoas com deficiência intelectual, e durante longo tempo da história, ainda hoje em dia, são muitas vezes representadas por outros, inclusive a própria família, quando diz respeito à tomada de decisões. E a declaração afirma o direito inerente a essas pessoas de que elas tenham a capacidade, mesmo que limitada do ponto de vista cognitivo, da tomada de decisões. Isso é uma mudança de paradigma em relação à chamada deficiência mental, que hoje deve ser chamada, segundo essa declaração, afirmada pela OMS e a organização pan-americana de saúde, de deficiência intelectual. B: A não discriminação, C: A participação e inclusão plenas e efetivas na sociedade. D: O respeito à diferença e aceitação da diferença como parte da diversidade e das condições humanas. E – A igualdade de oportunidade. F: A acessibilidade. G: A igualdade entre o homem e a mulher. Essa questão de gênero é fundamental porque estamos em 2006 para 2007 e ainda há, no campo específico das questões de pessoas com deficiência e a convenção foi além do estatuto, quando faz a afirmação de que as meninas e as mulheres passam por situações, quando são pessoas com deficiência, muito mais graves do que os meninos e os homens. Isso é um dado importante que cabe talvez uma interface junto com os movimentos e as declarações de direitos sexuais, direito reprodutivo e as questões de gênero e do movimento feminista no Brasil e fora do Brasil. H: O respeito às capacidades de evolução das crianças, meninos e meninas com deficiência, e o respeito ao seu direito de preservar a sua identidade. Isso está afirmado no art. 05 da declaração internacional do direito da criança. O próximo.

Nesse sentido é que eu faço a colocação da importância dos termos e dos tempos de afirmação dos Direitos Humanos. Ou seja, no preâmbulo da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência recentemente aprovada em sua mais recente revisão, no dia... Acho que... A Regina me mandou agora em outubro, 25, não de outubro, a última de outubro que ela me enviou, encontramos, a meu ver, o reconhecimento que indica uma das necessárias e imprescindíveis interfaces desta convenção, com o estatuto da pessoa com deficiência. E isso a Mesa toda já falou. Reconhecendo o valor das contribuições das pessoas com deficiência, que são realizadas e podem se realizar para o bem-estar geral e para a diversidade de suas comunidades, e que, grifado: A promoção

do pleno gozo dos Direitos Humanos, das liberdades fundamentais por essas pessoas com deficiência e sua plena participação, terão, como resultado, um maior sentido de pertencimento dessas pessoas e conseqüentes avanços significativos no desenvolvimento econômico, social, humano das sociedades, e na erradicação da pobreza. Nós temos que incluir dentro do estatuto esse passo fundamental de todas as declarações mais avançadas a nível internacional, em relação à erradicação da pobreza. São os deficientes ou pessoas com deficiência, os incapacitados ou descapacitados, o nome que nós queiramos dar aos cidadãos e cidadãs brasileiros, que, na sua maioria, vivem na marginalização e na pobreza, e que passam por deficiências e situações de condição de deficiência que precisam estar com sua voz, seu voto e sua presença lembrada aqui.

Eu diria aqui que eu estaria falando hoje que eu falo dos que não falam. Dos que não estão sentados aqui. Que para ascender de onde eu estive, da minha origem, da minha etnia, para estar aqui em 1977, quando me formei, eu era um dos três que eram homens considerados negros. E ainda há quem diga que não tenhamos que ter cotas em universidades. Continuando. Pulou um. Volta, por favor.

O 1º art., ele traz uma questão fundamental, e eu fiz um acréscimo e apresentei isso, uma proposta que eu não vou ler, que são nove páginas, que foi entregue a toda a Mesa, aos Senadores, para que essas idéias que eu estou tirando possam servir e serem utilizadas para debate e discussão. No 1º art. das Disposições Preliminares do Estatuto das Pessoas com Deficiência, trazendo a contribuição da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, eu diria que no artigo fica instituído no estatuto da pessoa com deficiência, destinado a estabelecer as diretrizes gerais normas e critérios básicos, e eu ainda acrescentei “e legais”, não sei se cabe isso, Ana Paula, para assegurar a inclusão social e o exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas, botei no plural, com deficiências, no plural, visando a plena cidadania participativa, fundamentados nos Direitos Humanos.

Eu peço, eu solicito, eu faço um apelo aos Senadores, inclusive à Câmara dos Deputados. Incluam no texto que deverá ter essa indicação como Emenda Constitucional a palavra Direitos Humanos, no seu 1º art.. Eu fui uma das primeiras pessoas no Brasil que apontou que nós não poderíamos deixar a primeira versão colocando pessoas com deficiência como hipossuficientes. Isso é algo retrógrado, anacrônico, que cabe até as Legislações muito antigas. E que ainda interferem, inclusive, nos julgamentos e nas práticas de processos, ainda no Brasil, no sistema Legislativo

lá na prática de juízes, de promotores e de pessoas que fazem o exercício da lei. Continuando.

O 2º art., ele traz, na minha opinião, aquilo que nós temos que trabalhar e que foi apresentado aqui como a questão elementar, que foi debate na convenção e aqui também, no estatuto e na discussão do estatuto tem que ser, que é a questão da definição de deficiência. Que considera-se o que deficiência? Toda a restrição física, mental, e ainda no atual... Na minuta do substitutivo ainda está a palavra mental, e eu solicito a troca para intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, e/ou, e eu coloquei no plural, atividades remuneradas, estando enquadradas em uma das seguintes categorias. E eu coloquei essas atividades no plural, remuneradas, para lembrar um dado fundamental. A maioria dos poucos cidadãos e cidadãs brasileiras, com deficiência, que conseguem estar incluídas no mercado de trabalho, elas têm que exercer para sobrevivência, no mínimo duas a três atividades remuneradas.

Então, o plural já indicaria a possibilidade de afirmação em lei do direito delas exercerem mais de uma atividade remunerada. E até serem protegidas nesse sentido, até por Legislação específica, quando elas estiverem impedidas por questões legais do ponto de vista de exercer uma atividade pública, por exemplo. Para que elas possam sobreviver. Essa é uma função fundamental da discussão que eu acho que nós temos que colocar. Qual é a maioria com a qual nós estamos lidando, e não como a minoria que é falada de pessoas com deficiência no Brasil. Continuando.

Nesse sentido, eu faço a afirmação e venho fazendo afirmação de que nós, como latino-americanos, como brasileiros, tenhamos que lembrar o Decreto 3956, que promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, em 2001. Por quê? Porque é nesse ponto... Pode passar o próximo. É nesse ponto que nós temos que incluir na consideração do estatuto em relação à erradicação da pobreza, a luta contra a miséria e principalmente contra as desigualdades sociais, esse pedacinho da convenção que eu acho que é fundamental na definição de deficiência. Que ela é, ela está sendo causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Essa é a mudança de paradigmas, pode passar o próximo, que nós podemos talvez pensar quando nós fazemos considerações sobre uma introdução de um conceito fundamental, que é a Organização Mundial de Saúde, está trabalhando junto com a organização pan-americana de saúde, para que todos os envolvidos e não apenas as áreas médicas, passem a considerar

quanto à questão da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde de 2001. Porque é aqui que nós vamos ter mudanças de paradigmas, da conceituação de incapacidade, na concepção de deficiência, de funcionalidade e de saúde. O próximo.

Eu trago para vocês aquilo que a OMS, e tive a autorização, e digo quem quiser pode copiar o que está no computador, o próprio Senado, eu tive autorização expressa, pedi para que essas imagens pudessem ser divulgadas pelo Brasil. São 36 imagens, eu apenas vou usar algumas pouquíssimas aqui, até porque vou respeitar a presença de pessoas consideradas (inaudível) cegas ou deficientes visuais. E vou descrever. São resultados de um concurso pela OMS, a World Health Organization, em 2005 que escolheu fotografias do mundo inteiro, e elegeu 33 fotografias que demonstrariam a importância do conhecimento da CIF. Da ICF. Que a primeira foto é do Bernard Frank, que é um homem pós pólio, um homem com o resultado da poliomielite, brincando numa praia de Benguela, lá na África. Talvez hoje o continente não só da soropositividade e da aids, mas também o continente por força da história de colonialismo, onde o maior número de pessoas com deficiências negras, na sua maioria, estão excluídas de qualquer forma de cuidado. (soa a campainha) E em especial um País onde nós brasileiros, e aí peço ao Senado que preste atenção nisso, ainda exportamos minas terrestres que causam, nos Países onde há conflitos armados, a perda de membros de uma boa parte da população como aconteceu em Angola. Onde uma parte da população ainda está recebendo de avião da Cruz Vermelha, descarregados como a cena de um filme iraniano. Descarregado milhares de pedaços de pau, que são pernas de pau para jovens, adolescentes, crianças e idosos que são o resultado da ação das minas terrestres que causam pessoas com deficiência, resultante daquilo que é a ganância do que nós chamamos de indústria bélica. Continuando.

Nesse sentido, a CIF, a CIF faz uma alteração da concepção de incapacidade. E aí talvez... Lamento a ausência da presença do Senador Cristovam Buarque, nós poderemos talvez esclarecer a questão da descapacidade. Porque incapacidade está sendo uma tradução feita através da faculdade de saúde pública da USP, que pegou essa classificação, recebeu autorização da OMS, e traduziu o termo “disability” como incapacidade.. Se nós talvez quiséssemos aporuguesar e a moda de nossos escritores como Guimarães, criaram o neologismo, descapitados, talvez nós tenhamos que enfrentar uma corrente internacional que já legislou, que já estabeleceu, e inclusive a Organização Mundial de Saúde que já autorizou a tradução

como incapacidade, e não descapacidade. E incapacidade, segundo a CIF, é aquilo que indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo com uma condição de saúde dada, e os fatores contextuais, ambientais e pessoais. É um termo genérico que engloba todos os componentes: Deficiências, limitações nas atividades e restrições nas participações. Expressa o aspecto negativo da interação entre o indivíduo com problemas de saúde e seu meio ambiente físico e social. Esse ponto é fundamental quando nós dizemos o quê? A pergunta que vem em seguida com uma imagem. Pode passar o próximo.

Que é essa pergunta. De quem é a deficiência? E já foi respondida na Mesa que a deficiência, em primeiro passo, é produção, é o resultado de uma questão social, econômica. E que ela é responsabilidade principal do Estado, e que esse sujeito aqui, como imagem que eu vou descrever, é um deficiente carregando aquilo que nós vemos aos milhares também ainda no Brasil, os vendedores ambulantes de bilhetes da sorte e da fortuna. E é um homem lá na Ásia, em algum País do sudeste, que eu não consegui identificar. O próximo.

Nesse sentido, a definição de deficiência, na minha compreensão, no meu entendimento, ela precisa abrir para a pluralidade. Há uma heterogeneidade de tipos, condições e situações, graus, comprometimentos de pessoas com deficiência. Daí a necessidade, quando se falar em deficiência, o acréscimo ali, entre parênteses, do s. Deficiências. Posto que, deficiências, segundo a OMS, por exemplo, essa é mais uma das definições, são problemas nas funções fisiológicas ou das estruturas corporais de uma pessoa. Podem consistir em uma perda, distúrbio, anomalia ou qualquer outro desvio significativo a respeito de uma norma estatisticamente estabelecida.

Essa mudança já é uma mudança que vem em seguida, trabalhando o seguinte conceito. O próximo. Que é uma imagem, também, pode passar aí a pergunta. Que é sobre as limitações das atividades, que é onde eu, e aí eu me incluí, nós, nós podemos trabalhar? Essa é a primeira pergunta no mundo moderno, no mundo hiper capitalista, no mundo globalizado. Onde nós podemos trabalhar? E aí tem uma fotografia, lamento a imagem não está tão perfeita, que é de um homem atendendo na recepção de um hotel, deitado numa espécie de cama, uma maca, e é uma pessoa com deficiência, atendendo uma outra não, aspas, deficiente, do outro lado do balcão. As mudanças de posição no campo da possibilidade do trabalho são fundamentais. É quando as pessoas com deficiência, de fato, são, independente do grau do comprometimento e da gravidade do tipo de condição ou deficiência que essa pessoa esteja colocada ou da sua funcionalidade,

ela vai ser colocada, além da limitação, na possibilidade da realização de alguma atividade. E essas limitações de atividades, são o quê? Segundo a OMS, são as dificuldades que o indivíduo pode ter para realizar as atividades. Essas dificuldades podem aparecer como uma alteração qualitativa ou quantitativa na maneira como a pessoa desempenhar uma ou mais atividades em comparação com outras que não tenham problema de saúde semelhante. Ou seja, coloca todos os seres humanos, independente de condição de serem ou não pessoas com deficiência, com a possibilidade de atravessarem limitações de atividade. O próximo.

E aí vem o conceito que rompe com a questão de incapacidade, que é a funcionalidade. E aí eu trago uma imagem daquele concurso da OMS, que é de (inaudível), eu li o nome para vocês verem a diferença multicultural, que é difícil ler. Eu quando estava digitando eu errei umas cinco vezes a digitação desse nome. O que importa, nessa pergunta minha, é o quê? É a música ou o músico? E nós temos uma imagem que eu vou descrever para os nossos amigos. É um homem sem a sua perna... Vamos chamar aqui, prótese, a bengala canadense deixada de lado no chão com um vilão exercitando uma música. E o título em inglês era: Ou seja, era uma Odi, ou seja, era um canto, as pessoas com a questão de funcionalidade, limitações de participação e pessoa com deficiência. Continuando.

A funcionalidade, então, segundo a CIF, pode passar o próximo, na CIF o termo funcionalidade refere-se a quê? Refere-se a todas as funções do corpo, atividades e participação. Enquanto que de modo similar, aí vem a questão da capacidade, é um termo chapéu, como diz em Portugal, ou guarda-chuva como nós chamamos aqui. Para deficiências, limitações da atividade e restrições da participação. Ou seja, ele protege todas essas outras palavras. A CIF engloba também uma lista de fatores ambientais que interagem com esses componentes. O próximo. E é nesse sentido que vem a mudança maior de paradigmas. Que é quando, na era que nós estamos vivendo, que é chamada a era do acesso, onde nós sabemos que têm alguns que entram e alguns que ficam do lado de fora, em todos os espaços, em todas as condições de viver, em todos os ambientes, essa era do acesso e essa era da mídia que porque nós estamos aqui agora cercados de meios de comunicação e eu estou usando um nesse instante, e estou traduzindo também uma imagem, que na realidade é lá do Reinaldo Mondes(F) que mostra numa... Como se fosse numa rampa real, concreta, de acesso, alguns seres humanos, e o primeiro ser humano que sobe a rampa, com uma sombra, essa é uma fotografia feita com luz e sombra, onde aparece um cadeirante subindo um morro. A rampa, como nos

disse aí alguém, que nós vamos ter que atravessar na questão da conclusão de um novo documento que tem que estar, no próximo, seguindo um novo paradigma, o próximo, que seria...

Que a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde, conhecida como CIF, ou seja, portanto ela estabelece uma linguagem unificada e padronizada, assim como um quadro de referência para a descrição da saúde e dos Estados relacionados com a saúde. A CIF, ela foi aceita como uma das classificações sociais, sociais, não é médica, das Nações Unidas sendo mencionada e estando incorporada às regras uniformes para a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, que foi decretado por uma Assembleia da ONU em 1994. Portanto, a CIF constitui no entendimento da OMS, um instrumento apropriado para o desenvolvimento de Legislação Internacional sobre Direitos Humanos, bem como de Legislação em âmbito nacional. Segundo a OMS (soa a campanha), a CIF tem aplicação universal. Ela se aplica à todas as pessoas. Não se refere apenas a pessoas com deficiência. Essa é a mudança de paradigma do que nós entendíamos antigamente como uma classificação que a CID 10, da revisão nº. 10, que é usada inclusive até para a estigmatização e a segregação quando diz respeito a um atestado de uma pessoa com deficiência. Continuando. Isso aí eu tirei... Deixa só a última...

Volta lá porque eu quero que essas pessoas tenham essa referência bibliográfica, que é um livro que está aqui na minha mão. Que é sobre a prevalência de incapacidades. Um estudo da situação com base em sete Municípios de Minas Gerais, Relatório de pesquisa feito por Flávio Couto e Silva de Oliveira e Geraldo Cunha Cury, pelo CAAD de Minas Gerais em 2005. Foi distribuído esse livro aqui na Conferência Nacional, na primeira Conferência Nacional dos Direitos Humanos agora em maio aqui em Brasília. O próximo.

E aí vem a pergunta quando se fala de prevalência das incapacidades ou prevalência de situações de pessoas com deficiência e que são, indispensavelmente para serem pesquisadas, avaliadas e discutidas a nível nacional. Quem e quantos somos? Essa é a pergunta fundamental, não só do ponto de vista epidemiológico, nem só do ponto de vista estatístico, que é algo que a CIF tem previsão da utilização dela para realizar. Mas sim, para que a gente possa responder a segunda pergunta, que é a diferença na diversidade. Somos iguais. Ou seja, no mundo diverso, multicultural, inter cultural, num mundo de hiper capitalismo, num mundo de evolução a velocidades inimagináveis para a história do homem, com a produção quase que, vamos dizer assim, a obsolescência dos produtos da sociedade moderna

é de uma velocidade assustadora. O software que está aqui dentro, já está, entre aspas, totalmente obsoleto. A velocidade de acesso às informações que eu tenho dentro desse aparelho já está totalmente obsoleta. Porque nós somos uma sociedade, que tem uma grande massa, e é uma imagem feita pelo Jerome(F) (inaudível) para a Organização Mundial de Saúde, onde tem uma pessoa com deficiência intelectual olhando numa direção, e milhares de outras, essa fotografia é feita na China ou na Indonésia, um País do sudeste asiático, e milhares de pessoas, como se estivessem chapadas na fotografia, que são a homogeneização moderna dos sujeitos não mais como cidadãos, mas como objetos passivos num grande processo de massificação com perda total das suas identidades. Onde esse tipo de pessoa ainda é uma diferença na diversidade. E será que ela é igual a todos eles? Em direitos, principalmente. O próximo. Nesse sentido, eu trago aquilo que há anos, antes mesmo...

E eu faço essa afirmação com muito prazer, porque já em 1996 eu criei um site na internet, o primeiro site em língua portuguesa sobre paralisias cerebrais, e eu afirmei, escrevi, assinei e me responsabilizei: Deficiências não são doenças. E afirmo para o Senador que ele precisava estar ouvindo isso. Doenças são doenças, deficiências, são deficiências. E eu terei o maior prazer em sentar e esclarecer porque uma pessoa com diabetes não pode ser incluída como uma pessoa com incapacidade. Ela teve e tem uma condição diferenciada, ela tem uma condição de saúde que na realidade pela CIF, ela tem que estar na colocação de que ela está no campo de todos também. E nesse mundo do todo, várias situações orgânicas, elas não são necessariamente condição de pessoa com deficiência. É preciso deixar isso bem claro, inclusive no esclarecimento do que vai estar no estatuto da pessoa com deficiência. A CIF, voltando, constitui então uma classificação da saúde, não da doença. E dos domínios relacionados com a saúde. Domínios esses que nos ajudam a descrever as modificações que se operam nas funções e na estrutura do corpo. O que uma pessoa com uma determinada condição de saúde pode fazer num ambiente padronizado. O seu nível de capacidade. Valoriza-se não a incapacidade, mas qual o nível de capacidade de exercício desse cidadão, dessa cidadã, num determinado ambiente padronizado. Assim como, nesse momento, faz do seu ambiente real o seu nível de desempenho. Esses domínios são classificados tendo em conta a perspectiva do corpo, do indivíduo e da sociedade, recorrendo a duas listas. Uma lista das funções e estruturas do corpo, e uma lista dos domínios das atividades e participações. E nessa lista das atividades e participações, o meio...

E aí talvez a classificação que foi apontada aqui pela colega, ela possa ser incluída, talvez junto à CIF, para a construção de um novo equipamento, uma nova ferramenta de avaliação não só epidemiológica, clínica, como pedagógica de ensinar as pessoas sobre essa mudança de paradigmas.

Isso tudo está num guia para principiantes editado em Portugal, para uma linguagem comum de funcionalidade e incapacidade em saúde, CIF, classificação internacional de funcionalidade e incapacidade em saúde, publicado pela Organização Mundial de Saúde em 2002, sob o título: (inglês) *Aí vem a questão do disability and health*. Quer dizer, o “and health” mudou porque nós, antigamente, nós trabalhávamos com a noção de doença, classificação internacional de doença. E nós estamos trabalhando com uma classificação ligada à saúde. Com essa nova classificação eu passo ao próximo slide com uma fotografia. Pode passar.

Com essa nova classificação que eu estou trazendo para vocês, a CIF, a Classificação Internacional de Funcionalidade, em que pé. Porque a imagem descreve duas pessoas com deficiência cadeirante, sentadas, uma delas é nada mais nada menos de que um engraxate com uma caixa de engraxate, parecida com caixa de engraxate de primeiro mundo. Mas provavelmente, pela imagem, eu procurei, isso se dá num País como Turquia ou outra coisa semelhante. Onde os dois cadeirantes se interagem, e um deles engraxa o sapato do outro. E aqui é que vem a questão da ampliação dos campos de convivência com as diferenças, quando a gente perguntar isso e responder a possibilidade de que nós temos, passa o próximo, de sair de um modelo médico para um modelo centrado num sujeito. Ou seja, sair das classificações anteriores, o CID-10 e o CID-9, baseados, eles eram nas consequências das doenças onde a incapacidade era vista como um Estado da pessoa, era algo inerente à pessoa. Causado diretamente por doença. E deficiência ou outra condição de saúde.

Passou-se então, e essa é a entrada que a OMS traz com a classificação internacional de funcionalidade, a um novo sistema de classificação multidimensional, e interativo, que não classifica a pessoa, mas sim as características da pessoa, as características do meio ambiente, e a interação entre essas mesmas características. Permitindo assim descrever o estatuto funcional da pessoa. Achei essa frase ótima. Permitindo assim descrever o estatuto funcional da pessoa. O caráter relevante das profundas mudanças introduzidas no seu campo e âmbito de aplicação universal, concorreram para a progressiva utilização da CIF pelos diferentes Estados membros. O Brasil tem já um trabalho sendo feito, e já tem uma versão em português. Que é uma

versão que surgiu em 2003, uma versão oficial, publicada pelo centro colaborador da OMS para a família e de classificações em saúde, da Universidade de São Paulo, no Brasil, para qual o Ministério da Saúde de Portugal prestou sua colaboração, e que foi publicado em livro, no Brasil, e esta única versão está autorizada pela OMS em língua portuguesa. Porém, o Ministério da Saúde de Portugal obteve apenas a autorização da OMS para disponibilizar em formato eletrônico a sua tradução adaptada para Portugal. O próximo.

E aí nós vamos ter que trabalhar com novos conceitos de terminologias. E aí que tem um entrelaçamento da utilização de que a Convenção Internacional, as declarações internacionais, os pactos internacionais. E como, por exemplo, essa classificação internacional de um órgão de extrema responsabilidade, que é a Organização Mundial de Saúde, que embora tenha perdido durante algum tempo e ainda vem perdendo força na organização das Nações Unidas, perante o Banco Mundial. Tanto que a palavra desenvolvimento inclusive entra na convenção com muito mais força, talvez, do que na necessidade da erradicação da miséria e da pobreza e da prevenção das epidemias no mundo. Que são questões factuais muito reais para a nossa realidade mundial moderna e que são patrocinadas pelo hiper capitalismo. A CIF, que é um quadro de referência da OMS para a saúde, e incapacidade, introduz uma mudança radical de paradigma. Ou seja, do modelo puramente médico para um modelo biopsicossocial e integrado da funcionalidade e incapacidade humana. A sua armadura conceitual, aqui eu deixei ainda o português de Portugal, assente, ou seja, se mantém num modelo interativo pessoa-meio ambiente. Ou seja, é preciso ter a interação entre o sujeito e o seu meio ambiente para o surgimento de instituições em que nós possamos dizer: Este sujeito pode ser diagnosticado numa condição de pessoa com deficiência.

A linguagem comum que a CIF proporciona faz clarificar e uniformizar conceitos e terminologias. São aspectos cruciais que fazem com que essa classificação se constitua como uma ferramenta preciosa, com múltiplas finalidades, e seja suscetível de uma vasta gama de utilizações. A CIF, ela pode ser utilizada e vem sendo utilizada como uma ferramenta estatística, ela vem sendo utilizada na investigação e na pesquisa científica e nas pesquisas biomédicas. Ela vem sendo utilizada como uma ferramenta clínica, e ela vem sendo utilizada... E aí é o ponto que eu dou a grande chave para o nosso estatuto, ela vem sendo utilizada na discussão e na formulação de políticas sociais. É um campo fundamental que eu vou abordar em seguida. E também pedagógica, indo na direção daquilo que

a Ana Paula fala, da necessidade de que todos têm acesso à comunicação e informação, sobre termos da lei e sobre questão como o estatuto da pessoa com deficiência, e a Convenção Internacional, para que os sujeitos passem para uma nova mentalidade e uma postura de apropriação dos conhecimentos. Não sejam apenas alfabetizados no conhecimento. Tornem-se leitores críticos com uma contra leitura crítica de todos os textos, todas as leis, todas as normas, todas as regras que vão interferir na sua vida. E aí, as próprias pessoas com deficiência têm que ser emponderadas como leitores críticos. O próximo.

E aí vêm as aplicações da CIF segundo a OMS. Primeiro, a nível individual. Ou seja, ela pode ser útil para a avaliação dos indivíduos. Por exemplo, ela pode interrogar, qual é o nível de funcionalidade da pessoa? Ela pode ser usada para a planificação individual do tratamento. Que tratamentos ou intervenções podem maximizar, melhorar a funcionalidade desse cidadão? Para a avaliação do tratamento de outras intervenções. Quais os resultados do tratamento? Quão úteis foram as intervenções? Que é uma boa interrogação para os profissionais da área de reabilitação. Para a comunicação entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, e outros trabalhadores no domínio da saúde, do serviço social e do serviço da comunidade. Para a auto avaliação por parte dos consumidores. Como avaliar minha capacidade relativamente à mobilidade e à comunicação? Eu digo sempre que hoje, quando nós falamos em cidadania, a primeira palavra que vem antes é consumidores. Nós somos consumidores e depois cidadãos. Lamentavelmente perante o quê? O império que nos domina e que coloca o tempo todo, a força do seu poder de capital traduzindo muito mais o direito do desejo ao consumo, do que a afirmação da condição de princípios de cidadania para o sujeito. E isso é uma questão que eu posso discorrer num outro momento e tem gente que não vai gostar muito. Porque vou fazer algumas interlocuções com o nosso modelo de vida social, económica e política.

Para as organizações e serviços, passando o seguinte, a CIF também traz algumas mudanças a nível institucional. Por exemplo, para fins educativos e de formação, ela pode traduzir para o planeamento e desenvolvimento de recursos. Que cuidados de saúde e outros serviços serão necessários? Essa é uma interrogação, por exemplo, que o Conselho Nacional de Saúde, na Resolução 155, promulgada o ano passado em 2005, faz a interrogação quando diz que é urgente no Brasil que se faça um levantamento das condições de atendimento e de acesso aos serviços de saúde no Brasil. É uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde. Perguntando que cuidados de saúde e outros serviços

são necessários para as pessoas com deficiência, por exemplo, hoje no Brasil. Para melhoria da qualidade, que é uma questão fundamental, a CIF trabalha com qualificadores. Ela não trabalha com quantificadores. Quando ela muda o conceito para uma questão social da pessoa com deficiência, e não médica, ela não quer saber quantos doentes, ela quer saber quantos sujeitos cidadãos e cidadãs têm capacidade para, estão impedidos e limitados por, tem habilidades para. Ou seja, ela muda essa concepção, quando ela faz a sua classificação. Até que ponto servimos bem os nossos clientes? É a grande pergunta que se faz. Quais são os indicadores básicos, válidos e fiáveis para assegurar a qualidade? Para gestão e avaliação de resultado, até que ponto são úteis os serviços que prestamos? Perguntas, interrogações para os grandes gestores de serviços públicos no Brasil. Seja de educação, saúde, trabalho, e todas as áreas que prestam e têm que prestar serviços, integrar e incluir e fazer a inserção real e concreta de pessoas com deficiência.

Para a gestão de modelos de cuidados que integram a prestação de cuidados de saúde. Pergunta fundamental em relação à questão. Qual é o custo, eficácia dos serviços que se prestam. Nós sabemos que na questão de planeamento e gestão de recursos na área de saúde, uma das questões fundamentais é saber o quanto de recursos económicos nós temos para investir. E quantos são necessários de reais para que a gente faça efetivamente uma prática de saúde de qualidade e democrática e socializada para todos. Como se pode qualificar o serviço com vista o obter melhores resultados a um custo inferior? Uma pergunta fundamental, que é a simplificação. Que é a modificação dessas políticas sociais no campo da saúde, por exemplo.

Aí entramos no ponto fundamental que eu quero abordar na interface entre a convenção e o estatuto, que é a formulação de leis e política. E nesse campo, a nível social, que é o ponto fundamental da classificação internacional de funcionalidade, nós vamos ter que pensar os critérios de elegibilidade como os que se referem a direitos. Eu sei, eu vi uma... As pessoas estão com fome. Tanto que eu tinha sugerido que a gente passasse para tarde essa fala. Eu sabia que ia ser difícil. Porque está para acabar. Mas eu não posso interromper porque senão eu vou ficar deixando capenga uma afirmação fundamental em relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para ajudar, sem interromper, que tu já me avisou antes. E quem sou eu para não querer ajudar aqui. É que muitos estão fazendo um apelo por causa do almoço. Estamos aqui desde as 10h00, e já temos 13h40...

SR. JORGE MÁRCIO PEREIRA DE ANDRADE

– Então eu vou saltar, e quem quiser depois vai entrar e vai pedir a cópia disso daqui. Mas eu vou colocar uma coisa simples, que é no final, para a avaliação do meio ambiente. Porque a CIF trabalha com essa concepção no que se refere ao design universal, a implementação das normas de acessibilidade, a identificação de facilitadores de barreiras ambientais e a modificação operada na política social. Ou seja, ela discute a avaliação de que mudanças foram realmente feitas.

Nesse sentido, nós vamos ter que fazer a intercessão de dois pontos pelos quais eu me bato e sou militante ativista. Que é a questão das políticas públicas e Direitos Humanos. E tem uma colocação que vem em seguida, que é de que na formulação de políticas públicas, tem uma frase de uma Procuradora de São Paulo, que eu acho que é fundamental e que eu vou ler. A ausência ou a insuficiência dos direitos sociais como trabalho, renda, educação, saúde, moradia, alimentação, bem como a existência de circunstâncias e arranjos sociais que dificultam o acesso a esses direitos e a vida digna, criam sérios obstáculos ao exercício de todos os outros Direitos Humanos, e fundamentais das liberdades. Para que os Direitos Humanos não sejam violados, então é necessária a adoção de medidas concretas, planejadas e bem definidas para a realização desses direitos. Pode passar. É o outro próximo.

A relação existente entre políticas públicas e a realização de direitos, especialmente direitos sociais, é por isso direta, porque demanda prestações positivas por parte do Estado. É nesse sentido que a afirmação que já foi feita tem que ser consolidada. É nessa Casa e na outra aqui do lado que nós temos que trabalhar para que o Estado se torne o principal responsável na área da saúde, da educação, e de todos os outros direitos de pessoas com deficiência. Sem responsabilização de terceiros. Tomando para si essa responsabilidade afirmando cada vez mais... Pode passar o próximo. Pode passar aí, o próximo.

E eu quero colocar apenas um tópico a mais. Que é o tópico da bioética. Nós estamos num mundo de grandes avanços tecnológicos. Pode passar. E nós temos questões bioéticas seriíssimas a serem consideradas. Principalmente, pode passar o próximo, se nós pensarmos que temas bioéticos em questão hoje em dia, no mundo atual, como epidemias, mulheres, morte e padecimento, envelhecimento, eugenia, eutanásia e vida sustentada, sexualidade, raça e racismo, aborto, genética e desenvolvimento da saúde humana, política de desenvolvimento e Legislação, política de alimentação, crianças e futuras gerações, as obrigações com essas crianças e o seu futuro, homens, casamento e outros tipos de relacionamento conjugais. Podemos

dizer que vivemos num tempo das nano tecnologias, da clonagem, da experimentação com embriões, dos chips, dos implantes, de um seminário a ser transformado pelas ciências e suas técnicas. E em especial pelas biotecnologias. Mas também somos ainda um ser humano que não pode deixar de ser ético e político nas suas ações. E apesar de todos os avanços e retrocessos, sejam técnicos, científicos ou tecnológicos, ou históricos políticos e biológicos, cabem a cada um que conseguiu permanecer com o estômago roncando até agora, manter-se acima de tudo, um, ou uma, defensor, ou defensora, intransigente dos Direitos Humanos. Me desculpe se eu me alonguei, se o tema foi demasiado longo para a fala, e eu peço desculpas pelo avançado inclusive da minha fala. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

– Só para uma orientação rápida, nós vamos encerrar, e à tarde nós temos seis painelistas. Alguém aqui está me dizendo que eu faça um apelo para que ninguém fale uma hora. Seis painelistas começando às três, nós vamos terminar... Me ajude na conta. Nove da noite.

Então, o apelo que eu faço, todos foram brilhantes, parabéns a todos que aqui usaram da palavra, mas se puderem resumir na parte da tarde, no máximo em 30 minutos, vai nos ajudar muito. Mas sem sombra de dúvida, Dr. Jorge, V.Ex^a, como todos os painelistas, deram uma grande contribuição ao debate para a gente poder fazer uma bela sintonia entre o estatuto e a convenção recentemente aprovada.

Então, chamamos a todos para retornar à atividade às 15h00. Bom almoço a todos.

Sessão suspensa às 13h40

Sessão reaberta às 15h21

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Retomo a nossa Audiência Pública. Eu convido... Quem é que está faltando falar? Cadê a lista? Cleide Ramos. Pode vir?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quer ajuda para transportar o computador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está pronta? Então, eu passo a palavra à Dr^a. Cleide.

SRA. CLEIDE RAMOS – Vou apresentar o data show agora a tarde?

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu creio que sim. Tem como fazer a conexão? Quer começar enquanto prepara? Ou prefere esperar?

SRA. CLEIDE RAMOS – Sim, eu posso começar, sim.

Bom, boa tarde a todos, eu sou Cleide Ramos, Promotora de Justiça na Bahia, em Camacan, sul da Bahia. Gostaria de cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Senador Paulo Paim. É um prazer enorme estar aqui com os senhores. Gostaria de parabenizar também todas as palestras que foram feitas pela manhã, que foram bastante esclarecedoras, bastante profícuas, e acredito que essa audiência no Senado vai ser realmente histórica e emblemática na luta, na consolidação desses direitos da pessoa com deficiência, diante do advento da Convenção Internacional.

Então, meus parabéns a todos os senhores. Realmente esta Casa está realmente se sobressaindo nesta luta. Gente, eu vou tratar da incorporação dos tratados de Direitos Humanos no ordenamento brasileiro. Vai ser uma explanação muito rápida, até porque o colega Joelson Dias, Advogado, também membro do CONAD ele vai tratar melhor sobre o assunto e ele é finalmente o especialista nessa área.

Bem, o art. 5º, § 2º da constitucional, fala que os direitos e as garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Esse foi, digamos assim, o arcabouço que vigorou até o advento da Emenda Constitucional 45, que aconteceu agora no ano de 2004, que disciplinou essa validade e incorporação dos tratados, sejam eles de Direitos Humanos, sejam chamados tratados tradicionais ou comuns no ordenamento brasileiro. O sistema de direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal, ele se baseia em três módulos de garantias e direitos, os chamados direitos e garantias expressos, que são aqueles escritos, se encontram no art. 5º a 17 da Constituição Federal, direitos implícitos, que seriam outros da corrente, da interpretação do ordenamento constitucional, e também constantes em outros dispositivos que não naqueles que a lei com direitos e garantias fundamentais. E os decorrentes dos tratados. Isso porque, se a gente retornar para a redação do art. 5º do § 2º, ele diz o quê? Que mesmo existindo direitos e garantias expressos na Constituição, e princípios que asseguram Direitos Humanos, não se exclui o reconhecimento pelo Governo Brasileiro de outros direitos e garantias que venham expressos em tratados internacionais.

Então, o ponto nº. 1 é que sempre se reconheceu que fora do ordenamento jurídico brasileiro existem direitos e garantias que têm um status de norma constitucional, devido a essa disposição do art. 5º, § 2º, e passa a integrar o chamado bloco da constitu-

cionalidade. Isso sempre conferiu a esses tratados e agora eu vou me ater aos tratados de Direitos Humanos, porque o tratamento dispensado pelo legislador constituinte, quer seja tratado de direito humano ou tratado convencional ou comum, é um tratamento diferenciado. Pode-se dizer que os tratados de Direitos Humanos, eles sempre receberam um tratamento privilegiado. Privilegiadíssimo, eu diria. Em razão mesmo do reconhecimento de que essas normas de direitos e garantias fundamentais que remontam na carta das Nações Unidas e posteriormente passaram a ser... A receber, digamos assim, uma definição legal, a partir da declaração universal dos direitos do homem, 48, e isso continuou em seguida até nós avançarmos, ultrapassarmos os conceitos de direitos civis e políticos, e atingirmos também o conceito de direitos coletivos, os chamados DESCs, Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Então, houve um aperfeiçoamento, digamos assim, da definição. E também do tratamento dispensado a esses Direitos Humanos. E esse tratamento decorre do chamado jus cogens, que é o reconhecimento de que esses Direitos Humanos e garantias fundamentais, eles decorrem do próprio direito dito natural, ou seja, o princípio da dignidade humana, ele é anterior mesmo a esse direito escrito. E por conta disso se justifica todo um tratamento diferenciado e especial para os tratados de Direitos Humanos, que foi dado neste art. 5º, § 2º. E conseqüentemente, sempre se reconheceu na nossa Legislação constituinte uma constitucionalidade material. Os Direitos Humanos, sob a égide da nossa Constituição, eles sempre tiveram status de normas constitucionais. Ainda que não sejam normas constitucionais. Em que pese, e aí eu vou mostrar daqui a pouco, em que pese a divergência que existe doutrinária e jurisprudencial em relação a esse tratamento dado a esses tratados de Direitos Humanos.

A constitucionalidade material ela difere da constitucionalidade formal. A constitucionalidade formal, por exemplo, é o que a gente vai encontrar na Emenda que foi feita recentemente, na Emenda Constitucional 45. A Emenda de reforma do Poder Judiciário. A constitucionalidade material ela era reconhecida por uma interpretação decorrente, digamos assim, dessa obrigatoriedade dos Direitos Humanos na esfera internacional. A constitucionalidade formal ela exige que esse Decreto, esse tratado, essa convenção, que ela seja internacionalizada pelo Governo Brasileiro mediante um processo formal de incorporação ao nosso ordenamento. Foi o que fez a Emenda Constitucional 45, quando estabeleceu um quorum qualificado.

Então, saiu-se então da pura e simples constitucionalidade material, e avançamos para uma constitucionalidade também informal.

Então, a conclusão que a gente tem, a conclusão nº 1 é que se o direito à garantia viesse próximo ao tratado internacional de Direitos Humanos, retificado pelo Brasil, nenhuma lei interna poderá revogá-lo diante do status de norma constitucional que o § 2º sempre lhe assegurou.

Então, isso é muito importante para a gente. Normente diante da posição do Supremo Tribunal Federal. A consequência disso é que existe uma hierarquia e privilégio dos tratados de Direitos Humanos. E, conseqüentemente, existe uma impossibilidade de controle da constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Porque esse núcleo de direitos e garantias fundamentais, eles são considerados cláusulas pétreas pela nossa própria Constituição Federal, no art. 60, § 4º, inciso 04.

Então, conseqüentemente, se são cláusulas pétreas, não têm como eles sofrerem uma argüição ou uma declaração de inconstitucionalidade. Isso é uma interpretação dessa posição que reconhece que desde sempre esses tratados de Direitos Humanos tinham um status de norma constitucional. Ou seja, uma eficácia material. Como consequência disso, a gente tem que a violação dos tratados de Direitos Humanos implica em responsabilidade internacional e violação da Constituição Federal.

Então, se admite que o status desses tratados, desses textos de convenção dos Direitos Humanos, se admite que eles têm esse status de norma constitucional, então caso eles sejam violados, haverá conseqüentemente, via de regra, uma violação do próprio texto constitucional. Isso implica, inclusive, em responsabilidade daquele que render ensejo a essa violação.

Então, em relação a outros tratados, que não têm essa natureza de Direitos Humanos, digamos assim, a doutrina mais avalizada entende que não se trata de dispensar a eles um tratamento de norma constitucional. Conseqüentemente, esses outros tratados ditos tratados comuns, eles seriam passíveis, em tese, de revogação por uma lei ordinária, porque eles teriam uma validade, digamos assim, de lei infraconstitucional.

Então, vejam a diferença de tratamento. Nunca se negou na nossa... Digamos assim, na nossa jurisprudência e na nossa doutrina que os tratados de Direitos Humanos mereciam um tratamento especial.

Bom, essa característica de nossa infraconstitucional de outros tratados, de qualquer modo, ainda seria uma relação de norma infraconstitucional, porém com uma característica de supra legalidade. Isso é uma interpretação dos internacionalistas. Ou seja,

admitindo que, mesmo tendo essa característica de norma infraconstitucional, então eles não poderiam ser, mesmo assim, revogados por lei posterior, embora eles pudessem ser submetidos ao controle da constitucionalidade.

Então, vejam bem que existe uma diferença realmente entre esses tratados comuns e os tratados de Direitos Humanos. E essa diferença ela sempre existiu. Com relação aos outros tratados, então, eles sempre foram passíveis de revogação pela denúncia. Por essa característica, mesmo assim, de norma infraconstitucional, porém supra legal, ainda assim eles não poderiam ser revogados por uma lei interna, ordinária, como por exemplo, um estatuto, como esse que a gente está discutindo aqui. Porque um instrumento correto de revogação seria a denúncia.

Bom, a aplicabilidade dos tratados de Direitos Humanos, então, com base nesses privilégios, é uma aplicabilidade imediata, que é dada pelo próprio art. 5º da Constituição Federal. Que diz que todos os direitos e garantias fundamentais tenham a aplicabilidade imediata.

Então, nós adotamos, aqui no Brasil, o nosso sistema internacionalista adota o chamado Monismo Internacionalista Causeniano(F), que com base nesse entendimento de status constitucional dos tratados de Direitos Humanos, reconhece então que não há necessidade de Decreto presidencial para a incorporação no nosso ordenamento jurídico. Porque isso aconteceria automaticamente, aliás, isso acontece automaticamente com a ratificação.

Então, basta o tratado de Direitos Humanos serem ratificado pelo Governo Brasileiro para que ele automaticamente se incorpore ao ordenamento jurídico brasileiro, com o status de norma constitucional. Isso é uma posição doutrinária, mais avançada em relação à posição do STF. Qual é a posição majoritária do STF? Bom, o Ministro Moreira Alves, ele entendeu numa Relatoria que ele fez, que todos os tratados, inclusive tratados de Direitos Humanos, tem status de norma infraconstitucional. Por isso se diz que ele revogaria a lei anterior e admitiria a revogação por norma constitucional. Porque isso é a decorrência natural desse status de infra constitucionalidade. Essa, infelizmente, ainda é a posição majoritária no Supremo Tribunal Federal, com base numa decisão ainda muito antiga, ainda da década de 70, e que portanto não acompanhou a evolução que os Direitos Humanos receberam nos diversos sistemas legislativos até então. Uma posição minoritária do STF, defendida pelo Ministro Sepúlveda Pertence, entendeu que havia uma hierarquia infraconstitucional. Porém, com um status de supra legalidade. É aquilo que eu falei mais atrás, que é a outra posição.

Então, mesmo tendo essa característica de norma infraconstitucional, ou seja, de ser semelhante a uma lei ordinária, ela não admitiria a revogação posterior por uma lei ordinária. Vale dizer ainda que se reconheça junto com o Supremo Tribunal Federal que as convenções, sejam elas de Direitos Humanos ou outra, ainda que se reconheça que elas têm um status de norma infra constitucional, elas não poderiam sofrer revogação por uma lei ordinária posterior. A doutrina humanista entende e defende a posição que eu propositadamente comecei a defender desde o início, porque assim a gente bate, bate na tecla e aí os senhores vão assimilar mais essa... É um pouco de manipulação da minha parte, eu admito isso. Foi proposital.

A doutrina humanista, então, reconhece desde o início que os tratados de Direitos Humanos têm esse status de norma constitucional material. Isso significa dizer que essa doutrina humanista é contra a posição do Supremo Tribunal Federal. A posição do professor Celso de Albuquerque Mello é de que existe uma hierarquia constitucional, porém, com prevalência dos tratados de Direitos Humanos sobre a Constituição. Olha que interessante. É uma posição que vai um pouquinho além, ela ainda coloca essa Legislação de Direitos Humanos como se ainda ela pudesse ser superior à Constituição. Com base em quê? Com base no princípio de que a norma mais benéfica ao ser humano, seja ela interna ou internacional, é ela que deve ser adotada.

Então, essa posição é uma posição também muito interessante, e que, como Regina falou hoje pela manhã, a gente pode ver um pouco dessa influência humanista do professor Mello no próprio art. 4º, item quarto da Convenção Internacional, que diz que a assinatura dessa convenção pelo Estado parte, não impedirá que outras leis mais benéficas existam no âmbito interno de cada Estado membro.

Então, vejam que interessante. A Emenda Constitucional 45 diz o seguinte, o acréscimo ao § terceiro do art. 5º. Diz o seguinte: Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros serão equivalentes às Emendas constitucionais.

Bom, e aí os internacionalistas públicos ficaram se questionando: Mas qual a necessidade de se trazer esta constitucionalidade formal com essa modificação no § terceiro, essa inserção do § terceiro da Constituição Federal se desde sempre nós tivemos esse respeito, esse tratamento aos tratados internacionais como normas materialmente constitucionais? Então, isso vai trazer alguma implicação na nossa esfera interna? Então, são os questionamentos que a gente vai poder responder até o final.

Então, veja só, até então havia uma aprovação por maioria simples. Antes dessa Emenda Constitucional de 45. Não havia esse quorum qualificado que exigia essa votação em dois terços, e aprovação de três quintos, que o quorum de três quintos é um quorum típico de Emenda Constitucional.

Então, na realidade, veja bem, o art. 27 da convenção de Viena, sobre os direito dos tratados de 69, ele diz o seguinte, que uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado.

Então, a gente tem uma consequência prática aí que é o quê? Aquela indagação que a gente faz. Ora, o que acontecerá, por exemplo, com o nosso Projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, diante desse quadro de se reconhecer que a Convenção Internacional e todos os tratados seguintes de Direitos Humanos, todos os que vierem após a edição dessa Emenda Constitucional, todos eles terão esse status de Emenda Constitucional se forem aprovados com esse Fórum qualificado.

Então, vem a pergunta, e alguém do movimento já assinalou com essa preocupação: Mas como que vai ser se nós não conseguirmos esse quorum qualificado? Como vai ser se a gente não conseguir mobilizar todos esses Deputados e Senadores para que haja essa votação expressiva de Emenda Constitucional? Todos sabem as dificuldades que se tem para se conseguir uma votação dessa. Ora, na realidade, o que a gente percebe é que, ainda que essa situação acontecesse, com base nessa tendência dos internacionalistas mais progressistas, de sempre reconhecer essa constitucionalidade dos tratados de Direitos Humanos, não haveria prejuízo. Não haveria prejuízo para o Sistema de Direitos e Garantias Fundamentais. Também não haveria prejuízo em razão do próprio disposto na Convenção Internacional, que resguarda que outras melhorias, que melhorias mais benéficas possam vir a ser feitas.

Então, veja bem, por outro lado, por que é que seria interessante também a gente ter esse quorum qualificado? A Ana Paula defendeu hoje pela manhã, não é? Entendendo que isso seria, que isso daria uma segurança maior. Claro, porque a gente... Como diz o ditado popular, iríamos matar dois coelhos de uma cajadada só. Quer dizer, além da constitucionalidade material, substancial, nós teríamos também uma constitucionalidade formal.

Então, tendo essa natureza de Emenda Constitucional, automaticamente a convenção de direitos de pessoas com deficiência seria uma convenção petrificada, de cláusula pétrea. Ela não poderia mais sofrer nenhuma modificação que fosse, digamos assim, pior

em relação aos direitos ali assegurados. Melhor nós já vimos que ela mesma ressalva que isso é possível, melhorias. Mas não poderia haver piores, não poderia haver retrocessos.

Bom, essa integração formal, isso que é importante a gente fixar, ela não vai modificar essa constitucionalidade material, que passa a existir desde a ratificação pelo Governo Brasileiro, independentemente ou não dessa internalização por Decreto Presidencial após votação com quorum qualificado do Legislativo.

Bom, outra inovação dessa reforma que teve no judiciário, que levou a Emenda Constitucional 45, ela vem expressa no art. 109, inciso 5º, A. Que diz o seguinte, que a possibilidade que a Justiça Federal, ela venha a ser competente para julgar as causas relativas aos Direitos Humanos.

Então, qualquer conflito futuro que possa existir envolvendo a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ele vai poder ser dirimido numa justiça, digamos assim, mais especializada. Porque a Justiça Federal, ela lida no dia-a-dia com a Legislação internacional. Coisa que nós que pertencemos à justiça comum, não fazemos. Embora devêssemos, já que essas normas têm esse status de normas constitucionais. Deveríamos usar e respeitar tanto quanto. Porém, não existe essa tradição, digamos assim, nas nossas práticas forenses.

Então, isso acaba trazendo uma tranquilidade também para o movimento, porque abre essa perspectiva de que uma justiça mais especializada e mais sensibilizada para as causas de Direitos Humanos, venha a julgar essas ações onde esses Direitos Humanos e garantias fundamentais estejam sendo discutidos.

Então, nas hipóteses de grave violação dos Direitos Humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar perante o Superior Tribunal de Justiça em qualquer fase do inquérito ou processo incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Então, está aí fechada essa ampla possibilidade de conquista, na realidade, de um foro privilegiado, também para o julgamento de causas relacionadas a Direitos Humanos.

Bom, a conclusão que a gente chega não pode ser outra. A República Federativa do Brasil, ela é regida por um princípio que está esculpido no art. 4º, que é o princípio de prevalência dos Direitos Humanos.

Então, qualquer que seja a discussão que venha a ser travada, ou nos tribunais ou fora dos tribunais, não se pode perder em vista que nós temos que respeitar sempre essa prevalência dos Direitos Humanos. Isso é

essencial. Então, todos os Direitos Humanos eles são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os Direitos Humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos culturais e religiosos. É dever dos Estados promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos econômicos e culturais.

Então, mais um reforço. Além do nosso art. 4º da Constituição Federal, o § 5º da Declaração e Programa de Ação de Viena, de 93, que foi a segunda conferência mundial de Direitos Humanos, já disse expressamente que os Estados partes sempre têm que ter, em mente, eles têm que se reger por essa prevalência dos Direitos Humanos.

Então, diante da Emenda Constitucional 45, como ficam as modificações ou melhorias que transcendam o texto da convenção? Então, poderão ser feitas por leis ordinárias? Leis internas mais benéficas não implicam em violação da hierarquia das leis diante do disposto nesse art. 4º item 4º da convenção que eu já falei.

Então, o art. 4º, item 4 da convenção, ele diz o seguinte: Nada nessa convenção deve afetar qualquer tipo de provisão que seja mais benéfica para a realização dos direitos de pessoas com deficiência. E que já está contada na Lei de Um Estado parte ou lei internacional que esteja em vigor naquele Estado. Não haverá nenhuma restrição ou negação de qualquer dos Direitos Humanos fundamentais reconhecidos ou existentes em qualquer Estado membro na presente convenção, em conformidade com a lei, com as convenções e convênios, com os regulamentos ou costumes sobre o pretexto de que a presente convenção não reconhece esses direitos ou que os reconhecem em menor medida.

Então, está aí assim, digamos assim, o tranquilizante principalmente para a sociedade civil, de luta de direitos pelas pessoas com deficiência.

Então, na realidade nós temos algumas melhorias a acrescentar. É claro que um processo de discussão de Convenção Internacional, isso já foi colocado na fala do Astorga, não é um processo simples, envolve os interesses dos mais diversos possíveis, de diversos Estados membros, com suas peculiaridades históricas, culturais, religiosas... Enfim.

Então, obviamente que nós precisamos e temos que fazer algumas melhorias em relação a alguns conceitos que não foram tratados adequadamente no texto da convenção. Até para evitar aquela possibilidade de que o consenso mais uma vez não acontecesse e

que se tivesse que protelar mais ainda, o que para o movimento não era interessante.

Então, a gente tem a questão do acesso à justiça, a gente tem a questão do tratamento dos indígenas, a gente tem a questão dos grupos que residem em áreas de isolamento demográfico. A gente tem a questão, por exemplo, uma questão muito prática que eu tive um caso na minha comarca essa semana que me deixou bastante preocupada.

Apareceu um rapaz de prenome Márcio, com deficiência intelectual, apareceu na comarca vizinha e ele mal sabe falar o nome dele. Ele só sabia falar o nome da mãe, o primeiro nome da mãe, que seria Cibele, ele não tinha informação, não sabe falar onde ele mora de onde ele vem, nós não conseguimos nenhuma informação. Mais de uma semana convivendo com o padre, e inclusive eu tive que colocar ele no abrigo de idosos, porque não tinha um abrigo, e numa situação dessas, sem nenhuma referência familiar, como resolver o problema de Márcio? Quem vai cuidar de Márcio se a família de Márcio é desaparecida? Quem sabe, inclusive, se não foi a própria família de Márcio que jogou Márcio lá no Município de Pau-Brasil? Enfim, e esse Projeto do estatuto, por exemplo, ele prevê como medida de proteção um abrigo. Mas a gente sabe, a gente tem aqui o Dr. Jorge Márcio, que falou um pouco do movimento anti manicomial, a gente sabe que esse modelo asilar, ainda que com o nome de medida de proteção e o nome de abrigo, muda-se a nomenclatura, mas não se muda a essência da medida. Não é uma medida adequada.

Então, isso também é um ponto que, provavelmente, a gente vai discutir nesse processo, ainda, de discussão com a sociedade civil.

Então, é só para ilustrar que nós temos, sim, ainda muitas matérias ainda a serem abordadas. E por fim, o que eu gostaria de dizer é que o movimento das pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, têm se sobressaído pelo rompimento de todas as barreiras. Desde as barreiras físicas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, até a pior delas, e a mais invisível, que é a barreira atitudinal.

Então, essa barreira atitudinal, os senhores vão enfrentar também na justiça. E vão enfrentar essa barreira no tratamento que venha a ser dispensado a essa Convenção Internacional. Mas eu quero dizer que eu estou bastante tranqüila, porque eu tenho certeza que essa luta, os senhores vão ganhar também. Os senhores vão vencer também. Eu não tenho dúvida disso. O nada sobre nós sem nós, que foi tanto dito aqui, ele tem mostrado essa força do movimento.

Então, era só essa contribuição que eu gostaria de dar, e muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu tenho a alternativa agora de chamar o Ricardo, que eu acho que tinha compromisso para viajar, não é isso? Então, eu passo a palavra. Depois acho que a Dr^a. Ela. Não é isso? Quer vir para aqui logo?

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Bem, eu quero inicialmente cumprimentar o Senado do Brasil por esse evento, que já está tendo larga repercussão em âmbito nacional. Quero dizer que é uma honra estar ao lado do Senador aqui, eu estou realmente emocionado. Muito obrigado.

Porque todo cidadão brasileiro que toma como bandeira prioritária a educação tem toda razão e tem que ser acolhida a sua bandeira como prioridade absoluta. Dizem os historiadores que o que fez o Japão ressurgir como Phoenix, das cinzas atômicas foi a prioridade que deu à educação. Tanto é verdade que as únicas pessoas que não devem reverência ao imperador japonês são os professores, que são reverenciados pelo imperador.

Então, de fato essa percepção acerca da prioridade da educação é algo que falta no Brasil e que deveria ser adotado imediatamente. Mas eu gostaria de falar sobre a convenção e sobre o estatuto, o Projeto de Lei do estatuto que tramita aqui no Senado. Eu prefiro, como disse a própria Dr^a. Isabel, apoiar o imediato avanço do Projeto que aqui tramita. Porque ele está muito mais adiantado na discussão, a minha posição em termos de opção política seria por esse Projeto.

Então, penso que nós todos deveríamos concentrar nisso. Realmente há uma distância muito grande entre o Projeto que está aqui no Senado e aquele que tramita na Câmara, sem desmerecer os nobres Deputados. É uma questão só de amadurecimento do processo que aqui se desenvolveu. Mas eu gostaria de tratar a respeito de alguns pontos específicos como membro do Ministério Público do Trabalho, eu gostaria justamente de ressaltar o aspecto laboral, que está apontado no Projeto do estatuto, em face do que estabelece a convenção, mas outros pontos também como a própria educação, a proposta que consta do estatuto em relação à convenção, também o aspecto da definição, e algumas questões referentes à acessibilidade.

Bem, falando inicialmente acerca do que diz a convenção sobre o conceito de pessoa com deficiência. Essa é uma questão fundamental, porque o conceito, na verdade, estabelece um princípio e uma opção política. Quando a convenção da ONU está a estabelecer que a pessoa com deficiência é aquela

com uma limitação física, intelectual ou sensorial que por isso tem dificuldade para exercer os atos normais da vida, e que, em razão do seu ambiente social, têm prejudicados os seus direitos, a convenção, como todos já disseram, está a adotar o critério transcendente do médico. Ou seja, está a institucionalizar a idéia de sociedade inclusiva. Porque ela estabelece que a deficiência esteja na sociedade, em ter aptidão de receber as necessidades de todos. Isso é fundamental. Portanto, o conceito que está delineado no Projeto deve ser aprimorado. Há algumas questões que se colocam a partir da lista estabelecida também no Projeto.

O Projeto está a incluir como novidade os deficientes visuais monoculares e os auditivos que não ouvem com um ouvido apenas. Nesse aspecto o projeto se adiantou ao que estabeleceu o próprio CONAD quando fixou o Decreto 5296 a partir de uma discussão altamente legitimada pela amplidão com que ela se desenvolveu, pela amplitude com que ela se desenvolveu no território do Brasil. Quer dizer, entendeu o CONAD que as pessoas com visão monocular, embora tenham um problema sério, não têm as mesmas restrições sociais do que as pessoas com baixa visão, tal como definem, e os cegos. Também os surdos, que ouvem com um ouvido. Ouvem. Não são efetivamente pessoas que têm aquela chamada surdez social, que não conseguem se comunicar e que não conseguem ouvir os diálogos.

Então, é algo que deve ser revisto. Portanto, me parece que a melhor opção, também o Projeto avança, porque inclui o autismo, inclui as condutas típicas, etc, mas me parece que a melhor opção seria estabelecer o fim da lista. E o critério absoluto de que só será considerado deficiente aquele que tem uma limitação física mental ou sensorial e que em razão do seu ambiente social tenham a sua cidadania prejudicada. E no mais, isso seria discutido caso a caso. Só para os senhores terem uma idéia, o Tribunal Superior do Trabalho considera não deficientes os monoculares. Já há várias decisões nesse sentido, no que diz respeito à disputa de cotas. Já o Superior Tribunal de Justiça, o STJ, entende, sim, que as pessoas com visão monocular são deficientes para fim de cotas em concursos públicos.

Então, a própria jurisprudência do Brasil vacila, e eu penso que a idéia de se estabelecer o conceito com restrição social, clínica e social, e também uma tabela de funcionalidade a partir da CIF, como bem expôs a Dr^a. Isabel e também o Dr. Jorge, seria uma idéia interessante para que caso a caso isso fosse desenvolvido. O temor que a Dr^a. Isabel colocou acerca de um estatuto que teria que ser regulamentado, não me parece preocupante. Eu vou explicar porque.

O estatuto se vier a ser aprovado, é uma norma completa com começo, meio e fim. Então, por definição o estatuto prescinde de Decretos. Como é que você pode regulamentar melhor a aplicação de um estatuto de uma CLT ou de um código? Por meio de simples e meras instruções normativas e portarias, que são normas de segundo e terceiro escalão no âmbito do Executivo.

Então, é muito mais fácil você regulamentar um estatuto ou um código ou uma CLT. A CLT mesmo é regulamentada por instruções normativas do Ministério do Trabalho, por portarias, etc. É o que certamente deverá ocorrer, caso venhamos a aprovar o estatuto. Sei também que o Movimento das Pessoas com Deficiência ainda temem o estatuto. Ainda temem a perda de direitos, diz que nós temos uma Legislação completa. Ocorre que, justamente porque, vários dos conceitos estão definidos em Decretos, simples Decretos, eles podem ser alterados monocraticamente pelo Presidente, isso é um risco político, mas há um risco jurídico. Muitos dos conceitos que estão em Decretos, não cabem em Decretos. Deveriam estar em leis. Por isso que o STJ, por exemplo, não considera o deficiente monocular fora da lista de deficientes, embora o Decreto não os inclua. Porque eles entendem que o Decreto aqui é ilegal. E isso é discutível, não sei. De qualquer forma, o Superior Tribunal de Justiça vai nessa linha. Porque trata-se de aplicar um Decreto, apenas. Então, é da maior importância política e jurídica a convalidação das normas que estão em Decretos, hoje em lei.

Bem, outro aspecto que eu gostaria de abordar é o que diz respeito à educação. Um aspecto que a Regina já apontou muito bem, que diz, lá no início do Projeto, que a família e o responsável legal da pessoa com deficiência deve optar e escolher por ela que tipo de escola ele vai seguir. Ora, isso quebra todo o direito subjetivo de cidadania das pessoas com deficiência de serem os senhores da própria vida. É claro que é quem tem que ter prioridade nessa escolha é a própria pessoa.

Por outro lado, há um problema que eu não senti ao ler o capítulo inerente à educação, que é a opção pela escola inclusiva. Isso está ambíguo no Projeto. Extremamente ambíguo. O que é inconstitucional, data venia. Porque a Constituição toma essa preferência. Os princípios estabelecidos na Constituição têm força de lei. Acima de qualquer outra. Portanto, a preferência constitucional pela escola inclusiva vai ao encontro do que estabeleceu a convenção da ONU, portanto a Constituição do Brasil faz compatível a nossa Legislação com que estabeleceu a ONU, e Projeto de Lei, data máxima venia precisa ser aprimorado nesse sentido. Eu posso dar um depoimento, claro, eu apoio

as escolas especiais. Não sou contra elas, não. O que eu acho é que não devem ser um gueto. Elas devem trabalhar em parceria na escola comum. Quer dizer, eu mesmo sempre tive baixa visão, e jogava bola com os meninos de igual para igual. Sempre fui meio perna-de-pau, mas jogava bola. E isso fez com que eu ousasse um cargo no Ministério Público e hoje esteja aqui. Quer dizer, o fato de não me colocar em guetos foi importantíssimo para a minha vida toda. E também para os meus colegas, que aprenderam a conviver comigo desde sempre. E certamente saberão lidar bem com todas as diferenças referentes às pessoas com deficiência visual.

Bem, outro aspecto que eu gostaria de abordar, como eu disse, trata da educação profissional que me parece prioritária. Senhoras e senhores, o Brasil tem cerca de cinco anos e seis meses em média de escolaridade. Tivemos um grande avanço nos últimos 15 anos. Passamos de dois anos e pouco para cinco anos e pouco. É muito pouco ainda em relação à própria América Latina. Mas de qualquer forma estamos a avançar. Todavia, as pessoas com deficiência, infelizmente, segundo o próprio IBGE têm uma escolaridade média que é a metade da média da população brasileira. Dois anos e pouco. Dois anos e quatro meses, Senador.

Então, é um problema sério. A questão da educação da pessoa com deficiência. E eu sinto que isso vai continuar assim enquanto essa idéia não migrar para a escola comum. Nós temos que ter as escolas todas envolvidas na diversidade. Porque você, criança, aprende a conviver com a diversidade na prática. Não na teoria.

Então, você vai aprender a conviver com menino surdo, , você vai aprender a conviver com menino cego, e aprender com tudo isso. Eu me lembro que quando eu aprendi os rudimentos do braille, eu não domino claramente o braille, porque eu tinha baixa visão. Perdi a visão apenas quando adulto já no terceiro ano da faculdade. Aliás, uma coisa fundamental, eu só consegui me formar, e quero aqui fazer um agradecimento de público, graças aos nobres colegas da turma de 84, vai aí a minha idade, da turma de 84 do Largo São Francisco da USP. Todos se solidarizaram e fizeram gravações em fita. Eu sou produto da turma 1984 da USP em direito.

Então, quer dizer, para eles todos, foi algo muito bacana para todos nós. Nós aprendemos juntos a desenvolver um problema que eu tive que enfrentar na faculdade. Todos ganhamos com isso.

Bem, portanto a questão da educação, inclusive, não está muito bem delineada ainda no Projeto, e na

minha opinião não está compatível nem com a Constituição do Brasil tampouco com a convenção da ONU.

Bem, no que diz respeito aos contratos de educação profissional, no art. 48, o Projeto do estatuto versa sobre o contrato educativo, que fala que... Estou a parafraseá-lo, o art. 48 estabelece que o contrato de trabalho educativo se dá no interior de instituições públicas e privadas e tem a finalidade educacional preponderando sobre a produtiva, sem gerar vínculo de emprego no que o estatuto denomina muito bem de oficina protegida terapêutica. Há uma correção a fazer ali. Porque quando ele menciona instituição pública ou privada ele deve frisar muito bem que é sem fim lucrativo. Porque as instituições com fim lucrativo não podem ter um contrato educativo. É o que estabelece já o velho ECA no seu art. 68, de onde se inspirou essa figura. O contrato de trabalho educativo do art. 48 do Projeto está inspirado no art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas o art. 68, de origem, ele estabelece que o trabalho educativo se dê em instituições sem fins lucrativos, porque é claro, se ele estiver numa instituição com fim lucrativo o aspecto produtivo prevalecerá sobre o educativo.

Então, essa é uma correção essencial que deve ser feita o quanto antes. No que diz respeito ao estágio, que está regulamentado no art. 49 do Projeto, o estágio profissionalizante, andou bem o Projeto, no sentido de estabelecer que o estágio, da pessoa com deficiência, não se dá por causa da deficiência, como já ocorreu no Brasil. E ainda ocorre em alguns Estados. Contratam-se deficientes como estagiários sem a mínima razão de ser. Isso é inconstitucional, porque o art. 7º, inciso 31 estabelece que não deverá haver discriminação de salário, critério de função ou... Perdão, exercício de função ou critério de promoção em razão de deficiência. Portanto, o estágio profissionalizante é uma modalidade de formação profissional escolar, em que se desenvolve na empresa o conhecimento prático de teoria profissionalizante que se tem na escola de ensino médio ou na universidade.

Então, nesse sentido, andou bem. Porque o Projeto estabelece exatamente assim o estágio profissionalizante, dizendo mesmo que ele serve só para isso enquanto houver matéria de cunho profissionalizante no ensino médio ou na universidade. Há um probleminha ali de redação também, porque ele menciona o art. 49 que o estágio deve se desenvolver em pessoas jurídicas públicas, e ele esquece das pessoas jurídicas privadas.

Então, tem que corrigir. Já um errinho de digitação, certamente. E no art. 50, o Projeto fixa a aprendizagem da CLT. O que eu estava a dizer aqui para o Guilherme Bara(F) da FIESP, que é o grande avanço.

Eu quero deixar bem claro, Senador, existe uma tendência no Brasil de dizer assim: Se a empresa não puder contratar porque é difícil, porque ela tem muita tecnologia ou porque é uma área que não tem tradição de pessoas com deficiência, ela poderia pagar como ocorre na Alemanha ou na França, uma taxa para que as ONGs formassem pessoas com deficiência dentro das ONGs.

Bem, eu sou contra essa proposta e vou dizer porque. Porque ela é exclusiva, perdão ela é excludente. Ela institucionaliza o gueto que nós queremos superar. Na minha opinião, a formação profissional da pessoa com deficiência, se for necessária, deve ocorrer dentro da empresa justamente por intermédio do contrato de aprendizagem, o que já é possível hoje, porque a lei 11.180 de setembro de 2005 rompeu o limite teto da idade para pessoas com deficiência. E aprendizagem pode ser desenvolvida no Brasil em convênio com ONGs e com o sistema S, SENAI, SENAC, etc. As ONGs, no Brasil, têm uma tradição de décadas com relação à formação profissional de pessoas com deficiência, mas elas o fazem dentro das oficinas protegidas de produção e terapêuticas. Aqui um reparo também que eu gostaria de fazer ao Projeto. O Projeto... Penso que no art. 51, não tenho certeza exatamente de que artigo, ele mantém institucionalizadas as oficinas de produção, oficinas protegidas de produção. O que me parece absolutamente equivocado. Absolutamente equivocado. A oficina protegida de produção é um local de trabalho que se desenvolve dentro de uma ONG e que a pessoa fica a vida inteira fazendo exatamente a mesma coisa e ganhando um salário muito menor do que um trabalhador no mercado. Portanto, a oficina protegida de produção deve ser superada. Nós devemos desenvolver um... Por quê? Porque ela mantém a pessoa dentro de uma ONG, trabalhando, ganhando muito pouco, e depois que ela ficou oito meses fazendo exatamente a mesma coisa, uma semana fazendo exatamente a mesma coisa, por que continuar assim e não se trabalhar na perspectiva de se desenvolver um conhecimento profissionalizante dentro da empresa? Portanto, essa idéia da oficina protegida de produção fere frontalmente a Constituição do Brasil, ela não foi recepcionada pela Constituição do Brasil, embora o Decreto 3298 previsse. É que o Decreto não é lei. Mas se o estatuto, na minha opinião, fortalecer a idéia de oficina protegida, estará a fortalecer um gueto. Inconstitucional e contrário ao art. 27 da convenção da ONU. Porque o art. 27 da convenção da ONU, ao tratar da questão do trabalho, ele diz claramente que o esforço dos Estados membros é no sentido de incluir a pessoa no trabalho comum, fora de guetos.

Então, data máxima venia do Projeto, com maior respeito que ele merece, etc, esse é um ponto que deve ser prontamente banido. A oficina protegida, a oficina protegida de produção. Eu até admito a oficina protegida terapêutica, que é outra coisa. A oficina protegida terapêutica, aí sim, é um aprendizado que se faz dentro de uma ONG, para você ter um contato inicial com trabalho, não tem jornada de trabalho, não tem nada disso. É para você, digamos assim, se habilitar. Mas uma vez que você está habilitado, você deve ir para empresa, sair da ONG, e trabalhar como qualquer outro empregado. Não se justifica a manutenção da chamada oficina protegida de produção, que é a eternização de um gueto, contrário ao art. 7º da Constituição do Brasil, contrário ao que preconiza a convenção que estamos por adotar.

Outro aspecto que eu gostaria de trazer aqui, me foi solicitado por pessoas com deficiência em geral, (soa a campainha) Uma lista de apoio... Só mais cinco minutos. Uma lista de apoio ao estatuto. São três pontos que se colocam. Primeiro, no que diz respeito ao conceito.

Bom, primeiro eu quero dizer que todos elogiaram muito o estatuto em vários pontos. Houve grandes avanços. Inclusive um que eu esqueci de frisar aqui antes de frisar essas proposituras é que no art. 257 do Projeto, há um redução da cota... Perdão, não redução da cota, mas redução da base de cálculo da cota. Hoje a cota de empregabilidade, de pessoas com deficiência, começa com empresas de 100 empregados para cima. Esse Projeto está a reduzir a base de cálculo para 50 empregados, exatamente como fez a Europa, que já acerca de 40 anos tem cotas de 20 e 50 empregados. Estamos adotando a de 50, tudo bem. Acho que é um avanço importante. Se puder baixar para 20, melhor ainda. Mas acho que 50 é uma boa base de cálculo.

Bem, eu quero dizer uma coisa. Sim, a proposição que fizeram as pessoas. Primeira delas, que na parte que trata da inclusão de comunicação, falta se contemplar o chamado livro por e-mail digital. Porque a pessoa receberia o livro digital e teria a possibilidade de sublinhar, destacar, etc, etc. Também a vídeo-descrição nos filmes, nas televisões, que é muito importante para nós cegos. Porque a hora que eles se beijam, a gente não entende nada. Se não tem ninguém do lado falando “olha, eles estão se beijando”. E aí, se a cena fica mais apimentada ainda, quem tem coragem de avisar “olha, estão fazendo isso. Agora tiraram a roupa”. Não dá.

Então, era melhor que fosse alguém descrevendo e você pudesse ouvir com o fone de ouvido. As pessoas ficam constrangidas às vezes de descrever determina-

das cenas. Mas, enfim, é claro que a vídeo-descrição é muito importante também para as pessoas com deficiência visual. A legenda, a legenda também é muito importante para pessoas com surdez, que não lêem LIBRAS, e que enfim são oralizados(F) e precisam da legenda. Outra questão importantíssima que falta ser contemplada na parte de inclusão, e eu digo a vocês, isso realmente é importante. Os documentos pessoais das pessoas, as cédulas de dinheiro têm que ser acessíveis a todos. As pessoas estão vendo, mas eu acho que não é muita gente, principalmente motorista de táxi. Sabe como eu faço para fazer o cara pensar que eu sei como é que é o dinheiro? Eu ponho as notas em posições que eu conheço. Eu.

Então, eu tiro da carteira e falo: Olha, me devolve tanto de troco. Aí ele fala “pô, o cara sabe como é que é”. Mas a rigor eu não sei. Porque a nota não diz nada. Ela deveria ser impressa em alto-relevo. Não tem nenhum sinal na cédula do real que possa ser identificado por pessoas cegas. Também os documentos pessoais, na carteira de identidade, no título de eleitor. O título de eleitor, então, é terrível. É um papelzinho pequenininho. Você sai da junta eleitoral com outro menor ainda. Você fala: “Meu Deus, aonde eu vou por isso?” Quer dizer, as coisas tinham que ser mais claras, os documentos e as cédulas.

Outra questão importante, aqui é uma sugestão que veio dessa lista que me foi passada pela jornalista Isabel da Silva, de São Paulo... E eu concordo. Porque existe no estatuto, no Projeto, um capítulo sobre crimes e penalidades, lá no fimzinho. Só que esse capítulo é muito genérico. Por exemplo, se um arquiteto faz um Projeto inacessível, qual é a pena para ele, arquiteto? Então, o que se sugere, e me parece adequado, é como faz a CLT, Senador, ao final de cada capítulo, existe o item das penas. Certo? A CLT, a velha CLT, já é assim. E funciona bem. O Ministério do Trabalho quando vai fiscalizar já sabe a pena para cada, ambiente de trabalho, não registrar o empregado, etc. Cada capítulo tem a sua pena respectiva. O crime é um setor aparte, mas existem as penas administrativas e as penas criminais.

Então, poderíamos estabelecer ao cabo de cada item, cada título, as penas administrativas de multa, etc, etc, e no final os crimes. Isso me parece que seria uma bela mudança estrutural, e eu agradeço os membros dessa lista que fizeram essa sugestão.

Bem, eu teria muito mais a dizer, mas quero dizer que o Ministério Público do Trabalho, pra mim, e eu quero dar um depoimento aqui para o Brasil, o Ministério Público do Trabalho, pra mim, cidadão cego, é uma instituição que merece todo o meu carinho, respeito, dedicação integral. Quando eu me formei, eu tinha já

um currículo bastante qualificado, que a modéstia me desculpe, mas mesmo assim não conseguia. Eu já estava começando mestrado, Senador, e ninguém me empregava. Nenhuma empresa me empregou. (soa a campainha) Tampouco um sindicato muito famoso que hoje, graças a Deus, é defensor da causa. Mas na época não me empregou, por causa da falta da visão. Também fiz concurso para Juiz, em 90, era Assessor de um Juiz, trabalhava redigindo decisões, ajudando um Juiz maravilhoso, Dr. Osvaldo Proes(F) que foi meu primeiro pai, mentor, etc, mas eu não pude ser Juiz, porque o judiciário brasileiro entende que a pessoa cega não reúne condições para exercer a magistratura, com que eu divirjo. Porque eu fazia na prática.

Mas o Ministério Público abriu pra mim a oportunidade de fazer o concurso, havia cinco mil candidatos, eu tive a honra de ser aprovado entre os três primeiros, e exerço a função de Procurador hoje, concluí o mestrado, o doutorado, sou também professor, Senador, por isso o meu grande carinho pelo senhor. E só digo uma coisa a vocês, (soa a campainha) A única coisa que o Ministério Público me propiciou foi oportunidade, respeito e instrumentos. Nada mais. E é isso que as pessoas com deficiência precisam no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero parabenizar a fala do Dr. Ricardo, e dizer que não apenas a fala é boa, mas o exemplo pessoal é bom. E fazer um comentário sobre a escola inclusiva. Eu sou totalmente defensor da escola inclusiva, como Governador aqui no Distrito Federal, fiz um esforço nesse sentido e como Ministro também. Agora, repetindo talvez o que eu falei de manhã. Precisamos que a escola seja inclusiva no Brasil, até mesmo, para aqueles que não têm qualquer deficiência, mas não têm escola. A escola no Brasil é excludente, porque ela não é para todos. E não é de qualidade. É preciso que ela seja de qualidade e para todos. E receba aqueles que são merecedores de cuidados especiais. Desde usar óculos, sem o que o aluno não aprende, até outros tipos de apoio. E volto a falar o que disse o Luiz Fernando de manhã com a palavra descapacitado. Nós precisamos fazer com que todos sejam capacitados, compensando as deficiências que um ou outro tenha conforme o tipo. E, além disso, fazer a inclusão, sim, da educação de pessoas, crianças, sobretudo, com e sem deficiências. Eu chamo para falar a Dr^a. Ela Wiecko.

Eu queria, aproveitando a vinda, cumprimentar aqui a Mara Gabrilli, que está aqui conosco, e que se quiser no final falar alguma coisa, eu terei maior prazer em abrir alguns minutos. Pode ser até daí mesmo, se for mais fácil para você.

SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

– Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, meu colega Ricardo, senhoras e senhores, agradeço a oportunidade que me dão de vir fazer alguns comentários a respeito desse substitutivo do estatuto de pessoas com deficiência, frente à convenção internacional, que está prestes a ser... Enfim, ratificada, assinada por vários Países, inclusive pelo Brasil. Eu fiz a minha análise em termos comparativos, mas eu não vou poder deixar de fazer também alguns comentários, é, sobre alguns pontos que eu percebi no estatuto. Haveria outros, mas alguns que dizem mais de perto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Bom, em primeiro lugar eu acho assim, que é importantíssimo, até pela fala do colega do Ministério Público do Estado, diante dessa possibilidade de ser ratificada a convenção pelo Brasil, com o quorum ou sem o quorum, então como compatibilizar esses dois diplomas legislativos.

Então, eu acho que o ponto nodal realmente é o conceito de deficiência. Com relação aos direitos, a convenção ela arrola, ela é muito longa e vai falando todos os direitos que se aplicam às pessoas com deficiência. Na realidade, nem precisaria fazer essa distinção, porque os Direitos Humanos, eles são aplicáveis a todas as pessoas indistintamente. Mas, enfim, o que eu percebi é que, inclusive o estatuto, ele faz referência a direitos que não estão na convenção. Por exemplo, um deles, o direito à habitação.

Então, com relação aos direitos, não há nenhum problema. O problema realmente está na questão do conceito. Será que o conceito que está na convenção, proposta, é mais abrangente, menos abrangente do que aquele que é proposto pelo estatuto?

Então, o primeiro problema que eu vejo é que o português, ele não é língua oficial nas Nações Unidas.

Então, esse texto que a gente já tem e que todos nós trabalhamos aqui em língua espanhola, ele pode ser traduzido de diversas formas. Eu até tenho percebido, por exemplo, na questão do estatuto de Roma, como ele foi mal traduzido para o português na hora da sua incorporação pelo Decreto Legislativo, então isso pode também acontecer. Como é que nós vamos, por exemplo, traduzir o que na convenção fala em “descapacidade”. Nós demais o que é o conceito de deficiência, e na convenção diz que as pessoas com incapacidade incluem aquela que tem deficiência. É um pouquinho diferente. É, eu confesso que eu não consegui chegar a uma conclusão definitiva se a convenção, ela é mais abrangente ou menos abrangente do que o conceito no estatuto. Porque, veja o seguinte, na convenção ela é restritiva no sentido de que ela só

atinge as pessoas com deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais a largo passo.

Então, significa... Não é exatamente permanente, ou é... Mas evidentemente é diferente do que está no estatuto que fala em duração provisória ou permanente.

Por outro lado, eu posso analisar como sendo mais abrangente o conceito da convenção quando inclui pessoas com deficiências intelectuais. E o nosso estatuto, ele só fala nas mentais.

Por outro lado, o estatuto diz que considera-se deficiência toda a restrição que dificulta... Restrição física que limita a capacidade, dificultando a sua inclusão social. Entretanto, a convenção ela fala nas deficiências que, ao interagir com diversas barreiras, possam impedir.

Então, nesse ponto, eu vejo que o estatuto é mais abrangente, porque ele fala apenas na dificuldade. E aqui ele fala no impedimento. São verbos diferentes. Por isso que eu digo também que a tradução, ela vai ser importante. Aqui na convenção fala em impedir a participação plena e efetiva na sociedade. O estatuto, ele usa uma expressão, que é muito, está muito expandida, ela é usada muito assim, ela... Ela, vamos dizer, é um jargão. Queremos a inclusão social. Mas, me parece que essa expressão participação plena e efetiva na sociedade, ela é mais rica, ela é mais abrangente do que meramente inclusão social, que diz muito e também não diz. Porque nós podemos começar fazer até diferença entre inclusão social, inclusão econômica. Eu acho que quando se fala em participação plena e efetiva na sociedade, é uma expressão que abrange todos os níveis de inclusão.

Então, eu até preferiria essa modificação no estatuto. Mas, enfim, eu acho que deu para perceber que são conceitos que num instrumento e no outro, eles não são totalmente colidentes. Às vezes eles estão trabalhando junto, mas em alguns detalhes, eles podem um ser maior do que o outro. E nesse caso, evidentemente, aquilo que for mais abrangente, ele deve ser preferido para o estatuto. Agora, o outro ponto que eu gostaria de mencionar já foi mencionado pelo Ricardo, que é a questão da educação. Eu vou ressaltar, não posso deixar de ressaltar, porque isso é uma bandeira do Ministério Público Federal, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive pelo manual de educação inclusiva, que editou, e também já foi colocado, a forma como está no estatuto, quer dizer, essa possibilidade de opção, quer dizer, colocando como uma questão de opção da família, na verdade, isso implica numa inconstitucionalidade. Porque o que a Constituição, ela determina, por todos os artigos, é a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular.

Tem uma questão aqui da convenção que me parece que seria muito interessante ser incorporada no estatuto. Por conta mesmo daquelas coisas que já foram colocadas, que pode não ter... Ser incorporada com o quorum qualificado, ou sequer não ser incorporado, enfim. Existe na convenção uma preocupação com a proteção das pessoas com deficiência nas situações de calamidade. E, infelizmente, o Senador sabe que ele é um lutador pela causa ambiental, do jeito que as coisas estão, as calamidades elas tendem a aumentar. E nós precisamos já ter medidas definidas na lei em situações de calamidade que não são apenas por catástrofes ambientais. Eu me lembrei dessa porque é uma coisa que nos preocupa muito, mas outros tantos tipos de catástrofe em que deve ter na lei claramente determinada assim a prioridade, medidas, como atuar na proteção das pessoas com deficiência.

Bom, e agora então eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito daquilo que, não tem nada a ver com a convenção, porque a convenção ela não desce essas minutas. A convenção é uma convenção para todos os Países.

Então, os Países, eles têm que legislar, mesmo que essa convenção ela seja incorporada com o quorum qualificado, então, que vai ter um status constitucional. Isso não vai significar que não precise de medidas legislativas como leis ordinárias, Decretos, resoluções, portarias, enfim, toda uma pletora de instrumentos legislativos para detalhar. Isso sempre é necessário.

Então, o que é que... Alguns pontos que me chamaram atenção. O estatuto, ele incorpora o que o Decreto 5296 ele trouxe. E aí, ele vai criar, certamente, várias dificuldades. Porque alguns prazos dos 5.296, eles já esgotaram. Algumas medidas já foram, inclusive, editadas, outras estão prestes a editar.

Então, se vem um novo instrumento Legislativo, ainda que vai ter um prazo para a vigência, se não me engano, de seis meses porque é um estatuto e tal, vai criar, vai só dar um conforto para todas aquelas entidades públicas e privadas que, com as quais, o Ministério Público tem mantido um embate no sentido de agilizar a edição de regras técnicas, por exemplo, principalmente na questão do transporte.

Então, eles vão ganhar um fôlego, vão ganhar mais tempo. Temos mais quantos meses? 36 meses nós vamos ganhar por conta disso.

Então, eu acho que teria que fazer uma revisão àquilo que já está incorporado, (soa a campainha) Que o prazo já venceu. Não pode dar a impressão que existe mais algum prazo. Para terminar, porque essa aí assusta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

– É o seguinte. Eu sugiro que se façam mais Audiências Públicas para discutir algumas questões aqui que envolvem Ministério Público, Poder Judiciário... Porque senão vai criar, com aquela coisa de querer ajudar, vai só complicar, vai criar uma confusão, por exemplo, no processo civil, com relação à Ação Civil Pública. Essa criação de uma vara de pessoas com deficiência... Bom, eu, primeiro, não tenho uma reflexão sobre isso, mas eu quero lembrar o seguinte, acabou de sair uma lei sobre violência doméstica. (soa a campainha) Então, nessa Lei de Violência Doméstica, inclusive, há uma preocupação de proteção às pessoas com deficiência. Agora está dizendo que uma ação de alimentos, toda ação de alimentos vá para essa vara com deficiência.

Então, imaginemos uma situação que é uma criança com deficiência cuja mãe... E ela junto com a mãe, porque a situação de violência doméstica abrange tanto a mãe quanto a criança, aonde essa ação tem que ser proposta? Quer dizer, foi toda construída uma lógica de criar uma justiça especializada para a violência doméstica e agora se atravessa essa vara para pessoas com deficiência. Então, isso tem que ser melhor pensado para não criar dificuldades maiores.

Então, com o Ministério Público também, porque tem algumas regras que não têm necessidade, e outras que podem criar incompatibilizados e discussões no judiciário. Com isso, então, eu termino. Acho que consegui colocar os pontos mais importantes que eu queria ressaltar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu parablenizo pela sua fala, Drª. Ela, e eu chamo o Joelson Dias. Não está? Eu, ao mesmo tempo em que convido o Joelson, eu vou pedir licença para comparecer até o plenário, onde o Paim já foi e eu passo a Presidência para ele.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme já anunciou o Senador Cristovam, ele está indo ao Plenário porque o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, pediu que ele fosse até lá. Ele já anunciou, então, está com a palavra o Joelson. Joelson, você dispõe do mesmo tempo que os outros dois painelistas usaram antes desse seu momento aí. Que nós todos estamos na expectativa aqui. Está com a palavra.

SR. JOELSON DIAS – Obrigado, Senador. Uma boa tarde a todos. Queria inicialmente agradecer o convite que me foi formulado, e até pelo adiantado da hora já, Senador, e todos os presentes, e em decorrência das brilhantes exposições que já tivemos ao longo deste dia, espero efetivamente nem dispor

de todo este tempo. Efetivamente muito já foi dito, eu acho que a Comissão de Direitos Humanos bem assim a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado foi de uma extrema felicidade em convidar os expositores que ouvimos ao longo de todo o dia de hoje, porque na sua grande maioria, mais do que a experiência acumulada não só a profissional, como a acadêmica, como ativistas, militantes de Direitos Humanos na área das pessoas com deficiência puderam dar o seu próprio testemunho no que vem acompanhando. Tanto no que diz respeito à elaboração do estatuto como também do que foi a adoção, ou será a adoção dessa Convenção Internacional sobre Direitos Humanos pela ONU. Isso só enriquece o nosso debate, e acho que reside justamente nisso, Senador Paulo Paim, o maior mérito do Senado, enfim, do Congresso Nacional.

Nós podemos efetivamente, às vezes, reclamar que o estatuto ainda não contempla todos os nossos anseios. Podemos externar a nossa preocupação de que o estatuto venha eventualmente a derogar, a suprimir direitos que foram historicamente conquistados, mas nós não temos o direito de reclamar de não estarmos sendo ouvidos. A Câmara e o Senado têm sido extremamente generosos em ouvir os segmentos, aberto as suas portas para a nossa manifestação, e a minha esperança, a minha expectativa pessoal é de que assim continue sendo. Acho que nós precisamos ampliar esse debate, esse debate não pode ficar apenas em Brasília, precisamos levar isso também aos Estados. Acho que o INTERLEGIS pode ser uma boa porta para isto, e fica aqui a minha sugestão, se V.Exª me permite, de que o Senado, além de continuar convocando Audiências Públicas como esta, disponha também do INTERLEGIS para que possamos envolver a sociedade civil nos Estados por intermédio dos “experts”, dos especialistas na causa, das suas ONGs, e sobretudo dos conselhos estaduais das pessoas com deficiência.

Eu acho que a realização de uma semana de valorização como essa é de extrema importância, e eu tenho a Audiência Pública de hoje mais como ato simbólico de afirmar a importância da causa, de realmente ter este dia como um marco. Porque, efetivamente somente agora é que temos o substitutivo, a minuta apresentada pelo Senador Flávio Arns, e com certeza é a partir de agora que a discussão, pelo menos a mim me parece, deverá efetivamente começar.

E da mesma forma o mesmo se passa em relação à Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência, da ONU. A convenção, a expectativa muito grande de que ela venha a ser aprovada agora em dezembro, e obviamente, somente depois dessa

aprovação é que a gente poderá analisar e buscar identificar o alcance exato desta convenção. De tudo, o mais importante fica, a meu ver, é o papel da sociedade civil. E é de muita felicidade que o Congresso esteja neste momento seguindo a mesma tendência das Nações Unidas. As Nações Unidas permitiram a participação da sociedade civil, e mais do que a participação, as Nações Unidas efetivamente ouviram a sociedade civil. E é muito importante que o Congresso, assim, também o faça.

Precisamos, sim, eventualmente ter um estatuto, mas desde que seja um estatuto que assegure absolutamente todos os direitos já existentes, e que inclusive avance na proteção dos direitos da pessoa com deficiência. E que se tome, então, o tempo necessário para se garantir esse aperfeiçoamento, para se garantir esse avanço. O que não se pode, ao final, é ter um instrumento amplo, compreensivo, mas que, porventura, não contemplem direitos já adquiridos e depois venhamos a enfrentar uma discussão jurídica para saber se o estatuto, por ser mais amplo, revoga ou não o que já existe. É este o risco que corremos, é esta a solução jurídica que precisamos encontrar. Precisamos, sim, eventualmente ter um instrumento mais amplo, que dê maior proteção, mas que não ameace o que já foi efetivamente assegurado.

E a sociedade civil, como vinha dizendo, tem o seu papel, tem a sua importância. Não somente em lhe assegurar a participação em momentos como esse da semana da valorização da pessoa com deficiência, mas de efetivamente ser ouvida e ser acatada aí as suas sugestões. E claro, quando se fala em sociedade civil, estou incluindo também não somente o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas também os conselhos estaduais, os conselhos municipais. É a eles que esse substitutivo do Senador Flávio Arns deve ser remetido, e é deles também que se deve ouvir. Eu deveria...

Pensei até em lamentar o fato da Drª. Cleide Ramos ter esgotado a minha fala, mas, de uma certa forma, obviamente já vinha esperando que isso pudesse acontecer. Afinal, eram muitos os expositores. E na verdade, me senti foi extremamente honrado, porque com toda a experiência dela, toda a militância ela ter se manifestado, se pronunciado justamente sobre o tema sobre o qual mais gostaria de falar, me deixou na verdade foi muito honrado de perceber que estou aí seguindo o caminho dos doutos e a experiência realmente recomendava alguma manifestação naquele sentido.

E falo mais especificamente da incorporação desta convenção ao direito interno brasileiro. Para muitos, pode parecer que com a adoção da Convenção

Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a missão esteja já cumprida. E sem querer desanimar, mas a mim me parece que é justamente o contrário. Estamos apenas começando um trabalho que será extremamente árduo. Tenho aqui do meu lado uma outra autoridade no direito, e falo isso sem... Com muita honestidade, tanto em relação à Dr^a. Cleide quanto em relação ao Dr. Ricardo Tadeu, porque são pessoas realmente reconhecidas no seu meio, que têm um trabalho intenso, mas mais do que isso, que são militantes, realmente, são pessoas apaixonadas pela causa. E já ouvi do Dr. Ricardo Tadeu, ou pelo menos me disseram, o Dr. Ricardo Tadeu ter sido considerações elogiosas à Emenda Constitucional 45, porque permitia justamente agora que um tratado internacional fosse incorporado no direito interno brasileiro, já com o status de norma constitucional. Isso me deixou muito surpreso, e ao mesmo tempo muito pensativo, porque preciso discordar muito dessa manifestação dele. Porque concordamos no efeito final. É muito bom termos a possibilidade de um tratado de Direitos Humanos ter o status de norma constitucional. Mas nós discordamos da maneira como isso acabou acontecendo no Brasil.

E aí, Senador, eu preciso dizer isto, porque foi neste espaço aqui e na Câmara, que a Assembléia Nacional constituinte em 88 se reuniu. E historicamente, pelo menos para nós internacionalistas do direito, defensores dos Direitos Humanos, seguidores da lição de Cansado Trindade, e fica aí a nossa expectativa de que ele venha a ser até indicado para a corte internacional de justiça em AIA(F), é uma outra pregação que faço ao Senado. Para que o Senado efetivamente adira a esse pleito e possamos em substituição a Francisco Rezek, indicar, o Brasil indicar realmente Antônio Cansado Trindade para a corte internacional de justiça e AIA. Mas enfim, nós, seguidores de Antônio Cansado Trindade, sempre defendemos, aprendemos com ele e sempre defendemos duas coisas.

Primeiro que esses tratados internacionais de Direitos Humanos tinham ou deveriam ter a sua incorporação imediata ao Sistema de Direito Interno Brasileiro. Porque não se poderia conceber o Tratado Internacional de Direitos Humanos com a mesma natureza daquele tratado tradicional, típico, comercial, que estabelece as relações entre os Estados, imunidades entre os diferentes Países. Tratado de Direitos Humanos, pela sua própria natureza, é a proteção da dignidade da pessoa humana, é o sujeito, a pessoa humana é o principal sujeito de direitos. Tinha necessariamente e tem necessariamente que ter uma natureza muito distinta desses tratados comerciais. E por isso então a sua incorporação imediata, antes mesmo de

tudo esse trâmite de Decretos legislativos e Decretos presidenciais. A simples assinatura, a simples ratificação permitiria essa incorporação automática no direito interno. Essa foi a primeira lição que nos ensinou o Cansado Trindade, mas nos ensinou uma outra também e não menos importante. Ratificado o tratado, acolhido o tratado pelo Congresso Nacional, automaticamente lhe era conferido o status de norma constitucional. E daí a minha divergência com o Dr. Ricardo Tadeu. Não precisávamos, Dr. Ricardo Tadeu, na nossa concepção, na nossa defesa idealista, romântica, quase que grotesca(F) dos Direitos Humanos de um quorum qualificado no Congresso Nacional. De dois terços, ou de três quintos para que o tratado pudesse ter o seu status constitucional. Por força do § 2º do art. 5º da Constituição, nós tínhamos convicção plena, absoluta, de que o simples fato do tratado ter sido aprovado pelo Congresso e depois ratificado pelo Presidente, independentemente do quorum, já lhe conferiria esse status constitucional. Daí porque...

Disse antes que entendo como verdadeiro retrocesso, me permitam Srs. Senadores me dizer isso na sua Casa como convidado, mas como verdadeiro retrocesso para a causa de Direitos Humanos. Porque é óbvio, se nós, sociedade civil, juntamente com a parceria de todos os Parlamentares, de pelo menos muitos dos Parlamentares que sabemos também muito engajados com a nossa causa, conseguirmos daqui para frente sempre os três quintos em cada uma das Casas para conferir a esses tratados o status de norma constitucional, maravilhoso. Porque agora a própria Constituição diz que assim o é, e o Supremo, por exemplo, não poderá adotar uma interpretação dissonante.

Mas a minha preocupação reside justamente no contrário. E se, porventura, não observante vermos esse quorum qualificado? E se, porventura, não alcançarmos esses três quintos? O que isso significará? Que teremos então duas categorias de Tratados Internacionais de Direitos Humanos? Uma categoria de Tratados Internacionais de Direitos Humanos anteriores à Emenda Constitucional 45, em que todos, absolutamente todos, tinham status de norma constitucional, e agora uma segunda categoria, depois da Emenda Constitucional 45, em relação àqueles que não obtiveram quorum qualificado? Seriam então, também Tratados de Direitos Humanos, mas de natureza infraconstitucional? É essas duas categorias para um mesmo tratado que visa a proteção do ser humano é que me parece não ser cabível.

E qual o efeito prático disso? Porque eu sei que muitos aqui não são juristas, e não dominam essa terminologia técnica. A gente infelizmente passa cinco anos além de aprendendo o Direito, aprende também o

“juridiquês”, e depois tem muita dificuldade de traduzir para o português. Mas qual é o efeito prático de tudo isso? É que se o tratado tem status constitucional, só uma outra mudança na Constituição é que vai poder mudar aquilo que o tratado assegura. Se o tratado não tem status constitucional, qualquer lei poderá alterar uma disposição do tratado.

Então, uma... Vamos imaginar toda essa dificuldade até chegar numa Convenção Internacional, como chegamos, a dificuldade que será aprová-la, e imaginem se ela não é aprovada com esse quorum qualificado, imaginem se ela não tem então esse status constitucional. Significa dizer que depois qualquer Deputado, qualquer Senador pode apresentar aí o seu Projeto de Lei, a Casa vota, o Presidente sanciona, e essa lei poderá então revogar ou derrogar a norma de um tratado.

Então, é essa a principal consequência, quase uma sanção, na verdade, de não se ter o status constitucional como a Constituição antes garantia.

Então, penso, Senador, que devemos efetivamente discutir até que ponto essa Emenda Constitucional 45 significou realmente um avanço. Mas precisamos ser muito pragmáticos. Enquanto essa Emenda existir no mundo jurídico, enquanto ela não for retirada do mundo jurídico eventualmente pelo próprio Congresso, mediante uma outra reforma constitucional, pelo próprio Supremo, precisamos, sim, trabalhar para a aprovação da Convenção Internacional pelos três quintos. Precisamos ser pragmáticos, para que não tenhamos que depois discutir o status conferido a este tratado tão importante.

Eu estou, como todos, considerando que o Brasil, primeiro, vai assinar a convenção. Todos nós falamos. Porque a convenção diz isso, diz aquilo, o estatuto tem que contemplar, mas nós estamos muito longe disto ainda. A convenção vai ser submetida à aprovação agora pela ONU em dezembro, aí abre-se obviamente para a assinatura, quero eu acreditar que devido à participação da Dr^a. Isabel Maior, inclusive uma delegação brasileira nós não teremos a mínima possibilidade de que o Brasil não venha a assinar essa convenção. Mas nós temos que lembrar que o processo de ratificação ele é longo, ele é demorado. Ele não poderá acontecer sem a nossa participação, da sociedade civil, e sem a parceria de Parlamentares tanto do Senado como da Câmara. É necessária a votação em dois turnos, e depois até que se o Presidente possa efetivamente ratificar o tratado. E só depois da ratificação pelo Presidente é que efetivamente a convenção trará em vigor para o Brasil e, assim mesmo, depois de obtidas as ratificações necessárias aí também no âmbito da ONU.

Então, precisamos nos manter mobilizados. O fato de termos todos aqui nos manifestado favoravelmente à convenção, de termos todos nos manifestado no sentido de que os direitos ali assegurados devem ser contemplados também no estatuto, não significa dizer que possamos nos desmobilizar e não venhamos a acompanhar o trabalho do Legislativo. E a prova maior disso, o período já demasiado longo de convenções, por exemplo, como a de desaparecimento forçado, que há mais de uma década aguarda, tramita no Congresso, na Câmara mais precisamente, sem a aprovação e por isso o Brasil encontra-se impossibilitado de ratificá-la. Já não há tanto tempo, mas também já tramita e aguarda a aprovação do Congresso, o protocolo facultativo à convenção contra a tortura. Eu cito apenas dois exemplo para demonstrar que muito embora tenhamos Parlamentares favoráveis à nossa causa, nós não sabemos evidentemente se todos estarão favoráveis à nossa causa ou se pelo menos o número de Parlamentares que precisamos para o quorum qualificado estarão favoráveis à nossa causa, e aí a própria discussão, o próprio debate interno no âmbito do Congresso pode fazer com que se demore muito tempo para que o Brasil venha a ratificar essa convenção.

E é isso que eu espero que não aconteça. A convenção, como sabemos, prevê um comitê de acompanhamento, um comitê de monitoramento, para saber se os Países estão efetivamente aplicando, seguindo o disposto na convenção, e é óbvio que o que se espera é que o Brasil ratifique o quanto antes esta convenção para que logo que ela venha a ser... Que ela entre efetivamente em vigor no âmbito das Nações Unidas o Brasil possa inclusive pleitear, indicar, nomear pessoas para estar compondo este comitê. Uma outra luta árdua também que não podemos esquecer que teremos é que a convenção impõe ao Estado que a ratifique, ao País que a ratifique, obrigações não somente no âmbito da União, e obrigações não somente no âmbito do Poder Executivo. Todas as unidades federadas, absolutamente todas as unidades federadas estarão obrigadas a seguir, a implementar o disposto na convenção. Por isso a importância que vai ser a nossa participação enquanto sociedade civil, enquanto conselhos para convencer também as autoridades nos Estados, nos Municípios, no Distrito Federal, a implementar as normas constantes da convenção.

E mais que isso, o papel do... Não só o Executivo terá obrigação de cumpri-la, de claro, prover os fundos, prover os recursos, os meios, garantir o funcionamento dos conselhos, mas o Legislativo também terá que se debruçar sobre essa convenção para saber se o estatuto efetivamente esgota o que está previsto como obrigação do Legislativo segundo a convenção, ou

se haverá a necessidade de adoção de outras leis ou mesmo a modificação de leis já existentes por força do que existe na convenção. E fica sempre a expectativa de que o judiciário também se atente para isso. Na esfera do Direito Internacional, uma decisão do Poder Judiciário não passa de um ato administrativo, e por isso está sujeito também a uma avaliação, está sujeito também a um exame por parte das instâncias internacionais.

Então, essa obrigação compartilhada entre os Estados e compartilhada também entre os poderes é que se espera, tenham todos conhecimentos, tenham todos a compreensão logo que a convenção vier a ser ratificada pelo Brasil. E essa obrigação, aliás, compartilhada entre as unidades federadas, reflete o que a pouco veio de muito bem dizer Dr^a. Cleide Ramos, no que diz respeito à federalização. Justamente por conta dessa obrigação que os Estados, os Municípios também têm de cumprir com as normas de Direito Internacional, é que se estabeleceu um instituto como esse de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Não porque a Justiça Federal seja mais competente, seja mais capaz, seja mais rápida do que a justiça comum. Em hipótese alguma. Mas pelo simples fato de que a União precisa de uma salvaguarda, precisa de uma segunda opção, uma segunda alternativa, por exemplo, vamos dizer, se as coisas não estiverem funcionando bem no âmbito dos Estados, no âmbito dos Municípios. Porque o Brasil, independentemente de como a União estiver atuando, será responsabilizado se efetivamente as responsabilidades não forem bem desempenhadas também pelos Estados e também pelos Municípios.

Daí a importância de um instituto como esse da federalização. Mas que se espera que seja, é muito pouco utilizado. Não porque não tem importância, mas pelo simples fato de que se não for utilizado, é sinal de que os Estados, de que os Municípios estão atuando bem. Atuando bem e não somente para identificar e punir os responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos, mas atuam bem primeiro para evitar, para buscar implementar as medidas necessárias justamente para que essas violações não ocorram.

E daí a importância, ainda sobre o mesmo tema, de se acompanhar par e passo o Projeto de Lei 4667/2004, que tramita na Câmara dos Deputados atualmente que dispõe justamente sobre os efeitos jurídicos, das decisões dos organismos internacionais de proteção de Direitos Humanos. Ou seja, adotada uma decisão por um órgão internacional de proteção, como é que essa decisão será executada aqui no âmbito interno. Daí a importância também de estarmos acompanhando isso. E é importante, isso nos diz respeito diretamente, por-

que como disse antes, a convenção prevê a criação de um comitê de acompanhamento e monitoramento. Mas mais do que isso, a convenção já vem com um protocolo facultativo, possibilitando que denúncias sejam encaminhadas à ONU, a esse comitê de supervisão sobre eventuais violações de Direitos Humanos no âmbito daqueles Países que a ratificaram.

Daí a importância de um Projeto de Lei como esse, disciplinando como essas decisões serão implementadas no âmbito do Brasil. Porque é óbvio que se espera não somente que o Brasil assine e ratifique a convenção, mas também que o Brasil assine e ratifique o protocolo. Protocolo sem ratificação, sem adesão brasileira, significará um severo comprometimento da Convenção Internacional.

E aliás, aqui fica a crítica também à ONU pelo fato de já não ter contemplado essas disposições do protocolo no próprio corpo da convenção. É simplesmente incrível que na virada do século, o primeiro instrumento internacional de Direitos Humanos, a ONU, tenha se apresentado ainda tão tímida, tão tímida na adoção de um mecanismo de supervisão como é o mecanismo das petições, das denúncias individuais. Afinal, é inconcebível pensar que se concebeu, que se cogitou de um instrumento sem que, ao mesmo tempo, também não se tenha pensado nos mecanismos de implementação deste instrumento.

Não queremos mais uma mera declaração, queremos, sim, uma convenção com a força normativa que tem o instrumento como este aprovado no âmbito da ONU, e com todos os mecanismos para que os sujeitos de direitos possam reivindicar o que foi assegurado nesses instrumentos. E queria, já encerrando a minha manifestação, dizer que estou muito tranquilo sobre o que eventualmente vai ser, ou não, contemplado pelo estatuto se o Brasil vier mesmo a ratificar esta convenção.

E digo isto porque o § 4º do art. 4º da convenção contemplou expressamente a norma mais benéfica à vítima ou ao sujeito de direito. E o que isso quer dizer especificamente? Que nada, absolutamente nada, do que está disposto na convenção afetará ou poderá afetar as disposições que possam facilitar, em maior medida, o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, e que figurarem na Legislação de um Estado que a tenha ratificado. Não serão restringidos nem derogados os Direitos Humanos e liberdades fundamentais reconhecidas ou existentes nos Estados partes da convenção, em conformidade com a lei, as convenções, os regulamentos ou os costumes com o pretexto de que na convenção não são reconhecidos esses direitos ou liberdades. Em outras palavras, o que isto quer dizer? Quer dizer que se nossa Legislação nacional interna

foi mais avançada do que a convenção, prevalecerá a nossa Legislação Nacional Interna. Se, porventura, a convenção contiver algo mais avançado, que assegure mais direitos, que proteja mais os direitos das pessoas com deficiência, será então implementado o que estiver disposto na convenção ou em qualquer outro tratado, em qualquer outro pacto internacional de Direitos Humanos, seja no âmbito da ONU, seja no âmbito da OEA.

Então, o que me parece, Senador, já concluindo, é que o desafio que se coloca é justamente este. Estabelecer, definir um estatuto que vá ainda mais além do que a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Que assegure absolutamente tudo o que historicamente, até hoje, foi conseguido, mas que se consiga avançar para se proteger ainda mais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento eu desfaço a atual Mesa, e convido a última painelistas, que vai representar o Relator Flávio Arns, que é a senhora Elizabete Aparecida Pereira. Eu convido, e nesse momento eu passo a Presidência dos trabalhos ao nosso querido Senador Eduardo Azeredo, que é o Presidente da Comissão Especial que trata a questão tão importante que é o nosso trabalho, de todos nós, com a pessoa com deficiência. Senador, faz o favor.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, autor do estatuto da pessoa com deficiência, que está em discussão aqui no Senado, e vamos então ouvir a Elizabete, que vai representar o Senador Flávio Arns, que por motivo médico não pôde estar aqui. Mas está tudo bem com ele. Ele está em São Paulo e não pôde vir. Vamos lá.

SRA. ELIZABETE APARECIDA PEREIRA – Exmº. Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, Exmº. Senador Paulo Paim, autor do Projeto de Lei do Senado nº. 06/2003, que institui o estatuto da pessoa com deficiência, Exmº. Senador Eduardo Suplicy, Srª. Isabel Maior, Sr. Luiz Fernando Astorga, Srª. Regina Atala, Drª. Ana Paula Resende, Dr. Jorge Márcio, Drª. Ela, Drª. Cleide, Dr. Ricardo, Dr. Joelson, senhoras e senhores.

Eu vou ser breve no uso da palavra, não se assustem com essa pasta aqui, porque, na verdade, são apontamentos que eu faço na condição de ouvinte. Em que pese estar aqui representando o Senador, o pra mim é um motivo de muita honra. É uma dupla honra. É uma dupla honra por sentar aqui com autoridades, representando o Senador Flávio, que gostaria muito de estar aqui, eu tenho certeza que todos também prefeririam que ele estivesse aqui falando com a pro-

priedade que lhe é peculiar. Mas dizer da honra de compor a Mesa, então, além das autoridades, e compartilhar com pessoas que tão profundamente conhecem do assunto.

Eu gostaria de enaltecer os Senadores Eduardo Azeredo e Paulo Paim a iniciativa da audiência conjunta. Porque esse debate, ele é fundamental. Nós chegamos num momento que nós temos um Projeto de Lei que já foi amplamente debatido pela sociedade, e continua sendo debatido, e uma convenção recém aprovada em vias de ser ratificada, e que ao ser ratificada vai ingressar em nosso ordenamento jurídico.

Então, é importante a gente cotejar esses dois diplomas que encerram um feixe de medidas protetivas, com vistas à inclusão social da pessoa com deficiência, que representa um segmento digno de todo respeito e consideração da nossa sociedade.

Especificamente em relação ao Projeto de Lei, eu não vou discorrer sobre detalhes, até porque nós estamos tratando de uma minuta. Ela ainda está em processo de formação, de construção. Mas resgatando historicamente, não é? Até para quem está nos assistindo, o Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim, e ele atualmente está na Comissão de Direitos Humanos sobre a Relatoria do Senador Flávio Arns, que deu ampla divulgação ao Projeto, discutindo e recebendo sugestões de diferentes segmentos da sociedade. Em março desse ano, ele disponibilizou uma primeira minuta, abrindo-a para um debate. Na ocasião, foi realizado um seminário, no auditório da INTERLEGIS, que contou com a presença de especialistas, profissionais especializados na área, e como esse seminário foi realizado no sistema de videoconferência, isso propiciou que várias pessoas de todo o Brasil assistissem o seminário, encaminhassem sugestões, o que vem sendo feito, na verdade, até hoje. Ontem, ainda, vindo para Brasília, eu abrindo o e-mail, o nosso colega do gabinete aqui em Brasília me encaminhou sugestões do Ministério Público da Bahia, e que serão... Muito embora nós tenhamos apresentado uma nova minuta, serão analisadas criteriosamente como todos os outros encaminhamentos que foram feitos.

Na verdade, o documento que foi apresentado aqui então aos senhores, ele é fruto de um amplo debate que já ocorreu e que continua ocorrendo. Mas, tendo em vista a aprovação da convenção e que o objetivo dessa audiência foi essa interface, nós julgamos apropriado apresentar para os senhores o texto em construção mais atualizado que nós dispomos até o momento. A nossa postura, hoje aqui, é uma postura de ouvir atentamente tudo que foi dito pelos senhores, e não tenham dúvidas, que será fidedignamente repassado ao Relator do Projeto de Lei em questão.

Dessa forma, eu acho que muito mais do que designar-me para representá-lo aqui, eu acho que ele designou para ser porta-voz do que os senhores tinham a dizer. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradecemos à Elizabete. E eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim para que ele faça algumas considerações a respeito.

SR. SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu ser muito rápido. Na verdade, eu reafirmo aqui as palavras da Sr^a. Elizabete, que representou com muita simplicidade. Eu até diria com muita humildade, a brilhante figura que é pra mim o Senador Flávio Arns. Pra mim, o Senador Flávio Arns é daqueles homens que está à frente do seu tempo. Talvez, quem não o conheça com a profundidade que eu conheço, a sua história, a sua vida, e o compromisso com ele tem com essa causa pode até ter o direito de duvidar que o estatuto pode retroceder.

Quem conhece o Senador Flávio Arns que eu conheço, e como esse Senador conhece aqui do lado, podem ter certeza absoluta. Eu ouvi a preocupação de vocês legítimas, e já ouvi em outros fóruns. Eu tenho reafirmado sempre: Tenham certeza absoluta. E até o momento não houve uma falha por parte do Senador Flávio Arns, do Eduardo Azeredo, e eu também me coloco nesse time. Nós sempre dissemos: É isso que nós queremos. Que haja inclusive o contraditório de pontos de discordância, para nesse belíssimo debate que a sociedade está assistindo, eu acho que já foram... Olha, eu não quero ter medo de errar, mas no mínimo umas cinco mil reuniões já fizemos. E se precisarmos fazer mais cinco mil, mais cinco mil faremos.

Eu acho que uma lei não é que nem pão de padaria. Eu sempre gosto do pão quentinho na padaria. Eu vou lá e pego o pão quentinho e eu gosto do pão quentinho. Por isso que é bonito esse debate. Eu sinto o Flávio não estar aqui nesse momento, mas felizmente ele está bem. Porque tudo isso que foi dito, e me lembro aqui das últimas palavras da nossa querida Regina, não é Regina? Você apresentou ali uma proposta que eu tenho certeza vai para a mão do Relator, onde você está propondo o seguinte, vamos pegar nossas cabeças pensantes, e são tantos aqui, homens e mulheres e deram a vida por essa causa, que só querem melhorar o texto. Olha, tem problema aqui. Por exemplo, a doutora aqui, a última aqui, Ela me disse o seguinte: Tem um outro assunto que eu quero falar que tem que sair da versão atual. Eu digo: Não, a senhora tem que falar, e fale que tem que sair.

Então, daquela proposta original que a gente foi até ousado em reunir ali rapidamente e apresentar, mas aquilo que já apresentamos hoje, graças ao Se-

nador Flávio Arns, sem sombra de dúvida, é um grande avanço. Com a convenção internacional que nós nos comprometemos lá na conferência, estávamos lá, e dissemos lá: Não será aprovado no Congresso, tenham certeza, sem que a convenção seja aprovada. E depois da convenção aprovada, faremos o debate. Porque não adianta aprovar a convenção e no outro dia aprovar o estatuto. Eu concordo com vocês. Vamos aprovar na convenção, vamos fazer agora um belíssimo debate para que efetivamente, como disse aqui o último expositor, que no final a gente possa dizer o seguinte: A lei brasileira está acima da Convenção Internacional em matéria de avanços para as pessoas com deficiência. Se não tiver, não será aprovado.

Eu quero só dar esse testemunho, sem falar muito. Eu estou apaixonado por esta conferência. Por todos que aqui falaram. Porque se não houver aquele que diga: Olha, aqui tem problema. Aqui também tem. Essa aqui tá boa, mas aqui não está bom. Então, não tinha porque fazer a conferência. Para chamar vocês aqui para bater palma, até quem sabe com a maior boa intenção minha ou de outro de um termo errado, uma redação equivocada. Até porque não somos especialistas no tema. Somos os homens de boa vontade, eu diria. E somos apaixonados pela causa como todos vocês aqui são. Vocês são apaixonados, muitos aqui conhecedores com profundidade. Eu via na exposição. O Sr. Jorge falou aqui uma hora. Mas eu vi a profundidade, não mas eu via... E ele queria falar mais. Mas isso é bom. Ele queria falar mais

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu sou testemunha, porque ele falou comigo. Está interessante. Já está longo mas está interessante. Ele falou comigo.

SR. SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E cada um dos outros que falaram, no mínimo uma hora cada um, se desse, era pouco tempo. Todos, todos, todos.

Então, eu estou muito, muito feliz. Eu sei que nós haveremos de construir, no final, uma belíssima lei sobre o Relatório final do Senador Flávio Arns. Eu quero dizer da minha satisfação, procurei ficar todo o dia aqui. Aprendi mais ainda, cada reunião que eu saio eu aprendo um pouco do convívio com vocês sobre esse tema que nos é tão querido. Não só porque muitos de nós, na família tem pessoas com deficiência, mas além disso. Porque aqui foi dito já não é mais 24,5. Alguém já viu que fica próximo a 30 milhões de pessoas... 27 milhões, já próximo a 30 milhões de pessoas que tem algum tipo... Nós que nos orgulhamos de fazer parte aqui da Comissão de Direitos Humanos, foi tão falado por você: Olha ali a palavra Direitos Humanos, Direitos Humanos, Direitos Humanos.

Então, não batam palmas pra mim, vamos dar uma grande salva de palmas para vocês. Só isso. E eu encerro aqui a minha...

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senador Paulo Paim, na verdade, merece muitas palmas, sim, e eu sou testemunha do trabalho dele aqui em todas as suas presenças, sempre. Contribuindo para uma discussão que seja exatamente bem objetiva e que nós possamos chegar ao que todos desejam que é que o Brasil tenha não só a melhor lei, mas a melhor prática. Porque leis boas nós temos, seguramente, mas que podem ser aprimoradas. Mas eu quero ouvir ainda o Senador Eduardo Suplicy, que pode também dar a sua opinião e as suas palavras para todos nós.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente também dos trabalhos hoje, Senador Paulo Paim, e quero cumprimentá-los, também ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Flávio Arns e a todos aqueles que colaboraram para esta Audiência Pública de tamanha relevância para todos nós brasileiros e especialmente para nós Senadores.

Cada um de nós Senadores tivemos a oportunidade de convidar uma pessoa que, de alguma maneira, tivesse uma contribuição a dar de qualquer forma que fosse o seu testemunho, para estar nesta semana aqui conosco. Quando eu soube disso, Sr. Presidente, tive... Encontrei na Catedral da Sé em São Paulo o Sr. Luis Carlos (inaudível), hoje com 50 anos, uma pessoa que nasceu em Parelheiros, em fevereiro de 1956, e, nasceu já sem poder ver, e nasceu numa área de sitiantes, ali em Parelheiros, dentro do Município de São Paulo, mas numa área praticamente rural. E ele quase não teve oportunidades de aprendizado, até porque quando era ele criança, ainda mais nesse local distante da cidade, não havia quase que oportunidades, a não ser aquilo que os seus próprios pais, como sitiantes ali pudessem modestamente prover. E ele não teve então oportunidades de se educar e tudo. E eu queria, Sr. Presidente, mais do que eu próprio aqui falar, se for possível, que ele possa dar um brevíssimo testemunho, porque ele ouviu aqui o depoimento desde o início da manhã de todos, e eu mesmo tive que estar na CPI, na Comissão de Relações Exteriores com V.Ex^a, e tantas atividades simultaneamente hoje.

Então, não pude aproveitar. Mas eu agradeceria se em vez de eu falar um pouco mais, possa ele falar. Mas gostaria também de dar uma sugestão, uma vez que uma das proponentes desta Audiência Pública, a Sr^a. Regina Maria Mello Atala me informou de quanto que ela tem considerado importante que em cada órgão governamental, seja ao nível do Município, do Estado

e da União, possa haver um órgão responsável pela coordenação de esforços com vistas aos problemas dos deficientes. Não sei, Senador Eduardo Azeredo, se como Governador V.Ex^a chegou a instituir algo assim ou se já existia no Governo do Estado de Minas. Mas por exemplo, o Governo do Município de São Paulo tem uma pessoa responsável por isso, que inclusive está aqui, é a Sr^a. Mara Gabrilli, e é uma iniciativa nova no caso do Prefeito José Serra o instituiu. O próprio Governo da União tem a Coordenadora-Geral da Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência que hoje aqui presente está, a Sr^a. Isabel Maria Madeira de Loureiro Maior, que inclusive deu a sua contribuição no dia de hoje. Mas me informava a Sr^a. Regina Atala, que gostaria muito de propor que o Governador novo da Bahia, Jacques Wagner, possa também ter um organismo como esse. E acho que isso é adequado.

Então, eu queria fazer duas sugestões, primeiro ouvir muito brevemente o depoimento do Sr. Luis Carlos, e se ele puder falar uma palavra, ele está hoje previsto para o talk show da noite, mas eu acho que aqui nessa audiência quem sabe outros convidados possam também dar o seu testemunho. Mas agradeceria se a Sr^a. Mara Gabrilli puder também dar um breve depoimento sobre qual foi a relevância de ser instituído novo Governo Municipal de São Paulo um organismo para estar pensando e cuidando, coordenando as atividades das pessoas com alguma deficiência.

Então, essa é a sugestão que eu formulo, Sr. Presidente. Aliás, para a senhora Mara, pediria se pudesse com o microfone portátil chegar até ela. Primeiro o Sr. Luiz Carlos, por favor.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Eu quero primeiramente só dizer lá no Estado de Minas Gerais já tinha antes de eu ser Governador, já existia e continua existindo uma Coordenação de Apoio à Pessoa com Deficiência, a Dolores Pinto é que foi a coordenadora de onde eu estava até aqui há pouco tempo, há pouco, estava o dia todo aqui conosco. Agora não está no momento. E é realmente muito importante que não só os governos estaduais, mas que também as Prefeituras possam ter órgãos encarregados de fazer essa coordenação, porque a questão da pessoa com deficiência, ela perpassa todo o Governo.

Então, na verdade, tem que ter uma atuação em toda as secretarias. Na educação, na saúde, na questão do esporte, então, dar a importância realmente que seja uma coordenação ao invés de ser uma secretaria específica. O tempo não é muito grande, temos ainda um pouquinho de tempo, podemos ouvir então o Sr. Luiz Carlos. Senador Suplicy, só estava inscrito aqui

primeiro, o Anderson Santos, que é Representante da Associação de Albinismo da Bahia.

Então, eu pediria só que ele falasse primeiro e logo em seguida falará então o Luiz Carlos e a Mara Gabrilli.

SR. ANDERSON SANTOS – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa, ao Senador Paulo Paim, e agradecer a oportunidade aqui concebida. E me apresentar e apresentar a realidade de pessoas nesse primeiro momento da Bahia, Salvador, Bahia, e eu passei para alguns de vocês cópias, e eu gostaria que depois da minha fala fosse lida essa carta, onde ela expressa um pouco da realidade desconhecida das pessoas albinas lá em Salvador. E a gente tem relatos ainda que faltam riqueza de detalhes no que diz respeito à documentação. A PAUBA, ela é uma associação que foi fundada com pessoas albinas e idealizada pela nossa dermatologista, que é quem atende boa parte dos albinos hoje lá em Salvador, Dr^a. Shirley Cristina Moreira, e a gente vem com essa... O objetivo de provocar a discussão para que as pessoas conheçam de fato a realidade da pessoa albina, e tirem certos... A falta de informação que elas têm o desconhecimento que existe, de fato, do que é a pessoa albina. A gente está provocando hoje, lá em Salvador, e através do ORKUT, através da internet, debates, sugestões para que essa discussão venha a ser mais divulgada entre a sociedade. E que não fique nessa situação de desconhecimento. E gostaríamos de contar com o apoio de vocês aqui presentes e eu gostaria de solicitar essa leitura da carta, porque devido a minha situação de visão subnormal, eu não consigo acompanhar de uma forma mais dinâmica. Aí eu solicito à Mesa que façam a leitura dessa carta.

SR. SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu proporia o seguinte, eu faço a leitura no encerramento, que tem diversas pessoas ainda que estão inscritas, antes de encerrar a reunião fica o compromisso, que eu farei a leitura aqui da Mesa. Você fica firme que você vai me ouvir fazer a leitura aqui. Eu não sou muito bom de leitura, mas me defendo.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Anderson. Vamos ouvir o Luiz Carlos.

SR. LUIZ CARLOS – Srs. Senadores, boa tarde. Eu sou Luiz Carlos, e estou aqui graças ao Senador Suplicy. Tive um encontro com ele na praça da Sé como ele informou, e ele me falou desse encontro e eu me interessei, e graças a ele estou aqui junto de vocês. Ouvi muitas coisas boas, e acho que tem que haver mais debates assim, porque a gente aprende muito. Principalmente eu que não consegui estudar, não consegui... Consigo aprender facilmente, mas como o

tempo passou pra mim, e... Aí eu não tive oportunidades de estudos. Tenho o primário incompleto. Sei ler o braile, mas dizem que agora já se passou. O tempo passou pra mim, agora estou com 50 anos, não tem mais como se fazer nada. E a lei da sobrevivência tem que ter. E graças a Deus estou aqui hoje, aprendi bastante, ouvi muita coisa boa. Foi muito bom, e agradeço muito a cada um, cada palavra de cada um de vocês que deu para aprender bastante. Agradeço novamente o Senador Suplicy. E se aparecer a oportunidade de estudar, fazer alguma coisa, fazer curso, eu vou à luta. Eu acho que não passou, não. Eu acho que não passou, não.

Muito obrigado a todos, e desculpa alguma coisa.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Luiz Carlos. Vá em frente, sim. Todos aqui ficamos satisfeitos que você tenha a vontade, e que... Está muito cedo, ainda. Inclusive está muito jovem. A maioria aqui é muito mais...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Permita, Senador Presidente Eduardo Azeredo, até foi interessante que ele possa falar antes da secretária Mara Gabrilli, porque ele é do Município de São Paulo. Veja só que, embora, seja uma pessoa portadora de deficiência visual e, portanto, sem poder enxergar desde o seu nascimento, me contou ele que quando era criança e menino, ele procurou fazer alguma atividade.

Então, se propôs e junto à sua mãe, de que ele queria ajudá-la. Então a sua mãe falou: Então você vai até a venda e volta. E ele andava três quilômetros até a venda e voltava, seja para levar mantimentos ou trazê-los ou qualquer coisa na venda e voltava a pé. Mas, e os buracos da estrada? E os cachorros bravos, os animais... Porque havia lá todo tipo de animal passeando. E ele os enfrentava e disse que caía muito menos nos buracos do que os outros porque ele passou a conhecer a estrada muito bem. Ademais, me relatou ele, que quando menino, jogava futebol. E primeiramente começavam as pessoas e diziam: Bom, eu tenho um pouco de... Talvez seja melhor... Você não vai correr e tal. Daí o outro time falava: Então você joga no nosso time. Daí você fica aí parado e tal. Ele falou: Eu cobro pênaltis e faltas. E ele disse que não perdia uma. Pênalti e falta ele cobrava e muito bem.

Então, quem sabe por essa razão de jogar também futebol ele tenha um Estado atlético excelente. Mas ele me dizia, há pouco, da sua dificuldade de aprender. Porque quando ele vai fazer um curso, dizem que como ele está inscrito na LOAS, que a fonte de renda básica que ele tem, não permitem que ele faça cursos de aprendizado. Porque às vezes para esse curso se provassem cem a mais, cem reais a mais para fazer

o curso e ele não consegue se matricular. Ou então estaria um pequeno problema para a secretária Mara já responder na sua experiência.

Então, na sua fala.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Mas antes de passar a palavra para a Mara, nós vamos ouvir o Dr. Ricardo da Fonseca porque ele tem que pegar inclusive um voo.

Então, vamos ouvi-lo.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Muito obrigado. Eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Suplicy também, ambos nobres representantes do Senado do Brasil, e quero cumprimentar o Senado mais uma vez pelo evento. Mas eu não poderia deixar de tomar novamente a palavra, uma vez que fui citado pelo Dr. Joelson, eu fui citado de forma equivocada. Na verdade, ele disse que eu defendo... Quer dizer, que nós divergiríamos acerca da importância dos documentos internacionais. É que o Dr. Joelson afirma que as convenções imediatamente ratificadas teriam força de Constituição. Isso é o que, na teoria, se sonha. Na verdade sempre se sonhou assim. Teoricamente. Só que o Supremo Tribunal Federal decidiu tão logo entrou em vigor a nova Constituição, que não. Que as convenções ratificadas pelo Brasil têm força de lei. E é o que acontece na prática, na realidade, na vida concreta do Fórum. Agora, a Emenda 45, por isso é muito importante, porque ela possibilita, sim, que façamos um procedimento Legislativo que viabilize a aprovação de uma Convenção Internacional com força de norma constitucional. E eu divirjo aqui dele nesse aspecto. Acho que a Emenda é muito importante, e também divirjo dele aqui, acho que a convenção da ONU tem condições políticas de ser aprovada como norma constitucional, porque as pessoas com deficiência são 14% do Brasil. Portanto, 24 ou 27 milhões, como disse a Regina. Ora, além de nós deficientes, há os pais, os amigos, há uma força política muito grande. Personalizado, há também essas normas de direito fundamental para pessoas com deficiência são consensuais. Eu duvido que alguém tenha coragem nessa Casa de votar contra a aprovação dessa norma com força constitucional. Sinceramente duvido. Porque a convenção realmente é um instrumento muito forte que foi objeto de um consenso arduamente construído, e eu participei desse consenso.

Então, conclamo o Congresso do Brasil a aprovar a convenção da pessoa com deficiência com força de norma constitucional que será o primeiro instrumento com força de norma constitucional no Brasil, e eu acho que as pessoas do Brasil, as pessoas com deficiência do Brasil estão necessitando disso. Há um débito da

sociedade brasileira com relação às pessoas com deficiência, que só poderá ser suprido se essa convenção for aprovada com status de norma constitucional, como nós cidadãos brasileiros com deficiência merecemos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Dr. Ricardo. Eu dou só a minha opinião. Eu também entendo que o que as convenções internacionais são assinadas, ela são ratificadas pelo Congresso. Ainda essa semana nós aprovamos a convenção sobre Ciência e Tecnologia, aprovamos no Plenário, na Comissão de Relações Exteriores toda semana, praticamente, nós temos a discussão e ratificação que são assinadas pelo Poder Executivo. Agora, elas também têm que ser ratificadas pelo Congresso, pelo menos. E em alguns casos elas viram leis específicas. Eu estou participando de uma discussão, a Dr^a. Ela também participou junto conosco outro dia, sobre a questão dos crimes cibernéticos, crimes da nova tecnologia e tudo. É mesma coisa. Tem uma Convenção Internacional assinada na Europa, o Brasil, se aderir à convenção, tem que fazer uma lei específica aqui para internalizar as normas dessa convenção. Está bem? Então, vamos ouvir com muito prazer agora a Mara Gabrilli, que é Secretária Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo, por sugestão do Senador Suplicy.

SRA. MARA GABRILLI – Boa tarde.

Bom, eu não tinha a fala prevista aqui, mas fico muito agradecida por essa oportunidade. Cumprimento os Senadores da Mesa, o Senador Paulo Paim, Senador Azeredo, a Elizabete, representando o Senador Arns, e o Senador Suplicy. Todos aqui. Eu queria dizer que hoje eu conduzo essa pasta que foi criada no ano passado, pelo ex-Prefeito José Serra, é uma secretaria, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e é uma secretaria que eu sugeriria que Prefeitos e Governadores seguissem o mesmo caminho. Porque eu posso dizer que o meu trabalho é complexo, é difícil, é trabalhoso. Eu tenho uma função que quase que pedagógica dentro da Prefeitura, porque eu tenho função de ensinar todos os secretários, todas as camadas da Prefeitura, inclusive o Prefeito, sobre o que é o universo das pessoas com deficiência.

Então, eu imagino, por exemplo, na Bahia, com a Regina Atala lá, que é uma ativista da causa, o quanto não facilitaria o trabalho você tendo um órgão público trabalhando focado nessa causa. Fico imaginando no Rio de Janeiro, que tem a Patrícia, que está aqui, que também é outra ativista que trabalha. Fico imaginando como a Isabel, hoje, na coordenadoria aqui em Brasília, se ela pudesse ter um status maior, o quanto que ela poderia fazer muito mais do que ela já faz. E eu

digo, essa função pedagógica, ela é importantíssima, porque a gente sabe que as barreiras de atitude que as pessoas com deficiência enfrentam, elas acabam sendo as maiores limitações e as mais importantes. A gente tem que eliminar as barreiras físicas, as barreiras sistêmicas, mas enquanto a gente não conseguir transformar a sociedade, transformar a conduta das pessoas, e eu aqui convido todos vocês a refletirem sobre se nós mesmos somos inclusivos, com os próximos e com nós mesmos. Porque acho que isso é que faz a diferença da atitude de cada um. A inclusão, ela começa de dentro do nosso coração para fora, de dentro do Governo para fora. E essa é a minha fala. É um convite à reflexão sobre a inclusão pessoal de cada um. É isso.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Mara. Seria... É importante que o Brasil todo realmente tenha unidades em seus governos municipais e estaduais, que cuidem das questões das pessoas com deficiência, exatamente pelo que a Mara colocou, que há que se ter uma ação no Governo todo. E nada melhor do que uma área específica, que fique coordenando junto ao próprio Prefeito, ao Governador, que há necessidade de fazer nas diversas áreas, transporte, educação, saúde, como coloquei anteriormente. Bom, nós vamos continuar aqui.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Permita-me, Sr. Presidente, só uma observação que a Regina Atala estava colocando diante do depoimento do Sr. Luiz Carlos, até quando ele falou aqui do... Em 50 anos ele não teve a oportunidade de estudos, se houver a oportunidade ele até vai gostar, e daí recebeu o apoio de todos, mas ela aqui informa um dado relevante, no senso de 2000 do IBGE, 11 milhões de pessoas com mais de 15 anos que tinham deficiência, tinham, na verdade, apenas de zero a três anos de estudo.

Então, se prover a essas pessoas oportunidades que não foram providas, como para o Sr. Luiz Carlos quando era criança, é muito importante. É importante que aqui surjam as iniciativas para que isso se torne possível.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Supply. Eu vou então devolver a Presidência para o Senador Paulo Paim, chamando o próximo orador, Santos Fagundes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estão aqui inscritos, ainda, se me permitirem, pessoal, eu queria tentar adotar um critério, pessoal, e eu conversava aqui com o Presidente de passar a palavra agora para aqueles que não tiveram a oportunidade. Naquela filosofia de dar palco a quem também não tem palco.

Então, está inscrito aqui o Santos Fagundes, Marcos Bandeira, está certo Marcos? O Marcos e depois a Patrícia. A Patrícia está lá atrás. E como ele já falou, ele vai ser o último agora. O meu amigo Jorge.

Então, o Jorge e depois a senhora também fala. Então vamos lá. Pessoal, a palavra para o Santos Fagundes, e com o microfone aí na frente mesmo, dá para falar aí da Mesa. Em seguida o Marcos e seguida a Patrícia. Depois da Patrícia o Jorge.

SR. SANTOS FAGUNDES – Bom, quero saudar aos Senadores, aos palestrantes, e também à plenária, que está aqui desde as 10 horas da manhã, e eu gostaria só de reforçar toda essa caminhada que aconteceu desde 2000, quando o Senador Paulo Paim apresentou esse Projeto na Câmara, quando era Deputado. Em 2003, nós fizemos aí a caminhada junto com o Senador Flávio Arns, o Senador Eduardo, enfim, agora outros Senadores estão também se incorporando nessa caminhada. E dizer aqui para os companheiros e companheiras portadores de deficiência, que foi uma linda caminhada, uma linda experiência dos dois gabinetes. Está aqui a Ivanildes, o Aires, que em várias atividades estiveram conosco. Eu acabei fazendo a soma das atividades que nós fizemos. Deu em torno de 1360 atividades com o número de participantes de quase 30 mil pessoas até então. Então eu quero aqui mais, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Supply, registrar esta caminhada que foi feita em todo o Brasil, e dizer da alegria.

Ontem eu falei na atividade com o Marcos Frota, que hoje seria um dos dias mais importantes do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E é o que está acontecendo aqui.

Então, mais é parabenizar a todo o movimento das pessoas com deficiência que ajudaram a construir, e esse espaço que às vezes nós não nos damos conta da importância da conquista desse espaço, aqui no Congresso Nacional, e principalmente no Senado, e nesse espaço da Comissão de Direitos Humanos. Então quero aqui, então, registrar a nossa alegria e parabenizar e agradecer todo o apoio que nós tivemos até então.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Marcos Bandeira, que está conosco também desde as 10 horas da manhã.

SR. MARCOS BANDEIRA – Marcos Bandeira, Ministério dos Transportes, Conselheiro do CONAD. Eu sou uma pessoa com deficiência auditiva, aonde eu vou eu costumo falar que as pessoas que não possuem deficiência não percebem os pequenos detalhes, que são extremamente importantes para as pessoas que são deficientes. Eu costumo falar isso porque nós que somos pessoas com deficiência, nós estamos sempre

atentos a tudo que acontece no nosso dia-a-dia, em todos os lugares que nós vamos. Nos aeroportos, por exemplo, no metrô de São Paulo, que eu até comentei com a Mara Gabrilli, e que eu tive... Eu fui fazer uma transposição de uma estação para outra, eu vi um cadeirante preso numa grade que ele não podia passar. E todo mundo passava e nem prestava atenção.

Então, eu abri a porta da agradecido para ele passar. Mas para a minha surpresa que ele desceu na escada rolante de costas. Porque não havia recursos, meios, para a poder acessar de uma estação para outra.

Então, são coisas importantíssimas. Agora, eu queria colocar como extremamente importante para o nosso trabalho que está sendo desenvolvido, é preciso que a sociedade tenha consciência, a sociedade não conhece. Então, é preciso que seja divulgado, mas de uma forma bastante ampla. A mídia, ela precisa ser muito atuante, informando de todas as formas. Por exemplo, a Aids, a campanha da Aids, ela foi extraordinária porque o objetivo da campanha foi permitir às pessoas conviverem. As pessoas que não têm deficiência com as pessoas com a doença da Aids. É o mesmo que acontece na área da deficiência. É preciso haver muita informação por meio da mídia, em todos os lugares. Todos os órgãos do Governo não sabem o que é que é o Decreto de acessibilidade. Há pouco tempo eu tive uma reunião, a pessoa não sabia nem o que era o Decreto de acessibilidade. Até me perguntou. E está na internet. Absurdo.

Então, é isso que a gente precisa trabalhar. Mais um volume de informações. A imprensa, de todas as formas. Era essa a minha contribuição. Obrigada.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra à Sr^a. Patrícia Moreira.

SRA. PATRÍCIA MOREIRA – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Gostaria de parabenizar a todos por essa iniciativa da Audiência Pública. Com certeza foi um dia muito importante na luta dos direitos pelas pessoas com deficiência. Eu sou jornalista, trabalho na organização chamada “Escola de gente, comunicação e inclusão no Rio de Janeiro”, e participei, tive a honra de participar da reunião do comitê ad hoc, agora, essa última que aconteceu em Nova York e acompanhar esse processo de finalização e aprovação da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência. A contribuição que eu gostaria de dar aqui, nesse finalzinho, eu sei que já estamos muito atrasados, é apenas uma sugestão entre tantas que já foram dadas hoje tão importantes. Mas de que o nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência também se preocupe e contemple a questão das crianças e das mulheres, assim como nós temos na convenção um artigo para crianças e para

mulheres. Porque aos dois grupos que a gente sabe que vivem situações de vulnerabilidade, que até já foram faladas aqui durante o dia.

Mas fica então a minha sugestão da inclusão desses dois grupos de artigos específicos para esses dois grupos no nosso estatuto. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Quero registrar a presença conosco da Secretária de Educação de Prefeitura de Gravataí, a Rome(F) que está aqui conosco que faz um belíssimo trabalho lá com o corte de todas as diferenças, em cima de um Projeto que o Santos Fagundes que está aqui coordena no Estado, que é o Cantando a diferença.

Então, uma salva de palmas ao Santos Fagundes e à Rome(F), pelo Projeto Cantando a diferença. É um trabalho que engloba negros, brancos, deficientes, idosos, crianças, mulheres, todos de uma forma ou de outra, participam desse Projeto.

Então, eu passo a palavra para o Jorge, de imediato.

SR. JORGE – Pode ficar tranquilo. Eu apenas queria ressaltar, na medida em que nós falamos da secretaria representada aqui pela Mara Gabrilli, no Governo do Estado de São Paulo, que uma das forças mais importantes hoje no Estado de São Paulo, são os Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu acompanho há dois anos o trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência diariamente, porque até recentemente quem era a Presidente do Conselho é a minha esposa, professora Dr^a. Shirley Silva. E tenho certeza de que os conselhos municipais de direito das pessoas com deficiência, na sua questão local, são o principal e o primeiro pólo onde se deveriam concentrar todos os recursos das prefeituras no sentido da efetivação da prática dos direitos da pessoa com deficiência.

E creio que também se deve reforçar do ponto de vista da deliberação desses conselhos que são na maior parte dos Municípios do Brasil, e são poucos os Municípios Brasileiros com conselhos montados e instalados e representativos. Campinas tem um Conselho ativo, com a participação da Prefeitura de Campinas, e algumas outras cidades do Brasil também têm desenvolvido conselhos municipais. E creio eu que eles recebem poucos recursos, principalmente técnicos, humanos e financeiros. E deveriam ser muito mais bem privilegiados pelos Prefeitos de todo o Brasil. Nós já sabemos que no Brasil poucos são os Municípios que realmente efetivam esses Conselhos de Direito das Pessoas com Deficiência.

Diria ainda que, no campo estadual, também cabe o reforço dos conselhos estaduais, e também no campo do Estado e da nossa realidade brasileira,

o CONAD tem e deve ter um papel muito importante na história brasileira. Muito, muito importante. Creio eu que nós devemos reforçar os conselhos de todo o Brasil, tanto a nível municipal, estadual, como federal. E nesse sentido também, a intersectorialidade de algumas ações, como por exemplo, dos conselhos com as comissões permanentes de acessibilidade. Nós já sabemos que não foi por mero acaso que, em maio, o tema fundamental da primeira Conferência Nacional de Direito das pessoas com deficiência foi exatamente a questão da acessibilidade. E as CPAs têm que ser fundadas, implementadas, mantidas, avaliadas pela sociedade civil a nível local, nos Municípios. É lá, na calçada da rua da pequena cidade que precisa se discutir o porquê da existência daquela inacessibilidade ou barreira arquitetônica ou dificuldade de acesso. É na escola lá do Município mais simples que a Comissão Permanente de acessibilidade tem que discutir a existência ou não de barreiras físicas e arquitetônicas no espaço da escola. Porque além das outras da exclusão, a barreira física também. Para uma criança, por exemplo, cadeirante, vai estar lá presente se essa Comissão não existir.

E gostaria de fazer uma colocação, como defensor de Direitos Humanos, que reforça-se a necessidade de uma ação coercitiva dentro do estatuto, em relação a Direitos Humanos. Tanto que brincando com a nossa colega Cleide, eu tinha escrito um artigo que seria fictício, um art. 107, no final do estatuto, no antigo estatuto que seria o seguinte: Na questão da penalização e de crimes, cometer, induzir, participar e praticar atos de violência física, castigo cruel ou degradante, torturas físicas e/ou psicológicas, estupro ou quaisquer ações de ofensa à integridade física e/ou psicológica de pessoas com deficiência em desrespeito aos seus Direitos Humanos. Pena: Reclusão de um a 30 anos, bem como possibilidade de multa e interdição quando se tratar de pessoa física e/ou organização pública, governamental ou privada. Ou seja, os 30 anos são uma provocação, porque eu sei que na realidade não é essa a dureza da pena que vai fazer com que as mentalidades das pessoas passem a defender Direitos Humanos. Era só isso.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – ... a palavra, mas pediu para uma rápida consideração, a Dr^a. Regina e a Dr^a. Ela. Eu, na seqüência, darei a palavra para as duas.

SRA. REGINA MARIA MELLO ATALA – Muito obrigado, Senador, pela compreensão.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Sem prejuízo dos demais inscritos.

SRA. REGINA MARIA MELLO ATALA – Sim, sim. Tinha vários e vários assuntos muito importantes para

falar. Um deles, por exemplo, situação de emergência a Dr^a. Ela já mencionou. Eu tenho uma colega cadeirante do Banco do Brasil que ela diz assim: Regina, já teve dois treinamentos para fuga de incêndio, eu virei churrasquinho nas duas. Se houvesse um incêndio, realmente... Ela fala com graça, muito bem humorada, mas é seriíssima essa questão. Da proteção especial que se deve criar para as pessoas em situação de emergência. Volto a frisar a questão dos indígenas, que é super importante, assegurar que essas pessoas que sofrem não uma dupla, mas uma tripla exclusão tem uma proteção especial, e outro assunto que me mobiliza muito. O Sr. Edison, de São Paulo, é a prova desse indicador, que é um indicador incompreensível para qualquer Estado, qualquer Nação digna. Ele diz que 11 milhões de pessoas que já quase ultrapassaram a idade escolar, não tiveram a mesma oportunidade. Pra mim isso é um genocídio intelectual que a Nação comete por omissão com essas pessoas. E, ao invés de considerar que isso é um desperdício, que estamos desperdiçando o talento e a habilidade e a contribuição de 11 milhões de pessoas.

Então, Senador, esse é um assunto seriíssimo. Como é que a gente vai fazer no estatuto para não esquecer essas pessoas, retomar isso com qualificação profissional e continuidade da escolaridade. Que hoje nem o sistema de educação de jovens e adultos dá conta de incorporar, nem a qualificação profissional dá conta. E eu me pergunto: Por que se faz com tanta ou mais veemência, por exemplo, a cobrança da cota, que é um paradoxo hoje, não se tem escolaridade e qualificação profissional, e não se faz a exigência desse direito fundamental, que é a capacidade e o desenvolvimento pleno e humano das capacidades dessas pessoas. Então deixo aqui só essa preocupação adicional e agradeço a sua compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr^a. Ela, por favor.

SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO – Obrigada, Senador. Eu queria falar a respeito do art. 216, aqui da proposta do substitutivo, sobre a interdição e curatela. Porque diz que se rege pelas disposições da Lei nº. 5869 de 73. O Código Civil ele alterou e criou até agora diferenças em que você pode ter uma pessoa com uma... Totalmente interditada, e às vezes com alguma pena parcial.

Então, aqui dá a impressão de que afasta o Código Civil. Acho que não foi essa idéia, mas acaba parecendo. Então estou chamando a atenção. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ainda inscrito a Suely e depois o Aires. O Aires é o Assessor do Senador Flávio Arns e a Suely ela atua na biblioteca de braile... É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, é a senhora mesma que está com a palavra. Vamos lá.

SRA. NELMAN MIRIAN PEREIRA – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, participando desse debate, que para nós é muito importante. Eu sou da biblioteca braile Dorina Nowill, de Taguatinga, e com certeza esse debate é de grande importância para todos nós que somos deficientes, e também eu faço minhas as palavras dos colegas quando falamos em relação aos preconceitos, nós trabalhamos com pessoas... Alunos que vão fazer pesquisa na nossa biblioteca, e essa semana uma aluna perguntou pra mim: Nelma, você já sofreu algum tipo de preconceito? Eu falei: Já. E ela me perguntou: E o que você acha que deve ser feito para diminuir o preconceito? Eu falei: Olha, em primeiro lugar, nós temos que passar conhecimentos. Porque, eu costumo até brincar e dizer para as pessoas que nós deficientes vivemos no mesmo planeta, e as pessoas acham que nós vivemos outra realidade. E a realidade é a mesma.

Então, para que diminua o preconceito é preciso que passemos informações concretas, objetivas a toda a sociedade. Meu muito obrigada.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Suely. Isso, agora é a Suely. Aí doutora. Vamos lá, Suely.

SRA. SUELY CRISTINA MOREIRA – Que doutora?

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – É com muito carinho. Esse carinho é para senhora.

SRA. SUELY CRISTINA MOREIRA – Boa tarde. Eu sou Suely Cristina Moreira, sou de São Paulo, moro... Sou esposa... Nós é o que mesmo que eu nunca lembro? Nós estamos juntos. Ele falou que casamento, ele não casa não, porque ele não é louco. Então a gente está junto há seis anos, e venho de vários movimentos fragmentados. Deficiente, eficiente, etc, etc, etc. Ele tem um segmento que é assim, antigamente, a família do deficiente... Vamos partir para o básico. A família do deficiente escondia o deficiente. Aí, a “plim- plim” resolve fazer algumas novelas... É o plim plim, não é o plim plim? A Rede Globo? Ah, desculpa, eu esqueci essa parte. Trazendo esses problemas à tona, aí todo mundo vem: Ah, o deficiente... Ai, ele não tem perna, ele não tem... Quer dizer, não tem cérebro, não tem... É muito complicado isso. Desculpa, é muito complicado. Eu venho do centro de São Paulo, vários movimentos... Tudo que é fragilizado é... Ah, não, é povo? Vamos deixar para lá. Cego de vez em quando faz as coisas, porque cego faz mais do que gente que enxerga... Muito mais até. Às vezes, tá. E as perguntas das pessoas

na rua é essa. E porque só recebe o LOAS, não tem o direito de fazer... Não é direito de fazer cursos. Ele não colocou bem isso. A partir do momento que você recebe o BBC, o não sei o que lá, não sei o que lá... Aqueles palavrões que vocês sabem, não têm direito. A pessoa não pode fazer empréstimo. Ela tem que viver com 350 reais. Quem vive com 350 reais aqui? Eu fiz uma pergunta. Muito obrigado. Aí, se o deficiente vai pedir ajuda ou vai vender: Você está louco? Tem gente que pergunta: Mas você já recebe o salário. E deficiente tem filho. Muitos, às vezes.

Então, é muito complicado isso. É muito difícil. Eu moro com ele há seis anos. Vez em quando a gente quebra um pauzinho, porque ninguém é de ferro. Sobre também habitação, eu consegui um conjunto no CDHU, na região da encosta norte, que é um buraco, é os confins da zona leste, para quem não conhece São Paulo, e lá não tem infra-estrutura nenhuma para deficiente. Eu estou agora... Eu vou arrumar uma briga com o pessoal da ouvidoria. Eu e ele junto, ele vai ter que ir comigo, quer queira quer não queira, porque eu sou uma briguentinha, para a gente adequar o espaço. Mas pôr um deficiente lá... Olha, você vai morar lá no J do mundo, mas se vira lá. Eu não quero você no centro. A sujeira, a gente empurra para debaixo do tapete. Acho que é isso que a gente não quer mais, né? Desculpa.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra para o Aires, que há muitos anos vem fazendo um belíssimo trabalho aqui no Senado.

SR. AIRES – Muito obrigado a todos. Enfim, é uma satisfação muito grande trabalhar com o Senador Flávio Arns, especialmente eu que sou uma pessoa com deficiência. Enfim, eu digo que o texto do estatuto é um texto bastante moderno, vai trazer grandes contribuições para a Legislação Brasileira. A gente fala de experiência própria, não é? E uma coisa que fez um diferencial muito grande na minha vida, foi que eu tive acesso à escola, tive acesso à educação. Assim eu conquistei meu lugar aí na sociedade.

Então, eu pediria inclusive aos legisladores que privilegiassem essa questão do acesso das crianças com deficiência à escola. Que todos os mecanismos ajam na Legislação para que a criança com deficiência, ela tenha condições de estudar. E aquela que tem alguma dificuldade de cognição, que ela também seja atendida dentro das suas necessidades. O Senador Paulo Paim sabe que a pessoa com deficiência é capaz de muito e produz. O senhor e o Flávio Arns, os dois têm pessoas com deficiência nas equipes. E eu até pediria ao senhor, que o senhor do Plenário do Senado convide os demais 79 Senadores a que

tenham também pessoas com deficiência nas Assessorias. Obrigado.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Senti que todo mundo bateu palma. E o compromisso aumentou, de todos os Senadores aí. Mas isso é bonito. Às vezes quando a gente pede para que os nossos funcionários falem, alguns ficam achando que eu ou o Flávio Arns, ou algum outro Senador que também tenham pessoas com deficiência, queremos aparecer. Não queremos para aparecer, não. Primeiro queremos mostrar que eles são competentes, são muito eficiente, o Luciano que está aqui também faz a maioria do meu discurso, o Santos que está aqui, que falou antes, que coordena a equipe lá no Rio Grande do Sul, é para demonstrar que temos que efetivamente abrir espaço para as pessoas com deficiência. E eu já passo a palavra para o Jackson. Jackson. Vamos lá, Jackson. É com você.

SR. JACKSON (TRADUTOR) – Jackson é Presidente da associação desportiva dos surdos de Brasília. Boa tarde a todos. Obrigado por essa oportunidade. O nome dele é Jackson. Ele é Presidente da Associação dos Surdos desportivos aqui de Brasília. E ele está perguntando da abertura para o surdo de esporte, principalmente porque pela primeira vez o SESI e outras instituições aí... O surdo precisa de treinar. O surdo precisa da comunicação, o surdo chega nesses eventos e se sente desprezado. Porque desde criança, o surdo quer treinar. Aprende. Saúde, o esporte... E a saúde, no momento em que ela se prepara para treinar, tudo certinho, olha para o surdo e aí? Como é que faz? Ele precisa da abertura disso para treinar. E o esporte, nas olimpíadas também, todo mundo... Verdade. O esporte para-olímpico, todo mundo participa. O cego... E menos o surdo, não participa de nenhum esporte desse, para-olímpico. Eu agradeço a todos, e um abraço.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra aqui para a nossa Elizabete, que representa o nosso Relator, Senador Flávio Arns, aqui na Mesa.

SRA. ELIZABETE APARECIDA PEREIRA – Eu gostaria de dizer que eu ouvi atentamente tudo que foi dito. Aquilo que eu não pude anotar, porque são muitas informações, eu vou pegar as notas taquigráficas. Eu gostaria de dizer que as pessoas que encaminham as sugestões, nós procuramos responder a todas. Quando existe a possibilidade de incorporar a idéia no estatuto, a gente já informa, já está sendo incorporado. Muito do que foi dito aqui, algumas coisas que o Dr. Ricardo ponderou com relação à impressão de cédulas em braile, já consta no texto. Outras coisas que são faladas, a gente recorda que está aqui em algum lugar, dentro desses

274 artigos. É que a gente não tem ainda o domínio de todos. Onde está exatamente. Mas eu quero dizer que o gabinete do Senador, enquanto Relator, está à disposição de todos. Continuamos à disposição. Seja em Brasília, seja em Curitiba. Eu retorno para Curitiba com todos esses apontamentos, mas aqui em Brasília nós podemos contar com a professora Ivanilde. Por favor, professora Ivanilde, que é uma pessoa assim também bem atuante.

SRA. ELIZABETE APARECIDA PEREIRA – E dizer que vocês podem continuar encaminhando e-mails, acessando o site do Senador, e para que a gente continue esse debate. Eu quero só ressaltar o que foi dito aqui.

Esse texto ainda está em construção, ele é passível de debate. As idéias são bem-vindas. Nós queremos idéias. Isso é importante para a gente fechar um documento que, claro, talvez não chegue ao final agradando a todos. Nunca se consegue. Mas na medida do possível a gente chegar... A gente foi até onde tinha que ir, e olhando para trás, dizer: Olha, a gente debateu, a gente discutiu, a sociedade civil organizada participou, pôde apresentar as suas sugestões, foram aceitas ou não, mas foi propiciado esse contraditório. Queria mais uma vez agradecer, dizer que estou muito honrada, porque eu sou apenas uma Assessora, e eu estou aqui hoje do lado do Senado, estou do lado de pessoas tão profundamente conhecedoras, que sabem muito mais, e eu estou na verdade aqui aprendendo também. E estou muito feliz e espero que todos voltem bem para os seus lares. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos e minhas amigas, como foi combinado, o nosso jovem ali, da Associação dos Portadores de albinismo pediu que a gente no encerramento lesse a carta. E palavra é palavra. Então agora eu vou ler a carta, e naturalmente a TV Senado vai transmitir para todo o Brasil.

Diz a carta: Nós, portadores de albinismo, nos apresentamos para a população brasileira na intenção de encontrarmos eco aos nossos apelos. Nascemos sem produzir o pigmento que nos dá a cor da pele, pêlos, cabelos e olhos. Por isso, nós não nos bronzeamos. Nós nos queimamos. E às vezes, gravemente. Com o tempo, sofremos envelhecimento precoce, manchas e câncer de pele, que nos causa grande sofrimento. Nossos olhos, quase sempre, com estrabismo e nistagmus(F), movimento involuntário da íris, sofrem muito com a exposição solar e evoluímos para visão subnormal e cegueira.

Quando nascemos, trazemos o conflito às nossas famílias, que, desconhecendo a situação, entram em atrito, e desconfiam da integridade de nossas mães.

Só dei uma seguradinha aqui para tomar uma água, porque não pode se emocionar demais. Participamos como qualquer criança de jogos de bola, empinamos arraia, e todo tipo de brincadeiras infantis. E como o surgimento das seqüelas, é lento, começamos a nos acostumar com as feridas, as queimaduras, e o gol, que não tomamos. O gol que tomamos por não enxergar a bola. E já nos tiram a chance de ser goleiro, e mais tarde, até de jogar. Vamos à escola, e por não enxergar o quadro negro, às vezes, conversamos demais. Outras vezes, nos retraímos e vemos nossos coleguinhos aprender a leitura, a escrita, a calcular. E como não acompanhamos, começamos a não gostar da escola, da professora, e desistimos de estudar. Daí, perdemos a oportunidade de ser professores, médicos, Advogados, assistentes sociais e etc. Como a maioria da população brasileira, somos pobre, e cedo nos lançamos ao mercado de trabalho. E o que nos resta é: Ajudante de pedreiro, jornaleiro, verdureiro, etc. E sem nenhum demérito a esses profissionais, mas geralmente conseguimos nos inserir no desempenho de atividades desenvolvidas sob grande exposição solar, e assim nossas dores vão aumentando.

Já estou adulto, analfabeto, com deficiência visual importante, desempregado, e com várias feridas na pele que não cicatrizam. Com muito esforço consigo passar no médico de vista, que passou óculos, colírios, tele lupa, e pediu exames, não cobertos pelo SUS. Aí ele cita uma série de exames aqui. Deixando os exames para depois, compro o óculo escuro no camelô, sem saber que ele vai agravar o meu distúrbio visual. Visto-me com roupas de cores escuras, pois galego, fica bonito de preto, entre aspas. E roupa leves, pois aqui na Bahia o sol é escaldante, sem saber que as cores escuras atraem ainda mais os raios solares, e que tecidos com trama muito aberta deixam os mesmos passarem. E aquelas feridas que não saram. Consigo então ter com o dermatologista, disse-me ele: Ele tem lesões pré-cancerígenas, e cancerígenas. Não pode tomar sol. É preciso usar protetores solares com FPS 20, e evitar o sol. Você fará cirurgias em todas as lesões. Aplicar nitrogênio líquido, ácidos e procedimentos de eletrocoagulação em todo o seu corpo. Doutor, quando isso vai acabar? Quando vai acabar o tratamento? Não tem previsão. Até logo. Caminho então imaginando o que vou fazer de agora em diante. Não tenho dinheiro para o medicamento e o transporte. Encaminham-me à Previdência, mas o perito diz que não tenho nada, e que posso trabalhar. O IBGE, o maior Instituto de Pesquisa do Brasil, não me conhece. A Prefeitura me ignora, e o Estado também não tem conhecimento nem dado sobre a dimensão do meu problema. Isto é o que é mais agravante. Pois então, meu irmão brasileiro,

agora que já estamos apresentados, que tal engajar-se na nossa luta? Aproveitamos também a oportunidade, na visita do nosso Presidente Lula à Bahia, nesse dia 21 de março de 2006, dia Internacional de Combate a Todo Tipo de Discriminação para que V.Ex^a, governante que passará para a história, principalmente pelo sua imensa sensibilidade e o seu Governo nos veja, não nos ignore. E passe a adotar um conjunto de medidas para amenizar o nosso sofrimento. Agindo assim, tenho certeza que V.Ex^a contribuirá para fazer desse nosso Brasil uma democracia de verdade, onde todos, todos tenham os seus direitos garantidos e acesso à política e serviços públicos que nos conduzam a uma Nação verdadeiramente civilizada. Atenciosamente APALBA, Associação de Portadores de Albinismo na Bahia. Parabéns. Missão cumprida.

SR. PRESIDENTE PAULO PAIM (PT-RS) – Desculpa um pouquinho aqui da emoção ali no meio, por isso que eu tremi um pouquinho. Mas eu só quero dizer para vocês que a minha irmã que era cega e também já faleceu, então a gente sabe muito bem o quanto que é importante a luta de todos vocês.

E quando eu falava aqui, claro que eu me lembrava um pouquinho também dela. Mas eu não tenho o direito de lembrar dela, eu tenho o direito de lembrar de todas as famílias. De todas as mães e pais e filhos e filhas que estão nessa belíssima luta. E aí eu termino dizendo para vocês... Como é bom estar junto com vocês. Está encerrada a presente reunião. Vocês merecem.

(Sessão encerrada às 18h13)

Ata da 24ª reunião (extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para no dia 23 de novembro de 2006, quinta-feira, às 09:00 horas.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e seis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador CRISTOVAM BUARQUE, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Siba Machado, Mão Santa, Flexa Ribeiro e Álvaro Dias. O Senador Flávio Arns justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item Único – Definição das cinco Emendas que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apresentará perante a Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, visando emendar o Projeto de Lei nº 15, de 2006-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2007), e ao Projeto de Lei nº 16, de 2006-CN (Revisão do PPA), tendo como Relator o Senador Paulo Paim. Após lido, discutido e votado é aprovado o relatório, por unanimidade. Ficam assim definidas as emendas: Emenda nº 1, de UO 20126 – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ação – 0770 – Apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial, autoria dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, no valor de R\$ 600.000.000,00, resultado: aprovada. Emenda nº 2, de UO 20121 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ação – 0B08 – apoio a serviços de prevenção e combate a homofobia, autoria dos Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim, no valor de R\$ 200.000.000,00, resultado: aprovada. Emenda nº 3, de UO 20122 – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ação – 2C52 – Serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, Autoria dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Cristovam Buarque e Lúcia Vânia, no valor de R\$ 250.000.000,00, resultado: aprovada. Emenda nº 4, de UO 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social – FNCA, Ação – 09JB – concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho, autoria dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Cristovam Buarque e Lúcia Vânia, no valor R\$ 500.000.000,00. Resultado: aprovada. Emenda nº 5, de UO 20121 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ação – 0758 – apoio à prevenção e ao enfrentamento à violência contra a pessoa idosa”, no valor de R\$ 300.000.000,00. Resultado: aprovada. As cinco emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 15, de 2006-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2007) totalizaram o valor de R\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões de reais). Fica definido que a Modalidade de Aplicação das Emendas é 99, a ser definido pela União. Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 16, de 2006-CN (Revisão do PPA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e vinte minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente – Senador **Paulo Paim**, Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Boa tarde a cada um e cada uma. Eu peço licença para, antes de recomeçarmos a nossa Audiência, fazer uma Sessão Interna, mas com a

presença de vocês, não se preocupem não. Mas uma coisa aqui dos três Senadores.

Por isso, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Passamos à apreciação da pauta.

Item único. Definição das Cinco Emendas, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apresentará perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, visando emendar o Projeto de Lei em revisão, Plano Plurianual e o Projeto de Lei Orçamentária para 2007.

Com a palavra, o Relator Senador Paulo Paim, para apresentar o relatório relacionado às cinco emendas da nossa Comissão para o Orçamento de 2007.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, Presidente desta Comissão me designou, Senador Roberto Cavalcanti e outros para fazer o relatório das emendas desta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos. E, com essa preocupação, o relatório que eu apresento, demonstra que foram 37 emendas. 10 emendas eu tive que recusar, porque o assunto não é de competência dessa Comissão, e eu diria que a ampla maioria dos Senadores foi contemplada nos temas que são de nossa responsabilidade.

Dessa forma, eu fiz a fusão de diversas emendas e nesse momento posso anunciar.

Quanto ao Apoio da Iniciativa para a Promoção da Igualdade Racial, e quando eu me refiro à igualdade racial, é para negros, índios, enfim, todas as etnias, nós conseguimos aqui unificando as emendas, contemplando os diversos Senadores, seiscentos milhões de reais.

Então, a Emenda nº 01, seiscentos milhões de reais.

Emenda nº 02: Apoio ao Serviço e Prevenção de Combate à Homofobia, nós conseguimos chegar a duzentos milhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Milhões? Mil.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Milhões, milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Caramba!

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não é mil não, são duzentos milhões.

Serviço Especializado no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Somando todas emendas, inclusive uma sua, Senador Cristovam, nós chegamos a duzentos e cinquenta milhões de reais.

Concessão de Bolsa à Criança e Adolescente em Situação de Trabalho, também contemplando to-

dos os Senadores que aqui encaminharam emendas semelhantes, nesse caso, nós chegamos a quinhentos milhões de reais.

Apoio à Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa, chegamos a trezentos milhões de reais.

Esse e o relatório de forma sucinta, Senador Cristovam. Tentei ser o mais amplo possível dentro da realidade do aspecto que essa Comissão permite.

E eu, nesse momento, submeto à apreciação do nosso relatório.

Seria isso, Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Consulto o Sr. Senador Roberto Cavalcanti se quer fazer alguma fala, fique à vontade.

Bem, lido o relatório sem nenhum pronunciamento do Senador Roberto presente, os que estiverem a favor permaneçam como estão. Está aprovado então e nós encaminharemos as emendas para o Relator da Lei de Orçamento de 2007.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, eu queria ainda aproveitar esse momento.

Pediram para adentrar a essa Comissão seis representantes, seis dos povos indígenas de todo o país. E eles assistiam hoje pela manhã essa nossa Audiência Pública e fizeram um apelo se nós não poderíamos também fazer uma Audiência Pública para discutir sem data aqui fixada, a situação dos povos indígenas no Brasil.

Eu que conheço V.Ex^a. tomei a liberdade de fazer um requerimento em meu nome e em nome de V.Ex^a e, se assim V.Ex^a. entender – eles estão aqui nesse momento e daqui eles vão numa Audiência na Casa Civil se não me engano. Eu os recebi a poucos minutos no meu gabinete. Durante o almoço eu recebi os líderes dos povos indígenas.

E, se V.Ex^a. concordar, esse requerimento sairá no meu nome e em nome de V.Ex^a. A Assessoria naturalmente complementa em nome dos dois e se pudesse botar em votação, aproveitando o quorum regimental pela assinatura de Senadores, e nós marcaríamos com eles a data adequada para esse bom debate sobre também à situação dos nossos queridos companheiros, como eles gostam de dizer, “os nossos parentes”, os povos indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu o felicito, Senador Paim, assino embaixo disso. Eu acho até que o Senador Roberto Cavalcanti poderia gostar de assinar.

E quero pedir desculpa aos Caciques presentes e ao seu povo, que essa idéia devia ter partido da gente, não devia ter sido necessário que vocês pedissem isso. Mas me alegro que tenham pedido e que o Senador

Paim tenha adotado e vamos procurar fazer o mais rápido possível, porque esse é assunto que merece uma discussão profunda no Brasil.

Então, assinarei contente e ponho à discussão, embora se os três estão assinando, eu creio que está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, se me permite, eu recebi aqui deles, eles aqui, só aqui nesse momento, eles representam vinte etnias dos povos indígenas, representando os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Tocantins, Minas Gerais e Goiás.

Mas eles, com a grandeza da solidariedade dos povos indígenas, eles trarão representantes de todos os Estados para a Audiência Pública que ora V.Ex^a. aprovou.

Então, uma salva de palmas aos povos indígenas que já tiveram uma pequena vitória aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E a Audiência Pública está aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, está aprovado e dou por encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 15h20.)

Ata da 25ª reunião (extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª sessão Legislativa ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 29 de novembro de 2006, quarta-feira, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e vinte e sete do dia oito de novembro de dois mil e seis, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras Lúcia Vânia e Maria do Carmo Alves e dos Senhores Senadores, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Flávio Arns, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Valadares e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item 01 – Requerimento nº 32, de 2006, para a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o problema dos conflitos e regularização fundiária urbanos, tendo como centro a relação entre Habitação e Direitos Humanos. Autor: Senador Cristovam Buarque, com sugestão dos seguintes convidados: Antônio José de Araújo – Co-

ordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); Lúcia Maria Morais – Relatora Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada do Projeto Relatores Nacionais da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA Brasil; Ela Wiecko de Castilho – Subprocuradora-Geral da República; e Raquel Rolnik – Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Resultado: APROVADO. Item 2 – Sugestão nº 02, de 2006, – não terminativo – para “Elaboração de texto normativo para acrescentar o inciso 4º ao Art. 180 da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autor: Elo Social Brasil. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Aprovado. Item 3 – Projeto de Lei do Senado – Complementar, nº 204, de 2006, – não terminativo – que: “Torna obrigatória a expedição em braile de documento de arrecadação de receita tributária”. Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Fizem uso da palavra a os Senhores Senadores Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, solicito aos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras a dispensa da sua leitura e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Passamos à aprovação da pauta.

Item nº 1, Requerimento nº 32 de 2006. Para a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com vistas a debater o problema dos conflitos e regularização fundiária urbanos tendo como centro a relação entre habitação e direitos humanos. Autor, Senador Cristovam Buarque, com sugestão dos seguintes convidados, Antônio José de Araújo, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Lúcia Maria Morais, Relatora Nacional para o Direito Humano a Moradia, Ela Wiecko de Castilho,

Sub-Procuradora Geral da República e Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 2, não terminativo. Que sugere a elaboração de texto normativo para acrescentar o inciso 4º, do art. 180, da Lei Federal 8068 de 13 de julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Autor, Elo Social Brasil, Relatora Senadora Lúcia Vânia. Voto pelo arquivamento da sugestão, em 8 de novembro do 2006 o relatório foi lido ad hoc pelo Senador Flávio Arns, discutido e concedido vistas a matéria ao Senador Leomar Quintanilha e, em 14 do 11 de 2006, devolvido sem manifestação por escrito. Pergunto se existe algum Senador deseja ainda discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e em votação o relatório. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado.

Projeto de Lei do Senado, item nº 3, Projeto de Lei do Senado Complementar nº 204 de 2006, não terminativo, torna obrigatória a expedição em braile de documentos e de arrecadação de receita tributária. Autor, Senador Valdir Raupp, Relator, Senador Paulo Paim, voto pela aprovação do projeto. Em 8 do 11 de 2006 o relatório foi lido, discutido e concedido vista do projeto da Senadora Fátima Cleide e devolvido sem manifestação por escrito em 28 de novembro do 2006, Senador Paulo Paim para acrescentar alguma coisa se desejar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Juvêncio da Fonseca de forma muito rápida, já foi lido o relatório, nós todos concluímos a semana passada aqui, a semana da pessoa deficiência e se falou muito, muito, muito da questão do braile, por isso que como a Senadora Fátima pediu vista e devolveu sem nenhuma alteração e como ele não é terminativo nessa Comissão, eu já fiz a exposição na última reunião, eu pediria então a aprovação para que possamos ter mais documentos em braile para facilitar homens e mulheres nesse País, infelizmente já são quase já 30 milhões que tem algum tipo de deficiência e nesse caso, especificamente na questão da visão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Encerrada a discussão. Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como estão. Aprovado. Nada mais havendo a tratar encerro a presente reunião.

(Sessão encerrada às 11h32.)

Ata da 26ª Reunião (Extraordinária), Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 06 de dezembro de 2006, quarta-feira, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, anexo II.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia seis de dezembro de dois mil e seis, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita, Garibaldi Alves Filho, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Mão Santa, Valdir Raupp e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item único – Projeto de Lei do Senado, nº 06, de 2003, – terminativo – que: “Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: aprovado o Substitutivo em prejuízo do PLS, nº 6, de 2003, A matéria irá a turno complementar. O presidente coloca em votação a sugestão do Senador Paulo Paim da presidência convocar reunião extraordinária da Comissão para a realização imediata do turno complementar para a discussão, em turno complementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei, nº 06, de 2003. Aprovada a sugestão a presidência convoca 27ª reunião da Comissão para realizar-se às 15:03. Fizeram uso da palavra a os Senhores Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Marcelo Crivella, Mão Santa, Paulo Paim e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e um minuto, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Boa tarde cada uma e cada um. Eu quero dar boas-vindas. É que o Senado contratou tradutoras de

libras, e nós vamos ter a possibilidade de tê-las aqui conosco. Bem-vindas e muito obrigado.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, solicito aos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras a dispensa da sua leitura, e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Passamos à apreciação da pauta. O Projeto de Lei do Senado, nº. 06/2003, terminativo, Item Único da pauta. Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. O autor, Senador Paulo Paim, Relator Senador Flávio Arns. Eu concedo a palavra ao Relator para proferir o seu Relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, Sr. Presidente. Como já foi colocado, este é um Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim, já apresentado enquanto era Deputado Federal, e depois reapresentado aqui no Senado Federal, e inicialmente sob análise da Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado Federal, e posteriormente, com a criação desta Comissão de Direitos Humanos, passou para apreciação desta Comissão em caráter terminativo.

Eu tenho o prazer de ser o Relator desta matéria, e vários aspectos foram colocados neste Relatório.

Na análise do Relatório, nós colocamos o primeiro Item a importância do Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, que é o nº. 06/2003.

Como todos nós sabemos as pessoas com deficiência constituem um grupo de 10% da população, de acordo com estimativas da Organização Mundial de Saúde, e 14,5% de acordo com as estimativas do IBGE. Isso representaria quase que 25 milhões de brasileiros, em todas as áreas de deficiências: Visual, auditivo, mental, físico, múltiplos, com condutas típicas, chamadas condutas típicas, e todas as áreas, enfim. Então é um contingente expressivo. E o Brasil ainda vem trabalhando para que estas pessoas tenham os seus direitos assegurados. Temos legislações, e o Estatuto é um momento, assim, oportuno para a colocação desses direitos todos num só documento, e aprimorando também esse documento.

É o Estatuto, como foi denominado, da Pessoa Portadora de Deficiência. O CONADE usa a expressão, o CONADE que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, usa a expressão “pessoa com deficiência”. Por isso que nós mudamos da expressão “pessoa portadora de deficiência” para “pessoa com deficiência”.

Na página nove nós colocamos o diálogo que fizemos com muitos setores da sociedade. E eu quero dizer que no decorrer desse período pode-se afirmar que tivemos, na verdade, dezenas de reuniões com todos os setores da sociedade. Nessas reuniões to-

das, discutindo, aprimorando, vendo com o Governo, com as entidades, com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, fizemos um seminário pelo Interlegis por todo o Brasil, e ainda na semana passada, aqui também dentro do Congresso, fizemos também na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência a adequação do Projeto para a nova convenção da ONU, que trata dos direitos da pessoa com deficiência. Em função de tudo isso, em sintonia com o Senador Paulo Paim, apresentamos um substitutivo que na verdade, até, se transformou num substitutivo extenso porque possui 287 artigos divididos em dois livros, a parte geral e a parte especial.

A parte geral contempla disposições preliminares, direitos fundamentais, acessibilidade, a ciência e tecnologia, e a parte especial, cinco títulos. Política de atendimento, medidas de proteção, acesso à justiça, crimes e infrações administrativas e disposições finais e transitórias.

Na parte geral, que é o livro 1, falamos então como foi dito, das disposições preliminares, dos direitos fundamentais, começando pelo direito à vida da pessoa com deficiência, passamos pelo direito à saúde, o direito à habitação, que é o capítulo 3, o direito à educação, que já vem inclusive bastante detalhado na LDB, Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. No capítulo 5º, passamos para o direito ao trabalho, que é um grande desafio para a pessoa com deficiência, colocando muitos dos aspectos que estão em Decretos regulamentadores da área para dispositivos legais, passamos depois no capítulo sexto à Assistência Social, no capítulo sétimo do direito à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, também com bastante detalhe, direito ao transporte. E depois também passamos para o título da acessibilidade.

Nós temos duas leis bastante boas no Brasil que foram regulamentadas, a Lei nº. 10.048 e 10.098 que tratam da acessibilidade e a regulamentação desta lei ficou tão interessante que muitos dos aspectos da regulamentação, portanto aspectos infralegais passaram a fazer parte do conteúdo do próprio Estatuto.

E finalmente, no título 4, tratando a ciência e tecnologia que também tem que estar à disposição da pessoa com deficiência através de ajudas técnicas, tecnologias de apoio, que ajudam a qualidade de vida da pessoa com deficiência.

No capítulo 2, na parte especial, bordamos dentro desse debate todo a política de atendimento falando sobre a atuação do Estado, os conselhos de direitos da pessoa com deficiência que serão criados, deverão ser criados em todos os Municípios, os conselhos de promoção dos direitos da pessoa com deficiência, que aí seria o equivalente ao Conselho Tutelar no Estatuto

da Criança e do Adolescente, seja uma instância local já para discutir e resolver a negação de direitos em relação às pessoas com deficiência. Também alguma coisa sobre as entidades, a fiscalização das entidades. Tudo isso então vem na política de atendimento.

No capítulo primeiro, ações governamentais, não-governamentais, atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, também no capítulo segundo tratando também da atuação do Estado, no capítulo terceiro disciplinando os Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, quer dizer, e principalmente destacando a atuação do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, que muitos dos aspectos do Conselho Nacional também estão em Decretos. Não está na Legislação. E o Decreto, a gente sabe, pode ser mudado pelo desejo de uma ou outra pessoa. E então esses direitos passaram a ser incorporados no Estatuto.

Agora, é importante dizer a criação do Conselho de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é composto por três membros escolhido pela comunidade local, com o mandato de dois anos, com um encaminhamento em termos de recondução, a Legislação Municipal tendo que dispor sobre isto.

Então, isto a gente pensa que é uma instância que realmente, depois do debate todo, pode contribuir sobremaneira para a realização dos direitos. Que o problema ainda no Brasil é ter os direitos e eles não serem, na verdade, concretizados na sequência.

O título segundo ainda do livro 2 trata das medidas de proteção, medidas específicas, o acesso à justiça. Tivemos uma contribuição muito grande do Ministério Público que leu todo o Estatuto para ver, para observar o Estatuto do ponto de vista da sua concretização em termos de realização de direitos do próprio STJ com contribuições também importantes.

Então, nesse sentido eu diria que também esta é uma parte importante. Crimes, infrações administrativas, crimes em espécie e infrações administrativas que também, na verdade, fazem parte então do Estatuto. E o título 5º do livro 2 contém as disposições finais e transitórias.

Então, é importante de se dizer que isto é fruto de um debate. O Senador Paulo Paim como autor aqui participou muito de perto, assim, de tudo isso para, assim, de dois, três anos de muitas reuniões, aguardamos, já estaríamos aprovando inclusive antes o substitutivo, mas por solicitação da sociedade aguardamos a realização da reunião da ONU, que estabelecerá uma nova Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para que o Estatuto então aguardando esta reunião, pudesse adequar os artigos, os parágrafos, o que fosse necessário a esta nova normatização

internacional. Isto aconteceu, e como eu disse, semana passada houve a semana... Duas semanas atrás, aliás, houve a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, aqui no Senado Federal. Várias pessoas participaram de mesas redondas comparando esse Estatuto com o novo documento da ONU. Algumas coisas foram mudadas, alteradas para que houvesse essa sintonia, e nesse sentido então a gente pode dizer que avançou ainda mais nesse sentido, fruto do trabalho de todo mundo.

Eu quero dizer que o Senado Federal tem uma preocupação muito grande com a pessoa com deficiência, e isto vem se manifestando nas iniciativas, nos projetos de lei, em tudo aquilo que pode ser feito nesta área, e para isso, então, é importante, foi importante a participação de todos para que a gente possa aprovar um documento que reflita as necessidades da área em nosso País. Eu quero enfatizar também que neste ano as igrejas cristãs do Brasil tiveram, como todos sabem, a Campanha da Fraternidade com o tema “levanta-te e vem para o meio”. E nesse sentido também foi feito um grande debate com as comunidades todas, não só com as igrejas cristãs, mas com todas as igrejas. Todo mundo tem interesse nesse tema. Então acho que isso reflete também todo este debate que aconteceu no País.

Naturalmente que depois de aprovado aqui no Senado este Estatuto vai para a Câmara dos Deputados, onde poderá receber ainda contribuições, mais discussão, e acho importante que nós aproveemos esse documento nesse final de ano para que a gente possa já iniciar o ano com esse debate na Câmara dos Deputados. E isso vai permitir com que ele se aprimore ainda mais.

Então, é o que eu tinha a dizer. É um documento trabalhado a muitas mãos, e a gente espera que isto possa, como a gente tem certeza em relação a isto, que possa contribuir para que esse percentual grande de brasileiros possa ter a sua cidadania assegurada por um documento mais atual, mais abrangente, e que aborde as várias necessidades da área, como é o objetivo através deste Estatuto da Pessoa com Deficiência. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 06/2003, de autoria do Senador Paulo Paim na forma do substitutivo em anexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A matéria está em discussão e eu faço um apelo para que nenhum Senador nem Senadora se ausente. Porque nós vamos ter que fazer a votação nominal.

Então, a matéria está em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para... Aqui o Senador Paulo Paim, o Senador Arns vem lutando há muito tempo, e graças à Presidência de V.Ex^a nós podemos hoje colocar em votação e discussão esse Projeto. Vê como é angustiante a caminhada por esse Congresso. Isto, segundo o Relator, já vem desde a Câmara.

Então, são coisas tão importantes. Nós tivemos aqui o ato da acessibilidade recentemente, que o Senador Arns propôs, se não me engano, e a gente tem trabalhado muito aqui no Congresso. Quando eu fui primeiro Secretário, nós começamos a fazer um trabalho de adequação do Senado para a presença dos deficientes físicos.

Então, eu acho que esse Estatuto tem um valor incomensurável dentro do plano social que se procura desenvolver. E o Senador Arns conhece profundamente o assunto, soube trabalhar a proposta do Senador Paulo Paim, de forma que eu estou aqui com muita alegria para poder corresponder à expectativa de V.Ex^a, podendo votar. E faria, sem dúvida, um apelo que aqueles que estão faltando, que compareçam urgente a esta Sessão, que eu acho que ainda nesta Legislatura seria uma vitória do Senado a votação deste Estatuto. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado ao senhor, Senador. Passo a palavra ao Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente... Muito obrigado, Senador. É apenas para corroborar as palavras do Senador Romeu Tuma. Na verdade, o que estamos fazendo aqui hoje, é... Eu diria um aperfeiçoamento da Legislação, arcabouço jurídico de amparo aos deficientes, com avanços. Tudo isso sintetizado nesse Estatuto que o nosso Relator acabou de resumir para nós. Eu acho que o Senado Federal dá com aprovação nessa Comissão, de uma obra de tantos anos, de tanto trabalho, de tanta pesquisa, uma prova. O Senado dá uma prova de respeito aos brasileiros portadores de deficiência. Eles que muitas vezes são esquecidos até pela própria família, cuja dor é ignorada pela sociedade, muitas vezes, tem tanta dificuldade de conseguir um emprego, mas que na verdade são pessoas que acabam nos dando lições. Porque quando lhes dão a oportunidade se tornam, como foi Aleijadinho, vultos, tornam pessoas de uma... Vamos dizer assim, de uma realização extraordinária. Como aqueles convidados que trouxemos aqui há

duas semanas atrás, quando fizemos a semana com o tema da acessibilidade.

Compareceu o filho do Roberto Carlos, que é um profissional que venceu as dificuldades da visão, compareceu um Executivo de São Paulo completamente cego, compareceu a Secretária de Direitos Humanos e de Ajuda ao Deficiente do Município de São Paulo. Ela, Sr. Presidente, é tetraplégica, e ela nos deu um exemplo de vida, de trabalho, de amor ao próximo. Chama-se... Senador Flávio Arns, é... Senador Paim, como era mesmo o nome da nossa secretária de... Se não me engano era Magri. E compareceu também, Sr. Presidente, um deficiente da minha terra, do Rio de Janeiro, chamado Charles, que ganha a vida cantando nas calçadas com um pequeno equipamento de som.

Estas pessoas que estiveram aqui conosco até uma hora da manhã, no auditório Petrônio Portela, deram realmente um exemplo. O Senador Heráclito Fortes estava lá. Deram um exemplo de vida para todos nós. Então eu acho que o Senado hoje está de parabéns. Senador Paim está de parabéns, Senador Flávio Arns está de parabéns, essa Comissão, a Presidência do Senador Cristovam Buarque. Porque estamos realizando um trabalho de vulto, que é a aprovação deste Estatuto que acredito seja, Sr. Presidente, um passo importante na conquista da cidadania dos nossos deficientes. Parabéns, Sr. Senador Paulo Paim, parabéns Sr. Relator, e eu já quero adiantar o meu voto que sou plenamente favorável, e peço a Deus que esse Estatuto possa trazer, na prática, uma vida melhor a todos eles. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado, Senador Crivella. Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Professor Cristovam Buarque, V.Exª tem um currículo brilhante, já galgou posições muito importantes no nosso País. Mas eu quero crer que essa de Presidente dessa Comissão, na sua biografia é a que vai ser mais bela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Recentemente eu fui lá na Universidade Gregoriana na Itália, representando esse País com o Senador Maguito, um Congresso de Direitos Humanos e Liberdades Religiosas e ouvi a valia disso tudo. E na minha experiência eu quero dizer o seguinte. O Senado conquista o País com essa sua Subcomissão que deveria ser uma Comissão.

Aliás, eu acho que deveria ter um Ministério, e o Ministro está aqui. Flávio Arns, do PT. Eu não sei se o Paulo Paim tem esse prestígio de indicá-lo para ao Presidente Lula V.Exª. Mas devia ter esse Ministé-

rio dos Deficientes. Senão, vejamos. Como eles são eficientes. Franklin Delano Roosevelt. Um deficiente. Sem ele, que se juntou com Stalin, que mandou sua esposa para a Rússia, que o Stalin queria ficar com o Hitler, e nos trouxe a paz, a vitória da grande guerra. A democracia. Franklin Delano Roosevelt foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos, e a sua imagem ainda de finado fez sua mulher Eleanor Roosevelt fizesse campanha do seu vice que estava perdido. A imprensa que dizia que eram 9 por 1 as chances dele ganhar, e Truman ganhou.

Então está aí. Aqui um grande amigo do Heráclito, Paulo de Tarso Flecha de Lima. Embaixador. Paulo de Tarso. Pois muito bem. Eu quero dizer que o Piauí deve muito a ele quando conseguiu a liberação daquele, hoje, PCPR, o PAPE, 27 milhões de dólares. E ele na cadeira de roda foi comigo defendê-lo em Washington no BIRD. E aqui nós temos um exemplo, e eu tenho a valia que isso deve ter. Eu era residente do Hospital Servidor do Estado. Está aí o Crivella, o HSE, Sacadura de Cabral. E o Chefe da Anatomia Patológica, Francisco Duarte, eu estou fazendo 40 anos de Médico, agora. Francisco Duarte. Ele numa cadeira de roda. E o ato mais glorioso era um colega Médico levá-la ao refeitório empurrando a cadeira. E eu me lembro e todos nós que parávamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Mão Santa, desculpe interromper. É que às 15h temos a Sessão. E eu queria, aproveitando que temos um número suficiente para a votação, pôr em votação e retomo a palavra ao senhor, e todos nós que quisermos fazer posteriormente e eu quero, a gente fará depois. Me permite, Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A gente interromperia, faria a votação, e a palavra volta para o senhor. Está bem? Senador? Concorde?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu concordo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então eu vou fazer a votação nominal, chamando pela ordem. O Senador Heráclito Fortes. Sim. Senadora Maria do Carmo. Eu vou chamar um por um. Edison Lobão, Jorge Bornhausen, José Agripino, Romeu Tuma... Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (*pronunciamento fora do microfone*)... Eleitoral, e cumprimentá-lo por isso. Acho que é tão importante aqueles que têm deficiência auditiva, e tem uma pessoa que está esclarecendo o que aqui ocorre.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Juvêncio da Fonseca, Lúcia Vânia, Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Senador Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Sérgio Cabral, Garibaldi Alves, Luiz Otavio...

SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sim. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Mão Santa...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – ...que passou a palavra. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, voto com o autor desse brilhante Projeto, e com o Relatório brilhante também do Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Marcelo Crivella. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, como autor eu queria só dizer, eu voto com o Relator que foi o grande artista dessa obra, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Magno Malta, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti, Aelton Freitas... E eu voto, sim. E com isso temos dez. Eu volto a... Está aprovado por unanimidade dos presentes.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas cada um de nós certamente ainda quer fazer uso da palavra. Eu peço ao Senador Mão Santa que volte à sua fala, ao mesmo tempo em que agradeço a gentileza de ter cedido parte do tempo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu só quero cumprimentá-lo e estava dando um exemplo da minha vida, de Médico, lá no hospital do servidor do Estado, e isso me deu ao longo desses 40 anos a observação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é por menos que ele é Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Tem um Médico lá danado em patologia, que era chefe, Fran-

cisco Duarte. Olha que eu já esqueci quase todos os nomes, mas dele não. O Flávio Arns era orgulho para qualquer Médico pegar ele na sua cadeira de roda e levá-lo ao refeitório. Parava o hospital e havia uma disputa. Mas eu me lembro que eu mesmo precisei, a minha mãe teve uma patologia de câncer, então ele era comum ser levado na cadeira de roda, no elevador, entrava na sala de cirurgia, nós... Se aproximavam dele, levantava o corpo e ele olhava. E ele olhava com a sua experiência visual de microscopia de patologia. E dava o diagnóstico.

Então, desde daí eu vi que se poderiam ter muitos Franciscos Duartes. Muitos deficientes que são eficientes.

Então, eu quero parabenizar o Senado, ao Presidente Cristovam Buarque, e ao Paulo Paim, e o Flávio Arns. E vai aqui o nosso apelo: Essa é a colaboração do PMDB sério, do PMDB vergonha e do PMDB de dignidade. Ninguém quer cargo, não. Eles que estão pedindo cargo, ô Lula, esses daí não merecem a história de Ulysses, de Teotônio, de Tancredo, de Ramez Tebet e de Juscelino. Pede como eu. Está aqui, cria um Ministério da Previdência. Já criou tanto. Da Previdência, não, do Deficiente. E está aqui o homem do PT, Flávio Arns.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela ordem. Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem porque como nós queremos efetivamente que esse Projeto seja aprovado por duas vezes nessa Comissão, porque é substitutivo, eu apenas... Apenas o que nós tínhamos encaminhado, conforme entendimento feito inclusive com a Mesa, o Senador Cristovam Buarque encerraria essa Sessão, convocaria outra de imediato, e nós já votamos no segundo momento. E é só pedir se os Senadores mantêm a mesma votação. Daí já está votado. Só gostaria que encerrasse agora e abrir outra...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas a gente pode fazer o pronunciamento depois ainda?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pode, pode. Antes que passe às 15h.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Submeto aos Srs. Senadores a sugestão a respeito da convocação de reunião... Esqueci de dizer que estava aprovado.

Bem, aprovado o substitutivo. O Projeto fica prejudicado. O substitutivo irá a turno suplementar na próxima reunião. Podendo até lá receber Emendas. Serão será definitivamente adotado.

Submeto aos Srs. Senadores a sugestão a respeito de convocação de Reunião Extraordinária a se realizar logo após o término desta. Se todos concordam, coloco em votação. Está aprovado.

Portanto, convoco reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para as 15h02.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 15h01.

Ata da 27ª Reunião (Extraordinária), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 06 de dezembro de 2006, quarta-feira, às 15:02 horas, na sala de reuniões Nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às quinze horas e dois minutos do dia seis de dezembro de dois mil e seis, na sala sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita, Garibaldi Alves Filho, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Mão Santa, Valdir Raupp e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item único – Discussão em turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, nº 06, de 2003, – terminativo – que: “Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Não foram apresentadas Emendas, portando fica em definitivamente adotado o Substitutivo ao do PLS, nº 6, de 2003. Fizeram uso da palavra a os Senhores Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Marcelo Crivella, Mão Santa, Paulo Paim, Romeu Tuma e Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e um minuto, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos à apreciação da pauta, que é a discussão em turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 06, em caráter terminativo, que institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. Em discussão a matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu proponho que se confirme a votação do primeiro turno.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então eu submeto à confirmação da votação por todos os presentes. Estando confirmada, não havendo mais quem queira discutir, e encerrada a discussão e feita a confirmação, o resultado é que não foram oferecidas Emendas na discussão suplementar, o substitutivo fica, portanto, definitivamente adotado. Não havendo...

Antes de encerrar, eu pergunto se algum dos Senadores ou Senadoras presentes, querem fazer uso da palavra. Não? Senadora Maria do Carmo. Já está aprovado.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Eu queria fazer uma observação aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria pedir a palavra em seguida, Senador.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – É dever do Estado, da sociedade, da comunidade e da família, assegurar com prioridade as pessoas com deficiência a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, e por aí vai. A ordem deve ser o contrário. É dever da família, é dever da família, da sociedade e da comunidade e do Estado. Porque o Estado é mal gestor para outras questões, imagine para uma questão dessa. Eu acho que isso aqui se deveria fazer uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço o comentário da Senadora, e eu passo ao Senador Paim, antes de fazer o encerramento, e algo que eu quero dizer também sobre o assunto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, eu queria, primeiro, cumprimentar V.Exª que presidiu a Comissão de Direitos Humanos durante todo esse período. Nem que não tivéssemos mais nenhuma reunião, Senador Cristovam, durante esse ano, eu queria dizer que V.Exª termina esse ano o seu trabalho na Comissão com aquilo que a gente chama de “chave de ouro”. Porque a discussão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, junto com o Senador Flávio Arns, a gente vem fazendo desde a Câmara dos Deputados juntos. E eu quero dar um depoimento aqui, faço questão que fique efetivamente registrado, aquilo que eu disse quando votei. O grande artista, o grande escultor dessa obra se chama Senador Flávio Arns.

Eu apresentei o Projeto original e a Assessoria pode aqui me ajudar, eu acho que no máximo 50 artigos. Hoje, o Projeto está com 274, se não me engano, artigos. Fruto... 285 artigos. Fruto de muita conversa do Senador Flávio Arns. De muito diálogo, com todas as entidades no País. Esperou o resultado da Convenção Internacional realizada em Nova Iorque, realizamos o debate aqui, e só depois de ouvir a todos, eu diria em todo e qualquer momento que a gente pode imaginar, foram acho que milhares de e-mails, milhares de contribuições, ele reuniu tudo e apresentou a sua redação na forma de substitutivo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, um pequeno aparte?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não. V.Ex^a. sempre terá um aparte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É encantadora essa decisão que tomamos aqui. Eu estive agora na ONU, por indicação do Presidente Renan, e eu tenho o costume de pegar o que foi discutido durante o ano lá. Porque a gente não acompanha, então tem que pegar o material. O que tem na parte de Direitos Humanos no que se refere ao deficiente é impressionante.

Então, nós estamos seguindo a trilha correta. O que nos atrapalha é o sinal vermelho que algumas pessoas colocam para que não haja rapidez nisso. O Estatuto da Raça que V.Ex^a tem chorado, desculpa a expressão, na Tribuna.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Rodolpho Tourinho fez um belo substitutivo que está parado na Câmara.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, são coisas importantes que são internacionais. Ela não se refere à importância dentro do País.

Então, queria cumprimentar aos dois e V.Ex^a também por ter tido a coragem de trazer essa discussão. E caçar cada um de nós para que não houvesse falta de quorum. Ele falou três vezes comigo aqui. (risos) Eu estava almoçando e larguei para vir correndo porque achei que era tão importante não negar fogo para aqueles que têm interesse em defender a minoria sofrida desse País. Parabéns por tudo. Só sinto que o senhor não é Ministro ainda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para concluir, Senador Cristovam, eu queria também cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Romeu Tuma está conosco durante todo o ano e fez aqui um belo depoimento, mas o Senador Geraldo Mesquita Júnior ele fez um movimento hoje no PMDB porque ele queria votar esse Projeto. E o PMDB mandou ele para cá, então, como titular para que ele pudesse então dar

o seu voto favorável, está consignado aqui a favor do substitutivo do Senador Flávio Arns.

Enfim, Senador Cristovam, eu não vou entrar no mérito artigo por artigo. Quero de novo dizer, para que ninguém tenha dúvida, Senador Flávio Arns, V.Ex^a está de parabéns. Esse Estatuto não seria aprovado se não fosse V.Ex^a. Eu sei quantas críticas V.Ex^a recebeu e eu recebi naturalmente quando V.Ex^a resolveu, com muita coragem, assumir esse grande debate em todo o País. E se ele foi aprovado, o mérito é sim das entidades, enfim, todos que atuam nessa área, dos Senadores que estiveram conosco, esse gesto do Senador Mesquita, mas sem sombra de dúvida, eu estou muito contente de ter sido seu parceiro, de ter botado, como a gente fala, uma gota de água a mais no oceano. Oceano que V.Ex^a dominou para fazer essa obra.

Parabéns, Senador Flávio Arns. Tenho certeza que o Brasil, hoje, bate palmas pela obra construída por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Se me permite, Senador Buarque, que ora preside, mas a questão da gota d'água. Tem uma expressão muito bonita, muito interessante que diz o seguinte: O que eu fiz ou faço, representa uma gota d'água num oceano. Mas sem essa gota d'água o oceano seria menor. (risos) Eu gravei isso porque eu acho de uma importância fundamental.

E eu queria, ao mesmo tempo, cumprimentar mais uma vez a Presidência do Senador Buarque, a sua postura de homem público dos mais respeitados nesse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – A nossa admiração permanente, o nosso apreço. E como disse o Senador Paim, acionado por ele, pelo Senador Arns, me movimente no sentido de ser designado para essa Comissão ainda hoje, porque algo que... É dessas coisas que a gente guarda para sempre. A participação num ato como esse, num ato de fundamental importância. Eu não queria estar alheio nem afastado do que houve aqui. Infelizmente, mesmo com a correria, eu só consegui trazer a designação agora. Há uma “burocraciazinha”, mas enfim, estou fazendo parte. Meu voto simbólico ou não é oferecido, assim, com plena consciência do que ele representa, e com a satisfação enorme de poder ter participado de alguma maneira da aprovação de um Projeto de tamanha envergadura e tamanha importância. Capitaneado, elaborado, trabalhado, dissecado,

discutido por duas figuras da maior expressão desse Senado Federal, que são o Senador Flávio Arns e o Senador Paim. Eu quero inclusive agradecer o privilégio de poder, mesmo palidamente, ter participado disso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O privilégio é nosso, Senador. Eu fico muito feliz de tê-lo aqui. Eu quero antes de encerrar a Sessão, dizer da minha satisfação pessoal de estar presidindo a Sessão. E da minha admiração pelo Senador Paim e do Senador Flávio Arns, e dizer que essa lei, até pelas próprias palavras do Senador Paim, essa lei deveria se chamar “Paim Arns”, (risos) por causa da colaboração entre os dois, e do reconhecimento mútuo entre os dois.

Essa é uma das leis que de fato ajudam a mudar o País. É uma das leis que a gente tem prazer em aprovar sentindo que está fazendo algo para mudar o País, como foi o Estatuto da Criança e do Adolescente 11 anos atrás.

Mas além dessa fala, como Senador e homem público e o meu prazer, eu quero dizer, Senador Flávio Arns, dar um toque pessoal, que sei que às vezes não cabe no exercício do papel que nós temos. Dizer de que muitos dos portadores de deficiência vão tomar conhecimento hoje, vão ficar felizes.

Mas eu queria lembrar daqueles que não vão tomar conhecimento, porque são aqueles que têm deficiências mentais. E entre esses, meu irmão Guilherme, que fará 60 anos esse ano em 2007. E que tem idade mental, zero. Absolutamente zero, desde que tinha dois, três anos de idade. Até aí ele era capaz de falar e entender as coisas. Não vai tomar nenhum conhecimento dessa lei. E é uma lei que vocês fizeram para ele.

Muito obrigado, como Senador, e como pessoa humana pelo que vocês estão fazendo.

Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 15h12.)

Ata da 28ª Reunião (Extraordinária), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 13 de dezembro de 2006, quarta-feira, as 10:00 horas, na sala de reuniões Nº 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às onze horas e trinta minutos do dia treze de dezembro de dois mil e seis, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos senhores senadores, Romeu Tuma, Geraldo Mes-

quita, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Augusto Botelho, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcante. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Item único: Audiência Pública, nos termos do Requerimento—CDH nº 32, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, com vistas a debater o problema dos conflitos e regularização fundiária urbanos, tendo como centro a relação entre Habitação e Direitos Humanos. Com os convidados: Antônio José de Araújo – Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); Lúcia Maria Moraes – Relatora Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada do Projeto Relatores Nacionais da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA Brasil; Ela Wiecko de Castilho – Subprocuradora-Geral da República e Raquel Rolnik – Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. **Resultado:** audiência pública adiada. Inclusão de item **extrapauta:** Requerimento CDH, nº 33, de 2006, de audiência pública “com vistas a discutir as prisões e condenações ocorridas em caso diversos e semelhantes à da empregada doméstica Angélica Aparecida de Souza Teodoro, que foi presa em novembro de 2005 e condenada, em face do furto de um pote de margarina de 250g no valor de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos)”, em dia, hora e convidados a serem definidos por esta Comissão. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usa da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente, em exercício, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há número regimental. Declaro aberta a 28ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata anterior, e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Esta reunião foi convocada para realização de Audiência Pública por força do Requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, com vistas a debater o problema dos conflitos, regularização fundiários e urbanos, tendo como centro a relação entre habitação e Direitos Humanos. No entanto, hoje, atendendo,

inclusive, à solicitação do próprio requerente e dos convidados, em razão de nós estarmos com a pauta cheia de outras reuniões, e dificilmente os Senadores podem se distribuir de maneira a contento para que nós possamos ter o resultado bom de aproveitamento dessa reunião, então chegamos a um consenso. De que essa Audiência Pública deverá ser adiada, como fica adiada, para uma data a ser marcada pelo Presidente da Comissão.

E nós agradecemos bastante à presença do Sr. Antônio José de Araújo, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Lúcia Maria Moraes, Relatora nacional para o direito humano a moradia adequada do Projeto Relatores Nacionais da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Ela de Castilho, Subprocurador-Geral da República, que comunicou a secretaria a impossibilidade de estar hoje aqui presente. Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Agradecemos a todas essas pessoas pela presença e pela disposição de abordar um tema tão importante como este que foi consignado na pauta. E também o Sr. Rodney Roy Rodrigues, que se encontra presente. Fica, portanto, adiada a Audiência Pública para a próxima data, que será anunciada. Com a palavra, prosseguindo a nossa pauta, com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, eu queria me somar à explicação que V.Exª deu de forma muito adequada, correta, para esses homens e mulheres que vieram aqui para discutir um tema que mexe com as nossas vidas, que é o direito a estar na terra, à moradia.

E queria também justificar em nome do Senador Cristovam. Quero dizer que o Senador Cristovam só não está aqui, e V.Exª colocou muito bem, porque na verdade ele está atendendo a uma convocação do Presidente da República. Porque hoje o PDT está discutindo se vai ou não vai entrar na base do Governo, e o Senador Cristovam, todos nós sabemos, foi candidato à Presidência da República. Então a presença dele é fundamental nessa reunião de toda a direção nacional do PDT. Por isso que eu me somo à justificativa que V.Exª fez. Entendemos que o tema é relevante, é importante, tanto que aprovamos o Requerimento por unanimidade no momento que ele foi apresentado pelo Senador Cristovam.

Então, eu quero aqui junto com V.Exª pedir até mesmo desculpa a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, deslocaram para cá para a participar desse grande debate de interesse nacional, e que infelizmente nós tivemos que adiar. Pelos motivos todos que V.Exª colocou muito bem, nós estamos sendo chamados em

todas as comissões, mas também pela não presença do Presidente dessa Comissão, e ele por telefone fez um apelo para nós. Que nós explicássemos para vocês que ele gostaria muito de estar presente nessa reunião, que marcaremos com a maior rapidez possível. Seria só na linha que V.Exª fez pela importância desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Paim. Requerimento. Esse Requerimento ele é extrapauta. Portanto, eu submeto à apreciação do Plenário a inserção dessa extrapauta para a discussão desse Requerimento. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. O Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. “Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e legislação participativa do Senado Federal. Com o fundamento do disposto ao art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 inciso 2º do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública em dia e hora a serem designados nesta Comissão, com vista a discutir as prisões e condenações ocorridas em caso de verso e semelhantes à da empregada doméstica Angélica Aparecida de Sousa Teodoro, que foi presa em novembro de 2005 e condenada. Em face do furto de um pote de margarina de 250 gramas no valor de três reais e vinte centavos. Para tanto gostaríamos que fossem convidadas as pessoas envolvidas nessa questão, notadamente de Direitos Humanos e outras a serem definidas pela própria Comissão”. Sala das comissões, data de hoje. Com a palavra o autor do Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, eu lhe confesso que eu tenho recebido inúmeras denúncias semelhantes a essa. E me sensibilizou muito a situação da Srª. Angélica Aparecida de Sousa Teodoro. Ela foi condenada a quatro anos de prisão. Quatro anos de prisão por ter roubado, conforme os documentos que eu li, falavam em furto, depois mudaram para roubo, um pote de margarina. 250 gramas, quando V.Exª leu muito bem. Três e vinte reais. No momento em que o País assiste aí a assalto de milhões de quatro, cinco, seis, sete milhões, nas mais variadas áreas. Eu considero uma questão de Direitos Humanos. Se essa moça, essa senhora empregada doméstica, se apropriou indevidamente de um pote de margarina de 3,20 reais, ser condenada a quatro anos de prisão, nem que seja natal de... Ela foi condenada. Nem que ela possa sair para trabalhar, nem que ela possa ser naquela situação de vigilância permanente, nem que ela fique em casa, ela está com a condenação. Eu acho essa situação tão grave que entendo que essa Comissão deveria olhar esse caso

e outros semelhantes a esse que estão acontecendo. Me lembro de um outro que me relataram também, que uma pessoa roubou uma galinha, e comeu a galinha, e foi condenada a dois anos de prisão.

Então, questões como essas merecem um olhar mais detalhado, e claro, se depender de nós, aqui na Comissão de Direitos Humanos, comprovando que exatamente da forma que foi... Que às minhas mãos chegou o caso, da gente tomar as medidas cabíveis de assegurar a liberdade plena para essa senhora. Se esse é o caso como me relataram. Porque eu acho um absurdo alguém que, estando com fome, ou pegar uma maçã ou pegar uma laranja ou pegar um saquinho de leite, ou pegar uma galinha, como é um outro caso que eu vou trazer também aqui junto a esse, ou mesmo nesse caso pegar um pacote de margarina e ser condenada a quatro anos de prisão.

Então, é nessa linha que eu faço o apelo para que o Requerimento seja aprovado, e a gente possa fazer aqui, e por isso o Requerimento, um debate do mais alto nível, e não permitindo que, na minha avaliação, injustiças como essas continuem acontecendo. Era isso, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paulo Paim, uma das mazelas do País hoje chama-se impunidade, principalmente na área criminal. No entanto o Estado se mostra tão eficiente nesse caso de três reais e vinte centavos, num pote de margarina. Realmente o tema é muito importante, e muito atual. Eu tenho certeza que vai haver muito interesse para essa Audiência Pública. Submeto o Requerimento à apreciação do Plenário. Aqueles que concordam com esse Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada essa reunião.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52 Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 28 de junho de 2006, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **VALDIR RAUPP**, **JEFFERSON PÉRES**, **ROMERO JUCÁ**, **NEY SUASSUNA**, **ROMEU TUMA**, **SERYS SLHESSARENKO**, **FLEXA RIBEIRO**, **EDUARDO AZEREDO**, **LEONEL**

PAVAN, **EDUARDO SUPLCY**, **SÉRGIO ZAMBIASI**, **EDISON LOBÃO**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **JOSÉ AGRI-PINO**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** e **CÉSAR BORGES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida os Embaixadores **Arnaldo Caiche D'oliveira**, **Fernando Paulo De Mello Barreto Filho** e **Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud** para comporem a Mesa.

Item 01: Mensagem (SF) Nº 162, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **Arnaldo Caiche D'oliveira**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **NEY SUASSUNA**.

Item 02: Mensagem (SF) Nº 164, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **Fernando Paulo de Mello Barreto Filho**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Comunidade da Austrália e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os agréments dos governos desses países”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **EDUARDO SUPLCY**.

Item 03: Mensagem (SF) Nº 159, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné”. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLCY** para leitura do seu relatório. Fazem uso da palavra os Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO** e **ROMEU TUMA**. O Senhor Presidente passa a palavra aos Embaixadores **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, **FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO** e **JACQUES CLAUDE FRANÇOIS MICHEL FERNANDES VIEIRA GUILBAUD**, para fazerem suas exposições de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO** e **EDUARDO SUPLCY**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador **Eduardo Azeredo**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu,

MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, e submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos estiverem de acordo está dispensada a leitura da Ata.

Nós temos hoje uma pauta com duas indicações para o cargo de Embaixador do Brasil e uma terceira indicação extrapauta que já havia constado de pauta de reunião anterior e foi retirada a pedido do Relator e com o consenso de todos os Senadores.

Eu vou pedir a presença aqui dos três indicados e vamos dar início com o Item 1. O primeiro Item é a mensagem nº. 162/2006 que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa. O Relator é o Senador Alvaro Dias, que não está presente. Eu vou pedir então ao Senador Ney Suassuna que faça a leitura, funcionando como Relator *ad hoc*.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias fez o seguinte Relatório: Esta Casa Legislativa é chamada para opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto, a escolha dos Chefes de missão diplomática em caráter permanente. De acordo com o *curriculum vitae* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão do preceito regimental o Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira cursou a Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo e a Faculdade de Geografia da USP anteriormente à sua entrada no quadro diplomático ocorrido em 1980. Suas ascensões funcionais, à exceção da primeira ocorrida pela antiguidade, como de praxe, foram por merecimento. Dentre as divisões a que serviu na burocracia do Itamaraty citamos o Departamento de Administração, a divisão da África dois, a divisão do Oriente próximo, e no exterior assumiu postos nas

Embaixadas em Madri, Luanda, Assunção, La Paz e Porto Príncipe. No que pertine as relações brasileiro/togolesas, o Ministério destaca serem pouco expressivas muito em razão do quadro de instabilidade que acompanhou a história política e econômica de Togo na última década. Marcada pela clivagem entre o partido oficial do Governo, liderado pelo Coronel (?) e os seus opositores, em meio a um processo turbado e frágil de democratização e construção institucional.

É de se destacar porque relevante que apenas no final da década de 1997, Togo passou a contar com Corte Constitucional que entre outras incumbências, assumiu a supervisão da idoneidade dos muitos contestados processos eleitorais. A falta de legitimidade dos Governos instituídos por meio das eleições, altamente fraudulentas, levou Togo a uma guerra civil com grande incidência de violações contra os direitos da pessoa humana. O clima de instabilidade vige até o momento.

No ano passado Togo foi alvo de um golpe de Estado, após o qual o seu líder Faure Gnassingbé foi forçado a renunciar em razão das pressões populares. Na sequência, porém, Gnassingbé submeteu seu nome a pleito eleitoral reconhecido internacionalmente e saiu vitorioso com 60% dos votos. Talvez esse seja o germen da pacificação da sociedade togolesa em torno de um nome de consenso.

O Relatório submetido ao Senado não indica setores da economia togolesa para eventual aprofundamento da cooperação econômica bilateral. Talvez inferimos em razão da modesta economia daquele País, tampouco foram registradas linhas de cooperação bilateral em desenvolvimento, em análise ou mesmo em potenciais. Tendo em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório. Mas o Relatório é favorável a ir a votação, à sabatina e votação do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira para Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo ao Senador Suassuna, passo ao Item nº 2, que é a mensagem nº. 164 de 2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Fernando Paulo de Mello Barreto Filho. Ministro de primeira classe da carreira de diplomata de quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, e cumulativamente o de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado independente de Papúa Nova Guiné, desde que obtido os agréments dos governos respectivos. O

Relator é outra vez o Senador Alvaro Dias, na sua ausência vou pedir ao Senador Suplicy que faça a leitura, funcionando como Relator ad hoc.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador junto à Austrália e cumulativamente na República do Vanuatu e no Estado independente de Papúa Nova Guiné desde que obtidos os dos Governos desse País.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente por voto secreto a escolha dos Chefes de missão diplomática. Atendendo ao preceito regimental o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do indicado. Sr. Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, filho de Fernando Paulo Barreto e Lélia Vasconcelos de Mello Barreto, nasceu em São Paulo em 17 de junho de 1948. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, em 72, Mestre em Direito pela Universidade de Columbia em 74 nos Estados Unidos, aprovado no concurso direto do Instituto Rio Branco em 77, nomeado 3º Secretário no mesmo ano foi promovido a segundo Secretário em 80, primeiro Secretário em 86, Conselheiro em 91, Ministro de segunda classe em 97, de primeira classe em 2002.

No âmbito da Secretaria do Estado exerceu funções de relevância, como Subchefe da Secretaria de Imprensa do Gabinete em 86 e 90 passando a Coordenador Executivo em 92, Subchefe e Chefe substituto do Gabinete em 2001. Foi ainda Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio em 99. Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, serviu na Embaixada em Madri em 80, em Quito em 82, na missão em Nova Iorque em 87, em (?) 92, na missão permanente em Genebra em 95, no Consulado Geral em Londres como Cônsul-Geral em 2003. No curso de altos estudos do Instituto Rio Branco defendeu a tese “O tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiro”, em 94. É autor de várias publicações, cabendo ressaltar “Regras Multilaterais para Investimentos em Política Externa”, em 96, o “Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros em Brasília”, em 99, “Os Sucessores do Barão Política Externa”, 1912 a 1964, “Paz e Terra”, em 2002, da “Primeira Guerra Mundial Liga das Nações Missões de Paz”, em 2003. Ademais, a informação sobre a Austrália Vanuatu e Estado independente da Nova Guiné, onde cabe destacar no que tange a Austrália que o relacionamento político diplomático do Brasil com aquele País

remonta a 1946. Tais relações se estreitaram, ganharam densidade em especial no campo do comércio dos investimentos. Somente no último quartel do séc. XX.

No que diz respeito à América Latina, indica o documento que o relacionamento com o Brasil é prioritário para o Governo Australiano, sendo que este tem apoiado ostensivamente o pleito brasileiro a uma vaga de membro permanente do Conselho da ONU. Há convergência em outros temas como nas negociações que se desenvolvem na Organização Mundial do Comércio, naquela subpreservação ambiental da Antártida na atuação da Comissão Internacional da Baleia.

Há um importante ponto de discordância entre os dois Países em razão da não ratificação pela Austrália no Protocolo de Kyoto. A Austrália é ainda junto com o Brasil membro do grupo de (?) que busca coordenar posições entre os exportadores agrícolas.

No tocante ao intercâmbio comercial entre os dois Países este é ainda baixo, se considerarmos o tamanho das suas economias. A Austrália foi destino de 0,38% das exportações brasileiras em 2005, e de lá se originaram 0,85% de nossas importações.

No que diz respeito aos investimentos, 1,7 bilhão é o estoque de origem australiana acumulada no Brasil até o final de 2004, sobretudo no setor mineral. O Itamaraty informa que a República do Vanuatu tem 200 mil habitantes, em sua maioria melanésios nativos com PIB de trezentos e dezesseis milhões de dólares com taxa de crescimento de 3% anuais em 2004.

As principais atividades: produção de coco, polpa de coco, café, frutas, peixe e carne. O País tem padecido de sucessivas crises políticas que culminaram com o voto de desconfiança aprovado pelo Parlamento contra o então Ministro Sérgio (?) em base de alegações de corrupção no contexto de estabelecimento de relações diplomáticas por aquele Governo com Taiwan.

Vanuatu mantém importantes relações de cooperação com a Austrália que provê mais de 50% da ajuda externa recebida por aquele País, cujo grande potencial econômico encontra-se no setor do turismo. Papúa Nova Guiné é um País dotado de vultosos recursos naturais e há outros elementos que o Itamaraty nos informa, mas como o Embaixador Fernando Mello Filho falará para nós a respeito, então vou deixar para que ele próprio possa desenvolver o tema.

E, portanto, com esses elementos teremos a forma de estar apreciando a indicação de seu nome pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo ao Senador Suplicy, eu passo ao terceiro Item, que é extrapauta, se os Senadores concordarem em apreciá-lo hoje, que é a mensagem nº. 159 de 2006 que submete à apre-

ciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud. Ministro de primeira classe da carreira Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné. O Relator é o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Jacques Claude François Fernandes Vieira Guilbaud, Ministro de primeira classe do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Nascido em 29 de dezembro de 37, em Lisboa, Portugal, brasileiro de acordo com o Art. 115, letra B da Constituição de 1937, filho de João Henrique Desirée Antônio Guilbaud, e Arminda Fernandes Vieira, concluiu o curso de Filosofia em 1959 pela Universidade de Poitiers, na França e de Jornalismo na PUC do Rio de Janeiro em 1964.

Como funcionário do Ministério das Relações Exteriores torna-se terceiro Secretário em 20 de janeiro de 1964, ascendendo ao cargo de segundo Secretário em 1967. Em 74 foi promovido por merecimento a primeiro Secretário. Em 29 de dezembro de 2002 torna-se Ministro de primeira classe do quadro especial. Das numerosas funções que exerceu no Ministério das Relações Exteriores destacam-se a de segundo Secretário nas Embaixadas de Copenhagen e Manilha entre 65 e 74, serviu entre 76 e 77 nas Embaixadas de Santiago e Lisboa como primeiro Secretário. Foi laureado com a medalha Lauro Müller em 1965 e com a Ordem de Dannebrog em 1970.

Situado ao norte da África ocidental a República da Guiné faz fronteira com a Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim, Mali, Senegal, Guiné-Bissau e Oceano Pacífico. Sua superfície é de 246 mil quilômetros quadrados, povoados por 9,4 milhões de habitantes.

A Guiné é uma República Parlamentarista com o Presidente da República eleito pelo voto popular para o mandato de cinco anos com apenas uma recondução. No entanto, o atual Chefe do Poder Executivo é o General Lansana Conté, no poder desde 1984.

Após um período de restrição às liberdades democráticas Conté foi eleito em 1993 e reeleito em 1998 e 2003. Em 1998, nas eleições de dezembro, o Presidente Conté foi eleito com mais de 50% dos votos. Um processo marcado por tensões políticas e étnicas. Em 2001 realizou-se um plebiscito boicotado pela oposição que permitiu ao Presidente Conté concorrer a mais um mandato, o terceiro, o qual venceu a disputa com 95% dos votos. O Poder Legislativo é

exercido por uma Assembléia Nacional Unicameral. Formada por 114 Deputados dos quais 1/3 eleito por voto direto para mandato de cinco anos. Os demais representantes são eleitos pelo Princípio da Representação Proporcional Distrital.

A principal atividade da economia da República da Guiné é a mineração de bauxita e alumínio. Setor que é responsável por cerca de 30% do PIB. 90% das receitas de exportação e 70% da arrecadação tributária do Governo. O País detém cerca de 30% das reservas mundiais de bauxita, sendo segundo maior produtor desse mineral.

Apenas, Sr. Presidente, eu sempre dou um beijo na Senadora Serys para cumprimentá-la. Bom dia. Desculpe. Perdão (risos). Só dar a mão é pouco. A Guiné apresentou durante os anos 90 crescimento econômico da ordem de 4% ao ano. Em 2004 o Produto Interno Bruto foi da ordem de 3,6 bilhões. O PIB por setor está assim distribuído: Agricultura 24,6%, indústria 36,4, serviço 39%. A cultura do algodão e produção pesqueira tem apresentado crescimento significativo. A Guiné assinou acordo com a União Européia concedendo aos navios pesqueiros europeus, amplo e irrestrito acesso às suas águas territoriais.

Em 2004 as exportações totalizaram 709 milhões e as importações seiscentos e quarenta e um milhões de dólares. A pauta de exportação consiste em ordem decrescente bauxita, alumínio, ouro, café, pescados e diamantes, e os principais parceiros comerciais são os Estados Unidos, França, Irlanda, Bélgica, China, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Rússia, Ucrânia, Países Baixos, Alemanha, Reino Unido. A Guiné tem boas relações com a França e os Estados Unidos importantes parceiros comerciais e doadores de ajuda financeira. A Chancelaria guineense vem estabelecer novas parcerias, sobretudo, com o Emirado Adu Dhabi, com a Ucrânia, ambos envolvidos em Projetos de Mineração no País.

As relações diplomáticas com o Brasil iniciaram em outubro de 73. Em 98 a Guiné instalou Consulado Geral no Rio de Janeiro. Em setembro de 2004 o Governo da Guiné comunicou a decisão de abrir a Embaixada em Brasília. O comércio entre os dois Países ainda é incipiente. Mas poderá desenvolver-se igualmente de modo progressivo. No entanto, observou-se um incremento nas exportações brasileiras entre 2003 e 2005, de 3,9 milhões para 20,3 milhões de dólares. As importações brasileiras ainda não são significativas.

Sr. Presidente, Sr. Guilbaud, Srs. Diplomatas, no momento em que estava para ser apreciada a indicação na semana passada, os Senadores Heráclito Fortes e Arthur Virgílio solicitaram prazo de uma semana para

que pudessem ser levantadas maiores informações sobre os fatos ocorridos nos últimos 25 anos, e que levaram ao afastamento do Sr. Jacques dos quadros do Itamaraty, sua anistia e volta à carreira, conforme o cronograma em anexo que foi enviado pelo Ministério das Relações Exteriores ontem. Em 2001, por Requerimento do Senador Roberto Requião, o Sr. Jacques Guilbaud teve a oportunidade de explicar a esta Comissão, conforme depoimento que aqui anexo, os fatos ocorridos. É fato que a Comissão presidida pelo Embaixador Rubens Ricupero, com quem eu tive a oportunidade de dialogar tanto na semana passada, inclusive ao lado do Sr. Jacques Guilbaud e ele, inclusive, conversou com o Presidente Roberto Saturnino Braga ontem, transmitindo a boa-fé com quem procurou agir como Presidente designado por Comissão designada pelo Ministério das Relações Exteriores para então ouvir o Sr. Jacques Guilbaud em Toronto, no Canadá. Que razões teriam levado o Sr. Jacques Guilbaud à época não ter mais comparecido ao Consulado no Brasil, e ele então explicou que houve diversas situações que o levaram de fato a deixar de comparecer, uma vez que se sentia... E que, então, em função daquela Comissão ter tentado, mas não conseguindo ouvir o Sr. Jacques Guilbaud que teve razões para não dialogar com eles, mas não por causa deles, por receios que estava tendo, porque se sentia ameaçado, uma vez que recebera telefonemas ameaçadores e não sabe exatamente de quem, ele pressupôs que pudesse ser do Governo, mas em razão do seu não comparecimento perante aquela Comissão, esta concluiu pelo seu afastamento.

Em 2003 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, presidida pelo Dr. Marcelo Lavenere concedeu anistia ao Sr. Guilbaud, que então voltou aos quadros do Ministério de Relações Exteriores. Desde então o Sr. Jacques Guilbaud tem se disposto a colaborar com os propósitos do Brasil em quaisquer funções onde possa estar trabalhando. E eu considero importante, queria aqui transmitir isso ao Sr. Guilbaud e ainda mais tendo em conta que V.S.^a teve a oportunidade de visitar os Senadores Heráclito Fortes e o Senador Arthur Virgílio para que possa o senhor esclarecer a quaisquer episódios, quaisquer esclarecimentos que, porventura, os Srs. Senadores tenham.

Eu quero transmitir assim como procurei dialogar com o Embaixador Rubens Ricupero, eu também conversei ainda hoje de manhã com o Prefeito César Maia que muito respeitosamente explicou das razões pelas quais colocou em dúvida que sim. Ele disse... Olha, se eu posso aqui transmitir um pouco do Estado de espírito do Prefeito César Maia, é tão importante que V.Ex.^a tenha chegado, Senador Arthur Virgílio, porque

eu avaliei que era importante tomar estas precauções. O Prefeito César Maia está a par dos fatos. Bastante a par. E ele inclusive mencionou que ele próprio foi uma pessoa que esteve exilado no Chile, ficou preocupado com situações que ocorreram na Embaixada na época, avaliou que o próprio Embaixador do Brasil no Chile, naquela época, quando houve golpe militar que derrubou o Presidente Salvador Allende, de alguma maneira como que cooperou com aquela ação antidemocrática, e porque lutava por suas idéias, o Prefeito César Maia acabou sendo preso por dois anos. Ele hoje me transmitiu, inclusive, prezado líder do PFL, que estou relatando o diálogo com o Prefeito César Maia. Olha, eu fui uma pessoa que acreditava, lutava por minhas idéias. Eu próprio nem pedi anistia pelo fato de ter ficado dois anos preso e tudo. Mas porque lutava por minhas idéias acabei tendo ficado preso e tudo. Não pedi anistia por causa disso. Agora, compreendo que houve anistia para os dois lados. Os que agiram de uma maneira e os que agiram de outra. Então, anistia houve. Ele tem a sua avaliação sobre o que aconteceu. Teria uma recomendação diferente daquela do Itamaraty. Respeita, entretanto. Mas eu quero aqui transmitir que eu próprio não conhecia todos os fatos que aconteceram. Mas nada melhor do que a oportunidade de ouvirmos o próprio Sr. Jacques Guilbaud para que ele esclareça quaisquer pontos que, porventura, os Senadores desejam saber. E assim a Comissão terá todos os elementos para avaliar. É importante ressaltar ainda, há pouco mais do que três semanas eu tive um encontro no Palatino onde estava inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso e ali, por ser circunstância estava presente o Prof. Alain Touraine que teve a iniciativa de dizer: “Olha, eu acho importante que possa ser dada atenção ao pleito relativo ao Sr. Jacques Guilbaud”, porque ele, acredito, o conheceu e deu um testemunho a respeito. E o mais importante de tudo, obviamente, é a disposição do Sr. Guilbaud de estar levando os propósitos do Governo Brasileiro, mas aí no sentido do Brasil, do Governo Brasileiro, Executivo e Parlamento. E como nós aqui temos quase que um consenso no que diz respeito aos propósitos do Brasil a ajudar a pacificação no mundo, a democratização, os laços de amizade com Países tais como da África e tudo, isso é algo que vale para os três Embaixadores indicados, Arnaldo Caiche de Oliveira, Fernando Mello Filho e Embaixador Jacques Guilbaud, nós temos propósitos maiores e aqui suprapartidariamente nós nos unimos nesses propósitos maiores.

Então, acredito que a palavra dos senhores será importante para a avaliação nossa. E eu agradeço a postura dos Senadores Arthur Virgílio e Heráclito Fortes, que deram a oportunidade de nós hoje termos me-

lhor informação do que na quarta-feira anterior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço o Senador Suplicy e vou dar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, houve, de fato, tudo isso a que se reportou o Senador Eduardo Suplicy na Sessão passada. Eu sei muito bem como não é simples se propor um pedido, se efetuar um pedido de vistas. Porque, primeiro, para a Chancelaria de recepção pode soar como uma desconfiança de parte da Comissão de Relações Exteriores no indicado pelo Governo Brasileiro. Segundo, porque pode parecer, quem sabe, menosprezo ao País para o qual se destinaria o Diplomata. E em terceiro lugar pelo fato de que a tradição da Casa tem sido a de se reconhecer a legitimidade de um governo indicar os seus Embaixadores livremente, executando uma política externa que tem merecido de mim reparos, às vezes duros, mas eu não posso desconhecer o fato básico de que em 2002, no mês de outubro, eu perdi a eleição. Meu partido não ganhou a eleição. E, não ganhando a eleição, executa-se uma política externa diferente daquela que seria a nossa, caso tivesse havido a vitória do PSDB. Se eu não perco o pé desse fato democrático essencial, evidente que eu tenho que procurar cobrar os resultados expondo as minhas posições, mas admitindo que o Governo tem o direito de tocar para frente os seus desígnios, as suas políticas.

De maneira bem simples, Sr. Presidente Senador Roberto Saturnino, eu só tenho referências positivas sobre o Embaixador Arnaldo Caiche de Oliveira, e sobre o Embaixador Fernando, que foi da Assessoria desse intelectual de peso e desse grande Ministro que para mim foi Celso Lafer. Eu questiono muito, e não é o que está no mérito agora, é se a nossa política seria expandir para esses Países as nossas Embaixadas. Mas foi assim que quis o Governo Brasileiro, o Governo do Presidente Lula e foi assim que executou a Chancelaria Brasileira a partir das iniciativas do Embaixador Celso Amorim.

Eu, portanto, não tenho como não fazer o que já fiz, até já antecipei. Já votei e votei conforme a tônica, conforme a praxe aqui da Casa. Em relação ao Embaixador Jacques Guilbaud que motivou aquele pedido de vistas do seu processo de indicação para representar o Brasil junto à República da Guiné, junto ao Governo da República da Guiné, eu devo dizer que alertado sobre essa história de ter sido ele ou não um membro da comunidade de informações, procurei agir com o máximo de cautela aqui. Por várias razões. Uma delas é que nós temos uma Lei de Anistia vigorando no País. Eu gostaria de saber se alguma atrocidade,

alguma barbaridade teria sido perpetrada ao longo da sua suposta convivência com esses organismos, enfim. Segundo, não prejudicar. Eu tenho pavor à idéia de prejudicar. Eu dizia ontem ao Presidente Saturnino que eu tenho horror de cometer injustiças. Talvez só seja menor esse sentimento do que quando eu próprio sou vítima de injustiça. Mas tenho horror a idéia de cometer injustiças.

Então, pedi sem que significasse nenhuma tentativa de menosprezo ao Embaixador e o País junto ao qual ele será creditado, mas pedi vistas, junto com o Senador Heráclito Fortes, para que nós tivéssemos tempo de chegar à conclusão que poderia ser negativa ou conclusão positiva de hoje. Ontem eu próprio insisti junto ao Senador Heráclito, insisti ao Presidente Saturnino para colocarmos na pauta hoje. Estudamos rapidamente que haveria *quorum*. Não teria porque impedirmos a remessa para Plenário dos nomes, já que nós tínhamos alguns dados novos. Primeiro, eu mantive o contato pessoal com o Embaixador Guilbaud que me causou a impressão correta. Me passou a idéia de uma pessoa sofrida, uma pessoa com muita vida nas costas, e com uma história que é no mínimo controversa, porque termina ele sendo punido pelos tempos de que foi acusado ter sido aliado, e ainda punido porque supostamente teria denunciado irregularidade, corrupção no regime passado, não no Governo passado, mas no regime passado, regime autoritário, em 64, e com algumas referências a favor dele que são significativas. Para mim é significativa a referência oferecida pelo Senador Eduardo Suplicy. Isso me fez pensar.

O Senador Suplicy não estaria aqui pelo que eu conheço do passado dele a defender um torturador, a defender alguém que não respeitasse os Direitos Humanos. Em segundo lugar, a referência de sua proximidade com o Prof. Alain Touraine. Eu tive a honra de estagiar na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, mais precisamente no Centro de Estudos sobre Brasil Contemporâneo com o Prof. Ignacy Sachs e o Diretor-Geral da escola era o Prof. Alain Touraine, que é um brasilianista francês, é um amigo do Brasil, é uma figura de talhe democrático a toda prova. E essa é uma referência muito forte. A outra referência é a relação do Embaixador Guilbaud com o Dom Paulo Evaristo Arns e a outra extremamente relevante e a meu ver um arremate nesse quadro todo é a recomendação que faz, ou seja, a declaração que para mim é definitiva do Embaixador Rubens Ricupero que atesto o caráter profissional e a correção do Embaixador Guilbaud. Tenho a impressão que qualquer coisa, além disso, seria nós ficarmos voltando a tempos que não devem voltar e ficarmos remoendo fatos que não devem ser remo-

idos e ficarmos revivendo emoções que felizmente já ficaram para outros momentos.

Eu entendo que olhando para frente, tudo que eu quero é, portanto, a indicação dos Embaixadores para que eu possa livremente, criticar a política externa brasileira que eu julgo equivocada em vários de seus pontos, entre os quais o de abrir tantas Embaixadas, assistindo menos aquelas que eu julgo mais essenciais e dedicando Embaixadores do nível e do calibre dos senhores para localidades, para Países que não renderão os frutos econômicos nem políticos que supostamente o Brasil idealizaria dali obter. Mas já que é assim, já que esta é a determinação, eu não poderia era agora fazer cavalo de batalha, cumprindo um gesto injusto. Na pioríssima das hipóteses eu estaria sendo... Eu estaria com o máximo de certeza e um pouquinho de dúvida, eu poderia estar cometendo uma injustiça menor. E eu estou convencido de que com o máximo de certeza e quase nenhuma dúvida eu estaria cometendo um ato de injustiça maior. Resolvendo essa situação. E, portanto, eu não faço diferença entre os três Embaixadores indicados e recolho as restrições da semana passada, e digo que embora secreto, o meu é aberto. Eu votei já nos três Embaixadores e tenho certeza que o Plenário fala a mesma coisa. Obrigado, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita-me um aparte, Senador Arthur Virgílio. Como eu próprio, assim como o Senador Presidente Roberto Saturnino conversamos com o Embaixador Rubens Ricupero, o esclarecimento que ele nos prestou, em síntese, foi o seguinte: Ele não conheceu pessoalmente o Sr. Jacques Guilhaud. Naquela época em que foi designado pela Comissão, pelo Ministério das Relações Exteriores, juntamente com dois Diplomatas hoje já falecidos que não poderiam então estar prestando depoimento, mas cuja seriedade ele tinha certeza de que todos acreditam. Que, naquela oportunidade, ele tentou falar com o Sr. Jacques Guilhaud. E não obteve êxito. Ele mencionou que houve um dia que, inclusive, um funcionário do Consulado, senão dos próprios Diplomatas se dirigiu à residência do Sr. Jacques Guilhaud, e na ocasião, como o Sr. Jacques Guilhaud inclusive explicou, estando ele ou tendo ele sido ameaçado por telefone a ele próprio e a seus filhos, ameaça inclusive de morte, ele então receoso do que poderia estar ocorrendo com ele, imaginando que pudesse ser algo relacionado aos fatos por ele denunciados, ele inclusive tinha solicitado às autoridades canadenses que lhe dessem a devida proteção. E, na ocasião, ele solicitou então à polícia que levasse aquela pessoa que era do Consulado americano embora. E a pessoa foi levada para a delegacia, tendo inclusive sendo retirada a roupa.

Esses fatos foram relatados pelo Embaixador Rubens Ricupero. Ele estranhou que tivesse ocorrido isso, porque eles estavam agindo de boa-fé. E, em função do Sr. Jacques Guilhaud não ter prestado depoimento e ter na época abandonado o serviço, é que eles concluíram que deveria ser o mesmo afastado.

Posteriormente, em 2003, o Sr. Jacques Guilhaud explicou estes fatos tanto aqui à Comissão quanto à Comissão de Anistia que concluiu por anistiá-lo. Mas o Ministro Rubens Ricupero não teve a oportunidade de interagir pessoalmente com o Sr. Jacques Guilhaud para então ter uma conclusão mais definitiva de conhecimento pessoal.

Então, eu só registro isso para ser justo também com o Ministro... Com o ex-Ministro e Embaixador Rubens Ricupero que por outro lado, asseverou-me: Também não é meu propósito prejudicar o Sr. Jacques Guilhaud.

Então, só para deixar claro o que...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Falou da conduta profissional, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, ele observou que ele não poderia fazer um julgamento a respeito porque ele não interagiu. Mas obviamente o Ministro de Relações Exteriores, ao indicar o Sr. Jacques Guilhaud está obviamente nos informando que o Sr. Jacques Guilhaud tem o propósito sério de servir o Brasil. E num sentido amplo, pois nós dois, Senador Arthur Virgílio, temos a responsabilidade como Governos, no sentido amplo, Executivo e Legislativo, de aqui estarmos apreciando a indicação do Sr. Jacques Guilhaud. E é hoje, nesta oportunidade, que tenho V.Ex.^a. como eu próprio, o direito de formular as indagações que avaliarmos como convenientes, necessárias, para a avaliação nossa completa.

Então, eu quero transmitir isso para transmitir uma questão até de justiça. Inclusive para com o Sr. Jacques Guilhaud, para que V.Ex.^a. forme o seu juízo completo, como V.Ex.^a. gostaria que eu também o fizesse aqui.

Então, para ser justo da melhor maneira possível.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, e finalizando. Estamos aqui para ouvir o Embaixador Guilhaud, e os demais Embaixadores, mas finalizando eu vejo que a Presidência de V.Ex.^a. tem sido marcada não só pelo gesto importante, porém mecânico, mas extremamente importante indicarmos os Embaixadores e de com eles debatermos as questões da Política Externa Brasileira como por alguns momentos de debate da questão nacional, questão da Defesa Nacional, e até com possibilidade de exteriorizarmos Política Externa. Eu queria sugerir que antes de fe-

charmos esta etapa de funcionamento do Congresso, esse semestre legislativo, que depois que será sucedido pelas eleições, que são o fato democrático mais importante, nós atentássemos para algumas coisas que estão acontecendo. Uma é essa corrida armamentista na Venezuela que me preocupa. De oitenta e tantos mil homens sua milícia Chávez almeja chegar a 500 mil e com possibilidade de armar um milhão de venezuelanos. Ou seja, ele militariza um País que faz fronteira com o Brasil. Suas incursões a Pernambuco recentemente me preocupam. Sua conversa com o MST, no Paraná, me preocupa. Me preocupa sua intromissão em eleições. Qualquer dia ele diz que não gosta do candidato fulano e gosta do candidato beltrano numa inversão de valores que eu considero intolerável. Ou melhor, num exagero de... Numa prerrogativa falsa que ele passaria a ter que eu considero intolerável. E eu queria chamar atenção para um outro fato. Hoje tem uma notícia preocupante no jornal, se não me engano no jornal O Estado de São Paulo. Falam no Paraguai abertamente em nacionalizar Itaipu. Eu alertei para isso aqui. Aquele exemplo da Bolívia, o titubeio(F) inicial do Governo Brasileiro, poderia ensejar que amanhã, isto sim, seria uma crise de fôlego no campo da política energética brasileira se repetir aquele fato da Bolívia no Paraguai. O exemplo de Evo Morales contagiando setores relevantes da política do Paraguai.

Então nós temos que analisar as relações Estados Unidos/América Latina com essa hipérbole da atuação venezuelana, analisar a posição do Brasil, se o Brasil está de fato sabendo ser o líder natural que tem que ser do subcontinente sul-americano. Se V.Ex^a. pudesse acatar uma sugestão deste seu colega seria nós marcarmos uma reunião para isso, para debatermos Política Externa sem a preocupação de indicar fulano ou beltrano, mas vemos o que somos hoje e o que podemos propor antes de 14 de julho, para a análise do Governo Brasileiro e para a ciência da sociedade deste País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Arthur Virgílio, não só é um dever desta Comissão, porque é o seu propósito fundamental discutir a Política Externa, como é um direito de V.Ex^a. até objetivar essa discussão em torno de alguns problemas que sejam maiores. Eu só lhe pediria que V.Ex^a. formulasse o Requerimento e nós, naturalmente, apreciáramos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, desculpa o minuto, cumprimentar os três Embaixadores, até a correção com que V.Ex^a. agiu na indicação do Embaixador e se acautelando para que não fosse praticado uma injustiça. Queria cumprimentar V.Ex^a. e todos os Senadores que compreenderam

bem, o assunto foi até levado a Plenário ontem. Mas o Senador Arthur Virgílio, eu acho que o Senador Arthur Virgílio tem muita razão em propor essa discussão. Ainda outro dia fui à Tribuna e V.Ex^a. tem ido também à Tribuna com cautela, Senador Arthur, todos os fatos que V.Ex^a. levantou elas são preocupantes. Eu me lembro que quando houve modificações principalmente na posição brasileira Argentina onde o Mercosul tentou unir, passou a ter na região sul do País a parte mais importante na segurança em Itaipu, Senador. Eu assisti reunião em que Itaipu passou a ser estratégico. Porque na medida que possa sofrer qualquer constrangimento na produção de energia o Brasil pára. Não é isso Senador Arthur a sua preocupação? E ainda recentemente o Chávez manda um avião aqui vôo humanitário para levar setenta e poucos brasileiros para operar em cataratas onde lá tem centenas de hospitais brasileiros fazem gratuitamente mutirões de cataratas. Quer dizer, é quase que uma invasão desses Países em que o Presidente Chávez provavelmente tem influenciado bastante para retirar essa liderança que o Lula...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador, e se ele se recolhesse a ser oftalmologista daria uma ótima tranquilidade para mim, pelo menos. Ele passaria a operar olhos e nós não teríamos tanta intranquilidade como as que eu vejo que ele vem gerando com as suas intromissões. Eu tenho a impressão que o povo venezuelano enxergaria melhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É isso. Obrigado, Presidente. E cumprimentá-lo pelas decisões que tem tomado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço muito ao Senador Romeu Tuma. E vamos passar então às exposições dos senhores indicados, começando pelo Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira que é indicado para ser o Embaixador do Brasil junto à República Togolesa. Com a palavra o Embaixador Arnaldo D'Oliveira.

SR. ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA – Exm^o. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Saturnino...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu posso interromper V.Ex^a...? Normalmente os indicados têm toda liberdade em termos de tempo e V.Ex^a. terá também. Eu só quero lembrar que hoje, por uma dessas circunstâncias, porque ontem foi um dia sem Sessão, hoje nós temos 10 Comissões funcionando.

Então, os Senadores estão fazendo um esforço de ubiquidade que requer que nós sejamos tão breves quanto possível. Por isso que eu estou...

SR. ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA – Exm^o. Srs. Senadores, membros desta ilustre Comissão, mui-

to obrigado. Como é do conhecimento de V.Ex^{as}., e o Senador Arthur Virgílio acaba de mencionar, é objetivo do Sr. Presidente da República reforçar a presença diplomática brasileira no continente africano. A África é região de permanente interesse para o Brasil. Dados os nossos estreitos vínculos históricos, étnicos e culturais, além de objetivos estratégicos e comerciais. Existem igualmente crescentes oportunidades de cooperação e parcerias a serem exploradas no relacionamento da América do Sul com o continente africano no quadro da cooperação entre Países em desenvolvimento.

A intensidade da nossa presença na África tem sofrido, no entanto, variações no decorrer do tempo. Devido a contingências específicas e momentâneas. Assim, nossa Embaixada em Lomé, bem como em algumas outras capitais africanas foi fechada aproximadamente uma década por medida de contenção de despesas. Mudanças ocorridas desde então permitem rever essa posição. Em novembro de 2005 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou por carta ao Presidente Faure Gnassingbé que a fim de estabelecer uma dinâmica sustentada nas relações entre Brasil e os Países africanos, determinou a abertura de novas Embaixadas no continente, bem como a reativação daquelas que por motivos de natureza orçamentária haviam sido fechadas em passado recente. Nessa carta o Presidente Lula informou ao Presidente Gnassingbé a intenção de reabrir a Embaixada brasileira em Lomé. O portador da carta foi o Subsecretário Geral Político para a África, Ásia e Oceania e Oriente Médio, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, em cumprimento de missão especial a Lomé.

Na ocasião ouviu do Presidente Gnassingbé o seu propósito de reabrir a Embaixada Togolesa em Brasília e reciprocidade ao gesto brasileiro. Na mesma carta o Presidente Lula expôs ao Presidente togolês que a afinidade existente entre Brasil e Togo se reflete também em crescente convergência de posições sobre temas relevantes da agenda internacional, e agradeceu-lhe o apoio do Togo a candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Presidente Faure Gnassingbé tem demonstrado igualmente nas oportunidades que apresenta o desejo de estabelecer Programas de Cooperação Técnica com o Brasil por acreditar que essas são proveitosas para o seu País, dada a reconhecida experiência brasileira em áreas como a saúde, agricultura e educação, bem como o de incrementar o comércio bilateral. O intercâmbio comercial Brasil/Togo não é grande, mas indicam fluxo crescente de negócios. As exportações brasileiras para o Togo praticamente quadruplicaram de 2003 a 2005, e as importações do Togo pelo Brasil

duplicaram no mesmo período. Seria conveniente, no entanto buscar um equilíbrio na balança, que é crescentemente favorável ao Brasil.

No que diz respeito à Política Interna Togolesa cabe apontar que a situação tem apresentado recentemente sinais de um possível encaminhamento para o entendimento nacional, desde a abertura da crise provocada pelo falecimento pelo Presidente Gnassingbé Eyadéma em fevereiro de 2005. Recordar-se que imediatamente à morte de Gnassingbé Eyadéma após 38 anos no poder o seu filho Faure Gnassingbé foi levado à Presidência com o apoio do Exército. Fortes manifestações populares da oposição política e a reação negativa da comunidade internacional, sobretudo dos Países vizinhos e da União Européia fizeram Faure Gnassingbé renunciar. Em abril seguinte, contudo, em eleições presidenciais saiu-se vencedor. Essas eleições foram consideradas fraudulentas pela oposição, mas o reconhecimento de sua validade pela França, facilitaram fosse dado ao novo Chefe de Estado togolês o voto de confiança da comunidade internacional.

Ao mesmo tempo, a oposição política local aceitou as propostas pacificadoras de Eyadéma e suas promessas de democratização do regime. Em reunião realizada em Bruxelas, entre Governo e oposição, sob mediação da União Européia, foi lançado em abril de 2005 o diálogo intertogolês no qual participam os principais partidos do País e, claro, os tradicionais de oposição. Edem Kodjo, político veterano, líder do Partido Convergência Patriótica Panafricana e ex-Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana, aceitou sob designação como o Primeiro-Ministro. Da mesma maneira, foi conduzido à chefia das Relações Exteriores outro líder oposicionista Zarifou Avéna do Partido dos Democratas para a Renovação.

Uma das tarefas do diálogo intertogolês é a criação de uma Comissão de Verdade e Reconciliação para analisar os atos de violência eleitoral cometidos no País desde a sua independência. De estudar modalidades de pacificação nacional. A preocupação e a retomada do interesse pelo Togo, particularmente pela França, prende-se ao desejo de evitar a desestabilização do País nos moldes dos conflitos em curso com o Sudão, Líbia, Costa do Marfim e Congo, com conseqüências drásticas para as populações da África ocidental e para o futuro econômico da região. Bem como a repetição do cenário habitual de deslocamento de populações, fuga de capitais, retração de investimentos, e aprofundamento das divisões internas. Esta é também a preocupação do Governo Brasileiro no que diz respeito ao Togo e à região.

O Togo, apesar de caracterizar-se por exercer uma Política Externa dirigida à manutenção da paz e

a estabilidade na sub-região é uma efetiva integração no âmbito da comunidade econômica nos Estados da África do oeste, da qual é importante promotor, tem pendências históricas com seus vizinhos imediatos Benin e Gana. A busca da reunificação do povo *ewe* desmembrado por ocasião da independência nacional e aspiração fundamental togolesa.

Por outra parte, o Togo participa ativamente das iniciativas de pacificação no continente levadas a cabo pela União Africana, o que o faz merecedor do respeito continental. O Presidente Gnassingbé Eyadéma procurou desenvolver em sua longa permanência no poder de promunicação(F) pessoal muito atuante na mediação desses conflitos regionais, notadamente nos casos de Angola, do Congo-Brazaville e Serra Leoa. Para finalizar cabe dizer que as relações diplomáticas Brasil/Togo estabelecidas em 1962 desenvolveram-se de maneira correta e cordial, embora a cooperação bilateral nunca tenha alcançado patamar considerável.

Espera-se assim, se V.Ex^{as}. estiverem de acordo, ao reativar a Embaixada do Brasil em Lomé, promover o pleno uso dos mecanismos que regem o nosso relacionamento bilateral. O Acordo de Cooperação Técnica E Científica de 1973, o Acordo Cultural do mesmo ano e o acordo que cria a Comissão Mista de 1988. De modo a extrair desses instrumentos um maior benefício possível para ambos os Países. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Agradeço ao Sr. Embaixador e passo a palavra ao Embaixador Fernando Paulo de Mello Barreto para a sua exposição.

SR. FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente tendo em vista o seu pedido, vou tentar ser mais breve do que tinha pensado em vez de ler algo que eu tinha pensado de 10 a 15 minutos, eu vou tentar talvez até improvisar para não tomar o tempo dos senhores.

Eu gostaria de dizer inicialmente apenas que a Austrália, enfim, como todos nós lembramos a distância geográfica, talvez seja um dos problemas que impediu ao longo desses últimos anos que tivesse sido um País que tivesse um maior incremento. Eu acho o que poderia aqui neste momento dizer é que eu acho pessoalmente e pelo que eu tenho lido que a Austrália, hoje em dia, com o desenvolvimento de comunicações, de transportes, oferece uma oportunidade que antes não havia para incremento das relações. Vou me ater então, se o senhor permitir só a alguns pontos específicos que acho que poderia ser de objeto da atuação da Embaixada e continuidade, aliás, ao que a Embaixada já vem desenvolvendo em Canberra.

O primeiro ponto seria relativo a comércio exterior. Eu tenho a impressão que até o Relator já men-

cionou, o comércio bilateral é visto como aquém das possibilidades das duas economias. Certamente os dois Países podem e devem e certamente têm potencial para aumentar e há estudos aqui eu não vou me ater a longos estudos, cruzamento de pautas para ver as possibilidades que certamente existem de um incremento comercial. A Embaixada também não faz negócios, mas terá um papel, sem dúvida, de fomentar e estimular aproximação de empresas nesse sentido. Comércio certamente. E outro que é investimentos. Eu acho que é o segundo ponto que eu queria mencionar é a possibilidade de incrementar investimentos nos dois sentidos. É interessante notar que não apenas há investimentos australianos no Brasil, já alguns importantes, sobretudo, na área de mineração, mas há também investimentos, possibilidade de investimentos brasileiros na Austrália, que já estão começando. Já há uma fábrica de motores no sul da Austrália, a nossa COMPANHIA VALE DO RIO DOCE no ano passado inaugurou um escritório, enfim, há possibilidade de atração de investimento mútuo. Certamente mineração, que é um setor muito forte da economia australiana, mas há outros na área agrícola. Já fábricas de produtos ligados à agricultura no Brasil de herbicidas, de fertilizantes de origem australiana e outros que poderão se motivar novamente no papel da Embaixada de fomentar e buscar essas oportunidades, estimular esses investimentos recíprocos.

Um terceiro item que eu queria mencionar que acho que diz respeito diretamente tanto com investimentos, mas, sobretudo, com o comércio é a questão de transporte. Tanto o transporte marítimo como aéreo se faz de maneira indireta com a Austrália. Não há uma ligação direta com nossos produtos via marítima. Fazem o transbordo em Cingapura porque não há navios diretos, e no transporte aéreo igualmente. Há duas linhas para a América do Sul, um acordo entre a empresa australiana QUANTAS com a LANCHILE do outro lado que mantém um voo entre Sidney e Santiago e há um outro voo da Aerolineas Argentinas, que vai de Buenos Aires também para Sydney, mas não há um voo para o Brasil. E os estudos, aliás, feitos por aeroportos de Sidney indicam que 80% dos ocupantes desses voos são justamente pessoas destinadas ou provenientes de São Paulo ou Rio de Janeiro.

Então, naturalmente estão em andamento estudos e negociações já há algum tempo para um acordo de transporte aéreo. Certamente a Embaixada teria um papel para verificar e continuar o que a Embaixada já está fazendo, as possibilidades de algum tipo de entendimento com companhias brasileiras que no momento, não dispõe infelizmente ainda de equipa-

mentos para esses vôos transpacíficos que exigem equipamento especial.

E o quarto Item, eu acho que mencionaria aqui que é o interesse recente demonstrado por autoridades australianas, pelo nosso Programa de Etanol e Açúcar. Quer dizer, a Austrália é um dos poucos Países do mundo, aliás, do Brasil, que dispõe de centros açucareiros e que por razões mais ambientais do que de mercado se interessado enormemente pelo nosso programa e nossos carros *flex*, e nossa possibilidade de cooperação técnica ou mesmo outras de mercado na área de etanol dada a nossa experiência talvez única no mundo.

Então, passando para o último Item, o quinto Item que eu queria mencionar, sobre a possibilidade da atuação de uma embaixada diz respeito à questão de cooperação educacional científico tecnológica. Surpreendente como Países como a Austrália com 20 milhões de habitantes, apenas tenha umas 40 universidades, mais 900 mil alunos em universidades, uns 300 mil dos quais são estrangeiros que ali estudam e um interesse do Brasil e dos brasileiros por esse mercado, digamos assim, educacional, a Austrália está crescendo. Em 2004 havia cerca de 4.500 brasileiros estudando em universidades ou cursos de inglês, em 2005 já quase 6.000, e eu não tenho os últimos números, mas está crescendo.

Para a surpresa de muitos, a Austrália pouca gente conhece, mas a Austrália é um País que tem mais de 10 Prêmios Nobel e é um País que tem uma tecnologia não só em mineração, biotecnologia e nanotecnologia dispõe de uma experiência que talvez seja e é certamente de interesse das autoridades educacionais brasileiras.

Então, eu diria que desses cinco itens, para ser bem breve, estou tentando resumir, eu vejo como áreas de atuação prioritárias para uma Embaixada. Eu queria mencionar ainda muito brevemente a idéia do ponto de vista político, eu queria destacar aqui apenas um item que é a Austrália, Canberra é um porto privilegiado para acompanhar a situação político-econômica naquela região Ásia-Pacífico e em particular eu queria mencionar o Timor Leste, que é uma área... Um País em que a Austrália tem uma atuação importante que certamente, a Embaixada deve e pode acompanhar o que se desenvolve naquela vizinhança entre aqueles dois Países.

Por fim, com relação a Vanuatu e Papúa-Nova Guiné, apenas dados necessários a brevidade que tenho que ter, apenas mencionar os contatos tem sido até agora infelizmente por razões diversas escassos, mas tem havido já contatos. O atual Embaixador no ano passado visitou Papúa Nova Guiné-Conacri, e

verificou as possibilidades de cooperação técnica a alguns itens de interesse do Governo de Papua, no que diz respeito, sobretudo a terminologia cooperação técnica em matéria agrícola, café, açúcar, algumas experiências nossas, mineração, necessitam certos equipamentos, talvez tenha possibilidade e desejo de comprar aviões regionais para transporte entre as ilhas. E do ponto de vista de Vanuatu que é uma economia ainda menor, também há interesse de cooperação técnica e já foi verificado pelo Brasil, tendo isso como curiosidade dado o momento que vivemos, uma das áreas que eles pedem cooperação técnica é futebol. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Embaixador Mello Barreto. Eu vou passar então a palavra ao Embaixador Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, para fazer a sua exposição.

SR. JACQUES CLAUDE FRANÇOIS FERNANDES VIEIRA GUILBAUD – Exm^{os}. Senadores Eduardo Suplicy e Arthur Virgílio por vossas generosas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Roberto Saturnino.

Digníssimos membros desta nobre Comissão, distinguido com a escolha do Presidente da República para exercer as funções de Embaixador junto à República da Guiné-Conacri é para mim uma grande honra e profunda satisfação estar aqui hoje perante V.Ex^{as}.

É particularmente significativa para mim a possibilidade de participar do esforço do nosso País no desenvolvimento das relações com o continente africano, setor indubitavelmente prioritário no âmbito de desenvolver nossas relações internacionais. Assistimos com efeito a uma estratégia capaz de conceder maior projeção ao Brasil no cenário mundial. A meta é garantir ao País mais poder de negociação nos Fóruns Internacionais, e orientar uma política agressiva e sem complexo com a África, continente com o qual tantos laços culturais afetivos e étnicos nos unem e tantos interesses potenciais nos acenam, é parte fundamental de uma articulação efetiva com os Países africanos, capaz de conferir maior peso ao Brasil em suas negociações com Países mais desenvolvidos.

Com efeito, a União e a cooperação de nossos esforços nos tornam obviamente mais fortes, mais resistentes e mais convincentes. É, portanto, normal que consideraria uma esplêndida oportunidade que V.Ex^{as}. poderão ter a generosidade de confirmar, qual seria a de servir o nosso País na Guiné-Conacri um dos líderes históricos da África ocidental. E líder em verdade, uma vez que o último País a ser colonizado pelos franceses em 1891, a Guiné foi o primeiro a ob-

ter independência em 1958 e o único a dizer não ao General De Gaulle quando este criou a comunidade francesa da África. Seu chefe, Cicu Tourret(F) afirmou então preferir a pobreza com liberdade à opulência na escravidão. Por essa atitude, por esse espírito indômito, a República da Guiné é muito respeitada no conceito da antiga Organização da União Africana, hoje União Africana, onde assume papel de líder. O desafio que me espera em Conacri também explica a minha gratidão por essa oportunidade voltar a servir o nosso País desta vez na África.

É particularmente gratificante em verdade vir a ser o primeiro representante do nosso País numa Nação de um continente tão próximo de nós por tudo aquilo que proporcionou ao povo brasileiro. Vale recordar aqui as palavras do Padre Antônio Vieira. “O Brasil – escreveu ele – tem o corpo na América, mas a alma na África”.

A oportunidade será particularmente motivadora se puder concretizar-se neste nobre recinto, onde poucos anos atrás, tive a possibilidade de depor, expondo os acontecimentos que haviam levado à minha exclusão da carreira diplomática na época da ditadura militar. A injustiça então sofrida pôde assim graças a este nobre e exemplificar Senado que muito honra o nosso País ser plenamente reparada, uma vez que o meu depoimento permitiu o início de processo de reabilitação culminando com a minha reintegração na carreira. É, portanto, neste momento deveras emocionante para mim, pois tenho agora a possibilidade de voltar a servir o nosso País. O que me enche de justificado orgulho, Sr. Presidente.

Nesta altura mais do que pertinente, julgo eu, aproveito para agradecer ao nobre Relator, ilustre e muito querido amigo Senador Suplicy, que tanto apoiou meu pleito. Sou-lhe imensamente grato, Senador. Com aproximadamente 250 mil quilômetros quadrados de superfície, situada na África Ocidental e banhada pelo Oceano Atlântico a Guiné possui 9,5 milhões de habitantes. Sua capital é Conacri, com um milhão e meio e seu PIB é de cerca de 3,6 bilhões de dólares. Com renda per capita de aproximadamente 450 dólares. Sua economia cresce hoje ao ritmo de 4%, mas a inflação monta a 25% ao ano. Ainda mais impressionante parecem esses números quando, por exemplo, os comparamos ao PIB do Brasil, cerca de oitocentos bilhões de dólares comparados aos 3,6 bilhões da Guiné.

Os dados a seguir são ainda mais chocantes. A mortalidade infantil atinge 134 por mil nascimentos, com crescimento vegetativo de 3%. País cuja população é extremamente moça, sua expectativa de vida não chega aos 44 anos de idade. O analfabetismo atinge proporções assombrosas. Mais de 65% da população

é analfabeta. A balança comercial é cronicamente deficitária, e o endividamento de três bilhões de dólares muito pesado para um País cujo PIB é aproximadamente a mesma quantia. O que explica a dependência econômica com relação à França e outras potências.

Os erros da Política Econômica do regime ditatorial de Cicu Tourret(F), a ruptura diplomática com a França no decorrer dos anos seguintes à independência, a rejeição mundial da década de 80, bem assim condições naturais difíceis, são elementos que explicam em boa parte o panorama sombrio da economia guineense. O que evidentemente se reflete no clima político e na instabilidade social.

Diretrizes paulatinamente mais liberais, no entanto, adotadas no início da década de 90 pelo atual Presidente Sr. Lansana Conté produziram bons resultados. O PIB vem aumentando de modo significativo desde então.

A República da Guiné é uma democracia, em princípio, oficialmente de regime Parlamentar com Chefe de Estado desde 1984, ano em que faleceu o ditador Cicu Tourret(F) é o Presidente Lansana Conté, religiosamente reeleito desde então a cada sete anos e que também ele governa com mão de ferro, aliás.

A língua oficial é o francês. A bandeira é inspirada na francesa em seu formato, traz as cores verticais, portanto, vermelha a lembrar o sacrifício que fez seu povo pela liberdade. Amarelo a recordar a luminosidade de seu sol e a riqueza em ouro, e a verde representando suas gigantescas florestas.

80% da população vivem da agricultura, e, apesar disso, deve importar alimentos para a sua sobrevivência. As infra-estruturas são praticamente inexistentes. Portos, rodovias ou ferrovias não são suficientes para escoar mesmo pequena parcela da riqueza mineral que dorme no subsolo. Excetuada a bauxita, da qual é o segundo maior produtor mundial com 15 milhões de toneladas e neo-exportador. É rica a Guiné também em diamantes, ferro, cobre, ouro, urânio, manganês, relativamente pouco explorados.

No que concerne às perspectivas do desenvolvimento econômico, e em particular a prospecção dos imensos recursos de seu subsolo de que eventualmente necessita a Guiné, o corrente ano poderá vir a ser marco histórico para o País. Com efeito, a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE estuda atualmente projeto de próxima instalação na Guiné. Abertura praticamente concomitante da Embaixada do Brasil naquele País, somente poderá acrescentar concreto apoio logístico e político a este empreendimento de nosso País.

É fato que as Reformas Políticas empreendidas desde 2004 animaram e determinaram os investidores estrangeiros, uma vez que a conjuntura política acena

para reformas concretas tão necessárias para instilar a confiança bem como para alentar as esperanças e o dia-a-dia da população guineense que vive miseravelmente. O que aparece moralmente revoltante e socialmente inquietante, pois que os recursos naturais são extraordinariamente abundantes, a tal ponto que fala-se da Guiné como sendo verdadeiro escândalo geológico de tão rico que é o seu subsolo. Destarte o futuro próximo com os investimentos anunciados, paralelamente as reformas políticas em curso, assemelham luminoso e capaz de determinar novo rumo para a Guiné e assim abrir as portas para uma independência autêntica.

Constamos, portanto, que o Brasil chega a Conacri no momento mais oportuno. Por enquanto, 40% da população vivem com menos de um dólar per capita por dia. Sua história isso é muito compreensível dizer, se liberar tanto quanto possível das amarras que ainda tem com a França, que é o maior parceiro comercial, maior parceiro econômico e o maior parceiro cultural com o qual, aliás, mantém hoje boas e cordiais relações, bem assim a desconfiança inerente a toda a antiga colônia para com a Comunidade Européia e os Estados Unidos da América, poderosíssimos blocos a desequilibrar todo o relacionamento, levam a Guiné a desejar estreitar laços com Países como o Brasil, com o qual tem afinidades naturais múltiplas e autênticas e com quem além do mais pode desenvolver relações político-comerciais saudáveis, pois que relativamente menos desequilibradas.

A geopolítica, as numerosas afinidades existentes, a importância de reforçar e diversificar nossos contatos com o mundo neste planeta cada vez mais globalizado leva naturalmente o Brasil e Guiné a reforçarem seus pontos comuns, criando missões diplomáticas que se constituem pontes para uma maior e mais profundo intercâmbio de conhecimentos mútuos. Como um dos líderes da União Africana, a Guiné poderá se constituir numa influência positiva. E nosso relacionamento com o continente. E seu voto vem a ser precioso para nossas pretensões na Organização das Nações Unidas a um assento permanente no Conselho de Segurança, por exemplo, bem assim nos demais Fóruns Internacionais.

Na Organização Mundial do Comércio o Brasil pode e tem muito ajudado o pleito da Guiné no que concerne os subsídios incididos sobre o algodão. Assim, beneficia-se a Guiné desde já com a Política Brasileira de interesses comuns.

Neste ponto permito render tributo a esta Casa e aos membros da Comissão pela magnífica contribuição que tem dado na análise dessas questões internacionais de interesse do Brasil. As relações diplomá-

ticas entre os dois Países existem desde 1973, e os assuntos relacionados aos nossos interesses com a Guiné são por ora tratados pela Embaixada do Brasil em Dacar, no Senegal.

Por outro lado, a Embaixada da República da Guiné já está estabelecido no Brasil desde agosto de 2005. O Chefe da missão guineense é o Embaixador Tourret, homem dinâmico, grande admirador do Brasil que antes atuava como Cônsul-Geral no Rio de Janeiro. É digno de nota o apressado e a estima deste senhor no nosso País. O intercâmbio comercial entre os dois Países é medíocre, por hora. O próprio intercâmbio em nível mundial, em verdade é pouco expressivo. Cerca de dois bilhões de dólares, ida e volta por ano. Oitocentos milhões de exportações e um bilhão de importações. O intercâmbio, portanto, não é positivo para a Guiné. No entanto, o reflexo e consequência do estabelecimento de relações diplomáticas em nível de Embaixadas residentes em cada País, missão de empresários brasileiros visitará a Guiné proximamente. Enquanto que está prevista a vinda ao Brasil também proximamente dos Ministros das Relações Exteriores, da Saúde e das Finanças guineenses.

Dentro das possibilidades concretas que já posso antecipar para nossos produtos no mercado guineense estão as vendas de ônibus, de frango e de bebidas alcoólicas. Conto com três exportadores potenciais interessados em eventualmente desbravar este novo terreno. Restrito, certo, mas que poderá se constituir numa porta de entrada também para os demais Países da África ocidental.

O arroz, do qual o Brasil é grande importador, aparece como outro produto constante da nossa pauta de exportações dos últimos anos que poderá resultar em trunfo importante no intercâmbio comercial com a Guiné. Como é natural, dentre a vasta gama de produtos manufaturados, semimanufaturados já constantes de nossas vendas ao exterior, haverá itens que oferecerão condições propícias à entrada no mercado guineense.

Empenharei em tornar realidade essa potencialidade que poderá interessar à Guiné inclusive por me permitir diversificar as suas fontes importadoras. No campo bilateral o Brasil criou em 1987 a Agência Brasileira de Cooperação estabelecida e funcionando no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. A agência tem como seus principais objetivos atender as necessidades técnicas de Países de menor desenvolvimento relativo. ABC, Agência Brasileira de Cooperação poderá ser acionada. E sem dúvida procurarei motivá-la a colaborar em projetos úteis ao progresso da Guiné. Essa ajuda criará concomitantemente como é natural, como é de se esperar aspectos pragmáticos

obviamente positivos capazes de fundar alicerces favoráveis aos nossos interesses político-comerciais com aquele País africano e mesmo na região.

Outro campo fértil pelo intercâmbio sadio, moralmente e politicamente correto, capaz de ser desenvolvido vantajosamente para a Guiné e para os laços daquele País com os nossos, está nas atividades da pastoral da criança, já muito ativa em outros Países africanos. Procurei a coordenadora daquela organização, a Dr^a. Zilda Arns, colocando à sua disposição para eventualmente colaborar nas suas atividades também na Guiné onde a pastoral ainda não está presente. Esta iniciativa brasileira muito honra o nosso País, e sua presença atuante sem dúvida propiciará um relacionamento mais intenso, catalisador de intercâmbio político comercial mais expressivo e positivo para o nosso País.

Por outro lado, a experiência e os conhecimentos acumulados pelo Brasil no combate ao HIV, a Aids, que é tristemente muito presente na Guiné, vem assim o sucesso de nossos médicos terapêuticos para debelar aquele mal aparecem como terreno onde a nossa solidariedade poderá influir e favorecer, eclodir outros laços com a Guiné.

Quanto ao futebol, ao esporte, considerando a autêntica paixão guineense pelo futebol e nossa posição de rei no planeta nesta atividade lúdica e até mesmo cultural, procurarei criar nesse ambiente por si só propício, condições para que visitas de clubes brasileiros possam ocorrer por ocasião de giros de times nossos na região e na Europa. O futebol, perfeita tradução de nossa unidade e alma nacional poderá cimentar a fraternidade entre o Brasil e a Guiné.

Assim, aproveitando o entusiasmo guineense pelo futebol, sei que encontrará boa acolhida a idéia de desenvolver também na Guiné os projetos brasileiros do segundo tempo e o Pintando a Cidadania cujos modelos foram recentemente implantados e inaugurados em Angola pelo nosso ex-Ministro dos Esportes, Dr. Agnelo Queiroz. Estes dois projetos se constituem em mais uma marca do Brasil, marca essa cujo sucesso na Guiné podemos é verossímil, podemos antecipar desde já.

Se o Sr. Presidente concordar, darei por terminada a minha exposição, permitindo neste ponto reiterar que é com entusiasmo e profunda gratidão que antecipo a possibilidade que V.Ex^a. poderão me conferir de voltar a servir o nosso País. Nessa hipótese, posso assegurar a V.Ex^as. que saberei dar o melhor de meus esforços e de minha determinação a fim de transmitir com capacidade, imaginação e dignidade boa imagem de nossa gente e de nossa terra, contribuindo assim para construir bases de simpatia e de respeito

capazes de se traduzirem em relações e intercâmbio positivos para o Brasil.

Muito agradeço a V.Ex^as. e ao senhor, Sr. Presidente, pela paciência e atenção que tiveram para com a minha pessoa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo ao Embaixador Jacques Guilbaud, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Até já cumpri o dever do voto, eu queria registrar aqui, Sr. Presidente, o artigo publicado no dia 24 de junho de 2006 no Jornal do Brasil pelo Embaixador José Maurício Bustani. É um assunto que passou sem que nós o tivéssemos percebido. O Brasil acaba de obter a auto-suficiência no enriquecimento de urânio, se tornando um dos 10 únicos Países que dominam a tecnologia. E o Embaixador Bustani compara isso ao petróleo, à EMBRAER, a ITAIPU, às conquistas da EMBRAPA, e ao episódio dos biocombustíveis. E ele faz isso numa linguagem sóbria, mostrando que isso é uma conquista da comunidade científica, das lideranças políticas, de um processo que não foi inventado por quem quer que seja. Um processo que vem de Brasil para Brasil e que vai passar de Brasil para Brasil, porque é um processo. O Brasil não se reinventa a cada eventual genialidade que possa governá-lo por quatro anos ou por oito anos. E ele diz isso.

Portanto, eu gostaria muito de registrar isso com júbilo, por entender que é uma conquista acima de Governos, uma conquista da sociedade científica brasileira e que de muita valia pode ser para nós. E levando em conta ainda que nós estamos ao lado de Países que trabalham as bombas atômicas, enfim, e de alguns outros que não as trabalham. Alemanha, Japão, Holanda, Índia e Paquistão.

Portanto, eu considero que é muito relevante o artigo do Embaixador e muito relevante o fato. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu que agradeço, nobre Senador. Tive a oportunidade de ler o excelente artigo. Realmente é um artigo antológico, como enfim são muitas das contribuições do Embaixador Bustani.

Agora, por exigência regimental e constitucional, sou obrigado a transformar a Sessão em secreta, pedindo aos que nos assistem que nos deixem por alguns minutos. E, antes de tornar... De cortar o som, eu perguntaria ao Senador Suplicy, V.Ex^a. anexou ao seu parecer, correspondência dirigida ao Dom Evaristo, uma publicação do jornal O Globo, e-mail de Toronto,

uma correspondência do Professor Allain Tourani. Eu pergunto a V.Ex^a. se deseja que faça parte, que seja anexado ao processado?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu gostaria, Sr. Presidente, porque assim, inclusive, o depoimento que o Sr. Jacques Guilbaud prestou aqui em 2003, para que as informações sejam as mais completas. Gostaria também, Sr. Presidente, de... Tendo ouvido o Prefeito César Maia, o Embaixador Rubens Ricupero, a respeito do Sr. Jacques Guilbaud, e sobre possíveis preocupações que ambos manifestaram, eu gostaria de dizer que no relacionamento que tive como Relator com o Sr. Jacques Guilbaud, e tendo em conta também a indicação feita pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pelo Presidente Lula, que ele possa estar prestando serviço diplomático como Embaixador junto à República da Guiné, e levando em conta aqueles que são os nossos objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento, erradicar a pobreza, marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, quaisquer outras formas de discriminação, e como é que o Art. 4º define a forma como o Brasil vai reger as suas relações internacionais pelos Princípios de Independência, prevaência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos e assim por diante, e no pressuposto de que o Sr. Jacques Guilbaud irá atender esses objetivos maiores, eu quero, mesmo que tenha ocorrido episódios no passado, avaliando-se que houve anistia no País concedida a ele também, eu gostaria aqui como Relator de expressar um voto de confiança de que as coisas vão caminhar bem, e que ele vai cumprir propósitos sérios na direção daqueles que são objetivos fundamentais da Constituição brasileira.

E, por essa razão, é que mesmo que tendo havido problemas no passado, eu espero que as coisas caminhem muito bem e faço questão de aqui registrar isso, Sr. Presidente, ainda na Sessão aberta. Era a palavra que eu queria aqui mencionar, Sr. Presidente.

(Sessão Secreta às 12h01)

(Sessão reaberta ao público às 12h33)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Feita a apuração, todos os três indicados foram aprovados pela Comissão. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(Sessão encerrada às 12h33)

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 4 de julho de 2006, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de julho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP, ROMEU TUMA, RODOLPHO TOURINHO, ROMERO JUCÁ, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, NEY SUASSUNA, CÉSAR BORGES, SÉRGIO ZAMBIASI, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPPLY, PEDRO SIMON, AELTON FREITAS, GILVAM BORGES e MARCO MACIEL**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente requer inversão de pauta. **Item 02:** Mensagem (SF) Nº 165 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. **Item 03:** Mensagem (SF) Nº 173 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica”. Faz uso da palavra o Senador **SÉRGIO ZAMBIASI** para leitura do seu relatório. O Senhor Presidente convida o Embaixador Georges Lamazière para compor a Mesa. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 172 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o agrément do governo desse país”. O

Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, passa a Presidência ao Senador Sérgio Zambiasi. Faz uso da palavra o Senador **ROBERTO SATURNINO** para leitura do seu relatório. O Senador Roberto Saturnino reassume a Presidência. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **GEORGES LAMAZIÉRE** para fazer sua exposição de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Pedro Simon e o adiamento dos demais itens da pauta. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. E começo submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo, fica dispensada.

E vamos passar à nossa pauta. Eu sugiro, se os Srs. Senadores estiverem de acordo, que nós comecemos pelo Item 2 e, em seguida, o Item 3, porque são dois Embaixadores, cumulativos, cuja apreciação não se requer a audiência, a presença, a exposição e a indagação sobre os indicados. Se todos estão de acordo, vamos ao Item 2, que é a Mensagem nº 165/2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de primeira classe da carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo que já exerce de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Israel, exercer também o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre. O Relator é o Senador José Agripino. Não estando presente, vou pedir ao Senador Sérgio Zambiasi que faça a leitura do voto, funcionando como nosso Relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Roberto Saturnino. Já tenho em mãos o relatório do Senador José Agripino sobre a Mensagem 165/2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embai-

xador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Eu tenho aqui uma ampla análise positiva e a simples razão de ser o Sr. Pedro Motta Pinto Coelho o Embaixador titular junto ao Estado de Israel já é um fator altamente positivo para o exercício cumulativo do cargo de Embaixador junto à República do Chipre e, portanto, o parecer, diante do exposto, é favorável, emitido pelo Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço ao Sr. Senador Zambiasi. E vamos passar ao Item 3, que é a Mensagem nº 173/2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de segunda classe de carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo que já exerce de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer também o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Dominica. O Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, a quem concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador, Presidente Roberto Saturnino. Mensagem 173/2006 da Comissão de Relações Exteriores, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Dominica. E o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Então, vamos passar ao Item 1. E eu pediria então a presença do indicado, o Sr. Georges Lamaziére, que, logo em seguida, fará a sua exposição.

A mensagem nº 172/2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Georges Lamaziére, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata o quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Lituânia, desde que obtido o *agrément* do Governo deste País. O Relator sou eu mesmo. Então, eu pediria ao Senador Zambiasi que ocupasse aqui a Presidência, para que eu possa apresentar o meu relatório.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Concedo então a palavra ao Senador Roberto Saturnino, Relator da mensagem, para apresentar o seu relatório.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Trata-se, Sr. Presidente, da indicação do Sr. Georges Lamazière para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do candidato, que é bastante extenso, tendo Bacharelado em Direito, em 75, e obtido título de Mestre em Filosofia, em 1980, pela PUC do Rio de Janeiro. Exerceu várias missões no exterior, tendo também exercido missões aqui na administração federal, como Oficial do gabinete do Ministro de Estado, em 86, Coordenador Executivo da Secretaria de Política Exterior, em 1990, Coordenador Executivo do Ministro de Estado, outra vez em 92, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em 97, Assessor Especial da Presidência, em 99. Várias representações do Brasil e no exterior. Consta que, além do *curriculum vitae* relatado no documento anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a avaliação das relações bilaterais entre o Brasil e o Reino da Dinamarca, com destaque para aspectos políticos, econômico-sociais e culturais. E também informações com relação à Lituânia. Penso que o próprio indicado, na sua exposição, poderá nos dar essas informações, razão pela qual eu me dispenso de ler este trecho, esta parte do relatório que se refere às informações sobre os dois Países onde o nosso indicado irá representar o Brasil, caso seja aprovado.

Tendo em vista a natureza da matéria, Sr. Presidente, a categoria do currículo do Sr. Georges Lamazière, penso que a Comissão já dispõe dos elementos para apreciação da indicação feita pelo Presidente da República. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Sr. Senador Roberto Saturnino. E concedo então a palavra ao Embaixador Jorge Lamazière, para fazer a sua exposição, pelo tempo que julgar necessário. E devolvo a Presidência ao seu titular.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Tem a palavra o Sr. Georges Lamazière.

SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Muito obrigado, Sr. Presidente, estou muito honrado de estar aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Gostaria de fazer umas breves observações sobre aspectos

e econômicos da Dinamarca e depois sobre aspectos das relações bilaterais. Tendo em vista não me estender demasiadamente, eu deixaria para comentar alguma sobre a Lituânia na manifestação de perguntas posterior.

A Dinamarca é uma Monarquia Parlamentar unicameral, cujo Parlamento tem cerca de 179 membros, adotando o sistema misto de representação proporcional distrital. Cerca de 135 dos seus 175 membros são eleitos pelo sistema de voto distrital e, 40, de acordo com o sistema de voto proporcional, de acordo com os votos dados aos partidos políticos. Só têm representação no Parlamento os partidos que alcancem o mínimo de 2% dos sufrágios.

Uma característica do sistema político dinamarquês, é que, a exemplo de outros Países europeus e outros Países no mundo, é marcado pelo multipartidarismo e por Governos freqüentemente de minoria, que obrigam a busca do consenso por meio de coalisões, seja formais, seja *ad hoc*, para aprovação de projetos específicos.

Como exemplo, no momento, após as eleições de 8 de fevereiro de 2005, é a seguinte a composição político-partidária: A coalizão do Governo, liberal conservador, conta com 71 cadeiras. O apoio (inaudível) dado pelo Partido Popular dinamarquês, são 24 cadeiras, que somariam 71 da coalizão de Governo, e oposição conta com um total de 80 cadeiras. Quer dizer, se não fosse pela composição de uma coalizão informal, o Governo estaria em minoria formal. É um fato interessante e que mostra que é também um Governo que é baseado na coalizão, como outros que nós conhecemos no âmbito Parlamentar.

Passando aos aspectos econômicos, muito brevemente, a Dinamarca é um País, pelo tamanho da sua economia e pela sua situação geográfica tradicional, no meio, como ponte entre o Mar do Norte e o Mar Báltico e Europa Central, fortemente dependente do comércio internacional. O comércio exterior é responsável por dois terços do PIB da Dinamarca. Dois terços do comércio exterior da Dinamarca é feito com outros Países da União Européia. Tendo em vista a sócio-dependência do comércio exterior, a Dinamarca é um País de uma economia muito aberta, que procura diversificar parceiros e apóia fortemente nos fóruns de negociação internacional, inclusive a OMC, a liberalização do comércio exterior.

A Dinamarca foi um País cuja economia foi eminentemente agrícola até os anos 60, sofreu, então, um processo de modernização industrial acelerada, sendo hoje um País de marcante presença na área industrial e tecnológica.

Hoje, o setor de serviço, inclusive o setor de transportes marítimos, representa 75% do PIB da Dinamarca. As indústria dinamarquesa é constituída por pequenas e médias empresas, em sua maioria, de alto nível de especialização. O setor de metalurgia, maquinaria, eletrônica e instrumentos científicos domina as estatísticas, seguido pelo setor de transformação de alimentos, bebidas e tabaco. Indústrias químicas e farmacêuticas inclusive são especialmente importantes, além da de papel, tecido, vestuário etc. No campo da indústria farmacêutica, por exemplo, poderia-se citar que um dos itens de maior exportação para o Brasil é insulina, tendo inclusive uma grande firma dinamarquesa adquirindo participação numa firma brasileira produtora de insulina, recentemente.

A taxa de câmbio, depois eu posso comentar isso em relação à União Européia, mas, como se sabe, a Dinamarca não aceitou fazer parte da união monetária e do euro, mas, ela mantém a sua moeda atrelada ao euro, tendo, com isso, uma grande estabilidade, e que permite a movimentação livre de capitais e um clima favorável ao mercado financeiro dinamarquês, um dos mais abertos que se conhece.

O desempenho econômico recente tem sido muito bom. Em 2004 houve retomada de crescimento, confirmada em 2005. Em 2005, segundo alguns dados, eu vi 2,5, mas, a OCDE dá os dados para 2005 com 3%, o que é um bom índice para um País europeu com esse tipo de economia.

Todos os indicadores econômicos estão positivos e com tendência de crescimento. Produção, emprego, consumo e investimento. Evidentemente, fatores, também temporários, como receitas da exportação de petróleo, favorecidas pelos altos preços do petróleo, também tem auxiliado esses altos índices favoráveis.

O nível de desemprego caiu recentemente, tendo atingido 5,9 em 2003, subiu para 6,1 em 2004 e, em 2005, retrocedeu para 5,5%, um dos menores índices, recentemente, na Dinamarca.

Como observei anteriormente, a Dinamarca, tal como a Grã-Bretanha e a Suécia, não participou do euro, mas, tem uma extraordinária participação na União Européia. Na Rodada de Doha de Comércio Exterior, das negociações visando à liberalização do comércio, a Dinamarca, evidentemente, tem um papel como qualquer País europeu, vinculado à autonomia que tem a comissão européia, em nome da União, para conduzir as negociações, pois ela tem objetivos próprios, que eu considero essenciais. Defende a liberalização do comércio em relação ao acesso ao mercado de subsídios e vincula a liberalização do comércio à assistência ao desenvolvimento, porque crê que as economias dos Países mais pobres só assim

seriam os beneficiários da liberalização do comércio. São pontos que posso citar depois, brevemente, a Dinamarca tem uma tradição muito importante de auxílio ao desenvolvimento. Era um dos poucos Países que tinha anualmente uma ajuda oficial de desenvolvimento de 1% do PIB, baixou um pouco recentemente, mas, mesmo assim, é exemplar, com 0,8%.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – O mínimo é 0,7, não é?

SR. GEORGES LAMAZIÉRE – Ela estava com 1, o que era fantástico, retrocedeu um pouquinho para 0,8, mas, ainda é bastante significativo.

A Dinamarca considera que os Países em desenvolvimento devem ser tratados nas negociações da OMC de acordo com os seus diferentes estágios de desenvolvimento e seu potencial econômico.

As exportações da Dinamarca em 2005 chegaram, mais um superávit, é uma tradição recente dos superávits comerciais, na balança geral, não digo do Brasil apenas, de 8,1 bilhões de dólares. Alguns analistas atribuem o papel especial, de novo, à manutenção do superávit às exportações de petróleo. A Alemanha é o principal parceiro da Dinamarca. Como eu disse antes, dois terços do comércio exterior é feito com a Europa, e o Brasil, nesse momento, tanto exportação quanto importação, está em torno de 0,3%.

Passando à política multilateral da Dinamarca, a Dinamarca tem uma forte atuação multilateral, na ONU e em vários outros foros, que é um dos pontos que a aproxima do Brasil e que torna a colaboração político-diplomática, além da área bilateral, muito promissora. A Dinamarca tem participado de operações de paz, quase metade das operações de paz já feitas pela ONU contou com a presença da Dinamarca. Atua fortemente na área de desenvolvimento, como dito antes, defesa dos direitos humanos, proteção do meio ambiente, segurança coletiva e promoção da democracia. A Dinamarca mostrou, no passado, simpatia pela proposta de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de interesse do Brasil, como todos sabem, dentro do modelo chamado “A”, que é a hipótese favorecida pelo Brasil, com a criação de novos cargos, de membros permanentes, e indicou, inclusive, simpatizei por algumas das candidaturas desses membros.

A política externa dinamarquesa vincula as questões de segurança e de desenvolvimento. Considera que a segurança internacional, inclusive questões como terrorismo, não devem ser tratadas isoladamente da questão do desenvolvimento econômico e social. Considera, inclusive, que o terrorismo encontra terreno fértil para o seu desenvolvimento no subdesen-

volvimento, na ausência de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Dentro dessa linha, a Dinamarca teve, recentemente, papel relevante na criação de dois órgãos mais recentes das Nações Unidas. A Comissão de Construção de Paz e o novo Conselho de Direitos Humanos. Em ambos os casos, a Dinamarca foi um dos idealizadores iniciais e um dos grandes promotores desses dois novos órgãos importantes, sendo que a Comissão de Construção da Paz justamente visa a vincular, no nível das Nações Unidas, as atividades da segurança e as atividades de desenvolvimento, dando papel importante para (inaudível) inclusive.

A Dinamarca foi representada na reunião de líderes mundiais que discutiu uma proposta do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Ação Contra a Fome e a Pobreza, em setembro de 2004, pelo Chanceler (inaudível) e aprovou a Declaração de Nova Iorque, assinada naquela oportunidade. Ela tem também grande atuação na área de temas ambientais, estando implementando no quadro do *Clean Development Mechanism*, mecanismo de desenvolvimento limpo, alguns acordos bilaterais com Países em desenvolvimento na Ásia, Europa Central e América Latina, já tendo assinado alguns acordos com a Argentina nesse sentido. Como eu mencionei antes, ela tem uma forte ajuda ao desenvolvimento.

A Dinamarca, na União Européia, entrou em 1973. Tem um papel importante. Não entra na parte monetária, não participa do euro, mas, é um dos Países mais importantes da União Européia, sem dúvida, e o Brasil tem dialogado com ela em torno da negociação dos acordos MERCOSUL/União Européia, ainda em tratamento de negociação. A Dinamarca não participa diretamente, muitas vezes essas negociações são lideradas por Países até que têm um passado histórico ligado à América Latina, como o senhor sabe, como Espanha e Portugal, além da Comissão, obviamente, mas a Dinamarca tem um interesse crescente nessa área. O Brasil tem interesse em buscar com a Dinamarca inclusive participação conjunta em projetos de cooperação técnica em terceiros Países.

Gostaria de passar agora, brevemente, às relações com o Brasil. São relações que têm se caracterizado por uma harmonia e cordialidade tradicionalmente de alto nível, um diálogo de grande fluidez e a ausência de contenciosos. Há, como disse antes, grande afinidade em tema de política multilateral como segurança coletiva, desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos. A economia brasileira, por sua vez, tem atraído o empresariado dinamarquês, que tem investido no Brasil crescentemente. As visitas bilaterais de alto nível, podemos mencionar mais recentemente, em

1999, visita da Rainha Margareth II, Chefe de Estado da Dinamarca e, em 2002, a visita do então Vice-Presidente da República, o Senador Marco Maciel, que realizou visita de trabalho à Dinamarca e que pôde, assim, manter em um alto nível o diálogo político-cultural entre os dois Países. Mais recentemente, visitou a Dinamarca o Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil.

Quanto ao futuro do relacionamento bilateral, caberia planejamento de ações capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma parceria político-econômico-comercial mais estreita. Não se vê ainda uma tradução do alto nível de relacionamento bilateral político e multilateral nos níveis do comércio bilateral, que poderia ser bastante aumentado. No momento, a Dinamarca conta na América do Sul com apenas três Embaixadas, em Brasília, La Paz e Santiago, o que aumenta a importância do diálogo com o Brasil. O Brasil encontra-se, portanto, numa posição privilegiada para servir de ponte para um diálogo entre a Dinamarca e a América do Sul, incluindo os seus agrupamentos regionais como MERCOSUL, a CASA e o GRUPO DO RIO. Como disse antes, no plano político, esse diálogo bilateral serve também para que coordenemos posições, encontremos apoio recíproco para posições em relação ao combate à fome, ao fortalecendo das Nações Unidas e à reforma do Conselho de Segurança.

Notou-se, recentemente, um maior interesse na Dinamarca pela América Latina, que poderá ser explorado futuramente. Caso fosse aprovado por V.Ex^{as}., seria uma das prioridades numa gestão à frente da Embaixada, poder aproveitar essa oportunidade de a Dinamarca voltar-se mais para a América Latina.

O comércio bilateral brasileiro com a Dinamarca marca-se por uma dificuldade nossa em penetrarmos com produtos industrializados. Os produtos básicos dominam a nossa pauta exportadora e nós, ao contrário, importamos, sobretudo, produtos industrializados. Essa deveria ser uma segunda prioridade importante, desenvolver, tornar conhecidos na Dinamarca produtos brasileiros de outras áreas, que não as mais tradicionais como soja, café, fumo, peles, couro, carne de boi, de frango, madeira, açúcar. Só para dar uma idéia de divergência de imagem, de acordo com o Setor Comercial da Embaixada, o SECON da Embaixada, os produtos que os exportadores brasileiros mais consultam querendo exportar para a Dinamarca são móveis, calçados, equipamento médicos, confecções, bebidas alcóolicas, cachaça, sobretudo, polpa concentrada de fruta, artesanato, bijouteria, madeiras e produtos alimentícios. Em compensação, o que é mais procurado no Setor Comercial da Embaixada pelos importadores dinamarqueses são carnes, frango e bovinos, couros, madeiras, granito e proteína para alimentação de ani-

mais. Quer dizer, seria preciso delinear uma nova imagem do Brasil e mostrar os aspectos mais sofisticados da nossa produção.

Os investimentos no Brasil cresceram extraordinariamente de 1995 a 2004, saltando de um pouco mais de cem milhões de dólares, o estoque de investimentos, para cerca de quinhentos e quarenta e oito, quase seiscentos milhões de dólares, mas, permanece modesto, perto de outros Países europeus. As explicações seriam, um pouco a natureza da economia dinamarquesa, porque grande parte das empresas são de caráter médio e pequeno, são um pouco mais cautelosas nos seus investimentos, e também há um pouco de desconhecimento do mercado brasileiro, área na qual se pode fazer, seguramente, um grande trabalho.

Finalizando, eu gostaria de dizer que as prioridades de uma eventual atuação minha, caso aprovado por V.Ex^{as.}, seria manter o excelente nível de relacionamento bilateral, mas, buscando torná-lo mais intenso e mutuamente profícuo. Intensificar o diálogo e a colaboração sobre tema de multilaterais de grande importância na ordem internacional atual, em que regras, valores e legislações são aprovados com validade para todos os Países, aproveitando-se da proximidade e posições já existentes. Intensificar as relações comerciais, procurando concluir item de maior valor agregado em nossas exportações e trabalhar para atrair novos investimentos para o Brasil. Por fim, e creio que essa é uma área muito importante em qualquer trabalho externo ao nível de um Consulado ou de uma Embaixada, tornar o trabalho cultural e o comercial integrados, de modo a tornar o Brasil mais conhecido e a imagem do Brasil mais presente em outros Países. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, agradecemos a exposição do Embaixador Lamazière. E agora, por exigência regimental e constitucional, devo transformar a nossa Sessão em secreta, pedindo aos presentes que nos deixem a sós.

(Sessão passou a ser secreta às 10:56)

(Sessão passou a ser aberta ao público às 11:04.)

Eu quero primeiro comunicar que foram abertas as urnas, feita a apuração, o Embaixador Lamazière foi aprovado, por unanimidade, e também os outros dois Embaixadores, que vão exercer cumulativamente o cargo, o Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, para a República de Chipre e o Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, para a Comunidade da Dominica. Foram os três aprovados, por unanimidade, razão pela qual a Presidência cumprimenta o Embaixador e agradece muito.

Na pauta constam quatro Requerimentos, mas, o quarto Requerimento é do Senador Arthur Virgílio,

que não está presente, eu não vou colocá-lo em votação, mas, os três primeiros são de autoria do Senador Romeu Tuma e do Senador Jefferson Peres. Ambos estiveram presentes e no momento não estão. Os Requerimentos se referem à convocação do Ministro da Saúde, o tema é o mesmo, a recente viagem de 79 brasileiros à Venezuela a convite daquele País para se submeterem a operação da Catarata, e realmente foi uma viagem estranha, que mereceu muitos reparos por parte dos Senadores, então, os Senadores Romeu Tuma e Jefferson Peres apresentaram Requerimentos de convite ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro da Saúde e ao Comandante da Aeronáutica, só que o próprio Senador Romeu Tuma me expôs o desejo dele de trocar o Comandante da Aeronáutica pelo Diretor da ANAC, da Agência de Aviação Civil, tendo em vista que a autorização, no caso, sendo um avião de natureza civil, não passa pelo Comando da Aeronáutica, mas sim, pela Agência de Aviação Civil, razão pela qual a autoridade própria teria que ser o Diretor da ANAC. Eu pergunto ao Senador Pedro Simon se S.Ex^{a.} subscreveria esses Requerimentos, porque aí nós poderíamos votar, senão, o Senador Marco Maciel, senão fica difícil, na ausência do Senador Romeu Tuma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Nós estamos encerrando aqui. O último ponto são esses três Requerimentos sobre a viagem dos 79 brasileiros para fazer operação da Catarata lá na Venezuela, e que o Senador Romeu Tuma e o Senador Jefferson Peres apresentaram esses Requerimentos de convite ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro da Saúde e ao Comandante da Aeronáutica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

Então, podemos deixar para uma Sessão posterior, tendo em vista a ausência dos autores dos respectivos Requerimentos. E não havendo mais assunto a tratar, declaro, pois, encerrada a nossa Sessão.

(Sessão encerrada às 11h09.)

Ata da 19 Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 12 de julho de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de julho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presen-

ça dos Senhores Senadores **ROBERTO SATURNINO, EDISON LOBÃO, SÉRGIO ZAMBIASI, ROMEU TUMA, JEFFERSON PÉRES, MARCELO CRIVELLA, ARTHUR VIRGÍLIO, ANA JÚLIA CAREPA, ALVARO DIAS, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, MARCO MACIEL, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, RODOLPHO TOURINHO e HERÁCLITO FORTES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada.

Item 01: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 204, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Aprovado. **Item 02:** Requerimento (SF) Nº 182, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de censura aos atos, inclusive decretos e leis recentes, editadas pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa que ameaçam a democracia”. Faz uso da palavra o Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Retirado de pauta. **Item 03:** Requerimento (SF) Nº 115, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do “Apartheid” na África do Sul”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPPLY**. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a Presidência ao Senador Marco Maciel. Fazem o uso da palavra os Senadores **PAULO PAIM e FLEXA RIBEIRO**. Aprovado. O Senhor Presidente faz a leitura de Comunicado à Comissão. **Item 04:** Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água”. Retirado de pauta. **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento – CRE Nº 27, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Romeu Tuma e Flexa Ribeiro, que “Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que

seja realizada, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública com o objetivo de discutir a condução da política externa nos países da América latina e suas implicações para a estabilidade política e econômica da região, notadamente o Brasil. Entre outras questões, pretende-se discutir, por exemplo, as ambições expansionistas do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e sua influência na América latina por meio de financiamentos e apoio a grupos radicais e pela utilização do petróleo, abundante no país, para criar dependência nos países vizinhos, e os seguidos conflitos de interesse que surgiram entre o governo da Bolívia e empresas brasileiras após a eleição do líder Camponês Evo Morales para a presidência daquele país”. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPPLY** e os Senadores **FLEXA RIBEIRO e ARTHUR VIRGÍLIO** para justificarem o requerimento. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto a Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Dispensada. Passamos agora à apreciação da pauta.

Item 01, não terminativo, Projeto Decreto Legislativo do Senado Federal nº. 204, que aprova o texto da convenção adicional alterando a convenção para evitar a dupla tributação e regular outras questões em matéria de impostos sobre a renda. E o protocolo final assinados em Brasília em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília em 20 de novembro de 2002.

O Relator é o Senador Heráclito Fortes, eu solicito ao Senador Arthur Virgílio como Relator *ad hoc* para relatar, portanto, este Projeto Decreto Legislativo nº. 204, para que busque evitar a dupla tributação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente. O Senador Heráclito Fortes como é de seu hábito, apresenta substancioso Parecer dividido na análise preliminar do seu próprio Relatório, na análise do mérito, e argumentando que a ma-

téria, basicamente para resumir, ela visa à proteção da capacidade de arrecadação tributária pelos dois Estados: Pelo Estado Brasileiro e pelo Estado Belga. E diz mais, que incluiu-se também no tratado sobre a análise, a previsão de mecanismos de comunicação entre as autoridades tributárias e judiciárias dos dois Estados com vista a coibir a prática de evasão fiscal decorrente do fluxo de capitais entre eles, e diz ainda, o Senador Heráclito Fortes no seu Relatório que a Convenção não infringe a legislação orçamentária nacional no que diz respeito à concessão de possíveis benefícios tributários.

Ou seja, o Relatório do Senador Heráclito Fortes é favorável do ponto de vista técnico, evidentemente, que nós vemos um enorme mérito político em juntarmos mais os destinos de belgas e brasileiros e, por outro lado...

Vamos ao voto: Tendo em vista que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 204/2006, que no seu enunciado aprova o texto da convenção adicional alterando a convenção para evitar a dupla tributação irregular a outras questões em matéria de impostos sobre a renda e protocolo final, assinados em Brasília em 23 de junho de 72, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília de 20 de novembro de 2002.

Então muito bem, esse Projeto Decreto Legislativo nº. 204/2006, ele corresponde ao nº. 1.798/2005, na Câmara dos Deputados.

Portanto, como Relator *ad hoc* opino pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação, os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 02 da pauta. Com a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Levando em conta que temos uma importante inquirição na Comissão de Justiça hoje do novo candidato a Ministro do Superior Tribunal de Justiça, STJ, por sinal o nome de enorme reputação nos meios jurídicos do País. E levando em conta a ausência do Senador Eduardo Suplicy que relata a minha proposta de voto de censura ao Sr. Evo Morales pelas atitudes que tem tomado contra o interesse brasileiro e Chávez, perdão, Evo Morales e Chávez é quase que um uma sinonímia, ali trocado um pelo outro eu prefiro seis por meia dúzia, porque trocado um pelo outro nós temos um brutal rescaldo de insegurança nos dois Países. Um deles

mergulhado numa aventura populista sem saída que é a do Sr. Evo Morales, inclusive, agredindo parceiros relevantes como o Brasil como a PETROBRAS. E o outro sustentado na sua irresponsabilidade basicamente pelo “boom” dos preços do petróleo que estão cada vez mais se estabilizando em patamares mais elevados, sem gerar, o Sr. Chávez, nenhum benefício para a Venezuela, nenhum benefício para o povo venezuelano. Está dilapidando o recurso natural não renovável sem deixar nenhum benefício para o povo venezuelano, mas preocupa-me muito a forma como trabalha o Brasil, esse cidadão. Reunião com MST no Paraná, incitando o MST a desordem, a tentativa de transformar o Brasil em Biafra levando para tratamento oftalmológico em Caracas, pacientes oftalmológicos brasileiros como se aqui nós estivéssemos precisando daquele grande *know-how* que possam ter acumulado. É uma novidade para mim que a Venezuela seja tão avançada na ciência oftalmológica e, portanto, Sr. Presidente, manter a idéia de que isso aqui deve ser fruto de um debate muito intenso, um debate com a presença do Senador Eduardo Suplicy que neste momento está na outra Comissão, e a minha idéia seria deixar para a próxima ocasião, para a próxima reunião para fazemos um debates efetivo, um debate que seja repassado toda a implicação da relação brasileira que tem sido a meu ver cabisbaixa, equivocada com o Sr. Hugo Chávez que entra para o Mercosul, mas não entra para o Mercosul, no interesses de fortalecê-lo, entra com as dificuldades tarifárias que são inerentes a uma economia frágil como a da Venezuela, isso aí não é o de menos, eu sou a favor da entrada da Venezuela e da América do Sul inteira no Mercosul, mas ele entra com a cabeça de liderar o bloco do Mercosul, ele não tem a menor condição objetiva de fazê-lo e entra para voltar o Mercosul contra a ALCA, para voltar ao Mercosul contra os interesses da União Européia, como não se fossem coincidentes em muita coisa com os do Brasil, ele entra para sonhar, esse pesadelo que ele chama de “sonho bolivariano”, ele entra para, na verdade, se voltar para a Cuba, se voltar para Evo Morales como se o mundo estivesse vivendo os anos 40, os anos 50, talvez nem mais os anos 60.

Eu quero analisar fundo isso, então a minha proposta seria retirarmos de pauta, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que solicito a V.Ex^{as}. que votemos extrapauta o Requerimento que fiz com o Senador Romeu Tuma, visando a promovermos aqui uma Sessão com luminares da Política Externa, de formulação de Política Externa, de várias tendências uns dentro, outros fora do Governo, e o Requerimento ficou sob o nº. 27/2006. Então era chamarmos aqui o Prof. Celso Lafer, ex-Ministro do Exterior, o Embaixador Rubens Ricu-

pero, ex-Ministro da Fazenda e ex-Secretário-Geral da UNCTAD, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima ex-Embaixador do Brasil e diversos lugares a começar por Washington, Londres e Roma, e ex-Secretário-Geral do Itamaraty e o Sr. Marco Aurélio Garcia, professor e chefe da Assessoria Especial da Presidência da República e ex-Secretário Nacional de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. Era para nós discutirmos as ambições expansionistas do Presidente da Venezuela Hugo Chávez e sua influência na América Latina por meio de financiamentos e apoio a grupos radicais e pela utilização do petróleo abundante no seu País, para criar dependência nos Países vizinhos, e além do mais analisarmos os seguintes conflitos de interesse que surgiram entre o Governo da Bolívia e empresas brasileiras, após a eleição do líder camponês Evo Morales para Presidente daquele País. Se pudéssemos incluir extrapauta o debate seria para depois, seria essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Senador Arthur Virgílio, considerando a sua solicitação e também a ausência aqui do Senador Eduardo Suplicy vou então retirar de pauta o Item 02 que é o Requerimento de autoria de V.Ex^a. pedindo um voto de censura aos atos, inclusive, Decretos e leis recentes editado pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive, de prisão a liberdade de imprensa que ameaçam a democracia. Esse Requerimento tem o Relatório do Senador Suplicy, o Relatório contrário, mas ele não estando presente então está retirado de pauta.

Com relação ao Item 03 é um voto de louvor ao Bispo Desmond Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial notadamente com o fim do “Apartheid” na África do Sul. De autoria do Senador Paulo Paim e Relatoria do Senador Suplicy. Eu acho que também vamos retirar da pauta pelo fato da ausência do Relator.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Se quiser que relate *ad hoc*, estou às ordens, porque eu concordo plenamente com a matéria. Creio que trata-se de uma unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Está bom, então solicito ao Relator *ad hoc* no Item 03.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A matéria é de iniciativa do nobre Senador Paulo Paim e do melhor quilate. O Bispo Desmond Mpilo Tutu foi um herói na luta contra o “Apartheid” na África do Sul. Nós sabemos que aquele País se divide entre os holandeses, os Boers os descendente de holandeses nascidos na África do Sul, e os negros que foram colonizados,

escravizados e que só muito recentemente lograram vencer, só muito recentemente lograram, eu diria, que uma razoável taxa de democracia e a eleição de uma figura imortal na política pela paz mundial que é o Nelson Mandela. A eleição de Nelson Mandela para Presidente da República da África do Sul. Ainda há problemas, não se cura o trauma do racismo e, sobretudo, esse racismo exacerbado que lá se praticava com fundo econômico. Todo racismo para mim é odioso, é odiável, e todo racismo tem fundo econômico, eu não acredito em racismo só porque alguém acha que a cor da sua pele é melhor. Não acredito nisso. Eu acredito em racismo com um fundo econômico. Então tem. Os interesses eram: Reservar para os brancos os melhores empregos e para os negros os piores empregos. Os piores salários para os negros e para os brancos os melhores salários. Era basicamente isso.

Então criava-se toda uma ideologia de superioridade racial para no fundo se chegar ao resultado que era a opressão econômica de brancos contra negros.

Eu, portanto, como Relator *ad hoc* voto de maneira entusiasmada, Sr. Presidente, pela aprovação do Requerimento nº. 115/2006, de autoria do nobre Relator Senador Paulo Paim, por entender que merecemos mesmo prestar todos os louvores ao Bispo Desmond Mpilo Tutu em face da sua luta, das grandes vitórias que obteve em prol da paz mundial, notadamente na sua luta pelo fim do “Apartheid” na África do Sul. Isso resultou em 84, lembra muito bem o Senador Paim o Prêmio Nobel da Paz e também um título de Dr. *Honoris Causa* em diversas e relevantes universidades dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Alemanha. E aí diz aqui o Senador Paim: Portanto, é com vistas ao pleno reconhecimento e valorização a magnífica figura do Bispo supracitado, que proponho, e como Relator *ad hoc* eu endosso, o presente Requerimento encarecendo os bons préstimos dos meus pares no sentido de aprová-lo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Arthur Virgílio, eu passo a palavra ao autor do Requerimento Senador Paulo Paim.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Exatamente. Desculpe, Senador, eu relatei o Senador Suplicy era o Relator do...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Mas ele chegou e você já tinha começado como Relator *ad hoc*.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É uma dupla honra de votar a favor do Senador Paulo Paim e poder ter substituído o Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Antes o Senador Paim. Então a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu agradeço Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo e o Arthur Virgílio tenha abraçado a causa do meu Parecer favorável à proposição de voto e louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu em face de toda a sua luta para que houvesse o fim do “Apartheid” e como um exemplo de luta pela paz, pela democracia.

Recentemente, Sr. Presidente, houve um filme que mostrou com a atriz Juliette Binoche fazendo um papel muito interessante, ela a filha de uma família de brancos que ali na África do sul, mas como Jornalista e que justamente iria cobrir as ações da Comissão da Verdade, era a reconciliação presidida pelo Arcebispo Desmond Tutu e havia sido enviada à África do Sul pelo Washington Post pelo Jornalista negro, então ambos os Jornalistas percorrem a África do Sul ouvindo as inúmeras testemunhas que perante aquela Comissão diziam daquilo que havia ocorrido. Quando o Presidente Nelson Mandela foi eleito em 1994, foi instituído uma legislação que criou a Comissão da Verdade e Reconciliação, e aquelas pessoas que porventura se dispusessem a revelar inteiramente o que haviam feito como prática de desrespeito aos direitos humanos a prática às vezes até de crimes de tortura e outros, na medida em que reconhecessem a sua responsabilidade e culpa de alguma maneira poderiam ser anistiadas e esta que foi a legislação.

Senador Paulo Paim, este procedimento teve um impacto sobre a sociedade extraordinário e este filme mostrou bem como é que muitas pessoas depois de ouvirem familiares de pessoas que haviam sido mortas os torturadas e tudo, e que haviam denunciado pessoas e daí estas pessoas denunciadas eram convidadas a dizer o que fizeram e se essas pessoas revelassem inteiramente o que fizeram, assumissem a sua responsabilidade, de alguma maneira reconhecessem o erro, o grave crime cometido, em boa parte, eu não conheço todos os detalhes da lei, mas havia a possibilidade de mediante a revelação completa da verdade de haver um julgamento para anistiar, pelo menos, em boa parte a culpa, anistiar a pessoa por aquele ato.

Ora, este procedimento levou a África do Sul depois de tantos anos de conflitos, de violências e de guerra, dar um passo efetivo na direção da reconciliação, da democratização e da pacificação naquela Nação. E obviamente o Bispo Desmond Tutu juntamente com o Presidente Nelson Mandela tiveram um enorme papel sobre isto. Algo que avalio, seja até um exemplo para nós refletirmos. Houve um Prof. Renato Janine Ribeiro à luz dos problemas que enfrentamos aqui no

Brasil nesses últimos dois anos que chegou a sugerir, e eu uma vez fiz um pronunciamento, que quem sabe pudesse ser interessante no Brasil seguirmos um exemplo nesta direção. Na medida em que todas as pessoas responsáveis por delitos viessem a revelar inteiramente tudo, assumindo a responsabilidade, poderia haver, digamos, como que uma atenuação da pena a que esta pessoa seria submetida. O caso é muito diferente do que acontece lá pelos crimes contra a pessoa humana. Mas há que se pensar a respeito.

Mas eu quero louvar a sua iniciativa, Senador Paulo Paim, porque o Bispo Desmond Tutu tem sido sempre uma fonte de inspiração para aqueles que querem a reconciliação, a paz, a realização da justiça construída efetivamente. O Parecer é inteiramente favorável, conforme disse o Senador Arthur Virgílio.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senadores Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Marco Maciel que preside essa Sessão de forma muito rápida. Cumprimentar o Senador Arthur Virgílio, Relator *ad hoc* e o Relator da matéria também na forma original, Senador Suplicy, e dizer de forma muito rápida que para mim o Bispo Desmond Tutu está para o mundo na mesma grandeza, na minha avaliação do que Nelson Mandela. Ambos de forma diferente, mas foram fundamentais para acabar com o “Apartheid” na África do Sul, uma luta símbolo perante o mundo.

Lembro-me ainda que na minha juventude nós trabalhávamos aqui em Comitês no Brasil pelo fim do “Apartheid” e pela vitória e a liberdade de Nelson Mandela que estava no cárcere. Mas o Bispo Desmond Tutu viajava pelo mundo, junto com a Winnie Mandela representando a luta contra o “Apartheid” e exigindo que Nelson Mandela que ficou 27 anos no cárcere fosse liberto. Por isso tudo e somente por isso, não precisaria nem falar aqui a história de Desmond Tutu, nós já mereceríamos homenageá-lo de diversas formas.

Essa foi uma forma singela e carinhosa de nós demonstrarmos ao Bispo o reconhecimento que mundo e o Brasil têm pela sua história e pela sua luta. E veio no momento adequado, Sr. Presidente, quando que aqui no Brasil nós estamos discutindo de forma, eu diria, até tranqüila porque é muito mais harmoniosa e não tão agressiva, como foi em outros Países, Políticas de Combate ao Racismo ou Preconceito, pautados nesse momento pelo Estatuto da Igualdade Racial que apresentamos há dez anos atrás, em que o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho e também com o Projeto da Nice Lobão, a Deputada que é o PL 73.

E nessa linha, Sr. Presidente, já aprovamos nas três Comissões, vamos ter uma grande Audiência Pública aqui no Senado no dia 3 de agosto onde todos, o Senador Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Senador Suplicy, todos os que nós convidamos aquele que são totalmente a favor do Estatuto e a Política de Cotas virão, e aqueles que pensam diferente também virão.

Eu achei importante quando eu os convidei, que ele de forma tranqüila: “Paim, o nosso objetivo é o mesmo, nós também queremos construir Política de Combate ao Racismo e o Preconceito”.

Então todos os convidados que virão no dia 3 de agosto, no meu entendimento, mesmo aqueles que são contra às cotas e aqueles que são favoráveis às cotas, eles têm angulo diferente, mas todos querem combater o racismo e o preconceito. Por isso que eu achei que os intelectuais que virão no dia 3 de agosto aqui no Senado num debate dessas Comissões, junto com três Ministros que vai ser o da Educação que é o Ministro Haddad, o Ministro Tarso Genro que faz a relação política com o Congresso e a Ministra Matilde, virão aqui para debater o tema com a grandeza que o tema exige. E eu sei que se tiver que ter alterações tanto no Estatuto como no PL 73 da Deputada Nice Lobão, faremos os ajustes necessários que a sociedade recomendar para que saia desse debate a melhor política de combate a todo tipo de preconceito.

Por isso que veio num bom momento essa homenagem que o Senador faz e pela vontade aqui dos Relatores, entendo eu, dessa Comissão, de fazer uma homenagem aquele que foi o símbolo da paz, eu diria, na luta contra o “Apartheid” e na liberdade da África do Sul que foi o Bispo Desmond Tutu. Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Maciel, Srs. Senadores, eu quero aqui só sou associar-me ao que já foi dito pelos meus pares, parabenizar o autor do Projeto, o Senador Paulo Paim, o Relator tanto *ad hoc* o Senador Arthur Virgílio, quanto o Relator Senador Eduardo Suplicy, dizer da justeza que se possa conceder ao Bispo Desmond Tutu um voto de louvor por tudo aquilo que ele tem feito, pela sua luta no sentido de conciliar as almas humanas, conciliar o ser humano, independente de qualquer definição de cor, de ideologia, de religião, de pensamento.

Eu acho que o trabalho que ele desenvolve, como bem disse o Senador Paulo Paim, comparável aquele desenvolvido por Nelson Mandela e ele deu continuidade a luta de Nelson Mandela quando ele esteve na prisão por longo tempo, por décadas. Então eu quero

associar-me e desde já declarar o voto favorável, com louvor, a este Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Em discussão o Parecer. Não havendo mais quem queira discuti-lo, encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Desejo antes de passar a análise de outras matérias constantes da Ordem do Dia, desejo comunicar o recebimento de documentos do Ministério das Relações Exteriores e Minas e Energia, em resposta ao Requerimento do Senado Federal nº. 346/2006, que versa sobre exportação frustrada de avião Super Tucanos para a Venezuela, e ao Requerimento do Senado Federal nº. 370, também de 2006, de irregularidades contábeis da Itaipú requeridos por esta Comissão. Os referidos documentos já estão à disposição das Srs. e Srs. Senadores. E faço essa manifestação pública para que outros eventuais interessados nos assuntos tratados na referida comunicação possam delas tomar conhecimento. E eu...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, o senhor me permite

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, com respeito ao item relativo ao Voto de Censura aos atos do Presidente Hugo Chávez do qual eu sou Relator, autoria do Senador Arthur Virgílio, concordamos ambos em deixar para agosto o exame, a discussão deste Item o nº. 02 da pauta de hoje.

Agora, gostaria de informar de nossa parte há consenso em relação ao Requerimento apresentado pelo Senadores Arthur Virgílio e Romeu Tuma para que haja uma Audiência Pública para discutirmos a condição da Política Externa nos Países da América latina e suas implicações para estabilidade política e econômica da região, inclusive, em função do que vem ocorrendo com o Presidente Hugo Chávez, com o Presidente Evo Morales da Bolívia e havendo aqui sugestões de que os Professores Celso Lafer, o Embaixador Rubens Ricupero, Paulo Tarso Flecha de Lima e o Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, possam aqui comparecer. Então se V.Ex^a. quiser votar esse Requerimento, para nós, eu acredito que seja consensual.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Pois não, antes todavia gostaria de dizer que deixo de submeter a discussão e votação desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº. 301/2004 que dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete de salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água.

A referida proposição que é de autoria do Senador Rodolpho Tourinho teve o Parecer favorável na forma do substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, aliás, Vice-Presidente desta Comissão, mas pela visível inexistência de *quorum* e por se tratar fins de matéria terminativa, nós não podemos apreciá-la agora, e desejo então passar atendendo, inclusive, a uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy e também do líder Arthur Virgílio, do Requerimento que já foi lido e que proponho uma Mesa redonda integrada pelas eminentes figuras do Prof. Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores, do Embaixador Rubens Ricupero, do Ministro da Fazenda e ex-Secretário-Geral da UNCTAD, bem assim do Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima e do ex-Embaixador Brasil em Washington, Londres e Roma, um Diplomata de grande reputação no País e fora dele e também a presença do Dr. Marco Aurélio Garcia que é Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República e que foi também Secretário Nacional de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Em votação o Requerimento, aqueles que se encontram de acordo permaneçam como estão. E eu quero então declarar aprovada a proposição. Concedo agora a palavra, pela ordem ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero parabenizar ao Senador Arthur Virgílio e o Senador Romeu Tuma, pela lucidez da proposição dessa Audiência Pública face à gravidade das ações que acontecem na América Latina e como diz aqui o Requerimento e suas implicações na estabilidade política, econômica da região notadamente no Brasil. É importante se discutir com essas ilustres figuras convidadas essas ambições expansionistas do Presidente Hugo Chávez e “pirotecnistas” do Presidente Evo Morales. Então eu acho que é importante essa audiência e solicitaria aos Srs. Senadores Arthur Virgílio e Romeu Tuma se pudessem também subscrever essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nada a opor quanto a sua subscrição de V.Ex^a. ao referido Requerimento. Vou solicitar a Secretaria da Comissão que o faça, e aí concedo agora a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu agradeço primeiro a anuência do Sr. Senador Eduardo Suplicy facilitando a aprovação dessa matéria em visível Estado de falta da *quorum*. E vejo, Sr. Presidente que nós temos tudo para promover uma Sessão de Gala da Comissão de Relações Exteriores nesse dia, pela qualidade dos debatedores e pela relevância para o Brasil dos temas aí arrolados.

Eu digo, Senador Flexa Ribeiro, que é para a mim uma... É aos meus olhos uma aberração o Brasil ser tão pouco voltado ao debate de tema de Política Externa. Afinal de contas somos um País com interesses bastante sólidos no exterior, haja vista a atuação de empresas como a Embraer, como a PETROBRAS, como a VALE DO RIO DOCE, como a GERDAL; são multinacionais brasileiras, internacionais brasileiras relevantes de enorme peso, com *players* da economia globalizada e da economia internacional.

Considero que o Brasil é muito fechado ainda. Para mim deveria ser definidor para eleição de um Deputado Federal em Santa Catarina, a posição que esse Deputado tenha ou não tenha a respeito do Mercosul. Considero que nós precisamos sem imaginar tamanho maior do que o que temos, precisamos ter consciência do bom tamanho que já temos no cenário internacional. E, portanto, cada vez mais inserindo a Política Externa na preocupação mais nobre dos nossos homens público.

Muitas vezes eu percebo que o Brasil se porta feito Jeca Tatu, ele não joga o seu peso como deveria, e esse é um defeito que cabe muito a nós aqui do Congresso pela pouca importância que emprestamos a discussão. Eu percebo que vai ter que ser cada vez mais relevantes e determinantes até para nós formarmos opinião a respeito de em quem votar ou em quem não votar, até mesmo eleições presidenciais, ou, sobretudo, eleições presidências daqui para frente, o item Política Externa, que derrota o candidato nos Estados Unidos. Eles são lá plenamente, não poderia ser diferente, plenamente consciente do peso que tem para um País, com a inserção que os Estados Unidos têm no mundo, o peso que tem a discussão sobre Política Externa.

Então aqui eu imagino que nós temos que começar cobrar isso dos candidatos presidenciais. Temos que cobrar isso dos postulantes a cargos eletivos que nos debates opinem sobre Política Externa. Não percebo Política Externa como exercício de figuração intelectual, mas percebo como algo do dia-a-dia, algo que mexe com a nossa vida. Política Externa assim, prejudica, assado é boa. Qual é a melhor a gente vai perceber a partir dos debates como esses que estão promovendo, mas entendo como algo desproporcional ao tamanho do Brasil, nós não damos no Parlamento e não damos na sociedade e não damos na nossa vida política corriqueira a importância que o tema Política Externa merece. Acho que está na hora de realmente rompermos com esse traço de provincianismo e partirmos para compreender que já há uma grande influência sobre as nossas vidas no que se decida ou não no campo da política exterior, Sr. Presidente. Muito obrigado a V.Ex^a.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Aprovado, portanto, o Requerimento que convida o Prof. Celso Lafer, Rubens Ricupero, o Embaixador Paulo Tarso e o Dr. Marco Aurélio Garcia, para discutirmos aqui a Política Externa.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

(Sessão encerrada às 11h17)

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 5 de setembro de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de setembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **GEOVANI BORGES, OSMAR DIAS, NEY SUASSUNA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON, EDISON LOBÃO, VALDIR RAUPP, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO ZAMBIASI, MÃO SANTA, HERÁCLITO FORTES, MARCO MACIEL, EDUARDO SUPLICY e MARCELO CRIVELLA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 113 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **AELTON FREITAS**. **Item 02:** Mensagem (SF) Nº 213 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Josal Luiz Pellegrino, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia”. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma. Faz uso da palavra o Senador **ROBERTO SATURNINO**, para leitura do seu relatório. O Senador Roberto Saturnino reassume a Presidência. **Item 03:** Projeto de Lei da Câmara Nº 89 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-lei nº 7.776, de 25

de julho de 1945. (Revoga Decretos-Leis que regula os casos de invalidez e de incapacidade física para as forças armadas, e dispõe sobre organização de Comissão criada para esse fim)”. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para a leitura de seu parecer. Aprovado. **Extra-Pauta. Item 01:** Discussão em Turno Suplementar (art. 282 – RISF) da Emenda Nº 01 – CRE (substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado Nº 03 de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “Acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro”. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 – RISF). O Senhor Presidente convida os Embaixadores para comporem a Mesa e passa a palavra ao Embaixador **TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM** e, posteriormente, ao Embaixador **JOSAL LUIZ PELLEGRINO**, para fazerem suas exposições de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Sérgio Zambiasi. Fazem uso da palavra o Senador **MARCELO CRIVELLA** e o Embaixador **JOSAL LUIZ PELLEGRINO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotípia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Eu submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, se todos os Senadores estão de acordo, fica dispensada e passamos agora à apreciação da pauta.

O primeiro item é a mensagem nº. 113/2006 que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Tomás Mauricio Guggenheim, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade das Bahamas. O Relator é o Senador Rodolpho Tourinho,

que não estando presente, eu vou pedir ao Senador Aelton Freitas que faça a leitura do seu parecer.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Roberto Tourinho, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada para opinar sobre a indicação do Sr. Presidente da República que faz o Sr. Tomás Maurício Guggenheim para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à comunidade de Bahamas. A Constituição Federal atribuiu competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha do chefe de missão diplomática em caráter permanente no art. 52, inciso IV.

O Dr. Tomás Maurício é nascido no Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1943, filho de Hugo Joseph Guggenheim e Erta Guggenheim. O Sr. Tomas Maurício graduou em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967, e concluiu o curso de preparação de carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1969. O Diplomata indicado ingressou na carreira diplomática no posto de terceiro Secretário em 1970, ascendeu como Conselheiro em 1982, Ministro de segunda classe em 92, ingressou no quadro especial em 2003. Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias integrando e chefiando delegações em diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais e conferências de organizações internacionais.

A comunidade das Bahamas é uma democracia constitucional Parlamentar, e está situada no arquipélago do largo da Costa da Flórida ao norte da ilha de Cuba. A área de suas ilhas somadas é de 13.940 quilômetros quadrados, e sua população de cerca 302 mil habitantes. Sua capital é Nassau, e seu PIB, em 2005, foi de 5,6 bilhões, o que lhe propicia renda per capita de 18.800 mil dólares per capita. A história de Bahamas remonta a Cristóvão Colombo, cujo primeiro encontro com o novo mundo foi justamente na ilha de São Salvador, hoje parte do arquipélago de Bahamas. Os espanhóis, entretanto, não se interessam em colonizar as ilhas que passaram por domínio inglês a partir do Séc. XVII. Em 1973 as Bahamas se tornaram uma Nação independente, fazendo parte da Commonwealth(F). Seu Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, que nomeia o Governador-Geral. O Chefe do Governo é o Primeiro-Ministro. O Gabinete é nomeado pelo Governador-Geral por indicação do Primeiro-Ministro. Como nos demais regimes Parlamentares, a escolha do Primeiro-Ministro recai por tradição política sobre o líder do partido e a coalizão que venceu as eleições legislativas.

Há dois partidos principais naquele País. O partido liberal, PLP, das raízes sindicais e liberou o movimento

que resultou na independência em 1973 e permaneceu por 20 anos. Colonização de dissidentes. O Brasil, Sr. Presidente, manteve um vice-consulado em Nassau de 1978 a 1990. Atualmente Bahamas e Brasil mantêm relações diplomáticas cordiais e cooperativas que se intensificam principalmente em razão da presença do Brasil com as forças de paz da ONU no Haiti.

As relações representam índice de falta e intensidade de caráter político em que pese à receptividade das autoridades daquele País, alguns gestos desenvolvidos por chancelaria brasileira. A abertura da Embaixada do Brasil em Nassau contribuirá para as relações para que os dois Países ganhem mais dinamismo. As relações de caráter econômico, por outro lado, tem se expandido sensivelmente. No ano de 2004, as Bahamas exportaram para o Brasil 2,35 milhões de dólares. Em 2005 suas exportações para o Brasil subiram para 5,754 milhões. Em 2004 importaria do Brasil 487,7 milhões de dólares. Em 2005 as exportações brasileiras mais que triplicaram, passando para 1,483.3 milhões de dólares.

É de se ressaltar também, por fim, pela importância do tema em razão da forte presença das instituições financeiras internacionais naquele País, que após longas tratativas o Governo de Bahamas decidiu assinar o acordo de cooperação judiciária em matéria penal que objetiva o melhor combate à lavagem de dinheiro e operações fraudulentas ao fisco por brasileiros que se utilizam do sistema financeiro Bahamiano.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre indicação presidencial e nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse Relator.

Por assim sendo, é favorável o parecer do nobre Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço ao Senador Aelton Freitas, e passo ao item dois, que é a mensagem nº. 213/2006, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Josal Luiz Pellegrino, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

O Relator sou eu mesmo, e para fim de que possa ler o Relatório, eu pediria ao Senador Romeu Tuma que assumisse a Presidência.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, para a apreciação do Relatório sobre a denomi-

nação do Sr. Josal Luiz Pellegrino em segunda classe para representar o Brasil junto à República de Zâmbia. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Josal Luiz Pellegrino, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata, do quadro especial da Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do Diplomata indicado que atesta o grande... O grande rol de missões exercidas pelo indicado em várias partes do mundo, e junto também à administração do Ministério, revelando inequivocamente uma capacidade comprovada de representação do Brasil e de conhecimento dos problemas relativos à diplomacia brasileira.

A República de Zâmbia é um País africano de grande importância localizado no coração da África, Subsaariana entre Angola e Moçambique, e por todas as razões um País cujo relacionamento com o Brasil é de grande importância e o Governo Brasileiro está reabrindo uma Embaixada que já funcionou naquele País. Os dados referentes ao nosso comércio e às nossas relações naturalmente o próprio indicado, o Embaixador Josal Pellegrino fará durante a sua exposição.

De modo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que acho que a Comissão já tem todos os elementos para exercer a sua... O seu julgamento, e esse é o parecer que eu tinha que dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se todos os Srs. Senadores tiverem de acordo, antes de submeter e de convidar os dois indicados para a sabatina regulamentar, eu poria em pauta o item 3, cujo Relator é o Senador Romeu Tuma, que tem compromissos de outras reuniões na Casa, e que precisa se ausentar. De forma que se todos estão de acordo, eu passo ao item 3, que é o Projeto de Lei da Câmara, nº. 89/2006, que revoga o Decreto-Lei nº. 7.270 de janeiro de 45 e o Decreto-Lei nº. 7.776 de julho de 45 (Revoga os Decretos-Lei que regulam os casos de invalidez e de incapacidade física para as Forças Armadas, e dispõe sobre a organização de Comissão criada para esse fim). O Projeto é de autoria do Presidente da República, o Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, este é um Projeto que revoga dois Decretos-Lei estabelecidos em Legislação anterior. Como a Comissão de Readaptação dos incapazes das Forças Armadas foi extinta pelo Decreto 76487, torna-se, portanto desnecessário o Decreto 7.776. O outro é o Decreto 7.720 que foi alterado pelo 8.053, que regula os casos de invalidez e de incapacidade física para serviço militar dos oficiais da reserva de segunda classe: praças, tarifeiros da aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocado e em estágio ou incorporados às Forças Armadas ativa, recria a Comissão de Readaptação dos incapazes das Forças Armadas. A julgar pelas razões assinaladas pelo Ministério da Defesa, de onde se originou este Projeto, portanto, Executivo. Ambos os diplomas se tornaram insubsistente e despiciente por perda de objeto. Considerando-se que o referido Ministério é o principal destinatário incumbido da interpretação e aplicação dos textos normativos em questão, não há como deixar de acolher a proposição em nome da depuração e da eficácia do ordenamento jurídico.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a oportunidade de me reunir com Assessores militares desta Casa, e realmente o Projeto está de acordo com as necessidades das Forças Armadas para trazer à atualidade esse problema da invalidez dos militares.

Portanto, nós somos favoráveis à aprovação do Projeto 89/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O parecer do Senador Tuma é favorável. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como estão. Aprovado.

Da mesma forma, se os Srs. Senadores concordarem, antes da sabatina, eu vou colocar o item extrapauta, nº. 01, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 03/2002 que está em turno suplementar. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno. O Projeto acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei 6.815 de agosto de 1980 para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por Governo não reconhecido pelo Governo Brasileiro. A autoria do Senador Moreira Mendes, e o Relator é o Senador Gilberto Mestrinho, que não estando aí, vou pedir ao Senador Aelton Freitas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, o senhor permite uma questão? Só o seguinte. V.Exª falou em segundo turno. Eu pergunto se houve ou não Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, eu acho que não sei se o Senador concorda que já se passa à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Decorrido o prazo regimental, não houve manifestações. E foi aprovado o substitutivo ao Projeto nessa Comissão em 16 do...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se o Senador concordar, a gente já põe...

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Pleno acordo, Senador Tuma. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se todos estão de acordo e não havendo manifestação de Emenda, sugestão de Emenda nenhuma, o Projeto fica aprovado de acordo com o...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E ele tem uma importância muito grande da urgência, como Taiwan, que não é reconhecido pelo Governo Brasileiro, mas há uma grande relação, pelo menos comercial, e outros Países que não tenham reconhecido por questões internacionais. Eu acho que esse Projeto vai ajudar muito, principalmente o Itamaraty a solucionar algumas pendências que surgem em razão desta questão. Eu agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Então, Srs. Senadores, não tendo sido oferecida nenhuma Emenda até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, vamos agora convidar os dois indicados, que são o Sr. Embaixador Tomás Maurício Guggenheim e o Embaixador Josal Luiz Pellegrino para fazerem suas exposições.

Concedo a palavra ao Embaixador Tomás Maurício Guggenheim, para fazer a sua exposição. Com a palavra S.Ex^a.

SR. EMBAIXADOR TOMAS MAURÍCIO GUGGENHEIM – Excelentíssimo Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino Braga, excelentíssimos Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa. Tive a honra de ser indicado pelo Itamaraty para ocupar a função de primeiro Embaixador em Nassau, nas Bahamas. As Bahamas, como os senhores sabem, é um pequeno País composto por 700 ilhas, das quais apenas meia dúzia tem uma população razoável. Um País que desfruta de um excelente nível de vida, uma renda per capita superior a 18 mil dólares por ano. É a terceira depois dos Estados Unidos e do Canadá no nosso hemisfério. É uma população pequena, em torno de 320 mil habitantes, dos quais

dois terços concentrados na ilha de Providence onde fica a capital Nassau.

O País, apesar de pequeno, ele tem uma tradição política importante porque eles administraram bem, digamos, a herança dos costumes políticos ingleses. É um regime democrático, desde a proclamação da independência feita de forma pacífica pelos ingleses em 73. Dois partidos vêm se revezando no poder. As eleições se processam normalmente, é um regime Parlamentar. Eles têm um Senado, mas é um Senado que serve apenas de filtro, é um Senado nomeado pelo Governo e pela oposição.

E na política externa, que talvez seja a preocupação maior desta Comissão, na política externa eles adotam uma posição conservadora de negociação, de defesa das instituições multilaterais internacionais. O que, aliás, é a praxe, é o costume, a tradição de todos os Países pequenos. Nas relações externas, um peso extraordinário tem a relação com os Estados Unidos. Em primeiro lugar porque os Estados Unidos representam 85% do seu fluxo de turistas. São 5 milhões de turistas por ano, praticamente o mesmo número que recebe o Brasil. 3,5 milhões vêm de barco, navios de cruzeiro, um milhão e meio de avião, e praticamente os Estados Unidos 85% é o principal fornecedor de... Principal provedor desse fluxo. Também, em matéria de investimentos, os Estados Unidos têm 110 empresas, lá. Aliás, a principal fonte justamente de receita e de contribuição para formação do PIB é justamente o turismo com 40 a 60%. 40% de receita efetiva e mais 20 indiretamente pelos seus efeitos na construção civil. A construção de hotéis e residências secundárias para americanos. Há 30 mil americanos vivendo lá permanentemente.

As relações também são importantes, porque como sabem, as Bahamas são paraíso fiscal. E eles precisam manter a boa vontade dos Estados Unidos para evitar uma pressão muito grande ligada a essas questões de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas. Eles têm um acordo com os Estados Unidos, e os Estados Unidos mantém com eles um monitoramento muito, muito próximo para evitar esses abusos e inclusive a Legislação já foi modificada mais de uma vez para atender a essas preocupações.

As relações são também excelentes com os Países da área, como não pode deixar de ser, eles são membros da CARICOM e como os senhores sabem os Países da área, exatamente como os Países africanos, para compensar sua fragilidade política procuram sempre atuar em bloco. Eles não têm uma política externa muito singular como tem o país como o Brasil.

Então, dentro da CARICOM que eles coordenam posições para a ONU, para OEA e para os grandes temas enfim da agenda internacional.

A única coisa que os distingue da CARICOM é que no plano econômico a CARICOM agora tem um mecanismo de integração econômica copiado, digamos assim, inspirado na União Européia, e evidentemente como eles são muito prósperos e não dependem muito das exportações e sim de receitas financeiras e de turismo, eles têm uma atitude de reserva em relação à liberação comercial.

A relação com o Brasil é como sempre nessas situações extremamente simpáticas. 85% da população é de afro-descendentes. Eles têm uma espécie de carnaval muito mais modesto chamado Junkanoo. Eles consideram o Brasil como... Acontece com os países africanos, uma espécie de irmão mais velho, alguém que foi mais longe, que tem mais experiência e mais poder de atuação e que pode abrir o caminho. O exemplo mais citado por eles, aliás, por todos os Países em desenvolvimento hoje em dia foi o combate que nós estamos levando na OMC, já ganhamos, mas ainda não levamos, a questão do algodão, dos subsídios dos Estados Unidos que os senhores conhecem. O fato do Brasil ter vencido os Estados Unidos num produto do terceiro mundo causou realmente um impacto extraordinariamente positivo para a nossa imagem. E nós estamos voltamos um pouco se quiserem àquela época da guerra fria, em que havia os não aliados e que de certa forma havia posições próprias do mundo em desenvolvimento.

Naquela época o elemento retórico, puramente político, era totalmente dominante. Hoje com ações como a do Brasil, às vezes acompanhado pelo chamado Grupo dos Vinte, essa mesma defesa do terceiro mundo tem uma conotação prática, pragmática de efeitos imediatos sobre o nível de emprego e de receita desses Países. De modo que isso tudo está contribuindo muito para a nossa imagem.

Os senhores sabem que a política do Itamaraty de abrir Embaixada em todos os Países tem a ver com a nossa preocupação universalista, mas também não podemos ignorá-lo com as nossas preocupações em relação à reforma do sistema das Nações Unidas.

Nesse sentido, o Brasil mandou já duas missões às Bahamas, não tendo Embaixador lá as missões são essenciais. O nosso Presidente e o nosso Chanceler encontraram-se com líderes Bahamenses em reuniões da CARICOM e nós, invariavelmente, recebemos manifestações de simpatia e de apoio.

Sobre o apoio à candidatura brasileira, não há dúvida. Sobre a reforma em si mesmo no Conselho de Segurança, Bahamas pelo menos está de acordo com

a fórmula que é defendida pelo Brasil. Apenas, evidentemente, eles preferem se coordenar no âmbito do seu organismo regional e eles colocam também muita ênfase num tema que está agora na agenda, que é de um lado a modernização, a melhoria de sistema de gestão das Nações Unidas, e nisso eles seguem um pouco a linha dos Países de primeiro mundo, e também uma preocupação que é nossa e é de todos os Países que não são membros do Conselho de Segurança, que é o déficit democrático. Quer dizer, que a possibilidade encontrar na reforma das Nações Unidas uma maneira de aumentar o poder dos pequenos países. Quer dizer, revalorizar um pouco o conceito da igualdade jurídica dos Estados que nós sabemos que será sempre temperada, mas cabe a nós insistir nessa tecla.

Srs. Senadores, eu sei que o tempo dos senhores é limitado, eu vou parar por aqui com a autorização do Presidente e naturalmente continuo à disposição de V.Ex^{as}. para qualquer pergunta, pedidos de esclarecimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Embaixador. E eu passo a palavra ao Embaixador Josal Luiz Pellegrino, indicado para exercer a nossa representação em Zâmbia. Com a palavra o Embaixador Josal.

SR. EMBAIXADOR JOSAL LUIZ PELLEGRINO – Excelentíssimo Sr. Senador Roberto Saturnino Braga, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, efetivamente eu recebi, tive a honra de ser indicado para Embaixador do Brasil em Lusaca, República da Zâmbia, e retomando as nossas relações regulares, as relações que mantivemos com a Zâmbia desde 1982 e até 1996, quando mantivemos uma Embaixada residente em Lusaca.

A Zâmbia, como se sabe, é um pequeno País africano de pouco mais de 11 milhões de habitantes, um País pobre, mas um País extremamente atuante na política regional da África austral e oriental. A Zâmbia representa para o Brasil uma importância significativa, porque Brasil e Zâmbia são economias complementares. É bem verdade que de um lado o Brasil, um País gigantesco, 180 milhões de habitantes, um PIB se aproximando de trilhão de dólares, enquanto que a Zâmbia tem um PIB de pouco menos de sete bilhões de dólares.

A Zâmbia é um País riquíssimo em minerais, além de ser o quarto produtor mundial de cobre, é o primeiro produtor de cobalto, com reservas significativas em ambos metais, e é um País que vê o Brasil, que tem no Brasil um parceiro político e comercial que respeita desde do início dos anos 70, quando a própria Zâmbia deu início aos primeiros contatos com vistas ao estabelecimento de relações diplomáticas normais.

Uma rápida retrospectiva sobre a história da Zâmbia nos ajudaria a entender porque o Brasil agora resolveu retomar as suas relações normais com a Embaixada residente em Lusaca. A Zâmbia tornou-se independente em 1964 com um grande líder africano, conhecido, respeitado no Brasil, Kenneth Kaunda, que desenvolveu a partir de 1964, ano da independência, um sistema de socialismo a que ele mesmo dava o nome de humanismo. Esse humanismo chegou até mesmo a influenciar algumas gerações em Países em desenvolvimento, até mesmo na América Latina, e esse tipo de socialismo de Kenneth Kaunda era respeitado e conhecido até mesmo na Europa. A Zâmbia, por isso, tornou-se um País respeitado e consultado em todos os problemas da África austral de então. A Zâmbia apoiou os movimentos de libertação nacional tanto em Angola como em Moçambique, com os quais mantém fronteiras normais, apoiou o Congresso Nacional africano de Mandela na época em que justamente se lutava contra o Apartheid, e a Zâmbia tem uma participação muito efetiva nas operações de paz, missões que a ONU organiza na região, na África austral e oriental. Esse é o caso de Ruanda, Burundi, mais recentemente na República do Congo, antigo Zaire.

Por tudo isso, a Zâmbia é um País de interesse para o Brasil não só no contexto regional da África austral, mas também no geral da política externa zambiana e da atuação do País em fóruns internacionais. Mas recentemente, nós tivemos a visita ainda este ano, em março deste ano do Ministro das Relações Exteriores de Zâmbia, Sr. Shikapwasha que decidiu em contato com o nosso Chanceler, Celso Amorim, estabelecer o mais rápido possível a sua Embaixada em Brasília. Por causa disso, os zambianos até foram um pouco mais ágeis do que nós, e a sua Embaixada em Brasília já está sendo estabelecida, enquanto que nós dependemos ainda de alguns procedimentos para podermos estabelecer a nossa Embaixada.

No que se refere ao comércio bilateral, o Brasil exporta para Zâmbia em torno de oito a doze milhões de dólares por ano, e importa em torno de um milhão e meio, dois milhões de dólares. Os nossos produtos, por serem economias complementares, os produtos que exportamos são basicamente veículos automotores, tratores, aparelhos, equipamentos mecânicos de uso basicamente de agricultura e na exploração mineral. Para concluir, eu queria dizer uma rápida... Algumas rápidas palavras sobre o contexto regional de importância da Zâmbia.

A Zâmbia sedia o COMESA que é o mercado comum da África austral e oriental, que corresponderia mais ou menos a uma espécie de Mercosul daquela região. E é membro também da SADC, que é a comu-

nidade de desenvolvimento da África austral que tem semelhanças com a nossa Casa, a comunidade sul-americana de nações recentemente criada.

Nesses dois contextos do COMESA de um lado e do SADC de outro, o Brasil e Zâmbia podem desenvolver relações bastante interessantes, relações de muito interesse para os Países da América do Sul. Constituídos, portanto, mais um elemento de aproximação entre os dois Países e as duas regiões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu permaneço à disposição para perguntas eventuais. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Obrigado, Embaixador Pellegrino, e agora em obediência ao preceito constitucional e regimental devo transformar a Sessão em secreta.

(Sessão secreta às 10h37)

(Sessão reaberta ao público às 10h46)

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Reaberta a Sessão, feita a apuração declaro aprovados por unanimidade ambos os candidatos. O Embaixador Tomás Maurício Guggenheim para Bahamas e o Embaixador Josal Pellegrino para a Zâmbia. E não havendo mais matéria a tratar...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ)
– Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Com a palavra o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ)
– Eu só queria cumprimentar os nossos Embaixadores que estão agora partindo, e apenas dizer uma lembrança, vivi na Zâmbia. Passei dez anos na África, e queria desejar ao Embaixador Josal muitas felicidades num País, Embaixador, extremamente pobre, vive do cobre, e que recentemente pediu ao Brasil para abrir uma Embaixada aqui. Isso aconteceu logo depois da expulsão de dois brasileiros, de maneira muito equivocada, diria confusa, e o nosso Embaixador, na época, apenas no Zimbábue, tomando conta por jurisdição da Zâmbia, fez de tudo para esclarecer as coisas, depois a comitiva da Zâmbia esteve aqui, nós também ajudamos, mas um País africano as coisas andam com muito vagar. Essa é a realidade.

Agora, V.Ex^a. tem ao lado a África do Sul, o Zimbábue e o Moçambique, Namíbia e Angola, onde os brasileiros estão muito bem. A colônia de brasileiros em Angola, na Namíbia, Namíbia é pequena, mas **Botsuana** não tem nenhum brasileiro. Mas na África do Sul, no Zimbábue e Moçambique são comunidades ativas, com negócios abertos, pastores, missionários da igreja católica, evangélicos, eu mesmo devo ter lá uns cem

amigos que estão nesses fascinantes Países. Já estou até vendo o senhor numa tarde de sábado na Vitória fools(F), aonde se filmaram grandes películas inglesas no final do século passado. De tal maneira que faço aqui do fundo do coração, apenas essa menção de que desejo que o senhor seja muito feliz e que possa estreitar esse relacionamento Brasil-Zâmbia, que vai ser muito benéfico para os dois países.

Parabéns a todos, felicitações. Infelizmente não pude votar, mas quero declarar publicamente que se aqui tivesse, votaria favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Embaixador Pellegrino quer dizer uma palavra.

SR. EMBAIXADOR JOSAL LUIZ PELLEGRINO – Senador Crivella, agradeço muito essa referência, e gostaria de tranquilizar V.Ex^a com relação ao episódio da expulsão de dois brasileiros. Eu acompanhei esse assunto *a posteriori*, ele teve um seguimento. Aliás, quando estive aqui o Chanceler zambiano, o senhor teve oportunidade de acompanhá-lo, de conversar sobre o assunto, nós estamos muito atentos. O Itamaraty acompanha de perto isso. O nosso Embaixador em Harari se mantém em contato permanente tanto com o Embaixador da Zâmbia em Harari, como diretamente com o Governo zambiano em Lusaca, indo, chegando a Lusaca é um dos primeiros assuntos que pretendo levantar. Não se trata de um contencioso. Nós não gostaríamos que se transformasse num contencioso, e eu tenho certeza de que o assunto estaria já num plano de solução.

Nós temos já a certeza, já fomos informados de que o impedimento que o senhor sabe a que eu me refiro, não existe. Não haverá impedimento daqui para frente. Todos os cidadãos brasileiros que desejem desempenhar na Zâmbia as funções que aqueles dois brasileiros desempenhavam, poderão fazê-lo sem qualquer impedimento. Isso já é uma garantia e é uma demonstração da boa vontade do Governo zambiano. Eu só gostaria de tranquilizar V.Ex^a com relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Desta forma, Srs. Senadores, com a intervenção brilhante do Senador Crivella e a resposta do Embaixador Pellegrino, encerramos de forma mais rica ainda esta nossa reunião de hoje. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 10h51)

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 9 de novembro de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **SÉRGIO ZAMBIASI, ROMEU TUMA, MARCELO CRIVELLA, SERYS SLHESARENKO, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, GEOVANI BORGES, EDUARDO AZEREDO, MÃO SANTA e HERÁCLITO FORTES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente faz a leitura de Comunicado à Comissão. Fazem uso da palavra, pela ordem, os Senadores **HERÁCLITO FORTES, EDUARDO SUPPLY e ROMEU TUMA** para tratarem sobre a quebra de sigilo telefônico do Jornal Folha de São Paulo. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 413, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **HERÁCLITO FORTES**. Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 414, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003”. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para ler seu parecer. Aprovado. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 415, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004”. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA e EDUARDO AZEREDO** para ler seu parecer. Aprovado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 416, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CD), que “Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **EDUARDO SUPLICITY**. Faz uso da palavra o Senador **ROMEUTUMA**. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Lei da Câmara Nº 103, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro (a).” Faz uso da palavra o Senador **ROMEUTUMA** para ler seu parecer. Aprovado o parecer com emendas nº 1 – CRE e nº 2 -CRE. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, passa a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo. **Item 06:** Requerimento Nº 592, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto instando o governo dos EUA e o Congresso norte-americano a reverem as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes, que incluem a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão, típicas de guerra, para deter o fluxo migratório”. Fazem uso da palavra os Senadores **HERÁCLITO FORTES, MARCELO CRIVELLA, ROMEUTUMA** e **EDUARDO SUPLICITY**. Faz uso da palavra o Senador **ROBERTO SATURNINO** para ler seu parecer. Aprovado. O Senador Roberto Saturnino reassume a Presidência. **Item 07:** Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água”. Retirado de Pauta. **Item 08:** Projeto de Lei do Senado Nº 64, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que “Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada)”. Retirado de pauta. **Extra-Pauta – Item 03:** Requerimento Nº 30, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que “Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Conjunta no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires, do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, do Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi, do

Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Jorge Botelho e do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bologna para discutir e buscar soluções para os recentes problemas enfrentados no sistema de tráfego aéreo brasileiro”. Fazem uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO** e os Senadores **HERÁCLITO FORTES, NEY SUASSUNA** e **ROBERTO SATURNINO** para justificar o requerimento. Aprovado. O Senhor Senador **ROMEUTUMA** apresenta os seguintes Requerimentos de Urgência: **Extra-Pauta – Item 06:** Requerimento Nº 33 de 2006 – CRE, que “Requer, nos termos do art.336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 413, de 2006, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos”; **Extra-Pauta – Item 07:** Requerimento Nº 34 de 2006 – CRE, que “Requer, nos termos do art.336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 414, de 2006, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003”; **Extra-Pauta – Item 08:** Requerimento Nº 35 de 2006 – CRE, que “Requer, nos termos do art.336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 415 de 2006, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004”; **Extra-Pauta – Item 09:** Requerimento Nº 36 de 2006 – CRE que “Requer, nos termos do art.336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 416 de 2006, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002”; **Extra-Pauta – Item 10:** Requerimento Nº 37 de 2006 – CRE, que “Requer, nos termos do art.336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara Nº 103 de 2006, que “altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares,

tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro (a)”. Aprovados os Requerimentos de Urgência. **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento Nº 28, de 2006 – CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo, que “Requer que seja convidado o Pesquisador Philip Martin Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, para prestar esclarecimentos acerca de seus estudos que apontam riscos à existência da Amazônia, decorrentes do chamado aquecimento global”. Fazem uso da palavra os Senadores **NEY SUSSUNA** e **ROMEU TUMA** e o Senador **EDUARDO AZEREDO** para justificar o requerimento. Aprovado. **Item 02:** Requerimento Nº 29 de 2006 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados *dekas-seguis* – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão. Serão os seguintes convidados indicados para expor na Audiência Pública: o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Exmo. Senhor Celso Luiz Nunes Amorim, o Juiz de Direito, que enquanto advogado atuou na causa, Exmo. Senhor Rodrigo Melo Oliveira, o Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *dekas-seguis* – afadbrasil, Senhor Djalma Straube e um representante das famílias brasileiras abandonadas por *dekas-seguis*, recomendado por este último”. Fazem uso da palavra os Senadores **MARCELO CRIVELLA**, **NEY SUASSUNA** e **EDUARDO AZEREDO** para justificar o requerimento. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Se todos os Senadores estão de acordo está dispensada. E passamos logo a nossa pauta. Antes da pauta...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – ...eu só quero comunicar que o Embaixador do Chile, em visita de cortesia à Comissão, apresentou uma agenda de sugestões, quer dizer, uma sugestão de agenda, na verdade, para uma reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores dos Senados do Chile e do Brasil. Essa sugestão de agenda está sendo distribuída aos Srs. Senadores, mas ainda não há data marcada, acho até que será difícil ainda realizar este ano, mas assim que tivermos também uma sugestão de data, eu comunicarei à Comissão para ouvir os Srs. Senadores.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu tenho compromisso em outra Comissão. Eu faço essa questão de ordem para pedir aos companheiros que se associem à solicitação que farei agora.

Sendo esta Comissão, Senador Suplicy, de Relações Exteriores, de Segurança e Defesa Nacional, eu solicito que fique, não só registrado nos anais dessa Comissão, mas também enviado ao Governo e ao jornal *Folha de São Paulo*, o nosso voto de protesto pela escuta telefônica executada naquele jornal.

A repetição de invasão de privacidades no Brasil tem se tornado uma constante, tendo o seu ato inaugural pelo menos o tornado público na quebra do sigilo bancário do caseiro. Daí para frente vários são os casos que se sabe de quebra de sigilo bancário. Bancário e telefônico. Mas nesse caso do sigilo telefônico da *Folha de São Paulo* é um atentado à segurança nacional, inclusive. E eu gostaria de que esse protesto ficasse registrado.

Infelizmente, hoje pelo que se sabe, não haverá Sessão Plenária, porque nós vamos ter uma pauta cheia, não poderemos fazer isto. Mas acho, Sr. Presidente, que é um dever nosso como Senadores da República, e esta Comissão tem regimentalmente acolhimento para este protesto, esse registro. Daí porque peço o apoio dos demais companheiros. Tendo aqui presente dentre outros o Senador Suplicy, que é um defensor da liberdade e acima de tudo da preservação da cidadania, tenho certeza que os colegas não me faltarão com esse registro que eu acho da maior importância. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu consulto aos Senadores membros da Comissão se concordam com a proposição do Senador Heráclito de que esta Comissão transmita à *Folha de São Paulo* e ao Governo o seu voto de pro-

testo contra a escuta telefônica sobre a redação da *Folha de São Paulo*. É isso? Indago aos Srs. Senadores... Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, em princípio eu estou de acordo com o propósito do nosso colega tão atento Heráclito Fortes à liberdade de imprensa, e percebo aqui, ao ler a notícia no próprio jornal a *Folha de São Paulo*, que houve uma solicitação por parte de Delegado da Polícia Federal para que fossem averiguados os telefonemas de diversos... De cento e sessenta e oito telefones. E ele não sabia naquele primeiro momento que um desses telefones era de jornalista da *Folha de São Paulo*.

Acho que é importante que nós venhamos a... O que houve, Senadora Serys, pela notícia da própria *Folha*, foi uma solicitação por parte da Polícia Federal à justiça, no dia vinte e quatro de setembro, para que fosse feita à quebra de sigilo de cento e sessenta e oito números telefônicos, e entre eles o do aparelho celular profissional utilizado por uma repórter da *Folha*. Esses números estavam registrados no celular de Gedimar Passos, que foi um dos detidos pela Polícia Federal em quinze de setembro. E o Diretor Jurídico da *Folha* informa que a quebra do sigilo de telefone utilizado por profissionais da imprensa importa em monitoramento abusivo da atividade jornalística, sem dúvida configura violação do sigilo da fonte previsto na Constituição e na Lei da Imprensa. Agora, a Polícia Federal alega que não sabia que os telefones eram do jornal e que não buscou investigar procedimentos da *Folha*. Vimos que todas as ligações feitas pela *Folha* foram posteriores a essa data da prisão que a jornalista estava apenas tentando obter mais informações sobre o caso. Logo, descartamos qualquer investigação sobre a *Folha*, disse o Delegado titular do caso.

Ou seja, está expresso aqui na declaração da própria Polícia Federal que não foi objeto de investigação a *Folha de São Paulo*. Agora, eu acho que o Requerimento do Senador Heráclito Fortes deve ser... Eu estou de acordo com o mesmo. Mas deve ser colocado nos termos, inclusive, da informação bem colocada. Que me parece estar bastante completo, havendo o lado da própria *Folha*, a explicação da Polícia Federal, e quem sabe possamos até requerer uma informação mais completa do caso, a Polícia Federal junto com este Requerimento. Ou seja, o Senador Heráclito Fortes não o escreveu ainda, mas eu faço a seguinte sugestão – Que V.Exª redija o Requerimento no sentido de que a Comissão de Relações Exteriores que nós queremos ver preservada a liberdade de imprensa, a Lei de Imprensa, o cumprimento da Constituição e da Lei de Imprensa, que a Polícia Federal tome os devidos cuidados sempre para não contrariar o que

está ali explicitado, e, ao mesmo tempo, requerendo a informação, a mais completa possível, sobre o que realmente aconteceu, e em solidariedade à preservação da liberdade de imprensa, e à *Folha de São Paulo*. Essa é a sugestão que eu formulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATTURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se me permitir, eu transiro inclusive a responsabilidade do Requerimento para o Senador Suplicy. Até mesmo com essas justificativas que ele tenta colocar para o ato. Só quero lembrar o Senador Suplicy que sobre os seus ombros pesam milhões e milhões de votos, dados pelos paulistas e há uma admiração de todo o Brasil, que nós legisladores não podemos desconhecer a lei. E a lei determina, Senador Suplicy, que quebra de sigilo seja feita individualmente, e com as justificativas que o caso requer.

A partir do momento que você vê... Isso V.Exª me chamou a atenção, graças a Deus, Deus me deu um raciocínio razoavelmente rápido. A partir do momento que V.Exª cita o expediente de cento e sessenta e oito nomes, o Juiz também cometeu um crime, porque ele não pode abusar da prerrogativa que tem, que a lei lhe confere para fazer esse tipo de ato, Sr. Presidente. Nós somos legisladores e não podemos aceitar isso. Aqui nas Comissões Parlamentares nós tivemos que rever, inclusive, procedimentos para atender determinação do Supremo. O Supremo negava, Sr. Presidente, todos os pedidos feitos aqui e que não eram individualizados e com a justificativa.

Ora, não se justifica de maneira nenhuma que tenham cometido isso. Mas vamos para o lado otimista. O executor do mandado, tomado o conhecimento do erro, tinha que imediatamente comunicar que errou, chamar a *Folha de São Paulo* e não deixar o assunto postergar. Aliás, o que se dizia, Sr. Presidente, e não gostaria de levar isto, é que todo este lixo estava sendo colocado por baixo do tapete para esperar o resultado eleitoral. E o que nós estamos vendo é apenas um foco dessa questão que não queria entrar.

Nós já sabemos, por exemplo, que o Sr. Chávez não vai fazer nenhuma refinaria em Pernambuco. É um estelionato eleitoral. Que o acordo da Bolívia foi adiado por conta da questão eleitoral. É outro estelionato eleitoral. E daí por diante. O que se fez aqui foi crime. O Senador Tuma... Eu não quero nem entrar no mérito da questão. Acho, inclusive, que nós temos o dever e obrigação, Sr. Senador Suplicy, de pedir explicações ao Conselho Nacional de Justiça pela atitude do Juiz.

A serviço de quem o Juiz estava? Da justiça, não. Porque a justiça não procede assim. Ninguém tem o direito de quebrar o sigilo ou a intimidade de quem quer que seja nas circunstâncias que se quebrou.

Aliás, o Governo deve a essa nação uma explicação sobre a quebra do sigilo do caseiro. Não tomou providências, o outro agente público vinculado ao mesmo Banco praticou de maneira mais sofisticada gesto parecido. Nós temos que dar um basta nisso. Daí porque eu gostaria de, como sei que o Senador Suplicy tem compromissos com o Governo, ele gosta mais do Governo do que o Governo dele. Mas é uma questão que eu compreendo. Eu dou a ele, na minha humilde de nordestino, o direito de redigir, ao seu critério, o protesto. Mas que nós devemos protestar, Senador, devemos. Justificar e botar meia sola em sapato velho não resolve o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Heráclito, um apelo para V.Exª... Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Heráclito, Senador Suplicy. Senador Heráclito, eu acho que nós atravessamos um período da “grampomania”. Isso se diversificou eu todo mundo hoje tem a síndrome de que está sendo grampeado. Eu já requeri em mais de uma Comissão que o Governo nos forneça a lista daqueles que adquiriram equipamentos especializados em grampo. Porque é Governador, é empresa particular, é detetive... É um negócio tão violento que fere profundamente a Legislação em vigor. Não só a Constituição. A Legislação adjetiva também. Agora, este caso é um caso em que nós já tivemos alguns exemplos de inserir números de telefone para que o Juiz autorize. O Juiz tem que saber quem é o assinante. O Delegado quando requer a quebra de um sigilo, ele tem que dar o nome do assinante e a justificativa que o obriga a pedir a quebra do sigilo telefônico para poder avançar no seu inquérito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite? Apenas dar uma visão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não. Desculpe. Eu só estou querendo explicar. Eu estou entrando no fato como se fosse um Delegado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só para ficar o registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu estou apelando aos Senadores, porque já são 11h. Há Senadores que precisam... Que têm compromisso e a gente tem uma pauta. Nós vamos decidir essa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que é sério.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse é um assunto republicano, e que nós temos que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Estamos compreendendo isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu peço a sua compreensão. Olha, eu estava acerca de dois meses no aeroporto de Brasília, V.Exª vê o que é hoje o pânico de gravação aqui no Brasil. Eu estava, Senador Suplicy, no aeroporto de Brasília num horário de seis horas, e uma garotinha de seis anos, toda arrumadinha, uma bolsinha bonita e um telefone cor de rosa desse celular bonito, assim, tipo Hello Kitty, telefone de grife. E ela falando com a colega. Daqui a pouco, ela vira-se para a colega e disse: “Fulana, não fale isso não porque nós podemos estar sendo escutadas”. Uma menina de seis anos de idade. Então, esse é o a país hoje que nós estamos vivendo, da desmoralização do sigilo.

Aliás, essa solicitação de V.Exª, e lhe louvo por ela, é fundamental, e eu lhe parabeno por ela.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para terminar, Sr. Presidente, acho que às vezes o Delegado daquela pressão que está sofrendo para liquidar logo este assunto, pode ter só tirado a relação e esquecido que ele tinha que saber quem é o assinante. Então, eu acho correto que a gente intervenha, até porque essa Comissão é própria para isso. Acho que entra na Defesa Nacional em termos de respeito ao cidadão. E como é o Gedimar, o Gedimar é que é acusado de ter feito a conversa secreta com o Freud, e depois desmentiu. Então, pode ter alguma razão de buscar neste fato o grampo.

Agora, quebrar sigilo de fonte de imprensa é uma violência inaceitável. Eu tenho a impressão, e certeza que é que o Dr. Paulo Lacerda não permitiria que isso acontecesse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, faça uma sugestão que possa V.Exª prosseguir com os itens. Enquanto isso eu tento fazer uma redação, e ao final da reunião nós iríamos ver para não prejudicar o andamento da reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É, já há um consenso formado, mas é preciso exatamente explicitar numa redação que seja...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E quero tranquilizá-los. Partindo do Senador Suplicy, vou assinar sem ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador. Então, vamos passar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem. Agradeço a boa vontade de todos. E passamos ao Item 1 da nossa pauta, que é o Projeto de Decreto Legislativo 413/2006, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinatura na cidade da Guatemala em sete de junho de noventa e nove, por ocasião do 20º período ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos. O Projeto é de autoria da Comissão da Câmara, de Relações Exteriores, e o Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, não estando presente, eu vou pedir ao Senador Heráclito, seu correligionário que faça a leitura abreviada do seu Parecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou procurar resumir, atendendo V.Ex^a.

Sr. Presidente, acho que o Brasil procede bem em participar desse tratado. Nós vamos participar, vamos pedir à aprovação, embora cabisbaixo, porque acabamos de discutir um tema que nos tira muita a autoridade na questão. Arma convencional é ampla, geral e restrita. Nós temos aqui, Senador Tuma, especificações, mas não existe arma pior do que bisbilhotagem. Não existe arma pior, e é convencional, do que a escuta telefônica. E nós somos um País onde temos aqui a proliferação desta prática. Mas esse Projeto já é um Projeto antigo, é proposto pelo Ministro Geraldo Quintão. Nem me lembrava que nós tínhamos tido um Ministro Quintão que foi Ministro da Defesa. Naquela época o Ministro da Defesa falava pouco. Não dava opiniões técnicas. O Geraldo Quintão nunca foi piloto de avião, nunca foi controlador de voo. Era um momento em que as pessoas eram mais discretas. E o outro é o Lampréia. Não subia em palanque, não fazia discurso... Quer dizer, era um período aonde a liturgia do cargo era levada mais a sério.

De qualquer maneira, sou pelo que está exposto aqui para que o Brasil não fique fora desse contexto, e que depois não nos alegue, não é Senador Suplicy, de que nós não vamos participar do Conselho da ONU, Permanente, porque não assinamos tratado dessa natureza, eu sou pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável. Está em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para encaminhar, rapidamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vejo aqui que o encaminhamento desse Projeto é do Brasil. E a importância do controle de armas... Que aqui são armas, armas de uso comum, praticamente. Com essa transparência nós vamos ter um controle que poderá talvez combater o contrabando de armas. Então acho importante essa aprovação. E ontem ficou claro na aprovação do Projeto do Simples, que aqueles que comercializam com armas não poderão gozar daqueles benefícios. Então, o Brasil tem se colocado numa posição firme de controle de armas. Não há proibição, mas também não há uma facilidade enorme é no seu contrabando. E isso aqui vai nos ajudar a ter um controle em cima do contrabando. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço as observações lúcidas do Senador Romeu Tuma, e se não há mais ninguém, nenhum Senador que queira discutir, coloco em votação. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao Item 2. Projeto de Decreto Legislativo nº. 414/2006, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, sobre a cooperação sobre assuntos relativos à defesa, celebrado em Nova Délhi em primeiro de dezembro de dois mil e três. O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Decreto Legislativo que fixa o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, sobre cooperação e assuntos relativos à defesa, celebrado em Nova Délhi, em primeiro de dezembro de dois mil e três. Pelo exposto e por tudo aquilo que foi trazido ao nosso conhecimento pelo órgão competente, nós somos favorável à sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável. Está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir eu coloco em votação. Os que aprovam o Parecer permaneçam como estão. Está aprovado.

Vamos ao Item 3, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 415/2006, que aprova o texto do acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia celebrado em Brasília, dezoito de janeiro de dois mil e quatro. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, esse acordo que aprova o texto... É um acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Comunidade Européia, ele foi assinado aqui em Brasília em janeiro de dois mil e quatro, e já foi também aprovado

na Câmara dos Deputados, vindo agora para a nossa manifestação. Ele tem ainda um Anexo ou propriedade industrial, e também à disposição de que os Ministérios das Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia buscarão criar estrutura específica por meio do CNPq e FINEP, e da missão do Brasil junto à Comunidade Européia para aproveitar ao máximo as oportunidades que decorrerão do acordo para a comunidade científica brasileira, e para o desenvolvimento tecnológico, inclusive, no campo da aproximação entre o meio acadêmico e a indústria, com benefício para incremento da competitividade no setor produtivo nacional. O Relatório é favorável, porque é realmente oportuno e conveniente aos interesses nacionais. Eu quero ainda lembrar que ainda ontem nós realizamos aqui no Senado uma Sessão solene em homenagem exatamente à ciência e à paz, Sessão que foi organizada pelo Senador Flávio Arns, com o Presidente da Subcomissão subordinada a essa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só dizer que essa Sessão de ontem foi espetacular porque ela se destinava ao uso da Ciência e da Tecnologia para a paz. E bem lembro o Senador Azeredo com um belo relatório, aqui fala em saúde e vários fatos, da importância deste acordo que é uma seqüência da linha de comportamento do Brasil em favor do uso da Ciência e da Tecnologia pela paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável. Está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejarem discutir encerro a discussão e coloco em votação, os que estão de acordo permaneçam como se estão. Está Aprovado.

Vamos ao quarto item da pauta, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 416/2006, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa em onze de novembro de dois mil e dois. O Relator é o Senador Marco Maciel, que não está presente, eu vou pedir ao Senador Eduardo Suplicy, que faça a leitura do Parecer.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, diz o Parecer do Senador Marco Maciel que em atenção ao disposto no inciso I, do art. 49 da Constituição, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou mensagem solicitando apreciação para o acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa por-

tuguesa celebrado em Lisboa em onze de novembro de dois mil e dois.

Na Câmara já foi aprovado, no Senado recebido em quinze de setembro de dois mil e seis. Na análise, cuida-se de um acordo internacional sobre aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes, o estabelecimento do regime de liberdade entre os dois Países, e o tratamento de compensação de dívidas tributárias e incidentes nas operações.

O instrumento em tela tem por objetivo atualizar o acordo sobre serviços aéreos assinados em cinco de setembro de dois mil e um. A modificação contempla o interesse das empresas aéreas brasileiras e portuguesas que opera nos dois territórios dos dois países na medida em que concede a remissão de débitos relativos a contribuições sociais e outros ônus tributários específicos.

O acordo estabelece em seus primeiros dispositivos o regime de quarta liberdade no intercâmbio aéreo entre os dois Países. Pelo exposto, constante à boa técnica legislativa, perfeita culminância deste acordo, firmado pelo Governo Brasileiro, opinamos, diz o Senador Marco Maciel, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 416/2006, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável. Está em discussão. Se nenhum dos Senadores deseja discutir, encerro a discussão...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só uma correçãozinha, se puder ser feito, não sei, que são definições. Aqui diz expressão autoridades aeronáuticas. Significa no caso da República Federativa do Brasil, Ministro da Aeronáutica. Não existe mais. Existe o Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica. Eu não sei se pode ou não ser corrigido. Eu deixo a critério porque já está o acordo pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – V.Ex^a tem toda a razão. Porque trata-se de uma proposição antiga que precisa ser corrigida sob o ponto de vista redacional, e eu consulto ao Senador Suplicy se está de acordo com a correção.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Plenário acordo. Agradeço ao Senador Romeu Tuma pela observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Então os que estiverem de acordo permaneçam como se estão. Aprovado com a correção redacional sugerida pelo Romeu Tuma.

E vamos ao Item 5. Projeto de Lei da Câmara nº. 103/2006 que altera os artigos 67, 70, 82 e 137, e acrescenta o art. 69 A, a Lei nº 6.880 de 09/12/80, que é o Estatuto dos Militares, tratando sobre licença

para acompanhar cônjuge ou companheiro ou companheira. O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, Srs. Senadores, eu aplaudo a iniciativa do Poder Executivo em remeter a esta Casa, o Congresso Nacional, este Projeto, que era uma injustiça o militar não poder ser acompanhado por sua esposa ainda quando funcionário. Então ele traz uma correção ao Estatuto dos Militares, e eu leio aqui no tocante ao mérito proposição se impõe inequivocadamente ao acolhimento dessa Casa, já que traduz a necessária racionalização de procedimentos e critérios de gestão do pessoal no âmbito das Forças Armadas, observadas as peculiaridades da carreira militar. Quem já viajou pelo norte do País, Região Amazônica, que são os batalhões de fronteira, os comandos de fronteira, aonde às vezes o Tenente, o Capitão recém-casado tem que estar com a esposa por perto, que ela passa a ser professora das comunidades indígenas e faz um belo trabalho.

Nós apresentamos como voto favorável com duas Emendas discutida com a área militar, aí aceitas, portanto eu pediria a aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável, com duas Emendas. Está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação. Os que estão de acordo com o Parecer e com as Emendas permaneçam como estão. Está aprovado o Parecer.

Vamos ao Item 6, cujo Relator sou eu mesmo. Então eu peço ao Senador Azeredo que assuma aqui a Presidência para que eu possa fazer o Relatório.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Item 6 é o Requerimento nº 592/2006, a respeito do voto instando o Governo dos Estados Unidos e o Congresso Norte-americano a reverem as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, nosso Presidente.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Requerimento é do Senador Eduardo Suplicy, e requer nos termos regimentais seja apresentado voto da Comissão e do Senado, porque terá que ser aprovado pelo Plenário, instando o Governo dos Estados Unidos da América e o Congresso Norte-americano a reverem as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes, que incluem essas medidas a ampliação do muro construído na fronteira com o México. Mas o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso

de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão típicas de guerra para deter o fluxo migratório.

O Requerimento do ilustre Senador é fruto da preocupação não só com a integridade daqueles que se arriscam a entrar ilegalmente nos Estados Unidos da América, entre os quais infelizmente há muitos brasileiros, mas também com os rumos daquela democracia a qual se encontra entre as mais tradicionais e sólidas do continente e do mundo. Muito preocupa esta Casa a situação daqueles que se arriscam a atravessar ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos com o México em busca de melhores condições de vida do chamado “sonho americano”. Essa preocupação tem se expressado por meios de constantes manifestações do Congresso Brasileiro, no Plenário de suas Casas e em Comissões, inclusive com a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para tratar da imigração ilegal. E junto com esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Subcomissão Permanente de Proteção aos Brasileiros no Exterior.

Também nos preocupam alguns rumos que vêm tomando a democracia estadunidense com o acirramento das medidas de segurança em reação aos ataques do fatídico onze de setembro, e da “guerra contra o terror”, entre aspas, promovida pelo Governo daquele País.

Tememos que excessos conduzam a um processo de deterioração de um modelo de democracia e republicanismo que tem servido de paradigma para muitas Nações do globo nos últimos duzentos anos.

Neste sentido as sanções contra imigrantes vêm de encontro à tradição acolhedora dos Estados Unidos, País que se ergueu sobre os ombros dos que vieram das mais distintas procedências, fugindo dos flagelos da guerra, da fome, da morte, da peste e da intolerância política e religiosa.

Muito bem lembra o Senador Suplicy das inscrições no pedestal da Estátua da Liberdade. Inscrições que dizem: “Dêem-me os seus exaustos, os seus pobres, as suas massas ansiosas por liberdade”. Fecha aspas. Assim é que os Estados Unidos, desde a sua origem, vêm se desenvolvendo graças à contribuição de imigrantes das mais diferentes origens, tornando-se uma nação plural e próspera.

Atualmente uma parcela importante da mão-de-obra que constrói a América é de imigrantes latinos, e seus descendentes, dentre os quais, milhares de brasileiros. De grande risco para a riqueza humana daquele País é a importante associação da imigração ilegal pela fronteira sul com o terrorismo. As manifestações do terrorismo. O que repercute no acirramento das restrições aos imigrantes e da perseguição contra aqueles que vivem nos Estados Unidos em busca do

“sonho americano”. Compartilhamos, portanto, das preocupações do Senador Suplicy.

Entretanto, convém ressaltar que a decisão de reforçar as suas fronteiras e reorganizar a sua política de imigração é um direito natural e inalienável dos Estados Unidos como Estado Soberano. Direito associado à autodeterminação dos povos, que nós prezamos muito em respeitar.

Ademais, no caso estadunidense trata-se de medidas do Governo referendadas pelo Congresso, onde têm assentos representantes legítimos do povo daquele País.

Registra-se, outrossim, que uma ação desta Casa, Senado Brasileiro, instando a autoridade estadunidense a reverem suas posições políticas, inclusive questões internas, pode vir a ser interpretada como uma violação ou uma tentativa de violação ao princípio da não intervenção estabelecido no art. 4º da Constituição Brasileira.

Ademais, uma vez que compete ao Presidente da República, também na forma da nossa Constituição, a celebração das relações internacionais do Brasil, uma iniciativa como a proposta por parte do Senado, poderia ser percebida como uma violação ao princípio da separação dos poderes.

Claro que a pertinente preocupação do Senador Suplicy por todos aqui compartilhada, creio, não pode ser desconsiderada por esta Comissão.

Assim, somos pela aprovação do Requerimento do Senador, convertendo-o, porém, em voto de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante naquele País. Também sugerimos a conversão da proposta em voto de solidariedade para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, os quais podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento do Senador Suplicy nº. 592/2006 nos seguintes termos: Requerimento. Com o fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeremos voto de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante, requeremos também voto de solidariedade para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, valores esses que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sobre a égide das necessidades de segurança. Requeremos ainda que esse voto de solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio de sua Embaixada em Brasília. Este é o Parecer, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Para discutir o Parecer, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr.

Presidente, veja como é a vida, meu caro Crivella. Eu tenho o costume de bem cedinho, assistir o noticiário brasileiro. Hoje atrasou um pouco porque o Brasil ganhou da China. Foi um sufoco danado, em seguida veio o Bom Dia. Ganhou no último *tie-break*. Bom, em seguida vem a Ana Maria Braga. Eu pensei em desligar. Por sorte minha, ela contou uma história que eu, ao ouvi-la, disse: “Um dia vai me servir”. Não esperei que fosse tão rápido. Ela contou uma história interessante, Senador Saturnino. De que uma senhora que morava num apartamento, ia tomar café com o marido e olhava para a janela da vizinha. A vizinha estendia roupas, lençóis na janela dela. E a vizinha dizia: “Mas que mulher porca! Lava tão mal suas roupas. Tudo sujo. Que coisa feia!”. O marido calado ouvia. Semana, meses... E a mulher dizendo aquilo. Mas ela contou a história com tanta graça que num determinado momento, e com tanta... Eu pensei que ia terminar no marido dela indo lavar a roupa da vizinha. Era essa que dava... Bom, mas não. Daí, de repente, num dos cafés da manhã, a mulher olha e disse: “Puxa vida, a vizinha hoje fez alguma coisa de errado, porque as roupas estão tão limpinhas”. E o marido tão calmo e tranqüilo disse: “Não, não se preocupe, não. Hoje eu acordei mais cedo e limpei minha janela”. É o caso.

Nós não temos autoridade de fazer isso se nós mantemos muros como a praia que o Lula passou o carnaval em Salvador, e no Brasil o muro é ilegal. Com praia, porque a praia é do povo. E eu quero, com o apreço que eu lhe tenho, quero lhe pedir vistas. É de domínio público. Eu quero pedir vistas para que V.Ex^a reflita. E peça ao Presidente da República que derrube esse muro. Que o separou do povo brasileiro uma semana depois da eleição.

Então, meu caro Senador Suplicy, eu sou seu fã de carteirinha. Sou admirador total, sei que a sua intenção é a melhor do mundo. Mas vamos limpar primeiro a nossa janela, para poder depois pedir aos outros que façam com as suas. Não concordo com essa política arrogante, prepotente dos Estados Unidos. Mas nós não temos, no momento, autoridade para fazer isso. Vamos limpar a nossa janela. Tenho certeza que V.Ex^a, com atuação marcada pela independência, porque às vezes o seu partido não compreende. Vai entender o que eu estou dizendo.

No Brasil não pode ter muro em praia. A praia é pública. Seja da Aeronáutica, da Marinha, de quem quer

que seja. Já basta o Presidente ter ido para Salvador no seu “Aerolula”, quando milhões e milhões de brasileiros abarcavam dias e dias nas filas de aeroportos por esta greve aérea.

O bom exemplo não do Presidente, mas do trabalhador, era de ter se recolhido no Palácio trabalhando para a solução da greve. Por isso e pelo apreço que eu tenho ao Senador Suplicy, quero aqui elogiar o seu Parecer, Parecer profundo, mas eu pediria apenas tempo ao Senador Suplicy. Vamos limpar nossa janela e depois encaminhar esse documento. Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu acho que as mais altivas tradições de moderação e temperança dessa Casa que aprendi quando aqui cheguei, e aqui cheguei, Sr. Presidente, pelo caminho completamente diferente. Essa Casa, normalmente, é o porto dos que vêm nas longas jornadas da vida pública. Prefeitos, Vereadores, Deputados, Governadores. Eu não tive a honra de jamais sequer de ser um Vereador. Cheguei aqui como um peregrino chega à porta de um templo. Por isso devo amar essa Casa acima de todos, porque me recebeu com a maior generosidade. E sempre entendi que o Senado Federal é isso. Hoje a gente vê um exemplo clássico do que imaginou Thomas Jefferson, quando idealizou o Senado Americano. Na preocupação de que as leis daquelas treze Repúblicas fossem bem-feitas, mas sem dar a característica do Senado inglês, aristocrata, uma República popular, ele quando instigado, “por que os americanos deveriam gastar dinheiro com o Senado?” Sabe o que ele disse? Ele estava tomando chá, um costume inglês de colocar no chá uma gota de leite, os ingleses têm esse costume, *drop of tea*. E ele disse exatamente para isso aqui. “Para esfriar”. Exatamente para isso. Para esfriar.

Eu acho que hoje o Senador Saturnino com esse Relatório que apresenta, Senador Suplicy, cumpre o papel extraordinário que o Senado deve ter sob o manto das mais altas tradições de moderação dessa Casa. É bem verdade que nos angustia ver os americanos tratando seus imigrantes, ou do México de uma maneira tão dura. A nós brasileiros hoje já não afeta muito. Em dois mil e cinco, duzentos mil brasileiros atravessaram aquela fronteira de maneira ilegal. Trinta e quatro mil foram presos, outros detidos, mas soltos sob promessa, sob juramento de que voltariam três meses depois para receberem a sentença de deportação. Não voltaram. De tal maneira que hoje nos Estados Unidos deve ter seguramente mais de dois

milhões de brasileiros vivendo de maneira muito... Eu diria insegura. Porque são ilegais. E foram em busca de um sonho. Esses muros assustam. Como assustam os mexicanos. Uma economia de treze trilhões de dólares, que importa de maneira legal um milhão de imigrantes todos os anos, eu quero registrar isso aqui. Um milhão de imigrantes chega de maneira legal nos Estados Unidos todos os anos.

No Brasil infelizmente só seis mil. Exatamente por conta desses duzentos mil que iam de maneira ilegal, o que dava a eles o ensejo de não darem muitos vistos legais aqui no Brasil. Mas isso foi corrigido por essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito citada no Relatório do Senador Saturnino de dois mil e cinco, o número duzentos mil caiu para menos de mil. Olha nos anais dessa Casa do Congresso Nacional, pode talvez ter havido uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha obtido resultados tão bons quanto esses. Mas certamente não mais. Porque de duzentos mil para reduzir para mil com as medidas que foram tomadas, e várias delas efetivadas, no momento em que nós fazíamos a Comissão, quer dizer, a Polícia Federal processou nas suas... Nas operações que montou mais de trezentas pessoas desbaratando com a nossa Comissão, junto com as informações que obtivemos nos depoimentos, quadrilhas de falsários, de aliciadores, de financiadores, e, sobretudo, de coiotes. A Comissão fez o mapa, o Atlas da imigração ilegal, quando dois coiotes mineiros vieram aqui e deram o número de telefone, nomes de pessoas aqui, no México, e rotas. E tudo isso foi passado às embaixadas do México, dos Estados Unidos, que tomaram medidas de tal maneira que de duzentos mil caíram para menos de mil. O muro já não nos dói tanto como vai doer aos mexicanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas voltou a exigência de visto para ir ao México, não é?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Voltou por acordo bilateral.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, voltou por causa do número de brasileiros que estavam passando pelo México. Foi esse o motivo que levou.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é, mas acordo bilateral Brasil-México.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já há protestos no México. Há protestos isolados, mas já há protestos graves no México sobre esse isolamento que o México está recebendo. Porque é contra o México. Não é contra...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas o Senador Eduardo Azeredo cita um ponto im-

portante: O Governo Americano fez pressão com o Governo Mexicano para que requisitassem vistos de brasileiros indo para o México. O Governo Brasileiro tomou-se no direito de então cancelar o acordo bilateral e exigir de mexicanos para o Brasil, dentro daquele espírito que existe de reciprocidade.

Agora, Senador Eduardo Azeredo, lembre-se que vários brasileiros, já na época do México, entraram pela Guatemala. E entravam via mar também, e entravam pelo Canadá. De tal maneira que o trabalho da Polícia Federal e da CPMI não pode deixar de ser ressaltado nesse momento em que discutimos e preocupadamente as questões desse muro nos Estados Unidos.

Lamento profundamente a construção desse muro, é um caso interno, acho que o Presidente da República já está colhendo nas urnas as ações de sua intemperança, imagine levar a democracia para o Iraque através de uma guerra. E certamente esse muro não vai ter do povo americano o respaldo que seus representantes deram ao Governo.

Há pessoas que dizem, Senador Saturnino, que o povo americano é democrata. A sua elite é que é imperialista. E ações como esta, às vezes, nos fazem crer nisto. É o País que necessita do comércio internacional com o mundo, foi à guerra por isso, é patrono do neoliberalismo, e prega o tráfico livre de capitais, mas não usa os mesmos princípios democráticos quando imigrantes tentam a vida lá. E tentam por que, Senador Azeredo? E concluo já o meu pronunciamento. Sabe por quê? Pelas regras de mercado. Porque existe emprego. Tive lá agora quinze dias atrás. Quinze dias atrás eu visitei Atlanta, Flórida, e Califórnia. Tive com a comunidade brasileira. V.Ex^a sabe que de noite, indo jantar, a fila é grande. Todos os Estados Unidos, como as pessoas não têm empregada doméstica, usam restaurantes. Olha, todo lugar que eu fui tinha pedido de mão-de-obra. Pedido de garçom. No restaurante, a pizzaria disse assim: “Olha, eu posso sentar lá na varanda. Não me incomodo de sentar, está vazio ali”. “Não. Não é questão de estar vazio, não. É que ali fica longe da cozinha. E como nós temos poucos garçons, nós só sentamos as pessoas aqui no centro do restaurante”. “Ah, é?”. “É”. Questão de mercado. Existe empregos. Imigrantes estão lá, vivem chamando seus vizinhos, seus amigos, seus parentes. “Olha, vem porque o meu patrão está...” É mercado! Mercado que eles sempre pregaram e puseram ao mundo e foram à guerra por isso. Para que pudessem negociar com o mundo inteiro.

V.Ex^a lembra quando o nosso D. João VI chegou aqui e fechou os portos, a briga que foi naquela época da Inglaterra. Esses Países, Inglaterra e Estados Unidos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu não me lembro, não. Que eu não sou da época, não. (risos)

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Nós lembramos pela história, pelos livros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De que lado V.Ex^a ficou, Senador Azeredo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Concluindo então, Senador Azeredo. Só para dizer o seguinte, hoje aqui eu voto favorecimento ao Relatório. Eu sei que vai ter... O Senador vai pedir vistas, já pediu, mas fica aqui consignado o meu voto pelo seguinte: Porque fizemos hoje uma demonstração das mais altas tradições de moderação dessa Casa transformando o voto que eu diria poderia ter na leitura uma conotação até inconstitucional por um voto, a meu ver, mais moderado, mas sábio, mas que cumprirá certamente o mesmo objetivo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Crivella, eu agradeço a sua participação. Já há o pedido de vistas, mas acredito que dentro do clima que nós temos sempre dessa Comissão, poderíamos ouvir mais...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Saturnino.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP) – Eu gostaria de fazer um apelo aqui ao Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só mais um último comentário. Eu quero cumprimentar o Senador Crivella realmente sobre a questão da CPMI. Ela foi realmente muito importante, eu fui inclusive membro dela, assinei o Relatório Final, e ela colaborou muito. Quando eu digo a questão do visto é mais no sentido de que esse foi realmente um ponto talvez não muito agradável, porque teve o empecilho a mais aos brasileiros para irem ao México. Mas se ele foi necessário para evitar o pior, que nós tenhamos que conviver com essa exigência durante algum tempo até acharmos uma outra alternativa melhor. Mas eu quero na verdade dizer que sem dúvida alguma concordo que essa CPMI foi muito importante, e como representante de Minas Gerais, eu sei realmente como que os mineiros estavam acabando, como grande número de pessoas que iam para lá, eram mineiras, as pessoas eram mineiras, e elas estavam acabando sendo pessoas humilhadas e presas nos Estados Unidos.

Mas, com a palavra, o Senador Suplicy, depois voltamos à palavra com o Relator, que é o Senador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria apenas de... V.Ex^a permite?

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Eu ia fazer o apelo oralmente, que eu já fiz por inscrito. Mas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª já me fez um apelo por escrito que me comoveu. Mas eu queria dizer, Senador Saturnino, que uma das coisas que mais me alegram foi o povo do Piauí ter me dado o direito de vir para esta Casa. Depois de vinte e poucos anos de mandato. E o extraordinário é que a gente convive com divergências, com concórdâncias, e com pessoas que chegaram aqui das mais diversas formas.

Eu tenho uma admiração muito grande pelo Crivella, principalmente por essa calma, por essa tranquilidade, por esta fleuma. E me sinto inferiorizado, porque ele veio aqui como um enviado de Deus. Portanto, iluminado, e eu um limitado. Mas, não é por isso, e nem por isso, Senador Crivella, a gente deixa de pensar igual. V.Exª, que desbravou a África pregando a sua fé, e que fez Canaã que é seu orgulho, e que deu oportunidade de maneira mais justa e mais honesta das pessoas matarem a fome sem a dependência social de um Governo, ou de qualquer Governo. V.Exª deu exatamente aos seus, o que aprendeu na bíblia. Ensinou a pesca, e não deu-lhe o peixe. Os registros que eu fiz aqui são em homenagem aos de Canaã. Para ter direito a passar naquela praia como qualquer um.

O Senador Suplicy, empedernido defensor deste Governo, e eu louvo ele por isso, o Suplicy representa, Senador, para mim, o que o “João Teimoso” do Getúlio. Você empurra o PT, empurra ele para lá e ele volta. Você se lembra do João Teimoso. Devia ser criança. Quando tinha aquele João Teimoso, aquele boneco que o... Chamavam Getúlio de teimoso, aí a censura da época, como é que chamava aquela censura horrível? Primeiro proibiu o boneco, depois proibiram chamar de Getúlio e ficou como “João Teimoso” numa maneira conciliadora do brasileiro. O PT empurra ele para lá e ele volta. Eu não te quero Líder, ele volta. E ele está aqui sempre defendendo.

É evidente que na defesa dele ele me usou um argumento que para mim não vale. O muro não foi construído pelo Lula. Era trabalho demais. É exigir demais. Esse muro vem lá detrás. Mas imaginou se nós tivéssemos essa cabeça e esse pensamento? A Bastilha estava aí. Berlin também, o muro. E a divisão. É menos nocivo a gente se preocupar com quem construiu o muro, e mais produtivo acabar com ele. Porque foi exatamente atos como desse muro construído lá no passado que V.Exª lutou para que tivesse um fim. Não importa quem construiu o muro. Importa que o muro cerceia o direito de ir e vir do cidadão. E aí não separa Países, separam brasileiros, separam irmãos.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – V.Exª permite um aparte?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dou com o maior prazer.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Então, tendo V.Exª reconhecido este fato, eu renovo o apelo que faço a V.Exª, e inclusive se V.Exª quiser propor que façamos um Requerimento ao Ministério da Defesa para que possa ser extinto todo tipo de muro que existe separando as praias que estão sob controle, seja da Aeronáutica, da Marinha ou do exército, que não se coloque mais muro separando quaisquer praias, porque as praias no Brasil devem ser abertas a toda a população.

Então, a lembrança que V.Exª faz é adequada. E eu me disponho desde já a aprovar o Requerimento que V.Exª poderá formulá-lo nessa direção, mas eu faço o apelo para que desista do pedido de vista, com respeito ao ponto importante.

Eu quero agradecer a maneira como o Senador Roberto Saturnino... O Senador Roberto Saturnino elaborou um Parecer cuidadoso, procurando ser solidário ao propósito que eu observei de nós estarmos instando o Congresso Norte-americano a repensar sobre a decisão de construir um muro. As informações são de que este muro, inclusive, na forma como foi proposta custará caríssimo.

Quero lembrar que o próprio Presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush recomendou forte e publicamente ao Governo de Israel para não construir o muro que separa Israel da Cisjordânia, no ano passado, um fato recente que o Governo dos Estados Unidos e o povo norte-americano saudou se acabar com o muro de Berlin, e que era simbolicamente tão importante, então eu estou de acordo com os termos propostos pelo Senador Roberto Saturnino, faço, entretanto, um apelo. Que na hora de encaminhar o Requerimento ao Embaixador dos Estados Unidos, com quem eu dialoguei a respeito deste assunto, na semana passada, inclusive mostrando a ele o meu Requerimento, que possa o Senado Federal encaminhar o termo proposto, o Parecer do Senador Roberto Saturnino, e o documento original. Porque ali estão consubstanciadas as razões que são importantes, inclusive, eu acho que será muito adequado que possa chegar ao Congresso Norte-americano toda esta reflexão que está sintetizada no meu Requerimento, no Parecer de V.Exª, e na conclusão a que chegamos. E eu estou solidário ao propósito do Senador Heráclito Fortes de transmitirmos ao Ministério da Defesa que não deveremos ter mais muros em praia alguma no Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, posso fazer um aparte?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu posso dar um aparte ao Senador Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas pediria que ele desistisse do pedido de vista. A sugestão que eu formulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu retomarei a palavra e volto a me manifestar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acho que aí é um direito de pedir vista, estudar. Mas eu queria deixar claro que não é muro, é praticamente base naval. É um quartel. Como são as escolas da Praia Vermelha que tem toda a segurança. Qualquer um de nós pode ter a entrada, deixando a identidade, se identificando, que é uma questão de segurança.

Então, a gente tem que se acautelar um pouco. Eu acho que o sentido figurado que o Senador deu é para clareza do afastamento do Presidente junto ao povo, que podia ir numa praia popular, se houvesse interesse. Mas acho que esse problema de discutir a segurança do quartel uma coisa mais séria. A gente teria que entrar no mérito mais profundo de... Porque se acabar com toda a segurança dos quartéis... Porque as bases navais, as escolas militares, os quartéis de praia como tem em São Vicente, em Santos, são quartéis. Então tem a segurança. Lá em São Vicente tem autorização até para pescar dentro do quartel.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É. Lá na Restinga de Marambaia é...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eles dão autorização por escrito. Mas identificando a pessoa.

Desculpe, Heráclito, eu concordo com o senhor pelo sentido que quis dar à sua exposição. Eu acho que é um direito de pedir vistas e rever ou não. Acho que foi bem elaborado o Projeto de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Eu peço ao Senador Heráclito, então, que termine a intervenção. Eu queria, Senador, apenas perguntar ao Senador Suplicy, como membro do Governo, se o Embaixador Americano já foi acreditado. Porque o Embaixador está aqui no Brasil já muito tempo e o Presidente Lula não tinha recebido ainda para que representasse...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está dependendo de um ok do Presidente Chávez.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estive num jantar onde alguns parlamentares estiveram com o novo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, que é o... Mas ele está aqui em Brasília, eu estive com ele, e inclusive ele me ressaltou que essa iniciativa sobre o muro nasceu de iniciativa do Parlamento. De parlamentares norte-americanos. Havia mais do que um que tinha proposto isto que acabou

sendo aprovado, que é objeto da preocupação do meu Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, eu gostaria que V.Ex^a prestasse atenção um pouco do que eu vou dizer. Eu tenho muito cuidado ao fazer algumas afirmações. A questão do muro não é... A questão do muro é preciso que se veja, inclusive as fotografias mostraram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu entendi perfeitamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O muro ele entra no mar. Não é o problema, o senhor tem que ver, é a questão... E a lei brasileira proíbe, e não faz nenhuma exceção. A Restinga de Marambaia é diferente. Há policiamento que proíbe. Mas não há muro.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)
– Há muro, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entrando mar adentro. Não há entrando mar adentro. Ele respeita...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)
– Acredito que sim, senão as pessoas passariam.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não. V.Ex^a me desculpe. O muro é no correr de toda a extensão do terreno. Esse lá é diferente. Eu nunca tinha visto. E aí vou parafrasear o Presidente Lula, que não sabia. Porque se soubesse, já teria protestado.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)
– Senador Heráclito, eu não vou entrar nessa discussão que eu acho que é uma discussão pequena para o objetivo elevado do Senador Suplicy. Mas quero dizer a V.Ex^a o seguinte, a Restinga de Marambaia tem muro, sim. Não é qualquer pessoa que... E o Presidente Fernando Henrique ia freqüentemente descansar, repousar na Restinga de Marambaia, o que é absolutamente compreensível.

Agora, o objetivo do Senador Suplicy é muito elevado, e em respeito aos interesses da humanidade, do ser humano em geral. E de muitos brasileiros. O interesse que nós fazemos de democracia. Isso tem uma raiz histórica. Então, é um objetivo muito elevado. E V.Ex^a está apequenando o assunto com esse pequeno discurso de oposição, aproveitando um Requerimento que tem os objetivos mais elevados.

V.Ex^a me desculpe, mas eu tenho que lhe dizer isso. V.Ex^a tem todo o direito de pedir vistas, peça. Mas não venha querer com a sua ironia habitual, apequenar um assunto que é muito elevado e que diz respeito aos interesses da humanidade. Era isso que eu queria lhe dizer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a foi brilhante.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Espero que o País esteja ouvindo o Saturnino de hoje e compare com o de ontem.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª foi brilhante. Essa sua saída do PDT para o PT foi um ato de inspiração divina. Mas não lhe dou o direito de querer interferir no meu pensamento. Nós temos nesta Casa.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Está bem. Não estou querendo interferir. Estou fazendo as minhas observações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Interrompendo a minha palavra? Descumprindo um regimento como um Presidente da...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Senador Heráclito, vamos concluir. V.Exª mantém o pedido de vista?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero concluir.

Então, conclua, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – V.Exª foi tão generoso na fala do Senador Saturnino, pessoa que eu tanto admiro. Vai me dar o direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Sim, claro. Tem o direito da palavra, mas, por favor, para a gente poder concluir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E eu não tiro uma vírgula do que disse. A lei brasileira proíbe o cerceamento de acesso de qualquer cidadão à praia. Depois somos nós que defendemos as elites.

O fato de Fernando Henrique ter tomado banho no mar de Marambaia de biquíni, de sutiã, não me interessa, Senador Saturnino. Eu não sou obrigado a compactuar com o erro de ninguém e nem tenho compromisso com o erro. Eu não sou obrigado a isso. E, aliás, discordei muitas vezes do Presidente Fernando Henrique. A questão não é essa. Não vamos levar para erros do passado, questões atuais.

Aliás, os Estados Unidos tem uma coisa odiosa. É muro nas praias. E uma das coisas que o americano vem aqui, e se orgulha e acha bonito, as praias do Brasil serem livres. Não justifica. Já pensou, Senador Saturnino, um muro em Copacabana para proteger, seja lá o que for, no meio da praia? Não tem sentido. Mas vamos resolver o assunto.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– As praias nos Forte de Copacabana estão muradas. Eu conheço. (risos)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –

Esta murado o Forte. É murado o forte.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Não. É murada. E a praias lá dentro do Forte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas não impede ninguém de ir e vir.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Impede, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que é isso? Bom, já que não estamos falando de praia, o assunto é praia. E essas praias...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Por favor, conclua. Mantém o pedido de vista?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Tá bom. Claro, eu sou super paciente. Eu sou um mineiro paciente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Azeredo, V.Exª é de Minas. A prudência é a sua grife.

Senador, eu vou mostrar que não sou radical nem rancoroso. Depois desse pito que eu levei do Saturnino, eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (risos) ...ser irascível, mas não. Ele é um professor diário que eu tenho. Discordando, mas pelo menos me abre caminhos que me dê à convicção.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)
– É recíproco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é, claro. Eu quero fazer o seguinte, eu estou tomando essa atitude em homenagem à Bahia, e Jorge Amado. O Jorge Amado que cantou em prosa as praias baianas.

Aliás, eu sou um leitor do Jorge Amado de uma fase e você é de outra. A minha leitura do Jorge Amado é quando ele pregava a liberdade. Eu queria fazer o seguinte, eu não vou fazer nenhum Requerimento. Como eu sei que V.Exª é um homem bem intencionado, e homenageando o Jorge Amado, eu peço que V.Exª assuma a função de cavaleiro da esperança. E vá mesmo ao Governo, mostrar que o erro do passado não justifica o presente.

Agora, Fernando Henrique, que estudou em Sorbonne, burguês...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)
– Lecionou em Sorbonne.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Hein? Eu vou chegar lá. Primeiro ele aprende, depois ele ensina. Estudou em Sorbonne. Lecionou em Sorbonne. Filho de militar, da elite, pode tomar banho nas praias mais sofisticadas do mundo com o muro mais alto que tiver. Agora, um trabalhador não pode fazer isso. Para dar um bom exemplo, não pode fazer isso.

Mas em homenagem ao Senador Saturnino, que fez um belo Parecer, e num gesto de que ele não fique tão bravo comigo, eu quero aproveitar os últimos dias de V.Exª nessa Casa como aquelas baleias que se perdem na água de Copacabana, aproveitam os últimos dias de vida dando espetáculos de mergulho para os banhistas. Eu quero aproveitar de V.Exª até o último minuto. E vou provocá-lo. Porque quando eu o provoco, V.Exª cresce. E o Brasil não pode lhe perder assim. Nós vamos brigar até o último minuto. Porque tem um debate aqui na Casa que nos apequena, e que V.Exª engrandece. Me dê esse direito de discordar, no bom sentido.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Obrigado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – No sentido pedagógico. Retiro o pedido de vista, mas fica o protesto. Tira o muro do México, mas vamos dar o bom exemplo aqui no Brasil.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Muito obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agradeço... (risos)

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Quero manifestar a minha admiração uma vez mais, enfim, e agradecer muito o gesto e a atitude do Senador Heráclito Fortes, que foi compreensivo até com o meu desabafo aqui, que às vezes... É ser humano. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agradeço muito o entusiasmo do Senador Roberto Saturnino desta brilhante defesa do Requerimento, inclusive transformado para melhor pelo seu conhecimento, inclusive, da Constituição, dos cuidados que deveremos ter para...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Mas concordando com V.Exª que no envio do voto acompanhe o Requerimento original com a justificativa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato. Eu quero transmitir aqui... Eu acho que nesse ponto o Senador Marcelo Crivella que foi lá ver o problema dos brasileiros, que juntamente com o Senador Hélio Costa, e viram este anseio de brasileiros, pan-americanos estarem indo e vindo. Nós precisamos um dia ter a liberdade de movimento. Vamos dar o exemplo aqui

no Mercosul, e até que um dia do Alasca à Patagônia tenhamos esse direito de ir e vir.

E quero dizer que faço... Apresentei esse Requerimento, disse ao Embaixador Norte-americano como um amigo do povo norte-americano. Querendo o melhor para eles e é isso que eu gostaria de concluir. Agradeço, Senador Heráclito, que tenha instado pelo brilhante, pela brilhante manifestação do nosso Relator, Saturnino Braga, retirado o seu pedido de vista. Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Até porque se não tivesse muro Che Guevara não fazia aquele percurso... V.Exª gosta de filme. E conta eles tão bem aqui, o Che Guevara não teria feito o percurso que fez naquela motocicleta que virou, inclusive, enredo para o cinema.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Senador Heráclito, tendo retirado o pedido de vista, portanto pela sua visão democrática...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só espero que ele mande retirar o muro. O pedido de vista eu retirei. Agora ele tira o muro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Está certo. Eu quero também comunicar aqui que a nossa Secretária me informa, que o Embaixador americano já foi devidamente acreditado, já apresentou as credenciais ao Presidente na última terça-feira. Mas demorou muito. É porque eu fiz até um pronunciamento no Plenário, porque realmente foram três meses que ele ficou aguardando apresentar as credenciais. Então agora já está normal, e já pode oficialmente receber a nossa moção que foi apresentada pelo Senador Suplicy.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero registrar aqui o meu voto de cumprimento e congratulação ao Presidente Lula por ter encontrado tempo na sua agenda para receber o Embaixador dos Estados Unidos, de ter lhe dado o agrimã(F). Eu quero parabenizá-lo por ter encontrado tempo. E o PT não atrapalha. Deixa o homem trabalhar, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – (risos) Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Devolvo a Presidência ao Senador Roberto Saturnino, para a continuidade da reunião.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Nós temos dois Requerimentos seguintes, os Itens 7 e 8 são terminativos, então não podem ser apreciados hoje porque não temos números

suficientes. Vamos então... Temos três Requerimentos Extrapauta. E o primeiro deles eu até aproveito para... Aproveito ainda a presença do Senador Heráclito aqui para... É um Requerimento de minha autoria que requer a Audiência Pública que já foi aprovada na Comissão de Infra-Estrutura, presidida pelo Senador Heráclito, uma Audiência Pública para... Com a presença do Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro Carlos da Silva Bueno, do Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi, e do Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, e do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção de Vão, Jorge Botelho, e ainda do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bolonha. O Requerimento é meu, a justificativa é óbvia, já foi aprovado na Comissão de Infra-Estrutura, então seria fazermos uma reunião conjunta, uma audiência conjunta das duas Comissões. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Obrigada, Presidente. É que eu também tenho um Requerimento deste na CCJ. Então, de repente pode... Não sei. Ser conjunta. Depende. É uma questão...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...

Deliberar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Deliberar, pois é. Por isso que eu estou querendo deliberar hoje para não defasar demasiadamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...

Convidar para participar.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Depende da data que vai ser marcado aqui.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, eu indagava qual é o objetivo. O objetivo é a crise aérea. Quer dizer, é genérica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Esclarecer... Não, o problema do controle de voo.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não só do controle de voo, mas talvez também as frequências, as mudanças de rota que têm ocorrido com muita frequência. Você pega um avião que era para ir para tal lugar, de repente passou por outro porque mudaram a rota.

Quer dizer, é muita coisa realmente que vale a pena a gente... E até os preços. Eu tiro pelo meu Estado. Passou a ser o dobro o preço de uma hora para outra do que era anteriormente, porque está havendo escassez de frequências. Então, talvez seja não só... Mas até amplie o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem. Se todos estão de

acordo, os que concordam permaneçam como estão. Está aprovada a nossa...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu estou de acordo, me solidarizo, e quero dizer que a crise é maior do que eu pensava. Quando a gente vê o próprio Senador Suassuna como Líder de Governo quisesse...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Líder do PMDB.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do PMDB. Da base do Governo. Até ele reconhecer isso, então é sinal de que há algo no ar além de avião de carreira.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, pela ordem, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A gente pedir urgência dos acordos que foram votados aqui hoje, porque eles estão há muito tempo, e inclusive a mudança do regime dos militares se V.Ex^a pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Senador Romeu Tuma está requerendo urgência para os quatro ordens que votamos hoje aqui. Se todos estiverem de acordo, a Comissão aprova o pedido de urgência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – eu queria depois... Não sei se vai ser lido o Item 8, pedir vistas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Oito?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É sobre o problema de isenção de pagamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É porque ele é terminativo, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É porque há uma Comissão Especial que a gente está discutindo sobre...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Os dois terminativos e não poderão ser votados.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V.Ex^a não precisa pedir hoje. Porque como não tem *quorum*, não vai ser votado. Na próxima, quando tiver *quorum*, V.Ex^a pede. (risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas já estou levando para poder analisar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – V.Ex^a ficou de redigir... Ah, já estão aqui.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Um deles...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não tem que falar nada, eu já retirei de pauta aqui. Não terminativo. Requerimento nº. 592/2006 é não terminativo que requer... Ah, não. Esse nós aprovamos aqui. Requerimento nº. 28/2006 para que seja convidado o pesquisador Philip Martin Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia para prestar esclarecimento acerca de seus estudos que apontam riscos à existência da Amazônia, decorrentes do chamado aquecimento global.

Este é não terminativo, nós podemos apreciá-lo hoje. É um Requerimento do Senador Arthur Virgílio. Ele não estando presente, eu acho que devemos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Eu falo por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Senador Azeredo subscreve por ele. Nessas condições, está em discussão o Requerimento do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O que é, nobre Presidente?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sr. Presidente, é porque esse pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, ele prevê que até o ano de 2080 a Amazônia deixará de existir, caso persistam a devastação de florestas e o conseqüente aquecimento global, assinalando que a Amazônia e o ártico são as regiões no planeta mais sensíveis ao aumento da temperatura. Aliás, é muito bom quem puder assistir ao filme aí do Al Gore que também é um...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Esta causando grande repercussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– É muito interessante. Mas então, o pedido do Senador Arthur Virgílio é que possamos ter uma Audiência Pública com a presença deste pesquisador para discutir essa questão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu acho que é tão atual isso, e nós vemos praticamente todos os programas sobre o fato da Amazônia, e acho que seria... Que pudéssemos aprovar e fazer com urgência essa Audiência Pública.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu quero apoiar porque eu acho que esse assunto é um assunto de suma importância para nós. Hoje quando nós chegamos nos Estados Unidos, quantas vezes vêem desenho animado para crianças ou até na bibliografia nas escolas dizendo que nós cuidamos mal da Amazônia, que nós não nos preocupamos. E os super-heróis vêm para salvar a Amazônia, uma Ama-

zônia na cabeça deles internacional. Nós vimos outro dia desses um grupo europeu querendo também meter o bedelho aqui na nossa soberania. E eu acho que é muito importante que a gente faça essa discussão, porque realmente não só vai demonstrar o zelo que nós temos pela área amazônica, mas também vai apontar soluções que têm que ser tomadas. Algumas de curto, outras de médio e outras de longo prazo.

A verdade é que nós não podemos ser é criminalizado de que não estamos fazendo nada. Então, por esta razão o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem. O Senador Ney Suassuna se manifesta favoravelmente. Continua em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores quer discutir a matéria, vou encerrar a discussão e colocar em votação. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento nº. 28/2006.

Agora passamos ao 29/2006, que requer audiência conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Relações Exteriores, que é a nossa, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados *dekasseguis*, brasileiras descendentes de nipônicos que vão trabalhar no Japão. Serão os seguintes convidados sugeridos no Requerimento – O Ministro de Estado e Relações Exteriores, Celso Amorim, o Juiz de direito que enquanto Advogado atuou na causa, o Sr. Rodrigo Mello Oliveiras, Presidente... O Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis, que é o Sr. Djalma Straube, e um representante das famílias brasileiras abandonadas. Este é o Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, que está em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O autor do Requerimento...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– A justificativa, na verdade, o Requerimento é auto-explicativo. Eu quero apenas dizer que já foi aprovado realmente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Requerimento nesse sentido. Então, a proposta é basicamente fazer a reunião conjunta depois também de uma conversa com o Senador Flávio Arns, que solicitou também que mostrou a importância dessa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente, eu estive no Japão conversando com o vice-Ministro da Justiça a respeito desse tema. Naquela audiência fiquei com a impressão de que o

assunto teria sido resolvido. Ele... Expliquei a ele que os trezentos mil brasileiros que vivem no Japão muitos deles têm sentença para pagamento de pensão alimentar aos filhos, dependentes, esposa e filhos no Brasil, e que a partir de um certo período no Japão, não estavam mais cumprindo com esse dever. Logo em seguida recebemos uma comunicação em japonês, que foi traduzida para português orientando as famílias brasileiras como proceder para que o Governo Japonês, que me disse ele, respeitaria a sentença do Juiz brasileiro, pudesse descontar do pagamento do *dekassegui* e enviar para o Brasil. Tudo isso foi feito com a Embaixada do Brasil no Japão. De tal maneira que se os *dekassegui* hoje não recebem os filhos, as esposas dos *dekassegui* não recebem a pensão alimentar, talvez essas informações não tenham sido divulgadas para a comunidade. Porque esse esforço o Parlamento, e o Ministério das Relações Exteriores fez e sou testemunha disso.

Acho que a gente pode fazer esse requerimento, podemos convidar aqui o Ministro. Não sei, Senador Eduardo Azeredo, se o Ministro Celso Amorim seria a pessoa mais abalizada. Talvez o Manoel Pereira, o Embaixador Manoel Pereira, que é o Diretor do Ministério das Relações Exteriores do Departamento que cuida das comunidades brasileiras no exterior, e que acompanhou essas gestões lá no Japão, talvez fosse a pessoa mais indicada. Então fica aqui a minha sugestão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Aceito a sua sugestão. Passando a substituição do Ministro Celso Amorim pelo Embaixador Manoel Pereira.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pelo que eu estou entendendo, uma parcela dos brasileiros que vão para o Japão terminam abandonando as suas famílias aqui e é sobre esse assunto que nós estamos versando. Eu não sei o percentual, não sei se algum dos dois Senadores, o autor ou o Senador Crivella que já participou...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dez mil, Senador. São trezentos que vivem lá, trezentos mil, e a última vez que tive contato com o número, era torno de dez a quinze mil brasileiros que não estavam pagando a pensão alimentícia.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então o objetivo é exatamente esse, é de fazer com que haja o reconhecimento no Japão para haver esses descontos e chegar... É esse o objetivo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– É esse o objetivo.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Esse talvez seja um caminho aberto, quer dizer, um Cabral, quando a gente fala essa terminologia, Cabral é o que desbrava para a gente fazer até com os nordestinos, que isso acontece aos milhares. Vão para São Paulo, para o Rio de Janeiro, e abandonam a família no nordeste.

Eu estava lembrando aqui que o próprio Presidente foi um dos que foram abandonados. Então, não é uma coisa fácil. É uma coisa dolorosa quando a gente imagina uma família abandonada. Eu não sei como é que podia ser simplificado, e talvez por isso estou chamando a atenção que se fosse como nós temos o BANCO DO BRASIL lá e deverão ser transferidos todos os recursos para o BANCO DO BRASIL, talvez até pudesse chamar alguém do BANCO DO BRASIL para facilitar essa chegada. Porque eu imagino, eu tenho alunos em vários Países do mundo, e sei a dificuldade para acontecer esses pagamentos. Talvez depois ou até posteriormente ver como facilitar essa rotina. Porque o pagamento é uma coisa, agora, o recurso chegar aqui e ser distribuído e ser acolhido de lá, terá que ser provavelmente via BANCO DO BRASIL. Talvez até valesse um esclarecimento depois de como feito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, isso já foi feito. Aconteceu o seguinte. Eu, como na Polícia Federal, acompanhei muito de perto o início da ida dos *dekassegui*, sem orientação, montaram quadrilhas para levar descendentes para lá, e ficavam abandonados. Então, isso foi sendo reestruturado com o apoio do Governo Japonês fizemos várias reuniões. E há pouco tempo a remessa era feita por escritório, por agentes que cobravam uma taxa muito alta. O BANCO DO BRASIL já estabeleceu um sistema de remessa de valor, com uma taxa bem aquém do que era cobrada...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E com segurança que chega?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...com segurança que chegava à família. Então, quando os *dekassegui* iam para lá era para melhorar o estado do brasileiro que aqui ficou. Mas depois começaram a ser bem aceito, depois do início, com aquela dificuldade de língua, e... Sistema econômico, de reação, hoje eles provavelmente constituíram alguma família lá e esqueceram as que estão aqui.

Então, essa obrigação teria que ser tratada no Ministério das Relações Exteriores como relações exteriores para estabelecer uma Legislação própria. Acho que é importante esse...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, Sr. Presidente, quero dizer que voto favoravelmente e não só voto favoravelmente, eu quero... Vendo o percentual, quero fazer uma homenagem aos outros que estão lá mandando recursos que não são poucos para o Brasil. Merecem o nosso respeito. Essa pequena parcela, vamos ver como se regulariza, e eu acho que vale a pena a gente fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem, Senador Suassuna, e se nenhum dos Srs. Senadores mais deseja participar da discussão, dou por encerrado, e coloco em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento do Senador Azeredo.

Agora a redação feita pelo Senador Suplicy, com respeito ao Requerimento apresentado pelo Senador Heráclito. O Senador Suplicy desdobrou em dois: O Requerimento nº. 31, que requer voto de solidariedade ao jornal **Folha de São Paulo** em razão da quebra aparentemente irregular do sigilo telefônico, conforme noticiado na edição de nove de novembro, e outro Requerimento nº. 32, que requer ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre eventuais irregularidades na quebra de sigilo telefônico do jornal *Folha de São Paulo* pela Polícia Federal, conforme noticiário daquele periódico.

E entre os aspectos a serem esclarecidos, o Senador lista quatro pontos:

Um: Como se deu à quebra de sigilo telefônico do jornal **Folha de São Paulo**;

Dois: Houve irregularidades nos procedimentos da Polícia Federal, no caso?

Três: Que providências foram tomadas pelas autoridades competentes para apurar o caso e coibir essas irregularidades?

Quatro: Qual tem sido a prática da Polícia Federal no que concerne à interceptação telefônica na instrução dos inquéritos?

Então, o Senador Suplicy apresentou essa redação desdobrando em dois requerimentos.

Em discussão. Se todos estão de acordo, coloco em votação. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Esgotada a nossa pauta. Declaro... Agradeço a atenção de todos e declaro encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h20)

COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRA-ESTRUTURA,
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL E COMISSÃO
DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 24ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 21 de novembro de 2006, às 10 horas, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e seis, no Plenário nº 02 da Ala Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúnem-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **DEMÓSTENES TORRES, LEONEL PAVAN, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, DELCÍDIO AMARAL, ROBERTO SATURNINO**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, **SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, ROMERO JUCÁ, FÁTIMA CLEIDE, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO SUP LICY, LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **IDELI SALVATTI**. Presentes também o Senador Roberto Cavalcanti e os Deputados Fernando Gabeira e Luciana Genro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires; do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno; do Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; do Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira; do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vão, Jorge Botelho e do Presiden-

te do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bologna, a fim de discutir e buscar soluções para os recentes problemas enfrentados no sistema de tráfego aéreo brasileiro, em atendimento aos Requerimentos nº 031, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e Magno Malta e nº 030, de 2006-CRE, de autoria do Senador Roberto Saturnino, bem como ao Relatório Prévio aprovado à Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2006, “destinado a ouvir os envolvidos no controle do tráfego aéreo”, tendo como Relator o Senador Leomar Quintanilha. A Presidência comunica ao plenário que formulou convite ao Deputado Fernando Gabeira para participar da audiência pública. Após, a Presidência convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Exmo. Ministro Waldir Pires e, em seguida, aos demais expositores para suas considerações iniciais. A Presidência também concede a palavra, para exposição técnica, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Chefe do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Neimar Diegues Barreto, Secretário da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica e ao Brigadeiro-do-Ar Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia. Prosseguindo, assumem a Presidência dos Trabalhos os Senhores Senadores Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores **HERÁCLITO FORTES, ROBERTO SATURNINO, HELOÍSA HELENA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, SIBÁ MACHADO, LEOMAR QUINTANILHA, ARTHUR VIRGÍLIO, DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPLYC e DEMÓSTENES TORRES**, bem como os Senhores Deputados **FERNANDO GABEIRA e JAIR BOLSONARO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos, lavrando a presente ata os Secretários DULCÍDIA RAMOS CALHÁO, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO E JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores respectivos Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como já foi amplamente anunciado e divulgado pela imprensa essa Reunião Conjunta envolvendo as Comissões de Infra-Estrutura, Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização, tem como objetivo a discussão da grave crise que enfrenta o Setor Aéreo Brasileiro, trazendo constrangimentos e dissabores a milhares e milhares de passageiros.

O Congresso Nacional, no dever de se unir à sociedade brasileira para encontrar soluções e apontar caminhos, achou por bem fazer a convocação dessa Audiência Pública, e nada mais oportuno do que fazê-la conjunto com a presença do Senador Saturnino que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também da Comissão de Defesa do Consumidor para que se possa, no decorrer das oitivas se discutir de maneira mais aprofundada essa questão.

Inicialmente, passarei a palavra para o Ministro Waldir Pires. Vamos estabelecer nada de muita rigidez um período inicial de dez minutos para cada um, havendo a possibilidade de uma segunda rodada, desde que se faça necessário. Após disposição de cada um dos senhores convidados, nós teremos aí a lista de inscrições para que o Srs. Parlamentares tenham o direito às perguntas.

Eu quero registrar também que convidei, até numa delegação que me foi dada pela Comissão, espero que as outras duas Comissões concordem, o Deputado Fernando Gabeira para fazer parte, uma vez que ele é quem coordena na Câmara dos Deputados das Comissões que tratam do mesmo assunto, e para que haja interação entre as duas Casas e facilite essa discussão, eu fiz um convite e queria pedir permissão aos Srs. Senadores, e caso do Deputado Gabeira assim o desejar, haja uma permissão para que ele em caráter excepcional faça interferências se achar conveniente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Providência correta e adequada, Presidente. Concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dito isso, passo, então, a palavra ao Sr. Ministro de Defesa Waldir Pires que registro aqui a sua presença, trata-se de um ex-Parlamentar de uma longa vida nesta Casa, deixou marcas e mais ainda amizade. Portanto, passo a palavra com muito prazer a V.Ex^a.

SR. WALDIR PIRES – Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, senhores membros aqui que me acompanham nessa Audiência Pública, Audiência Pública é uma das conquistas do processo democrático e uma das instituições mais válidas da aproximação entre os

interesses da sociedade, os deveres e interesses da administração do Estado, sobretudo, do Parlamento. Eu tenho uma grande alegria de voltar a esta Casa do Congresso Nacional.

Eu agradeço a referência do nosso Presidente Heráclito Fortes, eu nunca cheguei a ser membro do Senado Federal, fui membro da Câmara dos Deputados algumas vezes, mas membro do Congresso, dessa Casa eu cheguei a ser eleito, mas as circunstâncias do nosso País impediram-me a assunção e a posse, mas é com enorme respeito e com enorme apreço que eu cumprimento a todos e digo que nós nos encontramos num desses instantes em que as administrações dos Estados, em qualquer parte do mundo, encontram dificuldades e na qualidade de Ministro da Defesa o meu dever é de lutar para que essas dificuldades sejam rapidamente superadas. Estamos envidando os esforços mais imediatos, com harmonia de todos os setores que são incumbidos da tarefa de administrar o tráfego aéreo civil, portanto, com a solidariedade e com a enorme competência do Brigadeiro Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Bueno, do Diretor da ANAC, Dr. Zuanazzi.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Ministro, queria pedir só um minuto, para facilitar o trabalho da imprensa, estão com dificuldades, então nós vamos conceder um minuto, que continua falando, não tem nenhum problema. Um minuto para umas imagens que eles precisam ter. Vamos dar essa... Esperamos a colaboração para que não atrapalhe. Muito obrigado.

SR. WALDIR PIRES – Do Diretor da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi; do Presidente da INFRAERO, Brigadeiro J. Carlos, de representantes da sociedade interessada na solução mais imediata, como toda a população e todo o povo brasileiro, Dr. Bologna, representando as empresas de aviação, o Dr. Jorge Botelho que é representante do Sindicato dos Controladores Cíveis em face das dificuldades em que nos encontramos, a primeira delas que seria de dispor de um número mais conveniente, mais abundante de controladores. O Governo adotou a medida inicial de emitir uma Medida Provisória, no sentido de autorizar a contratação imediata de controladores que pudessem ser habilitados em curto prazo para prover as necessidades atuais, esses controladores estão sendo contratados, estão sendo treinados para a recuperação de suas experiências e reflexos, o Comandante da Aeronáutica requisitou de diversas áreas, setores que são absolutamente capazes de assumir a responsabilidade de controle até por sua preparação, inclusive, mais qualificada. Determinamos a abertura de concurso público para o contrato de mais 64 controladores, esse concurso público está

vinculado alguns impedimentos de natureza eleitoral, nenhum concurso pode ser iniciado senão após decorrido o prazo de 60 dias do pleito eleitoral.

Estamos determinando a ampliação e o comando da Aeronáutica adotou imediatamente essas providências de que a formação se amplie e que nossas excelentes escolas de preparação de controladores em Guaratinguetá e em São José dos Campos possam rapidamente, com a devida segurança, ampliar a preparação, a formação e a possibilidade de participação dos quadros de controladores. Tenho a impressão de que essas são as medidas assim de urgência maior. Estamos na expectativa de que todos os que trabalham no setor, todos, possam retomar inteiramente e de forma completa as suas responsabilidades. Eu mesmo tenho a experiência da vida que me diz quando nós somos capazes e um pedaço de competência e de uma parcela de nossos deveres e obrigações e quando nós, movidos por todas as nossas energias, somos capazes de cumprir deveres e obrigações um pouco mais amplos, um pouco mais decisivos. É difícil dizer em que limite à pessoa humana pode chegar, mas qualquer forma a nossa recomendação explícita, definitiva é de que qualquer limite é a segurança do voo, a segurança de quem toma o avião na hora que quer e que se habilita pela aquisição do seu bilhete e viaja e quer viajar tranquilo. É isto que o Brasil quer assegurar, vai assegurar, tem assegurado ao longo da história. Nós somos um dos Países de mais respeitosa e respeitada área de controle (soa a campainha). Nós disputamos com os Países do mundo mais desenvolvidos a segurança de controle. Nós somos competidores dos Países em termos, assim do que se chamam Países mais desenvolvidos, nós somos competidores dos melhores níveis. Nossos problemas, por vezes ocorrem e ocorrem pela natureza das circunstâncias e têm ocorrido antes, iguais, semelhantes em muitas partes do planeta.

O próprio episódio que agora nos tumultuou, nos abalou a nós todos, que nos trouxe muito sentimento e muita dor, nos próprios Estados Unidos já ocorreu seis vezes e na última das vezes, no Governo do Presidente Reagan, as medidas foram adotadas, mas a sociedade levou aproximadamente um semestre de dificuldades, apesar de ter havido um prazo bastante razoável de medidas de emergência que foram preparatórias do enfrentamento após o episódio da paralisação. É um fato distinto, mas é um fato que dá a plena noção da realidade de circunstâncias dessa natureza.

Naquela ocasião, o Presidente dos Estados Unidos demitiu 60% dos membros da Associação dos Controladores, uma organização civil, mas foi compelido, apesar de ter decorrido entre o fato que começou a

gerar a possibilidade de um conflito social, no mês de fevereiro de 1981, até ocorrer o instante em que houve a paralisação em julho que é o mês das grandes férias nos Estados Unidos e na Europa, apesar desses seis meses que viabilizaram toda a preparação da emergência, a verdade é que houve dificuldades grandes para que a nação americana retornasse a normalidade da sua vida aérea.

Foi necessário, nessa ocasião que entre 90 e 180 dias grande parte da aviação nos Estados Unidos se fizesse abaixo do controle de radares nos vôos mais curtos, com aeronaves menores, acompanhando as velhas e anteriores metodologias de segurança que significava o acompanhamento de rádios ou acompanhamento visual mesmo dessas ou daquelas áreas, desses ou daqueles acidentes geográficos, territoriais, desses ou daqueles rios que indicavam o bom caminho. Nós não esperamos que isso seja necessário, nós estamos lutando para isso, para que não seja necessário. Mas é um apelo que nós fazemos a todos os brasileiros, que nos ajudem, porque essa é uma decisão que ninguém vai interromper, ninguém vai interromper, esse caminho da nossa unidade de esforços para que nós possamos vir a ter a tranquilidade plena que já tivemos e que precisamos tê-la do tráfego aéreo nacional.

Tenho ouvido por vezes que houve contingenciamentos praticados pelo Governo Executivo e que teriam sido responsáveis. Essa informação não é verdadeira, não houve contingenciamentos que tivessem reduzido à aplicação de recursos de forma significativa e que tivessem tumultuado as condições do tráfego e do controle. Eu tenho até aqui um pequeno quadro para de saída mesmo poder informar aos meus eminentes, ex-companheiros do Parlamento, do Senado Federal, isso está à disposição de qualquer dos Srs. Senadores e no exercício do Governo do Presidente Lula, os contingenciamentos foram mínimos, contingenciamentos para a área de proteção ou vôo, a dotação autorizada em 2003, foi de trezentos e vinte e sete milhões, houve um condicionamento de dezoito milhões, e um crédito executado de trezentos e oito, seiscentos e cinquenta.

No exercício de 2004, a dotação orçamentária foi de quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco, o crédito contingenciado é zero, o crédito executado é de quatrocentos e sessenta e quatro milhões e noventa e dois.

No exercício de 2005, a dotação autorizada foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, o contingenciado foi maior aí, foi de cinquenta e nove milhões, o crédito executado foi de quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois mil.

No exercício de 2006, a dotação é de quinhentos e trinta milhões, o crédito contingenciado é zero e o crédito executado até o dia 31 de outubro, foi de trezentos e vinte e cinco milhões e estão disponíveis para a execução, ainda esse ano, de duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais.

Nós nos encontramos aqui todas as áreas que são as áreas técnicas incumbidas de responsabilidades bastante específicas e definidas. Tenho aqui ao meu lado o Brigadeiro Bueno, Comandante da Aeronáutica que tem sido comigo um constante apreciador de todos os incidentes e de todos os atos. A rigor, conversamos diariamente, sempre, algumas vezes por telefone, inclusive. Com o Presidente da ANAC que é hoje responsável por setores específicos da vida, da navegação e do transporte aéreo do País, do Brigadeiro J. Carlos Presidente da INFRAERO com a responsabilidade dos aeroportos. Aqui com a presença também de um representante das empresas de aviação civil, Sr. Botelho, da TAM que é representante... O Sr. Bologna da TAM e também presente um controlador civil, Sr. Jorge Botelho que é representante dos controladores civis.

Nós, hoje, no Brasil, temos uma parcela de controladores civis, uma parcela bem maior de controladores militares. Nós instauramos, sob a minha coordenação, um grupo de trabalho composto de todos esses setores, de todas as áreas para que estudemos no menor prazo de tempo, tudo quando seja indispensável à formulação de um diagnóstico completo da situação da aviação civil, de uma formulação de medidas e de providências que deverão ser decididas pelo Governo e pelo Parlamento.

Já instalamos, essa medida foi publicada num dia, no dia seguinte nós compusemos todo o grupo de trabalho, nós escolhemos, imediatamente no dia posterior iniciamos os nossos trabalhos.

Eu espero, portanto, que com a velocidade possível e com o máximo do nosso empenho e com a colaboração de todas as áreas, nós possamos ter os contactos que o parlamento desejar tê-los que nos convoque ou que nos convide para que nos discutamos com essa Casa representativa da cidadania brasileira e, portanto, das altas responsabilidades da condução geral de administração para que mais uma vez este País, como outros que o têm vivido, possam tranquilizar-se rapidamente desse episódio, dessa fase. Muito obrigado, Presidente, e eu gostaria enormemente que V.Ex^a pudesse ouvir os nossos companheiros nas suas diversas apreciações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado, Sr. Ministro Waldir Pi-

res, passo a palavra ao Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado Sr. Presidente, quero agradecer essa oportunidade de estarmos aqui pela terceira vez no Senado Brasileiro falando sobre a Força Aérea e falando agora sobre um tema que tem sido ventilado, que tem sido comentado diariamente pela imprensa brasileira e que uma grande parte do Brasil tem acompanhado com muita ansiedade por uma solução.

Nós tivemos, infelizmente, um acidente aéreo de grandes proporções, coisa que já não ocorria há bastante tempo, embora tenhamos um Sistema de Controle do Espaço Aéreo dos mais seguros do mundo. Pela primeira vez tivemos uma colisão no ar dentro de 16 Países que já sofreram esse infortúnio. Países da Europa, como a França, já tiveram dois, nos Estados Unidos já tiveram seis acidentes aéreos por colisão e os outros praticamente um caso por cada País, como é o caso da Iugoslava, da Rússia e de outros Países. Infelizmente, isso nos aconteceu. E fomos surpreendidos, e porque não dizer, realmente fomos surpreendidos por uma reação em cadeia dos problemas psicológicos dos nossos controladores, tivemos que afastar imediatamente por regras internacionais dez controladores que ficam, vamos dizer, de quarentena fazendo exames médicos e sendo avaliados os seus desempenhos para poderem retornar. Aqueles que estavam no momento do acidente. Eram dez controladores. Imediatamente nós começamos a substituir esses controladores. Trouxemos para cá catorze controladores que já estão operando, contratamos, através da Medida Provisória, já contratamos mais de 40 controladores que já submetidos a exame médicos, estão entrando em operação. Aqui em Brasília contratamos 17, dos quais já temos 8 operando. Até 10 de dezembro, nós teremos ainda transferidos para cá, 9 controladores. Até final de novembro, 10 controladores que já estarão operando até o final de novembro. Catorze controladores foram imediatamente transferidos no total de 54 controladores. E estamos formando agora dia 24 de novembro, mais 65 controladores na escola de Guaratinguetá, que serão distribuídos por locais do Brasil, alguns se especializando e traremos experientes, controladores já experientes para o atendimento Centro Brasília. Por que eu falo sobre o Centro Brasília? Porque Brasília é o controle central do País e os senhores vão ver, dentro de dois ou três minutos que eu vou passar a palavra ao Brigadeiro Vilarinho, que vai mostrar aos senhores como é que o controle do espaço aéreo é dividido, de modo que Brasília controla todo o tráfego que desce do norte, noroeste, que desce do nordeste para sul e para o centro. Então

Brasília é praticamente o fulcro em que o sul depende desse controle. Curitiba depende daquilo que passa pelo sudeste para chegar ao sul.

Bom, isso fica muito específico, o Brigadeiro Vilarinho vai falar com os senhores. E já estávamos planejando desde 2002 um aumento na formação de controladores, por quê? Nós visualizávamos um aumento do tráfego aéreo, de modo que nós formávamos até 2001, 40 controladores e em 2002 já passamos a formar entre 70 e 80. Em 2003, entre 70 e 80. 2004, nós já fixamos em 80 e 2006 a idéia é que nós vamos passar formar 180 por cada turma, por turma. Cada turma é formada de seis em seis meses. Ou seja, toda a vez que eu falar 60, são 120 por ano, quando eu falar em 80 são 160 que nós vamos passar a produzir a partir de 2007. E um estudo já nos mostra a necessidade de passarmos a formar 120 controladores a partir de 2009. Ou seja, 240 controladores por ano, a partir de 2009.

De modo que nós já temos gente suficiente para este final de ano, para o período que a gente chama de safra de final de ano, então os senhores não precisam ficar preocupados, os passageiros não precisam ficar preocupados com o atendimento de férias desse ano. Férias e a ocasião de festas deste ano.

Bom, eu gostaria de passar, Sr. Presidente, a palavra ao Brigadeiro Vilarinho que vai falar sobre o controle do espaço aéreo. O Brigadeiro Dieguez que cuidará da parte financeira, o que tem ocorrido na parte financeira, o que recebemos de recursos e o que já gastamos com os recursos e o Brigadeiro Pinheiro para falar sobre da parte do SIVAM que corresponde a 55% do controle do espaço aéreo. Brigadeiro Vilarinho, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu concedo a palavra ao Brigadeiro Vilarinho por cinco minutos, antes, porém eu só queria só lembrar ao nosso Comandante da Aeronáutica que não foi o primeiro acidente de choque aéreo no Brasil. Nós tivemos um da década de 50 envolvendo um avião americano e na década de 80 dois bandeirantes na cidade de Imperatriz, dois bandeirantes passageiros.

Quero lembrar ao Brigadeiro para que os analistas. E com mortes fatais. Eu não quero botar culpa em Governo passado não, apenas registro histórico. Com a palavra o Brigadeiro Vilarinho.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Exmº. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Mesa, senhores autoridades, Srs. Senadores. Inicialmente eu gostaria de externar a honra de ter essa oportunidade de prestar alguns esclarecimentos sobre o nosso Sistema de Controle de Espaço Aéreo, um sistema imenso, procurarei ser o mais breve possível.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ele, além do controle desse tráfego, ele é responsável por um sistema de tecnologia de informação, toda à parte de informática que gere o sistema. O sistema de telecomunicações do comando da Aeronáutica...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro Vilarinho, um pedido da taquigrafia, que o senhor se identifique, a função que ocupa para que ficasse nos registro. Eu pediria aos outros também apenas para o registro taquigráfico.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Eu sou Tenente Brigadeiro do Ar, Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Bem, prosseguindo, o Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica faz a parte das comunicações entre controladores, entre toda essa parte de coordenação e a conversação terra-avião. E também o sistema de busca e salvamento que está sobre a nossa responsabilidade, e nós interagimos na nossa missão com o sistema de avião civil, com o sistema de Controle Aerotático e a condução das nossas aeronaves militares em operações normais de treinamento e de combate, se for o caso, e do sistema de defesa aérea. Então nós temos uma interação aqui operando para esses três sistemas, nós temos, então, uma bifurcação de atividades, uma de interesse militar e um de interesse civil que é o controle do tráfego civil. A nossa área de jurisdição, nós pegamos aqui o espaço aéreo brasileiro, está aqui, e ainda temos uma área que vai para dentro do Oceano Atlântico até o Meridiano 10. Toda essa área é sob a responsabilidade do Brasil em termos de controle do tráfego aéreo. Nós temos aqui na Região do Atlântico que nós chamamos de Região de Informação de Voo Atlântico e temos quatro regiões de formação de voo dentro do País, a Região Amazônica, a FIR Amazônica, a FIR Recife que é essa aqui, a FIR Brasília que é o que nós veremos com mais detalhes a seguir e a FIR Curitiba. Dentro dessas áreas nós fazemos não só a vigilância do espaço aéreo, e também o controle do espaço aéreo.

Nós fazemos fronteiras com 13 regiões de informação de vôos internacionais, algumas da África e outras aqui da América do Sul. Temos acordos operacionais com todos esses Países para fins de Controle de Tráfego Aéreo de acordo com as normas da Organização de Aviação Civil Internacional. Como funciona o nosso controle do espaço aéreo dessa forma integrada, civil e militar? Todos os nossos tipos de radares estão aqui em cima. Radares primários, radares secundários, tridimensionais e até radar em aeronave. Todas essas informações vão para o centro, para o CINDACTA e ali

acontece uma síntese dessas informações. Ou seja, nós não vamos um radar de cada vez, independente de qual radar que está sendo utilizado, nós temos uma síntese de todas essas informações, vale destacar que isso aqui é um aplicativo brasileiro, feito por empresa brasileira, um *software* de propriedade da Aeronáutica que poucos Países no mundo o têm.

Para fazer esses controles, nós temos dentro do mesmo CINDACTA um centro de controle de área que controla o tráfego aéreo civil e ao lado um centro de controle de operações militares que conduz as aeronaves militares e os treinamentos militares. Completamente integrada são as funções desses dois sistemas. Nós temos aqui uma quantidade imensa de estação de telecomunicações espalhadas pelo Brasil para a aeronave falar com os respectivos centros e temos, por outro lado, estações de telecomunicações com frequências específicas para aeronaves militares. As regiões tanto de defesa aérea, quanto às regiões de informação de voo para fins de Controle de Tráfego Aéreo, elas são coincidentes e já comentei isso desde o início.

Vamos em frente, para ter uma idéia como funcionam esses setores, esse problema de catorze controladores por setor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só gostaria de explicar FIR, *Flight Information Region*, região de informação de voo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Ok, então a Região de Informação de Voo de Brasília que essa aqui, nós vamos estudá-la rapidamente. Aqui nós temos ela explodida com todas as rotas e ela é dividida em três grandes regiões de controle. Esse pontilhado vermelho aqui separa essa área daqui, é a chamada Região Brasília, e aí acompanhado essa linha vermelha para cá, essa aqui é chamada região São Paulo, e dessa linha pontilhada aqui para a direita é a chamada Região Rio. Então nós temos três regiões, cada região com vários setores, cada quadradinho desses é um setor. Daqui não está dando para ver o número, mas é mais ou menos, setor um, dois, três e quatro, em São Paulo. Aqui cinco, seis, sete, oito e nove, se eu não me engano, está um pouco próximo e ficariam dez, onze, doze e treze para a Área Rio. Como é que fica esse problema de número de controladores? Nós adotamos em Brasília em função de um documento específico que estabelece um levantamento de vários parâmetros e uma fórmula específica e que estabelece o número máximo de controle de aeronave sob controle de um setor.

Então, por exemplo, aqui esse setor pode controlar catorze aeronaves, esse setor aqui catorze aeronaves. Quando nós não temos controladores suficientes para abrir todos os setores, que é o termo que a gente usa,

controlar uma equipe, controlando cada setor, cada setor ele tem que ter dois controladores, um principal e um auxiliar e a cada dois setores nós temos que ter atrás, um supervisor. Então são cinco homens para abrir esses dois setores, se eu tiver menos de cinco homens disponível? Nós temos que juntar os dois setores, quando juntamos os dois setores, esse número cai para doze, esse é o problema que nós enfrentamos quando na hora do pico, nós não temos a quantidade de controladores suficientes. Num local em que nós podíamos controlar 28 aeronaves, passamos a ter a capacidade de apenas 12. Para se manter o nível de segurança inalterado atrasa-se às decolagens do solo para que se mantenha esse número de doze. Então colocamos aí o chamado controle de fluxo. Intercala a decolagem de 5 em 5 minutos de um aeroporto, de 10 em 10 minutos de outro, de 15 em 15 minutos de outro, de acordo com as necessidades até que se tenha gente para abrir o setor.

Pela legislação que nós adotamos e também isso é adotado internacionalmente, o controlador pode trabalhar ininterruptamente por duas horas e o limite máximo de três horas, a partir desse ponto, ele tem que ser retirado da console para descanso, de no mínimo 15 minutos e tem que ter outro para se colocar na posição. Só depois desse descanso é que ele retorna ao trabalho.

Aqui, daquelas estações de comunicação que eu falei, o centro de cada bolinha é onde está a estação, a bola, o círculo é o alcance das comunicações daquela estação para o nível duzentos e cinquenta que seria 25 mil pés, aproximadamente 8 mil e trezentos metros de altura.

Então, nessa altitude em diante nós temos cobertura de comunicações em todo o Brasil. Porque é que nós falamos nessa altitude? Se for altitude muito baixa, evidentemente nós não temos cobertura radar. É impossível qualquer País ter cobertura radar em qualquer altitude, mas nós colocamos uma cobertura dentro dos níveis utilizados pelos nossos vôos, vôos por instrumentos, vôos de carreira.

Vamos para outra informação. Radares: Aqui também, as nossas coberturas radares, nessa apresentação aqui, estão para o nível trezentos que seria 30 mil pés ou aproximadamente 10 mil metros. Da mesma forma o centro aqui é o local onde está o radar e o centro a cobertura, aqui no sul os radares em azul são aqueles do CINDACTA-2, esses em amarelo são do CINDACTA-1, Brasília. Esses em vermelho do CINDACTA-3 em Recife, e esses aqui da área da Amazônia do nosso SIVAM estão aqui todos cobertos. Ok, pois não.

Todos eles são integrados, fazem parte da síntese, o comando de defesa aérea em Brasília recebe todas as informações da síntese e cada CINDACTA tem as informações da síntese da sua região, quer dizer, o controlador de Curitiba não precisa ter informações dos aviões que estão em Brasília, apenas os que estão cruzando a sua fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo expoente que é o Brigadeiro Dieguez, eu queria abrir aqui, até por uma questão de praticidade. O Brigadeiro acaba de falar de questões eminentemente técnicas e falando na maioria das vezes para leigos no assunto, embora por cometidos e responsáveis pela representação que tem. Se alguém quiser fazer perguntas específicas sobre a questão debatida e quiser fazer de imediato, eu queria pedir permissão para abrir essa possibilidade, até porque o assunto pode se perder e eu para dar o bom exemplo eu queria fazer uma pergunta ao Brigadeiro. Se existe o CINDACTA e existe o SIVAM, o Brasil gastou fortunas exatamente para a proteção de vôos e fiscalização, evitar o contrabando... Os dois aviões vinham na direção, vamos admitir que os dois estivessem errados, um dos dois fosse um avião de um terrorista, de um grupo terrorista com bombas para soltar no Distrito Federal porque o CINDACTA não detectou esse problema? Do vôo em nível errado?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Senador, isso está sendo levantado pela Comissão, já conclui até um relatório preliminar, eu fiquei tão estupefato quanto o senhor porque era impossível acontecer uma coisa dessa, com todo o sistema que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí que está, o investimento feito, polêmico, inclusive, e acontecer um acidente que não havia a menor possibilidade de acontecer, porque a sofisticação do aparelho detecta asa delta, não é evidente que esteja numa atitude compatível. É uma coisa Brigadeiro que não há uma explicação, pode se botar culpa no piloto que quiser. Os pilotos estivessem errados, são clandestinos, são bandidos, são de gangues, mas os sistemas tinham a obrigação de verificar e os aviões que são interceptadores que estão aí. O Brasil paga uma fortuna, agora mesmo fizesse uma renovação de frota era para ser acionado.

Então, essa é uma questão que eu queria apenas colocar como curioso, mas lógico, que não consegue uma resposta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você quer responder?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Presidente, está sendo investigado, a gente não pode...

Por favor, as palavras que vou dizer aqui não podem ser registradas como alguma coisa, vamos dizer assim, que pode ser apurada ao contrário durante a investigação.

O avião passou por Brasília no nível 370 autorizado por São Paulo com o plano de vôo para descer para 360, ou seja, 36 mil pés a partir de Brasília e 380 após a posição Teres. Quando ele passou por Brasília, ele deixou de falar, ele deixou de falar e o seu transponder deixou de admitir. O que é que é o transponder? É um aparelho, uma caixinha preta que nós temos que diz a altura exata do avião e esse transponder, ele também emite, como se fosse um radar emitindo sinais e colhendo sinais do outro radazinho, do outro avião que se chama de Ticais(F), que diz a direção que vem o avião, a direção que vai o avião, eles trocam informações entre si e diz à altitude que vem o avião de lá para cá e a altitude daqui para o outro avião.

Então o transponder ficou inoperante e parou de ter comunicação entre os dois aviões e aí, a gente chama de que somente o radar primário, o radar que está vendo o avião, que viu que aquele avião é o avião americano que está indo e o radar de Manaus ficava vendo o avião da GOL com altitude tudo corretamente, 370 mil, e começou a dar informações. Esse avião, no Premar(F), ele dá informação que não é muito correta, mas ele passava pela altitude de 360, como se tivesse naquela altitude 360. Também é que na hora de turno dos controladores que ele completava duas horas e um passou para o outro, ele passou para o que o substituiu no avião no nível 360, então o controlador estava crente que ele estava no nível 360, era identificado apesar de não ter a identificação eletrônica. O senhor está entendendo? Então, era uma informação falsa, mas que ele não acreditava que fosse falsa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Informaram ao piloto da GOL?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não senhora porque o piloto da GOL estava sendo controlado por Manaus, e quando foi passado para Manaus, Senadora, eu não vi o inquérito, faço questão de não ver, porque se eu falar qualquer coisa vão dizer que eu estou procurando interferir. Portanto, eu vou dar só um exemplo, tanto é que como havia falta de comunicação, no dia que fizeram o relatório preliminar, na semana passada, eu mandei imediatamente os nossos aviões do G voarem em todo o Brasil para ver se tinha algum lugar faltando comunicação para certificar que as frequências estão funcionando.

Então, houve uma indução, o que eu acho que foi. Presidente, por favor, é o que eu acho que foi, como piloto, eu acho que foi, houve uma indução de que o avião estava no nível 360, tanto é que ele pas-

sou para o substituto dele que passou para Manaus o avião no nível 360. Por isso que não havia, ele não tinha sombra de dúvida que o avião estava no 360. O senhor está entendendo? Só isso. Agora, eu não posso afirmar porque está sendo investigado porque o avião não falava e porque o transponder não emitia se dois minutos depois que ele bateu, que foi o pondo de impacto do transponder, passou a fornecer todas as identificações. Está entendendo, Senadora? Depois que bateu, dois minutos depois apareceu no radar à identificação e ele passou a funcionar. E passou a falar também. Você tem alguma complementação a isso que eu falei?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Só que o transponder ligado, ele informa para o controlador no solo exatamente a altitude que ele está voando e essa informação o controlador não tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A falha, então, a minha pergunta, não houve falha na integração dos dois sistemas?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– O problema, não digo que houve falha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas, Brigadeiro, a razão de ser desse sistema é exatamente detectar aviões clandestinos. O outro avião envolvido é de prefixo estrangeiro, se desaparece deveria pelo menos ter tido um alerta, ter tido uma decisão ágil, eu pensava que essas coisas funcionassem com mais rapidez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, dentro do tema, eu pergunto se porventura, identificado que não havia comunicação com o Legacy, identificado que o Legacy estava com o transponder supostamente ou com defeito ou desligado, por que não foi comunicado toda essa ocorrência ao avião da GOL para que sob a forma de proteção, ele modificasse a sua rota, ou modificasse a sua altura para evitar, já que não se tinha conseguido um contato e foram tentativas várias de se contatar o Legacy. Por que nada, nada, nada foi tomado em relação ao GOL para proteger o vôo da GOL?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, isso deverá ser explicado durante a investigação. É isso que nós estamos fazendo para verificar o que é que ocorreu de errado para que não se repita mais. Este é o motivo principal da investigação para a prevenção de acidentes. O senhor está absolutamente correto no seu raciocínio, o senhor está entendendo, agora, nós vamos ter que descobrir o porquê?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– A não ser que fosse um fato tão comum de falha que acontecia antes e que o operador achou que era uma falha pequena, aí é mais grave ainda, porque o

estado brasileiro é responsável pelo que aconteceu, diretamente responsável.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, a investigação vai provar exatamente o que é que ocorreu e porque é que ocorreu. O que ocorreu, nós sabemos, os dois estavam voando na mesma situação, na mesma altura e na mesma altitude, agora o porquê, qual foi o raciocínio, isso que nós temos que descobrir. Essa é a pergunta fundamental. Por que é que ocorreu? Para que não ocorra novamente.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Posso prosseguir, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Aqui para dar uma idéia do nosso universo de trabalho, a quantidade de equipamentos que nós temos espalhados por todo o Brasil. Aqui à esquerda estão enumerados os diversos tipos de equipamentos, o radar num total de 174 estações radares, desde aqui do sul do País em Pelotas até aqui em cima em Roraima. Nós temos auxílios à navegação, são equipamentos eletrônicos que guiam os pilotos para pouso e rota, VORs que é um tipo de equipamento, DOR(F) é algo semelhante, 17 de um, 6 de outro, 95, 235 MDB, etc.

Equipamentos de comunicações é uma quantidade imensa, 4.634 equipamentos de VHF. Aqui à parte de estações meteorológicas, 154 estações meteorológicas. Ou seja, nós temos um grande total de 1.089, entre radares, navegação e aproximação, 4.634 de comunicações, 154 de meteorologia, num universo de 5.877 equipamentos espalhados por todo o Brasil, para os senhores terem uma idéia dos nossos custos, não só de vida vegetativa, de manutenção, como também da necessidade de investimentos.

Aqui uma visão do nosso centro de controle aqui de Brasília, o ACC, Brasília. Essa estrutura acabou de ser modernizada no ano passado dentro do nosso planejamento de nós substituímos todas as consoles aqui por console de última geração e o *software* que originariamente era francês, do fornecedor do sistema, foi um *software* nacional em que nós temos a fonte e o controle sobre esse *software* e ele é periodicamente atualizado.

Vamos em frente. Aqui um dos nossos radares é o destacamento de controle do espaço aéreo do morro da igreja é próximo a Urubici em Santa Catarina, é o destacamento mais alto que nós temos.

Outro rapidamente, agora só como, um aqui em São Gabriel de Cachoeira, as margens do Rio São Gabriel. Vá em frente que está faltando... Eu teria aqui umas outras transparências que não saíram aqui. Presidente, deve estar em outra apresentação, seria

a parte dos nossos investimentos previstos para os próximos anos, se houver interesse, eu posso montar aqui e apresentar daqui a pouco. É que essa parte do Diegues não tem. Pode ser depois do Diegues, se houver interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Seria posterior.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone) que não há uma certa correção dos pagamentos para o controle de voo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Senador, o Brigadeiro Diegues vai apresentar essa parte, eu acho que atenderá a V.Ex^a e a parte do que nós realizamos e o nosso planejamento até 2016, nós vemos vários grandes projetos, eu posso apresentar posteriormente. Tenho que mudar ali.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O importante para nós é também saber quando vai terminar essa situação de caos que está vivendo o Brasil. Isso é a coisa mais importante que os senhores poderão aqui informar. Nós estamos vivendo um caos, é só ler os jornais de hoje já se vê. Se nós não tivermos solução para isso rápida, esperar até 2017... O caso dos Estados Unidos é totalmente diferente, o Presidente Reagan em 24 fez funcionar, fez funcionar.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Posso responder? Senador, além das medidas de recursos humanos já enumeradas pelo Comandante, nós temos medidas operacionais que estão em andamento, eu posso depois comentar alguma coisa, para diminuir a carga de trabalho em cima do Centro Brasília, e já estavam planejados, seria amanhã, acertei com os presentes jornais, para semana que vem uma reunião para nós espalharmos os vôos para aliviar os pontos de pico e com isso, nós com certeza vamos atender essas necessidades de final de ano e no início do próximo ano com a formação, início de operação dos operadores que estão sendo contratados, saindo da escola, nós estaremos com a situação normalizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Brigadeiro, nesse caso de mudança de rota, vai haver custo maiores para as empresas aéreas?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Eu não sei de que mudança de rota V.Ex^a está falando, mas esse é um assunto que nós vamos ter que fazer de comum acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Foi anunciada ontem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Vem pelo mar os vôos que venham do sul até o nordeste.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Muita coisa foi falada, mas nós estamos estudando na realidade três medidas que eu vou citar rapidamente para o senhor. Medidas operacionais: Corredor Belo Horizonte, Brasília, pegar os setores nordeste, do Centro Brasília hoje, passar para o Centro Recife. E o setor, metade do setor da área de Cuiabá, passar para o Centro Amazônia, com isso nós vamos reduzir a carga de setores. Agora isso aí é um assunto que tem que ser estudado detidamente pelo pessoal técnico operacional, acordos operacionais que são feitos entre os dois centros para nós mantermos inalteradas a segurança de vôo e a fluidez do tráfego.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Antônio Carlos, esse ano não tem nenhum contingenciamento na área do DECEC, nós já fizemos a Licitação para a renovação do CINDACTA-2 de Curitiba que vai ficar tão moderno quanto é o CINDACTA-1 aqui de Brasília, nós já estamos fazendo a Licitação para modernização do CINDACTA-3 que é lá de Recife pegando toda a parte do nordeste, este ano realmente não tem. Essa parte de recurso...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É baseado, então, do recurso que está ainda contingenciado, é isso?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não. Não está contingenciado, Senador. Esse recurso está à disposição e que nós vamos, primeiro, a hora que nós assinarmos o contrato, nós vamos empenhá-lo e ele vai sair do SIAFI, porque também nós só recebemos o orçamento esse ano a partir de junho. Infelizmente nós só recebemos a partir de junho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Houve um contingenciamento.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A partir de junho que foi liberado o crédito para a gente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Então houve um contingenciamento.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, o orçamento só foi votado no final de abril, maio, junho, por aí.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Desculpe, mas foi antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um esclarecimento aqui. Os recursos de segurança aérea todos são do Ministério ou INFRAERO também participa com recurso?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Os recursos de tarifa que são os recursos do Controle de Tráfego Aéreo, parte vai para a INFRAERO e parte vem para o comando da Aeronáutica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa parte quanto que já foi?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Não, ele é automática, sai no orçamento, é mais ou menos 50% retirando a parte do sistema de cobrança que é o SUCOTAC(F). Dá 45%.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa liberação é feita automática.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – É feita através do orçamento do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas não tem nada contingenciado.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Esse ano não tem nenhum contingenciamento que eu saiba, da minha parte não.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Na parte de proteção ao vôo, não.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – O Brigadeiro Dieguez tem todas as informações.

SR. WALDIR PIRES – Eu tive a oportunidade de mencionar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Ministro da Defesa Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado. Eu tive a oportunidade de mencionar aqui no início que este ano não há contingenciamento nenhum e que o orçamento foi aprovado não no mês de janeiro ou no mês de dezembro, o orçamento foi aprovado no mês de junho, eu creio. Março... Maio de forma que ele se executou praticamente num percentual bastante significativo. Este ano...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero lembrar que o Governo...

SR. WALDIR PIRES – Quinhentos e trinta milhões...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Através de Medida Provisória liberou em caráter emergencial para setores prioritários.

SR. WALDIR PIRES – Mas são despesas normais da dotação autorizada de quinhentos e trinta milhões no orçamento aprovado em março ou maio, os senhores sabem melhor do que eu. Trezentos e vinte e cinco milhões já foram e as despesas programadas estão em duzentos e quarenta e cinco milhões, programadas para serem realizadas até 31 de dezembro. Não há, portanto, nenhuma verba contingenciada este ano, nenhuma. E nos quatro últimos anos é mínima,

foi mínimo o contingenciamento. Houve em 2005 simplesmente de 59 mil reais. Só.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Cinquenta e nove milhões.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, me permita a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o maior prazer palavra ao Senador Sibá Machado que é um dos especialistas na matéria aqui na Casa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (risos) Bastante. Mas só para entender melhor como V.Ex^a, a metodologia que foi adotada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa lista é em orçamento, não é aviação, desculpe.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ah, em orçamento, melhorou, melhorou. Mas para entender melhor um pouquinho a metodologia, porque nós ouvimos o Brigadeiro e vamos ouvir duas pessoas, digamos assim, mais específicas da área de esclarecimento de todo o sistema.

Em seguida, nós ouvimos a pergunta do Senador Antônio Carlos no que diz respeito ao fenômeno que está acontecendo o atraso dos vôos, então eu pediria a V.Ex^a, eu vejo muitas autoridades ainda a Mesa que procedimento nós adotaremos se V.Ex^a quer manter da forma que nós estamos, pergunta mais aberta durante cada exposição ou se a gente houve mais diretamente as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, é... A rotina eu vi, mas como se tratava de um assunto específico e eu que recebi várias sinalizações de Senadores querendo tirar dúvida e por se tratar de um assunto específico e a preocupação que se perdesse o sentido da pergunta por conta de tempo, abrimos essa exceção. E agora nós vamos convocar o Brigadeiro Dieguez, caso haja, também sobre especificamente o assunto técnico alguma dúvida, a gente abre, pedindo apenas a compreensão de que a intervenção seja sintética. Com a palavra o Brigadeiro Dieguez, V.Ex^a tem cinco minutos para a sua exposição. Tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Só para facilitar o Ministro da Defesa, o solicitado pelo Ministério, ao Ministério houve corte do Ministério de Planejamento? Porque nós temos informação de que o que foi pedido foi cortado no Ministério do Planejamento. Eu apenas só queria saber porque sairia à culpa do Ministério da Defesa ao invés do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro da Defesa.

SR. WALDIR PIRES – Não houve corte nos recursos disponibilizados para a área de proteção ao vôo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas o que V.Ex^a pediu foi dado no Ministério do Planejamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A pergunta do Senador Antônio Carlos é outra, no orçamento apresentado o valor aprovado pelo Governo, pelo Ministério do Planejamento foi o solicitado ou se houve corte.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Houve corte no planejamento?

SR. WALDIR PIRES – Esta aqui foi o que foi disponibilizado no orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Já aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Ex^a pediu esse número, ou o Ministério do Planejamento mudou alguma coisa?

SR. WALDIR PIRES – Com este número, normalmente, nós estamos executando as nossas tarefas sem problemas.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas V.Ex^a pediu isso ou pediu mais?

SR. WALDIR PIRES – O pedido eu vou fazer agora, o que terá sido feito agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu tenho a informação de que o Ministério do Planejamento recebeu um pedido maior de V.Ex^a. O que não é culpa de V.Ex^a, é culpa do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita ao Ministro da Defesa.

SR. WALDIR PIRES – No Ministro anterior, eu não era o Ministro anterior para a execução do orçamento de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, portanto, ao Ministro Waldir Pires que peça a sua Assessoria... Ministro? Ministro Waldir Pires, a Mesa solicita que V.Ex^a busque através da sua Assessoria técnica os números originais.

SR. WALDIR PIRES – Estão expostos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas aí são os recursos disponibilizado. O que nós estamos pedindo é outra coisa. Nós estamos querendo a solicitação do recurso proposto para o setor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ou por V.Ex^a ou pelo seu antecessor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O recurso proposto e o recurso

aprovado. É uma questão técnica, a sua Assessoria poderia nos fornecer.

SR. WALDIR PIRES – Nesse particular, claro, nós vamos fazer a solicitação do Senado, mas nesse particular, faz parte da natureza rotineira da elaboração orçamentária que os Ministérios sempre façam as suas solicitações e o planejamento faça a adequação à capacidade arrecadadora do Estado. O que eu digo é que cresceram os números sempre, ano a ano estão ali expostos. O que nós estamos executando. E que este ano, sem problemas, faltamos executar agora para o mês de outubro, dezembro, novembro... Outubro, novembro e dezembro nós executaremos o que é restante e que é suficiente para os encargos de agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não há nenhuma dúvida com relação à pergunta de V.Ex^a. Agora, apenas a Mesa solicita que sejam mandados os últimos três anos, ou dos quatro anos, o orçamento proposto e o orçamento aprovado pelo Ministério do Planejamento e remetido para o Congresso para a aprovação final, é exatamente isso que nós estamos querendo.

SR. WALDIR PIRES – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Talvez se a Assessoria pudesse providenciar isso no decorrer do trabalho. Com a palavra o Brigadeiro Dieguez.

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – Bom dia a todos, eu sou o Brigadeiro Neimar Dieguez Barreiro, Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. Eu tenho a minha função, tem a finalidade de prover os recursos dentro de um planejamento que é feito pelo Estado Maior da Aeronáutica que é encaminhado ao Ministério da Defesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A melhoria do som a reclamação aqui que não está chegando bem ao Plenário. Segundo ponto, nós queremos comunicar que existe um telão na sala 13 retransmitindo. Eu estou sentindo que algumas pessoas interessadas na matéria estão de maneira desconfortável no fundo da sala, se quiser mais confortavelmente assistir os depoimentos, existe um telão na Ala Alexandre Costa, sala 13.

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – Muito bem. Nós tentamos identificar de uma forma objetiva, ouvindo inclusive as perguntas de jornalistas que nos procuraram, notícias de jornais e de uma forma objetiva, nós queremos apresentar alguns quadros, cerca de quatro quadros que mostra a situação orçamentária e financeira do Comando da Aeronáutica ao longo de alguns anos, a nossa apreciação a partir de 1999 e esse quadro ele se refere aos recursos disponibilizados

para área de proteção ao voo no que se refere à lei e créditos extraordinários, créditos suplementares.

Então, de um total aprovado em lei de 99 a 2005, nós tivemos dois bilhões e novecentos e o contingenciamento de cento e cinquenta e um milhões, o que nos deu uma capacidade de execução de dois setecentos e quarenta e oito milhões. Isso até 2005.

Em 2006, nós estamos com um orçamento aprovado em lei de quinhentos e trinta milhões, já gastamos trezentos e quarenta e cinco e vamos gastar cento e oitenta e quatro, por quê? Porque não há nenhum contingenciamento aprovado pelo Governo, imposto pelo Governo.

Então, essa situação o que nos dá uma execução dos três quatrocentos e trinta, de três e noventa, e temos aqui que executar cento e oitenta e quatro até o final do ano. Eu queria esclarecer que a lei de créditos, ela é encaminhada ao Congresso depois de analisada pela Secretaria de Orçamento, e ela, o limite, é imposto pela função de uma previsão de receitas estimada.

Então, vamos imaginar que está se prevendo para 2007 quinhentos milhões e é isso que vai se colocar na Lei Orçamentária, não adianta o comando da Aeronáutica querer gastar seiscentos, se não tem a receita para isso. O segundo quadro... Receitas próprias. Essas receitas, elas são oriundas das tarifas de navegação e de telecomunicações, existem outras tarifas que atende a INFRAERO na questão aeroportuária, mas essas tarifas por um Sistema de Proteção ao voo são tarifas específicas de receitas próprias arrecadados do sistema de aviação civil.

Então, nós temos ali o que foi arrecadado. Nós arrecadamos até 2005, dois bilhões, novecentos e trinta e oito e executamos dois bilhões quinhentos e setenta e quatro. O que nos dá uma retenção de trezentos e setenta e quatro milhões ao longo de oito anos. O que significa? Foram aqueles cento e cinquenta e um milhões contingenciados e algumas receitas que foram superavitárias. Se esperava arrecadar um X e arrecadou-se mais. (soa a campainha)

Para 2006, nós já arrecadamos quatrocentos e sessenta milhões e executamos trezentos e setenta e três. O que nos dá um saldo de oitenta e seis milhões, que pretendemos gastar até o final do ano. Pois bem, o outro quadro nos dá a situação do Fundo da Aeronáutica, é uma outra pergunta que todo mundo está dizendo, "Pôxa! Mas tem um bilhão e novecentos no fundo da Aeronáutica". O Fundo da Aeronáutica ele foi criado e ele recebe várias receitas, são receitas oriundas de outras origens que não são só da proteção ao voo, nós temos o Fundo de Saúde, Assistência Médica, temos o Moradia, uma série de convênios, são

receitas arrecadadas pelos comandos, pelas unidades que vão para o Fundo da Aeronáutica.

Então, do Fundo da Aeronáutica, o que tem do DECEA são apenas quatrocentos e cinquenta milhões disponíveis hoje. De um bilhão e novecentos, nós temos quatrocentos e cinquenta milhões que são aqueles trezentos e sessenta e quatro, mais oitenta milhões que nós vamos gastar até o final do ano. Ou seja, o superávit do fundo em outra receita é de um bilhão e do Fundo do DECEA trezentos e setenta e quatro. Que as outras receitas foram arrecadadas este ano.

Então, qual é a idéia? É se levar até o final do ano, ter ainda um superávit em outra receita, mas o DECEA vai ter receita negativa em função da lei aprovado, essa é a nossa estimativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, apenas uma solicitação, toda a vez que diz uma sigla, DECEA porque a gente fica... Exato, a gente fica aqui um pouco meio tonto, entende?

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – DECEA é o Departamento do Brigadeiro Vilarinho que fez a exposição anterior. Mostrou todos os sistemas, a integração dos sistemas e etc. Então para o Sistema de Proteção ao Voo, nós prevemos ter uma receita deficitária esse ano em dezoito milhões. O que significa que da Lei Orçamentária dos quinhentos e trinta milhões, nós vamos gastar menos do que foi autorizado.

Então, não existe um bilhão e novecentos para o Sistema de Proteção ao Voo no Fundo da Aeronáutica. O que existe são quatrocentos cinquenta, desses quatrocentos e cinquenta, trezentos e sessenta e quatro são de superávits anteriores, de exercícios anteriores e o resto vai ser gasto durante o ano, o que for arrecadado esse ano.

Para 2007, em função de atraso de alguns pagamentos, a SOF(F) está prevendo uma receita de quatrocentos e oitenta e cinco. Embora a nossa necessidade seja maior, o comando do SIDEA para gastar seiscentos milhões, nós vamos gastar. Mas o que o Governo está estimando para arrecadação para o ano que vem é de quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Significa que ele está mandando para o Congresso uma provisão orçamentária de quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Como nós temos um superávit de exercícios anteriores, nós estamos propondo, o Ministro da Defesa, o Comando da Aeronáutica está propondo ao Ministério do Planejamento que se gaste esse superávit primário em três anos, gastando cento e vinte milhões a mais em 2007, 2008 e 2009 e com isso, a gente zeraria todo o superávit existente no Fundo da Aeronáutica. Essa é a proposta. E finalmente, qual foram os gastos com o Sistema de Proteção ao Voo

de 95 a 2005? Nós tivemos a implantação do SIVAM. O SIVAM, ele foi financiado com recursos do Tesouro que não foram recursos de receitas próprias, ou seja, foi feito um financiamento de três bilhões e seiscentos e cinco, além disso foram ejetados recursos do sistema em um bilhão que se gastou quatro bilhões e seiscentos para a implantação do SIVAM. Ainda em investimentos, no período de 2000 a 2005, o SICEA, ou seja, o Sistema de Proteção ao Voo investiu um bilhão quatrocentos e oitenta e sete milhões. O que nos dá um investimento de dez anos de seis bilhões no sistema. Isso significa, em média, seiscentos milhões por ano. O que não é pouco. Tanto é que o Brigadeiro Vilarinho mostrou um sistema com vários radares, todos integrados e está funcionando. Era essa a minha explanação, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao terceiro Brigadeiro, Brigadeiro Álvaro Luiz Pinheiro Costa, qual é o departamento? Nós solicitaríamos para ajudar a taquigrafia que V.Exª fizesse a qualificação do...

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Exmº. Sr. Presidente, Excelentíssimas autoridades civis e militares, senhoras e senhores. Meu nome é Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, eu sou o Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Controle do Espaço Aéreo que é a sigla que foi comentada aqui na palestra anterior, DECEA é Departamento de Controle de Espaço Aéreo. A mim coube, eu fui o último Presidente da Comissão de implantação do SIVAM e assinei o encerramento do projeto.

Então, coube a eu falar um pouco sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia, principalmente no que estiver mais voltado para a área de controle do espaço aéreo.

Então, está ali o meu objetivo, apresentar aos senhores o Sistema de Vigilância da Amazônia diferenciá-lo do Sistema de Proteção da Amazônia e eu vou procurar ser absolutamente rápido porque eu sei que os senhores já visitaram, a maioria já visitou a Amazônia em visitas do Congresso. Um pouquinho do histórico, quando é que ele nasceu, eu acho que tem senhores, com certeza alguns dos senhores sabem muito mais do que eu disso, Sistema de Proteção da Amazônia, Sistema de Vigilância da Amazônia e quando é que o Projeto SIVAM encerrou.

O desafio que foi lançado ao Governo em 1990 é que nós precisávamos desenvolver a Região Amazônica e foi colocada daquela forma com harmonia entre as necessidades humanas e ambientais. Esse conjunto de palavras, harmonia entre necessidades humanas e ambientais tornou-se o desenvolvimento sustentável, a frase do desenvolvimento sustentável.

Esse desafio foi colocado para o Governo e resultou numa exposição de motivos para a Presidência da República, em 21 de setembro de 1990 que foi quando formalmente o Projeto SIVAM e o Sistema de Proteção da Amazônia iniciaram. Eu coloquei duas partes da diretriz presidencial resultante dessa exposição de motivos porque ela, essa informação aí vai esclarecer um erro que é muito comum e basicamente se resume no seguinte: O SIVAM não existe mais, o que tem hoje é o Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM, subordinado a Casa Civil da Presidência da República que criou um centro gestor para trabalhar na atuação integrada dos órgãos de Governo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A função de vigilância do SIVAM está sendo realizada pelo SIPAM?

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Afirmativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado.

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Depois eu coloco. Ela tem duas vertentes que a gente chamava de azul e verde. À parte de Controle de Tráfego Aéreo está dentro do Ministério da Defesa e a parte de monitoração da Amazônia como um todo está com a Casa Civil e ao SIPAM.

Então, ao comando da Aeronáutica coube implantar o Sistema de Detenção... Esse é o conceito de Sistema de Proteção da Amazônia, é utilizar os sensores no maior número de funções possíveis e integrá-los com vista à proteção da Amazônia e o desenvolvimento sustentável da região. Essa é a rede de sensores que foi implantada para a monitoração da região Amazônica. Nós temos desde a parte de processamento de sinais de satélite até estações, centros estaduais, termo tribunais de usuários nas prefeituras, delegacias da FUNAI, postos da FUNAI, delegacia do IBAMA, Polícia Federal, radares.

Então, essa transparência mostra outro engano comum, o SIVAM, o Projeto SIVAM não é um sistema de controle de radar, apenas um pedaço dele é utilizado para o Controle de Tráfego Aéreo da região, todo o restante é integrado nos Centros Regionais do Sistema de Proteção da Amazônia, então a maioria do projeto, dos sensores do projeto é voltada para a área de meio ambiente, não para Controle de Tráfego Aéreo. O Brigadeiro Vilarinho já apresentou, essa era a cobertura da Amazônia na época, antes do SIVAM.

Então, na época do acidente que houve de um avião Marabá-Belém, por exemplo, ele voou fora desse radar e caiu aqui em São Félix Xingu, ele estava fora da cobertura radar.

Então, qualquer de nós que tivesse viajado Brasília, Manaus há três anos passou uma hora e meia

sendo controlada apenas com comunicações, sem ser visualizado por um radar. Hoje, essa é a cobertura radar do Sistema de Controle do Espaço Aéreo brasileiro. Como os senhores vêem, no nível da aviação comercial, o Brasil está completamente coberto por radares. Como os radares têm um problema de detenção a baixa altura, a detenção do radar pode ser bloqueada por uma montanha, dependendo da distância, nós também temos algumas aeronaves radar que a visualização delas também é integrada no sistema de detenção. A rede meteorológica que foi implantada, que ajuda o SIPAM também, ajuda o Controle de Tráfego Aéreo, o Controle de Tráfego Aéreo depende muito seriamente da parte de informações meteorológicas, e também utilizamos a parte de satélite meteorológica, essa aqui é a região de Jacareacanga, à parte de satélites meteorológicos que foram implantadas, o processamento foi implantado junto com o Projeto SIVAM.

Além disso, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo, e o Departamento de Controle de Espaço Aéreo têm por obrigação fazer a inspeção periódica com todos os auxílios que foram implantados, quando o Brigadeiro Vilarinho falou aqui sobre 170 radares e mais outros tantos tipos de equipamentos, todos esses equipamentos são inspecionados periodicamente e re-homologados, autorizados a operar e nós temos algumas aeronaves de inspeção em voo.

Isso é Manaus, eu não sei se todos tiveram a oportunidade. O lado verde é o Centro Regional do SIPAM, é o Centro Técnico Operacional de Manaus, e o lado que a gente chama de azul é o CINDACTA-4. Esse é o CINDACTA-4 e essas são as funções que o Centro Integrado de Defesa Aérea, como nós temos aqui em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo executa parte de defesa aérea, à parte de Controle de Tráfego Aéreo e aqui também tem um engano comum, não existe Controle de Tráfego Aéreo Civil, existe o Controle de Tráfego Aéreo de Aeronaves, civil e militares. As aeronaves militares também voam normalmente falando com o tráfego aéreo do CINDACTA. E a outra área operacional é o Centro de Controle de Defesa Aérea e Controle de Operações Militares. Além disso, outras funções já foram faladas, busca e salvamento e a parte de meteorologia e Aeronáutica. Esse foi o cronograma do SIVAM, a gente encerrou o projeto, ele foi todo implantado em 22 de julho do ano passado e o Centro de Coordenação Geral que iniciou um pouco mais tarde terminou em 3 de março desse ano. Ele foi implantado primariamente em instalações não adequadas e a gente conseguiu ainda com os recursos transferi-lo para instalações melhores aqui em Brasília no setor policial sul, quem tiver a curiosidade, ele está lá instalado e ele é feito para atender todos os

órgãos de Governo e cidadãos brasileiros aqui. Então a mensagem é que o Projeto SIVAM, a rede de sensores acabou a implantação em 22 de julho do ano passado e hoje o que nós temos, como o senhor falou, o Sistema de Proteção da Amazônia, cuidando de toda aquela parte de monitoração, principalmente de meio ambiente e apoio ao trabalho integrado dos órgãos de Governo e o Sistema de Controle de Espaço Aéreo, utilizando os radares para controlar o espaço aéreo e fornecer informações, por exemplo, aeronaves desconhecidas são informadas a Polícia Federal dentro do SIPAM. Isso são as datas que eu já falei. E eu encerro aqui, depois eu estou disponível para as perguntas, obviamente, nasceu em 90 e hoje só existe de fato o Sistema de Proteção da Amazônia. O SIVAM acabou em 22 de julho do ano passado, encerrando oito anos de contrato. E destaquei principalmente a parte voltada para o controle do espaço aéreo, e a mensagem final basicamente é isso. Em 22 de julho, nós acabamos, o Brasil implantou, foi um custo considerável e está sendo utilizado tanto pela parte da Casa Civil quanto pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos a participação de V.S^a e passamos a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil. Antes, porém, eu gostaria de convidar o Senador Saturnino Braga para assumir a presidência e uma vez que se trata de uma reunião conjunta e é fundamental a participação dos demais acompanhamentos.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Presidente, eu gostaria de ponderar que V.Ex^a, primeiro, está conduzindo muito bem os trabalhos. Segundo, eu gostaria de ser o primeiro a fazer as perguntas, o primeiro inquiridor, porque eu tenho um compromisso no Itamarati que eu não posso atrasar, então eu queria rapidamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa informa, portanto, a V.Ex^a que não se preocupe, vá a seu compromisso no Itamarati e volte porque ainda vai ter tempo de fazer perguntas, não se estenda no almoço, mas nós temos aqui até agora 13 inscritos e ainda as disposições. Para ver V.Ex^a como o tema interessa ao País.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Claro é que os próprios depoentes e os inquiridores...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a perderia o sentido, perderia o sentido... Está feito, então, o registro. Com a palavra o Brigadeiro Milton Zuanazzi. Diretor-Geral... Dr. Milton Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI – Faço me acompanhar aqui pelo seu amigo, o outro Brigadeiro Leur Lomanto, meu colega de diretoria da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pelo visto os senhores militares tenham cuidado que eles vão tomar o lugar de vocês.

SR. MILTON ZUANAZZI – Eu sei que a hora se adianta, eu quero ser breve naquilo que nos compete mais especificamente nessa crise.

Primeiro, eu acho que o Ministro Waldir e o Brigadeiro Bueno foram claros em detectar que essa crise teve uma motivação em questão de pessoal, pós o acidente, o grave acidente que houve entre o avião da GOL e o avião Legacy. Ou seja, o número de controladores, a falta de pessoas capacitadas suficientes para controlar o espaço aéreo ocasionou um conjunto de problemas numa espécie de efeito dominó, um efeito em cadeia que precisa ser estudado por nós e tomado algumas decisões.

Desde 2000, é importante salientar, o Brasil vem adotando uma nova política nas suas malhas aéreas. Acabou o tempo em geral que as empresas faziam um voo a uma cidade a outra, ficava lá o avião parado duas, três horas, voltava para a mesma cidade. Hoje, as malhas estão devidamente integradas. Um avião parte lá de Montevideu, às 6 horas da manhã e termina em Macapá às 2 da madrugada e parte às 4 da madrugada de Macapá para chegar novamente a esse destino. O aproveitamento das aeronaves hoje é muito mais intenso do que alguns anos atrás. Esta malha, extremamente integrada com conexões, qualquer problema que falhe esse sistema causa um conjunto de transtornos muito grandes. Esse debate nós vamos precisar fazer, porque adotamos esse modelo. Quais os benefícios desse modelo? Barateou o preço das passagens, benefício nº 1, hoje o Brasil vive os preços médios mais baixos da aviação comercial e como consequência disso o maior número de brasileiros estão se utilizando do avião como meio de transporte. Há quatro anos atrás se calculava que sete a oito milhões de brasileiros pegavam um avião, sete a oito milhões de CPFs, calcula-se hoje que nós já estamos em 14 milhões de CPFs.

Portanto, se expandiu à demanda e os números provam isso nos últimos anos. Nós saímos recém de uma campanha eleitoral que o debate sobre o crescimento econômico foi intenso. Se existe um setor no Brasil que cresce é a aviação e muito. O ano passado à demanda cresceu 26%, esse ano cresceu 13, isso é muito superior a nossa economia. Eu até tenho um gráfico que mais ou menos mostra, eu posso deixar aqui ao Senador Heráclito, mostra o crescimento da população, o crescimento do PIB e o crescimento da

aviação, é realmente tanto da parte de carga, quanto da parte de aviação comercial, realmente um guepe(F) aqui, muito superior ao que cresce o Brasil como um todo, a sua economia, os seus vários setores. Então, evidentemente que um problema como esse, o nível de transtorno que ele causa é muito significativo, porque ele ao perder uma conexão, ao atrasar um determinado ponto da malha, ele acaba proporcionando esse efeito em cadeia. Por isso que nós começamos um problema na manhã e vamos sentir ele com gravidade na noite. Porque é exatamente, eu dou um exemplo do que ocorreu no dia de ontem, quando Congonhas fechou por questões meteorológicas três horas, e mais um pequeno incidente que houve lá em Congonhas. O Galeão também fechou por mais um período de quase uma hora, o fato desses dois aeroportos terem fechado, essa malha integrada, não tinha nada a ver o controle do espaço aéreo, simplesmente essa integração da malha ocasionou um efeito em cadeia que quem estava lá na ponta do sistema, seja no nordeste, no norte, ou do sul pode ter levado um atraso de até 6, 8, 10 horas, porque sequer o avião tinha saído da sua origem lá em São Paulo. Então, pior ainda, se a origem era lá em Porto Alegre passando por São Paulo para chegar a um ponto no nordeste ou no norte. Então, nós realizamos estamos discutindo com as empresas aéreas, todo esse debate, estamos começando a discutir, porque afinal vamos ter que chegar a um sistema, cujo esse controle, esses ajustes precisam ser acertados. Uma outra informação importante que eu quero passar aos Srs. Senadores é algo que vai se estereotipando na mídia e eu tenho muito medo dos estereótipos, Senador Heráclito, geralmente a nossa classe política é muito estereotipada muitas vezes, há um estereótipo de aumento de volume de vôos comerciais no Brasil. O que nesse ano de 2006 absolutamente não é verdade. Vocês não esqueçam que este ano nós tivemos a crise da VARIG, nós tivemos na verdade foi uma diminuição no ano de 2006, uma pequena diminuição.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Aí que a gente fica arrepiado porque não podia ter acontecido.

SR. MILTON ZUANAZZI – Existe um aumento, Senadora, existe um aumento dos equipamentos, o Brasil está com aeronaves, equipamentos cada vez maiores, nós tínhamos uma média de equipamentos até alguns anos atrás, cento e poucos lugares, nós estamos hoje com equipamentos acima de 140, 150 lugares, substituindo aqueles anteriores. Então, realmente há uma movimentação de pessoas maiores, isso faz com que tenha ampliado desta forma a oferta e não em número de aeronaves e qualquer vôo que o antigo DAC, hoje ANAC, autoriza, qualquer, ele antes

ouve a INFRAERO e ouve a DECEA. Nós não vamos autorizar um vôo sem ter a garantia de que há espaço nos aeroportos e que há espaço nas aerovias. Isso sempre foi assim e sempre será. Se o DECEA ou a INFRAERO determina a ANAC que aquele vôo está em excesso em determinados horários, a ANAC não concede aquele vôo. Como o DAC não concedia. Então esse controle, e esse ajuste, ele é um ajuste bastante perfeito, tem que haver esse ajuste perfeito. No momento que um elo dessa cadeia deu problemas, foi isso que o Brigadeiro Vilarinho aqui colocou, nós temos que rediscuti-la. Rediscuti-la para ver como nós fazemos esse funcionamento. Isso está em pleno andamento, nós pretendemos chegar num prazo breve, apesar de não ser fácil, porque não é por acaso que existe um horário de pico, podemos perguntar para um Presidente da uma empresa aérea. Nós mesmos os usuários demandamos determinados horários, especialmente nos chamados aeroportos centrais. O usuário do homem de negócio quer sair de São Paulo de manhã cedo e quer voltar no final da tarde. Então, essa questão de malha que, aliás, a lei que cria ANAC deu liberdade para as malhas aéreas das empresas, a lei deu liberdade tarifária, dentro das bandas tarifárias, deu liberdade de formação de malhas. Essa lei foi aprovada no final do ano passado aqui que é aquela que cria a ANAC, faz com que as empresas se ajustem também aos seus mercados, se adapte aos seus mercados, seus interesses de mercado. Evidentemente, que isso não impede. As empresas não estão se negando a nós fazermos essa discussão em função inclusive da situação que nós estamos vivendo. Esses ajustes, nós esse ano viemos fazendo, só vocês terem uma idéia de número nós já realizamos até agora em ajustes de horários, 91 horários, 91 ajustes numa malha que nós estamos hoje na casa de 1.340 vôos. Nós já realizamos 91 ajustes. É pouco, mas não deixa de ser um sinal de que é possível. E nós estamos tentando fazê-lo. No vôo fretado e aí observa-se bem o interesse do nordeste especialmente, porque o vôo fretado, eu estou falando do vôo doméstico, não do vôo internacional que está chegando no Brasil, a ampla maioria deles, mas a ampla maioria, eu estou falando de 80, 85% de São Paulo, esse vôo fretado, ele pode sofrer ajustes, mas também nós temos que ter cuidado no sentido de cortá-lo, nós vamos estar impactando negativamente a economia do nordeste de forma muito significativa, nós não podemos... Só uma empresa fretadora contactado por mim, me disse que já vendeu para o verão 150 mil bilhetes para o nordeste brasileiro a partir de São Paulo. O que nós podemos fazer no vôo fretado e vamos fazê-lo é um ajuste de horário também. Nós podemos ocupar os

horários subocupados. Então, isso, evidentemente, que as empresas de fretamento já estão suscetíveis e aptas a fazê-lo, para evitarmos também os chamados horários de pico. Há um outro estereótipo sendo feito de que nós ultrapassamos os limites de segurança em determinados horários, não existe isso. Quando o DECEA espaça aeronaves, o motivo desse espaçamento é exatamente a segurança de voo, não há outro motivo. Não é que o DECEA tem a vontade de ser mais ou menos ágil, são os aspectos de segurança que estão em jogo, então, na verdade, quando há esses espaçamentos em função do número de pessoas que estão nos consoles, é a segurança que está em jogo e é por isso que eu quero fazer voz aqui ao Ministro Waldir, ao Comandante Bueno, o Brasil tem um histórico, uma tradição de baixíssimos índices de acidentes aéreos, de grande porte, de grande monta. Nós temos um de 82, um de 96 e agora em 2006. Esses são os acidentes de grande monta. No espaço aéreo, eu quero aqui dizer, Senador Heráclito Fortes, o Brigadeiro Bueno quando se referiu o senhor fez um questionamento, se referiu ao controle no chamado ACC, lá é o único que nós tivemos. O outro que o Senador Heráclito se referiu é nas zonas de aproximação, são acidentes de choque em zonas de aproximação aérea. Esse lá no espaço, em trinta e tantos mil pés, esse é o primeiro que tivemos no Brasil e esperamos não tê-los mais, se nós conseguirmos chegar às conclusões porque é que isso ocorreu e como solucioná-los. Enfim, para não me alongar e eu sei que depois as perguntas podem ser mais esclarecedoras, eu posso dizer que, evidentemente, esse problema que rompe um elo importante nesse momento, ou pelo menos que desajusta um elo importante, ele causa esse volume de transtornos. Nós estamos, inclusive, amanhã pela manhã fazendo um acerto entre INFRAERO, as empresas aéreas para nós termos uma forma de comunicação com os usuários, parece ser isso muito simples, mas às vezes não é, mas aquela pessoa do balcão do *check-in*, aquele que fala pelo microfone da INFRAERO e o piloto que fala quando a gente já está dentro da aeronave tem que dar a mesma resposta. Nós não podemos mais ter desencontros na informação. E mais, nem tudo que se diz é culpa do espaço aéreo brasileiro, nem tudo. Nós temos atrasos que são atrasos da normalidade da aviação, por problemas mecânicos, por problemas meteorológicos, por problemas de conexão, isso tem que ser devidamente informado. A ANAC já está levantando aeroporto por aeroporto o motivo do atraso. Se um voo, eu mesmo nesses dias, num atraso de uma hora e quarenta detectei no meu relógio, naquela uma hora e quarenta o espaço aéreo foi responsável por 45 minutos, os outros 55 minutos tiveram

outros motivos que recorreram aquele atraso. Agora, como nós temos uma malha integrada, muitas vezes não dá para nós culparmos a empresa aérea porque teve que aguardar uma conexão porque ela integrou a sua malha. Nós temos empresas hoje no Brasil que mais de 50% dos seus passageiros são de conexão, são passageiros que pegaram um voo para pegar um outro em outro aeroporto. Portanto são cidadãos que não podem ser deixados no aeroporto, precisam ser embarcados. Então a política de nós termos a finalidade de embarcá-los, evidentemente, com o mínimo de transtorno possível ela é fundamental que nós a preservemos que nós a façamos.

Mas eu volto a dizer não é justificativa, não é nada, é a realidade. Não é uma coisa simples de fazer esse ajuste, quando o sistema como um todo não está funcionando como um relógio, como é fundamental que funcione. O nosso sistema hoje precisa funcionar com essas engrenagens na sua devida hora, no seu devido tempo, senão sempre ele vai ocasionar transtornos indiretos aos nossos passageiros.

Dessa forma, eu acho que coloquei a parte que cabe mais diretamente a agência. Evidentemente que ela é uma parceira do sistema como um todo e nós participamos de todos os debates dessa convocação que o Ministro Waldir Pires fez para esse grupo de trabalho para discutir a questão específica dos controladores, até evidentemente todos os debates que o comando da Aeronáutica tem nos requisitado em todas as áreas a fim de nós encontrarmos um melhor caminho possível para nos nossos usuários. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu queria fazer um comentário que eu acho pertinente com o Senador Delcídio. É exatamente sobre o Dr. Zuanazzi. V.Ex^a se lembra, Líder do Governo, Líder do PT e eu Presidente da Comissão as existências que se fazia ao fato dele não ser do setor Aeronáutica. Nós estamos vendo que os conhecimentos técnicos dele na Aeronáutica não devem, não fica nada a dever a nenhum técnico que se queria colocar no lugar.

Portanto, eu quero só fazer esse registro pela capacidade técnica do Dr. Zuanazzi em discutir essas questões e vamos, na segunda etapa do debate puxar um pouquinho mais com V.Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se é para acabar, eu vou embora logo agora. Eu quero falar para mostrar a V.Ex^a que isso não pode continuar como está. O que eu quero é solução. E nada que diga aqui em solução, ninguém falou em solução, não se trata de solução, trata-se de explicar, explicar o inexplicável. Está se provando aí, pelo que

se vê, que é uma grande unidade entre o Ministério de Defesa, Aeronáutica e o Controle Aéreo e tudo está acontecendo e continua a acontecer cada dia pior. E isso, não vi nenhuma palavra de ninguém, nem do Ministro, nem do Comandante Bueno que eu tenho o maior respeito e amizade, ainda vai ter a INFRAERO, já teve a ANAC. Tudo até agora papo, não há solução, eu quero saber o que vai haver para acabar com o congestionamento que existe hoje nos aeroportos a curto prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Senador Antônio Carlos, eu tenho convicção absoluta que na hora das perguntas esse debate proporcionará a que nós parlamentares façamos exatamente esse questionamento e cobremos de cada um solução.

O que ficou acordado é exatamente ouvir os que aqui estão. Evidentemente que por solicitação do Brigadeiro Bueno, nós abrimos um espaço para que depoimentos técnicos fossem dados. Voltamos à rotina do prazo estabelecido e temos ainda três expositores e em seguida iniciaremos o debate. E faço um apelo, não saia porque V.Ex^a não só honra essa Audiência Pública, como também tem uma colaboração muito grande a dar ao País. Com a palavra o Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Sr. Presidente, eu tentarei ser rápido, objetivo e focado no tema da audiência. A INFRAERO, como todos os senhores sabem, administra 67 aeroportos e teve o momento zero dessa crise quando o voo 1907 foi dado como desaparecido. Desde o momento em que o 1907 foi dado como desaparecido se instalou uma série de problemas que afetaram diretamente os 67 aeroportos da empresa, uns mais do que outros, é claro. Gostaria de deixar também bem claro para os senhores que a INFRAERO, que os aeroportos da INFRAERO ou qualquer aeroporto do mundo representa o fim e o início de qualquer problema, seja no espaço aéreo, seja numa empresa aérea, seja na economia da aviação civil. É no aeroporto onde o avião que caiu não chega, e aí começa o drama. É lá que chega a seleção vitoriosa, o político famoso, é onde as coisas acontecem. O primeiro impacto sobre tudo que aconteceu e continua acontecendo é no aeroporto. Ela atinge a empresa INFRAERO, atinge as companhias aéreas que nesse momento, está aqui o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, pessoas da INFRAERO, companheiros dos sindicatos, companheiro das companhias aéreas têm sido vítimas até de tentativas de agressão física, face às coisas que vem acontecendo. Quais foram às providências da INFRAERO, não para resolver o problema, mas para tentar pelo menos ab-

solver ou minimizar? Cito para os senhores um caso emblemático – O Aeroporto de Congonhas que é o mais conhecido do País e o mais movimentado. Têm uma capacidade instalada para 5.100 pessoas por hora embarcando e 4.400 pessoas por hora desembarcando. Chegamos a 17 mil pessoas por hora. E isso gerou e gera toda a sorte de problemas. Saturação da polícia, da receita, do médico que fica de plantão, dos taxistas, todo o sistema é afetado. O papel da empresa durante toda essa crise foi o de tentar minimizar danos ao usuário, as companhias aéreas, com recomendações específicas de deter qualquer, evitar qualquer tipo de violência. É perfeitamente admissível que pessoas nervosas, consumidores conscientes de seus direitos entrasse em atrito com... Um tumulto como esse que foi criado. Ocorreram violências, ocorreram tumultos, chegamos ao limiar da violência, mas foi possível evitar tudo isso. Em grau maior ou menor. No dia de ontem talvez tenha sido o pior dos dias desde que o 1907 desapareceu, e, no entanto, o dia de ontem não teve praticamente nenhuma motivação com relação ao controle aéreo. Nós tivemos uma sucessão de fatos inacreditáveis que foram acontecendo e sinergicamente provocaram um caos por volta de uma hora da manhã de domingo. Eu estava acordado à noite toda acompanhando o que aconteceu, então basicamente, senhores, eu prefiro deixar para o debate perguntas sobre a atuação da INFRAERO e o que nós poderíamos eventualmente fazer. Gostaria também de dizer que a INFRAERO participa do controle do espaço aéreo apenas no nível de torre de controle em 20 aeroportos, é uma coisa pequena, mas nós temos 490 controladores de voo que de alguma forma participam desse esforço. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo Jorge Botelho. Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção de Voo é o Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, é uma honra muito grande estar aqui para debater essa questão, principalmente porque nesse episódio todo, nós controladores de tráfego aéreo fomos acusados de ser os vilões de toda a história, e a oportunidade que temos aqui é de esclarecer todos os acontecimentos. Alguma coisa que eu gostaria de dizer aqui já foi dita, mas eu gostaria de me reportar alguns outros itens. Primeiramente que nós controladores estamos plenamente satisfeitos da maneira como a coisa está sendo discutida, porque pela primeira vez esse assunto, com a participação dos trabalhadores está sendo discutido a nível de Governo.

Eu já estive aqui, não no Senado, mas na Câmara em outras audiências públicas, eu já perdi a conta, mas o assunto foi debatido somente ali naquela esfera e depois se encerrou. Então, nós temos muita confiança da oportunidade que nos deu o Ministro Waldir Pires ao criar um grupo de trabalho em que nós estamos participando no sentido de darmos a nossa contribuição, expormos os problemas e apresentarmos a nossa visão do que seria de solução. Os controladores do tráfego aéreo, antes do episódio do acidente, ele já vivia uma situação de um intenso tráfego em momentos de pico, realmente a coisa ficava tensa e nós tínhamos um padrão de atuação de assumirmos responsabilidades além da nossa capacidade. Isso aí nós colocamos para a imprensa e das muitas vezes fomos mal atendidos e outras vezes as coisas não foram colocadas corretamente, porque em determinados momentos em que nós tínhamos conversado com o Ministro, explicado que nós daríamos todo o nosso sacrifício para encontrar solução e a coisa se normalizar, colocavam que nós estávamos boicotando a aviação, estávamos fazendo uma operação patrão no sentido de prejudicar, e isso não é verdade. Nós sabíamos que a partir de um determinado momento do ano, as coisas iriam se complicar porque o volume de tráfego iria aumentar e haveria momentos de pico, momentos muito intensos.

O episódio da tragédia do voo do avião da GOL ele só precipitou os acontecimentos. Precipitou no sentido de que mostrar toda a problemática que nós já estávamos enfrentando, e que em alguns anos atrás, periodicamente estávamos mostrando para as autoridades a nossa visão. E, infelizmente, não éramos ouvidos. A partir do momento que houve o acidente com o avião da GOL, houve uma mudança, ou seja, algumas pessoas, alguns operadores envolvidos, conforme o Brigadeiro explicou, foram afastados e nós não tínhamos um efetivo suficiente para repor aqueles que saíram. Então, o que aconteceu? Sobrecarregou aqueles que ficaram. Some-se a isso também o fato de que após um acidente aéreo há a necessidade de se fazer um refluxo, eu chamo de refluxo, mas há uma necessidade de se diminuir o ritmo de trabalho, o fluxo de aeronaves tem que ser para que as pessoas, o sistema faça uma análise do que aconteceu. Porque o sistema envolve recursos humanos, envolvem aeronaves, pilotos, equipamentos e procedimentos. Então, é necessário que se faça uma análise para que o erro seja, o erro ou a falha seja identificada e então corrigida, porque se mantivermos o mesmo ritmo de trabalho antes do acidente estaríamos incorrendo num erro, poderíamos cometer o mesmo erro, não se

sabia qual seria o erro, qual era a falha do sistema e provocar um novo acidente.

Some-se a isso também o seguinte, nós não tínhamos nunca enfrentado um acidente dessa monta. Muitas pessoas, nós controladores, até da própria sociedade, ou daqueles que vivem na aviação, estavam preparados psicologicamente para enfrentar um momento desse, então muita gente ficou realmente abalada. Eu mesmo que já estou há cinco anos, há seis anos fora da operação, fiquei muito constrangido, muito abalado com isso porque a minha vida toda de aviação, eu comecei em 1974, eu escutava sempre alguém dizer assim, "essa coisa de tráfego aéreo no Brasil só muda quando acontecer um acidente". E eu me perguntava, será que realmente será assim? Para nós esse foi um dia nunca esperado e realmente aconteceu. Então, temos que aproveitar a oportunidade para mudar, corrigir aquilo que entendemos que não é correto. Aquilo que pode ser melhorado, nós manifestaremos as nossas idéias, por outro lado também, aqueles controladores experiente, que são poucos, devido à evasão de trabalhadores que houve nesses últimos anos, isso já vem desde 1990, colocou que poucos têm aquela experiência que nós diríamos para ser, digamos, o ponto de referência para os mais novos. Controladores que estavam com uma visão de que eu tenho que resolver o problema, tem avião, manda mais, eu resolvo. Mudou. Eles chegaram à conclusão que o seguinte, avião bate. A responsabilidade que eu como controlador, tenho ao colocar dois, três, quatro, cinco, quinze aviões no meu setor é muito grande.

Então, passamos a operar dentro de um determinado limite que era à margem de segurança, e essa margem de segurança, esse número está dentro de uma capacidade que o sistema comporta. Então, nós não, de maneira nenhuma iríamos violar essa capacidade comprometendo a segurança, e isto foi difícil para que outros setores da imprensa e a própria sociedade entendesse que as nossas medidas, eram medidas de segurança, porque o elemento controlador de tráfego aéreo é o homem que sofre a pressão, ele que psicologicamente está envolvido diretamente, ele é o elo, justamente a ponta do sistema que faz com que a segurança funcione.

Isto, essas medidas que tomamos, essa nossa atitude foi no sentido de trazer segurança, visto que nós tínhamos uma série de problemas de falta de pessoal, problemas de talvez não confiarmos o suficiente nos nossos equipamentos. E desde logo, eu procurei a Casa Civil propondo uma audiência para que nós explicássemos a nossa visão, explicássemos o problema que estava ocorrendo, e através do Ministro Waldir Pires me contactou e disse vamos fazer uma reunião

para debater isso daí. E essa reunião aconteceu e nós expusemos a ele todos os problemas e, por outro lado, eu quero dizer que as medidas que estão sendo tomadas, emergenciais, nós não somos contra, o que nós colocamos desde o início para o Ministro é que estamos com o cobertor curto. Se a gente tira pessoas de Rio, São Paulo ou de Curitiba para cobrir Brasília, nós estamos descobrindo um outro setor. Nós colocamos para o Ministro que gostaríamos realmente, a nossa expectativa é que controladores de aposentado realmente venham para trabalhar, mas a gente gostaria de que isso fosse feito dentro do critério. “Olha, o exame médico tem que ser igual é feito pelos controladores da ativa e também que a capacidade técnica fosse apreciada de modo que não tivéssemos pessoas inexperientes ou incapazes para aquele setor”.

Eu me coloco aqui à disposição de debater, não só hoje, mas também todo e qualquer momentos que V.Ex^{as} quiserem para que a gente possa colocar todos os problemas. Eu já estive com o Ministério Público Federal, eu já coloquei toda a problemática da nossa visão, amanhã estarei na Câmara e estou disposto a me apresentar em qualquer fórum que V.Ex^{as} quiserem para expor o problema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como propósito de se ouvir todos os setores envolvidos na questão, vamos passar a palavra agora ao último convidado que é o Dr. Marco Antônio Bologna que é o Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Bom, obrigado Presidente, obrigado Srs. Senadores, todas as autoridades Aeronáuticas pelo convite de participar dessa audiência, em nome do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Primeiro nós gostaríamos de ressaltar que as empresas aéreas são os usuários intensivos de todo esse sistema que foi muito bem descrito pelo Brigadeiro Vilarinho, que esse sistema tem que se manter e vem se mantendo em condições operacionais e em estado da arte, tendo, dentro da categoria 1 no conceito da Organização Mundial de Controle da Aviação. Para tal, necessita expressivos montantes aportes financeiros eu gostaria aqui de dar a nossa visão com dados consolidados do DAC da ANAC o quanto o setor contribuiu, evidentemente isso é coletado dos nossos clientes, dos passageiros e eu diria que todos os passageiros estão absolutamente adimplentes com as empresas aéreas, bem como hoje as empresas aéreas estão totalmente adimplentes para com o Governo. Então, como prestador de serviço.

No ano de 2003, nós pagamos um total entre taxas aeroportuárias e de navegação e comunicação

oitocentos e quarenta e um milhões de reais. No ano de 2004, nós pagamos oitocentos e noventa e quatro milhões reais. Em 2005, oitocentos e noventa e dois e a estimativa para esse ano deve chegar ao redor de novecentos e cinquenta milhões de reais em taxas. Um terço é voltada para taxas aeroportuárias e dois terços para navegação e comunicação.

Então, a primeira observação é que existem recursos para resolver o problema, não existe aqui uma limitação e esses recursos vêm do próprio usuário e do próprio cliente e do próprio passageiro que é a razão da existência de uma companhia aérea.

O nosso setor de aviação para esse ano devemos estar transportando ao redor, chegando a quarenta e cinco milhões de passageiros transportados no ano, vamos estar transportando também um passageiro silencioso que é a carga, mais de três milhões de toneladas, entre perecíveis, medicamentos, documentos, eletro eletrônicos e cargas industriais o que mostra importância desse setor como integração para um País da dimensão do Brasil. O crescimento o próprio Nilton citou, é um crescimento a três anos de dois dígitos, eu diria que é crescimento mais do que crescimento chinês para um País que tem um PIB que chega próximo de 3%.

Ou seja, há um estímulo ao tráfego aéreo apesar de toda a dificuldade com alta de petróleo e também de um aumento de carga tributária sobre o setor. Isso ocorre em função da dimensão do País, isso ocorre em função do setor ter se preparado em criar tarifas competitivas, criações de produtos, em buscar eficiência, isso é uma tendência mundial, a integração de malha aérea, a maior utilização de um ativo que é caro que é um avião, e lembrando que no Brasil também o avião é muito importante, lembrando que os outros modais, lembrando o modal rodoviário, é um modal que não atenderia esse fluxo de passageiro citado, bem como não existe o modal ferroviário de passageiros. Esse total de CPFs como o Zuanazzi citou, chegando a 14 milhões de brasileiros, para nós é uma perspectiva extremamente estimulante. É pouco se a gente for pessimista, mas ele tem um grande potencial de crescimento lembrando que o Brasil tem 190 milhões de habitantes.

Portanto, eu acho que a gente tem que estimular o tráfego aéreo no sentido de integrar o Brasil como um todo. Nós empregamos ao redor de 35 mil trabalhadores no setor, e sabemos que tem um efeito multiplicador de um para cinco nas comunidades atendidas, ou seja, o setor acaba empregando, ou gerando renda para 150 mil trabalhadores, isso na área de negócios. É impossível pensar também no Brasil, no Plano Nacional de Turismo sem aviação e também é um elemento de in-

clusão social. Tudo isso foi feito, tem sido feito por um setor saudável, então o Brasil hoje é, depois de China, Índia, um maior mercado potencial para crescimento da aviação. São dados dos próprios fabricantes e lembrando que o setor hoje, é um setor com credibilidade, é um setor saneado, é um setor lucrativo, é um setor que paga com os seus compromissos com o erário, é eficiente, está investindo em frota moderna, a frota do Brasil é uma das mais modernas do mundo em termos de idade média, investimos também em tecnologia de atendimento e temos também aqui no Brasil, lembrando que na América Latina só quatro empresas estão listadas e tem as suas ações transacionadas na Bolsa de Nova Iorque e dessas quatro duas se encontram no Brasil. Além disso, temos uma empresa de silêncio fabricante, uma das três que é a EMBRAER mostrando que o Brasil lhe honra ter sido o criador da Aviação por Santos Dumont. Então a tendência do transporte aéreo é de popularização, a tendência do transporte aéreo é de maior acesso a todos os brasileiros dentro do avião em função das características do País e da característica dos outros meios de transportes.

Nós sabemos também dos esforços que tem sido feito para todo esse investimento em controle do espaço aéreo é um controle integrado como foi demonstrado tanto da defesa, quanto do espaço aéreo, mas nós não podemos entender que após vários anos de suporte e crescimento o maior entrave que está ocorrendo hoje venha a prejudicar o passageiro e esse entrave pelo que vocês viram aqui é ligado a pessoas. Então eu diria que como infra-estrutura a mais fácil de recuperar, a mais fácil de endereçar uma solução é o transporte aéreo porque é capacitar, remunerar adequadamente para cento e cinquenta mil pessoas afetadas no trabalho, nós vimos aqui que estamos falando próximo a três mil controladores de voo.

O Brasil está inclusive com o compromisso até 2010 de estar integrado em tecnologia de ponta de acordo com a Organização Mundial para um sistema baseado em GPS, portanto nós temos também que estar endereçando os investimentos necessários para isso. Esses recentes acontecimentos dos últimos dias que também, como disse o Botelho, pegaram todo mundo de surpresa, pegou também o transporte aéreo, nós não estávamos preparados para uma crise dessa dimensão, tentamos minimizar com a ajuda da INFRAERO, com a ajuda dos controladores, com a ajuda da ANAC e de todos os membros do sistema, mas o que aconteceu em outubro e início de novembro demonstrou que o sistema não estava em condições de atender os movimentos em função de pessoal, e todos esses movimentos de horários de voo são autorizados. Então, a título de esclarecimento, quando

uma empresa aérea faz um pedido de um voo junto a ANAC, a ANAC consulta vários órgãos para saber a existência de condições de operação, tanto na INFRAERO, quanto o Departamento de Controle do Espaço Aéreo que é o DECEA para justificar e saber se há absorção da possibilidade da colocação desse voo. Ou seja, não há nenhum voo que a uma companhia aérea faça que não tenha sido checado todo o sistema e autorizado.

Então, quando vem ao público essa situação, a falta de pessoal, a gente fica bastante preocupado. E essa perspectiva de crescimento futuro do modal é que eu acho que a gente deveria estar endereçando daqui para frente.

Então, à luz de saber que dessa crise já é conhecida o nosso fundador, o fundador da TAM, da companhia que eu presido do Comandante Rolim, já em 2001 ele, antes de falecer, ele falava naquele ano de 2001, houve o apagão do setor elétrico, ele falava no apagão aéreo, tem, inclusive uma correspondência enviada, eu acredito até que o nosso Senador Heráclito pode confirmar a existência dessa correspondência, devido a essa preocupação dado o potencial do crescimento da aviação e dada à necessidade de investimento no setor.

2001, 2002, a aviação como um todo no mundo passou por uma crise profunda em 2001, com o atentado de 11 de setembro, vieram mais cursos na área de segurança para cumprimento de regras e ao mesmo tempo no Brasil o ano de 2002 foi um ano de volatilidade econômica muito forte, o dólar chegando a quatro, que levou o setor, eu diria, quase a falência do setor aéreo no Brasil em função das dificuldades econômicas financeiras. Em 2003 se iniciou, eu diria uma lição de casa do setor, essa lição de casa partiu das próprias empresas voluntariamente buscar mora e eficiência, redução de custo, busca de competitividade e de, vamos dizer assim, de produtividade no seu negócio. Todas elas sendo administradas de uma maneira eficiente pelo setor privado, e aí eu recordo que houve no dia 30 de outubro de 2003 pelo então Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas, ele editou dezoito Resoluções do Conselho Nacional da Aviação Civil do CONAC e essas dezoito resoluções se baseava em alguns princípios que era ter um setor auto-sustentável, saneado, moderno, capacitado, flexível, ou seja, endereçou adequadamente uma política de aviação civil. Eu gostaria de recordar algumas dessas Portarias porque houve essa reunião em outubro de 2003 e nunca mais o CONAC veio a se reunir.

Então, existe uma Portaria que estabelece o Conselho Consultivo do Desenvolvimento da Aviação Civil composto pelo Ministério da Defesa, pelo Sindi-

cato Nacional dos Aeronautas, pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários, pela Associação dos Fabricantes, pelo Nosso Sindicato, das Empresas Aeroviárias, pelo Foro das Cidades Aeroportuárias e pelo Direito do Consumidor. Ou seja, esse Conselho, se ele tivesse reunido talvez nós tivéssemos evitado muitas das coisas que hoje ocorrem, então fica aqui uma recomendação de que se estabeleça esse Conselho e porque ele seja de forma preventiva e não que a gente sempre procura fazer de forma corretiva, como a gente está tentando fazer agora. Eu ressalto três resoluções do CONAC, a Resolução 5 que já alertava sobre o contingenciamento de receitas do setor. Eu ressalto também a Resolução de nº 11 que solicitava a definição de um Plano Aeroviário Nacional e participando, como citei, todos os agentes do sistema, que esse plano também nunca veio a ser concretizado de forma integrada. E a Resolução 15 que alertava exatamente para a capacitação do DECEA em termos de recursos humanos.

Ou seja, eu diria que todos esses pontos nos levam a concluir que os fatos eram conhecidos. Por parte do nosso lado, das empresas, nós como operadores responsáveis que somos pelo transporte de vidas e com responsabilidade de atendimento ao cliente, o sindicato sempre manteve comitês permanentes, tanto na área de segurança de voo, quanto de segurança de aeroporto, quanto de operação de malha. Tem a participação nesses comitês também de pessoas do DECEA, de pessoas do DAC, hoje da ANAC, e da INFRAERO e todos os alertas por parte do sindicato estão registrados em atas e distribuídos a todos os participantes dessas reuniões.

Com relação aos controladores de voo, eu queria fazer uma colocação primeiro que eles são de extrema importância para o nosso negócio. Eles que estão nos orientando os nossos vôos, os equipamentos são modernos da aviação brasileira, os aviões são extremamente modernos, mas aqui o pleito fica de que se nós estamos falando de efetivo que haja o efetivo adequado, que haja a capacitação adequada, não só a quantidade de pessoas, que haja condições de trato e que haja, evidentemente, uma remuneração compatível com a responsabilidade dessa função.

Então, medidas de curto prazo eu acredito que serão medidas emergenciais que vão atender alguma coisa no curto prazo, mas nós temos que ter um envolvimento maior, aqui eu fico colocando a todos os que estão na Mesa de realmente sentar e fazer aquilo que as dezoito resoluções já tinham definido. Isso para nós é importante porque a aviação sofre prejuízos enormes com isso. Toda a vez... Nós não somos sádicos e nem somos masoquistas, tudo isso que a gente assiste para nós é muito ruim, é muito ruim para

o trabalhador da nossa empresa e a gente acaba sofrendo prejuízos também. Não só do ponto de vista da imagem que é muito ruim para o prestador de serviço, mas também em termos de custos, em termos de horas de solo de aeronaves, traslado, combustível, espectro de tripulação, espectro de tripulação do setor é extremamente regulado, não existe como um tripulante fazer horas extras, tudo isso é feito por um trabalho de regulamentação do setor, que ela é séria essa regulamentação. Nós temos também que atender o passageiro pagando hospedagem, alimentação, traslado. Ou seja, tudo isso gera custos o qual o setor fez um Ofício a ANAC, esse Ofício agora foi no dia 6 de novembro onde nós mostramos o quanto isso está impactando no resultado das empresas.

Além, evidentemente por essa questão de imagem, de perda de receita, o setor vem até acumulado, até o dado de outubro com 72% de aproveitamento dos nossos vôos, o dado de novembro já mostra o reflexo disso, nós estamos na faixa hoje de 66 a 67% de aproveitamento, fruto, evidentemente que a gente sempre coloca na aviação, que 70% dos nossos passageiros tem medo de voar e os outros 30 provavelmente são mentirosos. Ou seja, então a aviação é uma atividade de estresse, é uma atividade onde é importante que a gente tranquilize o usuário.

Em termos de aeroportos também eu acho que existe um volume considerável de áreas prejudicadas hoje, áreas que a gente sabe bloqueadas pelo judiciário e que a gente deveria ter um tratamento. Nós temos hoje exemplo do Aeroporto de Congonhas que é um aeroporto extremamente, eu diria, praticamente congestionado, existe aproximadamente 25% das áreas indisponíveis em termos de hangares, inclusive, em termos de balcão de atendimento.

Então, eu acho que com tudo isso, a gente deve uma satisfação a principal pessoa disso tudo que é o usuário, que é a população brasileira. Então medidas de curto prazo estão sendo tomadas. A gente como operador do sistema, gostaria de tranquilizar que a aviação brasileira, ela é segura, ela é de qualidade. Eu acredito que nós precisamos rever o planejamento e o mais importante, ter uma execução integrada, sempre é muito comum penas organizações planejar e não executar. O que nós precisamos são de medidas de execução, medidas claras, medidas de comunicação, como o Milton falou, que seja uma única comunicação ao usuário que coloque a ele o que está acontecendo de fato. Óbvio que o setor também nunca trabalhará com 100% de pontualidade, não existe isso no mundo. Se falarem que tem 100% de pontualidade é impossível em função de caráter meteorológico ou de aspectos de manutenção da aeronave.

Então 96% de pontualidade é um número bastante razoável, isso tem 4%, portanto, de atraso. No caso específico da empresa que eu Administro, são 650 vôos, portanto, 4%, a gente chega a quase 30 vôos que na média, eles sofrem atraso e que acabam também, como o Milton falou, caindo na confusão de que tudo isso tem a ver com o controle do espaço aéreo.

Então, eu acho que essas medidas emergenciais que o Brigadeiro Bueno citou, resolve no curto, mas a longo prazo a gente tem que sentar e fazer um planejamento integrado, a gente tem que estabelecer novamente as reuniões, o Conselho consecutivo do CONAC, com a participação do setor que nos controla, do poder concedente de nós que empregamos e dos trabalhadores e dos controladores de vôo que tem um aspecto muito importante. Eu diria que o avião para o Brasil não é um problema, o avião para o Brasil deveria ser uma solução. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Após ouvirmos o último expositor, nós vamos passar a palavra para os Senadores inscritos. Antes, porém, eu gostaria com a permissão do Senador Arthur Virgílio de fazer um questionamento muito rápido ao Ministro Waldir Pires. Observamos na exposição do Dr. Zuanazzi e na exposição do Dr. Bologna a importância, principalmente num País em que o crescimento no setor, a importância do CONAC que é o Conselho Nacional de Aviação Civil para que se travem as constituições da matéria.

O questionamento é porque o CONAC não se reúne, qual foi a última vez que se reuniu e qual é a dificuldade de se transformar esse fórum de discussão de um setor tão sensível em reuniões periódicas, como seria o objetivo até para que medidas preventivas fossem adotadas. Tem a palavra V.Ex^a.

SR. WALDIR PIRES – Por isso é que a primeira providência que nós adotamos em face dessas circunstâncias, foi exatamente a de constituir um grupo de trabalho com a participação de todos os interessados e todas as áreas a fim de que nós fizéssemos o enfrentamos dessa situação.

A ANAC levou algum tempo para ser constituída e ela se constituiu ao longo deste ano de 2006, de modo que a partir exatamente dessa experiência do quadro de crise razoavelmente grave que foi praticamente durante todo o período de crise da VARIG, mas é a partir desse grupo de trabalho que nós vamos fazer as instituições todas funcionarem adequadamente. De modo que o prazo é um prazo de 60 dias, eu entendo que ele é um prazo curto, mas suficiente, nós chegaremos a todas estas conclusões sobre essas dificuldades. Nós sabemos que esses casos excepcionais ocorrem, ocorreram e quando ocorre ou ocorreram houve em

todos os Países dificuldades, não há milagres, a seriedade e a uma posição de firmeza que se deve adotar em relação a todo quanto trabalham no setor e quantos interpretam o setor. Houve problemas graves nos Estados Unidos. Quando se deu a crise nos Estados Unidos, não foi instantânea a solução, quem tiver essa impressão, essa leitura, precisa aproveitar o tempo e estudar um pouco mais. Na realidade... Na realidade não houve isto, esta é uma informação convocada.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Convocado está o Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Houve em redução de 60% no tráfego aéreo dos Estados Unidos e durante algum tempo, durante cerca de alguns meses houve necessidade de que os vôos se realizassem nos níveis acessíveis aos antigos métodos de segurança de vôo, sem utilização de radares, sobretudo em todas as áreas dos Estados Unidos. Para nós, a necessidade de sermos mais rápidos e até mais eficientes é ainda maior porque nós não dispomos de ferrovias, nós somos um País continental que não temos alternativas. Nos Estados Unidos não se toma um avião para chegar com 30 ou 40 minutos. Mas pode se tomar um trem para chegar com 3 horas, 4 horas. Isso não existe em nosso País. Conseqüentemente é um esforço da sociedade, da sua administração, de seus órgãos responsáveis, todos mobilizados para isto, dispondo do máximo de estímulo e de vontade, de vontade política, de vontade séria, de vontade responsável para que nós, rapidamente, cheguemos a nossa normalidade e cresçamos. Esse é o compromisso que o Governo tem, é o compromisso que nós estamos atendendo. Creio que a recomendação das reuniões da ANAC agora já constituídas as etapas todas da ANAC, nós podemos realizar com eficiência as reuniões do CONAC. E a partir daí, contar com os senhores, contar com o Parlamento, contar com todas as áreas para dispormos do que for necessário, a fim de que tenhamos a possibilidade de crescer.

Eu assisti críticas aí à situação do Brasil, como se porventura você não tivesse paralisações e quadros graves em outros Países. Quando nós assistimos o 11 de setembro, houve paralisações e graves ocorrências em todo o transporte civil, aéreo dos Estados Unidos a ponto de serem necessários... Foram necessárias determinadas medidas altissimamente onerosas para cobrir a posição das empresas civis de aviação. De modo que o nosso propósito e o nosso dever e que nós vamos cumprir é este, de nos juntarmos todos e cumprimos as nossas obrigações e estabelecermos uma institucionalidade que seja capaz no Brasil de assegurar a sua caminhada cada vez mais eficiente em busca de um transporte aéreo de progresso e eficaz.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Exª a palavra pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Primeiro lugar, eu acho que há uma sugestão do Ministro para que os terroristas derrubem as duas torres do Congresso para que se tomem as providências. Porque ele cita esse caso do 11 de setembro sem nenhuma razão de ser e não fez nenhuma resposta a sua indagação, Sr. Presidente. A desconsideração não é a mim, é a V.Exª. Porque o CONAC não se reúne, aí ele criou um grupo de trabalho, logo ele matou o CONAC. Isso que V.Exª deve ficar atento, já que V.Exª fez a pergunta, não fui eu. Já que fez, eu quero fazer essa questão de ordem para saber se o CONAC morreu, quando vai ser enterrado e esses todos que estão aí vão participar das férias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, antes de passar a palavra, exatamente, eu estava aguardando o término da exposição dele para reiterar a minha pergunta. A minha pergunta é exatamente com relação à reunião do CONAC que é um Conselho que tem praticamente a participação de todos que estão aqui na Mesa, menos a minha, fazem parte do CONAC e que em 2002 ou 2003, um dos expositores aqui mostrou, não só reuniu-se, como apresentou resoluções que não foram dadas posteriormente continuidade. É um fórum não só de debate e de decisão, e é importantíssimo, inclusive, para orientação do Ministro da Defesa. Numa fase posterior, é outra questão a ser discutida aqui, no caso da INFRAERO, porque não se discute o Plano de Desenvolvimento e o Plano Diretor com as companhias, mais outra questão mais adiante.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o aeroporto com a INFRAERO também é essa questão mais adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa questão, Ministro Waldir Pires, o interesse da Casa é exatamente saber o porquê, se não há unidade, por que o CONAC não está se reunindo, o que se pode fazer, porque é um instrumento fantástico. Não só para decisões, mas também para divisão de responsabilidades nas questões que nós estamos vivendo hoje. Era essa pergunta especificamente sobre o CONAC.

SR. WALDIR PIRES – V.Exª me permite, mas eu deve dizer-lhe desde o primeiro instantes eu informei que ainda não haviam sido instituídas algumas instituições, entre as quais, a primeira que é a ANAC, que é a agência. Tratava-se de uma mudança de sistema, a agência não havia sido ainda organizada, ela se

tornou organizada este ano. A experiência deste ano é que nos conduziria a nós estarmos recolhendo as experiências para poder definir o projeto de alteração dos comportamentos para ouvir todos os membros da ANAC, a maioria dos quais é, inclusive, membros do Governo, são Ministros membros do governo. De modo que não há, da minha parte, não houve nenhuma omissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Longe da Mesa fazer qualquer juízo de valor, até porque V.Exª é Ministro há um ano.

SR. WALDIR PIRES – Um ano ainda não, há meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O questionamento é outro. E por que em 2003, ainda não existia a INFRAERO e era substituída pelo DAC, a ANAC, perdão.

SR. WALDIR PIRES – Se V.Exª me permite, era toda uma transformação de sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro.

SR. WALDIR PIRES – Essa transformação de sistema era necessário que essa transformação fosse devidamente acompanhada e regulada pelo CONAC, pelo Conselho. Depois de instituído, é muito recente o prazo, muito recente. As experiências agora são experiências de fazermos a verificação. Como este novo modelo está funcionando e aí, sim, convocar o CONAC para uma série de medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qualquer maneira, para que fique o registro na Casa, nós pediríamos a V.Exª que evidentemente não pode saber de cor, mas que a Assessoria fornecesse a última data de reunião do CONAC.

SR. WALDIR PIRES – A última data de reunião do CONAC deve ser sido lá atrás em 2003, exatamente, para a alteração substantiva de uma metodologia de tratar o assunto da aviação civil.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pelo Ministro José Alencar.

SR. WALDIR PIRES – Não, antes, pelo Ministro Viegas. Era numa fase de pensar a mudança do modelo. O modelo se instituiu, a ANAC passou a atuar agora, recentemente. Agora recentemente é que nós vamos ter que fazer com habitualidade as reuniões do CONAC para estabelecer regras, competências e nossos propósitos de assegurar a Nação um sistema de transporte civil de controle aéreo devidamente adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apenas para registro nos anais, o Conselho que é interministerial, ele é composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro das Minas E Energia,

Ministro da Fazenda, Casa Civil e Ministro do Turismo e participam permanentemente com convidado o DAC, hoje, ANAC, o Comando Geral da Aeronáutica, do setor aeroviário e a INFRAERO, apenas o registro. Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu faço as perguntas todas de uma vez a quem direito e ouço a resposta de cada um de per si. Ou pergunto e ouço a resposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como V.Ex^a é sintético nas perguntas sempre, poderia fazer uma cada uma. Eu deixarei V.Ex^a à vontade porque como disse no início é um tema técnico que depende de alguma... E nós estamos sendo transmitidos para o Brasil inteiro, as pessoas que estão assistindo querem uma compreensão de alguns assuntos, de forma que eu acho que nós temos que primar pela clareza do que está sendo discutido aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. Muito bem. Eu começo, então, com a única pergunta que tenho a fazer para a INFRAERO ao Brigadeiro José Carlos Pereira a partir de um e-mail que eu recebo de um cidadão, que eu prefiro não identificá-lo, me dizendo que aproximadamente três anos um dos equipamentos eletrônicos do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, utilizado na navegação aérea chamado VOR deixou de operar em função de uma obra feita ao seu lado, um galpão metálico, o que fez com que o equipamento deixasse de enviar sinais. Para resolver o problema provisoriamente, ele aspeou a palavra provisoriamente, a Aeronáutica ofereceu um VOR de campanha até que fosse instalado o novo equipamento que já estava comprado, inclusive. Acontece que a instalação do aparelho depende de Licitação da INFRAERO que até hoje não fez a Licitação. Um VOR comprado teria custado trezentos mil dólares, aproximadamente, estaria jogado num dos hangares da base aérea e por ser um equipamento eletrônico extremamente sensível, ele já pode estar estragado. Em contrapartida, o VOR de campanha emprestado pela FAB também já começa a dar sinais de desgastes em função do clima, inclusive, criando embarços para a segurança do tráfego aéreo. Ele diz que estranha muito porque tudo é cobrado dos operadores de aeronaves, desde estacionamento, até, diz ele, pasme V.Ex^a, a comunicação com as torres, terminais e centros, sem contar ainda as taxas de embarque. Essa é a pergunta a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Restabelecido o som, pode falar Brigadeiro. Som para o microfone auxiliar da esquerda.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ok. Senador Arthur Virgílio. Os dados que o senhor citou a

respeito de um VOR no aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis, evidentemente a pessoa que passou esse e-mail para o senhor acompanhou de perto alguns processos que ocorreram lá em Florianópolis, inclusive o processo de Licitação que estão contidos pelo Tribunal de Contas da União. O aeroporto, as obras do aeroporto de Florianópolis estão suspensas por ordem do Tribunal de Contas da União, não posso licitar absolutamente nada por ordem do Tribunal de Contas.

As razões que levaram o Tribunal de Contas para isso estão disponíveis naquela Corte e remontam a bastante tempo no passado. O VOR de campanha instalado, emprestado pela Aeronáutica, está realmente operando e atendendo razoavelmente, o equipamento a que o senhor se refere é verdadeiro, ele foi interferido por um sistema, por uma construção e substituído por um Doppler VOR, D-VOR. Esclarecendo tecnicamente é um equipamento que emite sinais eletro magnéticos para um avião atendendo o efeito Doppler, ou seja, ele não sofre interferência de instalações. Se for do seu entender, Senador, eu preparo um relatório completo sobre a situação não só do VOR de Florianópolis como de todo o Aeroporto Hercílio Luz, inclusive as coisas que estão acontecendo lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, apenas para esclarecimento, o que é mais importante para a estrutura da INFRAERO, o galpão ou o equipamento para a segurança do passageiro? E qual foi à prioridade dada?

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, nenhum galpão é maior do que todos aqueles edifícios que cercam o Aeroporto de Congonhas em São Paulo, por exemplo.

Então, aqueles edifícios que cercam Congonhas são importantes. Nós temos hoje equipamentos, soluções técnicas para conviver com galpões e com aqueles edifícios de São Paulo. O Doppler VOR é um deles, por exemplo, e, aliás, um equipamento que não só supera os galpões, como é muito mais moderno, resiste, inclusive, problemas climáticos severos, tipo tempestade magnética.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Obrigado, Brigadeiro.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, eu enviarei ao senhor um relatório completo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito obrigado, eu agradeço. Agora me dirigindo ao Ministro Waldir Pires, eu tenho primeiro, a impressão de brasileiro de que reina uma situação de caos desse quadro de controle do tráfego aéreo. Cheguei a sentir um certo cheiro de crise militar e isso me parecia, e eu bato na madeira três vezes e se precisar

eu bato mais três, e bato mais três, e bato mais oito, não pode mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bate mais uma porque o avião da GOL vinha de Manaus.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu bato mais três, ou seja, deve ser sempre número ímpar, eu acredito, três. A idéia da crise militar se choca com o que foi uma grande realização do Governo passado, eu não pensei que isso fosse pensável que era estabelecer a figura do Ministério da Defesa unificando as três forças e colocando, e hoje isso é natural, um Ministro civil, foi uma grande conquista do Governo passado. Foi uma herança nada maldita, a idéia da crise militar me pareceu um retrocesso terrível. Mas o fato é que isso vem do alerta do Ministro Viegas quanto aos recursos que, em sendo contingenciados, levariam a crise.

Tem um parecer de 2003 de 20 páginas que chega a dizer que a diminuição dos recursos poderia obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes no passado. Ou seja, muito menos dinamismo ainda no intervalo entre os pousos e as decolagens, enfim. Mas, muito bem. A pergunta que eu faço ao Ministro é a primeira, faltou dinheiro para atender os controladores do tráfego aéreo? Não me parece que seja meramente culpa da equipe econômica, porque houve uma ganância, houve um desequilíbrio fiscal grande, muitas categorias foram atendidas, quer dizer, o governo não priorizou os controladores, priorizou outras categorias, não quero dizer que não sejam relevantes, então não teria sido apenas o contingenciamento da equipe econômica, mas sim talvez a falta de energia do Ministério de reivindicar o que lhe era de direito, enfim. Questiono, Ministro, o fato de V.Ex^a e o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, terem adotado um certo modelo sindical de negociação, isso me parece o cerne dessa tal crise militar que eu tanto temo, a idéia da quebra da hierarquia, aquilo que já vimos num passado recente que não pode se repetir.

Os princípios fundamentais do funcionamento das Forças Armadas são a disciplina, a hierarquia e na medida em que se faz a negociação com Sargentos, sem se colocar a figura dos seus Comandantes, me parece que isso arranha a hierarquia, e esse modelo sindicato a mim me pareceu desaconselhável. Cheguei a ler que isso teria sido sugerido pelo próprio Presidente da República, essa é a pergunta. A minha pergunta é, foi sugerido? Agora, eu tenho aqui um dado, que é um dado bastante estarrecedor.

Nós temos em 2001 o fundo, os fundos todos, os fundos aeronáuticos, o Fundo Aeronáutico ele vem de recursos próprios, recursos retirados das passagens,

então não caberia a meu ver, é tão duro quanto fazem com a SUFRAMA no meu Estado. Recursos arrecadados das empresas e que viram recursos contingenciados e nem sequer fazem parte do orçamento.

Em 2001, o fundo Aeronáutico teve uma dotação autorizada de um bilhão duzentos e quinze milhões, mais ou menos, e os valores pagos foram novecentos e trinta milhões. Em 2002, o Fundo Aeronáutico arrecadou dois bilhões, novecentos e oitenta e um milhões e ele empregou um bilhão e vinte milhões. Teve uma parte contingenciada.

Em 2003, já no Governo do Presidente Lula, o Fundo Aeronáutico arrecadou um bilhão trezentos e trinta e nove milhões e pagou quatrocentos e cinquenta e um milhões, já houve um contingenciamento muito expressivo, muito duro.

Muito bem, aí eu começo a ver aqui o Fundo Aeronáutico em 2004 de trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco milhões, mais ou menos, ele pagou efetivamente duzentos e quarenta e nove milhões. Em 2005, lamentavelmente, ele tem aqui para cartografia Aeronáutica, nada. Para ele arrecadou um bilhão e trezentos, e cinquenta milhões, e não gastou nenhum tostão, foi tudo contingenciado. Para operação e manutenção de equipamentos de sistemas e de controle ele arrecadou trezentos e quarenta milhões e empregou duzentos e dezessete milhões. Para modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo, eu suponho, ele arrecadou cento e cinquenta e cinco milhões e empregou apenas sessenta e dois milhões.

E muito bem, em 2006, em 2006, nós temos, eu não tenho os dados de 2006. Não, tenho aqui os dados de 2006. De trezentos e sessenta e seis milhões para manutenção de equipamentos, sistema de controle, apenas cento e trinta e sete milhões foram pagos. E do Fundo da Aeronáutica referente a desenvolvimento e modernização, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo de cento e sessenta e três milhões, apenas trinta milhões teriam sido pagos. Ou seja, novamente, me parece que faltou energia, vontade política do Ministério para dizer que isso não cabia, que isso arriscava a vida das pessoas.

Mas, muito bem, antes de fazer uma pergunta ao Comandante Bueno, eu gostaria, Sr. Presidente, ainda de tecer um comentário que a mim me causa espécie, eu pego o Jornal Folha de São Paulo, então tem aqui uma expressão sua, “resistam, diz Ministro a controladores, para Waldir Pires, defesa operador de vôo que não agüentar fisicamente não deve trabalhar”, o oposto do que quer a Aeronáutica, endurecimento defendido pelos militares e autorizado pelo Presidente Lula já teve aquartelamento e inclui a negativa a licen-

ças médicas”. A matéria de Leila Suana, de Brasília. Agora eu vou aqui para o jornal Correio Braziliense que diz: “Segurança de voo, Ministro da Defesa afirma que operadores investigados pela Aeronáutica são procurados para tratar das aspirações da categoria, inquérito policial militar apura a responsabilidade por atrasos nos aeroportos. Waldir defende controladores”. Hércules Barros e Renata Amorim são os autores da matéria, Ministro da Defesa Waldir Pires saiu ontem socorro dos controladores de voo ao falar sobre o inquérito policial militar da Aeronáutica e por aí vai. E tem a matéria do Jornal Valor Econômico que diz o seguinte, “Waldir Pires defende os controladores, Ministro da Defesa Waldir Pires defendeu hoje os controladores de tráfego aéreo de Brasília que são alvo de uma IPM por atuação sindical, vedado aos militares e aconselhou a categoria a ser forte e a resistir”.

O que me causa estranheza é que sendo V.Ex^a o chefe, o Comandante das Forças Armadas Brasileiras, se vocês não quisessem IPM, V.Ex^a. diria, não quero IPM, e ele não poderia fazer IPM porque V.Ex^a manda nele. E, por outro lado, eu poderia particularmente tomar a defesa dos controladores de voo se eu quisesse como analista, como brasileiro, como Parlamentar. Ou eu poderia tomar a defesa dos IPMs como Parlamentar, como analista, como brasileiro. Mas me parece que o Ministro da Defesa, não. Porque o Ministro da Defesa pode dizer tudo que se faz e tudo que não se faz lá. Pode dizer, por exemplo, eu não quero IPM. E o Comandante Bueno se insistisse no IPM seria demitido por recomendação de V.Ex^a. Se o Comandante Bueno obedecesse V.Ex^a, então ele estaria hierarquicamente cumprindo com o seu bom dever, mas essa idéia e me parece que isso vem da deformação da negociação sindical. Essa idéia de que o Ministro pode tomar partido de um grupo ou de outro, essa me casou espécie.

Portanto, são essas observações que eu queria fazer a V.Ex^a, e finalmente eu teria uma pergunta que eu faria em seguida ao Comandante da Aeronáutica e ao Sargento Jorge Botelho. Pois não, Ministro, eu ouço com atenção e respeito.

SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apenas para registro taquigráfico, o Sr. Jorge Botelho é civil. Ele apenas faz parte do corpo civil da...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Desde 1996 que não contratam controladores civis. 86.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não, Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Eu agradeço a V.Ex^a muito essa oportunidade para suprimir equívocos e interpretações que eu tenho o dever de não aceitá-las, de estranhá-las, por todas as experiências históricas desse País. Há um assunto que eu gostaria preliminarmente V.Ex^a não havia chegado até aqui e eu tinha informado de que pelos dados que nós dispomos e que foram transmitidos pelo setor financeiro do Ministério é mínima a redução de recursos aplicados no Ministério da Defesa para as áreas de proteção de voo e utilizadas e executadas pela Aeronáutica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Os meus dados são do SIAFI.

SR. WALDIR PIRES – Esses dados são do SIAFI no que diz respeito à área de proteção de voo, porque o Fundo da Aeronáutica, como também foi explicado aqui, pelos Brigadeiros que anteriormente haviam sido ouvidos pela Comissão, há muitos recursos que são destinados à saúde, que são destinados a moradias, mas especificamente para proteção de voo, os recursos da dotação autorizada em 2003, foi de trezentos e vinte e sete milhões, houve um contingenciamento, mas de dezoito milhões. E o crédito executado foi de trezentos e oito milhões. No exercício de 2004, a dotação autorizada para esse fim de proteção ao voo foi de quatrocentos e oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e cinco mil, houve um crédito contingenciado, zero. Foram aplicados 464 milhões 092.

No exercício de 2005, a dotação autorizada foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, o crédito contingenciado foi de cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito e o crédito executado foi de quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois. No exercício atual de 2006 o crédito autorizado é de quinhentos e trinta milhões, o contingenciamento é zero e o crédito disponível, até com as informações recentes, depois dos dados que eu tenho, eu tenho os dados de 31 de outubro, de crédito executado de trezentos e vinte e cinco milhões em temos disponível para duzentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta e três milhões que estão em fase de pagamentos e execuções num orçamento que foi votado e aprovado mais ou menos aí em torno de meados do ano passado.

De forma que no período todo que vai de 2003 a 2006, a dotação autorizada foi de um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões e o crédito executado foi de um bilhão, quatrocentos e noventa e dois mais duzentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta e três que estão em execução porque não houve contingenciamento nenhum nesse exercício, de forma que há um contingenciamento em torno de 4%, simplesmente.

Então não houve um problema de recursos financeiros. Da segunda parte da sua indagação, eu

participo, realmente, seria uma coisa desastrosa e inconvenientíssima para democracia brasileira, para a minha vida, para o destino dela, para a construção do que eu entendi ser a vida pública que pudesse haver alguma crise militar. Eu sei o que é o Ministro de Estado, o Ministro de Estado tem um dever que é o bem-estar da população, esse é o seu dever e a proceder para atender aos interesses da população, a proceder dentro das regras que sejam regras compatíveis com a convivência. Eu não tive nenhuma, nenhuma movimentação de ouvir controladores sem que eu tivesse conversado, trocado idéias, ouvido o Comandante da Aeronáutica. O Presidente da República não sugeriu. O controlador civil é um trabalhador como outro qualquer sindicalizado. Num determinado instante, nós teríamos que ter o dever de dizer a população brasileira precisa ter tráfego aéreo.

Então, esta conversa havida comigo, com o Ministro Marinho e com controladores foi uma conversa que tinha o dever da tarefa que a Constituição me dá de servir a população brasileira, e de dizer o Estado Democrático não pode ser refém de grupo nenhum, de categoria nenhuma, de setor social nenhum, de natureza nenhuma, porque o dever do Estado Democrático é servir a população, é servir a cidadania, e é assim que eu entendo, é assim que eu entendo que deva cumprir o meu dever de Ministro de Estado, enquanto puder cumprir assim, o cumprirei. No instante que não for mais possível ser isso, eu não serei mais Ministro de Estado.

De forma que a rigor, eu digo a V.Ex^a que não houve em nenhum momento, nenhum tipo de desentendimento e de falta de apreço ao Comando da Aeronáutica e a Aeronáutica. Quando eu falo em “resistam”, é uma linguagem que eu disse ao Botelho, quando eu falo em “resistam, digam a seus amigos que resistam”, porque eu sei a possibilidade do ser humano tem de resistir. Em determinados instantes quando ele bota toda a sua energia, e toda a sua alma voltadas para o cumprimento de determinadas tarefas e determinados interesses públicos, a gente nem sabe, nem desconfia do poder que tem dentro de si mesmo. Não é resistir contra a Aeronáutica, jamais, jamais, é resistir no sentido de que cumprissem o seu dever lá no controle, fizesse o máximo que fosse possível, dando de si o máximo. Muitas vezes até, digamos assim, não sendo estritamente, digamos o que seria razoável, porque o que nós sabemos que é razoável no mundo? O mundo hoje, que na grande maioria ele é administrado por entidades civis, por organizações civis estabelece, inclusive, quando se dá um quadro como esse, de um acidente como esse, que é um trauma, que é uma tragédia, muitos dos Países adotam, inclusive, o critério de

reduzir jornada de trabalho para recuperar a emoção, para recuperar um pouco o lazer, para estabelecer um reequilíbrio do espírito, da alma, das suas condições psicológicas e por isso mesmo as coisas se dão sem as dificuldades que nós atravessamos.

De modo que não foi resistência, essa a informação que eu tenho o dever de transmitir-lhe. Não foi resistência no sentido de um confronto, não foi resistência no sentido de um desrespeito a Aeronáutica. Tenho convivido bem. Todos sabem a minha origem, todos sabem as minhas convicções, nunca arredei pé do serviço da democracia, nunca! nunca! A idéia básica de que o mundo poderá construir-se decentemente, progressivamente e servindo a sociedade democraticamente, republicanamente. Essa é a força e é o destino da minha vida, quando eu não puder fazer isso, então eu vou procurar um outro caminho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, eu fico feliz porque a impressão que me deu é que consegui, com toda a minha modéstia, despertar a verve de V.Ex^a que estava de certa forma falando num tom monocórdio, enfim. E fez um belo discurso. O dever do seu Ministério é sem dúvida servir a democracia, servir a sociedade e de preferência não derrubando avião, de preferência isso, porque o que nós temos de fato, me parece que agora é um quadro mais grave. Se não falta dinheiro, faltou o quê? Os meios havia para se tocar os projetos do setor, porque então o caos que de repente se estabeleceu? Por que o trabalho desumano que foi submetido os controladores de vôo que devem pelo que leio e sou completamente leigo no assunto, devem-se responsabilizar por no máximo 14 vôos dia e estavam fazendo muito mais do que isso. E chega um momento que não basta talvez a sua exortação, a resistência porque se eles não conseguem atender a sua exortação pela resistência, cai o avião.

Eu soube que aviões, inclusive, um deles saindo da minha terra, ele estava dirigindo a São Paulo, esse avião tinha passado a 50 metros de um outro, eu estou perguntando a mim mesmo se eu estava dentro do avião. É uma pergunta que eu faço, eu estava dentro, porque pela lei das probabilidades eu estava dentro, porque de vez em quando eu faço esse vôo que vai de Manaus, é um MD11 da VARIG até São Paulo, eu podia estar dentro.

Se não falta dinheiro, a coisa é grave, porque o fato é que nós temos um caos instalado. Eu vi marchas e contra-marchas. Eu vi V.Ex^a dizer, eu sou a favor da desmilitarização do setor porque é assim que se faz no mundo inteiro, os jornais.

SR. WALDIR PIRES – Não, me perdoe, os jornais. Nunca mencionei a palavra desmilitarização.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Mas eu não sou traumatizado com essa coisa, não.

SR. WALDIR PIRES – Veja bem, mas eu sou cuidadoso. Nunca, nunca disse isso. Aliás, todos os jornalistas são testemunhas disso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Mas eu tenho a impressão que todos compreendem aqui.

SR. WALDIR PIRES – Eu apenas menciono o seguinte: O mundo, o mundo na sua grande maioria dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia, o mundo na sua grande maioria escolheu os meios civis de organizar a tarefa de controle, só isso. Não falei em desmilitarização.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Eu, por exemplo, me considero um democrata de tão arraigadas convicções quanto V.Ex^a, mas eu me sinto tão normalmente posto diante dos militares que eu não hesito em criticá-los, se necessário, aliás eu já fazia isso antes, mas não hesito em criticá-los se necessário porque são perfeitamente iguais a mim. Ou seja, não existe mais aquela figura da preponderância deles, enfim. Em outras palavras, para usar um jargão bem popular, eu não sou mordido de cobra com essa história de falar de militar assim ou falar assado. Quando eu digo desmilitarização, Comandante Bueno, não se trata de nenhuma *capitis deminutio* na direção da Aeronáutica, se trata de meios civis. Ou seja, é bom que o macaco Simão vai ver que não são só os tucanos que enrolam, V.Ex^a acabou de dizer, invés de falar desmilitarização, falou meios civis. Ou seja, tucanaram a desmilitarização da Aeronáutica, não é?

(risos)

SR. WALDIR PIRES – Mas V.Ex^a há de compreender o seguinte, há determinados instantes na vida em que nós temos que ter cuidados.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)

– Mas não há necessidades, são democratas tanto quanto nós, adaptados ao regime, não temos que ter cuidado, em minha opinião. Trata-se de saber se para a segurança do voo é melhor desmilitarizar ou usar meios civis... Essa o Simão vai registrar.

SR. WALDIR PIRES – Abrir a reflexão, é isso que nós fizemos, abrir a reflexão, simplesmente, convocando a sociedade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A questão salarial não é simples, o processo não é simples. Nós temos a situação dos Estados Unidos, aquela intervenção de Reagan foi tão brusca que deixa com medo de fazerem quaisquer reivindicações dos controladores de voo, e eu sinto que nos Estados Unidos as coisas também não são nenhum mar de rosas, enfim, mas eu lamento saber que tem um problema a mais.

Se não faltaram recursos, e se tem esse caos, eu só posso dizer...

SR. WALDIR PIRES – O caos que eu me permito dizer ao caro Senador que não empreste esse... O caos que eu ouvi, por exemplo, na declaração do jornalista americano, quando disseram caos. Ora, os índices de acidentes no Brasil não são maiores do que dos Estados Unidos. Proporcionalmente, então essa posição deles lá de adotarem uma terminologia arrogante, eu não poderia aceitar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, agora eu estou sabendo que poderia ter havido acidentes. Não, não, não sob esse aspecto eu lhe dou razão. Não me refiro à estatística de acidente. Eu me refiro ao clima de Bagdá, eu me senti refugiado político. Eu passei quatro dias, e olhe que eu por pretensão, naquele último debate dos Presidentes, eu tinha a pretensão de que se eu chegasse a tempo, eu era capaz de dar alguma dica para o Geraldo virar o jogo. Veja como eu sou uma pessoa às vezes ruim das idéias, enfim. Eu tinha idéia de que era possível virar aquele jogo, não sabe a luta que eu fiz para chegar ao Rio de Janeiro e depois a luta para voltar e depois eu fiquei ilhado em Brasília e depois para sair. Agora, eu até dirijo já ao Dr. Jorge Botelho, ele que vai me dizer isso, não é nem mais V.Ex^a, é o Sr. Jorge Botelho, fim do ano, eu queria dar uma saída com a minha família, eu vou de avião ou de vou de carro? De carro tem um problema dos buracos e dos assaltos, de avião, me aconselhe, quem vai falar agora é quem entende do assunto. Olhe que tem assaltos e tem buraco...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas, Senador Arthur Virgílio, todo mundo, seus colegas, nossos colegas me olhando com a cara ruim por causa do tempo. Eu queria apenas que houvesse objetividade nas perguntas e nas respostas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É porque havendo um debate com o Ministro muito respeitoso, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Enquanto aguardo já adianto a minha pergunta ao Comandante Bueno.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A cara do Sibá está aqui para me fulminar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas a amizade que ele dedica a mim é tanta que ele prefere fuzilar V.Ex^a e me polpa de qualquer tentativa de pedir pelotão, eu tenho certeza disso. Mas, Comandante Bueno, e Natal, a Aeronáutica está prometendo

que não vai haver problemas no Natal, eu custo acreditar nisso, e eu estou preocupado com as férias escolares também. Pelo que eu estou vendo no habitual, no dia-a-dia, no cotidiano, eu estou muito inquieto com o Natal, porque realmente é uma opção, eu passo o meu Natal com a minha família em Manaus, eu posso também passar aqui o que eu não quero passar é no aeroporto. Sinceramente, eu não quero. Eu posso passar aqui tranquilo e tem as férias escolares, essas férias escolares coincidem com as nossas atividades políticas. De repente nós poderemos estar diante de uma *over* demanda, *over* demanda que pode nos trazer complicações.

Eu queria agradecer, Ministro a sua explicação e encerrar com essas duas perguntas. Natal e férias escolares e o conselho, o que é que eu faço?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra V.Ex^a, Sr. Brigadeiro.

SR. JORGE BOTELHO – Senador, muito obrigado pela pergunta, eu já havia antecipado isso, é uma grande preocupação, nós não estamos só preocupados com o dia de hoje, nem o dia de amanhã, nem esse final de semana, mas sim exatamente com a época de maior demanda, que é época das festividades natalinas e de começo de ano e também da época das férias, e posso garantir ao senhor que todo o planejamento está sendo feito e será feito para que não haja acúmulo, eu não posso dizer ao senhor que não vai haver atraso de meia hora ou de uma hora, mas de maneira alguma deverá haver um gargalo que impeça a locomoção dos brasileiros. Isso eu posso garantir ao senhor. Tenho certeza disso, o senhor pode ficar certo. Segurança... Senadora, o primeiro item nosso é segurança.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Deus o ouça sem deixar de nos proteger.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Deus não. Não bote Deus nessa história não, que isso é responsabilidade de vocês.

(risos)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O que é que eu posso fazer? Se eu vou viajar eu vou deixar de aclamar a Deus?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a não aprofunde a briga com a Heloísa Helena que ela está magoada com você por falta de solidariedade recente. Com a palavra...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nenhuma intriga me separa da Senadora Heloísa Helena do ponto de vista afetivo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Há controvérsias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeito, Senador Arthur Virgílio?

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu não ouvi, ele ficou de me dar um conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Falta realmente uma resposta do Sr. Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Senador, eu acho que não compete a mim, dizer para o senhor o que é melhor. Eu digo o que na nossa visão, o que pode acontecer e o senhor avalia. Nós sempre colocamos claro para o Ministro, para as autoridades o seguinte: Primeiramente o motivo dos encontros com o Ministro Waldir Pires foi colocar, primeiro, que nós faríamos esse esforço no sentido de dar a nossa contribuição para amenizar o problema, mas que a solução não dependeria só de nós. Somente nós controladores fazendo o esforço para resolver o problema não seria a solução, porque o problema de falta de pessoal e precisaria envolver outros segmentos, no caso, ANAC, INFRAERO, empresas aéreas, teria que haver uma junção de todos esses entes para apresentar algumas medidas e isso está sendo feito.

Nós, realmente, tínhamos uma preocupação ao final de ano, por quê? Realmente é uma época complicada, porque tem o aumento dos vãos, muita gente querendo voar e no momento nós estamos trabalhando fazendo um esforço. Eu não sei se o senhor sabe, nós estamos com redução de folga, de descanso, são pessoas que foram trazidas de outros Estados para Brasília, para resolver o problema maior aqui e não sabemos até que ponto esse pessoal vai resistir. Mas nós estamos na expectativa de que com as outras medidas no tocante, conforme já foi falado aqui, de remanejamento de horários e vãos não haja aqueles momentos de pico, porque justamente no momento de pico é que complica, porque não há condição num determinado momento de um controlador de um setor ficar com acúmulo de aviões, porque depois ele vai ter que passar para um outro que pode, naquele momento, não ter capacidade de receber mais aviões.

Então, a solução, a escolha, se eu vou de avião, se eu vou de carro é bem difícil. Esse é o quadro que a gente coloca, nós estamos realmente preocupados, antevendo lá na frente, nós temos aí posse de Governadores, nós temos posse da Presidência da República, férias, depois virá no Rio de Janeiro um evento que é o Pan-Americano, isso é realmente um fator que complica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, a minha primeira pergunta ela é geral. Tanto pode ser respondido por V.Ex^a como por qualquer dos dignos membros da Mesa. Se não houvesse o desastre com a GOL quando morreram 154 pessoas estaria existindo esse problema hoje com os controladores e nos aeroportos brasileiros? Presidente, eu fiz uma pergunta, qualquer deles pode responder. Se não houvesse o desastre... Para pegar o Aero-Lula está com uma pressa danada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Enganaram o pobre do Arthur Virgílio, mandaram o sucatinha, não foi o Aero-Lula? Ele falou tão mal do Aero-Lula que não deixaram ele conhecer. Já conhecia, não é? Já conhecia, o sucatinha.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ...Pôxa, não é aquilo tudo que eu denunciava.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu indago quem gostaria de responder a pergunta do Senador Antônio Carlos, caso não houvesse o acidente da GOL, teria havido o caos.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se estaríamos vivendo esse caos.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, para mim não. Nós não tínhamos nenhum problema comunicado. Eu vou dizer para o senhor, quando eu assumi a Aeronáutica, no dia 2 de janeiro de 2003, a primeira reunião que eu fiz foi com os meus controladores de voo e lhes coloquei a porta aberta, inteiramente aberta para qualquer momento, o Sr. Jorge Botelho foi recebido conosco, como Vice-Presidente da Associação e coloquei a porta aberta para qualquer problema que tivesse, qualquer coisa que houvesse. Em momento algum, eu recebi uma solicitação ou uma reivindicação dos controladores de voo quer por, como tem dito freqüentemente, agora, ultimamente, qualidade de um trabalho. Nós temos convidados vários Parlamentares, a semana passada recebemos vários Parlamentares aqui no Centro de Controle Integrado, a qualidade de trabalho dos controladores de voo é das melhores da força aérea e quero dizer de muitos lugares, porque trabalham num ambiente fechado, longe de ruídos, trabalham com uma temperatura de ar condicionado o tempo todinho e tem todas as facilidades, trabalham por turnos e tudo isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Agradeço a V.Ex^a realmente a sua excelente resposta e isso nos leva a conclusão de que se trata de uma greve política.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, eu posso discordar do senhor...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ou de um apagão aéreo política, porque

se não existisse as coisas que estariam bem, porque estão mal?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, posso discordar do senhor que não houve greve, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, não é greve, não é a greve branca que é pior. Essa é pior.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, eu posso dizer ao senhor que em momento algum houve greve. Eu não poderia concordar com essa palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, eu retiro a palavra greve, apagão aéreo. O que está havendo, V.Ex^a disse que não existiria se não houvesse o desastre.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Para mim, não, opinião pessoal para o meu pessoal.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu louvo, eu acho que está... O próprio Ministro deve estar de acordo com o senhor nisso. Agora, essa é uma pergunta. A segunda eu vou a defesa de V.Ex^a e de seus colegas, V.Ex^a foi escolhido pelo Presidente da República para Comandante da Aeronáutica, logo praticamente na posse ou antes da posse como do Exército, da Marinha, conseqüentemente, ele deve saber dos seus sentimentos democráticos, senão, não os escolheria. Daí porque V.Ex^a tem sido mantido e prestigiado.

Então, eu quero perguntar a V.Ex^a o seguinte: O controle vai ser misto, vai ser civil, controle do espaço aéreo, ou vai ser dos militares, ou vai ser misto como está sendo hoje com essas novidades que V.Ex^a apresenta de novos controladores a cada mês, duplicando e criando realmente uma reserva técnica indispensável ao bom serviço de controle aéreo? V.Ex^a podia me responder se vai ser de uma forma ou de outra, ou se vai continuar misto?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, ele está, como o senhor falou, misto, com excelentes resultados, porém há um grupo de trabalho verificando a idéia do que ocorreu com o controle do espaço aéreo nesse curto espaço de tempo, qual o motivo e por que é que aconteceu isso e qual seria a melhor solução.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não é o desastre, aconteceu esse pânico geral.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Essa situação ela também se desenrolou principalmente por um problema de indisponibilidade dos controladores. Nós estávamos com todo o setor, tudo certinho, jeitinho, de repente tivemos que tirar dez controladores. Seguindo a esses dez que foram afastados começaram

a aparecer descontroles emocionais, chegamos a ter 22 controladores afastados. Ninguém aqui é obrigado a saber, então eu tenho que fazer uma pequena explicação. Para cada setor daqueles oito, daqueles 12 daqui de Brasília, o controlador é especializado num setor, então ele leva ali, quando ele não tem conhecimento, quando ele chega a Brasília, dependendo da experiência dele em outros tipos de console, ele leva ali de um mês a um mês e meio para adaptação. Um controlador de um setor, ele não opera outro setor.

Porque não há raciocínio, mas sim quase que reflexo na condução, por causa das velocidades, então há a necessidade absoluta de um conhecimento completo do setor. De modo que houve um atraso realmente da gente conseguir completar os controladores. De modo que nós podemos garantir aos senhores, posso falar isso, já que está sendo transmitido para todo o Brasil que não deverá haver apagão, como o senhor falou, não houve uma greve, mas sim uma deficiência pelos motivos que eu falei. Ou seja, de adaptação desse pessoal. E acreditamos que com as medidas tomadas agora de contratação de pessoal já experiente, de pessoal que tem passado por exame médico, alguns têm sido eliminados, infelizmente, porque senão já estariam com uma facilidade muito maior. Mas tenho certeza que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eliminado do serviço.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Do serviço, voltaram para casa. Esse que nós chamamos para contratá-los. Que o treinamento, o senhor pode ficar certo, que o treinamento, todos podem ficar certos, por isso que nós exigimos um treinamento completo para que ele esteja apto. Outra coisa, ele é checado por uma equipe de checadores para ver se está em condições de operar. Ele não chega faz treinamento e vai lá e passa a operar, ele recebe um cartão dizendo, pelos demais controladores, dizendo que ele está apto aquilo e já houve caso... Agora, recente de eliminação de um controlador. Ele não pôde continuar operando, o senhor está entendendo? Então eu faço um apelo a todos que nós temos segurança.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A segunda pergunta, pode ser a V.Exª também é a seguinte: V.Exª ou é otimista ou o Presidente da ANAC é pessimista. Porque V.Exª afirmou, está aqui mesmo escrito, já temos gente suficiente para o final do ano, os senhores não precisam ficar preocupados com o período de férias. V.Exª afirmou.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Afirmei, sim, senhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o homem da ANAC disse: “Não posso

assegurar que o problema será resolvido até as festas do fim do ano, porque não há solução a curto prazo para a crise”. Ele chegou a dizer que não se consegue controlador de vôo na esquina, isso disse o homem da ANAC. Eu prefiro ficar com V.Exª, eu também sou otimista e eu acho que V.Exª tem um conhecimento prático maior pelo seu tempo de Aeronáutica, pela sua personalidade, pelo seu mérito. De modo que eu gostaria de que o Presidente da ANAC levasse o seu otimismo em relação a população brasileira e que ele se transformasse em realidade nesse fim do ano.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sou otimista, trabalho com otimismo e faço tudo para atingir os meus objetivos, o senhor pode ficar certo e sempre tenho tido o apoio de todos os meus amigos. Então, vamos vencer essa crise.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ontem, o Estado de São Paulo, uma matéria de três folhas, onde “controlador descreve o colapso”, não sei se V.Exª teve a oportunidade de ler.

Então, ele diz que há um colapso que os aparelhos não estão sendo usados, que a situação é grave e que já deu conhecimento ao Comando da Aeronáutica. Eu não sei se isso é verdade, eu sei que está em três páginas desde a primeira, caderno do Estado de São Paulo, não deixaria meus filhos viajarem e aqui é um controlador falando.

Então, essa é uma situação que cria um pânico, é grave, eu novamente pergunto, esse controlador deve estar errado, ou ele realmente passou todos esses elementos que ele diz aqui para a Aeronáutica?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu desconheço isso. Tenho certeza que o diretor do DECEA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo desconhece isso, e o chefe desse controlador também desconhece isso. Senador, tenha absoluta...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite uma rápida intervenção? A questão é bem mais grave, 24 horas depois ou pouco mais disso, saiu uma matéria dessa gravidade, o Ministro não tomou conhecimento. Coloca em pânico quem viaja, porque o próprio controlador disse que não deixaria os filhos e a mulher viajarem. Ele há pouco disse outra coisa. Eu estou colocando essa preocupação, Brigadeiro, porque nós estamos sendo ouvidos pelo Brasil inteiro, que 30 controladores estão afastados por problemas psicológicos. Nós sabemos que essas questões, elas não são resolvidas de um dia para a noite. Qual a segurança, Deputado Gabeira, que nós temos que esses cidadãos ao retornarem ao trabalho, em pouco espaço de tempo recuperar essa condição? É uma questão, Senador Antônio Carlos, até porque a

importância dessa convocação, bem mais grave do que nós imaginávamos até então. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Infelizmente a palavra está aí assegurado ao Senador Antônio Carlos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite, Senador Antônio Carlos? Porque a mesma dúvida que está me acometendo a ouvir os questionamentos do Senador Antônio Carlos ao Comandante da Aeronáutica Bueno, deve estar acometendo a toda Nação Brasileira que nos assiste pela TV Senado. Gostaria de perguntar a V.Ex^a, Comandante Bueno se houve sobrecarga de trabalho aos operadores do controle de vôo real?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Em momento algum houve sobrecarga de trabalho real aos operadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, com essa resposta que V.Ex^a dá...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – E hoje não há sobrecarga de trabalho, eles têm, podem no máximo 144 horas mensais e não será permitido passarem da sua carga mensal. Isso é uma fórmula criada internacionalmente e é aplicada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo. O acidente, quando ocorreu, o controlador estava apenas com cinco tráfegos sendo controlados e não estava controlando 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A sua resposta já é objeto de uma segunda indagação minha. Então, qual o motivo... Só concluindo, qual o motivo de toda essa correria para se suprir de controladores na necessidade real de números para que não houvesse essa sobrecarga, porque se estava tudo bem, não havia necessidade de ter essa corrida no sentido de ter Medida Provisória para atender, chamar novos controladores.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Baseado exatamente, Senador, nisso que o nosso Presidente acabou de falar. Houve uma... Como se fosse dominó, umas séries de controladores com problemas psiquiátricos, psicológicos, possam se transformar em psiquiátricos. Nós colocamos quatro psicólogos acompanhando, lá dentro do CINDACTA tem quatro psicólogos. Os dois de Brasília foram recusados, então nós trouxemos do Rio de Janeiro quatro e nós chegamos a ter 22 controladores num mesmo dia afastados do vôo por problemas psicológicos. Com nove que estão fora, por aqueles motivos da investigação e de tudo. De modo que houve, o senhor vê, nós tínhamos uma equipe praticamente acertada, ajeitada e firme. Quando o senhor tirar 10 controladores, depois mais cerca de

22, houve uma falha de 32 controladores. De modo, por esse motivo, a gente não sabe quando eles vão poder, plenamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Civis e militares?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Civis e militares. Como é... Os civis não... Senador, os civis não tiveram problema de baixa que eu saiba, de baixa psicológica, mas os militares. De maneira que nós estamos aguardando esse restabelecimento, por isso que nós temos necessidade de completar. E como o Senador Antônio Carlos Magalhães falou, nós temos que ter, aí Senador é uma falha nossa, nós temos que ter uma reserva técnica. Isso o nosso Presidente, a primeira vez que falei, “Bueno, como não tem uma reserva técnica?” Falha minha. Falha minha, porque a gente não tinha uma reserva técnica para lançar mão dela na hora de necessidade. Tem dinheiro para isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Há uma pergunta para o Presidente da INFRAERO, se ele quiser, responde, se não quiser, pode passar adiante. Esses problemas todos que V.Ex^a está tendo do Tribunal de Contas, inclusive em relação aos aeroportos que foram superfaturados segundo o Tribunal de Contas, afirmação minha, eu pergunto, foram na sua gestão, foram anteriores ou são também na sua gestão?

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a CGU, os inúmeros, o Conselho Fiscal da Empresa, o Conselho de Administração da Empresa, nós fomos monitorados por sete, oito ou nove órgãos, mais ou menos. Todos esses órgãos estão investigando tudo que ocorreu na empresa, continua investigando a minha gestão e eu espero que todos esses órgãos consigam dizer a opinião pública o que aconteceu eventualmente na empresa, e que se algo aconteceu de errado que todos sejam punidos conforme prevê o Código Penal Brasileiro. Inclusive, se eu cometi algum erro também.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Felicito V.Ex^a pela resposta, e teria uma série de perguntas a fazer, mas eu acho que todos os colegas querem perguntar e eu não vou atrapalhar. Talvez passe para o Ministro, para o Comandante da Aeronáutica essas perguntas, mas de qualquer maneira, eu quero agradecer a V.Ex^a a bondade e a presteza com que respondeu o questionamento.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – A próxima oradora inscrita com permuta com o Senador Leomar Quintanilha, a Senadora Heloísa Helena a quem passo a palavra, em seguida,

Senadora Heloísa Helena, eu compreendo, dentro do que foi ajustado, nós vamos abrir a exceção para o Deputado Gabeira fazer uma pequena intervenção, segundo ele próprio, dentro daquele nosso protocolo de reciprocidade entre as duas Casas, iniciado hoje aqui com V.Ex^a. Senadora Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Primeiro agradecer a delicadeza...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa, só um momento. Por dever de justiça, o Jorge Botelho havia pedido a palavra para esclarecer a questão dos controladores, ele que é Presidente do Sindicato, eu quero pedir desculpas, mas o seu pedido é totalmente justo, fundamentado e lhe concedo a palavra.

SR. JORGE BOTELHO – Ok, eu quero responder ao Exm^o. Senador Antônio Carlos Magalhães dessa questão, nessa pergunta que V.Ex^a fez dizendo assim, “senão havia problemas como aconteceu problemas depois”. Eu já tinha explicado antes, eu vou detalhar mais esse problema. Eu discordo um pouquinho. Nós trabalhadores temos uma discordância saudável com o Ministro, com o Comandante da Aeronáutica no tocante ao número de pessoal, número de controladores. Antes do acidente, nós tínhamos um número de controladores que nós julgávamos que era deficiente a nosso ver, salvo melhor juízo, era deficiente em termos de 22 a 25 controladores. Nós entendemos que para o melhor funcionamento ali cada equipe deveria ter um pouco mais de operadores, então essa deficiência seria em termo de 22 a 25, correto? Então, conforme ele mesmo declarou, nós não tínhamos uma reserva técnica de operadores.

A partir do momento que acontece o acidente em que nós temos em determinado momento aí, cerca de 20 operadores fora da operação, é uma equipe que você está tirando fora.

Então, se nós já havíamos previsto que em momentos de pico, daqui até o final do ano, em momentos de pico, haveria atrasos, porque necessitaria fazer um gerenciamento do fluxo dentro da segurança, ou seja, espaçamento melhor, no momento em que a gente perde uma equipe, é necessário fazer uma nova reestruturação desse pessoal. Então foi feita uma nova divisão, e isso aí que acarretou esse transtorno. Ou seja, houve um agravamento da situação baseada na deficiência na falta de pessoal. Em momento algum houve greve, uma medida no sentido de prejudicar, a medida foi exatamente de segurança. Porque V.Ex^a vê a própria definição de capacidade do tráfego aéreo, a própria definição do nosso Departamento de Controle do Espaço Aéreo nos obriga que nós temos que adaptar o tráfego às condições tanto da infra-estrutura, quanto

de pessoal que nós temos, de modo a não prejudicar, não comprometer a segurança. Ok? Agora... Que nós não temos. Realmente, eu quero colocar aqui que realmente, o Comandante da Aeronáutica nos recebeu e em 2002, nós tivemos uma conversa sobre a questão do pessoal.

Então, nós pedimos a ele que fosse reativado os concursos, a formação de controladores civis.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Dois ou três?

SR. JORGE BOTELHO – 2003, se eu não me engano. 2003. Nós levamos essa reivindicação, porque já havíamos conversado com o Ministério do Planejamento e eles entenderam que era realmente, havia necessidade de se recompletar o quadro de pessoal civil, tendo em vista que os militares estavam com uma formação continuada, porém não suficiente, mas que eles gostariam de reativar o concurso para o pessoal civil. E foi feito realmente um trabalho, o sindicato trabalhou em conjunto com o Brigadeiro Vilarinho e foi aprovado inicialmente a formação de 64 controladores, e houve uma surpresa para a gente que na hora que saiu o Edital, esses 64 vagas de controladores de tráfego aéreo civil não foram contempladas, e somente depois do acidente, com o agravamento dessa situação de atrasos é que conversando com o Ministro, de novo, reeditaram a Portaria no sentido de abrir esse concurso, que eu digo que 64 não seria o suficiente, mas naquele momento era o número que a gente poderia, que o Governo poderia completar com maior rapidez sem a necessidade de se criar novos cargos. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa Helena, tem V.Ex^a a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Primeiro agradecer a delicadeza do Senador Quintanilha em permutar. Saudar a todos os convidados e Parlamentares.

Primeiro, eu sempre tenho uma dificuldade muito grande de banalizar as estatísticas. A minha área na universidade é de planejamento de serviços públicos, portanto eu lido com taxas, coeficientes, índices de mortalidade, morbidade todo o tempo, mas eu nunca consigo esquecer, graças a Deus, que por trás das estatísticas oficiais existem histórias de vidas que são destruídas.

Portanto, não me comove analisar as estatísticas do Brasil em relação às estatísticas dos outros Países. Para mim me comove profundamente saber que eu pegava o vôo da GOL, como os Senadores do norte, certamente pegaram várias vezes, para mim me comove, Senador Delcídio, dizia o Senador Gabeira que te encontrei duas vezes...

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Que Deus lhe ouça.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)
– ...Não, é a mesma coisa. Para a opinião pública é a mesma porcaria, para quem é sério a mesma coisa. Eu encontrei duas vezes, no mesmo saguão de Manaus, a Patrícia que morreu no avião, casada com Bernardo, filho do ex-Senador Lauro campos. Isso, para mim me comove profundamente, porque se fosse o meu filho que tivesse no avião, eu ia promover uma perseguição implacável contra o Estado Brasileiro que agiu de forma criminosa, inconseqüente, irresponsável em relação ao caso, por quê?

Primeiro, porque é impossível, é impossível que falhas anteriores não tivessem sido detectadas, é impossível que sumiços de outras aeronaves em função de algum problema com os radares não tivesse sido detectado antes, para que os operadores não vissem com naturalidade o sumiço e a não comunicação ao piloto da GOL. É impossível! Se não houvesse esse problema antes, ele talvez não tivesse visto com tanta naturalidade. Do mesmo jeito, os que estavam em outra sala no controle do espaço aéreo, que não é o controle do tráfego aéreo, também não terem notado absolutamente nada em relação ao sumiço de uma aeronave e a não comunicação. Não adianta dizer que o controle era de Manaus porque tem telefone direto para resolver o problema de Manaus e resolver lá.

Outra coisa, essa história da disciplina e da resistência. Eu sou, eu me considero, Brigadeiro, uma pessoa disciplinada. Talvez se eu tivesse ido para a carreira militar, eu seria um exemplo de disciplina.

Entretanto, para mim disciplina militar não significa o aquartelamento e a imposição de que se trabalhe não como manda o figurino de 120 a 144 horas, mas impor o trabalho de 156 horas no feriado. Impor um trabalho para a categoria de Aeroporto Beto de 181 horas. Isso para mim não tem nada a ver com disciplina, isso põe em risco a vida das pessoas.

Portanto, o que nós precisamos saber é o seguinte: Quais são as alternativas objetivas, porque eu sei que tem Medida Provisória, eu sei que tem mecanismos de contratação temporária, mesmo antes de concurso público, todo mundo sabe aqui.

Então, essa aulinha ninguém precisa nos dá, se tem problemas objetivos em relação ao treinamento, a capacitação, a reciclagem, a problemas relacionados, problemas psicológicos, o que é que vai ser feito de forma emergencial? Vai haver alguma alteração da escala dos vôos? Para mim é importantíssimo que tenha vôo? É. Para mim é importantíssimo que os trabalhadores das empresas aéreas continuem tendo seus empregos, que o turismo dinamize a economia

local, gera emprego, gera renda, para mim, tudo isso é maravilhoso. Mas é fundamental que isso seja feito em segurança, em segurança. Férias é maravilhoso, Natal é maravilhoso, mas em segurança. Vai haver alguma alteração do cronograma até que tudo isso seja resolvido? Até que se contrate o pessoal, até que o pessoal esteja preparado, até que haja uma carga horária de trabalho absolutamente compatível com qualquer padrão internacional ou nacional de segurança? Há alteração das rotas, porque eu preciso saber dos senhores se é verdade as informações que nós temos. Porque as informações que nós temos é que o desvio das rotas dos radares, os desvios das rotas que estão sendo planejados, não existe radar, não existe radar nessas novas rotas. Ou seja, até 40 milhas, portanto, 80 quilômetros têm o radar, depois não tem mais radar, depois o que tem é a comunicação do operador com o piloto em sistema HF. Porque aí é mais complicado ainda, é mais arriscado ainda, é mais irresponsável ainda. Então nós precisamos saber se não é verdade isso. Esse remanejamento de pessoal não está esvaziando determinados setores que já são altamente complicados em relação ao tráfego aéreo ou não?

Então, nós precisamos saber de tudo isso. É uma situação emergencial. Porque não pode preservar assento, preservar poltrona, porque tem gente que só pensa nisso, assentos, poltronas, não sei o que, não pensa na segurança. Por que é que não altera de forma emergencial, até resolver o problema relacionado aos operadores? Porque é impossível, impossível. Não tem lógica, não tem fatalidade, não teve nada de fatalidade em relação ao que aconteceu.

Então, não é possível que até resolver, até que nós tenhamos o número de pessoal necessário, qualificado, capacitado para estar lá não aquartelado, porque o aquartelamento prejudica mais ainda as condições objetivas de saúde mental. Pode resolver o problema do tráfego, não resolve o problema da segurança, não adianta dizer que resolve, porque não resolve.

Então, vai ter algum tratamento emergencial dessa escala? Os momentos que mais estão agravados no tráfego aéreo, eles vão ser de alguma forma distribuídos ao longo do dia, do País para que tenha o vôo em segurança, para que resolva o problema emergencial dos operadores ou não? E em relação a essas questões, das chamadas zonas cegas. Essa eu quero que alguém tecnicamente me explique, se as novas rotas não têm radar, se nas novas rotas significa simplesmente a comunicação piloto HF com a torre, eu quero saber, porque isso para mim é mais risco, se não é, eu preciso que alguém comprove que as zonas cegas não vão ser aumentadas, que os problemas não podem ser aumentados ou se nós vamos esperar simplesmente

por a mão de um anjo a nos segurar. E com certeza, não são os anjos, nem Deus responsável por essas coisas. São os homens mesmos pela sua irresponsabilidade, pela sua incapacidade de entender o que já vinha acontecendo. Por que como é que pode um operador estar monitorando entre 20, 22 aeronaves? Eu não sei! Eu não consigo acreditar, Botelho, que não tinha reclamação. Entre 20 e 22 aeronaves e não tinha reclamação, como é que não tinha reclamação? Não é? Como é que se hoje diz que o padrão não é nem 14, para sistemas mais especializados é que seria 14, o ideal seria 8, então, afinal é 8, é 14, é 20, é 22. Qual é a carga horária? Vai ter quatro horas, oito horas de descanso ou não vai ter? Vai ser o procedimento que está sendo feito no Brasil, à custa em nome de uma disciplina militar, que eu não entendo isso como disciplina militar.

Portanto, eu quero que os senhores me expliquem essas novas rotas, se aumentarão ou não as zonas cegas, se os radares estão devidamente instalados, se havia comunicação anterior em relação a sumiços de aeronaves e, portanto, problemas de identificação dos próprios radares, e se o controle do espaço aéreo de alguma forma não pode auxiliar nas informações relacionadas ao controle do tráfego aéreo.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, muito obrigado pela pergunta. Eu vou responder sobre a parte do aquartelamento que a senhora chama de aquartelamento, eu vou explicar o que é que ocorreu, porque não é bem como foi vendido ou foi transmitido para a nossa mídia. Infelizmente a mídia recebeu uma informação e publicou o que foi informado. O aquartelamento, o que foi chamado de aquartelamento, foi uma convocação, um plano de reunião, porque toda a unidade tem uma coisa que nós chamamos de plano de reunião quando nós precisamos dos elementos daquela unidade.

Então, nós chamamos para o quartel, seja sábado, domingo, de noite, a qualquer hora, nós chamamos os controladores, mostramos a eles que a situação que era na quinta-feira, a partir das três horas da manhã, nós vimos como é que estavam os aeroportos coalhados de pessoas, de crianças, de velhos...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei, aliás, Brigadeiro, eu esqueci só de um detalhe, eu tenho passei dezessete horas no avião, no avião, não. No aeroporto de Brasília. E, aliás, eu fiquei, eu podia ter ido para casa dormir, eu não fui de constrangimento. De constrangimento, eu não fui para casa dormir, porque eu sabia que teria outra opção e outro horário, eu não fui eu fiquei de dezoito horas, até onze horas da manhã no outro dia. Portanto, eu fiquei na madrugada, imagine, eu era calma, porque o povo queria era que-

brar o aeroporto ou dar nos funcionários. E como eu sabia que o problema não era dos funcionários, nem da estrutura física, estava eu lá para acalmar, então, eu sei o que é isso. Entendeu? Eu sei exatamente o que é isso. Agora, eu não sei... Mas a minha dor, certamente não era tão grande quanto à dor de quem estava lá há três dias querendo chegar a Imperatriz, a quem queria levar a mãe morta para enterrar, a quem estava com criança, a quem desmaiou lá no aeroporto, três pessoas desmaiaram, um senhor que teve uma crise convulsiva em pleno saguão do aeroporto, não é uma coisa qualquer. Então, experiências muito, muito piores tiveram outras pessoas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado pela discussão que a senhora fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu fica mais uma vez confirmando, meu caro, que nas crises é que as lideranças se reservam.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado, Senador.

Então, nesse momento nós resolvemos consultar a todos eles através de um plano de reunião que lá fosse. E nós fizemos o seguinte, era quinta-feira, por que o que estava ocorrendo? Uma quantidade bem grande de controladores vinha para trabalhar e voltava para casa por motivos psicológicos. Nós colocamos, como eu falei, os psicológicos, nós fizemos uma escala na quinta-feira, sexta, sábado e domingo e segunda, principalmente segunda que o nosso medo que no retorno também ocorresse, e a senhora viu que começou. E o pessoal que tomou nota da escala, tomou conhecimento e foi liberado para ir para casa. Mas não foi isso que ocorreu. Eles não transmitiram isso. Transmitiram que tinham sido maltratados, que eles estavam cerceados de liberdade e que nós havíamos solicitado, apanhado os seus celulares.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – A mim ninguém transmitiu isso não, para mim é uma coisa objetiva. Para mim, se alguém deve trabalhar num padrão de segurança até uma determinada hora e se eu solicito, imponho, reivindico qualquer coisa para que trabalhe 156 horas, para mim, isso é atitude irresponsável e inconseqüente. Não sei de celular, nunca ouvi nem essa história, sinceramente, Brigadeiro.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu estou dizendo para a senhora o que aconteceu. Eu acredito na senhora e a senhora também deve acreditar em mim. Por favor. É o seguinte, Senadora, isso aí foi transmitido pela imprensa.

Então, e foram liberados, voltaram para casa, receberam uma escala para voltar, por exemplo, quem estava no sábado às duas e meia, era para chegar lá

às duas e meia, quem estava no sábado às seis e meia da manhã era para chegar lá seis e meia da manhã, então o pessoal foi liberado sexta, sábado, domingo, não ficou ninguém detido em quartel, ninguém. Essa crise passou e logo imediatamente, na outra semana, na véspera do feriado, a gente percebeu que já começaram a faltar por problemas médicos no começo da escala.

Então, nós os convocamos novamente, porém, desta vez, nós pedimos ao Ministério Público o acompanhamento de dois Procuradores que ficaram conosco o tempo todo e já não tivemos nenhuma acusação de nenhum maltrato, nem nada. O lugar que eles ficaram que foram receber as escalas, que foram discutir, é o lugar de trabalho. É um lugar que eu acredito que a senhora já tenha visado o controle de espaço e não tem nada de ruim lá, é o lugar de trabalho de todos nós. Deixa eu só terminar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Não, tudo bem, pode terminar.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A senhora pode ficar certo, Senadora, que esse número de horas, ninguém está ultrapassando esse número de horas. Esse número de horas ele é estudado, ele não é aleatório. Não sou eu quem determina, nenhum de nós determina, esse número é recomendado internacionalmente e ele não é mais do que nada, não é exigido mais do que nada.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– V.Exª está, então, afirmando que nenhum operador trabalhou além da carga horária recomendável, é isso? Porque a informação...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Nesse período, de maneira alguma.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Tudo bem, a informação que nós temos é que em categoria beta, em categoria B o máximo era de 154 horas, operadores foram obrigados há trabalhar 181 horas. O senhor está dizendo que não, se é não ou sim, depois a realidade objetiva se configura. É por isso que eu estou fazendo uma pergunta objetiva. Porque para mim isso, além, não vamos nem discutir a questão dos maus tratos, da exploração, de qualquer coisa. É só uma discussão objetiva. Isso confere segurança ao trabalho do operador e ao trabalho da sociedade?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sim, senhora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Pronto, então o senhor está dizendo que ninguém trabalhou mais do que 144, quando o limite era de 120 a 144, ninguém trabalhou 156 horas, ninguém trabalhou 181 horas, que não houve escalas com dois turnos com menos de oito horas e doze de descanso, se

o senhor está dizendo isso, tudo bem, mais cedo ou mais tarde, ou o senhor ou a outra...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, nós temos uma investigação, nós temos uma investigação. Eu comecei fazendo uma sindicância e passei para inquérito justamente para a gente poder se aprofundar para ficar tudo registrado. É acompanhado pelo Poder Público. Tem os Procuradores que estão acompanhando. Agora eu pediria ao Brigadeiro Vilarinho que ele explicasse à senhora a prioridade da segurança e o preparo que está sendo feito pelo pessoal, como a senhora fez as outras perguntas.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Das outras rotas, que foram uma informação que nós tivemos sobre as novas rotas sem radares, essas coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por solicitação do Brigadeiro Bueno e a fim de esclarecer melhor fatos, passo a palavra ao Brigadeiro Vilarinho que responderá sobre o questionamento feito pela Senadora Heloísa Helena. Tem a palavra. Microfone auxiliar da esquerda.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Muito obrigado, Presidente. Ex^{ma} Sr^a. Senadora Heloísa Helena, eu vou falar das ações emergenciais que nós estamos tomando a curto, médio e longo prazo para resolvermos esse problema que foi criado. O comissionamento que nós chamamos de comissionamento de controladores, são controladores que estão operando em outros órgãos, outros centros de controles de área e outros centros de controle de aproximação e que já operaram aqui em Brasília.

Então, rapidamente eles são readaptados. Nós temos um total de 21 já estão operando nas consoles. Até 30 de novembro estaremos com 10 já operando nessas consoles e até 10 de dezembro, mais 9. Como nós já tínhamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, uma solicitação, e um entendimento melhor de quem está nos assistindo e da taquigrafia. Poderia explicar o que é console?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Desculpe, a console, nós vimos naquela fotografia, é a posição onde o centro controlador, ele vê a tela do radar na frente, e tem aqui o teclado, ele trabalha ali falando com as aeronaves e fazendo a coordenação. Normalmente cada console operacional são dois homens, o principal que faz o controle e ao lado dele senta um outro controlador com uma tela também que lhe auxilia no trabalho e faz a coordenação com outros órgãos, com outros setores. A cada duas consoles, quer dizer, a cada quatro operadores, tem que ter um supervisor atrás em pé que normalmente é o elemen-

to mais experiente já qualificado como supervisor. E para nós termos mais controladores para atender a demanda, com muitos dispensados e ainda aqueles dez que foram retirados temporariamente em função do acidente, essa é a situação hoje. Dando um total de até 10 de dezembro 32 controladores, eu creio que o Brigadeiro Bueno tinha falado isso no início, eu estou só repetindo, e 14 que já estavam operando.

Então, nós contaremos até 10 de dezembro com 46 controladores para dar esse reforço de pessoal. Agora, como a senhora falou, muito bem falado, acima de tudo é a segurança, nós temos que tomar todas as medidas sobre segurança. Não existem rotas com ponto cego de radar ou de comunicações. As três medidas que nós estamos estudando lá para adotá-las, eu já tinha comentado aqui com o Senador Antônio Carlos Magalhães, dentre aqueles setores que nós mostramos na tela, os dois que estão próximos da área de Recife, setor 12 e setor 13, nós vamos pegar parte desse setor e deixá-lo sobre a responsabilidade do Centro Recife, colocando cobertura radar e cobertura de comunicações para o Centro Recife poder assumir. Isso está sendo analisado pelo pessoal operacional e técnico para viabilizar no mais curto espaço de tempo. O mais curto espaço de tempo já seria possivelmente nesse fim de semana, no início da semana que vem. Aí vão depender das dificuldades técnicas.

O outro setor, o Setor 6 que é ali a oeste de Brasília, onde está Cuiabá está no Centro desse setor, nós passarmos esse setor para Manaus, dentro dos mesmos critérios, temos que colocar visualização radar para Manaus e comunicações para Manaus assumir esse controle. Isso aí é feito numa análise feita dos nossos oficiais de controle de tráfego aéreo com os supervisores das equipes, uma vez feito o equacionamento operacional e técnico é feito um acordo operacional com outro órgão de controle, no caso Centro de Manaus para um e Centro de Recife para outro. Sempre são feitos acordos operacionais entre os centros para definir a forma que esse tráfego corre de um lado para outro.

Bom, isso aí vai diminuir a carga de trabalho de Brasília, do Centro Brasília que vão pegar um pedaço da área vai para Recife e a outra área vai para Manaus.

O terceiro assunto, reunião com ANAC, empresas aéreas e INFRAERO para nós redistribuirmos esses vôos como a senhora falou. Aliás, nós iríamos fazer amanhã, eu já tinha conversado com o Dr. Zuanazzi lá no Rio, já estamos estudando, ou transferindo para lá ou fazemos aqui na quinta-feira em Brasília. Já avisei ao meu pessoal lá para trazer o material.

Essa reunião com ANAC é interessante observar o seguinte. Até o ano passado o grande gargalo do

tráfego aéreo eram nos principais aeroportos. Eu diria Brasília nem tanto, mas principalmente Congonhas, Santos Dumont, Belo Horizonte, Guarulhos e Galeão. Era o tráfego aéreo em torno do aeroporto, a chegada e saída dos aviões era um gargalo, o problema de pátio para colocar os aviões, um problema da INFRAERO, e nós começamos a enfrentar esse ano um tipo de gargalo que nós não tínhamos antes, nós temos excesso de tráfego em um setor do controle de área.

Então, não é mais nas proximidades do aeroporto, nós estamos antes de um gargalo diferente. Isso significa que apenas deslotar(F) um aeroporto, Congonhas ou Brasília resolve o problema, porque na análise que nós fazemos no nosso centro de gerenciamento e navegação aérea, que pega todos os vôos possíveis, joga num simulador, num computador, aí nós verificamos que determinado órgão, determinado setor de Brasília, num determinado minuto, ele está com excesso de tráfego acima de 14. Isso a gente vê de forma estatística. Mas aí não são os vôos, pode ser o que está excedendo ali um vôo que saiu Belém, ou o outro que saiu de Manaus ou alguns vôos do Rio, de São Paulo ou de Porto Alegre, que naquele exato momento eles estão se cruzando naquele ponto no espaço. Isso aí é uma novidade que se apresentou para nós esse ano, esse tipo de concentração de tráfego. E estamos reagindo e tentando solucionar. E a solução para esse problema, mais controladores para a gente poder abrir mais setores, e acertos com a ANAC para nós podermos acomodar esses vôos em outros horários permitindo que a aviação prossiga e nós consigamos controlar o tráfego.

Agora, o primeiro ponto sempre levado em consideração é a segurança, esse nós não podemos abrir mão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa Helena encerrou?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Como são informações tão divergentes, só um segundinho, Ministro... Como são informações tão diferentes as que a gente recebe e as que são disponibilizadas, então eu gostaria também, após o Ministro Waldir Pires, eu gostaria de ouvir o Sr. Jorge Botelho para que ele pudesse esclarecer isso, e outra coisa, só para que eu possa entender sobre essa questão do controle do espaço aéreo, que imagino eu, até por ser um setor estratégico de segurança nacional, talvez os mecanismos de controle, os procedimentos sejam até mais rigorosos, o que não deveria ser, porque deveria ser igual, toda a estrutura possível, porque do mesmo jeito que nos importa um ataque terrorista, nos importa igualmente a dor e o sofrimento de uma família que passa por um desastre gravíssimo como esse.

Então, para precisar se existem diferenças no instrumental utilizado, se existe uma correspondência de informações em relação a isso. Sei a estrutura do controle do espaço aéreo de alguma forma informa ou troca informações com a estrutura do controle do tráfego para que isso pudesse minimizar os riscos de graves problemas como o que aconteceu. Desculpe, Ministro, eu só queria ouvir o Dr. Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes da sua intervenção, e mostrar aos senhores aqui o que é a beleza da comunicação em tempo real. Tinha chegado aqui de um ouvinte preocupado com essa questão de mudança de tráfego aéreo, que pelo entendimento, se ela enviaria esse centro congestionado e passaria a ser usado Recife, Salvador, como auxiliar de navegação para os aviões que vão para o norte e nordeste e ver a pergunta o seguinte, como se poderia aumentar a carga do aeroporto de Recife, se ele já vem com um problema recorrente de comunicação entre aeronaves, e outra coisa são os constantes apagões elétricos que acontecem no Aeroporto de Recife, já algum tempo causando transtornos, inclusive, para aviões internacionais.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Sr. Presidente, o aeroporto específico de Recife, ele não tem a ver nada com o controle do tráfego aéreo geral. O problema do aeroporto de Recife, de apagão no aeroporto, aí é problema local do aeroporto, nós estamos falando o controle em todo o espaço aéreo que é o CINDACTA de Recife que faz isso. A parte de energia do CINDACTA, como de qualquer CINDACTA, de qualquer sistema nosso, além da energia comercial, tem um grupo geradores, são de dois a quatro, até seis dependendo do tamanho do órgão e aí no sistema de *no-break* de bateria, quando falha a energia comercial, essas baterias seguram os sistemas importantes para depois entrar o grupo gerador. Então, eu acho que é diferente aeroporto de CINDACTA a informação aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só quem está nos ouvindo não entende. Toda a esperança de que esteja voando seguro é V.Ex^a. Ao setor, por isso que veio essa pergunta. E essa questão de comunicação é grave. A 50 milhas de Recife, você tem que procurar se comunicar com outra base porque não se entende isso sendo Recife com uma base internacional.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Mas eu desconheço isso. Eu acho que tem as comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Da mesma maneira que o Ministro desconheceu um fato grave, publicado em um jornal ontem e que envolve o setor dele. Eu acho um

absurdo, eu não sei se é hierarquia militar, o seu problema de imprensa ter medo de levar problema. Mas é inaceitável que essas questões não cheguem. Essa questão do aeroporto de Recife, quando veio a pergunta, como eu vou muito a Pernambuco e fui vítima já desse apagão. E nessa história de dizer que entra o *no-break* não, você vai para João Pessoa ou para Natal ou para Fortaleza. Fico triste em saber que não se tem conhecimento desses fatos que são gravíssimos e desconfortáveis para o usuário brasileiro que paga as taxas mais caras do País a INFRAERO.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Ok, quando eu disse desconheço é porque nós, no relato de torre de controle perder as comunicações em apagão, porque isso nos é comunicado imediatamente, tanto a mim quando ao Brigadeiro Bueno. Se for ver o caso específico aí, nós temos que verificar exatamente o que é que houve.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É lamentar.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Se há algum problema no aeroporto, pode ocorrer, aí eu não sei, o Brigadeiro J Carlos pode dizer, mas, nos nossos sistemas pode acontecer uma falha ou outra, mas um apagão desse eu acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, eu estou afirmando a V.S^a que aconteceu. Eu estou comunicando que aconteceu e que vários aviões foram deslocados e não foram uma vez só não, várias vezes. Quando a pergunta veio aqui, eu achei engraçado, porque eu estava ali, V.Ex^a tem o direito de colocar em dúvida, mas eu estava na companhia do Senador José Jorge e nós vimos de João Pessoa, de Maceió para o Recife. Um avião bimotor, com pouco combustível teve que descer em João Pessoa de emergência. Um avião Bar 58.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Eu jamais vou botar em dúvida a palavra de V.Ex^a, agora pode ter acontecido um fato desse, mas nós temos que averiguar. O senhor tem a data?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu posso ver isso, é fácil. Agora eu me sentiria constrangido em ter que dar a data a V.S^a e a INFRAERO não ter isso disponibilizado. Mas já que não tem, eu me comprometo até o final da tarde me remeter. Esperava que a INFRAERO tivesse isso e fosse, inclusive, mais rápida do que eu. Ministro Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Senadora Heloísa Helena, eu acho que seria do meu dever lhe dar uma impressão e mesmo assim, digamos, uma reflexão a partir, digamos assim, do conhecimento de regras internacionais em torno de uma depor, que eu senti na sua fisionomia a respeito daquilo que foi uma dor de nós todos, a tragédia que ocorreu. A tragédia foi uma coisa atroz. Mas num determinado instante a Senadora falou como se porventura tivesse uma convicção profunda de que ela teria ocorrido simplesmente pelas questões do controle no Brasil. E eu gostaria de dizer-lhe, que a mim, por exemplo, eu tenho dito que não é julgamento, porque eu não tenho poder para julgar, porque eu sou membro de Governo, eu não tenho nenhuma capacidade para julgar, mas a verdade é que existem regras internacionais. E nessas regras internacionais que nós nos situamos, elas são diferentes das regras em que se situam os pilotos nos Estados Unidos.

No nosso caso, todo o piloto, ele, ao ter de viajar, ele obtém uma autorização do seu plano de vôo. Esse plano de vôo, ele é outorgado e autorizado num determinado aeroporto qualquer. Mas o sistema de acompanhamento do vôo não incumbe aquele controlador que apenas ele autoriza o vôo, estabelece a disciplina da decolagem, indica que ele deve viajar a uma determinada altitude e presumidamente essa altitude, é a altitude que é autorizada pela legislação do País em conformidade com a OACI que é a Organização da Aviação Civil Internacional. Então o piloto que dirige o Legacy, ele recebeu um plano de vôo que dizia o seguinte “o senhor decola, o senhor vai a altitude de 37 mil pés, quando o senhor chegar a altura de Brasília, na perpendicular de Brasília o senhor desce para 36 mil pés”. Em seguida, a quatrocentos quilômetros de distância, mais ou menos, existe um outro ponto emblemático da Aeronáutica que se chama ao Ponto Teres, e “quando chegar até o Ponto Teres, o senhor deve seguir para uma altitude de 38 mil pés e daí por diante segue a Manaus”. Este piloto recebeu este plano de vôo. Houve uma linguagem inadequada do funcionário que é o funcionário de um pequeno aeroporto de São José dos Campos. Que o senhor sobe, decola, vai a 37 mil pés e continua a sua viagem até Manaus. Proa Manaus em 37 mil pés. Mas ele tinha o plano de vôo, devia tê-lo no bolso, devia tê-lo ao lado. Antes de chegar em Brasília ele fala com a torre, se eu fui lá ver no CINDACTA, ele fala com a torre e informa que está viajando a 37 mil pés e o controlador diz: Ok. Ele deveria, em Brasília, passar para 36 mil pés e depois quando chegar no Ponto Teres que foi muito antes, bastante antes do local do acidente, ele devia subir para 38 mil pés, era o que está no plano do vôo.

Então, eu vi no CINDACTA, eu vi, pessoalmente, no CINDACTA, a torre tentando falar sem conseguir e o radar, o radar geral, não o radar preciso. O radar preciso, hoje, é o que se sinaliza através da operação do transponder. Por quê? Porque nos vôos modernos, a movimentação é tão grande que foi necessário criar um tipo de equipamento de alta precisão. Esse equipamento de alta precisão é o transponder. Colado a esse transponder existe um outro equipamento que é a ticais(F), esse transponder autoriza a torre a dar exatamente a posição correta. No radar, o que nós vimos foi ele a altura de 36 mil pés, antes de Brasília, pouco antes de Brasília.

Então, teoricamente, ele estaria seguinte o plano. Quando ele chegasse a Teres, ele deveria subir para 38 mil pés, já não se conseguia falar com ele, ele próprio já não conseguia falar. 37 mil pés era uma aerovia necessariamente vinda até Brasília, necessariamente, porque só é mão de lá para cá.

Por outro, tinha uma carta geográfica. Hoje essas diferenças, para se descer em Nova Iorque, ou descer em São Paulo mesmo, ou se descer em Frankfurt, o que for, precisa dessas aerovias mais estreitas. Anteriormente se tinha aerovia com 10 mil pés de diferença, hoje são mil pés de diferença. De modo que quando esse pessoal encontra 36 mil pés, a interpretação era de que estava sendo cumprido o plano de vôo e um certo, de se dizer, bom, a preocupação, mas a preocupação dele não era preocupação com o avião da GOL que estava vindo lá de Manaus, na aerovia certa, 37 mínimo pés, ele não arredou os 37 mil pés. Ele sai, atravessa Brasília, ele chega ao Ponto Teres e ele continua no Ponto Teres em 37 mil pés e o transponder sem funcionar. Dir-se-á por que é que a responsabilidade é exclusivamente do controle do Brasil, do controle de terra daqui? Por que esse transponder não estava funcionando? Se o transponder funciona, funciona o ticais(F) que passa a 20 minutos, dez minutos a sinalizar conflito, colisão, colisão, colisão, e se porventura as coisas se demorem, eles automaticamente gritam joga para a direita e o outro para a esquerda para evitar a colisão, exatamente pelo volume de tráfego aéreo no mundo de hoje. De modo que hoje nós estamos apenas com as informações sobre o problema do controle, mas nem um avião para viajar nessa altura hoje pode viajar sem o transponder, lá em cima.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, será que o Ministro me permitiria uma explicação, qual a lógica de o Legacy estar com o transponder desligado, ou o VHF desligado. Eu realmente desconheço qualquer piloto que possa conscientemente desligar o transponder, o Comandante Bueno sabe, qual a causa de desligar um transponder? Qual a cau-

sa de não ter contato VHF a não ser falha no sistema de comunicação. Qualquer piloto está monitorado em rota aérea, Sr. Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Está me pedindo um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só para concluir o meu aparte, ele tem uma confiança plena e total no acompanhamento do controle. Nós voamos instrumento e desconhecemos inteiramente até as indicações qualquer outra e nem sequer plano de vôo. O controle leva até o chão. É uma confiança cega. Cega. Qualquer piloto, eu digo isso porque eu sou piloto, é uma confiança cega. Então não é plano de vôo que vai se sobrepor ao controle aéreo.

SR. WALDIR PIRES – V.Ex^a me permite, senhor, para eu concluir? V.Ex^a provavelmente não é piloto para 37 mil metros, provavelmente. V.Ex^a, provavelmente, é um piloto que trabalha abaixo de 9 mil pés, portanto nos vôos a diferença é enorme. Porque lá em cima, lá em cima é preciso que essas aerovias, como eles chamam, essas aerovias todas elas estejam predefinidas. No quadro brasileiro, vindo de Manaus para Brasília, não há possibilidade de nenhum avião, nenhum, ser autorizado para ir nos números ímpares, nenhum. Tudo é mão, e para lá o contramão é o número par, sempre, sempre. Está na carta geográfica do Brasil, está na carta geográfica da O OAF, na Organização Internacional. Eu não acredito que ele tenha desligado, não eu estou dizendo isto, eu estou dizendo que o transponder ficou fora de circuito. O transponder só funcionou dois minutos a três depois do acidente, aí ele liga o transponder e pede para descer em cachimbo, já tinha havido o acidente e pede para descer o Cachimbo e desce em Cachimbo e aí localizado, devidamente localizado. E eles ficaram procurando, são seis, sete, oito chamadas de terra sem conseguir. Sem conseguir. Houve um equívoco do radar, ah, o equívoco do radar geral não tem a precisão do transponder que é uma coisa nova exatamente porque os vôos aéreos se tornaram uma coisa demasiada no mundo contemporâneo. Então, você...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Ministro me permite um aparte?

SR. WALDIR PIRES – Deixe-me terminar, em seguida o senhor... De modo que eu não estou fazendo acusação a ninguém, mas estou dizendo por que, não há porque se faça essa presunção de que a coisa é definitivamente uma coisa do controle, do controle brasileiro, não é isto. Pode ser uma coisa decorrente, digamos, de ter ficado numa posição de desligar sem saber, pode ter havido uma posição, digamos assim, de ter ficado *stand-by* e se o transponder de um avião não se comunica o outro, porque o transponder do

GOL estava ligado, está na caixa preta, estava ligado o transponder do GOL. Se porventura tivesse ligado o outro, não teria havido acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, vamos só dividir aqui uma coisa, só para as hipóteses, vamos admitir que isso nunca vai acontecer, do Hugo Chávez querer invadir o Brasil, ele não vai lhe avisar e o senhor é Ministro da Defesa, ele vem num vôo silencioso, onde é que está o radar brasileiro para detectar isso e tomar providência e detectar com precisão?

SR. WALDIR PIRES – Isso o radar está fazendo isso as dezenas na luta contra o narcotráfico, as dezenas. Eu assino encaminhando ao Presidente da República dezenas de comunicações por semana para o acompanhamento e até para o abate. Felizmente, não houve um abate até hoje, felizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais um motivo, Ministro, para que esses dois aviões estivessem sobre o mesmo sistema senão o investimento vultuoso feito no CINDACTA e no SIVAM teria sido à toa.

SR. WALDIR PIRES – Mas isso é em qualquer País do mundo, isso ocorreria em qualquer País do mundo. Se não funcionar o transponder com o ticais(F) isso acontecerá em qualquer País do mundo. Para você descer em Frankfurt, descer em Paris, descer em Amsterdam, descer em Londres, descer em Nova Iorque, ou faz isso ou realmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O transponder na descida é exatamente porque o aparelho usado para a descida exige o contra-sinal do transponder. Eu não fui piloto frustrado Ministro. Aí é outra questão.

SR. WALDIR PIRES – O transponder é a indicação precisa. Aí o sistema no Brasil teria precisamente em que altura ele está.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós estamos aqui, Senadora Heloísa Helena, comprometendo a qualidade do serviço do SIVAM e do CINDACTA, a precisão. Nós estamos com a informação de que, se verdadeira, joga por terra toda a confiabilidade desse sistema. É preciso que essas coisas sejam feitas com mais cautela, com mais cautela, o Ministro Waldir Pires não tem nenhuma obrigação de tecnicamente saber desse detalhe, alguém lhe passou, mas estão lhe passando informação errada.

SR. WALDIR PIRES – A sua posição é mais ou menos parecida com a minha, então essa sua afirmação não é verdadeira em relação a SIVAM e CINDACTA, não é verdadeira. O radar só é preciso...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se houvesse perfeição não tinha

acontecido esse acidente. O objetivo desse espaçamento aéreo é para isso, Ministro. Para que se gastou, a fortuna que se gastou nesses dois sistemas? E V.Exª disse uma coisa correta, se ele tem capacidade de pegar um teco-teco traficando droga, porque não pega um avião com 154 quilos?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, o radar pega sim.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Senadora Heloísa Helena revelou...

(tumulto)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E há uma identificação precisa. Mas é claro que tinha que o controlador estava sabendo que tinha um vôo naquela rota, ele estava identificado no radar, não tinha apenas a altitude precisa porque o transponder não estava. Mas ele tinha todas as condições de estar avisando, principalmente a outra aeronave, porque ele tinha também um plano de vôo e sabia que ela vinha a 37 mil pés, para poupar 154 vidas.

SR. WALDIR PIRES – Mas Senador, ele tentou, Senador, lá está registrado. Tentou diversas vezes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Alertar o Boeing, já que não havia identificação do Legacy, ele teria a obrigação de dizer ao Boeing, faça uma atitude evasiva para que não houvesse a possibilidade, são 154 vidas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, exatamente nessa linha, se V.Exª me permite que é a minha dúvida que me aflige até nesse instante. Se havia esse apagão no sistema como já foi colocado aqui pelos Senadores. O Senador César Borges que é piloto, ele diz que e o Comandante Bueno, ele afirmou com a cabeça que há a identificação no radar da existência do aparelho, não sabe o nível exato.

Então, por que então os operadores não avisaram o Boeing de que havia possibilidade deste encontro para que ele desviasse da rota? Por que não foi avisado isso se há esse controle tão seguro? Olha, nós estamos com uma aeronave que não está identificada a altura, então por favor, desvie a sua rota para 40 mil pés, tirar ele na linha de possível encontro com plano de vôo de 37 mil. Se havia dúvida, vamos pecar por excesso. E para concluir, V.Exª, na explanação que fez agora pré-julgou, porque você afirmou.

SR. WALDIR PIRES – Eu não pré-julguei porque eu não julgo. Eu dou a minha interpretação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então a sua interpretação, V.Exª colocou que o transponder do Legacy estava desligado porque a caixa preta assim indica e que dois minutos depois ele foi ligado.

SR. WALDIR PIRES – E é verdade, mas isso está na caixa preta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então houve o desligamento.

SR. WALDIR PIRES – Mas isso está na caixa preta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, por muito mais razão, o controle de vôo deveria ter informado a outra aeronave de que ele teria que desviar da rota que ele estava para evitar a perda de 154 vidas.

SR. WALDIR PIRES – Só que o outro estava sendo acompanhado por Manaus.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas estava sem comunicação o Boeing também?

SR. WALDIR PIRES – Se tudo estivesse ótimo, que tudo estivesse ótimo, evidente que não teria havido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o Boeing estava sem comunicação também?

SR. WALDIR PIRES – O Boeing não tinha complicação nenhuma, o Boeing vinha a 37 mil metros, fazendo o vôo dele tranquilo de lá para cá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, mais uma vez V.Exª está interpretando a responsabilidade do Legacy.

SR. WALDIR PIRES – Eu não estou interpretando a responsabilidade. Eu estou constatando como um dever de constatar para ser leal com os senhores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só espanto novamente de que a torre não tenha avisado ao Boeing para que ele saísse do nível de 37 face à dificuldade de comunicação com a outra aeronave.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O tema é emocionante, é empolgante, envolve vidas e todos tem o direito e o dever de numa hora como essa querer alguns esclarecimentos, mas eu pediria apenas ordenamento nos debates para que a gente consiga chegar ao final com resultados positivos. Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Só rapidamente, até porque eu ainda preciso que o Dr. Jorge Botelho fale um pouco.

Veja, claro que todos nós aqui estamos querendo de alguma forma auxiliar a identificar o problema para tentar resolvê-lo. Eu com todo o respeito aos meus queridos amigos americanos, eu adoro falar mal de americano, mas não dá para identificar. Isso era preciso ele por em risco ele mesmo, desligar o transponder, dar um vôo lá em cima, querer aparecer, adoro falar mal de americano, mas na lógica formal não resolve porque ele poderia estar pondo em risco a ele mesmo. Claro, mas poderia dizer: Mas o transponder do Legacy é diferente não é ao lado ali do piloto, pode

ser no painel, portanto ele pode ter desligado errado, a asa do Legacy é mais poderosa do que a asa do Boeing. Pode levantar muitas coisas, mas tem uma coisa objetiva que falhou.

Então, por que falhou? Isso aconteceu. Por isso que eu queria, Jorge Botelho, que você dissesse por que era normal isso sumir um avião porque era impossível eu ver um avião sumir não comunicar o outro avião, olha vai ter um problema, tem um avião que sumiu. Não. Se o transponder estava desligado.

SR. WALDIR PIRES – Ele não sumiu do radar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Se o transponder estava desligado e o outro não conseguiria identificar, alguém tinha que avisar. É para isso que existe a comunicação, não tem justificativa, não ter Brasília, não ter Manaus, isso é possível, a comunicação existe para isso. Então, algo falhou, isso era normal acontecer, Jorge Botelho? Era normal o procedimento de repente haver um problema ou uma chamada zona cega, algum problema era normal que isso acontecesse para justificar a não comunicação imediata para o GOL? É normal, as condições objetivas de trabalho de vocês estão perfeitamente em ordem como aqui está sendo colocado ou não? Então, eu queria ouvir o senhor também.

SR. JORGE BOTELHO – Veja bem. Logicamente que essas perguntas são bem pertinentes. Agora, a gente necessitaria ter... Essa transcrição exatamente para ver em que tempo essas coisas aconteceram. As perguntas aqui são bem colocadas, então é o seguinte, fica a dúvida. Essa dúvida, ela só é sanada a partir do momento em que sabe exatamente cada ponto o que aconteceu. Em que momento perdeu-se a comunicação, em que momento perdeu-se o contato radar, em que momento houve a comunicação com o Centro Manaus de que havia uma aeronave em sentido contrário, na rota com falha de comunicações e também se haveria tempo hábil de quando foi feita essa comunicação, de Manaus tomar alguma providência quanto a isso, ou se isso aí não aconteceu justamente naquele interregno de foi passado à instrução para ele chamar Brasília antes que fosse comunicado de que havia um avião em contrário, em sentido contrário, se bem que havia dúvida quanto ao nível e se, nesse momento, não houve tempo entre ele chamar Brasília e receber a instrução para desviar.

Isso aí a gente tem também informações, isso já foi colocado pela imprensa de que há reportes de que naquela área havia problema de comunicação e problemas de radar. Isso os pilotos já cansaram de falar e a gente tem relatos de controladores quanto a isso aí. Então é preciso justamente verificar em que momento isso aconteceu, porque às vezes, na velocidade que

eles estavam, 10 segundos ou um minuto pode ser uma coisa, uma eternidade, como também não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu cumpro o meu compromisso com V.Ex^a e dou a minha palavra por um minuto e em seguida Delcídio Amaral, ex-Líder do PT nessa Casa que está com o semblante triste, mas eu queria sugerir um pouquinho de paciência e se sinta aqui nesse recinto como uma ante-sala de avião esperando o seu voo. Chega, demora mais chega. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Eu queria agradecer a sua grande generosidade e dizer que o Senado fez muito bem entrando nesse tema, nós vamos entrar amanhã também. Eu já tive a oportunidade de falar com o Ministro da Defesa e dizer que a última coisa que os políticos podem fazer nesse momento é complicar a situação. Nós queremos exatamente contribuir para descomplicar a situação. Então amanhã nós faremos a nossa audiência, recolheremos todas as sugestões e eu proponho que a gente trabalhe junto com o Senado no que diz respeito ao apoio do Congresso para resolver esse problema. Só que eu entendo a solução desse problema não apenas a solução do problema dos controladores e não apenas a emergência que nós estamos vivendo. Eu entendo a solução do problema e o esforço coletivo nosso no sentido do Brasil atingir os padrões internacionais necessários.

Já houve uma inspeção da INCAL(F) aqui em 2000, essa inspeção constatou alguns problemas. Depois a OFA voltou, constatou alguns problemas. Em 2003, houve uma nova inspeção da INCAL(F), houve também 27 irregularidades constatadas e seria o momento agora em 2008 da gente chegar ao stander internacional indiscutível, e para isso eu queria contribuir, eu acho que a Câmara e o Senado podem contribuir também. Sem definir caminhos antes, mas nós queremos estar nesse objetivo. Até 2008 vamos chegar de uma forma indiscutível aos padrões internacionais? Vamos então essa é a nossa disposição.

SR. MILTON ZUANAZZI – Eu posso dar um aparte colaborativo aqui, Presidente? Posso, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para prestar um esclarecimento Dr. Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI – No sentido de colaborar mesmo, porque eu vejo nos depoimentos todo mundo tendo razão e há conjuntos de razões, eu estou, desde este acidente, 28 de outubro, 24 horas a nossa equipe da ANAC participa dessa investigação, então a primeira coisa que eu queria dizer, que me parece fundamental, é que nós aguardemos o final dessa investigação, ela vai apurar isso, é fundamental que isso se dê.

Segundo, que o Deputado Gabeira antecipou o que eu ia colocar. As normas internacionais, hoje, nós vivemos num mundo muito dispare, operação por radar são poucos Países que tem controle absoluto do seu espaço aéreo, Brasil um deles recentemente. Imagina o que é a aviação na África, os mesmos Países da América da Sul. Nós temos um nível de disparidade muito grande. O Brasil tem sido até, politicamente, o País que faz esse anteparo entre uma evolução e até uma exigência quase que acima de todos os limites especialmente feitos pelos Estados Unidos e com o acompanhamento dos demais Países nos aspectos tecnológicos fundamentais. Por isso que o Senador César Borges tem razão, mas o Ministro Waldir também, há uma regra básica, porque eu posso estar voando numa aerovia americana, mas posso estar voando numa não aerovia africana e eu posso estar com uma operação de radar sob controle, posso estar absolutamente desaparecido sem ninguém saber que eu existo. Nessa hora fica valendo plano de vôo para qualquer piloto, quando ele perde todos os contatos, ele tem que seguir aquilo que estava determinado. É aquilo que lhe dá a segurança. A questão de avisar ou não o avião que vem, imagina agora entre Brasília e São Paulo quais vôos estão ocorrendo nessas aerovias, dezenas. Eu não estou falando só de aviões comerciais, tem aviões gerais, táxi aéreo, enfim. Evidentemente que todo mundo tem que estar dentro de um determinado nível, voando num determinado nível, naquilo que é predeterminado. E se todos estiverem com os transponders ligados o operador sabe exatamente se ele está na altitude correta ou não.

Então, na verdade, a investigação vai nos dizer isso com absoluta precisão. Ela já fez, inclusive um relatório preliminar, lançou esse final de semana, pode demorar, uma investigação, às vezes, é lenta, propositalmente para chegar à conclusão cabal. Então eu queria deixar esse depoimento porque eu acho que é importante, eu sinto a angústia dos Senadores que é a angústia de todo mundo, mas tenho certeza que os nossos investigadores vão fazer esse resultado da opinião pública brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E agradeço a participação do Dr. Zuanazzi e compreendo, ele não é do ramo, ele não acrescentou nada a questão. Há de convir o seguinte, se o transponder tiver desligado avisar que com o transponder ligado não é avisado, não é isso. E ele sabe muito bem que não é isso. Agora o que nós não podemos santanizar ninguém, nem piloto A, piloto B, nem tampouco controlador. Não é verdade, é aguardar a investigação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, eu queria discordar de V.Ex^a, o Dr. Zuanazzi acrescentou sim, ele nos orienta que não podemos voar sobre a África e sobre alguns Países aqui da América do Sul e eu gostaria de saber quais são os Países que não tem o controle do seu território por radar.

SR. MILTON ZUANAZZI – Presidente, aliás podemos voar no Brasil, como se voou sem radar há muitos anos, não é o problema do radar. O radar é porque são tecnologias modernas em função do excesso de tráfego. Não, tem segurança sim. Por rádio, por comunicação. Absoluta segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria fazer um apelo aos companheiros, sei que esse tema é um tema fantástico, eu proponho até numa segunda etapa a gente promover um curso de navegação aérea, não tem nenhum problema, a Comissão de Infra-Estrutura procura, agora no momento nós temos que avançar, temos outras atividades no Plenário, inclusive com votação e eu quero passar a palavra aqui ao triste e macambúzio Senador Delcídio Amaral.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Não, eu não sou o próximo escrito aí não, Presidente? Eu permutei com a Senadora Ideli, ela estava em seguida.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Não, se permutou com a Senadora Ideli está para trás.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Ideli, não. Senadora Ideli, não. Senadora...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Ideli.
SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a permutou com a Senadora Heloísa Helena...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Heloísa Helena.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...e foi para o 24º da fila.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito bem colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Que era exatamente a ordem. É não, brincadeira, Senador. V.Ex^a... V.Ex^a é logo após o Senador aqui na ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, demais autoridades presentes, Parlamentares. Senador Heráclito, eu gostaria de fazer uma... Eu acho que nós, nesses últimos anos, nesses últimos três ou quatro anos, a aviação comercial ela passa por um período, passou por períodos difíceis, eu acho que vários oradores aqui falaram sobre o 11 de dezembro, falaram sobre as dificuldades que a aviação comercial

enfrentou, principalmente ao longo de 2003, como disse o Dr. Bologna, exigiu quase que uma lição de casa de cada companhia no sentido de corrigir seus rumos. Nós tivemos a crise da VARIG também, uma crise que se estendeu por muito tempo e uma crise também, que como existiam muitas indefinições de caráter jurídico, as outras companhias estavam impossibilitadas de fazer frente ao mercado que se apresentava em função dessas dúvidas de caráter jurídico. E nós tivemos também, nesses últimos quatro, cinco anos, a criação da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, quer dizer, segregando aquilo que pertencia ao antigo DAC para essa nova agência.

Isso fazia parte de um acordo, inclusive, passando com autoridades americanas, a criação da ANAC era uma questão estratégica, inclusive para o País. Ela passa não só pela administração de vôos, pela fiscalização, pela regulação, mas também por outras atividades como recheques de pilotos e como homologação de aeronaves construídas no Brasil. Nós somos um dos poucos Países que podemos homologar aeronaves. Isso é muito importante em função de um mercado que se apresente especialmente para a indústria Aeronáutica brasileira. Mas a realidade é que nós enfrentamos muitas dificuldades ao longo desses anos, muitas mudanças, muito problemas. E no meu ponto de vista esses problemas de uma quase adaptação das companhias aéreas, de um programa acentuado de investimentos, principalmente na infra-estrutura aeroportuária, no momento de passagem de bastão do antigo DAC para a Agência Nacional de Aviação Civil, nós tivemos num período longo de transição, ao longo desses quatro, cinco anos, inegavelmente sobre todos os aspectos. E houve, infelizmente, esse acidente com a GOL e com o Legacy que precipitou uma série de questionamentos que já vinham, já caminhavam há um bom tempo. Eu não tenho dúvida nenhuma que esse acidente da GOL foi a precipitação de outras coisas ou outras questões que ainda não... Que vinham sendo supostamente administradas. Entendo, e os Senadores que me antecederam perguntaram se esse não teria sido o divisor de águas na questão dos controladores. Na minha pouca percepção, ou naquilo que eu pude me informar a respeito, evidentemente foi um divisor de águas, porque havia uma operação por parte dos controladores de vôo, se havia sobrecarga ou não, esses fatos pretéritos indicavam que sim, que sim, a despeito de posicionamentos contrários, eu não vou entrar aqui também, senão vai virar um debate, uma discussão de quem fala a verdade, quem mente, e eu não estou aqui para isso, mas a realidade é que existiam dificuldades com relação aos controladores. Existia, já anteriormente, eu posso dizer isso porque eu fui

Relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Senado, tive a oportunidade de conversar com todo o setor aéreo, com o militar, com o civil, com linhas aéreas regulares, não regulares. Eu conversei com sindicatos, eu conversei com muitas pessoas, e efetivamente existia esse problema. Mas administrado com a competência que o preparo que os controladores de vôos brasileiros efetivamente têm e que corresponderam a essa importância, a essa respeitabilidade que principalmente o Brasil tem no controle do seu espaço aéreo, seja civil, seja militar.

Aqui foi dito, não sei por quem, mas é importante, eu aprendi com a Aeronáutica, as aeronaves que vem de fora, o espaço, os controladores brasileiros comandam inclusive o pouso dessas aeronaves e o tráfego dessas aeronaves nos Países vizinhos, como a Argentina, Chile e assim por diante.

Portanto, nós realmente conseguimos consolidar no tempo do DAC, é importante deixar bem claro isso, o trabalho que o DAC e que a Aeronáutica fez ao longo de todo esse período, mas nós conquistamos excelência, principalmente no controle aéreo.

Agora, essas dificuldades, efetivamente, já vinham acontecendo. E eu, no papel de um controlador de vôo, eu também ficaria muito preocupado depois da ocorrência. Primeiro, e aí é a leitura, é a leitura de alguém que simplesmente acompanha os fatos, mas esse acidente da GOL, ele precipitou uma série de questões e mais, o próprio acidente colocou a Aeronáutica em algumas situações de absoluto constrangimento. Em qualquer lugar do mundo uma investigação dessa tem que ser conduzida com o sigilo que é o que a Aeronáutica procurou fazer, e o que aconteceu é que todo mundo dava palpite na investigação. Até eventualmente algumas situações responsabilizando. Era ora controlador de vôo, era ora ou suspeitava-se na ocasião que seriam os controladores de vôo, mas incisivamente que os pilotos do Legacy seriam os responsáveis, única e exclusivamente. Só que um acidente nesse nível é uma seqüência de fatos equivocados, nenhum acidente tem uma causa específica, isso em qualquer ramo de atividade. Eu venho da área de energia, qualquer acidente na área de energia, os senhores podem ter certeza que não é originário de um só fator. É uma seqüência de equívocos de falhas, não falhas intencionais, mas que a realidade dita.

Então, esse acidente da GOL, ele realmente precipitou, trouxe à baila questões que de certa maneira vinham sendo mitigadas, e os controladores de vôos, naturalmente, numa questão defensiva, como diz, eles começam a trabalhar no *by the book*, ou seja, o que está escrito, sem desviar uma vírgula daquilo que efetivamente determinam as normas. E foi o que

aconteceu, o espaço de 10 minutos, os 14 aviões na tela e com as dificuldades que naturalmente ocorreram fruto desse acidente.

Então, eu acho que nós precisamos analisar isso com a gravidade que tudo isso teve, nós precisamos tirar lições e uma delas é a questão dos controladores de voo. Se vão ser militares, se vão ser civis, eu acho que isso o tempo vai dizer o que é mais conveniente, mas eu quero registrar aqui que os militares fizeram um grande trabalho no controle de voo, pelo menos em tudo aquilo, em todo o histórico que eu levantei ao longo desses anos todos. Não estou aqui, não vim aqui defender nem A, nem B, eu estou simplesmente colocando algumas constatações daquilo que eu percebi ao longo desse grave acidente e as consequências que vieram.

Então, os controladores efetivamente representam um problema hoje. Eles que deveriam ser solução, existem dificuldades. Eu, depois, queria até saber, isso é uma curiosidade minha, se dos controladores de voo, se exige proficiência em inglês. Eu procurei saber, inclusive, nesse concurso público, se exigia proficiência em inglês, isso é muito importante. Eu tenho informações, inclusive, evidente, podem não ser reais, que parte da orientação dada para que os pilotos do Legacy descessem na Serra do Cachimbo foi feito por uma outra aeronave que estava próxima, por um Comandante de uma outra aeronave que estava próxima, que vinha há 20 minutos atrás. E que fez a interface com os pilotos americanos com a Serra do Cachimbo para que ele pousasse. Então a questão da proficiência em inglês também é importante, no caso era uma base militar, mas qual é o comportamento dos controladores e o nível de exigência com relação à proficiência no idioma, pelo menos no inglês.

Então, eu acho que essa é uma questão que nós vamos ter que discutir, é um problema grave, é um problema sério, porque as informações que eu tenho é que não existe em determinados casos, não existem essa proficiência ou nem todos tem essa facilidade nos contatos com as aeronaves. E uma coisa também que eu também gostaria de destacar, foi feito uma exposição bem ampla sobre o controle aéreo, sobre o CINDACTA-1, sobre CINDACTA-2 em Curitiba, ou III em Recife, o IV em Manaus, mas conversando com pilotos, pilotos vários, pilotos civis, pilotos de empresas aéreas, pilotos de aviação executiva, eles constataam com absoluta serenidade que em determinados períodos do dia essa comunicação não é tão tranqüila como se apregoa. Isso é generalizado. Eu tive, inclusive, a curiosidade de perguntar para alguns pilotos de companhias aéreas que me disseram isso, e um piloto é um homem responsável e ele também sabe

administrar esses problemas transitórios que podem vir a acontecer.

Então, eu acho que... Tudo isso que ocorreu efetivamente é uma consequência de um setor que vinha num processo de transição institucional, num processo de transição conforme as variáveis de mercado, conforme a realidade das companhias aéreas, conforme a criação de outros órgãos que estavam surgindo, até por outros acordos que foram feitos, mas isso é absolutamente necessário que nós tenhamos condições em função dos tristes acontecimentos de encontrar uma saída para esse impasse.

Portanto, eu acho que aquilo que ocorreu, demonstra nitidamente, e eu vou entrar sim, vou falar de uma maneira muito resumida até pelo adiantado da hora, é uma questão de gestão, gestão de recursos humanos, gestão tecnológica, e porque não dizer também, porque existem organizações que estão novas no Setor Aeronáutico Brasileiro até de um ajuste claro, de uma integração clara entre os vários órgãos que atuam na Aeronáutica civil. Eu acho que esse exemplo ficou claro, a questão da gestão, a questão da tecnologia e a questão da interface entre os vários órgãos que compõem hoje a aviação civil.

Eu, pessoalmente, vi em algumas situações posicionamentos que me levavam pessoalmente a confundir o que era atribuição de cada um. Entendo que isso pode ter acontecido até pelo afã de se acertar e pelo sentimento da crise que se enfrentava, mas eu vejo com muitas preocupações o caminhar dessas questões, principalmente no que se refere a controle de voo, com todo o otimismo aqui demonstrado. Não só na formação de profissionais, no prazo que é necessário, mesmos aqueles que têm experiências, já estavam aposentados, mas a tecnologia Aeronáutica avança, ela é muito rápida, eletrônica, ela quase que corre, ela muda em tempo real, o que seria moderno hoje daqui a seis meses não é mais.

Então, não é uma questão somente de substituir pessoas, mas adequar essas pessoas a tecnologias que está sendo disponibilizada, ou tecnologia que está sendo revitalizada. Então, eu vejo com muita preocupação o andamento dessa questão. Agora, como consequência de tudo que foi falado anteriormente, mas acima de tudo, nos aeroportos, e vejo com preocupação também, vejo, como disse o Brigadeiro Bueno, a preocupação com a segurança absoluta, absoluta. Mesmo que se castigue a questão do tempo que é o que está acontecendo. Mas eu vejo com muitas preocupações também, além das ações que eu entendo que foi colocado aqui em 60 dias, eu acredito que vão vir propostas na área tecnológica, vão vir propostas na área de gestão pessoal, na política de salários. Nós

temos, grande parte de controladores de vôo militares que eu não tenho dúvida, eles são Sargentos, ele tem que seguir aquilo que determina as forças, mas talvez encontrar uma saída, uma gratificação de função, alguma coisa assemelhada que faça alguma compensação com relação a remuneração até para que se atravesse esse período mais complexo, que eu volto a dizer, não acredito que tão rapidamente nós venhamos a ter um controle total da situação.

E para concluir, eu queria fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires e fazer uma pergunta também ao Brigadeiro Bueno, mas, manifestar a minha preocupação com as companhias aéreas. As companhias aéreas têm sofrido muito porque tem sofrido o desgaste desses problemas. Foi dito aqui que a eficiência principalmente nos horários de vôos chega a 96%, porque é natural em função de manutenção, em função de condições meteorológicas atrasos, mas esse 96% é um número extremamente bom, mas o que me preocupa é a situação das companhias aéreas também, porque bastam pesquisar não tanto rigor as companhias estão sofrendo perdas, perdas porque já houve redução em rotas turísticas acentuadas, isso testemunhada pelos próprios tripulantes das companhias aéreas, muitos turistas estão avaliando se vem ao Brasil ou não, porque ficam preocupados com o tempo que vão levar nos aeroportos, inclusive o turismo interno, inclusive o turista interno e os gastos que as companhias estão tendo.

Agora, recentemente por uma curiosidade minha, o avião já com as portas fechadas recebeu autorização do *push back*, começou a taxiar, quando ele estava na fila para decolagem, ele recebeu uma orientação que deveria retornar, e a opção era do Comandante, o Comandante voltou, parou no *finger* de novo, o *finger* encostou, ele abriu a porta e veio a autorização para ele decolar de novo. A situação que nós estamos vivendo sem falar em situação onde a aeronave está com passageiros e fica uma hora no chão esperando o “Ok” para começar o táxi. Só que para uma aeronave ficar parada, ele está com turbina auxiliar funcionando, ela está com o sistema de ar-condicionado funcionando, ela está com o sistema de iluminação funcionando, ela está com os controles funcionando, quanto custa isso? 10, 15, 20% dos custos das companhias aéreas?

Então, na minha leitura é uma questão importantíssima também que nós temos que avaliar e nós estamos chegando perto do Natal, do ano novo e das férias.

Portanto, eu entendo até as dificuldades, eu acho que foi um somatório de problemas e dentro de um setor que estava passando por crises sistemáticas que todos nós aqui sabemos ou por adequações institu-

cionais importantes para o seu bom funcionamento, mas nós fomos surpreendidos por esse acidente. E eu espero, conhecendo a competência, principalmente das várias autoridades presentes, eu espero que rapidamente nós encontremos, ou venhamos a encontrar uma solução adequada para essas dificuldades que estamos enfrentando que, infelizmente, na minha leitura não é imediata. Apesar de todos os esforços dedicados até em função da complexidade do problema e uma questão que precisa mais do que nunca serenidade, precisa mais do que nunca diálogo, e acima de tudo o compromisso com a segurança que é o fator fundamental para trazer tranquilidade a todos nós brasileiros, brasileiras, turistas estrangeiros que vêm visitar o nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente, eu não queria fazer nenhuma pergunta, mas só queria manifestar as minhas preocupações em função desse quadro todo, em função de informações que eu, ao longo desse período aí, consegui receber de pessoas que atuam nesse setor que é fundamental, um setor de importância absoluta para o País.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao nobre Senador Delcídio Amaral e pergunto aos convidados se teriam alguma observação a fazer a explanação. Sr. Botelho, por favor.

SR. JORGE BOTELHO – Gostaria de falar para o Senador Delcídio que realmente essas palavras, a sua análise foi bem colocada na questão do controle de tráfego aéreo. E a sua observação quanto a proficiência da língua inglesa eu quero lhe informar que realmente há essa deficiência aí de muitos anos. Primeiro porque não há obrigatoriedade da proficiência da língua inglesa quando você faz o concurso, é requerido um nível mínimo. Mesmo porque se oferecer, se tivesse essa obrigatoriedade dessa proficiência teria que haver a oferta de um salário melhor e o que é oferecido realmente não vai atrair.

Bom, eu longo eu trabalhei como controlador de tráfego aéreo durante 26 anos. Nesses 26 anos, uma das grandes reivindicações, a principal reivindicação que eu fiz como diretor, foi justamente nessa questão da língua inglesa. Nós requeremos, nós sempre pedimos que haja uma disponibilidade de curso de inglês para os controladores porque tínhamos essa dificuldade.

Hoje, o sistema continua da mesma maneira, nós temos agora, em março de 2008, temos que cumprir uma exigência da OACI que é a Organização de Aviação Civil Internacional no sentido de que os controladores, o pessoal de tráfego aéreo tenha pelo menos o nível quatro e está difícil de se alcançar isso aí. Agora, ao longo desses 26 anos, eu vi várias vezes curso de

inglês começar e daqui seis meses terminar. Começa um curso hoje e termina e começa, briga de novo, “mas nós precisamos do curso de inglês”. Aí dois anos depois começa de novo, aí monta um curso aqui, começa e daqui seis meses termina. Você pode perguntar a qualquer controlador antigo que ele vai dizer que a história é a mesma. Tem vários lá que estão lá assistindo que vão confirmar essa história, por várias vezes. Isso aí desestimulou. Depois da primeira, segunda, terceira, quarta tentativa, aí ninguém mais estava interessado. “Olha, eu vou começar um curso de inglês para daqui a um mês terminar...”. Isso já vem de longos anos, e temos, então, essa demanda para resolver com relação a 2008 que já estamos aí em cima do prazo e eu não sei se vamos conseguir alcançar um bom nível, esse nível quatro que está sendo exigido pela Organização Internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, eu só... Não querendo, eu estou preocupado com o tempo, porque existem outros oradores também, eu queria só fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires se há algum desenho de uma estrutura específica que vai agregar ao setor aeronáutico esses controladores de voo, se já existe alguma posição, porque nós lemos em vários jornais, a imprensa divulga que se estaria estudando uma outra alternativa para congregar esses controladores, resolver a questão da remuneração em função da remuneração dos Sargentos especificamente da Aeronáutica, e se realmente a intenção é se criar alguma instituição que venha a assumir esse papel ou alguma instituição que venha buscar essa alternativa de terem única e exclusivamente controladores civis e não esse sistema híbrido que existe hoje, ou controladores militares.

SR. WALDIR PIRES – Como nós já anteriormente dissemos, Senador, nós instalamos um grupo de trabalho com a presença dos representantes da Aeronáutica, do Comandante da Aeronáutica, dos seus representantes, do Presidente da ANAC, da INFRAERO, dos controladores, dos representantes das empresas, dos aeronautas. Demos um prazo de 60 dias para nós trabalharmos intensamente, verificarmos se nós chegaríamos num consenso sobre essas coisas, como serão, se será dessa forma, ou daquela forma, provavelmente elas vão necessitar que sejam de soluções de Governo e do Parlamento provavelmente, de forma que eu não teria condições de antecipar, não há propriamente uma posição adotada. O grupo de trabalho foi instalado com plena liberdade de elaboração e de reflexão. O que nós queremos é rapidez

para termos isto. Uma rápida tranquilidade numa solução muito breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro e demais autoridades que comparecem a essa audiência. Ouvi atentamente as diversas exposições aqui expendidas pelas autoridades e pelos Senadores, que me antecederam e verificamos que a ocupação do espaço aéreo tende a aumentar, a crescer a demanda do uso do espaço aéreo, e eu ouvi de um piloto, há poucos dias, e ouvi de outro hoje, Senador César Borges, dizendo que nos céus mesmo que esteja cristalinamente claro, aliás, Céu de Brigadeiro como usa mencionar, o piloto fica nas mãos do controlador. Não é possível, por mais que exista um sistema de equipamentos modernos, sofisticados que lhe dão a posição, a altitude, à rota, mas não lhes permite dizer quem são os seus vizinhos, quem é que compartilha com ele o espaço aéreo, mesmo no sentido contrário, ou mesmo no mesmo sentido em que ele vai se dirigindo.

E nós lemos recentemente do relatório preliminar desse voo que provocou esse trágico acidente que afirma ter ocorrido falha na comunicação, ou seja, na comunicação entre o controlador, em quem o piloto deposita toda a sua confiança e o piloto da aeronave. Houve falha na comunicação. E eu gostaria de saber e eu faria essa pergunta, então, endereçada ao eminente Brigadeiro Bueno já que o País investiu muito em equipamentos e num sistema exatamente de comunicação para cobrir todo o espaço aéreo brasileiro para que não existisse um buraco negro no espaço aéreo brasileiro em termos de comunicação, eu gostaria de saber se essa falha, é uma falha eventual ou se são falhas permanentes de comunicação que existe entre as aeronaves e os sistemas de controle no Brasil. Se essas falhas podem ocorrer por deficiência do equipamento, por estresse, cansaço ou negligência do controlador. E quais são os serviços de radar oferecido pelo serviço de controle e como são prestados esses serviços. Eu teria mais outras perguntas, mas se me permitir, Presidente, eu parcelaria para facilitar a compreensão das respostas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, muito obrigado pela pergunta, ela é interessante, eu tinha, havia falado um pouco a respeito antes. Realmente, quando nós sabemos que houve a falha de comunicação por esse relatório preliminar, eu imediatamente mandei uma ordem para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, porque nós temos um esquadrão que faz a verificação não só da parte de

radar, como da parte de comunicação para que fosse feita a experiência em todo o Brasil, não só na rota em que esse avião estava voando.

Quero também dizer ao senhor que no dia, após o ocidente, o acidente ocorreu numa sexta-feira, no sábado, um avião do GEIV já fez o vôo simulando o vôo que estariam os dois aviões fazendo e não foi detectada nenhuma falha nessa parte. Essa falha pode ter sido por dois motivos, primeiro – por uma troca de frequência errônea, ter colocado uma frequência que não era do setor, porque nós temos os VHF's que nós chamamos de VHF estendidos que eles vão a uma distância bem grande daquele ponto inicial e quando ele, por exemplo, ele vem falando numa frequência até Brasília, quando ele passa por cima de Brasília e pega outro setor ele muda a frequência, ele deveria ter mudado a frequência, o senhor está entendendo? E nós não conseguimos detectar até o porquê. Por quê? Depois da batida o Legacy voltou a falar. Eu só quero pedir aqui, eu não procurei saber sobre a investigação. Porque a investigação, ela tem que ser realizada sem nenhuma pressão, sem nenhum conhecimento, ela deve ser preservada. E nós só vamos poder dizer e isso vai ser aberto quando chegar ao final também e deverá haver, eu acredito que nova apresentação durante o desenrolar dessa investigação. E no final ela vai concluir exatamente o porquê que aconteceu.

Então, para nós, não houve falha dos equipamentos. Posso... Eu prefiro não fazer nenhuma conjectura, podia dizer que alguém abaixou o rádio, alguma coisa, piloto, o senhor sabe, não abaixa rádio, pelo contrário, ele sempre até aumenta mais o volume, se ele tiver distraído para chamar a atenção.

Então, Senador, eu não acredito que houvesse negligência, mas acredito porque havia, segundo informações que a gente teve, eu tive pela imprensa, não sendo dos autos do processo de investigação de que haveria necessidade de trocar os equipamentos de transponder. Porque esse modelo não seria mais autorizado por motivos dele se desligar automaticamente.

Então, Senador, a gente, realmente, só depois da conclusão é que nós vamos ter. Agora por que nós fizemos isso? Porque se a gente sabe que se alguma coisa pode ter falhado, a gente tem que sair em busca dessa coisa que tenha falhado. Então nós não temos notícias de buracos negros nas nossas rotas e não temos notícia de que durante esse vôo, ele estivesse em pane o equipamento, tanto que é logo depois ele veio a funcionar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E sobre o serviço de radar, quais são os serviços de radar oferecidos pelo centro de controle?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Completo, ele tem um serviço completo, ele tem a cobertura completa daqui a Manaus, como o senhor viu, ele tem um serviço completo. Ele estava sendo avistado pelo radar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Vai perpassando por diversos equipamentos instalados?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Vai passando num radar, automaticamente o radar na frente estava vendo, o Senador também sabe disso, o avião, ele, como ele não estava com o transponder ligado, ele não tem exatamente a altitude, não é marcado, vamos dizer 36 mil pés, ele não fica marcando 36 mil pés, ou 37 mil pés, ele fica oscilando. Vai a 36, vai a 35, vai a 34, vai a 38 e quero crer que o controlador o estava vendo a 36 mil pés, isso eu quero crer. Eu acredito nisso. Que ele, de maneira alguma, um controlador iria dizer que o avião estava a 36 mil pés se ele não estivesse passando.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Se estivesse fora da altitude recomendado ela certamente...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Ele deve ter se convencido, ele se convenceu que estaria a 36, na minha opinião, o senhor está entendendo? Agora, isso é opinião. Eu não vi a investigação. A investigação vai chegar exatamente no ponto o que ocorreu. Isso tudo está gravado, agora, a gravação, ela é consequência, o resultado é consequência de uma série de comparações. A que distância estava? A outra distância que ele estava, o senhor está entendendo? O radar da Amazônia, o Centro da Amazônia já tinha adquirido o avião, já estava acompanhando também, o senhor está entendendo? Eu acredito que um controlador passou para o outro que estaria passando para outro de Manaus, são aquelas pedras, nós chamamos de dominó, pedras de dominó, consequência de uma série de casualidades, vamos dizer assim, que aconteceram.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Uma outra questão, Comandante, a cerca de um ano, ou pouco mais de um ano, a Aeronáutica solicitou autorização do Ministério do Planejamento para realizar concurso para admitir controladores. E se solicitou é porque entendia que o número, se era suficiente com o crescimento teria uma demanda maior ou já estava sentindo a necessidade de suprimento de controladores no sistema existente. Por que não foi realizado o concurso?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Isso eu explico para o senhor. Porque em 2002, nós começamos com a previsão, com o planejamento, olhando, nós em 2002 começamos a formar 30% de controladores a

mais na escola. Porque vislumbrávamos uma necessidade de controladores. Houve uma redução em 2001 com o acidente de 11 de novembro, houve uma redução muito grande, de tráfego aéreo, em todo o mundo, inclusive no Brasil houve a situação. E a quantidade que nós estávamos formando, ela era suficiente para atender o que estava previsto, o senhor está entendendo? Porque quando nós matriculando, por exemplo, nós estamos matriculando agora, agora em janeiro para sair daqui a dois anos. Nós aproveitamos agora essa oferta, abertura do MPOG no Ministério do Planejamento e pedimos para retornar, por quê? Porque agora nós estamos vendo, nós começamos a ver que o tráfego aéreo está muito superior àquilo que estava sendo estimado, o senhor está entendendo? Inclusive, nós estamos com um planejamento de formarmos maior quantidade do que estava previsto há dois anos atrás. Estava previsto, estamos formando 80, passamos para 90, já estamos com o planejamento de 120.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Nós não estamos enfrentando uma dificuldade de profissionais, agora?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Está faltando.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, nós não iríamos formar profissionais se não houvesse necessidade. Dar emprego desnecessário é uma carga que para a gente, no mínimo 35 anos, quem a gente emprega agora, se a gente emprega a mais vai sobrecarregar no futuro. Por esse motivo que nós não fizemos o concurso no final do ano passado que não teria influência agora. Se nós tivéssemos feito o concurso no ano passado, nós já estaríamos com esse pessoal...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, muito barulho.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Nós estaríamos com esse pessoal começando a sair da escola, possivelmente saindo agora em outubro, novembro, que a gente ainda teria gasto, ainda dois anos, porque apesar da gente achar que o controlador nosso é mal formado e muitas vezes alguns falam isso, que eu já ouvi controlador dizer que eles são mal formados, eles levam dois anos na escola e mais um ano de aperfeiçoamento e às vezes mais. E nós não abrimos mão, eu vou dizer ao senhor novamente, da qualidade do nosso controlador, nós temos muito orgulho dos nossos controladores.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. Comandante, ainda mais uma pergunta para o senhor aqui. Nos últimos os órgãos

de controle de vôo europeu e americano sugeriram a adoção de uma redução das distâncias entre as aerovias, é a separação vertical mínima reduzida.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente, nós temos hoje...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – De dois mil para mil pés.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E o Brasil passou a adotar essa prática já no ano passado.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Todo mundo passou a adotar essa prática. Isso aí foi mundial.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – O Brasil fez a preparação adequada.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senão não pode voar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com os nossos controladores com a capacitação adequada para essa aproximação das aerovias.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente. E vou dizer ao senhor, os aviões foram adaptados para que os nossos instrumentos indicassem acuradamente as suas altitudes. Um avião normalmente fica em torno de 500 mil dólares para o senhor fazer essa adaptação, porque senão ele tem que voar abaixo do nível 290. 290 são 29 mil pés.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Ele é visual. Esses 290.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, é instrumento também, só porque o altímetro, a proporção que o senhor sobe, o altímetro comum, ele começa a dar uma defasagem de correção de altitude, mas esses especiais, eles dão exatamente a altitude que está o aviação. Isso é apurado de modo quem está a 33, 34, 35, o espaço aéreo praticamente duplicou.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. E por último eu gostaria, Presidente, de fazer ainda ao Brigadeiro Bueno, duas questões que angustiam familiares das vítimas que tem acompanhado o desenrolar desse processo, que tem enfrentado muitas dificuldades. A Sr^a Margarida Araújo, ela afirma que segundo a sua assertiva, nós temos um espaço aéreo extremamente seguro, ela se diz confiante e que precisa sentir confiante com a segurança do controle do espaço aéreo brasileiro. E quanto à apuração dos fatos, ela pede transparência na divulgação dos resultados, os relatórios dos resultados das investigações, elas sejam comunicados aos familiares das vítimas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu posso garantir ao senhor que o relatório preliminar foi primeiro apresentado aos parentes, os representantes dos parentes das vítimas, depois é que nós fizemos a reunião com a imprensa. Quando nós constatamos a queda do avião, eu acho que o senhor está lembrado disso, uma das questões que eu fiz, foi de levar, a primeira coisa que eu fiz, na segunda-feira, foi levar os aparentes das vítimas até o local do acidente, oito representante foram até lá. Para não ocupar espaço, eu não fui, eu fui à outra oportunidade com o nosso Ministro, para vermos lá. A primeira atenção que demos foi os aparentes das vítimas. E eles, todo dia nós instalamos um gabinete de crise que todo dia eles recebiam duas vezes por dia, uma parte da manhã e uma parte da tarde, o *briefing* do representante nosso o que é que estava ocorrendo. Quantos corpos nós tínhamos achados e toda a assistência foi prestada, Senador.

Então, nós em momento algum descuidamos... Agora para nós encerrarmos a busca, nós levamos a família do engenheiro Paixão lá para ver, mostrar a eles que a gente não tinha nenhuma oportunidade mais, já tinha se esgotado tudo e eles concordaram conosco a esse respeito, porque nós sempre pensamos que poderíamos ou estar lá ou ter um parente nosso nisso.

Então, de maneira que em momento algum, nós deixamos de prestar assistência.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – A última colocação, Brigadeiro, foi-nos enviada pela Sr^a. Denise Magalhães que também é parente de uma das vítimas do acidente da GOL. Ela fala a respeito dos pertences das vítimas, quando é que será entregue os pertences das vítimas aos familiares?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu tenho o Brigadeiro Teles Ribeiro que ele pode responder ao senhor porque que ele tem acompanhamento, o meu homem da comunicação social, os pertences das vítimas, Teles, como é que nós temos feito?

SR. TÉLES RIBEIRO – Os pertences, eles são catalogados, estão guardados decisão judicial ou para ser entregue a GOL ou a quem definido pela justiça. E temos mantido os familiares informados a esse respeito.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Quer dizer, serão entregues depois de decisões judicial.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Depois da decisão judicial que mandaram aguardar, então a gente tem... Só depois.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu agradeço as informações prestadas. Presidente, eu fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao nobre Senador Leomar Quintanilha e passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado Sr. Presidente, eu quero saudar as autoridades aqui presentes, Sr. Marcos Bologna do setor privado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa que aqui se encontra, ao se olhar de hoje, você tem uma nova perspectiva, mas os acontecimentos, nós temos que fazer uma retrospectiva, toda essa crise nós estamos aqui porque houve um acidente aéreo, lamentavelmente com a perda de 150 vidas humanas e que traz um quadro indesejável, não digo sombrio mas indesejável para o País e para a aviação civil nacional que passa por um crescimento, felizmente, acentuado e que é queremos que cresça mais, afinal de contas um País com a população do Brasil e suas dimensões continental tem que ter o transporte aéreo como um transporte de massa e acredito que as companhias aéreas estejam olhando por esse enfoque de tal forma que está ficando acessível a boa parte da população o preço das passagens aéreas.

Entretanto, olhando de hoje, verificamos que a crise nasceu porque havia uma situação de instabilidade, de equilíbrio nessa segurança do voo, senão nós não estaríamos passando por todos esses problemas. Não me cabe aqui, efetivamente começar a discutir, eu não sou técnico especialista em diagnosticar acidente de voo, isso a Aeronáutica tem com a ANAC condições de fazê-lo.

Eu também, assim como disse o Senador Delcidio, eu sou contra aqueles que não conheçam do assunto e que fiquem opinando sobre isso. Porque aí eu acho que já há segundas intenções, e vou me explicar. No momento que houve um acidente e que se procura dar uma versão de credibilidade ou apenas dar uma versão numa intenção de que houve culpa do Legacy, que o Legacy estava desligado o transponder, que o Legacy estava desligado o VHF, que o Legacy estava fazendo manobras não autorizadas, indevidas, aí me parece que há uma segunda intenção e qual seria essa intenção? Seria levar a culpa para o Legacy e aí nada teria acontecido, inclusive, a responsabilidade da indenização das famílias das vítimas passa a ser de uma empresa americana e aí se leva até para o lado político, Brasil versus Estados Unidos, são os gringos, Yankees. Não tem nada disso.

Eu acho que é você fugir da realidade do problema, mas no momento onde as apurações que não foram feitas tão sigilosas assim, começaram a avançar para um lado de que poderia ter tido, eu não quero também ser conclusivo, de forma nenhuma, poderia

ter tido uma falha do controle aéreo, poderia ter tido a falha dessa comunicação do sistema montado para dar proteção ao voo brasileiro. Aí as coisas mudaram, porque caso cheguemos à conclusão que houve falha de controle aéreo, teremos a responsabilidade de autoridades, de órgãos públicos, vem vai pagar as indenizações as famílias provavelmente será a União, não vai ser o controlador, mas vai ser a União, aí muda-se o aspecto. Os controladores sentindo que poderiam ser transformados em bode expiatório da situação, reagiram, reagiram.

Então, a imprensa noticiou, eu vou pedir depois que o Sr. Jorge Botelho possa confirmar, que o regulamento do trabalho seria o máximo de 14 aeronaves sendo controladas simultaneamente pelo controlador e que estavam trabalhando acima dessa cota e chegariam a dezoito aeronaves. Quer dizer, aí nós estamos agora num jogo de quem é a responsabilidade. A partir daí, lamentavelmente, surge a crise e uma crise fortíssima que o País nunca experimentou no setor aéreo, com prejuízos, em primeiro lugar, para o consumidor, para a população, para as empresas aéreas, o que ele relatou aconteceu comigo também, já dado o *push back*, turbinas ligadas, vem o cancelamento de voos. Aí você tem que retornar para a ponte, novos custos para as empresas, os Comandante ficam revoltados porque sabem que estão dando prejuízos para as suas empresas. Aeronaves que estão voando, por exemplo, de Salvador para Brasília, chega em determinada situação em Bom Jesus da Lapa, ficam obrigadas a ficar ali fazendo órbitas para poder ser liberado para poder vir para Brasília.

Quer dizer, todos esses transtornos sugeriram depois da quebra do equilíbrio instável que existia até o acidente. Muito bem, isso é uma realidade, agora, não adianta você querer escamotear. O importante é que as soluções possam surgir, que os responsáveis sejam identificados, e espero que sejam e seja dada a sociedade quem são os responsáveis pelo desastre aéreo e pela perda de 154 vidas. Mas nós precisamos agora, são de soluções efetivas, e lamentavelmente o que eu assisti por parte do Governo, e aí representado pelo Ministro Waldir Pires que falou em nome do Governo, quem fala em nome do Governo não é o Comandante da Aeronáutica, não é o Presidente da INFRAERO, não é o Presidente da ANAC, mas fala o Ministro dizer textualmente numa penúltima crise, que depois tivemos outras, que quantas vezes nos aeroportos por aí você tem atraso de duas três horas. Não houve nada, textualmente o Ministro Waldir Pires declarou isso, deu na televisão brasileira, nós assistimos na Rede Globo declarar exatamente isso. E há, há uma crise, dizer que três ou quatro horas de atraso a

imprensa faz estatística 40, 50, 60% dos voos atrasados, voos sendo cancelados. Nós não estamos vivendo num tempo de normalidade, sem sombra de dúvida, e as medidas apontadas até agora são promessas, eu acabei de assistir, respondendo ao Senador Delcídio Amaral o Ministro dizer que não tem efetivamente ainda um plano para solução que tem entendimentos, que tem a vontade, quer dizer, o Ministro muitas vezes coloca uma indignação que eu gostaria de ver mais providências objetivas e efetivas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com muita satisfação, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria pedir a sua compreensão que eu vou ter que dar entrada na CPI das ONGs, é outra encrenca que eu me meti, mas é assim mesmo, e vou ter que ir a Plenário, mas eu queria, por dever até de compromisso assumido, prestar um esclarecimento ao Brigadeiro J. Carlos e ao Ministro.

O voo que eu me referi foi no dia 14 de julho. A decolagem Aracaju deu-se às 17 horas, o desvio de rota para João Pessoa e nós decolamos de João Pessoa para Recife às 21 horas. As informações eram as mais desencontradas, uma que o aeroporto só retornaria o funcionamento no dia seguinte. Era o terceiro apagão em poucos dias, os outros eu não saberia dar informação porque não encontraram. O que eu achei interessante é que ao receber aquela pergunta, eu tinha vivido um episódio como esse, e achei que era dever colaborar com o setor para a segurança dela.

Agora, eu quero, Senador César Borges, me congratular com V.Exª num ponto que toca o desencontro de informações vindas exatamente do Governo, que passam para a opinião pública informações oficiais. Uma pressa que se teve em dizer o avião desintegrou-se em menos de um minuto estava todo mundo morto. Não é verdade! Ministro esses pilotos merecem uma homenagem póstuma dos seus companheiros e dos órgãos da aviação brasileira. Brigadeiro sabe o que eu estou dizendo, eles tentaram todos os recursos e inclusive desceu o trem de pouso, se você examinar as fotografias, eu fui comedor, até porque discuti com o jornalista Eliane Catanhêde, fez uma matéria na véspera, com informações recebidas, eu telefonei para ela e disse: “Eliane – produto de uma amizade antiga e de uma admiração – lhe deram uma informação errada. O avião não desintegrou-se, o avião caiu de dorso, as asas completamente inteiras faltando apenas um pedaço da colisão com o Legacy”. É preciso que as pessoas tenham mais um pouco de cuidado. O Flávio foi acionado, metro depois está o leme inteiro. Aí vem

uma informação oficial, identificaram hoje os pilotos pela cor da roupa. Ora, um avião que se desintegra e cai de uma altura que estava em um minuto, você não vê nada. Não tem condições de identificar nada. Sabe-se, coisa triste falar isso, mas eu sou obrigado, que corpos foram encontrados nas árvores, inteiros. O que menos se teve aí foram corpos totalmente deteriorados. A seriedade dessa coisa, é preciso que quem dê informações saiba que está dando para um País da dimensão do Brasil e que depende de avião. Embaixo de uma das asas, depois de um trabalho de acionamento de cavalo mecânico que foi levado, macaco hidráulico, tinham corpos inteiros, que desintegração foi essa, para que dar uma informação irresponsável e que não contribui para nada. Falta numa questão como essa, controle da informação, a centralização desses fatos, a centralização desses fatos.

O avião encontrou-se pedaços, dois, três quilômetros, não sei precisar, mas não houve essa desintegração de um minuto que todo mundo morreu lá em cima. Isso é uma tentativa de consolar os familiares, fizesse isso no consolo individual, mas não no consolo. Porque o que eu mais tenho ouvido é deboche pelas informações prestadas, e nós temos uma aviação de primeiro mundo, nós temos uma Aeronáutica respeitada, nós temos indústria de aviação, nós não podemos estar expondo até porque, se o avião tem prefixo americano é de fabricação brasileira. Vamos respeitar a nossa indústria, porque pelo menos é um fato. Esse avião resistiu o que na lógica não poderia ter resistido, é a colisão com o avião dez vezes maior, não sei fazer essa dimensão e conseguir descer a duras penas voando trinta minutos. Se foi socorrido na emergência por outra aeronave, não importa, o que importa é que o avião desceu. Não quer dizer com isso que seja um super avião, mas é um avião fabricado no Brasil que estava sendo comprado por uma empresa americana e que estava indo para o seu destino. Nós não podemos jogar por falta de um argumento lógico para esses fatos cumprir ninguém nesse momento. Aí vem finalizando, o americano faz isso. Para umas coisas o americano é odiado, para outras coisas é referido? Não vamos usar a metodologia americana não, e se for usar, vamos usar para tudo. Até porque é um erro se dizer os Estados Unidos se divulga tudo. Divulga depois de apurado! Divulga depois de apurado! Durante o processo não se fala nada! Não fala nada. Agora o Brasil tem uma coisa, Brigadeiro, eu na Comissão, quando eu era Deputado na Câmara, eu não me lembro se foi nessa época que o Jorge esteve lá, nós tivemos uma investigação sobre questões de acidente aéreo, e um dos depoentes nós podemos divulgar porque prejudica a companhia de seguro, como se segurança de vôo tivesse alguma

vinculação para a companhia de seguro no Brasil, são essas coisas que eu faço um apelo aqui.

Acho que é positiva uma reunião dessa natureza. Agora eu queria pedir em termos concretos, objetivos e práticos. Nós temos uma olimpíada agora, uma questão que está mais preocupando o comitê é a segurança nos aeroportos para atentados. Esse cronograma está em dia? Não vai haver comprometimento nessa questão, Ministro? Vamos jogar a coisa um pouco para frente. Porque há dois anos atrás alguém saiu da INFRAERO atirando, dizendo que não se investia em segurança de vôo, eu não me lembro, não era um diretor? Não tem isso? E naquela época se diz, é um louco, mas agora parece que ele tem razão, e é preciso que essas coisas...

Portanto, infelizmente, eu vou ter que entregar esse meu pedido de CPI, mas eu acho que essas questões, elas têm que ser tocadas de maneiras práticas e acima de tudo objetiva. Um desastre nós temos que prantear e procurar apurar, mas vamos salvar o Brasil do Pan-Americano.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Para concluir eu pediria até ao nosso Comandante que tivesse um pouco de paciência eu queria concluir depois desse aparte valioso do Senador Heráclito Fortes, mas eu queria primeiro solicitar ao Sr. Ministro que ele esclarecesse que realmente é uma convicção dele ou uma análise, ou uma opinião dele de que é o Legacy o culpado porque ele insistiu muito nessa tese e foi essa a impressão que o Ministro passou para mim.

Segundo, se ele acha que efetivamente duas ou três horas de atraso não houve nada de anormal, que se vá para casa, e que se espere que perca o vôo, foi outra declaração do Ministro. Essa atitude dele que se representa uma atitude também do Governo. Perguntar ao Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, se a execução orçamentária, ela leva ao Comando da Aeronáutica ficar satisfeito com suas necessidades, porque nós assistimos aqui, na verdade, uma angústia por mais recursos para os diversos setores, inclusive das Forças Armadas, como um todo para o reequipamento e esse caso aqui da proteção ao vôo do tráfego aéreo, eu acho que é fundamental. Nós não podemos arriscar a vida das pessoas, dos familiares, dos idosos, dos pais, dos filhos por conta de falta de investimento do Orçamento Geral da União.

Veja bem o ano de 2006, dois, quinhentos e trinta e um milhões, isso é o SIAFI, empenhado, foi trezentos e quarenta, liquidado apenas cento e oitenta, pago só cento e setenta e quatro. No ano de 2005, liquidado, no entanto, ficou em restos a pagar cento e dezoito milhões, tudo isso em 2005, tudo isso causa um desconforto até na execução de um planeamen-

to melhor por parte da Aeronáutica e na proteção ao voo, se não tiver uma execução orçamentária que se confie e que se dê de forma tempestiva do que ficar restos a pagar.

Então, se essa situação de execução orçamentária deixa V.Sª satisfeito, confortável, porque não me pareça que seja o caso, e perguntar ao Sr. Jorge Botelho, aí eu gostaria que ele anotasse, primeiro, há efetivamente essa regulamentação dos 14 vôos simultâneos e que isso tem sido ultrapassado, chegando a 18 vôos eu não sei se chegaria a mais. O salário do controlador, qual é o salário efetivo de um controlador de voo, o salário de um controlador civil e se ele tem a informação do militar também do Sargento Militar. Isso é importante, porque se for um salário que não seja digno com essa função tão importante de tanta responsabilidade, eu acho que essa é uma questão que tem que ser revista com a máxima urgência. Aqui o Congresso Nacional revê salários de todos os setores que mandam para cá, todos reivindicando aumentos salariais e no caso dos controladores, eu acho que nós temos que rever, caso não seja justo essa situação.

Eu perguntaria, está havendo punição para os controladores de voo? Que tipo de punição estaria sendo feita? Que tipo de desgaste, pressões estariam sujeitos hoje os controladores de voo, e por fim que sugestões V.Sª apontaria para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais.

Era isso aí, Sr. Presidente, eu dirigi na verdade três perguntas, ou melhor, pergunta a três autoridades que estão aqui o Ministro Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica e o Sr. Jorge Botelho que se pudesse respondê-las, eu ficaria grato.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Eu lamento ter que insistir na informação que dei desde o primeiro instante a respeito desses números que o Senador César Borges volta a mencionar, os números que eu tenho da execução orçamentária com o fundamento no SIAFI, exercício de 2003, trezentos e vinte e sete milhões de dotação autorizada para a área de proteção ao voo. Contingenciado, dezoito mil seiscentos e cinquenta e três. Executado quatrocentos e sessenta e oito, trezentos e oito, seiscentos e cinquenta e três.

Portanto, um contingenciamento de dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e três, uma dotação de trezentos e vinte e sete milhões, trezentos e dezoito, uma execução de trezentos e oito, seiscentos e cinquenta e três.

2003, 2004, dotação de quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco. Crédito contingenciado, zero. Crédito executado quatrocentos e sessenta e quatro milhões, zero noventa e dois mil.

Exercício de 2005, dotação autorizada quatrocentos e noventa e cinco mil, zero vinte e um milhões, crédito contingenciado, cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, crédito executado quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois.

Exercício de 2006, até os dados de 31 de outubro, crédito autorizado, dotação autorizada quinhentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e cinco, crédito contingenciado, zero, crédito executado, trezentos e vinte e cinco milhões, crédito disponível até 31 de dezembro para despesas neste exercício, duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e três. Totais: Dotação autorizada nesses quatro anos para a área de proteção ao voo, um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões, trezentos e nove. Crédito contingenciado, setenta e oito milhões, quinhentos e vinte e um mil. Crédito executado – Um bilhão, quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos e nove e mais quinhentos e quarenta e cinco milhões a serem executados.

Esses são as informações que eu posso dar-lhe, são as informações que o setor financeiro me transmitiu, oriundas as informações de SIAFI da sua execução orçamentária do setor financeiro do Ministério com a revisão do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Bueno.

Em relação às outras perguntas, é claro que eu sei o que é que foi e o que é que é para cada um de nós a dor de uma tragédia dessa. Creio que muito poucas vezes neste País se terá feito como a Aeronáutica fez um esforço de atenção, de busca, de uma dedicação extraordinária para que nós tivéssemos, depois de um acidente desse em plena selva, termos podido resgatar todos os corpos, com exceção apenas de um. Foram dias de angústia, dias de tristeza, dias de muito trabalho, a Nação nos acompanhou.

Portanto, a posição de seriedade, de solidariedade, de todo o Governo neste episódio.

Não é palavra do Governo quando eu mencionei com as informações num dia de que não teria havido até aquele instante nenhum tipo de problemas decorrentes de controle, mas decorrentes de problemas meteorológicos e até mesmo problemas de aviação e de companhias aéreas quando eu mencionei uma experiência pessoal, disse mesmo, uma experiência pessoal. Muitas vezes, eu fiquei no aeroporto esperando uma hora e meio ou duas horas, não tem nenhuma posição de desapareço, com nenhum dos meus patrícios, ou de minhas patrícias, mais uma afirmação daquilo que

eu constatei ao longo da vida, muitas vezes. Evidente que quando isso se transforma num caso de controle, evidentemente que então aí as coisas assumem a sua qualificação dentro do quadro que nós estamos vivendo, e que é queremos resolver.

Agora, o que eu não faço nunca na vida é uma afirmação leviana, nunca. Nunca faço na vida, nem aqui nem na Bahia, nem em canto nenhum. Eu não tenho a solução pronta aqui. Eu não tenho, o senhor não tem, o Parlamento não tem, o Governo não tem a solução pronta. Nós estamos construindo, nós queremos construir esta solução com a participação do Parlamento, com a participação de todos os órgãos do Governo, com seriedade para termos cada vez mais um tráfego aéreo seguro e uma navegação civil, um transporte civil adequado para o destino deste País. De modo que é essa a nossa posição, eu não posso antecipar, eu instalei anteontem, um grupo de estudo não para ditar a eles, eu não tenho nenhuma vocação de ser um truculento, nenhuma vocação de ser um mandonista. Eu instalei um grupo de trabalho para que se examine, para que abra a inteligência, ao conhecimento, a experiência de todos a capacidade de dizer, de sugerir e, portanto, de dizer o que é bom para o Brasil, é isto, ou mais aquilo. Não vou estabelecer Decretos por vocação, não tenho poder para isso, nem tenho vocação para isto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu vou-lhe encaminhar o que eu tenho da execução orçamentária da União extraída da pesquisa do arquivo da Aeronáutica fonte SIAFI/PRODASEM. Há divergências, agora, insisto que há um problema com relação a liquidação, porque nós sabemos que você tem dotação inicial, tem dotação autorizada, tem empenhada, tem liquidada e que tem pago, e que o restante fica em resto a pagar. Que se você deixa para o final do ano o empenho, boa parte dos recursos da dotação inicial para serem empenhada próximo ao final do ano, ou serem liquidadas também nessa época ou no ano seguinte ao resto a pagar, dá uma intranquilidade ao gestor até para fazer porque não pode fazer autorização da obra ou da compra sem o devido empenho, isso atrapalha a situação dos programas.

Segundo eu queria dizer ao Ministro também, eu não tenho, nem aqui, nem na Bahia, feita afirmações levianas. Levianas é quando você procura induzir uma culpa sem um resultado final, por exemplo, Legacy aos pilotos da Legacy porque é mais cômodo, isso é leviano, sem sombra de dúvida isso é leviano.

Agora, se o Governo a essa altura dos acontecimentos, diante da grave crise que estamos assistindo a cada dia colocado para o Brasil inteiro pelos meios de comunicação, o Governo ainda está perplexo, dicen-

do que vai construir uma solução, que pelo entendimento deve ser consensual com a somatória dos esforços do Parlamento, de toda a sociedade envolvida, de todos os setores, a responsabilidade é do Governo, a responsabilidade é do Executivo. É uma crise, ela existe solução rápida e imediata, todos já colocaram aqui. Nós estamos aí frente a uma possibilidade de uma crise agravada por conta das festas de fim de ano, por conta de uma série de acontecimentos que o Brasil vai passar, desde jogos Pan-Americanos, a outros acontecimentos que podem trazer ainda uma demanda maior no setor aéreo.

Agora, vejo, com preocupação, essa perplexidade. Se essa construção se der lenta, gradual, mesmo que segura e não ser retomado inicialmente e quando uma crise se apresenta ao governante é exigido ele assumir responsabilidades numa solução rápida que seja melhor ou não, que dê totalmente como certo ou não, é uma responsabilidade do gestor. Mas eu acho que a Nação Brasileira, o consumidor não pode estar sujeito ao que está acontecendo a cada dia nos nossos aeroportos, são milhares prejudicados, são recursos humanos prejudicados, são recursos financeiros prejudicados e nós não podemos, lamentavelmente, não podemos dar ao Ministro o tempo que eu acho que ele imagina, que é um tempo sem fixação de quando nós vamos efetivamente sair dessa crise. As medidas têm que ser efetivas, então são essas posições que nós estamos como Parlamentares, não para dizer ao Ministro o que ele deve fazer ou não fazer, ou ao Presidente da República, não compete a nós, compete a nós fazer o estamos fazendo aqui hoje, cobrando soluções, e soluções rápidas, Sr. Ministro, rápidas, é o povo brasileiro que está a exigir isso.

SR. WALDIR PIRES – Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –

Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Ministro, o que eu tenho visto aqui e eu queria que houvesse uma compreensão com relação a isso, é um constante mal-estar quando se traz um problema por conta de se examinar de quem é a culpa. É natural. Nós estamos vivendo um momento grave de transição do modelo. Nós estamos saindo de um modelo militar para um modelo civil, ou um modelo misto. Todos esses desentendimentos, esses desacertos estavam previstos, a única coisa que não estava prevista era o acidente que foi uma fatalidade.

Então, alguns fatos vieram à tona e, infelizmente, custando vidas. E evidentemente que esses fatos afloraram. Ninguém tem aqui a intenção de culpar o atual ou o passado, o Ministro atual ou o Ministro passado, isso é uma conjuntura. Aí eu retornaria as catacumbas e traria o Eduardo Montella, V.Ex^a não é Ministro e está Ministro. E esses fatos estouraram na mão do atual Mi-

nistro, na mão do atual Comandante da Aeronáutica e de todos os senhores que estão aqui, a quem cabe a solução mais rápida para a sociedade brasileira.

Essa própria falta de informação que a gente vê aqui era esperada. Talvez que nós continuássemos, Brigadeiro, sem saber dos apagões, sem saber da... Se não tivesse havido esse fato. Eu não teria a levianidade de dizer que o Brigadeiro J. Carlos teve culpa de nada. Quanto tempo que V.Ex^a assumiu? Sete meses, não é nem uma gestação. Então são essas coisas. É prematura. São essas coisas que a gente precisa ter um pouco de tranquilidade, porque essa questão não é política, essa questão não é partidária, essa é uma questão de Estado. Eu disse uma vez publicamente num debate que eu tive na CBN e o Jorge Botelho participou e eu fiz um elogio a ele pela tranquilidade com que o problema estava sendo transmitido. Eu ainda sou daquela época que sindicalista era tocar fogo, era invadir Congresso, entendeu? Era isso. E não, ele teve num momento de muita dificuldade, numa ponta direta de um problema, de um lado, o acidente os mortos, de um lado eles e os companheiros, e ele teve um equilíbrio que faltou, inclusive, representante do Governo que participava do mesmo debate.

Então, em respeito a sua vida pública e tudo, eu vi que V.Ex^a, claro... Não. Não é isso. O nosso objetivo é um só, quer ver um exemplo, Brigadeiro.

SR. WALDIR PIRES – Eu sei, eu respeito essa Casa, e que respeito o Parlamento. Eu respeito essa Casa. Não passei por aqui, infelizmente, infelizmente não passei por essa Casa e V.Ex^a sabe porque eu não passei por essa Casa. E a Bahia sabe por que eu não passei por essa Casa, e o Brasil sabe por que eu não passei por essa Casa. Mas eu estou tranquilo, eu estou tranquilo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Que foi derrotado pelas urnas, não é Ministro?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas concluir.

SR. WALDIR PIRES – Eu estou tranquilo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu o derrotei nas urnas.

SR. WALDIR PIRES – Fui derrotado pela fraude.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A nossa eleição que nós disputamos.

SR. WALDIR PIRES – A sua é posterior.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ah, mas o senhor foi derrotado. O senhor foi candidato novamente.

SR. WALDIR PIRES – A sua é posterior.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ah, mas foi candidato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Há algum problema?

SR. WALDIR PIRES – Não, absolutamente. Na vida política, uma das coisas que mais eu nutri e fortemente é de fazer todos os enfrentamentos sem saber se ganho ou perco. Para mim eu estou servindo ou não ao País. Mas é para mim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso é próprio de todos os políticos, não é só... Não é um privilégio de V.Ex^a, não.

SR. WALDIR PIRES – Mas é para mim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, V.Ex^a está hoje com um enfrentamento maior que é de gente, mas gente que já morreu. Sobre a responsabilidade de V.Ex^a como Ministro, nós temos que esclarecer.

SR. WALDIR PIRES – Mas eu respeito inteiramente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O destino de pessoas quem não podem mais colocar o voto na urna porque já foram...

SR. WALDIR PIRES – É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...mas que nós temos o País tem um dever para com os familiares, para com a opinião pública e para com o Sistema Aéreo Brasileiro que tem sobrevivido ao longo do tempo, apesar de Governo.

SR. WALDIR PIRES – Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por que nós vivemos numa das maiores crises, Brigadeiro, na aviação brasileira, culpa de planos econômicos de passado, culpa de omissões de Governos, eu quero dizer logo Governos para não chegar ninguém dizer aqui botar a culpa no Fernando Henrique o que é já é uma praxe. Eu vou de Santos Dumont para cá, a aviação brasileira tem sobrevivido de maneira brava, apesar de tudo, vamos generalizar.

SR. WALDIR PIRES – Vamos homenagear o centenário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria, inclusive, só finalizar e dizer, olha aqui Brigadeiro, eu uma coisa que nos deixa acachapado, eu estou com medo de ser um documento reservado ou sigiloso, mas esse País ultimamente não está na moda se respeitar sigilo de li, o sigilo estão por aí, seja caseiro ou seja Parlamentar. Mas olha aqui, o Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, no dia 11, o cara me entregou ali tremendo para não aparecer, mas um documento tem que... Assunto – Controle de fluxo. Incumbiu o seu vice-Diretor do DECEA de solicitar a V.S^a o cumprimento

das seguintes orientações emanadas pelo CGNA é uma sigla que pode ser esclarecida.

Priorizar as decolagens de vôos internacionais;

Essas medidas deverão ser divulgadas *briefing* operacionais.

Isso é destinado ao aeroporto do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, só é operado por empresas estrangeiras, enquanto São Paulo tem a parceria. É uma medida que você está beneficiando quem? A empresa estrangeira e a brasileira, porque a medida não era essa. Se deu causa aqui, proíbe o avião de vir, porque ele não resolve o problema, você prioriza e ele vai aumentar a fila. Como eu vi ontem, Ministro.

Ministro, eu cheguei de fora ontem e tinha uns alemães retornando porque não conseguiam se deslocar, salvo engano para o Estado do Pará, vieram num vôo da LUFTHANSA, oito passageiros quiseram dar um jeitinho brasileiro de mandar um avião fretado, eles disseram: “Não, nós estamos querendo investir nesse País a longo prazo, se toda a vez me der o jeitinho do avião, tudo bem, mas não”. E o avião da TAM, alguém aqui de trás deve saber, parece que a LUFTHANSA sai cedo, sai mais cedo do que os outros, eles já estavam promovendo o retorno. O prejuízo que o País está tendo nessa questão meu caro Botelho é incalculável. Os hotéis estão em desespero, porque nós podemos ficar aqui acomodados, mas nós temos que pensar na malha que a nossa economia está perdendo com essa questão, daí porque eu achar que essa é uma medida que devia ser tomada, mas vamos priorizar as empresas brasileiras. Exatamente, eu só queria mostrar isso, porque nos Estados Unidos se um avião tem um problema e você tem que virar à noite, primeiro, eles atendem os passageiros americanos, dão hotel, resolvem o problema e depois é o resto. Nós não podemos inverter essa pirâmide.

SR. WALDIR PIRES – É verdade. Eu apenas queria recusar a leviandade, só. Que não é sua. A arguição de leviano, porque a leviandade que existiu foi à leviandade dos jornalistas que se anteciparam atribuindo ao controle no Brasil, sem nenhum exame, sem sequer ainda nenhuma reflexão as culpas e publicaram, publicaram na imprensa, isso é que eu recusei. A partir dos conceitos e das regras existentes nos vôos brasileiros.

De modo que, no restante minha posição, é a posição de respeitar esta Casa de querer colaborar com ela, de entender que o Governo tem que se debruçar para fazer o que for melhor e de um Governo que quer fazer o melhor, não precipita, nem é leviano, tem que estudar com todos os seus quadros e este é o trabalho. Nós instalamos uma Comissão de Inquérito publicado no Diário Oficial num dia, no dia seguinte estávamos

com um grupo de trabalho constituído, no terceiro dia, estarmos já com a operação já em andamento, a reunião realizada, é o máximo de preocupação, de seriedade e de solidariedade com o nosso povo, com a nossa Nação, é isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Vamos voltar a lista de...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, eu fiz uma pergunta e gostaria de ser respondido ao Comandante da Aeronáutica e ao Sr. Jorge Botelho, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Questionamento que V.Exª fez.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu fiz, eles sabem qual é questionamento que eles anotaram, se daí ele tem conforto com relação a execução orçamentária.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Brigadeiro Bueno.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sr. Presidente, eu pediria autorização para passar a palavra ao Brigadeiro Vilarinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – À vontade.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Obrigado Sr. Presidente. Senador, queria dar uma explicação disso aqui. Essa mensagem foi passada para todos os aeroportos internacionais do Brasil. Qual o objetivo? Nós temos na nossa IMA 100-12 que regulamenta o tráfego aéreo que o órgão de controle pode modificar as prioridades de decolagem em função das necessidades de ordenação do tráfego. O que é que foi isso aqui? Os vôos internacionais sejam de empresa de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira, como são vôos de longa duração, se ela ficar um determinado tempo na fila de decolagem ultrapassa aquela regulamentação da tripulação e é obrigado a parar, desembarcar todo mundo e esse vôo só vai sair no dia seguinte. Esse é um prejuízo muito grande para todas as empresas, tem aqui a TAM que também passa por esse problema.

Então, nós fizemos essa priorização não só os que estão entrando no País, quanto os que estão saindo, não interessa a bandeira, são os vôos internacionais em função do longo curso.

Então, tomamos essa medida a partir dessa data para simplificar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas que o Dr. Bologna, como Presidente do Sindicato desse uma informação quantos vôos internacionais saem do Galeão de empresa brasileira. Vamos esquecer o Mercosul.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: De longo curso, da TAM, nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, e das outras companhias?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Da VARI-G deve sair o vôo Frankfurt que está operando. Um vôo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do Rio, direto.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Via São Paulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, aí a preocupação aí cai por terra.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Não, mas São Paulo também, Porto Alegre também, Recife, todos eles estão cumprindo essa mesma orientação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.S^a poderia remeter a Comissão o mesmo expediente com a cópia e qual é essa destinada a São Paulo?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Sim, senhor. Eu não tenho aqui agora, mas será feito. Será feito como for. Sim, senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Comissão de Infra-Estrutura. Eu agradeço.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A forma da execução orçamentária é onde você deixa para fazer o empenho no segundo semestre já ao final do exercício e não é muitas vezes esse empenho liquidado fica em resto a pagar, se isso não compromete o planejamento dos senhores, porque eu sei que as Forças Armadas de um modo geral, Aeronáutica em particular, tem necessidades de recursos para melhorar os seus serviços, para adquirir novos equipamentos mais modernos e etc... E eu acho que a forma que está essa execução orçamentária, não é satisfatória. Eu gostaria de saber se tem esse incômodo ou não há. Se estiver tudo bem correndo lá por conta de vista...

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Eu posso dizer para V.Ex^a o seguinte: Os recursos que estão sem disponibilizados para o DECEA tem sido suficiente para nós fazermos a nossa manutenção de todo o sistema e os nossos investimentos, tem sido suficiente.

Evidentemente, um ano ou outro, a gente acontece de chegar próximo do final do ano, não conseguir utilizar todos os recursos. Agora mesmo, nós temos um contrato que já estava assinado de aquisição de novos painéis de inspeção de vôo para o GEIV, que é a nossa unidade que faz a inspeção de todo o sistema, e uma das empresas que perdeu entrou com um recurso na justiça pedindo para suspender o contrato com uma liminar, nós estamos brigando para ver se

cassamos essa liminar, porque senão vence o ano e nós vamos perder esse recurso.

Então, isso acontece eventualmente. Agora eu tenho aqui, não sei se haverá interesse uma lista de todos os nossos principais investimentos nos últimos de 2000 para cá e com previsão até 2016. E que os recursos que estão sendo disponibilizados até agora, não tivemos nenhum contingenciamento esse ano, e as nossas expectativas para os próximos anos, nós poderemos cumprir esse planejamento e investimento. Eu tenho aqui em mídia e tenho aqui uma cópia. Espero ter atendido a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Dr. Jorge.

SR. JORGE BOTELHO – Bom, eu queria responder primeiramente uma questão levantada pela Senadora Heloísa Helena, que embora no momento não fosse possível porque houve outras intervenções, mas ela levantou a questão do que teria acontecido realmente naquele dia primeiro, se foi aquartelamento ou plano de reunião. Foi muito bem ouvir a explicação do Brigadeiro Bueno mesmo porque a gente tem que ter em mente o princípio do contraditório. Então, ele explicou o que aconteceu e eu quero colocar o fato que me chegou ao conhecimento.

Naquele dia 1º de novembro, eu estava até no sindicato, até tranquilamente para fazer alguns contatos, saber como estava indo a operação, quando começou uma série de telefonemas para mim, tanto de imprensa, de pessoas dizendo o seguinte: “Botelho, estão te procurando, as mulheres dos controladores de Brasília estão te procurando para você resolver um problema”. Eu falei, “mas que problema?”. O pessoal está aquartelado, está preso, foram de madrugada tirados de casa”. Eu falei, “ué”, “foram tirados de casa, levado para o CINDACTA, e elas estão desesperadas querendo saber o que é que é”. E não foi um telefonema não, foram vários. Eu tinha dois celulares à frente e duas linhas fixas e tocava tudo ao mesmo tempo e eu recebi telefonema de gente que estava dentro do CINDACTA dizendo, “olha, a situação aqui está péssima, um mal-estar tremendo, está todo mundo...”. “Mas não é possível. Isso aí pode desencadear uma situação de grave perigo para a aviação, já que o pessoal está aí dentro nesse estado, não terão tranquilidade para controlar vôos”. E recebi telefonema já de uma outra localidade, já distante, fora da área do CINDACTA-1, já o pessoal em clima de guerra. Eu falei: “Não, pelo amor de Deus, pessoal, vamos parar aí, eu vou fazer os contatos para ver o que é que eu posso fazer para resolver esse assunto”. Quando eu acionei o meu diretor aqui em Brasília e eles contactou algumas pessoas

e disse, “realmente o pessoal está tudo lá dentro e a informação que eu tenho é que a situação é crítica”.

Então, eu imediatamente, o contato que eu tinha naquele momento era com o Ministro Luiz Marinho, eu retornei uma ligação para ele e pedi que ele entrasse em contato com o Ministro Waldir Pires para ver realmente o que estava acontecendo, o que poderia acarretar é que haveria talvez uma reação em cadeia, isso aí prejudicaria o tráfego aéreo no Brasil, haveria uma insegurança e inclusive também recebi um telefonema de São Paulo dizendo que o representante da ENFATE(F) que estava me procurando para saber o que estava acontecendo no Brasil, e eu tomei, falei para o Ministro – “Olha, a situação pode se agravar e a gente passar vergonha perante o mundo aí do espaço aéreo brasileiro ser declarado um espaço aéreo perigoso, seria vergonhoso”.

Então eu pedi ao Ministro, Waldir Pires, através do Ministro Luiz Marinho que verificasse, vice o que poderia ser feito para contornar essa situação, e logicamente que ele tendo o conhecimento disso, foi verificar a situação e depois me passou que estava todo mundo liberado e essa Comandante Bueno a versão que me passaram, foi boa a sua explicação, porque a gente tem que sempre ouvir o contraditório, mas eu precisava falar isso aqui.

Se a minha decisão de acionar o Ministro Luiz Marinho levantou alguma reação que poderia ter supostamente ser uma quebra de hierarquia, eu olhei pelo lado que eu achei mais correto que seria no sentido de manter a segurança, no sentido de não haver uma situação em que pudéssemos nós ficarmos... Não ter explicação para o mundo do que poderia estar ocorrendo.

O Senador César Borges também pediu para mim falar sobre a questão se está havendo punição aos militares. Eu não sou representante dos militares, eu sou um sindicato que congrega civis. Porém, eu não poderia também esconder que eu tenho grande amizade, trabalhei com eles, todos trabalham juntos civis e militares e eu conheço todos os seus anseios, conheço as suas dificuldades e não vou deixar aqui de manifestar o que eu sei o que está acontecendo com eles.

No tocante a punições, eu desconheço que tenha alguém punido no momento, mas eles toda hora repetem comigo, “não, estão falando que as cabeças vão rolar, que vai ter isso, vai ter aquilo, outros vão ser transferidos”. Até agora no momento, eu não tenho nada de concreto realmente, mas eles dizem que estão ouvindo isso.

Quanto à questão do inquérito que vai ser feito pelo Ministério Público militar, eu vejo, na minha

opinião, que não há nada para que eles possam ser punidos, porque não houve em momento algum, por parte deles, uma manifestação de greve, incitamento a... Como é que diz? A desobediência. A única coisa que eu vi deles foi uma questão de resguardarem em termo da situação que estava acontecendo e no sentido também de prestarem o serviço com segurança. Salvo melhor juízo, eu não vejo aí nenhuma quebra de hierarquia. Isso aí fica para as pessoas que entendem o militarismo interpretar. Eu acho que eles, como pessoas da sociedade têm o dever e o direito de se manifestar naquilo que eles acham justo e que acham correto, porque já tivemos no passado oficiais que se recusaram a cumprir uma ordem de bombardear um determinado gasoduto no Rio de Janeiro, e eu acho que eles têm o direito de interpretar as ordens que lhes são passadas se aquilo é melhor ou não para o tráfego aéreo.

A outra pergunta do Senador Borges foi questão de salários. Nós temos aí uma excrescência no tráfego aéreo. Nós temos no controle de tráfego aéreo três regimes: Nós temos os militares que são empregados da União, nós temos os controladores de vôo grupo DACTA que são servidores públicos também da União e nós temos os controladores da INFRAERO que é uma empresa do Governo.

A INFRAERO, ela assumiu o controle de tráfego aéreo a partir de um Programa da Aeronáutica que transferiu há alguns anos atrás alguns encargos de controle de tráfego aéreo em determinadas cidades, cidades pequenas do interior, aonde era contraproducente a União, através do Comando da Aeronáutica manter ali o seu efetivo. Posteriormente, essa empresa, a TASA, não me lembro, por volta de 95, 96 aí, foi incorporada pela INFRAERO, e aí houve uma ampliação dos serviços da INFRAERO, ela passou a operar Guarulhos e outros aeroportos aí de grande importância.

Bom, se são três regimes jurídicos, você já imagina a diferença que há entre um e outro, principalmente a questão de salários que V.Ex^a citou.

No caso dos militares, a gente sabe que variam mais ou menos entre mil e seiscentos e quatro mil reais. Gostaria que os militares aqui presentes, se eu estiver errado que me corrigissem. No caso da INFRAERO é em médio dois mil reais, no caso do Servidor Público Federal, grupo DACTA aí tem, é onde eu vejo a maior discrepância, por quê? Em virtude do Governo não ter reestruturado, não ter criado a carreira, nem ter reestruturado a sua tabela de vencimentos, ficou estagnado desde 94.

Então, hoje, nós temos uma turma, não de controladores, mas essa turma que vai entrar agora de controladores de tráfego aéreo para o grupo DACTA,

ela vai ser classificada na tabela de vencimentos, lá em baixo, vencimento, aí tem gratificações, coisa e tal, vencimento lá, talvez cento e setenta e cinco reais. Só que, ele não pode ganhar como vencimento básico menos do que o salário mínimo. Aí ele tem que ter uma complementação, passa para trezentos e cinquenta. Trezentos e cinquenta e mais as gratificações, ele vai ganhar em torno, de próximo dos três mil reais. Ele está entrando na escola agora. Agora, os nossos controladores que estão lá atrás, com 30 anos de serviço, ganham três mil e cem reais. Até os nossos controladores supervisores, instrutores, os que são investigadores. E essa discrepância aí a gente não consegue corrigir, porque o Governo não, até hoje, não se depôs a reestruturar essa tabela de vencimentos. Então, isso aí é desestímulo, desestímulo tremendo.

Bom, nós fomos para uma reunião com o Ministro Waldir Pires em que nós colocamos o seguinte, em momento algum nós fizemos reivindicações imediatas que queríamos gratificação. Não foi colocado que o problema não era a questão salarial naquele momento que a gente queria resolver. Nós colocamos para ele é que o nosso anseio seja de INFRAERO, controle do grupo DACTA e dos militares, era no sentido de que fosse criada uma carreira típica de Estado em que acoplassem os três segmentos: Controlador da INFRAERO, do serviço público e dos militares, uma carreira única, uma carreira típica de Estado, por quê? Por volta de 1995, 96, surgiu aqui no Congresso uma discussão em termos de que determinadas categorias, determinados tipos de servidores públicos por ser profissão ou atividade que só o Estado, a União detinha, tinha que ser uma carreira típica de Estado, ou seja, iniciativa privada não faz aquela atividade.

Então, nós trabalhamos junto ao Governo no sentido de que, olha, o controle de tráfego aéreo, esses profissionais aqui também têm que ter tratamento de ser carreira típica de Estado, mas isso aí não passou. O Governo não entendeu dessa maneira, então carreiras tipo Policial Rodoviário Federal que tinha uma remuneração igual ao servidor público, controlador de tráfego aéreo civil, ele teve a sua carreira reestruturada, passou a ser carreira típica de Estado e o seu salário subiu.

Então, a mesma coisa fizeram com o Técnico de Tesouro Nacional que passaram a ser uma profissão de nível superior, elevaram os seus salários criando uma carreira típica de Estado. Você se lembra que a Polícia Federal também, os agentes de Polícia Federal não era uma carreira de nível superior, e ela foi feita recentemente. Então o que nós reivindicamos ao Ministro foi que é queríamos uma reestruturação de modo que fosse criada uma carreira típica de Estado,

de modo que o controlador hoje ele ingressando, ele saberia que daqui vinte ou trinta anos aonde ele iria chegar, porque nessas carreiras que eu citei, o profissional, o servidor sabe que daqui a 10, 20, 30 anos, ele vai chegar a um topo, ele vai ser, digamos o Diretor da Polícia Federal, o Diretor da Polícia Rodoviária Federal e no nosso caso há um estrangulamento. Você tem ali o Sargento que não tem voz, não é ouvido nos seus anseios e vai ficar eternamente naquele patamar. Os civis por estarem dentro de uma estrutura militar também não têm perspectiva de crescer.

Então, o que acontece, uma evasão muito grande de trabalhadores. Se vocês procurarem aqui no Senado, você vai encontrar funcionários aqui que foram oriundos do CINDACTA, Procuradorias, na própria AGU vai encontrar muita gente que foi oriunda daqui do controle de tráfego aéreo.

Nós temos aqui pessoas que eram da segurança, que eram controladores do tráfego aéreo, fez um concurso e passou a ganhar dobro, logicamente que isso aí não tem interesse nenhum de ficar controlador de tráfego aéreo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Vamos objetivar, doutor.

SR. JORGE BOTELHO – Com esse quadro. E para finalizar. O que nós pedimos apoio dos senhores aqui Parlamentares é no sentido de nos ajudar para que tenhamos realmente uma carreira típica de Estado para valorização desse homem para que realmente ele seja ouvido, para que realmente a sua participação como cidadão na construção de um tráfego aéreo mais transparente, mais objetivo e mais eficiente seja possível. Ok?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, ele deixou só uma pergunta sem responder, era a questão dos 14 vôos, se esse limite era ultrapassado ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu só pediria que fosse mais objetivo nas respostas, nós ainda temos vários Senadores inscritos e nós já estamos quase para às 17 horas.

SR. JORGE BOTELHO – Ok. Realmente a questão dos 14 foi uma avaliação feita tendo em vista a dimensão do setor e também o número de tráfego. Porque cada vez que você tem uma aeronave, você precisa de um tempo para dar uma determinada instrução e o piloto repetir, então isso é feito uma avaliação cronometrando-se esse tempo. Então esse número de 14 ele foi feito dentro dessa metodologia, agora em determinados momentos, realmente sempre se ultrapassou. Correto? Agora tem que se avaliar em determinados momentos que ele pode estar com 14, pode estar 15,

pode estar com 10. Porque muitas vezes ele pode estar com 16 tráfegos, mas ele sabe que daqui um minuto ou dois ele vai estar se livrando de mais três ou quatro que irão para outros setores. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB–TO) – Vamos a lista de inscritos.

SR. MILTON ZUANAZZI – Só uma questão, Senador, por favor. De todas as conversas que eu tive com os controladores, os militares, controle do tráfego, a radar, todas às vezes eles confirmaram que nunca ultrapassaram, a mais de seis anos, que eles não ultrapassam 14 posições, é um depoimento que eu queria deixar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB–TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr. Ministro, Sr. Brigadeiro Bueno, Comandante da Aeronáutica, Presidente da INFRAERO, Presidente da ANAC, Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, Sr. Botelho, representante dos controladores. Eu estou ouvindo atentamente desde o início da Sessão, às 10 e pouco da manhã e retirei, só não assisti lamentavelmente a exposição do Brigadeiro Vilarinho que tive que ir a Comissão de Assuntos Econômicos que tinha um projeto em pauta, mas retornando aqui assisti a tudo.

Imagino a angústia dos familiares das vítimas do trágico acidente com o avião da GOL. No pouco tempo que presidi esta Audiência Pública pude observar o semblante dos familiares que se encontram aqui, que estiveram numa Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização E Controle. Naquela altura apenas com a representação dos familiares, da OAB e da GOL, naquela primeira Audiência Pública, e eu argumentei naquela altura porque não estava também a Aeronáutica, a ANAC, a INFRAERO que seria numa segunda audiência que é esta que nós estamos participando.

O que eu vejo, senhores é que nós estamos buscando impedir uma visão clara, uma visão clara de que algo de anormal aconteceu. Não é possível que tudo que estivesse dentro da normalidade, os controladores com os equipamentos perfeitos, sem excesso de carga de trabalho, sem estresse, porque de hora para outra, de um momento para outro, não é possível que 22 controladores entrem em tratamento psicológico se não houvesse anteriormente uma carga de trabalho. Não é possível que se entenda que não haja falta de recursos para as necessidades e aí eu volto e quero dizer que o ponto de partida deveria ser o que está sendo feito na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional numa Subcomissão que trata exatamente da

questão da desestruturação das Forças Armadas, porque o que chega a nós Parlamentares, o que chega a nós Senadores, por parte dos representantes aqui no Congresso das Forças Armadas é exatamente a falta de recursos necessários para atender as suas necessidades, o contingenciamento imposto, no caso da Marinha, nos *royalties* da PETROBRAS.

Então, lamentavelmente isso veio à tona na pior das pontas. Porque se fosse o que ocorre na Marinha para falta de recursos é parar o navio, é deixar de atender, como é o caso da minha região, a Amazônia, como o Comandante já se referiu na Comissão de Relações Exteriores de que teria que talvez, até surpreender o atendimento aos Ribeirinhos que é uma ação que a Marinha faz permanente na região Amazônica. No caso da Aeronáutica, no caso do Exército é deixar de atender todo o seu contingente, liberar seus recrutas com meio expediente, apenas, diminuir o treinamento. No caso da Aeronáutica, lamentavelmente, ela veio a ocorrer no controle de voo, com esse trágico acidente que vitimou as 154 pessoas que estavam à bordo da GOL, e em memória deles, em memórias dessas pessoas é que todos nós temos que buscar as causas e evitar que novos acidentes desses venham a ocorrer.

Então nós temos que reconhecer sim que houve contingenciamento, não há dúvida de que o contingenciamento é real e é permanente, é permanente. Se eu perguntar ao Presidente da ANAC se os recursos da ANAC são contingenciados, eu vou fazer essa pergunta, não quero antecipar a resposta ao Comandante da Aeronáutica se os recursos são contingenciados, ele vai dar a resposta, a mesma coisa ao Presidente da INFRAERO e são recursos contingenciados que são de receita própria dessas, da ANAC no caso, da própria INFRAERO, como é o caso de controle de voo que são recursos oriundos das taxas de embarques dos passageiros. Então o que nós temos que tirar como lição? Verificar como corrigir e evitar isso volte a acontecer.

Há um ano atrás, se não me falha a memória, e é uma pergunta que eu faço ao Sr. Botelho, há um ano atrás, eu próprio passei por diversas situações no Aeroporto de Brasília, numa operação padrão feita pelos controladores de voo, e tive de esperar mais de duas horas dentro do avião, Senador Delcídio, autorização para decolar. Há um ano atrás, já se mostrava a situação de insatisfação por parte dos controladores de voo, e isso não durou um dia não, duraram tempos, exatamente se não me falha a memória na época de final de ano quando os voos tinham uma quantidade maior. O Ministro Waldir Pires, a imprensa noticiou, o senhor declarou que não sabia que a situação dos controladores de voo estava quase no limite, estou as-

peando porque a imprensa colocou como frase sua. O Presidente Bologna ele fez referência a um relatório ou a uma ata do CONAC, se não me falha a memória, de 30 de outubro da 2003, que o então Ministro da Defesa, o Sr. José Viegas Filho já dizia que o contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica. Em 2003. E dizia mais, e dizia mais, por outro lado, a diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos vôos. Ele foi profético ao escrever em outubro de 2003 o que lamentavelmente veio ocorrer em 2006.

Então, Ministro, V.Ex^a podia não saber da situação de limite dos controladores, mas tinha conhecimento do que o seu antecessor colocou aqui na reunião, da última, me parece do CONAC.

Então, o que é que eu vejo, aí, depois de participar da Audiência Pública que eu me referi a pouco da Comissão de Meio Ambiente, eu recebi e-mails e telefonemas de diversos pilotos, diversos pilotos denunciando situação de risco em diversos aeroportos no Brasil. Então não é um caso separado. O primeiro que me veio foi do meu Estado, do Pará, da minha cidade Belém, eu não vou citar, nominar o piloto que me mandou, mas ele diz assim: “Pede para verificar no Aeroporto de Belém as condições que operam”, pois todas às vezes que lá chega, ele, piloto, pelo menos duas vezes por semana, tudo que ele pergunta está inoperante. Pede que se faça uma investigação, ele piloto pede que se faça uma investigação. Diz ainda que se não fosse o GPS, ele não poderia decolar, nem aterrissar.

Aí ele faz referência, Comandante Bueno, ele faz referência, eu acho que o Dr. Marco é aeroviário, talvez possa orientar melhor, porque eu desconheço aqui as siglas, ele diz um tal de ATCH(F), é uma frequência ATCH(F), todas às vezes que chega lá, está “não operante”. E NOTAN(F), diga lá NOTAN(F), eu estou repetindo aqui o que ele falou, NOTAN(F), “não operante”. Ou seja, isso com relação ao Aeroporto de Belém. Aí nós vamos, Folha de São Paulo de 9 de 11, “o controle do espaço aéreo do Brasil tinha ontem – dia 8 de 11 – quarenta instrumentos de auxílio a navegação de pilotos e outras 24 frequências de comunicação TAA sem funcionar conforme o relatório atualizado diariamente pela Aeronáutica”. Me parece pelo que a Folha aqui diz a Aeronáutica faz um relatório diário e diz o que está operando e que o não está operando. E mais ainda, a Folha citou três casos, de instrumentos de auxílio a navegação conhecidos como VOR que o Presidente fez referência, localizado em Santana de Parnaíba, na região metropolitana, Sorocaba a 100 quilômetros de São Paulo e próximo ao Aeroporto de

Cumbica, Guarulhos, que estão inativos a espera de reparos ou troca há quatro anos.

Então, como é que a gente pode dizer que não existe crise, que não se tem que... Não há falta de recursos porque se o aparelho lá está há quatro anos esperando reparos é porque não há recursos para fazer os reparos.

Eu perguntaria, então, ao Sr. Botelho, já fiz essa pergunta, vou repetir, V.Ex^a já respondeu, eu quero ouvir a resposta de novo. Havia ou não sobrecarga de trabalho em relação aos controladores de vôo, primeiro. Segundo, o que motivou a operação padrão de um ano atrás. Terceiro, há falta de confiança dos operadores, dos controladores, dos equipamentos pelo qual eles fazem esse controle?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A primeira pergunta, eu vou responder com relação ao ano passado que V.Ex^a falou que teria havido uma operação padrão. Não houve uma operação padrão no sentido de compreensão popular. O que ocorreu é que foi necessário devido ao volume de tráfego a fazer-se um gerenciamento do fluxo igual estamos fazendo agora. Ou seja, espaçar mais as aeronaves de modo a não haver uma saturação dos setores, Ok. A outra pergunta é quanto a questão da sobrecarga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite um parêntese. Então o aeroporto está operando acima da sua capacidade.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu não diria o aeroporto, porque o centro de controle ele faz a coordenação entre vários aeroportos dentro da sua área. Então eu não diria no aeroporto, eu diria dentro da área do centro de controle que há essa coordenação, esse gerenciamento de fluxo tem que ser envolvendo todos os aeroportos dentro daquela área tendo em vista também, sem perder de vista as aeronaves que vão cruzar esse espaço aéreo, talvez não vão pousar, mas vão para outras áreas, correto? Então tem que fazer esse gerenciamento. Por isso que em determinados momentos, há realmente essa sobrecarga, então para que a coisa não fique mais complicada, há a necessidade de se fazer esse gerenciamento de fluxo de modo a espaçar as decolagens, Ok?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria ao Ministro Waldir Pires, V.Ex^a como Ministro da Defesa se acha satisfeito com os recursos destinados as três Forças Armadas?

SR. WALDIR PIRES – Claro que não. Mas essa informação que eu dei ao senhor e dei aos senhores aqui, é uma informação oficial, é a informação que eu tenho.

Portanto, eu recebo uma informação e dou a ela a fé de que ela é verdadeira. Essa informação é

a informação que eu recebi. É claro que eu imagino, já tenho dito, tenho feito declarações muito peremptórias, eu imagino que esse País precisa ser um Estado Democrático Forte, nenhum Estado Democrático pode ser débil. Eu entendo que esse País deve ter Forças Armadas fortes, adestradas, treinadas, capacitadas, de modo que esta é a minha posição e conseqüentemente que esse é um caminho, o destino deste País pelas condições internacionais, pela gravidade das inseguranças que estão aí no mundo contemporâneo.

Eu apenas lhe digo isso, essas informações que eu lhe dei, que dei a essa Casa a propósito, aqui, das despesas para controle de vôo são informações oficiais que eu recebi do Ministério da Defesa, e no Ministério da Defesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a talvez já tenha respondido a outra pergunta que vou fazer. V.Ex^a concorda que a redução dos recursos das Forças Armadas prejudica a eficiência das mesmas?

SR. WALDIR PIRES – Eu creio que essa é uma coisa antiga que se está praticando e creio que é necessário que nós revejamos isso. Essa é a minha posição absolutamente tranqüila, dentro, inclusive do pensamento que eu externo nas áreas adequadas de Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É porque, pela posição feita pelos Comandantes na Comissão de Relações Exteriores, é muito preocupante a situação como se encontra as três Forças e como V.Ex^{as} bem colocou, uma Nação precisa ter as suas Forças em condições, Deus queira que nunca sejam necessárias, mas em sendo necessárias estarem adestradas para tal.

SR. WALDIR PIRES – Evidente. Essa é a minha posição. Até por diagnóstico do mundo contemporâneo que eu não imaginei que chegasse ao começo desse século com um grau de instituições internacionais tão frágeis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E no caso específico do Brasil com os nossos vizinhos de fronteiras, tão agressivos como andam, eu acho que isso requer até uma atenção mais acurada.

SR. WALDIR PIRES – Sobretudo pelo fato de que nós temos hoje uma instituição que esteja construindo e preservando a paz de forma eficaz, de forma eficiente, infelizmente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria a V.Ex^a, Ministro Waldir Pires, V.Ex^a sabe a dotação orçamentária para 2007 da Proteção ao Vôo e Controle?

SR. WALDIR PIRES – Ainda não está definida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Lamentavelmente, Ministro, é inferior a de 2006. O valor

orçamentado e encaminhado pelo Executivo para essa rubrica é de quatrocentos e oitenta, para ser exato no número, é de quatrocentos e oitenta e nove milhões, inferior aos quinhentos e trinta e um milhões.

SR. WALDIR PIRES – Isso foi um cálculo, segundo eu estou informado, decorrente de um instante de ausência da VARIG no cenário nacional. Em função disso, digamos assim, uma previsão de receita que estaria reduzida pelo fato, numa eventual redução de oferta de aviões e de cadeiras e, portanto, de capacidade de voar. Essa coisa terá que ser refeita, até porque a constatação é de que nós estamos crescendo seguidamente, ano a ano, estamos crescendo no número de passageiros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria ao Presidente da INFRAERO se os recursos da INFRAERO das taxas aeroportuárias estão sendo ou não contingenciadas.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA: Senador, números: 2005, o sistema arrecadou dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões. Ao Tesouro Nacional foram recolhidos duzentos e trinta e um milhões. Não é contingenciamento, é acionista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ao Comandante Luiz Carlos Bueno. Comandante, no início da audiência se discutiu dar uma reformulação no sistema de controle de vôo, se continuaria misto, se ficaria controlados pelos civis ou pelos militares, qual a posição da Aeronáutica sobre esse assunto?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A posição da Aeronáutica é muito cômoda como está, mista. Porque facilita o nosso trabalho. Porém, existe um grupo de trabalho verificando como é que deverá ser. Uma coisa nós podemos garantir, nós temos que ter a defesa aérea, e a defesa aérea tem que ser de militar, não tem como de ser de outra maneira. Porque o Sistema de Defesa Aérea é ao contrário do Sistema de Controle de Tráfego Aéreo. O Sistema de Defesa Aérea é para juntar aeronaves. Quando o senhor vê uma aeronave é para o senhor levar a outra até próxima e o Sistema de Controle da Aviação Civil é um sistema para espaçar essas aeronaves. Tanto é, infelizmente, o Senador Heráclito Fortes não está aqui, mas ele lembrou que dois aviões bateram voando no nordeste, era uma esquadrilha, quatro aviões e quando tem mal tempo, aviões multimotores, eles se afastam, cada um abre um setor, um sobe, outro desce, outro vai nivelado. E aconteceu que os dois se chocaram, da mesma esquadrilha, não houve nenhuma interferência de vôo, de controle de vôo, o senhor está entendendo? Agora, depois desse estudo, é que nós vamos verificar qual é o ideal para se manter o controle de vôo. Nós estamos com algumas coisas diferentes hoje em dia,

a evolução da aviação civil, positivo? Os aviões muito mais modernos, então há uma necessidade muito grande de se expandir, vamos verificar qual é a melhor maneira de se proceder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu vou usar na última pergunta que eu faço a V.Ex^a o termo que o Senador Arthur Virgílio até criou uma polêmica aqui, a desmilitarização, do setor como se daria a separação entre as atividades do controle aéreo para a aviação civil e as funções próprias dos órgãos militares da defesa do espaço aéreo.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Isso que eu falei para o senhor a parte, vamos dizer assim, de defesa do espaço aéreo ela tem que ser militar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Essa ninguém tem dúvida disso.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Ninguém tem a menor dúvida, eu acho que nenhum dos senhores aqui. A outra parte, como já existe hoje a outra parte, ela é consequência disso aí. Porque ela foi iniciada, vamos dizer assim, com a defesa aérea, que é era... Os primeiros aviões que nós tivemos, que foram os Klostern(F) eram aviões de interceptação. Eles eram usados na Inglaterra apenas como controle de radar para sair, defender, quando vinha algum avião ele saía lá e defendia. Os nossos aviões que tem um radar em cima, o nosso R-99 Alfa que todos aqui conhecem, fabricado pela EMBRAER, eles são para fazer a interceptação de aeronaves juntamente com a LX fabricado pela EMBRAER, da mesma maneira. De fazer interceptação.

Então, essa parte ela tem que ser militar, não tem jeito. Nós temos muito medo, inclusive, de que algum traficante consiga se infiltrar, ou conseguir alguma amizade, ou alguma coisa, porque isso é extremamente sigiloso. Decolam sem dizer para onde vão, as suas ordens de missão voando e fazem as interceptações que são necessárias. A parte do controle civil, não tem problema nenhum que seja militar ou seja civil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, Presidente. As perguntas que tinha a fazer.

(troca de presidente)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, com a palavra... Nós temos só mais dois oradores, dois Parlamentares inscritos, Senador Suplicy e o Senador Demóstenes Torres. Com a palavra o paciente Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Presidente Senador Delcídio Amaral, caro Ministro Waldir Pires, prezado Comandante Luiz Carlos da Silva Bueno, Sr. Marco Antônio Bologna, Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, Presidente da INFRAERO,

José Carlos Pereira, prezado Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da ANAC e Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo Jorge Botelho.

Gostaria de precisar uma questão na medida em que aqui nos foi exposto o volume de recursos que, por exemplo, as empresas aéreas recolhem. O Dr. Bologna informou que três bilhões e quinhentos e setenta e três milhões em taxas portuárias que foram aumentando, oitocentos e quarenta e dois em 2003, oitocentos e noventa e quatro em 2004, oitocentos e noventa e dois em 2005, previsão novecentos e cinquenta milhões para 2006. Foram arrecadados, o Ministro Waldir Pires detalhou um pouco a respeito do que é que foi para o controle aéreo, do espaço aéreo, mas...

Então, esses recursos, na verdade, mostra uma evolução, uma evolução que guarda relação, inclusive, com o progresso da aviação civil comercial no Brasil.

Então, recursos têm havido e são recolhidos de razoável monta e nos foram aqui expostos. Eu gostaria de lhes perguntar em que medida esses recursos na avaliação, seja do Ministro da Defesa, do Comandante da Aeronáutica e presentes, em que medida esses recursos são hoje bem destinados, ou seja, tendo em vista, inclusive, a reformulação que se está fazendo, o Ministro Waldir Pires mencionou que seja a instituição mais recente da ANAC, o próprio conselho, o CONAC e assim por diante. Mas, será que esses recursos estão sendo efetuados, direcionados com boa qualidade? Haverá, da parte dos senhores responsáveis, uma avaliação de que eles poderiam ser muito melhor direcionados para os objetivos que aqui se têm, seja na área do controle de voo? Verificou-se no exame desses recursos eventuais desperdícios, abusos e assim por diante, que palavra podem nos dizer no que diz respeito a um melhor gerenciamento desse volume de recursos? Essa era a principal pergunta que eu gostaria de formular, teria outras, mas praticamente todas elas, inclusive pelo Presidente Jorge Botelho em grande parte já foram respondidas e eu quero abreviar o esforço e cumprimentá-los por toda a colaboração que tem nos dado hoje.

Então, eu vou apenas sintetizar nessas perguntas para que possa nos responder, obrigado. Eu acho que o Ministro Waldir Pires e o Comandante da Aeronáutica podem, se os demais quiserem colocar.

SR. WALDIR PIRES – Eu tenho a presunção da correção na aplicação. As aplicações em si mesmas elas são realizadas pela Aeronáutica, mas todas as contas nossas estão sempre vistas por um organismo de controle muito sério, muito adequado. De modo que, sobre o mérito das aplicações, eu pediria ao Brigadeiro porque esses próprios documentos que eu os tenho

aqui me foram passados pelo setor financeiro, mas comum de acordo do Comandante da Aeronáutica.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado pela pergunta, Senador. Eu vou dar só um exemplo ao senhor. O CINDACTA-3 que nós começamos em 72, 73, ele foi totalmente reformulado nos últimos cinco anos. Nós hoje temos, vamos dizer, a parte mais nobre do controle de voo, terminamos aqui no CINDACTA-1 que é aqui em Brasília. Ele foi todo reformulado. Reformulamos, gastamos só nessa modernização do CINDACTA, só na modernização dos radares, 71 radares, feitos pelo próprio fabricante, porque nós tentamos fazer uma Licitação e o fabricante disse que não daria o conhecimento da parte de quem ganhasse, mas sim ele teria que ser feito, começamos com uma discussão com 153 milhões de dólares, terminamos 121 milhões. O nosso pessoal negociando, fizemos isso em cinco anos e ele está totalmente reformulado, 70 radares. Nós compramos mais 10 radares diretamente da OACI, porque foi quem conseguiu comprar mais barato para nós foi a própria OACI comprando para a gente dos fabricantes que nós não conseguimos um preço com uma redução de preços. De modo que essa parte toda ela é moderna. Todo o sistema, eu fico muito preocupado quando nós estamos falando a respeito da comunicação, todos os sistemas de comunicação é novo, dessa parte do CINDACTA-1, quem ganhou a Licitação foi uma firma inglesa, começando de trinta e cinco milhões, nós conseguimos comprar por catorze milhões.

Com o acompanhamento da Hold Schwartz(F), alemã, firma alemã que dizia que os rádios não prestavam, essa firma inglesa, é a firma que mais vende na parte de comunicação no mundo, na parte de proteção ao voo.

Nós estamos com... O controle do espaço aéreo é o órgão nosso que tem o planejamento mais longo e nós temos cumprido todo o planejamento. Nós estamos já licitando o CINDACTA-2, todo ele, e estamos licitando o CINDACTA-3 lá do nordeste, logo em seguida dentro do planejamento previsto pelo DECEA, o Departamento Do Controle do Espaço Aéreo, volto a falar, tudo isso está aberto no SIAFI, Senador, tudo isso está aberto no SIAFI. O TCU tem nos acompanhados, eu sei que há poucos dias saiu uma nota aí que a gente comprou ração para cachorro, compramos ração para cachorro. Isso é o seguinte, o CINDACTA-2, que é um CINDACTA enterrado lá em Curitiba que já foi construído há muitos anos atrás, ele tem duas cercas que são vigiadas por animais, por cachorros que ficam ali, foi o que foi comprado. Para o senhor ver que até isso o pessoal já foi cobrar da gente no CINDACTA. De modo que todas as necessidades que

são programadas pelo DECEA, elas têm sido atingidas. Está claro. Às vezes nos perguntam que nós temos restos a pagar e muitas vezes nós não conseguimos pagar tudo daquele ano porque os equipamentos não existem, eles são feitos por encomenda, sob encomenda. Então, e a gente só paga a proporção que vamos recebendo. Outras vezes, nós temos problemas com as Licitações que entra um contendor, ele entra na justiça e nós ficamos com aquele dinheiro sem poder empenhar. Mas eu poderia pedir ao Brigadeiro Vilarinho que labuta no CINDACTA, no DECEA há muitos anos, que ele pode fazer uma exposição com os principais gastos nos últimos anos que ele tem uma tabela que ele trouxe, eu pediria que ele passasse para o senhor e que a gente pudesse fazer uma visão crítica do que em que se está gastando.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu pediria antes, não sei, talvez o Marco Antônio Bologna possa nos informar para estarmos conscientes, cada passageiro ao adquirir uma passagem, qual a proporção dessa passagem que é destinada, seja para a INFRAERO ou para o controle da aviação civil, ou para tudo que é necessário com respeito àquilo que foi exposto por nós. Ou seja, para que nós, passageiros, estejamos conscientes da contribuição que cada um dá na hora de adquirir uma passagem aérea.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Como eu falei, a previsão para esse ano serão novecentos e cinquenta milhões, aproximadamente de taxa de embarque e taxas de navegação.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Estou mencionando em cada passagem.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Basta dividir os novecentos e cinquenta milhões por aproximadamente 42 milhões de passageiros transportados nesse ano.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Mas o senhor não há uma definição? Vamos supor, se eu comprar uma passagem de mil reais.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: O destaque está na taxa de embarque que é paga separadamente. As taxas de navegação e de comunicação são pagas diretamente pela companhia.

Então, no total dos custos do setor, os encargos que vêm de taxas de embarques ou tarifa de navegação chegam aproximadamente ao redor de 10% do nosso custo total.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, só para satisfazer a sua... Mais ou menos aí a casa de vinte e poucos reais por bilhete.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Por bilhete? Então não depende do valor do bilhete?

SR. MILTON ZUANAZZI – É. Tem taxas que são fixas, por exemplo, taxa de embarque o senhor vai pagar internacional um valor, no México é outro. Conforme o aeroporto tem taxas diferenciadas, por isso que não tem... Mas é mais ou menos esses novecentos e cinquenta divididos por 42 milhões de passageiros que deve dar o ano de 2006.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Portanto, se trata de um valor normalmente fixo e não sobre o valor da passagem, não é uma taxa sobre o valor da passagem.

SR. MILTON ZUANAZZI – Isso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Está bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria só de esclarecer uma dúvida com o Dr. Marco Antônio Bologna, esse valor que V.Ex^a. se referiu de novecentos e poucos milhões, são taxas para pousos e decolagens de uso de aeroporto ou está incluída também as taxas de embarque dos passageiros, dos novecentos?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Dos novecentos e cinquenta milhões, um terço é taxas aeroportuárias e dois terços são taxas de navegação e comunicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Um terço seria, então, dos passageiros?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA: Que é destacado diretamente como taxa de embarque. Aí, você tem também obviamente outras taxas no aeroporto que exclusivamente taxa de embarque, como taxa de armazenamento, taxa de parada de avião, então, são no total, ela dá esse montante novecentos e cinquenta, sendo um terço do aeroporto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Senador Demóstenes, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sugeriria a V.Ex^a, eu tenho duas perguntas a fazer, são perguntas muito rápidas e sou o último inscrito, se eu poderia fazer, obter as respostas e em segui-

da o nosso comandante Vilarinho faria a exposição e encerraria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu gostaria, então, de propor aos Srs. Senadores, Deputados, então, Senador Demóstenes faria as duas perguntas, foi dada a abertura hoje para o Deputado Gabeira, o Deputado Bolsonaro quer também apresentar algumas sugestões, então, nós faríamos os dois e depois fecharíamos com essa apresentação dos investimentos, Ok? Então, com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Senador Presidente, Sr. Ministro, Sr. Comandante, Srs. Presidentes de Sindicato, Sr. Presidente da INFRAERO, Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu tenho duas perguntas a fazer, uma é ao Diretor-Geral da ANAC, Milton Zuanazzi, eu tenho visto na TV, especialmente, duas vezes eu vi dizendo que, primeiro, a ANAC não tem soltado com frequência os boletim de atrasos e cancelamentos de vôos, quando faz, quase sempre está em atrito, está em contradição, os dados não batem com aqueles divulgados pela INFRAERO. Então eu perguntaria a V.S^a se isso tem procedência, segundo, se nós já temos o boletim de hoje sobre cancelamentos e atrasos e se temos, se podem ser divulgados. Se esses boletins podem ser divulgados. E perguntaria ao Ministro Waldir Pires, todos nós, embora seja da oposição, temos preocupação com a posse do Sr. Presidente da República. É claro que uma posse que pode ser mais ou menos concorrida, mas esse ano, devido a festa de fim de ano etc, teremos aí tv a posse que agravar ainda mais essa situação, eu digo que pode ser mais ou menos concorrida, porque pode acontecer aquele fenômeno de que o Dunga deu uma declaração no Globo Esporte domingo, eu gostei muito do que ele disse, ele disse o seguinte, que os zagueiros atuais eles são muito ruins, então ele vai dar uma nova oportunidade aos zagueiros que foram chamados anteriormente, e ele deu um nome interessante, ele disse que irá “rechama-los” novamente.

Então, vá que o Presidente da República resolva dar a mesma oportunidade aos atuais Ministros, resolva “rechamá-los” novamente, pode ser que os novos que poderiam ser chamados não tenham a oportunidade de trazer aquela quantia imensa, digamos assim, de Assessores e de (inaudível) que gostam muito das posses.

Então pode, V.Ex^a sabe, tem essas boças todas, político, jornalista e etc. E vai haver um tumulto muito grande em Brasília. O senhor acredita que até lá, nós teremos a estrutura suficiente para estar com esse setor normalizado para que nós possamos realizar a

posse do Presidente com tranquilidade, nesse aspecto naturalmente?

SR. WALDIR PIRES – Se o Senador me permitir, eu estou mais preocupado com o Natal e o Ano Novo do povo brasileiro e creio que essa é a posição do Presidente. Muito mais preocupado, ele é ansioso, mesmo com essa situação toda que está aí. Nosso esforço é este. Eu digo assim cotidianamente, de que é preciso que nós possamos nos dar as mãos e construir o que for possível como uma institucionalidade que esteja dentro da realidade contemporânea, que tranquilize a população.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– O senhor acredita que esses acontecimentos, incluindo a posse, até lá nós teremos a tranquilidade para que isso ocorra, vamos chamar pelo nome que está sendo chamado, vamos apelidar as palavras, até lá o “apagão aéreo” já estará resolvido, o senhor acredita nisso?

SR. WALDIR PIRES – Eu acho que isso não chegou a ser propriamente um apagão, é uma coisa distinta. Eu creio que nós poderemos fazer um grande esforço, nós todos de juntarmos a todos os profissionais de controle o que estamos fazendo, Comandante da Aeronáutica está convocando setores, vários, nós estamos aí tentando preparar profissionais que estão saindo agora, mas que não fizeram ainda a sua residência que eles façam rapidamente essa residência que venham para uma situação mais de retaguarda e que conseqüentemente liberem os controladores mais preparados para atividades mais de frente, que nós tenhamos a possibilidade de contratar esses aposentados de pouco tempo, terá que ser de pouco tempo, por causa da natureza mesmo da nossa tecnologia vigente aqui, por exemplo, em Brasília, dois, três anos atrás e que possa rapidamente recuperar a sua experiência, os seus reflexos, se ajustarmos as nossas condições, eu creio que sim, eu creio que não posso lhe dar, mas penso muito lhe dar uma situação muito definitiva dentro de um ano, dentro de um ano, dentro mais de um ano, então, uma posição bem clara, bem tranquila, isso sim, isso eu creio. Por isso que é preciso um pouco de pé no chão, de cautela, você não encontra o controlador no mercado, você tem que formá-lo, a formação do controlador é uma formação que é feita com uma competência muito grande por duas escolas da Aeronáutica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Então, se eu bem entendi V.Ex^a prevê a normalização em um ano. Mais ou menos.

SR. WALDIR PIRES – Vejo bem, não é normalização, eu digo daqui um ano a expectativa de que nós estejamos podendo acompanhar a evolução das coisas. Eu tenho esperanças de que nesses próxi-

mos 30, 60 dias nós estejamos muito mais sólidos do que hoje. Não completamente tranquilos, não. Não completamente tranquilo, mas muito mais sólidos e aí precisamos do apoio de todas as áreas, das companhias de aviação, dos próprios mecanismos dos vôos, ajustamentos. Eu dizia há pouco a um de seus colegas que lendo a literatura sobre o episódio do Presidente Reagan levou seis meses de dificuldades e fez com que durante seis meses os vôos de aeronaves menores, mais próximas fossem todos eles fora das áreas de radares e, no entanto, teria muito maiores possibilidades do que nós.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Seria mais interessante, Ministro, já marcar o vôo para a hora do atraso, a gente chegaria atrasado para pegar o avião e sair no horário.

SR. WALDIR PIRES – Não, vamos ser mais otimistas, vamos ser mais otimistas. Vamos ter o pé no chão e vamos ter vontade. Eu acredito muito no preparo, no treinamento e na vontade do esforço a fazer, acredito. Em um pouquinho mais de tempo, aí nós levantamos as cabeças e diremos assim, temos as melhores coisas que existem no mundo contemporâneo em matéria de controle, até porque o Brasil está crescendo muito e vai crescer, nós somos um País em que as gerações do passado fizeram loucuras em relação a transporte, acabaram as ferrovias, você não tem alternativas O que ocorre a um cidadão europeu, ou a um cidadão americano se ele não voa para chegar com trinta e quatro minutos, ele chega com três, quatro horas. Nós não temos essa possibilidade, então temos que tratar isso com muita atenção, com muito cuidado. E para todas essas soluções, como é que serão elas? Nós vamos, provavelmente, elaborá-las, submeter à decisão de Governo, provavelmente vamos precisar das deliberações do Parlamento, do Congresso. Provavelmente, é isso.

SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, os boletins que nós publicamos na normalidade são mensais, boletins de regularidade das empresas e dos atrasos de vôos. E aqui é importante fazer um esclarecimento para a própria imprensa. No episódio da crise da VARIG já aconteceram coisas semelhantes, as informações eram desconstruídas em termos de números. Por quê? A INFRAERO recebe da ANAC as chamadas HOTRANs, horários de transporte e publica lá na sua tela. Se a empresa está ou não operando por decisão gerencial, digamos, da empresa, está publicado lá na tela da INFRAERO, que aquela HOTRAN, naquele horário é da empresa X. Se essa empresa não operou, vai aparecer lá, “cancelado”.

Então, isso faz parte de uma normalidade desse processo e a empresa tem 30 dias para cancelar

essa HOTRAN, passados os 30 dias e ela não usando essa HOTRAN, automaticamente a ANAC recolhe e a HOTRAN deixa de ser daquela empresa e pode ser entregue a outra, mas esses 30 dias os nossos regimentos nos obrigam a mantê-los.

Então, naquele episódio da VARIG ocorria isso, aparecia lá tela da INFRAERO um volume de cancelamentos da VARIG e a ANAC tinha uma outra informação, por quê? Já havia vôos que não estavam sendo voados, então estavam cancelados em função daquela conjuntura, de uma questão estrutural. Ocorre de certa forma agora coisa semelhante. Para isso, nós temos uma reunião amanhã de manhã. Primeiro para dizer que instalamos um Gabinete de Crise lá dentro do DECEA, com as empresas aéreas, com a INFRAERO, com a ANAC, há 15 dias atrás que nós estamos trabalhando toda essa questão de cancelamento, agora nós avançamos para dizer o motivo do cancelamento, porque nem tudo, eu volto a exigir, é problema do tráfego aéreo, pode ser, mas pode não ser. Ontem, nós tivemos um dia grave, o Brigadeiro J. Carlos já citou também, foi um dia horrível para os atrasos e o principal motivo foi climatológico, fechar o aeroporto de Congonhas três horas é algo realmente complicado.

Então, nós estamos amanhã ajustando a informação para prestar mesmo, inclusive prestar a informação também a opinião pública no balcão do *check-in*, no alto-falante da INFRAERO, no spit(F) lá do piloto para que todo mundo tenha a mesma informação com essas motivações. Mas eu acho que isso explica às vezes os números dispares. Quanto à hoje, é uma informação aqui por telefone sem poder sair da mesa, mas eu diria que a situação, em relação à ontem, é muito melhor, nós estamos com um problema razoável em Salvador, há um volume de vôos um pouco maiores, em São Paulo a situação bastante boa, no Rio há também um volume um pouco maior que São Paulo, em Porto Alegre um único atraso, em toda a gerência, um único vôo de cinco horas, Belém também registra um pouco de atraso entre 30 minutos e uma hora e Manaus teve problemas na madrugada, mas não teve mais problemas durante o dia. No nosso escritório que nós temos em Curitiba, são sete regionais e um escritório, somente um vôo teve atraso de 40 minutos.

Então, de fora que esse relatório como eu diria, não oficial, mas que eu recebi aqui por telefone, mas de um modo geral, dá para dizer que o dia é muito melhor do que o de ontem.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Concedo a palavra ao Deputado Bolsonaro.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP-RJ) – Senador Flexa Ribeiro, em nome do igual cumprimento, os integrantes da Mesa. O meu vôo atrasou duas horas do Rio hoje para cá. Estava marcado 10h45 e decolou 12h45, mas tudo bem.

Primeiro, para... A gente não vai discutir o passado aqui, mas já que o nobre Ministro Waldir Pires falou em democracia de verdade e ela só pode ser construída com a verdade da história, dizer ao nobre Jorge Botelho do Sindicato dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, que do lado gasômetro, bem do lado vizinho, na mesma quadra vizinho, temos ali o CPOR, com efetivo de quase dois mil homens. À frente do gasômetro temos o BATRAN de guardas, em torno de mil homens, vizinho ao BATRAN de guardas, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e um pouco mais de direção a Quinta da Boa Vista, o 21 (inaudível) onde eu servi. Aí, então, V.Sª começa a pensar a quem pensaria um possível atentado terrorista aquele local.

Dizer uma coisa ao nobre Ministro Waldir Pires, há uma preocupação, sim, com os Sargentos, estão ganhando pouco, mas não queremos aqui abrir, botar uma cunha entre Oficiais e Praças. Que só nas Forças Armadas de janeiro a outubro do corrente ano, 156 capitães pediram baixa. Ou foram embora a pedido ou *ex officio*. E eu acho que é um caso que a defesa tem que começar a se preocupar de o porquê de tantas baixas. Porque isso equivale, até ao momento, uma turma da academia da Força Aérea e que vale uma turma da Escola Naval, equivale a meia turma da Academia Militar das Agulhas Negras. É um sinal que a insatisfação está muito grande. Não é apenas no meio dos militares Sargentos, controladores de vôo. Não. É um fato preocupante que eu acho até que deve chegar ao conhecimento do Chefe Supremo das Forças Armadas, porque não há democracia forte sem Forças Armadas forte. Isso, as baixas todas levando-se em conta, inclusive, Senador Suplicy, que um Capitão ou Tenente para pedir baixa, ele tem que indenizar a Força, indenização que o passam, muitas vezes, a cem mil reais. Se não fosse essa camisa de força, com toda a certeza, essas baixas viriam muito maiores o que seria, estaria se instalando uma crise aqui na questão das Forças Armadas.

A minha opinião particular que corrobora com o Jorge Botelho, a questão salarial, que no orçamento está sendo votado agora para o ano que vem, está previsto zero de recomposição para com os militares das Forças Armadas, e isso leva ao estímulo a força, leva os estímulos o fatos de estarmos completando agora em dezembro seis anos, meia dúzia de anos que a Medida Provisória 2215 que trata da Lei de Remoderação dos Militares tenha sido votada, e não vi

qualquer movimentação por parte de autoridades civis ou militares, junto a essa Casa, democraticamente para pedir a sua votação com algumas Emendas para corrigir e buscar aí um meio termo entre o que nos foi tirado abruptamente naquele momento. E a grande preocupação que eu tenho, a partir do momento que a CUT mostrou-se favorável a desmilitarização do setor, é que a CUT, com esse setor estratégico na mão, não haverá mais greve perdida para ela.

Então, a coisa estratégica, deve ser preocupante para nós, que nós sabemos, particularmente, a minha opinião qual é o destino final, o que a CUT pretende com isso daí. E a questão dos controladores, no meu entender, é a ponta do iceberg. Gostaria apenas que o nosso Ministro Waldir Pires falasse sobre as 156 baixas, ou o Comandante da Aeronáutica para nós começarmos a estudar a crise militar que está latente e no meu entender, pode desaguar em algo muito mais grave do que a greve dos controladores no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro Waldir.

SR. WALDIR PIRES – Veja bem, esta é uma questão importante, é uma questão grave. Eu nem quero nesta vida que eu ainda vejo pela frente, se puder ela se alonga, portanto nesse outono eu quero mais nunca ouvir falar em crise militar, nunca mais, portanto, se trata de que nós estudemos tudo, estudemos em profundidade. Eu acho toda essa questão militar brasileira hoje, uma coisa fascinante pela importância que tem para o Brasil e para o mundo muito mais do que em outras ocasiões até e evidente que é um estudo profundo que se terá que fazer, isso tem a ligação muito grande com todo um período que nós vivemos de uma tentativa de desmantelamento se não de um amesquinamento do Estado Brasileiro, é uma questão profunda política do Estado Democrático, de modo que se você me permite, a gente vai ter que resolver essa problemática agora do País, da Nação, não há nada mais sério do que o Brasil não ter um sistema de tranquilidade nos vãos civis, fizemos nesses 40 ou 50 anos uma loucura, suprimimos as ferrovias, suprimimos os outros transportes. Sem avião, sem aviação o que é que se fará? Portanto, é um assunto importante.

Eu aprendi na vida que a gente vai resolvendo as coisas de forma definitiva e séria caminhando e passo a passo. De forma que se o meu caro colega de velhas lides Parlamentares me permitir, deixe-me ajudar a resolver esse problema agora e vamos pensar, vamos ver as coisas como serão, esta reformulação do Estado Democrático Brasileiro é uma coisa importante. De modo que nem tenho como antecipar, mas estou de acordo que é preciso que a gente se volte para... Com preocupação para refletir sobre tudo

isto. E joga com fatores os mais diversos, de natureza material, de aparelhamentos, de tecnologia, coisas muito amplas, muito diversas. Não sei que tarefa vai me caber, mas, enfim, se couber, é uma coisa que eu entendo que é muito importante para o Brasil porque esse vai ser um grande País desse século. Um País com a cultura do Brasil, com a generosidade do seu povo, com a nossa continentalidade, é um País que deve estar preparado. E com o mundo aí sem rumos, sem instituições, infelizmente, adequadas para organizar um planeta que já está muito pequenininho, muito reduzido e que nós já começamos a chamar de uma aldeia, portanto que precisa ter condições de conviver com relações jurídicas, com relações econômicas, com relações sociais, com relações políticas, que assegurem a dignidade da pessoa humana, esse é o grande desafio. Vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Por último, Brigadeiro Vilarinho para responder a segunda do Senador Suplicy.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Obrigado, Sr. Presidente. Senador Suplicy, conforme V.Ex^a solicitou, eu vou apresentar duas planilhas apenas, e aí a primeira parte da primeira planilha... São duas planilhas, começa 2000 e vai até 2007. Nós dividimos em áreas os nossos investimentos nesses anos. Sistema radar são revitalização ou aquisição de novos radares, o tratamento e visualização de dados, são consoles, monitores e computadores colocados nos centros, com *software* novo, que é um *software* nacional, que nós já vimos uma foto aqui do Centro Brasília, isso é todos os centros e centros de controle de área e de aproximação, telecomunicações, é auto-elucidativo, auxílios a navegação e aproximação. São os equipamentos de navegação que estão sendo adquiridos ao longo dos anos.

Estações e sistemas de meteorologia, suprimento técnico, aquisição de suprimento para manutenção de todos esses sistemas. E a infra-estrutura civil são as construções civis que foram necessárias para abrigar os equipamentos.

O senhor teve aqui em 2000, nós tivemos duzentos e noventa e oito milhões de investimentos, 2001, cento e noventa e sete milhões, 2002, duzentos e setenta e dois, 2003, duzentos e vinte e nove milhões, aqui, 2004, duzentos e treze, 2005, duzentos e setenta e seis milhões, duzentos e vinte e oito para 2006. E o nosso estimado para dois mil e sete cento e sessenta e nove.

Ou seja, dentro de 2000 a 2007, inclusive, um investimento total, incluindo o planejado para 2007, de um bilhão e oitocentos e noventa e cinco milhões. E aqui o senhor tem os investimentos por área nesses

últimos oito anos, incluindo o planejamento de 2007. Eu além desse, tenho, vou mostrar ao senhor, grandes projetos o nosso planejamento para até 2016. Nós gostaríamos saber se o senhor tem alguma pergunta sobre isso aí.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O orçamento da INFRAERO é outro ou está aqui incluído, se me permite, por exemplo, a INFRAERO constrói aeroportos, reforma os aeroportos e assim por diante com o seu orçamento, isso é outro orçamento?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – É outro orçamento. Esses aí são exclusivos da parte das tarifas de navegação e telecomunicação, são duas tarifas que estão empate, parte dessas tarifas vêm para o Comando da Aeronáutica e do Comando da Aeronáutica para o DECEA. São esses recursos que nós estamos mostrando aí, apenas essa parte da tarifa que nos cabe.

SR. MILTON ZUANAZZI – A INFRAERO arrecada e transfere para o comando da Aeronáutica. Algumas tarifas, essas de navegação, por exemplo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Essas de navegação, parte fica com... Metade fica com a INFRAERO e a metade fica com a Aeronáutica. Menos um pouco da metade porque tem um... É, porque tem 8% que é do sistema de arrecadação. 41 para cada um. 41,5 para cada um.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permite, então, um esclarecimento. Quando eu perguntei quanto cada passageiro paga e o Sr. Milton Zuanazzi citou, por exemplo, vôos domésticos vinte reais, é a taxa de embarque, isso é diferente do que cada passageiro paga para a INFRAERO.

SR. MILTON ZUANAZZI – Embarque, todo que o passageiro paga é para a INFRAERO e o Tesouro Nacional. Não vai para a Aeronáutica, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E aí é uma proporção, ou é uma taxa fixa de cada passagem?

SR. MILTON ZUANAZZI – Não, senhor. É por categoria de aeroporto. São quatro categorias, cada categoria de aeroporto tem uma taxa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para dar uma idéia, então, cada passagem que sai de Congonhas.

SR. MILTON ZUANAZZI – Vinte quatro reais e quarenta e seis centavos num aeroporto classe um.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Vamos a próxima, agora aqui dentro daqueles grandes grupos, sistemas radar, nós colocamos aqui os principais projetos, não são todos. Esse aqui, o tal do

projeto opera, modernização de setenta e nove sistemas radar, dos seaves(F) que é a fase um e dois. Trezentos e noventa e nove milhões de reais, iniciou em 2001 e terminamos em julho desse ano. Todo o sistema foi colocado no “estado da arte”, na parte eletrônica do radar.

Bom, ainda tivemos aqui outros projetos na área de radar: Modernização de simuladores de guerra eletrônica, e aqui alguns são ainda projetos, 2007 para 2008. Aquisição e instalação de 11 radares de área terminal, o tipo Star 2000, noventa e nove milhões, começou em 2001 e terminamos em 2006. Aqui canais meteorológicos para esses 11 radares, foram realizados em 2005, trinta e dois milhões. Modernização dos subsistemas de transmissão, de 26 radares. Isso aqui nós estamos iniciando esse ano para terminar em dois mil e onze. Então o senhor verifica que na parte de radares, nós fizemos uma fase de 2001 a 2006 e estamos iniciando outra de 2006 a 2011. É para mostrar a V.Ex^a o nosso planejamento a longo prazo a medida que os recursos vão entrando, nós vamos realizando o nosso planejamento.

E aqui tem mais uma série aqui que o senhor vai vendo aqui, que 2005 a 2008, 2007 a 2008. Tem esse aqui de substituição de substituição de três radares de rota tridimensionais. São radares utilizados no CINDACTA-1 e no CINDACTA-2 hoje. Esses radares nós estamos prevendo trocá-los em 2012, e temos aqui mais outros projetos tudo na área de radares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Aqui até 2013, por favor. Eu vou passar rapidamente as outras áreas. Esse foi só de radar. Sistema de tratamento de visualização de dados, a tal modernização do CINDACTA-1 que o Brigadeiro Bueno falou, quarenta e um milhões terminando em 2005. Nós já iniciamos a do CINDACTA-2, no valor de vinte e dois milhões, começou em 2005, vamos terminar em 2008, e estamos já fazendo as especificações para o CINDACTA-3 que é Recife, 2007 a 2009, vinte e cinco milhões. E a implantação do CINDACTA-4 que é lá no SIVAM que já foi realizado, cento e sessenta e dois milhões de 2000 a 2005. E esse mesmo CINDACTA aqui ele será modernizado, vai receber *software* nacional e consoles e computadores nacionais. Estamos estimando isso aqui para 2012 a 2015. E isso aqui continua, não sei se V.Ex^a interessa chegar a todos os detalhes, mas o nosso planejamento a longo prazo, setor por setor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao Brigadeiro Vilarinho e

não havendo mais inscritos, eu agradeço a presença do Ministro de Estado da Defesa Waldir Pires, do Tenente-Brigadeiro do Ar, Luiz Carlos da Silva Bueno, o Comandante da Aeronáutica, Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação, ANAC, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO, Sr. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Sr. Marco Antônio Bologna, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e declaro encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 18h)

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 22 de novembro de 2006, às 9:30, horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ, OSMAR DIAS, MARIA DO CARMO ALVES, EDISON LOBÃO, ROBERTO SATURNINO, FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PÉRES, ANA JÚLIA CAREPA, GEOVANI BORGES, EDUARDO SUPLICY, MÃO SANTA, JOSÉ JORGE, SERYS SLHESSARENKO, SÉRGIO ZAMBIASI, MOZARILDO CAVALCANTI e VALDIR RAUPP**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item um:** Discussão e votação das Emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2007. O Senhor Presidente passa a palavra ao relator, Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. Fazem uso da palavra os Senadores **ANA JÚLIA CAREPA, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI, JEFFERSON PÉRES e VALDIR RAUPP**. O parecer é aprovado com as propostas de **Emenda nº 28**, que trata da “Modernização dos Meios Navais”. Unidade Orçamentária: Fundo Naval. Autoria: Senador Aelton Freitas. Montante: R\$ 163.400.000,00; **Emenda nº 08**, que trata da “Modernização Operacional de Organizações Militares do Exército”. Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autoria: Senador Roberto Saturnino. Montante: R\$ 200.236.870,00; **Emenda nº 10**, que trata da “Contribuição ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL”. Unidade Orçamentária: Ministério das Relações Exteriores. Autoria: Senador Roberto Saturnino. Montante: R\$ 119.000.000,00; **Emenda nº**

26, que trata da “Implantação da Infra-Estrutura Básica nos Municípios Mais Carentes da Região da Calha Norte”. Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa. Montante: R\$ 200.000.000,00 e **Emenda nº 25**, que trata da “Modernização e Revitalização de Aeronaves”. Unidade Orçamentária: Comando da Aeronáutica. Autoria: Senador Romeu Tuma. Montante: R\$ 491.860.000,00. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental declarado aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto a Comissão à dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Dispensada. A presente reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão a Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual para 2007.

O Item 1 é exatamente o que se refere às Emendas ao Orçamento, o nosso Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, Relator das Emendas para ler o seu Parecer a quem concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Presidente Azeredo. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Parecer é sobre as propostas de Emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 15/2006, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2007, nos termos da Resolução nº 1/2001 do Congresso Nacional.

Conforme regimentalmente previsto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convocou reunião para este, 22 de novembro de 2006, para analisar e discutir as propostas de Emendas a serem apresentadas.

Presidente, nós recebemos quase 30 Emendas. Destas, cerca de 30, nas 28, mais aproximadamente, boa parte delas direcionavam apoios ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica. Nós procuramos dialogar com as três forças já que a Comissão tem apenas cinco Emendas, buscando sistematizá-las e de maneira a atender da melhor forma possível os interesses dos diretamente beneficiados pelas Emendas. E desta reunião resultou, portanto, a escolha e a aprovação por este Relator dos setores de maior interesse para

o Comando do Exército, para o Ministério da Defesa e para o Comando da Aeronáutica e para a Marinha.

Acolhemos nesta sistematização a Emenda de 163 milhões e 400 mil reais para modernização de meios navais, para o Fundo Naval. Emenda para modernização operacional a primeira... Nós sistematizamos, nós fizemos uma sistematização acolhendo praticamente o resultado de todas as Emendas apresentadas, Presidente, na Emenda nº 1 que nós aprovamos elas estão acolhidas as Emendas 6, 7, 15, 17, 19, 24 e 28. Todas elas mais ou menos apontando para este caminho.

O Comando do Exército optou pela modernização operacional das organizações militares do Exército com 200 milhões, 236 mil, 870 prevista na Emenda 8.

O Ministério de Relações Exteriores propôs uma Emenda que eu considerei de extrema importância que é a contribuição ao mercado comum do Sul, Mercosul, de apoio ao FOCEM, que aliás acaba de apresentar o primeiro Projeto para o FOCEM, que é o Programa de Erradicação da Febre Aftosa na fronteira do Brasil com os Países do Mercosul, já fruto deste acordo. E já fruto exatamente desta Emenda. O Projeto já está apresentado, já está pronto, já está aprovado o Projeto. É o primeiro Projeto do FOCEM que nós aprovamos na Comissão do Mercosul, e que o Congresso Nacional consolidou e que já será operacionalizado.

Então, tendo em vista a importância desta Emenda do Ministério das Relações Exteriores ela foi acolhida, porque combater a febre aftosa na fronteira do Brasil com a Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai, é de vital importância para a sobrevivência da economia na região. O Ministério da Defesa, acolhemos a Emenda 18 que prevê intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira e finalmente o comando da Aeronáutica nos sugere a modernização e revitalização de Aeronaves, a Emenda nº 25. São cinco Emendas que nós estamos apresentando e dentro do exposto votamos porque esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere pela apresentação e aprovação destas Emendas a proposta orçamentária anual para 2007. Propomos ainda, Governadora, Senadora Ana Júlia. Pois não.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Não, eu queria... Eu percebi também que várias Emendas foram feitas no Ministério da Defesa para um programa muito importante e esta Comissão ela tem uma Subcomissão que é a Subcomissão da Amazônia. É isso? E tem várias Emendas propostas para a Calha Norte que fica na região Amazônica, que fica em área de fronteira também, atinge alguns Municípios de fronteira. Então, eu queria propor, Senador, que atendendo, inclusive, a diversidade nacional, mas considerando a

importância da Amazônia e a defesa da Amazônia, o Programa Calha Norte ele tem uma importância muito grande. Ainda há pouco aqui nós fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos o Relator concordou com uma alteração de Emenda. É lógico. Mas eu estou fazendo essa proposta porque vi que não fui só eu, mas vários Senadores da Região Amazônica apresentaram essa Emenda para o Programa Calha Norte visto que ele abrange vários Estados da Região Amazônica. E pelo fato de esta Comissão ter uma Subcomissão, uma Subcomissão da Amazônia. Então, atendendo também a essa situação de existir aqui nesta Comissão uma Subcomissão da Amazônia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Para discutir. Pois não. Senador Flexa Ribeiro para discutir ainda, continuando, então. O Senador Flexa, o Senador Sérgio Zambiasi como Relator, ele já anunciou as cinco Emendas e nós estamos ainda discutindo e a Senadora Ana Júlia coloca essa questão do Projeto Calha Norte que é objeto de várias Emendas aqui, Emenda do Senador Valdir Raupp, Emenda da própria Senadora Ana Júlia, nossa Governadora eleita. E eu também pude conhecer o Projeto de Fronteiras recentemente e considero que é necessário darmos mais condições para o seu funcionamento. Mas vamos ver com o Relator o que pode ser feito aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Apenas, antes da sua manifestação, respondendo a Senadora Ana Júlia...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É sobre o mesmo assunto, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Relator Senador Sérgio Zambiasi, desde que cheguei aqui temos buscado como é obrigação da representação do nosso Estado atender às necessidades a nível do Pará regional e nacional. E a bancada como um todo, os três Senadores do Pará, nas Emendas de Comissão tem sempre buscado conciliar os interesses políticos no sentido de beneficiar o Estado e a região. E agora na condição de Governadora eleita da Senadora Ana Júlia, ela com muita propriedade busca agora também fazer com que essas Emendas possam vir a atender as necessidades do seu Projeto de Governo. Esse Projeto da Calha Norte é um Projeto da maior importância nacional, não só evidentemente para os

Estados, até porque no Estado do Pará são apenas 27 Municípios que são atendidos pela Calha Norte. Mas ele é um Projeto de importância nacional para a defesa da soberania brasileira, porque... Brasileira da nossa região, na nossa região, não é? Porque ele trata da questão de instrumentalizar as Forças Armadas nas regiões de fronteira, nas regiões de fronteira, porque e principalmente na nossa Região Amazônica que são fronteiras de difícil fiscalização. Nós mesmos sabemos, no Estado do Senador Zambiasi, lá no Sul, tem dificuldades como tem dificuldades em todas as fronteiras secas, imagine fronteiras que você tem problemas de navegação também, e o que dificulta ainda mais. Então, eu quero fazer uma solicitação ao Relator na possibilidade de que possamos incluir esse Projeto da Calha Norte por ser nesta Comissão, uma Comissão da maior importância de Relações Exteriores e Defesa Nacional um Projeto desta magnitude.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não. É uma questão de encontrarmos aqui um consenso. Mas eu me permito colocar também alguns argumentos. Nós só temos uma alternativa de alteração aqui, que seria a Emenda quatro do Ministério da Defesa, substituir a intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira pelo Projeto Calha Norte. Porém, nós como Comissão, nós temos que ter uma preocupação em nível nacional. Lá da região Amazônica até lá na nossa fronteira do Sul nós temos se a questão de trabalhar regionalmente, Rio Grande do Sul tem mil quilômetros de fronteira seca com o Uruguai, não dá para você dizer, 600 de fronteira seca e um pouco de rios e mais mil quilômetros de fronteira com a Argentina. E agora a CPI das Armas nos informa que uma das maiores regiões de tráfico de armas para o Brasil é exatamente ali, via Uruguai, especialmente, é um problema bastante sério.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Senador, será que é possível, eu vou perguntar se é possível, e é lógico o pessoal técnico poderia ajudar. Se teria como, já que a intensificação da presença nas áreas de fronteira, aí em parêntese, incluindo Programa Calha Norte, fronteiras de outras regiões, é possível?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Incluir Calha Norte dessa Emenda.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu tinha essa preocupação, vamos... É uma preocupação. Eu entendo realmente que é um Projeto vital, mas a informação da consultoria é de que normalmente essas questões elas são apresentadas nas Emendas de bancada, nas Emendas de bancada elas têm tido esta preocupação de atender as demandas do Calha Norte.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – A gente está propondo...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É. As Emendas de bancadas elas têm, tem as bancadas regionais, eu não sei quais os Estados no caso que fazem a bancada regional, por região, e tem a bancada dos Estados que têm normalmente direcionado uma das Emendas para atender a preocupação do Projeto Calha Norte no caso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o...

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Mas eu também falei porque aqui tem Subcomissão da Amazônia, no caso, porque nós não temos Comissão da Amazônia. A Câmara dos Deputados tem. Nós não temos. Mas é relevante no caso aqui porque tem uma Subcomissão. Por isso que eu também atentei para isto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu acho que essa sugestão que eu iria fazer também, eu acho que ela cabe porque poderia por testificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteiras, inclusive, Calha Norte. E aí aumentaríamos o valor. Aumentaríamos o valor da Emenda que a proposta minha era para Calha Norte de 100 milhões e da Senadora Ana Júlia de 200 milhões. Eu fico com a da Senadora Ana Júlia. A minha é 100, a da Senadora 200. Eu fico com a dela, eu fico com a dela.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tenho duas informações aqui. O relatório, ele trabalha uma atenção especial em relação à Região Amazônica. Aqui, por exemplo, esta Emenda destinada ao Comando do Exército, mais da metade ela é orientada exatamente para atenção à região Amazônica. E... Então, tem uma preocupação, sim, com relação à região Amazônica, as próprias Forças Armadas têm colocado esta preocupação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas Senador o Projeto Calha Norte ele instrumentaliza os Municípios na sua infra-estrutura de desenvolvimento para evitar exatamente a questão da...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, são ações diferentes. A das Forças Armadas, no caso do Exército, é uma função específica de defesa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – No caso o Ministério da Defesa que seria o ideal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso, isso.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O que nós poderíamos colocar é na justificativa aqui uma orientação para priorizar a Calha Norte.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Aumentar o valor, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria que se fosse possível incluir na área de fronteira, inclusive a Calha Norte. Porque, observe, Senador. Nós estamos colocando aqui na defesa e eu acho que é bem definida a coisa no sentido de que nós temos uma Emenda aqui que é a contribuição ao mercado comum do Mercosul. O Mercosul a gente tem discutido isso lá no Norte, ele é tido como uma área, até eu quando presidi a Federação das Indústrias do Pará que se falava em Mercosul que a gente queria criar o Merconorte. Aí ele dizia: “Não, o Mercosul ele abrange o Brasil todo. Não são só os Estados do Sul, é o Brasil todo”. Eu digO – É verdade. É o Brasil todo. Só que quem está lá na Amazônia como o Senador Mozarildo, ou no Piauí aqui como o Senador Mão Santa, para acessar o Mercosul é uma dificuldade muito grande. Então, eu acho que aqui também nós estamos privilegiando lá o Sul e eu quero dizer que voto a favor a Emenda do Mercosul. Eu só queria atender à Calha Norte nessa questão da...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A Emenda do Mercosul é a do ITAMARATI...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas é justa...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Assim, apenas para esclarecimento, a adesão da Venezuela hoje faz com que o Mercosul vá ao Norte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ele sempre foi. Ele sempre foi o Mercosul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – E é exatamente para uma melhor compreensão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Da importância deste Projeto que não é só de alguns Países, mas a proposta é para que o Mercosul possa no futuro significar...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Transformar numa, numa...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Num Bloco Sul-Americano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sul-Americano. Exatamente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É esta a razão que eu tenho defendido insistentemente à adesão da Venezuela, consolidação...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agora, o Senador Mozarildo por Roraima, ele tem uma... A Calha Norte deve ter uma importância muito grande em Roraima.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Senador Flexa, deixa eu fazer uma sugestão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gostaria depois de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Está bem. Só fazer uma sugestão. Nessa Emenda que o Senador Zambiasi já está acatando do Ministério da Defesa, intensificação das Forças Armadas nas áreas de fronteira, 80 milhões. Não pode aumentar esse valor e no entendimento com a própria Forças Armadas deixar claro que esse aumento é para a Calha Norte?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ou substituir...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, porque são duas ações. Tem que incluir aqui a Calha Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Pois é, mas é porque a informação da Assessoria que não pode fundir duas Emendas numa só. Então... Agora aumentar uma Emenda poderia.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Então substituir essa daí por uma da Calha Norte. Substitui essa 18 por uma da Calha Norte. A Calha Norte é fundamental para o País. É toda a fronteira desguarnecida que vai desde lá o Amapá até agora o Acre.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – É.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Eu acho que Calha Norte aí é fundamental, está dentro dos objetivos do Ministério da Defesa e não vejo com que isso prejudique.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Jefferson Peres, V. Ex^a. também...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – É, eu estive lá no Pico da Neblina lá e é totalmente aberto a fronteira... Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – A discussão é sobre uma Emenda referente à Calha Norte?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Exato. Existem várias Emendas para a Calha Norte e uma outra Emenda específica que está sendo acatada para a fronteira, fronteira no aspecto geral aí como diz o Presidente Lula, por milhões de...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O que é que está em discussão nesse momento que eu cheguei atrasado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – É que os Senadores, a Ana Júlia, Flexa Ribeiro e também o Mozarildo estão defendendo que se inclua uma Emenda específica para a Calha Norte.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Nós não podemos somar duas, não pode fundir.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Nós temos tradicionalmente feito Emendas para o Calha Norte, que é um Projeto de enorme relevância para a Amazônia e para todo o Acre e fronteira, e que sofreu um processo de esvaziamento até três anos atrás, Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Sim.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Terrível processo de esvaziamento que só começou a ser recuperado acerca de três anos. E é de iniciativa nossa. E eu creio que... Eu acho que essa Comissão deve manter o costume salutar de destinar recursos para o Calha Norte, sim. Porque envolve as Forças Armadas, portanto está dentro da matéria de competência desta Comissão, é o Exército, a Marinha, Aeronáutica que tem a incumbência de aplicar os recursos de Calha Norte e todo o vastíssimo Acre de fronteira que é mais da metade das fronteiras brasileiras, uma importância enorme.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Substituir, Relator, a Emenda 18 que é do Ministério da Defesa pela Emenda do Calha Norte. Pronto, está resolvido, é dentro do Ministério da Defesa e atende toda a região.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É absolutamente democrático...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Que vai, repito, vai do Amapá...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A vontade é que é unânime.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Senador Valdir Raupp é até bom ouvirmos porque ele é o Relator-Geral do Orçamento e a bênção dele significa uma garantia maior de aprovação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Azeredo, a única alerta que a consultoria nos oferece aqui é que como as bancadas oferecem normalmente apoio ao Projeto Calha Norte haverá uma superposição orçamentária. Então, quer dizer, a sugestão é economizem as bancadas então para outros Projetos

já que nós estaremos então privilegiando o Calha Norte aqui na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu defendo também o Programa Calha Norte porque a execução tem sido exemplar. No meu Estado o Calha Norte tem atendido os Municípios de área de fronteira, praticamente cumprindo todas as Emendas. Então, por isso eu faço essa defesa aqui também ao Programa Calha Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Tá bom. Bom, de pronto se verifica que existe já um sentimento favorável a que o Projeto Calha Norte tenha recursos adicionais. Então, com relação aos outros, as outras Emendas estão todos de acordo? Acredito que sim, não é? Senador... Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mais uma observação que a consultoria que nos coloca é que nós vamos ter que definirmos agora qual a ação. Uma proposta é apoio às comunidades da região da Calha Norte do Senador Flexa Ribeiro. A outra é implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte. Não, são duas ações diferentes. São ações diferentes...

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Tira básica da região da Calha Norte, tira...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tira o mais carentes...

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Carentes, porque fica amplo. Todos os Municípios.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Implantação de infra-estrutura básica nos Municípios da Região do Calha Norte. Deixamos assim. Ok? Implantação da infra-estrutura básica nos Municípios da Região da Calha Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Mas aí não é esses 50. Precisa ficar consignado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não. Nós estamos então mudando, fazendo uma nova Emenda, Emenda de relatoria...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Essa é do Senador Valdir Raupp de 50...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com um valor ampliado, inclusive. Vamos colocar 200 milhões, então, como valor básico, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E aí o nosso Relator...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Vai defender. Vai nos garantir...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vai aumentar para 400 no relatório dele...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – (risos)

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A caneta mais poderosa é do Relator do Orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vai aumentar para 400. Senadora Ana Júlia, V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Essa daqui... É 22, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nosso Relator-Geral que é da Amazônia, ele vai transformar o 200 e colocar mais 200 dele, 400 milhões para a Calha Norte...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Nós vamos transformar então as propostas em Emenda de relatoria de maneira que...

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA) – Eu acho que a adaptação técnica do nome, da ação eu acho que a gente deve deixar para o termo, para a questão técnica. A gente aprovando que seja do Calha Norte o valor. Pronto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Bom, acho que superada esta dificuldade vamos colocar... Superada esta dificuldade nos resta colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Em votação, está bem.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tá aprovado, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Tá bom, colocando em votação conforme o Relatório do Senador Zambiasi, as cinco Emendas, eu vou só repetir as Emendas. Claro Comando do Exército, 200 milhões, Emenda do Senador Roberto Saturnino, modernização operacional para o Mercosul, Ministério das Relações Exteriores, 119 milhões para também o Ministério da Defesa, implantação de infra-estrutura básica na Calha Norte 200 milhões, o Comando da Aeronáutica, modernização e revitalização de aeronaves, 491, 860 mil. 491 milhões, Senador Romeu Tuma. E Fundo Naval, modernização de meios navais, 163 milhões e 400 mil do Senador Aelton Freitas e de outro também meu, uma também de minha autoria, também o Senador Flexa Ribeiro, também tem na questão da modernização de meios navais.

Então, fundindo a do Senador Flexa, a minha Emenda e a do Senador Aelton. Todos eles no valor de 163 mil e 400. Em votação. Aprovado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Por unanimidade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com a nova, com a nova redação. Passo ao Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – ... Aqui presentes, está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h25.)

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 22 de novembro de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **MARCO MACIEL, GEOVANI BORGES, SERYS SLHESSARENKO, TASSO JEREISSATTI, FLEXA RIBEIRO, ROMERO JUCÁ, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPPLY, JOSÉ JORGE, SÉRGIO ZAMBIASI, MÃO SANTA, ALVARO DIAS E HERÁCLITO FORTES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa ao **Item 01: Mensagem (SF) Nº 207 de 2006**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Mauritânia”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Item 02: Mensagem (SF) Nº 225 de 2006**, de autoria da Presidência da República, que “Submete ao Senado Federal a indicação do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o agrément do governo daquele país”. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPPLY** para leitura do seu relatório. **Item 03: Mensagem (SF) Nº 229 de 2006**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Regis Percy Arslanian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores,

para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.” Faz uso da palavra o Senador **SÉRGIO ZAMBIASI** para leitura do seu relatório.

Item 04: Mensagem (SF) Nº 231 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.”

Faz uso da palavra o Senador **MARCELO CRIVELLA** para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente faz a leitura de Comunicado à Comissão e convida os Embaixadores Bernardo Pericás Neto, Regis Percy Arslanian e João Inácio Oswald Padilha para comporem a Mesa. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **BERNARDO PERICÁS NETO** para fazer sua exposição de motivos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, passa a Presidência ao Senador Alvaro Dias. O Senhor Presidente passa a palavra aos Embaixadores **REGIS PERCY ARSLANIAN** e **JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA**, para fazerem suas exposições de motivos. O Senador Roberto Saturnino reassume a Presidência. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinadores o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Marcelo Crivella e o adiamento dos demais itens da pauta. **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento Nº 38, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer “Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações quanto a Convenção sobre o Cibercrime do Conselho da Europa, celebrada em 23 de novembro de 2001 na cidade de Budapeste, Hungria: 1- o que é necessário para que o Brasil se torne um dos signatários desta Convenção; 2- quais as providências que já foram tomadas para que isto ocorra; 3- quais as razões alegadas por parte do governo brasileiro caso não tenha sido tomada nenhuma providência; 4- quais são os outros órgãos envolvidos no assunto e de como está sendo conduzida por eles esta matéria relevante”. Faz o uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO** para justificar o Requerimento. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Eu submeto a Comissão à dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, se todos os Senadores estiverem de acordo fica dispensada a leitura da Ata, e passamos logo a apreciação da pauta.

O Item 1º, é a mensagem 207/2006, que submete a apreciação do Senado Federal à indicação da Srª. Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, que ela já exerce, exercer também o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Mauritânia.

O Relator é o Senador Mozarildo, não estando ele presente, eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro que faça a leitura do Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a mensagem nº 207/2006 do Presidente da República que submete a apreciação do Senado Federal à indicação da Srª. Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Mauritânia. O Relator é o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti com muita honra farei a Relatoria **ad hoc**.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Srª. Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Mauritânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores atendendo ao preceito regimental elaborou o *curriculum vitae* da

Diplomata indicada dos quais se extrai as informações que se seguem.

Filha de Sílvio Gilaberte e Terezinha Godinho Gilaberte. A Sr^a. Kátia Godinho Gilaberte nasceu no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 54, concluiu o curso de aperfeiçoamento da carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco em 1976, ingressou na Chancelaria no posto de Terceira Secretária em outubro de 1967. Graduou-se como Bacharel em Direito pela Associação do Ensino Universitário do Distrito Federal em 1982, ascendeu a Conselheira em 1992 e a Ministra de Segunda Classe em 1997 sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na chancelaria destacam-se a de Chefe Substituta da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1991, Chefe da Divisão Política Financeira de 92 a 93, Chefe de Gabinete da Sub-Secretaria Geral de Assuntos Políticos em 95 e Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul em 97.

Ainda no âmbito da administração federal, exerceu os cargos de Assessora Especial do Ministro... Extraordinário de Projetos Especiais da Presidência da República e Chefe da Assessoria Especial de assuntos internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia em 99.

No exterior, exerceu entre outros o cargo de Conselheira em La Paz em 1996 e de Ministra Conselheira em Moscou em 2001. Desempenhou “N” importantes funções em missões temporárias sendo sido membro chefe de delegação em diversas Sessões de organismos internacionais e de conferências diplomáticas bilaterais e multilaterais.

Sobre a República de Mauritânia cabe registrar algumas informações básicas para subsidiar a sabatina nessa Comissão. Aí segue as informações da República de Mauritânia.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Então a Relatoria, Parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti face ao brilhante currículo da Sr^a. Kátia Godinho Gilaberte é pela sua aprovação para a função indicada pelo Presidente da República para Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, acumulando também junto à República da Mauritânia.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, os Senadores já estão habilitados a votarem, a Embaixadora acumula com o cargo que já exerce, não há exposição, e a votação já está aberta para aqueles que desejarem, já que a instrução já está feita com o Parecer do Senador Flexa Ribeiro.

Eu peço, então, vamos aos outros três itens, que são três candidatos a Embaixador. Eu peço que a secretaria os convide a sentarem-se a Mesa. Trata-se da indicação dos Srs. Bernardo Pericás Neto para a República de Cuba, Régis Percy Arslanian, delegação permanente do Brasil junto a Associação Americana de Integração ao Mercado Comum, do Mercosul e o João Inácio Oswald Padilha para a República de Botswana.

Vamos, então, ao Item 2, é a mensagem 225/2006, submete ao Senado Federal a indicação do Sr. Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeiro Classe da carreira Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba. E cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda desde que obtido o agremiament do Governo daquele País. O Relator é o Senador Eduardo Suplicy que está ao telefone, mas que já vai tomar a palavra para apresentar o seu relatório. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores Régis Percy Arslanian, Sr. Bernardo Pericás Neto e Embaixador João Inácio Oswald Padilha. Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente do Sr. Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores para exercerem o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda desde que obtido o agremiament do Governo daquele País.

Nascido em Curitiba, estado do Paraná, em 41, filho de Bernardo Pericás Duran e Raquel da Mota Pericás. Em 62, concluiu o curso de preparação a carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, diplomou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro em 1965, ingressou na chancelaria no posto de Terceiro Secretário em janeiro de 64, ascendeu ao Ministro de segunda classe em junho de oitenta e Ministro de Primeira Classe em junho de 84, sempre por merecimento.

Desempenhou numerosas funções na chancelaria entre as quais se destacam a de Presidente do Conselho Permanente da OEA em 92, foi Embaixador em Bruxelas em 94, Embaixador em assunção em 98. No ano de 2000, assumiu as funções de Coordenador Nacional de Cúpula das Américas, Coordenador Nacional da Cúpula Ibero-Americana, Coordenador Nacional da Cúpula União Européia, América Latina e Caribe, Coordenador Nacional do Grupo do Rio e

Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Conservação Política do Mercosul.

Em 2001, foi Presidente da Comissão Nacional de apoio da comunidade dos Países de língua portuguesa. Em 2002, tornou-se representante permanente da delegação permanente do Brasil junto a ALAD e representante permanente da Comissão e representantes permanentes do Mercosul em 2003. Laureado com a Ordem “Águila Azteca” no México em 80, Ordem de Boyacá Colômbia em 81. Nesse mesmo ano foi laureado com a Ordem Francisco de Miranda na segunda classe, Venezuela e a Ordem Fuentes Dom Henrique, Portugal. A ordem do mérito, Equador, em 82. Em 84, a ordem do mérito militar no Brasil, ordem do libertador Bernardo O’Higgins no Chile, em 87, a ordem do mérito das Forças Armadas no Brasil em 98, a ordem Leopoldo II, na Bélgica em 2000, e a ordem do mérito no Paraguai.

Com sede do governo em Havana a República de Cuba tinha em 2005, 11,3 milhões de habitantes numa área de cento e dez mil, novecentos e vinte e dois quilômetros. Registrou em 2005 um PIB de 35,4 bilhões de dólares, ou seja, um PIB per capita de três mil cento e sessenta e um dólares. O Brasil reatou relações com Cuba em 86 e desde, então, vem intensificando a cooperação com o País. Em 2003, foram assinados 12 atos de cooperação técnica entre os Países acerca de saúde animal, sanidade vegetal, intercâmbio na promoção da saúde bucal, meio ambiente, indústria siderúrgica(F)(00:11:06), agropecuária. Assinou um acordo que procura equalizar a dívida cubana com o Brasil através de tratativas que prevê a liquidação dos débitos cubanos com o BANCO DO BRASIL e com empresas privadas brasileiras mediante a destinação de percentual fixo do valor das exportações cubanas com a amortização das dívidas.

Destaca-se também o protocolo de intenções em educação, saúde e trabalho que objetiva solucionar o problema do reconhecimento dos diplomas cubanos na área da saúde.

A economia cubana apresenta um quadro recessivo em função daqueles que afetam os pilares do seu crescimento, o turismo e o setor açucareiro. A passagem de dois furacões em 2004 e a crise energética, observada desde abril de 2005, contribuíram para a redução do crescimento econômico. No fronte externo, o fim da guerra fria, interrupção da ajuda soviética ao País resultaram no reordenamento das prioridades externas Governo Cubano que passou a buscar novas fontes de investimentos e novos mercados para os seus produtos cubanos. Canadá e União Européia estão entre os principais investidores em Cuba, tornando-se

importante contrapontos a política norte-americana do bloqueio econômico.

No entanto as relações entre Cuba e Estados Unidos deterioraram-se mais ao longo do primeiro semestre de 2006 em função de eventos como a expulsão da delegação cubana de um hotel no México, a marcha de mais de um milhão de cubanos contra o bloqueio e etc. Diante dos últimos acontecimentos, a comunidade internacional entrou em compasso de espera acerca dos rumos da transição política e econômica cubana. A cooperação econômica entre o Brasil e Cuba tem expandido significativamente. Estão em curso tratativas comerciais no plano privado e público, no setor de açúcar e alcooleiro de níquel e de produção conjunta de medicamentos e vacinas.

Nos últimos cinco anos, o fluxo comercial entre os Países é crescente. Em 2001, o superado brasileiro foi de 101,3 milhões de dólares, em 2005 de 206,6 milhões de dólares. O Brasil estabeleceu a sua embaixada em San Jones, capital da Antígua e Barbuda cumulativamente com a embaixada residente em Havana, Cuba, em 17 de fevereiro de 1982. Poucos meses após a independência do País, no entanto, as relações bilaterais no plano político, foram tênues, limitando-se a solicitação de votos e apoio nos organismos multilaterais.

No campo comercial, o fluxo de comércio entre os Países é inexpressivo.

Sr. Presidente, temos observado que os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fidel Castro Cruz que atualmente se encontra em licença por razões de tratamento saúde tem se dado uma forma extremamente respeitosa, calorosa e havendo a busca de um entendimento o mais próximo possível. Tem sido expresso pelo Presidente Lula à vontade de colaborar para que Cuba possa voltar a ter um relacionamento o mais pleno possível com todos os Países das Américas e inclusive colaborando para que seja extinto o bloqueio que o Governo dos Estados Unidos têm imposto a Cuba.

Eu tenho a opinião pessoal que se os Estados Unidos viessem a extinguir esse bloqueio, muito provavelmente haveria um passo importante até para o objetivo que diz ter o Governo dos Estados Unidos e o próprio Congresso Norte-Americano de procurar estimular um processo de maior democratização das instituições naquele País. Eu acho que a própria interação de comércio, de serviços, de turismo, a cooperação que poderia se desenvolver no mais alto nível, até nas áreas em que Cuba tem apresentado um desenvolvimento importante nas áreas de educação e de saúde, se pudesse ter a oportunidade, os cubanos de interagir mais profundamente com o País vizinho, os

Estados Unidos da América, eu acho que mais e mais haveria a cooperação e um passo na direção daquilo que seria a normalização da vida institucional cubana na direção da democracia, na direção, inclusive, do respeito aos valores esposados pelos cubanos e pelo Governo Cubano desde a Revolução de 1959 de construção do socialismo.

Mas eu acho que o Embaixador Bernardo Pericás Neto vai ter muito mais informações do que eu sobre o assunto. (risos)

Portanto, a minha recomendação é favorável a que ele possa realizar um trabalho muito profícuo como o nosso Embaixador em Cuba e também adicionalmente em Antígua.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Antígua e Barbuda, perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir licenças ao Srs. Senadores e aos visitantes para fazer uma citação que me chegou aos mãos pelo nosso competente Assessor Tiago Néri e que tudo a ver com momento que estávamos vivendo. O Senador Suplicy acaba de dar o Parecer sobre o nosso futuro Embaixador em Cuba e fazer observações a respeito de Cuba.

Então, eu tenho aqui uma frase de Jose Martí que é uma figura da história cubana, uma espécie de quase um herói nacional e um pensador, e José Marí disse o seguinte: Quando há muitos homens com um coro, aí sempre outros que têm em si, um coro de muitos homens. Que é o caso do Senador Eduardo Suplicy, razão pela qual a frase vem a calhar e eu agradeço ao Senador Suplicy e vou passar, então, ao Item 3.

Que é a mensagem nº 229/2006 que submete a apreciação do Senado Federal à indicação do Sr. Régis Percy Arslanian. Está certo a pronúncia? Ministro de Primeira Classe da carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto a Associação Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul. O Relator é o Senador Sérgio Zambiasi a quem eu concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Presidente Roberto Saturnino, eu quero dizer que estou muito honrado aqui na presença dos três Embaixadores indicados, Dr. João Inácio, Dr. Bernardo Pericás, com quem nós temos convivido intensamente nos últimos meses a nossa relação, especialmente em Montevideú, nesse trabalho de integração, de instalação do Parlamento do Mercosul cujos atos finais estão para acontecer nos próximos dias. Senão nos próximos dias, pelo menos até a cúpula de presidentes

em janeiro, mas nós queremos cumprir a Resolução 49 de Belo Horizonte que estabelece 31 de dezembro como o prazo final.

E aproveitar, antes de fazer o relatório do Dr. Arslanian, de agradecer publicamente o trabalho do Dr. Pericás de apoio humano, pessoal, institucional aos trabalhos da Comissão Parlamentar Conjunta Brasileira e agora da Presidência Pro-Tempore Brasileira que nos permitiu sempre proceder um trabalho sério, sólido, transparente, enfim, na certeza de que nós tínhamos permanentemente um anjo da guarda aí para cuidar da gente em qualquer circunstância, e com a sua equipe lá em Montevideú, eu quero deixar aqui, Embaixador Pericás, e dizer que todos têm uma admiração muito profunda com o senhor, e desejar uma boa sorte nessa nova empreitada que o Governo está lhe oferecendo agora em Cuba.

Dizer que tive já o meu primeiro contato com o Embaixador Arslanian, com quem nós já iniciamos tratativas para essas ações que nós vamos proceder porque logo ali à frente o parlamento estará instalado e funcionando em Montevideú, e o nosso Embaixador terá a missão de nos representar junto ao Mercosul, junto ao Mercado Comum do Sul. Inclusive, quero me apropriar um pouco do trabalho maravilhoso dos Assessores da liderança do Governo em bloco de apoio, Marcelo Zero, Márcia Sprandel e Tiago Néri pelo trabalho sempre muito competente que fazem de Assessoria para o trabalho dos Senadores aqui e nos oferecendo sempre informações e apoio fundamentais para o bom desempenho da nossa missão aqui. Em seu trabalho que eu associo a Relatoria, destaco um pouco do histórico tanto do nosso Embaixador, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores conta também o histórico da ALAD e do Mercosul. O comércio ALAD, desempenha um papel fundamental, foi criada em 12 de agosto de 1980, o Brasil foi País membro fundador. São 12 Países, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A ALAD desempenha papel fundamental para a integração regional ao propiciar um guarda-chuva institucional para a maioria dos acordos comerciais na região e justificar as excepcionalidades das preferências regionais perante a organização mundial do comércio. Valem lembrar também que todos os acordos comerciais do Brasil e do Mercosul com os Países Latino-Americanos estão submetidos a disciplinas gerais, estabelecidas pelo tratado em Montevideú que estabeleceu os marcos jurídicos necessários à liberalização do comércio da região.

Com relação ao Mercosul, o Mercosul é um mecanismo dinâmico e em constante processo de evolução

e, nesse sentido, os Estados partes empreendem em permanente esforço no sentido de adotar as medidas necessárias com vistas ao aperfeiçoamento da União Aduaneira e ao fortalecimento institucional do bloco. É no esforço para atenuar as assimetrias entre os sócios, foi estabelecido por iniciativa brasileira o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul, o FOCEM, que contará com cem milhões de dólares anuais, dos quais o Brasil contribuirá com 70%. Os recursos do FOCEM destinar-se-ão ao financiamento de projetos de infra-estrutura e outros que contribuam para o aprofundamento do processo de integração, e dá para você dizer o primeiro Projeto do FOCEM, tive acesso a ele graças à intervenção do Embaixador Pericás, ele tem uma importância sócio-econômica fundamental para o Mercosul, para a nossa economia especialmente, porque ele pretende erradicar a febre aftosa dos Países membros e associados do Mercosul. É o primeiro financiamento fruto já exatamente do fundo que o Congresso Nacional aprovou em tempo recorde, Sr. Presidente. A Câmara e o Senado em 30 minutos deram o seu aval, um fato histórico no esforço concentrado de setembro, mostrando que o Brasil quer sim...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E que caracteriza a posição de prioridade que o Congresso dá ao Mercosul, que isso é muito importante.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Isso ficou muito evidente e ainda ontem, Presidente, sob a sua presidência, nós aprovamos aqui uma Emenda fundamental para a consolidação desses avanços e desses projetos de apoio ao Mercosul quando incluímos numa das cinco Emendas, são dezenas de Emendas chegaram aqui, nós aprovamos como prioritária Emenda do Itamaraty que prevê exatamente orçamentariamente valores para o Mercosul. Então nós entendemos que, primeiro a atuação do nosso Embaixador Pericás e agora do nosso Embaixador Arslanian terão um papel fundamental, decisivo, na consolidação do nosso bloco, já com esse olhar de um Mercosul ampliado, como falou o Presidente, da Patagônia ao Caribe. E eu acho que esse sonho de integração sul-americana e Mercosulina, nós vamos alcançar logo ali à frente. Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possui elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido ao âmbito desse relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Zambiasi e passamos ao Item 4 que é a mensagem nº 231/2006, que submete a apreciação do Senado Federal à indicação do Sr. João Inácio Oswald Padilha, Ministério de Segunda Classe da carreira Diplomata do quadro

do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana. O Relator é o Senador Marcelo Crivella que viveu alguns anos no País e tem uma relação afetiva muito grande com o povo de Botsuana razão pela qual concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senador Roberto Saturnino, nosso Presidente, quero começar agradecendo a V.Ex^a pelo privilégio que me dá de poder relatar a indicação do nosso Embaixador lá no Zimbábue onde vivi algum tempo da minha vida.

Sr. Presidente, queria apenas fazer um breve relato da minha participação nesse final de semana no Fórum Interparlamentar das Américas, que reúne Senadores e Deputados do Canadá até a Argentina.

Ali foram debatidos três temas importantes: Comércio e integração, redução da pobreza e combate ao tráfico de drogas. Essa reunião ocorreu na Colômbia, o Presidente da Colômbia esteve presente e de uma maneira muito democrática, depois de fazer o seu discurso passou uma hora e meia respondendo nossas perguntas. O Presidente Álvaro Uribe, demonstrando realmente a sua alma parlamentar de tribuno, enfim, foi uma reunião extraordinária.

A minha proposta, Sr. Presidente, como membro e quero até anunciar aqui que com muito orgulho o fórum agora é presidido por um brasileiro, a Senadora canadense, Celin cumpriu o seu mandato e foi eleito o Luiz Carlos Hauly que é um Deputado tucano do PSDB do Paraná que vai presidir esse fórum tão importante que, dizer assim, reúne centenas de Parlamentares. Aliás, eu me lembrei muito do Senador Marco Maciel porque um dos Parlamentares lembrando de que o Senador Marco Maciel era conhecido como mapa do Chile por seu perfil elegante e magrinho, longelíneo, mapa do Chile, eu nunca mais vou esquecer, Senador, me perdoe. (risos) Mas foi dito... Mas essa reunião, Sr. Presidente, tratou... Bom a minha proposta era que todos nós Parlamentares, pelo menos da América Central e da América do Sul, nos nossos parlamentos incentivássemos os nossos governos aderir ao Mercosul. Eu acho que sonho do Senador Zambiasi e de todos nós que a integração da América do Sul, Central e da América do Norte se dê com a exposição do Mercosul, com a comunidade dos Países Andinos.

Enfim, que a gente possa caminhar esses acordos bilaterais que todos os Países tem hoje, Sr. Presidente, sobretudo, com Canadá e Estados Unidos para um caminho multilateral, o Senador Uribe, por exemplo, disse que essas preferências, as da Colômbia agora vão vencer no final do ano, elas são muito importantes para a economia local, mas não atraem investimentos. Porque os investidores querem investimentos de

longo prazo e preferências acabam sendo motivos de barganha dos Países que as concede, sempre tendo mais vantagens na relação.

Então, essa proposta foi colocada, os Senadores e Deputados do Chile a obstacularam, eu não sei se tanto ao Mercosul, ou a Argentina, por certos problemas que têm de fronteira, embora o comércio entre eles esteja crescendo muito.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer que estou encaminhando o relatório, estou escrevendo para o senhor e para os nossos companheiros sobre essa reunião do Fórum Inter-Parlamentar das Américas.

Dito isso, Senador Saturnino, eu queria dizer o seguinte, que essa Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz, do meu conterrâneo, aliás quase todos aqui são do Rio, do Sr. João Inácio Oswald Padilha. Ministro de Segundo Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal. O senhor vai acumular também a Zâmbia? Não. Para examinar previamente, deliberar por voto secreto sobre a escolha do Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do indicado. Segundo o referido documento, o Sr. João Inácio Oswald Padilha filho de Moacir Meireles Padilha e Maria Tereza Oswald Padilha nasceu no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1950, portanto, é um jovem Embaixador. Ao concluir o curso em Rio Branco em 79 foi nomeado Terceiro Secretário e foi promovido a Segundo Secretário em 81, a Primeiro em 87 e Conselheiro em 97 e Ministro de Segunda Classe em 2003.

No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, bem como de outros órgãos governamentais, exerceu funções de relevância como Chefe Substituto da Divisão de Informação Comercial, Chefe da Divisão da Europa, Chefe da Divisão da África, foi ainda Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Assistência Social em 2003, e representações diplomáticas do Brasil no exterior, serviu nas embaixadas em Moscou em 80, em Pequim em 81, em Lisboa em 83, em Bissau, como encarregado de negócio em 85, no Consulado-Geral em Chicago como Cônsul Adjunto em 86, na embaixada em Maputo, já esteve ali perto, vizinho em 93, no Consulado-Geral em Barcelona, na embaixada em Dacar como encarregado de negócios. Em Ciudad Guayana onde o Presidente Lula inaugurou uma ponte bonita agora sobre o Rio Orenoco e em

Santiago na embaixada de Santiago onde foi encarregado de negócios.

Sr. Presidente, nosso indicado tem um vasto currículo de serviços prestados ao nosso País. No cumprimento das missões para as quais foi designado, desempenhou importantes funções tendo chefiado a delegação brasileira, participante do grupo técnico preparatório da reunião de Ministros e autoridades, de desenvolvimento social do Mercosul, Bolívia e Chile, em Assunção, Paraguai.

Cumprir destacar que o mencionado Diplomata é detentor de prêmios recebidos em virtude da sua produção literária, aí já é a alma carioca. Como Prêmio Maurício Rosemblat em romance, que beleza, meu companheiro e o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira de Livro. Em 2003, concluiu o curso de altos estudos do Instituto Rio Branco com a tese: “Projeção internacional do Chile, condicionamentos políticos internos, implicações para a atuação diplomática do Brasil”. Consta do processado informação anexada pelo Itamaraty sobre a República da Botsuana.

Do documento, cabe destacar no que tange ao relacionamento político e diplomático do Brasil com Botsuana que esse intensificou aceleradamente a partir de 2004, com a visão do Presidente Lula de aproveitar a África, não é? Vocação natural do Brasil, culminando com as visitas oficiais do Presidente Festus Mogae ao Brasil, Presidente controverso e na época que vivi lá expulsou os brancos do País mas com certa... Foi uma tragédia, Sr. Presidente, devo confessar, uma tragédia, hoje, V.Sª quando for para a Botsuana certamente vai ter que guardar alguns reservatórios de gasolina na sua casa, no seu quintal, na sua garagem, porque falta combustível toda a hora, o que não faltava na época em que a comunidade branca era muito ativa, ingleses, africanos da África do Sul. Depois de tentar uma distribuição de renda, Sr. Presidente, durante muitos anos e encontrando uma elite muito reacionária, esse Presidente acabou tomando decisões que levou o País quase a uma guerra civil, e a sofrer por conta dos Países da Commonwealth, que eram seus principais parceiros econômicos, comerciais a uma retaliação que fez muito mal ao País.

Pois bem, de certa forma é um déspota, está lá vai, já vai fazer trinta anos, Embaixador João Inácio, por aí, Robert Mogae, já tem dezenas de anos, o País tem eleições, mas não são aquelas eleições democráticas. Mugabe... Perdão, perdão, o senhor tem razão, tem razão, claro. Nós estamos falando de Mogae, o Zimbábue é Mugabe, Robert Mogab está certo, Festus Mogae é botsuano, País do diamante, claro. Perdão, Sr. Presidente, acabei me confundindo aqui. Mogae é o Presidente do país que faz divisa com a Namíbia e

que conseguiu avanços para o País exatamente por questões democráticas e hoje faz muitos esforços para atrair investimentos.

Tem razão, me perdoe esse lapso. Zimbábue e Robert Mugabe o grande déspota. Esse sim causou ao País uma guerra civil, lá o senhor não vai ter problema de combustível, não vai ter problema. Vai ter problemas de cobras se entrar no deserto para passear, porque ali as serpentes são fatais.

Me perdoe, Sr. Presidente, e agradeço ao Embaixador, V.S^a ter me corrigido a tempo.

Muito bem, em 11 de fevereiro de 2006, então o Luiz Inácio Lula da Silva esteve visitando a Botsuana. Dentre os documentos bilaterais já assinados, cabe destacar o acordo básico de cooperação técnica. O memorando de entendimento sobre cooperação na área de Aids, grande problema da África subsaariana, esporte e agricultura. Botsuana é um País deserto, deserto Kalahari, muito seco. Na esfera das relações políticas o documento elaborado pelo Itamaraty revela que a República de Botsuana vem conferindo apoio ostensivo ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O que é importantíssimo para nós, Sr. Presidente.

A nota informa ainda que as relações empresariais tendem a aumentar em razão da crescente capacidade de Botsuana de atrair investimentos estrangeiros. Faço aqui uma correção, Sr. Presidente, vivi no Zimbábue, País do lado, acabei confundindo Botsuana com Zimbábue, aquele cantinho é Moçambique, África do Sul, Zimbábue, Botsuana e Namíbia e Zâmbia logo em cima, então acabei fazendo uma confusão. Me perdoe, Sr. Embaixador.

Na esfera das relações políticas, o documento elaborado pelo Itamaraty revela que a República de Botsuana vem conferindo apoio à cadeira do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A nota informa ainda que as relações empresariais tendem a aumentar, em razão da crescente capacidade de Botsuana de atrair investimentos estrangeiros, no tocante a economia de Botsuana, cabe ressaltar o notório esforço, segundo o documento encaminhado pelo Itamaraty envidado pelas autoridades locais no sentido da atração de investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços, especialmente financeiro, e para o setor manufatureiro, além do apoio a iniciativa ao desenvolvimento do setor privado. Em especial da indústria e do turismo.

Contudo, o documento destaca que a agricultura ainda provê a subsistência de cerca de 80% da população, embora as secas periódicas afetem consideravelmente a produção agrícola local, obrigando o governo a manter onerosos programas de distribuição de

alimentos a população. A economia de Botsuana está fortemente centrada na produção de diamantes. Botsuana é um País completamente diferente Zimbábue, é um País de pessoas muito cultas, muito educadas, a sua capital é muito bela, há prédios modernos como a Embaixada dos Estados Unidos, muito bonita. Prédios públicos também muito interessantes, uma arquitetura semelhante a que a gente vê em Londres e na África do Sul também.

A economia de Botsuana está fortemente centrada na produção de diamantes que responde por 33% do PIB no que diz respeito ao desenvolvimento humano, o índice de alfabetismo está em torno de 20%, registrando-se levantamento de 2002, de 47% da população abaixo da linha da pobreza. É interessante ressaltar, por outro lado, o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o País com pouca evidência da existência de corrupção, segundo revela o índice de corrupção divulgado em 2005 pela Transparência Internacional, na qual Botsuana figura como País menos corrupto do continente africano. Botsuana integra a União Aduaneira da África Meridional, que negocia com o Mercosul a criação de uma área de livre comércio entre os dois blocos. No que diz respeito ao comércio exterior, 76% das exportações de Botsuana provem da África do Sul, inclusive energia. Tanto carvão como energia elétrica, enquanto 81% das exportações destacam-se ao Reino Unido e demais Países europeus, os principais produtos importados são máquinas e equipamentos, alimentos e bebidas, veículos, plásticos e produtos químicos, em 2005, as exportações brasileiras para Botsuana alcançaram o total de dois bilhões de dólares, ou dois mil milhões como se escreveu aqui. Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

Sr. Presidente, tenho certeza que o nosso indicado, o Sr. João Inácio Oswald Padilha terá uma atuação destacada nesse belo País, onde o nome do dinheiro é pula e significa chuva, porque a economia local depende muito da água que cai do céu e de maneira intuitiva, eles chamam dinheiro de chuva. E espero poder aqui no Senado Federal lhe prestar todo o apoio necessário para que o senhor com certeza aprovado com louvor nessa Comissão possa desempenhar um grande papel nesse País que tem, conforme disse o Presidente Lula em alguns discursos, uma alma muito entrelaçada com a alma brasileira. Sabe, a gente aqui não tem noção como vive mais profundamente os Países da África, como vivi, de como aquela vinda de escravos de Moçambique para o Brasil acabou nos influenciando em aspectos cotidianos dos mais pitorescos.

O Porto de São Lourenço ou de Maputo recebia peças, Senegalês, portugueses, e espanhóis e muitos deles ao levarem chifres de javali, ou de rinoceronte ou ouro de bengala, enfim, o comércio que vinha da Índia acabava no caminho para Portugal deixando alguma coisa por aqui. Por exemplo, eu fiquei surpreso de ver que é dali que sai essa coisa que a gente ter aqui de chamar pessoas no interior batendo palma, os europeus sempre puseram campainha e também o costume de negativas, quando a pessoa diz assim, é muito comum aqui no Brasil se dizer... De jeito nenhum. Esse “ah” é a palavra não em toda a África negra, bantur e não bantur, esse clique significa não, então V.S^a certamente vão nesse mergulho na aventura que é viver na África, encontrar muito dos nossos costumes, da nossa tradição no País e espero que os laços Brasil e Botsuana cresçam muito com o trabalho com senhor lá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Eu que agradeço, Senador Crivella, vamos passar as exposições dos indicados, antes, porém, eu queria fazer dois comunicados aos Senadores da Comissão, o primeiro é que o Comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Bueno convidou todos os membros desta Comissão a visitarem as instalações do Sistema Espaço Aéreo Brasileiro e todos os que tiverem interesse nessa visita, por favor, procure o Coronel Átila Maia da Rocha que é da Assessoria parlamentar da aeronáutica.

E o segundo comunicado é que na quinta-feira próxima, dia 30 estará aqui fazendo uma visita de cortesia a Comissão, o Embaixador, o novo Embaixador dos Estados Unidos o Embaixador Clifford Sobel que vem discutir conosco, informalmente porque ele pede até que a reunião seja de âmbito reservado, mas discutir três temas. Um é o protocolo de Kyoto e o aquecimento mundial, o outro é a situação, tratamento dos brasileiros legais e ilegais nos Estados Unidos e o terceiro é a questão da alternativa ALCA, Mercosul. Então, ficam os Srs. Senadores avisados que na próxima quinta-feira teremos essa importante visita.

Eu vou, então, passar a palavra ao primeiro dos Embaixadores indicados que é o Sr. Bernardo Pericás Neto para a sua exposição. Com a palavra.

SR BERNARDO PERICÁS NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o relatório do Senador Eduardo Suplicy e pediria também autorização para V.Ex^a para agradecer as palavras do Senador Sérgio Zambiasi com quem eu tive o prazer de trabalhar durante algum tempo da minha permanência em Montevideu como representante junto ao Mercosul.

Eu tenho a honra de comparecer perante esta Comissão pelo fato de ter sido distinguido pelo Sr. Presidente da República com minha indicação como Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Caso mereça a aprovação do Senado Federal, eu creio que deverei assumir as minhas novas funções no momento de particular sensibilidade para aquele País, pois, como os senhores sabem, pela primeira vez o Presidente Fidel Castro teve que se afastar de suas funções e delegar o comando diário do Governo ao Vice-Presidente Raul Castro e a um grupo de Ministros e altos funcionários.

Cuba, como bem indicou o Senador Suplicy, é um País afeito a crises ao longo da sua história. Tem uma história, se quisermos a grosso modo, pode se dividir em três períodos, o primeiro período colonial em que era Cuba uma colônia espanhola, esse período termina em 1902 com a independência formal de Cuba garantida pelos americanos, mas que se faz sobre a tutela americana, época em que se aprova, se inclui na Constituição de Cuba a Emenda Platt que permite inclusive a existência até hoje da Base Naval de Guantánamo e permitia a intervenção americana na ilha. Intervenção que de fato, intervenção militar, que de fato ocorreu por três vezes na primeira metade do século passado.

A partir de 1959 com a Revolução Cubana, inicia-se um novo período. Período esse que após um breve período inicial, se caracteriza pela presença maciça da União Soviética como País que era o principal fornecedor de petróleo, de energia em geral e como principal comprador de açúcar cubano.

Na verdade, a União Soviética, nesse período, digamos, substitui os Estados Unidos como o principal parceiro de Cuba em todos os sentidos. Essa aproximação progressiva de Cuba com a União Soviética, leva a uma preocupação crescente dos Estados Unidos, uma preocupação que no início talvez fosse mais de caráter ideológico, ou comercial, mas que rapidamente se transforma numa preocupação de defesa e segurança como ficou bem demonstrado nas crises dos mísseis de 1962, que marca o auge dessa confrontação entre União Soviética e Estados Unidos em torno de Cuba. Esses elementos todos se mesclam na formulação da política americana com relação a Cuba. Uma política que deve se dizer que desde o início do Governo de Fidel Castro, em seguida a revolução já nos primeiros seis meses, foi uma política dedicada a mudar o Governo do Cuba, a derrubar o Governo Revolucionário que havia assumido em 1 de janeiro de 59.

Nesse período, há diversas medidas tomadas pelo Governo Americano, crescentes medidas de embargo e bloqueio econômico comercial, há medidas que fo-

ram apoiadas pelo Governo Americano, em particular pela Agência de Inteligência Americana, como foi o caso bem conhecido da invasão de Baía dos Porcos ou Playa Giron, e atentados terroristas executados contra hotéis em Cuba, o famoso caso do avião cubana de aviação que transportava a equipe de esgrima de Cuba que vinha de Venezuela e que foi derrubado por uma bomba colocado por um terrorista aparentemente com conhecimento da Central de Inteligência Americana. Nesses episódios todos, isso para não falar de umas tentativas de assassinato do próprio Fidel Castro.

Nessas atividades todas, sempre teve um papel muito importante à comunidade cubana nos Estados Unidos, em particular em Miami, a comunidade de exilados, uma comunidade que tem recursos econômicos importantes que se estabeleceu com grande êxito na Flórida e que tem um peso político, além do seu peso econômico muito grande. De certa forma, isso já foi dito, a política americana com relação a Cuba é em grande medida uma questão de política interna, mais do que política externa. A comunidade cubana exilada com um peso eleitoral muito grande, como ficou inclusive comprovada, a importância da Flórida foi comprovada na primeira eleição do Presidente Bush, essa comunidade tem uma possibilidade de...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir, desculpe a interrupção, mas vou pedir ao Senador Álvaro Dias que momentaneamente ocupe que eu vou ter que ir a Comissão de Infra-Estrutura só participar de uma votação e em cinco, dez minutos estarei de volta. Com licença.

(troca de presidência)

SR BERNARDO PERICÁS NETO – Muito bem, eu mencionava que essa comunidade de exilados cubanos tem de certa maneira o controle da política americana com relação a Cuba. Isso tem sido demonstrado em diversas medidas que vêm sendo tomadas de cunho legislativo, inclusive, pelo Congresso Americano. Essa cooperação com a União Soviética, evidentemente não fez nada por melhorar o relacionamento de Cuba com os Estados Unidos. É uma cooperação que dura um longo período, de aproximadamente 20, um pouco mais de vinte anos, mas que começa a se desmoronar junto com o desmoronamento da União Soviética.

Quando o Presidente Gorbachev assume o poder inicia a Perestroika, ele rapidamente começa a se desengajar daquele projeto de apoio a Cuba. Ele estava muito mais interessado em desenvolver uma boa relação com o ocidente, com os Estados Unidos em particular, e então vai progressivamente cortando o apoio soviético a Cuba. Essa redução de apoio se inicia com a redução do apoio militar e passa, então,

ao campo econômico aonde progressivamente a União Soviética e depois a Rússia vai comprando menores quantidades de açúcar e vai fornecendo menos petróleo a preço subsidiado.

A culminação desse processo deixa o Governo Cubano praticamente órfão e se inicia como se chama, como se chamou na época, um período especial em tempos de paz, onde se implanta em Cuba uma verdadeira economia de guerra, com um racionamento generalizado, uma tremenda escassez de bens, uma paralisação praticamente de toda a economia.

Para dar uma idéia entre 1989 e 1993, estima-se que o Produto Interno Bruto de Cuba tenha caído 35%. Quer dizer, isso já partiu de uma base que não era, digamos uma base de riqueza, representou realmente uma dificuldade extraordinária.

Eu queria mencionar um pouquinho a relação com o Brasil, como os senhores todos sabem, em 64 as relações foram rompidas e depois foram restabelecidas em 1986.

A partir de então as nossas relações vêm se desenvolvendo com bastante normalidade e regularidade, tem havido importantes trocas de visitas, inclusive houve duas visitas presidenciais, a primeira em 99, do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a segunda em 2003 do Presidente Lula. O Presidente Fidel Castro esteve no Brasil algumas vezes também, nós tivemos visitas de mais de uma vintena de Ministros de Estado que foram a Cuba, houve importantes missões Parlamentares, houve visita de Governadores, técnicos de alto nível do Governo Brasileiro estiveram em Cuba e temos, nesse sentido, tratado de desenvolver Programas de Cooperação com o Governo Cubano, basicamente e nas áreas, em áreas muito variadas, em particular em biotecnologia, energias alternativas, formulação de recursos humanos, inclusive, em setor bancário, medicina é uma área onde temos tido uma cooperação importante. Tivemos uma presença da PETROBRÁS em busca de petróleo em Cuba, coisa que não foi bem sucedida, a PETROBRAS retirou a sua operação, embora possa se considerar hipótese de que volte a explorar petróleo em outras áreas das águas territoriais cubanas.

O comércio do Brasil com Cuba não chega a ser altamente expressivo, mas vem crescendo. O ano passado ele chegou a 245 milhões de dólares em exportações, esse ano se calcula que possa chegar algo em entorno de trezentos milhões de dólares. O comércio total de Cuba também não é muito grande, nos dois sentidos eles têm uma corrente de comércio por volta de dez milhões de dólares. Hoje em dia, os principais parceiros comerciais, além de alguns Países da União Européia, um dos principais é a Venezuela que vem

dando um apoio muito grande ao Governo Cubano a partir de alguns acordos que foram assinados no ano 2000 entre o Presidente Chávez e o Presidente Fidel Castro. Venezuela se substituiu a União Soviética e a Rússia como o principal fornecedor de petróleo subsidiado a Cuba.

É verdade que a Venezuela juntamente com o México já mantinha alguns programas de fornecimento de petróleo subsidiado a Países do Caribe em geral, temos agora, digamos acentuaram, dada algumas identidades ideológicas que claramente existem entre o Presidente Chávez e o Presidente Fidel Castro acentuaram esse processo.

Recentemente se realizou em Cuba a feira internacional de Havana que teve apesar de todas as dificuldades que existem de bloqueio com relação ao comércio, a feira teve bastante êxito, reuniu 800 empresas estrangeiras, vindo de 49 Países e que ocuparam uma área de dezessete mil quilômetros. O Brasil participou dessa feira com 38 empresas de áreas de alimentação, móveis, máquinas, implementos agrícolas, compressores e etc. E houve uma novidade interessante é que houve nesta feira também um pavilhão do Mercosul. O Mercosul e Cuba assinaram durante a Cúpula de Córdoba em julho deste ano assinaram um acordo de comércio com Cuba que é um acordo que na verdade unificou os acordos que cada um dos membros do Mercosul tinham individualmente com Cuba.

Então, se espera que com base nisso se possa desenvolver mais o comércio e essa primeira experiência de participação na feira foi considerada muito bem sucedida.

Bom, o período especial de tempos de paz a que me referi obrigou o Governo Cubano a adotar uma série de medidas no campo econômico, em geral, medidas de liberação.

Então, algumas atividades que eram reservadas exclusivamente ao Estado foram permitidas para que particulares passassem a se ocupar delas, e foi especialmente o caso dos restaurantes particulares e algumas pousadas particulares, restaurantes que lá se chamam paladares, aparentemente por influência de uma novela brasileira onde havia um restaurante chamado paladar. Isso é uma experiência que em certo sentido deu certo, mas a grande novidade do período é a intensificação do turismo que levou a importante investimento de grupo, sobretudo, espanhóis, canadense e franceses.

Hoje em dia o turismo é a principal fonte de renda de Cuba. A expectativa é que este ano, a ilha receba em torno de dois milhões e quinhentos mil turistas gerando aí uma renda de mais de dois bilhões e quinhentos milhões de dólares. É uma coisa realmente

importante. Eles têm hoje. Cuba tem mais ou menos o tamanho do Estado de Pernambuco, mas tem um litoral muito extenso, é algo, é quase o equivalente a quase metade do litoral brasileiro, com praias conhecidas muito, muito boas como são em geral as praias do Caribe, e tem também um patrimônio arquitetônico extraordinário, tem o maior conjunto colonial que existe nas Américas que está sendo progressivamente recuperado com o apoio, sobretudo, da UNESCO e da Espanha. Essa recuperação que houve com a ênfase em turismo também levou o Governo, a digamos, voltar um pouco atrás nas medidas de liberação da economia. Aumentou o controle sobre a circulação de dólares que já não é, digamos, aceita como normal, criou-se uma nova moeda que é o peso cubano conversível, que o dólar deve ser trocado para ser usado como forma de pagamento, e houve algumas restrições adicionais àquelas iniciativas, digamos, de cunho privado na economia.

Continua havendo um grande problema para Cuba que é o problema energético, é um problema que afeta seriamente a ilha, não tem nenhuma possibilidade de produção de energia hidroelétrica, então toda a energia acaba sendo térmica. Houve, há muitos anos, uma primeira tentativa de fazer uma energia nuclear, de uma usina nuclear que foi abandonada eu acredito, inclusive, por dificuldades de caráter político, então, o Programa de Governo em Cuba é economizar a energia, tanto é que chegou a proibir o uso de lâmpadas incandescentes, estão sendo todas substituídas pelas chamadas lâmpadas econômicas e a outra coisa interessante que o Governo distribuiu painéis de pressão para reduzir o tempo de cocção dos alimentos e com isso economizar energia.

Apesar de todas as dificuldades que Cuba tem enfrentado, nesses 47 anos de Governo Revolucionário, eles alcançaram alguns êxitos muito importantes que são bastante conhecidos, sobretudo no campo da educação e da saúde. E apesar de ser um País pobre, a verdade é que hoje Cuba tem o Segundo Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, Cuba ocupa o 50º lugar que é um lugar bastante alto, sendo que é o quarto dentre os Países da América Latina. Está acima da grande maioria, inclusive do Brasil que creio que é o 68ª.

A enfermidade do Presidente Fidel Castro leva naturalmente a uma grande especulação em torno do futuro de Cuba, é muito difícil fazer qualquer prognóstico, mas eu escutei de um cubano uma frase que me apareceu muito interessante e que talvez ajude a entender ou dar a chave para o futuro de Cuba, é que dizia que a verdadeira opção de Cuba não é entre socialismo e capitalismo, que a verdadeira opção

de Cuba é entre independência ou anexação. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado Bernardo Pericás, o meu conterrâneo do Paraná de Curitiba e que certamente...

SR BERNARDO PERICÁS NETO – Nem todos são cariocas.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Nem todos são cariocas, viu Senador Crivella. (risos) Há paranaenses também para a honra nossa e para a satisfação nossa, que vai certamente viver um momento instigante em Cuba não só pela ampliação da relação Brasil e Cuba, sobretudo da razão da crescente simpatia do Governo Brasileiro em relação à ilha, mas sobretudo em função das perspectivas de futuro como o próprio Embaixador acabou de salientar. Certamente um momento rico e instigante viverá o Embaixador Pericás e com toda a sua competência, preparo, qualificação, experiência desenvolverá a sua função correspondendo a expectativas de todos nós brasileiros, especialmente os Senadores dessa Comissão. Eu concedo a palavra com satisfação ao Embaixador Régis Arslanian, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomatas do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores, tem V.Ex^a a palavra.

SR. REGIS PERCY ARSLANIAN: Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado Srs. Senadores. É a primeira vez que eu estou sendo submetido a uma sabatina no Senado e eu não posso deixar de dizer que eu me sinto muito honrado por isso, muito honrado muito. Eu hoje, eu cuido no Itamaraty, eu estou encarregado no Itamaraty das negociações comerciais do Departamento de Negociações Comerciais do Itamaraty e, portanto, da agenda externa do Mercosul, de todas as negociações comerciais que o Mercosul, não só Brasil, porque tem que ser Mercosul, junto com o Mercosul, tem com blocos e Países fora da região América do Sul, fora da região da América Latina.

Se eu merecer a aprovação do Senado, eu vou, como Embaixador na ALAD e junto a ALAD e como Embaixador junto ao Mercosul, eu vou passar a cuidar de dois instrumentos que são muito importantes para talvez a consecução daquilo que é talvez hoje a maior prioridade da nossa política externa que é a integração sul-americana que o senhor se referiu.

Do lado do ponto de vista da ALAD que é o organismo que dá amparo legal e dá legitimidade aos acordos comerciais dentro da América Latina, inclusive junto a OMC, não há como nós fazermos hoje um acordo comercial dentro da América Latina sem esse amparo legal para que possa ser reconhecido como

um acordo comercial na OMC, nós precisamos do amparo da ALAD, o próprio Mercosul não existiria se não fosse a ALAD, é um acordo da ALAD, o acordo do mercado comum do sul. Do ponto de vista da ALAD, há um interesse, portanto, dentro desse projeto grande de integração sul-americana, de desenvolver mais, de ampliar mais, e de aprofundar mais os acordos comerciais que nós temos dentro da América do Sul.

Os acordos com o Chile, os acordos com a Colômbia, com a Bolívia, os acordos comerciais do Mercosul com esses outros Países. E há um interesse diferente, é muito diferente o acordo comercial que nós pretendíamos ter dentro da América do Sul com os acordos comerciais da agenda externa do Mercosul. Porque a agenda externa do Mercosul tem vista apenas, ou pelo menos em grande parte a parte comercial. Existe um objetivo maior do acordo quando nós negociamos com União Européia, com a Índia, por exemplo, que temos um acordo, aliás, com a Índia, com a SACU, com a South Africa Custom Union, que assinamos em dezembro de 2004 em Belo Horizonte, com esses acordos todos, nós temos o objetivo comercial em primeiro lugar. Não é que com os acordos comerciais que firmamos, ou que assinamos dentro da América do Sul, não é que não haja um objetivo comercial, claro que há, mas há também por conta desse grande projeto de integração sul-americano o interesse político, estratégico muito grande também, e é preciso aprofundar esses acordos, é preciso aprofundar. Porque não faz sentido que nós façamos uma oferta, por exemplo, como o Mercosul fez para a União Européia na área de investimentos, ou na área de serviços ou na área de compras governamentais que não tenhamos o mesmo alcance, a mesma dimensão nos acordos comerciais que nós temos com os nossos vizinhos da América do Sul. É preciso aprofundar e ampliar esses acordos. E talvez a ALAD possa ser um instrumento importante para o aprofundamento desses acordos.

Do ponto de vista comercial são acordos de livre comércio, a maioria deles, pelo menos os do Chile com a Colômbia, com a Bolívia, são acordos de livre comércio, mas são acordos restritos a comércio. Talvez fosse o caso, como nós fizemos com a União Européia ou como estamos fazendo com a União Européia, por que não? Chegamos a buscar fazer isso também na ALCA, no âmbito da ALCA com o Mercosul, seria, então, de ampliar esses acordos, de aprofundar esses acordos como forma como criando uma base para essa integração política estratégica e de infra-estrutura, de cadeias produtivas dentro da América de Sul. E começa assim, começa pelo comércio, evidentemente, mas o objetivo é muito mais amplo, muito mais objetivo. A União Européia começou com o objetivo comercial e

o Mercosul também começou com o objetivo muito mais comercial.

Então, esse é o objetivo básico, acho eu do que se poderia fazer aproveitando esse amparo legal, essa legitimidade que a ALAD dá a esses acordos comerciais que nós temos, mas que precisam ser ampliados para que possamos, então, conformar pouco a pouco, a integração, o grande projeto da nossa política externa que é a integração sul-americana.

Do ponto de vista do Mercosul, eu acho que não há dúvida hoje, dizer agora que começou como um projeto comercial e foi um projeto muito benéfico do ponto de vista comercial, funcionou muito bem enquanto dava, enquanto propiciava mais comércio entre os parceiros, entre os quatro, mas hoje não há dúvida de que o Mercosul está se consolidando, está entrando num processo de consolidação institucional que vai muito além, muito além da parte comercial. Quer dizer, o Senador Zambiasi estava se referindo agora ao parlamento do Mercosul que foi ontem. Ontem o Uruguai acabou de aprovar, o Congresso Uruguaio aprovou o parlamento do Mercosul e com isso, isso viabiliza a instalação, a Sessão inaugural do Parlamento do Mercosul que eu imagino que seja no dia 14 ou 15 de dezembro aqui, com a presença, inclusive, do Presidente Lula, a sede do Parlamento do Mercosul vai ser em Montevidéu. Isso consagra o Parlamento do Mercosul, consagra a institucionalização do Mercosul muito além do comércio. E o Mercosul é o núcleo evidentemente desse projeto de integração maior sul-americano. Temos a adesão da Venezuela, a adesão da Venezuela, ela por ser justamente no norte da América do Sul, ela começa a conformar justamente esse projeto sul americano. Teremos um membro pleno, pleno, que é a Venezuela, teremos um membro pleno quando concluirmos o processo de adesão da Venezuela, teremos um membro pleno fazendo parte do Mercosul e a Venezuela entra já com o Mercosul muito mais institucionalizado, muito mais consolidado e num processo muito mais talvez de... Muito mais maturo do que era quando foi criado. E temos o FOCEM que foi também mencionado aqui que é um projeto importantíssimo que são dos fundos estruturais, quer dizer, é um projeto não, porque já foi também ratificado pelos quatro Congressos e já existe até um orçamento de cem milhões de dólares em que o Brasil participaria com 70% desse orçamento, se não me engano já estamos, o Embaixador Pericás está dizendo que já estaremos depositando os primeiros trinta e cinco milhões de dólares da contribuição do Brasil já agora nesses próprios dias para o FOCEM que é um fundo estrutural que se destina a corrigir as assimetrias dentro do Mercosul. E não há como se pretender ter uma integração, uma consolidação de

um bloco institucionalizado sem que haja a correção de assimetrias tanto do ponto de vista regional, como do ponto de vista de Países.

Nesse ponto, aliás, aproveitamos a experiência européia que só falava em... Que começou, aliás, apesar de ter começado com um objetivo comercial, mas já reconhecia as assimetrias desde o início, desde que foi criada e só falava em assimetrias regionais. Nós ainda aproveitamos essa experiência e fomos mais além ao reconhecer as assimetrias não só regionais, mas como de Países. Nós também, é difícil às vezes comparar uma região do nordeste com o Uruguai, por exemplo, evidentemente que o Uruguai é muito mais avançado, muito mais desenvolvido do que uma região pobre do nordeste. Mas é preciso também ter essas duas vertentes no reconhecimento das assimetrias. Quer dizer, há regiões, mas há Países que são pobres com relação a outros Países do Mercosul, o Uruguai com relação ao Brasil, ou mesmo com relação a Argentina ou no caso do Paraguai também. Isso é importantíssimo que haja esse reconhecimento como já sempre houve, mas é a primeira vez que o Mercosul efetiva dar implementação a esse reconhecimento das assimetrias dentro do bloco. É a primeira vez e é uma medida concreta, haverá orçamento para corrigir, para desenvolver a parte de infra-estrutura, o próprio Senador Zambiasi estava se referindo ao Programa da Febre Aftosa que vai ser o primeiro projeto beneficiado pelo FOCEM. Eu fui Ministro Conselheiro em Washington durante quatro anos, eu me lembro em 1998 nós apresentamos, o Brasil apresentou junto ao Departamento de Agricultura do Governo Americano o pedido de certificação da carne brasileira. Desde então, nós não conseguimos até hoje aprovar a nossa carne. Nós vendemos carne hoje para a União Européia, mas nós não conseguimos vender para o mercado americano, muito, muito, por causa dos surtos de febre aftosa que nós temos muitas vezes de uma forma localizada dentro do território brasileiro e dentro do território do Mercosul também, em outros Países do Mercosul.

Portanto o FOCEM tem uma importância muito grande. E ela vai ser administrada a partir de Montevidéu, vai ser administrado agora, pelo menos no início, a partir do Secretariado do Mercosul, cuja sede é também em Montevidéu.

Portanto, hoje, com essa consolidação do Mercosul, com essa institucionalização cada vez maior do Mercosul, hoje existem, eu estava até ontem com o Embaixador Bernardo Pericás discutindo quantos órgãos haveria hoje dentro do Mercosul. São mais de cem, são mais de cem órgãos, entre órgãos decisórios, órgãos consultivos, órgãos executivos, órgãos técnicos, grupos, subgrupos, são mais de cem. E a política

orientação que o Brasil tem dentro do Mercosul, que, aliás, já apresentou isso dentro do grupo de trabalho de alto nível para a reforma institucional do Mercosul, que, aliás, as duas últimas reuniões se realizaram em Montevideu e não aqui em Brasília que nós hoje, Brasil, somos Presidência Pro-Tempore durante esse semestre do Mercosul. A proposta que nós apresentamos dentro do grupo de alto nível, de reforma institucional do Mercosul é justamente que todos esses órgãos com exceção do conselho, do GMC do Grupo Mercado Comum sejam sediados ou pelo menos se realizem em Montevideu como forma de concentrar cada vez mais em Montevideu todas as atividades do Mercosul que não seja uma reunião do conselho que é uma reunião ministerial, evidentemente, e a reunião do GMC. Hoje, então, há necessidade de um acompanhamento muito grande da nossa parte, e da parte da representação, da representação permanente do Brasil em Montevideu, das atividades de Mercosul. Não há como a gente depender, hoje o conselho se realiza uma vez a cada semestre, duas vezes ao ano há uma reunião do GMC uma vez a cada pelo menos uma vez a cada mês e meio, a cada dois meses vai haver uma reunião do GMC amanhã, e depois da amanhã aqui em Brasília. É preciso que haja um acompanhamento permanente e uma agilidade maior com relação a essas atividades todas que são levadas a cabo por esses mais desses cem órgãos que hoje compõem toda a atividade do Mercosul.

Portanto, sei que vou ter, mais uma vez se for aprovado pelo Senado, sei que vou ter um desafio muito grande, estarei cuidando, como eu disse, de dois instrumentos que são importantes para a política externa brasileira, cuja prioridade, uma das prioridades é a integração sul-americana. É isso, eu queria agradecer muito ao Presidente, aos Srs. Senadores e me coloco à disposição de V.Ex^{as}.

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado, Embaixador, concedo a palavra ao Embaixador João Inácio Padilha.

SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, com muita honra eu compareço também pela primeira vez aqui.

Bom, eu gostaria de sem mais delongas tratar do meu assunto para não comprometer muito o horário dos senhores. Antes de tudo eu queria fazer uma alusão. Há uma muito oportuna confusão do meu Relator, porque ele apresenta um contraste muito útil e vai muito a propósito do que eu gostaria de apresentar que é justamente o contraste entre Botsuana e diversos Países africanos que apresentam uma crise bastante mais profunda e bastante acentuada. No caso específico da comparação entre Botsuana e o País

que fica a leste, que foi a comparação que o Senador Crivella apresentou, esse contraste é absolutamente dramático na medida em que estamos falando, no caso Botsuana, de provavelmente o País mais estável da África historicamente, esse País que fica na fronteira, a leste é justamente um caso de exceção nessa região da África Austral.

Por outro lado, eu queria fazer uma... Já que falamos de África Austral, África Meridional, portanto, eu queria apresentar essa região como uma região extremamente que tem apresentado notícias extremamente interessantes, extremamente positivas ao longo dos últimos anos. Quer dizer, quando nós sabemos que apenas há quatro anos atrás ainda havia guerra civil em Angola, quando nós sabemos que apenas há onze anos atrás havia apartheid na África do Sul, quando nós sabemos que apenas 15 anos atrás Moçambique ainda tinha guerra civil. E 16 anos atrás lá Namíbia ainda não era independente e quando nós sabemos que essa região era bastante turbulenta, há muito pouco tempo atrás, hoje isso se transformou radicalmente, se transformou totalmente, temos situações de extrema estabilidade de toda essa região, de todos os Países dessa região, com exceção desse País mencionado oportunamente pelo Senador Crivella. Isso oferece essa base de contraste, mais uma vez. É uma região que em comparação a outras regiões da África, passa não apenas por um momento de grande estabilidade institucional, mas também tem sido muito bem trabalhada por um organismo multilateral que se chama SADEC, que é a sigla em inglês de comunidade de desenvolvimento da África Austral, que em comparação com outros órgãos regionais, semelhantes ou com funções semelhantes de outras regiões da África destaca-se por sua extrema eficiência, extrema competência e pelo seu gabarito técnico.

Eu menciono essa SADEC, justamente pelo fato de que essa SADEC que é um organismo multilateral extremamente interessante até mesmo para o Brasil, a SADEC tem a sua sede em Botsuana de maneira que essa nossa embaixada em Botsuana além de cobrir as relações bilaterais com esse País de extremo interesse para nós, oferecerá também oportunidade de que possamos intensificar bastante o relacionamento com esse organismo.

Para que os senhores percebam a importância desse organismo, quando o Presidente Lula esteve em Botsuana visitou, fez questão de visitar esse organismo, visitou o seu Secretário Executivo, convidou a vir ao Brasil e essa visita deve acontecer em algum momento próximo.

Bom, para continuar um pouco, descrever um pouco Botsuana de uma maneira geral, eu gostaria

de salientar alguns dados. Em primeiro lugar, quando nós consideramos essa região da África Austral extremamente turbulenta num passado recente, nós veremos que Botsuana que se tornou independente no ano de 1966 jamais teve, jamais em sua história teve qualquer momento de crise institucional, qualquer momento de turbulência institucional, coisa que absolutamente incrível para uma região que estava absolutamente em volta em crises extraordinárias decorrentes da descolonização por um lado e por outro lado pelo *apartheid* vigente que influenciaram completamente toda a região, havia invasões reais das fronteiras de alguns Países pelo regime, pelas Forças Armadas do regime do *apartheid*, enfim. E Botsuana manteve-se absolutamente incólume a todas essas crises durante todo esse tempo.

Outro dado extremamente curioso em Botsuana é o fato de que é o País que tem a mais baixa taxa de risco de toda a África. Isso de acordo com uma das agências de risco, classificadora de risco internacional, Botsuana é *investment(F)* (*inaudível*), isso, enfim, ao lado do Chile.

Para os senhores terem uma idéia, eu tenho aqui um quadro sobre a classificação dos Países, Botsuana está ao lado do Chile, está ao lado da... Enfim, da Grécia, da Hungria, etc, está, acreditem, acima do Japão. Ou seja, é um risco, está aqui o Embaixador Pericás é testemunha do que eu estou afirmando agora. (risos) Está acima, quer dizer, é um risco menor, investir em Botsuana é um risco menor do que investir no Japão.

Além disso, segundo o *World Economic Forum* que faz uma classificação anual das economias mais competitivas do mundo tem classificado sistematicamente, regularmente todos os anos Botsuana como a economia mais competitiva da África. É um País que deve muito, é muito dependente da sua atividade mineral, sobretudo de diamantes, e segundo uma pesquisa de uma agência especializada em mineração, eles fizeram uma pesquisa sobre risco em mineração especificamente, não só econômica, mas mineração e descobriram que Botsuana é o País que oferece menor risco do mundo, e mais do que isso é o País que merece a legislação sobre mineração mais atraente para o capital internacional. Para os senhores terem uma visão, Botsuana é o País mais atrativo em termos de mineração, especificamente seguido do Canadá, dos Estados Unidos, segundo, terceiro, o quarto é a Zâmbia, o senhor mencionou a Zâmbia, não? Depois vem a Austrália e finalmente em sexto lugar, o Chile.

Naturalmente para caracterizar peculiaridades positivas de Botsuana é o País menos corrupto da África, segundo a ONG Transparência Internacional. E é um País, por exemplo, saiu agora muito pouco tem-

po, poucos dias atrás essa tabela, essa classificação geral dos Países, dessa taxa de corrupção, Botsuana está acima, por exemplo, da Itália, por exemplo, da Grécia, etc.

Bom, as relações bilaterais, elas eram bastante, eram dormentes, vamos dizer assim. Durante muito tempo, isso motivado pelo fato, creio eu, pelo fato que o Brasil durante muito tempo teve interesse muito grande, não apenas por fatores econômicos, igual a diversos Países da África, mas também por fatores políticos decorrentes do processo de descolonização e decorrente do processo do *apartheid*.

Botsuana justamente por não apresentar nenhum desses dois problemas terríveis que acometiam a região ficou um pouco fora do radar da política externa brasileira. Quer dizer, não se pode comparar a importância que nós atribuímos a Países como a Angola, por motivos políticos também, econômicos, claro, mas políticos, todo o apoio que demos a Angola no Conselho de Segurança, nas Nações Unidas, e um País que simplesmente não apresentava problema nenhum. Nós demos muita importância na Namíbia, que era um País que ainda não tinha ainda conquistado a sua independência, demos uma importância muito grande para Moçambique por motivos óbvios, além do lingüístico também por esse mesmíssimo problema, e vários outros dessa região, e enfim Botsuana ficou justamente um pouco fora do radar por justamente não apresentar problema nenhum, não estava na agenda internacional.

Esse terá sido, creio eu, um dos motivos pelo qual Botsuana ficou tão fora do âmbito das nossas preocupações internacionais. É apenas uma tese a ser discutida, enfim, é apenas uma especulação. Mas, de qualquer maneira, essas relações elas se tornaram extremamente interessantes a partir já de agora, a partir do Governo do Presidente Lula, por iniciativa deles, por iniciativa deles, eles têm uma economia extremamente dependente de diamantes, faz um esforço extraordinário para diversificar isso e procuram desesperadamente investimento por tudo quanto é lado. Tem uma agressividade muito grande nesse aspecto e organizaram aqui no ano de 2004, eu como Chefe da Divisão da África, eu acompanhei muito essa missão. Organizaram uma missão chefiada pelo que seria o Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores dele, acompanhado de um grupo de empresários, funcionários do Governo e etc, e nós fizemos em reciprocidade uma missão, que eu tive a honra de chefiar, em março de 2005 apresentarmos a eles um Projeto de Acordo de Cooperação Técnica que é o instrumento básico sem o qual será muito difícil de desenvolver uma atividade normal de cooperação que foi, então, que eu levei aque-

le acordo mencionado pelo Embaixador Arslanian que foi o acordo entre o Mercosul e ASSACU(F), faltava a rubrica de Botsuana e eu tive a oportunidade.

Bom, eles nos apóiam de uma maneira não apenas clara, mas ostensiva e pública, falam sobre isso, a nossa pretensão ao assento permanente no Conselho de Segurança. Houve muito recentemente uma manifestação pública em que o nome do Brasil, do Embaixador de Botsuana junto às Nações Unidas em Nova Iorque, foi que o nome do Brasil foi ostensivamente citado num discurso lido, não era um improviso, enfim era um discurso absolutamente... O formato de posição de Governo, e isso mereceu uma carta de agradecimento muito expressiva do nosso Ministro Celso Amorim.

Enfim, e houve as duas visitas presidenciais. A primeira foi do Presidente Festus Mogae em julho de 2005, e o Presidente Lula em reciprocidade visitou a Botsuana em fevereiro de 2006. Eu creio que já cobri basicamente o esqueleto do que eu gostaria de falar, eu gostaria de interromper aqui, e estaria disposto em um outro momento a responder eventuais perguntas de V.Ex^{as}. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Embaixador, e agora, por dever, por imposição constitucional devemos transformar a Sessão em secreta. Eu sei que vou causar grande frustração, há muitas pessoas que vieram aqui exatamente para escutar revelações interessantes do Embaixador Pericás sobre o futuro de Cuba, mas eu lamento ter que obedecer a Constituição e transformar a Sessão, neste momento, em Sessão secreta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Saturnino, eu queria pedir... Eu precisava me ausentar para estar presente na CPI que está aqui do lado e...

Sessão suspensa às 12h20

Sessão reaberta às 12h53

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Reaberta, ele disse lá, eu ouvi. (risos) Reaberta a Sessão, comunico que os quatro indicados foram aprovados por unanimidade por esta Comissão. Nossos cumprimentos, parabéns aos Embaixadores, aos novos Embaixadores, Bernardo Pericás, o Embaixador Régis Arslanian e o Embaixador Oswald Padilha.

Mas antes de encerrar, temos ainda um Requerimento Extrapauta que é um Requerimento do Senador Eduardo Azeredo para que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores as seguintes informações quanto a convenção sobre o cybercrime

do Conselho da Europa celebrado em 23 de novembro de 2001 na cidade de Budapeste.

As quatro indagações são –

Primeiro: O que é necessário para que o Brasil se torne um dos signatários dessa convenção?

Dois: Quais as providências que já foram tomadas para que isso ocorra?

Três: Quais as razões alegadas por parte do Governo Brasileiro, caso não tenha sido tomada nenhuma providência?

Quatro: Quais são os outros órgãos envolvidos no assunto e como está sendo conduzida por eles essa matéria relevante?

Está em discussão. Senador Azeredo é o autor do Requerimento, é um Senador muito interessado nessa questão do cybercrime.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, a questão que nos últimos dias, nós tivemos uma discussão pela imprensa, eu achei até, apesar de lamentar que a matéria foi divulgada de forma errônea, mas teve o lado positivo de levantar a discussão sobre essa questão dos chamados crimes cibernéticos.

O Projeto que eu estou relatando, na verdade é um substituto que condensa vários Projetos que buscam tipificar esses chamados novos crimes da área da tecnologia da informação, como difusão de vírus, a questão de clonagem, cartão de crédito e telefone celular e dentro desse Projeto está também a questão da possível identificação e da quarta das conexões. A guarda apenas do registro de conexão não é nada como foi entendido por alguns de que se buscava guardar conteúdo de mensagem e de pesquisa, não tem nada disso. Mas, o ponto que também nos norteia é exatamente essa convenção de Budapeste que é uma convenção assinada pelos 43 Países europeus, mas para a qual já houve a adesão do Japão, da Austrália, do Canadá e os Estados Unidos aprovou agora em agosto a adesão a partir de 1 de janeiro.

Então, eu queria exatamente saber como é que o Brasil pode participar também dessa convenção porque isso facilita, inclusive, a questão de troca de informações já que esse é um assunto mundial, esse assunto de redes, de conexão de internet.

Então, se os Estados Unidos aderiram, se o Canadá aderiu, a Nova Zelândia, a Austrália, o Japão, seria interessante que o Brasil também pudesse aderir a essa convenção e evidentemente cada País tem que internalizar a lei e aí tem a liberdade para internalizar da maneira que achar mais adequada. Então esse é só encaminhamento que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem, apresentada a jus-

tificativa pelo Senador Azeredo. Coloco em votação. Os Srs. Senadores que tiveram de acordo com o Requerimento permaneçam como estão. Está aprovado o nosso Requerimento e esgotada a nossa pauta, declaro encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 12h57

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 7 de dezembro de 206, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO** e **JEFFERSON PÉRES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, **CÉSAR BORGES**, **EDUARDO AZEREDO**, **HERÁCLITO FORTES**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **MARCELO CRIVELLA**, **SÉRGIO ZAMBIASI**, **JOSÉ JORGE**, **PEDRO SIMON**, **SERYS SLHESSARENKO**, **NEY SUASSUNA** e **EDISON LOBÃO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 238 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **HERÁCLITO FORTES**. O Senhor Presidente convida o Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos para compor a Mesa. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a Presidência ao Senador Jefferson Péres. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS** para fazer sua exposição de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação do indicado por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Sérgio Zambiasi. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo Nº 31, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de

2002”. Adiado. **Item 03:** Projeto de Lei da Câmara Nº 84, de 2006, de autoria do Presidente da República, que “Dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências”. Adiado. **Item 04:** Projeto de Lei da Câmara Nº 113, de 2006, de autoria do Presidente da República, que “Altera o valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada e revoga a Tabela V do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001”. Adiado. **Item 05:** Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água”. Adiado. **Item 06:** Projeto de Lei do Senado Nº 64, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada)”. Remetido à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal em 05/12/2006, para atender Requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca solicitando a tramitação conjunta deste com o PLS 67/2006. **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento Nº 39, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Com fundamento no disposto no art. 50 da Constituição Federal e no §1º, do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, para, perante este Colegiado, prestar informações relativas às atividades desenvolvidas pelo Órgão por ele gerido, principalmente no que se refere ao teor das notícias publicadas pela revista Istoé, em sua edição de 19/11/2006, na matéria (anexa) Espião X Espião, de autoria dos jornalistas Hugo Studart e Hugo Marques”. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Jefferson Péres**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada. Passamos à apreciação da pauta. O Item 01 é não terminativo. É a Men-

sagem nº 238/2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial, de autoria da Presidência da República e a Relatoria é do Senador Álvaro Dias. Eu vou pedir ao Senador Heráclito Fortes que faça a leitura do relatório como Relator *ad hoc*. Antes, porém, eu quero convidar o Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos para que compareça. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Heráclito Fortes para a leitura do relatório.

Antes, porém, eu solicito ao Senador Jefferson Peres que assuma a Presidência da Comissão, tendo em vista que sou Relator na Comissão de Educação, relatório sobre o Fundo de Garantia, cuja Audiência Pública já está se iniciando, então, solicito ao Senador Jefferson Peres que assuma a Presidência.

(troca de presidência)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cabe-me aqui o dever regimental de substituir o Senador Álvaro Dias de relatar a indicação do Sr. Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de Segunda Classe do quadro do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Guiné Equatorial. É evidente que todos os Srs. Senadores têm em mãos uma cópia desse relatório, descrevendo a história do Diplomata, com passagem (pronunciamento fora do microfone)(inaudível) do Ministério dos Esportes, Cônsul-Geral em Boston, Conselheiro em Quito e Assessor do Departamento de Diplomação Comercial. O candidato ao posto possui várias condecorações nacionais e estrangeiras, dentre as quais vale se destacarem a Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial e a Ordem Nacional do Mérito do Equador, no grau de Comendador. Na área acadêmica, possui o curso de altos estudos no Instituto do Rio Branco, onde apresentou tese versando a nova diplomacia consular, o Cônsul como agente político e a sua atuação nos Estados Unidos da América. No que concerne ao atual posto, vale destacar a importância que o Brasil vem dando ao estreitamento de relações com os Países africanos. A Guiné Equatorial vem se destacando após o *boom* petrolífero iniciado em 1997. O Sr. Embaixador terá, além de uma missão desafiadora, uma oportunidade de melhorar as relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e a Guiné. Não quero me alongar, Sr. Presidente, porque, como já disse, todos nós recebemos detalhadamente o currículo e a justificativa da indicação. Quero mais uma vez saudar o Itamaraty pela iniciativa do aprovei-

tamento dessa nova geração de Diplomatas que serve não só para estimular os que seguem a carreira, como também para dinamizar, através dessas renovações que estão sendo feitas, as nossas relações e também quero louvar o Itamaraty pela iniciativa do fortalecimento das nossas relações com a Guiné Equatorial, uma vez que, no momento, tendo em vista as crises constantes que o mundo vê na área do comércio que envolve o petróleo, essa parceria poderá nos trazer grandes benefícios. No mais, desejo ao indicado a sua aprovação, faço votos que ele consiga, por merecimento e por justiça, e desejo-lhe, caso aprovado por esta Comissão, que exerça as suas funções honrando a tradição brasileira na diplomacia. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O relatório do Senador Álvaro Dias, lido pelo Senador Heráclito Fortes, é pela aprovação. Concedo a palavra ao Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos. Com a palavra.

SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores, é para mim uma grande honra e um privilégio poder estar aqui nesta Comissão, atendendo à convocação do Senador Eduardo Azeredo para participar desta Reunião Extraordinária do Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que apreciará a indicação de meu nome para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial. Pretendo dar aqui uma breve explanação sobre a evolução histórica da Guiné Equatorial, o quadro atual do País e as perspectivas futuras, principalmente no que se refere ao relacionamento com o Brasil. O território onde hoje se encontra a Guiné Equatorial foi descoberto por navegadores portugueses no século XV e durante o período colonial português serviu, principalmente, como interposto de tráfico de escravos. Em 1778 esses territórios passaram ao domínio espanhol, pelos termos do Tratado de Santo Ildefonso, entre Portugal e Espanha, e o Brasil é maior, em parte, por esse tratado, em que houve uma troca de territórios entre o Brasil... Entre Portugal e Espanha, e a Ilha de Santa Catarina é território brasileiro hoje porque trocamos com a Guiné Equatorial, quer dizer, Portugal trocou com a Espanha, era um território português e passou a ser espanhol.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – A Ilha de Santa Catarina. A Ilha de Santa Catarina passou a ser território brasileiro da troca territorial com a...

(risos) com a Espanha, entre Portugal e Espanha com a Guiné Equatorial. E então, no século seguinte, entre 1827 e 1870, o território foi ocupado pelos ingleses, que lá estabeleceram uma estação naval para combater o tráfico de escravos. No final do século XIX, a Espanha retornou...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tráfico de carros?

SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Escravos. (risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, porque existe uma história que nós apuramos, desculpa, de carros vindo através da África, entrando em território brasileiro... Com carros roubados, iam para a África e depois vinham para o Brasil. Então, naquele século já tinha isso? Só se fosse carroça (risos).

SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Bom, (risos) aí os espanhóis, no final do século XIX retornaram e transformaram o território em colônia e até 1968, quando se tornou independente. Entre 1968 e 1979 a Guiné Equatorial foi governada por um regime ditatorial de partido único, chefiado por Macias de Nguema, que foi um período de caos econômico e social, o País chegou a perder um terço da população, que se exilou, houve muitos assassinatos políticos, foi um período muito ruim para a história da Guiné Equatorial. Em 1979 assumiu o poder o atual Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, por meio de um golpe de Estado, que derrubou o regime ditatorial do Presidente Macias Nguema.

Bom, entre esse período de 79 até 1996 a Guiné Equatorial era simplesmente um País africano pobre, um País que vivia de ajuda internacional, dos Países doadores, Estados Unidos etc, naquele esquema de guerra fria, porque a Guiné Equatorial saiu de uma influência soviética para influência americana e francesa, até que em 1996 foi descoberto petróleo e gás. E os recursos gerados por essa descoberta têm transformado o quadro econômico e social da Guiné Equatorial de forma aceleradíssima, eles permitiram que a economia crescesse entre 2000 e 2004 numa faixa de 25 e 30% ao ano, que é uma taxa de crescimento altíssima, obviamente que nos próximos anos essa faixa tende a se estabilizar na faixa de 6 a 7%, na medida em que se consolidam esses grandes investimentos feitos nesses quatro primeiros anos, nesses quatro primeiros anos do século XXI. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas em 1974. E até 2004 essas relações foram pouco expressivas, não houve muito contato, eu lembro que tivemos algumas visitas e algumas visitas exploratórias, mas não passou disso. Em julho de 2004, por ocasião da V Reunião de Chefes de Estado do Governo da CPLP, em São Tomé, o Presidente Lula se encontrou com o

Presidente Obiang e, logo em seguida, em agosto de 2004, foi anunciada a abertura da Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília, que já está instalada, é uma Embaixada bastante bem equipada aqui, é um sinal que o Governo da Guiné Equatorial deu ao Brasil de que pretende ter relações estreitas e intensas com o Brasil e, em dezembro de 2005, o Brasil decidiu então abrir a sua Embaixada em Malabo, que está em processo de abertura no momento.

No que tange às perspectivas do Brasil com a Guiné Equatorial no futuro próximo, o que me vem à mente primeiro, é a questão da economia e do comércio, a parte comercial é de fundamental importância e, no caso brasileiro, tem uma vertente interessante, que é a do investimento, porque, claro, a Guiné Equatorial tem grande interesse em incrementar o seu comércio com o Brasil, vem incrementando, vem crescendo muito o comércio com o Brasil, até o ano de 2004, 2005 foi muito unilateral esse comércio, eles exportaram do Brasil quatro milhões de dólares, mas, a partir deste ano, a importação de mercadorias brasileiras vem crescendo de forma acelerada. E nós estamos lá obviamente com a PETROBRÁS, que tem um bloco que foi adquirido da empresa americana Chevron. Esse bloco, a PETROBRÁS tem 50% e mais alguma coisa e é a operadora do bloco, vai ser a operadora do loco, é um bloco de águas profundas, que é especialidade da PETROBRÁS. E a construtora Andrade Gutierrez vem atuando também, por intermédio de sua subsidiária em Portugal, eles entraram no mercado da Guiné Equatorial por uma empresa portuguesa, o que casou espécie junto ao Governo da Guiné Equatorial porque eles achavam que era melhor negociar diretamente com o Brasil porque a Andrade Gutierrez estava entrando como uma empresa terceirizada para construir um aeroporto no interior do País. E o Presidente da Guiné Equatorial, nesse sentido, para buscar incrementar o máximo possível as relações com o Brasil já esteve duas vezes no Brasil neste ano, numa reunião em Salvador e numa reunião em Manaus, e eles têm muito interesse em atrair também investimento do Brasil, o investimento do Brasil, obviamente no petróleo, no Agronegócio, existe um interesse muito grande, o exemplo do Agronegócio brasileiro é admirado, eles querem atrair empresas brasileiras do Agronegócio utilizando as franquias que eles têm no Acordo de Lomé para acesso ao mercado europeu. A indústria de construção civil cresce de forma muito acelerada e eles buscam adquirir material de construção, equipamentos de construção no Brasil e equipamentos de transporte, além de, obviamente, com a entrada da PETROBRÁS, os equipamentos de indústria petrolífe-

ra, tubulações, bombas etc, quer dizer, equipamentos pesados de indústria petrolífera. Atualmente a Guiné Equatorial já é uma substancial consumidora de alimentos brasileiros, principalmente carnes, carne bovina, suína, frango e eles têm um interesse muito grande no estabelecimento de linhas de navegação e transporte aéreo. Da nossa parte, nós podemos, houve uma conversa já para... E eles têm muito interesse também nos programas de cooperação técnica brasileiros, porque eles inclusive se ofereceram a pagar pela cooperação técnica brasileira, ou seja, seria uma cooperação sem custo para o Brasil, eles só querem a expertise técnica do Brasil, só estão buscando... Principalmente nas áreas de agricultura, por causa do interesse que eles têm em desenvolver a agricultura, educação e saúde, sobretudo, no que se refere ao combate à Aids e à malária, que continua sendo endêmica no País. A única... Esse ano, por causa da vinda da PETROBRÁS, a PETROBRÁS já mandou alguns técnicos para o Brasil, para treinamento no Rio de Janeiro, no Centro de Treinamento da PETROBRÁS, no Rio de Janeiro, mas já dentro do esquema de abertura futura das operações na Guiné Equatorial. No campo cultural, é interessante, eles têm um interesse muito grande na língua portuguesa e... Porque eles têm uma ilha, têm uma ilha de 18 quilômetros quadrados no sul do País, que é a Ilha de Ano Bom, que foi descoberta por um navegador português no dia do ano novo, portanto, é a Ilha de Ano Bom, e eles têm uma população que fala português, por influência de São Tomé e Príncipe. Então, eles estão pleiteando, não sei se já obtiveram, a participar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da CPLP, e tem muito interesse em que nós instalemos lá um Centro Cultural Brasileiro para que eles tenham acesso à cultura brasileira, à cultura e a falar português no Brasil. Muito obrigado, procurei ser o mais breve possível e estou à disposição de V.Ex^{as}. para qualquer questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – A arguição do Embaixador terá que ser feita em reunião secreta. Eu proponho que o Embaixador deixe a sala e nós votemos as matérias em pauta e depois ele retorna para a Sessão, que tem que ser reservada, não é nem do Regimento, é da Constituição.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Poderia-se fazer a reservada e voltar fazer as votações? Para dispensá-los, desculpa, a proposta de fazer esse reservado é que não deve ser demorada, pelo número, e em seguida fazer as outras...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pode ser então. Então eu peço aos presentes que esvaziem a sala.

(Sessão passa a ser secreta às 11h.)

(Sessão passa a ser aberta às 11h17.)

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Aprovado por unanimidade. Dos itens da pauta, cinco não têm Relator presente, eu vou deixar, portanto, para a próxima reunião e votar apenas o Item 01, que é um Requerimento de autoria do Senador Pedro Simon. Requer seja convidado o Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional a esta Comissão para prestar informações relativas às atividades desenvolvidas pelo órgão, principalmente quanto ao teor das notícias publicadas pela revista Isto É, em sua edição de 19/11/2006 na matéria anexa “Espião contra espião”, de autoria dos Jornalistas Hugo Studart e Hugo Marques. O Senador Pedro Simon quer justificar, não? Então, em discussão o Requerimento. Em votação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Reunião.

(Sessão encerrada às 11h18.)

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 13 de dezembro de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARIA DO CARMO ALVES, HERÁCLITO FORTES, JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SÉRGIO ZAMBIASI, MARCO MACIEL, NEY SUASSUNA, MOZARILDO CAVALCANTI, MARCELO CRIVELLA, FLEXA RIBEIRO, PEDRO SIMON, SERYS SLHESARENKO, JOSÉ AGRIPINO e MÃO SANTA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 240 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chade”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **JEFFERSON PÉRES**. O Senador Marco Maciel requer inversão

de pauta. **Item 05:** Projeto de Lei da Câmara Nº 113, de 2006, de autoria do Presidente da República, que “Altera o valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada e revoga a Tabela V do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001”. Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL**, para leitura do seu parecer. Aprovado. **Item 02:** Mensagem (SF) Nº 248 de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América”. O Senhor Presidente convida o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota para compor a Mesa. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**, para leitura do relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** para fazer sua exposição de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinado o Senador Eduardo Azeredo. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo Nº 31, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002”. Adiado. **Item 04:** Projeto de Lei da Câmara Nº 84, de 2006, de autoria do Presidente da República, que “Dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências”. Adiado. **Item 06:** Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água”. Adiado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número Regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. E submeto a Comissão à dispensa da Ata da reunião

anterior, se todos os Srs. Senadores estão de acordo fica dispensada a referida leitura e passamos logo a nossa pauta que começa com a mensagem. O item 1, é a mensagem nº 240 de 2006 que submete a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da carreira diplomata com o quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto a república da Nigéria que já exerce, exercer também o cargo de Embaixador do Brasil junto a república do Chade. O Relator é o Senador Mão Santa e na sua ausência, eu vou pedir ao Senador Jefferson Peres que faça a leitura tão breve quanto possível do parecer do Relator.

SR. SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM)

– Pois não, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, o relatório resumido é o seguinte: Esta Casa do congresso é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério da Relações Exteriores para cumulativamente com o cargo por ele ocupado de Embaixador do Brasil junto à república da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à república do Chade. O relatório analisa o currículo do Embaixador indicado e conclui, Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da matéria apreciada não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. É pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Incluída a leitura do relatório, eu agradeço ao Senador Jefferson Peres e deveria passar para o segundo item, mas o Senador Marco Maciel que é o Relator do item 5, tem um compromisso que ele precisa cumprir quase imediatamente, então eu vou, se todos os Senadores concordarem, eu vou passar ao item 5 que é o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2006 que altera o valor do auxílio invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada e revoga a tabela 5 do anexo 4, da Medida Provisória 2.215 de 31 de agosto de 2001. É um projeto da Presidência da República e o Relator é o Senador Marco Maciel a quem passo a palavra.

SR. SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, prezado Senador Saturnino Braga, senhoras e Srs. Senadores. Eu vou fazer um breve relatório. Esta Comissão vai agora analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2006 de autoria do Poder Executivo, que altera o valor do auxílio invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada e revoga a tabela 5ª do anexo 4º da Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.

A proposição promove alterações com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006, nas normas referentes aos critérios de concessão do auxílio invalidez devidos aos militares, bem como no valor do benefício. Estabelece o projeto que o auxílio invalidez é devido nos termos do regulamento ao militar que necessitar de internação especializada ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por junta militar de saúde. E ao militar que por prescrição médica também homologada por junta militar de saúde, receber tratamento na própria residência necessitando, assim, de assistência ou cuidados permanentes de enfermagem. Determinar ademais que o benefício será pago no valor de sete cotas e meia de soldo ou se por maior no valor de mil e oitenta e nove reais. Ademais, é jurídico o projeto, porque atende as normas regimentais e vem embasado em boa técnica legislativa. Além disso, conforme esclarece os senhores Ministros de Estado da Defesa e Planejamento, Orçamento e Gestão, a iniciativa cumpre as exigências constantes na Lei Complementar nº 101 de 2000 que é a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, opinamos pela aprovação da matéria que representa um passo importante na direção da valorização dos militares das Forças Armadas. Trata-se aqui de permitir que esses profissionais que exercem uma função que não é só uma das mais importantes, como uma das mais sacrificantes do Estado, possa desincumbir de suas responsabilidades com tranquilidade sabendo que estão protegidos no caso de invalidez. De outra parte, a proposição ao fixar valor mínimo para o auxílio invalidez também faz justiça aos militares ao impedir que o benefício atinja patamares incompatíveis com o seu objetivo de segurar-lhes uma vida digna na hipótese do infausto acontecimento que sempre acarreta aumento das despesas familiares. Assim, Sr. Presidente, temos a satisfação de que o presente projeto traduz esse ar(F) em providência relevante para que os membros da marinha do Brasil, do exército brasileiro, da força aérea brasileira, continuem tendo condições mínimas para desincumbir das suas elevadas funções institucionais. Em razão do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 113 da Câmara de 2006. É o meu relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer do Relator é favorável, está em discussão. Senador Ney Suassuna.

SR. SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu acho que não há como ir contra esse parecer. É um assunto de relevância, um assunto de justiça e nós estaremos apoiando porque não só o ato é um ato necessário, mas o Relator também teve

muito brilhantismo nessa exposição, por essa razão somos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Continua em discussão, se nenhum dos Srs. Senadores quer discutir, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão. Está aprovado o projeto e passamos, então, ao item 2. Que é a mensagem número 248 de 2006 e submete a apreciação do Senado à indicação do Sr. Antônio de Aguiar Patriota, Ministro de primeira classe da carreira diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo a quem eu passo a palavra e peço a secretaria que conduza aqui o Embaixador Patriota a nossa Mesa. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Senadores, senhor Embaixador Antônio patriota.

De acordo com o *currículo vitae* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Antônio Aguiar patriota nasceu no Rio de Janeiro e após haver cursado a faculdade de letras na Universidade de Genebra com diploma em filosofia concluiu com medalha de primeiro lugar o curso de preparação a carreira de diplomata no instituto do Rio Branco em 1979. Em Brasília, trabalhou na divisão das Nações Unidas de 79 a 82. E na secretaria geral de política exterior do Itamarati de 1990 a 1992, bem como na Assessoria diplomática da Presidência da República de 1992 a 1994. No exterior, serviu na delegação permanente do Brasil em Genebra e nas embaixadas do Brasil em Pequim de 87 a 88 e em Caracas de 88 a 90. Como conselheiro, serviu na missão permanente do Brasil junto as Nações Unidas em Nova Iorque de 1994 a 1999, onde integrou a delegação ao Conselho de Segurança, como Ministro, esteve na missão permanente do Brasil junto aos organismos internacionais em Genebra em 1999 a 2003, onde por dois anos, foi representante alterno, junto a Organização Mundial do Comércio. De volta a Brasília, foi Secretário de Planejamento Diplomático do gabinete do Ministro das Relações Exteriores e foi promovido a Embaixador em dezembro de 2003. Foi chefe de gabinete do Ministro das Relações Exteriores de maio de 2004 a maio de 2005. Atualmente desempenha a função de subsecretário geral político do Ministério das Relações Exteriores.

A sua tese para o curso de altos estudos no instituto Rio Branco, foi rubricado em 1988 pela Fundação Alexandre de Gusmão, sob o título – “O Conselho de segurança após a guerra do golfo. A articulação de um

novo paradigma de segurança coletiva.” Sua atuação rendeu-lhe as distinções da grande cruz da ordem do Rio Branco, a Ordem do Mérito Militar, a medalha da vitória, do Brasil, a Ordem Nacional do Mérito na França, grande oficial da Ordem Real do Mérito na Noruega, e grande oficial da Ordem Alauíta(F) no Marrocos. A permanência norte americana no cenário mundial no pós-guerra e a situação de uni-pluri polaridade que se inaugurou após a guerra fria, situação na qual o Estados Unidos figura como a única superpotência militar e como potência econômica hegemônica definiu e continua a definir parte dos questionamentos pré antológicos a respeito da política externa e não apenas brasileira mais de todos os países do mundo.

Ainda em nossos dias, a decisão pelo alinhamento ou não a política norte americana é fonte de preocupação e de formuladores de política externa. Hora a composição com a potência americana é defendida em bases pragmáticas, ora é execrada em nome da independência política. O relacionamento com os Estados Unidos, assimétrico por natureza, sempre foi permeado pelo desafio da formação de uma agenda positiva e entendida como reciprocamente vantajoso. A sistemática dessa tensão é o anti-americanismo infante, que vez por outra surge até mesmo na academia. Nos anos de 1990, a cristalização do Brasil, como ator em todos os cenários mundiais, serviu para direcionar a política bilateral no sentido da mútua compreensão. A letargia das negociações da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, decorrente do caso brasileiro da impossibilidade e por hora negociarmos tratados mutuamente justo e vantajoso, talvez tenha sido a grande frustração desse processo. Todavia é preciso destacar que a agenda hemisférica e bilateral é muito mais rica, abrangendo a luta pela manutenção da democracia representativa contra a criminalidade organizada transnacional, o narcotráfico e a favor da governança hemisférica.

Do relatório encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores acerca das relações bilaterais comerciais, coube destacar que tradicionalmente os Estados Unidos da América é o principal parceiro comercial individual do Brasil. Com efeito, a pauta de exportações para aquele mercado é uma das mais diversificadas, contando com produtos de elevado valor agregado. No período de 2002 a 2005, o comércio total entre os dois países atingiu recordes históricos. Tendo sido registrado o aumento da ordem de 28%. Em 2005 os Estados Unidos responderam por 19,2% das exportações totais brasileiras e 17,5% das nossas importações. O Brasil é o maior receptor de investimentos norte americanos entre os Países da América do Sul. Em termo de estoque de capital os Estados Uni-

dos são o maior investidor estrangeiro no Brasil, tendo sido duplicado o total investido na última década. Atualmente, o estoque de capital americano investido no Brasil é de cerca de trinta e quatro bilhões de dólares. Das quinhentas maiores empresas americanas, mais de quatrocentos delas estão instaladas no Brasil, 60% das quais no setor industrial. No primeiro trimestre de 2006, os Estados Unidos foram responsáveis por 33% do investimento estrangeiro do País, o que representou um crescimento muito significativo de 42% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, isso em termo de investimento das empresas americanas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada não cabe aduzir outras considerações, eu quero, apenas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizer da importância evidentemente deste cargo que é o cargo da embaixada do Brasil nos Estados Unidos, os dados mostram com clareza, é o maior parceiro comercial que nós temos, quer queira, quer não queiram, é um País que tem a maior posição em termos mundiais na questão de desenvolvimento e especialmente na questão econômica. Por outro lado é o relacionamento que historicamente é um relacionamento que levanta alguns questionamentos, tendo em vista a natureza delicosa dos Estados Unidos em determinados momentos e a sua predominância econômica sobre os demais países. Nós temos, portanto, um grande desafio para o Embaixador Antônio Patriota que tem todas as condições para poder dar uma continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Embaixador Abdenur. E o parecer, portanto, é favorável, desejando muito sucesso ao Embaixador Patriota.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Apresentado o parecer do Senador Azeredo, agradeço ao Senador e passo a palavra ao Sr. Antônio de Aguiar Patriota para sua exposição perante a Comissão. Com a palavra S.Ex^a.

SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA: Muito obrigado Senador Roberto Saturnino Braga e muito obrigado Senador Eduardo Azeredo. Queria antes de mais nada, agradecer a rapidez com que essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi convocada, o meu agrément foi concedido no dia 1º de dezembro e hoje estamos no dia 13 de modo que eu acho que isso reflete o interesse, sobretudo, na relação com os Estados Unidos que é uma relação incontornável, os Estados Unidos sendo hoje a principal potência militar e econômica mundial, de modo que a relação de qualquer País do mundo com os Estados Unidos se torna de fato uma relação muito importante.

Eu começaria justamente por essa constatação. O orçamento militar dos Estados Unidos, hoje, quatrocentos e cinquenta bilhões de dólares é incomparavelmente

maior ao do segundo que é de quarenta e sete bilhões, até mesmo a China que se anuncia às vezes é citada como um possível pólo a constituir uma futura bipolaridade, gasta em torno de trinta e cinco bilhões por ano. De modo que só isso dá a dimensão do poderio militar norte americano. Os Estados Unidos é também a principal potência... Perdão. Quarenta e sete, Reino Unido que é o segundo colocado. Se forem considerados os 15 principais países, os Estados Unidos representam metade do orçamento militar mundial. Já é uma dimensão. Em termos econômicos, PIB dos Estados Unidos também obedece um padrão semelhante de tamanho, treze trilhões de dólares, o segundo maior PIB que é do Japão, quatro e meio trilhões de dólares. Os Estados Unidos é a maior potência comercial do mundo. Importações da ordem de 1.7 trilhão, o que faz com que também seja o principal mercado consumidor, daí a importância das relações comerciais para qualquer País com os Estados Unidos.

Em termos econômicos detém um maior parque industrial com consideráveis riquezas minerais, lideranças em setores de ponta, como informática, microeletrônica, telecomunicações. São também um grande produtor agrícola, o maior produtor de grãos e também líderes na prestação de serviços, líderes em termos culturais, educacionais entre as principais universidades mundiais, estão sempre oito, nove universidades norte americanas. É o País que mais recebe estudantes universitários de outras procedências.

E podemos fazer a constatação que nenhum outro País seja na esfera econômica, seja militar, seja de influência diplomática, chega a patamares comparáveis, como eu mencionei, às vezes se fala na China como possível rival, felizmente, tem prevalecido uma atitude de cooperação com a China de parte do governo americano, isso não significa que não existam setores nos Estados Unidos que não vejam com uma certa até insegurança, o surgimento de novos atores. O poderio industrial da China preocupa, o avanço da Índia no setor de serviços preocupa e eu acho que pode-se dizer até que a importância do Brasil no agro negócio também preocupa alguns setores, alguns políticos, alguns Senadores e representantes da Câmara.

Sem dúvida, existem muitos aspectos dos Estados Unidos que nos aproximam, o fato de sermos as duas principais democracias das Américas, duas democracias multi étnicas, fato que tem sido muito sublinhado nas recentes visitas de alto nível, de parte a parte, um fato que é registrado no comunicado conjunto da visita do Presidente Bush ao Brasil de novembro passado, na visita também da secretária Condoleezza Rice.

Se olharmos para a evolução recente da diplomacia norte americana, o acontecimento principal, sem

dúvida, foi o 11 de setembro de 2001, a partir do qual a diplomacia norte americana se reorientou no sentido chamado “neoconservador”. Neoconservador significa, antes de mais nada, inclinado ao unilateralismo, inclinado a iniciativas militares com o surgimento de doutrinas como a da utilização preventiva da força, isso com ou sem autorização do conselho de segurança. Em nome do combate ao terrorismo que se transformou na ameaça principal para os Estados Unidos, foi inicialmente conduzida uma guerra que em seus primeiros momentos pareceu bem sucedida contra o Afeganistão e aí com o apoio do Conselho da Segurança, mas em um segundo momento a guerra contra o Iraque, a intervenção militar no Iraque, sem o apoio do Conselho da Segurança, aí já uma intervenção muito mais controvertida e que levou a reações no resto do mundo como mencionou o Senador Eduardo Azeredo.

O combate ao terrorismo foi erigido na principal preocupação, um tema orientador da política externa nos Estados Unidos e com implicações também até para as relações hemisféricas, na medida em que isso levou a atitudes muito restritivas em relação à imigração, por exemplo. Ou seja, construção do muro entre fronteira norte americana e o México que hoje foi aprovada pelo Congresso Norte Americano, pode ser vista de certa maneira não só como um fruto de preocupação migratória, mas também como decorrência dessa preocupação com o terrorismo, assim como exigência que passou a ser feita de maior número de documentos para todos que viajam aos Estados Unidos.

Em função de dificuldades sérias enfrentadas no Iraque, a política externa norte americana parece se reorientar num sentido mais realista, digamos assim. Importante nesse contexto foi a divulgação do relatório do Iraque, *Study Group*, esse grupo de estudos sobre o Iraque presidido pelo ex-chanceler James Baker e pelo democrata Lee Hamilton, cuja primeira frase é muito eloquente porque ela diz: “A situação do Iraque é grave e está se deteriorando” O próprio sumário executivo desse documento é muito gráfico quando diz também que: “Uma descida na direção do caos levará ao colapso do governo do Iraque e a uma catástrofe humanitária”. Ou seja, são palavras muito veementes que eu acho que reflete bem o momento de dificuldade que atravessa os Estados Unidos. Calcula-se em 650 mil Iraquianos, aí os cálculos variam bastante porque é difícil, inclusive, medir. Mas de qualquer maneira o número de mortes norte americanas já se eleva a quase três mil, o que é um número que está chegando perigosamente perto do número de vítimas dos atentados terroristas do *World Trade Center* e que sem dúvida terá um impacto muito grande na opinião pública.

Como se não bastasse a situação do Iraque é que já está tendo um impacto na política interna norte americana, como vimos agora com a vitória democrata nas eleições legislativas, existem outras situações de dificuldade e de crise num arco que vai do Oriente Médio, Líbano, Israel e até ao Afeganistão, para citar o Rei da Jordânia, ele falou que hoje em dia nos confrontamos com a perspectiva de três guerras civis na região, uma envolvendo o Líbano, outra o Iraque e outra os próprios palestinos. Ou seja, para citar um professor francês de ciência política, Berton Badi(F), talvez estejamos diante de uma situação de impotência da potência. Quer dizer, a maior potência militar, de longe a maior potência econômica, não consegue produzir sobre o terreno os resultados que ela desejaria.

A demissão do secretário de defesa Donald Rumsfeld, a saída de cena agora do Embaixador Bolton, das Nações Unidas também refletem essa possível mudança de rumos que também poderá ter efeitos aqui na América Latina. Eu acho que pode se falar também de uma certa reorientação em relação a América Latina, alguns observadores identificam o ponto de reflexão como a Cúpula de Mar Del Plata, em que o Presidente Bush teria ficado muito impressionado com o grau de resistência a certas idéias norte americanas e a queda de influência norte americana na região. Isso aí, talvez explique uma orientação mais pragmática, mais realista hoje em dia, nós vemos, por exemplo, na atitude do secretário de Assistência para a América Latina, Tommy Sherman, do departamento de Estado que tem ressaltado a importância do caráter democrático do processo eleitoral que vivemos aqui na América Latina nesses últimos ano e meio, em que foram eleitos muitos presidentes do espectro esquerdo, do espectro político, mas nem por isso os Estados Unidos tem feito críticas maiores, pelo contrário, tem manifestado vontade de trabalhar construtivamente com todos esses governos.

E isso aí, de certa maneira só tem aumentado o grau de confiança na relação com o Brasil e só tem contribuído para o amadurecimento da relação com o Brasil que é o que já vinha diante, mas pode se falar que houve um aumento dessa tendência durante o período do governo do Presidente Lula. E eu passaria então a falar brevemente da relação com o Brasil. Eu acho que há vários pontos importantes de convergência entre o Brasil e os Estados Unidos. Eu mencionei o caráter multi-étnico e a importância atribuída de democracia, mas existem pontos também mais específicos como, por exemplo a situação do Haiti, em todo o encontro hoje em dia de alto nível entre Presidente, chanceleres, no meu nível, como o meu colega sub-secretário Nicolas Burns, um dos primeiros pontos a serem manifestados

pelos norte americanos é o apreço pelo trabalho que o Brasil tem desenvolvido no Haiti. De modo que há aí uma convergência grande, não que o Brasil tenha feito isso para merecer o apreço norte americano, o Brasil só se envolveu depois que as Nações Unidas autorizaram a presença de uma operação de paz no Haiti e aí a importante distinção, porque os norte-americanos haviam já entrado no Haiti mesmo numa fase anterior em que não era propriamente numa operação de paz sobre a alçada da ONU. Mas de qualquer maneira o Haiti é um ponto importante de convergência.

Outro ponto muito importante é dos biocombustíveis. A cada também reunião de alto nível entre membros do governo americano, membros do Governo Brasileiro, a questão dos biocombustíveis aparece como um ponto muito grande de aproximação, na medida em que os dois países são os dois maiores produtores de etanol e existe uma percepção crescente nos Estados Unidos, até mesmo em função da problemática geoestratégica no Oriente Médio, da vulnerabilidade norte americana em função da grande dependência deles no combustível fóssil. De modo que há um interesse comum em trabalhar pela commodity (inaudível), como eles dizem, transformação do etanol numa transformação *commodity* internacional e também até mesmo de promover o uso do etanol e dos biocombustíveis em terceiros mercados, para que haja um mercado internacional, um mercado de futuros com todas as características de um mercado para o combustível.

O outro ponto que eu falaria de convergência é a própria Rodada de Doha. Isso aí vocês talvez surpreendentemente, porque em um primeiro momento após a conferência de Cancun em que houve um certo colapso nos entendimentos, o Brasil surgiu como um líder dos países em desenvolvimento, criando o G20, o G20 foi interpretado na época uma força antagônica aos norte americanos. Mas hoje em dia eu acho que há uma compreensão do G20 como um fator de construção do consenso e basta falar que logo após o último impasse negociador quando a Ministra do Comércio USA, Suzan Schwab, decidiu retomar conversações para lançar a rodada, a primeira cidade que ela visitou foi o Rio de Janeiro para contatos com o Ministro Celso Amorim. De modo que apesar das diferenças de posição em relação aos subsídios, ao apoio doméstico, sobretudo em agricultura, há uma grande convergência. Mas, subsistem também várias áreas de divergência e de dificuldade, para falar de uma necessita, assim, em termos globais, embora os dois países defendam muito a democracia num plano interno, hoje em dia o Brasil tem uma agenda muito ativa de promoção da democratização das instâncias internacionais de decisão e os Estados Unidos se apresenta um pouco como a

potência defensora do *status quo*. Então, por exemplo o Brasil gostaria de ampliar o G 8, de democratizar a OMC, de ampliar o Conselho de segurança das Nações Unidas, mas os americanos não são necessariamente parceiros nesses esforços.

Outras áreas mais tópicas de diferença, a problemática da tríplice fronteira, nós vimos recentemente em que os americanos identificaram nove indivíduos e duas empresas como financiadoras do terrorismo internacional, fato que nós não aceitamos, nem os argentinos ou paraguaios na medida em que consideramos que as provas são insuficientes para isso. Existem sim, ilícitos na fronteira que devem ser combatidos, mas não existe demonstração a nosso ver de um vínculo com o terrorismo. Existem dificuldades de ordem consular também e aqui muito importante lembrar o trabalho efetuado pela CPMI da migração ilegal presidida pelo Senador Marcelo Crivella onde várias as dificuldades foram identificadas, há um tratamento áspero na fronteira México, Estados Unidos, onde muitos brasileiros sofrem maus-tratos, acho necessário reconhecer e onde há um trabalho consular importante a ser realizado para que isso não se repita e isso seja reduzido, ao mínimo, desapareça.

Poderei falar mais a diante, sobre alguns outros aspectos da relação consular com um número grande de brasileiros, hoje em dia, calculado em torno de um milhão cem mil, mas existem estimativas que vão até dois milhões, grande parte deles indocumentados nos Estados Unidos, essa questão adquire uma importância muito maior do que no passado, mas entendo que o Itamarati esteja muito bem aparelhado e se aparelhando cada vez melhor para lidar com ela, inclusive um fato recente com a publicação do Diário Oficial da nova estrutura do Ministério, semana passada, está sendo criada uma sub-secretaria específica no organograma do Itamarati para lidar com os brasileiros no exterior. E eu acho que isso aí atende, inclusive, uma das recomendações da CPMI sobre a migração ilegal e de modo que é uma boa notícia.

Outra área de divergência tópica que é administrada com muita diplomacia, a área do meio ambiente, como os senhores sabem os Estados Unidos não são signatários do Protocolo de Kioto, não são signatários da Convenção Sobre Diversidade Biológica, mas isso não impede que haja uma boa cooperação no âmbito do grupo que se chama agenda comum sobre o meio ambiente, que aliás, está se reunindo essa semana aqui em Brasília onde se tem conseguido acertar ponteiros em relação a vários temas da pauta ambiental, inclusive, por exemplo, na área de florestas, hoje em dia, há uma convergência grande entre Brasil e Estados Unidos.

Eu não repetirei aqui os dados que foram mencionados pelo Senador Eduardo Azeredo sobre a importância do comércio bilateral, a importância dos Estados Unidos como investidor no Brasil, hoje em dia o Brasil também grande investidor nos Estados Unidos, com estoque de investimentos em torno de quatro bilhões de dólares, empresas importantes do Brasil representadas nos Estados Unidos. Das quinhentas maiores empresas norte americanas, mais de trezentas estão instaladas no Brasil, ou seja, são dados que falam por si só e que apenas sublinham a importância de mantermos esse padrão de relacionamento e inclusive trabalharmos para que se amplie e aqui eu recordaria que na declaração conjunta adotada pelos presidentes Bush e Lula em novembro do ano passado, houve um compromisso de se trabalhar por um aumento significativo do comércio. Uma conclusão exitosa da Rodada de Doha ajudará isso. Outras iniciativas, gostaríamos por exemplo, que houvesse o início de um processo negociador Mercosul, Estados Unidos, os norte americanos tem resistido a isso, mas é um projeto que não deve ser abandonado.

Se eu fosse fazer uma radiografia atual da relação bilateral, então, eu enfatizaria muito, a excelência do diálogo político que pode ser verificado entre os dois presidentes, os dois presidentes que tem se reunido não só visitas de parte a parte, mas terceiros locais, agora recentemente na cúpula do G8 em São Petersburgo, eu estive presente, inclusive, ao encontro muito amistoso, muito substantivo entre os presidentes Lula e Bush. Era visível também na relação do Ministro Amorim com a Condoleezza Rice, Secretária de Estado e com o Ministra Suzan Schwab, responsável pelo portfólio do comércio e em níveis também inferiores, no meu próprio nível, tem desenvolvido uma amizade muito boa com o sub-secretário Nicolas Burns, que é hoje em dia o número dois do Departamento de Estado em função da saída do vice Ministro Bob (inaudível), que estará visando o Brasil em fevereiro próximo. De modo que esse diálogo político de alta qualidade, visitas de parte a parte muito exitosas, com resultados substantivos, criação de vários grupos de trabalho que tem se reunido na área de energia, do crescimento econômico que reúne o Ministro da economia brasileiro e o secretário do tesouro norte americano. Um grupo de comércio novo que foi criado agora e que já tem produzido alguns resultados na área da facilitação do comércio com o envolvimento do Ministro Furlan e do secretário de comércio norte americano Carlos Gutierrez e eu vejo então, perspectivas muito promissoras de ampliação do comércio, da relação econômica, também ciência e tecnologia foi acionado depois de vários anos que em que ficou dormente a Comissão conjunta criada

pelo acordo de 1984, como a missão importante que visitou Washington recentemente.

De modo que o futuro Embaixador do Brasil em Washington tem uma base muito boa a partir da qual trabalhar nos próximos anos, eu acho que é essencialmente manter o relacionamento bilateral na rota do amadurecimento como tem sido o caso até aqui um esforço de preservação e ampliação da relação econômico-comercial, explorando potencialidades e aqui há uma idéia interessante do Embaixador Clifford Sobel que é o novo Embaixador norte americano aqui no Brasil de criar o fórum de grandes empresários entre os dois Países, uma coisa que só existe entre os Estados Unidos e Índia, hoje em dia, eu acho que também há um desafio a ser enfrentado na área do atendimento aos brasileiros no exterior, inclusive, os indocumentados e eu terminaria essa breve apresentação com uma idéia que me foi apresentada pelo sub-secretário norte americano Nicolas Burns, de estabelecimento de uma parceria estratégica Brasil-Estados Unidos calcada no interesse de ambos os países em promover o mercado internacional para os bio combustíveis. O Sr. Burns comparou uma iniciativa desse tipo ao que representa hoje o acordo nuclear, Estados Unidos-Índia e que tem levado a uma aproximação grande com a Índia. E eu acho que é algo para refletirmos no futuro, pode ser uma opção realmente interessante, eu acho que as condições estão sendo criadas que permitem que isso seja levado a diante e talvez seja de fato o rumo em direção a qual trabalharíamos nos próximos anos. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo a substância e a concisão, a exposição do Embaixador Patriota, agora devo por exigência constitucional e regimental transformar a nossa reunião em Sessão secreta para que os Srs. Senadores façam a sua arguição.

SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Crivella também, Presidente.

(Sessão torna-se secreta às 10h53)

(Sessão volta a ser aberta às 12h14)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Reaberta a nossa Sessão, eu quero comunicar a apuração feita pelo escrutinador, Senador Azeredo que foi aprovação por unanimidade do nome do Embaixador Patriota, Antônio de Aguiar Patriota para a embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Cumprimentando o Embaixador e agradecendo a presença.

SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Queria pedir, Sr. Presidente, só se nós pudés-

semos tentar votar hoje ainda no Plenário, encaminhar essa aprovação porque hoje nós vamos ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vamos encaminhar imediatamente e esperamos poder votar no Plenário. Os demais itens da nossa pauta, os Relatores não estando presentes eu deixo para a próxima reunião e declaro, por conseguinte, encerrada a nossa Sessão de hoje.

(Sessão encerrada às 12h16)

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 20 de dezembro de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, CÉSAR BORGES, EDUARDO AZEREDO, JEFFERSON PÉRES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO, JOSÉ JORGE, MARCO MACIEL, SÉRGIO ZAMBIASI, HERÁCLITO FORTES, MÃO SANTA, MARCELO CRIVELLA e EDUARDO SUPLICY**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senador Sérgio Zambiasi requer inversão de pauta. **Extra-Pauta Item 01:** Projeto de Lei da Câmara Nº 121, de 2006, de autoria do Presidente da República, que “Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)”. Faz uso da palavra o Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**, para leitura do parecer. Aprovado. O Senhor Senador **SÉRGIO ZAMBIASI** apresenta o seguinte Requerimento de Urgência: **Extra-Pauta – Item 02:** Requerimento Nº 40 de 2006 – CRE, que “Requer, nos termos do art.336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara Nº 121, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)”. Aprovado. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo Nº 31, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002”. Adiado. **Item 02:** Projeto de Lei da Câmara Nº 84, de 2006, de autoria do Presidente da Repúbli-

ca, que “Dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências”. Adiado. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salvavidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água”. Adiado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos estão de acordo, fica dispensada a leitura da Ata. E passamos à apreciação da pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, solicito a inversão da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se todos estão de acordo, a Presidência concorda com o pedido de inversão da pauta. Coloco em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 121/2006, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até vinte milhões de reais. É um Projeto do Poder Executivo, do Presidente da República e o Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Roberto Saturnino. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara 121/2006, de autoria do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai no valor de até vinte milhões de reais.

Nós vamos direto ao voto, Sr. Presidente, já que o relatório é de conhecimento da Comissão e, enfim, pelo exposto já relatado no parecer, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 121/2006, Presidente Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação o parecer favorável do Senador Sérgio Zambiasi. Os Srs. Sena-

dores que concordam com o Relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, solicito que coloquemos em regime de urgência o referido projeto, já que implica realmente em apoio a um País que precisa muito da ajuda do Brasil, para que nós possamos iniciar esse combate a ilícitos em nossas fronteiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão. Em votação o pedido de urgência formulado pelo Senador Sérgio Zambiasi. Se todos estão de acordo, fica aprovado o pedido, o regime de urgência para o Projeto recém-votado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Na ausência dos Relatores dos demais itens da nossa pauta de hoje, eu declaro encerrada a Sessão, por não haver mais matéria, agradecendo a presença de todos.

(Sessão encerrada às 10h52)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Ata da 1ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Subcomissão permanente para modernização e reaparelhamento das forças armadas brasileiras, realizada no dia 6 de junho de 2006, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia seis de junho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência Interina do Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, com a presença dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP e SÉRGIO ZAMBIASI**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos. **Item 01:** “Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-presidente da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, criada por meio do requerimento nº 05, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, aprovado em 23/03/2006”. O Senhor Presidente anuncia o registro da chapa com o Senador Romeu Tuma, para Presidente e o Senador Flexa Ribeiro, para Vice-Presidente e encaminha a votação. Resultado – Eleição dos indicados por unanimidade dos votos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy, convida os Senadores eleitos a comporem a mesa passando a Presidência e a palavra ao Senador **ROMEU TUMA**,

que indica o Senador Jefferson Péres para relator da Subcomissão. Fazem uso da palavra os Senadores **FLEXA RIBEIRO, ROBERTO SATURNINO e EDUARDO SUPLICY**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente interino e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Interino.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Legislatura nº. 52.

Passamos agora a apreciação da pauta. Item 1º, instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, criada por meio do Requerimento nº. 5 de 2006, CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma aprovado em 23 de março de 2006.

Foram indicados para presidir esta Subcomissão e vice presidi-la os Senadores Romeu Tuma e Flexa Ribeiro. Eu convido os Senadores titulares para depositarem o seu voto. Os Senadores Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Jefferson Peres. Ausente o Senador Pedro Simon, estando presente o Senador Valdir Raupp que representa o PMDB, convido-o para votar. Estando ausente o Senador Eduardo Azeredo do bloco PFL-PSDB, convido o Senador Flexa Ribeiro para votar. Ausente o Senador Sérgio Zambiasi do bloco de apoio ao Governo, PT, PSB e PL, então eu me convido para votar. Peço a gentileza do Senador Valdir Raupp para que faça a apuração dos votos, por favor.

Por unanimidade de votos, quatro votos favoráveis e nenhuma abstenção ou voto contra, foram eleitos o Presidente Romeu Tuma e Vice-Presidente Flexa Ribeiro, então convido ambos os Senadores para assumirem respectivamente a Presidência e a Vice-Presidência dessa Comissão. Meus cumprimentos e boa sorte na missão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Assumo a Presidência da Subcomissão e defesa para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, e passo a palavra ao Vice-Presidente eleito, Senador Flexa Ribeiro. E agradeço

o Senador Suplicy por ter se conduzido com maestria na Presidência da instalação dessa Subcomissão e ao Senador Valdir Raupp pela presença sempre elegante e apoiadora nesta hora. Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores, apenas para agradecer a confiança dos meus pares em nos indicarem para a Vice-Presidência da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, e dizer Senador Romeu Tuma, que é uma honra muito grande participar dessa Subcomissão sob a vossa Presidência. Tenho absoluta certeza que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, através da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas fará um trabalho da maior importância sob o seu comando para que possamos aprofundar, detalhar a situação das Forças Armadas Brasileiras e colaborar com o relatório desta Subcomissão no sentido de que o Executivo Nacional possa, realmente, reaparelhar as Forças Armadas, fortalecendo-as de tal forma que elas estejam aptas a exercerem as suas funções de defesa da soberania nacional. Parabéns a V.Ex^a. e que tenhamos sucesso nessa nova missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado. Só para... Formada a instalação e ser rápido em razão da urgência o Senador Suplicy e eu na CAE que tem assunto importante, inclusive de uma Audiência Pública, não é isso, Senador Suplicy? Mas eu queria lembrar que eu comecei a me interessar nessa área de Modernização e Reaparelhamento, se não me falha a memória, eu peço até a lembrança dos Senhores oficiais que sempre estão prestigiando essa Casa, do FAT 90, era isso que era, era fato 09? FT 90 do General Leônidas, a época, com quem várias vezes conversei, que era um projeto que até 90... Sr. Presidente, bom dia, mas a Força Tarefa 90, isso mesmo, que era para modernização das Forças Armadas. À época, o Brasil tinha já avançado no parque industrial bélico, em razão do desenvolvimento tecnológico e de algumas indústrias que infelizmente foram massacradas por interesses internacionais e acabaram caindo no vazio e hoje o Brasil deverá, eu acho que é uma das missões dessa Subcomissão em tentar recuperar a indústria bélica, não com o intuito de sermos militarizados para a morte, mas sim para a defesa, não só do nosso território, mas principalmente para exportar para os Países que realmente eram bons clientes brasileiros. Tive a oportunidade de viajar com a Comissão do Exército que o chefe do DMB, Departamento Material Bélico, não sei se mudou, porque muda toda a estrutura, toda hora na Polícia, no Exército. Mas fizemos al-

gumas viagens importantíssimas de visita aos clientes brasileiros, não só na parte de armamento, como de carros leves e feitura do tanque Osório que se desenvolveu durante um bom período, a tecnologia desse tanque com o componente de vários Países.

Então, eu acho que isso tem uma grande importância, nós temos a fábrica de fuzis que está em situação financeira de dificuldade, tem que se conseguir do Governo o apoio para a recuperação, porque elas têm uma tecnologia muito boa de armamento e também vemos com carinho as dificuldades porque passa as Forças Armadas e seus componentes. As medidas provisórias aí acalentadas pelo esquecimento por mais de cinco anos que tem que se apreciar vetos e outras medidas que possam trazer maior tranquilidade para a família militar brasileira e que hoje tem, sem dúvida nenhuma, trabalhado por vocação e por patriotismo. E infelizmente a gente, às vezes, passa ao lado sem perceber que essa angústia que toma conta das Forças Armadas. Eu dou como exemplo claro e defendo aqui o nosso astronauta que pediu passagem para reserva, provavelmente por desesperança de não ver no seu futuro, como homem da aeronáutica, de ter qualquer tipo de progressão a não ser críticas por ter feito uma viagem de interesse nacional e que estava sendo politicamente explorado.

Então, ele vai para a empresa privada, acho que não deixará de lado todo o seu trabalho de quatro, cinco anos no exterior, aprendendo, trabalhando para ser um astronauta. Portanto, eu acho que a gente tem que analisar o que realmente está acontecendo. Quais são os fatos que levam o homem com a experiência, com a tecnologia que aprendeu, com um dever de civismo de permanecer na Força ter que sair por razões que o fizeram, sem dúvida nenhuma, de chorar por tristeza por ter que ter saído das Forças aonde ele praticamente se criou. Eu acho que esse é um papel da Subcomissão. Nós teremos o prazer de trabalharmos nesse sentido, conversamos com os três Comandantes das Forças Terrestre, Marítima e Aérea, e assim conseguimos estabelecer, dentro da capacidade orçamentária e de interesse do País, o que se quer das Forças Armadas e como ajudá-la.

Eu queria indicar como Relator o Senador Jefferson Peres, se não houver nenhuma... Porque ele é um homem experiente como o Flexa dizia, e representa um outro partido, então ficaria três partidos representados na Com(F). E que assim nós poderemos estar estabelecendo uma busca política mais forte que cada um de um partido, poderia convencer a gente agora. Senador Saturnino com a palavra.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Presidente eu queria tão simplesmente cumprimentar

V.Ex^a. e o Senador Flexa Ribeiro pela eleição, muita justa. São dois Senadores que têm demonstrado um interesse muito grande, profundo, pela situação das Forças Armadas, e por conseguinte saberão conduzir perfeitamente os trabalhos desta Subcomissão que, naturalmente, se coadunará com o da Comissão plena das Relações Exteriores e Defesa Nacional, que não vai perder a sua característica, e dizer... Eu sinto e sei eu constatei que no âmbito, no seio das Forças Armadas espera-se muito dessa Subcomissão. É uma Subcomissão permanente, espera-se muito no sentido, primeiro, de alertar permanentemente o Senado para o tema Forças Armadas, sua instituição, suas necessidades. É uma instituição da maior importância para o Estado, é uma instituição, claro, acima de todas as facções políticas, é uma instituição do Estado e que passa por um momento bastante difícil em termos materiais e em termos de recursos e que espera dessa Subcomissão um trabalho de informação ao Senado sobre essa situação e essas necessidades, assim como um trabalho também de recomposição do orçamento. Um trabalho permanente e especialmente aplicado no momento de elaboração do orçamento da República.

De forma que eu queria manifestar, primeiro, esse regozijo, cumprimento V.Ex^a., e segundo a expectativa da qual compartilho de que essa Comissão desempenhará um papel muito importante para a recuperação do Estado material das Forças Armadas dada a importância dessa instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Saturnino eu queria agradecer muito a sensibilidade de V.Ex^a. em de pronto atender o nosso Requerimento, inclusive com o apoio do Senador Flexa Ribeiro, e dar essa oportunidade a se discutir um assunto de interesse dessa Comissão, que é de Defesa Nacional e a gente, inclusive, tem um Projeto, que depois eu vou conversar com os nossos representantes das Forças Armadas, que é um Projeto de mobilização aonde nós atravessamos um período de insegurança em vários Estados e eu me lembro que por ocasião da greve da polícia da Bahia, um General que comandou uma operação para dar cobertura a tranquilidade da sociedade, levou cinco dias para arrumar meios de condução, nesse ínterim mataram 29 cidadãos de bem. Os bandidos tomaram conta da cidade, essa mobilização teve uma dificuldade enorme.

Então, essa parte o exército tem que ter a liberdade de requisitar e tudo. E esse negócio de pagar e tudo é posterior. Não dá tempo de se discutir e nem fazer nenhuma concorrência sobre isso. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu acho que seria interessante se nós pudessemos, tendo V.Ex^a. designado o Senador Jefferson

Peres para Relator, quem sabe, possa então mesmo em diálogo com os membros da Comissão, preparar um roteiro de atividades. Quem sabe, Senador Jefferson Peres, por exemplo, sugerir que possamos aqui ouvir seja o Ministro da defesa, e os três comandantes das Forças Armadas para cada um, então, transmitir-nos o que é que seria importante para o objetivo de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, e aí haveria então o calendário de trabalho. Mas, como ele é o Relator, eu acho que seria importante que ele possa apresentar-nos um roteiro e podendo nos ouvir até o dia... Não sei se deveria ser apresentado isso na própria reunião de quinta-feira de toda a Comissão ou de uma próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Suplicy, eu queria até pedir licença a V.Ex.^a. para lembrarmos que eles estiveram aqui. Eu vou pedir a Secretaria que distribua aos membros da Subcomissão. Os depoimentos já foram feitos com V.Ex.^a. E eu acho que a gente pode é ver o que faltou para podermos orientar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É porque também tenho a preocupação de... Estava comentando com V.Ex.^a. e o Senador Roberto Saturnino... Porque precisamos ver em que medida possamos fazer dessa Comissão algo que possa ser efetivo, colaborar sem haver um excesso tão grande de reuniões e Comissões que nos dificultam fazer bem feito o trabalho das Comissões regulares das quais nós participamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – As temáticas, né? A gente vai fazer aqui mais pontuais. Pelo menos a minha idéia e acho que do Senador Flexa e vou falar com o Senador Jefferson, coisas pontuais. Por exemplo, tem um problema de Calha Norte, a gente traz, discute como é que vai buscar. Vamos discutir. A recuperação da fábrica lá, então vamos discutir, trazer o BNDES, ver se pode financiar ou não pode, mas só pontuais. Não adiante a gente sonhar com um monte de idéias e acho que V.Ex.^a. tem razão...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nós temos reunião concomitante da CAE, eu vou pedir licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou encerrar Senadores. Eu queria agradecer a presença de todos, inclusive dos representantes das Forças Armadas, da Lucinha que colaborou com os seus auxiliares aí na presteza da reunião e o Presidente Saturnino que está realmente trazendo uma modernidade nas discussões dos assuntos que são afeitos a essa Comissão e dando, sem dúvida nenhuma, um destaque muito grande que a gente sente, pelo interesse que as Forças Armadas demonstram

nessa Comissão e o Ministério das Relações Exteriores. Cumprimento a V.Ex.^a. e agradeço a oportunidade de poder sentar em vosso lugar aqui para presidir. Muito obrigado a presença de todos. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 10h39)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada em 26 de janeiro de 2006 às 10 horas.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e seis de janeiro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, com as presenças das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Teotônio Vilela Filho, Alberto Silva, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Mão Santa, Delcídio Amaral, Magno Malta, Serys Slhessarenko, Siba Machado, Aelton Freitas, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, João Ribeiro e Augusto Botelho. O Senador Cristovam Buarque encaminhou a Comissão Expediente datado de dezoito de janeiro de dois mil e seis, informando que irá ausentar do País, no período compreendido entre os dias dezoito de janeiro a quatro de fevereiro do corrente ano, por estar ministrando aulas no curso de inverno da Universidade de Columbia, em New York, como Professor Visitante. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, lê os seguintes expedientes: Ofício de número duzentos e onze, datado de vinte e cinco de janeiro de dois mil e seis, subscrito pela Chefia de Gabinete do Ministro dos Transportes, comunicando que o Senhor Ministro Alfredo Nascimento está à disposição da Comissão para prestar os esclarecimentos necessários e o Ofício de número doze, da lavra do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, comunicando a indicação do Senador Maguito Vilela, como membro Suplente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias: **Item único da Pauta – Requerimento nº 01, de 2006-CI**, que requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, **Dr. Alfredo Nascimento**, juntamente com o Diretor-Geral do DNIT, **Dr. Mauro Barbosa da Silva**, a prestarem esclare-

cimentos à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, sobre a operação emergencial “tapaburacos” nas rodovias federais em todo o país. **Autor:** Senador José Jorge. **Resultado** – Aprovado com a ressalva do Senador João Ribeiro que transforma em convite o presente Requerimento. **Pauta Extra – Item Único – Requerimento nº 02, de 2006-CI**, que requer a convocação do Ministro de Estado das Cidades, **Márcio Fortes**, para prestar esclarecimentos à Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, a respeito de liberação de recursos orçamentários, **Autor:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado** – Aprovado. Usaram da palavra os Senhores Senadores João Ribeiro, Eduardo Azeredo, Mão Santa e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, registra a presença dos Deputados Robson Tuma e José Rocha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e seis minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calhão*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, melhor dizendo, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, da Comissão Permanente de Serviço de Infra-Estrutura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os senhores Senadores e senhoras Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Temos dois expedientes que serão lidos. O requerimento de autoria do Senador José Jorge, que requer a convocação do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento e do Diretor Geral do DENIT(F), Mauro Barbosa da Silva, a prestarem esclarecimentos à Comissão de Serviço de Infra-Estrutura do Senado Federal, sobre a Operação Emergencial Tapa Buraco nas rodovias federais de todo o País. Quero... (inaudível) Deixa eu só concluir, quero, no entanto, comunicar que o senhor Ministro... (inaudível) O senhor Ministro dirigiu-se a essa Comissão solicitando que a convocação fosse transformada em convite. É sobre o assunto? Então o que eu coloco à Comissão é a proposição dessa transformação. Os senhores...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Senhor Presidente, eu ainda, eu queria solicitar de V. Exa. o seguinte: Primeiro, que fosse transformado em convite, segundo, que nós fizéssemos, em conjunto com a CAE(F), porque já foi aprovado requerimento do Senador Romeu Tuma a respeito deste convite ao Ministro

Alfredo Nascimento, que já se colocou à disposição, inclusive com a presença do doutor Mauro Barbosa, Diretor recém empossado do DENIT(F), o Ministro está à disposição, o Ministro quer vir aqui para esclarecer todas as dúvidas que houverem...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Exa. tem absoluta razão com relação ao Ministro, agora, quanto ao Diretor do DENIT(F), a convocação permanece. Ele teria que ter tomado o mesmo procedimento. Por dois motivos, o primeiro em respeito à Casa e o segundo...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, eu solicito de V. Exa. que considere esta minha solicitação por que eu recebi uma ligação dele me pedindo, ele deveria ter feito, mas não foi orientado pela assessoria dele a tempo. E como ele assumiu recentemente o DENIT(F), a gente tem que dar um crédito a ele...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador João Ribeiro, mais um motivo para a Presidência indeferir. O doutor Mauro tem todo acesso a esta Comissão e ele deveria se dirigir ao Presidente, por maior apreço que tenha a V. Exa.. Existem coisas formais que nós não podemos abrir mão, sob pena de capitular. Eu acho que o senhor, ele não teve nenhum apreço a esta Comissão por que foi convocado, o Ministro, que estava no Rio de Janeiro, mandou a Chefe de Gabinete tomar essas providências, de forma que eu acho que, tenho o maior respeito pelo doutor Mauro, mas acho que essa questão aqui é uma questão que nós devemos considerar.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, eu não vejo diferença entre convocação e convite, uma vez que ele se coloca à disposição para vir. Eu acho que é uma questão de endurecer o jogo. Eu não acho necessário isso, Presidente, com todo o respeito que V. Exa. me merece, admiração que eu tenho por V. Exa. sabe disso, mas eu faço este apelo a V. Exa.. Que já que nós estamos transformando a convocação do Ministro em convite e quero aqui já...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quero até dizer a V. Exa., eu sou muito claro. O doutor Mauro marcou audiência com o Presidente da Comissão de Infra-estrutura, eu me encontrava fora de Brasília, me dirigi para cá, dez minutos antes da audiência, ele, simplesmente, mandou desmarcar, por que ele tinha uma reunião. Então esse não é o tratamento de respeito que o Diretor do DENIT(F) tem que ter com a Comissão. Eu acho, posso até atender V. Exa. pelo apreço que eu lhe tenho, mas eu não...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Mas eu vou conversar, eu garanto a V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós todos capitulamos aqui, agora eu acho que, nesse caso, nós devemos manter a convocação para os dois, é uma opinião que eu coloco.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Convite, Presidente, eu gostaria que essa Comissão. Até porque não há dificuldades, Senhor Presidente, ele já se colocou à disposição, eu reitero o apelo a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu não tenho nenhum documento, aqui, do doutor Mauro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – V. Exa. tem minha palavra, e eu sei que o senhor, da minha palavra, V. Exa., acho, que jamais duvidará, por que toda a vida que nós fizemos qualquer compromisso nós honramos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, tudo bem.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – E eu hoje falei com ele e ele disse: Senador, gostaria que V. Exa. vai estar na Comissão, que V. Exa. fizesse uma fala e fizesse essa, esse apelo à Comissão e eu estou pronto para ir a hora que a Comissão desejar, me coloco à disposição da Casa, não só na Infra-estrutura, mas em todas as Comissões, no Plenário, quando houver necessidade. Até porque eu assumi uma função pública da maior responsabilidade, portanto, eu tenho que prestar contas do trabalho. Embora eu tenha assumido, oficialmente, há uma semana, mas não tem problema, eu estarei lá com todo o prazer. Então eu peço a V. Exa. que considere esse meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou acatar pelo respeito que tenho a V. Exa., como de antemão, nós já sabemos que o elo de ligação será V. Exa. com o diretor do DENIT(F), que para nós é muito bom, eu solicitarei que V. Exa. pedisse a ele que, na próxima vez que marcasse audiência com a Comissão, que pelo menos tivesse a consideração, por que eu me desloquei do Recife, achei que era um assunto da importância do DENIT(F), eu sei que a assessora, inclusive, não gostou, fez um beicinho, mas é obrigação, minha filha, eu quero que você entenda que nós temos as obrigações aqui nessa Comissão e as coisas têm que ser tratadas com respeito. Não é possível que, num período de recesso, o Diretor do DENIT(F) faça, marque uma audiência, insistentemente, foram três os pedidos feitos, a marcação foi feita e depois recebi um telefonema, dez minutos antes, dizendo que ele não pode por que tem outro compromisso.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente. Nesse assunto eu quero, só para concluir minha fala, dizer que V. Exa. tem toda a razão e pela liberdade que tenho com o doutor Mauro, eu vou conversar

com ele, tenho certeza que ele vai procurar V. Exa. para esclarecer este mal entendido ou esta falha que ele teve com V. Exa.. Eu tenho certeza que ele vai lhe procurar para poder esclarecer isso e até se desculpar, se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não. Eu quero, apenas, que ele respeite o Senado da República e a Comissão. Eu não tenho nenhum assunto pessoal a tratar com ele, a questão dos buracos nas estradas, nós vamos tratar aqui na Comissão, não vou...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Senador, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V. Exa. a palavra, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Apenas para discutir o requerimento do Senador José Jorge, que é muito oportuno, por que, realmente, o que nós estamos assistindo é uma providência que devia ter sido tomada muito antes e o governo deixou chegar nessa situação que estão as estradas brasileiras e, agora, vem com o programa de Tapa Buraco, que é um programa paliativo e que, na verdade, tinha que ser permanente. O próprio DENIT(F) tem programa lá que eles chamam, tem um nome lá, diferente, que é exatamente um contrato de manutenção permanente. Entretanto, por quê que não fez isto com as estradas todas? Quer dizer, nós estamos cansados já de ter dessas desculpas que o governo tem trazido em relação às estradas brasileiras. Não dá para ficar dizendo – Ah! Os buracos já estão aí há dez anos. Isso não é realidade e também e, mesmo que fosse a realidade, não seria justificativa. Eu fico vendo lá no meu Estado de Minas Gerais, quer dizer, o governo fez, agora, a propaganda de televisão, dizendo que concluiu o sonho dos mineiros, que é a Fernão Dias. Na verdade a Fernão Dias já estava pronta, tem mais de sete anos que ela está pronta, faltavam dois trevos que eles concluíram agora e o resto já estava tudo pronto há muito tempo. Então, na verdade, o que tem acontecido é um descaso muito grande mesmo com as estradas. O Ministro esteve aqui, até por um requerimento meu, ele esteve aqui ali no fim de 2004 e foi até, saiu-se muito bem, ele foi sincero conosco aqui, mas é o momento de que o governo se explica um pouco mais. Não dá para nós continuarmos mais. Eu tenho, eu fiz um planejamento nesta semana aqui no Plenário, lembrando que o governo não faz e nem deixa fazer. Quer dizer, cadê as PPPs? PPP, a Parceria Público Privado? Não era uma grande solução que o governo colocou? Mas eles não fazem Parceria Público Privado, não fazem concessões de rodovias, não teve uma concessão em três anos. Então, quer dizer, não tem jeito, o governo

usa o dinheiro que tem, da SID, usa o dinheiro que tem do orçamento, emendas que foram colocadas, não faz concessões à iniciativa privada e não faz PPP. E aí vem como uma solução eleitoreira que é essa do Tapa Buraco. Que ele tem que fazer Tapa Buraco, sim, mas não com esse estardalhaço que está fazendo como se fosse a solução.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Mão Santa e posteriormente o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente Heráclito e Senador João Ribeiro, todos nós sabemos o espírito conciliador do Senador João Ribeiro, é uma das figuras mais humanas que se tem aqui. Mas a gente tem que ver o sentido, hoje, desse Senado da República. Presidente Heráclito, esse negócio de fazer leis boas e justas é complicado. Hoje a gente pode fazer poucas leis. Na Suíça, quando fazem quatro leis por ano, pára para não conturbar o país. Hoje, o grande papel do Senado da República é ser a Casa de controle, controle dos outros poderes. Ele é um contra-poder para ter o equilíbrio da democracia. E a história, há tempo que ele vai se afirmando. Aqui veio Pedro II, ele deixava o Cetro, a Coroa, aqui veio todo, mas ultimamente o Senado da República está caindo e ficando desmoralizado. Eu vi e assisti a Marta Suplicy, na CAE(F). Presidente Heráclito, estou aguardando aí. Então eu quero fazer um retrospecto da história e do mundo, acabei de ler o livro do Bill Clinton. Ele esteve lá presente. Isso é que sem vaidade, eu fui Prefeitinho, toda a vez que a Câmara me chamava, eu ia. Eu fui Governador do Estado do Piauí e toda vez que a Assembleia chamou eu fui. Então, hoje, o Parlamento é, essencialmente, exerce a função de controle que as leis já estão aí, o país tem leis demais. E até secundário isso, o sujeito fazer uma lei boa e justa. É raro. O controle é que nós não podemos abrir mão. Então o exemplo, olha, o exemplo arrasta, o mau exemplo que a Marta Suplicy deu num negócio que foi discutido, no que o governo passou como um trator porque eu adverti o Estado e a Prefeitura de São Paulo não obedecia àquelas regras de relação dois para um que qualquer governo é exigido. Você só pode tirar um empréstimo se a sua receita for uma relação de um para dois a dívida. Exemplificando – Se o Estado deve dois bilhões, ele tem que ter uma receita de um bilhão. Então, isso foi desfeito, deu no que deu e o Senado da República chama Marta Suplicy e boa noite. Então esse exemplo pode estar aí e eu acho que é oportuno, mas também eu acho que a verdade e a sabedoria está no livro, vamos conciliar mais o João Ribeiro, eu sei que

a simpatia, a solidariedade, o apoio, o correligionismo é uma virtude dele, mas também salvaguardando a grandeza e a firmeza que o Senado, decadente está neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito Fortes, ainda para discutir o requerimento, acho oportuno e quero parabenizar os Senador José Jorge, autor do requerimento convocando o Ministro do Transporte e o Diretor do DENIT(F), para que eles venham até aqui, Senador João Ribeiro, como V. Exa. fez a solicitação ao Presidente da transformação da convocação em convite, mas que eles venham aqui explicar para a Nação e para esta Comissão a forma atabalhoada que está sendo gasto, ao final desse exercício, os recursos nessa Operação Tapa Buracos, que é uma operação que deveria ser permanente, permanente, de tal forma que as estradas fossem mantidas e não perdidas para serem reconstruídas. Porque o Governo Federal, Presidente, tem recursos suficientes para a manutenção, a recuperação das estradas através da SID(F) e ele faz contingenciamento com os recursos para não utilizá-los. Ainda ontem, no Plenário, nós aprovamos, com voto contrário da oposição, a Medida Provisória que transferiu recursos para a manutenção das estradas. O Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão de Orçamento, ele disse, textualmente, de que aquela Medida Provisória não era necessária, porque ela foi colocada antes do Projeto, do Decreto Legislativo de Crédito Suplementar que foi encaminhado à Comissão de Orçamento e todos aprovados. Então é a forma do governo definir como aplicar, sem que haja, como diz muito bem disse o Senador Mão Santa, o controle por parte do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador João Ribeiro, vamos fazer, então, o seguinte: Fica feito o convite, já com a data aqui previamente acertada entre terça ou quinta-feira, nós faríamos a verificação de agenda com compatibilização.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Já na próxima semana, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Já na próxima semana. Mas o senhor há de convir que esta questão é urgente. O que se está querendo discutir aqui é emergência, é o Tapa Buraco. Entendeu? Apenas, o simples fato da transformação da convocação em convite, tudo bem, é uma questão, acho até louvável a iniciativa do Ministro sobre este caso. Agora, a matéria é urgente, de repente você termina ela saindo de foco. V. Exa. daria à Comissão...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Senhor Presidente, vamos fazer conjunto então, fazer com a CAE e o pessoal da CAE concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí eu não tenho poder.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eles concordam...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí eu não tenho poder, eu não tenho poderes para isso. Mas aí eu não posso, aí eu tenho que ter, eu teria que ter aqui...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Um entendimento com o Presidente da CAE(F), se pode surgir?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não. Se houver um entendimento posterior, sim, agora uma coisa que eu sugiro, é que as oitivas sejam separadas, do Ministro e o diretor do DENIT(F). São duas convocações aqui, em respeito, inclusive ao requerimento do Senador José Jorge.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, mas o senhor gostaria que fosse ouvido separado?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não sou que eu gostaria, não, é o requerimento que gostaria, entendeu?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, eu faço mais um apelo, eu acho que o assunto é o mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas Senador João Ribeiro, é o mesmo...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Mesmo quem cuida do DENIT(F) é o doutor Mauro, o Ministro que comanda o doutor Mauro é o Ministro Alfredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não impede. Não impede, não impede que o Ministro Mauro venha na companhia do Ministro e que, o doutor Mauro, e que os esclarecimentos prestados sejam suficientes e dispensada a convocação do doutor Mauro. Não vamos proteger o doutor Mauro demais também não, caro colega, vamos proteger, um pouco, a Casa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, não é proteção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Fica aceito o convite dos dois, vamos fazer as duas coisas. Está feito o convite aos dois. Se houver necessidade, doutor Mauro está mantido, se não, o próprio Senador José Jorge, que é o autor do requerimento, então, abriria mão da segunda oitiva. Com relação a...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, eu até faria o apelo à V. Exa. da seguinte forma, eu acho que a presença do doutor Mauro é extremamente importante, junto com o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro. Ele vem na companhia do Ministro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Até por que ele vai ter que assessorar o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ele vem, sim, mas aí sim, mas olha, veja bem, a questão da hierarquia, o Ministro e o Diretor, o subalterno na mesma Mesa para o mesmo assunto não é nem elegante. Ele vem como auxiliar. Exatamente isso que eu gostaria, ele vem, exatamente, assessorando o Ministro. E se ficar esclarecido que...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Houver a necessidade da participação dele, ele estará...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está mantido o convite para outra sessão. Agora, a sessão conjunta, se houver a solicitação da outra Comissão, eu queria perguntar aos senhores Senadores, se estou autorizado a fazer, caso haja a manifestação da CAE(F), no sentido de que a convocação seja conjunta, que se faça. Aí não tem nenhum problema, não é? Eu quero, aprovado, então o convite, com a data marcada entre terça e quinta-feira, dependendo do ajuste de agenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em seguida. A Comissão recebe, do Senador Ney Suassuna, a comunicação de que o Senador Maguito Vilela, que reassume o seu mandato, passa a integrar, como suplente, a Comissão de Infra-estrutura, desejamos ao companheiro boas vindas e passo a palavra a V. Exa., Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito Fortes, solicitaria a V. Exa. que colocasse em votação o requerimento de minha autoria, convocando o Ministro de Estado das Cidades, senhor Márcio Fortes, para vir até a Comissão de Infra-estrutura para prestar informações a respeito dos critérios utilizados, por aquele Ministério, para a liberação de recursos, por ocasião do encerramento fiscal do ano de 2005. Faço o encaminhamento à Mesa, do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em votação. Os senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de convocação do Ministro Márcio Fortes, Ministro das Cidades para prestar esclarecimento a respeito de dúvidas sobre liberações or-

çamentárias, recentemente realizadas. Senador Marco Maciel, deseja fazer uso da palavra? Obrigado. Essa Presidência registra a presença do Deputado Robson Tuma acompanhado do Deputado José Rocha a esta Comissão, o que engrandece sobremaneira essa Casa. Senador João Ribeiro, apenas para registro, o assessor que procurou a Comissão em nome do doutor Mauro foi o doutor Luiz Tito(F), esteve no gabinete, eu me desloquei para fazer, estou apenas fazendo o registro, por que se há um Ministério que tem amplo, geral e irrestrito entendimento com a Comissão é, exatamente, o dos Transportes, o assessor parlamentar está aqui, inclusive fala comigo a hora que quer, no momento que quer, sem nenhuma dificuldade. Fica apenas o registro. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h06)

Ata da 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 de fevereiro de 2006, às 10 horas.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores José Jorge, Marco Maciel, Rodolfo Tourinho, Leonel Pavan, Gerson Camata, Alberto Silva, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Delcídio Amaral, Magno Malta, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Siba Machado, Aelton Freitas, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Wellington Salgado e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência lê os seguintes expedientes; Ofício nº 314-GM/MT, datado de seis de fevereiro de dois mil e seis, subscrito pela Senhora Maria Aparecida de Oliveira Severino, confirmando a presença do Senhor Ministro Alfredo Nascimento na audiência pública da Comissão e o OF GLPMDB nº 024/2006, datado de trinta e um de janeiro do corrente, de autoria do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna, comunicando a indicação do Senador Valmir Amaral, como membro suplente, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item um – Mensagem do Senado Federal nº 76, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado

Federal o nome do Vice-Almirante Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários– AN-TAQ”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador José Jorge*. Foi designado Relator “*ad hoc*” o *Senador Delcídio Amaral*. Foi aprovada a indicação, obtendo o seguinte resultado – **16** votos sim, **1** voto não e nenhuma abstenção num total de **17** votos. **Item dois – Mensagem do Senado Federal nº 77, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – AN-TAQ”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Gerson Camata*. Foi aprovada a indicação, obtendo o seguinte resultado – **15** votos sim, **2** votos não e nenhuma abstenção num total de **17** votos. Foram convidados os Senadores Mão Santa e Wellington Salgados para os escrutínios. Usaram da palavra para sabatar os indicados, os Senadores Flexa Ribeiro, Gerson Camata, Alberto Silva e Wellington Salgado. A Presidência comunica que foi suspensa a indicação do Sr. José Ricardo dos Santos. Foram aprovados os seguintes Requerimentos constantes da **Pauta Extra. Item um: Adendo ao Requerimento nº 01**, de autoria do *Senador Heráclito Fortes*, que solicita a transformação em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a Audiência Pública com o Ministro dos Transportes, Sr. **Alfredo Nascimento**, juntamente com o Diretor-Geral do DNIT, Sr. **Mauro Barbosa da Silva**, a realizar-se no próximo dia **14** de fevereiro de 2006, às **10 horas**, no Plenário da **CAE**; **Item dois: Requerimento nº 03**, de 2006-CI, de autoria do *Senador José Jorge*, que requer a realização de audiência pública, com a presença do Presidente da Petrobrás, **JOSÉ BABRIELLI**, para prestar esclarecimentos sobre o atingimento da auto-suficiência brasileira de petróleo; **Item três: Requerimento nº 04**, de 2006-CI, de autoria do *Senador Jefferson Péres*, subscrito pelo *Senador Augusto Botelho*, que requer seja convidado o Presidente da TRANSPETRO, subsidiária da Petrobrás para Transporte de Petróleo e Derivados, Dr. **SÉRGIO MACHADO**, a fim de prestar esclarecimentos sobre as razões técnicas que justificam a realização do maior concurso público da história daquela Organização, com abertura de 10.012 vagas, das quais 1.537 para preenchimento imediato; **Item quatro – Requerimento nº 05**, de 2006-CI, de autoria do *Senador Flexa Ribeiro*, que requer sejam convidados para audiência pública, a fim de se pronunciarem a respeito da questão energética do País e seus possíveis desdobramentos, inclusive do complexo hidrelétrico de Belo Monte as seguintes

autoridades: Ministra do Meio Ambiente, Sra. MARINA SILVA, Ministro de Minas e Energia, Sr. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA, Presidente de Furnas Centrais Elétrica, Sr. JOSÉ PEDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, Sr. CARLOS RAIMUNDO A. NASCIMENTO, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Sr. ALOISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS e Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Sr. MAURÍCIO TOLMASQUIM. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e seis minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta 2ª Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura da Comissão Permanente de Serviços de infra-estrutura. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da ata da reunião anterior. Senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Antes de entrar na pauta eu queria pedir permissão aos senhores Senadores para registrar aqui com muita alegria o aniversário do Senador Delcídio Amaral que completa sessenta e três anos de idade.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Trinta e sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Trinta e sete? E que tem se revelado um grande Senador e acima de tudo um extraordinário companheiro. Portanto, gostaria de compartilhar. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos começar, portanto, com o Ministro dos Transportes confirmando a sua presença no dia 14. Atenção, senhor Líder do Governo. Dia 14, senhor Líder do PT, o Ministro dos Transportes vem aqui para falar do tapa-buraco, juntamente com o senhor Mauro Barbosa do DNIT. A que horas?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, no dia 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dia 14, 10h30. Requerimento. Requeiro nos termos regimentais a abertura de Audiência Pública no ambiente desta Comissão para que o Presidente da EMPRESA DE PETRÓLEO BRASILEIRO, senhor Sérgio Gabrielli preste esclarecimento ao Senado sobre o atingimento da auto-suficiência brasileira de petróleo.

Senhores Senadores que aprovam permaneçam na maneira que se encontram. Aprovado. Requeiro nos termos do Artigo 58, parágrafo segundo, inciso da constituição, e do Artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal que seja convidado o Presidente da TRANSPETRO, subsidiária da PETROBRAS para transporte de petróleo e derivados, Dr. Sérgio Machado, a fim de prestar esclarecimento sobre as razões técnicas que justificam a regularização do mau concurso público da história daquela organização, com abertura de dez mil vagas das quais um mil quinhentos e trinta e sete para preenchimento imediato. O autor, Senador Jefferson Perez. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requeiro nos termos regimentais e constitucionais que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para Audiência Pública no âmbito dessa Comissão se pronunciarem a respeito da questão energética do país e seu possível desdobramento, inclusive, do complexo hidroelétrico de Belmonte, matéria de interesse público. Os convidados seriam: Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia, Pedro Rodrigues de Oliveira, Presidente de FURNAS, Presidente das Centrais Elétricas do Brasil, senhor Raimundo Nascimento, Presidente das Centrais Elétricas– ELETROBRÁS, Aloísio Vasconcelos, e Presidente da EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, Maurício Tolmasquim. Senador Flexa Ribeiro. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Poderemos estender ao Presidente de FURNAS outros questionamentos. Muito na moda. Concorda, senhor Líder?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nos termos regimentais comunico a V. Exa. a indicação do Senador Valmir Amaral como membro suplente da Comissão dos Serviços de infra-estrutura em vaga cedida pelo PMDB. Na oportunidade renovo a V. Exa. o voto de apreço e consideração do Senador Ney Suassuna. A reunião de quarta-feira próxima, no dia em que ela foi aprovada aqui ficou delegada ao Presidente a decisão de fazê-la conjunta ou não. Seria conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos. Houve um entendimento, houve um acordo. E daí o ajuste nós faremos na sessão conjunta. Será então na sala da CAE, por questão de espaço físico. Está de acordo, então, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Mensagem do Senado Federal nº. 76 que submete a apreciação do Senado Federal o nome do vice-almirante Murilo de Moraes Rego Costa Barbosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ. O Relator seria o nobre Senador José Jorge que

me pediu, por se encontrar com outro compromisso, que designasse um Relator e homenageando o aniversariante, o Relator passa a ser, portanto, o Senador Delcídio Amaral. O Item 2... Está com o relatório já aí? O Item 2º mensagem do Senado Federal (inaudível), que se submete a apreciação do Senado Federal, o nome do senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte, ANTAQ. O Relator é o Senador Gerson Camata. Nós teríamos um terceiro nome, como é o nome que foi retirado? José Ricardo dos Santos. E por questão de interpretação foi suspensa a indicação dele, estando seu nome a condição da indicação, sendo analisada pela assessoria técnica do Senado e da Presidência da República, para uma posterior apreciação. Convidamos, portanto, para fazer parte da Mesa o vice-almirante Murilo de Moraes Rego e o Doutor Décio Mauro Rodrigues da Cunha.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Será que V. Exa. não poderia abrir a votação? que a gente está sendo solicitado em outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Logo, vamos fazer exatamente isso, Senador, um minuto só. Nós vamos conceder a palavra ao primeiro sabatinado que é o vice-almirante Murilo de Moraes Rego Correa Barbosa, e antes excepcionalmente atendendo o (Inaudível) do Senador Botelho nós vamos abrir o Processo de votação para permitir aqueles que tenham compromissos em outras dependências da Casa e a convicção do voto que possam exercê-lo a partir de agora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) –

Presidente, a Comissão do Orçamento está solicitando a nossa presença—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é, nós vamos fazer exatamente isso...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Por uma questão de quorum...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – E

Presidente. Eu também tenho uma reunião lá, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exa. é o Relator do...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Item

1º.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do Item 1º.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Eu e eu no orçamento, Senhor Presidente. Da mesma forma.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Acho, primeiro ler o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo pois, a palavra ao Senador Delcídio Amaral para proferir o seu relatório.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – O

senhor Presidente da República através da mensagem nº76 de 2006, nº 44 de 24 de janeiro de 2006. Na origem submete à apreciação do Senado Federal a indicação do vice-almirante Murilo de Moraes Rego Correa Barbosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ. A ANTAQ, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes foi criada pela lei nº 10.233 em 05 de junho de 2001 que dispõe sobre a reestruturação dos Transportes Aquaviários e Terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e Departamento Nacional de infra-estrutura de Transportes. Determino o Artigo 53 da lei 10.233 de 2001 que os membros da Diretoria da ANTAQ serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal nos termos do disposto do Artigo 52, Inciso III, alínea “f” da Constituição Federal. Em complementação estabelece que o ocupante de cargo de diretor da instituição deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos de atribuições e competências da agência, e elevado conceito no campo de suas especialidades. Senhor Murilo de Moraes Rego Correa Barbosa é cidadão brasileiro nascido em Minas Gerais em 1944, com sua escola naval, e posteriormente ao curso superior da escola de guerra naval. Obteve os títulos de mestre, em ciências navais, curso de comando em estado maior da escola de guerra naval em 1982 e de doutor em ciências navais, curso de política e estratégia marítima na escola de guerra naval em 1991. O indicado iniciou a carreira na Marinha do Brasil como guarda marinho em 1967, e chegou a vice-almirante em 2001. Entre outras funções registram-se aquelas desempenhadas nos contra torpedeiros Paraíba e Mato Grosso nas fragatas Defensora Independência(F) como comandante no navio Patrulha Fluvial Amapá e na Corveta Inhauma. Além disso, desenvolveu atividades na capitania dos portos dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, esteve à frente do Comando Naval da Amazônia Ocidental. Atuou no Ministério da Marinha, assessor Parlamentar e Subchefe do gabinete do Mi-

nistro entre 1995 e 1996 na Casa Militar da Presidência da República, Sub-chefe da Marinha no Estado maior da armada, Sub-chefe de organização no período de 1997 a 1998, no Ministério da Defesa, assessor especial do Ministro, Diretor do Departamento de Política e Estratégia e mais recentemente em 2005 no Comando de Operações Navais como chefe de Estado Maior. Ao longo da carreira integrou em diversos grupos de representação e delegações brasileiras, nessa linha merece destaque sua participação como membro das delegações brasileiras junto ao Comitê intergovernamental da hidrovia Paraná/Paraguai do Conselho da Internacional *Organization* e a 5ª Reunião Ministerial da Zona de Paz e cooperação no Atlântico Sul. Foi titular da Comissão Permanente de Tratado de cooperação da Amazônia e da Comissão Executiva do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, além de ter atuado como representante do Ministério da Defesa na Comissão Interministerial para os recursos do mar. A convite da escola superior de guerra e da escola de guerra naval e das escolas de comando e estado maior do Exército e da Aeronáutica, além de várias instituições estrangeiras, proferiu palestras em diversos seminários e conferências entre os temas abordados destacam-se a Política Marítima, a Política de Defesa Nacional e a Amazônia. Por último vale registrar que o vice-almirante Murilo de Moraes Rego Correa Barbosa recebeu várias condecorações, entre as quais a ordem do Rio Branco, grau de oficial do mérito marítimo, quatro âncoras, do mérito Tamandaré, do mérito naval, grau de grande oficial, do mérito da defesa, grau de Comendador e do mérito de Santos Dumont, além da medalha de um pacificador. Analisadas as informações constantes do currículo, encaminhado em anexo à mensagem de nº 76 de 2006, verifica-se que o indicado possui formação acadêmica e profissional adequado e reúne atributos que o credenciam plenamente para o exercício das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo senhor Presidente da República. Sendo assim submetemos à apreciação o julgamento dessa Douta Comissão a indicação do senhor Murilo de Melo Rego Correa Barbosa, constante da referida mensagem presidencial em cumprimento ao disposto do Artigo 52, inciso III, Item F da Constituição Federal, combinado com o Artigo 53 da lei 10.233, de 05 de junho de 2001. Esse é o relatório, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Damos a palavra ao Senador Gerson Camata para proferir o seu relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senhor Presidente. Senhoras e senhores Senadores. Trata-se da indicação do senhor Décio Mauro Rodrigues

da Cunha para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A ANTAQ autarquia especial vinculada ao ministério dos transportes criada no dia 05 de junho de 2001 que dispõe sobre a reestruturação dos Transportes Aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de infra-estrutura de Transporte. Essa lei, a 10.233 determina que no Artigo 53 os membros da Diretoria da ANTAQ serão nomeados pelo Presidente da República com a aprovação pelo Senado Federal nos termos do disposto Artigo 52, Parágrafo 3º da alínea “f” da Constituição Federal. O senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha é cidadão brasileiro, graduado em engenharia naval na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1966 com pós-graduação pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Massachusetts Instituto of *Tecnology*. Em 1969, mestrado em Administração NBA pela UFRJ em 1998. Sua formação foi ainda complementada com a participação em diversos cursos, estágios e seminários em seu campo de atuação realizados no Brasil e no exterior. Tendo iniciado sua experiência profissional no corpo de engenheiros e técnicos navais da marinha, trabalhou posteriormente na superintendência nacional da Marinha Mercante onde ocupou os cargos de assessor, diretor de engenharia, chefe de gabinete do superintendente e assessor chefe durante o período de 70 a 75. Na iniciativa privada sua atividade foi voltada especialmente para o setor de construção naval. Nesse sentido atuou junto as seguintes empresas, Indústrias Reunidas CANECO S.A., como diretor comercial, Empresa Brasileira de Reparos Navais RENAVAL, como coordenador de equipe de estudos técnicos e Chicavagiva(F) do Brasil, estaleiros navais e Chibrás(F) onde ocupou as funções de consultor da presidência e diretor comercial, ocasião em que respondeu pela construção e entrega de 36 navios e Ferrostal do Brasil como responsável por todas as atividades navais da empresa e por projetos industriais para a PETROBRAS. Paralelamente atua como consultor da presidência do estaleiro de reparos navais, ZENAV(F) da empresa de navegação CONAM no escritório de projetos navais e da empresa de navegação GRANCARGA Marítima. Participou ainda como conselheiro e diretor das sociedades técnicas em entidades e classes ligadas à área marítima tais como o Instituto Pan-americano de Engenharia Naval, Sindicato Nacional de Indústria e Construção Naval e da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval, da qual também foi Vice-presidente. Nos últimos três anos exerceu o cargo de consultor da ANTAQ junto à superintendência de navegação

onde se dedicou aos assuntos relacionados à organização marítima internacional, especialmente quanto à colaboração de normas, resoluções de outorga e fiscalização de questões de meio ambiente e acompanhamento de convenções internacionais. A análise das informações constantes do currículo vitae encaminhado a anexo da mensagem 77 demonstra que o indicado conta com adequada formação acadêmica e profissional reunindo tributos que o credenciam para o pleno exercício das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo senhor Presidente da República. Diante do exposto submetemos à apreciação e ao julgamento dessa Comissão a indicação do senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha, constante da referida mensagem presidencial em cumprimento ao disposto no Artigo 52, Parágrafo 3º, Inciso F da Constituição Federal combinado com o Artigo 53 da lei 10.233 de 05 de junho de 2001. É o Relatório, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Desde já fica nomeado o Senador Wellington Salgado para presidir a Comissão Senadora que irá apurar os votos. Com a palavra. O senhor Murilo Moraes Rego Correia Barbosa para o dar início à sua exposição.

SR. MURILO MORAES REGO CORREIA BARBOSA: Excelentíssimo senhor Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviço de Infra-estrutura, excelentíssimos senhores Senadores. Queria que minhas primeiras palavras fossem para manifestar a honra que tenho por ter sido indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Sou um oficial da Marinha do Brasil, em junho do ano passado após quarenta dois anos de serviço ativo fui transferido para reserva. Ao longo desses anos tive o privilégio de por diversas ocasiões exercer cargos que tinham envolvimento muito grande com a política marítima e com as atividades da Marinha Mercante. E foi no exercício desses cargos, interagindo com os diversos seguimentos que labutavam no setor aquaviário entendendo as razões do posicionamento da Marinha do Brasil, constatando que as grandes nações priorizavam as suas marinhas mercantes, entendendo o seu valor estratégico e econômico para os interesses nacionais que passei a ter plena convicção da imperiosa necessidade de o Brasil ter uma expressiva Marinha Mercante, um sistema portuário eficiente e uma adequada infra-estrutura de construção e reparos navais. Tive a oportunidade de representando ainda o Ministério da Marinha, defender essa posição em várias reuniões interministeriais promovidas pela Casa Civil da Presidência da República que tinham por finalidade propor caminhos para aprimoramento

do transporte aquaviário. E de alguma forma esse entendimento acabou se refletindo na Legislação que foi aprovada naquela ocasião, particularmente a lei nº 9432 de 1997 e o decreto nº 2257, também de 1997, que tratam do ordenamento do transporte aquaviário. A própria criação da ANTAQ teve uma participação intensa da Marinha, a iniciativa do Governo Federal de criar uma única agência para regular os transportes terrestres e aquaviários não atendia, na visão da Marinha, as grandes necessidades da Marinha mercante. Afinal de contas, mais de 90% do nosso comércio exterior é feito por via marítima. Temos uma malha hidroviária que quando corretamente implementada permitirá criar novos corredores de escoamento da produção brasileira, com menores custos de frete. Temos uma infra-estrutura de construção e reparos navais, que se bem gerenciada permitirá atender a toda demanda do setor. Esses e outros argumentos apresentados pela Marinha e por outras instituições com interesse no segmento contribuíram para convencer os parlamentares da necessidade e aprimorarem o projeto de lei encaminhado e aprovassem a criação de duas agências independentes. Com a promulgação da lei 10.233 de 2001, o país passava a contar com uma agência reguladora específica para o setor aquaviário. Essa digressão inicial era necessária para que em primeiro lugar e eu apresentasse a visão que tenho para o setor. A existência de um expressivo número de embarcações próprias que possam propiciar uma navegação de cabotagem e interior pujantes permitindo como consequência o surgimento de uma navegação de longo curso igualmente forte. Pudessem também afirmar que o esforço desenvolvido pelos poderes Executivo e Legislativo nos últimos anos dotaram o Brasil de instrumentos capazes de promover e bem administrar o transporte aquaviário no país. O Ministério dos Transportes já tinham a competência para produzir as políticas necessárias ao ordenamento e crescimento do setor bem como realizar os investimentos públicos necessários, passou a contar com a ANTAQ para implementação dessas políticas e também para regulação e fiscalização do segmento em questão. Além disso, o arcabouço legal existente, atual, eficaz e em consonância com os reais interesses nacionais das condições necessárias para a agência cumprir a sua missão. Essa Legislação também criou alguns mecanismos visando à equalização de seus custos com a prática internacional, tanto na área de investimento quanto na de custeio, sempre com o intuito de tornar competitivo o transporte aquaviário brasileiro. Gostaria agora de falar um pouco sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e meu entendimento pessoal de quais devem ser as suas prioridades. O decreto nº

4122 de 2002 que aprova o regulamento da ANTAQ institui em seu Artigo 2º que ela tem por finalidade implementar em sua esfera de breve atuação as políticas formuladas pelo Ministério dos transportes, pelo Conselho Nacional de Integração de Política de Transporte, segundo os princípios e as diretrizes estabelecidas na lei nº 10.233 de 2001. E regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviço de transporte aquaviário e de exploração de infra-estrutura portuária e aquaviária, exercidas por terceiros com vistas a garantir a movimentação de pessoas e bens, harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas, arbitrar conflitos de interesses. A tarefa é grande e desafiadora e a equipe que conduziu a agência em seus primeiros quatro anos de existência realizou um trabalho magnífico estruturando seu quadro de especialistas, promulgando as mais importantes e prementes normas, planejando e executando as atividades de fiscalização, promovendo os primeiros estudos necessários para subsidiar as políticas de responsabilidade do Ministério dos Transportes e iniciando a instalação dos primeiros escritórios regionais. Não existe área da competência da agência prevista em seu regulamento que não esteja hoje sob algum tipo de ação por parte de seus integrantes. No entanto, como estudioso de política marítima, gostaria de encerrar minha exposição destacando algumas ações que caso venha ter a honra de ser nomeado para o cargo de diretor da ANTAQ pretendo dar um tratamento prioritário. São elas: intensificar a implantação dos escritórios regionais. Só para dar uma idéia temos hoje espalhados por todo o território nacional trinta e cinco portos em cento e dezoito terminais privados cadastrados. Além de mais de cento e cinquenta empresas de navegação na cabotagem e na navegação de apoio, autorizados a operar no país. Na navegação interior nós temos mais de quinhentos e cinquenta empresas. E sabemos que na navegação interior existe ainda um grande número de terminais, ainda não legalizados. A fiscalização desses órgãos feita a partir da sede em Brasília é extremamente onerosa e difícil. A atual Diretoria já deu início a esse Processo, mas é necessária sua intensificação para que todos os escritórios previstos, doze no total, estejam implementados a médio prazo. A necessidade pessoal para mobilizar os não previstos nessa primeira fase deve ser um grande entrave mais gestões devem ser feitas com o Ministério do Planejamento para tentar equacionar o problema, talvez novos concursos. Segunda prioridade, estudar mais profundamente a navegação interior. É fundamental que a agência conheça em profundidade as particularidades da navegação interior levando em consideração as diferentes características de nossas

hidrovias. A superintendência de navegação já deu início a alguns estudos, mas entendo que eles devam ser ampliados, desse modo devem ser promovidos minuciosos estudos com a participação das empresas de navegação que operam nas diversas hidrovias e das administrações dos portos e terminais das áreas no intuito de criar sempre que necessários procedimentos específicos. Esse estudo poderá concluir, inclusive em razão das grandes diferenças constatadas, criação de uma superintendência específica para navegação interior. O aprimoramento da navegação interior, inclusive com implementação de novas hidrovias é fundamental para o escoamento da nossa produção. Terceira prioridade. Equalizar os custos do combustível na cabotagem aos praticados no longo curso. A lei nº 9432 de 1997 prevê que o preço do combustível utilizado pelos navios que fazem à navegação de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário sejam equalizados aos valores praticados na navegação de longo curso. Essa medida é importante para a consolidação da navegação de cabotagem já que ela aumentará a competitividade do transporte rodoviário que utiliza óleo diesel subsidiado. Os órgãos governamentais envolvidos, dentre eles a ANTAQ devem trabalhar visando o cumprimento dessa Legislação. Faço parte daqueles que acreditam que uma navegação de cabotagem forte é o início de uma Marinha Mercante forte. Quarta prioridade, criar mecanismos que permitam ampliar o número de embarcações de bandeira nacional. A frota de bandeira nacional é muito pequena, quando verificamos o volume do nosso comércio internacional. Isso também pode ser verificado quando analisamos as estatísticas de afretamento anual. No ano passado foram autorizados, ou registrados, cerca de dois mil e quinhentos afretamentos. O número é muito grande, de modo que devemos prosseguir nos estudos em andamento visando identificar o tamanho ideal da frota própria nacional e em como a luz da Legislação vigente criar condições para que a empresa nacional de navegação amplie o número de embarcações próprias. A expectativa de crescimento do comércio exterior brasileiro ampliará esse *déficit*. E isso não é apenas um problema de natureza econômica é antes de tudo um problema de natureza estratégica. Muitas outras ações também importantes não estão sendo mencionadas, mas as quatro mencionadas sintetizam de forma precisa o caminho a ser percorrido em busca do cenário ideal para o transporte aquaviário brasileiro. Intensificação da fiscalização, diferenciação da navegação interior, dar competitividade à cabotagem, estimular a existência de embarcações próprias. Senhores Senadores, a área de atuação da ANTAQ é muito rica e abrangente de modo que muito mais po-

deria ser falado. No entanto optei por uma apresentação mais sucinta onde procurei destacar os aspectos que considero mais relevantes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Doutor Décio Mauro Rodrigues da Cunha para sua exposição.

SR. DÉCIO MAURO RODRIGUES DA CUNHA: Senhor Presidente da Comissão, excelentíssimos senhores Senadores, honrados com a indicação de diretor da Agência Nacional de Transporte Aquaviários, a ANTAQ temos a satisfação de apresentar os aspectos mais relevantes de sua atuação, abrangência, objetivos, atribuições, dificuldades e ações para minimizá-las. A ANTAQ criada pela lei 10.233 de 05 de junho de 2001 é uma autarquia especial de caráter eminentemente técnico com as seguintes finalidades. Implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes abrangendo regulação, supervisão e a fiscalização das atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário das navegações fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso dos portos organizados e dos terminais portuários privativos, assim como a exploração da infra-estrutura aquaviária federal. Por pressuposto é permanente a articulação da ANTAQ com as demais agências para resolução das interfaces do transporte aquaviário com as outras modalidades de transporte e a harmonização de sua esfera de atuação com a de órgão dos estados e municípios. Primordialmente deve promover também a harmonização entre prestadores de serviços e usuários, a arbitrar conflitos de interesses e coibir a configuração de competição imperfeita ou de infração contra ordem econômica. Releva mencionar a participação da ANTAQ no grupo interministerial da organização marítima internacional sob a coordenação da Marinha do Brasil, em todos os assuntos que possam ser de interesse para navegação e para os portos notadamente aqueles relacionados com a proteção meio ambiente. A superintendência de navegação de portos, de orçamento e finanças, a Procuradoria e os demais setores de assessoramento de apoio estão estruturados com técnicos especialistas altamente qualificados com os quais têm sido possível elaborar normas e resoluções ouvindo sempre os prestadores de serviços e os usuários quer especificamente, quer em Audiência Pública. Esses instrumentos de Gestão sempre revisados e aprimorados com fulcro na permanente realimentação decorrente de sua aplicação prática representam à base dos marcos regulatórios indispensáveis e requeridos pelos modernos princípios de governança corporativa que certamente contribuirão para alicerçar a imagem positiva da navegação e do setor portuário no mercado internacional. Não só

imprescindíveis para consecução efetiva do cumprimento fiel e rigoroso da Legislação específica, as normas deverão ser por outro lado objeto de permanentes esforços para eliminar excessos de burocracia, de forma a contemplar a praticidade de suas aplicações tendo em vista a extensão continental do nosso país e sua heterogeneidade regional. O setor portuário em sua abrangência vem atendendo a crescente demanda escoando mais de 90% do comércio internacional do país. Entretanto, há problemas a serem gerenciados. Futuramente são previstos gargalos nas áreas de movimentação de *containers* em especial nas regiões sul e sudeste. A ANTAQ dará prioridade para equacionar e minimizar este óbice. Daremos ainda prioridade ao aprimoramento operacional, ao incremento da produtividade dos portos e a privatizações. O ISBS *Coud(F)* elaborado pelo comitê de segurança marítima da organização marítima internacional trata da segurança dos navios e das instalações portuárias. O Brasil já conta com 80% de seus portos e terminais internacionais, totais parcialmente adaptados à nova Legislação mundial contra o terrorismo. De fato, das mais de duzentas instalações portuárias, cento e cinquenta e duas já estão certificadas pela *Comportus(F)*. Este desempenho está sendo considerado superior à média mundial. No setor da navegação, com exceção da navegação de apoio marítimo favorecida pelo incremento da produção de petróleo em offshore, a atual frota brasileira vem sendo progressivamente reduzida operando com navios antigos, não raro obsoletos, cuja idade média é superior a vinte anos. No segmento de transporte de grãos no longo curso sua evolução de crescimento sinaliza claramente a necessidade do fortalecimento e da consolidação da bandeira brasileira para que possamos aumentar a nossa participação nos fretes internacionais. No âmbito de responsabilidades e atribuições das nossas responsabilidades e atribuições promoveremos articulações com o Ministério dos Transportes e os demais órgãos federais para que se equacione e se efetive a recomposição da frota brasileira ao longo dos próximos cinco anos. A navegação interior que hoje tem pouca participação na matriz aquaviária deverá assumir um papel significativo com a conclusão e a operação dasclusas de Lajeado e Tucuruí. Especialmente no norte do país tal relevância justifica-se ainda mais, tendo em vista as dificuldades e as condições adversas da população que depende desse modal, em muitos casos a única alternativa de transporte e de carga e de passageiros. Na navegação de cabotagem a ANTAQ tem promovido encontros técnicos operacionais entre armadores e usuários objetivando o equacionamento e a otimização das operações portuárias. Os resultados têm sido mui-

to bons e deverão ter continuidade. Desenvolvem-se ainda estudos para verificar os pontos de obstrução e de favorecimento para o funcionamento do setor e para analisar a possibilidade de fomento e equalização de condições competitivas internacionalmente. O grande problema atual da cabotagem é o alto custo do combustível, vis-à-vis seu custo internacional por força de gravames tributários. Pretendemos promover articulações com órgãos do Governo e com os segmentos representativos na tentativa de dirimir tal óbice tanto quanto possível. Buscaremos, senhores Senadores, implementar com afinco esse processo evolutivo com o propósito de minimizar os óbices e aprimorar a estruturação da ANTAQ contribuindo assim para o crescimento e a modernidade da nossa Marinha mercante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Passamos a lista dos senhores parlamentares que desejam fazer uso palavra por permuta com o Senador Gerson Camata, o primeiro orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Heráclito Fortes, Vice-presidente Senador Alberto Silva, senhor vice-almirante Murilo de Moraes Barbosa, senhor Décio Cunha, é uma satisfação muito grande que nós temos de estar, hoje, aqui na Comissão de infra-estrutura. Em primeiro para aprovar a indicação de dois diretores para a ANTAQ e depois de ouvir no relato, na apresentação de V. Sa. a importância e a necessidade da nação brasileira se voltar para o sistema de transporte aquaviários. Eu como Senador da Amazônia e do Pará dedico uma atenção especial, não só para o relevo que isso tem para a nossa região, como a importância que esse sistema de transporte, esse modal de transporte tem para o desenvolvimento do nosso país. Lamentavelmente o que nós percebemos é que entra Governo e sai Governo e não há uma atenção voltada para a implementação das hidrovias em nosso país. V. Sa. fez referência aí às eclusas de Tucuruí, que é uma luta que o povo paraense com o apoio do nosso Senador Heráclito Fortes Presidente da Infra-estrutura tenta resolver há décadas. Lamentavelmente o erro que foi cometido quando se implantou Tucuruí não se fez a eclusa, foi repetido recentemente em Lajeado. Quando assumiu o Senado a primeira coisa que eu procurei era fazer um projeto de lei, Senador Camata, em que fosse proibida a construção de eclusas sem a transposição *pari passu*, das barragens sem as eclusas, fosse proibida a construção de barragem sem as eclusas. O que se houve e que aconteceu em Lajeado diferentemente de Tucuruí, Tucuruí foi falta de vontade de política de ser feita eclusa. Em Lajeado a barragem foi feita pela

iniciativa privada e a eclusa feita pelo Governo através do Ministério de Transportes. Lamentavelmente eu já tive oportunidade de dizer aos meus pares de Tocantins que eles vão ter o mesmo problema que nós enfrentamos no Pará, espero que não passe décadas para resolver como nós estamos passando. Então eu gostaria, Presidente, que nós pudéssemos fazer aqui uma Audiência Pública para discutir o transporte hidroviário. Que a gente pudesse, que a Comissão de Infra-estrutura pudesse assumir essa bandeira e prestar esse serviço à nação brasileira. Porque o transporte que custa oito vezes menos que o rodoviário e quatro vezes menos que o ferroviário não pode ser abandonado. Além do que nós estamos falando só da questão econômica. Está comprovado que o escoamento da produção de soja, hoje, existente em Mato Grosso, se houvesse a hidrovia Araguaia e Tocantins e tivesse instalada todos os recursos para a sua implantação seriam ressarcidos em um ano, um ou dois anos de economia do custo de frete. E nós não conseguimos vencer a barreira ambiental que é a nova barreira que foi criada pelas nações desenvolvidas. Tinham uma barreira tarifária, Senador Wellington, e como hoje é difícil você implantar a barreira tarifária eles se voltaram para a barreira ambiental de não deixar que as nações em desenvolvimento possam construir a sua infra-estrutura necessária para serem competitivas ao nível da globalização. Então queria propor, Presidente, farei isso depois, o requerimento, que nós fizéssemos uma Audiência Pública para tratar não da questão da hidrovia Araguaia/Tocantins, que afeta diretamente, ao Pará não, afeta ao Brasil, porque é um eixo de ligação, de colocar o centro oeste produtivo para, em condições de exportar com mais competitividade. O que faz com que a gente possa também levar o benefício, os benefícios a essa população do interior do nosso país. Então, queria propor que a gente discutisse de uma maneira ampla o sistema, a implantação do sistema hidroviário. Num século mais a frente, talvez ao século mais a frente nós vamos poder ter a navegação interior ligando a Bacia do Rio Amazonas com a Bacia do Prata, de tal forma que a gente possa fazer a navegação interior de toda a América do Sul. Então, eu queria fazer essa proposta de requerimento para que se faça essa Audiência Pública. E parabenizar, e quero ter com os dois novos diretores da ANTAQ que defendam com toda a inteligência e competência de V.Sa. a implantação do sistema hidroviário nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na Presidência indaga do Doutor Murilo e Doutor Décio se deseja fazer alguma consideração sobre...

SR. MURILO MORAES REGO CORREIA BARBOSA: Eu acho que a apresentação do Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o vice-almirante Murilo.

SR. MURILO MORAES REGO CORREIA BARBOSA: A apresentação do Senador Flexa Ribeiro, ela constata a nossa pouca prioridade que nós temos dado nos últimos anos ou nessa vida toda em que nós trabalhamos com o transporte hidroviário, as nossas hidrovias. O senhor mencionou a Araguaia/Tocantins, mas tem Telespires e Tapajós que pega ali o Mato Grosso inteiro, que praticamente toda safra de soja ali do Estado pode ser escoado para Santarém com custos baixíssimos. E também tem dificuldades por questões ambientais. Eu acho que são coisas que nós vamos ter de alguma maneira que supera-las para poder implementar essas vias, esses corredores porque eles são fundamentais para a economia brasileira. Muito obrigado.

SR. DÉCIO MAURO RODRIGUES DA CUNHA: Eu concordo inteiramente com as observações de V.Exa. e o senhor pode considerar que contará com um aliado na ANTAQ para tentar resolver esses problemas que certamente dependerão também do Senado e do Congresso e nós vamos batalhar para isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado, senhor Presidente. Eu quero inicialmente, senhor Presidente, cumprimentar tanto o vice-almirante Murilo de Moraes Rego Correa Barbosa quanto o Doutor Décio Mauro Rodrigues da Cunha. A gente observa pelos currículos, e, aliás, cumprimentar também o senhor Presidente da República, dois técnicos que dedicaram a sua vida, o vice-almirante no comando até de embarcações ao longo do litoral brasileiro, pelo interlã(F), pelos rios brasileiros, se tornando um técnico também na área de construção naval. E o Doutor Décio Mauro Rodrigues da Cunha também, um homem que dedicou a sua vida à construção naval, ao trabalho naval, à navegação marítima, aos portos brasileiros de modo que são dois currículos magistrais, dois técnicos que eu tenho certeza vão representar um passo a mais na busca de um ideal que nós precisamos alcançar. Eu não vou fazer uma pergunta, mas vou fazer alguns comentários do que a gente espera desse novo Conselho, desses novos membros da ANTAQ. O Espírito Santo é um estado muito voltado para o mar, nós temos seis portos no Espírito Santo e é o segundo maior complexo portuário da América

Latina depois de Santos, em São Paulo. E em volume e peso é o maior porto da América Latina, o maior do hemisfério Sul. Agora em recurso que entra, é claro porque sai muito aço e minério que pesa muito e entra muito carvão, mas na verdade temos o porto de Barra do Riacho, porto de Tubarão, o porto de Praia Mole, o porto de Capuaba, o porto de Vitória e o porto de Ubu, são grandes portos que operam com navios do mundo inteiro. E a gente observa e, aliás, em Capuaba agora tem um outro porto, o primeiro porto privado construído no Brasil e operado por uma empresa privada logo depois que nós votamos aqui a lei de privatização dos portos criando as autoridades portuárias. Pois bem, se esse porto privado não tivesse sido feito há cinco anos atrás, a PETROBRAS, hoje, estaria em dificuldade para operar os *suplies(F)* que operam na plataforma de petróleo do Espírito Santo. Por sorte se fez esse porto, quando a PETROBRAS chegou, quando começaram a surgir o descobrimento de petróleo, tinha lá um porto para a PETROBRAS operar. Agora as operações da PETROBRAS estão se tornando tão fortes e tão violentas que ela está fazendo um acordo com a SAMARCO para usar parte do porto de Ubu para operar os *suplies(F)* que atendem as plataformas. Há uma outra coisa interessante, por exemplo, o porto de Tubarão, eu gosto de falar nisso, porque às vezes os brasileiros não sabem, só uma ponte que carrega navios de minério, 25% do minério de ferro do mundo passa por ali. No porto de Praia Mole 20% do aço consumido no mundo passa por ali. Então, veja que é um volume significativo e muito representativo da força da economia brasileira passando por aqueles dois portos, um mais ou menos ao lado do outro. Enquanto a gente vê esse avanço e esse crescimento, a gente observa que começa haver um estrangulamento permanentemente ao longo desses dois portos tem trinta navios aguardando a atracação. Trinta navios, o porto está pagando uma multa porque não está cumprindo o calendário. Então há necessidade de investimentos na área portuária, e não é necessário que seja do Governo, já disse aqui o Senador Flexa Ribeiro, nós temos que derrubar essas barreiras ecológicas que os países do primeiro mundo estão botando no Brasil. Agora mesmo, por exemplo, a siderúrgica do Tubarão vai mandar bobinas para operar na siderúrgica da ARCELOR lá em Santa Catarina. Se for por caminhão, com as estradas do jeito que estão, aqueles supercaminhões carregando aquelas bobinas, é uma tragédia. Pois bem, a companhia se dispôs a fazer, está construindo um cais par às barcas levarem. Apareceu uma ONG francesa e disse: “As baleias vão ficar abaladas”. Como se as baleias fossem umas otárias, que quase lá enfiando o nariz na

frente das barcas que estão passando. É claro que ela se desvia, mas aí parou. Pronto. Não pode mais navegar no mar territorial brasileiro. Há essa mesma empresa Capixaba, a COIMEX (inaudível) agora estão com um projeto maravilhoso de quatrocentos milhões de dólares para ampliar o porto de Santos, fazer um porto privado, tem cinco anos. E vai para lá, e uma hora IBAMA, uma hora SEBAMA, e uma hora um outro negócio lá, e tal, que tem lixo em cima e, tem que tirar o lixo que jogaram dentro do mato olha, se tem alguém que vai tirar o lixo, parabéns, alguém foi tirar o lixo. Agora, já estão dizendo que o lixo tem que tirar com cuidado, quer dizer, um monte de... Se bem que a empresa está cumprindo todas essas etapas, mas é uma pena o porto de Santos está estrangulando, a gente querendo investir e essas coisas não acontecem. Um outro que eu queria sugerir também é o problema do transporte coletivo marítimo. A Ilha de Vitória, ela foi ligada a todos os bairros em volta, há uns anos atrás por transporte coletivo marítimo, era uma beleza, evitava o trânsito, as pontes congestionadas, trânsito, uma viagem boa, sem problema de mau cheiro de gasolina, de óleo diesel, mas o regulamento marítimo por uma embarcação que vai viajar quarenta minutos ou trinta minutos entre a ilha e o continente, é o mesmo regulamento de um navio que vai para Europa, tem que ter quatorze funcionários, um para jogar a corda, outro para puxar a corda. Então, eu acho que tem que desburocratizar isso para que se reabilite o transporte, não é só em Vitória, Santa Catarina tem esse problema, as praias do sul da Bahia, todas têm o problema, que a regularização é tão exagerada que desestimula o transporte marítimo nessa região. De modo que eu acho que a ANTAQ agora pode, nessa oportunidade, com essa nova Diretoria, com esses membros agora que são dedicados na área, trabalharam na área, conhecem os problemas no Brasil, começaram então a desobstruir esses gargalos e eu acho que até se fôssemos fazer essa Audiência Pública que o Senador Flexa Ribeiro disse aqui, nós temos que partir para uma coisa consciente do problema ambiental. Não é do caso, mas no Governo passado, senhor Presidente, um ministro do meio ambiente passou de porre em cima do Espírito Santo no helicóptero porque uma reserva florestal e largou ao Governo em três dias depois. Acabou com três municípios do Espírito Santo, porque ele resolveu criar uma reserva. O Presidente da República estava saindo do Governo e foi pressionado a assinou um decreto lá e pronto. Agora nós estamos com um pepino, com a reserva criada sem Audiência Pública, ilegalmente e ninguém mais investe naqueles municípios, ninguém se aproxima e o Governo não desapropria nada, porque também não

há recurso. Todas essas coisas precisam ser revistas com muito amor ao Brasil e com vontade de fazer esse país crescer, respeitando-se é claro, o meio ambiente, mas não se exagerando do jeito que as coisas estão acontecendo. Ou decidindo, ninguém mais pode fazer nada e nós vamos para outro país, fazer alguma outra coisa, como o Brasil não pode fazer nada. O Senador Motta agora está apresentando agora a CPI do não pode, quer fazer um porto em Santos, não pode, quer colocar a barcaça em Vitória, não pode, quer construir a refinaria de álcool não sei aonde, não pode. Então, é a CPI do não pode, não pode mais nada, Presidente. Esperamos que os nossos novos diretores ajudem a gente poder fazer alguma coisa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa Presidência, indaga se o vice-almirante Murilo ou se o Dr. Décio tem algum questionamento, algo a expor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Apenas agradecer as palavras do Senador, aí muito amáveis e conte conosco para o que o senhor precisar na ANTAQ, se nós formos nomeados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Alberto Silva.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Senhor Presidente, nós, os novos diretores aqui presentes, eu quero dizer algumas palavras, não indagar, mas congratular-me com V.Sa. que acabam de ser e serão seguramente serão aprovados aqui. Fazendo minhas as palavras do nobre Senador Camata, cumprimentá-los pelos currículos que têm e o que podem fazer pelo país, seguramente. Agora, eu creio que nós temos, nós aqui do Congresso, Senador Camata, nós somos um poder e essa história de não pode tem que acabar. Não é possível que o problema meio ambiente esbarre o país. Há uma história que eu considero quase que uma piada. O senhor não ouviu falar que a segunda pista do aeroporto de Brasília não foi construída e há esse congestionamento de tráfego, porque a história do não pode, sabe qual era o argumento. Senador Camata? Eu fiquei estarelecido, não se pode fazer a segunda pista de aeroporto da capital do país para não estressar as seriemas. Pelo amor de Deus, que país é esse?! Um setor do meio ambiente tudo bem, mas tudo é Brasil. É preciso que esse pessoal do meio ambiente compreenda que não podem parar o país. E nós temos poder aqui, Senador Gerson Camata. Nós temos até justificar a Legislação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Me desculpe, em Vitória está se fazendo à segunda pista, aliás, eu preciso agradecer ao Presidente Lula que iniciou essa obra que o Espírito Santo esperava

há mais de quarenta anos. Pois bem, está se gastando seis milhões a mais no orçamento para levantar a cabeceira da pista porque pode perturbar o sono do bem-te-vi do bico azul, os ecologistas inventaram. Só que esse bem-te-vi não existe.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Então, eu quero dizer que é Legislação, é a Legislação que criou esses poderes que não podem ser de tal natureza a impedir o crescimento do país. E há outras informações que não vale à pena aqui, não é a hora, mas nós devemos nos debruçar sobre isso e modificar esta Legislação. Nós temos poder para isso, nós somos representantes do povo brasileiro e não podemos deixar o país parar por alguma coisa que é subjetivo. V.Exa. acabou de dizer, não existe. E aí tem que subir por causa... Tem outras, não vale pena citar isso aqui. O que vale a pena é na verdade nós moldar nessa Legislação, dando a César o que é de César. O meio ambiente é importante? É, mas coisas subjetivas como essa, jamais. Esse “não pode” tem que acabar e nós podemos ajudar o país. Pois não.

SR. SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Já que estão sendo colocadas algumas questões de meio ambiente, eu quando era Prefeito de Balneário Camboriú, eu estava, construí lá uma rodovia inter-praias. E essa rodovia, sei lá, tinha vinte quilômetros apenas e contornava a geografia, fazia com que a própria rodovia desviasse em algumas regiões que o meio ambiente impedia que fosse implantada a obra. E chegando a um determinado lugar que tinha uma samambaia em cima de uma pedra e eles constataram que a samambaia era uma samambaia milenar, uma samambaia. E nós tivemos que gastar quase trezentos mil reais para desviar a pedra que nela continha uma samambaia. Resultado – depois dela pronta roubaram a samambaia e a polícia não foi investigar quem a roubou. Seria para proteger uma samambaia. Recentemente o município não conseguiu fazer uma outra obra porque havia o caminho do tatu, que os ambientalistas disseram que ali passava um tatu todos os dias, e se ali fizesse a obra, o tatu não reencontraria mais, aliás, não iria encontrar mais o seu buraco.

(Risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é mentira. O tatu sempre encontra o seu buraco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – O seu. O meu não. O seu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não foi com essa intenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não sabia que o Senador Wellington era especialista em buraco de tatu, parabéns.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Senador Pavan, veja. V.Exa., ouça os brasileiros que estão... A TV Senado está transmitindo essa sessão, veja, os brasileiros todos, esse país é muito grande. Esse país tem muita gente desempregada, esse país tem gente que precisa trabalhar. Não podemos parar o país por questões subjetivas. Lá, já que estamos, eu gostaria de falar aqui sobre, nós estamos aqui aprovando dois diretores da ANTAQ. E eu, rapidamente, gostaria de deixar esse problema do meio ambiente, porque nós vamos cuidar disso, seguramente, mas, meu caro almirante e Dr. Décio, eu fui governador do meu estado em duas vezes e lá tem o rio. O Rio Parnaíba, a eclusa de Boa Esperança é mais antiga do que a de Tucuruí e também da mesma maneira foi construída a barragem, não foi construída a eclusa, isto é, a eclusa foi realmente construída, faltam 10% só para concluir a eclusa de Boa Esperança e nós estamos lá, eu já me meti lá dentro do DNIT e através do Ministério de Transporte ajudando aqueles engenheiros que estão lá a encontrar uma fórmula para resolvermos o problema da eclusa de Boa Esperança. E agora, com o companheiro Heráclito, que é também do Piauí. Nós já estamos abrindo uma janela no orçamento para que haja recursos para a conclusão da eclusa de Boa Esperança. Apenas eu gostaria de situar nosso almirante, já que ele passou a maior parte do tempo dele na Amazônia, mas dizer que os dois rios perenes do nordeste são o São Francisco, que não tem navegação e o Parnaíba que já teve uma navegação pujante no começo do século passado, o Rio Parnaíba tinha dezenas e dezenas de embarcações que levavam o sal para região central do Brasil, eles andavam mais de mil seiscentos quilômetros de rio para levar o sal produzido no litoral do Piauí, para os rebanhos de gado do Brasil Central. E queria dizer a V.Sa. que nós aqui da Infraestrutura estamos dispostos a ajudar também o trabalho de V.Sa. lá na ANTAQ e começarmos a trabalhar no sentido de difundir mais, com audiências públicas, evidente, difundir o que representa a navegação de cabotagem, de um lado como bem V.Sa. traçou aqui, mas também a navegação interiorana. Agora eu gostaria de salientar alguns aspectos que o Brasil precisa começar a aprender, a pensar. Eu diria, por exemplo, assim, quando eu estava no Governo eu consegui colocar para desobstruir alguns obstáculos do Rio Parnaíba uma unidade das forças armadas. O segundo batalhão de engenharia de construção sediado em Teresina concordou em fazermos um projeto conjunto para desobstruir alguns obstáculos do Rio Parnaíba e que poderiam ser, condicionar a navegação do rio. Mas eu queria situar aqui alguma coisa que nós fizemos, queria lembrar aos nobres novos diretores, o seguinte,

eu parti, eu sou engenheiro e muito me orgulho disso e já tivemos muitas ocasiões de estudar coisas que a engenharia pode ajudar. Eu vou citar um exemplo. Eu acho que às vezes, por exemplo, se discute preparar o Rio São Francisco para navegação. Então, o rio tem alguns pontos que o calado é menor, tem alguns pontos que dificultariam a navegação e o Parnaíba tem a mesma coisa, menos água, evidentemente, mas... o que nós fizemos? Nós resolvemos e decidimos fazer uma embarcação para o rio e não arrumar um rio para a embarcação. A engenharia pode fazer isso. E nós fizemos um barco que seguia o canal do rio e a engenharia naval de construção dele foi muito bem bolada. Nós tínhamos um barco que podia carregar algumas mil toneladas com um calado mínimo, uma questão de engenharia de construção e nós fizemos isso. No pequeno estaleiro da cidade de Parnaíba nós fizemos um casco de embarcação leve, de tal maneira que toda capacidade dele era carga. E equipado com radar e sonar e cobrou (Inaudível) que colocavam o navio dentro do canal do rio. Você podia dirigir o navio à noite. E o canal estava lá à vista da gente. Então, isso podemos desenvolver, ambos têm um currículo, é excelente, acabei de ver. Então, vamos somar esforços no sentido de que no São Francisco e uma navegação precisa. Então, vamos fazer os navios para o rio e deixar, vamos aos pouquinhos melhorando o rio. Senão nós vamos levar décadas para melhorar o rio e não navegamos nada. O Parnaíba é a mesma coisa. Então, eu quero congratular-me com V.Sas. pela oportunidade que temos de aprovar a sua indicação em boa hora, chegando aqui, e dizer que nós dessa Comissão que estamos sempre prontos para ajudar o Brasil naquilo que for da nossa competência e que disser respeito ao que podemos fazer. E agora eu faria assim, por uma questão até de uma lembrança. Se não me engano eu vi aqui que V.Sa., almirante Murilo, V.Sa. foi guarda da Marinha em 1947? Ah, em 1977. Vossas Senhorias Tudo bem. Muito bem, então não é da época, eu queria lembrar porque eu tive um primo que foi, ganhou aquele prêmio GINOLD(F) da Marinha e parece que ficou com o nome lá, chamava-se Paulo Experidion(F) Correa de Andrade. Eu me lembro que vários almirantes que passaram por aqui conversaram conosco o conheceram. Mas isso era apenas uma lembrança, eu quero encerrar, senhor Presidente. Creio que nós estamos de parabéns com os novos diretores e aproveitar para dizer que nós daqui para frente vamos ajudá-los também fazendo uma Legislação adequada para que não se consiga mais atrapalhar o desenvolvimento do país da maneira que está sendo feito. Só para encerrar. Na minha cidade de Teresina, eu fui Presidente da Empresa Brasileira do

Transporte Urbano, eu fiz viaduto do Brasil, inclusive em Porto Alegre para o metrô de lá. E quando chegou à hora do meu Estado e da minha capital, quando nós fizemos um projeto, um viaduto para levar o metrô até o centro, alguém entrou com o embargo, a curadora do meio ambiente, se não me engano. O embargo porque entre muitas coisas subjetivas tinha Carnalbi-ra, tinha não sei o que. Tinha uma que era de achar graça. Havia o perigo do trem em cima do viaduto, cair uma roda do trem. Trem não cai roda, ou cai inteiro, eu sou ferroviário, ou cai o trem todo, ou cai o vagão, mas uma roda de trem, isso não é roda de caminhão, não. Caminhão às vezes solta e solta a roda. Mas trem? Um dos argumentos é que podia cair a roda do trem e matar uma pessoa lá embaixo. Isso é ridículo. Agora depois de uma luta que durou cinco anos, perdemos o dinheiro, agora o viaduto vai ser inaugurado seguramente entre maio, uns seis meses, Senador Heráclito, nós talvez possamos chegar lá e vai ajudar trinta mil pessoas que precisam do metrô e com a passagem bem mais baixa. Eu sei, esse é o caso para dizer que nós temos muito que trabalhar por um país tão grande e tão necessitado do nosso apoio. Quero parabenizá-los e ao nosso Presidente que foi meu companheiro durante muito tempo nas lides políticas do Piauí, que estamos de parabéns com os novos diretores ANTAQ. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – A Mesa indaga se o Dr. Décio ou Murilo tem alguma consideração a fazer? Agradecem. Passo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Wellington Salgado, que nos surpreendeu hoje em nos mostrar que é especialista em túneis.

**SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE
OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senhor Presidente, senhores Senadores, senhores indicados, senhor vice-almirante Murilo de Moraes e o senhor Mauro Rodrigues. Na verdade, queria pedir desculpa até sobre o comentário anterior, mas que realmente saiu uma coisa interessante e não tinha nada a ver. Mas senhor almirante, eu achei muito interessante a indicação de dois indicados com caminhos assim, um pouco diferentes. O vice-almirante Murilo de Moraes que dedicou sua vida inteira, eu estava olhando no seu currículo aqui, a Marinha e o senhor Mauro que teve também uma passagem rapidamente, mas está muito ligado à iniciativa privada. Eu acho que essa mistura, essa composição, acho que o Governo está sendo muito feliz nessas duas indicações. Isso vai ser muito importante até mesmo na explanação dos planos de cada um, você vê uma questão, o senhor Murilo, também apresentou a questão ligada à Gestão e a eficiência e o senhor Mauro também ligado à Gestão, mas também fala em meio

ambiente, ele também vai se preocupar. Então, era essa colocação que eu queria fazer, que realmente espero que os dois possam sempre procurar tirar o melhor de cada um para poder chegar a um caminho que seja bom para ANTAQ. Que acho que isso é importante da gente pegar o que cada um tem de melhor e vai sempre melhorando, melhorando e acaba tendo algo perto do ideal. E para mim também, como o Senador de Minas, o senhor Murilo é mineiro, eu vi aqui no seu currículo, para mim, eu estou feliz de estar fazendo essa indicação, às nossas origens lá, e para mim é a primeira vez que eu estou vendo o vice-almirante com um cabelo grande igual ao meu. Para mim é o momento também, que é difícil você ver alguém da Marinha com cabelo grande. Então, eu estou vendo que o senhor está indo para o caminho bem adaptado, digamos assim. Está se sentindo bem?

SR. MURILO MORAES REGO CORREIA BARBOSA: Muito bem.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É por isso, eu estava aqui, pensando aqui, quando eu olhei e vice-almirante, eu falei: Puxa, mas ele deve estar se sentindo bem. Está resolvendo tudo que aconteceu. Só isso, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vai ver ele podia prestar grande colaboração ensinando ao nobre Senador onde é o barbeiro dele.

(Risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, o de hoje eu vou, o de antigamente não. O de hoje eu vou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra, se assim o desejar ao nobre Senador Mão Santa. Senador Mão Santa, abre mão. Nós vamos estabelecer mais cinco minutos para iniciar o processo eleitoral. E em seguida fazer apuração dos votos, ficando nesse período a palavra franqueada a algum dos Senhores Senadores que queiram fazer algum questionamento.

SR. SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – A questão do tatu já está resolvido? Não, não. Apenas quero declarar que viemos aqui apenas para trazer apoio e cumprir com nossa missão, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa Presidência enquanto aguarda, embora nós já temos dezessete votos, acho que estamos dentro do limite de segurança suficiente, apenas uma questão de cautela teríamos que atingir o décimo oitavo. Acionamos aí através da Mesa, da assessoria da Mesa os demais Senadores, enquanto isso eu quero aproveitar para dizer aos dois sabatinados a alegria da satisfação que tem essa Comissão em recebê-los para essa oitiva num momento em que o Brasil não

tem mais tempo a perder. Tem que ter como escolha se quer realmente encontrar-se com desenvolvimento as nossas vias líquidas e as nossas ferrovias. Através dessa junção, tema esse defendido ao longo da vida pelo Senador Alberto Silva que tem, inclusive, na sua passagem pelo Executivo Brasileiro, tem um trabalho muito efetivo a respeito dessa integração. O Brasil chegou num momento que vai ter que ter a coragem e a decisão de abraçar essas duas modalidades do transporte. Nós perdemos muito tempo em todas as duas áreas, tanto em ferrovia como do transporte aquaviário. Então nós temos que ter a consciência de que nós vamos agora, de maneira firme ter essa grande oportunidade. Aliás, essa Comissão se sente muito responsável na discussão dessas matérias. Até porque a PPPs que seria o grande tema do ano passado, elas foram prejudicadas pelas crises que o país viveu, é compreensível. Mas esse é um tema que não pode de maneira nenhuma deixar de ser a pauta principal nessa Comissão. Eu acho que através das PPPs se pode fazer muito pelo Brasil na área que os senhores agora assumem. Para tanto é que essa Comissão apela que, com experiência que os senhores têm ao longo da vida, que lutem contra a burocracia desvairada. Às vezes o serviço público desestimula o investidor pelo excesso de burocracia e pela falta de objetividade da burocracia. Quando a burocracia, ela é apenas uma burocracia de cuidados com a coisa pública, tudo bem, mas nós temos casos de que a burocracia é perniciosa para Administração Pública Brasileira, cada um de nós aqui, passou por exemplo dessa natureza e todos nós sabemos o prejuízo que foi causado ao país por isso. Indago mais uma vez se algum Senador quer fazer algum questionamento. Não há mais fluxo, vou declarar encerrada a votação, pedindo ao Senador Wellington Salgado que presida essa apuração, evidentemente com a ajuda do Senador Mão Santa. Vamos, quantos favor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dezesesseis, né? São dezessete.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É. O almirante Murilo. Vamos então conferir para ver se foi colocado. Para ter um do Brigadeiro Murilo, tem que ter um do Doutor Décio aí do outro lado. Ou então, colocaram nos dois. Está certo? Vamos lá. Proclamando o resultado, o almirante Murilo Moraes Rego teve dezesseis votos “sim”, um “não”. O senhor Décio Rodrigues da Cunha teve quinze votos “sim”, e dois “não”. Ambos estão aprovados e tomaremos as providências devidas para o encaminhamento ao plenário da Casa para devida aprovação. A aprovação, não. Serão submetidos à consideração daquele plenário. Desejamos que ambos sejam aprovados e possam o mais rápido possível iniciar o cumprimento das suas missões. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h14)

Ata da 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e 5ª da Comissão de Assuntos Econômicos, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 14 de fevereiro de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às onze horas e dezoito minutos do dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e em seguida, do Senador Gilberto Mestrinho, que assume a Presidência Eventualmente, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Marco Maciel, Rodolfo Tourinho, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Romero Jucá, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Fernando Bezerra, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro e Augusto Botelho. Comparecem, ainda, os Deputados José Santana de Vasconcellos, João Paulo Gomes da Silva, Coronel Alves, Silas Câmara, Humberto Michiles, Paulo Gouvêa, Júnior Betão, José Carlos Araújo, Miguel de Souza, Wellington Fagundes, Mauricio Rabelo, Giacobbo, Eduardo Campos e Sandro Mabel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir o Exmo. Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, e o Sr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT, com a finalidade de prestar informações acerca da Operação Emergencial “Tapa Buracos” nas Rodovias Federais em todo o País, em atendimento aos Requerimentos nº 01/06-CI e nº 01/06-CAE, de autoria dos Senadores José Jorge e Romeu Tuma, respectivamente. A Presidência solicita aos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho que conduzam os convidados para tomarem seus assentos à Mesa, a fim de dar início à exposição. Após, usaram da palavra, para interpelá-los, os Senhores Senadores José Jorge, autor do Requerimento nº 01/06-CI, Sérgio Guerra, Jefferson Péres, Ramez Tebet, João Ribeiro, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar,

encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Havendo número regimental declaro aberta a 5ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura. Essas reuniões são extraordinárias da 5ª Sessão Legislativa e da 52ª Legislatura a realizar-se em conjunto, hoje, 14 de fevereiro de 2006, às 11h18minutos, na sala de reuniões número 19, na Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, Srs. Senadores concordam, Srs. Deputados que estão aqui também assistindo e participando da Sessão, da Audiência Pública do Sr. Ministro Alfredo Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes. Srs. Senadores, considerem-se aprovados tanto a ata como ela será também publicada no Diário do Senado Federal. Pauta: Audiência Pública, com a presença do Exmo. Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes e do Sr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, o DNIT, com a finalidade de prestar informações acerca do programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas, em atendimento ao requerimento número 1 da Comissão de Infra-estrutura e número 1 também da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores José Jorge e Romeu Tuma, respectivamente. O Sr. Ministro e o Diretor-Geral do DNIT já se encontram na Secretaria da Comissão. Peço aos Srs. Senadores Jefferson Peres e Gilberto Mestrinho, até por serem Senadores do Estado do Amazonas, o Senador Gilberto Mestrinho do PMDB e o Senador Jefferson Peres do PDT, que conduzam até a sala da audiência o Exmo. Sr. Ministro Alfredo Nascimento, que é do Estado do Amazonas. Foi Prefeito, foi Superintendente da SUFRAMA e Prefeito da capital, da cidade de Manaus. Vice-governador e futuro candidato a um cargo majoritário. De acordo com o Artigo 398 do Regimento Interno do Senado Federal a Presidência conjunta, eu e o Presidente da Comissão de Infra-estrutura, Senador Heráclito Fortes adotaremos as seguintes normas, Sua Excelência o Sr. Ministro terá 30 minutos, até 30 minutos, podendo ser prorrogado, caso necessário para fazer sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores. A palavra dos Srs.

Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, o interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Sr. Ministro o mesmo tempo para tréplica. Com a palavra, o Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes. Pela Ordem, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura Heráclito Fortes, que não está conseguindo som, está vermelho aqui o som do...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Ex^a que, tendo em vista um fato relevante, mandasse proceder através da Secretaria da Casa o registro com assinatura de presença dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Deputados Federais, para mostrar o prestígio que, ou as estradas brasileiras ou o Ministro gozam nesta Casa. Para mim é motivo de muita alegria receber esse volume grandioso de parlamentares da outra Casa, evidentemente que são pessoas todas dedicadas às estradas brasileiras. Eu acho que esse registro a Comissão merece fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – É importante a presença dos Srs. Deputados Federais, não só pela questão da lista, como diz o Senador Heráclito Fortes, mas também do apoio partidário que o Ministro tem, tanto do Governo do Presidente Lula, como também do seu Partido PL que é uma força da base de Governo e que com certeza demonstra aqui a sua união, o seu entendimento e o apoio integral ao Ministro Alfredo Nascimento. Com a palavra, o Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para fazer sua exposição.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, Sr. Presidente da Comissão de Serviços e Infra-estrutura, Senador Heráclito Fortes. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, minhas senhoras e meus senhores, eu vou pedir a permissão dos senhores para que na minha exposição nós façamos uma demonstração do trabalho que o Ministério dos Transportes está desempenhando já ao longo de quase dois anos que eu estou à frente do Ministério. Eu fui convidado pelo Presidente Lula para assumir o Ministério dos Transportes em março de 2004 e, a partir de abril de 2004 nós começamos a desenvolver um trabalho em função de se montar uma estratégia de planejamento, de se melhorar o planejamento para a recuperação da infra-estrutura do país. Àquela altura, quando assumi o Ministério dos Transportes, os números eram assustadores. Porque quase 70% das rodovias federais não tinham condições de trafegabi-

lidade. Ao assumirmos o Ministério em 2004, concluído o trabalho por volta do mês de maio, nós descobrimos que o Ministério dos Transportes precisava de muito mais recursos, de muito mais dinheiro para recuperar a infra-estrutura do país. Para que os senhores tenham uma idéia, o orçamento do Ministério naquele ano, em 2004, era de cerca de dois bilhões e trezentos milhões de reais. Além disso, o Ministério dos Transportes tinham uma dúvida, aliás, tinha uma dívida muito alta. O Ministério dos Transportes devia aos empreiteiros, aos empresários que trabalhavam para o Ministério, quase um bilhão e meio de reais. Então, nós conseguimos já naquele ano montar uma estratégia de aplicar bem aqueles recursos, de saldar a dívida que nós tínhamos com os empreiteiros para, a partir do ano de 2005, nós colocarmos em prática um projeto, um planejamento, uma estratégia de recuperação da infra-estrutura brasileira. Naquele ano, nós conseguimos aumentar o nosso orçamento de dois bilhões e trezentos para três bilhões e meio de reais, além de saldarmos a dívida do Ministério com os empreiteiros. Para o ano de 2005, e aí tendo por base o estudo que nós concluímos, nós já tivemos um orçamento de seis bilhões de reais. São necessários, ao longo de quatro anos, investimentos da ordem de seis bilhões de reais para que se consiga recuperar a infra-estrutura do país que, na realidade, não recebeu ao longo dos últimos anos os recursos que deveria receber e em função da inexistência desses recursos a infra-estrutura brasileira, as rodovias brasileiras chegaram à situação a que chegaram. Então, além desse problema, nós tínhamos um problema maior. O Governo fez, no final de 2002, um acordo com os Governos Estaduais, especialmente, exatamente 15 Estados e repassou para esses Estados cerca de 14 mil e 500 quilômetros de rodovias federais, repassando junto recursos que somaram um bilhão e oitocentos milhões de reais. E essas rodovias, em função do impasse que foi criado entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, essas rodovias deixaram de receber a manutenção que deveria receber, desde 2002, o que fez com que essas rodovias se estragassem muito. Em função desse planejamento que nós fizemos e em função dos resultados que nós já conseguimos em 2005, no final do ano passado, por volta do mês de setembro do ano passado, nós iniciamos um estudo e concluímos, aliás, nós continuamos um estudo e concluímos no mês de outubro do ano passado, mostrando ao Governo que nós precisaríamos fazer uma ação, nós precisaríamos desenvolver uma ação complementar a esse trabalho de planejamento que nós fizemos, na execução de obras mais duradouras, para que se desse trafegabilidade em todas as rodovias federais. Isso representava um desem-

bolso significativo, um desembolso próximo de quinhentos milhões de reais, e ao final do ano nós não tivemos condições de fechar esse programa. No início do ano, com a Medida Provisória editada pelo Presidente Lula, nós pudemos colocar em ação esse trabalho complementar, que está sendo chamado de “tapa-buraco”, para que se dê trafegabilidade às rodovias federais. Passado um mês, nós já conseguimos alcançar cerca de 35% do serviço, nesses 26 mil quilômetros de rodovias. Nós vamos mostrar na nossa exposição que, desses 26 mil quilômetros de rodovias, nas revisões que nós fizemos e, em função do trâmite da contratação de projetos e de licitação, nós já conseguimos reduzir esses 26 mil quilômetros e retiramos a emergência e nós estamos em 23 mil e 800 quilômetros. Desses 23 mil e 800 quilômetros, cerca de 6 mil e 400 quilômetros foram dispensados de licitação, porque eu não tinha projeto e eu não tinha licitação para completar a trafegabilidade nesses 23 mil e 800 quilômetros de rodovias, que não tinham mais condições de trafegabilidade. Eu tenho acompanhado pela imprensa algumas observações, até de alguns especialistas, acerca da possível, ou do possível aumento de preços que se teria na realização desse trabalho. Eu não tenho essa preocupação, porque não tem aumento de preço. Nós estabelecemos alguns critérios para contratarmos esses seis mil e 400 quilômetros, dos quais dois mil e 800 quilômetros nós não poderíamos ter planejado, porque eram de rodovias que estavam estadualizadas e, portanto, eu não poderia ter previsto a licitação ou a contratação dessas obras. Desses seis mil e 400 quilômetros que nós dispensamos de licitação, nós tomamos um cuidado especial. Primeiro cuidado – É que toda e qualquer empresa, e são no mínimo três, que se credenciar para a realização desse trabalho deve dar, para se credenciar, um desconto mínimo de 20%, tendo por base os preços praticados pelo DNIT, no banco de dados, no banco de preços que nós temos lá do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre. Esse é o primeiro critério para a escolha. E o segundo critério é que a empresa tenha possibilidade técnica, tenha capacidade de mobilização, preferencialmente, já tenha contrato nas proximidades ou em algum trecho dessa rodovia que está sendo contratada. E o mais importante disso tudo, é que por ser uma ação diferenciada, nós estamos tratando de forma diferente essa ação do DNIT, que nós dispensamos de licitação. A obra só pode ser paga depois de auditada, diferentemente do que ocorre numa obra contratada por licitação. Ela é executada, é paga e, só depois, é auditada. Hoje, para que essa obra, isso por portaria, por determinação do próprio diretor do DNIT e por determinação minha, em portaria, a

obra contratada com dispensa de licitação, além de ter que cumprir esses pré-requisitos, ela só pode ser paga depois de auditada. Então, o que eu ouço em relação à obra irregular “Estão fazendo de forma irregular, já receberam”. Ninguém recebe nada antes de ser auditada e, tenham a certeza, nós estamos tratando de forma diferente e com todo esse cuidado, exatamente para preservar os critérios que se tem que ter quando se lida com dinheiro público. E quando não se tem a segurança da licitação e você deixa na mão de pessoas a responsabilidade de cumprir essas determinações, nós tomamos esse tipo de cuidado. Então, eu gostaria de falar um pouco para os senhores, primeiro a respeito das ações mais duradouras que nós estamos executando e, a seguir, dessa operação complementar que estão chamando de “tapa-buraco”, para que os senhores, antes de que se inicie a sabatina tenham uma idéia do trabalho que nós estamos executando. Bom, as modalidades de intervenções que nós fazemos lá no Ministério dos Transportes. Primeiro é a restauração, é um tipo de intervenção que nós fazemos que visa a reabilitação estrutural da rodovia em trechos com elevado estado de deteriorização dos pavimentos, devolvendo sua funcionalidade e capacidade de trafegabilidade, dando-lhe maior durabilidade. Depois, uma outra intervenção que nós fazemos, é o que chamamos de PIR 4, é um Programa Integrado de Revitalização, ele visa a impedir a deteriorização da rodovia em trechos com extensão média de 100 quilômetros, através de contrato e preço global, com duração contratual de dois anos. Os serviços compreendem melhorias operacionais, sinalização horizontal e vertical e conservação rotineira. O outro tipo de intervenção que nós fazemos é o chamado CREMA, é a manutenção de rodovias em regime de gestão terceirizada, visa manter as rodovias em condições de trafegabilidades boas ou ótimas, em trechos com extensão média de 300 quilômetros, por meio de contratos a preços globais, com duração de cinco anos, sendo avaliados por indicadores de desempenho. Os serviços executados nesse tipo de intervenção são o detalhamento do projeto executivo, a recuperação inicial intensiva, a recuperação de obras de artes especiais como pontes e viadutos, a sinalização e obras complementares, melhoramentos operacionais e de segurança e implantação e operação de balanças. A diretriz geral de intervenção, ela tem por objetivo chegar ao CREMA. Porque, como senhores viram, o CREMA tem uma intervenção pesada, mais duradoura, com capacidade, com duração de até oito anos, e ela tem uma variação de preço. É aí que essa comparação que estão fazendo em relação a preços praticados há um equívoco porque, dependendo da intervenção você

tem um valor, dependendo do estado em que se encontra o trecho rodoviário que você vai fazer a intervenção. Então, quando os trechos da estrutura estão comprometidos, nós chamamos isso de reconstrução ou restauração, isso é uma restauração pesada, que tem durabilidade de 10 a 12 anos e o custo por quilômetro, ele varia de duzentos e quarenta mil a novecentos mil reais. Insisto em dizer, que depende do estado em que se encontra a rodovia. Outro tipo de serviço que nós executamos... A intervenção chamada CREMA, ela tem até oito anos de durabilidade e tem um custo, por quilômetro, que varia de cento e cinquenta a duzentos e dez mil, dependendo do estado em que se encontra a rodovia. O outro é o PIR 4. É uma intervenção que tem durabilidade de quatro anos, que tem custo por quilômetro que varia de cinquenta a cento e vinte mil reais, dependendo do estado em que se encontra a rodovia, e esse programa ele tem um contrato de dois anos e uma durabilidade de até quatro anos. Essa intervenção que nós estamos fazendo agora, que nós estamos chamando de programa emergencial, de trafegabilidade e segurança nas estradas, ele tem uma durabilidade de um ano. Ele tem um custo por quilômetro que varia de 2.4 mil reais a trinta mil reais. Essa é uma demonstração da ação que nós estamos empreendendo no Estado inteiro. O que é que nós estamos pretendendo dizer com isso que nós estamos mostrando? É que essa ação que estão chamando de operação “tapa-buraco”, e é também uma operação “tapa-buraco”, ela nada mais é do que uma ação complementar ao trabalho mais duradouro, que nós estamos executando. Para que os senhores tenham uma idéia, nós empenhamos no Ministério dos Transportes, no ano passado, seis bilhões de reais. Liquidamos três bilhões de reais do que empenhamos no ano passado, e também liquidamos, em restos a pagar, mais um bilhão e meio de reais, o que significa dizer que nós temos, em execução neste momento, no país inteiro, cerca de três bilhões de reais em obras duradouras, e trezentos e cinquenta milhões de reais, em obras que nós caracterizamos como obras emergenciais. Dentre as obras que nós estamos executando em caráter mais duradouro, nós estamos trabalhando na recuperação de 9.500 quilômetros de rodovias, destacando-se aí algumas rodovias, a 010 e 153, que liga... Isso são rodovias estruturantes do país, que liga Belém do Pará a Bagé, no Rio Grande do Sul, essas intervenções são intervenções pontuais, onde existem a necessidade dessa intervenção mais demorada, isso não significa dizer que nós estamos fazendo a atuação na rodovia como um todo, mas estamos fazendo intervenções pontuais e de recuperação com uma obra mais duradoura; a 020, de Brasília, que liga Brasília,

no Distrito Federal a Barreiras, na Bahia, Simplício Mendes, no Piauí, Fortaleza no Ceará; a 101, que liga Feira de Santana a Vitória, no Espírito Santo; a 116, que liga a Fortaleza a Jaguarão, no Rio Grande do Sul, dentre outras obras. Os aspectos relevantes desse programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas que nós estamos executando. Por que a necessidade de um programa emergencial? Primeiro, retardar o processo de deteriorização das rodovias para que, no momento das intervenções programadas, as obras de recuperação sejam mais econômicas, atender as exigências de decisões, envolvendo as ações civis públicas promovidas pelo Ministério Público, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo e decisões cautelares do próprio Tribunal de Contas, proferidas através desses atos, autorizando obras emergenciais em rodovias, inclusive rodovias transferidas aos estados. Então, existem aproximadamente, mais de 50 trechos de rodovias que o próprio Tribunal de Contas já havia determinado ao Ministério dos Transportes que decretasse a emergência para a recuperação dessas estradas. Inclusive, as estradas que foram estadualizadas e que existe entendimento discordante entre o Governo Federal e os Governos Estaduais em relação à responsabilidade pela recuperação dessas rodovias. Além disso, recuperar, desses 11.460 quilômetros pavimentados, dos cerca de 14 mil quilômetros repassados aos Estados, 11.460 são pavimentados e nós estamos recuperando nessa emergência, por inteira falta de trafegabilidade, 5.737 quilômetros dessas rodovias que foram estadualizadas, que foram transferidas aos Estados, com base na MP 82 de 2002 e que se encontram em estado precário. Instrumentos legais emitidos para a execução dessas obras emergenciais. Uma portaria de 30 de dezembro do Diretor Geral do DNIT, declarando estado de emergência os trechos de rodovias federais e transferidas, estabelecendo inclusive regras para a sua execução, a Medida Provisória assinada pelo Presidente Lula com a abertura do crédito extraordinário de 350 milhões, a Portaria Ministerial de 4 de janeiro de 2006 orientando o DNIT sobre a adoção de procedimentos quanto à execução dessas obras emergenciais, a Portaria Ministerial de 18 de janeiro de 2006, determinando ao DNIT a adoção de procedimentos de apuração de irregularidades que porventura venham a ocorrer na execução do programa, portaria 54 de 30 de janeiro de 2006, do DNIT, que altera os anexos 1 e 2 da Portaria de 30 de dezembro de 2005. Escopo do programa. Há intervenção para a recuperação de pavimento e execução de serviços complementares em 23 Estados e no Distrito Federal, perfazendo um total,

uma extensão de 23.874 quilômetros. É claro que quando se faz um trabalho, um trabalho projetado para a recuperação que nós estamos já em execução, existe sempre falhas. Nós, quando projetamos 26 mil quilômetros, já dá para se verificar que nós já retiramos 1200 quilômetros dessas rodovias que constavam como do programa emergencial. Esses 1200 quilômetros, na maioria dos casos, nós identificamos que o processamento de contratação do projeto ou da obra está bastante adiantado e que nos próximos dias nós vamos ter a solução desse problema e não vai precisar que a gente dispense a licitação. Os tipos de intervenções. A recuperação pontual, a recuperação de pequenos segmentos contínuos, fresagem e recapeamento de pequenos trechos, restauração de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de sinalização horizontal. O que é que nós estamos querendo dizer com isso? Como as intervenções são diversas, não se pode estabelecer o preço por quilômetro entre uma rodovia e outra, depende da intervenção que se vai fazer naquela rodovia. Eu, na sexta-feira, dentre as visitas que eu estou fazendo aos diversos Estados, eu tenho viajado bastante e visitado vários Estados, várias cidades, eu estive visitando a BR-251, que liga Brasília a Unai. A 251. E lá nós estamos trabalhando em 12 quilômetros de rodovias, eu não sei se a gente vai ter aí nas fotografias que nós estamos refazendo 12 quilômetros dessa rodovia, porque ela não tinha mais nenhuma condição de trafegabilidade, ela era um buraco só. Nessa extensão de 12 quilômetros, nós estamos fazendo uma intervenção pesada. Se compararem o preço dessa intervenção pesada com um trecho que nós estamos fazendo basicamente cortando buraco, fazendo quadrado, exigindo que seja feito dentro das normas técnicas, fazendo a impermeabilização da intervenção que nós vamos fazer, e tapando buraco, é claro que o preço por quilômetro vai ser bem diferente. Vai depender da ação que nós estamos empreendendo naquela rodovia ou naquele segmento, ou naquele ponto específico. O prazo de execução desse trabalho é o exigido por lei, são seis meses, e o custo do programa é de 350 milhões. Por que é que falam em 440 milhões? Porque ainda no mês de dezembro, nós recebemos uma liberação e já havíamos acertado com o Governo e com o Presidente da República a execução desse trabalho. Nós recebemos cerca de 300 milhões de reais no final do ano e desses 300 milhões de reais nós empenhamos 90 milhões de reais em obras que estão nessa emergência e que nós já tínhamos a licitação realizada. Então esses 350 milhões foram somados aos 90 milhões empenhados durante o mês de dezembro. Como é que nós operacionalizamos esse programa?

Aproveitamento de contratos nas rodovias com serviço de manutenção e andamento. Então por isso que nós tínhamos nos 26 mil quilômetros, 19 mil quilômetros empresas que tinham contrato, que tinham a licitação e nós aproveitamos esses contratos. E a contratação emergencial de recuperação para a rodovia sem contrato de manutenção, que representam 6.400 quilômetros aproximadamente. Essa é a série histórica de investimentos de 2000 a 2005 em valores referentes à manutenção da malha, a conservação e restauração, CREMA e PIR 4. Em 2000, nós tivemos empenhos que somaram 597 milhões, executaram 360 e isso, somado ao liquidado, representou 438 milhões. Em 2001 nós tivemos 621, em 2002, 680, em 2003, 770, em 2004, 796 milhões e em 2005, um milhão e quatrocentos e noventa. O que é muito próximo daquilo que eu fazia referência há pouco tempo, em função do aumento de recursos que nós tivemos no Ministério dos Transportes, já a partir do ano de 2005. Olha, o programa no contexto do plano de investimento e manutenção de rodovias, nós hoje temos além desse trabalho que nós estamos executando de forma emergencial, dos cerca de 58 mil quilômetros, retirando daí o que foi estadualizado, retirando daí o que foi privatizado, nós temos cerca de 38 mil quilômetros de rodovias que nós teríamos que fazer a manutenção. Dessas, para recuperação, para realização de obras mais duradouras, mais duradouras que são obras executadas por esse programa PIR 4 e pelo CREMA que chama um "CREMINHA", nós já temos contratados 16.976 quilômetros e a extensão de recuperação em contratação de licitações já realizadas para essas obras mais duradouras nós temos quatro mil quilômetros. O que somado vai representar mais de 20 mil quilômetros de obras já contratadas, que vão, que já foram iniciadas, quase 17 mil quilômetros iniciados, e mais quatro mil quilômetros que serão iniciados com a aprovação do orçamento que está sendo votado agora aqui no Congresso Nacional. E a extensão de conservação contratada é de cerca de 35.274 quilômetros, já para manutenção. O que significa dizer que com um pouco mais de licitações, e nós já começamos a largar as licitações, agora em janeiro já largamos o primeiro lote, em fevereiro mais um lote e em março e até abril a nossa expectativa é que todas as licitações para que se tenha contrato de licitação em todas as rodovias federais, a gente tenha fechado até o final de abril. Bom, dessa... O que é que representa o PETSIF em relação ao Plano de Investimento de Manutenção de Rodovias Federais? Ele representa, esse trabalho emergencial, cerca de 15% do percentual dos recursos comprometidos em relação ao que foi empenhado, para a manutenção de rodovias no ano de 2005. A

extensão total a executar. Da Medida Provisória 82, daquelas rodovias que foram repassadas aos Estados, nós temos nessa ação, 5.737 quilômetros e de rodovias federais 18.136 quilômetros, perfazendo um total de 23.874 quilômetros. As obras emergenciais, elas representam 8,5% dos recursos comprometidos com programas em obras emergenciais, em relação a recursos empenhados do programa de manutenção de rodovias em 2005. Sendo 3.1% referentes às rodovias estadualizadas e 5.4% referentes às rodovias federais. Extensão a executar. Do total 6.509 quilômetros são emergenciais, sendo 2.885 quilômetros estaduais, das rodovias que foram estadualizadas, e 3.624 quilômetros das rodovias federais. Estratégia para os trechos ainda sem intervenção. Durante esse programa serão elaborados projetos PIR 4, cujos serviços deverão ser licitados e contratados em oito meses. Por que se acrescenta esse prazo a oito meses? Porque nós temos ainda, como eu mostrei anteriormente, cerca de cinco mil e poucos quilômetros, que são de rodovias que foram estadualizadas, e a contratação dessas obras definitivas depende ainda do entendimento do Governo Federal, do próprio Presidente Lula, com os 15 Governadores que participaram dessa estadualização, dos 15 Estados que participaram dessa estadualização. A partir do fechamento desse entendimento, aí, sim, nós vamos estabelecer a contratação daquilo que não existir contrato nessas rodovias que foram estadualizadas. Nesse período serão contratados e elaborados os projetos de engenharia do tipo CREMA e licitadas as obras que terão prazo de execução e manutenção de cinco anos. Critérios de contratação para as obras emergenciais. Escolha das empresas: pesquisa de preço – mínimo de três propostas. Seleção da menor proposta de preço, empresa já instalada próximo ao trecho, capacidade operacional para realização dos serviços. Tipificação dos serviços. Serviços possíveis de serem realizados em curto prazo, para estabelecer a trafegabilidade das rodovias. Preços a serem pagos, valores no mínimo 20% inferiores aos do SICRO, Sistema de Custos Rodoviários do DNIT. Controles administrativos diferenciados. Identificação dos projetos, individualizando-os, ou seja, para cada trecho, para cada obra, nós teremos um processo independente e auditado de forma independente. Os empenhos processados com base em crédito extraordinário. Parecer técnico do Instituto de Pesquisas Rodoviárias do DNIT, por amostragem, quanto à qualidade dos serviços e relatório fotográfico dos serviços. Todas as obras em execução e que foram dispensadas licitação, têm a fotografia, o registro do antes e do depois. Fiscalização intensiva. Realizadas pelas unidades de infra-estrutura do DNIT e equipes

volantes de supervisão, compostas por representantes do DNIT, das áreas de planejamento em projeto, engenharia... Além do Exército Brasileiro, a Polícia Rodoviária Federal atuará, e já fizemos convênio com a Polícia Rodoviária Federal, que atuará na garantia da trafegabilidade de segurança dos trechos, durante a execução das obras. Auditoria prévia para o pagamento. Isso aí que eu me referia, qualquer pagamento das obras objeto de contratação emergencial, só será efetuado após prévia manifestação favorável da auditoria interna do DNIT. O que significa dizer que as obras só serão pagas depois de auditadas. Atos para transferências do andamento do programa. Ampla divulgação pelos meios de comunicação, internet, jornais e TV, publicação no Diário Oficial da União, de todos os atos normativos do programa e divulgação do relatório semanal por Estados e Rodovias. Acompanhamento interno e externo. Solicitado, a pedido do Ministério dos Transportes, pela Casa Civil da Presidência da República, o acompanhamento concomitante pelos órgãos de controle, Controladoria Geral da União, o aviso e a data, Tribunal de Contas da União, também solicitado pelo Ministério dos Transportes o acompanhamento prévio. Benefício do programa. Redução dos tempos de viagem e dos custos de transporte. Aumento da segurança, com a redução de acidentes causados pelo mau estado da via. Estabilização de custos para as intervenções programadas, como PIR 4 e CREMA. Análise econômica do programa. Segundo as simulações do modelo HDM, reconhecido pelo Banco Mundial, com a implementação do programa, os usuários terão em um ano, uma economia de duas vezes o valor investido, o que significa dizer que em um anos usuários das rodovias terão cerca de 700 milhões de economia. Se nós considerarmos aí o desgaste do veículo, a demora, o custo de combustível, dentro de outras coisas. De acordo ainda com a HDM, os custos das intervenções desse programa, corresponderão a uma economia equivalente nos investimentos mais duradouros, que serão realizados a seguir. Significa dizer que a intervenção que nós estamos fazendo agora vai representar uma diminuição no custo de aproximadamente, o mesmo valor que se está fazendo o investimento agora. A segurança jurídica que estamos executando. Primeiro, a decisão do Tribunal de Contas da União, sobre a realização de obras emergenciais nas rodovias transferidas aos Estados entre outras, despacho – “Determino ainda que, o Ministério dos Transportes em conjunto com o DNIT e o Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, adotem medidas urgentes com vistas a executar obras emergenciais nos trechos rodoviários acima mencionados, que se encontram um estado crítico de conservação, poden-

do valer-se, se for o caso, das hipóteses de contratação direta, em especial daquela prescrita no Artigo 24, da Lei 8.666 atentando para disposto do Artigo 26, da mesma Lei”. Extraído do despacho do Ministro Augusto Narde, no processo do TCU. Ainda sobre a segurança jurídica, os trechos da MP 82 que previamente nós recebemos autorização e determinação do Tribunal de Contas para as obras emergenciais. Em Minas Gerais, BR-120, BR-135, BR-265, BR-267, BR-354, 146, 482, 491, 367, 369, 050, Trevão da 040 BR-135 até Bocaiúva, trecho da MP 82 com autorização para obras emergenciais no Paraná, 476, BR-163, 272, Rio Grande do Sul, 287, 377, 386, 472, 472, 293 e 163. Decisões judiciais determinando a realização de obras emergenciais de manutenção de rodovias nos seguintes Estados: Em Minas Gerais, BR-267 de Leopoldina, Lima Duarte, e na BR-120 de Leopoldina a Cataguzes, com Ação Civil Pública e aí o registro. No Rio de Janeiro – o BR-101 de Rio Bonito à divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo, Ação Civil Pública. No Paraná: BR-163, de Guaíra até o entroncamento da BR-272, Marechal Cândido Rondon, entroncamento da 467. No Rio Grande do Sul: BR-287. Mato Grosso – BR-070, BR-158, BR-163, BR-174, BR-364. Em São Paulo, BR-116. Ação Civil Pública. A Seção Judiciária do Distrito Federal, numa Ação movida pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de anular a decretação da emergência em trechos de rodovias federais e autorização para contratação direta de obras e serviços de recuperação com dispensa de licitação. Em 6 de fevereiro de 2006, foi proferida a Decisão Judicial negando o pedido de Liminar de suspensão do referido dispositivo, por entender que os procedimentos adotados estão de acordo com os objetivos da Lei 8.666 de 93 e permitem o controle posterior da legalidade dos atos de contratação de emergência. Sendo desnecessária a paralisação indiscriminada de todas as obras em comprometimento da segurança de vidas humanas e de seus bens. Não há perda de investimentos para o Governo, e sim um ganho real para os usuários. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria só mostrar agora no final... É isso que tem só, né? A fotografia de alguns trechos, a 070 em Goiás, é esse o trabalho que nós estamos fazendo lá. BR-251. Fiz referência a essa rodovia. Quando fazem a comparação dos trechos e dizem que num determinado trecho, o preço pago pelo quilômetro é muito maior do que em outro trecho, essa comparação é impossível de ser feita. Se nós compararmos a 070 com a 251, nós vamos verificar que a intervenção que nós estamos fazendo na 251 é muito mais pesada, é muito mais duradoura do que a intervenção que nós estamos fazendo na 070. Basta que se visitem as obras. Essa 381 lá

em São Paulo, com a operação dita tapa-buraco. A 101 no Rio de Janeiro, não dá para comparar o preço do trabalho que nós estamos fazendo na 101 do Rio de Janeiro, que é uma emergência decretada, iniciada a decretação antes do lançamento do programa, porque existia determinação judicial para que se fizesse isso, e a intervenção lá é duradoura. Porque nós estamos fazendo uma restauração da rodovia, primeiro nós fazemos a intervenção de tapa-buraco, é necessário que se faça isso, e a seguir se refaz a rodovia com intervenção mais pesada, com atuação na base e até na sub-base da rodovia. É isso, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Dr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor Geral do DNIT, para a as suas...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela Ordem, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O Ministro fez uma explanação geral, e o que foi feito... O Diretor Geral do DNIT, eu não me importo de ouvir, mas ele veio aqui para assessorar o Ministro, dar informações complementares, o Plenário já está quase vazio...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Acatada a proposição de V.Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – ...Começou muito tarde, não seria melhor a arguição. Me desculpe, nada contra V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Acatada a posição de V.Ex^a Senador Jefferson Peres, V.Ex^a não só nessa Comissão, como em todas as Comissões e no Plenário do Senado Federal sempre que faz uma intervenção é para o bem e para a melhorar a eficiência dos nossos trabalhos. Acatada, portanto, a proposição de V.Ex^a Passamos então à lista de oradores inscritos. Incluir a Senadora Serys Slhessarenko, em décima nona, lá para mais ou menos por volta já de 18 horas o seu questionamento.

(risos)

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela Ordem o Senador José Jorge, autor do requerimento número 1 da Comissão de Infra-Estrutura. E como a Comissão de Infra-Estrutura aqui tem a preferência, até pela presença do Presidente Senador Heráclito Fortes, uma presença de peso, como diz o Senador Tasso Jereissati, eu já inclusive o convidei a presidir a Sessão por várias vezes, ele declina, porque ele tem outros compromissos, eu concedo a

palavra pela Ordem ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu ia exatamente como eu sou autor do requerimento da comissão, pedir para fazer as minhas perguntas inicialmente, por conta de que eu tenho uma Audiência Pública com o Ministro da Educação, na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Acatada também a proposição de V.Ex^a Com a Palavra José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu fiz minhas perguntas por inscrito, é basicamente em relação a essa Operação Tapa-Buraco. PrimeirO – Qual o critério do Ministério por meio do DNIT, para a contratação de empreiteiras sem o competente processo licitatório? Há empresas que estão sendo investigadas pelo TCU, e que foram contempladas com contratos emergenciais. Que cuidado o Ministério toma para evitar eventuais desvios de dinheiro? SegundO – A empresa DELTA CONSTRUÇÕES que, segundo o TCU teria prestado serviços de péssima qualidade na BR-50, foi selecionada para executar obras na BR-101, no valor de 40 milhões, que depois foram acrescidos de mais 21 milhões. Por que contratar sem licitação uma empresa com evidências de incompetência técnica. TerceirO – Essa empresa DELTA, contratada sem licitação, foi a maior doadora a partidos governistas nas eleições municipais. O Ministério e o DNIT sofreram qualquer tipo de pressão no processo de escolha de empreiteiras? Como explica que uma empresa com esse passado tenha sido convidada a participar do serviço emergencial, inclusive com os maiores contratos? Segundo o Ministro Augusto Narde do TCU há indícios de irregularidades na Operação Tapa-Buraco. Para o Ministro, entre aspas, nem todos os trechos tinham necessidade de ser tratados como emergência, ele teria citado como exemplo o trecho da BR-1201, entre a cidade de Campos e a divisa de Rio de Janeiro e Espírito Santo. Afirmou ainda que há indícios de que algumas obras teriam começado a ser executadas sem que fossem assinados os contratos. Disse ainda que não havia técnico do DNIT supervisionando os trabalhos. Quais são os mecanismos de controle estabelecidos para acompanhar as obras? QuintO – o Governo Federal tem alegado que houve atraso na recuperação, que TCU teria demorado a posicionar-se sobre a responsabilidade sobre algumas obras. Segundo o Presidente do TCU, isso é conversa mole, não merece nem resposta. É muito cômodo jogar a culpa no Tribunal, é coisa de quem não quer assumir sua responsabilidade. Os senhores têm razão ou o TCU tem razão? SextO – segundo o relator dos processos

do DNIT do TCU, há uma diferença de 188% na média de preço dos contratos feitos em concorrência pública em relação aos contratos existentes, indicando possível superfaturamento. O que os senhores têm a dizer sobre isso? SétimO – a opção por realização de obra sem licitação sob o argumento de tratar-se de obras emergenciais não encontra respaldo no TCU. Para o Ministro Presidente, entre aspas novamente, a emergência é caracterizada em primeiro lugar pela imprevisibilidade, como uma calamidade qualquer, mas as estradas estão abandonadas há muitos anos. Por que o Governo Federal deixou para realizar essas obras no último ano da administração e no ano eleitoral? OitavO – senhor Ministro, afinal o que levou a demitir o diretor do DNIT na Bahia, Sr. Carlos Fernandes de Abreu? Ele alega que pediu demissão porque não concordava com a forma como estava sendo executado e o Ministério disse que ele foi demitido por perda de confiança. Nona: segundo levantamento do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Civil, com base no cenário e da Comissão de Infra-Estrutura da SNI, e diga que em 2005 os recursos alocados para o Ministério dos Transportes somente 42,9 foram gastos. Dados do próprio Ministério indicam que apenas 30% foram aplicados em obras. Até novembro de 2005 somente 42 do orçamento inicial para os setores de infraestrutura tinham recebido autorização de Ministério da Fazenda para serem gastos, mas o Ministério do Transporte empenhou 61 da verba inicial e liquidou 36%. 61%. Como V.Ex^a explica esse descaso do Governo que geram as polêmicas contratações sem licitação? Uma última pergunta... A penúltima, ainda segundo a mídia, o DNIT teria excluído 48 textos dos 244 inicialmente previstos. Cita um caso de Rondônia, em que 7 trechos foram excluídos pelo departamento. PerguntO – como foram selecionados os trechos e que segurança tem a sociedade de que os outros casos estão sendo recuperados, entre aspas? Última pergunta: na edição de ontem do Jornal Nacional, da TV Globo, apareceram imagem e declaração de agentes da Polícia Rodoviária Federal indicando que os remendos no leito da rodovia já estão soltando, demonstrando a baixa qualidade e a imprudência da iniciativa da Operação Tapa-Buraco. Como está sendo feito o acompanhamento técnico das obras e quem fez a opção por esses remendos? Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Ministro Alfredo Nascimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Primeiro nós estabelecemos critérios, escrevemos isso por portaria do próprio Ministro e do DNIT quais os critérios para que essas empresas

fossem escolhidas. E nós não fomos verificar se a empresa fez doação para campanha, se ela é ligada a João ou a José... ela, preenchendo os critérios pré-estabelecidos, ela é contratada. Se uma empresa, e a DELTA tem um grande volume de contratos, por que isso? Porque ela participou de licitações e conseguiu conquistar por licitação o maior volume de obras de manutenção do DNIT. Então ela foi mais beneficiada do que as outras por esse critério, não é mais beneficiada porque ela não tinha direito, ela tem direito a isso porque ela está no trecho, é uma das exigências, e para você completar tem que contratar. Não me interessa qual é a empresa que vai executar, me interessa que ela cumpra os critérios. E os critérios que nós adotamos, eles foram muito claros: Primeiro, a empresa para se credenciar, e são 3 empresas, ela tem que dar um desconto de 20%. Então ela para aceitar a executar a obra, para nós não correremos riscos, ela tem que dar um desconto de 20%. Segundo, ela tem que ter capacidade de mobilização, ela tem que ter capacidade técnica, e ela tem que estar liberada legalmente para executar obras no Governo. Além disso, além de todos esses pré-requisitos, nós tomamos o cuidado de tratar essa operação de forma diferente. Ela não é uma operação, não é um trabalho igual aos outros, porque nós dispensamos de licitação 6.400 quilômetros, dos 23.800 quilômetros. Então, estão dizendo que nós dispensamos licitação tudo, não. Nós dispensamos 6.400 quilômetros que são necessários para se completar os 26 mil quilômetros. Além disso, numa coisa eu tenho muita, muita confiança, eu tenho muita certeza que dessas obras especialmente, nessas obras especialmente, nós não vamos pagar nenhuma obra que tenha irregularidade. Primeiro, que a obra só pode ser paga depois de auditada, diferentemente das outras obras que estão licitadas, que podem ir para fila de pagamento, terminou, foi atestada, independentemente da qualidade, ela é paga, porque são muitos quilômetros para você supervisionar. Quando você detecta o erro depois, a empresa já recebeu. Nessas obras não, a empresa só recebe depois que nós auditarmos a obra, é exigência por portaria que a obra seja auditada. Então não me interessa qual é a empresa que está fazendo, eu só posso afirmar que nenhuma dessas empresas doou dinheiro para a minha campanha. Em relação à BR-101, que a DELTA está lá, que ela estava no trecho do que foi levantado, e são 21 milhões o valor da obra, não é esse valor todo, e a obra que estamos executando da BR-101 é essa aí, não é Operação Tapa-Buraco. E essa obra decorre de decisão judicial, de ordem judicial determinando que o Ministério dos Transportes fizesse a obra, não podemos esquecer o que publicou recentemente toda a imprensa nacional

a respeito da BR-101. O próprio Governo do Estado entrou para fazer tumulto, para fazer tapa-buraco, e não se resolvia, caiu uma ponte e isolou essa região do Rio de Janeiro. Nós colocamos, com caída dessa ponte, colocamos em risco o funcionamento da usina de Angra, nós pedimos ao Exército para fazer um trabalho emergencial, foi construída uma ponte de ferro para que, pelo menos os veículos pequenos, utilitários, usassem aquele trecho da rodovia. Então é uma obra que tem toda a característica emergencial e não se pode dizer, e agora eu estranho que o Tribunal de Contas esteja fazendo pronunciamentos a esse respeito, se o próprio Tribunal de Contas determinou que nós fizéssemos obras, inclusive nas rodovias, que no entendimento do Governo Federal nós não deveríamos fazer, porque as rodovias foram estadualizadas e o Tribunal de Contas determinou que fosse feita, que essas obras fossem feitas. Além do mais, o Tribunal de Contas, diferentemente das outras obras, está fiscalizando com objetivo pedagógico, e é essa a minha intenção, que o Tribunal vá lá, verifique, encontre os erros para que eu mande corrigir. Onde for levantada uma dúvida em relação à obra, a empresa não recebe. Se a empresa tapar buraco com areia, vai perder o dinheiro, se fizer fora das normas técnicas, vai perder o dinheiro, porque não vai receber. As exigências, os pré-requisitos são muito claros, em relação às exigências que fazemos. Essa diferença de preço que, segundo dizem, foi declaração do próprio Tribunal de Contas, ela não pode ser feita. Não precisa ser engenheiro rodoviário para compreender que o valor da obra que vai ser contratada depende da intervenção que vai ser feita. Eu acabei de mostrar por fotografia a diferença entre uma rodovia e outra, não dá para comparar a BR-101 do Rio de Janeiro com a 070 que sai daqui, porque lá estamos fazendo efetivamente uma Operação Tapa-Buraco, que é isso aí, que custa entre 2.400 a 30 mil reais essa ação, dependendo da intervenção e do estado em que se encontra a rodovia. A BR-101 é muito mais caro, porque estamos restaurando, refazendo a rodovia. Eu estou tranquilo em relação a isso que estão falando – “Ah, tem superfaturamento”. Como? É 20% mais barato, no mínimo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – De restauração. E ela foi determinada, ela está nesse bolo da emergência, mas ela foi determinada, a sua execução, judicialmente. Eu acabei de relacionar, de citar a decisão judicial que determina que isso seja feito. A ação que nós estamos empreendendo, eu tenho já alguns anos de vida pública, eu tenho

25 anos de vida pública, e sempre no Executivo. Eu nunca tive a honra de ser parlamentar, mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas vai ter.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vou ter... Eu sempre tomei muitos cuidados e eu sei que essa é uma operação, esse é um trabalho que gera, há dúvida, gera sempre o contraditório, eu tomei cuidados para que esse contraditório fosse combatido dentro da legalidade. E é natural que gere dúvidas, é natural que se imagine com todos esses problemas, que nós estamos vivenciando na política brasileira, é natural que gerem dúvidas, mas eu estou absolutamente seguro do que eu estou fazendo. Eu tenho consciência do que estou fazendo, eu tenho experiência e sei o que estou fazendo. Não tem perigo nenhum. Tenham a certeza que o dinheiro público está sendo empregado. Em relação à diferença de preço. Sem respaldo para a emergência. Interessante que nós fizemos uma reunião do Tribunal de Contas, solicitada por mim, com o Presidente do Tribunal e os Ministros do Tribunal de Contas e o Procurador do Tribunal, quando nós falamos da caracterização da emergência para a execução dos trabalhos, o próprio Procurador do Tribunal de Contas deixou muito claro na reunião que quando o Tribunal determinou que nós considerássemos emergência essas obras, inclusive as que estavam atualizadas, dar respaldo ao Ministério para fazer essa emergência. Em relação à demissão da Bahia, as pessoas dizem o que querem. Não só ocorreu essa demissão, não foi só da Bahia que eu demiti o coordenador. Eu tenho um objetivo, eu quero fazer as coisas corretamente. Eu não dei divulgação, a divulgação de que o diretor da Bahia foi... ocorreu, porque ele foi à imprensa dizer que foi demitido porque não concordou. Não concordou nada, estava tudo errado, até que o jornal da Bahia, mostra aí, por favor, um jornal da Bahia que diz isso, olha aqui, “DNIT descobre irregularidades em obras nas estradas federais”, o próprio DNIT descobriu que as obras estavam sendo realizadas de forma indevida e de forma incorreta. E não tem perigo, porque nós não pagamos nada. Nós só vamos pagar o que tiver correto, o que for auditado. Se o buraco foi tapado de forma indevida, se o nosso instituto for lá e disser que o buraco foi tapado sem a qualidade técnica que deveria ter sido tapado, se a obra não foi executada como deveria ter sido executada, não vai receber a empresa que executou a obra. E quem tiver denúncia para fazer, eu acho ótimo, eu acho bacana. No dia que saiu aquele negócio no jornal, no outro dia eu já determinei a abertura de várias sindicâncias, muitas sindicâncias. Eu não quero nem saber se tem origem a denúncia, eu recebo quase que diariamente em meu gabinete denúncia sem origem, eu não quero

saber, eu mando apurar. E vou apurar todas as denúncias que fizerem. Porque eu quero fazer corretamente. Eu não quero errar, eu quero fazer direito. E eu acho que é isso também que os senhores gostariam que eu fizesse. A exclusão de trechos de Roraima. Como eu disse antes, essa é uma ação de 26 mil quilômetros, que nós já reduzimos para 23.800. No caso de Roraima, especificamente, aliás, de Rondônia e Tocantins nós também retiramos. Por que isso? Porque lá em Rondônia nós estamos com processos de licitação ou de contratação de execução de obras nesses trechos que nós vamos poder utilizar em poucos dias. Então vale a pena se tirar a dúvida da contratação da obra sem a licitação, porque nós já temos esse processo em andamento. E se existirem mais, se a gente identificar, que desses que estamos fazendo tem como... e a gente não iniciou ainda e tem como a gente contratar pela licitação, nós vamos suspender, nós vamos corrigir, nós temos consciência que podemos errar e que devemos ter cometido erros. Bom, ontem o Jornal Nacional mostrou aquela obra lá no Mato Grosso. Primeiro, aquela obra não está na emergência. Ela não está na emergência. Segundo, ela é um PIR executada em convênio com o Governo do Estado do Mato Grosso, que vai ter, ao prestar contas para o Ministério, que ser fiscalizada a qualidade da obra. Então, realmente o que mostraram na televisão é uma obra mal feita, não é uma Operação Tapa-Buraco, é um CREMINHA que está sendo feito lá em convênio com o Governo do Estado que está executando a obra, mas depois, eu já determinei, já foi por escrito a determinação, foi denúncia, eu determino corrigir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO Mas a obra está mal feita, foi feita em convênio com o Governo do Estado e vai ter que corrigir, porque na prestação de contas para o Ministério nós vamos fazer a fiscalização e eles vão ter que corrigir; e aquela obra não foi feita agora, já tem alguns meses que foram feitas, mas já está soltando a capa do que foi feito, o que significa dizer que ela não foi fiscalizada corretamente. Se o Governo do Estado já pagou a empresa, eu imagino até que não, pode ser que o Governo do Estado não tenha feito ainda a fiscalização da obra, e se possa ainda corrigir essa distorção. Acabou. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O próximo inscrito é o Senador Jefferson Peres, Senador João Ribeiro, e o Senador César Borges que pediu que fosse feito permuta com o Senador Ramez Tebet. Pela Ordem, ainda, o Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Presidente, eu gostaria de agradecer o Ministro, a explicações, na realidade essa Operação Tapa-Buraco, ela vai deixar, deixa muitas dúvidas, mesmo com as explicações do Ministro, não só sobre os critérios utilizados para colocar as empresas, pelo fato também de os buracos existirem há tanto tempo e ser feito sem licitação. E também pelo fato da qualidade da obra que vai realizar para ver quanto esses 400 milhões de reais vão ter de um efeito duradouro em relação a essas estradas. Eu acho que cabe a nós, senadores, Deputados, parlamentares, acompanhar o desenvolvimento desse trabalho, não só durante sua execução, mas principalmente depois de concluída. Eu gostaria de dizer que apesar das explicações do Ministro eu acho que devemos continuar atentos, porque é realmente um projeto polêmico e que na verdade só ao final nós saberemos se a qualidade e se o tempo que isso vai continuar garante os investimentos realizados com o imposto que foi pago pela população brasileira. Eu agradeço, muito obrigado. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Registro a presença do nosso Presidente do nosso PSDB o nobre Deputado Eduardo Campos. Com a palavra então o Senador Jefferson Peres, do PDT do Estado do Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Meus cumprimentos, Ministro, e ao Diretor do DNIT. Sr. Ministro... Sr. Ministro?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Desculpa.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – É porque V.Ex^a estava escrevendo.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Estava anotando, Senador Jefferson Peres, desculpa.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Embora obra sem licitação sempre desperte muita desconfiança, com toda a razão, mas no caso, no caso da Operação Tapa-Buracos, eu estou relativamente tranquilo porque as obras, pelo que sei, estão sendo acompanhadas em tempo real, pelo TCU e pela Ouvidoria Geral da União, dois órgãos federais. Não apenas pelo Ministério dos Transportes. Então, vai ser muito difícil, creio eu, nestas circunstâncias, haver realmente corrupção desbragada, só se forem ladrões compulsivos e loucos. Eu queria, eu gostaria, são 5 minutos, Sr. Presidente? Questões mais genéricas. Sr. Ministro, em primeiro lugar, é inteiramente inadequado chamar essa Operação Tapa-Buraco de obra emergencial. Não é, não que eu acho, não é a minha opinião. Não é. Obra emergencial é decorrente, da consequência de um fato imprevisto que ocorreu,

desabamento de uma ponte, desmoronamento de uma encosta, uma súbita alagação, que destrói trechos de rodovia. Isso é emergência, tem que ser mobilizado recursos em 24, 48 horas. Tapar buraco, recuperar estradas que vêm sendo sucateadas há anos, Ministro, não pode ser obra emergencial. Já existiam. O senhor está no serviço de rotina que não aconteceu por vários motivos. Não aconteceu em governos passados não aconteceu neste, Ministro. Ministro, eu acho que há um hiato entre 1989 e 2001. Um hiato que serve de atenuante para os governos até 2001. Os constituintes cometeram erro, a meu ver, erro de extinguir o imposto único sobre o combustível, conseqüentemente o fundo rodoviário e as rodovias, a manutenção e construção ficou dependendo de recursos orçamentários. Mas a partir de janeiro de 2002 entrou em vigor a SID, a SID com vinculação aos subsídios a combustíveis e ao sistema viário. Menos 20%, Ministro, da DRU. A SID recebeu dos quatro anos de 2002, portanto, 2002, Governo passado, eu não estou com nenhuma intenção de culpar o Governo atual. O Governo passado, 2002. A SID recebeu até dezembro do ano passado 31 bilhões. Arrecadou 31 bilhões de reais, 20%, Senador Aelton Freitas, da DRU, apartado. Constitucional e legalmente pelo Governo. Está nos 26 bilhões, Ministro, tem quatro anos. Se a maior parte desses recursos em 2002, 2003, 2004, 2005 fosse destinado ao sistema viário, segundo cálculo da Confederação Nacional dos Transportes teria sido possível a recuperação de cerca de 50 mil quilômetros de estrada. Tirando 11 mil com pendências com os Estados, 40 mil quilômetros teriam sido recuperados. Não haveria hoje Operação Tapa-Buraco. Portanto, Ministro, houve um desvio, eu estou falando de corrupção, desvio para superávit primário, para outros, da maior parte da SID, isso é ilegal. Eu muito me admiro que os partidos, inclusive o meu, não tenham ingressado no Judiciário. Fora a DRU, os 20%, o Governo não poderia, nem o passado nem o atual, desviar recursos da SID, não podia. São recursos vinculados, não de imposto, mas de contribuição. Senador Flexa Ribeiro o fez ilegalmente, o resultado foi esse. A deterioração, o sucateamento do sistema viário, com custos terríveis para os usuários individualmente, empresas e pessoas e com custo país, devido o problema logístico que inclusive tira a competitividade da nossa exportação. Um custo elevadíssimo para todos nós. Culpa dos governos, que cometeram essa ilegalidade. Ilegalidade, Ministro. V.Ex^a pode até nem querer defender o Governo porque não pode. É ilegal mesmo. Estou dizendo é que os governos são culpados, o atual e este. Se de 2002 a 2005, repito até à exaustão, esses 26 bilhões ou parte dele tivessem sido destinados às estradas não haveria a Operação

Tapa-Buracos, Ministro. Por que é que os governos, os governantes, Presidente da República, Ministros, não chegam e não assumem isso. Errei, pronto, errei. Agora, querer justificar o injustificável! Ilegalidade e deterioração da malha viária do país, tendo recurso para tal. É injustificável, Ministro. Emergência, por favor, Ministro, V.Exª pode, tem todo o direito de continuar chamando de emergência, mas emergência não é. Emergência não é. Segundo lugar, Ministro. Eu acho que essa Operação Tapa-Buraco no passado foram mal acompanhadas. Eu estive em janeiro em Humaitá, percorri o trecho Humaitá-Porto Velho, da BR-319, estrada federal. Ministro, eu deparei com uma equipe tapando buraco. O trabalhador com uma vassoura varrendo o burquinho, lá vem o... e derruba asfalto em cima do buraco. Ministro, isso é jogar dinheiro fora. Eu não sei quem é empreiteira que está fazendo aquilo. Eu vi como se conserta buraco, só pode ser restauração, não há outra forma de reparar estrada se não restauração, é um buraco com meio metro de diâmetro, um buraco redondo com meio metro de diâmetro se abre um quadrilátero de um metro, se revolve até a base e se restaura a integridade. Isto é aplicar bem dinheiro público. A estrada fica igual, dura 12 anos, 15 anos. É assim que se faz isso em país civilizado, que tem planejamento. V.Exª disse que ao assumir, acredito, não estou duvidando, fez um... começou a planejar. Ministro, um plano é feito com, primeiro, a partir de um levantamento da situação; segundo, com metas de longo, médio e curto prazo. Até curtíssimo prazo. V.Exª fala na Operação Tapa-Buraco, um ano depois, em setembro, com uma ação complementar ao plano, isso já não estava previsto no plano? E finalmente, como última pergunta, é apenas um apelo que faço a V.Exª, eu li nos jornais que houve um fato muito irregular na DNIT, com aquela descoberta daquele direcionamento de processo para dois Procuradores. Dois Procuradores receberam 250 processos por mês, enquanto a média dos outros era de 120 processos. Muito bem, os Procuradores foram afastados para outro lugar, a funcionária foi demitida, o Procurador-Geral acho que não assumiu, se eu botasse um funcionário de minha confiança durante um ano, fizesse isso, eu pedia demissão com ela. Ele era o responsável, escolheu muito mal, se era de sua confiança. E caberia uma devassa ali. Quantos daqueles 250 processos mensais, em quantos existem irregularidades, Ministro? Espero que V.Exª tenha feito isso e eram essas as minhas perguntas. Aliás, as minhas colocações, nem perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Ministro Alfredo do Nascimento para as suas considerações.

SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

– Bom, Senador, em relação à emergência, ela, no meu entendimento, é emergencial porque eu tenho hoje o respaldo tanto da justiça, por determinação a execução de obras emergenciais em alguns trechos de rodovia e do próprio Tribunal de Contas. É claro que a emergência, ela se caracteriza normalmente por essas suas observações, caiu a ponte, isolou, como é o caso da 101 do Rio de Janeiro, mas o estado das rodovias e eu, visitando o país pude verificar isso, eu encontrei rodovias, que ainda bem que no Nordeste, porque se fosse no nosso norte, na nossa região ela durante um período, lá na nossa região durante seis meses ela viraria hidrovía, eu encontrei rodovias brasileiras com pé direito de três metros, uma altura de três metros, porque ela foi gasta com o tempo e o tráfego foi passando, ela foi afundando e aquilo ficou daquele jeito. Então era um... Emergências, porque as estradas... Eu fiz alguns percursos eu estive agora no Paraná eu fiz a 163 saindo de Cascavel até Guaíra, Cascavel a Guaíra, percorri um trecho de 30 e poucos quilômetros que nós já concluímos e cerca de 60 e poucos quilômetros sem nós termos concluído. É um absurdo porque era impossível trafegar na rodovia. Então, no meu entendimento a emergência se caracteriza quando a gente não pode dar segurança a população, quando a gente está causando prejuízo as pessoas e a vida dessas pessoas até. Agora, é verdade também que essa Operação Tapa-Buraco seria desnecessária se as estradas brasileiras tivessem sido cuidadas ao longo dos últimos anos. Não se pode atribuir culpa a esse Governo, ao que passou, não é disso que eu quero falar, é que não cuidaram da infra-estrutura brasileira como deveria ser cuidado. Confesso para o senhor que quando tive que renunciar o meu mandato de Prefeito e que disse ao Presidente da República que eu precisava de pelo menos um mês para conhecer o problema do Ministério dos Transportes, eu não desisti com vergonha da minha família. Porque o problema na minha avaliação era muito difícil de ser resolvido. Não se faz infra-estrutura sem dinheiro. Você pode fazer muita coisa da vida pública com conversa, com diálogo, com convencimento, mas infra-estrutura tem que ter dinheiro, tem que ter recursos. E eu tive apoio do Presidente para isso. O senhor tem razão quando fala da SID, se esse dinheiro tivesse sido empregado ao longo de todos os anos, nós não precisaríamos estar executando essa ação emergencial, porque as estradas estariam em boas condições. Se aquelas estradas foram repassadas aos Estados e junto com essa estadualização os recursos para a manutenção dessas estradas foram repassados, e foram 14.500 quilômetros, um bilhão e 850 milhões de reais, se essas rodovias estivessem

sido mantidas desde 2002, ela não precisaria dessa ação emergencial. Então na minha avaliação, a emergência cabe em função do descumprimento de algumas regras básicas que deveriam ter sido cumpridas para que essa emergência não fosse decretada. Em relação à SID, eu também concordo com o senhor e eu acho que o Governo hoje tem uma outra visão em relação à SID. Eu acho que o Governo está convencido de que esses recursos têm que ser direcionados para isso. Mas interessa para mim com essa ação, com essa tarefa que eu tenho hoje, é receber o recurso. Dos recursos da SID do ano de 2005, que foram arrecadados cerca de 7 bilhões e 700, descontados daí os 29% que são repassados ao Município, caberia ao Ministério dos Transportes cerca de 5 bilhões e 400. Eu empenhei o ano passado, diferentemente do que falam aí, 6 bilhões de reais. Eu empenhei um pouco mais, se você considerar que 600 milhões, se senhor considerar que 600 milhões são recursos que se destinam a custeio, 5 bilhões e 400 eu fiz investimentos. O que significa dizer que o dinheiro da SID foi utilizado no ano de 2005 integralmente pelo Ministério dos Transportes. No ano de 2003, ele não foi utilizado, realmente, como não foi dos anos anteriores do Governo passado. Com esse entendimento, com essa negociação que eu consegui fazer com o Ministério dos Transportes, com a área econômica do Governo, com entendimento que tem hoje o Governo da importância da infra-estrutura para o crescimento e o desenvolvimento do país, o maior legado que eu vou deixar no Ministério dos Transportes é o crescimento do volume de recursos para investimentos de infra-estrutura, porque já existe uma negociação e esse planejamento quando o senhor coloca dúvidas sobre o planejamento, esse planejamento foi feito para quatro anos. Nós fizemos um planejamento para que sejam investidos seis bilhões de reais aproximadamente ao longo de quatro anos, bate com o estudo da CNT, porque esse estudo da CNT tem por base também a orientação que recebeu o Ministério dos Transportes na realização deste estudo do Banco Mundial, cerca de 6 bilhões de reais/ano, durante quatro anos para nós restaurarmos, para nós recuperarmos a infra-estrutura brasileira. O primeiro ano nós fizemos. Agora, na realização desses estudos, é claro, como existe esse espaçamento da necessidade de investimento de vários anos, você precisaria para atacar todos os problemas de uma só vez 20 bilhões de reais ou 15 bilhões de reais se você considerar que vai fazer investimentos durante quatro anos. E eu dei prioridade no ano de 2005 a execução de obras que já tinham o processo licitatório, que já tinham o projeto, ou que estavam em andamento esse projeto. Por isso é que nós estamos já executando obras com contratos

em 19 mil quilômetros e apenas em 6.400 nós não temos ainda o contrato. Se nós tivéssemos que fazer a contratação dessas obras ou contratar o projeto que leva seis meses ou contratar obra que leva mais seis meses, seria mais um ano sem executar essas obras. E tenha certeza, Senador, o senhor acabou de fazer uma afirmativa que reconhece que é muito difícil de ter corrupção em função dos cuidados que eu tomei, eu pedi para que previamente o Tribunal de Contas, a Controladoria Geral da União, o Exército Brasileiro, que se montasse um aparato de fiscalização, porque eu sei, eu sabia que a pressão em cima dessas obras que estavam sendo dispensadas de licitação era muito grande. Então esse planejamento, ele ocorreu. Ele ocorreu, mas estava fora do planejamento, por isso que nós fechamos esse estudo no mês de setembro do ano passado, essas ações emergenciais eu ainda coloquei no dinheiro que eu tinha no mês de dezembro, nos 300 milhões que me liberaram no último mês do ano, 90 bilhões para as ações de emergência que eu já tinha contrato, porque eu podia contratar e podia empenhar, ficando 350 para essas outras obras que eu não tinha contrato. Em relação a esses processos, é verdadeira a denúncia, ao tomar conhecimento eu determinei a apuração, e queria até que o Dr. Mauro, que ainda não falou nada, desse a explicação em relação a isso, das providências que nós tomamos em relação à Procuradoria.

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA: Sr. Senador, ao tomar conhecimento, Sr. Senador, da irregularidade ou possível irregularidade ou indício de irregularidade, no caso da Procuradoria, convocamos aí ao SERPRO para providenciar de imediato uma auditoria no sistema, uma auditoria especializada para comprovar se havia ou não a possibilidade de haver direcionamento no sistema de distribuição de processo. Assim, o realizado, o relatório apresentou esta possibilidade e adotamos as providências imediatas que a legislação nos determina. Constituí processos no âmbito da Corregedoria para apuração das responsabilidades e verificação dessa distribuição que possivelmente poderá ter beneficiado alguém. Comuniquei para a abertura de um processo correicional que está em fase de execução no sistema jurídico da União, no órgão central da Procuradoria, Advocacia Geral da União, para a abertura de um procedimento correicional, e estendi a auditoria para os demais sistemas da autarquia. Está em fase de execução, a auditoria coordenada pela SERPRO para os sistemas de medição, de pagamento e outros sistemas internos de gestão contratual. Essas são as providências, determinamos e está em curso as investigações, e estou aguardando um processo que nós pedimos para abrir no Departamento de Polícia

Federal, através do órgão central de controle interno, da Controladoria Geral da União. Isso está em andamento, as medidas administrativas de correção e de apuração das possíveis irregularidades, uma vez que a auditoria identificou a possibilidade de distribuição por manobras de algum servidor. Então qualquer irregularidade nós estamos adotando as providências, essas são as providências que a legislação nos impõe, adotei elas de imediato. Tanto uma correção dentro da autarquia, como uma correção coordenada pelo sistema central jurídico, uma vez que envolve servidores civis, comuns, ou servidores administrativos no âmbito do DNIT, e envolve Procuradores Federais. Está em andamento a apuração de responsabilidade e identificação dessas possíveis irregularidades citadas aí, tá?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Por permuta com Senador João Ribeiro, Senador Ramez Tebet. Com a palavra o Senador Ramez Tebet, vice-Presidente do Congresso Nacional, da Comissão de Assuntos Econômicos, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Sr. Diretor do DNIT, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais aqui presentes. Sr. Ministro, eu vim aqui bem intencionado. Sou um homem público que quero o melhor para o meu país como todos querem aqui. Então eu não quero fazer crítica a V.Ex^a porque seria injusto da minha parte. Todas as vezes em que eu estive com V.Ex^a eu percebi uma angústia de V.Ex^a. V.Ex^a reconhece a necessidade. Reconhece que o país, o Brasil... Permita-me, se estou cometendo alguma inconfidência, paciência. Reconhece que esse problema de infra-estrutura do país, toda a infra-estrutura do país, a principal é no Ministério dos Transportes de estradas. Tudo bem. O que é que adianta V.Ex^a se empenhar se não derem recurso para o Ministério dos Transportes? Empenhou, mas liberou? Eu vou fazer uma confissão a V.Ex^a Eu só anuncio obra no meu Estado depois que sai do papel. Porque é incrível o procedimento burocrático do país e as decisões. Está empenhado, mas não significa que está liberado. Muito bem. Eu vi o Senador Jefferson Peres, conterrâneo de V.Ex^a, falar do SID, que culpa tem V. Exa.? Eu não vim defender V.Ex^a. Eu quero falar da realidade do país. Que culpa tem V.Ex^a se o dinheiro do SID foi desviado para o superávit primário? Que culpa tem V.Ex^a ou qualquer pessoa de qualquer Ministério? É um recurso vinculado, é um recurso que tinha que estar para a estrada. Esse é um palpite. Todos os encontros eu vi sensibilidade política e administrativa em V.Ex^a, eu quero fazer justiça. Alguns pontos a observar, V.Ex^a também não tem culpa. Negociou-se com o Estado através de Medida Provisória. Responsabilidade, a responsabilidade,

as estradas que eram do Governo Federal passaram, Senador Flexa Ribeiro, a ser de responsabilidade dos Estados. Mato Grosso do Sul teria sido beneficiado? Eu digo que não. Eu digo que isso foi um arranjo. Porque o Governo do Estado não tem capacidade para tocar essas estradas, não tem recursos para tocar essas estradas. E V.Ex^a agora está suprimindo no meu Estado, por exemplo, no meu Estado, por exemplo, são 1.272 quilômetros. O Governo tem condições de fazer? Não tem, o Governo Estadual não tem. Então o que é que está acontecendo pela própria exposição de V.Ex^a? Em todos os Estados em que os governadores assumiram a responsabilidade, meu caro Presidente Luiz Otávio. Eles pegaram o dinheiro aplicado, podem até ter aplicado o que veio da Medida Provisória, mas tem dinheiro para realizar as obras? Tem não. Por outro lado, Ministro, o que eu estou observando aqui é uma coisa interessante nessa questão de medida emergencial. O poder Judiciário está mandando fazer obra. A situação é tão grave, é tão grave, que o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas estão determinando! (soa a campainha) E por que chegaram a esse ponto? Pelo clamor da sociedade, com toda a certeza. Quando o Poder Judiciário diz assim: Essa estrada está interrompida e lá perto de Cassilândia, no meu Estado, na divisa com Goiás, a decisão recente “não vai passar nada aqui, não passa caminhão com transporte, não passa automóvel de passeio, não passa ninguém porque há risco de vida”. Emergência momentânea tem, porque não é possível, é uma emergência momentânea, é um estado emergencial. Porque, como é que fica o transporte de cargas? O prejuízo que acarreta se não for feita alguma coisa. Então, Ministro, eu acho que o que há é uma política de Governo, e aí V.Ex^a me desculpe, eu isento V.Ex^a disso. Por que isento? Porque o comando é do Ministério da Economia, Ministério da Fazenda. Se V.Ex^a não recebe recursos, como vai realizar? Como vai dar cumprimento? O orçamento, o orçamento não é dirigido por nenhum Ministério. Ele tem lá, diz: “Olha se liberar, se o dinheiro chegar, eu dou”. Ele pode fazer todo o procedimento burocrático, chegar até no empenho, mas se não chegar o dinheiro, não tem jeito de fazer, não tem jeito de fazer. Então, eu quero, em primeiro lugar, eu particularmente, particularmente, fazendo isso aí eu não estou, eu estou aqui, humildemente, é a palavra de um Senador lá do Mato Grosso do Sul. Tudo bem, mas é um Estado produtor, é um Estado que tem carne para transportar, é um Estado que está afetado pela febre aftosa, a economia está lá embaixo, é um Estado dependente da agricultura, cujo processo de industrialização está incipiente. Eu tenho que falar o que eu acho que é. Então, Ministro, até se V.Ex^a me

permita, não veja em nenhuma palavra minha, se não a defesa de V.Exª. Mas isso não implica em defesa do Governo. Se não deixam trabalhar, como é que se vai trabalhar? Então eu acredito, e comigo até, eu preciso dizer, aqui estão falando em Tapa-Buraco, em Tapa-Buraco, em Tapa-Buraco. Eu também acho que não era assim que devia acontecer, mas o que é que nós vamos fazer? (soa a campainha). Só para terminar, porque aí seria injusto, porque eu tenho uma reivindicação a fazer para o Ministro. O Ministro esteve lá no meu Estado junto com o Presidente da República, eu fiz um apelo, o Ministro falou, está cumprindo, Ministro, mas apressa um pouquinho. Faz sete anos que nós estamos fazendo 60 quilômetros de estrada. Termina a BR-158 lá pra mim, faz sete anos que eu luto dentro da Bancada de Mato Grosso do Sul, todo recurso eu coloco na BR-158. Ela está sendo construída graças à Bancada de Mato Grosso do Sul. E vou repetir, a sensibilidade de V.Exª, eu vim aqui fazer justiça. Agora está fácil. Está faltando 18 quilômetros. É um apelo que eu lhe faço, V.Exª prometeu isso lá. Agora, a culpa, volto a repetir, é de uma política econômica do país errada, errada. Uma política para pagamento de juros, para pagamento de dívida em detrimento da infraestrutura capaz de gerar o crescimento do país. É isso que nós estamos vendo, porque V.Exª não deve estar satisfeito em gastar 500 milhões, quase 500 milhões numa operação denominada Tapa-Buraco. Até isso é feito. É a minha opinião, Ministro, fazendo justiça aqui a V.Exª (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador João Ribeiro, logo após o Senador Antônio Carlos Magalhães que falará por permuta com o Senador César Borges. O Ministro vai responder a questionamento do Senador Ramez Tebet. Com a palavra o Ministro Alfredo Nascimento.

SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Queria dizer que a 158 vai ser concluída esse ano. Eu estou esperando só a aprovação do orçamento, nós vamos concluir os 18 quilômetros que falta. Vai ficar bom lá. Faltam 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr. Presidente Senador Heráclito. Senhores Senadores e Senadoras, meu caro Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento e meu caro Dr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-Geral do DNIT. Primeiro, Ministro, eu quero cumprimentar V.Exª pelo brilhante trabalho que vem realizando frente ao Ministério dos Transportes. Pela forma correta e trans-

parente que vem trabalhando à frente desse Ministério, e eu disse há poucos dias atrás aqui, Ministro, por um dever de justiça, que era um Ministério que havia denúncia quase todo dia, problemas quase todo dia. A partir do momento que V.Exª assumiu o Ministério dos Transportes parece que reinou a paz e a tranquilidade no Ministério dos Transportes. Dizer que o nosso Ministro tenha feito tudo, seria algo estranho fazer uma colocação dessa, até porque os recursos não foram e sei que nunca serão suficientes para fazer tudo que se precisa fazer. Eu vejo, por exemplo, Ministro, a questão da Operação Tapa-Buraco, que nós podemos chamar de Tapa-Buraco ou Conserva. Quer dizer, foram feitos poucos investimentos nos últimos 10 anos. Para se chegar até onde chegou, nessa situação que nós estamos vivendo hoje. E eu sei que hoje ela é chamada de emergencial, e se há crítica nesse sentido, eu acho que... só se critica mesmo quem trabalha, porque quem não trabalha... Nós temos visto isso muito. Esse é um chavão da política e da vida pública, lamentavelmente. Mas a operação que nós estamos chamando de Tapa-Buraco, ela tem que ser feita assim mesmo, Ministro. V.Exª, eu não sou engenheiro, mas não precisa ser para conhecer uma situação de emergência das estradas brasileiras que acumulou durante os últimos 20 anos. E o Governo do Presidente Lula, do qual V.Exª é o condutor dessa pasta tão importante, resolveu agora, emergencialmente, resolver a questão desses buracos que estão em abertos pelas rodovias do país afora, estavam, e vão ser tapados. Ora, primeiro vamos tapar os buracos e depois vamos para a restauração, para a recuperação da estrada. V.Exª está perfeitamente correto em fazer dessa forma. Agora, é uma questão de opinião, né, meu padrinho? Agora é o seguinte: Por exemplo, no meu Estado do Tocantins que V.Exª colocou dois casos que saíram da questão da emergência. Nós temos lá o projeto, a questão do CREMA, que está sendo executado. Então não tinha sentido mesmo, já que os equipamentos estão ali, a obra está sendo executada, fazer um Tapa-Buraco, 50 quilômetros a frente, para daqui 30 ou 60 dias passar ali a obra de restauração que está sendo feita pelo CREMA. Portanto, eu quero cumprimentar V.Exª, serei um defensor de V.Exª, não apenas aqui na Comissão, mas no Plenário, onde for preciso. Não estou dizendo que V.Exª precisa de que alguém lhe defenda, mas de dizer que principalmente comigo, comigo, com o Senador João Ribeiro, que tem através do nosso trabalho carreado os recursos para as obras que estão sendo realizadas no Tocantins, através das nossas emendas de Bancada e através dos recursos que o Governo colocou diretamente, combinado comigo, combinado com a nossa Bancada. E, portanto, as obras, quando

se coloca, eu vi alguém colocando, eu não sei se o Senador Ramez Tebet, que há um equívoco com referência a anúncio de obras isso também ocorre no Tocantins, a bancada coloca os recursos, o Governador vai lá, coloca uma Deputada de um partido de oposição para dizer que foi ela que levou os recursos para lá. Ela nunca apareceu na Comissão, nunca teve nenhuma participação, mas para isso nós vamos lá dizer para o povo que isso não é verdade. Agora, o que é que o Ministério tem a ver com isso? Qual a culpa que o Ministério tem disso? Nenhuma. Cabe a nós, parlamentares, mostrar a verdade para a população. Então quero dizer a V.Ex^a, Ministro Alfredo, até para não me prolongar, talvez volte a falar no final, se for preciso, (soa a campainha) para dizer o seguinte: que a questão de opinião cada um tem um, para isso que essa é uma Casa de vários parlamentares, cada partido, cada Estado tem três Senadores e cada um tem o direito de ter sua opinião. Eu, em nome da Bancada do Tocantins, quero lhe dizer que nós estamos muito contentes com o trabalho que o Ministério dos Transportes tem feito com as estradas, com as rodovias do Estado do Tocantins, eu sei que muitos Estados vão ter essa opinião dentro de poucos dias, os que ainda não têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, do Senado Federal, do PFL da Bahia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu quero dizer a V.Ex^a que respeito, mas não concordo com o meu antecessor, o Senador João Ribeiro, a quem tanto estimo e respeito também. Mas, a minha convivência com V.Ex^a é pequena. Fui com o Governador e a bancada... Há mais de dez meses que V.Ex^a prometeu fazer mundos e fundos e não fez nada na Bahia. Nada, nada, nada. Entendeu? Conseqüentemente, tenho atuado nesse Plenário sempre criticando o problema das estradas no Brasil. E ao contrário do que disse o Senador João Ribeiro, a minha opinião sobre a operação Tapa-Buraco é muito ruim. Essa é a opinião geral no Brasil, a não ser daqueles que querem agradar V.Ex^a – e são muitos – ou o Presidente da República. Mas veja V.Ex^a que o próprio Tribunal de Contas, V.Ex^a deve estar ciente disso, demonstra nas estradas que viu, que até o asfalto que V.Ex^a colocou no Tapa-Buraco está se dissolvendo. Está aqui o Ministro Narde dizendo isso. Mais do que isso, os primeiros relatórios das equipes da auditoria da TCU, que acompanham a operação Tapa-Buracos, chegam a nos dar já na próxima semana, e ele vai realmente mostrar que firmas não poderiam estar nessa operação Tapa-Buraco por falta de idoneidade. Idoneidade, Sr. Ministro. Eu não

estou dizendo que V.Ex^a é inidôneo. Eu estou dizendo que foram escolhidas firmas inidôneas, inclusive do norte do Brasil. Isso é que se dá quando se quer fazer coisas apressadas, visando mais os empreiteiros, do que a realidade de uma boa estrada. O senhor não encontrou um jornal neste país, nem mesmo os que recebem muita matéria paga do Governo, que tenha elogiado a sua operação Tapa-Buraco. Mas aqui, evidentemente, V.Ex^a vai encontrar alguns senadores que queiram elogiar. Mas nós somos vítimas no Brasil de um desastre nesses últimos anos maior do que nos anos anteriores. Também não vou dizer que a culpa é sua, o senhor chegou ao Ministro tem um ano, talvez, um pouco mais. Mas o seu antecessor, que era Ministro deste mesmo Governo, V.Ex^a viu que ele está em maus lençóis, não só pelas apurações que são feitas, como até mesmo pelas declarações que ele já aceitou de Caixa 2 etc. O seu Ministério, por ser poderoso, tem que ter uma fiscalização bem maior dos que os outros. Não bastam só os olhos de V.Ex^a, tem que ter todos os olhos da nação para que acabe essa situação que está estrangendo o Brasil e a todos nós. De modo que a minha vinda aqui hoje é para lançar um protesto contra a atuação do Governo de V.Ex^a e, em particular, das estradas do Brasil. V.Ex^a não pode explicar como a BR-101 não passa no Estado da Bahia e vai pegar no Espírito Santo e chega até próximo de Sergipe. V.Ex^a não pode explicar que a ferrovia Norte-Sul não vá atender aos reclamos da região mais produtora hoje do Brasil, que é o Oeste da Bahia. E nada disso V.Ex^a tem para falar de concreto. V.Ex^a pode dizer: “Não, nós estamos estudando isso, isso vai sair daqui a dez anos, doze anos”. São otimistas que acreditam que em doze anos vão resolver esses problemas. Eu queria que V.Ex^a resolvesse o mais rápido possível para eu poder vir aqui e me congratular com V.Ex^a, e não vir aqui criticar o seu Governo e o seu Ministério por falta de ação no meu Estado. V.Ex^a agora tem algumas estradas de Tapa-Buraco, mas não está realmente atendendo aquilo que V.Ex^a prometeu na minha frente ao Governador Paulo Souto. E que V.Ex^a disse: “Daqui a oito dias, dez dias nós estamos agindo e tal”. São dez meses, Excelência. De modo que eu faço o meu protesto não contra a pessoa de V.Ex^a, nada tenho a dizer contra sua pessoa, nem contra o seu diretor. Acho até que pode ter havido uma moralização, depois que V.Ex^a chegou, maior no seu Ministério. mas eu venho fazer um protesto de uma região produtora, de uma região que não tem recursos federais, retaliada, que só teve 3.90, enquanto o Acre teve cento e tantos por cento de investimento. Essa região que eu venho reclamar e reclamarei sempre. Porque fui eleito Senador, não faço como o Senador de Mercadante que diz

com 10 milhões, mas fui com três milhões, e mais do que três milhões. De maneira que quero dizer a V.Ex^a que, se comparar com a Bahia, minha votação talvez seja até maior do que a dele. Mas, seja como for, eu quero dizer a V.Ex^a que vou ainda dar um crédito de confiança a V.Ex^a. Mas que não aconteça comigo o que aconteceu com o Governador Paulo Souto, que acreditou em V.Ex^a e hoje está muito triste.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Ministro Alfredo Nascimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Senador, as observações que eu vou fazer nada tem de pessoal contra V.Exa, que eu acompanho já há algum tempo e tenho até admiração pela sua atuação na vida pública. Mas, primeiro que eu não fiz uma série de promessas na sua visita com o Governador dizendo que iria lá em oito dias resolver os problemas. Eu estive há cerca de 15 dias atrás na Bahia, visitei o Governador, e nós iniciamos praticamente toda, a recuperação de praticamente todas as rodovias federais, inclusive as rodovias que foram estadualizadas, como a BR 110, e não receberam da parte do Governo a manutenção ao longo dos últimos anos. Então, a BR 101, a qual o senhor se referia, nós concluiremos toda a restauração, e ela está em obras nesse momento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. perdoe eu interromper para dizer que quando se passou a estadual a 110 foi com o compromisso do Governo Federal de dar os recursos para recuperá-la. E isso não foi feito.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Junto com a estadualização, os recursos foram repassados. Mas isso é uma discussão que existe entre o Governo Federal e o Governo Estadual. E o Governo Federal resolveu atuar, inclusive nessas rodovias, fazendo uma primeira ação, que nós chamamos de ação, chamamos de ação emergencial. E a seguir a execução, após uma discussão com os governadores dos 15 Estados, uma ação mais duradoura, uma intervenção mais duradoura. Em relação à qualidade das obras que nós estamos executando, eu antes fiz uma exposição mostrando os cuidados que nós tomamos para que essas obras não tenham problemas. Primeiro nós estabelecemos que as empresas têm que dar para se credenciar entre as três empresas que devem no mínimo apresentar a proposta, apresentar um desconto de 20% tendo por base os preços do SICRO, que é do sistema de custos do DNIT. Além disso, todas essas obras e essa fiscalização, ela só está ocorrendo porque nós pedimos ao Tribunal de Contas que fizesse, diferentemente do que se faz com as obras

que são contratadas por licitação, que o Tribunal de Contas fizesse a fiscalização prévia, a fiscalização pedagógica. E nós estabelecemos também nesses critérios que adotamos, que nenhuma obra pode ser paga dessas obras; e são 6.400 quilômetros dos 23 mil e 800 quilômetros que nós contratamos, nenhuma obra pode ser paga sem que seja auditada. Qualquer que seja a empresa que esteja executando a obra sem a qualidade devida, qualquer empresa que esteja tapando o buraco com areia, sem as normas técnicas pré-estabelecidas, ela vai perder o dinheiro porque não vai receber. Nós só vamos pagar o que for feito corretamente. Em relação à escolha que nós fizemos, nós não escolhemos empresas porque a empreiteira ligada a “a”, “b”, “c”, ou “d”. Eu só posso afirmar para V.Exa. que nenhuma dessas empresas, nenhuma das empresas que trabalham do Ministério dos Transportes me ajudaram em campanha, nenhuma; e nem vão ajudar na próxima campanha, se ela existir. Isso é uma questão de princípio até para mim. E o senhor falou da existência de caixa dois no Governo e do Ministro que me antecedeu, eu tomo alguns cuidados para que isso não aconteça. Nenhuma empresa está sendo escolhida ou foi escolhida porque é ligada a quem quer que seja. Nós estabelecemos os critérios dentro das normas que estão estabelecidas. E as empresas foram escolhidas. Eu estive na Bahia há pouco tempo, o senhor pode ter a certeza que nós iniciamos recuperação de obras duradouras, como da BR 101; está sendo mobilizada a restauração inteira da BR 116, toda a BR 116 tem o recurso no orçamento. E esta semana ainda a obra deve ser iniciada. Porque a empresa que ganhou a licitação já está mobilizada, já está no trecho, e o trabalho vai ser visto nos próximos dias. Eu estive lá, visitei a 116, estive lá, visitei a 101. Estive com Governo Paulo Souto e passei para ele todas as ações que nós vamos empreender na Bahia. No máximo 30 dias, hoje mais de 80% da ação já foi iniciada, no máximo em 30 dias não existirá uma única rodovia federal na Bahia, além das estadualizadas, que também estão nesse pacote, sem uma ação do Governo. Para que o senhor tenha uma idéia, como eu citei da primeira vez a BR 110, a intervenção que nós estamos fazendo lá, por estar muito estragada, e eu visitei para verificar o estado da rodovia, ela tem uma ação muito mais cara do que uma simples operação Tapa-Buraco. E o senhor tem razão, se essa ação tivesse sido empreendida já há algum tempo, a emergência seria desnecessária. Se os investimentos necessários para a manutenção da Infra-estrutura brasileira fossem feitos ao longo desse tempo, nós não precisaríamos fazer isso agora. Agora, eu estou no Governo há um ano e pouco. Quando cheguei no Governo, conversando com o Presidente

Lula eu mostrei para ele que para se realizar um trabalho nós precisaríamos ter dinheiro para executar obras. Eu disse aqui antes que não se faz obras, não se faz intervenções de Infra-estrutura sem dinheiro. Com conversa não se resolve.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. pode dizer quando recebeu esse dinheiro?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – 6 bilhões de orçamento empenhado em 2005. Nós nesse momento estamos executando mais de 3 bilhões de obras, fora essa operação emergencial.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. pode dizer quando começou? Porque V.Exa. se queixou muito de falta de recurso.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Em 2004, é verdade.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se V.Exa. não tem um ano, desde...

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – 2004.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Saiu agora.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não, não, em 2004. Quando eu cheguei ao Ministério, a média de investimento nos últimos anos no Ministério dos Transportes, no primeiro ano do Governo do Presidente Lula se referia ao orçamento aprovado no ano anterior, e nos anos anteriores era muito baixa, era pouco mais de 2 bilhões de reais de média de investimento. Eu fiz uma conta. Quando eu renunciei ao meu mandato de Prefeito em Manaus para ser Ministro, que me disseram quanto era o orçamento, eu tomei um susto. Porque a Prefeitura de Manaus tinha um orçamento de cerca de 1 bilhão e 200 e eu tinha 2 bilhões e 300 para cuidar de toda a estrutura do país, eu tinha quase que a certeza que esse volume de recurso era insuficiente. Concluindo o trabalho, eu pedi 30 dias ao Presidente para concluir esse trabalho. Lembre-se que nós, em maio de 2004, nós já estávamos com o orçamento...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Só lembrar V.Exa. que o orçamento de 2003 foi feito em conjunto, e principalmente com o Governo Lula.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Perfeito. Eu não estou aqui atribuindo culpa a quem quer que seja, qualquer que seja o Governo, que seja equipe de transição. Eu estou dizendo que a média até 2003 era de pouco mais de 2 bilhões de reais. E do ano de 2004 o orçamento aprovado para o Ministério dos Transportes era de 2 bilhões e 300. E eu fiz um planejamento para recuperação da Infra-es-

trutura do país. Naquele primeiro ano, em função de uma dívida muito grande que existia do Ministério dos Transportes com os empreiteiros, e essa dívida era de cerca de 1,5 bilhão de reais, não existia mais credibilidade para que se dessem, para que se dessem ordem de serviço, para que se empenhassem e as empresas entrassem para executar as obras. O Presidente ficou convencido, autorizou o pagamento dessas dívidas anteriores, nós quitamos a dívida com os empreiteiros e fizemos um acréscimo no orçamento que era de 2 bilhões e 300, para 3,5 bilhões de reais. No estudo que nós fizemos, e esse estudo parece muito com o estudo da CNT, do Banco Mundial, serão necessários investimentos ao longo de quatro anos da ordem de 6 bilhões de reais para nós recuperarmos a Infra-estrutura brasileira. E no ano de 2005, como estava previsto em função da negociação que o Governo brasileiro fez com o fundo monetário para retirasse do cálculo do superávit primário 1 bilhão de dólares a cada ano durante três anos, nós tivemos o orçamento transformado para 6 bilhões de reais. Nós empenhamos em 2005 6 bilhões de reais. E neste momento, inclusive na Bahia, contratado e com ordem de serviço e empresa instalada tem a BR 116 e a 101, que fazem parte do orçamento do ano passado. Cerca de 3 bilhões de reais neste momento estão sendo executados de obras de Infra-estrutura no país, de obras duradouras, sem ser dessa operação emergencial.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sabe quanto está sendo empregado na Bahia?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Sei, nós anunciamos agora o início de obras que somam mais de 300 milhões de reais nessas obras de operação mais duradoura. Além disso, estamos fazendo um investimento que soma mais de 40 bilhões nessa operação emergencial.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Antônio Carlos, V.Exa. me permite só um aparte aqui só para colaborar com o Ministro. Ministro, esse 1 bilhão do FMI, que não entra no déficit, derruba de uma vez por todas o caráter de emergência do Tapa-Buraco. Por quê? O FMI quando fez a liberação concordou com o uso desse recurso, e 70% dos recursos eram exatamente para Tapa-Buraco, o Governo já sabia da precariedade e da necessidade dessas obras. Tanto é que remeteu para o FMI aquela planilha, planilha que o Congresso Nacional só soube do dia da aprovação do orçamento do ano passado. Ora, não sei até hoje, Sr. Ministro onde esses recursos foram gastos. Até setembro, outubro, menos de 30% havia sido destinado definitivamente à obra “a”, “b”, ou “c”. Havia problema de licitação, havia problema de planejamento, havia

problema de toda a ordem. V.Exa. até quer entrar na carona porque é oportuno não mostrar aqui, esse dinheiro do FMI em que é que foi gasto? E se já havia o Tapa-Buraco naquela época, o porquê da emergência agora, da decretação de emergência... Aliás, tem inclusive obras que estavam na planilha do FMI que não entravam na planilha do FMI e que entraram na emergência do Governo.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Primeiro que os recursos que nós tratamos com a FMI não é para tapar buraco é para a restauração de rodovias, é para intervenção mais duradoura.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O termo usado foi pelo próprio Governo e pelo líder do Governo na época da aprovação.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Mas o dinheiro foi empregado exclusivamente na restauração de rodovias. Eles não aceitaram inclusive que nós colocássemos, existiram casos até de duas rodovias do Piauí, “construção”; eles entendiam que os recursos teriam que ser empregados na restauração, na recuperação de rodovias que estavam estragadas. Mas os recursos do FMI, esses recursos do PPI, eles não foram empregados em operação Tapa-Buraco, eles foram empregados na recuperação de rodovias que estavam com muitos buracos e que estavam estragadas. Então, Senador, em relação à 101 da Bahia, nós iremos concluir até o meio do ano toda a restauração da 101 da Bahia. Ela já tem 70, 80% mais ou menos, cerca de 80% da 101 na Bahia já está recuperada e restaurada. Eu visitei trechos dessa recuperação. E até o final do ano, com os recursos do PPI que estão no orçamento, nós iremos concluir toda a restauração da 101. Em relação à Ferrovia Norte-Sul, nós estamos trabalhando na Norte-Sul com o que já está empenhado. E a obra está em execução. Nós deveremos chegar até junho a Araguaína, não é isso, Senador? Araguaína. E nós vamos executar cerca de 230 quilômetros no Governo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. sabe que o maior polo, hoje, agrícola, do Brasil pelo menos, é do oeste da Bahia?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Eu sei, do oeste da Bahia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A V.Exa. sabe que a ferrovia não vai utilizar nada disso?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não, mas a Transnordestina ela vai de alguma forma beneficiar o oeste baiano. Se o senhor considerar que a 135 sai, desde que você faça a integração de modais, ela sai lá do Piauí passa pela Bahia, tem um trecho em construção de 48 quilômetros da

divisa do Piauí com uma cidade baiana. E essa cidade, no trecho até... Como é o nome? Não, não, o trecho que está estragado, Barreiras está bom para lá. É um nome assim. Formosa do Rio Preto. Isso. Esse trecho que falta ser concluído da 135. Então, nós estamos tendo uma atuação e vamos concluir até o mês de junho cerca de 230 quilômetros na Ferrovia Norte-Sul. E pela primeira vez nós vamos dar viabilidade a Ferrovia Norte-Sul fazendo a integração de modais. Porque nós estamos fazendo intervenção ao longo de toda a 153, que é a Belém-Brasília, e nós vamos lá em Araguaína, com pátio de manobras, poder integrar todo o volume da produção que vai por rodovia até Araguaína, de lá se passar para Ferrovia e se chegar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. está afirmando?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Estou afirmando.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Chega na Bahia?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não, ela vai ser concluída integralmente na Bahia. 70% da obra eu posso afirmar para o senhor que já está concluída. Da 101 na Bahia. Eu visitei alguns trechos lá, o técnico está aqui para confirmar. Qual é o trecho que está faltando? Vai se concluir.

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA: Falta o trecho de... Que é o que nós estamos trabalhar agora.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Nós estamos trabalhando pesadamente na 101, na Bahia. Bom, em relação a isso de moralização, realmente tinha muita, o que eu ouvia fora do Ministério e fora do Governo Federal... Essa é a minha primeira experiência no Governo Federal, eu tinha experiência no Poder Público estadual e municipal, a história que eu ouvia a respeito do Ministério dos Transportes, a cultura que diziam que existia lá no Ministério dos Transportes era realmente de muitos problemas. Eu tomei alguns cuidados, criei alguns aparatos. A prova é que eu não tenho nenhum receio dessa operação que estou realizando. Dificilmente, dificilmente nós vamos identificar algum problema de corrupção nessa obra, porque...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu sei, mas V.Exa. sabe que duas ou três firmas que estão fazendo serviço foram julgadas inidôneas?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não, não houve julgamento que foram julgadas inidôneas pelo Tribunal.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Tribunal?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Primeiro que o Tribunal não pode julgar empresa inidônea. Ele levantou possibilidade de irregularidade na obra, no passado, não foi durante a minha época.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não foi durante sua época, mas uma que falhou no ano passado, na sua época...

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Mas ela é idônea. Não temos como dizer que ela está proibida de fazer obras, porque ela tem obras por licitação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ela tem irregularidades no passado.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não tem irregularidade. O que foi identificado no Tribunal...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ganhar por licitação não quer dizer nada, V.Exa. sabe disso. O senhor é um homem inteligente, foi um bom Prefeito.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – O que é que foi identificado? Foi identificado que existia superfaturamento nas obras, nessas obras com essas duas empresas. Que, aliás, era uma prática lá do Ministério. Eu fui chamado e estive visitando o Tribunal de Contas várias vezes para ter que chamar empresas para as empresas se adaptarem aos preços que o Tribunal de Contas estava estabelecendo. E não só são as duas empresas que estão sendo citadas, não, foram várias empresas que tiveram que se adequar aos preços que, segundo o entendimento do Tribunal de Contas, estavam superfaturadas. Algumas tiveram que devolver recurso. Quem tem que ser penalizado por essa prática, por não ter conferido ou contratado obra superfaturada, já que a empresa, em alguns casos, teve que devolver o recurso ou se adequar aos novos preços estabelecidos pelo Tribunal são os gestores que causaram esse tipo de problema. Agora, quanto à empresa, eu não posso fazer nenhuma proibição. Em relação a essas obras que nós estamos executando, o senhor pode ter certeza que nenhuma empresa vai receber essa obra, o dinheiro pela execução dessas obras se não estiverem rigorosamente dentro do que foi pré-estabelecido. Por que isso? Por ser uma atitude diferente, por ser uma ação diferente da normal, nós estabelecemos que a empresa só pode receber o recurso, a empresa só pode receber pela obra, depois que a obra é auditada. Diferentemente do procedimento de uma obra normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Dr. Mauro, V.Exa. dispõe de um minuto.

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA: Senador Antônio Carlos Magalhães, estive presente na Bahia sem ser esse fim de semana que passou, no anterior, estive presente no município de Seabra Ibotirama, na BR 242. Há anos o povo baiano solicita aquela obra, é uma obra que nós estamos já a 242, seus 700 quilômetros mais os 300 quilômetros da BR 020; são obras que estão inteiramente contratadas nos seus 900 quilômetros. Fiz questão de ir à Bahia para reunir e exigir dos empreiteiros que estão lá uma maior celeridade nos empreendimentos contratados. Fiz a reunião com os empreiteiros no município de Ibotirama, que é o pior trecho que existe, na BR 242, visitei a usina de asfalto que está lá licenciando ambientalmente, Seabra, e tem 22 quilômetros que está sem pavimentação. Estive presente em conjunto com o Deputado José Carlos Araújo para a fiscalização na BR 116, entre o município de Feira de Santana e o Rio Paraguaçu, uma situação crítica, onde nós estamos com obra contratada, 60 milhões de reais já empenhados, 40 milhões no orçamento, são 100 milhões dentro do projeto piloto de investimento. Estive presente em Feira de Santana para visitar a usina de asfalto, e exigi a celeridade, marquei nova visita para o dia 01 de março para ver as obras em andamento e a celeridade desses empreendimentos que o povo baiano tem reclamado. Devo estar dia 01 na BR 110 para inspecionar os serviços da operação emergencial na BR 110, que tem gravidade, e que nós estamos lá com a intervenção em toda a BR. Devo estar, estive presente também na BR 324 no trecho Salvador-Feira de Santana olhando a conservação que está em andamento. Estive presente lá em Tanquinhas, na BR 324, que é uma obra do batalhão de engenharia que está com 18 milhões de recursos transferidos pelo DNIT ao batalhão de engenharia, o batalhão está fazendo acúmulo de material lá no município de Tanquinhas para iniciar a obra de recuperação, Tanquinhas, na 324. O batalhão do Exército, o 4º BEC que está com aquela obra de recuperação do pequeno trecho de Tanquinhas. Mas o 4º BEC está lá em Barreiras e ele está com a obra de recuperação da pista da BR 324 em Tanquinhas, naquele trecho ali da 324. E tive a oportunidade, Senador, da gente dar posse ao Dr. Saulo, engenheiro de carreira do departamento baiano DR como dirigente nosso, foi uma honra para nós, um profissional competente baiano, gerenciando os nossos empreendimentos na Bahia. E espero agora dia 01 estar presente, novamente na Bahia. Pois é um compromisso nosso, do Governo, e é um compromisso do Ministro a celeridade dos empreendimentos. Espero que em seis meses...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Tem necessidade?

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA: Tem necessidade. Tem 35 anos que o diretor geral não ia à Bahia, Senador. Estou lá presente na Bahia fiscalizando e orientando. Espero que nós possamos dar a condição de tráfego nessas principais BRs. A BR 110, a BR 330 a BR 324, a BR 242 e a BR 116, que estão contratadas com 350 milhões de reais no projeto. Nos próximos seis meses, o quadro da Bahia é um quadro que deve alterar a gestão rodoviária federal na Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Antônio Carlos, o Dr. Mauro Barbosa da Silva não é baiano, ele é goiano.

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA: Tenho origem baiana. O meu avô é de Barreiras,.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu vi que ele já tinha a origem na Bahia pelas explicações, V.Exa....

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Falou a verdade. principalmente as próprias rodovias estaduais estão arrebitadas, estavam todas em ótimo estado, que as BRs não funcionavam. Então, o tráfego ia todo para as estradas estaduais. Então, muitas estradas estaduais estavam prontas e foram inutilizadas.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – A Bahia tem um problema maior que os outros, Minas Gerais e Bahia. Eu próprio cuidei de redirecionar o orçamento e recursos volumosos para resolver esses problemas. Minas Gerais tem...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exa. vai deixar o Ministério para ser candidato?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não sei, isso é coisa para o futuro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se V.Exa. está tomando esses compromissos com o seu diretor, eu fico muito contente que V.Exa. continue aí.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Continue como Ministro, não é? (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – OK. Então, próximo inscrito, Senador Eduardo Suplicy, que chegou agora e já vai usar da palavra na sua urgência.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Procurarei ser bastante breve para que o meu tempo possa ser compartilhado com a Senadora Ana Júlia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, não pode. Aí eu tenho outros oradores inscritos. E com a palavra Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Cumprimento o Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, Dr.

Mauro Barbosa da Silva pela maneira como tem levado adiante os propósitos de melhoria das estradas e sistemas de transportes brasileiros. Eu primeiro quero cumprimentar a iniciativa de em cada Estado, como no meu próprio Estado de São Paulo, ainda na semana passada o Secretário José Augusto Valente convidou-me, eu, infelizmente, não pude estar presente, mas depois recebi a visita dele, porque está convidando os parlamentares de cada Estado para fazer o acompanhamento das obras. E avalio que esse método tem sido muito positivo. Cumprimento o Ministério por isso. E queria perguntar a respeito de uma questão que tem sido objeto de reflexão e diálogo. No Estado de São Paulo há uma experiência do próprio Governo Estadual de utilizar muito o sistema de pedágios. De tal maneira que empresas privadas acabam se responsabilizando pelo sistema de preservação, manutenção, melhoria das estradas, e aí mediante a cobrança de pedágios. Há estradas no Estado de São Paulo, mas isso no Brasil inteiro, que se utilizam e outras que não se utilizam do pedágio. E eu agradeço se puder V.Exa. nos informar, à luz de toda a experiência que tem havido, para as obras de estradas, sobretudo de estradas de rodagem no Brasil inteiro, a que conclusão hoje chegou o Ministério dos Transportes na sua gestão? Em que medida tem sido adequado e conveniente o método de o Governo responsabilizar-se inteiramente pela estrada, por sua construção, preservação, manutenção? E em que medida tem sido considerado adequado compartilhar isso através do sistema de cobrança de pedágio? Se puder, nos dar um breve balanço do diagnóstico das vantagens e desvantagens de um sistema versus o outro.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Olha, muito obrigado Senador pelas observações.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Ministro, ele ficou de dividir, a gente faria as duas e responderia de uma vez. Um aparte, como fez ainda há pouco o Senador Heráclito. Eu quero primeiro começar lhe parabenizando, Ministro, pelos esclarecimentos que ajudaram com certeza não só esta Casa, mas a sociedade como um todo. Porque muitas vezes a gente vê, repetidas vezes, aliás, informações que não são realmente as verdadeiras. Infelizmente. Eu quero fazer o registro aqui que mesmo... Não faz parte desse motivo da audiência, mas eu acho que já foi bastante esclarecido no nosso Estado os problemas pela qual passou a obra das eclusas que começaram, que em 2004 foi, todos os recursos foram empenhados, todos os recursos que existiam no orçamento para as eclusas, elas, as obras realmente foram efetivadas. Mas o reajuste estranho que aconteceu de mais de 70%

talvez de custo da obra de um ano para outro, com certeza não foi condizente com o reajuste natural que existe nas obras da engenharia civil. Eu quero agradecer, Ministro, a compreensão, inclusive, do Governo em relação à liberação dos recursos de uma obra que V.Exa. esteve lá no Estado do Pará, em Belém, uma obra que é do DNIT, do Ministério dos Transportes, da UNIT no caso do Estado do Pará, que é o entroncamento. O viaduto do entroncamento, que desde a época do Governo anterior estava completamente paralisado, foi retomado a partir de 2004. E mesmo com os problemas que uma obra como essa, os transtornos de uma obra como essa traz a uma cidade no trânsito, quando esse viaduto do entroncamento que foi inaugurado com a liberação dos recursos, fruto da liberação dos recursos, frutos da emenda da bancada. Mas com certeza com o empenho de todos nós, o empenho nosso grande, e de V.Exa. que concordou, da liberação de 10 milhões e 220 mil que foram empenhados para concluir totalmente a obra do viaduto; nós, o povo de Belém e o povo do Pará vai ter acesso aqui. E dizer, Ministro, que eu também não poderia deixar aqui de fazer esse registro. Eu conheço a Transamazônica há muitos anos, e, pela primeira vez, depois de muitos e muitos anos, nessa época de inverno está sendo possível a trafegabilidade da rodovia Transamazônica. Ainda tem poucos quilômetros com dificuldade. Entre 20 e 30 quilômetros no máximo da rodovia Transamazônica no Estado do Pará. Mas hoje ela está trafegável nesse período. Porque foi realmente liberado recursos para reparos e período correto, que não foi o período da chuva. A Cuiabá-Santarém ainda tem um trecho muito, realmente que ainda não está pronto, não está recuperado, principalmente naquele que é do Castelo dos Sonos até a divisa; mas boa parte também da Cuiabá-Santarém foi recuperada e torna a trafegar. Essas rodovias estão asfaltadas? Não. Elas têm mais de 25 anos, como a Transamazônica, tem mais de 25 anos. E nós sabemos o quanto essa rodovia tem sido relegada a um total abandono. Mas eu quero fazer esse resgate aqui. E ela não tinha sido recuperada nos primeiros anos, mas foi, sim, recuperada agora nesses primeiros momentos. Então, eu reforço aqui, inclusive, o que já colocou o Senador Suplicy, de que essa fiscalização, que também essa transparência com que o Ministério tem agido em relação à obras, em relação à fiscalização. Eu quero parabenizar o Ministério em relação a isso, porque está deixando claro para a sociedade. E todos vão poder chegar lá, fiscalizar e verificar como e de que forma as obras estão sendo feitas. E aproveito para parabenizar, porque realmente se coloca tanto da liberação, mas apenas uma parte muito pequena desses recursos dizem respeito a ro-

dovias que foram liberadas de licitação. Apenas um percentual pequeno dos quilômetros foi feito dessa forma, com liberação realmente de... Pela emergência, que é visível, a emergência das obras. Até porque seria eleitoreiro se não fosse feito. Porque é lógico que é o que a oposição gostaria para poder filmar e depois mostrar e dizer que o Governo não fez. Nós sabemos isso. E dizer que a SID está sendo repassada para os Estados. Pelo menos essa parte continua acontecendo, está sendo repassada para o Estado. Então, muitos Governos estaduais estão podendo recuperar a estrada graças a um repasse do recurso da SID que nós no Congresso, nós aqui no Senado inclusive, Senador Mestrinho, aprovamos na reforma através tributária. E aquela parte que foi concluída na reforma tributária, essa foi uma delas. Repasses de recurso da SID que ficava toda, nem era repassado absolutamente nada. E nós permitimos, e o Governo também, é claro, porque houve um processo de diálogo, que fosse repassado parte para os Estados e parte também para os municípios brasileiros que passam a receber recursos para recuperar as suas estradas, as suas avenidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Bem, em relação às concessões, assunto levantado pelo Senador Suplicy, só as rodovias que têm viabilidade econômica, que têm volume de tráfego suficiente para se pagarem no investimento que é feito, elas têm a possibilidade de se fazer concessão. No caso de São Paulo é a BR 153, que é a rodovia que ainda não está, ainda não está concessionada, não está com a iniciativa privada. Ela consta do pacote de oito lotes de rodovias que nós já fechamos o entendimento com o Tribunal de Contas, promovemos todos os ajustes que o Tribunal de Contas exigiu que nós fizéssemos; e já publicamos a Audiência Pública e os editais devem ser publicados ainda no mês de fevereiro. Nós passamos um tempo grande nessa discussão com o Tribunal de Contas, até para nós não correremos riscos em relação a esse procedimento. Porque da primeira vez, quando ainda no início do Governo se tentou fazer a publicação desses editais, o Tribunal de Contas interferiu e fez o cancelamento desses editais. Então, já está acordado com o Tribunal e nós deveremos publicar agora no mês de fevereiro esses editais para esses oito lotes de concessão. E a rodovia que interessa ao Estado de São Paulo, que é a BR 153, passa por São José do Rio Preto, Bonifácio, Marília, ela está nesse pacote de concessão e deve ser licitada ainda este ano e repassada para a iniciativa privada. Essa fiscalização e essa visita que foi proposta pelo Dr. Valente, secretário do Ministério à V.Exa, nós esta-

mos fazendo isso em todos os Estados, com todos os parlamentares. A nossa intenção é que essas obras, principalmente aquelas que foram dispensadas da licitação, elas sejam fiscalizadas por tudo e por todos. Porque, Senador, nós tomamos cuidados em relação... Falam da dispensa de licitação. Nós estamos contratando 23 mil e 800 quilômetros de rodovias, já contratamos, estamos contratando 23 mil e 800 quilômetros de rodovias. E desses 23 mil e 800 quilômetros, 6 mil e 400 quilômetros estão sendo dispensado de licitação; desses 6 mil e 400, 2 mil e 800 quilômetros são de rodovias que estavam estadualizadas, que nós não poderíamos, portanto, ter planejado a contratação. O que significa dizer que desses 23 mil e 800 quilômetros, pouco mais de 3 mil quilômetros de rodovias federais nós estamos dispensando de licitação. Como é uma ação diferente, como é um procedimento diferente do usual, que o usual é se contratar por licitação, nós criamos alguns critérios que eu mencionei aqui e vou repeti-los. Primeiro – A empresa para participar, para se credenciar e ser contratada, e são no mínimo três empresas que devem apresentar propostas, elas têm que dar um desconto de 20%, no mínimo, tendo por base os preços do banco de dados do Ministério dos Transportes, lá do DNIT. Então o risco de superfaturamento como andam divulgando é impossível. Inexiste. Porque a empresa para se credenciar, e esse é um dos critérios, tem que dar um desconto de 20%. Se achar que não pode nem entra, nem dê o desconto. Além disso, o cuidado maior que nós tomamos é envolver o nosso instituto de pesquisas para que seja feita a verificação da qualificação, solicitamos ao Tribunal de Contas; e é por isso que o Tribunal, pela primeira vez na história desse país, está fazendo fiscalização prévia, que está servindo para nós do Ministério como uma fiscalização pedagógica. Porque a cada ação do Ministério que eles encontram um defeito, nós corrigimos. Além da fiscalização que nós solicitamos à Controladoria Geral da União, que também está em ação, e além do Exército que nós estamos contratando, que já contratamos e estamos fechando a formalização desse contrato, o Exército também está fazendo a fiscalização da obra, a auditoria do próprio DNIT, e nós criamos uma estrutura do Ministério nas diversas Secretarias com equipes volantes que visitam as obras para verificarem essas obras. Então, nós não temos nenhuma possibilidade da empresa receber a obra se fizer mal feita. Se botar terra lá, vai perder; se fizer o asfalto sem cumprir as normas técnicas, vai perder. Porque nós só vamos pagar e isso é exigência de portaria assinada e publicada, nós só vamos pagar a obra depois que a obra for auditada; diferentemente das outras obras que são contratadas por licitação, que são licitadas, con-

tratadas, se paga, e depois é que são auditadas. Por isso que eventualmente se encontra superfaturamento ou obra realizada sem as qualidades devidas. Nessas obras nós não corremos nenhum risco. Em relação à ação que nós empreendemos na Transamazônica, realmente por conhecer a região, por ser da região do Senador Mestrinho, do Senador Flexa Ribeiro, por saber que na nossa região nesse período é impossível trabalhar com qualidade; e com movimentação de terra mais ainda, porque chove torrencialmente, nós durante seis meses não pudemos trabalhar. Pela primeira vez, por pressão das bancadas tanto do Amazonas, o Senador Mestrinho fez isso porque a Transamazônica passa no nosso Estado; a Senadora Ana Júlia, o Senador Flexa, todos eles se mobilizaram no sentido de que nós conseguíssemos recurso, isso foi feito numa Medida Provisória, para nós fazermos um trabalho de recuperação das estradas durante o verão. E só por isso que pela primeira vez, é claro que a gente tem problema porque são estradas de terra, pela primeira vez nós estamos tendo ao longo de quase sua extensão trafegabilidade na Transamazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Ministro Alfredo Nascimento, Diretor do DNIT Doutor Mauro da Silva, senhoras senadoras, senhores senadores. Ministro, primeiro quero agradecer a vinda de V.Exa. até as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-estrutura, para que a gente pudesse ter a exposição que V.Exa. fez no início da Audiência Pública, e dar ciência ao Senado Federal dos critérios que foram utilizados na contratação. Eu diria, Ministro, que face à enorme avalanche de denúncias desse Governo, eu diria como se fala da mulher de César: “O Governo não precisa ser honesto, ele tem que aparentar ser honesto”. Então V.Exa. já colocou aqui que uma ação emergencial sempre deixa dúvidas com relação aos critérios, e que V.Exa. colocou aqui de forma bastante explícita. Eu queria fazer algumas perguntas e face ao adiantado da hora, eu tinha um compromisso às 13 horas com o Senador Tasso, e estou sendo aqui convocado, ele, como o Presidente do Partido a cada tempo. Eu vou pedir a V.Exa., até porque elas serão elucidativas a V.Exa. e ao Governo, que ela fosse encaminhada por escrito às comissões tanto de Assuntos Econômicos como de Infra-estrutura, porque aí a gente pode ter dados mais concretos daquilo que V.Exa. colocou, e tem respondido a todos os senadores que fazem a mesma questão. Só antes das perguntas eu queria fazer algumas observações. Com relação à emergência, evidente que tampar buraco é emergência, só que em função da negligência

que houve de não ter sido feito nada em 2003, 2004 e 2005. V.Exa. assumiu o Ministério de Transporte em abril de 2004. Então, está para completar 2 anos. Fez o planejamento. Não deve ter tido apoio do Governo, do Ministério da Fazenda, tentar fazer o superávit além do necessário, e ficou como V.Exa. colocou, sem os recursos e teve que tomar essas providências imediatas. Com relação à SID, V.Exa. falou nos anos do Governo anterior, V.Exa. sabe que a SID foi aprovada no Senado em 2002. Então, não houve anos no Governo anterior. Se houve ano, foi um. Então, lamentavelmente as estradas brasileiras ficaram nessa situação porque foi retirado do Ministério do Transporte o recurso que era sobre os combustíveis no passado, e que atendia a necessidade da recuperação das estradas. Ele foi retirado e aí em uma boa hora o Congresso Nacional criou a SID, no sentido de que esse recurso retornasse para a restauração, construção e recuperação das estradas federais, e estaduais também porque ela tem parte repassada aos Estados e Municípios. Eu queria fazer também antes de concluir, pedir a V.Exa. que encaminhasse à Senadora Ana Júlia os dados da negociação das eclusas. Porque Senadora Ana Júlia repete insistentemente que o reajuste de 70% foi de um ano. Foi de um ano só. É lamentável o que ocorreu. Nós já tivemos reunião com V.Exa. sobre a questão lamentável da desconsideração do Governo em relação a retirar o dinheiro das eclusas. Por quê? Porque se houve um aumento de custos, que é natural por quantos anos estava sem ajustamentos. 200 milhões que estavam no orçamento já era um terço do recurso necessário. Então, foi tirado esse dinheiro penalizando uma obra que há mais de 20 anos, há 25 anos o Pará tenta fazer. Não para o Pará, mas para o Brasil, que é a Hidrovia Araguaia-Tocantins, e que Tocantins agora vai ter o mesmo problema com a Eclusa de Lageado, é a mesma coisa. Lamentável, mas vão ter. O Senador João Ribeiro, que é do seu partido, vai poder, então, tentar não fazer que Tocantins leve 25 anos para ter as Eclusas de Lageado. Então, vamos esclarecer isso. Quanto foi a reajuste? Qual foi o critério de reajuste? Porque também nós queremos saber. V.Exa. disse numa audiência que tivemos que o reajuste tinha sido acordado pelo Ministério do Transporte com o Ministério do Planejamento, tinham acertado o número, tinham definido o número, e que daí para frente seria tocado. Não tinha motivo de tirar os 200 milhões. V.Exa. disse também que tentou mantê-lo, mas o Governo Federal tinha outra prioridade para usar os 200 milhões. Com relação ao valor dos 20 milhões liberados para a Transamazônica, 20 milhões para Santarém-Cuiabá, V.Exa. há de convir 20 milhões não dá nem para tampar buraco de uma estrada que não é estrada, é um caminho

de boi. É um caminho de boi, falta o desrespeito com relação a essas estradas importantes para desenvolvimento do Estado do Pará. Com relação ao viaduto, antes das perguntas. Esse viaduto, eu pediria a V.Exa. que fizesse um estudo aprofundado com relação a isso. Esse viaduto não vai resolver o problema do fluxo do entroncamento. Esse viaduto foi uma questão política. Não é viaduto, é uma passagem de nível. Havia um projeto para fazer um sistema de viadutos com uma alça viária para interligar e resolver o problema do entroncamento que é... Daí o nome, ser entroncamento de várias rodovias federais e estaduais. É necessário, Ministro, que com a vossa competência faça um estudo definitivo. Só o recurso viaduto não vai resolver. Da passagem de nível, melhor dizendo, não vai resolver. Vai continuar engarrafado o trânsito, o que é pior sem haver a solução definitiva para o complexo do entroncamento, que é a entrada rodoviária de Belém. Então eram essas as questões, antes das perguntas eu concedo um aparte.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Artigo 14 que eu fui citada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pode falar que pelo artigo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu acho que é natural que a oposição queira impedir obras, queria inclusive impedir e não queira que faça uma obra tão importante para Belém. Eu não me importo, agora as pessoas tem que ter coragem de assumir as suas responsabilidades, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foi duas vezes a Santarém. Nas duas vezes que ele foi a Santarém ele prometeu não só tornar trafegável uma estrada de dezenas de anos, mas ele prometeu asfaltar a Santarém-Cuiabá, ele não asfaltou um milímetro, então eu quero só registrar aqui, que o Presidente Lula foi a Santarém se recusou a fazer essa promessa, ele se recusou eu me lembro disso, porque eu estava presente quando ele esteve lá, ele se recusou ele disse que, perdeu as eleições naquela região toda, naquela época quando o Lula foi candidato antes. E eu quero deixar claro aqui que como nós somos da Amazônia, nós sabemos muito bem as debilidades que é você ter uma estrada de terra. E você não está asfaltando, mas torná-la trafegável num período como esse é fundamental para aquelas milhares de famílias que moram, que vivem ali, que produzem ali, que é uma região muito rica, então eu quero aqui saudar o que foi feito, o que não foi feito em tantos anos, em tantas décadas por quem inclusive já esteve no poder, já governou esse país em muitos melhores condições e simplesmente não fez, porque não o quis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Concluindo as perguntas, com relação a Santarém-Cuiabá

e a Transamazônica, pediria a V.Exa. que indicasse o mês que foi liberado os 20 milhões, porque me parece que ele já foi em cima da época invernal. Então eu diria a V.Exa. que 20 milhões são insuficientes para a necessidade, mande 100 milhões, mande 60, mande 40, não mande mais 20 pelo amor de Deus, mande mais lá para as estradas. Então eu pediria a V.Exa. que encaminhasse às comissões a resposta às seguintes indagações: Qual o valor arrecadado e o destino desses, dos recursos da SID nos anos de 2003, 2004, 2005? Qual a programação da utilização dos recursos da SID em 2006? Face à grande discrepância, a imprensa tem noticiado isso, V.Exa. se referiu várias vezes aqui na audiência, entre o quilômetro recuperado licitado e o quilômetro recuperado sem licitação, solicitaria a V.Exa. o encaminhamento às Comissões dos levantamentos dos contratos justificando os serviços do Senador Suplicy. Justificando os serviços por trecho contratado, até para que fique esclarecido essa discrepância de valores de 7.8 mil por quilômetro recuperado, para 28 mil por quilômetro não licitado. Quatro, face à concentração de determinadas empresas no volume contratado, solicito a V.Exa. um encaminhamento por Estado das empresas contratadas e no caso de concentração quais os critérios que foram utilizados e que motivaram essa concentração? Dos 6 bilhões empenhados em 2005 que V.Exa. se referiu aqui, qual o valor empenhado no último trimestre? E quais os valores referentes ao PPI e a SID desses 6 bilhões? Até porque V.Exa. disse que os recursos da SID em 2005, foram totalmente aplicados até fez uma, empenhados, restos a fazer é uma nova rubrica que foi criada por esse Governo, antigamente se tinha restos a pagar, hoje é restos a fazer.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não é restos a fazer não, é restos a pagar mesmo, é natural na contratação de obras...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então foram em outros Ministérios aqueles 10 bilhões empenhados no último, dia 28?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Eu tive 300 milhões, o orçamento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Senador Mestrinho como o Presidente da Comissão Mista de Orçamento tem repetidas vezes dito isso, repetidas vezes, é um desrespeito à comissão quando o Governo ao invés de encaminhar vinha orçamento ele fez via Medida Provisória, para que não seja aprovado pelo Congresso Nacional. Ele está legislando também. Eu gostaria também de saber, aí são duas coisas basicamente do meu Estado, Ministro, nós estivemos numa audiência com V.Exa, se não me falha a memória há uns 10 meses atrás, pouco mais, ou um pouco me-

nos e lá, nós nos referimos a Bragança-Viseu, V.Exa. naquela altura chamou um assessor seu, consultou se o projeto estava concluído e eu não lembro agora se houve a resposta afirmativa ou não, e V.Exa, então na presença da bancada do Estado, disse, se estiver o projeto pronto mande licitar. Oito meses depois eu estou vendo aqui na relação das obras emergenciais a Bragança-Viseu que é toda de terra. Sendo também na parte que vai de Augusto Corrêa até Viseu, de Augusto Corrêa a Bragança é asfalto, de Bragança que é o maior trecho, Bragança-Viseu não é asfaltado. Então eu pediria a V.Exa. que licitasse essa obra, porque ela faz parte da Transoceanica que vai ligar o Pará através dessa estrada com o litoral do Maranhão. Eu pediria a V.Exa. que cumprisse aquele compromisso e mandasse licitar para não ter que fazer nova emergência ao final de 2006. Eu gostaria também de ter por escrito, lamentável nós assistimos ontem no Jornal Nacional um trecho de estrada recuperada, que a imprensa mostra que estava já se deteriorando, eu gostaria só de saber se esse trecho que foi mostrado se ele foi pago e qual o valor pago a ele?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Eu vou dar todas as outras por escrito, mas eu gostaria de sobre essa pergunta responder, porque eu já respondi aqui. Primeiro ela não está na emergência. Em segundo lugar ela está delegada ao Governo Estadual, não é emergência, é um PIR 4, é um creminha(F) que está sendo feito. E quero crer, nós já mandamos verificar que o Governo do Estado não deve ter pago, porque realmente a obra está mal feita, mas ela está sendo executada pelo Governo do Estado, mesmo sendo uma obra federal, porque houve o convênio. E que se, aquela obra que mostraram na televisão, vai ter que ser corrigida senão a empresa não pode receber.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E por um último é um apelo que eu quero fazer a V.Exa, para concluir e conceder o aparte ao Senador Pavan. Em 10 de março de 2004, o Governador do Pará esteve em audiência com o Presidente Lula e protocolou um ofício, uma correspondente ao Presidente, oferecendo a participação do Governo do Estado em 30% dos recursos necessários para a, e era bom que a Senadora Ana Júlia ouvisse, para que fosse pavimentada as rodovias Transamazônica, a rodovia Santarém-Cuiabá e concluir as eclusas. Ministro, 10 março de 2004, 10 março de 2005, praticamente 10 de março de 2006. Dois anos depois, até hoje a resposta foi o silêncio do Governo Federal, o Governador Simon Jatene, que precisava fazer o cumprimento da sua agenda mínima que foi compromisso de campanha, evidente que ele iria até explicar à população do Pará que ele iria deixar

de fazer alguns compromissos da agenda mínima, para aplicar recurso que talvez chegassem nos 3 projetos, nos 30% do que o Governo ofereceu alguma coisa um torno de 1 bilhão, que para o Pará, são valores inimagináveis. Mas face à importância desses projetos, ele se propunha a retirar os recursos do Estado parte da antecipação dos *royalties* de energia, da Eletronorte, de Tucuruí, para que ele pudesse ajudar o Governo Federal a fazer essas estradas e asclusas que para nós são pontos da maior importância para o crescimento econômico e social do nosso Estado. E até hoje não houve retorno da coisa. Então eu pediria não há mais tempo, nós estamos em março de 2006, não há mais, não adianta o Presidente agora responder dizer que vai aceitar, porque até os recursos que o Governo do Pará teria para destinar isso já foram gastos na construção de 7 hospitais de média alta complexidade nos Estado e em outros recursos de asfaltamento de rodovias no Estado. Mas eu gostaria que V.Exa. mostrasse a boa vontade do Estado e a necessidade de pelo menos, da gente concluir as Eclusas de Tucuruí, não vai concluir, mas coloque os orçamentos, a bancada do Pará colocou 200 milhões no orçamento que está em final de aprovação na Comissão mista.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – No PPI ou no orçamento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Está no orçamento V.Exa. defende recursos no PPI, eu queria que V.Exa. somasse o do orçamento ao PPI para que pudesse acelerar agora em 2006 e o Presidente Lula ter os louros de ter avançado ter quase concluído, assim como ele vai mandar um astronauta para o espaço, assim como ele vai fazer a auto-suficiência de petróleo agora. Então, que ele fique com os louros de ter concluído asclusas, mas faça asclusas, pelo amor de Deus, o Estado do Pará precisa dasclusas, precisa da Transamazônica, precisa Santarém-Cuiabá. Eu fico aguardando a resposta por escrito de V.Exa. e agradeço a participação de V.Exa. nas comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Como o Senador pediu resposta por escrito, o Ministro se quiser dizer alguma coisa, poderá dizer, senão?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Eu vou responder por escrito. Em relação a esse compromisso eu vou verificar com o Governo, eu não estava no Governo ainda, eu vou verificar a proposta que foi feita. Em relação àsclusas e outras perguntas eu vou responder por escrito, muito obrigado, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu encaminharei à Comissão e a V.Exa, tem um manuscrito aqui, eu vou colocar. Presidente só para a ques-

tão de encaminhamento eu solicitaria de V.Exa, com todo o respeito que tenho por todos os parlamentares dessa Comissão, que V.Exa. acionasse com referência ao tempo, porque nós vamos ficar aqui até as 5 horas da tarde pelo que percebendo, às 14 e 30 nós temos Comissão de orçamento, ainda não fomos almoçar, porque eu vi parlamentar aqui usar 40 minutos. Então, não é justo isso, Senhor Presidente, que não foi V.Exa. que estava presidindo naquele momento, mas que haja um critério. Porque se é 5 minutos para cada Parlamentar o Parlamentar não pode ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nobre Senador nós temos inscritos aqui presentes no momento apenas o Senador Jorge Pinheiro e temos também a Senadora Ideli Salvatti, que foi se inscrever, mas que voltará para se manifestar. Então com a palavra o Senador Jonas Pinheiro. Pediria para que apenas seja conforme solicitado pelo Jonas Pinheiro que seja breve.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Ministro Alfredo do Nascimento, diretor geral do DNIT. Nós estamos aqui analisando o quadro do orçamento e ficamos humilhados por ver tanto dinheiro em outros Estados e o nosso Estado, que tem aquele tamanho com aquela malha viária, tem menos recursos. Eu estou usando aqui o quadro da Senadora Serys eu estou vendo aqui que Mato Grosso tem um total de 167 milhões, enquanto Goiás está com 383 milhões, Mato Grosso do Sul 374 milhões e Minas Gerais com 1 bilhão e alguma coisa de recursos. E eu aqui aproveito para discordar do nosso líder Antônio Carlos Magalhães, que disse que o maior fluxo de demanda na área do agronegócio é uma parte da Bahia. Eu também concordo com uma parte da Bahia, mas Mato Grosso é Mato Grosso inteiro, com toda aquela malha viária e com problemas seriíssimos. As estradas em Mato Grosso, inclusive esse fim de semana, ou durante a semana passada o Ministro Augusto Nardes, visitou várias dessas rodovias e por certo ele já tem um relatório como estão as estradas em função da demanda por essas estradas. São milhares e milhares de carros com carga muito pesada, que transitam numa estrada, numa estrada, nas estradas que estão deterioradas totalmente. Mas Sr. Ministro, é bom que o doutor Idealdo, que está aqui conosco, e eu gostaria de tratar de um assunto que na Comissão de Infra-estrutura eu tratei durante 6 anos. Durante 6 anos a Serra de São Vicente, que afunila 4 rodovias federais, 4 rodovias federais, ela foi considerada como problema nacional e é um problema nacional. São 12 mil veículos por dia que afunila numa serra, numa serra altamente perigosa. Pois bem, nesses 6 anos de Comissão de Infra-estrutura, nós conseguimos recursos e conseguiu-se

fazer 9 quilômetros de duplicação dessa serra. E no orçamento do ano passado comandado na bancada pela Senadora Serys, nós conseguimos 10 milhões de reais, o suficiente para concluir a duplicação desta serra. Por incrível que pareça este dinheiro desapareceu do dia 30 para o dia 31 e não foi empenhado nada para a Serra de São Vicente. Senhor Ministro, dá pena e é muita coragem, para entrar na Serra de São Vicente, você tem que encomendar a alma, porque você não sabe se entrando na serra você sai vivo, porque os acidentes são contínuos e altamente perigosos. Por isso, senhor Ministro, eu gostaria de pedir, fazer um apelo para V.Exa, de que pegue esse projeto, leva em frente, porque são apenas 10 quilômetros, que atrapalha o Brasil inteiro. Como eu disse são 4 rodovias federais que afunilam nessa serra, nessa serra e não tem saída, não tem saída, entrou nela é só por ela mesmo. Daí eu quis ser rápido, Senhor Presidente, para...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem apenas a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)
– Só vou complementar o seu apelo. Senhor Presidente, senhor Ministro, senhor diretor do DNIT, bom eu não vou tecer comentários a respeito do nosso Ministro, porque ele sabe o apreço, a admiração que eu tenho pela competência, a responsabilidade e o compromisso político com que ele age. O compromisso político que eu digo, não é o político partidário, é o político com este país e com o aspecto desse país que ele toma conta, vamos dizer assim. Então eu não vou tecer comentários, que já falaram que a gente vai matar o Ministro de fome e eu quero o Ministro muito vivo. Então eu não vou tecer os elogios merecidos que eu teria para dizer a ele, do trabalho que ele vem desempenhando e como ele vem desempenhando. Existem críticas, mas em tudo não tem jeito, não é? Até porque a forma como a gente pegou, a gente que eu falo é o nosso Governo, as rodovias nesse país. Eu ia fazer as colocações praticamente as mesmas que o Senador Jonas Pinheiro, meu companheiro de Senado lá de Mato Grosso do, do nosso Mato Grosso. Não é do meu partido, pode ser considerado como partido absolutamente opositores um do outro, mas estamos defendendo absolutamente a mesma coisa nesse aspecto. Eu ia apresentar, eu ia apresentar os dados aqui que ele já apresentou. Eu não sei que resposta o Ministério tem para nós termos sido tratados tão pobremente com 165 milhões, quando Goiás, Mato Grosso do Sul com quase 400 e Minas com mais de 1 bilhão. Nós somos os maiores produtores de matéria-prima para a exportação. Maior produtora de soja do mundo é Mato Grosso, o maior produtor de algodão do mundo, tem mania de ser o maior do mundo, mas não temos estrada para carre-

gar. Quando a gente conseguir levar está bom o ramal da ferrovia e somos os maiores produtores de carne bovina e as nossas perspectivas, eu não tenho os dados aqui, mas as nossas perspectivas é dentro de 5 a 8 anos a gente não ter mais como tirar a produção, tamanha quantidade de produção que nós estamos ter. Mas aí são novas construções, já está sendo trabalhada a 158, o Ministro foi lá, está um empenho grande do nosso Ministro, a 364 também a 163 com todas as dificuldades, eu assino embaixo da forma como o Ministro está conseguindo encaminhar, com todas as dificuldades essas 3 estradas. Agora a Serra de São Vicente, essa é dramática, eu sei que o senhor sabe da dificuldade que nós temos com a serra, sei que o senhor determinou esse valor e sei que houve um problema de ultimíssima hora, não é? Com relação a esse recurso. A mim também não convenceram, Ministro, eu não vou nem comentar o que é, o que é que foi, mas eu sei que houve determinação sua. Por isso que eu questão de dizer isso publicamente.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Primeiro eu queria pedir desculpas pública ao Senador Jonas. Eu sei do seu empenho, da sua luta, da sua briga pela construção desse trecho de rodovia, e sei da importância dela para o Mato Grosso do Sul. Então eu quero, aliás, quase apanho lá, porque cheguei no Mato Grosso do Sul e falei Mato Grosso, quando chega no outro que esquece, eles corrigem na hora para ficar caracterizada a separação. Eu sei a importância da duplicação dessa rodovia na Serra de São Vicente. Assumi o compromisso de que faria isso, mandei empenhar e separei nos 300 milhões que nós recebemos no mês de dezembro, o dinheiro. Tal não foi surpresa quando virou o ano, eu procurei em Serra de São Vicente e não estava empenho. Então, primeiro eu quero pedir desculpas ao senhor e a Senador Serys, mas ao senhor especialmente, porque o senhor não tratou comigo de nenhuma outra coisa para o Estado, mostrou e me convenceu de que a construção dessa rodovia, a duplicação, a obra na Serra de São Vicente era fundamental do Estado e eu estou mais convencido do que o senhor que ela é fundamental para o Estado. Então eu quero lhe pedir desculpas e assumi com o senhor o compromisso de que os 10 milhões que faltam para concluirmos a obra, assim que sair o orçamento aprovado, eu vou empenhar, assim que sair, porque o Ministério dos Transportes eu estou devendo isso para senhor, eu estou devendo, está certo? Então eu quero dar a mão à palmatória, reconhecer que eu falhei não foi por vontade própria, estou reafirmando que não me convenci de não terem empenhado o recurso, mas tem falhas, tudo tem falha e em função do término do exercício financeiro, nós não tivemos como

corrigir. Assim que sair o orçamento, porque isso é uma obra de construção, eu não tenho como caracterizar como emergencial, assim que sair o orçamento que disserem: “Está liberado o orçamento”. O meu primeiro compromisso com o Mato Grosso é empenhar a obra que o senhor brigou tanto por ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senhor Presidente, em primeiro lugar eu quero cumprimentar e trazer ao Ministro Alfredo Nascimento, o carinho de Santa Catarina por ele.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É um carinho que está lá colocado de forma inequívoca num verdadeiro canteiro de obras, que está transformado o Estado. Primeiro pela implementação de um grande sonho, não é, catarinense que nós estamos há muito tempo aguardando, que a duplicação do sul trecho da BR 101 o trecho entre Palhoça e Osório, e quero dizer ao Ministro que a sua visita, fazendo vistoria, e aquela ameaça naquele órgão mais sensível do corpo humano que é o bolso, eu acho que funcionou, porque as empreiteiras andaram se aviando, se agilizando, ainda temos alguns problemas, ainda temos um pouco de descompasso. Mas aquela observação que o senhor fez, na visita, dizendo que se continuarem, entende, tocando lentamente as empreiteiras que estão com mais agilidade teriam também mais agilidade no recebimento, acabou tendo um resultado bastante concreto, lá. Temos alguns ajustezinhos a fazer, mas aí temos problemas de jazidas, temos alguns outros problemas que também não dependem, dependem quase que exclusivamente das empreiteiras em si. Mas além da questão da 101, nós conseguimos com o trabalho em parceria com o Ministério, equacionar várias situações graves do nosso Estado. Porque o nosso Estado é um Estado estreitinho na Ponta Oeste e muito largo no litoral. Portanto a BR 101 é uma estrada que faz toda uma interligação com o Mercosul, com o, é quase que passagem entre o Paraná e o Rio Grande do Sul e a obra da duplicação, sendo uma reivindicação, meio que tiraria da pauta as outras questões que também são fundamentais para o nosso Estado, que são as estradas que cortam, as estradas federais que cortam Santa Catarina no sentido oeste litoral. E nós temos 3 espinhas dorsais que cortam o nosso Estado e que têm tido da parte do Ministério dos Transportes muita atenção, com exceção de uma, que tem um problema encalhado lá no Tribunal de Contas da União, que é a 282, que aí não foi um problema com o Ministério. Infelizmente nós tínhamos no orçamento, inclusive 18

milhões para serem empenhados e aplicados, mas não pudemos fazê-lo do orçamento de 2005, digamos que é a única questão pendente infelizmente que nós não pudemos desenvolver. Mas tanto a 470, eu estive inclusive circulando na estrada há poucos dias atrás, como a 280 que eu tive a oportunidade de segunda-feira estar em visita em ações, estar caminhando e aí eu quero fazer aqui o relato, Ministro, por conta do seguinte: Santa Catarina diferentemente da maior parte dos Estados, não teve aquele repasse das estradas, de parte das estradas federais para os governos estaduais cuidarem, que receberam as estradas, o recurso e depois ficou aquela pendenga durante 3 anos, porque o dinheiro na maior forte foi utilizado em outros finalidades e não na manutenção das estradas, com a determinação inclusive do Tribunal de Contas da União de devolver tudo para a União, só que devolveu as estradas e não devolveu o dinheiro. Então lá em Santa Catarina nós temos inclusive um pleito, já que os outros Estados ganharam e não usaram, Santa Catarina que não ganhou nem estrada, nem recurso nós gostaríamos de ter um plus neste implemento dos recursos que vem sendo aplicados. Mas nós já temos aproximadamente, nós estamos ultrapassando a casa dos 100 milhões de reais aplicados em manutenção e restauração das rodovias federais em Santa Catarina, porque lá como não teve o repasse, nós não entramos na emergencial, porque lá vem sendo aplicado, vem sendo aplicado um pouquinho só em 2003, um pouco mais em 2004, significativamente mais em 2005 e agora nós queremos em 2006 poder complementar. Inclusive eu queria aqui fazer o registro da nossa visita ao Planalto Norte, na visita que o Ideraldo era para estar ontem acompanhando, não pode estar por causa da preparação da audiência de hoje, mas a obra do recapeamento, restauração e recapeamento da 280, no trecho entre Mafra e Canoinhas, que é uma obra que a comunidade aguarda há mais de 15 anos, está lá em pleno andamento e nos pediram, entende, para trazer o agradecimento como também a travessia urbana no município de Canoinhas, com centenas de mortes ao longo dos últimos anos, obra reivindicada há mais de 20 anos pela comunidade na 280...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O tempo de V.Exa. esgotou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou completar, Presidente, então eu queria trazer estes, estes agradecimentos e estes registros e dizer, Presidente, e Ministro – Eu estou aqui com os dados e esse é um número muito importante, porque um debate que a gente tem feito e a gente tem ouvido e tem sido cobrado e criticado é a história da preocupação dos recursos da SID. E eu acho que o quadro que é trazi-

do pelo Ministério dos Transportes nessa audiência, ele é bastante elucidativo, porque a SID efetivamente, ela foi criada no último ano do Governo anterior, só o que orçamento do primeiro ano do nosso Governo foi orçamento preparado e aprovado pelo Governo anterior. Portanto, nós tivemos 2002 o 2003, os recursos da SID colocados pelo Governo anterior. Então nós temos que comparar 2002 e 2003, com 2004, 2005, e efetivamente pelos dados que estão aqui colocados no quadro, enquanto que em 2002 a arrecadação da SID foi de 7,5 bi, mas o empenho, não é, emitido foi de 5 bi e 600 em 2003 8 bi e 400, 3 bi e 900, no ano de 2005 pela primeira vez nós tivemos aquilo que foi arrecadado pela SID, efetivamente empenhado em valor superior, não é? 7 bi e 695 para 7 bi 714. Então eu gostaria aqui deixar registrado, inclusive em Santa Catarina não são só obras Governo Federal nas estradas, o Governo do Estado tem executado um volume também significativo. E é a SID que volta para o Estado, só no ano passado foram 54 milhões, que o Governo do Estado pôde aplicar em várias vicinais, acessos, rodovias estaduais. Então eu gostaria aqui de poder fazer esse registro e aí como eu estou aqui olhando que o número para 2006, estaria um pouquinho abaixo, como é que nós vamos continuar garantindo que o recurso, arrecadado pela SID seja integralmente aplicado em estradas, essa pequena diferença e por último a questão do Tribunal de Contas da União na 282. Se nós vamos conseguir equacionar, porque em termos de andamento, de pendências lá no Estado de Santa Catarina, a única questão é a 282.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o senhor Ministro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senhor Presidente, eu queria colaborar com o Ministro, nessa transição de 2002 para 2003 ele não estava ainda no Ministério, não podemos, então ele não participou, mas a ministra, a Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor já está me indicando, olha que eu sou capaz de aceitar, hein?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do jeito que as coisas vão a senhora ser Ministra, para mim não causa nenhuma surpresa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor vai ficar feliz da vida de não fazer a minha marcação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu ficaria até muito feliz. Ela não perde uma oportunidade de cutucar o Palocci, ela tem que ser lembrar que o orçamento de 2002 para 2003 foi feito a 4 mãos, o Governo que saiu e o Governo que chegava. Ela não gostou porque o Palocci na audiência que teve aqui, eu não sei em determinado momento confessou isso.

Que foi o orçamento mais civilizado. Então não culpe o Governo passado, eu reconheço que V.Exa. era neófito não conhecia o Congresso Nacional, veio ainda e aprendeu muito. Eu inclusive sou seu aluno em algumas coisas, em algumas coisas, poucas, mas sou, mas quero dizer apenas para que se faça justiça, o orçamento de 2002 para 2003 foi feito por Palocci. Por isso é que às vezes a gente confunde se o Palocci foi Ministro do Fernando Henrique, começou com o Lula, acho até que o Ministro da economia do Lula o Palocci ganhou, porque está segurando o cofre, imagine a vontade que a senhora tem de atender Santa Catarina se não fosse o Palocci (inaudível) o céu e acabado com o cofre do Governo, mas é isso mesmo, felizmente o Palocci é a salvação da sofreguidão de alguns que querem a todo custo obra no seu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – V.Exa. está inscrito para usar a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor deu todo o tempo para ele fazer a marcação serrada permanente do Senador, agora ele vai ter, eu vou fazer um aparte depois.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com todo o direito ela está usando esse argumento para tentar voltar a liderança do partido. Me enfrenta, enfrenta o Zé Jorge, está vendo, está querendo enganar os colegas e querendo o voto no argumento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor é o meu melhor cabo eleitoral que eu tenho atualmente é V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sei disso, sei disso, Senhor Presidente, senhor Ministro, diretor geral do DNIT. Evidente que nós não podíamos esperar um desenrolar dessa audiência que não fosse esse, evidentemente o que ele vê aqui, a presença dele é para prestar esclarecimentos à nação. O Governo Lula entrou em pânico, achou que ia se fazer um massacre contra o Ministro. Não! Acontece que nós estamos vivendo em um momento em que o Brasil todo quer informações e esses buraquinhos, eles doem na pele de todos os brasileiros, porque aqui ou acolá você encontra situações calamitosas. O Ministro falou de um caso aí que a estrada cedeu 3 metros. Imagina quantos anos passou para ceder 3 metros, não foram 3, nem 4, nem 5, nem 12 anos, é natural. Mas Ministro, o que me chamou atenção quando V.Exa. disse que aquela obra de operação do Mato Grosso não era uma operação Tapa-Buraco. Virou polêmica e agora minha pergunta – Se não é Tapa-Buraco, por que o TCU está lá investigando? Porque o que se sabe é que o TCU está investigando exclusivamente Tapa-Buraco. Essa questão da estadualização, eu gostaria que V.Exa. fosse bem mais claro. Agora mesmo a Senadora Ideli falou que

o Governador, desviaram os recursos, é muito grave, se houve o desvio de recursos, quando esse assunto foi denunciado, quando esse assunto veio a baila, o Governador de Minas Aécio Neves, desmentiu, o Presidente Lula entrevistou na polêmica e o esclarecimento foi feito. Mas se V.Exa. tem uma grande oportunidade de dizer exatamente quais foram os Estados da estadualização e quais foram os que não cumpriram e porque não cumpriram. Para tirar um pouco essa carga de responsabilidade do Governo Federal. Quais foram os Governos do Estado que desviaram esses recursos, porque é muito ruim, fica um jogando contra o outro e o povo e a população pagando esse preço. Eu acho que uma oportunidade, Presidente Mestrinho desse esclarecimento, o segundo que eu queria perguntar a V.Exa, falou da 020, barreiras Simplício Mendes, inclusive mostrou na transparência, a minha pergunta a barreira Simplício Mendes é recuperação, é construção, o que é realidade quando o senhor se referiu a 020, no trecho barreiros Simplício Mendes a que o senhor está se referindo? Barreiras...

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA – Recuperação e construção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qual trecho é a recuperação?

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA – E a outra parte também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive com a avenida urbanizada do Simplício Mendes, que é um trecho antigo eu cheguei a colocar no orçamento da União há 3 anos atrás esse recurso. É a...

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Está no projeto eu acho que não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Acho que sim.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – A construção está ela toda, eu não sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas é só a parte urbana da cidade, a parte. É a parte urbana, a travessia, vocês estão fazendo isso no Brasil inteiro, o projeto já existe e havia recursos anteriores, agora eu pergunto – O recurso para 020 está em toda a sua extensão esse recurso é assegurado?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Está assegurado, se completa com o orçamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive da ligação Bahia-Piauí?

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA – Não, Bahia-Piauí falta uma parte da construção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tenho certeza que a Bahia forte como está na questão, não é?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vai conseguir o trecho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A não ser que tenha alguma coisa contra essa legislação com o Piauí. Eu tenho certeza que o Deputado Zé Carlos vai...

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – A 020 no trecho do Piauí, ela toda tem o recurso empenhado do ano passado e mais o desse ano do orçamento se completa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Você sabe que existe o filme nacional que envelheceu, as atrizes estão no final de produção que é exatamente o filme chama-se 020, essa 020 é uma estrada da época do Juscelino, está se paparicando muito a memória do Juscelino. Eu acho que a grande homenagem que se poderia prestar ao Juscelino, é exatamente a conclusão dessa estrada, porque é a ligação de Brasília com Fortaleza passando pelo Estado do Piauí. V.Exa. não imagina a importância para aquela região para o escoamento da produção. Agora, senhor Ministro, terceiro ponto que eu quero indagar, é por questão de justiça. Há questão de 20 dias atrás, de um mês os jornais estamparam, os jornais da minha terra, um suposto escândalo envolvendo o DNIT do Estado e ato contínuo, V.Exa. mandou uma equipe de funcionários, talvez até que o doutor Mauro possa responder que é mais dentro do DNIT. Mandou uma equipe de funcionário do DNIT para examinar in loco, porque eu quero dizer isso? Por que eu estou fazendo essa pergunta? Muitas vezes o raio de ação da calúnia é maior que o do desmentido. Eu não vejo no diretor geral do DNIT, conheço há muitos anos, somos de partidos diferentes, mas somos amigos, sou amigo da família dele, eu tenho ligação de mais de 30 anos com toda a família. Eu não vejo nele nenhuma vocação para a corrupção e para o desvio da, desvio das coisas públicas. De repente ficou exposto, fico execrado, no disse me disse a denúncia vem daqui, a denúncia vem de acolá, as coisas não estão claras com relação a isso. E eu acho, esse é o tipo da situação que faz com que o cidadão sofra. E o raio de ação do sofrimento atinge família, atinge, principalmente no Estado pequeno como o nosso. Eu gostaria que V.Exa. pudesse esclarecer o que é que houve realmente, essa questão do DNIT. A única coisa que pode se alegar é grau de parentesco, mas isso aí o desfeito vem da origem, na hora da nomeação o senhor sabe, vamos e venhamos no caso, no caso do Deputado Marcelo Castro é o Deputado Federal, mas o cunhado era engenheiro e era do DNIT, antigo DR desde que formado, fez concurso e, então são coisas que eu não, que eu não consigo entender, porque se levar para um grande escândalo. Eu acho que escândalo

tem que se buscar nas grandes empreiteiras, porque tem movimentações de obras duvidosas. Achar como bode expiatório exatamente uma pequena empreiteira local, que sobreviver a custo de recapeamento e Tapa-Buraco, evidente se tem irregularidades que V.Exa. fez essa oportunidade para prestar esclarecimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Senador obrigado pelas colocações que o senhor me dá a oportunidade de responder algumas coisas. Em relação à obra da 364, que ontem foi veiculada pelo Jornal Nacional em que o Ministro do Tribunal de Contas havia visitado e encontrado os defeitos, existem defeitos eu vi na matéria, eu assisti o Jornal Nacional, porque me avisaram disso e eu liguei e assisti na hora, a obra está mal feita. A obra não está na operação de emergência, a obra foi contratada a ação lá é mais duradoura, ela foi contratada em convênio numa delegação feita com o Governo Estadual e cabe ao Governo do Estado, portanto, apresentar na prestação de contas essa obra com todas condições e que as exigências técnicas para a obra. Então ela, porque foi visitada pelo Ministro do Tribunal, essa obra que não está na operação eu não sei, eu acho que essa pergunta, acho não, certamente ele deve ter alguma explicação para isso ou alguém deve ter ditado para ele que a obra estaria ou não. Agora essa participação do Ministério, aliás do Tribunal de Contas da União para mim, nessas visitas, nessas fiscalizações, ela é fundamental. Primeiro, porque me dá a oportunidade de corrigir possíveis distorções, porque essas distorções quando existem, eu mesmo nas visitas que faço, trato de fazê-las. O Mauro, diretor, quando faz a visita, ou outro técnico quando faz a gente corrige está aqui os jornais da Bahia, falando da visita dele dizendo da determinação que ele deu das correções que teriam que ser feitas. Eu já afastei alguns coordenadores por não compreender como um coordenador que mora no Estado, permite que a empresa faça a obra de forma indevida. Não tem nenhum perigo, nós só vamos pagar a obra se estiver dentro das exigências legais após ser auditada. Então não tem nenhuma possibilidade de se pagar essa obra, se não for executada corretamente. Em relação à estadualização da MP 82, eu tenho aqui a relação de todos os Estados e são 15 Estados Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, do seu Estado foram liberados 38 milhões junto com os quilômetros de rodovias que foram estadualizadas. No entendimento do Governo, o senhor citou também Minas, que é o maior volume, foram liberados 780 milhões, liberado ainda em 2002, 557 milhões e já em 2003, no atual Governo, foram liberados 261 milhões. Então, houve a liberação, eu

tenho aqui a relação de como foi feito, e essa Medida Provisória vinculava.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – No caso, Minas Gerais não cumpriu a parte dela?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Eu não sei, eu não sou o fiscal do cumprimento disso. Mas o dinheiro não foi investido nas rodovias, como foi aplicado em que foram...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quais foram os Estados que aplicaram e os que não?

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Os Estados que aplicaram foram basicamente Pernambuco e Mato Grosso do Sul, só. Os outros todos nós não conseguimos identificar a aplicação. Então em relação à medida provisória 82, em função dessa ação emergencial que nós estamos empreendendo, porque essas rodovias desde 2002 não recebem nenhuma ação de Governo. Nem dos Estados nem da União, claro que elas estão estragadas, nós estamos fazendo essa ação emergencial e o Presidente da República já me informou que vai convidar os governadores dos 15 Estados, para montar uma estratégia e o Governo até se dispõe a entrar com maior volume de recurso, editando até uma medida Provisória nova, para que se faça uma intervenção mais duradoura nesses 14 mil e 500 quilômetros, que foram repassados para os Estados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro, me parece que o Governo do Piauí fez alguma recuperação desse convênio, nós temos a estradas estadualizadas lá que...

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Eu não estou afirmando que não foi feito, o que eu estou dizendo é que comprovadamente no Ministério, mas pode ser que os Governos ao serem suscitados eles apresentem: “Não, está aqui nós investimos e gastamos dinheiro aqui nisso”. Eu não posso afirmar seria leviandade, dizer que o Estado A ou B não fez o investimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exa. inclusive que nesse caso, que V.Exa. mandasse a título de informação para a Comissão de Infra-estrutura que eu presido, as informações com relação à aplicação desse convênio com relação ao meu Estado, o Estado do Piauí.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – As nota taquigráficas, eu vou mandar sim com todo o prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não havendo mais...

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Tem mais resposta para ele, eu quero

falar da Empresa Jurema. Eu disse aqui antes que qualquer que seja a denúncia no Ministério, nós lá temos um setor que é a sala das sindicâncias. Porque não interessa de onde vem, se sair da imprensa, se for um pronunciamento de um parlamentar, se for denúncia anônima, e olha que eu recebo muita denúncia anônima, eu mando investigar tudo. No caso da Empresa Jurema, eu mandei abrir sindicância, tudo eu escrevo mando por escrito para o diretor, ele abriu a sindicância e ele já pode falar sobre os resultados. Primeiro, eu posso adiantar algumas coisas, essa empresa não tem nenhuma obra sem licitação. Todas as obras que ela executa são obras licitadas antes do projeto, obras contratadas, fale mais Mauro um pouco sobre a Jurema.

SR. MAURO BARBOSA DA SILVA – Senador, determinamos aí a instauração da Comissão de Sindicância, para apurar aí o indício de irregularidade apresentado na TV Globo e nos jornais, sobre uma possível triangulação entre o nosso coordenador regional Deputado Marcelo Castro e a consultora Jurema. Nossa Corregedoria é dirigida por uma procuradora da Fazenda Nacional, instaurou o procedimento e aqui está o relatório que eu gostaria de deixar na mão do senhor. A conclusão da Comissão de sindicância é que ao analisar o processo de licitação que deu origem ao contrato UT 18.009 de 2004, a cargo da Consultora Jurema, não observou nenhuma irregularidade que contrariasse as normas previstas na Lei 866, ou seja, foi uma licitação na modalidade de concorrência, tipo menor preço, seguindo as previsões legais, afeta a matéria. Fato esse corroborado pelo relatório de auditoria, porque esse contrato já tinha sido feito auditoria nele no ano de 2005, anteriormente à denúncia, já tinha sofrido a auditoria e com a denúncia sofreu a Comissão de Sindicância, a inspeção com relação a execução do contrato citado, não foi encontrado os documentos registros de má gestão. A conclusão da Comissão de Sindicância é que ao analisar o teor das denúncias, bem como a regulamentação do PETS(F) do Programa Emergencial, entendeu não existir contratação dirigida de empreiteira para as obras emergenciais no Estado do Piauí, haja vista que o contrato citado na denúncia, ele está contemplado no Programa Emergencial, mas no anexo 2 de obras contratadas por licitação, que foi executada por concorrência pública no ano de 2004. Diante de que foi apurado por esta Comissão e tudo mais que foi levantado, conduzem de falta de nexos casual entre a denúncia apresentada e os elementos colididos por esse procedimento apuratório. Não havendo, portanto, a caracterização das supostas irregularidades administrativas. Sendo sim a Comissão sugere o arquivamento do presente pro-

cesso. Mesmo assim como transparência é a palavra chave nossa gestão, determinei instauração de uma auditoria novamente, para que se realize até o dia 30 de março, de acompanhamento das providências que estão sendo realizadas de gestão no contrato. Que um contrato de regularidade de gestão lá no Piauí e comuniquei a Corregedoria Geral da União, sobre as conclusões consignadas no relatório. Solicitamos o direito de resposta na imprensa e espero que agora na sexta-feira, estou de viagem com agenda marcada para uma visita ao Piauí para poder, primeiro, prestar apoio institucional ao nosso dirigente, que foi afetado com denúncias infundadas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador, eu fico satisfeito com a prestação dos esclarecimentos e quero contar mais um fato interessante do Senador Mestrinho. Esse rapaz é casado com uma moça chamada Graziela de uma família de São Raimundo Nonato. Uma figura extraordinária, a sogra dele, mãe dos rapazes, que é dona Clotilde, aquela professora fantástica que educou todos os filhos e os genros que casaram, ou de noras. Então ela tem uma quantidade muito grande de filho e não sei lhe precisar quanto, mas mais de 8, e todos exerceram atividades, exercem atividades em Teresina no comércio, na política e são mais ou menos uma escadinha, um ano após o outro. Eles têm os que fazem..... a empresa de construção, tem uns que, tem um político que é o Marcelo e tem um funcionário público que é o genro, são contemporâneos praticamente da mesma idade. E seria até um crime cercear qualquer um deles de exercer suas atividades. O que eu posso dizer é que também o Deputado Marcelo encontra-se na oposição, os irmãos pagam o preço. Os cunhados pagam o preço, quando fazem obras depende, porque isso tudo depende de uma licitação, eu quero dar esse depoimento aqui, porque na primeira semana, ou na segunda, no segundo dia da denúncia, apareceu um desocupado que achava que poderia ter sido eu que tinha feito a denúncia aqui em Brasília para quem quer que seja, para o DNIT. Primeiro, que não é do meu feitio, segundo, que seria uma grande injustiça que eu estaria cometendo num assunto que eu não domino e que eu não conheço, segundo que eu acho que essa agilidade nesses esclarecimentos, elas são altamente proveitosas, doutor Mauro, eu acho que diante do que o senhor tem aí, o que tem que fazer realmente é dar apoio institucional a um dirigente, porque se virar moda a partir de cada denúncia, se tomar a decisão de punir simplesmente pela calúnia, não se faz mais nada nesse país. Eu agradeço a V.Exa. o esclarecimento.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Presidente, eu queria só um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Um minuto.

SR. MINISTRO ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Só para o encerramento dessa sessão, Senhor Presidente, para cumprimentar mais uma vez o Ministro Alfredo Nascimento, o doutor Mauro e ao Presidente, aos presidentes das duas comissões, eu acho que foi extremamente, Ministro, a vinda de V.Exa. aqui, porque foi muito elucidativa a sessão conjunta. Eu acho que não paira nenhuma dúvida da lisura e da forma como V.Exa. vem conduzindo a sua pasta ao Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Antes de encerrar eu quero agradecer em nome do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e do Presidente da Comissão de Estrutura Senador Heráclito Fortes, por deferência estou usando a palavra. Queria agradecer ao Ministro Alfredo Nascimento e ao diretor do DNIT, doutor Mauro Barbosa, pela exposição que fizeram aqui, pelos esclarecimentos que prestaram e, sobretudo, pela demonstração de lisura que estão oferecendo ao país à frente do Ministério. Muito obrigado ao Ministro, muito obrigado diretor. Está encerrada.

(Sessão encerrada às 14h47.)

Ata da 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2006, às 10 horas.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia onze de julho de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Alberto Silva, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Luiz Otávio, Pedro Simon, Wellington Salgado, Paulo Paim, Fernando Bezerra e Flávio Arns.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item nº 1 – Mensagem do Senado**

Federal nº 167, de 2006, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **Josef Barat**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Sérgio Zambiasi*. Ato contínuo, a Presidência concede a palavra ao Relator para proferir o seu relatório. Após, a Presidência dá início ao processo de votação, concedendo, em seguida, a palavra ao Senhor Josef Barat para suas considerações iniciais. Foram convidados para escrutinadores os Senadores Sérgio Zambiasi e Roberto Saturnino. A Presidência proclama o resultado da votação – dezenove votos sim, um voto não e nenhuma abstenção, totalizando vinte votos. A indicação foi aprovada. Usam da palavra para sabatar o indicado, os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Gilberto Mestrinho, Sérgio Zambiasi e Alberto Silva. **Item nº 2** – de Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006** que “**determina que as empresas operadores do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências**”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Demóstenes Torres. A matéria foi adiada. Foram aprovados, **EXTRA PAUTA**, os seguintes RequerimentoS – **Item um – Requerimento nº 29, de 2006-CI**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Demóstenes Torres, requerendo a convocação da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhora Dilma Vana Rousseff e do Ministro da Defesa, Senhor Valdir Pires, que deverá estar acompanhado do Senhor Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da ANAC e do Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO, para Audiência Pública a fim de prestarem esclarecimentos à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura relativamente à aprovação, pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da transferência do controle societário da empresa VARIGLOG – VARIG Logística S.A., empresa concessionária de serviços públicos de transporte aéreo regular, para a empresa VOLO do Brasil S.A., conforme deliberação adotada em reunião na noite do dia 23 de junho de 2006, sexta-feira. **Item dois – Requerimento nº 30, de 2006-CI**, de autoria do Senador César Borges, requerendo a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2006, que visa disciplinar a utilização de radio-freqüências destinadas aos serviços de televisão, com a participação dos seguintes convidadoS – Ministro das Comunicações; Presidente da ANATEL; Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV – ABERT; Representante da Associação Brasileira da Indústria Eletro Eletrônica – ABINEE; Represen-

tante da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA e Representante da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET. O Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há número regimental. Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura. Antes proponho aos Srs. Senadores que concordem com a dispensa de leitura da Ata da Sessão anterior, que permaneçam como se encontram. Aprovado.

Na Mesa, Requerimento de autoria do Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, convocando para comparecer a essa Casa a Ministra Dilma Rousseff e Valdir Pires para tratar de assuntos relativos à crise da Varig. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento de convocação da Ministra Dilma Rousseff e Dr. Valdir Pires para falar sobre a crise da Varig. Aprovado por unanimidade.

A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte matéria – Mensagem do Senado Federal nº. 167, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Josef Barat para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Autoria da Presidência da República. Relator Senador Sérgio Zambiasi. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado Sr. Josef Barat. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para proferir o seu parecer.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, com sua permissão, vou procurar fazer um parecer um pouco mais resumido, dando apenas os principais aspectos da indicação da Comissão de Infra-Estrutura ao relatório, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Josef Barat, para exercer o cargo do Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

A indicação, que ora se examina, preenche a sociedade dos requisitos legais. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1963. Com Pós-Graduação em Planejamento Econômico pela Universidade de Paris, Sorbonne, em 1965. Doutorado e Livre-Docência em Economia, Administração e Legislação Urbanística também pela

UFRJ, em 1975. Sr. Josef Barat ostenta vasto e denso currículo. Entre outros cargos públicos, não menos relevantes, foi Chefe do Departamento de Informações Econômicas e Avaliação de Projetos do BNDES; Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos do Estado de São Paulo; e por duas vezes Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Foi docente no Brasil do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Conjunto Universitário Cândido Mendes, da Escola de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto Militar de Engenharia...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Relator, eu queria pedir permissão à V.Ex^a. para suspender, apenas para dar início ao processo de votação, porque nós temos vários eventos na Casa e há necessidade de alguns companheiros se deslocarem. Como essa matéria foi distribuída e todos têm conhecimento do seu teor, aqueles que se acharem em condição de exercer o seu voto desde agora poderão fazê-lo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente. Vou concluir.

Em síntese as informações contidas no *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº. 167 de 2006, demonstra que o Sr. Josef Barat reúne todos os atributos requeridos para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República. Nesses termos, submetemos a indicação constante da referida mensagem presidencial à apreciação e julgamento desta Comissão.

Este é o Relatório, Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pela ordem, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, queria também exercer o voto por conta de outras obrigações que, lamentavelmente, nos impõe uma certa correria no Senado, V.Ex^a. entende isso e espero que o Dr. Josef Barat também entenda. Mas, nós vamos dar o nosso voto para indicação, que vem complementar a ANAC que está sem a sua Diretoria completa.

Eu queria, Sr. Presidente, solicitar à V.Ex^a. que pudesse colocar em votação o Requerimento de minha autoria, que eu peço Audiência Pública para que essa Audiência possa vir trazer luzes ao relato que o senhor, hoje, indicado a fazê-lo, do Projeto de Lei do Senado nº. 189 de 2006. É um Projeto do Senador Flá-

vio Arns, que disciplina ou procura disciplinar a questão da televisão digital no país, é uma questão da maior importância. Isso foi um Projeto de Lei encaminhado no dia 20 do mês passado, 20 de junho. Está aqui na minha mão, Sr. Presidente, eu vou encaminhar.

No dia 29, o Presidente da República editou um Decreto sobre o mesmo assunto que, de certa forma, tem uma interface muito grande com o Projeto do Senador Flávio Arns. Quando não, tem algumas contradições em relação ao Projeto.

Então, era muito interessante que nós pudéssemos ouvir aqui o Ministro das Comunicações, o Presidente da ANATEL, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, representantes da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, representante da Associação Brasileira de TV por Assinatura e o representante da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações. Então, eu estou fazendo esse Requerimento no sentido de que o meu relato tenha efetivamente possibilidade de contemplar, com toda a responsabilidade, o Projeto do Senador Flávio Arns e a situação que nós vivemos, que é uma situação muito recente, da questão da TV digital no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tendo em vista o interesse da matéria e havendo concordância do Plenário, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado também por unanimidade. Marcaremos a data, possivelmente, Senador César Borges, para o 1º dia de agosto, tendo em vista a impossibilidade de fazê-lo agora.

Com a palavra, Dr. Josef Barat. Antes de V.Exª...

SR. JOSEF BARAT – Excelentíssimo Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Excelentíssimo Sr. Relator Senador Sérgio Zambiasi, gostaria, inicialmente, de agradecer essa oportunidade de poder me manifestar a respeito da minha indicação para a Diretoria da ANAC.

A visão que eu tenho das funções das agências reguladoras, eu tentarei resumir agora para os Srs. Senadores. Eu vejo a agência reguladora como uma organização pública de Estado. Portanto, um instrumento do Estado Brasileiro para a regulação de um setor que, pelas suas características, exige esse tipo de regulação, e como tal a agência tem que agir com a independência de um instrumento de Estado.

A minha visão também é que a função da agência é de arbitragem de conflitos de interesses entre prestadores de serviços, consumidores e todos aqueles que, de alguma forma, são atores desse sistema a ser

regulado. Portanto, essa agência deve ter a credibilidade perante todos esses atores.

O ambiente da regulação é o da difusão de informação do exercício da autoridade, direção, liderança e acessibilidade na correção das eventuais assimetrias de informação.

A ANAC foi criada, e está sendo implementada no momento evidentemente difícil, mas ela, por outro lado, tem condições de se estruturar como uma agência moderna, com uma gestão tecnicamente competente, flexível, se opondo, de certa forma, à visão tradicional da regulação como algo rígido, impositivo e que não corresponde à aquiescência, à legitimidade e à confiança dos que estão envolvidos.

Tenho também uma visão abrangente do papel da ANAC, uma vez que a regulação, o sistema de aviação civil a ser regulado envolve: A indústria aeronáutica, com todos os processos de certificação, homologação; a infra-estrutura aeroportuária, com as normas para operação e promoção da aviação civil e do multimodal; a segurança do espaço aéreo e a proteção do voo; transporte aéreo regular e fretamento geral.

A aviação civil e o transporte aéreo, particularmente, que tem uma característica híbrida, é um serviço público que exige regulamentos e regras contra a segurança, frequência e oportunidade dos vôos e, ao mesmo tempo, uma atividade econômica inserida num mercado altamente competitivo.

Em linhas gerais, no mercado doméstico, a função da agência reguladora é de estimular a competição em benefício do consumidor, o desenvolvimento de empresas eficientes e coibir qualquer tipo de competição que possa se caracterizar como predatória.

No mercado externo, ressaltar a importância da bandeira nacional na movimentação de passageiros; as novas condições que estão sendo estabelecidas nos acordos internacionais no mundo globalizado e a defesa do interesse nacional; a transição e reestruturação nesses acordos regionais internacionais e o peso do Brasil no triângulo O – Atlântico Sul, Américas, Atlântico Norte.

E, finalmente, cabe também à agência dar suporte a um processo de mudanças de paradigmas. Com a globalização, a questão da concorrência se acirra e, principalmente, quando se pensa em qualidade, preço e segurança. Por outro lado, na situação de hoje, já não há mais lugar para práticas monopolistas, reservas de mercado, pseudoconcorrência, regulamentos obsoletos e uma tributação irracional. Portanto, tudo isso conduz ao papel da agência fundamentalmente em defesa do consumidor, do usuário e das reduções de custos e facilidades para esse consumidor e usuário.

Sr. Presidente, creio que tentei resumir rapidamente o meu pensamento a respeito da agência e fico à disposição para as questões a serem levantadas pelos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero confessar que tenho votado aqui nesta Comissão... Por dever partidário eu tenho votado favoravelmente a indicações do Sr. Presidente da República, que nem sempre me têm convencido completamente. Indicações que têm sido feitas para a ANTAC, indicações que têm sido feitas para o DNIT. Não só lendo o currículo das pessoas, como escutando seus pronunciamentos, suas exposições e, de certa forma, conhecendo o setor de transporte, como conheço por experiências, por vivência profissional, eu tenho dado votos que não me têm satisfeito interiormente. Voto por dever político, por dever de solidariedade governamental. Eu pertencço à Bancada governamental.

De forma, Sr. Presidente, que hoje é com uma satisfação grande que eu voto por convicção, por conhecimento que tenho, não só do setor em si, como eu disse, porque trabalhei desde os tempos de BNDES com o setor de transportes e já aprendi, há muito, a respeitar e admirar o economista Josef Barat, como sendo um dos melhores economistas que nós temos na área de transportes. Uma pessoa que tem experiência, que tem trabalhos publicados, que tem exercício de Secretarias de Governo, que tem exercício no BNDES, no GEIPOP, que é professor. Quer dizer, ele tem todas as características de um verdadeiro economista de transportes como nós tanto precisamos nesse país e precisamos, especialmente, nessas agências reguladoras e defensoras do consumidor.

De modo que eu queria expressar publicamente essa minha satisfação em votar em Josef Barat, pelo conhecimento que tem, pelo valor que ele tem demonstrado ao longo de toda a sua vida profissional. Valor profissional e valor moral, ético, uma pessoa honrada sob todos os pontos de vista.

Aproveito esse ensejo também para fazer um certo desabafo. Não se trata de nenhuma advertência, mas é uma manifestação de confiança até na ação do Dr. Barat no que tange, enfim, à fiscalização um pouco mais rigorosa do setor de transporte aéreo, de aviação civil. Porque com a derrocada da VARIG, está havendo uma certa desestruturação nas outras companhias também, e tem resultado isso queixas e notícias que nós temos. Eu mesmo tenho passado por cancelamento de vôo na TAM, atraso de três horas na

GOL, filas imensas no atendimento ao viajante. Porque a defesa do consumidor, em geral, é vista sob o ponto de vista das tarifas, mas a defesa do consumidor não é só a questão de tarifa, é de bom atendimento nos horários, nas frequências, no não cancelamento em cima da hora, no não exagero das filas e atendimento nos balcões. Enfim, acho que a aviação civil está passando por um momento difícil que também corresponde a dois fatores a meu ver: Um é a derrocada da VARIG e o outro é exatamente esse certo vazio que se formou na transição do DAC para a ANAC.

De forma que acho que o ingresso de Josef Barat nesta agência, com a densidade que a pessoa e a experiência profissional que tem, com a respeitabilidade que tem, acho que vai ser muito útil nesse momento, exatamente nesse momento.

Enfim, Sr. Presidente, eu queria muito manifestar a convicção desse meu voto e admiração que tenho pelo Barat e, ao mesmo tempo, a expectativa que tenho de que esse momento de dificuldade que a aviação civil está passando seja superado o mais brevemente, inclusive com a ação eficiente de Josef Barat dentro da agência. Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu quero parabenizar V.Ex^{a.}, Senador Roberto Saturnino, e vou cair até no pleonismo pela brilhante intervenção que V.Ex^{a.} acaba de realizar, tocando em pontos exatamente cirúrgicos dessa questão – A crise que a aviação brasileira atravessa no momento e a importância da ida de um técnico, cujo o currículo mostra, da importância do Dr. Barat.

Quero dizer que a Comissão, nesse processo de discussão e aprovação de nomes, entre a entrada do processo na Comissão e a sua devida votação, como tocou no caso dele hoje, nós recebemos manifestações de todos os calibres possíveis.

Houve, com quase unanimidade por parte da área técnica, da área que entende da questão do transporte no Brasil, do transporte aéreo também, favorável ao Dr. Barat.

Quero dizer que recebemos também duas ou três manifestações, aonde alegavam que o Dr. Barat não tinha nenhum conhecimento com a aviação. O que me pareceu estranho é que esse não é o primeiro caso que acontece na ANAC, e nas questões passadas não houve manifestação. O que me parece é que é alguma coisa colocada e dirigida, mas que não nos preocupa de maneira nenhuma, porque eu acho que a pessoa quando é competente, ele é competente em terra, mar e ar. Não é isso? Como um time de futebol lá do Rio de Janeiro.

Portanto, essa preocupação não nos atinge e, além do mais, não é tarefa nossa. A Comissão recebe do Palácio do Planalto o nome indicado pelo Governo Federal e tem apenas o dever de ver se não há nenhuma incompatibilidade entre o indicado e a função. Como, por exemplo, o exercício de funções anteriores que impeçam, de acordo com a lei. O mais é submetê-lo a essa sabatina que está sendo feito agora, e depois encaminhá-lo ao Plenário.

De qualquer maneira eu quero parabenizá-lo pela indicação, faço votos que V.S^a. seja aprovado e que vá socorrer, no bom sentido, a máquina, nesse momento, de grande importância para a aviação civil que nós passamos.

Para não ficar monótono, eu estou aqui com algumas perguntas preparadas, eu vou começar.

A primeira é sobre o papel da ANAC e qual o alcance dela na regulação do sistema de aviação civil.

SR. JOSEF BARAT – Sr. Presidente, na minha introdução, eu já havia falado, assim, muito sumariamente de qual seria, na minha visão, o papel da ANAC e a complexidade do sistema de aviação civil, o qual ela deve regular.

O importante é que nós tenhamos consciência do momento que estamos vivendo na aviação civil mundial e brasileira. É um momento de grandes mudanças, de grandes transformações, em que, freqüentemente, a regulação se coloca diante de questões como, por exemplo, a desregulamentação, políticas de céus abertos, abertura de mercado e, por outro lado, talvez até num outro extremo, intervencionismo impositivo que, na verdade, essas posições, muitas vezes conflitantes, contraditórias, nos obrigam a encontrar um caminho próprio do melhor interesse do país.

Termos a atenção também para o fato de que a aviação civil tem características híbridas de uma atividade econômica fortemente regulada pelo mercado, pela competição, pelas novas tecnologias, pelo avanço constante das inovações e, por outro lado, um serviço público que, como bem disse o Senador Saturnino Braga, mais do que tarifas acessíveis, deve oferecer também ao usuário condições de segurança, conforto, freqüência, possibilidade de acesso e de facilidades nas instalações aeroportuárias etc. Então, essa complexidade que exige, de um organismo como a ANAC, uma visão de qual o melhor interesse do país no sentido de conduzir a regulação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Senador Gilberto Mestrinho, algum questionamento? Pelo menos sobre a importância da ANAC para região Amazônica. V.Ex^a. não vai deixar sem...

(risos)

**SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-
AM)** – O Sr. Barat colocou muito bem, é que nós estamos vivendo um momento diferente no mundo inteiro e, de maneira particular, no Brasil. Com a crise da VARIG, as comunicações aéreas se reduziram consideravelmente e, hoje, nós temos apenas, se não me engano, 80 ou 90 municípios servidos pela aviação regular. Isso aí tem trazido um desconforto muito grande, os aeroportos ficam cheios, os passageiros ficam à espera de poder ser transportados e está causando dificuldade no país inteiro.

É importante que a ANAC atue no setor. Ela não pode botar avião para voar, mas pode estabelecer regras que façam funcionar o serviço aéreo. Então, a nossa esperança é que, agora, a ANAC reconstituída e, vamos dizer, instituída, porque até antes era praticamente só no papel e que nós possamos ter uma política para o setor aéreo, e regularizado esse setor para que a população brasileira tenha efetivamente acesso ao transporte aéreo.

É só o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. O indicado tem todas as condições para exercitar a Presidência da ANAC.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Algum comentário com relação ao que disse o Senador Gilberto Mestrinho?

SR. JOSEF BARAT – Não, não. Eu queria só agradecer a sua intervenção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mais para complementar. Eu acho que a ANAC, neste momento, está enfrentando, talvez, o primeiro e maior de todos os desafios da sua história passada, presente e futura, que é a questão da VARIG. Nós ficamos sabendo ontem, por exemplo, que há um novo Leilão, com valores muito inferiores ao previsto. Eu não sei se é o adequado, o ideal, mas o bom mesmo é que a VARIG possa continuar voando, ela está voando com toda a precariedade. Nós percebemos, claramente, Sr. Presidente, o impacto que a VARIG, com a sua crise, está provocando na questão aérea nacional. Aliás, não apenas nacional, na questão internacional.

Eu coloco como exemplo, Sr. Presidente, um fato vivenciado por mim há duas semanas atrás. Quando a Comissão do Mercosul foi convidada a participar do Encontro em Caracas, que fica aqui ao lado, aqui na nossa América do Sul, e que para chegar a Caracas, saindo de Brasília, no vôo, que se tivesse uma escala na sua Manaus, Senador, seria razoavelmente fácil de chegar, nós tínhamos que fazer ou Brasília-Buenos Aires-Caracas ou Brasília-São Paulo, dorme em São Paulo, sai no dia seguinte, vai ao Panamá e retorna

para Caracas ou faz Brasília-São Paulo-Miami e volta para Caracas, porque não há integração, não há vôo, parece que há um vôo, se eu não me engano, que faz uma ligação razoável com a capital venezuelana.

Quer dizer, nós estamos tentando trabalhar com relação à integração sul-americana e não temos vôos para uma das principais capitais sul-americanas, que é a capital venezuelana. Então, eu estou colocando apenas esse exemplo da importância da ação da ANAC, no sentido de regularizar essa questão e encontrar alternativas, de maneira que as empresas possam suprir essas questões e, principalmente, de integração regional do Brasil e regional também em nível sul-americano. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, Dr. Barat.

SR. JOSEF BARAT – Senador Sérgio Zambiasi tocou numa questão muito importante e eu tinha me referido apenas de passagem, mas é sem dúvida a maior importância a presença da bandeira brasileira na navegação de longo curso. Os acordos internacionais, bilaterais, prevêm essa participação sempre da parte brasileira. No entanto, a crise da VARIG está causando muitos problemas com relação a isso.

Por outro lado, na questão da integração sul-americana, há todo um processo de estabelecimento de acordos, e a visão que se tem hoje é de um amplo acordo regional sul-americano que possa propiciar essas ligações e corrigir essas eventuais lacunas que existem no processo de integração. Eu acho que essa é uma questão, sem dúvida, relevante, eu concordo com o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum questionamento? Eu vou fazer mais dois aqui.

Eu queria saber a sua visão sobre essa transição entre a regulação feita por uma entidade, pelo órgão militar, para administração civil. E qual a sua posição sobre a participação de capital estrangeiro no sistema de aviação civil no Brasil?

SR. JOSEF BARAT – Bem, Senador Heráclito Fortes, com relação à transição, eu tenho a dizer o seguinte: Em primeiro lugar, o Departamento de Aviação Civil, que era vinculado ao Ministério da Aeronáutica e, posteriormente, ao Comando da Aeronáutica no Ministério da Defesa, exerceu um papel importantíssimo ao longo de mais de 60 anos de existência, que foi a visão ampla de integração territorial, do papel da aviação civil num país com a extensão continental do Brasil e, portanto, todo o sistema de regulação obedeceu a uma visão muito ampla desse processo de integração nacional.

Obviamente, como qualquer órgão de Governo, ou que exerce uma função de controle, fiscalização e de regulamentos, o DAC exerceu esse papel com muita eficiência, e dentro de uma estrutura militar. Muitos dos problemas que ocorreram com a aviação, na verdade, decorreram mais do momento econômico, enfim, da visão econômica que se tinha, do que propriamente da regulação em si. Por exemplo, todo o processo de industrialização brasileira foi calcado na reserva de mercado, na proteção ao produto nacional, a defesa contra o similar estrangeiro e isso marcou a história da industrialização e não poderia ter deixado de marcar também a evolução do transporte aéreo.

Hoje nós vivemos uma realidade mais competitiva, uma realidade mais aberta nessa competição mundial e, portanto, isso exige uma transição cautelosa e que, na minha opinião, deve absorver o que de eficiente, o que de bom teve essa estrutura militar de regulação e o que terá de bom uma nova estrutura civil.

Eu, de forma nenhuma, veria a ANAC em oposição... Quer dizer, uma ANAC civil em oposição à um DAC militar. Pelo contrário, eu veria a ANAC como uma síntese dessa experiência – De uma estrutura militar com a possibilidade de novas especializações, novas visões no campo civil.

Quanto à participação do capital estrangeiro, eu gostaria de lembrar o seguinte: Nos Estados Unidos, a participação do capital estrangeiro nas empresas de aviação é limitado em 25%. Em casos excepcionais, pode chegar a 49%. Na União Européia, consolidou-se gradualmente a visão de que a participação do capital estrangeiro seria de 49% no máximo, como regra da União Européia. Em alguns países emergentes como a Índia, por exemplo, houve também uma flexibilização dessa participação do capital estrangeiro de 20% para 49%.

O que se nota é que países de grande extensão territorial e com um mercado potencial de aviação civil muito alto, há sempre uma preocupação com a defesa da empresa nacional como uma forma de defesa do interesse nacional. Isso, de um modo geral, funciona nesses países. Eu diria que no caso do Brasil, essa questão da participação do capital estrangeiro sempre esteve associada, e ao meu ver corretamente, aos pressupostos de integração territorial, segurança nacional, enfim, de toda essa visão que se teve ao longo de seis décadas da aviação civil brasileira.

A questão sensível que se pode levantar com relação a isso, é um problema de competitividade. Quer dizer, empresas estrangeiras têm uma série de vantagens em termos de custos e, principalmente, em termos de carga tributária. O que torna as empresas nacionais, muitas vezes, menos competitivas.

A carga tributária, em média, sobre uma empresa área americana é de 7% a 8%. No caso brasileiro, é de mais de 35%. Então, isso já dá uma idéia da questão da competição.

Mas, de qualquer forma, a questão da participação do capital estrangeiro em empresas brasileiras, que é estabelecida pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, é uma atribuição do Congresso Nacional. Quer dizer, se o Congresso achar conveniente o aumento dessa participação, evidentemente isso poderá ser feito por meio de uma nova legislação.

No entanto, eu só chamo a atenção que, tanto nos Estados Unidos, como na União Européia, em alguns países emergentes, como a Índia, que eu citei como exemplo, essa participação se limita ao máximo de 49%.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Alguém deseja fazer algum questionamento?

Nós atingimos já 20 votantes. Vamos dar mais 5 minutos para algum retardatário e, em seguida, encerraremos a votação, desde já nomeando o Senador Sérgio Zambiasi e Senador Roberto Saturnino para a explanação da... Com a palavra o vice-Presidente da Comissão, Senador Alberto Silva.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Eu gostaria, por uma questão de me informar... Eu vou citar um exemplo prático e faria uma pergunta para o nosso entrevistado de hoje.

Aconteceu no meu Estado algo que causou espécie a todo mundo. Pânico a bordo de uma aeronave porque... Depois as informações que chegaram é que a aeronave gastou todo o combustível para tentar um pouso de emergência porque o trem de pouso da aeronave, ao ser acionado, no painel não acusou a palavra travado. Eu já viajei tanto em avião pequeno, o Senador Heráclito Fortes, sabe muito bem disso, e sinto, muitas vezes... Você está ali na cabine e anuncia – “Pouso de trem, travado”. Travado significa que pode baixar, que ele não morre.

Então, essa aeronave não tinha indicação no painel. Essa indicação seria uma lâmpada, seria um sinal, uma campainha, seja o que for. Eu lembro que, quando eu era Senador da outra vez, aconteceu um caso desse e eu mandei uma carta, através de um amigo, para a BOEING, dizendo que um avião de bilhões de dólares, perfeita máquina voadora, com pés de barro. Por quê? Porque tinha o problema de que o painel não estava indicando, por um motivo qualquer, que o trem estava travado. Aí o comandante não vai descer sem saber, sem segurança.

Agora, no caso do Piauí. Naquela época eu mandei uma cartinha e disse: “Por que quê, além de todas as

indicações de painel, não se coloca uma camerazinha mirim de televisão lá no berço do trem de pouso para, quando descesse, o painel acusasse e a câmera dissesse se estava travado ou não está travado?”. Depois, por surpresa minha, disse: Na Inglaterra é assim.

Então, esse avião causou um pânico, foi uma coisa horrível, porque depois de todo o combustível, ele descia e experimentava, batia no chão. Acho que... Eu sou engenheiro e acho que já vimos tantas coisas que... Imagine, se ao bater no chão, o trem dobra e não está travado? Aí capota, eu tenho essa impressão.

Quer dizer que o teste era acabar todo o combustível e bater com o avião no chão para saber se está seguro? Eu perguntaria – é falta de manutenção? Como é que nós poderíamos saber? Quando um veículo sai, a polícia rodoviária diz: “Cuidado com os pneus, cuidado com isso, cuidado com aquilo, faça uma revisão em terra”, e no ar como seria?

SR. JOSEF BARAT – Senador Alberto Silva...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, V.Ex^a.

SR. JOSEF BARAT – O Senador Heráclito Fortes, quando mencionou que algumas pessoas disseram que eu não entendia de aviação, elas tinham razão. Porque, na verdade, eu não entendo de aviação nos detalhes que eu gostaria de entender. Eu não sou um engenheiro aeronáutico, portanto, eu não teria condições de responder a sua pergunta.

Agora, diria o seguinte: Eu acho que, com os meus conhecimentos, não propriamente de aviação e de indústria aeronáutica, mas do que eu entendo como regulação e fiscalização, sem dúvida uma das funções importantes da ANAC é a de fiscalizar, principalmente, numa atividade tão delicada e tão complexa, como essa questão da manutenção.

Manutenção das empresas é um universo muito vasto, que envolve empresas de transporte regular, empresas de transporte fretado, aviação geral, táxi aéreo etc. Então, para lhe responder, Senador Alberto Silva, eu lhe diria que o senhor tem toda a razão em manifestar a sua preocupação, e eu diria que, no que estiver ao meu alcance na Diretoria da ANAC, vou me empenhar muito com relação à questão de manutenção.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Eu faria uma sugestão, se me permite. Só um minutinho, para eu não deixar o assunto morrer.

Eu achava que se deveria fazer uma consulta, naturalmente, necessariamente não seria o senhor, mas a agência, em termos da sua atividade fiscalizadora, perguntar qual é o projeto realmente dessas aeronaves, principalmente esta, é um Foca da TAM, é um avião moderno e tal. Qual é o projeto... Porque no painel pode haver isso? Porque eu acho que não pode

haver. é algo que, se é tão fundamental... O avião tem motores de pouso e trens de pouso. Se o motor não está bem, é horrível. Se o trilho de pouso não baixa e não trava, é ainda pior.

Então, eu gostaria de saber porque que pode acontecer isso e qual seria a providência e recomendação da agência fiscalizadora para que isso não ocorra mais? Eles vão dizer: “Não, isso é acidental”. Não pode, na minha opinião não pode ser acidental. Tem que ter tantos recursos no painel, que não sobre nenhum, para que ele não seja obrigado a gastar todo o combustível e trazer pânico, deixando todo mundo chorando, pensando que iriam morrer, porque foi uma coisa horrível. Por quê? Porque no painel do avião não tem um dispositivo que diga com segurança que o trem de pouso está travado, a expressão é essa. Eu agradeço a notação e gostaria de ouvir mais adiante uma informação de V.S.^a a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra para o Dr. Barat, já que ele ainda não é Diretor, ainda está se submetendo à essa votação a posteriori, eu sugeriria ao Senador Alberto Silva que formulasse por escrito essa pergunta ao Diretor da ANAC, Dr. Leur Lomanto que, com certeza, mandará uma resposta avalizada sobre essa questão.

Dr. Barat, algum?

SR. JOSEF BARAT – Não, não. Só quero dizer... Senador Alberto Silva, só queria lhe dizer das minhas boas lembrança quando V.Ex.^a era Presidente da EBTU e eu era Secretário de Transportes no Rio de Janeiro. Conversamos muito sobre... Fizemos experiências sobre combustíveis alternativos.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Agora nós sabemos que temos um grande homem na ANAC e...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para cumprir o prometido, está encerrada a votação. Senadores já previamente indicados poderão iniciar o... Cumprindo o desígnio regimental, anuncio o resultado – 09 votos a favor e aquele voto regimental contra. Portanto... 19 votos a favor e o voto regimental contra. V.Ex.^a está aprovado de acordo com a praxe dessa Comissão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão. Antes solicitando à Secretaria da Mesa que remeta imediatamente a aprovação para Plenário, para as suas devidas providências. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 11h44.)

Ata da 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de agosto de 2006, às 10 horas.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia três de agosto do ano de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Pedro Simon, Wellington Salgado, Paulo Paim e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item um – Mensagem do Senado Federal nº 168, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **Francisco de Oliveira Filho**, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Leonel Pavan*. A matéria foi adiada. **Item dois – Mensagem do Senado Federal nº 184, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **Wagner de Carvalho Garcia**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador João Tenório*. A matéria foi adiada. O Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª. Sessão Legislativa, Ordinária, da 52ª. Legislatura. Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Sessão de hoje é destinada à aprovação de nomes indicados para agências... Não há número regimental para votação, portanto declaro encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 10h46)

Ata da 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 7 de novembro de 2006, às 10 horas.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia sete de novembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, Marco Maciel, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Delcídio Amaral, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Critovam Buarque, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Luiz Otávio, Paulo Paim, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro e Augusto Botelho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, suspendendo-a em seguida. Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia oito de novembro de dois mil e seis, o senhor Presidente reabre a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes – Ofício nº 159/06, datado de 7 de novembro de 2006, da Liderança do PSDB, comunicando que o Senador Marcos Guerra (PSDB-ES) passa a integrar esta Comissão na vaga do Senador Papaléo Paes; Expediente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, comunicando o cancelamento do prazo para apresentação de Emendas ao Orçamento, tendo em vista a não votação do relatório preliminar. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item nº 1 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2006** “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao at. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **A apreciação da matéria foi adiada. Item nº 2 – Não Terminativo – Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005,** “Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como relatora a Senadora Fátima Cleide, que oferece parecer favorável à matéria. Foi designada relatora “*ad hoc*” a Senadora Serys Slhessa-

renko. Fez uso da palavra o Senador Delcídio Amaral, para discutir a matéria. **A matéria foi aprovada. Item nº 3 – Não Terminativo – Requerimento nº 1.302, de 2004,** “Requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e desenvolvimento do País”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como relator o Senador Leonel Pavan, que oferece parecer favorável à matéria. Foi designado relator “*ad hoc*” o Senador Eduardo Azeredo. **A matéria foi aprovada. Item nº 4 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004,** “Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **A apreciação da matéria foi adiada.** A Comissão aprova, **EXTRA PAUTA,** os seguintes requerimentos. **Item 1 – Requerimento nº 31-CI, de 2006,** de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Magno Malta, requerendo a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires; do Comandante da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Luiz Carlos da Silva Bueno; do Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; do Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira; do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vão, Jorge Botelho e do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bologna, para discutir e buscar soluções para os recentes problemas enfrentados no sistema de tráfego aéreo brasileiro; **Item 2 – Requerimento nº 32-CI, de 2006,** de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requerendo a realização de audiência pública para serem debatidos entre os senhores senadores a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos Sistemas de Trens Metropolitanos no País, para o qual sugere convidar para expor sobre o assunto o Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o Senhor Ministro das Cidades, Márcio Fortes e o Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, João Luiz da Silva Dias. O Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e cinquenta e

quatro minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há número regimental. Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura. Antes proponho aos Srs. Senadores que concordem com a dispensa de leitura da Ata da Sessão anterior, que permaneçam como se encontram. Aprovado.

Na Mesa, Requerimento de autoria do Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, convocando para comparecer a essa Casa a Ministra Dilma Rousseff e Valdir Pires para tratar de assuntos relativos à crise da Varig. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento de convocação da Ministra Dilma Rousseff e Dr. Valdir Pires para falar sobre a crise da Varig. Aprovado por unanimidade.

A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte matéria – Mensagem do Senado Federal nº. 167, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Josef Barat para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Autoria da Presidência da República. Relator Senador Sérgio Zambiasi. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado Sr. Josef Barat. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para proferir o seu parecer.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, com sua permissão, vou procurar fazer um parecer um pouco mais resumido, dando apenas os principais aspectos da indicação da Comissão de Infra-Estrutura ao relatório, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Josef Barat, para exercer o cargo do Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

A indicação, que ora se examina, preenche a sociedade dos requisitos legais. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1963. Com Pós-Graduação em Planejamento Econômico pela Universidade de Paris, Sorbonne, em 1965. Doutorado e Livre-Docência em Economia, Administração e Legislação Urbanística também pela UFRJ, em 1975. Sr. Josef Barat ostenta vasto e denso currículo. Entre outros cargos públicos, não menos relevantes, foi Chefe do Departamento de Informações Econômicas e Avaliação de Projetos do BNDES; Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes

Urbanos do Estado de São Paulo; e por duas vezes Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Foi docente no Brasil do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Conjunto Universitário Cândido Mendes, da Escola de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto Militar de Engenharia...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Relator, eu queria pedir permissão à V.Exª. para suspender, apenas para dar início ao processo de votação, porque nós temos vários eventos na Casa e há necessidade de alguns companheiros se deslocarem. Como essa matéria foi distribuída e todos têm conhecimento do seu teor, aqueles que se acharem em condição de exercer o seu voto desde agora poderão fazê-lo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente. Vou concluir.

Em síntese as informações contidas no *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº. 167 de 2006, demonstra que o Sr. Josef Barat reúne todos os atributos requeridos para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República. Nesses termos, submetemos a indicação constante da referida mensagem presidencial à apreciação e julgamento desta Comissão.

Este é o Relatório, Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pela ordem, tem V.Exª. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, queria também exercer o voto por conta de outras obrigações que, lamentavelmente, nos impõe uma certa correria no Senado, V.Exª. entende isso e espero que o Dr. Josef Barat também entenda. Mas, nós vamos dar o nosso voto para indicação, que vem complementar a ANAC que está sem a sua Diretoria completa.

Eu queria, Sr. Presidente, solicitar à V.Exª. que pudesse colocar em votação o Requerimento de minha autoria, que eu peço Audiência Pública para que essa Audiência possa vir trazer luzes ao relato que o senhor, hoje, indicado a fazê-lo, do Projeto de Lei do Senado nº. 189 de 2006. É um Projeto do Senador Flávio Arns, que disciplina ou procura disciplinar a questão da televisão digital no país, é uma questão da maior importância. Isso foi um Projeto de Lei encaminhado no dia 20 do mês passado, 20 de junho. Está aqui na minha mão, Sr. Presidente, eu vou encaminhar.

No dia 29, o Presidente da República editou um Decreto sobre o mesmo assunto que, de certa forma, tem uma interface muito grande com o Projeto do Senador Flávio Arns. Quando não, tem algumas contradições em relação ao Projeto.

Então, era muito interessante que nós pudéssemos ouvir aqui o Ministro das Comunicações, o Presidente da ANATEL, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, representantes da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, representante da Associação Brasileira de TV por Assinatura e o representante da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações. Então, eu estou fazendo esse Requerimento no sentido de que o meu relato tenha efetivamente possibilidade de contemplar, com toda a responsabilidade, o Projeto do Senador Flávio Arns e a situação que nós vivemos, que é uma situação muito recente, da questão da TV digital no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tendo em vista o interesse da matéria e havendo concordância do Plenário, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado também por unanimidade. Marcaremos a data, possivelmente, Senador César Borges, para o 1º dia de agosto, tendo em vista a impossibilidade de fazê-lo agora.

Com a palavra, Dr. Josef Barat. Antes de V.Exª...

SR. JOSEF BARAT – Excelentíssimo Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Excelentíssimo Sr. Relator Senador Sérgio Zambiasi, gostaria, inicialmente, de agradecer essa oportunidade de poder me manifestar a respeito da minha indicação para a Diretoria da ANAC.

A visão que eu tenho das funções das agências reguladoras, eu tentarei resumir agora para os Srs. Senadores. Eu vejo a agência reguladora como uma organização pública de Estado. Portanto, um instrumento do Estado Brasileiro para a regulação de um setor que, pelas suas características, exige esse tipo de regulação, e como tal a agência tem que agir com a independência de um instrumento de Estado.

A minha visão também é que a função da agência é de arbitragem de conflitos de interesses entre prestadores de serviços, consumidores e todos aqueles que, de alguma forma, são atores desse sistema a ser regulado. Portanto, essa agência deve ter a credibilidade perante todos esses atores.

O ambiente da regulação é o da difusão de informação do exercício da autoridade, direção, liderança e acessibilidade na correção das eventuais assimetrias de informação.

A ANAC foi criada, e está sendo implementada no momento evidentemente difícil, mas ela, por outro lado, tem condições de se estruturar como uma agência moderna, com uma gestão tecnicamente competente, flexível, se opondo, de certa forma, à visão tradicional da regulação como algo rígido, impositivo e que não corresponde à aquiescência, à legitimidade e à confiança dos que estão envolvidos.

Tenho também uma visão abrangente do papel da ANAC, uma vez que a regulação, o sistema de aviação civil a ser regulado envolve: A indústria aeronáutica, com todos os processos de certificação, homologação; a infra-estrutura aeroportuária, com as normas para operação e promoção da aviação civil e do multimodal; a segurança do espaço aéreo e a proteção do voo; transporte aéreo regular e fretamento geral.

A aviação civil e o transporte aéreo, particularmente, que tem uma característica híbrida, é um serviço público que exige regulamentos e regras contra a segurança, frequência e oportunidade dos vãos e, ao mesmo tempo, uma atividade econômica inserida num mercado altamente competitivo.

Em linhas gerais, no mercado doméstico, a função da agência reguladora é de estimular a competição em benefício do consumidor, o desenvolvimento de empresas eficientes e coibir qualquer tipo de competição que possa se caracterizar como predatória.

No mercado externo, ressaltar a importância da bandeira nacional na movimentação de passageiros; as novas condições que estão sendo estabelecidas nos acordos internacionais no mundo globalizado e a defesa do interesse nacional; a transição e reestruturação nesses acordos regionais internacionais e o peso do Brasil no triângulo – Atlântico Sul, Américas, Atlântico Norte.

E, finalmente, cabe também à agência dar suporte a um processo de mudanças de paradigmas. Com a globalização, a questão da concorrência se acirra e, principalmente, quando se pensa em qualidade, preço e segurança. Por outro lado, na situação de hoje, já não há mais lugar para práticas monopolistas, reservas de mercado, pseudoconcorrência, regulamentos obsoletos e uma tributação irracional. Portanto, tudo isso conduz ao papel da agência fundamentalmente em defesa do consumidor, do usuário e das reduções de custos e facilidades para esse consumidor e usuário.

Sr. Presidente, creio que tentei resumir rapidamente o meu pensamento a respeito da agência e fico à disposição para as questões a serem levantadas pelos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero confessar que tenho votado aqui nesta Comissão... Por dever partidário eu tenho votado favoravelmente a indicações do Sr. Presidente da República, que nem sempre me têm convencido completamente. Indicações que têm sido feitas para a ANTAC, indicações que têm sido feitas para o DNIT. Não só lendo o currículo das pessoas, como escutando seus pronunciamentos, suas exposições e, de certa forma, conhecendo o setor de transporte, como conheço por experiências, por vivência profissional, eu tenho dado votos que não me têm satisfeito interiormente. Voto por dever político, por dever de solidariedade governamental. Eu pertenço à Bancada governamental.

De forma, Sr. Presidente, que hoje é com uma satisfação grande que eu voto por convicção, por conhecimento que tenho, não só do setor em si, como eu disse, porque trabalhei desde os tempos de BNDES com o setor de transportes e já aprendi, há muito, a respeitar e admirar o economista Josef Barat, como sendo um dos melhores economistas que nós temos na área de transportes. Uma pessoa que tem experiência, que tem trabalhos publicados, que tem exercício de Secretarias de Governo, que tem exercício no BNDES, no GEIPOT, que é professor. Quer dizer, ele tem todas as características de um verdadeiro economista de transportes como nós tanto precisamos nesse país e precisamos, especialmente, nessas agências reguladoras e defensoras do consumidor.

De modo que eu queria expressar publicamente essa minha satisfação em votar em Josef Barat, pelo conhecimento que tem, pelo valor que ele tem demonstrado ao longo de toda a sua vida profissional. Valor profissional e valor moral, ético, uma pessoa honrada sob todos os pontos de vista.

Aproveito esse ensejo também para fazer um certo desabafo. Não se trata de nenhuma advertência, mas é uma manifestação de confiança até na ação do Dr. Barat no que tange, enfim, à fiscalização um pouco mais rigorosa do setor de transporte aéreo, de aviação civil. Porque com a derrocada da VARIG, está havendo uma certa desestruturação nas outras companhias também, e tem resultado isso queixas e notícias que nós temos. Eu mesmo tenho passado por cancelamento de vôo na TAM, atraso de três horas na GOL, filas imensas no atendimento ao viajante. Porque a defesa do consumidor, em geral, é vista sob o ponto de vista das tarifas, mas a defesa do consumidor não é só a questão de tarifa, é de bom atendimento nos horários, nas frequências, no não cancelamento em cima da hora, no não exagero das filas e atendimento nos balcões. Enfim, acho que a aviação civil está passando

por um momento difícil que também corresponde a dois fatores a meu ver: Um é a derrocada da VARIG e o outro é exatamente esse certo vazio que se formou na transição do DAC para a ANAC.

De forma que acho que o ingresso de Josef Barat nesta agência, com a densidade que a pessoa e a experiência profissional que tem, com a respeitabilidade que tem, acho que vai ser muito útil nesse momento, exatamente nesse momento.

Enfim, Sr. Presidente, eu queria muito manifestar a convicção desse meu voto e admiração que tenho pelo Barat e, ao mesmo tempo, a expectativa que tenho de que esse momento de dificuldade que a aviação civil está passando seja superado o mais brevemente, inclusive com a ação eficiente de Josef Barat dentro da agência. Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu quero parabenizar V.Ex.^a, Senador Roberto Saturnino, e vou cair até no pleonismo pela brilhante intervenção que V.Ex.^a acaba de realizar, tocando em pontos exatamente cirúrgicos dessa questão – A crise que a aviação brasileira atravessa no momento e a importância da ida de um técnico, cujo o currículo mostra, da importância do Dr. Barat.

Quero dizer que a Comissão, nesse processo de discussão e aprovação de nomes, entre a entrada do processo na Comissão e a sua devida votação, como tocou no caso dele hoje, nós recebemos manifestações de todos os calibres possíveis.

Houve, com quase unanimidade por parte da área técnica, da área que entende da questão do transporte no Brasil, do transporte aéreo também, favorável ao Dr. Barat.

Quero dizer que recebemos também duas ou três manifestações, aonde alegavam que o Dr. Barat não tinha nenhum conhecimento com a aviação. O que me pareceu estranho é que esse não é o primeiro caso que acontece na ANAC, e nas questões passadas não houve manifestação. O que me parece é que é alguma coisa colocada e dirigida, mas que não nos preocupa de maneira nenhuma, porque eu acho que a pessoa quando é competente, ele é competente em terra, mar e ar. Não é isso? Como um time de futebol lá do Rio de Janeiro.

Portanto, essa preocupação não nos atinge e, além do mais, não é tarefa nossa. A Comissão recebe do Palácio do Planalto o nome indicado pelo Governo Federal e tem apenas o dever de ver se não há nenhuma incompatibilidade entre o indicado e a função. Como, por exemplo, o exercício de funções anteriores que impeçam, de acordo com a lei. O mais é submetê-

lo a essa sabatina que está sendo feito agora, e depois encaminhá-lo ao Plenário.

De qualquer maneira eu quero parabenizá-lo pela indicação, faço votos que V.S^a. seja aprovado e que vá socorrer, no bom sentido, a máquina, nesse momento, de grande importância para a aviação civil que nós passamos.

Para não ficar monótono, eu estou aqui com algumas perguntas preparadas, eu vou começar.

A primeira é sobre o papel da ANAC e qual o alcance dela na regulação do sistema de aviação civil.

SR. JOSEF BARAT – Sr. Presidente, na minha introdução, eu já havia falado, assim, muito sumariamente de qual seria, na minha visão, o papel da ANAC e a complexidade do sistema de aviação civil, o qual ela deve regular.

O importante é que nós tenhamos consciência do momento que estamos vivendo na aviação civil mundial e brasileira. É um momento de grandes mudanças, de grandes transformações, em que, freqüentemente, a regulação se coloca diante de questões como, por exemplo, a desregulamentação, políticas de céus abertos, abertura de mercado e, por outro lado, talvez até num outro extremo, intervencionismo impositivo que, na verdade, essas posições, muitas vezes conflitantes, contraditórias, nos obrigam a encontrar um caminho próprio do melhor interesse do país.

Termos a atenção também para o fato de que a aviação civil tem características híbridas de uma atividade econômica fortemente regulada pelo mercado, pela competição, pelas novas tecnologias, pelo avanço constante das inovações e, por outro lado, um serviço público que, como bem disse o Senador Saturnino Braga, mais do que tarifas acessíveis, deve oferecer também ao usuário condições de segurança, conforto, freqüência, possibilidade de acesso e de facilidades nas instalações aeroportuárias etc. Então, essa complexidade que exige, de um organismo como a ANAC, uma visão de qual o melhor interesse do país no sentido de conduzir a regulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Gilberto Mestrinho, algum questionamento? Pelo menos sobre a importância da ANAC para região Amazônica. V.Ex^a. não vai deixar sem...

(risos)

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – O Sr. Barat colocou muito bem, é que nós estamos vivendo um momento diferente no mundo inteiro e, de maneira particular, no Brasil. Com a crise da VARIG, as comunicações aéreas se reduziram consideravelmente e, hoje, nós temos apenas, se não me engano, 80 ou 90 municípios servidos pela aviação

regular. Isso aí tem trazido um desconforto muito grande, os aeroportos ficam cheios, os passageiros ficam à espera de poder ser transportados e está causando dificuldade no país inteiro.

É importante que a ANAC atue no setor. Ela não pode botar avião para voar, mas pode estabelecer regras que façam funcionar o serviço aéreo. Então, a nossa esperança é que, agora, a ANAC reconstituída e, vamos dizer, instituída, porque até antes era praticamente só no papel e que nós possamos ter uma política para o setor aéreo, e regularizado esse setor para que a população brasileira tenha efetivamente acesso ao transporte aéreo.

É só o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. O indicado tem todas as condições para exercer a Presidência da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum comentário com relação ao que disse o Senador Gilberto Mestrinho?

SR. JOSEF BARAT – Não, não. Eu queria só agradecer a sua intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mais para complementar. Eu acho que a ANAC, neste momento, está enfrentando, talvez, o primeiro e maior de todos os desafios da sua história passada, presente e futura, que é a questão da VARIG. Nós ficamos sabendo ontem, por exemplo, que há um novo Leilão, com valores muito inferiores ao previsto. Eu não sei se é o adequado, o ideal, mas o bom mesmo é que a VARIG possa continuar voando, ela está voando com toda a precariedade. Nós percebemos, claramente, Sr. Presidente, o impacto que a VARIG, com a sua crise, está provocando na questão aérea nacional. Aliás, não apenas nacional, na questão internacional.

Eu coloco como exemplo, Sr. Presidente, um fato vivenciado por mim há duas semanas atrás. Quando a Comissão do Mercosul foi convidada a participar do Encontro em Caracas, que fica aqui ao lado, aqui na nossa América do Sul, e que para chegar a Caracas, saindo de Brasília, no vôo, que se tivesse uma escala na sua Manaus, Senador, seria razoavelmente fácil de chegar, nós tínhamos que fazer ou Brasília-Buenos Aires-Caracas ou Brasília-São Paulo, dorme em São Paulo, sai no dia seguinte, vai ao Panamá e retorna para Caracas ou faz Brasília-São Paulo-Miami e volta para Caracas, porque não há integração, não há vôo, parece que há um vôo, se eu não me engano, que faz uma ligação razoável com a capital venezuelana.

Quer dizer, nós estamos tentando trabalhar com relação à integração sul-americana e não temos vôos para uma das principais capitais sul-americanas, que é

a capital venezuelana. Então, eu estou colocando apenas esse exemplo da importância da ação da ANAC, no sentido de regularizar essa questão e encontrar alternativas, de maneira que as empresas possam suprir essas questões e, principalmente, de integração regional do Brasil e regional também em nível sul-americano. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, Dr. Barat.

SR. JOSEF BARAT – Senador Sérgio Zambiasi tocou numa questão muito importante e eu tinha me referido apenas de passagem, mas é sem dúvida da maior importância a presença da bandeira brasileira na navegação de longo curso. Os acordos internacionais, bilaterais, prevêm essa participação sempre da parte brasileira. No entanto, a crise da VARIG está causando muitos problemas com relação a isso.

Por outro lado, na questão da integração sul-americana, há todo um processo de estabelecimento de acordos, e a visão que se tem hoje é de um amplo acordo regional sul-americano que possa propiciar essas ligações e corrigir essas eventuais lacunas que existem no processo de integração. Eu acho que essa é uma questão, sem dúvida, relevante, eu concordo com o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum questionamento? Eu vou fazer mais dois aqui.

Eu queria saber a sua visão sobre essa transição entre a regulação feita por uma entidade, pelo órgão militar, para administração civil. E qual a sua posição sobre a participação de capital estrangeiro no sistema de aviação civil no Brasil?

SR. JOSEF BARAT – Bem, Senador Heráclito Fortes, com relação à transição, eu tenho a dizer o seguinte: Em primeiro lugar, o Departamento de Aviação Civil, que era vinculado ao Ministério da Aeronáutica e, posteriormente, ao Comando da Aeronáutica no Ministério da Defesa, exerceu um papel importantíssimo ao longo de mais de 60 anos de existência, que foi a visão ampla de integração territorial, do papel da aviação civil num país com a extensão continental do Brasil e, portanto, todo o sistema de regulação obedeceu a uma visão muito ampla desse processo de integração nacional.

Obviamente, como qualquer órgão de Governo, ou que exerce uma função de controle, fiscalização e de regulamentos, o DAC exerceu esse papel com muita eficiência, e dentro de uma estrutura militar. Muitos dos problemas que ocorreram com a aviação, na verdade, decorreram mais do momento econômico, enfim, da visão econômica que se tinha, do que propriamente da regulação em si. Por exemplo, todo o processo de

industrialização brasileira foi calcado na reserva de mercado, na proteção ao produto nacional, a defesa contra o similar estrangeiro e isso marcou a história da industrialização e não poderia ter deixado de marcar também a evolução do transporte aéreo.

Hoje nós vivemos uma realidade mais competitiva, uma realidade mais aberta nessa competição mundial e, portanto, isso exige uma transição cautelosa e que, na minha opinião, deve absorver o que de eficiente, o que de bom teve essa estrutura militar de regulação e o que terá de bom uma nova estrutura civil.

Eu, de forma nenhuma, veria a ANAC em oposição... Quer dizer, uma ANAC civil em oposição à um DAC militar. Pelo contrário, eu veria a ANAC como uma síntese dessa experiência – De uma estrutura militar com a possibilidade de novas especializações, novas visões no campo civil.

Quanto à participação do capital estrangeiro, eu gostaria de lembrar o seguinte: Nos Estados Unidos, a participação do capital estrangeiro nas empresas de aviação é limitado em 25%. Em casos excepcionais, pode chegar a 49%. Na União Européia, consolidou-se gradualmente a visão de que a participação do capital estrangeiro seria de 49% no máximo, como regra da União Européia. Em alguns países emergentes como a Índia, por exemplo, houve também uma flexibilização dessa participação do capital estrangeiro de 20% para 49%.

O que se nota é que países de grande extensão territorial e com um mercado potencial de aviação civil muito alto, há sempre uma preocupação com a defesa da empresa nacional como uma forma de defesa do interesse nacional. Isso, de um modo geral, funciona nesses países. Eu diria que no caso do Brasil, essa questão da participação do capital estrangeiro sempre esteve associada, e ao meu ver corretamente, aos pressupostos de integração territorial, segurança nacional, enfim, de toda essa visão que se teve ao longo de seis décadas da aviação civil brasileira.

A questão sensível que se pode levantar com relação a isso, é um problema de competitividade. Quer dizer, empresas estrangeiras têm uma série de vantagens em termos de custos e, principalmente, em termos de carga tributária. O que torna as empresas nacionais, muitas vezes, menos competitivas.

A carga tributária, em média, sobre uma empresa área americana é de 7% a 8%. No caso brasileiro, é de mais de 35%. Então, isso já dá uma idéia da questão da competição.

Mas, de qualquer forma, a questão da participação do capital estrangeiro em empresas brasileiras, que é estabelecida pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, é uma atribuição do Congresso Nacional. Quer dizer,

se o Congresso achar conveniente o aumento dessa participação, evidentemente isso poderá ser feito por meio de uma nova legislação.

No entanto, eu só chamo a atenção que, tanto nos Estados Unidos, como na União Européia, em alguns países emergentes, como a Índia, que eu citei como exemplo, essa participação se limita ao máximo de 49%.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Alguém deseja fazer algum questionamento?

Nós atingimos já 20 votantes. Vamos dar mais 5 minutos para algum retardatário e, em seguida, encerraremos a votação, desde já nomeando o Senador Sérgio Zambiasi e Senador Roberto Saturnino para a explanação da... Com a palavra o vice-Presidente da Comissão, Senador Alberto Silva.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Eu gostaria, por uma questão de me informar... Eu vou citar um exemplo prático e faria uma pergunta para o nosso entrevistado de hoje.

Aconteceu no meu Estado algo que causou espécie a todo mundo. Pânico a bordo de uma aeronave porque... Depois as informações que chegaram é que a aeronave gastou todo o combustível para tentar um pouso de emergência porque o trem de pouso da aeronave, ao ser acionado, no painel não acusou a palavra travado. Eu já viajei tanto em avião pequeno, o Senador Heráclito Fortes, sabe muito bem disso, e sinto, muitas vezes... Você está ali na cabine e anuncia – “Pouso de trem, travado”. Travado significa que pode baixar, que ele não morre.

Então, essa aeronave não tinha indicação no painel. Essa indicação seria uma lâmpada, seria um sinal, uma campainha, seja o que for. Eu lembro que, quando eu era Senador da outra vez, aconteceu um caso desse e eu mandei uma carta, através de um amigo, para a BOEING, dizendo que um avião de bilhões de dólares, perfeita máquina voadora, com pés de barro. Por quê? Porque tinha o problema de que o painel não estava indicando, por um motivo qualquer, que o trem estava travado. Aí o comandante não vai descer sem saber, sem segurança.

Agora, no caso do Piauí. Naquela época eu mandei uma cartinha e disse: “Por que quê, além de todas as indicações de painel, não se coloca uma camerazinha mirim de televisão lá no berço do trem de pouso para, quando descesse, o painel acusasse e a câmera dissesse se estava travado ou não está travado?”. Depois, por surpresa minha, disse: Na Inglaterra é assim.

Então, esse avião causou um pânico, foi uma coisa horrível, porque depois de todo o combustível, ele descia e experimentava, batia no chão. Acho que... Eu

sou engenheiro e acho que já vimos tantas coisas que... Imagine, se ao bater no chão, o trem dobra e não está travado? Aí capota, eu tenho essa impressão.

Quer dizer que o teste era acabar todo o combustível e bater com o avião no chão para saber se está seguro? Eu perguntaria – é falta de manutenção? Como é que nós poderíamos saber? Quando um veículo sai, a polícia rodoviária diz: “Cuidado com os pneus, cuidado com isso, cuidado com aquilo, faça uma revisão em terra”, e no ar como seria?

SR. JOSEF BARAT – Senador Alberto Silva...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, V.Ex.^a.

SR. JOSEF BARAT – O Senador Heráclito Fortes, quando mencionou que algumas pessoas disseram que eu não entendia de aviação, elas tinham razão. Porque, na verdade, eu não entendo de aviação nos detalhes que eu gostaria de entender. Eu não sou um engenheiro aeronáutico, portanto, eu não teria condições de responder a sua pergunta.

Agora, diria o seguinte: Eu acho que, com os meus conhecimentos, não propriamente de aviação e de indústria aeronáutica, mas do que eu entendo como regulação e fiscalização, sem dúvida uma das funções importantes da ANAC é a de fiscalizar, principalmente, numa atividade tão delicada e tão complexa, como essa questão da manutenção.

Manutenção das empresas é um universo muito vasto, que envolve empresas de transporte regular, empresas de transporte fretado, aviação geral, táxi aéreo etc. Então, para lhe responder, Senador Alberto Silva, eu lhe diria que o senhor tem toda a razão em manifestar a sua preocupação, e eu diria que, no que estiver ao meu alcance na Diretoria da ANAC, vou me empenhar muito com relação à questão de manutenção.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Eu faria uma sugestão, se me permite. Só um minutinho, para eu não deixar o assunto morrer.

Eu achava que se deveria fazer uma consulta, naturalmente, necessariamente não seria o senhor, mas a agência, em termos da sua atividade fiscalizadora, perguntar qual é o projeto realmente dessas aeronaves, principalmente esta, é um Foca da TAM, é um avião moderno e tal. Qual é o projeto... Porque no painel pode haver isso? Porque eu acho que não pode haver. É algo que, se é tão fundamental... O avião tem motores de pouso e trens de pouso. Se o motor não está bem, é horrível. Se o trilho de pouso não baixa e não trava, é ainda pior.

Então, eu gostaria de saber porque que pode acontecer isso e qual seria a providência e recomendação da agência fiscalizadora para que isso não ocorra mais? Eles vão dizer: “Não, isso é acidental”.

Não pode, na minha opinião não pode ser accidental. Tem que ter tantos recursos no painel, que não sobre nenhum, para que ele não seja obrigado a gastar todo o combustível e trazer pânico, deixando todo mundo chorando, pensando que iriam morrer, porque foi uma coisa horrível. Por quê? Porque no painel do avião não tem um dispositivo que diga com segurança que o trem de pouso está travado, a expressão é essa. Eu agradeço a notação e gostaria de ouvir mais adiante uma informação de V.S^a. a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra para o Dr. Barat, já que ele ainda não é Diretor, ainda está se submetendo à essa votação a posteriori, eu sugeriria ao Senador Alberto Silva que formulasse por escrito essa pergunta ao Diretor da ANAC, Dr. Leur Lomanto que, com certeza, mandará uma resposta avalizada sobre essa questão.

Dr. Barat, algum?

SR. JOSEF BARAT – Não, não. Só quero dizer... Senador Alberto Silva, só queria lhe dizer das minhas boas lembrança quando V.Ex^a. era Presidente da EBTU e eu era Secretário de Transportes no Rio de Janeiro. Conversamos muito sobre... Fizemos experiências sobre combustíveis alternativos.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Agora nós sabemos que temos um grande homem na ANAC e...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para cumprir o prometido, está encerrada a votação. Senadores já previamente indicados poderão iniciar o... Cumprindo o desígnio regimental, anuncio o resultado – 09 votos a favor e aquele voto regimental contra. Portanto... 19 votos a favor e o voto regimental contra. V.Ex^a. está aprovado de acordo com a praxe dessa Comissão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão. Antes solicitando à Secretaria da Mesa que remeta imediatamente a aprovação para Plenário, para as suas devidas providências. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 11h44.)

Ata da 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 24ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 21 de novembro de 2006, às 10 horas, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e seis, no Plenário nº 02 da Ala Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúnem-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Mão Santa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, **Sibá Machado, Aelton Freitas, Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, Augusto Botelho, Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **Ideli Salvatti**. Presentes também o Senador Roberto Cavalcanti e os Deputados Fernando Gabeira e Luciana Genro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires; do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno; do Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; do Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira; do Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Jorge Botelho e do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Antônio Bologna, a fim de discutir e buscar soluções para os recentes problemas enfrentados no sistema de tráfego aéreo brasileiro, em atendimento aos Requerimentos nº 031, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e Magno Malta e nº 030, de 2006-CRE, de autoria do Senador Roberto Saturnino, bem como ao Relatório Prévio aprovado à Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2006, “destinado a ouvir os envolvidos no controle do tráfego aéreo”, tendo como Relator o Senador Leomar Quintanilha. A Presidência comunica ao plenário que formulou convite ao Deputado Fernando Gabeira para participar da audiência pública. Após, a Presidência convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Exmo. Ministro Waldir Pires e, em seguida, aos demais expositores para suas considerações iniciais. A Presidência

também concede a palavra para exposição técnica, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Chefe do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Neimar Dieguez Barreto, Secretário da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica e ao Brigadeiro-do-Ar Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia. Prosseguindo, assumem a Presidência dos Trabalhos os Senhores Senadores Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Heráclito Fortes, Roberto Saturnino, Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães, Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, César Borges, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy e Demóstenes Torres, bem como os Senhores Deputados Fernando Gabeira e Jair Bolsonaro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos, lavrando a presente ata os Secretários *Dulcília Ramos Calháo, Maria Lúcia Ferreira de Mello e José Francisco B. de Carvalho* que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores respectivos Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como já foi amplamente anunciado e divulgado pela imprensa essa Reunião Conjunta envolvendo as Comissões de Infra-Estrutura, Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização, tem como objetivo a discussão da grave crise que enfrenta o Setor Aéreo Brasileiro, trazendo constrangimentos e dissabores a milhares e milhares de passageiros.

O Congresso Nacional, no dever de se unir à sociedade brasileira para encontrar soluções e apontar caminhos, achou por bem fazer a convocação dessa Audiência Pública, e nada mais oportuno do que fazê-la conjunto com a presença do Senador Saturnino que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também da Comissão de Defesa do Consumidor para que se possa, no decorrer das oitivas se discutir de maneira mais aprofundada essa questão.

Inicialmente, passarei a palavra para o Ministro Waldir Pires. Vamos estabelecer nada de muita rigidez

um período inicial de dez minutos para cada um, havendo a possibilidade de uma segunda rodada, desde que se faça necessário. Após disposição de cada um dos senhores convidados, nós teremos aí a lista de inscrições para que o Srs. Parlamentares tenham o direito às perguntas.

Eu quero registrar também que convidei, até numa delegação que me foi dada pela Comissão, espero que as outras duas Comissões concordem, o Deputado Fernando Gabeira para fazer parte, uma vez que ele é quem coordena na Câmara dos Deputados das Comissões que tratam do mesmo assunto, e para que haja interação entre as duas Casas e facilite essa discussão, eu fiz um convite e queria pedir permissão aos Srs. Senadores, e caso do Deputado Gabeira assim o desejar, haja uma permissão para que ele em caráter excepcional faça interferências se achar conveniente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Providência correta e adequada, Presidente. Concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dito isso, passo, então, a palavra ao Sr. Ministro de Defesa Waldir Pires que registro aqui a sua presença, trata-se de um ex-Parlamentar de uma longa vida nesta Casa, deixou marcas e mais ainda amizade. Portanto, passo a palavra com muito prazer a V.Ex^a.

SR. WALDIR PIRES – Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, senhores membros aqui que me acompanham nessa Audiência Pública, Audiência Pública é uma das conquistas do processo democrático e uma das instituições mais válidas da aproximação entre os interesses da sociedade, os deveres e interesses da administração do Estado, sobretudo, do Parlamento. Eu tenho uma grande alegria de voltar a esta Casa do Congresso Nacional.

Eu agradeço a referência do nosso Presidente Heráclito Fortes, eu nunca cheguei a ser membro do Senado Federal, fui membro da Câmara dos Deputados algumas vezes, mas membro do Congresso, dessa Casa eu cheguei a ser eleito, mas as circunstâncias do nosso País impediram-me a assunção e a posse, mas é com enorme respeito e com enorme apreço que eu cumprimento a todos e digo que nós nos encontramos num desses instantes em que as administrações dos Estados, em qualquer parte do mundo, encontram dificuldades e na qualidade de Ministro da Defesa o meu dever é de lutar para que essas dificuldades sejam rapidamente superadas. Estamos envidando os esforços mais imediatos, com harmonia de todos os setores que são incumbidos da tarefa de administrar o tráfego aéreo civil, portanto, com a solidariedade e com a enorme competência do Brigadeiro Comandante da

Aeronáutica, Brigadeiro Bueno, do Diretor da ANAC, Dr. Zuanazzi.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Ministro, queria pedir só um minuto, para facilitar o trabalho da imprensa, estão com dificuldades, então nós vamos conceder um minuto, que continua falando, não tem nenhum problema. Um minuto para umas imagens que eles precisam ter. Vamos dar essa... Esperamos a colaboração para que não atrapalhe. Muito obrigado.

SR. WALDIR PIRES – Do Diretor da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi; do Presidente da INFRAERO, Brigadeiro J. Carlos, de representantes da sociedade interessada na solução mais imediata, como toda a população e todo o povo brasileiro, Dr. Bologna, representando as empresas de aviação, o Dr. Jorge Botelho que é representante do Sindicato dos Controladores Cíveis em face das dificuldades em que nos encontramos, a primeira delas que seria de dispor de um número mais conveniente, mais abundante de controladores. O Governo adotou a medida inicial de emitir uma Medida Provisória, no sentido de autorizar a contratação imediata de controladores que pudessem ser habilitados em curto prazo para prover as necessidades atuais, esses controladores estão sendo contratados, estão sendo treinados para a recuperação de suas experiências e reflexos, o Comandante da Aeronáutica requisitou de diversas áreas, setores que são absolutamente capazes de assumir a responsabilidade de controle até por sua preparação, inclusive, mais qualificada. Determinamos a abertura de concurso público para o contrato de mais 64 controladores, esse concurso público está vinculado alguns impedimentos de natureza eleitoral, nenhum concurso pode ser iniciado senão após decorrido o prazo de 60 dias do pleito eleitoral.

Estamos determinando a ampliação e o comando da Aeronáutica adotou imediatamente essas providências de que a formação se amplie e que nossas excelentes escolas de preparação de controladores em Guaratinguetá e em São José dos Campos possam rapidamente, com a devida segurança, ampliar a preparação, a formação e a possibilidade de participação dos quadros de controladores. Tenho a impressão de que essas são as medidas assim de urgência maior. Estamos na expectativa de que todos os que trabalham no setor, todos, possam retomar inteiramente e de forma completa as suas responsabilidades. Eu mesmo tenho a experiência da vida que me diz quando nós somos capazes e um pedaço de competência e de uma parcela de nossos deveres e obrigações e quando nós, movidos por todas as nossas energias, somos capazes de cumprir deveres e obrigações um pouco mais amplos, um pouco mais decisivos. É difícil

cil dizer em que limite à pessoa humana pode chegar, mas qualquer forma a nossa recomendação explícita, definitiva é de que qualquer limite é a segurança do voo, a segurança de quem toma o avião na hora que quer e que se habilita pela aquisição do seu bilhete e viaja e quer viajar tranquilo. É isto que o Brasil quer assegurar, vai assegurar, tem assegurado ao longo da história. Nós somos um dos Países de mais respeitosa e respeitada área de controle (soa a campainha). Nós disputamos com os Países do mundo mais desenvolvidos a segurança de controle. Nós somos competidores dos Países em termos, assim do que se chamam Países mais desenvolvidos, nós somos competidores dos melhores níveis. Nossos problemas, por vezes ocorrem e ocorrem pela natureza das circunstâncias e têm ocorrido antes, iguais, semelhantes em muitas partes do planeta.

O próprio episódio que agora nos tumultuou, nos abalou a nós todos, que nos trouxe muito sentimento e muita dor, nos próprios Estados Unidos já ocorreu seis vezes e na última das vezes, no Governo do Presidente Reagan, as medidas foram adotadas, mas a sociedade levou aproximadamente um semestre de dificuldades, apesar de ter havido um prazo bastante razoável de medidas de emergência que foram preparatórias do enfrentamento após o episódio da paralisação. É um fato distinto, mas é um fato que dá a plena noção da realidade de circunstâncias dessa natureza.

Naquela ocasião, o Presidente dos Estados Unidos demitiu 60% dos membros da Associação dos Controladores, uma organização civil, mas foi compelido, apesar de ter decorrido entre o fato que começou a gerar a possibilidade de um conflito social, no mês de fevereiro de 1981, até ocorrer o instante em que houve a paralisação em julho que é o mês das grandes férias nos Estados Unidos e na Europa, apesar desses seis meses que viabilizaram toda a preparação da emergência, a verdade é que houve dificuldades grandes para que a nação americana retornasse a normalidade da sua vida aérea.

Foi necessário, nessa ocasião que entre 90 e 180 dias grande parte da aviação nos Estados Unidos se fizesse abaixo do controle de radares nos vôos mais curtos, com aeronaves menores, acompanhando as velhas e anteriores metodologias de segurança que significava o acompanhamento de rádios ou acompanhamento visual mesmo dessas ou daquelas áreas, desses ou daqueles acidentes geográficos, territoriais, desses ou daqueles rios que indicavam o bom caminho. Nós não esperamos que isso seja necessário, nós estamos lutando para isso, para que não seja necessário. Mas é um apelo que nós fazemos a todos os brasileiros, que nos ajudem, porque essa é

uma decisão que ninguém vai interromper, ninguém vai interromper, esse caminho da nossa unidade de esforços para que nós possamos vir a ter a tranquilidade plena que já tivemos e que precisamos tê-la do tráfego aéreo nacional.

Tenho ouvido por vezes que houve contingenciamentos praticados pelo Governo Executivo e que teriam sido responsáveis. Essa informação não é verdadeira, não houve contingenciamentos que tivessem reduzido à aplicação de recursos de forma significativa e que tivessem tumultuado as condições do tráfego e do controle. Eu tenho até aqui um pequeno quadro para de saída mesmo poder informar aos meus eminentes, ex-companheiros do Parlamento, do Senado Federal, isso está à disposição de qualquer dos Srs. Senadores e no exercício do Governo do Presidente Lula, os contingenciamentos foram mínimos, contingenciamentos para a área de proteção ou vôo, a dotação autorizada em 2003, foi de trezentos e vinte e sete milhões, houve um condicionamento de dezoito milhões, e um crédito executado de trezentos e oito, seiscentos e cinqüenta.

No exercício de 2004, a dotação orçamentária foi de quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco, o crédito contingenciado é zero, o crédito executado é de quatrocentos e sessenta e quatro milhões e noventa e dois.

No exercício de 2005, a dotação autorizada foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, o contingenciado foi maior aí, foi de cinqüenta e nove milhões, o crédito executado foi de quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinqüenta e dois mil.

No exercício de 2006, a dotação é de quinhentos e trinta milhões, o crédito contingenciado é zero e o crédito executado até o dia 31 de outubro, foi de trezentos e vinte e cinco milhões e estão disponíveis para a execução, ainda esse ano, de duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais.

Nós nos encontramos aqui todas as áreas que são as áreas técnicas incumbidas de responsabilidades bastante específicas e definidas. Tenho aqui ao meu lado o Brigadeiro Bueno, Comandante da Aeronáutica que tem sido comigo um constante apreciador de todos os incidentes e de todos os atos. A rigor, conversamos diariamente, sempre, algumas vezes por telefone, inclusive. Com o Presidente da ANAC que é hoje responsável por setores específicos da vida, da navegação e do transporte aéreo do País, do Brigadeiro J. Carlos Presidente da INFRAERO com a responsabilidade dos aeroportos. Aqui com a presença também de um representante das empresas de aviação civil, Sr. Botelho, da TAM que é representante... O Sr. Bologna da TAM e também presente um contro-

lador civil, Sr. Jorge Botelho que é representante dos controladores civis.

Nós, hoje, no Brasil, temos uma parcela de controladores civis, uma parcela bem maior de controladores militares. Nós instauramos, sob a minha coordenação, um grupo de trabalho composto de todos esses setores, de todas as áreas para que estudemos no menor prazo de tempo, tudo quando seja indispensável à formulação de um diagnóstico completo da situação da aviação civil, de uma formulação de medidas e de providências que deverão ser decididas pelo Governo e pelo Parlamento.

Já instalamos, essa medida foi publicada num dia, no dia seguinte nós compusemos todo o grupo de trabalho, nós escolhemos, imediatamente no dia posterior iniciamos os nossos trabalhos.

Eu espero, portanto, que com a velocidade possível e com o máximo do nosso empenho e com a colaboração de todas as áreas, nós possamos ter os contactos que o parlamento desejar tê-los que nos convoque ou que nos convide para que nos discutamos com essa Casa representativa da cidadania brasileira e, portanto, das altas responsabilidades da condução geral de administração para que mais uma vez este País, como outros que o têm vivido, possam tranquilizar-se rapidamente desse episódio, dessa fase. Muito obrigado, Presidente, e eu gostaria enormemente que V.Ex^a pudesse ouvir os nossos companheiros nas suas diversas apreciações.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Muito obrigado, Sr. Ministro Waldir Pires, passo a palavra ao Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado Sr. Presidente, quero agradecer essa oportunidade de estarmos aqui pela terceira vez no Senado Brasileiro falando sobre a Força Aérea e falando agora sobre um tema que tem sido ventilado, que tem sido comentado diariamente pela imprensa brasileira e que uma grande parte do Brasil tem acompanhado com muita ansiedade por uma solução.

Nós tivemos, infelizmente, um acidente aéreo de grandes proporções, coisa que já não ocorria há bastante tempo, embora tenhamos um Sistema de Controle do Espaço Aéreo dos mais seguros do mundo. Pela primeira vez tivemos uma colisão no ar dentro de 16 Países que já sofreram esse infortúnio. Países da Europa, como a França, já tiveram dois, nos Estados Unidos já tiveram seis acidentes aéreos por colisão e os outros praticamente um caso por cada País, como é o caso da Iugoslava, da Rússia e de outros Países. Infelizmente, isso nos aconteceu. E fomos surpreendidos, e porque não dizer, realmente fomos surpre-

endidos por uma reação em cadeia dos problemas psicológicos dos nossos controladores, tivemos que afastar imediatamente por regras internacionais dez controladores que ficam, vamos dizer, de quarentena fazendo exames médicos e sendo avaliados os seus desempenhos para poderem retornar. Aqueles que estavam no momento do acidente. Eram dez controladores. Imediatamente nós começamos a substituir esses controladores. Trouxemos para cá catorze controladores que já estão operando, contratamos, através da Medida Provisória, já contratamos mais de 40 controladores que já submetidos a exame médicos, estão entrando em operação. Aqui em Brasília contratamos 17, dos quais já temos 8 operando. Até 10 de dezembro, nós teremos ainda transferidos para cá, 9 controladores. Até final de novembro, 10 controladores que já estarão operando até o final de novembro. Catorze controladores foram imediatamente transferidos no total de 54 controladores. E estamos formando agora dia 24 de novembro, mais 65 controladores na escola de Guaratinguetá, que serão distribuídos por locais do Brasil, alguns se especializando e traremos experientes, controladores já experientes para o atendimento Centro Brasília. Por que eu falo sobre o Centro Brasília? Porque Brasília é o controle central do País e os senhores vão ver, dentro de dois ou três minutos que eu vou passar a palavra ao Brigadeiro Vilarinho, que vai mostrar aos senhores como é que o controle do espaço aéreo é dividido, de modo que Brasília controla todo o tráfego que desce do norte, noroeste, que desce do nordeste para sul e para o centro. Então Brasília é praticamente o fulcro em que o sul depende desse controle. Curitiba depende daquilo que passa pelo sudeste para chegar ao sul.

Bom, isso fica muito específico, o Brigadeiro Vilarinho vai falar com os senhores. E já estávamos planejando desde 2002 um aumento na formação de controladores, por quê? Nós visualizávamos um aumento do tráfego aéreo, de modo que nós formávamos até 2001, 40 controladores e em 2002 já passamos a formar entre 70 e 80. Em 2003, entre 70 e 80. 2004, nós já fixamos em 80 e 2006 a idéia é que nós vamos passar formar 180 por cada turma, por turma. Cada turma é formada de seis em seis meses. Ou seja, toda a vez que eu falar 60, são 120 por ano, quando eu falar em 80 são 160 que nós vamos passar a produzir a partir de 2007. E um estudo já nos mostra a necessidade de passarmos a formar 120 controladores a partir de 2009. Ou seja, 240 controladores por ano, a partir de 2009.

De modo que nós já temos gente suficiente para este final de ano, para o período que a gente chama de safra de final de ano, então os senhores não precisam

ficam preocupados, os passageiros não precisam ficar preocupados com o atendimento de férias desse ano. Férias e a ocasião de festas deste ano.

Bom, eu gostaria de passar, Sr. Presidente, a palavra ao Brigadeiro Vilarinho que vai falar sobre o controle do espaço aéreo. O Brigadeiro Dieguez que cuidará da parte financeira, o que tem ocorrido na parte financeira, o que recebemos de recursos e o que já gastamos com os recursos e o Brigadeiro Pinheiro para falar sobre da parte do SIVAM que corresponde a 55% do controle do espaço aéreo. Brigadeiro Vilarinho, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu concedo a palavra ao Brigadeiro Vilarinho por cinco minutos, antes, porém eu só queria só lembrar ao nosso Comandante da Aeronáutica que não foi o primeiro acidente de choque aéreo no Brasil. Nós tivemos um da década de 50 envolvendo um avião americano e na década de 80 dois bandeirantes na cidade de Imperatriz, dois bandeirantes passageiros.

Quero lembrar ao Brigadeiro para que os analistas. E com mortes fatais. Eu não quero botar culpa em Governo passado não, apenas registro histórico. Com a palavra o Brigadeiro Vilarinho.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Exmº. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Mesa, senhores autoridades, Srs. Senadores. Inicialmente eu gostaria de externar a honra de ter essa oportunidade de prestar alguns esclarecimentos sobre o nosso Sistema de Controle de Espaço Aéreo, um sistema imenso, procurarei ser o mais breve possível.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ele, além do controle desse tráfego, ele é responsável por um sistema de tecnologia de informação, toda à parte de informática que gere o sistema. O sistema de telecomunicações do comando da Aeronáutica...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro Vilarinho, um pedido da taquigrafia, que o senhor se identifique, a função que ocupa para que ficasse nos registro. Eu pediria aos outros também apenas para o registro taquigráfico.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Eu sou Tenente Brigadeiro do Ar, Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Bem, prosseguindo, o Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica faz a parte das comunicações entre controladores, entre toda essa parte de coordenação e a conversação terra-avião. E também o sistema de busca e salvamento que está sobre a nossa responsabilidade, e nós interagimos na nossa missão com o sistema de avião civil, com o sistema de Controle Aerotático e a condução das

nossas aeronaves militares em operações normais de treinamento e de combate, se for o caso, e do sistema de defesa aérea. Então nós temos uma interação aqui operando para esses três sistemas, nós temos, então, uma bifurcação de atividades, uma de interesse militar e um de interesse civil que é o controle do tráfego civil. A nossa área de jurisdição, nós pegamos aqui o espaço aéreo brasileiro, está aqui, e ainda temos uma área que vai para dentro do Oceano Atlântico até o Meridiano 10. Toda essa área é sob a responsabilidade do Brasil em termos de controle do tráfego aéreo. Nós temos aqui na Região do Atlântico que nós chamamos de Região de Informação de Voo dentro do País, a Região Amazônica, a FIR Amazônica, a FIR Recife que é essa aqui, a FIR Brasília que é o que nós veremos com mais detalhes a seguir e a FIR Curitiba. Dentro dessas áreas nós fazemos não só a vigilância do espaço aéreo, e também o controle do espaço aéreo.

Nós fazemos fronteiras com 13 regiões de informação de vôos internacionais, algumas da África e outras aqui da América do Sul. Temos acordos operacionais com todos esses Países para fins de Controle de Tráfego Aéreo de acordo com as normas da Organização de Aviação Civil Internacional. Como funciona o nosso controle do espaço aéreo dessa forma integrada, civil e militar? Todos os nossos tipos de radares estão aqui em cima. Radares primários, radares secundários, tridimensionais e até radar em aeronave. Todas essas informações vão para o centro, para o CINDACTA e ali acontece uma síntese dessas informações. Ou seja, nós não vamos um radar de cada vez, independente de qual radar que está sendo utilizado, nós temos uma síntese de todas essas informações, vale destacar que isso aqui é um aplicativo brasileiro, feito por empresa brasileira, um *software* de propriedade da Aeronáutica que poucos Países no mundo o têm.

Para fazer esses controles, nós temos dentro do mesmo CINDACTA um centro de controle de área que controla o tráfego aéreo civil e ao lado um centro de controle de operações militares que conduz as aeronaves militares e os treinamentos militares. Completamente integrada são as funções desses dois sistemas. Nós temos aqui uma quantidade imensa de estação de telecomunicações espalhadas pelo Brasil para a aeronave falar com os respectivos centros e temos, por outro lado, estações de telecomunicações com frequências específicas para aeronaves militares. As regiões tanto de defesa aérea, quanto às regiões de informação de vôo para fins de Controle de Tráfego Aéreo, elas são coincidentes e já comentei isso desde o início.

Vamos em frente, para ter uma idéia como funcionam esses setores, esse problema de catorze controladores por setor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só gostaria de explicar FIR, *Flight Information Region*, região de informação de vôo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Ok, então a Região de Informação de Vôo de Brasília que essa aqui, nós vamos estudá-la rapidamente. Aqui nós temos ela explodida com todas as rotas e ela é dividida em três grandes regiões de controle. Esse pontilhado vermelho aqui separa essa área daqui, é a chamada Região Brasília, e aí acompanhado essa linha vermelha para cá, essa aqui é chamada região São Paulo, e dessa linha pontilhada aqui para a direita é a chamada Região Rio. Então nós temos três regiões, cada região com vários setores, cada quadradinho desses é um setor. Daqui não está dando para ver o número, mas é mais ou menos, setor um, dois, três e quatro, em São Paulo. Aqui cinco, seis, sete, oito e nove, se eu não me engano, está um pouco próximo e ficariam dez, onze, doze e treze para a Área Rio. Como é que fica esse problema de número de controladores? Nós adotamos em Brasília em função de um documento específico que estabelece um levantamento de vários parâmetros e uma fórmula específica e que estabelece o número máximo de controle de aeronave sob controle de um setor.

Então, por exemplo, aqui esse setor pode controlar catorze aeronaves, esse setor aqui catorze aeronaves. Quando nós não temos controladores suficientes para abrir todos os setores, que é o termo que a gente usa, controlar uma equipe, controlando cada setor, cada setor ele tem que ter dois controladores, um principal e um auxiliar e a cada dois setores nós temos que ter atrás, um supervisor. Então são cinco homens para abrir esses dois setores, se eu tiver menos de cinco homens disponível? Nós temos que juntar os dois setores, quando juntamos os dois setores, esse número cai para doze, esse é o problema que nós enfrentamos quando na hora do pico, nós não temos a quantidade de controladores suficientes. Num local em que nós podíamos controlar 28 aeronaves, passamos a ter a capacidade de apenas 12. Para se manter o nível de segurança inalterado atrasa-se às decolagens do solo para que se mantenha esse número de doze. Então colocamos aí o chamado controle de fluxo. Intercala a decolagem de 5 em 5 minutos de um aeroporto, de 10 em 10 minutos de outro, de 15 em 15 minutos de outro, de acordo com as necessidades até que se tenha gente para abrir o setor.

Pela legislação que nós adotamos e também isso é adotado internacionalmente, o controlador pode

trabalhar ininterruptamente por duas horas e o limite máximo de três horas, a partir desse ponto, ele tem que ser retirado da console para descanso, de no mínimo 15 minutos e tem que ter outro para se colocar na posição. Só depois desse descanso é que ele retorna ao trabalho.

Aqui, daquelas estações de comunicação que eu falei, o centro de cada bolinha é onde está a estação, a bola, o círculo é o alcance das comunicações daquela estação para o nível duzentos e cinquenta que seria 25 mil pés, aproximadamente 8 mil e trezentos metros de altura.

Então, nessa altitude em diante nós temos cobertura de comunicações em todo o Brasil. Porque é que nós falamos nessa altitude? Se for altitude muito baixa, evidentemente nós não temos cobertura radar. É impossível qualquer País ter cobertura radar em qualquer altitude, mas nós colocamos uma cobertura dentro dos níveis utilizados pelos nossos vôos, vôos por instrumentos, vôos de carreira.

Vamos para outra informação. RadareS – Aqui também, as nossas coberturas radares, nessa apresentação aqui, estão para o nível trezentos que seria 30 mil pés ou aproximadamente 10 mil metros. Da mesma forma o centro aqui é o local onde está o radar e o centro a cobertura, aqui no sul os radares em azul são aqueles do CINDACTA-2, esses em amarelo são do CINDACTA-1, Brasília. Esses em vermelho do CINDACTA-3 em Recife, e esses aqui da área da Amazônia do nosso SIVAM estão aqui todos cobertos. Ok, pois não.

Todos eles são integrados, fazem parte da síntese, o comando de defesa aérea em Brasília recebe todas as informações da síntese e cada CINDACTA tem as informações da síntese da sua região, quer dizer, o controlador de Curitiba não precisa ter informações dos aviões que estão em Brasília, apenas os que estão cruzando a sua fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo expoente que é o Brigadeiro Dieguez, eu queria abrir aqui, até por uma questão de praticidade. O Brigadeiro acaba de falar de questões eminentemente técnicas e falando na maioria das vezes para leigos no assunto, embora por cometidos e responsáveis pela representação que tem. Se alguém quiser fazer perguntas específicas sobre a questão debatida e quiser fazer de imediato, eu queria pedir permissão para abrir essa possibilidade, até porque o assunto pode se perder e eu para dar o bom exemplo eu queria fazer uma pergunta ao Brigadeiro. Se existe o CINDACTA e existe o SIVAM, o Brasil gastou fortunas exatamente para a proteção de vôos e fiscalização, evitar o contrabando...

Os dois aviões vinham na direção, vamos admitir que os dois estivessem errados, um dos dois fosse um avião de um terrorista, de um grupo terrorista com bombas para soltar no Distrito Federal porque o CINDACTA não detectou esse problema? Do vôo em nível errado?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Senador, isso está sendo levantado pela Comissão, já conclui até um relatório preliminar, eu fiquei tão estupefato quanto o senhor porque era impossível acontecer uma coisa dessa, com todo o sistema que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí que está, o investimento feito, polêmico, inclusive, e acontecer um acidente que não havia a menor possibilidade de acontecer, porque a sofisticação do aparelho detecta asa delta, não é evidente que esteja numa atitude compatível. É uma coisa Brigadeiro que não há uma explicação, pode se botar culpa no piloto que quiser. Os pilotos estivessem errados, são clandestinos, são bandidos, são de gangues, mas os sistemas tinham a obrigação de verificar e os aviões que são interceptadores que estão aí. O Brasil paga uma fortuna, agora mesmo fizesse uma renovação de frota era para ser acionado.

Então, essa é uma questão que eu queria apenas colocar como curioso, mas lógico, que não consegue uma resposta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você quer responder?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Presidente, está sendo investigado, a gente não pode... Por favor, as palavras que vou dizer aqui não podem ser registradas como alguma coisa, vamos dizer assim, que pode ser apurada ao contrário durante a investigação.

O avião passou por Brasília no nível 370 autorizado por São Paulo com o plano de vôo para descer para 360, ou seja, 36 mil pés a partir de Brasília e 380 após a posição Teres. Quando ele passou por Brasília, ele deixou de falar, ele deixou de falar e o seu transponder deixou de admitir. O que é que é o transponder? É um aparelho, uma caixinha preta que nós temos que diz a altura exata do avião e esse transponder, ele também emite, como se fosse um radar emitindo sinais e colhendo sinais do outro radazinho, do outro avião que se chama de Ticais(F), que diz a direção que vem o avião, a direção que vai o avião, eles trocam informações entre si e diz à altitude que vem o avião de lá para cá e a altitude daqui para o outro avião.

Então o transponder ficou inoperante e parou de ter comunicação entre os dois aviões e aí, a gente chama de que somente o radar primário, o radar que está vendo o avião, que viu que aquele avião é o avião

americano que está indo e o radar de Manaus ficava vendo o avião da GOL com altitude tudo corretamente, 370 mil, e começou a dar informações. Esse avião, no Premar(F), ele dá informação que não é muito correta, mas ele passava pela altitude de 360, como se tivesse naquela altitude 360. Também é que na hora de turno dos controladores que ele completava duas horas e um passou para o outro, ele passou para o que o substituiu no avião no nível 360, então o controlador estava crente que ele estava no nível 360, era identificado apesar de não ter a identificação eletrônica. O senhor está entendendo? Então, era uma informação falsa, mas que ele não acreditava que fosse falsa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Informaram ao piloto da GOL?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não senhora porque o piloto da GOL estava sendo controlado por Manaus, e quando foi passado para Manaus, Senadora, eu não vi o inquérito, faço questão de não ver, porque se eu falar qualquer coisa vão dizer que eu estou procurando interferir. Portanto, eu vou dar só um exemplo, tanto é que como havia falta de comunicação, no dia que fizeram o relatório preliminar, na semana passada, eu mandei imediatamente os nossos aviões do G voarem em todo o Brasil para ver se tinha algum lugar faltando comunicação para certificar que as frequências estão funcionando.

Então, houve uma indução, o que eu acho que foi. Presidente, por favor, é o que eu acho que foi, como piloto, eu acho que foi, houve uma indução de que o avião estava no nível 360, tanto é que ele passou para o substituto dele que passou para Manaus o avião no nível 360. Por isso que não havia, ele não tinha sombra de dúvida que o avião estava no 360. O senhor está entendendo? Só isso. Agora, eu não posso afirmar porque está sendo investigado porque o avião não falava e porque o transponder não emitia se dois minutos depois que ele bateu, que foi o pondo de impacto do transponder, passou a fornecer todas as identificações. Está entendendo, Senadora? Depois que bateu, dois minutos depois apareceu no radar à identificação e ele passou a funcionar. E passou a falar também. Você tem alguma complementação a isso que eu falei?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Só que o transponder ligado, ele informa para o controlador no solo exatamente a altitude que ele está voando e esse informação o controlador não tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A falha, então, a minha pergunta, não houve falha na integração dos dois sistemas?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– O problema, não digo que houve falha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas, Brigadeiro, a razão de ser desse sistema é exatamente detectar aviões clandestinos. O outro avião envolvido é de prefixo estrangeiro, se desaparece deveria pelo menos ter tido um alerta, ter tido uma decisão ágil, eu pensava que essas coisas funcionassem com mais rapidez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, dentro do tema, eu pergunto se porventura, identificado que não havia comunicação com o Legacy, identificado que o Legacy estava com o transponder supostamente ou com defeito ou desligado, por que não foi comunicado toda essa ocorrência ao avião da GOL para que sob a forma de proteção, ele modificasse a sua rota, ou modificasse a sua altura para evitar, já que não se tinha conseguido um contato e foram tentativas várias de se contatar o Legacy. Por que nada, nada, nada foi tomado em relação ao GOL para proteger o vôo da GOL?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, isso deverá ser explicado durante a investigação. E é isso que nós estamos fazendo para verificar o que é que ocorreu de errado para que não se repita mais. Este é o motivo principal da investigação para a prevenção de acidentes. O senhor está absolutamente correto no seu raciocínio, o senhor está entendendo, agora, nós vamos ter que descobrir o por quê?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– A não ser que fosse um fato tão comum de falha que acontecia antes e que o operador achou que era uma falha pequena, aí é mais grave ainda, porque o estado brasileiro é responsável pelo que aconteceu, diretamente responsável.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, a investigação vai provar exatamente o que é que ocorreu e porque é que ocorreu. O que ocorreu, nós sabemos, os dois estavam voando na mesma situação, na mesma altura e na mesma altitude, agora o porquê, qual foi o raciocínio, isso que nós temos que descobrir. Essa é a pergunta fundamental. Por que é que ocorreu? Para que não ocorra novamente.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Posso prosseguir, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Aqui para dar uma idéia do nosso universo de trabalho, a quantidade de equipamentos que nós temos espalhados por todo o Brasil. Aqui à esquerda estão enumerados os diversos tipos de equipamentos, o radar num total de 174 estações radares, desde aqui do sul do País em Pelotas até aqui em cima em Roraima. Nós temos auxílios à navegação, são equipamentos

eletrônicos que guiam os pilotos para pouso e rota, VORs que é um tipo de equipamento, DOR(F) é algo semelhante, 17 de um, 6 de outro, 95, 235 MDB, etc.

Equipamentos de comunicações é uma quantidade imensa, 4.634 equipamentos de VHF. Aqui à parte de estações meteorológicas, 154 estações meteorológicas. Ou seja, nós temos um grande total de 1.089, entre radares, navegação e aproximação, 4.634 de comunicações, 154 de meteorologia, num universo de 5.877 equipamentos espalhados por todo o Brasil, para os senhores terem uma idéia dos nossos custos, não só de vida vegetativa, de manutenção, como também da necessidade de investimentos.

Aqui uma visão do nosso centro de controle aqui de Brasília, o ACC, Brasília. Essa estrutura acabou de ser modernizada no ano passado dentro do nosso planejamento de nós substituímos todas as consoles aqui por console de última geração e o *software* que originariamente era francês, do fornecedor do sistema, foi um *software* nacional em que nós temos a fonte e o controle sobre esse *software* e ele é periodicamente atualizado.

Vamos em frente. Aqui um dos nossos radares é o destacamento de controle do espaço aéreo do morro da igreja é próximo a Urubici em Santa Catarina, é o destacamento mais alto que nós temos.

Outro rapidamente, agora só como, um aqui em São Gabriel de Cachoeira, as margens do Rio São Gabriel. Vá em frente que está faltando... Eu teria aqui umas outras transparências que não saíram aqui. Presidente, deve estar em outra apresentação, seria a parte dos nossos investimentos previstos para os próximos anos, se houver interesse, eu posso montar aqui e apresentar daqui a pouco. É que essa parte do Dieguez não tem. Pode ser depois do Dieguez, se houver interesse.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Seria posterior.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Obrigado.

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
(PFL-BA)** – (pronunciamento fora do microfone) que não há uma certa correção dos pagamentos para o controle de voo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
– Senador, o Brigadeiro Dieguez vai apresentar essa parte, eu acho que atenderá a V.Ex^a e a parte do que nós realizamos e o nosso planejamento até 2016, nós vemos vários grandes projetos, eu posso apresentar posteriormente. Tenho que mudar ali.

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
(PFL-BA)** – O importante para nós é também saber quando vai terminar essa situação de caos que está

vivendo o Brasil. Isso é a coisa mais importante que os senhores poderão aqui informar. Nós estamos vivendo um caos, é só ler os jornais de hoje já se vê. Se nós não tivermos solução para isso rápida, esperar até 2017... O caso dos Estados Unidos é totalmente diferente, o Presidente Reagan em 24 fez funcionar, fez funcionar.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Posso responder? Senador, além das medidas de recursos humanos já enumeradas pelo Comandante, nós temos medidas operacionais que estão em andamento, eu posso depois comentar alguma coisa, para diminuir a carga de trabalho em cima do Centro Brasília, e já estavam planejados, seria amanhã, acertei com os presentes jornais, para semana que vem uma reunião para nós espalharmos os vôos para aliviar-mos os pontos de pico e com isso, nós com certeza vamos atender essas necessidades de final de ano e no início do próximo ano com a formação, início de operação dos operadores que estão sendo contratados, saindo da escola, nós estaremos com a situação normalizada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Brigadeiro...

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
(PFL-BA)** – Brigadeiro, nesse caso de mudança de rota, vai haver custo maiores para as empresas aéreas?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Eu não sei de que mudança de rota V.Ex^a está falando, mas esse é um assunto que nós vamos ter que fazer de comum acordo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Foi anunciada ontem.

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
(PFL-BA)** – Vem pelo mar os vôos que venham do sul até o nordeste.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Muita coisa foi falada, mas nós estamos estudando na realidade três medidas que eu vou citar rapidamente para o senhor. Medidas operacionais – Corredor Belo Horizonte, Brasília, pegar os setores nordeste, do Centro Brasília hoje, passar para o Centro Recife. E o setor, metade do setor da área de Cuiabá, passar para o Centro Amazônia, com isso nós vamos reduzir a carga de setores. Agora isso aí é um assunto que tem que ser estudado detidamente pelo pessoal técnico operacional, acordos operacionais que são feitos entre os dois centros para nós mantermos inalteradas a segurança de voo e a fluidez do tráfego.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Antônio Carlos, esse ano não tem nenhum contingenciamento na área do DECEC, nós já fizemos a Licitação para a renovação do CINDACTA-2 de Curitiba.

ba que vai ficar tão moderno quanto é o CINDACTA-1 aqui de Brasília, nós já estamos fazendo a Licitação para modernização do CINDACTA-3 que é lá de Recife pegando toda à parte do nordeste, este ano realmente não tem. Essa parte de recurso...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É baseado, então, do recurso que está ainda contingenciado, é isso?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não. Não está contingenciado, Senador. Esse recurso está à disposição e que nós vamos, primeiro, a hora que nós assinarmos o contrato, nós vamos empenhá-lo e ele vai sair do SIAFI, porque também nós só recebemos o orçamento esse ano a partir de junho. Infelizmente nós só recebemos a partir de junho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Houve um contingenciamento.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A partir de junho que foi liberado o crédito para a gente.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Então houve um contingenciamento.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, o orçamento só foi votado no final de abril, maio, junho, por aí.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Desculpe, mas foi antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um esclarecimento aqui. Os recursos de segurança aérea todos são do Ministério ou INFRAERO também participa com recurso?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Os recursos de tarifa que são os recursos do Controle de Tráfego Aéreo, parte vai para a INFRAERO e parte vem para o comando da Aeronáutica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa parte quanto que já foi?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Não, ele é automática, sai no orçamento, é mais ou menos 50% retirando a parte do sistema de cobrança que é o SUCOTAC(F). Dá 45%.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa liberação é feita automática.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – É feita através do orçamento do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas não tem nada contingenciado.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Esse ano não tem nenhum contingenciamento que eu saiba, da minha parte não.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Na parte de proteção ao voo, não.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – O Brigadeiro Dieguez tem todas as informações.

SR. WALDIR PIRES – Eu tive a oportunidade de mencionar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Ministro da Defesa Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado. Eu tive a oportunidade de mencionar aqui no início que este ano não há contingenciamento nenhum e que o orçamento foi aprovado não no mês de janeiro ou no mês de dezembro, o orçamento foi aprovado no mês de junho, eu creio. Março... Maio de forma que ele se executou praticamente num percentual bastante significativo. Este ano...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero lembrar que o Governo...

SR. WALDIR PIRES – Quinhentos e trinta milhões...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Através de Medida Provisória liberou em caráter emergencial para setores prioritários.

SR. WALDIR PIRES – Mas são despesas normais da dotação autorizada de quinhentos e trinta milhões no orçamento aprovado em março ou maio, os senhores sabem melhor do que eu. Trezentos e vinte e cinco milhões já foram e as despesas programadas estão em duzentos e quarenta e cinco milhões, programadas para serem realizadas até 31 de dezembro. Não há, portanto, nenhuma verba contingenciada este ano, nenhuma. E nos quatro últimos anos é mínima, foi mínimo o contingenciamento. Houve em 2005 simplesmente de 59 mil reais. Só.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Cinqüenta e nove milhões.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, me permita a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o maior prazer palavra ao Senador Sibá Machado que é um dos especialistas na matéria aqui na Casa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (risos) Bastante. Mas só para entender melhor como V.Ex^a, a metodologia que foi adotada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa lista é em orçamento, não é aviação, desculpe.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ah, em orçamento, melhorou, melhorou. Mas para entender melhor um pouquinho a metodologia, porque nós ouvimos o Brigadeiro e vamos ouvir duas pessoas, digamos assim, mais específicas da área de esclarecimento de todo o sistema.

Em seguida, nós ouvimos a pergunta do Senador Antônio Carlos no que diz respeito ao fenômeno que

está acontecendo o atraso dos vãos, então eu pediria a V.Ex^a, eu vejo muitas autoridades ainda a Mesa que procedimento nós adotaremos se V.Ex^a quer manter da forma que nós estamos, pergunta mais aberta durante cada exposição ou se a gente houve mais diretamente as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, é... A rotina eu vi, mas como se tratava de um assunto específico e eu que recebi várias sinalizações de Senadores querendo tirar dúvida e por se tratar de um assunto específico e a preocupação que se perdesse o sentido da pergunta por conta de tempo, abrimos essa exceção. E agora nós vamos convocar o Brigadeiro Dieguez, caso haja, também sobre especificamente o assunto técnico alguma dúvida, a gente abre, pedindo apenas a compreensão de que a intervenção seja sintética. Com a palavra o Brigadeiro Dieguez, V.Ex^a tem cinco minutos para a sua exposição. Tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Só para facilitar o Ministro da Defesa, o solicitado pelo Ministério, ao Ministério houve corte do Ministério de Planejamento? Porque nós temos informação de que o que foi pedido foi cortado no Ministério do Planejamento. Eu apenas só queria saber porque sairia à culpa do Ministério da Defesa ao invés do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro da Defesa.

SR. WALDIR PIRES – Não houve corte nos recursos disponibilizados para a área de proteção ao voo.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas o que V.Ex^a pediu foi dado no Ministério do Planejamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A pergunta do Senador Antônio Carlos é outra, no orçamento apresentado o valor aprovado pelo Governo, pelo Ministério do Planejamento foi o solicitado ou se houve corte.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Houve corte no planejamento?

SR. WALDIR PIRES – Esta aqui foi o que foi disponibilizado no orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Já aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Ex^a pediu esse número, ou o Ministério do Planejamento mudou alguma coisa?

SR. WALDIR PIRES – Com este número, normalmente, nós estamos executando as nossas tarefas sem problemas.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas V.Ex^a pediu isso ou pediu mais?

SR. WALDIR PIRES – O pedido eu vou fazer agora, o que terá sido feito agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu tenho a informação de que o Ministério do Planejamento recebeu um pedido maior de V.Ex^a. O que não é culpa de V.Ex^a, é culpa do Planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita ao Ministro da Defesa.

SR. WALDIR PIRES – No Ministro anterior, eu não era o Ministro anterior para a execução do orçamento de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, portanto, ao Ministro Waldir Pires que peça a sua Assessoria... Ministro? Ministro Waldir Pires, a Mesa solicita que V.Ex^a busque através da sua Assessoria técnica os números originais.

SR. WALDIR PIRES – Estão expostos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas aí são os recursos disponibilizado. O que nós estamos pedindo é outra coisa. Nós estamos querendo a solicitação do recurso proposto para o setor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ou por V.Ex^a ou pelo seu antecessor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O recurso proposto e o recurso aprovado. É uma questão técnica, a sua Assessoria poderia nos fornecer.

SR. WALDIR PIRES – Nesse particular, claro, nós vamos fazer a solicitação do Senado, mas nesse particular, faz parte da natureza rotineira da elaboração orçamentária que os Ministérios sempre façam as suas solicitações e o planejamento faça a adequação à capacidade arrecadadora do Estado. O que eu digo é que cresceram os números sempre, ano a ano estão ali expostos. O que nós estamos executando. E que este ano, sem problemas, faltamos executar agora para o mês de outubro, dezembro, novembro... Outubro, novembro e dezembro nós executaremos o que é restante e que é suficiente para os encargos de agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não há nenhuma dúvida com relação à pergunta de V.Ex^a. Agora, apenas a Mesa solicita que sejam mandados os últimos três anos, ou dos quatro anos, o orçamento proposto e o orçamento aprovado pelo Ministério do Planejamento e remetido para o Congresso para a aprovação final, é exatamente isso que nós estamos querendo.

SR. WALDIR PIRES – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Talvez se a Assessoria pudesse pro-

videnciar isso no decorrer do trabalho. Com a palavra o Brigadeiro Dieguez.

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – Bom dia a todos, eu sou o Brigadeiro Neimar Dieguez Barreiro, Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. Eu tenho a minha função, tem a finalidade de prover os recursos dentro de um planejamento que é feito pelo Estado Maior da Aeronáutica que é encaminhado ao Ministério da Defesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A melhoria do som a reclamação aqui que não está chegando bem ao Plenário. Segundo ponto, nós queremos comunicar que existe um telão na sala 13 retransmitindo. Eu estou sentindo que algumas pessoas interessadas na matéria estão de maneira desconfortável no fundo da sala, se quiser mais confortavelmente assistir os depoimentos, existe um telão na Ala Alexandre Costa, sala 13.

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – Muito bem. Nós tentamos identificar de uma forma objetiva, ouvindo inclusive as perguntas de jornalistas que nos procuraram, notícias de jornais e de uma forma objetiva, nós queremos apresentar alguns quadros, cerca de quatro quadros que mostra a situação orçamentária e financeira do Comando da Aeronáutica ao longo de alguns anos, a nossa apreciação a partir de 1999 e esse quadro ele se refere aos recursos disponibilizados para área de proteção ao voo no que se refere à lei e créditos extraordinários, créditos suplementares.

Então, de um total aprovado em lei de 99 a 2005, nós tivemos dois bilhões e novecentos e o contingenciamento de cento e cinquenta e um milhões, o que nos deu uma capacidade de execução de dois setecentos e quarenta e oito milhões. Isso até 2005.

Em 2006, nós estamos com um orçamento aprovado em lei de quinhentos e trinta milhões, já gastamos trezentos e quarenta e cinco e vamos gastar cento e oitenta e quatro, por quê? Porque não há nenhum contingenciamento aprovado pelo Governo, imposto pelo Governo.

Então, essa situação o que nos dá uma execução dos três quatrocentos e trinta, de três e noventa, e temos aqui que executar cento e oitenta e quatro até o final do ano. Eu queria esclarecer que a lei de créditos, ela é encaminhada ao Congresso depois de analisada pela Secretaria de Orçamento, e ela, o limite, é imposto pela função de uma previsão de receitas estimada.

Então, vamos imaginar que está se prevendo para 2007 quinhentos milhões e é isso que vai se colocar na Lei Orçamentária, não adianta o comando da Aeronáutica querer gastar seiscentos, se não tem a receita para isso. O segundo quadro... Receitas próprias. Essas receitas, elas são oriundas das tarifas de navega-

ção e de telecomunicações, existem outras tarifas que atende a INFRAERO na questão aeroportuária, mas essas tarifas por um Sistema de Proteção ao voo são tarifas específicas de receitas próprias arrecadados do sistema de aviação civil.

Então, nós temos ali o que foi arrecadado. Nós arrecadamos até 2005, dois bilhões, novecentos e trinta e oito e executamos dois bilhões quinhentos e setenta e quatro. O que nos dá uma retenção de trezentos e setenta e quatro milhões ao longo de oito anos. O que significa? Foram aqueles cento e cinquenta e um milhões contingenciados e algumas receitas que foram superavitárias. Se esperava arrecadar um X e arrecadou-se mais. (soa a campainha)

Para 2006, nós já arrecadamos quatrocentos e sessenta milhões e executamos trezentos e setenta e três. O que nos dá um saldo de oitenta e seis milhões, que pretendemos gastar até o final do ano. Pois bem, o outro quadro nos dá a situação do Fundo da Aeronáutica, é uma outra pergunta que todo mundo está dizendo, “Pôxa! Mas tem um bilhão e novecentos no fundo da Aeronáutica”. O Fundo da Aeronáutica ele foi criado e ele recebe várias receitas, são receitas oriundas de outras origens que não são só da proteção ao voo, nós temos o Fundo de Saúde, Assistência Médica, temos o Moradia, uma série de convênios, são receitas arrecadadas pelos comandos, pelas unidades que vão para o Fundo da Aeronáutica.

Então, do Fundo da Aeronáutica, o que tem do DECEA são apenas quatrocentos e cinquenta milhões disponíveis hoje. De um bilhão e novecentos, nós temos quatrocentos e cinquenta milhões que são aqueles trezentos e sessenta e quatro, mais oitenta milhões que nós vamos gastar até o final do ano. Ou seja, o superávit do fundo em outra receita é de um bilhão e do Fundo do DECEA trezentos e setenta e quatro. Que as outras receitas foram arrecadadas este ano.

Então, qual é a idéia? É se levar até o final do ano, ter ainda um superávit em outra receita, mas o DECEA vai ter receita negativa em função da lei aprovado, essa é a nossa estimativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, apenas uma solicitação, toda a vez que diz uma sigla, DECEA porque a gente fica... Exato, a gente fica aqui um pouco meio tonto, entende?

SR. NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO – DECEA é o Departamento do Brigadeiro Vilarinho que fez a exposição anterior. Mostrou todos os sistemas, a integração dos sistemas e etc. Então para o Sistema de Proteção ao Voo, nós prevemos ter uma receita deficitária esse ano em dezoito milhões. O que significa que

da Lei Orçamentária dos quinhentos e trinta milhões, nós vamos gastar menos do que foi autorizado.

Então, não existe um bilhão e novecentos para o Sistema de Proteção ao Voo no Fundo da Aeronáutica. O que existe são quatrocentos cinquenta, desses quatrocentos e cinquenta, trezentos e sessenta e quatro são de superávits anteriores, de exercícios anteriores e o resto vai ser gasto durante o ano, o que for arrecadado esse ano.

Para 2007, em função de atraso de alguns pagamentos, a SOF(F) está prevendo uma receita de quatrocentos e oitenta e cinco. Embora a nossa necessidade seja maior, o comando do SIDEA para gastar seiscentos milhões, nós vamos gastar. Mas o que o Governo está estimando para arrecadação para o ano que vem é de quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Significa que ele está mandando para o Congresso uma provisão orçamentária de quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Como nós temos um superávit de exercícios anteriores, nós estamos propondo, o Ministro da Defesa, o Comando da Aeronáutica está propondo ao Ministério do Planejamento que se gaste esse superávit primário em três anos, gastando cento e vinte milhões a mais em 2007, 2008 e 2009 e com isso, a gente zeraria todo o superávit existente no Fundo da Aeronáutica. Essa é a proposta. E finalmente, qual foram os gastos com o Sistema de Proteção ao Voo de 95 a 2005? Nós tivemos a implantação do SIVAM. O SIVAM, ele foi financiado com recursos do Tesouro que não foram recursos de receitas próprias, ou seja, foi feito um financiamento de três bilhões e seiscentos e cinco, além disso foram ejetados recursos do sistema em um bilhão que se gastou quatro bilhões e seiscentos para a implantação do SIVAM. Ainda em investimentos, no período de 2000 a 2005, o SICEA, ou seja, o Sistema de Proteção ao Voo investiu um bilhão quatrocentos e oitenta e sete milhões. O que nos dá um investimento de dez anos de seis bilhões no sistema. Isso significa, em média, seiscentos milhões por ano. O que não é pouco. Tanto é que o Brigadeiro Vilarinho mostrou um sistema com vários radares, todos integrados e está funcionando. Era essa a minha explanação, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao terceiro Brigadeiro, Brigadeiro Álvaro Luiz Pinheiro Costa, qual é o departamento? Nós solicitaríamos para ajudar a taquigrafia que V.Exª fizesse a qualificação do...

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Exmº. Sr. Presidente, Excelentíssimas autoridades civis e militares, senhoras e senhores. Meu nome é Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, eu sou o Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Controle do

Espaço Aéreo que é a sigla que foi comentada aqui na palestra anterior, DECEA é Departamento de Controle de Espaço Aéreo. A mim coube, eu fui o último Presidente da Comissão de implantação do SIVAM e assinei o encerramento do projeto.

Então, coube a eu falar um pouco sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia, principalmente no que estiver mais voltado para a área de controle do espaço aéreo.

Então, está ali o meu objetivo, apresentar aos senhores o Sistema de Vigilância da Amazônia diferenciá-lo do Sistema de Proteção da Amazônia e eu vou procurar ser absolutamente rápido porque eu sei que os senhores já visitaram, a maioria já visitou a Amazônia em visitas do Congresso. Um pouquinho do histórico, quando é que ele nasceu, eu acho que tem senhores, com certeza alguns dos senhores sabem muito mais do que eu disse, Sistema de Proteção da Amazônia, Sistema de Vigilância da Amazônia e quando é que o Projeto SIVAM encerrou.

O desafio que foi lançado ao Governo em 1990 é que nós precisávamos desenvolver a Região Amazônica e foi colocada daquela forma com harmonia entre as necessidades humanas e ambientais. Esse conjunto de palavras, harmonia entre necessidades humanas e ambientais tornou-se o desenvolvimento sustentável, a frase do desenvolvimento sustentável. Esse desafio foi colocado para o Governo e resultou numa exposição de motivos para a Presidência da República, em 21 de setembro de 1990 que foi quando formalmente o Projeto SIVAM e o Sistema de Proteção da Amazônia iniciaram. Eu coloquei duas partes da diretriz presidencial resultante dessa exposição de motivos porque ela, essa informação aí vai esclarecer um erro que é muito comum e basicamente se resume no seguinte: O SIVAM não existe mais, o que tem hoje é o Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM, subordinado a Casa Civil da Presidência da República que criou um centro gestor para trabalhar na atuação integrada dos órgãos de Governo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A função de vigilância do SIVAM está sendo realizada pelo SIPAM?

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Afirmativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado.

SR. ÁLVARO LUIZ PINHEIRO DA COSTA – Depois eu coloco. Ela tem duas vertentes que a gente chamava de azul e verde. À parte de Controle de Tráfego Aéreo está dentro do Ministério da Defesa e a parte de monitoração da Amazônia como um todo está com a Casa Civil e ao SIPAM.

Então, ao comando da Aeronáutica coube implantar o Sistema de Detenção... Esse é o conceito de Sistema de Proteção da Amazônia, é utilizar os sensores no maior número de funções possíveis e integrá-los com vista à proteção da Amazônia e o desenvolvimento sustentável da região. Essa é a rede de sensores que foi implantada para a monitoração da região Amazônica. Nós temos desde a parte de processamento de sinais de satélite até estações, centros estaduais, termo tribunais de usuários nas prefeituras, delegacias da FUNAI, postos da FUNAI, delegacia do IBAMA, Polícia Federal, radares.

Então, essa transparência mostra outro engano comum, o SIVAM, o Projeto SIVAM não é um sistema de controle de radar, apenas um pedaço dele é utilizado para o Controle de Tráfego Aéreo da região, todo o restante é integrado nos Centros Regionais do Sistema de Proteção da Amazônia, então a maioria do projeto, dos sensores do projeto é voltada para a área de meio ambiente, não para Controle de Tráfego Aéreo. O Brigadeiro Vilarinho já apresentou, essa era a cobertura da Amazônia na época, antes do SIVAM.

Então, na época do acidente que houve de um avião Marabá-Belém, por exemplo, ele voou fora desse radar e caiu aqui em São Félix Xingu, ele estava fora da cobertura radar.

Então, qualquer de nós que tivesse viajado Brasília, Manaus há três anos passou uma hora e meia sendo controlada apenas com comunicações, sem ser visualizado por um radar. Hoje, essa é a cobertura radar do Sistema de Controle do Espaço Aéreo brasileiro. Como os senhores vêem, no nível da aviação comercial, o Brasil está completamente coberto por radares. Como os radares têm um problema de detecção a baixa altura, a detecção do radar pode ser bloqueada por uma montanha, dependendo da distância, nós também temos algumas aeronaves radar que a visualização delas também é integrada no sistema de detecção. A rede meteorológica que foi implantada, que ajuda o SIPAM também, ajuda o Controle de Tráfego Aéreo, o Controle de Tráfego Aéreo depende muito seriamente da parte de informações meteorológicas, e também utilizamos a parte de satélite meteorológica, essa aqui é a região de Jacareacanga, à parte de satélites meteorológicos que foram implantadas, o processamento foi implantado junto com o Projeto SIVAM.

Além disso, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo, e o Departamento de Controle de Espaço Aéreo têm por obrigação fazer a inspeção periódica com todos os auxílios que foram implantados, quando o Brigadeiro Vilarinho falou aqui sobre 170 radares e mais outros tantos tipos de equipamentos, todos esses equipamentos são inspecionados periodicamente

e re-homologados, autorizados a operar e nós temos algumas aeronaves de inspeção em voo.

Isso é Manaus, eu não sei se todos tiveram a oportunidade. O lado verde é o Centro Regional do SIPAM, é o Centro Técnico Operacional de Manaus, e o lado que a gente chama de azul é o CINDACTA-4. Esse é o CINDACTA-4 e essas são as funções que o Centro Integrado de Defesa Aérea, como nós temos aqui em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo executa parte de defesa aérea, à parte de Controle de Tráfego Aéreo e aqui também tem um engano comum, não existe Controle de Tráfego Aéreo Civil, existe o Controle de Tráfego Aéreo de Aeronaves, civil e militares. As aeronaves militares também voam normalmente falando com o tráfego aéreo do CINDACTA-4. E a outra área operacional é o Centro de Controle de Defesa Aérea e Controle de Operações Militares. Além disso, outras funções já foram faladas, busca e salvamento e a parte de meteorologia e Aeronáutica. Esse foi o cronograma do SIVAM, a gente encerrou o projeto, ele foi todo implantado em 22 de julho do ano passado e o Centro de Coordenação Geral que iniciou um pouco mais tarde terminou em 3 de março desse ano. Ele foi implantado primariamente em instalações não adequadas e a gente conseguiu ainda com os recursos transferi-lo para instalações melhores aqui em Brasília no setor policial sul, quem tiver a curiosidade, ele está lá instalado e ele é feito para atender todos os órgãos de Governo e cidadãos brasileiros aqui. Então a mensagem é que o Projeto SIVAM, a rede de sensores acabou a implantação em 22 de julho do ano passado e hoje o que nós temos, como o senhor falou, o Sistema de Proteção da Amazônia, cuidando de toda aquela parte de monitoração, principalmente de meio ambiente e apoio ao trabalho integrado dos órgãos de Governo e o Sistema de Controle de Espaço Aéreo, utilizando os radares para controlar o espaço aéreo e fornecer informações, por exemplo, aeronaves desconhecidas são informadas a Polícia Federal dentro do SIPAM. Isso são as datas que eu já falei. E eu encerro aqui, depois eu estou disponível para as perguntas, obviamente, nasceu em 90 e hoje só existe de fato o Sistema de Proteção da Amazônia. O SIVAM acabou em 22 de julho do ano passado, encerrando oito anos de contrato. E destaquei principalmente a parte voltada para o controle do espaço aéreo, e a mensagem final basicamente é isso. Em 22 de julho, nós acabamos, o Brasil implantou, foi um custo considerável e está sendo utilizado tanto pela parte da Casa Civil quanto pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos a participação de V.S^a e passamos a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-

Geral da Agência Nacional de Aviação Civil. Antes, porém, eu gostaria de convidar o Senador Saturnino Braga para assumir a presidência e uma vez que se trata de uma reunião conjunta e é fundamental a participação dos demais acompanhamentos.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) –

Presidente, eu gostaria de ponderar que V.Ex^a, primeiro, está conduzindo muito bem os trabalhos. Segundo, eu gostaria de ser o primeiro a fazer as perguntas, o primeiro inquiridor, porque eu tenho um compromisso no Itamarati que eu não posso atrasar, então eu queria rapidamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa informa, portanto, a V.Ex^a que não se preocupe, vá a seu compromisso no Itamarati e volte porque ainda vai ter tempo de fazer perguntas, não se estenda no almoço, mas nós temos aqui até agora 13 inscritos e ainda as disposições. Para ver V.Ex^a como o tema interessa ao País.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Claro é que os próprios depoentes e os inquiridores...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a perderia o sentido, perderia do sentido... Está feito, então, o registro. Com a palavra o Brigadeiro Milton Zuanazzi. Diretor-Geral... Dr. Milton Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI – Faço me acompanhar aqui pelo seu amigo, o outro Brigadeiro Leur Lomanto, meu colega de diretoria da ANAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pelo visto os senhores militares tenham cuidado que eles vão tomar o lugar de vocês.

SR. MILTON ZUANAZZI – Eu sei que a hora se adianta, eu quero ser breve naquilo que nos compete mais especificamente nessa crise.

Primeiro, eu acho que o Ministro Waldir e o Brigadeiro Bueno foram claros em detectar que essa crise teve uma motivação em questão de pessoal, pós o acidente, o grave acidente que houve entre o avião da GOL e o avião Legacy. Ou seja, o número de controladores, a falta de pessoas capacitadas suficientes para controlar o espaço aéreo ocasionou um conjunto de problemas numa espécie de efeito dominó, um efeito em cadeia que precisa ser estudado por nós e tomado algumas decisões.

Desde 2000, é importante salientar, o Brasil vem adotando uma nova política nas suas malhas aéreas. Acabou o tempo em geral que as empresas faziam um voo a uma cidade a outra, ficava lá o avião parado duas, três horas, voltava para a mesma cidade. Hoje, as malhas estão devidamente integradas. Um avião parte lá de Montevideú, às 6 horas da manhã e

termina em Macapá às 2 da madrugada e parte às 4 da madrugada de Macapá para chegar novamente a esse destino. O aproveitamento das aeronaves hoje é muito mais intenso do que alguns anos atrás. Esta malha, extremamente integrada com conexões, qualquer problema que falhe esse sistema causa um conjunto de transtornos muito grandes. Esse debate nós vamos precisar fazer, porque adotamos esse modelo. Quais os benefícios desse modelo? Barateou o preço das passagens, benefício nº 1, hoje o Brasil vive os preços médios mais baixos da aviação comercial e como consequência disso o maior número de brasileiros estão se utilizando do avião como meio de transporte. Há quatro anos atrás se calculava que sete a oito milhões de brasileiros pegavam um avião, sete a oito milhões de CPFs, calcula-se hoje que nós já estamos em 14 milhões de CPFs.

Portanto, se expandiu à demanda e os números provam isso nos últimos anos. Nós saímos recém de uma campanha eleitoral que o debate sobre o crescimento econômico foi intenso. Se existe um setor no Brasil que cresce é a aviação e muito. O ano passado à demanda cresceu 26%, esse ano cresceu 13, isso é muito superior a nossa economia. Eu até tenho um gráfico que mais ou menos mostra, eu posso deixar aqui ao Senador Heráclito, mostra o crescimento da população, o crescimento do PIB e o crescimento da aviação, é realmente tanto da parte de carga, quanto da parte de aviação comercial, realmente um guepe(F) aqui, muito superior ao que cresce o Brasil como um todo, a sua economia, os seus vários setores. Então, evidentemente que um problema como esse, o nível de transtorno que ele causa é muito significativo, porque ele ao perder uma conexão, ao atrasar um determinado ponto da malha, ele acaba proporcionando esse efeito em cadeia. Por isso que nós começamos um problema na manhã e vamos sentir ele com gravidade na noite. Porque é exatamente, eu dou um exemplo do que ocorreu no dia de ontem, quando Congonhas fechou por questões meteorológicas três horas, e mais um pequeno incidente que houve lá em Congonhas. O Galeão também fechou por mais um período de quase uma hora, o fato desses dois aeroportos terem fechado, essa malha integrada, não tinha nada a ver o controle do espaço aéreo, simplesmente essa integração da malha ocasionou um efeito em cadeia que quem estava lá na ponta do sistema, seja no nordeste, no norte, ou do sul pode ter levado um atraso de até 6, 8, 10 horas, porque sequer o avião tinha saído da sua origem lá em São Paulo. Então, pior ainda, se a origem era lá em Porto Alegre passando por São Paulo para chegar a um ponto no nordeste ou no norte. Então, nós realizamos estamos discutindo com as empresas aéreas

as, todo esse debate, estamos começando a discutir, porque afinal vamos ter que chegar a um sistema, cujo esse controle, esses ajustes precisam ser acertados. Uma outra informação importante que eu quero passar aos Srs. Senadores é algo que vai se estereotipando na mídia e eu tenho muito medo dos estereótipos, Senador Heráclito, geralmente a nossa classe política é muito estereotipada muitas vezes, há um estereótipo de aumento de volume de vôos comerciais no Brasil. O que nesse ano de 2006 absolutamente não é verdade. Vocês não esqueçam que este ano nós tivemos a crise da VARIG, nós tivemos na verdade foi uma diminuição no ano de 2006, uma pequena diminuição.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Aí que a gente fica arrepiado porque não podia ter acontecido.

SR. MILTON ZUANAZZI – Existe um aumento, Senadora, existe um aumento dos equipamentos, o Brasil está com aeronaves, equipamentos cada vez maiores, nós tínhamos uma média de equipamentos até alguns anos atrás, cento e poucos lugares, nós estamos hoje com equipamentos acima de 140, 150 lugares, substituindo aqueles anteriores. Então, realmente há uma movimentação de pessoas maiores, isso faz com que tenha ampliado desta forma a oferta e não em número de aeronaves e qualquer vôo que o antigo DAC, hoje ANAC, autoriza, qualquer, ele antes ouve a INFRAERO e ouve a DECEA. Nós não vamos autorizar um vôo sem ter a garantia de que há espaço nos aeroportos e que há espaço nas aerovias. Isso sempre foi assim e sempre será. Se o DECEA ou a INFRAERO determina a ANAC que aquele vôo está em excesso em determinados horários, a ANAC não concede aquele vôo. Como o DAC não concedia. Então esse controle, e esse ajuste, ele é um ajuste bastante perfeito, tem que haver esse ajuste perfeito. No momento que um elo dessa cadeia deu problemas, foi isso que o Brigadeiro Vilarinho aqui colocou, nós temos que rediscuti-la. Rediscuti-la para ver como nós fazemos esse funcionamento. Isso está em pleno andamento, nós pretendemos chegar num prazo breve, apesar de não ser fácil, porque não é por acaso que existe um horário de pico, podemos perguntar para um Presidente da uma empresa aérea. Nós mesmos os usuários demandamos determinados horários, especialmente nos chamados aeroportos centrais. O usuário do homem de negócio quer sair de São Paulo de manhã cedo e quer voltar no final da tarde. Então, essa questão de malha que, aliás, a lei que cria ANAC deu liberdade para as malhas aéreas das empresas, a lei deu liberdade tarifária, dentro das bandas tarifárias, deu liberdade de formação de malhas. Essa lei foi aprovada no final do ano passado aqui que é

aquela que cria a ANAC, faz com que as empresas se ajustem também aos seus mercados, se adapte aos seus mercados, seus interesses de mercado. Evidentemente, que isso não impede. As empresas não estão se negando a nós fazermos essa discussão em função inclusive da situação que nós estamos vivendo. Esses ajustes, nós esse ano viemos fazendo, só vocês terem uma idéia de número nós já realizamos até agora em ajustes de horários, 91 horários, 91 ajustes numa malha que nós estamos hoje na casa de 1.340 vôos. Nós já realizamos 91 ajustes. É pouco, mas não deixa de ser um sinal de que é possível. E nós estamos tentando fazê-lo. No vôo fretado e aí observa-se bem o interesse do nordeste especialmente, porque o vôo fretado, eu estou falando do vôo doméstico, não do vôo internacional que está chegando no Brasil, a ampla maioria deles, mas a ampla maioria, eu estou falando de 80, 85% de São Paulo, esse vôo fretado, ele pode sofrer ajustes, mas também nós temos que ter cuidado no sentido de cortá-lo, nós vamos estar impactando negativamente a economia do nordeste de forma muito significativa, nós não podemos... Só uma empresa fretadora contactado por mim, me disse que já vendeu para o verão 150 mil bilhetes para o nordeste brasileiro a partir de São Paulo. O que nós podemos fazer no vôo fretado e vamos fazê-lo é um ajuste de horário também. Nós podemos ocupar os horários subocupados. Então, isso, evidentemente, que as empresas de fretamento já estão suscetíveis e aptas a fazê-lo, para evitarmos também os chamados horários de pico. Há um outro estereótipo sendo feito de que nós ultrapassamos os limites de segurança em determinados horários, não existe isso. Quando o DECEA espaça aeronaves, o motivo desse espaçamento é exatamente a segurança de vôo, não há outro motivo. Não é que o DECEA tem a vontade de ser mais ou menos ágil, são os aspectos de segurança que estão em jogo, então, na verdade, quando há esses espaçamentos em função do número de pessoas que estão nos consoles, é a segurança que está em jogo e é por isso que eu quero fazer voz aqui ao Ministro Waldir, ao Comandante Bueno, o Brasil tem um histórico, uma tradição de baixíssimos índices de acidentes aéreos, de grande porte, de grande monta. Nós temos um de 82, um de 96 e agora em 2006. Esses são os acidentes de grande monta. No espaço aéreo, eu quero aqui dizer, Senador Heráclito Fortes, o Brigadeiro Bueno quando se referiu o senhor fez um questionamento, se referiu ao controle no chamado ACC, lá é o único que nós tivemos. O outro que o Senador Heráclito se referiu é nas zonas de aproximação, são acidentes de choque em zonas de aproximação aérea. Esse lá no espaço, em trinta e tantos mil pés, esse é o primeiro

que tivemos no Brasil e esperamos não tê-los mais, se nós conseguirmos chegar às conclusões porque é que isso ocorreu e como solucioná-los. Enfim, para não me alongar e eu sei que depois as perguntas podem ser mais esclarecedoras, eu posso dizer que, evidentemente, esse problema que rompe um elo importante nesse momento, ou pelo menos que desajusta um elo importante, ele causa esse volume de transtornos. Nós estamos, inclusive, amanhã pela manhã fazendo um acerto entre INFRAERO, as empresas aéreas para nós termos uma forma de comunicação com os usuários, parece ser isso muito simples, mas às vezes não é, mas aquela pessoa do balcão do *check-in*, aquele que fala pelo microfone da INFRAERO e o piloto que fala quando a gente já está dentro da aeronave tem que dar a mesma resposta. Nós não podemos mais ter desencontros na informação. E mais, nem tudo que se diz é culpa do espaço aéreo brasileiro, nem tudo. Nós temos atrasos que são atrasos da normalidade da aviação, por problemas mecânicos, por problemas meteorológicos, por problemas de conexão, isso tem que ser devidamente informado. A ANAC já está levantando aeroporto por aeroporto o motivo do atraso. Se um voo, eu mesmo nesses dias, num atraso de uma hora e quarenta detectei no meu relógio, naquela uma hora e quarenta o espaço aéreo foi responsável por 45 minutos, os outros 55 minutos tiveram outros motivos que recorreram aquele atraso. Agora, como nós temos uma malha integrada, muitas vezes não dá para nós culparmos a empresa aérea porque teve que aguardar uma conexão porque ela integrou a sua malha. Nós temos empresas hoje no Brasil que mais de 50% dos seus passageiros são de conexão, são passageiros que pegaram um voo para pegar um outro em outro aeroporto. Portanto são cidadãos que não podem ser deixados no aeroporto, precisam ser embarcados. Então a política de nós termos a finalidade de embarcá-los, evidentemente, com o mínimo de transtorno possível ela é fundamental que nós a preservemos que nós a façamos.

Mas eu volto a dizer não é justificativa, não é nada, é a realidade. Não é uma coisa simples de fazer esse ajuste, quando o sistema como um todo não está funcionando como um relógio, como é fundamental que funcione. O nosso sistema hoje precisa funcionar com essas engrenagens na sua devida hora, no seu devido tempo, senão sempre ele vai ocasionar transtornos indiretos aos nossos passageiros.

Dessa forma, eu acho que coloquei a parte que cabe mais diretamente a agência. Evidentemente que ela é uma parceira do sistema como um todo e nós participamos de todos os debates dessa convocação que o Ministro Waldir Pires fez para esse grupo de

trabalho para discutir a questão específica dos controladores, até evidentemente todos os debates que o comando da Aeronáutica tem nos requisitado em todas as áreas a fim de nós encontrarmos um melhor caminho possível para nos nossos usuários. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu queria fazer um comentário que eu acho pertinente com o Senador Delcídio. É exatamente sobre o Dr. Zuanazzi. V.Exª se lembra, Líder do Governo, Líder do PT e eu Presidente da Comissão as existências que se fazia ao fato dele não ser do setor Aeronáutica. Nós estamos vendo que os conhecimentos técnicos dele na Aeronáutica não devem, não fica nada a dever a nenhum técnico que se queria colocar no lugar.

Portanto, eu quero só fazer esse registro pela capacidade técnica do Dr. Zuanazzi em discutir essas questões e vamos, na segunda etapa do debate puxar um pouquinho mais com V.Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se é para acabar, eu vou embora logo agora. Eu quero falar para mostrar a V.Exª que isso não pode continuar como está. O que eu quero é solução. E nada que diga aqui em solução, ninguém falou em solução, não se trata de solução, trata-se de explicar, explicar o inexplicável. Está se provando aí, pelo que se vê, que é uma grande unidade entre o Ministério de Defesa, Aeronáutica e o Controle Aéreo e tudo está acontecendo e continua a acontecer cada dia pior. E isso, não vi nenhuma palavra de ninguém, nem do Ministro, nem do Comandante Bueno que eu tenho o maior respeito e amizade, ainda vai ter a INFRAERO, já teve a ANAC. Tudo até agora papo, não há solução, eu quero saber o que vai haver para acabar com o congestionamento que existe hoje nos aeroportos a curto prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Senador Antônio Carlos, eu tenho convicção absoluta que na hora das perguntas esse debate proporcionará a que nós parlamentares façamos exatamente esse questionamento e cobremos de cada um solução.

O que ficou acordado é exatamente ouvir os que aqui estão. Evidentemente que por solicitação do Brigadeiro Bueno, nós abrimos um espaço para que depoimentos técnicos fossem dados. Voltamos à rotina do prazo estabelecido e temos ainda três expositores e em seguida iniciaremos o debate. E faço um apelo, não saia porque V.Exª não só honra essa Audiência Pública, como também tem uma colaboração muito grande a dar ao País. Com a palavra o Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Sr. Presidente, eu tentarei ser rápido, objetivo e focado no tema da audiência. A INFRAERO, como todos os senhores sabem, administra 67 aeroportos e teve o momento zero dessa crise quando o voo 1907 foi dado como desaparecido. Desde o momento em que o 1907 foi dado como desaparecido se instalou uma série de problemas que afetaram diretamente os 67 aeroportos da empresa, uns mais do que outros, é claro. Gostaria de deixar também bem claro para os senhores que a INFRAERO, que os aeroportos da INFRAERO ou qualquer aeroporto do mundo representa o fim e o início de qualquer problema, seja no espaço aéreo, seja numa empresa aérea, seja na economia da aviação civil. É no aeroporto onde o avião que caiu não chega, e aí começa o drama. É lá que chega a seleção vitoriosa, o político famoso, é onde as coisas acontecem. O primeiro impacto sobre tudo que aconteceu e continua acontecendo é no aeroporto. Ela atinge a empresa INFRAERO, atinge as companhias aéreas que nesse momento, está aqui o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, pessoas da INFRAERO, companheiros dos sindicatos, companheiro das companhias aéreas têm sido vítimas até de tentativas de agressão física, face às coisas que vem acontecendo. Quais foram às providências da INFRAERO, não para resolver o problema, mas para tentar pelo menos absorver ou minimizar? Cito para os senhores um caso emblemático – O Aeroporto de Congonhas que é o mais conhecido do País e o mais movimentado. Têm uma capacidade instalada para 5.100 pessoas por hora embarcando e 4.400 pessoas por hora desembarcando. Chegamos a 17 mil pessoas por hora. E isso gerou e gera toda a sorte de problemas. Saturação da polícia, da receita, do médico que fica de plantão, dos taxistas, todo o sistema é afetado. O papel da empresa durante toda essa crise foi o de tentar minimizar danos ao usuário, as companhias aéreas, com recomendações específicas de deter qualquer, evitar qualquer tipo de violência. É perfeitamente admissível que pessoas nervosas, consumidores conscientes de seus direitos entrasse em atrito com... Um tumulto como esse que foi criado. Ocorreram violências, ocorreram tumultos, chegamos ao limiar da violência, mas foi possível evitar tudo isso. Em grau maior ou menor. No dia de ontem talvez tenha sido o pior dos dias desde que o 1907 desapareceu, e, no entanto, o dia de ontem não teve praticamente nenhuma motivação com relação ao controle aéreo. Nós tivemos uma sucessão de fatos inacreditáveis que foram acontecendo e sinergicamente provocaram um caos por volta de uma hora da manhã de domingo. Eu estava acordado à noite toda acompanhando o que aconteceu, então basicamente,

senhores, eu prefiro deixar para o debate perguntas sobre a atuação da INFRAERO e o que nós poderíamos eventualmente fazer. Gostaria também de dizer que a INFRAERO participa do controle do espaço aéreo apenas no nível de torre de controle em 20 aeroportos, é uma coisa pequena, mas nós temos 490 controladores de voo que de alguma forma participam desse esforço. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo Jorge Botelho. Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção de Voo é o Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, é uma honra muito grande estar aqui para debater essa questão, principalmente porque nesse episódio todo, nós controladores de tráfego aéreo fomos acusados de ser os vilões de toda a história, e a oportunidade que temos aqui é de esclarecer todos os acontecimentos. Alguma coisa que eu gostaria de dizer aqui já foi dita, mas eu gostaria de me reportar alguns outros itens. Primeiramente que nós controladores estamos plenamente satisfeitos da maneira como a coisa está sendo discutida, porque pela primeira vez esse assunto, com a participação dos trabalhadores está sendo discutido a nível de Governo.

Eu já estive aqui, não no Senado, mas na Câmara em outras audiências públicas, eu já perdi a conta, mas o assunto foi debatido somente ali naquela esfera e depois se encerrou. Então, nós temos muita confiança da oportunidade que nos deu o Ministro Waldir Pires ao criar um grupo de trabalho em que nós estamos participando no sentido de darmos a nossa contribuição, expormos os problemas e apresentarmos a nossa visão do que seria de solução. Os controladores do tráfego aéreo, antes do episódio do acidente, ele já vivia uma situação de um intenso tráfego em momentos de pico, realmente a coisa ficava tensa e nós tínhamos um padrão de atuação de assumirmos responsabilidades além da nossa capacidade. Isso aí nós colocamos para a imprensa e das muitas vezes fomos mal atendidos e outras vezes as coisas não foram colocadas corretamente, porque em determinados momentos em que nós tínhamos conversado com o Ministro, explicado que nós daríamos todo o nosso sacrifício para encontrar solução e a coisa se normalizar, colocavam que nós estávamos boicotando a aviação, estávamos fazendo uma operação patrão no sentido de prejudicar, e isso não é verdade. Nós sabíamos que a partir de um determinado momento do ano, as coisas iriam se complicar porque o volume de tráfego iria aumentar e haveria momentos de pico, momentos muito intensos.

O episódio da tragédia do vôo do avião da GOL ele só precipitou os acontecimentos. Precipitou no sentido de que mostrar toda a problemática que nós já estávamos enfrentando, e que em alguns anos atrás, periodicamente estávamos mostrando para as autoridades a nossa visão. E, infelizmente, não éramos ouvidos. A partir do momento que houve o acidente com o avião da GOL, houve uma mudança, ou seja, algumas pessoas, alguns operadores envolvidos, conforme o Brigadeiro explicou, foram afastados e nós não tínhamos um efetivo suficiente para repor aqueles que saíram. Então, o que aconteceu? Sobrecarregou aqueles que ficaram. Some-se a isso também o fato de que após um acidente aéreo há a necessidade de se fazer um refluxo, eu chamo de refluxo, mas há uma necessidade de se diminuir o ritmo de trabalho, o fluxo de aeronaves tem que ser para que as pessoas, o sistema faça uma análise do que aconteceu. Porque o sistema envolve recursos humanos, envolvem aeronaves, pilotos, equipamentos e procedimentos. Então, é necessário que se faça uma análise para que o erro seja, o erro ou a falha seja identificada e então corrigida, porque se mantivermos o mesmo ritmo de trabalho antes do acidente estaríamos incorrendo num erro, poderíamos cometer o mesmo erro, não se sabia qual seria o erro, qual era a falha do sistema e provocar um novo acidente.

Some-se a isso também o seguinte, nós não tínhamos nunca enfrentado um acidente dessa monta. Muitas pessoas, nós controladores, até da própria sociedade, ou daqueles que vivem na aviação, estavam preparados psicologicamente para enfrentar um momento desse, então muita gente ficou realmente abalada. Eu mesmo que já estou há cinco anos, há seis anos fora da operação, fiquei muito constrangido, muito abalado com isso porque a minha vida toda de aviação, eu comecei em 1974, eu escutava sempre alguém dizer assim, "essa coisa de tráfego aéreo no Brasil só muda quando acontecer um acidente". E eu me perguntava, será que realmente será assim? Para nós esse foi um dia nunca esperado e realmente aconteceu. Então, temos que aproveitar a oportunidade para mudar, corrigir aquilo que entendemos que não é correto. Aquilo que pode ser melhorado, nós manifestaremos as nossas idéias, por outro lado também, aqueles controladores experiente, que são poucos, devido à evasão de trabalhadores que houve nesses últimos anos, isso já vem desde 1990, colocou que poucos têm aquela experiência que nós diríamos para ser, digamos, o ponto de referência para os mais novos. Controladores que estavam com uma visão de que eu tenho que resolver o problema, tem avião, manda mais, eu resolvo. Mudou. Eles chegaram à conclusão que o seguinte, avião bate.

A responsabilidade que eu como controlador, tenho ao colocar dois, três, quatro, cinco, quinze aviões no meu setor é muito grande.

Então, passamos a operar dentro de um determinado limite que era à margem de segurança, e essa margem de segurança, esse número está dentro de uma capacidade que o sistema comporta. Então, nós não, de maneira nenhuma iríamos violar essa capacidade comprometendo a segurança, e isto foi difícil para que outros setores da imprensa e a própria sociedade entendesse que as nossas medidas, eram medidas de segurança, porque o elemento controlador de tráfego aéreo é o homem que sofre a pressão, ele que psicologicamente está envolvido diretamente, ele é o elo, justamente a ponta do sistema que faz com que a segurança funcione.

Isto, essas medidas que tomamos, essa nossa atitude foi no sentido de trazer segurança, visto que nós tínhamos uma série de problemas de falta de pessoal, problemas de talvez não confiarmos o suficiente nos nossos equipamentos. E desde logo, eu procurei a Casa Civil propondo uma audiência para que nós explicássemos a nossa visão, explicássemos o problema que estava ocorrendo, e através do Ministro Waldir Pires me contactou e disse vamos fazer uma reunião para debater isso daí. E essa reunião aconteceu e nós expusemos a ele todos os problemas e, por outro lado, eu quero dizer que as medidas que estão sendo tomadas, emergenciais, nós não somos contra, o que nós colocamos desde o início para o Ministro é que estamos com o cobertor curto. Se a gente tira pessoas de Rio, São Paulo ou de Curitiba para cobrir Brasília, nós estamos descobrindo um outro setor. Nós colocamos para o Ministro que gostaríamos realmente, a nossa expectativa é que controladores de aposentado realmente venham para trabalhar, mas a gente gostaria de que isso fosse feito dentro do critério. "Olha, o exame médico tem que ser igual é feito pelos controladores da ativa e também que a capacidade técnica fosse apreciada de modo que não tivéssemos pessoas inexperientes ou incapazes para aquele setor".

Eu me coloco aqui à disposição de debater, não só hoje, mas também todo e qualquer momentos que V.Ex^{as} quiserem para que a gente possa colocar todos os problemas. Eu já estive com o Ministério Público Federal, eu já coloquei toda a problemática da nossa visão, amanhã estarei na Câmara e estou disposto a me apresentar em qualquer fórum que V.Ex^{as} quiserem para expor o problema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como propósito de se ouvir todos os setores envolvidos na questão, vamos passar a palavra agora ao último convidado que é o Dr. Marco Antônio

Bologna que é o Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Bom, obrigado Presidente, obrigado Srs. Senadores, todas as autoridades Aeronáuticas pelo convite de participar dessa audiência, em nome do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Primeiro nós gostaríamos de ressaltar que as empresas aéreas são os usuários intensivos de todo esse sistema que foi muito bem descrito pelo Brigadeiro Vilarinho, que esse sistema tem que se manter e vem se mantendo em condições operacionais e em estado da arte, tendo, dentro da categoria 1 no conceito da Organização Mundial de Controle da Aviação. Para tal, necessita expressivos montantes aportes financeiros eu gostaria aqui de dar a nossa visão com dados consolidados do DAC da ANAC o quanto o setor contribuiu, evidentemente isso é coletado dos nossos clientes, dos passageiros e eu diria que todos os passageiros estão absolutamente adimplentes com as empresas aéreas, bem como hoje as empresas aéreas estão totalmente adimplentes para com o Governo. Então, como prestador de serviço.

No ano de 2003, nós pagamos um total entre taxas aeroportuárias e de navegação e comunicação oitocentos e quarenta e um milhões de reais. No ano de 2004, nós pagamos oitocentos e noventa e quatro milhões reais. Em 2005, oitocentos e noventa e dois e a estimativa para esse ano deve chegar ao redor de novecentos e cinqüenta milhões de reais em taxas. Um terço é voltada para taxas aeroportuárias e dois terços para navegação e comunicação.

Então, a primeira observação é que existem recursos para resolver o problema, não existe aqui uma limitação e esses recursos vêm do próprio usuário e do próprio cliente e do próprio passageiro que é a razão da existência de uma companhia aérea.

O nosso setor de aviação para esse ano devemos estar transportando ao redor, chegando a quarenta e cinco milhões de passageiros transportados no ano, vamos estar transportando também um passageiro silencioso que é a carga, mais de três milhões de toneladas, entre perecíveis, medicamentos, documentos, eletro eletrônicos e cargas industriais o que mostra importância desse setor como integração para um País da dimensão do Brasil. O crescimento o próprio Nilton citou, é um crescimento a três anos de dois dígitos, eu diria que é crescimento mais do que crescimento chinês para um País que tem um PIB que chega próximo de 3%.

Ou seja, há um estímulo ao tráfego aéreo apesar de toda a dificuldade com alta de petróleo e também de um aumento de carga tributária sobre o setor. Isso

ocorre em função da dimensão do País, isso ocorre em função do setor ter se preparado em criar tarifas competitivas, criações de produtos, em buscar eficiência, isso é uma tendência mundial, a integração de malha aérea, a maior utilização de um ativo que é caro que é um avião, e lembrando que no Brasil também o avião é muito importante, lembrando que os outros modais, lembrando o modal rodoviário, é um modal que não atenderia esse fluxo de passageiro citado, bem como não existe o modal ferroviário de passageiros. Esse total de CPFs como o Zuanazzi citou, chegando a 14 milhões de brasileiros, para nós é uma perspectiva extremamente estimulante. É pouco se a gente for pessimista, mas ele tem um grande potencial de crescimento lembrando que o Brasil tem 190 milhões de habitantes.

Portanto, eu acho que a gente tem que estimular o tráfego aéreo no sentido de integrar o Brasil como um todo. Nós empregamos ao redor de 35 mil trabalhadores no setor, e sabemos que tem um efeito multiplicador de um para cinco nas comunidades atendidas, ou seja, o setor acaba empregando, ou gerando renda para 150 mil trabalhadores, isso na área de negócios. É impossível pensar também no Brasil, no Plano Nacional de Turismo sem aviação e também é um elemento de inclusão social. Tudo isso foi feito, tem sido feito por um setor saudável, então o Brasil hoje é, depois de China, Índia, um maior mercado potencial para crescimento da aviação. São dados dos próprios fabricantes e lembrando que o setor hoje, é um setor com credibilidade, é um setor saneado, é um setor lucrativo, é um setor que paga com os seus compromissos com o erário, é eficiente, está investindo em frota moderna, a frota do Brasil é uma das mais modernas do mundo em termos de idade média, investimos também em tecnologia de atendimento e temos também aqui no Brasil, lembrando que na América Latina só quatro empresas estão listadas e tem as suas ações transacionadas na Bolsa de Nova Iorque e dessas quatro duas se encontram no Brasil. Além disso, temos uma empresa de silêncio fabricante, uma das três que é a EMBRAER mostrando que o Brasil lhe honra ter sido o criador da Aviação por Santos Dumont. Então a tendência do transporte aéreo é de popularização, a tendência do transporte aéreo é de maior acesso a todos os brasileiros dentro do avião em função das características do País e da característica dos outros meios de transportes.

Nós sabemos também dos esforços que tem sido feito para todo esse investimento em controle do espaço aéreo é um controle integrado como foi demonstrado tanto da defesa, quanto do espaço aéreo, mas nós não podemos entender que após vários anos de suporte e crescimento o maior entrave que está ocorrendo hoje

venha a prejudicar o passageiro e esse entrave pelo que vocês viram aqui é ligado a pessoas. Então eu diria que como infra-estrutura a mais fácil de recuperar, a mais fácil de endereçar uma solução é o transporte aéreo porque é capacitar, remunerar adequadamente para cento e cinquenta mil pessoas afetadas no trabalho, nós vimos aqui que estamos falando próximo a três mil controladores de voo.

O Brasil está inclusive com o compromisso até 2010 de estar integrado em tecnologia de ponta de acordo com a Organização Mundial para um sistema baseado em GPS, portanto nós temos também que estar endereçando os investimentos necessários para isso. Esses recentes acontecimentos dos últimos dias que também, como disse o Botelho, pegaram todo mundo de surpresa, pegou também o transporte aéreo, nós não estávamos preparados para uma crise dessa dimensão, tentamos minimizar com a ajuda da INFRAERO, com a ajuda dos controladores, com a ajuda da ANAC e de todo os membros do sistema, mas o que aconteceu em outubro e início de novembro demonstrou que o sistema não estava em condições de atender os movimentos em função de pessoal, e todos esses movimentos de horários de voo são autorizados. Então, a título de esclarecimento, quando uma empresa aérea faz um pedido de um voo junto a ANAC, a ANAC consulta vários órgãos para saber a existência de condições de operação, tanto na INFRAERO, quanto o Departamento de Controle do Espaço Aéreo que é o DECEA para justificar e saber se há absorção da possibilidade da colocação desse voo. Ou seja, não há nenhum voo que a uma companhia aérea faça que não tenha sido checado todo o sistema e autorizado.

Então, quando vem ao público essa situação, a falta de pessoal, a gente fica bastante preocupado. E essa perspectiva de crescimento futuro do modal é que eu acho que a gente deveria estar endereçando daqui para frente.

Então, à luz de saber que dessa crise já é conhecida o nosso fundador, o fundador da TAM, da companhia que eu presido do Comandante Rolim, já em 2001 ele, antes de falecer, ele falava naquele ano de 2001, houve o apagão do setor elétrico, ele falava no apagão aéreo, tem, inclusive uma correspondência enviada, eu acredito até que o nosso Senador Heráclito pode confirmar a existência dessa correspondência, devido a essa preocupação dado o potencial do crescimento da aviação e dada à necessidade de investimento no setor.

2001, 2002, a aviação como um todo no mundo passou por uma crise profunda em 2001, com o atentado de 11 de setembro, vieram mais cursos na

área de segurança para cumprimento de regras e ao mesmo tempo no Brasil o ano de 2002 foi um ano de volatilidade econômica muito forte, o dólar chegando a quatro, que levou o setor, eu diria, quase a falência do setor aéreo no Brasil em função das dificuldades econômicas financeiras. **Em 2003** se iniciou, eu diria uma lição de casa do setor, essa lição de casa partiu das próprias empresas voluntariamente buscar mora e eficiência, redução de custo, busca de competitividade e de, vamos dizer assim, de produtividade no seu negócio. Todas elas sendo administradas de uma maneira eficiente pelo setor privado, e aí eu recordo que houve no dia 30 de outubro de 2003 pelo então **Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas**, ele **editou dezoito Resoluções do Conselho Nacional da Aviação Civil do CONAC** e essas dezoito resoluções se baseava em alguns princípios que era ter um setor auto-sustentável, saneado, moderno, capacitado, flexível, ou seja, endereçou adequadamente uma política de aviação civil. Eu gostaria de recordar algumas dessas Portarias porque houve essa reunião em outubro de 2003 e nunca mais o CONAC veio a se reunir.

Então, existe uma Portaria que estabelece o Conselho Consultivo do Desenvolvimento da Aviação Civil composto pelo Ministério da Defesa, pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários, pela Associação dos Fabricantes, pelo Nosso Sindicato, das Empresas Aeroviárias, pelo Foro das Cidades Aeroportuárias e pelo Direito do Consumidor. Ou seja, esse Conselho, se ele tivesse reunido talvez nós tivéssemos evitado muitas das coisas que hoje ocorrem, então fica aqui uma recomendação de que se estabeleça esse Conselho e porque ele seja de forma preventiva e não que a gente sempre procura fazer de forma corretiva, como a gente está tentando fazer agora. Eu ressalto três resoluções do CONAC, a Resolução 5 que já alertava sobre o contingenciamento de receitas do setor. Eu ressalto também a Resolução de nº 11 que solicitava a definição de um Plano Aeroviário Nacional e participando, como citei, todos os agentes do sistema, que esse plano também nunca veio a ser concretizado de forma integrada. E a Resolução 15 que alertava exatamente para a capacitação do DECEA em termos de recursos humanos.

Ou seja, eu diria que todos esses pontos nos levam a concluir que os fatos eram conhecidos. Por parte do nosso lado, das empresas, nós como operadores responsáveis que somos pelo transporte de vidas e com responsabilidade de atendimento ao cliente, o sindicato sempre manteve comitês permanentes, tanto na área de segurança de voo, quanto de segurança de aeroporto, quanto de operação de malha. Tem a participação nesses comitês também de pessoas

do DECEA, de pessoas do DAC, hoje da ANAC, e da INFRAERO e todos os alertas por parte do sindicato estão registrados em atas e distribuídos a todos os participantes dessas reuniões.

Com relação aos controladores de voo, eu queria fazer uma colocação primeiro que eles são de extrema importância para o nosso negócio. Eles que estão nos orientando os nossos vôos, os equipamentos são modernos da aviação brasileira, os aviões são extremamente modernos, mas aqui o pleito fica de que se nós estamos falando de efetivo que haja o efetivo adequado, que haja a capacitação adequada, não só a quantidade de pessoas, que haja condições de trato e que haja, evidentemente, uma remuneração compatível com a responsabilidade dessa função.

Então, medidas de curto prazo eu acredito que serão medidas emergenciais que vão atender alguma coisa no curto prazo, mas nós temos que ter um envolvimento maior, aqui eu fico colocando a todos os que estão na Mesa de realmente sentar e fazer aquilo que as dezoito resoluções já tinham definido. Isso para nós é importante porque a aviação sofre prejuízos enormes com isso. Toda a vez... Nós não somos sádicos e nem somos masoquistas, tudo isso que a gente assiste para nós é muito ruim, é muito ruim para o trabalhador da nossa empresa e a gente acaba sofrendo prejuízos também. Não só do ponto de vista da imagem que é muito ruim para o prestador de serviço, mas também em termos de custos, em termos de horas de solo de aeronaves, traslado, combustível, espectro de tripulação, espectro de tripulação do setor é extremamente regulado, não existe como um tripulante fazer horas extras, tudo isso é feito por um trabalho de regulamentação do setor, que ela é séria essa regulamentação. Nós temos também que atender o passageiro pagando hospedagem, alimentação, traslado. Ou seja, tudo isso gera custos o qual o setor fez um Ofício a ANAC, esse Ofício agora foi no dia 6 de novembro onde nós mostramos o quanto isso está impactando no resultado das empresas.

Além, evidentemente por essa questão de imagem, de perda de receita, o setor vem até acumulado, até o dado de outubro com 72% de aproveitamento dos nossos vôos, o dado de novembro já mostra o reflexo disso, nós estamos na faixa hoje de 66 a 67% de aproveitamento, fruto, evidentemente que a gente sempre coloca na aviação, que 70% dos nossos passageiros tem medo de voar e os outros 30 provavelmente são mentirosos. Ou seja, então a aviação é uma atividade de estresse, é uma atividade onde é importante que a gente tranquilize o usuário.

Em termos de aeroportos também eu acho que existe um volume considerável de áreas prejudicadas

hoje, áreas que a gente sabe bloqueadas pelo judiciário e que a gente deveria ter um tratamento. Nós temos hoje exemplo do Aeroporto de Congonhas que é um aeroporto extremamente, eu diria, praticamente congestionado, existe aproximadamente 25% das áreas indisponíveis em termos de hangares, inclusive, em termos de balcão de atendimento.

Então, eu acho que com tudo isso, a gente deve uma satisfação a principal pessoa disso tudo que é o usuário, que é a população brasileira. Então medidas de curto prazo estão sendo tomadas. A gente como operador do sistema, gostaria de tranquilizar que a aviação brasileira, ela é segura, ela é de qualidade. Eu acredito que nós precisamos rever o planejamento e o mais importante, ter uma execução integrada, sempre é muito comum penas organizações planejar e não executar. O que nós precisamos são de medidas de execução, medidas claras, medidas de comunicação, como o Milton falou, que seja uma única comunicação ao usuário que coloque a ele o que está acontecendo de fato. Óbvio que o setor também nunca trabalhará com 100% de pontualidade, não existe isso no mundo. Se falarem que tem 100% de pontualidade é impossível em função de caráter meteorológico ou de aspectos de manutenção da aeronave.

Então 96% de pontualidade é um número bastante razoável, isso tem 4%, portanto, de atraso. No caso específico da empresa que eu Administro, são 650 vôos, portanto, 4%, a gente chega a quase 30 vôos que na média, eles sofrem atraso e que acabam também, como o Milton falou, caindo na confusão de que tudo isso tem a ver com o controle do espaço aéreo.

Então, eu acho que essas medidas emergenciais que o Brigadeiro Bueno citou, resolve no curto, mas a longo prazo a gente tem que sentar e fazer um planejamento integrado, a gente tem que estabelecer novamente as reuniões, o Conselho consecutivo do CONAC, com a participação do setor que nos controla, do poder concedente de nós que empregamos e dos trabalhadores e dos controladores de voo que tem um aspecto muito importante. Eu diria que o avião para o Brasil não é um problema, o avião para o Brasil deveria ser uma solução. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Após ouvirmos o último expositor, nós vamos passar a palavra para os Senadores inscritos. Antes, porém, eu gostaria com a permissão do Senador Arthur Virgílio de fazer um questionamento muito rápido ao Ministro Waldir Pires. Observamos na exposição do Dr. Zuanazzi e na exposição do Dr. Bologna a importância, principalmente num País em que o crescimento no setor, a importância do CONAC que

é o Conselho Nacional de Aviação Civil para que se travem as constituições da matéria.

O questionamento é porque o CONAC não se reúne, qual foi à última vez que se reuniu e qual é a dificuldade de se transformar esse fórum de discussão de um setor tão sensível em reuniões periódicas, como seria o objetivo até para que medidas preventivas fossem adotadas. Tem a palavra V.Ex^a.

SR. WALDIR PIRES – Por isso é que a primeira providência que nós adotamos em face dessas circunstâncias, foi exatamente a de constituir um grupo de trabalho com a participação de todos os interessados e todas as áreas a fim de que nós fizéssemos o enfrentamos dessa situação.

A ANAC levou algum tempo para ser constituída e ela se constituiu ao longo deste ano de 2006, de modo que a partir exatamente dessa experiência do quadro de crise razoavelmente grave que foi praticamente durante todo o período de crise da VARIG, mas é a partir desse grupo de trabalho que nós vamos fazer as instituições todas funcionarem adequadamente. De modo que o prazo é um prazo de 60 dias, eu entendo que ele é um prazo curto, mas suficiente, nós chegaremos a todas estas conclusões sobre essas dificuldades. Nós sabemos que esses casos excepcionais ocorrem, ocorreram e quando ocorre ou ocorreram houve em todos os Países dificuldades, não há milagres, a seriedade e a uma posição de firmeza que se deve adotar em relação a todo quanto trabalham no setor e quantos interpretam o setor. Houve problemas graves nos Estados Unidos. Quando se deu a crise nos Estados Unidos, não foi instantânea a solução, quem tiver essa impressão, essa leitura, precisa aproveitar o tempo e estudar um pouco mais. Na realidade... Na realidade não houve isto, esta é uma informação convocada.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Convocado está o Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Houve em redução de 60% no tráfego aéreo dos Estados Unidos e durante algum tempo, durante cerca de alguns meses houve necessidade de que os vôos se realizassem nos níveis acessíveis aos antigos métodos de segurança de vôo, sem utilização de radares, sobretudo em todas as áreas dos Estados Unidos. Para nós, a necessidade de sermos mais rápidos e até mais eficientes é ainda maior porque nós não dispomos de ferrovias, nós somos um País continental que não temos alternativas. Nos Estados Unidos não se toma um avião para chegar com 30 ou 40 minutos. Mas pode se tomar um trem para chegar com 3 horas, 4 horas. Isso não existe em nosso País. Conseqüentemente é um esforço da sociedade, da sua administração, de seus órgãos responsáveis, todos mobilizados para isto, dispondo do

máximo de estímulo e de vontade, de vontade política, de vontade séria, de vontade responsável para que nós, rapidamente, cheguemos a nossa normalidade e crescamos. Esse é o compromisso que o Governo tem, é o compromisso que nós estamos atendendo. Creio que a recomendação das reuniões da ANAC agora já constituídas as etapas todas da ANAC, nós podemos realizar com eficiência as reuniões do CONAC. E a partir daí, contar com os senhores, contar com o Parlamento, contar com todas as áreas para dispormos do que for necessário, a fim de que tenhamos a possibilidade de crescer.

Eu assisti críticas aí à situação do Brasil, como se porventura você não tivesse paralisações e quadros graves em outros Países. Quando nós assistimos o 11 de setembro, houve paralisações e graves ocorrências em todo o transporte civil, aéreo dos Estados Unidos a ponto de serem necessários... Foram necessárias determinadas medidas altissimamente onerosas para cobrir a posição das empresas civis de aviação. De modo que o nosso propósito e o nosso dever e que nós vamos cumprir é este, de nos juntarmos todos e cumprimos as nossas obrigações e estabelecemos uma institucionalidade que seja capaz no Brasil de assegurar a sua caminhada cada vez mais eficiente em busca de um transporte aéreo de progresso e eficaz.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Primeiro lugar, eu acho que há uma sugestão do Ministro para que os terroristas derrubem as duas torres do Congresso para que se tomem as providências. Porque ele cita esse caso do 11 de setembro sem nenhuma razão de ser e não fez nenhuma resposta a sua indagação, Sr. Presidente. A desconsideração não é a mim, é a V.Ex^a. Porque o CONAC não se reúne, aí ele criou um grupo de trabalho, logo ele matou o CONAC. Isso que V.Ex^a deve ficar atento, já que V.Ex^a fez a pergunta, não fui eu. Já que fez, eu quero fazer essa questão de ordem para saber se o CONAC morreu, quando vai ser enterrado e esses todos que estão aí vão participar das férias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, antes de passar a palavra, exatamente, eu estava aguardando o término da exposição dele para reiterar a minha pergunta. A minha pergunta é exatamente com relação à reunião do CONAC que é um Conselho que tem praticamente a participação de todos que estão aqui na Mesa, menos a minha, fazem parte do CONAC e que em 2002 ou 2003, um dos expositores aqui mostrou, não só

reuniu-se, como apresentou resoluções que não foram dadas posteriormente continuidade. É um fórum não só de debate e de decisão, e é importantíssimo, inclusive, para orientação do Ministro da Defesa. Numa fase posterior, é outra questão a ser discutida aqui, no caso da INFRAERO, porque não se discute o Plano de Desenvolvimento e o Plano Diretor com as companhias, mais outra questão mais adiante.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o aeroporto com a INFRAERO também é essa questão mais adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Essa questão, Ministro Waldir Pires, o interesse da Casa é exatamente saber o porquê, se não há unidade, por que o CONAC não está se reunindo, o que se pode fazer, porque é um instrumento fantástico. Não só para decisões, mas também para divisão de responsabilidades nas questões que nós estamos vivendo hoje. Era essa pergunta especificamente sobre o CONAC.

SR. WALDIR PIRES – V.Ex^a me permite, mas eu deve dizer-lhe desde o primeiro instantes eu informei que ainda não haviam sido instituídas algumas instituições, entre as quais, a primeira que é a ANAC, que é a agência. Tratava-se de uma mudança de sistema, a agência não havia sido ainda organizada, ela se tornou organizada este ano. A experiência deste ano é que nos conduziria a nós estarmos recolhendo as experiências para poder definir o projeto de alteração dos comportamentos para ouvir todos os membros da ANAC, a maioria dos quais é, inclusive, membros do Governo, são Ministros membros do governo. De modo que não há, da minha parte, não houve nenhuma omissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Longe da Mesa fazer qualquer juízo de valor, até porque V.Ex^a é Ministro há um ano.

SR. WALDIR PIRES – Um ano ainda não, há meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O questionamento é outro. E por que em 2003, ainda não existia a INFRAERO e era substituída pelo DAC, a ANAC, perdão.

SR. WALDIR PIRES – Se V.Ex^a me permite, era toda uma transformação de sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro.

SR. WALDIR PIRES – Essa transformação de sistema era necessário que essa transformação fosse devidamente acompanhada e regulada pelo CONAC, pelo Conselho. Depois de instituído, é muito recente o prazo, muito recente. As experiências agora são experiências de fazermos a verificação. Como este novo

modelo está funcionando e aí, sim, convocar o CONAC para uma série de medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qualquer maneira, para que fique o registro na Casa, nós pediríamos a V.Ex^a que evidentemente não pode saber de cor, mas que a Assessoria fornecesse a última data de reunião do CONAC.

SR. WALDIR PIRES – A última data de reunião do CONAC deve ter sido lá atrás em 2003, exatamente, para a alteração substantiva de uma metodologia de tratar o assunto da aviação civil.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Pelo Ministro José Alencar.

SR. WALDIR PIRES – Não, antes, pelo Ministro Viegas. Era numa fase de pensar a mudança do modelo. O modelo se instituiu, a ANAC passou a atuar agora, recentemente. Agora recentemente é que nós vamos ter que fazer com habitualidade as reuniões do CONAC para estabelecer regras, competências e nossos propósitos de assegurar a Nação um sistema de transporte civil de controle aéreo devidamente adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apenas para registro nos anais, o Conselho que é interministerial, ele é composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro das Minas E Energia, Ministro da Fazenda, Casa Civil e Ministro do Turismo e participam permanentemente com convidado o DAC, hoje, ANAC, o Comando Geral da Aeronáutica, do setor aeroviário e a INFRAERO, apenas o registro. Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu faço as perguntas todas de uma vez a quem direito e ouço a resposta de cada um de per si. Ou pergunto e ouço a resposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como V.Ex^a é sintético nas perguntas sempre, poderia fazer uma cada uma. Eu deixarei V.Ex^a à vontade porque como disse no início é um tema técnico que depende de alguma... E nós estamos sendo transmitidos para o Brasil inteiro, as pessoas que estão assistindo querem uma compreensão de alguns assuntos, de forma que eu acho que nós temos que primar pela clareza do que está sendo discutido aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. Muito bem. Eu começo, então, com a única pergunta que tenho a fazer para a INFRAERO ao Brigadeiro José Carlos Pereira a partir de um e-mail que eu recebo de um cidadão, que eu prefiro não identificá-lo, me dizendo que aproximadamente três anos um dos equipamentos eletrônicos do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, utilizado na navegação aérea chamado VOR deixou de operar em função de uma obra

feita ao seu lado, um galpão metálico, o que fez com que o equipamento deixasse de enviar sinais. Para resolver o problema provisoriamente, ele aspeou a palavra provisoriamente, a Aeronáutica ofereceu um VOR de campanha até que fosse instalado o novo equipamento que já estava comprado, inclusive. Acontece que a instalação do aparelho depende de Licitação da INFRAERO que até hoje não fez a Licitação. Um VOR comprado teria custado trezentos mil dólares, aproximadamente, estaria jogado num dos hangares da base aérea e por ser um equipamento eletrônico extremamente sensível, ele já pode estar estragado. Em contrapartida, o VOR de campanha emprestado pela FAB também já começa a dar sinais de desgastes em função do clima, inclusive, criando embaraços para a segurança do tráfego aéreo. Ele diz que estranha muito porque tudo é cobrado dos operadores de aeronaves, desde estacionamento, até, diz ele, pisme V.Ex^a, a comunicação com as torres, terminais e centros, sem contar ainda as taxas de embarque. Essa é a pergunta a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Restabelecido o som, pode falar Brigadeiro. Som para o microfone auxiliar da esquerda.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ok. Senador Arthur Virgílio. Os dados que o senhor citou a respeito de um VOR no aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis, evidentemente a pessoa que passou esse e-mail para o senhor acompanhou de perto alguns processos que ocorreram lá em Florianópolis, inclusive o processo de Licitação que estão contidos pelo Tribunal de Contas da União. O aeroporto, as obras do aeroporto de Florianópolis estão suspensas por ordem do Tribunal de Contas da União, não posso licitar absolutamente nada por ordem do Tribunal de Contas.

As razões que levaram o Tribunal de Contas para isso estão disponíveis naquela Corte e remontam a bastante tempo no passado. O VOR de campanha instalado, emprestado pela Aeronáutica, está realmente operando e atendendo razoavelmente, o equipamento a que o senhor se refere é verdadeiro, ele foi interferido por um sistema, por uma construção e substituído por um Doppler VOR, D-VOR. Esclarecendo tecnicamente é um equipamento que emite sinais eletro magnéticos para um avião atendendo o efeito Doppler, ou seja, ele não sofre interferência de instalações. Se for do seu entender, Senador, eu preparo um relatório completo sobre a situação não só do VOR de Florianópolis como de todo o Aeroporto Hercílio Luz, inclusive as coisas que estão acontecendo lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, apenas para esclarecimento, o que é mais importante para a estrutura da INFRAE-

RO, o galpão ou o equipamento para a segurança do passageiro? E qual foi a prioridade dada?

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, nenhum galpão é maior do que todos aqueles edifícios que cercam o Aeroporto de Congonhas em São Paulo, por exemplo.

Então, aqueles edifícios que cercam Congonhas são importantes. Nós temos hoje equipamentos, soluções técnicas para conviver com galpões e com aqueles edifícios de São Paulo. O Doppler VOR é um deles, por exemplo, e, aliás, um equipamento que não só supera os galpões, como é muito mais moderno, resiste, inclusive, problemas climáticos severos, tipo tempestade magnética.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Obrigado, Brigadeiro.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, eu enviarei ao senhor um relatório completo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito obrigado, eu agradeço. Agora me dirigindo ao Ministro Waldir Pires, eu tenho primeiro, a impressão de brasileiro de que reina uma situação de caos desse quadro de controle do tráfego aéreo. Cheguei a sentir um certo cheiro de crise militar e isso me parecia, e eu bato na madeira três vezes e se precisar eu bato mais três, e bato mais três, e bato mais oito, não pode mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bate mais uma porque o avião da GOL vinha de Manaus.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu bato mais três, ou seja, deve ser sempre número ímpar, eu acredito, três. A idéia da crise militar se choca com o que foi uma grande realização do Governo passado, eu não pensei que isso fosse pensável que era estabelecer a figura do Ministério da Defesa unificando as três forças e colocando, e hoje isso é natural, um Ministro civil, foi uma grande conquista do Governo passado. Foi uma herança nada maldita, a idéia da crise militar me pareceu um retrocesso terrível. Mas o fato é que isso vem do alerta do Ministro Viegas quanto aos recursos que, em sendo contingenciados, levariam a crise.

Tem um parecer de 2003 de 20 páginas que chega a dizer que a diminuição dos recursos poderia obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes no passado. Ou seja, muito menos dinamismo ainda no intervalo entre os pousos e as decolagens, enfim. Mas, muito bem. A pergunta que eu faço ao Ministro é a primeira, faltou dinheiro para atender os controladores do tráfego aéreo? Não me parece que seja meramente culpa da equipe econômica, porque houve uma ganância, houve um desequilí-

brío fiscal grande, muitas categorias foram atendidas, quer dizer, o governo não priorizou os controladores, priorizou outras categorias, não quero dizer que não sejam relevantes, então não teria sido apenas o contingenciamento da equipe econômica, mas sim talvez a falta de energia do Ministério de reivindicar o que lhe era de direito, enfim. Questiono, Ministro, o fato de V.Ex^a e o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, terem adotado um certo modelo sindical de negociação, isso me parece o cerne dessa tal crise militar que eu tanto temo, a idéia da quebra da hierarquia, aquilo que já vimos num passado recente que não pode se repetir.

Os princípios fundamentais do funcionamento das Forças Armadas são a disciplina, a hierarquia e na medida em que se faz a negociação com Sargentos, sem se colocar a figura dos seus Comandantes, me parece que isso arranha a hierarquia, e esse modelo sindicato a mim me pareceu desaconselhável. Cheguei a ler que isso teria sido sugerido pelo próprio Presidente da República, essa é a pergunta. A minha pergunta é, foi sugerido? Agora, eu tenho aqui um dado, que é um dado bastante estarrecedor.

Nós temos em 2001 o fundo, os fundos todos, os fundos aeronáuticos, o Fundo Aeronáutico ele vem de recursos próprios, recursos retirados das passagens, então não caberia a meu ver, é tão duro quanto fazem com a SUFRAMA no meu Estado. Recursos arrecadados das empresas e que viram recursos contingenciados e nem sequer fazem parte do orçamento.

Em 2001, o fundo Aeronáutico teve uma dotação autorizada de um bilhão duzentos e quinze milhões, mais ou menos, e os valores pagos foram novecentos e trinta milhões. Em 2002, o Fundo Aeronáutico arrecadou dois bilhões, novecentos e oitenta e um milhões e ele empregou um bilhão e vinte milhões. Teve uma parte contingenciada.

Em 2003, já no Governo do Presidente Lula, o Fundo Aeronáutico arrecadou um bilhão trezentos e trinta e nove milhões e pagou quatrocentos e cinquenta e um milhões, já houve um contingenciamento muito expressivo, muito duro.

Muito bem, aí eu começo a ver aqui o Fundo Aeronáutico em 2004 de trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco milhões, mais ou menos, ele pagou efetivamente duzentos e quarenta e nove milhões. Em 2005, lamentavelmente, ele tem aqui para cartografia Aeronáutica, nada. Para ele arrecadou um bilhão e trezentos, e cinquenta milhões, e não gastou nenhum tostão, foi tudo contingenciado. Para operação e manutenção de equipamentos de sistemas e de controle ele arrecadou trezentos e quarenta milhões e empregou duzentos e dezessete milhões. Para modernização e revitalização do Sistema de Controle do

Espaço Aéreo, eu suponho, ele arrecadou cento e cinquenta e cinco milhões e empregou apenas sessenta e dois milhões.

E muito bem, em 2006, em 2006, nós temos, eu não tenho os dados de 2006. Não, tenho aqui os dados de 2006. De trezentos e sessenta e seis milhões para manutenção de equipamentos, sistema de controle, apenas cento e trinta e sete milhões foram pagos. E do Fundo da Aeronáutica referente a desenvolvimento e modernização, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo de cento e sessenta e três milhões, apenas trinta milhões teriam sido pagos. Ou seja, novamente, me parece que faltou energia, vontade política do Ministério para dizer que isso não cabia, que isso arriscava a vida das pessoas.

Mas, muito bem, antes de fazer uma pergunta ao Comandante Bueno, eu gostaria, Sr. Presidente, ainda de tecer um comentário que a mim me causa espécie, eu pego o Jornal Folha de São Paulo, então tem aqui uma expressão sua, “resistam, diz Ministro a controladores, para Waldir Pires, defesa operador de vôo que não agüentar fisicamente não deve trabalhar”, o oposto do que quer a Aeronáutica, endurecimento defendido pelos militares e autorizado pelo Presidente Lula já teve aquartelamento e inclui a negativa a licenças médicas”. A matéria de Leila Suana, de Brasília. Agora eu vou aqui para o jornal Correio Braziliense que diz: “Segurança de vôo, Ministro da Defesa afirma que operadores investigados pela Aeronáutica são procurados para tratar das aspirações da categoria, inquérito policial militar apura a responsabilidade por atrasos nos aeroportos. Waldir defende controladores”. Hércules Barros e Renata Amorim são os autores da matéria, Ministro da Defesa Waldir Pires saiu ontem socorro dos controladores de vôo ao falar sobre o inquérito policial militar da Aeronáutica e por aí vai. E tem a matéria do Jornal Valor Econômico que diz o seguinte, “Waldir Pires defende os controladores, Ministro da Defesa Waldir Pires defendeu hoje os controladores de tráfego aéreo de Brasília que são alvo de uma IPM por atuação sindical, vedado aos militares e aconselhou a categoria a ser forte e a resistir”.

O que me causa estranheza é que sendo V.Ex^a o chefe, o Comandante das Forças Armadas Brasileiras, se vocês não quisessem IPM, V.Ex^a. diria, não quero IPM, e ele não poderia fazer IPM porque V.Ex^a manda nele. E, por outro lado, eu poderia particularmente tomar a defesa dos controladores de vôo se eu quisesse como analista, como brasileiro, como Parlamentar. Ou eu poderia tomar a defesa dos IPMs como Parlamentar, como analista, como brasileiro. Mas me parece que o Ministro da Defesa, não. Porque o Ministro da Defesa pode dizer tudo que se faz e tudo que não se faz lá.

Pode dizer, por exemplo, eu não quero IPM. E o Comandante Bueno se insistisse no IPM seria demitido por recomendação de V.Ex^a. Se o Comandante Bueno obedecesse V.Ex^a, então ele estaria hierarquicamente cumprindo com o seu bom dever, mas essa idéia e me parece que isso vem da deformação da negociação sindical. Essa idéia de que o Ministro pode tomar partido de um grupo ou de outro, essa me casou espécie.

Portanto, são essas observações que eu queria fazer a V.Ex^a, e finalmente eu teria uma pergunta que eu faria em seguida ao Comandante da Aeronáutica e ao Sargento Jorge Botelho. Pois não, Ministro, eu ouço com atenção e respeito.

SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apenas para registro taquigráfico, o Sr. Jorge Botelho é civil. Ele apenas faz parte do corpo civil da...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Desde 1996 que não contratam controladores civis. 86.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não, Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Eu agradeço a V.Ex^a muito essa oportunidade para suprimir equívocos e interpretações que eu tenho o dever de não aceitá-las, de estranhá-las, por todas as experiências históricas desse País. Há um assunto que eu gostaria preliminarmente V.Ex^a não havia chegado até aqui e eu tinha informado de que pelos dados que nós dispomos e que foram transmitidos pelo setor financeiro do Ministério é mínima a redução de recursos aplicados no Ministério da Defesa para as áreas de proteção de vôo e utilizadas e executadas pela Aeronáutica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Os meus dados são do SIAFI.

SR. WALDIR PIRES – Esses dados são do SIAFI no que diz respeito à área de proteção de vôo, porque o Fundo da Aeronáutica, como também foi explicado aqui, pelos Brigadeiros que anteriormente haviam sido ouvidos pela Comissão, há muitos recursos que são destinados à saúde, que são destinados a moradias, mas especificamente para proteção de vôo, os recursos da dotação autorizada em 2003, foi de trezentos e vinte e sete milhões, houve um contingenciamento, mas de dezoito milhões. E o crédito executado foi de trezentos e oito milhões. No exercício de 2004, a dotação autorizada para esse fim de proteção ao vôo foi de quatrocentos e oitenta e seis milhões, setecentos

e vinte e cinco mil, houve um crédito contingenciado, zero. Foram aplicados 464 milhões 092.

No exercício de 2005, a dotação autorizada foi de quatrocentos e noventa e cinco milhões, o crédito contingenciado foi de cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito e o crédito executado foi de quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois. No exercício atual de 2006 o crédito autorizado é de quinhentos e trinta milhões, o contingenciamento é zero e o crédito disponível, até com as informações recentes, depois dos dados que eu tenho, eu tenho os dados de 31 de outubro, de crédito executado de trezentos e vinte e cinco milhões em temos disponível para duzentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta e três milhões que estão em fase de pagamentos e execuções num orçamento que foi votado e aprovado mais ou menos aí em torno de meados do ano passado.

De forma que no período todo que vai de 2003 a 2006, a dotação autorizada foi de um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões e o crédito executado foi de um bilhão, quatrocentos e noventa e dois mais duzentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta e três que estão em execução porque não houve contingenciamento nenhum nesse exercício, de forma que há um contingenciamento em torno de 4%, simplesmente.

Então não houve um problema de recursos financeiros. Da segunda parte da sua indagação, eu participo, realmente, seria uma coisa desastrosa e inconvenientíssima para democracia brasileira, para a minha vida, para o destino dela, para a construção do que eu entendi ser a vida pública que pudesse haver alguma crise militar. Eu sei o que é o Ministro de Estado, o Ministro de Estado tem um dever que é o bem-estar da população, esse é o seu dever e a proceder para atender aos interesses da população, a proceder dentro das regras que sejam regras compatíveis com a convivência. Eu não tive nenhuma, nenhuma movimentação de ouvir controladores sem que eu tivesse conversado, trocado idéias, ouvido o Comandante da Aeronáutica. O Presidente da República não sugeriu. O controlador civil é um trabalhador como outro qualquer sindicalizado. Num determinado instante, nós teríamos que ter o dever de dizer a população brasileira precisa ter tráfego aéreo.

Então, esta conversa havida comigo, com o Ministro Marinho e com controladores foi uma conversa que tinha o dever da tarefa que a Constituição me dá de servir a população brasileira, e de dizer o Estado Democrático não pode ser refém de grupo nenhum, de categoria nenhuma, de setor social nenhum, de natureza nenhuma, porque o dever do Estado Democrático é servir a população, é servir a cidadania, e é assim que eu entendo, é assim que eu entendo que

deva cumprir o meu dever de Ministro de Estado, enquanto puder cumprir assim, o cumprirei. No instante que não for mais possível ser isso, eu não serei mais Ministro de Estado.

De forma que a rigor, eu digo a V.Ex^a que não houve em nenhum momento, nenhum tipo de desentendimento e de falta de apreço ao Comando da Aeronáutica e a Aeronáutica. Quando eu falo em “resistam”, é uma linguagem que eu disse ao Botelho, quando eu falo em “resistam, digam a seus amigos que resistam”, porque eu sei a possibilidade do ser humano tem de resistir. Em determinados instantes quando ele bota toda a sua energia, e toda a sua alma voltadas para o cumprimento de determinadas tarefas e determinados interesses públicos, a gente nem sabe, nem desconfia do poder que tem dentro de si mesmo. Não é resistir contra a Aeronáutica, jamais, jamais, é resistir no sentido de que cumprissem o seu dever lá no controle, fizesse o máximo que fosse possível, dando de si o máximo. Muitas vezes até, digamos assim, não sendo estritamente, digamos o que seria razoável, porque o que nós sabemos que é razoável no mundo? O mundo hoje, que na grande maioria ele é administrado por entidades civis, por organizações civis estabelece, inclusive, quando se dá um quadro como esse, de um acidente como esse, que é um trauma, que é uma tragédia, muitos dos Países adotam, inclusive, o critério de reduzir jornada de trabalho para recuperar a emoção, para recuperar um pouco o lazer, para estabelecer um reequilíbrio do espírito, da alma, das suas condições psicológicas e por isso mesmo as coisas se dão sem as dificuldades que nós atravessamos.

De modo que não foi resistência, essa a informação que eu tenho o dever de transmitir-lhe. Não foi resistência no sentido de um confronto, não foi resistência no sentido de um desrespeito a Aeronáutica. Tenho convivido bem. Todos sabem a minha origem, todos sabem as minhas convicções, nunca ardeei pé do serviço da democracia, nunca! nunca! A idéia básica de que o mundo poderá construir-se decentemente, progressivamente e servindo a sociedade democraticamente, republicanamente. Essa é a força e é o destino da minha vida, quando eu não puder fazer isso, então eu vou procurar um outro caminho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, eu fico feliz porque a impressão que me deu é que consegui, com toda a minha modéstia, despertar a verve de V.Ex^a que estava de certa forma falando num tom monocórdio, enfim. E fez um belo discurso. O dever do seu Ministério é sem dúvida servir a democracia, servir a sociedade e de preferência não derrubando avião, de preferência isso, porque o que nós temos de fato, me parece que agora é um quadro mais grave. Se

não falta dinheiro, faltou o quê? Os meios havia para se tocar os projetos do setor, porque então o caos que de repente se estabeleceu? Por que o trabalho desumano que foi submetido os controladores de vôo que devem pelo que leio e sou completamente leigo no assunto, devem-se responsabilizar por no máximo 14 vôos dia e estavam fazendo muito mais do que isso. E chega um momento que não basta talvez a sua exortação, a resistência porque se eles não conseguem atender a sua exortação pela resistência, cai o avião.

Eu soube que aviões, inclusive, um deles saindo da minha terra, ele estava dirigindo a São Paulo, esse avião tinha passado a 50 metros de um outro, eu estou perguntando a mim mesmo se eu estava dentro do avião. É uma pergunta que eu faço, eu estava dentro, porque pela lei das probabilidades eu estava dentro, porque de vez em quando eu faço esse vôo que vai de Manaus, é um MD11 da VARIG até São Paulo, eu podia estar dentro.

Se não falta dinheiro, a coisa é grave, porque o fato é que nós temos um caos instalado. Eu vi marchas e contra-marchas. Eu vi V.Ex^a dizer, eu sou a favor da desmilitarização do setor porque é assim que se faz no mundo inteiro, os jornais.

SR. WALDIR PIRES – Não, me perdoe, os jornais. Nunca mencionei a palavra desmilitarização.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas eu não sou traumatizado com essa coisa, não.

SR. WALDIR PIRES – Veja bem, mas eu sou cuidadoso. Nunca, nunca disse isso. Aliás, todos os jornalistas são testemunhas disso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas eu tenho a impressão que todos compreenderam aqui.

SR. WALDIR PIRES – Eu apenas menciono o seguinte: O mundo, o mundo na sua grande maioria dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia, o mundo na sua grande maioria escolheu os meios civis de organizar a tarefa de controle, só isso. Não falei em desmilitarização.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu, por exemplo, me considero um democrata de tão arraigadas convicções quanto V.Ex^a, mas eu me sinto tão normalmente posto diante dos militares que eu não hesito em criticá-los, se necessário, aliás eu já fazia isso antes, mas não hesito em criticá-los se necessário porque são perfeitamente iguais a mim. Ou seja, não existe mais aquela figura da preponderância deles, enfim. Em outras palavras, para usar um jargão bem popular, eu não sou mordido de cobra com essa história de falar de militar assim ou falar assado. Quando eu digo desmilitarização, Comandante Bueno, não se trata de nenhuma *capitis deminutio* na direção da

Aeronáutica, se trata de meios civis. Ou seja, é bom que o macaco Simão vai ver que não são só os tucanos que enrolam, V.Ex^a acabou de dizer, invés de falar desmilitarização, falou meios civis. Ou seja, tucanaram a desmilitarização da Aeronáutica, não é?

(risos)

SR. WALDIR PIRES – Mas V.Ex^a há de compreender o seguinte, há determinados instantes na vida em que nós temos que ter cuidados.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)

– Mas não há necessidades, são democratas tanto quanto nós, adaptados ao regime, não temos que ter cuidado, em minha opinião. Trata-se de saber se para a segurança do voo é melhor desmilitarizar ou usar meios civis... Essa o Simão vai registrar.

SR. WALDIR PIRES – Abrir a reflexão, é isso que nós fizemos, abrir a reflexão, simplesmente, convocando a sociedade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A questão salarial não é simples, o processo não é simples. Nós temos a situação dos Estados Unidos, aquela intervenção de Reagan foi tão brusca que deixa com medo de fazerem quaisquer reivindicações dos controladores de voo, e eu sinto que nos Estados Unidos as coisas também não são nenhum mar de rosas, enfim, mas eu lamento saber que tem um problema a mais. Se não faltaram recursos, e se tem esse caos, eu só posso dizer...

SR. WALDIR PIRES – O caos que eu me permito dizer ao caro Senador que não empreste esse... O caos que eu ouvi, por exemplo, na declaração do jornalista americano, quando disseram caos. Ora, os índices de acidentes no Brasil não são maiores do que dos Estados Unidos. Proporcionalmente, então essa posição deles lá de adotarem uma terminologia arrogante, eu não poderia aceitar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro, agora eu estou sabendo que poderia ter havido acidentes. Não, não, não sob esse aspecto eu lhe dou razão. Não me refiro à estatística de acidente. Eu me refiro ao clima de Bagdá, eu me senti refugiado político. Eu passei quatro dias, e olhe que eu por pretensão, naquele último debate dos Presidentes, eu tinha a pretensão de que se eu chegasse a tempo, eu era capaz de dar alguma dica para o Geraldo virar o jogo. Veja como eu sou uma pessoa às vezes ruim das idéias, enfim. Eu tinha idéia de que era possível virar aquele jogo, não sabe a luta que eu fiz para chegar ao Rio de Janeiro e depois a luta para voltar e depois eu fiquei ilhado em Brasília e depois para sair. Agora, eu até dirijo já ao Dr. Jorge Botelho, ele que vai me dizer isso, não é nem mais V.Ex^a, é o Sr. Jorge Botelho, fim do ano, eu queria dar uma saída com a minha família,

eu vou de avião ou de vou de carro? De carro tem um problema dos buracos e dos assaltos, de avião, me aconselhe, quem vai falar agora é quem entende do assunto. Olhe que tem assaltos e tem buraco...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas, Senador Arthur Virgílio, todo mundo, seus colegas, nossos colegas me olhando com a cara ruim por causa do tempo. Eu queria apenas que houvesse objetividade nas perguntas e nas respostas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É porque havendo um debate com o Ministro muito respeitoso, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Enquanto aguardo já adianto a minha pergunta ao Comandante Bueno.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A cara do Sibá está aqui para me fulminar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas a amizade que ele dedica a mim é tanta que ele prefere fuzilar V.Ex^a e me polpa de qualquer tentativa de pedir pelotão, eu tenho certeza disso. Mas, Comandante Bueno, e Natal, a Aeronáutica está prometendo que não vai haver problemas no Natal, eu custo acreditar nisso, e eu estou preocupado com as férias escolares também. Pelo que eu estou vendo no habitual, no dia-a-dia, no cotidiano, eu estou muito inquieto com o Natal, porque realmente é uma opção, eu passo o meu Natal com a minha família em Manaus, eu posso também passar aqui o que eu não quero passar é no aeroporto. Sinceramente, eu não quero. Eu posso passar aqui tranquilo e tem as férias escolares, essas férias escolares coincidem com as nossas atividades políticas. De repente nós poderemos estar diante de uma *over* demanda, *over* demanda que pode nos trazer complicações.

Eu queria agradecer, Ministro a sua explicação e encerrar com essas duas perguntas. Natal e férias escolares e o conselho, o que é que eu faço?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra V.Ex^a, Sr. Brigadeiro.

SR. JORGE BOTELHO – Senador, muito obrigado pela pergunta, eu já havia antecipado isso, é uma grande preocupação, nós não estamos só preocupados com o dia de hoje, nem o dia de amanhã, nem esse final de semana, mas sim exatamente com a época de maior demanda, que é época das festividades natalinas e de começo de ano e também da época das férias, e posso garantir ao senhor que todo o planejamento está sendo feito e será feito para que não haja acúmulo, eu

não posso dizer ao senhor que não vai haver atraso de meia hora ou de uma hora, mas de maneira alguma deverá haver um gargalo que impeça a locomoção dos brasileiros. Isso eu posso garantir ao senhor. Tenho certeza disso, o senhor pode ficar certo. Segurança... Senadora, o primeiro item nosso é segurança.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Deus o ouça sem deixar de nos proteger.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Deus não. Não bote Deus nessa história não, que isso é responsabilidade de vocês.

(risos)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O

que é que eu posso fazer? Se eu vou viajar eu vou deixar de aclamar a Deus?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a não aprofunde a briga com a Heloísa Helena que ela está magoada com você por falta de solidariedade recente. Com a palavra...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nenhuma intriga me separa da Senadora Heloísa Helena do ponto de vista afetivo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Há controvérsias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeito, Senador Arthur Virgílio? Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu não ouvi, ele ficou de me dar um conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Falta realmente uma resposta do Sr. Jorge Botelho.

SR. JORGE BOTELHO – Senador, eu acho que não compete a mim, dizer para o senhor o que é melhor. Eu digo o que na nossa visão, o que pode acontecer e o senhor avalia. Nós sempre colocamos claro para o Ministro, para as autoridades o seguinte: Primeiramente o motivo dos encontros com o Ministro Waldir Pires foi colocar, primeiro, que nós faríamos esse esforço no sentido de dar a nossa contribuição para amenizar o problema, mas que a solução não dependeria só de nós. Somente nós controladores fazendo o esforço para resolver o problema não seria a solução, porque o problema de falta de pessoal e precisaria envolver outros segmentos, no caso, ANAC, INFRAERO, empresas aéreas, teria que haver uma junção de todos esses entes para apresentar algumas medidas e isso está sendo feito.

Nós, realmente, tínhamos uma preocupação ao final de ano, por quê? Realmente é uma época complicada, porque tem o aumento dos vôos, muita gente

querendo voar e no momento nós estamos trabalhando fazendo um esforço. Eu não sei se o senhor sabe, nós estamos com redução de folga, de descanso, são pessoas que foram trazidas de outros Estados para Brasília, para resolver o problema maior aqui e não sabemos até que ponto esse pessoal vai resistir. Mas nós estamos na expectativa de que com as outras medidas no tocante, conforme já foi falado aqui, de remanejamento de horários e vôos não haja aqueles momentos de pico, porque justamente no momento de pico é que complica, porque não há condição num determinado momento de um controlador de um setor ficar com acúmulo de aviões, porque depois ele vai ter que passar para um outro que pode, naquele momento, não ter capacidade de receber mais aviões.

Então, a solução, a escolha, se eu vou de avião, se eu vou de carro é bem difícil. Esse é o quadro que a gente coloca, nós estamos realmente preocupados, antevendo lá na frente, nós temos aí posse de Governadores, nós temos posse da Presidência da República, férias, depois virá no Rio de Janeiro um evento que é o Pan-Americano, isso é realmente um fator que complica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, a minha primeira pergunta ela é geral. Tanto pode ser respondido por V.Ex^a como por qualquer dos dignos membros da Mesa. Se não houvesse o desastre com a GOL quando morreram 154 pessoas estaria existindo esse problema hoje com os controladores e nos aeroportos brasileiros? Presidente, eu fiz uma pergunta, qualquer deles pode responder. Se não houvesse o desastre... Para pegar o Aero-Lula está com uma pressa danada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Enganaram o pobre do Arthur Virgílio, mandaram o sucatinha, não foi o Aero-Lula? Ele falou tão mal do Aero-Lula que não deixaram ele conhecer. Já conhecia, não é? Já conhecia, o sucatinha.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ...Pôxa, não é aquilo tudo que eu denunciava.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu indago quem gostaria de responder a pergunta do Senador Antônio Carlos, caso não houvesse o acidente da GOL, teria havido o caos.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se estaríamos vivendo esse caos.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, para mim não. Nós não tínhamos nenhum problema comunicado. Eu vou dizer para o senhor, quando eu assumi a Aeronáutica, no dia 2 de janeiro de 2003, a

primeira reunião que eu fiz foi com os meus controladores de vôo e lhes coloquei a porta aberta, inteiramente aberta para qualquer momento, o Sr. Jorge Botelho foi recebido conosco, como Vice-Presidente da Associação e coloquei a porta aberta para qualquer problema que tivesse, qualquer coisa que houvesse. Em momento algum, eu recebi uma solicitação ou uma reivindicação dos controladores de vôo quer por, como tem dito freqüentemente, agora, ultimamente, qualidade de um trabalho. Nós temos convidados vários Parlamentares, a semana passada recebemos vários Parlamentares aqui no Centro de Controle Integrado, a qualidade de trabalho dos controladores de vôo é das melhores da força aérea e quero dizer de muitos lugares, porque trabalham num ambiente fechado, longe de ruídos, trabalham com uma temperatura de ar condicionado o tempo todinho e tem todas as facilidades, trabalham por turnos e tudo isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Agradeço a V.Ex^a realmente a sua excelente resposta e isso nos leva a conclusão de que se trata de uma greve política.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, eu posso discordar do senhor...

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ou de um apagão aéreo política, porque se não existisse as coisas que estariam bem, porque estão mal?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, posso discordar do senhor que não houve greve, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, não é greve, não é a greve branca que é pior. Essa é pior.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, eu posso dizer ao senhor que em momento algum houve greve. Eu não poderia concordar com essa palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sim, eu retiro a palavra greve, apagão aéreo. O que está havendo, V.Ex^a disse que não existiria se não houvesse o desastre.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Para mim, não, opinião pessoal para o meu pessoal.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Eu louvo, eu acho que está... O próprio Ministro deve estar de acordo com o senhor nisso. Agora, essa é uma pergunta. A segunda eu vou a defesa de V.Ex^a e de seus colegas, V.Ex^a foi escolhido pelo Presidente da República para Comandante da Aeronáutica, logo praticamente na posse ou antes da posse como do Exército, da Marinha, conseqüentemente, ele deve saber dos seus sentimentos democráticos,

senão, não os escolheria. Daí porque V.Ex^a tem sido mantido e prestigiado.

Então, eu quero perguntar a V.Ex^a o seguinte: O controle vai ser misto, vai ser civil, controle do espaço aéreo, ou vai ser dos militares, ou vai ser misto como está sendo hoje com essas novidades que V.Ex^a apresenta de novos controladores a cada mês, duplicando e criando realmente uma reserva técnica indispensável ao bom serviço de controle aéreo? V.Ex^a podia me responder se vai ser de uma forma ou de outra, ou se vai continuar misto?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, ele está, como o senhor falou, misto, com excelentes resultados, porém há um grupo de trabalho verificando a idéia do que ocorreu com o controle do espaço aéreo nesse curto espaço de tempo, qual o motivo e por que é que aconteceu isso e qual seria a melhor solução.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não é o desastre, aconteceu esse pânico geral.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Essa situação ela também se desenrolou principalmente por um problema de indisponibilidade dos controladores. Nós estávamos com todo o setor, tudo certinho, jeitinho, de repente tivemos que tirar dez controladores. Seguindo a esses dez que foram afastados começaram a aparecer desconfortos emocionais, chegamos a ter 22 controladores afastados. Ninguém aqui é obrigado a saber, então eu tenho que fazer uma pequena explicação. Para cada setor daqueles oito, daqueles 12 daqui de Brasília, o controlador é especializado num setor, então ele leva ali, quando ele não tem conhecimento, quando ele chega a Brasília, dependendo da experiência dele em outros tipos de console, ele leva ali de um mês a um mês e meio para adaptação. Um controlador de um setor, ele não opera outro setor.

Porque não há raciocínio, mas sim quase que reflexo na condução, por causa das velocidades, então há a necessidade absoluta de um conhecimento completo do setor. De modo que houve um atraso realmente da gente conseguir completar os controladores. De modo que nós podemos garantir aos senhores, posso falar isso, já que está sendo transmitido para todo o Brasil que não deverá haver apagão, como o senhor falou, não houve uma greve, mas sim uma deficiência pelos motivos que eu falei. Ou seja, de adaptação desse pessoal. E acreditamos que com as medidas tomadas agora de contratação de pessoal já experiente, de pessoal que tem passado por exame médico, alguns têm sido eliminados, infelizmente, porque senão já estariam com uma facilidade muito maior. Mas tenho certeza que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eliminado do serviço.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Do serviço, voltaram para casa. Esse que nós chamamos para contratá-los. Que o treinamento, o senhor pode ficar certo, que o treinamento, todos podem ficar certos, por isso que nós exigimos um treinamento completo para que ele esteja apto. Outra coisa, ele é checado por uma equipe de checadores para ver se está em condições de operar. Ele não chega faz treinamento e vai lá e passa a operar, ele recebe um cartão dizendo, pelos demais controladores, dizendo que ele está apto aquilo e já houve caso... Agora, recente de eliminação de um controlador. Ele não pôde continuar operando, o senhor está entendendo? Então eu faço um apelo a todos que nós temos segurança.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A segunda pergunta, pode ser a V.Exª também é a seguinte: V.Exª ou é otimista ou o Presidente da ANAC é pessimista. Porque V.Exª afirmou, está aqui mesmo escrito, já temos gente suficiente para o final do ano, os senhores não precisam ficar preocupados com o período de férias. V.Exª afirmou.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Afirmei, senhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E o homem da ANAC disse: “Não posso assegurar que o problema será resolvido até as festas do fim do ano, porque não há solução a curto prazo para a crise”. Ele chegou a dizer que não se consegue controlador de voo na esquina, isso disse o homem da ANAC. Eu prefiro ficar com V.Exª, eu também sou otimista e eu acho que V.Exª tem um conhecimento prático maior pelo seu tempo de Aeronáutica, pela sua personalidade, pelo seu mérito. De modo que eu gostaria de que o Presidente da ANAC levasse o seu otimismo em relação a população brasileira e que ele se transformasse em realidade nesse fim do ano.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sou otimista, trabalho com otimismo e faço tudo para atingir os meus objetivos, o senhor pode ficar certo e sempre tenho tido o apoio de todos os meus amigos. Então, vamos vencer essa crise.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ontem, o Estado de São Paulo, uma matéria de três folhas, onde “controlador descreve o colapso”, não sei se V.Exª teve a oportunidade de ler.

Então, ele diz que há um colapso que os aparelhos não estão sendo usados, que a situação é grave e que já deu conhecimento ao Comando da Aeronáutica. Eu não sei se isso é verdade, eu sei que está em três páginas desde a primeira, caderno do Estado de

São Paulo, não deixaria meus filhos viajarem e aqui é um controlador falando.

Então, essa é uma situação que cria um pânico, é grave, eu novamente pergunto, esse controlador deve estar errado, ou ele realmente passou todos esses elementos que ele diz aqui para a Aeronáutica?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu desconheço isso. Tenho certeza que o diretor do DECEA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo desconhece isso, e o chefe desse controlador também desconhece isso. Senador, tenha absoluta...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª me permite uma rápida intervenção? A questão é bem mais grave, 24 horas depois ou pouco mais disso, saiu uma matéria dessa gravidade, o Ministro não tomou conhecimento. Coloca em pânico quem viaja, porque o próprio controlador disse que não deixaria os filhos e a mulher viajarem. Ele há pouco disse outra coisa. Eu estou colocando essa preocupação, Brigadeiro, porque nós estamos sendo ouvidos pelo Brasil inteiro, que 30 controladores estão afastados por problemas psicológicos. Nós sabemos que essas questões, elas não são resolvidas de um dia para a noite. Qual a segurança, Deputado Gabeira, que nós temos que esses cidadãos ao retornarem ao trabalho, em pouco espaço de tempo recuperar essa condição? É uma questão, Senador Antônio Carlos, até porque a importância dessa convocação, bem mais grave do que nós imaginávamos até então. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Infelizmente a palavra está aí assegurado ao Senador Antônio Carlos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite, Senador Antônio Carlos? Porque a mesma dúvida que está me acometendo a ouvir os questionamentos do Senador Antônio Carlos ao Comandante da Aeronáutica Bueno, deve estar acometendo a toda Nação Brasileira que nos assiste pela TV Senado. Gostaria de perguntar a V.Exª, Comandante Bueno se houve sobrecarga de trabalho aos operadores do controle de voo real?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Em momento algum houve sobrecarga de trabalho real aos operadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, com essa resposta que V.Exª dá...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – E hoje não há sobrecarga de trabalho, eles têm, podem no máximo 144 horas mensais e não será permitido passarem da sua carga mensal. Isso é uma fórmula criada internacionalmente e é aplicada pelo Departamento de

Controle do Espaço Aéreo. O acidente, quando ocorreu, o controlador estava apenas com cinco tráfegos sendo controlados e não estava controlando 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A sua resposta já é objeto de uma segunda indagação minha. Então, qual o motivo... Só concluindo, qual o motivo de toda essa correria para se suprir de controladores na necessidade real de números para que não houvesse essa sobrecarga, porque se estava tudo bem, não havia necessidade de ter essa corrida no sentido de ter Medida Provisória para atender, chamar novos controladores.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Baseado exatamente, Senador, nisso que o nosso Presidente acabou de falar. Houve uma... Como se fosse dominó, umas séries de controladores com problemas psiquiátricos, psicológicos, possam se transformar em psiquiátricos. Nós colocamos quatro psicólogos acompanhando, lá dentro do CINDACTA tem quatro psicólogos. Os dois de Brasília foram recusados, então nós trouxemos do Rio de Janeiro quatro e nós chegamos a ter 22 controladores num mesmo dia afastados do vôo por problemas psicológicos. Com nove que estão fora, por aqueles motivos da investigação e de tudo. De modo que houve, o senhor vê, nós tínhamos uma equipe praticamente acertada, ajeitada e firme. Quando o senhor tirar 10 controladores, depois mais cerca de 22, houve uma falha de 32 controladores. De modo, por esse motivo, a gente não sabe quando eles vão poder, plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Civis e militares?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Civis e militares. Como é... Os civis não... Senador, os civis não tiveram problema de baixa que eu saiba, de baixa psicológica, mas os militares. De maneira que nós estamos aguardando esse restabelecimento, por isso que nós temos necessidade de completar. E como o Senador Antônio Carlos Magalhães falou, nós temos que ter, aí Senador é uma falha nossa, nós temos que ter uma reserva técnica. Isso o nosso Presidente, a primeira vez que falei, “Bueno, como não tem uma reserva técnica?” Falha minha. Falha minha, porque a gente não tinha uma reserva técnica para lançar mão dela na hora de necessidade. Tem dinheiro para isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Há uma pergunta para o Presidente da INFRAERO, se ele quiser, responde, se não quiser, pode passar adiante. Esses problemas todos que V.Exª está tendo do Tribunal de Contas, inclusive em relação aos aeroportos que foram superfaturados segundo o Tribunal de Contas, afirmação minha, eu pergunto, fo-

ram na sua gestão, foram anteriores ou são também na sua gestão?

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a CGU, os inúmeros, o Conselho Fiscal da Empresa, o Conselho de Administração da Empresa, nós fomos monitorados por sete, oito ou nove órgãos, mais ou menos. Todos esses órgãos estão investigando tudo que ocorreu na empresa, continua investigando a minha gestão e eu espero que todos esses órgãos consigam dizer a opinião pública o que aconteceu eventualmente na empresa, e que se algo aconteceu de errado que todos sejam punidos conforme prevê o Código Penal Brasileiro. Inclusive, se eu cometi algum erro também.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Felicito V.Exª pela resposta, e teria uma série de perguntas a fazer, mas eu acho que todos os colegas querem perguntar e eu não vou atrapalhar. Talvez passe para o Ministro, para o Comandante da Aeronáutica essas perguntas, mas de qualquer maneira, eu quero agradecer a V.Exª a bondade e a presteza com que respondeu o questionamento.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A próxima oradora inscrita com permuta com o Senador Leomar Quintanilha, a Senadora Heloísa Helena a quem passo a palavra, em seguida, Senadora Heloísa Helena, eu compreendo, dentro do que foi ajustado, nós vamos abrir a exceção para o Deputado Gabeira fazer uma pequena intervenção, segundo ele próprio, dentro daquele nosso protocolo de reciprocidade entre as duas Casas, iniciado hoje aqui com V.Exª. Senadora Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Primeiro agradecer a delicadeza...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa, só um momento. Por dever de justiça, o Jorge Botelho havia pedido a palavra para esclarecer a questão dos controladores, ele que é Presidente do Sindicato, eu quero pedir desculpas, mas o seu pedido é totalmente justo, fundamentado e lhe concedo a palavra.

SR. JORGE BOTELHO – Ok, eu quero responder ao Exmº. Senador Antônio Carlos Magalhães dessa questão, nessa pergunta que V.Exª fez dizendo assim, “senão havia problemas como aconteceu problemas depois”. Eu já tinha explicado antes, eu vou detalhar mais esse problema. Eu discordo um pouquinho. Nós trabalhadores temos uma discordância saudável com o Ministro, com o Comandante da Aeronáutica no tocante ao número de pessoal, número de controladores. Antes do acidente, nós tínhamos um número de

controladores que nós julgávamos que era deficiente a nosso ver, salvo melhor juízo, era deficiente em termos de 22 a 25 controladores. Nós entendemos que para o melhor funcionamento ali cada equipe deveria ter um pouco mais de operadores, então essa deficiência seria em termo de 22 a 25, correto? Então, conforme ele mesmo declarou, nós não tínhamos uma reserva técnica de operadores.

A partir do momento que acontece o acidente em que nós temos em determinado momento aí, cerca de 20 operadores fora da operação, é uma equipe que você está tirando fora.

Então, se nós já havíamos previsto que em momentos de pico, daqui até o final do ano, em momentos de pico, haveria atrasos, porque necessitaria fazer um gerenciamento do fluxo dentro da segurança, ou seja, espaçamento melhor, no momento em que a gente perde uma equipe, é necessário fazer uma nova reestruturação desse pessoal. Então foi feita uma nova divisão, e isso aí que acarretou esse transtorno. Ou seja, houve um agravamento da situação baseada na deficiência na falta de pessoal. Em momento algum houve greve, uma medida no sentido de prejudicar, a medida foi exatamente de segurança. Porque V.Ex^a vê a própria definição de capacidade do tráfego aéreo, a própria definição do nosso Departamento de Controle do Espaço Aéreo nos obriga que nós temos que adaptar o tráfego às condições tanto da infra-estrutura, quanto de pessoal que nós temos, de modo a não prejudicar, não comprometer a segurança. Ok? Agora... Que nós não temos. Realmente, eu quero colocar aqui que realmente, o Comandante da Aeronáutica nos recebeu e em 2002, nós tivemos uma conversa sobre a questão do pessoal.

Então, nós pedimos a ele que fosse reativado os concursos, a formação de controladores civis.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Dois ou três?

SR. JORGE BOTELHO – 2003, se eu não me engano. 2003. Nós levamos essa reivindicação, porque já havíamos conversado com o Ministério do Planejamento e eles entenderam que era realmente, havia necessidade de se recompletar o quadro de pessoal civil, tendo em vista que os militares estavam com uma formação continuada, porém não suficiente, mas que eles gostariam de reativar o concurso para o pessoal civil. E foi feito realmente um trabalho, o sindicato trabalhou em conjunto com o Brigadeiro Vilarinho e foi aprovado inicialmente a formação de 64 controladores, e houve uma surpresa para a gente que na hora que saiu o Edital, esses 64 vagas de controladores de tráfego aéreo civil não foram contempladas, e somente depois do acidente, com o agravamento dessa situação

de atrasos é que conversando com o Ministro, de novo, reeditaram a Portaria no sentido de abrir esse concurso, que eu digo que 64 não seria o suficiente, mas naquele momento era o número que a gente poderia, que o Governo poderia completar com maior rapidez sem a necessidade de se criar novos cargos. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa Helena, tem V.Ex^a a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)
– Primeiro agradecer a delicadeza do Senador Quintanilha em permutar. Saudar a todos os convidados e Parlamentares.

Primeiro, eu sempre tenho uma dificuldade muito grande de banalizar as estatísticas. A minha área na universidade é de planejamento de serviços públicos, portanto eu lido com taxas, coeficientes, índices de mortalidade, morbidade todo o tempo, mas eu nunca consigo esquecer, graças a Deus, que por trás das estatísticas oficiais existem histórias de vidas que são destruídas.

Portanto, não me comove analisar as estatísticas do Brasil em relação às estatísticas dos outros Países. Para mim me comove profundamente saber que eu pegava o vôo da GOL, como os Senadores do norte, certamente pegaram várias vezes, para mim me comove, Senador Delcídio, dizia o Senador Gabeira que te encontrei duas vezes...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Que Deus lhe ouça.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)
– ...Não, é a mesma coisa. Para a opinião pública é a mesma porcaria, para quem é sério a mesma coisa. Eu encontrei duas vezes, no mesmo saguão de Manaus, a Patrícia que morreu no avião, casada com Bernardo, filho do ex-Senador Lauro campos. Isso, para mim me comove profundamente, porque se fosse o meu filho que tivesse no avião, eu ia promover uma perseguição implacável contra o Estado Brasileiro que agiu de forma criminoso, inconsequente, irresponsável em relação ao caso, por quê?

Primeiro, porque é impossível, é impossível que falhas anteriores não tivessem sido detectadas, é impossível que sumiços de outras aeronaves em função de algum problema com os radares não tivesse sido detectado antes, para que os operadores não vissem com naturalidade o sumiço e a não comunicação ao piloto da GOL. É impossível! Se não houvesse esse problema antes, ele talvez não tivesse visto com tanta naturalidade. Do mesmo jeito, os que estavam em outra sala no controle do espaço aéreo, que não é o controle do tráfego aéreo, também não terem notado absolutamente nada em relação ao sumiço de uma

aeronave e a não comunicação. Não adianta dizer que o controle era de Manaus porque tem telefone direto para resolver o problema de Manaus e resolver lá.

Outra coisa, essa história da disciplina e da resistência. Eu sou, eu me considero, Brigadeiro, uma pessoa disciplinada. Talvez se eu tivesse ido para a carreira militar, eu seria um exemplo de disciplina.

Entretanto, para mim disciplina militar não significa o aquartelamento e a imposição de que se trabalhe não como manda o figurino de 120 a 144 horas, mas impor o trabalho de 156 horas no feriado. Impor um trabalho para a categoria de Aeroporto Beto de 181 horas. Isso para mim não tem nada a ver com disciplina, isso põe em risco a vida das pessoas.

Portanto, o que nós precisamos saber é o seguinte: Quais são as alternativas objetivas, porque eu sei que tem Medida Provisória, eu sei que tem mecanismos de contratação temporária, mesmo antes de concurso público, todo mundo sabe aqui.

Então, essa aulinha ninguém precisa nos dá, se tem problemas objetivos em relação ao treinamento, a capacitação, a reciclagem, a problemas relacionados, problemas psicológicos, o que é que vai ser feito de forma emergencial? Vai haver alguma alteração da escala dos vôos? Para mim é importantíssimo que tenha vôo? É. Para mim é importantíssimo que os trabalhadores das empresas aéreas continuem tendo seus empregos, que o turismo dinamize a economia local, gera emprego, gera renda, para mim, tudo isso é maravilhoso. Mas é fundamental que isso seja feito em segurança, em segurança. Férias é maravilhoso, Natal é maravilhoso, mas em segurança. Vai haver alguma alteração do cronograma até que tudo isso seja resolvido? Até que se contrate o pessoal, até que o pessoal esteja preparado, até que haja uma carga horária de trabalho absolutamente compatível com qualquer padrão internacional ou nacional de segurança? Há alteração das rotas, porque eu preciso saber dos senhores se é verdade as informações que nós temos. Porque as informações que nós temos é que o desvio das rotas dos radares, os desvios das rotas que estão sendo planejados, não existe radar, não existe radar nessas novas rotas. Ou seja, até 40 milhas, portanto, 80 quilômetros têm o radar, depois não tem mais radar, depois o que tem é a comunicação do operador com o piloto em sistema HF. Porque aí é mais complicado ainda, é mais arriscado ainda, é mais irresponsável ainda. Então nós precisamos saber se não é verdade isso. Esse remanejamento de pessoal não está esvaziando determinados setores que já são altamente complicados em relação ao tráfego aéreo ou não?

Então, nós precisamos saber de tudo isso. É uma situação emergencial. Porque não pode preservar as-

ento, preservar poltrona, porque tem gente que só pensa nisso, assentos, poltronas, não sei o que, não pensa na segurança. Por que é que não altera de forma emergencial, até resolver o problema relacionado aos operadores? Porque é impossível, impossível. Não tem lógica, não tem fatalidade, não teve nada de fatalidade em relação ao que aconteceu.

Então, não é possível que até resolver, até que nós tenhamos o número de pessoal necessário, qualificado, capacitado para estar lá não aquartelado, porque o aquartelamento prejudica mais ainda as condições objetivas de saúde mental. Pode resolver o problema do tráfego, não resolve o problema da segurança, não adianta dizer que resolve, porque não resolve.

Então, vai ter algum tratamento emergencial dessa escala? Os momentos que mais estão agravados no tráfego aéreo, eles vão ser de alguma forma distribuídos ao longo do dia, do País para que tenha o vôo em segurança, para que resolva o problema emergencial dos operadores ou não? E em relação a essas questões, das chamadas zonas cegas. Essa eu quero que alguém tecnicamente me explique, se as novas rotas não têm radar, se nas novas rotas significa simplesmente a comunicação piloto HF com a torre, eu quero saber, porque isso para mim é mais risco, se não é, eu preciso que alguém comprove que as zonas cegas não vão ser aumentadas, que os problemas não podem ser aumentados ou se nós vamos esperar simplesmente por a mão de um anjo a nos segurar. E com certeza, não são os anjos, nem Deus responsável por essas coisas. São os homens mesmos pela sua irresponsabilidade, pela sua incapacidade de entender o que já vinha acontecendo. Por que como é que pode um operador estar monitorando entre 20, 22 aeronaves? Eu não sei! Eu não consigo acreditar, Botelho, que não tinha reclamação. Entre 20 e 22 aeronaves e não tinha reclamação, como é que não tinha reclamação? Não é? Como é que se hoje diz que o padrão não é nem 14, para sistemas mais especializados é que seria 14, o ideal seria 8, então, afinal é 8, é 14, é 20, é 22. Qual é a carga horária? Vai ter quatro horas, oito horas de descanso ou não vai ter? Vai ser o procedimento que está sendo feito no Brasil, à custa em nome de uma disciplina militar, que eu não entendo isso como disciplina militar.

Portanto, eu quero que os senhores me expliquem essas novas rotas, se aumentarão ou não as zonas cegas, se os radares estão devidamente instalados, se havia comunicação anterior em relação a sumiços de aeronaves e, portanto, problemas de identificação dos próprios radares, e se o controle do espaço aéreo de alguma forma não pode auxiliar nas informações relacionadas ao controle do tráfego aéreo.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, muito obrigado pela pergunta. Eu vou responder sobre a parte do aquartelamento que a senhora chama de aquartelamento, eu vou explicar o que é que ocorreu, porque não é bem como foi vendido ou foi transmitido para a nossa mídia. Infelizmente a mídia recebeu uma informação e publicou o que foi informado. O aquartelamento, o que foi chamado de aquartelamento, foi uma convocação, um plano de reunião, porque toda a unidade tem uma coisa que nós chamamos de plano de reunião quando nós precisamos dos elementos daquela unidade.

Então, nós chamamos para o quartel, seja sábado, domingo, de noite, a qualquer hora, nós chamamos os controladores, mostramos a eles que a situação que era na quinta-feira, a partir das três horas da manhã, nós vimos como é que estavam os aeroportos coalhados de pessoas, de crianças, de velhos...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu sei, aliás, Brigadeiro, eu esqueci só de um detalhe, eu tenho passei dezessete horas no avião, no avião, não. No aeroporto de Brasília. E, aliás, eu fiquei, eu podia ter ido para casa dormir, eu não fui de constrangimento. De constrangimento, eu não fui para casa dormir, porque eu sabia que teria outra opção e outro horário, eu não fui eu fiquei de dezoito horas, até onze horas da manhã no outro dia. Portanto, eu fiquei na madrugada, imagine, eu era calma, porque o povo queria era quebrar o aeroporto ou dar nos funcionários. E como eu sabia que o problema não era dos funcionários, nem da estrutura física, estava eu lá para acalmar, então, eu sei o que é isso. Entendeu? Eu sei exatamente o que é isso. Agora, eu não sei... Mas a minha dor, certamente não era tão grande quanto à dor de quem estava lá há três dias querendo chegar a Imperatriz, a quem queria levar a mãe morta para enterrar, a quem estava com criança, a quem desmaiou lá no aeroporto, três pessoas desmaiaram, um senhor que teve uma crise convulsiva em pleno saguão do aeroporto, não é uma coisa qualquer. Então, experiências muito, muito piores tiveram outras pessoas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado pela discussão que a senhora fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu fica mais uma vez confirmado, meu caro, que nas crises é que as lideranças se reservam.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado, Senador.

Então, nesse momento nós resolvemos consultar a todos eles através de um plano de reunião que lá fosse. E nós fizemos o seguinte, era quinta-feira, por que o que estava ocorrendo? Uma quantidade bem grande

de controladores vinha para trabalhar e voltava para casa por motivos psicológicos. Nós colocamos, como eu falei, os psicológicos, nós fizemos uma escala na quinta-feira, sexta, sábado e domingo e segunda, principalmente segunda que o nosso medo que no retorno também ocorresse, e a senhora viu que começou. E o pessoal que tomou nota da escala, tomou conhecimento e foi liberado para ir para casa. Mas não foi isso que ocorreu. Eles não transmitiram isso. Transmitiram que tinham sido maltratados, que eles estavam cerceados de liberdade e que nós havíamos solicitado, apanhado os seus celulares.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – A mim ninguém transmitiu isso não, para mim é uma coisa objetiva. Para mim, se alguém deve trabalhar num padrão de segurança até uma determinada hora e se eu solicito, imponho, reivindico qualquer coisa para que trabalhe 156 horas, para mim, isso é atitude irresponsável e inconseqüente. Não sei de celular, nunca ouvi nem essa história, sinceramente, Brigadeiro.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu estou dizendo para a senhora o que aconteceu. Eu acredito na senhora e a senhora também deve acreditar em mim. Por favor. É o seguinte, Senadora, isso aí foi transmitido pela imprensa.

Então, e foram liberados, voltaram para casa, receberam uma escala para voltar, por exemplo, quem estava no sábado às duas e meia, era para chegar lá às duas e meia, quem estava no sábado às seis e meia da manhã era para chegar lá seis e meia da manhã, então o pessoal foi liberado sexta, sábado, domingo, não ficou ninguém detido em quartel, ninguém. Essa crise passou e logo imediatamente, na outra semana, na véspera do feriado, a gente percebeu que já começaram a faltar por problemas médicos no começo da escala.

Então, nós os convocamos novamente, porém, desta vez, nós pedimos ao Ministério Público o acompanhamento de dois Procuradores que ficaram conosco o tempo todo e já não tivemos nenhuma acusação de nenhum maltrato, nem nada. O lugar que eles ficaram que foram receber as escalas, que foram discutir, é o lugar de trabalho. É um lugar que eu acredito que a senhora já tenha visado o controle de espaço e não tem nada de ruim lá, é o lugar de trabalho de todos nós. Deixa eu só terminar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não, tudo bem, pode terminar.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A senhora pode ficar certo, Senadora, que esse número de horas, ninguém está ultrapassando esse número de horas. Esse número de horas ele é estudado, ele não é aleatório. Não sou eu quem determina, nenhum

de nós determina, esse número é recomendado internacionalmente e ele não é mais do que nada, não é exigido mais do que nada.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– V.Ex^a está, então, afirmando que nenhum operador trabalhou além da carga horária recomendável, é isso? Porque a informação...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Nesse período, de maneira alguma.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Tudo bem, a informação que nós temos é que em categoria beta, em categoria B o máximo era de 154 horas, operadores foram obrigados há trabalhar 181 horas. O senhor está dizendo que não, se é não ou sim, depois a realidade objetiva se configura. É por isso que eu estou fazendo uma pergunta objetiva. Porque para mim isso, além, não vamos nem discutir a questão dos maus tratos, da exploração, de qualquer coisa. É só uma discussão objetiva. Isso confere segurança ao trabalho do operador e ao trabalho da sociedade?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sim, senhora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Pronto, então o senhor está dizendo que ninguém trabalhou mais do que 144, quando o limite era de 120 a 144, ninguém trabalhou 156 horas, ninguém trabalhou 181 horas, que não houve escalas com dois turnos com menos de oito horas e doze de descanso, se o senhor está dizendo isso, tudo bem, mais cedo ou mais tarde, ou o senhor ou a outra...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senadora, nós temos uma investigação, nós temos uma investigação. Eu comecei fazendo uma sindicância e passei para inquérito justamente para a gente poder se aprofundar para ficar tudo registrado. É acompanhado pelo Poder Público. Tem os Procuradores que estão acompanhando. Agora eu pediria ao Brigadeiro Vilarinho que ele explicasse à senhora a prioridade da segurança e o preparo que está sendo feito pelo pessoal, como a senhora fez as outras perguntas.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Das outras rotas, que foram uma informação que nós tivemos sobre as novas rotas sem radares, essas coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por solicitação do Brigadeiro Bueno e a fim de esclarecer melhor fatos, passo a palavra ao Brigadeiro Vilarinho que responderá sobre o questionamento feito pela Senadora Heloísa Helena. Tem a palavra. Microfone auxiliar da esquerda.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Muito obrigado, Presidente. Exm^a Sr^a. Senadora Heloísa Helena, eu vou falar das ações emergenciais que

nós estamos tomando a curto, médio e longo prazo para resolvermos esse problema que foi criado. O comissionamento que nós chamamos de comissionamento de controladores, são controladores que estão operando em outros órgãos, outros centros de controles de área e outros centros de controle de aproximação e que já operaram aqui em Brasília.

Então, rapidamente eles são readaptados. Nós temos um total de 21 já estão operando nas consoles. Até 30 de novembro estaremos com 10 já operando nessas consoles e até 10 de dezembro, mais 9. Como nós já tínhamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Brigadeiro, uma solicitação, e um entendimento melhor de quem está nos assistindo e da taquigrafia. Poderia explicar o que é console?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Desculpe, a console, nós vimos naquela fotografia, é a posição onde o centro controlador, ele vê a tela do radar na frente, e tem aqui o teclado, ele trabalha ali falando com as aeronaves e fazendo a coordenação. Normalmente cada console operacional são dois homens, o principal que faz o controle e ao lado dele senta um outro controlador com uma tela também que lhe auxilia no trabalho e faz a coordenação com outros órgãos, com outros setores. A cada duas consoles, quer dizer, a cada quatro operadores, tem que ter um supervisor atrás em pé que normalmente é o elemento mais experiente já qualificado como supervisor. E para nós termos mais controladores para atender a demanda, com muitos dispensados e ainda aqueles dez que foram retirados temporariamente em função do acidente, essa é a situação hoje. Dando um total de até 10 de dezembro 32 controladores, eu creio que o Brigadeiro Bueno tinha falado isso no início, eu estou só repetindo, e 14 que já estavam operando.

Então, nós contaremos até 10 de dezembro com 46 controladores para dar esse reforço de pessoal. Agora, como a senhora falou, muito bem falado, acima de tudo é a segurança, nós temos que tomar todas as medidas sobre segurança. Não existem rotas com ponto cego de radar ou de comunicações. As três medidas que nós estamos estudando lá para adotá-las, eu já tinha comentado aqui com o Senador Antônio Carlos Magalhães, dentre aqueles setores que nós mostramos na tela, os dois que estão próximos da área de Recife, setor 12 e setor 13, nós vamos pegar parte desse setor e deixá-lo sobre a responsabilidade do Centro Recife, colocando cobertura radar e cobertura de comunicações para o Centro Recife poder assumir. Isso está sendo analisa pelo pessoal operacional e técnico para viabilizar no mais curto espaço de tempo. O mais curto espaço de tempo já seria possivelmente nesse

fim de semana, no início da semana que vem. Aí vão depender das dificuldades técnicas.

O outro setor, o Setor 6 que é ali a oeste de Brasília, onde está Cuiabá está no Centro desse setor, nós passarmos esse setor para Manaus, dentro dos mesmos critérios, temos que colocar visualização radar para Manaus e comunicações para Manaus assumir esse controle. Isso aí é feito numa análise feita dos nossos oficiais de controle de tráfego aéreo com os supervisores das equipes, uma vez feito o equacionamento operacional e técnico é feito um acordo operacional com outro órgão de controle, no caso Centro de Manaus para um e Centro de Recife para outro. Sempre são feitos acordos operacionais entre os centros para definir a forma que esse tráfego corre de um lado para outro.

Bom, isso aí vai diminuir a carga de trabalho de Brasília, do Centro Brasília que vão pegar um pedaço da área vai para Recife e a outra área vai para Manaus.

O terceiro assunto, reunião com ANAC, empresas aéreas e INFRAERO para nós redistribuirmos esses vôos como a senhora falou. Aliás, nós iríamos fazer amanhã, eu já tinha conversado com o Dr. Zuanazzi lá no Rio, já estamos estudando, ou transferindo para lá ou fazemos aqui na quinta-feira em Brasília. Já avisei ao meu pessoal lá para trazer o material.

Essa reunião com ANAC é interessante observar o seguinte. Até o ano passado o grande gargalo do tráfego aéreo eram nos principais aeroportos. Eu diria Brasília nem tanto, mas principalmente Congonhas, Santos Dumont, Belo Horizonte, Guarulhos e Galeão. Era o tráfego aéreo em torno do aeroporto, a chegada e saída dos aviões era um gargalo, o problema de pátio para colocar os aviões, um problema da INFRAERO, e nós começamos a enfrentar esse ano um tipo de gargalo que nós não tínhamos antes, nós termos excesso de tráfego em um setor do controle de área.

Então, não é mais nas proximidades do aeroporto, nós estamos antes de um gargalo diferente. Isso significa que apenas deslotar(F) um aeroporto, Congonhas ou Brasília resolve o problema, porque na análise que nós fazemos no nosso centro de gerenciamento e navegação aérea, que pega todos os vôos possíveis, joga num simulador, num computador, aí nós verificamos que determinado órgão, determinado setor de Brasília, num determinado minuto, ele está com excesso de tráfego acima de 14. Isso a gente vê de forma estatística. Mas aí não são os vôos, pode ser o que está excedendo ali um vôo que saiu Belém, ou o outro que saiu de Manaus ou alguns vôos do Rio, de São Paulo ou de Porto Alegre, que naquele exato momento eles estão se cruzando naquele ponto no espaço. Isso aí é uma novidade que se apresentou para

nós esse ano, esse tipo de concentração de tráfego. E estamos reagindo e tentando solucionar. E a solução para esse problema, mais controladores para a gente poder abrir mais setores, e acertos com a ANAC para nós podermos acomodar esses vôos em outros horários permitindo que a aviação prossiga e nós consigamos controlar o tráfego.

Agora, o primeiro ponto sempre levado em consideração é a segurança, esse nós não podemos abrir mão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senadora Heloísa Helena encerrou?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Como são informações tão divergentes, só um segundinho, Ministro... Como são informações tão diferentes as que a gente recebe e as que são disponibilizadas, então eu gostaria também, após o Ministro Waldir Pires, eu gostaria de ouvir o Sr. Jorge Botelho para que ele pudesse esclarecer isso, e outra coisa, só para que eu possa entender sobre essa questão do controle do espaço aéreo, que imagino eu, até por ser um setor estratégico de segurança nacional, talvez os mecanismos de controle, os procedimentos sejam até mais rigorosos, o que não deveria ser, porque deveria ser igual, toda a estrutura possível, porque do mesmo jeito que nos importa um ataque terrorista, nos importa igualmente a dor e o sofrimento de uma família que passa por um desastre gravíssimo como esse.

Então, para precisar se existem diferenças no instrumental utilizado, se existe uma correspondência de informações em relação a isso. Sei a estrutura do controle do espaço aéreo de alguma forma informa ou troca informações com a estrutura do controle do tráfego para que isso pudesse minimizar os riscos de graves problemas como o que aconteceu. Desculpe, Ministro, eu só queria ouvir o Dr. Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes da sua intervenção, e mostrar aos senhores aqui o que é a beleza da comunicação em tempo real. Tinha chegado aqui de um ouvinte preocupado com essa questão de mudança de tráfego aéreo, que pelo entendimento, se ela enviaria esse centro congestionado e passaria a ser usado Recife, Salvador, como auxiliar de navegação para os aviões que vão para o norte e nordeste e ver a pergunta o seguinte, como se poderia aumentar a carga do aeroporto de Recife, se ele já vem com um problema recorrente de comunicação entre aeronaves, e outra coisa são os constantes apagões elétricos que acontecem no Aeroporto de Recife, já algum tempo causando transtornos, inclusive, para aviões internacionais.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Sr. Presidente, o aeroporto específico de Recife, ele

não tem a ver nada com o controle do tráfego aéreo geral. O problema do aeroporto de Recife, de apagão no aeroporto, aí é problema local do aeroporto, nós estamos falando o controle em todo o espaço aéreo que é o CINDACTA de Recife que faz isso. A parte de energia do CINDACTA, como de qualquer CINDACTA, de qualquer sistema nosso, além da energia comercial, tem um grupo geradores, são de dois a quatro, até seis dependendo do tamanho do órgão e aí no sistema de *no-break* de bateria, quando falha a energia comercial, essas baterias seguram os sistemas importantes para depois entrar o grupo gerador. Então, eu acho que é diferente aeroporto de CINDACTA a informação aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só quem está nos ouvindo não entende. Toda a esperança de que esteja voando seguro é V.Ex^a. Ao setor, por isso que veio essa pergunta. E essa questão de comunicação é grave. A 50 milhas de Recife, você tem que procurar se comunicar com outra base porque não se entende isso sendo Recife com uma base internacional.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Mas eu desconheço isso. Eu acho que tem as comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Da mesma maneira que o Ministro desconheceu um fato grave, publicado em um jornal ontem e que envolve o setor dele. Eu acho um absurdo, eu não sei se é hierarquia militar, o seu problema de imprensa ter medo de levar problema. Mas é inaceitável que essas questões não cheguem. Essa questão do aeroporto de Recife, quando veio a pergunta, como eu vou muito a Pernambuco e fui vítima já desse apagão. E nessa história de dizer que entra o *no-break* não, você vai para João Pessoa ou para Natal ou para Fortaleza. Fico triste em saber que não se tem conhecimento desses fatos que são gravíssimos e desconfortáveis para o usuário brasileiro que paga as taxas mais caras do País a INFRAERO.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Ok, quando eu disse desconheço é porque nós, no relato de torre de controle perder as comunicações em apagão, porque isso nos é comunicado imediatamente, tanto a mim quando ao Brigadeiro Bueno. Se for ver o caso específico aí, nós temos que verificar exatamente o que é que houve.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É lamentar.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Se há algum problema no aeroporto, pode ocorrer, aí eu não sei, o Brigadeiro J Carlos pode dizer, mas, nos nossos sistemas pode acontecer uma falha ou outra, mas um apagão desse eu acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, eu estou afirmando a V.S^a que aconteceu. Eu estou comunicando que aconteceu e que vários aviões foram deslocados e não foram uma vez só não, várias vezes. Quando a pergunta veio aqui, eu achei engraçado, porque eu estava ali, V.Ex^a tem o direito de colocar em dúvida, mas eu estava na companhia do Senador José Jorge e nós vimos de João Pessoa, de Maceió para o Recife. Um avião bimotor, com pouco combustível teve que descer em João Pessoa de emergência. Um avião Bar 58.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Eu jamais vou botar em dúvida a palavra de V.Ex^a, agora pode ter acontecido um fato desse, mas nós temos que averiguar. O senhor tem a data?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu posso ver isso, é fácil. Agora eu me sentiria constrangido em ter que dar a data a V.S^a e a INFRAERO não ter isso disponibilizado. Mas já que não tem, eu me comprometo até o final da tarde me remeter. Esperava que a INFRAERO tivesse isso e fosse, inclusive, mais rápida do que eu. Ministro Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Senadora Heloísa Helena, eu acho que seria do meu dever lhe dar uma impressão e mesmo assim, digamos, uma reflexão a partir, digamos assim, do conhecimento de regras internacionais em torno de uma depor, que eu senti na sua fisionomia a respeito daquilo que foi uma dor de nós todos, a tragédia que ocorreu. A tragédia foi uma coisa atroz. Mas num determinado instante a Senadora falou como se porventura tivesse uma convicção profunda de que ela teria ocorrido simplesmente pelas questões do controle no Brasil. E eu gostaria de dizer-lhe, que a mim, por exemplo, eu tenho dito que não é julgamento, porque eu não tenho poder para julgar, porque eu sou membro de Governo, eu não tenho nenhuma capacidade para julgar, mas a verdade é que existem regras internacionais. E nessas regras internacionais que nós nos situamos, elas são diferentes das regras em que se situam os pilotos nos Estados Unidos.

No nosso caso, todo o piloto, ele, ao ter de viajar, ele obtém uma autorização do seu plano de voo. Esse plano de voo, ele é outorgado e autorizado num determinado aeroporto qualquer. Mas o sistema de acompanhamento do voo não incumbe aquele controlador que apenas ele autoriza o voo, estabelece a disciplina da decolagem, indica que ele deve viajar a uma

determinada altitude e presumidamente essa altitude, é a altitude que é autorizada pela legislação do País em conformidade com a OACI que é a Organização da Aviação Civil Internacional. Então o piloto que dirige o Legacy, ele recebeu um plano de voo que dizia o seguinte “o senhor decola, o senhor vai a altitude de 37 mil pés, quando o senhor chegar a altura de Brasília, na perpendicular de Brasília o senhor desce para 36 mil pés”. Em seguida, a quatrocentos quilômetros de distância, mais ou menos, existe um outro ponto emblemático da Aeronáutica que se chama ao Ponto Teres, e “quando chegar até o Ponto Teres, o senhor deve seguir para uma altitude de 38 mil pés e daí por diante segue a Manaus”. Este piloto recebeu este plano de voo. Houve uma linguagem inadequada do funcionário que é o funcionário de um pequeno aeroporto de São José dos Campos. Que o senhor sobe, decola, vai a 37 mil pés e continua a sua viagem até Manaus. Proa Manaus em 37 mil pés. Mas ele tinha o plano de voo, devia tê-lo no bolso, devia tê-lo ao lado. Antes de chegar em Brasília ele fala com a torre, se eu fui lá ver no CINDACTA, ele fala com a torre e informa que está viajando a 37 mil pés e o controlador diz: Ok. Ele deveria, em Brasília, passar para 36 mil pés e depois quando chegar no Ponto Teres que foi muito antes, bastante antes do local do acidente, ele devia subir para 38 mil pés, era o que está no plano do voo.

Então, eu vi no CINDACTA, eu vi, pessoalmente, no CINDACTA, a torre tentando falar sem conseguir e o radar, o radar geral, não o radar preciso. O radar preciso, hoje, é o que se sinaliza através da operação do transponder. Por quê? Porque nos voos modernos, a movimentação é tão grande que foi necessário criar um tipo de equipamento de alta precisão. Esse equipamento de alta precisão é o transponder. Colado a esse transponder existe um outro equipamento que é a ticais(F), esse transponder autoriza a torre a dar exatamente a posição correta. No radar, o que nós vimos foi ele a altura de 36 mil pés, antes de Brasília, pouco antes de Brasília.

Então, teoricamente, ele estaria seguinte o plano. Quando ele chegasse a Teres, ele deveria subir para 38 mil pés, já não se conseguia falar com ele, ele próprio já não conseguia falar. 37 mil pés era uma aerovia necessariamente vinda até Brasília, necessariamente, porque só é mão de lá para cá.

Por outro, tinha uma carta geográfica. Hoje essas diferenças, para se descer em Nova Iorque, ou descer em São Paulo mesmo, ou se descer em Frankfurt, o que for, precisa dessas aerovias mais estreitas. Anteriormente se tinha aerovia com 10 mil pés de diferença, hoje são mil pés de diferença. De modo que quando esse pessoal encontra 36 mil pés, a interpretação era

de que estava sendo cumprido o plano de voo e um certo, de se dizer, bom, a preocupação, mas a preocupação dele não era preocupação com o avião da GOL que estava vindo lá de Manaus, na aerovia certa, 37 mínimo pés, ele não arredou os 37 mil pés. Ele sai, atravessa Brasília, ele chega ao Ponto Teres e ele continua no Ponto Teres em 37 mil pés e o transponder sem funcionar. Dir-se-á por que é que a responsabilidade é exclusivamente do controle do Brasil, do controle de terra daqui? Por que esse transponder não estava funcionando? Se o transponder funciona, funciona o ticais(F) que passa a 20 minutos, dez minutos a sinalizar conflito, colisão, colisão, colisão, e se porventura as coisas se demorem, eles automaticamente gritam joga para a direita e o outro para a esquerda para evitar a colisão, exatamente pelo volume de tráfego aéreo no mundo de hoje. De modo que hoje nós estamos apenas com as informações sobre o problema do controle, mas nem um avião para viajar nessa altura hoje pode viajar sem o transponder, lá em cima.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, será que o Ministro me permitiria uma explicação, qual a lógica de o Legacy estar com o transponder desligado, ou o VHF desligado. Eu realmente desconheço qualquer piloto que possa conscientemente desligar o transponder, o Comandante Bueno sabe, qual a causa de desligar um transponder? Qual a causa de não ter contato VHF a não ser falha no sistema de comunicação. Qualquer piloto está monitorado em rota aérea, Sr. Ministro.

SR. WALDIR PIRES – Está me pedindo um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só para concluir o meu aparte, ele tem uma confiança plena e total no acompanhamento do controle. Nós voamos instrumento e desconhecemos inteiramente até as indicações qualquer outra e nem sequer plano de voo. O controle leva até o chão. É uma confiança cega. Cega. Qualquer piloto, eu digo isso porque eu sou piloto, é uma confiança cega. Então não é plano de voo que vai se sobrepor ao controle aéreo.

SR. WALDIR PIRES – V.Ex^a me permite, senhor, para eu concluir? V.Ex^a provavelmente não é piloto para 37 mil metros, provavelmente. V.Ex^a, provavelmente, é um piloto que trabalha abaixo de 9 mil pés, portanto nos voos a diferença é enorme. Porque lá em cima, lá em cima é preciso que essas aerovias, como eles chamam, essas aerovias todas elas estejam predefinidas. No quadro brasileiro, vindo de Manaus para Brasília, não há possibilidade de nenhum avião, nenhum, ser autorizado para ir nos números ímpares, nenhum. Tudo é mão, e para lá o contramão é o número par, sempre, sempre. Está na carta geográfica do

Brasil, está na carta geográfica da O OAF, na Organização Internacional. Eu não acredito que ele tenha desligado, não eu estou dizendo isto, eu estou dizendo que o transponder ficou fora de circuito. O transponder só funcionou dois minutos a três depois do acidente, aí ele liga o transponder e pede para descer em cachimbo, já tinha havido o acidente e pede para descer o Cachimbo e desce em Cachimbo e aí localizado, devidamente localizado. E eles ficaram procurando, são seis, sete, oito chamadas de terra sem conseguir. Sem conseguir. Houve um equívoco do radar, ah, o equívoco do radar geral não tem a precisão do transponder que é uma coisa nova exatamente porque os vôos aéreos se tornaram uma coisa demasiada no mundo contemporâneo. Então, você...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Ministro me permite um aparte?

SR. WALDIR PIRES – Deixe-me terminar, em seguida o senhor... De modo que eu não estou fazendo acusação a ninguém, mas estou dizendo por que, não há porque se faça essa presunção de que a coisa é definitivamente uma coisa do controle, do controle brasileiro, não é isto. Pode ser uma coisa decorrente, digamos, de ter ficado numa posição de desligar sem saber, pode ter havido uma posição, digamos assim, de ter ficado *stand-by* e se o transponder de um avião não se comunica o outro, porque o transponder do GOL estava ligado, está na caixa preta, estava ligado o transponder do GOL. Se porventura tivesse ligado o outro, não teria havido acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, vamos só dividir aqui uma coisa, só para as hipóteses, vamos admitir que isso nunca vai acontecer, do Hugo Chávez querer invadir o Brasil, ele não vai lhe avisar e o senhor é Ministro da Defesa, ele vem num vôo silencioso, onde é que está o radar brasileiro para detectar isso e tomar providência e detectar com precisão?

SR. WALDIR PIRES – Isso o radar está fazendo isso as dezenas na luta contra o narcotráfico, as dezenas. Eu assino encaminhando ao Presidente da República dezenas de comunicações por semana para o acompanhamento e até para o abate. Felizmente, não houve um abate até hoje, felizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais um motivo, Ministro, para que esses dois aviões estivessem sobre o mesmo sistema senão o investimento vultuoso feito no CINDACTA e no SIVAM teria sido à toa.

SR. WALDIR PIRES – Mas isso é em qualquer País do mundo, isso ocorreria em qualquer País do mundo. Se não funcionar o transponder com o ticais(F) isso acontecerá em qualquer País do mundo. Para

você descer em Frankfurt, descer em Paris, descer em Amsterdam, descer em Londres, descer em Nova Iorque, ou faz isso ou realmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O transponder na descida é exatamente porque o aparelho usado para a descida exige o contra-sinal do transponder. Eu não fui piloto frustrado Ministro. Aí é outra questão.

SR. WALDIR PIRES – O transponder é a indicação precisa. Aí o sistema no Brasil teria precisamente em que altura ele está.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós estamos aqui, Senadora Heloísa Helena, comprometendo a qualidade do serviço do SIVAM e do CINDACTA, a precisão. Nós estamos com a informação de que, se verdadeira, joga por terra toda a confiabilidade desse sistema. É preciso que essas coisas sejam feitas com mais cautela, com mais cautela, o Ministro Waldir Pires não tem nenhuma obrigação de tecnicamente saber desse detalhe, alguém lhe passou, mas estão lhe passando informação errada.

SR. WALDIR PIRES – A sua posição é mais ou menos parecida com a minha, então essa sua afirmação não é verdadeira em relação a SIVAM e CINDACTA, não é verdadeira. O radar só é preciso...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se houvesse perfeição não tinha acontecido esse acidente. O objetivo desse espaçamento aéreo é para isso, Ministro. Para que se gastou, a fortuna que se gastou nesses dois sistemas? E V.Ex^a disse uma coisa correta, se ele tem capacidade de pegar um teco-teco traficando droga, porque não pega um avião com 154 quilos?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, o radar pega sim.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Senadora Heloísa Helena revelou...

(tumulto)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E há uma identificação precisa. Mas é claro que tinha que o controlador estava sabendo que tinha um vôo naquela rota, ele estava identificado no radar, não tinha apenas a altitude precisa porque o transponder não estava. Mas ele tinha todas as condições de estar avisando, principalmente a outra aeronave, porque ele tinha também um plano de vôo e sabia que ela vinha a 37 mil pés, para poupar 154 vidas.

SR. WALDIR PIRES – Mas Senador, ele tentou, Senador, lá está registrado. Tentou diversas vezes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Aler-tar o Boeing, já que não havia identificação do Legacy,

ele teria a obrigação de dizer ao Boeing, faça uma atitude evasiva para que não houvesse a possibilidade, são 154 vidas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, exatamente nessa linha, se V.Exª me permite que é a minha dúvida que me aflige até nesse instante. Se havia esse apagão no sistema como já foi colocado aqui pelos Senadores. O Senador César Borges que é piloto, ele diz que e o Comandante Bueno, ele afirmou com a cabeça que há a identificação no radar da existência do aparelho, não sabe o nível exato.

Então, por que então os operadores não avisaram o Boeing de que havia possibilidade deste encontro para que ele desviasse da rota? Por que não foi avisado isso se há esse controle tão seguro? Olha, nós estamos com uma aeronave que não está identificada a altura, então por favor, desvie a sua rota para 40 mil pés, tirar ele na linha de possível encontro com plano de voo de 37 mil. Se havia dúvida, vamos pecar por excesso. E para concluir, V.Exª, na explanação que fez agora pré-julgou, porque você afirmou.

SR. WALDIR PIRES – Eu não pré-julguei porque eu não julgo. Eu dou a minha interpretação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então a sua interpretação, V.Exª colocou que o transponder do Legacy estava desligado porque a caixa preta assim indica e que dois minutos depois ele foi ligado.

SR. WALDIR PIRES – E é verdade, mas isso está na caixa preta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então houve o desligamento.

SR. WALDIR PIRES – Mas isso está na caixa preta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, por muito mais razão, o controle de voo deveria ter informado a outra aeronave de que ele teria que desviar da rota que ele estava para evitar a perda de 154 vidas.

SR. WALDIR PIRES – Só que o outro estava sendo acompanhado por Manaus.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas estava sem comunicação o Boeing também?

SR. WALDIR PIRES – Se tudo estivesse ótimo, que tudo estivesse ótimo, evidente que não teria havido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o Boeing estava sem comunicação também?

SR. WALDIR PIRES – O Boeing não tinha complicação nenhuma, o Boeing vinha a 37 mil metros, fazendo o voo dele tranquilo de lá para cá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, mais uma vez V.Exª está interpretando a responsabilidade do Legacy.

SR. WALDIR PIRES – Eu não estou interpretando a responsabilidade. Eu estou constatando como um dever de constatar para ser leal com os senhores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só espanto novamente de que a torre não tenha avisado ao Boeing para que ele saísse do nível de 37 face à dificuldade de comunicação com a outra aeronave.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O tema é emocionante, é empolgante, envolve vidas e todos tem o direito e o dever de numa hora como essa querer alguns esclarecimentos, mas eu pediria apenas ordenamento nos debates para que a gente consiga chegar ao final com resultados positivos. Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Só rapidamente, até porque eu ainda preciso que o Dr. Jorge Botelho fale um pouco.

Veja, claro que todos nós aqui estamos querendo de alguma forma auxiliar a identificar o problema para tentar resolvê-lo. Eu com todo o respeito aos meus queridos amigos americanos, eu adoro falar mal de americano, mas não dá para identificar. Isso era preciso ele por em risco ele mesmo, desligar o transponder, dar um voo lá em cima, querer aparecer, adoro falar mal de americano, mas na lógica formal não resolve porque ele poderia estar pondo em risco a ele mesmo. Claro, mas poderia dizer: Mas o transponder do Legacy é diferente não é ao lado ali do piloto, pode ser no painel, portanto ele pode ter desligado errado, a asa do Legacy é mais poderosa do que a asa do Boeing. Pode levantar muitas coisas, mas tem uma coisa objetiva que falhou.

Então, por que falhou? Isso aconteceu. Por isso que eu queria, Jorge Botelho, que você dissesse por que era normal isso sumir um avião porque era impossível eu ver um avião sumir não comunicar o outro avião, olha vai ter um problema, tem um avião que sumiu. Não. Se o transponder estava desligado.

SR. WALDIR PIRES – Ele não sumiu do radar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Se o transponder estava desligado e o outro não conseguiria identificar, alguém tinha que avisar. É para isso que existe a comunicação, não tem justificativa, não ter Brasília, não ter Manaus, isso é possível, a comunicação existe para isso. Então, algo falhou, isso era normal acontecer, Jorge Botelho? Era normal o procedimento de repente haver um problema ou uma chamada zona cega, algum problema era normal que isso acontecesse para justificar a não comunicação imediata para o GOL? É normal, as condições objetivas de trabalho de vocês estão perfeitamente em ordem como aqui está sendo colocado ou não? Então, eu queria ouvir o senhor também.

SR. JORGE BOTELHO – Veja bem. Logicamente que essas perguntas são bem pertinentes. Agora, a gente necessitaria ter... Essa transcrição exatamente para ver em que tempo essas coisas aconteceram. As perguntas aqui são bem colocadas, então é o seguinte, fica a dúvida. Essa dúvida, ela só é sanada a partir do momento em que sabe exatamente cada ponto o que aconteceu. Em que momento perdeu-se a comunicação, em que momento perdeu-se o contato radar, em que momento houve a comunicação com o Centro Manaus de que havia uma aeronave em sentido contrário, na rota com falha de comunicações e também se haveria tempo hábil de quando foi feita essa comunicação, de Manaus tomar alguma providência quanto a isso, ou se isso aí não aconteceu justamente naquele interregno de foi passado à instrução para ele chamar Brasília antes que fosse comunicado de que havia um avião em contrário, em sentido contrário, se bem que havia dúvida quanto ao nível e se, nesse momento, não houve tempo entre ele chamar Brasília e receber a instrução para desviar.

Isso aí a gente tem também informações, isso já foi colocado pela imprensa de que há reportes de que naquela área havia problema de comunicação e problemas de radar. Isso os pilotos já cansaram de falar e a gente tem relatos de controladores quanto a isso aí. Então é preciso justamente verificar em que momento isso aconteceu, porque às vezes, na velocidade que eles estavam, 10 segundos ou um minuto pode ser uma coisa, uma eternidade, como também não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu cumpro o meu compromisso com V.Ex^a e dou a minha palavra por um minuto e em seguida Delcídio Amaral, ex-Líder do PT nessa Casa que está com o semblante triste, mas eu queria sugerir um pouquinho de paciência e se sinta aqui nesse recinto como uma ante-sala de avião esperando o seu vôo. Chega, demora mais chega. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Eu queria agradecer a sua grande generosidade e dizer que o Senado fez muito bem entrando nesse tema, nós vamos entrar amanhã também. Eu já tive a oportunidade de falar com o Ministro da Defesa e dizer que a última coisa que os políticos podem fazer nesse momento é complicar a situação. Nós queremos exatamente contribuir para descomplicar a situação. Então amanhã nós faremos a nossa audiência, recolheremos todas as sugestões e eu proponho que a gente trabalhe junto com o Senado no que diz respeito ao apoio do Congresso para resolver esse problema. Só que eu entendo a solução desse problema não apenas a solução do problema dos controladores e não apenas a emergência que nós estamos vivendo. Eu

entendo a solução do problema e o esforço coletivo nosso no sentido do Brasil atingir os padrões internacionais necessários.

Já houve uma inspeção da INCAL(F) aqui em 2000, essa inspeção constatou alguns problemas. Depois a OFA voltou, constatou alguns problemas. Em 2003, houve uma nova inspeção da INCAL(F), houve também 27 irregularidades constatadas e seria o momento agora em 2008 da gente chegar ao stander internacional indiscutível, e para isso eu queria contribuir, eu acho que a Câmara e o Senado podem contribuir também. Sem definir caminhos antes, mas nós queremos estar nesse objetivo. Até 2008 vamos chegar de uma forma indiscutível aos padrões internacionais? Vamos então essa é a nossa disposição.

SR. MILTON ZUANAZZI – Eu posso dar um aparte colaborativo aqui, Presidente? Posso, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para prestar um esclarecimento Dr. Zuanazzi.

SR. MILTON ZUANAZZI – No sentido de colaborar mesmo, porque eu vejo nos depoimentos todo mundo tendo razão e há conjuntos de razões, eu estou, desde este acidente, 28 de outubro, 24 horas a nossa equipe da ANAC participa dessa investigação, então a primeira coisa que eu queria dizer, que me parece fundamental, é que nós aguardemos o final dessa investigação, ela vai apurar isso, é fundamental que isso se dê.

Segundo, que o Deputado Gabeira antecipou o que eu ia colocar. As normas internacionais, hoje, nós vivemos num mundo muito dispare, operação por radar são poucos Países que tem controle absoluto do seu espaço aéreo, Brasil um deles recentemente. Imagina o que é a aviação na África, os mesmos Países da América da Sul. Nós temos um nível de disparidade muito grande. O Brasil tem sido até, politicamente, o País que faz esse anteparo entre uma evolução e até uma exigência quase que acima de todos os limites especialmente feitos pelos Estados Unidos e com o acompanhamento dos demais Países nos aspectos tecnológicos fundamentais. Por isso que o Senador César Borges tem razão, mas o Ministro Waldir também, há uma regra básica, porque eu posso estar voando numa aerovia americana, mas posso estar voando numa não aerovia africana e eu posso estar com uma operação de radar sob controle, posso estar absolutamente desaparecido sem ninguém saber que eu existo. Nessa hora fica valendo plano de vôo para qualquer piloto, quando ele perde todos os contatos, ele tem que seguir aquilo que estava determinado. É aquilo que lhe dá a segurança. A questão de avisar ou não o avião que vem, imagina agora entre Brasília e São Paulo quais vôos estão ocorrendo nessas ae-

rovias, dezenas. Eu não estou falando só de aviões comerciais, tem aviões gerais, táxi aéreo, enfim. Evidentemente que todo mundo tem que estar dentro de um determinado nível, voando num determinado nível, naquilo que é predeterminado. E se todos estiverem com os transponders ligados o operador sabe exatamente se ele está na altitude correta ou não.

Então, na verdade, a investigação vai nos dizer isso com absoluta precisão. Ela já fez, inclusive um relatório preliminar, lançou esse final de semana, pode demorar, uma investigação, às vezes, é lenta, propositalmente para chegar à conclusão cabal. Então eu queria deixar esse depoimento porque eu acho que é importante, eu sinto a angústia dos Senadores que é a angústia de todo mundo, mas tenho certeza que os nossos investigadores vão fazer esse resultado da opinião pública brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E agradeço a participação do Dr. Zuanazzi e compreendo, ele não é do ramo, ele não acrescentou nada a questão. Há de convir o seguinte, se o transponder tiver desligado avisar que com o transponder ligado não é avisado, não é isso. E ele sabe muito bem que não é isso. Agora o que nós não podemos santanizar ninguém, nem piloto A, piloto B, nem tampouco controlador. Não é verdade, é aguardar a investigação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, eu queria discordar de V.Ex^a, o Dr. Zuanazzi acrescentou sim, ele nos orienta que não podemos voar sobre a África e sobre alguns Países aqui da América do Sul e eu gostaria de saber quais são os Países que não tem o controle do seu território por radar.

SR. MILTON ZUANAZZI – Presidente, aliás podemos voar no Brasil, como se voou sem radar há muitos anos, não é o problema do radar. O radar é porque são tecnologias modernas em função do excesso de tráfego. Não, tem segurança sim. Por rádio, por comunicação. Absoluta segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria fazer um apelo aos companheiros, sei que esse tema é um tema fantástico, eu proponho até numa segunda etapa a gente promover um curso de navegação aérea, não tem nenhum problema, a Comissão de Infra-Estrutura procura, agora no momento nós temos que avançar, temos outras atividades no Plenário, inclusive com votação e eu quero passar a palavra aqui ao triste e macabúzio Senador Delcídio Amaral.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Não, eu não sou o próximo escrito aí não,

Presidente? Eu permutei com a Senadora Ideli, ela estava em seguida.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Não, se permutou com a Senadora Ideli está para trás.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Ideli, não. Senadora Ideli, não. Senadora...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Ideli.
SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a permutou com a Senadora Heloísa Helena...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Heloísa Helena.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...e foi para o 24º da fila.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Muito bem colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Que era exatamente a ordem. É não, brincadeira, Senador. V.Ex^a... V.Ex^a é logo após o Senador aqui na ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, demais autoridades presentes, Parlamentares. Senador Heráclito, eu gostaria de fazer uma... Eu acho que nós, nesses últimos anos, nesses últimos três ou quatro anos, a aviação comercial ela passa por um período, passou por períodos difíceis, eu acho que vários oradores aqui falaram sobre o 11 de dezembro, falaram sobre as dificuldades que a aviação comercial enfrentou, principalmente ao longo de 2003, como disse o Dr. Bologna, exigiu quase que uma lição de casa de cada companhia no sentido de corrigir seus rumos. Nós tivemos a crise da VARIG também, uma crise que se estendeu por muito tempo e uma crise também, que como existiam muitas indefinições de caráter jurídico, as outras companhias estavam impossibilitadas de fazer frente ao mercado que se apresentava em função dessas dúvidas de caráter jurídico. E nós tivemos também, nesses últimos quatro, cinco anos, a criação da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, quer dizer, segregando aquilo que pertencia ao antigo DAC para essa nova agência.

Isso fazia parte de um acordo, inclusive, passado com autoridades americanas, a criação da ANAC era uma questão estratégica, inclusive para o País. Ela passa não só pela administração de vôos, pela fiscalização, pela regulação, mas também por outras atividades como recheques de pilotos e como homologação de aeronaves construídas no Brasil. Nós somos um dos poucos Países que podemos homologar aeronaves. Isso é muito importante em função de um mercado que se apresente especialmente para a indústria Aeronáutica brasileira. Mas a realidade é que nós enfrentamos muitas dificuldades ao longo desses

anos, muitas mudanças, muito problemas. E no meu ponto de vista esses problemas de uma quase adaptação das companhias aéreas, de um programa acentuado de investimentos, principalmente na infra-estrutura aeroportuária, no momento de passagem de bastão do antigo DAC para a Agência Nacional de Aviação Civil, nós tivemos num período longo de transição, ao longo desses quatro, cinco anos, inegavelmente sobre todos os aspectos. E houve, infelizmente, esse acidente com a GOL e com o Legacy que precipitou uma série de questionamentos que já vinham, já caminhavam há um bom tempo. Eu não tenho dúvida nenhuma que esse acidente da GOL foi a precipitação de outras coisas ou outras questões que ainda não... Que vinham sendo supostamente administradas. Entendo, e os Senadores que me antecederam perguntaram se esse não teria sido o divisor de águas na questão dos controladores. Na minha pouca percepção, ou naquilo que eu pude me informar a respeito, evidentemente foi um divisor de águas, porque havia uma operação por parte dos controladores de voo, se havia sobrecarga ou não, esses fatos pretéritos indicavam que sim, que sim, a despeito de posicionamentos contrários, eu não vou entrar aqui também, senão vai virar um debate, uma discussão de quem fala a verdade, quem mente, e eu não estou aqui para isso, mas a realidade é que existiam dificuldades com relação aos controladores. Existia, já anteriormente, eu posso dizer isso porque eu fui Relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Senado, tive a oportunidade de conversar com todo o setor aéreo, com o militar, com o civil, com linhas aéreas regulares, não regulares. Eu conversei com sindicatos, eu conversei com muitas pessoas, e efetivamente existia esse problema. Mas administrado com a competência que o preparo que os controladores de voos brasileiros efetivamente têm e que corresponderam a essa importância, a essa respeitabilidade que principalmente o Brasil tem no controle do seu espaço aéreo, seja civil, seja militar.

Aqui foi dito, não sei por quem, mas é importante, eu aprendi com a Aeronáutica, as aeronaves que vem de fora, o espaço, os controladores brasileiros comandam inclusive o pouso dessas aeronaves e o tráfego dessas aeronaves nos Países vizinhos, como a Argentina, Chile e assim por diante.

Portanto, nós realmente conseguimos consolidar no tempo do DAC, é importante deixar bem claro isso, o trabalho que o DAC e que a Aeronáutica fez ao longo de todo esse período, mas nós conquistamos excelência, principalmente no controle aéreo.

Agora, essas dificuldades, efetivamente, já vinham acontecendo. E eu, no papel de um controlador de voo, eu também ficaria muito preocupado depois

da ocorrência. Primeiro, e aí é a leitura, é a leitura de alguém que simplesmente acompanha os fatos, mas esse acidente da GOL, ele precipitou uma série de questões e mais, o próprio acidente colocou a Aeronáutica em algumas situações de absoluto constrangimento. Em qualquer lugar do mundo uma investigação dessa tem que ser conduzida com o sigilo que é o que a Aeronáutica procurou fazer, e o que aconteceu é que todo mundo dava palpite na investigação. Até eventualmente algumas situações responsabilizando. Era ora controlador de voo, era ora ou suspeitava-se na ocasião que seriam os controladores de voo, mas incisivamente que os pilotos do Legacy seriam os responsáveis, única e exclusivamente. Só que um acidente nesse nível é uma sequência de fatos equivocados, nenhum acidente tem uma causa específica, isso em qualquer ramo de atividade. Eu venho da área de energia, qualquer acidente na área de energia, os senhores podem ter certeza que não é originário de um só fator. É uma sequência de equívocos de falhas, não falhas intencionais, mas que a realidade dita.

Então, esse acidente da GOL, ele realmente precipitou, trouxe à baila questões que de certa maneira vinham sendo mitigadas, e os controladores de voos, naturalmente, numa questão defensiva, como diz, eles começam a trabalhar no *by the book*, ou seja, o que está escrito, sem desviar uma vírgula daquilo que efetivamente determinam as normas. E foi o que aconteceu, o espaço de 10 minutos, os 14 aviões na tela e com as dificuldades que naturalmente ocorreram fruto desse acidente.

Então, eu acho que nós precisamos analisar isso com a gravidade que tudo isso teve, nós precisamos tirar lições e uma delas é a questão dos controladores de voo. Se vão ser militares, se vão ser civis, eu acho que isso o tempo vai dizer o que é mais conveniente, mas eu quero registrar aqui que os militares fizeram um grande trabalho no controle de voo, pelo menos em tudo aquilo, em todo o histórico que eu levantei ao longo desses anos todos. Não estou aqui, não vim aqui defender nem A, nem B, eu estou simplesmente colocando algumas constatações daquilo que eu percebi ao longo desse grave acidente e as consequências que vieram.

Então, os controladores efetivamente representam um problema hoje. Eles que deveriam ser solução, existem dificuldades. Eu, depois, queria até saber, isso é uma curiosidade minha, se dos controladores de voo, se exige proficiência em inglês. Eu procurei saber, inclusive, nesse concurso público, se exigia proficiência em inglês, isso é muito importante. Eu tenho informações, inclusive, evidente, podem não ser reais, que parte da orientação dada para que os pilotos do Legacy des-

cessem na Serra do Cachimbo foi feito por uma outra aeronave que estava próxima, por um Comandante de uma outra aeronave que estava próxima, que vinha há 20 minutos atrás. E que fez a interface com os pilotos americanos com a Serra do Cachimbo para que ele pousasse. Então a questão da proficiência em inglês também é importante, no caso era uma base militar, mas qual é o comportamento dos controladores e o nível de exigência com relação à proficiência no idioma, pelo menos no inglês.

Então, eu acho que essa é uma questão que nós vamos ter que discutir, é um problema grave, é um problema sério, porque as informações que eu tenho é que não existe em determinados casos, não existem essa proficiência ou nem todos tem essa facilidade nos contatos com as aeronaves. E uma coisa também que eu também gostaria de destacar, foi feito uma exposição bem ampla sobre o controle aéreo, sobre o CINDACTA-1, sobre CINDACTA-2 em Curitiba, ou III em Recife, o IV em Manaus, mas conversando com pilotos, pilotos vários, pilotos civis, pilotos de empresas aéreas, pilotos de aviação executiva, eles constatarem com absoluta serenidade que em determinados períodos do dia essa comunicação não é tão tranqüila como se apregoa. Isso é generalizado. Eu tive, inclusive, a curiosidade de perguntar para alguns pilotos de companhias aéreas que me disseram isso, e um piloto é um homem responsável e ele também sabe administrar esses problemas transitórios que podem vir a acontecer.

Então, eu acho que... Tudo isso que ocorreu efetivamente é uma consequência de um setor que vinha num processo de transição institucional, num processo de transição conforme as variáveis de mercado, conforme a realidade das companhias aéreas, conforme a criação de outros órgãos que estavam surgindo, até por outros acordos que foram feitos, mas isso é absolutamente necessário que nós tenhamos condições em função dos tristes acontecimentos de encontrar uma saída para esse impasse.

Portanto, eu acho que aquilo que ocorreu, demonstra nitidamente, e eu vou entrar sim, vou falar de uma maneira muito resumida até pelo adiantado da hora, é uma questão de gestão, gestão de recursos humanos, gestão tecnológica, e porque não dizer também, porque existem organizações que estão novas no Setor Aeronáutico Brasileiro até de um ajuste claro, de uma integração clara entre os vários órgãos que atuam na Aeronáutica civil. Eu acho que esse exemplo ficou claro, a questão da gestão, a questão da tecnologia e a questão da interface entre os vários órgãos que compõem hoje a aviação civil.

Eu, pessoalmente, vi em algumas situações posicionamentos que me levavam pessoalmente a confundir o que era atribuição de cada um. Entendo que isso pode ter acontecido até pelo afã de se acertar e pelo sentimento da crise que se enfrentava, mas eu vejo com muitas preocupações o caminhar dessas questões, principalmente no que se refere a controle de voo, com todo o otimismo aqui demonstrado. Não só na formação de profissionais, no prazo que é necessário, mesmos aqueles que têm experiências, já estavam aposentados, mas a tecnologia Aeronáutica avança, ela é muito rápida, eletrônica, ela quase que corre, ela muda em tempo real, o que seria moderno hoje daqui a seis meses não é mais.

Então, não é uma questão somente de substituir pessoas, mas adequar essas pessoas a tecnologias que está sendo disponibilizada, ou tecnologia que está sendo revitalizada. Então, eu vejo com muita preocupação o andamento dessa questão. Agora, como consequência de tudo que foi falado anteriormente, mas acima de tudo, nos aeroportos, e vejo com preocupação também, vejo, como disse o Brigadeiro Bueno, a preocupação com a segurança absoluta, absoluta. Mesmo que se castigue a questão do tempo que é o que está acontecendo. Mas eu vejo com muitas preocupações também, além das ações que eu entendo que foi colocado aqui em 60 dias, eu acredito que vão vir propostas na área tecnológica, vão vir propostas na área de gestão pessoal, na política de salários. Nós temos, grande parte de controladores de voo militares que eu não tenho dúvida, eles são Sargentos, ele tem que seguir aquilo que determina as forças, mas talvez encontrar uma saída, uma gratificação de função, alguma coisa assemelhada que faça alguma compensação com relação a remuneração até para que se atravessasse esse período mais complexo, que eu volto a dizer, não acredito que tão rapidamente nós venhamos a ter um controle total da situação.

E para concluir, eu queria fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires e fazer uma pergunta também ao Brigadeiro Bueno, mas, manifestar a minha preocupação com as companhias aéreas. As companhias aéreas têm sofrido muito porque tem sofrido o desgaste desses problemas. Foi dito aqui que a eficiência principalmente nos horários de vôos chega a 96%, porque é natural em função de manutenção, em função de condições meteorológicas atrasos, mas esse 96% é um número extremamente bom, mas o que me preocupa é a situação das companhias aéreas também, porque bastam pesquisar não tanto rigor as companhias estão sofrendo perdas, perdas porque já houve redução em rotas turísticas acentuadas, isso testemunhada pelos próprios tripulantes das companhias aé-

reas, muitos turistas estão avaliando se vem ao Brasil ou não, porque ficam preocupados com o tempo que vão levar nos aeroportos, inclusive o turismo interno, inclusive o turista interno e os gastos que as companhias estão tendo.

Agora, recentemente por uma curiosidade minha, o avião já com as portas fechadas recebeu autorização do *push back*, começou a taxiar, quando ele estava na fila para decolagem, ele recebeu uma orientação que deveria retornar, e a opção era do Comandante, o Comandante voltou, parou no *finger* de novo, o *finger* encostou, ele abriu a porta e veio a autorização para ele decolar de novo. A situação que nós estamos vivendo sem falar em situação onde a aeronave está com passageiros e fica uma hora no chão esperando o “Ok” para começar o táxi. Só que para uma aeronave ficar parada, ele está com turbina auxiliar funcionando, ela está com o sistema de ar-condicionado funcionando, ela está com o sistema de iluminação funcionando, ela está com os controles funcionando, quanto custa isso? 10, 15, 20% dos custos das companhias aéreas?

Então, na minha leitura é uma questão importantíssima também que nós temos que avaliar e nós estamos chegando perto do Natal, do ano novo e das férias.

Portanto, eu entendo até as dificuldades, eu acho que foi um somatório de problemas e dentro de um setor que estava passando por crises sistêmicas que todos nós aqui sabemos ou por adequações institucionais importantes para o seu bom funcionamento, mas nós fomos surpreendidos por esse acidente. E eu espero, conhecendo a competência, principalmente das várias autoridades presentes, eu espero que rapidamente nós encontremos, ou venhamos a encontrar uma solução adequada para essas dificuldades que estamos enfrentando que, infelizmente, na minha leitura não é imediata. Apesar de todos os esforços dedicados até em função da complexidade do problema e uma questão que precisa mais do que nunca serenidade, precisa mais do que nunca diálogo, e acima de tudo o compromisso com a segurança que é o fator fundamental para trazer tranquilidade a todos nós brasileiros, brasileiras, turistas estrangeiros que vêm visitar o nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente, eu não queria fazer nenhuma pergunta, mas só queria manifestar as minhas preocupações em função desse quadro todo, em função de informações que eu, ao longo desse período aí, consegui receber de pessoas que atuam nesse setor que é fundamental, um setor de importância absoluta para o País.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao nobre Senador Delcídio Amaral e pergunto aos convidados se teriam alguma observação a fazer a explanação. Sr Botelho, por favor.

SR. JORGE BOTELHO – Gostaria de falar para o Senador Delcídio que realmente essas palavras, a sua análise foi bem colocada na questão do controle de tráfego aéreo. E a sua observação quanto a proficiência da língua inglesa eu quero lhe informar que realmente há essa deficiência aí de muitos anos. Primeiro porque não há obrigatoriedade da proficiência da língua inglesa quando você faz o concurso, é requerido um nível mínimo. Mesmo porque se oferecer, se tivesse essa obrigatoriedade dessa proficiência teria que haver a oferta de um salário melhor e o que é oferecido realmente não vai atrair.

Bom, eu longo eu trabalhei como controlador de tráfego aéreo durante 26 anos. Nesses 26 anos, uma das grandes reivindicações, a principal reivindicação que eu fiz como diretor, foi justamente nessa questão da língua inglesa. Nós requeremos, nós sempre pedimos que haja uma disponibilidade de curso de inglês para os controladores porque tínhamos essa dificuldade.

Hoje, o sistema continua da mesma maneira, nós temos agora, em março de 2008, temos que cumprir uma exigência da OACI que é a Organização de Aviação Civil Internacional no sentido de que os controladores, o pessoal de tráfego aéreo tenha pelo menos o nível quatro e está difícil de se alcançar isso aí. Agora, ao longo desses 26 anos, eu vi várias vezes curso de inglês começar e daqui seis meses terminar. Começa um curso hoje e termina e começa, briga de novo, “mas nós precisamos do curso de inglês”. Aí dois anos depois começa de novo, aí monta um curso aqui, começa e daqui seis meses termina. Você pode perguntar a qualquer controlador antigo que ele vai dizer que a história é a mesma. Tem vários lá que estão lá assistindo que vão confirmar essa história, por várias vezes. Isso aí desestimulou. Depois da primeira, segunda, terceira, quarta tentativa, aí ninguém mais estava interessado. “Olha, eu vou começar um curso de inglês para daqui a um mês terminar...”. Isso já vem de longos anos, e temos, então, essa demanda para resolver com relação a 2008 que já estamos aí em cima do prazo e eu não sei se vamos conseguir alcançar um bom nível, esse nível quatro que está sendo exigido pela Organização Internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, eu só... Não querendo, eu estou preocupado com o tempo, porque existem outros oradores também, eu queria só fazer uma pergunta ao Ministro Waldir Pires

se há algum desenho de uma estrutura específica que vai agregar ao setor aeronáutico esses controladores de voo, se já existe alguma posição, porque nós lemos em vários jornais, a imprensa divulga que se estaria estudando uma outra alternativa para congregar esses controladores, resolver a questão da remuneração em função da remuneração dos Sargentos especificamente da Aeronáutica, e se realmente a intenção é se criar alguma instituição que venha a assumir esse papel ou alguma instituição que venha buscar essa alternativa de terem única e exclusivamente controladores civis e não esse sistema híbrido que existe hoje, ou controladores militares.

SR. WALDIR PIRES – Como nós já anteriormente dissemos, Senador, nós instalamos um grupo de trabalho com a presença dos representantes da Aeronáutica, do Comandante da Aeronáutica, dos seus representantes, do Presidente da ANAC, da INFRAERO, dos controladores, dos representantes das empresas, dos aeronautas. Demos um prazo de 60 dias para nós trabalharmos intensamente, verificarmos se nós chegaríamos num consenso sobre essas coisas, como serão, se será dessa forma, ou daquela forma, provavelmente elas vão necessitar que sejam de soluções de Governo e do Parlamento provavelmente, de forma que eu não teria condições de antecipar, não há propriamente uma posição adotada. O grupo de trabalho foi instalado com plena liberdade de elaboração e de reflexão. O que nós queremos é rapidez para termos isto. Uma rápida tranquilidade numa solução muito breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro e demais autoridades que comparecem a essa audiência. Ouvi atentamente as diversas exposições aqui expendidas pelas autoridades e pelos Senadores, que me antecederam e verificamos que a ocupação do espaço aéreo tende a aumentar, a crescer a demanda do uso do espaço aéreo, e eu ouvi de um piloto, há poucos dias, e ouvi de outro hoje, Senador César Borges, dizendo que nos céus mesmo que esteja cristalinamente claro, aliás, Céu de Brigadeiro como usa mencionar, o piloto fica nas mãos do controlador. Não é possível, por mais que exista um sistema de equipamentos modernos, sofisticados que lhe dão a posição, a altitude, à rota, mas não lhes permite dizer quem são os seus vizinhos, quem é que compartilha com ele o espaço aéreo, mesmo no sentido contrário, ou mesmo no mesmo sentido em que ele vai se dirigindo.

E nós lemos recentemente do relatório preliminar desse voo que provocou esse trágico acidente que afirma ter ocorrido falha na comunicação, ou seja, na comunicação entre o controlador, em quem o piloto deposita toda a sua confiança e o piloto da aeronave. Houve falha na comunicação. E eu gostaria de saber e eu faria essa pergunta, então, endereçada ao eminente Brigadeiro Bueno já que o País investiu muito em equipamentos e num sistema exatamente de comunicação para cobrir todo o espaço aéreo brasileiro para que não existisse um buraco negro no espaço aéreo brasileiro em termos de comunicação, eu gostaria de saber se essa falha, é uma falha eventual ou se são falhas permanentes de comunicação que existe entre as aeronaves e os sistemas de controle no Brasil. Se essas falhas podem ocorrer por deficiência do equipamento, por estresse, cansaço ou negligência do controlador. E quais são os serviços de radar oferecido pelo serviço de controle e como são prestados esses serviços. Eu teria mais outras perguntas, mas se me permitir, Presidente, eu parcelaria para facilitar a compreensão das respostas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, muito obrigado pela pergunta, ela é interessante, eu tinha, havia falado um pouco a respeito antes. Realmente, quando nós sabemos que houve a falha de comunicação por esse relatório preliminar, eu imediatamente mandei uma ordem para o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, porque nós temos um esquadrão que faz a verificação não só da parte de radar, como da parte de comunicação para que fosse feita a experiência em todo o Brasil, não só na rota em que esse avião estava voando.

Quero também dizer ao senhor que no dia, após o ocidente, o acidente ocorreu numa sexta-feira, no sábado, um avião do GEIV já fez o voo simulando o voo que estariam os dois aviões fazendo e não foi detectada nenhuma falha nessa parte. Essa falha pode ter sido por dois motivos, primeiro – por uma troca de frequência errônea, ter colocado uma frequência que não era do setor, porque nós temos os VHF's que nós chamamos de VHF estendidos que eles vão a uma distância bem grande daquele ponto inicial e quando ele, por exemplo, ele vem falando numa frequência até Brasília, quando ele passa por cima de Brasília e pega outro setor ele muda a frequência, ele deveria ter mudado a frequência, o senhor está entendendo? E nós não conseguimos detectar até o porquê. Por quê? Depois da batida o Legacy voltou a falar. Eu só quero pedir aqui, eu não procurei saber sobre a investigação. Porque a investigação, ela tem que ser realizada sem nenhuma pressão, sem nenhum conhecimento, ela deve ser preservada. E nós só vamos poder dizer

e isso vai ser aberto quando chegar ao final também e deverá haver, eu acredito que nova apresentação durante o desenrolar dessa investigação. E no final ela vai concluir exatamente o porquê que aconteceu.

Então, para nós, não houve falha dos equipamentos. Posso... Eu prefiro não fazer nenhuma conjectura, podia dizer que alguém abaixou o rádio, alguma coisa, piloto, o senhor sabe, não abaixa rádio, pelo contrário, ele sempre até aumenta mais o volume, se ele tiver distraído para chamar a atenção.

Então, Senador, eu não acredito que houvesse negligência, mas acredito porque havia, segundo informações que a gente teve, eu tive pela imprensa, não sendo dos autos do processo de investigação de que haveria necessidade de trocar os equipamentos de transponder. Porque esse modelo não seria mais autorizado por motivos dele se desligar automaticamente.

Então, Senador, a gente, realmente, só depois da conclusão é que nós vamos ter. Agora por que nós fizemos isso? Porque se a gente sabe que se alguma coisa pode ter falhado, a gente tem que sair em busca dessa coisa que tenha falhado. Então nós não temos notícias de buracos negros nas nossas rotas e não temos notícia de que durante esse voo, ele estivesse em pane o equipamento, tanto que é logo depois ele veio a funcionar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E sobre o serviço de radar, quais são os serviços de radar oferecidos pelo centro de controle?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Completo, ele tem um serviço completo, ele tem a cobertura completa daqui a Manaus, como o senhor viu, ele tem um serviço completo. Ele estava sendo avistado pelo radar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Vai perpassando por diversos equipamentos instalados?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Vai passando num radar, automaticamente o radar na frente estava vendo, o Senador também sabe disso, o avião, ele, como ele não estava com o transponder ligado, ele não tem exatamente a altitude, não é marcado, vamos dizer 36 mil pés, ele não fica marcando 36 mil pés, ou 37 mil pés, ele fica oscilando. Vai a 36, vai a 35, vai a 34, vai a 38 e quero crer que o controlador o estava vendo a 36 mil pés, isso eu quero crer. Eu acredito nisso. Que ele, de maneira alguma, um controlador iria dizer que o avião estava a 36 mil pés se ele não estivesse passando.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Se estivesse fora da altitude recomendado ela certamente...

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Ele deve ter se convencido, ele se convenceu que estaria a 36, na minha opinião, o senhor está entendendo? Agora, isso é opinião. Eu não vi a investigação. A investigação vai chegar exatamente no ponto o que ocorreu. Isso tudo está gravado, agora, a gravação, ela é consequência, o resultado é consequência de uma série de comparações. A que distância estava? A outra distância que ele estava, o senhor está entendendo? O radar da Amazônia, o Centro da Amazônia já tinha adquirido o avião, já estava acompanhando também, o senhor está entendendo? Eu acredito que um controlador passou para o outro que estaria passando para outro de Manaus, são aquelas pedras, nós chamamos de dominó, pedras de dominó, consequência de uma série de casualidades, vamos dizer assim, que aconteceram.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Uma outra questão, Comandante, a cerca de um ano, ou pouco mais de um ano, a Aeronáutica solicitou autorização do Ministério do Planejamento para realizar concurso para admitir controladores. E se solicitou é porque entendia que o número, se era suficiente com o crescimento teria uma demanda maior ou já estava sentindo a necessidade de suprimento de controladores no sistema existente. Por que não foi realizado o concurso?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Isso eu explico para o senhor. Porque em 2002, nós começamos com a previsão, com o planejamento, olhando, nós em 2002 começamos a formar 30% de controladores a mais na escola. Porque vislumbrávamos uma necessidade de controladores. Houve uma redução em 2001 com o acidente de 11 de novembro, houve uma redução muito grande, de tráfego aéreo, em todo o mundo, inclusive no Brasil houve a situação. E a quantidade que nós estávamos formando, ela era suficiente para atender o que estava previsto, o senhor está entendendo? Porque quando nós matriculando, por exemplo, nós estamos matriculando agora, agora em janeiro para sair daqui a dois anos. Nós aproveitamos agora essa oferta, abertura do MPOG no Ministério do Planejamento e pedimos para retornar, por quê? Porque agora nós estamos vendo, nós começamos a ver que o tráfego aéreo está muito superior àquilo que estava sendo estimado, o senhor está entendendo? Inclusive, nós estamos com um planejamento de formarmos maior quantidade do que estava previsto há dois anos atrás. Estava previsto, estamos formando 80, passamos para 90, já estamos com o planejamento de 120.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Nós não estamos enfrentando uma dificuldade de profissionais, agora?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Está faltando.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, nós não iríamos formar profissionais se não houvesse necessidade. Dar emprego desnecessário é uma carga que para a gente, no mínimo 35 anos, quem a gente emprega agora, se a gente emprega a mais vai sobrecarregar no futuro. Por esse motivo que nós não fizemos o concurso no final do ano passado que não teria influência agora. Se nós tivéssemos feito o concurso no ano passado, nós já estaríamos com esse pessoal...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Presidente, muito barulho.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Nós estaríamos com esse pessoal começando a sair da escola, possivelmente saindo agora em outubro, novembro, que a gente ainda teria gasto, ainda dois anos, porque apesar da gente achar que o controlador nosso é mal formado e muitas vezes alguns falam isso, que eu já ouvi controlador dizer que eles são mal formados, eles levam dois anos na escola e mais um ano de aperfeiçoamento e às vezes mais. E nós não abrimos mão, eu vou dizer ao senhor novamente, da qualidade do nosso controlador, nós temos muito orgulho dos nossos controladores.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. Comandante, ainda mais uma pergunta para o senhor aqui. Nos últimos os órgãos de controle de voo europeu e americano sugeriram a adoção de uma redução das distâncias entre as aerovias, é a separação vertical mínima reduzida.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente, nós temos hoje...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – De dois mil para mil pés.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E o Brasil passou a adotar essa prática já no ano passado.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Todo mundo passou a adotar essa prática. Isso aí foi mundial.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – O Brasil fez a preparação adequada.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senão não pode voar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com os nossos controladores com a capacitação adequada para essa aproximação das aerovias.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Exatamente. E vou dizer ao senhor, os aviões foram adaptados para que os nossos instrumentos indicassem acuradamente as suas altitudes. Um avião normalmente fica em torno de 500 mil dólares para o senhor fazer essa adaptação, porque senão ele tem que voar abaixo do nível 290. 290 são 29 mil pés.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Ele é visual. Esses 290.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Não, é instrumento também, só porque o altímetro, a proporção que o senhor sobe, o altímetro comum, ele começa a dar uma defasagem de correção de altitude, mas esses especiais, eles dão exatamente a altitude que está o aviação. Isso é apurado de modo quem está a 33, 34, 35, o espaço aéreo praticamente duplicou.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. E por último eu gostaria, Presidente, de fazer ainda ao Brigadeiro Bueno, duas questões que angustiam familiares das vítimas que tem acompanhado o desenrolar desse processo, que tem enfrentado muitas dificuldades. A Srª Margarida Araújo, ela afirma que segundo a sua assertiva, nós temos um espaço aéreo extremamente seguro, ela se diz confiante e que precisa sentir confiante com a segurança do controle do espaço aéreo brasileiro. E quanto à apuração dos fatos, ela pede transparência na divulgação dos resultados, os relatórios dos resultados das investigações, elas sejam comunicados aos familiares das vítimas.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu posso garantir ao senhor que o relatório preliminar foi primeiro apresentado aos parentes, os representantes dos parentes das vítimas, depois é que nós fizemos a reunião com a imprensa. Quando nós constatamos a queda do avião, eu acho que o senhor está lembrado disso, uma das questões que eu fiz, foi de levar, a primeira coisa que eu fiz, na segunda-feira, foi levar os aparentes das vítimas até o local do acidente, oito representante foram até lá. Para não ocupar espaço, eu não fui, eu fui à outra oportunidade com o nosso Ministro, para vermos lá. A primeira atenção que demos foi os aparentes das vítimas. E eles, todo dia nós instalamos um gabinete de crise que todo dia eles recebiam duas vezes por dia, uma parte da manhã e uma parte da tarde, o *briefing* do representante nosso o que é que estava ocorrendo. Quantos corpos nós tínhamos achados e toda a assistência foi prestada, Senador.

Então, nós em momento algum descuidamos... Agora para nós encerrarmos a busca, nós levamos a família do engenheiro Paixão lá para ver, mostrar a eles que a gente não tinha nenhuma oportunidade mais, já tinha se esgotado tudo e eles concordaram conosco a

esse respeito, porque nós sempre pensamos que poderíamos ou estar lá ou ter um parente nosso nisso.

Então, de maneira que em momento algum, nós deixamos de prestar assistência.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – A última colocação, Brigadeiro, foi-nos enviada pela Sr^a. Denise Magalhães que também é parente de uma das vítimas do acidente da GOL. Ela fala a respeito dos pertences das vítimas, quando é que será entregue os pertences das vítimas aos familiares?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu tenho o Brigadeiro Teles Ribeiro que ele pode responder ao senhor porque que ele tem acompanhamento, o meu homem da comunicação social, os pertences das vítimas, Teles, como é que nós temos feito?

SR. TÉLES RIBEIRO – Os pertences, eles são catalogados, estão guardados decisão judicial ou para ser entregue a GOL ou a quem definido pela justiça. E temos mantido os familiares informados a esse respeito.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Quer dizer, serão entregues depois de decisões judicial.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Depois da decisão judicial que mandaram aguardar, então a gente tem... Só depois.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu agradeço as informações prestadas. Presidente, eu fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao nobre Senador Leomar Quintanilha e passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado Sr. Presidente, eu quero saudar as autoridades aqui presentes, Sr. Marcos Bologna do setor privado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa que aqui se encontra, ao se olhar de hoje, você tem uma nova perspectiva, mas os acontecimentos, nós temos que fazer uma retrospectiva, toda essa crise nós estamos aqui porque houve um acidente aéreo, lamentavelmente com a perda de 150 vidas humanas e que traz um quadro indesejável, não digo sombrio mas indesejável para o País e para a aviação civil nacional que passa por um crescimento, felizmente, acentuado e que é queremos que cresça mais, afinal de contas um País com a população do Brasil e suas dimensões continental tem que ter o transporte aéreo como um transporte de massa e acredito que as companhias aéreas estejam olhando por esse enfoque de tal forma que está ficando acessível a boa parte da população o preço das passagens aéreas.

Entretanto, olhando de hoje, verificamos que a crise nasceu porque havia uma situação de instabilidade, de equilíbrio nessa segurança do voo, senão nós não estaríamos passando por todos esses problemas. Não me cabe aqui, efetivamente começar a discutir, eu não sou técnico especialista em diagnosticar acidente de voo, isso a Aeronáutica tem com a ANAC condições de fazê-lo.

Eu também, assim como disse o Senador Delcídio, eu sou contra aqueles que não conheçam do assunto e que fiquem opinando sobre isso. Porque aí eu acho que já há segundas intenções, e vou me explicar. No momento que houve um acidente e que se procura dar uma versão de credibilidade ou apenas dar uma versão numa intenção de que houve culpa do Legacy, que o Legacy estava desligado o transponder, que o Legacy estava desligado o VHF, que o Legacy estava fazendo manobras não autorizadas, indevidas, aí me parece que há uma segunda intenção e qual seria essa intenção? Seria levar a culpa para o Legacy e aí nada teria acontecido, inclusive, a responsabilidade da indenização das famílias das vítimas passa a ser de uma empresa americana e aí se leva até para o lado político, Brasil versus Estados Unidos, são os gringos, Yankees. Não tem nada disso.

Eu acho que é você fugir da realidade do problema, mas no momento onde as apurações que não foram feitas tão sigilosas assim, começaram a avançar para um lado de que poderia ter tido, eu não quero também ser conclusivo, de forma nenhuma, poderia ter tido uma falha do controle aéreo, poderia ter tido a falha dessa comunicação do sistema montado para dar proteção ao voo brasileiro. Aí as coisas mudaram, porque caso cheguemos à conclusão que houve falha de controle aéreo, teremos a responsabilidade de autoridades, de órgãos públicos, vem vai pagar as indenizações as famílias provavelmente será a União, não vai ser o controlador, mas vai ser a União, aí muda-se o aspecto. Os controladores sentindo que poderiam ser transformados em bode expiatório da situação, reagiram, reagiram.

Então, a imprensa noticiou, eu vou pedir depois que o Sr. Jorge Botelho possa confirmar, que o regulamento do trabalho seria o máximo de 14 aeronaves sendo controladas simultaneamente pelo controlador e que estavam trabalhando acima dessa cota e chegariam a dezoito aeronaves. Quer dizer, aí nós estamos agora num jogo de quem é a responsabilidade. A partir daí, lamentavelmente, surge a crise e uma crise fortíssima que o País nunca experimentou no setor aéreo, com prejuízos, em primeiro lugar, para o consumidor, para a população, para as empresas aéreas, o que ele relatou aconteceu comigo também, já dado o *push*

back, turbinas ligadas, vem o cancelamento de vôos. Aí você tem que retornar para a ponte, novos custos para as empresas, os Comandante ficam revoltados porque sabem que estão dando prejuízos para a suas empresas. Aeronaves que estão voando, por exemplo, de Salvador para Brasília, chega em determinada situação em Bom Jesus da Lapa, ficam obrigadas a ficar ali fazendo órbitas para poder ser liberado para poder vir para Brasília.

Quer dizer, todos esses transtornos sugeriram depois da quebra do equilíbrio instável que existia até o acidente. Muito bem, isso é uma realidade, agora, não adianta você querer escamotear. O importante é que as soluções possam surgir, que os responsáveis sejam identificados, e espero que sejam e seja dada a sociedade quem são os responsáveis pelo desastre aéreo e pela perda de 154 vidas. Mas nós precisamos agora, são de soluções efetivas, e lamentavelmente o que eu assisti por parte do Governo, e aí representado pelo Ministro Waldir Pires que falou em nome do Governo, quem fala em nome do Governo não é o Comandante da Aeronáutica, não é o Presidente da INFRAERO, não é o Presidente da ANAC, mas fala o Ministro dizer textualmente numa penúltima crise, que depois tivemos outras, que quantas vezes nos aeroportos por aí você tem atraso de duas três horas. Não houve nada, textualmente o Ministro Waldir Pires declarou isso, deu na televisão brasileira, nós assistimos na Rede Globo declarar exatamente isso. E há, há uma crise, dizer que três ou quatro horas de atraso a imprensa faz estatística 40, 50, 60% dos vôos atrasados, vôos sendo cancelados. Nós não estamos vivendo num tempo de normalidade, sem sombra de dúvida, e as medidas apontadas até agora são promessas, eu acabei de assistir, respondendo ao Senador Delcídio Amaral o Ministro dizer que não tem efetivamente ainda um plano para solução que tem entendimentos, que tem a vontade, quer dizer, o Ministro muitas vezes coloca uma indignação que eu gostaria de ver mais providências objetivas e efetivas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com muita satisfação, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria pedir a sua compreensão que eu vou ter que dar entrada na CPI das ONGs, é outra encrenca que eu me meti, mas é assim mesmo, e vou ter que ir a Plenário, mas eu queria, por dever até de compromisso assumido, prestar um esclarecimento ao Brigadeiro J. Carlos e ao Ministro.

O vôo que eu me referi foi no dia 14 de julho. A decolagem Aracaju deu-se às 17 horas, o desvio de

rota para João Pessoa e nós decolamos de João Pessoa para Recife às 21 horas. As informações eram as mais desencontradas, uma que o aeroporto só retornaria o funcionamento no dia seguinte. Era o terceiro apagão em poucos dias, os outros eu não saberia dar informação porque não encontraram. O que eu achei interessante é que ao receber aquela pergunta, eu tinha vivido um episódio como esse, e achei que era dever colaborar com o setor para a segurança dela.

Agora, eu quero, Senador César Borges, me congratular com V.Ex^a num ponto que toca o desencontro de informações vindas exatamente do Governo, que passam para a opinião pública informações oficiais. Uma pressa que se teve em dizer o avião desintegrou-se em menos de um minuto estava todo mundo morto. Não é verdade! Ministro esses pilotos merecem uma homenagem póstuma dos seus companheiros e dos órgãos da aviação brasileira. Brigadeiro sabe o que eu estou dizendo, eles tentaram todos os recursos e inclusive desceu o trem de pouso, se você examinar as fotografias, eu fui comedidor, até porque discuti com o jornalista Eliane Catanhêde, fez uma matéria na véspera, com informações recebidas, eu telefonei para ela e disse: “Eliane – produto de uma amizade antiga e de uma admiração – lhe deram uma informação errada. O avião não desintegrou-se, o avião caiu de dorso, as asas completamente inteiras faltando apenas um pedaço da colisão com o Legacy”. É preciso que as pessoas tenham mais um pouco de cuidado. O Flávio foi acionado, metro depois está o leme inteiro. Aí vem uma informação oficial, identificaram hoje os pilotos pela cor da roupa. Ora, um avião que se desintegra e cai de uma altura que estava em um minuto, você não vê nada. Não tem condições de identificar nada. Sabe-se, coisa triste falar isso, mas eu sou obrigado, que corpos foram encontrados nas árvores, inteiros. O que menos se teve aí foram corpos totalmente deteriorados. A seriedade dessa coisa, é preciso que quem dê informações saiba que está dando para um País da dimensão do Brasil e que depende de avião. Embaixo de uma das asas, depois de um trabalho de acionamento de cavalo mecânico que foi levado, macaco hidráulico, tinham corpos inteiros, que desintegração foi essa, para que dar uma informação irresponsável e que não contribui para nada. Falta numa questão como essa, controle da informação, a centralização desses fatos, a centralização desses fatos.

O avião encontrou-se pedaços, dois, três quilômetros, não sei precisar, mas não houve essa desintegração de um minuto que todo mundo morreu lá em cima. Isso é uma tentativa de consolar os familiares, fizesse isso no consolo individual, mas não no consolo. Porque o que eu mais tenho ouvido é deboche pelas

informações prestadas, e nós temos uma aviação de primeiro mundo, nós temos uma Aeronáutica respeitada, nós temos indústria de aviação, nós não podemos estar expondo até porque, se o avião tem prefixo americano é de fabricação brasileira. Vamos respeitar a nossa indústria, porque pelo menos é um fato. Esse avião resistiu o que na lógica não poderia ter resistido, é a colisão com o avião dez vezes maior, não sei fazer essa dimensão e conseguir descer a duras penas voando trinta minutos. Se foi socorrido na emergência por outra aeronave, não importa, o que importa é que o avião desceu. Não quer dizer com isso que seja um super avião, mas é um avião fabricado no Brasil que estava sendo comprado por uma empresa americana e que estava indo para o seu destino. Nós não podemos jogar por falta de um argumento lógico para esses fatos cumprir ninguém nesse momento. Aí vem finalizando, o americano faz isso. Para umas coisas o americano é odiado, para outras coisas é referido? Não vamos usar a metodologia americana não, e se for usar, vamos usar para tudo. Até porque é um erro se dizer os Estados Unidos se divulga tudo. Divulga depois de apurado! Divulga depois de apurado! Durante o processo não se fala nada! Não fala nada. Agora o Brasil tem uma coisa, Brigadeiro, eu na Comissão, quando eu era Deputado na Câmara, eu não me lembro se foi nessa época que o Jorge esteve lá, nós tivemos uma investigação sobre questões de acidente aéreo, e um dos depoentes nós podemos divulgar porque prejudica a companhia de seguro, como se segurança de voo tivesse alguma vinculação para a companhia de seguro no Brasil, são essas coisas que eu faço um apelo aqui.

Acho que é positiva uma reunião dessa natureza. Agora eu queria pedir em termos concretos, objetivos e práticos. Nós temos uma olimpíada agora, uma questão que está mais preocupando o comitê é a segurança nos aeroportos para atentados. Esse cronograma está em dia? Não vai haver comprometimento nessa questão, Ministro? Vamos jogar a coisa um pouco para frente. Porque há dois anos atrás alguém saiu da INFRAERO atirando, dizendo que não se investia em segurança de voo, eu não me lembro, não era um diretor? Não tem isso? E naquela época se diz, é um louco, mas agora parece que ele tem razão, e é preciso que essas coisas...

Portanto, infelizmente, eu vou ter que entregar esse meu pedido de CPI, mas eu acho que essas questões, elas têm que ser tocadas de maneiras práticas e acima de tudo objetiva. Um desastre nós temos que prantear e procurar apurar, mas vamos salvar o Brasil do Pan-Americano.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Para concluir eu pediria até ao nosso Comandante que ti-

vesse um pouco de paciência eu queria concluir depois desse aparte valioso do Senador Heráclito Fortes, mas eu queria primeiro solicitar ao Sr. Ministro que ele esclarecesse que realmente é uma convicção dele ou uma análise, ou uma opinião dele de que é o Legacy o culpado porque ele insistiu muito nessa tese e foi essa a impressão que o Ministro passou para mim.

Segundo, se ele acha que efetivamente duas ou três horas de atraso não houve nada de anormal, que se vá para casa, e que se espere que perca o voo, foi outra declaração do Ministro. Essa atitude dele que se representa uma atitude também do Governo. Perguntar ao Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, se a execução orçamentária, ela leva ao Comando da Aeronáutica ficar satisfeito com suas necessidades, porque nós assistimos aqui, na verdade, uma angústia por mais recursos para os diversos setores, inclusive das Forças Armadas, como um todo para o reequipamento e esse caso aqui da proteção ao voo do tráfego aéreo, eu acho que é fundamental. Nós não podemos arriscar a vida das pessoas, dos familiares, dos idosos, dos pais, dos filhos por conta de falta de investimento do Orçamento Geral da União.

Veja bem o ano de 2006, dois, quinhentos e trinta e um milhões, isso é o SIAFI, empenhado, foi trezentos e quarenta, liquidado apenas cento e oitenta, pago só cento e setenta e quatro. No ano de 2005, liquidado, no entanto, ficou em restos a pagar cento e dezoito milhões, tudo isso em 2005, tudo isso causa um desconforto até na execução de um planejamento melhor por parte da Aeronáutica e na proteção ao voo, se não tiver uma execução orçamentária que se confie e que se dê de forma tempestiva do que ficar restos a pagar.

Então, se essa situação de execução orçamentária deixa V.S.^a satisfeito, confortável, porque não me pareça que seja o caso, e perguntar ao Sr. Jorge Botelho, aí eu gostaria que ele anotasse, primeiro, há efetivamente essa regulamentação dos 14 vôos simultâneos e que isso tem sido ultrapassado, chegando a 18 vôos eu não sei se chegaria a mais. O salário do controlador, qual é o salário efetivo de um controlador de voo, o salário de um controlador civil e se ele tem a informação do militar também do Sargento Militar. Isso é importante, porque se for um salário que não seja digno com essa função tão importante de tanta responsabilidade, eu acho que essa é uma questão que tem que ser revista com a máxima urgência. Aqui o Congresso Nacional revê salários de todos os setores que mandam para cá, todos reivindicando aumentos salariais e no caso dos controladores, eu acho que nós temos que rever, caso não seja justo essa situação.

Eu perguntaria, está havendo punição para os controladores de voo? Que tipo de punição estaria sendo feita? Que tipo de desgaste, pressões estariam sujeitos hoje os controladores de voo, e por fim que sugestões V.S^a apontaria para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais.

Era isso aí, Sr. Presidente, eu dirigi na verdade três perguntas, ou melhor, pergunta a três autoridades que estão aqui o Ministro Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica e o Sr. Jorge Botelho que se pudesse respondê-las, eu ficaria grato.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Ministro Waldir Pires.

SR. WALDIR PIRES – Eu lamento ter que insistir na informação que dei desde o primeiro instante a respeito desses números que o Senador César Borges volta a mencionar, os números que eu tenho da execução orçamentária com o fundamento no SIAFI, exercício de 2003, trezentos e vinte e sete milhões de dotação autorizada para a área de proteção ao voo. Contingenciado, dezoito mil seiscentos e cinquenta e três. Executado quatrocentos e sessenta, não, trezentos e oito, seiscentos e cinquenta e três.

Portanto, um contingenciamento de dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e três, uma dotação de trezentos e vinte e sete milhões, trezentos e dezoito, uma execução de trezentos e oito, seiscentos e cinquenta e três.

2003, 2004, dotação de quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco. Crédito contingenciado, zero. Crédito executado quatrocentos e sessenta e quatro milhões, zero noventa e dois mil.

Exercício de 2005, dotação autorizada quatrocentos e noventa e cinco mil, zero vinte e um milhões, crédito contingenciado, cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, crédito executado quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois.

Exercício de 2006, até os dados de 31 de outubro, crédito autorizado, dotação autorizada quinhentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e cinco, crédito contingenciado, zero, crédito executado, trezentos e vinte e cinco milhões, crédito disponível até 31 de dezembro para despesas neste exercício, duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e três. Total – Dotação autorizada nesses quatro anos para a área de proteção ao voo, um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões, trezentos e nove. Crédito contingenciado, setenta e oito milhões, quinhentos e vinte e um mil. Crédito executado – Um bilhão, quatrocentos e noventa

e dois mil quinhentos e nove e mais quinhentos e quarenta e cinco milhões a serem executados.

Esses são as informações que eu posso dar-lhe, são as informações que o setor financeiro me transmitiu, oriundas as informações de SIAFI da sua execução orçamentária do setor financeiro do Ministério com a revisão do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Bueno.

Em relação às outras perguntas, é claro que eu sei o que é que foi e o que é que é para cada um de nós a dor de uma tragédia dessa. Creio que muito poucas vezes neste País se terá feito como a Aeronáutica fez um esforço de atenção, de busca, de uma dedicação extraordinária para que nós tivéssemos, depois de um acidente desse em plena selva, termos podido resgatar todos os corpos, com exceção apenas de um. Foram dias de angústia, dias de tristeza, dias de muito trabalho, a Nação nos acompanhou.

Portanto, a posição de seriedade, de solidariedade, de todo o Governo neste episódio.

Não é palavra do Governo quando eu mencionei com as informações num dia de que não teria havido até aquele instante nenhum tipo de problemas decorrentes de controle, mas decorrentes de problemas meteorológicos e até mesmo problemas de aviação e de companhias aéreas quando eu mencionei uma experiência pessoal, disse mesmo, uma experiência pessoal. Muitas vezes, eu fiquei no aeroporto esperando uma hora e meio ou duas horas, não tem nenhuma posição de desapareço, com nenhum dos meus patrícios, ou de minhas patrícias, mais uma afirmação daquilo que eu constatei ao longo da vida, muitas vezes. Evidente que quando isso se transforma num caso de controle, evidentemente que então aí as coisas assumem a sua qualificação dentro do quadro que nós estamos vivendo, e que é queremos resolver.

Agora, o que eu não faço nunca na vida é uma afirmação leviana, nunca. Nunca faço na vida, nem aqui nem na Bahia, nem em canto nenhum. Eu não tenho a solução pronta aqui. Eu não tenho, o senhor não tem, o Parlamento não tem, o Governo não tem a solução pronta. Nós estamos construindo, nós queremos construir esta solução com a participação do Parlamento, com a participação de todos os órgãos do Governo, com seriedade para termos cada vez mais um tráfego aéreo seguro e uma navegação civil, um transporte civil adequado para o destino deste País. De modo que é essa a nossa posição, eu não posso antecipar, eu instalei anteontem, um grupo de estudo não para ditar a eles, eu não tenho nenhuma vocação de ser um truculento, nenhuma vocação de ser um mandonista. Eu instalei um grupo de trabalho para que se examine, para que abra a inteligência, ao

conhecimento, a experiência de todos a capacidade de dizer, de sugerir e, portanto, de dizer o que é bom para o Brasil, é isto, ou mais aquilo. Não vou estabelecer Decretos por vocação, não tenho poder para isso, nem tenho vocação para isto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu vou-lhe encaminhar o que eu tenho da execução orçamentária da União extraída da pesquisa do arquivo da Aeronáutica fonte SIAFI/PRODASEM. Há divergências, agora, insisto que há um problema com relação a liquidação, porque nós sabemos que você tem dotação inicial, tem dotação autorizada, tem empenhada, tem liquidada e que tem pago, e que o restante fica em resto a pagar. Que se você deixa para o final do ano o empenho, boa parte dos recursos da dotação inicial para serem empenhada próximo ao final do ano, ou serem liquidadas também nessa época ou no ano seguinte ao resto a pagar, dá uma intranquilidade ao gestor até para fazer porque não pode fazer autorização da obra ou da compra sem o devido empenho, isso atrapalha a situação dos programas.

Segundo eu queria dizer ao Ministro também, eu não tenho, nem aqui, nem na Bahia, feita afirmações levianas. Levianas é quando você procura induzir uma culpa sem um resultado final, por exemplo, Legacy aos pilotos da Legacy porque é mais cômodo, isso é leviano, sem sombra de dúvida isso é leviano.

Agora, se o Governo a essa altura dos acontecimentos, diante da grave crise que estamos assistindo a cada dia colocado para o Brasil inteiro pelos meios de comunicação, o Governo ainda está perplexo, dizendo que vai construir uma solução, que pelo entendido deve ser consensual com a somatória dos esforços do Parlamento, de toda a sociedade envolvida, de todos os setores, a responsabilidade é do Governo, a responsabilidade é do Executivo. É uma crise, ela existe solução rápida e imediata, todos já colocaram aqui. Nós estamos aí frente a uma possibilidade de uma crise agravada por conta das festas de fim de ano, por conta de uma série de acontecimentos que o Brasil vai passar, desde jogos Pan-Americanos, a outros acontecimentos que podem trazer ainda uma demanda maior no setor aéreo.

Agora, vejo, com preocupação, essa perplexidade. Se essa construção se der lenta, gradual, mesmo que segura e não ser retomado inicialmente e quando uma crise se apresenta ao governante é exigido ele assumir responsabilidades numa solução rápida que seja melhor ou não, que dê totalmente como certo ou não, é uma responsabilidade do gestor. Mas eu acho que a Nação Brasileira, o consumidor não pode estar sujeito ao que está acontecendo a cada dia nos nossos aeroportos, são milhares prejudicados, são recursos

humanos prejudicados, são recursos financeiros prejudicados e nós não podemos, lamentavelmente, não podemos dar ao Ministro o tempo que eu acho que ele imagina, que é um tempo sem fixação de quando nós vamos efetivamente sair dessa crise. As medidas têm que ser efetivas, então são essas posições que nós estamos como Parlamentares, não para dizer ao Ministro o que ele deve fazer ou não fazer, ou ao Presidente da República, não compete a nós, compete a nós fazer o estamos fazendo aqui hoje, cobrando soluções, e soluções rápidas, Sr. Ministro, rápidas, é o povo brasileiro que está a exigir isso.

SR. WALDIR PIRES – Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) –

Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Ministro, o que eu tenho visto aqui e eu queria que houvesse uma compreensão com relação a isso, é um constante mal-estar quando se traz um problema por conta de se examinar de quem é a culpa. É natural. Nós estamos vivendo um momento grave de transição do modelo. Nós estamos saindo de um modelo militar para um modelo civil, ou um modelo misto. Todos esses desentendimentos, esses desacertos estavam previstos, a única coisa que não estava prevista era o acidente que foi uma fatalidade.

Então, alguns fatos vieram à tona e, infelizmente, custando vidas. E evidentemente que esses fatos afloraram. Ninguém tem aqui a intenção de culpar o atual ou o passado, o Ministro atual ou o Ministro passado, isso é uma conjuntura. Aí eu retornaria as catacumbas e traria o Eduardo Montella, V.Ex^a não é Ministro e está Ministro. E esses fatos estouraram na mão do atual Ministro, na mão do atual Comandante da Aeronáutica e de todos os senhores que estão aqui, a quem cabe a solução mais rápida para a sociedade brasileira.

Essa própria falta de informação que a gente vê aqui era esperada. Talvez que nós continuássemos, Brigadeiro, sem saber dos apagões, sem saber da... Se não tivesse havido esse fato. Eu não teria a levianidade de dizer que o Brigadeiro J. Carlos teve culpa de nada. Quanto tempo que V.Ex^a assumiu? Sete meses, não é nem uma gestação. Então são essas coisas. É prematura. São essas coisas que a gente precisa ter um pouco de tranquilidade, porque essa questão não é política, essa questão não é partidária, essa é uma questão de Estado. Eu disse uma vez publicamente num debate que eu tive na CBN e o Jorge Botelho participou e eu fiz um elogio a ele pela tranquilidade com que o problema estava sendo transmitido. Eu ainda sou daquela época que sindicalista era tocar fogo, era invadir Congresso, entendeu? Era isso. E não, ele teve num momento de muita dificuldade, numa ponta direta de um problema, de um lado, o acidente os mortos, de um lado eles e os companheiros, e ele teve um equi-

líbrio que faltou, inclusive, representante do Governo que participava do mesmo debate.

Então, em respeito a sua vida pública e tudo, eu vi que V.Ex^a, claro... Não. Não é isso. O nosso objetivo é um só, quer ver um exemplo, Brigadeiro.

SR. WALDIR PIRES – Eu sei, eu respeito essa Casa, e que respeito o Parlamento. Eu respeito essa Casa. Não passei por aqui, infelizmente, infelizmente não passei por essa Casa e V.Ex^a sabe porque eu não passei por essa Casa. E a Bahia sabe por que eu não passei por essa Casa, e o Brasil sabe por que eu não passei por essa Casa. Mas eu estou tranqüilo, eu estou tranqüilo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Que foi derrotado pelas urnas, não é Ministro?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas concluir.

SR. WALDIR PIRES – Eu estou tranqüilo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu o derrotei nas urnas.

SR. WALDIR PIRES – Fui derrotado pela fraude.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A nossa eleição que nós disputamos.

SR. WALDIR PIRES – A sua é posterior.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ah, mas o senhor foi derrotado. O senhor foi candidato novamente.

SR. WALDIR PIRES – A sua é posterior.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ah, mas foi candidato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Há algum problema?

SR. WALDIR PIRES – Não, absolutamente. Na vida política, uma das coisas que mais eu nutri e fortemente é de fazer todos os enfrentamentos sem saber se ganho ou perco. Para mim eu estou servindo ou não ao País. Mas é para mim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso é próprio de todos os políticos, não é só... Não é um privilégio de V.Ex^a, não.

SR. WALDIR PIRES – Mas é para mim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ministro Waldir Pires, V.Ex^a está hoje com um enfrentamento maior que é de gente, mas gente que já morreu. Sobre a responsabilidade de V.Ex^a como Ministro, nós temos que esclarecer.

SR. WALDIR PIRES – Mas eu respeito inteiramente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O destino de pessoas quem não podem mais colocar o voto na urna porque já foram...

SR. WALDIR PIRES – É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...mas que nós temos o País tem um dever para com os familiares, para com a opinião pública e para com o Sistema Aéreo Brasileiro que tem sobrevivido ao longo do tempo, apesar de Governo.

SR. WALDIR PIRES – Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por que nós vivemos numa das maiores crises, Brigadeiro, na aviação brasileira, culpa de planos econômicas de passado, culpa de omissões de Governos, eu quero dizer logo Governos para não chegar ninguém dizer aqui botar a culpa no Fernando Henrique o que é já é uma praxe. Eu vou de Santos Dumont para cá, a aviação brasileira tem sobrevivido de maneira brava, apesar de tudo, vamos generalizar.

SR. WALDIR PIRES – Vamos homenagear o centenário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria, inclusive, só finalizar e dizer, olha aqui Brigadeiro, eu uma coisa que nos deixa acachapado, eu estou com medo de ser um documento reservado ou sigiloso, mas esse País ultimamente não está na moda se respeitar sigilo de li, o sigilo estão por aí, seja caseiro ou seja Parlamentar. Mas olha aqui, o Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, no dia 11, o cara me entregou ali tremendo para não aparecer, mas um documento tem que... Assunto – Controle de fluxo. Incumbiu o seu vice-Diretor do DECEA de solicitar a V.S^a o cumprimento das seguintes orientações emanadas pelo CGNA é uma sigla que pode ser esclarecida.

Priorizar as decolagens de vôos internacionais;

Essas medidas deverão ser divulgadas *briefing* operacionais.

Isso é destinado ao aeroporto do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, só é operado por empresas estrangeiras, enquanto São Paulo tem a parceria. É uma medida que você está beneficiando quem? A empresa estrangeira e a brasileira, porque a medida não era essa. Se deu causa aqui, proíbe o avião de vir, porque ele não resolve o problema, você prioriza e ele vai aumentar a fila. Como eu vi ontem, Ministro.

Ministro, eu cheguei de fora ontem e tinha uns alemães retornando porque não conseguiam se deslocar, salvo engano para o Estado do Pará, vieram num vôo da LUFTHANSA, oito passageiros quiseram dar um jeitinho brasileiro de mandar um avião fretado, eles disseram: “Não, nós estamos querendo investir nesse País a longo prazo, se toda a vez me der o jeitinho do avião, tudo bem, mas não”. E o avião da TAM, alguém aqui de trás deve saber, parece que a LUFTHANSA sai cedo, sai mais cedo do que os outros, eles já esta-

vam promovendo o retorno. O prejuízo que o País está tendo nessa questão meu caro Botelho é incalculável. Os hotéis estão em desespero, porque nós podemos ficar aqui acomodados, mas nós temos que pensar na malha que a nossa economia está perdendo com essa questão, daí porque eu achar que essa é uma medida que devia ser tomada, mas vamos priorizar as empresas brasileiras. Exatamente, eu só queria mostrar isso, porque nos Estados Unidos se um avião tem um problema e você tem que virar à noite, primeiro, eles atendem os passageiros americanos, dão hotel, resolvem o problema e depois é o resto. Nós não podemos inverter essa pirâmide.

SR. WALDIR PIRES – É verdade. Eu apenas queria recusar a leviandade, só. Que não é sua. A argüição de leviano, porque a leviandade que existiu foi à leviandade dos jornalistas que se anteciparam atribuindo ao controle no Brasil, sem nenhum exame, sem sequer ainda nenhuma reflexão as culpas e publicaram, publicaram na imprensa, isso é que eu recusei. A partir dos conceitos e das regras existentes nos vãos brasileiros.

De modo que, no restante minha posição, é a posição de respeitar esta Casa de querer colaborar com ela, de entender que o Governo tem que se debruçar para fazer o que for melhor e de um Governo que quer fazer o melhor, não precipita, nem é leviano, tem que estudar com todos os seus quadros e este é o trabalho. Nós instalamos uma Comissão de Inquérito publicado no Diário Oficial num dia, no dia seguinte estávamos com um grupo de trabalho constituído, no terceiro dia, estarmos já com a operação já em andamento, a reunião realizada, é o máximo de preocupação, de seriedade e de solidariedade com o nosso povo, com a nossa Nação, é isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Vamos voltar a lista de...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, eu fiz uma pergunta e gostaria de ser respondido ao Comandante da Aeronáutica e ao Sr. Jorge Botelho, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Questionamento que V.Exª fez.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu fiz, eles sabem qual é questionamento que eles anotaram, se daí ele tem conforto com relação a execução orçamentária.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Brigadeiro Bueno.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Sr. Presidente, eu pediria autorização para passar a palavra ao Brigadeiro Vilarinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – À vontade.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Obrigado Sr. Presidente. Senador, queria dar uma explicação disso aqui. Essa mensagem foi passada para todos os aeroportos internacionais do Brasil. Qual o objetivo? Nós temos na nossa IMA 100-12 que regulamenta o tráfego aéreo que o órgão de controle pode modificar as prioridades de decolagem em função das necessidades de ordenação do tráfego. O que é que foi isso aqui? Os vôos internacionais sejam de empresa de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira, como são vôos de longa duração, se ela ficar um determinado tempo na fila de decolagem ultrapassa aquela regulamentação da tripulação e é obrigado a parar, desembarcar todo mundo e esse vôo só vai sair no dia seguinte. Esse é um prejuízo muito grande para todas as empresas, tem aqui a TAM que também passa por esse problema.

Então, nós fizemos essa priorização não só os que estão entrando no País, quanto os que estão saindo, não interessa a bandeira, são os vôos internacionais em função do longo curso.

Então, tomamos essa medida a partir dessa data para simplificar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas que o Dr. Bologna, como Presidente do Sindicato desse uma informação quantos vôos internacionais saem do Galeão de empresa brasileira. Vamos esquecer o Mercosul.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – De longo curso, da TAM, nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, e das outras companhias?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Da VARIG deve sair o vôo Frankfurt que está operando. Um vôo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do Rio, direto.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Via São Paulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, aí a preocupação aí cai por terra.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Não, mas São Paulo também, Porto Alegre também, Recife, todos eles estão cumprindo essa mesma orientação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Sª poderia remeter a Comissão o mesmo expediente com a cópia e qual é essa destinada a São Paulo?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Sim, senhor. Eu não tenho aqui agora, mas será feito. Será feito como for. Sim, senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Comissão de Infra-Estrutura. Eu agradeço.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A forma da execução orçamentária é onde você deixa para fazer o empenho no segundo semestre já ao final do exercício e não é muitas vezes esse empenho liquidado fica em resto a pagar, se isso não compromete o planejamento dos senhores, porque eu sei que as Forças Armadas de um modo geral, Aeronáutica em particular, tem necessidades de recursos para melhorar os seus serviços, para adquirir novos equipamentos mais modernos e etc... E eu acho que a forma que está essa execução orçamentária, não é satisfatória. Eu gostaria de saber se tem esse incômodo ou não há. Se estiver tudo bem correndo lá por conta de vista...

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Eu posso dizer para V.Ex^a o seguinte: Os recursos que estão sem disponibilizados para o DECEA tem sido suficiente para nós fazermos a nossa manutenção de todo o sistema e os nossos investimentos, tem sido suficiente.

Evidentemente, um ano ou outro, a gente acontece de chegar próximo do final do ano, não conseguir utilizar todos os recursos. Agora mesmo, nós temos um contrato que já estava assinado de aquisição de novos painéis de inspeção de voo para o GEIV, que é a nossa unidade que faz a inspeção de todo o sistema, e uma das empresas que perdeu entrou com um recurso na justiça pedindo para suspender o contrato com uma liminar, nós estamos brigando para ver se cassamos essa liminar, porque senão vence o ano e nós vamos perder esse recurso.

Então, isso acontece eventualmente. Agora eu tenho aqui, não sei se haverá interesse uma lista de todos os nossos principais investimentos nos últimos de 2000 para cá e com previsão até 2016. E que os recursos que estão sendo disponibilizados até agora, não tivemos nenhum contingenciamento esse ano, e as nossas expectativas para os próximos anos, nós poderemos cumprir esse planejamento e investimento. Eu tenho aqui em mídia e tenho aqui uma cópia. Espero ter atendido a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Dr. Jorge.

SR. JORGE BOTELHO – Bom, eu queria responder primeiramente uma questão levantada pela Senadora Heloísa Helena, que embora no momento não fosse possível porque houve outras intervenções, mas ela levantou a questão do que teria acontecido realmente naquele dia primeiro, se foi aquartelamento ou plano de reunião. Foi muito bem ouvir a explicação do Brigadeiro Bueno mesmo porque a gente tem que ter em mente o princípio do contraditório. Então, ele

explicou o que aconteceu e eu quero colocar o fato que me chegou ao conhecimento.

Naquele dia 1º de novembro, eu estava até no sindicato, até tranquilamente para fazer alguns contatos, saber como estava indo a operação, quando começou uma série de telefonemas para mim, tanto de imprensa, de pessoas dizendo o seguinte: “Botelho, estão te procurando, as mulheres dos controladores de Brasília estão te procurando para você resolver um problema”. Eu falei, “mas que problema?”. O pessoal está aquartelado, está preso, foram de madrugada tirados de casa”. Eu falei, “ué”, “foram tirados de casa, levado para o CINDACTA, e elas estão desesperadas querendo saber o que é que é”. E não foi um telefonema não, foram vários. Eu tinha dois celulares à frente e duas linhas fixas e tocava tudo ao mesmo tempo e eu recebi telefonema de gente que estava dentro do CINDACTA dizendo, “olha, a situação aqui está péssima, um mal-estar tremendo, está todo mundo...”. “Mas não é possível. Isso aí pode desencadear uma situação de grave perigo para a aviação, já que o pessoal está aí dentro nesse estado, não terão tranquilidade para controlar vãos”. E recebi telefonema já de uma outra localidade, já distante, fora da área do CINDACTA-1, já o pessoal em clima de guerra. Eu falei – “Não, pelo amor de Deus, pessoal, vamos parar aí, eu vou fazer os contatos para ver o que é que eu posso fazer para resolver esse assunto”. Quando eu acionei o meu diretor aqui em Brasília e eles contactou algumas pessoas e disse, “realmente o pessoal está tudo lá dentro e a informação que eu tenho é que a situação é crítica”.

Então, eu imediatamente, o contato que eu tinha naquele momento era com o Ministro Luiz Marinho, eu retornei uma ligação para ele e pedi que ele entrasse em contato com o Ministro Waldir Pires para ver realmente o que estava acontecendo, o que poderia acarretar é que haveria talvez uma reação em cadeia, isso aí prejudicaria o tráfego aéreo no Brasil, haveria uma insegurança e inclusive também recebi um telefonema de São Paulo dizendo que o representante da ENFATE(F) que estava me procurando para saber o que estava acontecendo no Brasil, e eu tomei, falei para o Ministro – “Olha, a situação pode se agravar e a gente passar vergonha perante o mundo aí do espaço aéreo brasileiro ser declarado um espaço aéreo perigoso, seria vergonhoso”.

Então eu pedi ao Ministro, Waldir Pires, através do Ministro Luiz Marinho que verificasse, vice o que poderia ser feito para contornar essa situação, e logicamente que ele tendo o conhecimento disso, foi verificar a situação e depois me passou que estava todo mundo liberado e essa Comandante Bueno a versão que me passaram, foi boa a sua explicação, porque a

gente tem que sempre ouvir o contraditório, mas eu precisava falar isso aqui.

Se a minha decisão de acionar o Ministro Luiz Marinho levantou alguma reação que poderia ter supostamente ser uma quebra de hierarquia, eu olhei pelo lado que eu achei mais correto que seria no sentido de manter a segurança, no sentido de não haver uma situação em que pudéssemos nós ficarmos... Não ter explicação para o mundo do que poderia estar ocorrendo.

O Senador César Borges também pediu para mim falar sobre a questão se está havendo punição aos militares. Eu não sou representante dos militares, eu sou um sindicato que congrega civis. Porém, eu não poderia também esconder que eu tenho grande amizade, trabalhei com eles, todos trabalham juntos civis e militares e eu conheço todos os seus anseios, conheço as suas dificuldades e não vou deixar aqui de manifestar o que eu sei o que está acontecendo com eles.

No tocante a punições, eu desconheço que tenha alguém punido no momento, mas eles toda hora repetem comigo, “não, estão falando que as cabeças vão rolar, que vai ter isso, vai ter aquilo, outros vão ser transferidos”. Até agora no momento, eu não tenho nada de concreto realmente, mas eles dizem que estão ouvindo isso.

Quanto à questão do inquérito que vai ser feito pelo Ministério Público militar, eu vejo, na minha opinião, que não há nada para que eles possam ser punidos, porque não houve em momento algum, por parte deles, uma manifestação de greve, incitamento a... Como é que diz? A desobediência. A única coisa que eu vi deles foi uma questão de resguardarem em termo da situação que estava acontecendo e no sentido também de prestarem o serviço com segurança. Salvo melhor juízo, eu não vejo aí nenhuma quebra de hierarquia. Isso aí fica para as pessoas que entendem o militarismo interpretar. Eu acho que eles, como pessoas da sociedade têm o dever e o direito de se manifestar naquilo que eles acham justo e que acham correto, porque já tivemos no passado oficiais que se recusaram a cumprir uma ordem de bombardear um determinado gasoduto no Rio de Janeiro, e eu acho que eles têm o direito de interpretar as ordens que lhes são passadas se aquilo é melhor ou não para o tráfego aéreo.

A outra pergunta do Senador Borges foi questão de salários. Nós temos aí uma excrescência no tráfego aéreo. Nós temos no controle de tráfego aéreo três regimes – Nós temos os militares que são empregados da União, nós temos os controladores de vôo grupo DACTA que são servidores públicos também da União

e nós temos os controladores da INFRAERO que é uma empresa do Governo.

A INFRAERO, ela assumiu o controle de tráfego aéreo a partir de um Programa da Aeronáutica que transferiu há alguns anos atrás alguns encargos de controle de tráfego aéreo em determinadas cidades, cidades pequenas do interior, aonde era contraproducente a União, através do Comando da Aeronáutica manter ali o seu efetivo. Posteriormente, essa empresa, a TASA, não me lembro, por volta de 95, 96 aí, foi incorporada pela INFRAERO, e aí houve uma ampliação dos serviços da INFRAERO, ela passou a operar Guarulhos e outros aeroportos aí de grande importância.

Bom, se são três regimes jurídicos, você já imagina a diferença que há entre um e outro, principalmente a questão de salários que V.Ex^a citou.

No caso dos militares, a gente sabe que variam mais ou menos entre mil e seiscentos e quatro mil reais. Gostaria que os militares aqui presentes, se eu estiver errado que me corrigissem. No caso da INFRAERO é em médio dois mil reais, no caso do Servidor Público Federal, grupo DACTA aí tem, é onde eu vejo a maior discrepância, por quê? Em virtude do Governo não ter reestruturado, não ter criado a carreira, nem ter reestruturado a sua tabela de vencimentos, ficou estagnado desde 94.

Então, hoje, nós temos uma turma, não de controladores, mas essa turma que vai entrar agora de controladores de tráfego aéreo para o grupo DACTA, ela vai ser classificada na tabela de vencimentos, lá em baixo, vencimento, aí tem gratificações, coisa e tal, vencimento lá, talvez cento e setenta e cinco reais. Só que, ele não pode ganhar como vencimento básico menos do que o salário mínimo. Aí ele tem que ter uma complementação, passa para trezentos e cinquenta. Trezentos e cinquenta e mais as gratificações, ele vai ganhar em torno, de próximo dos três mil reais. Ele está entrando na escola agora. Agora, os nossos controladores que estão lá atrás, com 30 anos de serviço, ganham três mil e cem reais. Até os nossos controladores supervisores, instrutores, os que são investigadores. E essa discrepância aí a gente não consegue corrigir, porque o Governo não, até hoje, não se depôs a reestruturar essa tabela de vencimentos. Então, isso aí é desestímulo, desestímulo tremendo.

Bom, nós fomos para uma reunião com o Ministro Waldir Pires em que nós colocamos o seguinte, em momento algum nós fizemos reivindicações imediatas que queríamos gratificação. Não foi colocado que o problema não era a questão salarial naquele momento que a gente queria resolver. Nós colocamos para ele é que o nosso anseio seja de INFRAERO, controle do grupo DACTA e dos militares, era no sentido

de que fosse criada uma carreira típica de Estado em que acoplassem os três segmentos – Controlador da INFRAERO, do serviço público e dos militares, uma carreira única, uma carreira típica de Estado, por quê? Por volta de 1995, 96, surgiu aqui no Congresso uma discussão em termos de que determinadas categorias, determinados tipos de servidores públicos por ser profissão ou atividade que só o Estado, a União detinha, tinha que ser uma carreira típica de Estado, ou seja, iniciativa privada não faz aquela atividade.

Então, nós trabalhamos junto ao Governo no sentido de que, olha, o controle de tráfego aéreo, esses profissionais aqui também têm que ter tratamento de ser carreira típica de Estado, mas isso aí não passou. O Governo não entendeu dessa maneira, então carreiras tipo Policial Rodoviário Federal que tinha uma remuneração igual ao servidor público, controlador de tráfego aéreo civil, ele teve a sua carreira reestruturada, passou a ser carreira típica de Estado e o seu salário subiu.

Então, a mesma coisa fizeram com o Técnico de Tesouro Nacional que passaram a ser uma profissão de nível superior, elevaram os seus salários criando uma carreira típica de Estado. Você se lembra que a Polícia Federal também, os agentes de Polícia Federal não era uma carreira de nível superior, e ela foi feita recentemente. Então o que nós reivindicamos ao Ministro foi que é queríamos uma reestruturação de modo que fosse criada uma carreira típica de Estado, de modo que o controlador hoje ele ingressando, ele saberia que daqui vinte ou trinta anos aonde ele iria chegar, porque nessas carreiras que eu citei, o profissional, o servidor sabe que daqui a 10, 20, 30 anos, ele vai chegar a um topo, ele vai ser, digamos o Diretor da Polícia Federal, o Diretor da Polícia Rodoviária Federal e no nosso caso há um estrangulamento. Você tem ali o Sargento que não tem voz, não é ouvido nos seus anseios e vai ficar eternamente naquele patamar. Os civis por estarem dentro de uma estrutura militar também não têm perspectiva de crescer.

Então, o que acontece, uma evasão muito grande de trabalhadores. Se vocês procurarem aqui no Senado, você vai encontrar funcionários aqui que foram oriundos do CINDACTA, Procuradorias, na própria AGU vai encontrar muita gente que foi oriunda daqui do controle de tráfego aéreo.

Nós temos aqui pessoas que eram da segurança, que eram controladores do tráfego aéreo, fez um concurso e passou a ganhar dobro, logicamente que isso aí não tem interesse nenhum de ficar controlador de tráfego aéreo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) –: Vamos objetivar, doutor.

SR. JORGE BOTELHO – Com esse quadro. E para finalizar. O que nós pedimos apoio dos senhores aqui Parlamentares é no sentido de nos ajudar para que tenhamos realmente uma carreira típica de Estado para valorização desse homem para que realmente ele seja ouvido, para que realmente a sua participação como cidadão na construção de um tráfego aéreo mais transparente, mais objetivo e mais eficiente seja possível. Ok?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, ele deixou só uma pergunta sem responder, era a questão dos 14 vôos, se esse limite era ultrapassado ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Eu só pediria que fosse mais objetivo nas respostas, nós ainda temos vários Senadores inscritos e nós já estamos quase para às 17 horas.

SR. JORGE BOTELHO – Ok. Realmente a questão dos 14 foi uma avaliação feita tendo em vista a dimensão do setor e também o número de tráfego. Porque cada vez que você tem uma aeronave, você precisa de um tempo para dar uma determinada instrução e o piloto repetir, então isso é feito uma avaliação cronometrando-se esse tempo. Então esse número de 14 ele foi feito dentro dessa metodologia, agora em determinados momentos, realmente sempre se ultrapassou. Correto? Agora tem que se avaliar em determinados momentos que ele pode estar com 14, pode estar 15, pode estar com 10. Porque muitas vezes ele pode estar com 16 tráfegos, mas ele sabe que daqui um minuto ou dois ele vai estar se livrando de mais três ou quatro que irão para outros setores. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Vamos a lista de inscritos.

SR. MILTON ZUANAZZI – Só uma questão, Senador, por favor. De todas as conversas que eu tive com os controladores, os militares, controle do tráfego, a radar, todas às vezes eles confirmaram que nunca ultrapassaram, a mais de seis anos, que eles não ultrapassam 14 posições, é um depoimento que eu queria deixar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB– TO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr. Ministro, Sr. Brigadeiro Bueno, Comandante da Aeronáutica, Presidente da INFRAERO, Presidente da ANAC, Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, Sr. Botelho, representante dos controladores. Eu estou ouvindo atentamente desde o início da Sessão, às 10 e pouco da manhã e retirei, só não assisti lamentavelmente a

exposição do Brigadeiro Vilarinho que tive que ir a Comissão de Assuntos Econômicos que tinha um projeto em pauta, mas retornando aqui assisti a tudo.

Imagino a angústia dos familiares das vítimas do trágico acidente com o avião da GOL. No pouco tempo que presidi esta Audiência Pública pude observar o semblante dos familiares que se encontram aqui, que estiveram numa Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização E Controle. Naquela altura apenas com a representação dos familiares, da OAB e da GOL, naquela primeira Audiência Pública, e eu argumentei naquela altura porque não estava também a Aeronáutica, a ANAC, a INFRAERO que seria numa segunda audiência que é esta que nós estamos participando.

O que eu vejo, senhores é que nós estamos buscando impedir uma visão clara, uma visão clara de que algo de anormal aconteceu. Não é possível que tudo que estivesse dentro da normalidade, os controladores com os equipamentos perfeitos, sem excesso de carga de trabalho, sem estresse, porque de hora para a outra, de um momento para outro, não é possível que 22 controladores entrem em tratamento psicológico se não houvesse anteriormente uma carga de trabalho. Não é possível que se entenda que não haja falta de recursos para as necessidades e aí eu volto e quero dizer que o ponto de partida deveria ser o que está sendo feito na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional numa Subcomissão que trata exatamente da questão da desestruturação das Forças Armadas, porque o que chega a nós Parlamentares, o que chega a nós Senadores, por parte dos representantes aqui no Congresso das Forças Armadas é exatamente a falta de recursos necessários para atender as suas necessidades, o contingenciamento imposto, no caso da Marinha, nos *royalties* da PETROBRAS.

Então, lamentavelmente isso veio à tona na pior das pontas. Porque se fosse o que ocorre na Marinha para falta de recursos é parar o navio, é deixar de atender, como é o caso da minha região, a Amazônia, como o Comandante já se referiu na Comissão de Relações Exteriores de que teria que talvez, até surpreender o atendimento aos Ribeirinhos que é uma ação que a Marinha faz permanente na região Amazônica. No caso da Aeronáutica, no caso do Exército é deixar de atender todo o seu contingente, liberar seus recrutas com meio expediente, apenas, diminuir o treinamento. No caso da Aeronáutica, lamentavelmente, ela veio a ocorrer no controle de voo, com esse trágico acidente que vitimou as 154 pessoas que estavam à bordo da GOL, e em memória deles, em memórias dessas pessoas é que todos nós temos que buscar as causas e evitar que novos acidentes desses venham a ocorrer.

Então nós temos que reconhecer sim que houve contingenciamento, não há dúvida de que o contingenciamento é real e é permanente, é permanente. Se eu perguntar ao Presidente da ANAC se os recursos da ANAC são contingenciados, eu vou fazer essa pergunta, não quero antecipar a resposta ao Comandante da Aeronáutica se os recursos são contingenciados, ele vai dar a resposta, a mesma coisa ao Presidente da INFRAERO e são recursos contingenciados que são de receita própria dessas, da ANAC no caso, da própria INFRAERO, como é o caso de controle de voo que são recursos oriundos das taxas de embarques dos passageiros. Então o que nós temos que tirar como lição? Verificar como corrigir e evitar isso volte a acontecer.

Há um ano atrás, se não me falha a memória, e é uma pergunta que eu faço ao Sr. Botelho, há um ano atrás, eu próprio passei por diversas situações no Aeroporto de Brasília, numa operação padrão feita pelos controladores de voo, e tive de esperar mais de duas horas dentro do avião, Senador Delcídio, autorização para decolar. Há um ano atrás, já se mostrava a situação de insatisfação por parte dos controladores de voo, e isso não durou um dia não, duraram tempos, exatamente se não me falha a memória na época de final de ano quando os voos tinham uma quantidade maior. O Ministro Waldir Pires, a imprensa noticiou, o senhor declarou que não sabia que a situação dos controladores de voo estava quase no limite, estou aspeando porque a imprensa colocou como frase sua. O Presidente Bologna ele fez referência a um relatório ou a uma ata do CONAC, se não me falha a memória, de 30 de outubro de 2003, que o então Ministro da Defesa, o Sr. José Viegas Filho já dizia que o contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica. Em 2003. E dizia mais, e dizia mais, por outro lado, a diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos voos. Ele foi profético ao escrever em outubro de 2003 o que lamentavelmente veio ocorrer em 2006.

Então, Ministro, V.Ex^a podia não saber da situação de limite dos controladores, mas tinha conhecimento do que o seu antecessor colocou aqui na reunião, da última, me parece do CONAC.

Então, o que é que eu vejo, aí, depois de participar da Audiência Pública que eu me referi a pouco da Comissão de Meio Ambiente, eu recebi e-mails e telefonemas de diversos pilotos, diversos pilotos denunciando situação de risco em diversos aeroportos no Brasil. Então não é um caso separado. O primeiro que me veio foi do meu Estado, do Pará, da minha cidade Belém, eu não vou citar, nominar o piloto que

me mandou, mas ele diz assim: “Pede para verificar no Aeroporto de Belém as condições que operam”, pois todas às vezes que lá chega, ele, piloto, pelo menos duas vezes por semana, tudo que ele pergunta está inoperante. Pede que se faça uma investigação, ele piloto pede que se faça uma investigação. Diz ainda que se não fosse o GPS, ele não poderia decolar, nem aterrissar.

Aí ele faz referência, Comandante Bueno, ele faz referência, eu acho que o Dr. Marco é aeroviário, talvez possa orientar melhor, porque eu desconheço aqui as siglas, ele diz um tal de ATCH(F), é uma frequência ATCH(F), todas às vezes que chega lá, está “não operante”. E NOTAN(F), diga lá NOTAN(F), eu estou repetindo aqui o que ele falou, NOTAN(F), “não operante”. Ou seja, isso com relação ao Aeroporto de Belém. Aí nós vamos, Folha de São Paulo de 9 de 11, “o controle do espaço aéreo do Brasil tinha ontem – dia 8 de 11 – quarenta instrumentos de auxílio a navegação de pilotos e outras 24 frequências de comunicação TAA sem funcionar conforme o relatório atualizado diariamente pela Aeronáutica”. Me parece pelo que a Folha aqui diz a Aeronáutica faz um relatório diário e diz o que está operando e que o não está operando. E mais ainda, a Folha citou três casos, de instrumentos de auxílio a navegação conhecidos como VOR que o Presidente fez referência, localizado em Santana de Parnaíba, na região metropolitana, Sorocaba a 100 quilômetros de São Paulo e próximo ao Aeroporto de Cumbica, Guarulhos, que estão inativos a espera de reparos ou troca há quatro anos.

Então, como é que a gente pode dizer que não existe crise, que não se tem que... Não há falta de recursos porque se o aparelho lá está há quatro anos esperando reparos é porque não há recursos para fazer os reparos.

Eu perguntaria, então, ao Sr. Botelho, já fiz essa pergunta, vou repetir, V.Ex^a já respondeu, eu quero ouvir a resposta de novo. Havia ou não sobrecarga de trabalho em relação aos controladores de voo, primeiro. Segundo, o que motivou a operação padrão de um ano atrás. Terceiro, há falta de confiança dos operadores, dos controladores, dos equipamentos pelo qual eles fazem esse controle?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A primeira pergunta, eu vou responder com relação ao ano passado que V.Ex^a falou que teria havido uma operação padrão. Não houve uma operação padrão no sentido de compreensão popular. O que ocorreu é que foi necessário devido ao volume de tráfego a fazer-se um gerenciamento do fluxo igual estamos fazendo agora. Ou seja, espaçar mais as aeronaves de modo a não

haver uma saturação dos setores, Ok. A outra pergunta é quanto a questão da sobrecarga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite um parêntese. Então o aeroporto está operando acima da sua capacidade.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu não diria o aeroporto, porque o centro de controle ele faz a coordenação entre vários aeroportos dentro da sua área. Então eu não diria no aeroporto, eu diria dentro da área do centro de controle que há essa coordenação, esse gerenciamento de fluxo tem que ser envolvendo todos os aeroportos dentro daquela área tendo em vista também, sem perder de vista as aeronaves que vão cruzar esse espaço aéreo, talvez não vão pousar, mas vão para outras áreas, correto? Então tem que fazer esse gerenciamento. Por isso que em determinados momentos, há realmente essa sobrecarga, então para que a coisa não fique mais complicada, há a necessidade de se fazer esse gerenciamento de fluxo de modo a espaçar as decolagens, Ok?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria ao Ministro Waldir Pires, V.Ex^a como Ministro da Defesa se acha satisfeito com os recursos destinados as três Forças Armadas?

SR. WALDIR PIRES – Claro que não. Mas essa informação que eu dei ao senhor e dei aos senhores aqui, é uma informação oficial, é a informação que eu tenho.

Portanto, eu recebo uma informação e dou a ela a fé de que ela é verdadeira. Essa informação é a informação que eu recebi. É claro que eu imagino, já tenho dito, tenho feito declarações muito peremptórias, eu imagino que esse País precisa ser um Estado Democrático Forte, nenhum Estado Democrático pode ser débil. Eu entendo que esse País deve ter Forças Armadas fortes, adestradas, treinadas, capacitadas, de modo que esta é a minha posição e conseqüentemente que esse é um caminho, o destino deste País pelas condições internacionais, pela gravidade das inseguranças que estão aí no mundo contemporâneo.

Eu apenas lhe digo isso, essas informações que eu lhe dei, que dei a essa Casa a propósito, aqui, das despesas para controle de voo são informações oficiais que eu recebi do Ministério da Defesa, e no Ministério da Defesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a talvez já tenha respondido a outra pergunta que vou fazer. V.Ex^a concorda que a redução dos recursos das Forças Armadas prejudica a eficiência das mesmas?

SR. WALDIR PIRES – Eu creio que essa é uma coisa antiga que se está praticando e creio que é necessário que nós revejamos isso. Essa é a minha posição absolutamente tranqüila, dentro, inclusive do

pensamento que eu externo nas áreas adequadas de Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É porque, pela posição feita pelos Comandantes na Comissão de Relações Exteriores, é muito preocupante a situação como se encontra as três Forças e como V.Ex^as bem colocou, uma Nação precisa ter as suas Forças em condições, Deus queira que nunca sejam necessárias, mas em sendo necessárias estarem adestrada para tal.

SR. WALDIR PIRES – Evidente. Essa é a minha posição. Até por diagnóstico do mundo contemporâneo que eu não imaginei que chegasse ao começo desse século com um grau de instituições internacionais tão frágeis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E no caso específico do Brasil com os nossos vizinhos de fronteiras, tão agressivos como andam, eu acho que isso requer até uma atenção mais acurada.

SR. WALDIR PIRES – Sobre tudo pelo fato de que nós temos hoje uma instituição que esteja construindo e preservando a paz de forma eficaz, de forma eficiente, infelizmente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria a V.Ex^a, Ministro Waldir Pires, V.Ex^a sabe a dotação orçamentária para 2007 da Proteção ao Voo e Controle?

SR. WALDIR PIRES – Ainda não está definida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Lamentavelmente, Ministro, é inferior a de 2006. O valor orçamentado e encaminhado pelo Executivo para essa rubrica é de quatrocentos e oitenta, para ser exato no número, é de quatrocentos e oitenta e nove milhões, inferior aos quinhentos e trinta e um milhões.

SR. WALDIR PIRES – Isso foi um cálculo, segundo eu estou informado, decorrente de um instante de ausência da VARIG no cenário nacional. Em função disso, digamos assim, uma previsão de receita que estaria reduzida pelo fato, numa eventual redução de oferta de aviões e de cadeiras e, portanto, de capacidade de voar. Essa coisa terá que ser refeita, até porque a constatação é de que nós estamos crescendo seguidamente, ano a ano, estamos crescendo no número de passageiros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu perguntaria ao Presidente da INFRAERO se os recursos da INFRAERO das taxas aeroportuárias estão sendo ou não contingenciadas.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Senador, númeroS – 2005, o sistema arrecadou dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões. Ao Tesouro Nacional foram recolhidos duzentos e trinta e um milhões. Não é contingenciamento, é acionista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ao Comandante Luiz Carlos Bueno. Comandante, no início da audiência se discutiu dar uma reformulação no sistema de controle de voo, se continuaria misto, se ficaria controlados pelos civis ou pelos militares, qual a posição da Aeronáutica sobre esse assunto?

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – A posição da Aeronáutica é muito cômoda como está, mista. Porque facilita o nosso trabalho. Porém, existe um grupo de trabalho verificando como é que deverá ser. Uma coisa nós podemos garantir, nós temos que ter a defesa aérea, e a defesa aérea tem que ser de militar, não tem como de ser de outra maneira. Porque o Sistema de Defesa Aérea é ao contrário do Sistema de Controle de Tráfego Aéreo. O Sistema de Defesa Aérea é para juntar aeronaves. Quando o senhor vê uma aeronave é para o senhor levar a outra até próxima e o Sistema de Controle da Aviação Civil é um sistema para espaçar essas aeronaves. Tanto é, infelizmente, o Senador Heráclito Fortes não está aqui, mas ele lembrou que dois aviões bateram voando no nordeste, era uma esquadrilha, quatro aviões e quando tem mal tempo, aviões multimotores, eles se afastam, cada um abre um setor, um sobe, outro desce, outro vai nivelado. E aconteceu que os dois se chocaram, da mesma esquadrilha, não houve nenhuma interferência de voo, de controle de voo, o senhor está entendendo? Agora, depois desse estudo, é que nós vamos verificar qual é o ideal para se manter o controle de voo. Nós estamos com algumas coisas diferentes hoje em dia, a evolução da aviação civil, positivo? Os aviões muito mais modernos, então há uma necessidade muito grande de se expandir, vamos verificar qual é a melhor maneira de se proceder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu vou usar na última pergunta que eu faço a V.Ex^a o termo que o Senador Arthur Virgílio até criou uma polêmica aqui, a desmilitarização, do setor como se daria a separação entre as atividades do controle aéreo para a aviação civil e as funções próprias dos órgãos militares da defesa do espaço aéreo.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Isso que eu falei para o senhor a parte, vamos dizer assim, de defesa do espaço aéreo ela tem que ser militar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Essa ninguém tem dúvida disso.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Ninguém tem a menor dúvida, eu acho que nenhum dos senhores aqui. A outra parte, como já existe hoje a outra parte, ela é consequência disso aí. Porque ela foi iniciada, vamos dizer assim, com a defesa aérea, que é era... Os primeiros aviões que nós tivemos, que foram os Klosterns(F) eram aviões de interceptação.

Eles eram usados na Inglaterra apenas como controle de radar para sair, defender, quando vinha algum avião ele saía lá e defendia. Os nossos aviões que tem um radar em cima, o nosso R-99 Alfa que todos aqui conhecem, fabricado pela EMBRAER, eles são para fazer a interceptação de aeronaves juntamente com a LX fabricado pela EMBRAER, da mesma maneira. De fazer interceptação.

Então, essa parte ela tem que ser militar, não tem jeito. Nós temos muito medo, inclusive, de que algum traficante consiga se infiltrar, ou conseguir alguma amizade, ou alguma coisa, porque isso é extremamente sigiloso. Decolam sem dizer para onde vão, as suas ordens de missão voando e fazem as interceptações que são necessárias. A parte do controle civil, não tem problema nenhum que seja militar ou seja civil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, Presidente. As perguntas que tinha a fazer.

(troca de presidente)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, com a palavra... Nós temos só mais dois oradores, dois Parlamentares inscritos, Senador Suplicy e o Senador Demóstenes Torres. Com a palavra o paciente Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Presidente Senador Delcídio Amaral, caro Ministro Waldir Pires, prezado Comandante Luiz Carlos da Silva Bueno, Sr. Marco Antônio Bologna, Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias, Presidente da INFRAERO, José Carlos Pereira, prezado Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da ANAC e Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo Jorge Botelho.

Gostaria de precisar uma questão na medida em que aqui nos foi exposto o volume de recursos que, por exemplo, as empresas aéreas recolhem. O Dr. Bologna informou que três bilhões e quinhentos e setenta e três milhões em taxas portuárias que foram aumentando, oitocentos e quarenta e dois em 2003, oitocentos e noventa e quatro em 2004, oitocentos e noventa e dois em 2005, previsão novecentos e cinquenta milhões para 2006. Foram arrecadados, o Ministro Waldir Pires detalhou um pouco a respeito do que é que foi para o controle aéreo, do espaço aéreo, mas...

Então, esses recursos, na verdade, mostra uma evolução, uma evolução que guarda relação, inclusive, com o progresso da aviação civil comercial no Brasil.

Então, recursos têm havido e são recolhidos de razoável monta e nos foram aqui expostos. Eu gostaria de lhes perguntar em que medida esses recursos na avaliação, seja do Ministro da Defesa, do Comandante da Aeronáutica e presentes, em que medida esses

recursos são hoje bem destinados, ou seja, tendo em vista, inclusive, a reformulação que se está fazendo, o Ministro Waldir Pires mencionou que seja a instituição mais recente da ANAC, o próprio conselho, o CONAC e assim por diante. Mas, será que esses recursos estão sendo efetuados, direcionados com boa qualidade? Haverá, da parte dos senhores responsáveis, uma avaliação de que eles poderiam ser muito melhor direcionados para os objetivos que aqui se têm, seja na área do controle de vôo? Verificou-se no exame desses recursos eventuais desperdícios, abusos e assim por diante, que palavra podem nos dizer no que diz respeito a um melhor gerenciamento desse volume de recursos? Essa era a principal pergunta que eu gostaria de formular, teria outras, mas praticamente todas elas, inclusive pelo Presidente Jorge Botelho em grande parte já foram respondidas e eu quero abreviar o esforço e cumprimentá-los por toda a colaboração que tem nos dado hoje.

Então, eu vou apenas sintetizar nessas perguntas para que possa nos responder, obrigado. Eu acho que o Ministro Waldir Pires e o Comandante da Aeronáutica podem, se os demais quiserem colocar.

SR. WALDIR PIRES – Eu tenho a presunção da correção na aplicação. As aplicações em si mesmas elas são realizadas pela Aeronáutica, mas todas as contas nossas estão sempre vistas por um organismo de controle muito sério, muito adequado. De modo que, sobre o mérito das aplicações, eu pediria ao Brigadeiro porque esses próprios documentos que eu os tenho aqui me foram passados pelo setor financeiro, mas comum de acordo do Comandante da Aeronáutica.

SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Muito obrigado pela pergunta, Senador. Eu vou dar só um exemplo ao senhor. O CINDACTA-3 que nós começamos em 72, 73, ele foi totalmente reformulado nos últimos cinco anos. Nós hoje temos, vamos dizer, a parte mais nobre do controle de vôo, terminamos aqui no CINDACTA-1 que é aqui em Brasília. Ele foi todo reformulado. Reformulamos, gastamos só nessa modernização do CINDACTA, só na modernização dos radares, 71 radares, feitos pelo próprio fabricante, porque nós tentamos fazer uma Licitação e o fabricante disse que não daria o conhecimento da parte de quem ganhasse, mas sim ele teria que ser feito, começamos com uma discussão com 153 milhões de dólares, terminamos 121 milhões. O nosso pessoal negociando, fizemos isso em cinco anos e ele está totalmente reformulado, 70 radares. Nós compramos mais 10 radares diretamente da OACI, porque foi quem conseguiu comprar mais barato para nós foi a própria OACI comprando para a gente dos fabricantes que nós não conseguimos um preço com uma redução de preços. De modo

que essa parte toda ela é moderna. Todo o sistema, eu fico muito preocupado quando nós estamos falando a respeito da comunicação, todos os sistemas de comunicação é novo, dessa parte do CINDACTA-1, quem ganhou a Licitação foi uma firma inglesa, começando de trinta e cinco milhões, nós conseguimos comprar por catorze milhões.

Com o acompanhamento da Hold Schwartz(F), alemã, firma alemã que dizia que os rádios não prestavam, essa firma inglesa, é a firma que mais vende na parte de comunicação no mundo, na parte de proteção ao voo.

Nós estamos com... O controle do espaço aéreo é o órgão nosso que tem o planejamento mais longo e nós temos cumprido todo o planejamento. Nós estamos já licitamos o CINDACTA-2, todo ele, e estamos licitando o CINDACTA-3 lá do nordeste, logo em seguida dentro do planejamento previsto pelo DECEA, o Departamento Do Controle do Espaço Aéreo, volto a falar, tudo isso está aberto no SIAFI, Senador, tudo isso está aberto no SIAFI. O TCU tem nos acompanhados, eu sei que há poucos dias saiu uma nota aí que a gente comprou ração para cachorro, compramos ração para cachorro. Isso é o seguinte, o CINDACTA-2, que é um CINDACTA enterrado lá em Curitiba que já foi construído há muitos anos atrás, ele tem duas cercas que são vigiadas por animais, por cachorros que ficam ali, foi o que foi comprado. Para o senhor ver que até isso o pessoal já foi cobrar da gente no CINDACTA. De modo que todas as necessidades que são programadas pelo DECEA, elas têm sido atingidas. Está claro. Às vezes nos perguntam que nós temos restos a pagar e muitas vezes nós não conseguimos pagar tudo daquele ano porque os equipamentos não existem, eles são feitos por encomenda, sob encomenda. Então, e a gente só paga a proporção que vamos recebendo. Outras vezes, nós temos problemas com as Licitações que entra um contendor, ele entra na justiça e nós ficamos com aquele dinheiro sem poder empenhar. Mas eu poderia pedir ao Brigadeiro Vilarinho que labuta no CINDACTA, no DECEA há muitos anos, que ele pode fazer uma exposição com os principais gastos nos últimos anos que ele tem uma tabela que ele trouxe, eu pediria que ele passasse para o senhor e que a gente pudesse fazer uma visão crítica do que em que se está gastando.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Eu pediria antes, não sei, talvez o Marco Antônio Bologna possa nos informar para estarmos conscientes, cada passageiro ao adquirir uma passagem, qual a proporção dessa passagem que é destinada, seja para a INFRAERO ou para o controle da aviação civil, ou para tudo que é necessário com respeito àquilo que foi

exposto por nós. Ou seja, para que nós, passageiros, estejamos conscientes da contribuição que cada um dá na hora de adquirir uma passagem aérea.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Como eu falei, a previsão para esse ano serão novecentos e cinquenta milhões, aproximadamente de taxa de embarque e taxas de navegação.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Estou mencionando em cada passagem.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Basta dividir os novecentos e cinquenta milhões por aproximadamente 42 milhões de passageiros transportados esse ano.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Mas o senhor não há uma definição? Vamos supor, se eu comprar uma passagem de mil reais.

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – O destaque está na taxa de embarque que é paga separadamente. As taxas de navegação e de comunicação são pagas diretamente pela companhia.

Então, no total dos custos do setor, os encargos que vêm de taxas de embarques ou tarifa de navegação chegam aproximadamente ao redor de 10% do nosso custo total.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, só para satisfazer a sua... Mais ou menos aí a casa de vinte e poucos reais por bilhete.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Por bilhete? Então não depende do valor do bilhete?

SR. MILTON ZUANAZZI – É. Tem taxas que são fixas, por exemplo, taxa de embarque o senhor vai pagar internacional um valor, no México é outro. Conforme o aeroporto tem taxas diferenciadas, por isso que não tem... Mas é mais ou menos esses novecentos e cinquenta divididos por 42 milhões de passageiros que deve dar o ano de 2006.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Portanto, se trata de um valor normalmente fixo e não sobre o valor da passagem, não é uma taxa sobre o valor da passagem.

SR. MILTON ZUANAZZI – Isso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Está bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria só de esclarecer uma dúvida com o Dr. Marco

Antônio Bologna, esse valor que V.Ex^a. se referiu de novecentos e poucos milhões, são taxas para pousos e decolagens de uso de aeroporto ou está incluída também as taxas de embarque dos passageiros, dos novecentos?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Dos novecentos e cinquenta milhões, um terço é taxas aeroportuárias e dois terços são taxas de navegação e comunicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Um terço seria, então, dos passageiros?

SR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA – Que é destacado diretamente como taxa de embarque. Aí, você tem também obviamente outras taxas no aeroporto que exclusivamente taxa de embarque, como taxa de armazenamento, taxa de parada de avião, então, são no total, ela dá esse montante novecentos e cinquenta, sendo um terço do aeroporto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Senador Demóstenes, pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Sugeriria a V.Ex^a, eu tenho duas perguntas a fazer, são perguntas muito rápidas e sou o último inscrito, se eu poderia fazer, obter as respostas e em seguida o nosso comandante Vilarinho faria a exposição e encerraria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu gostaria, então, de propor aos Srs. Senadores, Deputados, então, Senador Demóstenes faria as duas perguntas, foi dada a abertura hoje para o Deputado Gabeira, o Deputado Bolsonaro quer também apresentar algumas sugestões, então, nós faríamos os dois e depois fecharíamos com essa apresentação dos investimentos, Ok? Então, com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Sr. Senador Presidente, Sr. Ministro, Sr. Comandante, Srs. Presidentes de Sindicato, Sr. Presidente da INFRAERO, Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu tenho duas perguntas a fazer, uma é ao Diretor-Geral da ANAC, Milton Zuanazzi, eu tenho visto na TV, especialmente, duas vezes eu vi dizendo que, primeiro, a ANAC não tem soltado com frequência os boletim de atrasos e cancelamentos de vôos, quando faz, quase sempre está em atrito, está em contradição, os dados não batem com aqueles divulgados pela INFRAERO. Então eu perguntaria a V.S^a se isso tem procedência, segundo, se nós já temos o boletim de hoje sobre cancelamentos e atrasos e se temos, se podem ser

divulgados. Se esses boletins podem ser divulgados. E perguntaria ao Ministro Waldir Pires, todos nós, embora seja da oposição, temos preocupação com a posse do Sr. Presidente da República. É claro que uma posse que pode ser mais ou menos concorrida, mas esse ano, devido a festa de fim de ano etc, teremos aí tv a posse que agravar ainda mais essa situação, eu digo que pode ser mais ou menos concorrida, porque pode acontecer aquele fenômeno de que o Dunga deu uma declaração no Globo Esporte domingo, eu gostei muito do que ele disse, ele disse o seguinte, que os zagueiros atuais eles são muito ruins, então ele vai dar uma nova oportunidade aos zagueiros que foram chamados anteriormente, e ele deu um nome interessante, ele disse que irá “rechama-los” novamente.

Então, vá que o Presidente da República resolva dar a mesma oportunidade aos atuais Ministros, resolva “rechamá-los” novamente, pode ser que os novos que poderiam ser chamados não tenham a oportunidade de trazer aquela quantia imensa, digamos assim, de Assessores e de (inaudível) que gostam muito das posses.

Então pode, V.Ex^a sabe, tem essas bocas todas, político, jornalista e etc. E vai haver um tumulto muito grande em Brasília. O senhor acredita que até lá, nós teremos a estrutura suficiente para estar com esse setor normalizado para que nós possamos realizar a posse do Presidente com tranqüilidade, nesse aspecto naturalmente?

SR. WALDIR PIRES – Se o Senador me permitir, eu estou mais preocupado com o Natal e o Ano Novo do povo brasileiro e creio que essa é a posição do Presidente. Muito mais preocupado, ele é ansioso, mesmo com essa situação toda que está aí. Nosso esforço é este. Eu digo assim cotidianamente, de que é preciso que nós possamos nos dar as mãos e construir o que for possível como uma institucionalidade que esteja dentro da realidade contemporânea, que tranqüilize a população.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– O senhor acredita que esses acontecimentos, incluindo a posse, até lá nós teremos a tranqüilidade para que isso ocorra, vamos chamar pelo nome que está sendo chamado, vamos apelidar as palavras, até lá o “apagão aéreo” já estará resolvido, o senhor acredita nisso?

SR. WALDIR PIRES – Eu acho que isso não chegou a ser propriamente um apagão, é uma coisa distinta. Eu creio que nós poderemos fazer um grande esforço, nós todos de juntarmos a todos os profissionais de controle o que estamos fazendo, Comandante da Aeronáutica está convocando setores, vários, nós estamos aí tentando preparar profissionais que estão saindo agora, mas que não fizeram ainda a sua resi-

dência que eles façam rapidamente essa residência que venham para uma situação mais de retaguarda e que conseqüentemente liberem os controladores mais preparados para atividades mais de frente, que nós tenhamos a possibilidade de contratar esses aposentados de pouco tempo, terá que ser de pouco tempo, por causa da natureza mesmo da nossa tecnologia vigente aqui, por exemplo, em Brasília, dois, três anos atrás e que possa rapidamente recuperar a sua experiência, os seus reflexos, se ajustarmos as nossas condições, eu creio que sim, eu creio que não posso lhe dar, mas penso muito lhe dar uma situação muito definitiva dentro de um ano, dentro de um ano, dentro mais de um ano, então, uma posição bem clara, bem tranqüila, isso sim, isso eu creio. Por isso que é preciso um pouco de pé no chão, de cautela, você não encontra o controlador no mercado, você tem que formá-lo, a formação do controlador é uma formação que é feita com uma competência muito grande por duas escolas da Aeronáutica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Então, se eu bem entendi V.Ex^a prevê a normalização em um ano. Mais ou menos.

SR. WALDIR PIRES – Vejo bem, não é normalização, eu digo daqui um ano a expectativa de que nós estejamos podendo acompanhar a evolução das coisas. Eu tenho esperanças de que nesses próximos 30, 60 dias nós estejamos muito mais sólidos do que hoje. Não completamente tranqüilos, não. Não completamente tranqüilo, mas muito mais sólidos e aí precisamos do apoio de todas as áreas, das companhias de aviação, dos próprios mecanismos dos vôos, ajustamentos. Eu dizia há pouco a um de seus colegas que lendo a literatura sobre o episódio do Presidente Reagan levou seis meses de dificuldades e fez com que durante seis meses os vôos de aeronaves menores, mais próximas fossem todos eles fora das áreas de radares e, no entanto, teria muito maiores possibilidades do que nós.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Seria mais interessante, Ministro, já marcar o vôo para a hora do atraso, a gente chegaria atrasado para pegar o avião e sair no horário.

SR. WALDIR PIRES – Não, vamos ser mais otimistas, vamos ser mais otimistas. Vamos ter o pé no chão e vamos ter vontade. Eu acredito muito no preparo, no treinamento e na vontade do esforço a fazer, acredito. Em um pouquinho mais de tempo, aí nós levantamos as cabeças e diremos assim, temos as melhores coisas que existem no mundo contemporâneo em matéria de controle, até porque o Brasil está crescendo muito e vai crescer, nós somos um País em que as gerações do passado fizeram loucuras em rela-

ção a transporte, acabaram as ferrovias, você não tem alternativas. O que ocorre a um cidadão europeu, ou a um cidadão americano se ele não voa para chegar com trinta e quatro minutos, ele chega com três, quatro horas. Nós não temos essa possibilidade, então temos que tratar isso com muita atenção, com muito cuidado. E para todas essas soluções, como é que serão elas? Nós vamos, provavelmente, elaborá-las, submeter à decisão de Governo, provavelmente vamos precisar das deliberações do Parlamento, do Congresso. Provavelmente, é isso.

SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, os boletins que nós publicamos na normalidade são mensais, boletins de regularidade das empresas e dos atrasos de vôos. E aqui é importante fazer um esclarecimento para a própria imprensa. No episódio da crise da VARIG já aconteceram coisas semelhantes, as informações eram desconstruídas em termos de números. Por quê? A INFRAERO recebe da ANAC as chamadas HOTRANs, horários de transporte e publica lá na sua tela. Se a empresa está ou não operando por decisão gerencial, digamos, da empresa, está publicado lá na tela da INFRAERO, que aquela HOTRAN, naquele horário é da empresa X. Se essa empresa não operou, vai aparecer lá, “cancelado”.

Então, isso faz parte de uma normalidade desse processo e a empresa tem 30 dias para cancelar essa HOTRAN, passados os 30 dias e ela não usando essa HOTRAN, automaticamente a ANAC recolhe e a HOTRAN deixa de ser daquela empresa e pode ser entregue a outra, mas esses 30 dias os nossos regulamentos nos obrigam a mantê-los.

Então, naquele episódio da VARIG ocorria isso, aparecia lá tela da INFRAERO um volume de cancelamentos da VARIG e a ANAC tinha uma outra informação, por quê? Já havia vôos que não estavam sendo voados, então estavam cancelados em função daquela conjuntura, de uma questão estrutural. Ocorre de certa forma agora coisa semelhante. Para isso, nós temos uma reunião amanhã de manhã. Primeiro para dizer que instalamos um Gabinete de Crise lá dentro do DECEA, com as empresas aéreas, com a INFRAERO, com a ANAC, há 15 dias atrás que nós estamos trabalhando toda essa questão de cancelamento, agora nós avançamos para dizer o motivo do cancelamento, porque nem tudo, eu volto a exigir, é problema do tráfego aéreo, pode ser, mas pode não ser. Ontem, nós tivemos um dia grave, o Brigadeiro J. Carlos já citou também, foi um dia horrível para os atrasos e o principal motivo foi climatológico, fechar o aeroporto de Congonhas três horas é algo realmente complicado.

Então, nós estamos amanhã ajustando a informação para prestar mesmo, inclusive prestar a informa-

ção também a opinião pública no balcão do *check-in*, no alto-falante da INFRAERO, no spit(F) lá do piloto para que todo mundo tenha a mesma informação com essas motivações. Mas eu acho que isso explica às vezes os números dispares. Quanto à hoje, é uma informação aqui por telefone sem poder sair da mesa, mas eu diria que a situação, em relação à ontem, é muito melhor, nós estamos com um problema razoável em Salvador, há um volume de vôos um pouco maiores, em São Paulo a situação bastante boa, no Rio há também um volume um pouco maior que São Paulo, em Porto Alegre um único atraso, em toda a gerência, um único vôo de cinco horas, Belém também registra um pouco de atraso entre 30 minutos e uma hora e Manaus teve problemas na madrugada, mas não teve mais problemas durante o dia. No nosso escritório que nós temos em Curitiba, são sete regionais e um escritório, somente um vôo teve atraso de 40 minutos.

Então, de fora que esse relatório como eu diria, não oficial, mas que eu recebi aqui por telefone, mas de um modo geral, dá para dizer que o dia é muito melhor do que o de ontem.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Concedo a palavra ao Deputado Bolsonaro.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP-RJ) – Senador Flexa Ribeiro, em nome do igual cumprimento, os integrantes da Mesa. O meu vôo atrasou duas horas do Rio hoje para cá. Estava marcado 10h45 e decolou 12h45, mas tudo bem.

Primeiro, para... A gente não vai discutir o passado aqui, mas já que o nobre Ministro Waldir Pires falou em democracia de verdade e ela só pode ser construída com a verdade da história, dizer ao nobre Jorge Botelho do Sindicato dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, que do lado gasômetro, bem do lado vizinho, na mesma quadra vizinho, temos ali o CPOR, com efetivo de quase dois mil homens. À frente do gasômetro temos o BATRAN de guardas, em torno de mil homens, vizinho ao BATRAN de guardas, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e um pouco mais de direção a Quinta da Boa Vista, o 21 (inaudível) onde eu servi. Aí, então, V.Sª começa a pensar a quem pensaria um possível atentado terrorista aquele local.

Dizer uma coisa ao nobre Ministro Waldir Pires, há uma preocupação, sim, com os Sargentos, estão ganhando pouco, mas não queremos aqui abrir, botar uma cunha entre Oficiais e Praças. Que só nas Forças Armadas de janeiro a outubro do corrente ano, 156

capitães pediram baixa. Ou foram embora a pedido ou *ex officio*. E eu acho que é um caso que a defesa tem que começar a se preocupar de o porquê de tantas baixas. Porque isso equivale, até ao momento, uma turma da academia da Força Aérea e que vale uma turma da Escola Naval, equivale a meia turma da Academia Militar das Agulhas Negras. É um sinal que a insatisfação está muito grande. Não é apenas no meio dos militares Sargentos, controladores de vôo. Não. É um fato preocupante que eu acho até que deve chegar ao conhecimento do Chefe Supremo das Forças Armadas, porque não há democracia forte sem Forças Armadas forte. Isso, as baixas todas levando-se em conta, inclusive, Senador Suplicy, que um Capitão ou Tenente para pedir baixa, ele tem que indenizar a Força, indenização que o passam, muitas vezes, a cem mil reais. Se não fosse essa camisa de força, com toda a certeza, essas baixas viriam muito maiores o que seria, estaria se instalando uma crise aqui na questão das Forças Armadas.

A minha opinião particular que corrobora com o Jorge Botelho, a questão salarial, que no orçamento está sendo votado agora para o ano que vem, está previsto zero de recomposição para com os militares das Forças Armadas, e isso leva ao estímulo a força, leva os estímulos o fatos de estarmos completando agora em dezembro seis anos, meia dúzia de anos que a Medida Provisória 2215 que trata da Lei de Remoderação dos Militares tenha sido votada, e não vi qualquer movimentação por parte de autoridades civis ou militares, junto a essa Casa, democraticamente para pedir a sua votação com algumas Emendas para corrigir e buscar aí um meio termo entre o que nos foi tirado abruptamente naquele momento. E a grande preocupação que eu tenho, a partir do momento que a CUT mostrou-se favorável a desmilitarização do setor, é que a CUT, com esse setor estratégico na mão, não haverá mais greve perdida para ela.

Então, a coisa estratégica, deve ser preocupante para nós, que nós sabemos, particularmente, a minha opinião qual é o destino final, o que a CUT pretende com isso daí. E a questão dos controladores, no meu entender, é a ponta do iceberg. Gostaria apenas que o nosso Ministro Waldir Pires falasse sobre as 156 baixas, ou o Comandante da Aeronáutica para nós começarmos a estudar a crise militar que está latente e no meu entender, pode desaguar em algo muito mais grave do que a greve dos controladores no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ministro Waldir.

SR. WALDIR PIRES – Veja bem, esta é uma questão importante, é uma questão grave. Eu nem quero nesta vida que eu ainda vejo pela frente, se puder ela se alonga, portanto nesse outono eu quero mais nunca ouvir falar em crise militar, nunca mais, portanto, se trata de que nós estudemos tudo, estudemos em profundidade. Eu acho toda essa questão militar brasileira hoje, uma coisa fascinante pela importância que tem para o Brasil e para o mundo muito mais do que em outras ocasiões até é evidente que é um estudo profundo que se terá que fazer, isso tem a ligação muito grande com todo um período que nós vivemos de uma tentativa de desmantelamento se não de um amesquinamento do Estado Brasileiro, é uma questão profunda política do Estado Democrático, de modo que se você me permite, a gente vai ter que resolver essa problemática agora do País, da Nação, não há nada mais sério do que o Brasil não ter um sistema de tranquilidade nos vãos civis, fizemos nesses 40 ou 50 anos uma loucura, suprimimos as ferrovias, suprimimos os outros transportes. Sem avião, sem aviação o que é que se fará? Portanto, é um assunto importante.

Eu aprendi na vida que a gente vai resolvendo as coisas de forma definitiva e séria caminhando e passo a passo. De forma que se o meu caro colega de velhas lides Parlamentares me permitir, deixe-me ajudar a resolver esse problema agora e vamos pensar, vamos ver as coisas como serão, esta reformulação do Estado Democrático Brasileiro é uma coisa importante. De modo que nem tenho como antecipar, mas estou de acordo que é preciso que a gente se volte para... Com preocupação para refletir sobre tudo isto. E joga com fatores os mais diversos, de natureza material, de aparelhamentos, de tecnologia, coisas muito amplas, muito diversas. Não sei que tarefa vai me caber, mas, enfim, se couber, é uma coisa que eu entendo que é muito importante para o Brasil porque esse vai ser um grande País desse século. Um País com a cultura do Brasil, com a generosidade do seu povo, com a nossa continentalidade, é um País que deve estar preparado. E com o mundo aí sem rumos, sem instituições, infelizmente, adequadas para organizar um planeta que já está muito pequenininho, muito reduzido e que nós já começamos a chamar de uma aldeia, portanto que precisa ter condições de conviver com relações jurídicas, com relações econômicas, com relações sociais, com relações políticas, que assegurem a dignidade da pessoa humana, esse é o grande desafio. Vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Por último, Brigadeiro Vilarinho para responder a segunda do Senador Suplicy.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Obrigado, Sr. Presidente. Senador Suplicy, conforme V.Ex^a solicitou, eu vou apresentar duas planilhas apenas, e aí a primeira parte da primeira planilha... São duas planilhas, começa 2000 e vai até 2007. Nós dividimos em áreas os nossos investimentos nesses anos. Sistema radar são revitalização ou aquisição de novos radares, o tratamento e visualização de dados, são consoles, monitores e computadores colocados nos centros, com *software* novo, que é um *software* nacional, que nós já vimos uma foto aqui do Centro Brasília, isso é todos os centros e centros de controle de área e de aproximação, telecomunicações, é auto-elucidativo, auxílios a navegação e aproximação. São os equipamentos de navegação que estão sendo adquiridos ao longo dos anos.

Estações e sistemas de meteorologia, suprimento técnico, aquisição de suprimento para manutenção de todos esses sistemas. E a infra-estrutura civil são as construções civis que foram necessárias para abrigar os equipamentos.

O senhor teve aqui em 2000, nós tivemos duzentos e noventa e oito milhões de investimentos, 2001, cento e noventa e sete milhões, 2002, duzentos e setenta e dois, 2003, duzentos e vinte e nove milhões, aqui, 2004, duzentos e treze, 2005, duzentos e setenta e seis milhões, duzentos e vinte e oito para 2006. E o nosso estimado para dois mil e sete cento e sessenta e nove.

Ou seja, dentro de 2000 a 2007, inclusive, um investimento total, incluindo o planejado para 2007, de um bilhão e oitocentos e noventa e cinco milhões. E aqui o senhor tem os investimentos por área nesses últimos oito anos, incluindo o planejamento de 2007. Eu além desse, tenho, vou mostrar ao senhor, grandes projetos o nosso planejamento para até 2016. Nós gostaríamos saber se o senhor tem alguma pergunta sobre isso aí.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – O orçamento da INFRAERO é outro ou está aqui incluído, se me permite, por exemplo, a INFRAERO constrói aeroportos, reforma os aeroportos e assim por diante com o seu orçamento, isso é outro orçamento?

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – É outro orçamento. Esses aí são exclusivos da parte das tarifas de navegação e telecomunicação, são duas tarifas que estão empate, parte dessas tarifas vêm para o Comando da Aeronáutica e do Comando da Aeronáutica para o DECEA. São esses recursos

que nós estamos mostrando aí, apenas essa parte da tarifa que nos cabe.

SR. MILTON ZUANAZZI – A INFRAERO arrecada e transfere para o comando da Aeronáutica. Algumas tarifas, essas de navegação, por exemplo.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Essas de navegação, parte fica com... Metade fica com a INFRAERO e a metade fica com a Aeronáutica. Menos um pouco da metade porque tem um... É, porque tem 8% que é do sistema de arrecadação. 41 para cada um. 41,5 para cada um.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Me permite, então, um esclarecimento. Quando eu perguntei quanto cada passageiro paga e o Sr. Milton Zuanazzi citou, por exemplo, vôos domésticos vinte reais, é a taxa de embarque, isso é diferente do que cada passageiro paga para a INFRAERO.

SR. MILTON ZUANAZZI – Embarque, todo que o passageiro paga é para a INFRAERO e o Tesouro Nacional. Não vai para a Aeronáutica, não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – E aí é uma proporção, ou é uma taxa fixa de cada passagem?

SR. MILTON ZUANAZZI – Não, senhor. É por categoria de aeroporto. São quatro categorias, cada categoria de aeroporto tem uma taxa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Para dar uma idéia, então, cada passagem que sai de Congonhas.

SR. MILTON ZUANAZZI – Vinte quatro reais e quarenta e seis centavos num aeroporto classe um.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Vamos a próxima, agora aqui dentro daqueles grandes grupos, sistemas radar, nós colocamos aqui os principais projetos, não são todos. Esse aqui, o tal do projeto opera, modernização de setenta e nove sistemas radar, dos seaves(F) que é a fase um e dois. Trezentos e noventa e nove milhões de reais, iniciou em 2001 e terminamos em julho desse ano. Todo o sistema foi colocado no “estado da arte”, na parte eletrônica do radar.

Bom, ainda tivemos aqui outros projetos na área de radar: Modernização de simuladores de guerra eletrônica, e aqui alguns são ainda projetos, 2007 para 2008. Aquisição e instalação de 11 radares de área terminal, o tipo Star 2000, noventa e nove milhões, começou em 2001 e terminamos em 2006. Aqui canais meteorológicos para esses 11 radares, foram realizados em 2005, trinta e dois milhões. Modernização dos subsistemas de transmissão, de 26 radares. Isso aqui

nós estamos iniciando esse ano para terminar em dois mil e onze. Então o senhor verifica que na parte de radares, nós fizemos uma fase de 2001 a 2006 e estamos iniciando outra de 2006 a 2011. É para mostrar a V.Exª o nosso planejamento a longo prazo a medida que os recursos vão entrando, nós vamos realizando o nosso planejamento.

E aqui tem mais uma série aqui que o senhor vai vendo aqui, que 2005 a 2008, 2007 a 2008. Tem esse aqui de substituição de substituição de três radares de rota tridimensionais. São radares utilizados no CINDACTA-1 e no CINDACTA-2 hoje. Esses radares nós estamos prevendo trocá-los em 2012, e temos aqui mais outros projetos tudo na área de radares.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Muito bem.

SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO

– Aqui até 2013, por favor. Eu vou passar rapidamente as outras áreas. Esse foi só de radar. Sistema de tratamento de visualização de dados, a tal modernização do CINDACTA-1 que o Brigadeiro Bueno falou, quarenta e um milhões terminando em 2005. Nós já iniciamos a do CINDACTA-2, no valor de vinte e dois milhões, começou em 2005, vamos terminar em 2008, e estamos já fazendo as especificações para o CINDACTA-3 que é Recife, 2007 a 2009, vinte e cinco milhões. E a implantação do CINDACTA-4 que é lá no SIVAM que já foi realizado, cento e sessenta e dois milhões de 2000 a 2005. E esse mesmo CINDACTA aqui ele será modernizado, vai receber *software* nacional e consoles e computadores nacionais. Estamos estimando isso aqui para 2012 a 2015. E isso aqui continua, não sei se V.Exª interessa chegar a todos os detalhes, mas o nosso planejamento a longo prazo, setor por setor.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao Brigadeiro Vilarinho e não havendo mais inscritos, eu agradeço a presença do Ministro de Estado da Defesa Waldir Pires, do Tenente-Brigadeiro do Ar, Luiz Carlos da Silva Bueno, o Comandante da Aeronáutica, Sr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação, ANAC, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO, Sr. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Sr. Marco Antônio Bologna, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e declaro encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 18h)

Ata da 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 2006, às 10 horas.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel, Mão Santa, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Cristovam Buarque, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Romero Jucá, Paulo Paim e João Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a discussão e votação das emendas da Comissão que serão apresentadas a Lei Orçamentária de 2007, **Projeto de Lei nº 15-CN, de 2006**, e a revisão do Plano Plurianual para o período 2004 – 2007, **Projeto de Lei nº 16-CN, de 2006**. Foram apresentadas cinquenta e seis emendas. Foi designado o **Senador Jonas Pinheiro** para relatá-las. Pautado em critérios estabelecidos no Regimento Interno, que determina a competência da Comissão, o Relator emite Parecer Favorável às seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 15-CN, de 2006 (LOA) – Emenda nº 001/CI** – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Nacional, no valor de R\$ 200.000.000; **Emenda nº 002/CI** – Ampliação e Interligação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste, no valor de R\$ 300.000.000; **Emenda nº 003/CI** – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, no valor de R\$ 250.000.000; **Emenda nº 004/CI** – Sinalização Náutica – Nacional, no valor de R\$ 100.000.000, e **Emenda nº 005/CI** – VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, no valor de R\$ 900.000.000; e ao **Projeto de Lei nº 16-CN, de 2006 (PPA)**, a **Emenda nº 001/CI** – Construção de Rodovias Federais, no valor de R\$ 200.000.000. As emendas foram aprovadas por unanimidade dos membros e passarão a ser de autoria da Comissão com as devidas alterações, as quais serão apresentadas junto a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Foi aprovado ainda a sugestão do **Senador Flexa Ribeiro** no sentido de solicitar ao **Deputado Pedro Novaes**, Relator Setorial reforçar os recursos para a conclusão das eclusas do Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará. Fizeram uso da palavra para discutir a matéria, os Senadores Flexa Ribeiro,

Romero Jucá, João Ribeiro, Roberto Saturnino e Mão Santa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Dulcídia Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com os apanhados de estenotipia informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à aprovação de Emendas de Comissão que serão encaminhadas para apreciação da Comissão Geral de Orçamento, designado que foi para seu relator da matéria, eu concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro para proferir o seu parecer.

SR. RELATOR SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós recebemos para ser apreciada por esta Comissão 55 propostas de emenda ao orçamento de 2007 e recebemos uma proposta à emenda ao PPA 2004/2007 análise da matéria.

Todas as propostas de emenda foram consideradas de grande mérito, por essa razão propomos o atendimento daquelas que sintetizem o que nos parecem seja os focos de maior preocupação dos membros desta Comissão.

O trabalho de análise não poderia deixar de levar em consideração a necessidade de que as propostas de emendas apresentadas se adequassem à disposição da legislação vigente, assim no tocante às normas regimentais, tanto quanto no que diz respeito à legislação que rege mais de perto a temática orçamentária. Nesse contexto a análise pautou-se pelo dispositivo da Resolução nº 01 de 2001, Congresso Nacional e seus artigos 21, 3º e 25.1 ou caput do art. 21 combinado ao inciso III, diz que as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e aos Projetos de Lei de Créditos Adicionais ao proporem inclusões, o acréscimo de valor somente poderá ser aprovado pela Comissão Mista de Plano e Orçamento Público e Fiscalização caso não se constituam de várias ações. Se o forem devem as emendas ser sentidas de modo que a cada ação corresponda uma emenda distinta. Por sua vez o caput do art. 25

combinado ao inciso I esclarece que os Projetos de Lei do Plano Plurianual das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual podem ser apresentadas emendas coletivas, ficando esse poder de iniciativa, tratando-se de comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados restritas às matérias que lhe sejam atribuídas regimentalmente, das emendas positivas que lhe sejam atribuídas regimentalmente. As emendas coletivas, nesse caso, também devem ostentar caráter institucional, nacional acompanhada da Ata da Reunião Deliberativa até o limite de cinco emendas por Comissão Permanente.

Quanto às competências desta Comissão, determinada no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, as normas são claras, cabe-nos a atuação quando se trata de matéria relacionada a transporte de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológico e hídrico e serviço de telecomunicação.

Pautando nessas decisões por essas normas, passamos ao voto. Sr. Presidente, ele aqui eu voto. Votamos no sentido de que esta Comissão apresente as seguintes emendas nos termos previstos do inciso I, do art. 25 da Resolução nº 01/2001 do Congresso Nacional.

A primeira emenda aproveitada, Sr. Presidente, a primeira proposta apresentada está na Unidade Orçamentária da Defesa, o assunto operação e manutenção de equipamentos e sistema de controle do espaço aéreo brasileiro. O valor proposto pelo nobre Senador Roberto Saturnino é de 89 milhões, 943 mil e 34 reais, isso aqui é possível discutir para aumentar esse valor. A segunda é a de nº 17 da PETROBRÁS, Unidade Orçamentária PETROBRÁS, é a ampliação da malha de gasoduto da região Nordeste, no valor de 300 milhões de reais proposto pelo Senador Heráclito Fortes. A de nº 27 está na área de turismo, também objeto desta Comissão, é o projeto de infra-estrutura turística proposto pela Senadora Serys Slhessarenko no valor de 120 milhões. E a de nº 38 é do Fundo Naval, Sinalização Náutica Nacional. A proposta é de cem milhões, foi encabeçada pelo Senador Jonas Pinheiro, mas tem muitos outros Senadores que propuseram o mesmo tema, consolidando aqui treze emendas para essa área.

Devo dizer, Sr. Presidente, que a questão naval no Brasil é muito grave, nossos portos estão assoreados, sem sinalização e para evitar desastre, para que evitemos desastre nos portos brasileiros e nas vias marítimas brasileiras, para que diminua o custo Brasil, hoje um navio para ficar ao longo da nossa costa parado, são 45 mil dólares por dia de multa, portanto, esse fundo naval vem exatamente nesse sentido. E a quinta, Sr. Presidente, que nós queríamos aproveitar

era uma emenda para o DNIT, que seria para adequação dos trechos rodoviários, são muitas emendas nesse sentido, são cinco emendas nesse sentido, porém, no DNIT nós temos um problema muito sério que é o programa que o DNIT atende, ele atende muito mais, Sr. Presidente, e não pode ser diferente, atende através do chamado corredores, Corredor Leste, Corredor São Francisco, Corredor Mercosul, Corredor Nordeste e o Corredor Araguaia Tocantins. As emendas que nós temos nesse sentido, nós não podemos aproveitar englobadas porque todas têm uma destinação diferente. Portanto, nós tentamos fazer uma nacional disso aqui e a consultoria me chama a atenção de que é difícil colocar uma emenda nacional para aproveitar todas essas emendas do DNIT, que são emendas importantes, porque temos o problema de separação delas. São emendas que nos parecem compatíveis com as competências desta Comissão, além, de adequadas às reais necessidades do país. As propostas da Emenda 15, 38 e 42 cuidam, nesta ordem, dos transportes aéreo, marítimo e terrestre. A proposta da Emenda 27 trata da infra-estrutura turística, ou melhor dizendo, das obras públicas que venham adotar o Brasil na infra-estrutura turística à altura do seu potencial. Finalmente, a proposta nº 17, refletimos a respeito desta proposta, a despeito de muito bem enquadrada nas competências da Comissão, poder-se-ia atribuir outro perfil que não é exigida do perfil nacional, eu estou falando da Emenda do Gasoduto. Vejamos, contudo, que a malha de gasoduto tem extensão nacional, diríamos até continental, e os investimentos que se façam no plano regional são naturalmente estruturantes concorrendo à expansão da malha como um todo, essa sim, nacional. Não obstante esteja orientada no plano regional, acreditamos que a proposta da Emenda 17 reúna condições para ser aprovada no âmbito da Comissão, assim como para tê-lo na fase da relatoria setorial e geral do orçamento da União. Alertamos para o fato de que as Propostas de Emenda 38 e 42 sofreram acréscimo de valor em ambos os casos, pela mesma razão, compreendem que as necessidades colocadas por essas duas emendas propostas de intenção, tão bem retratada em cada uma das demais propostas que é essa medida, não poderiam ser atendidas de outra forma, se não pela consignação de mais recursos, se for naquelas que forem englobadas. Finalmente, a Proposta de Emenda ao RPPA 2005/2007 apresentada pelo nobre Senador Romero Jucá. Parece-nos que essa Emenda tem o objetivo de garantir em nível dos planos a continuidade da programação do trabalho que ela, a proposta abraça. Não vemos óbice no acolhimento dessa proposta, razão pela qual a encaminhamos no sentido de que seja aprovada. Alertamos apenas para dois fatos, pri-

meirO – de que essa proposta como emenda somente poderá lograr a aprovação se houver na LOA 2007 programação de trabalho que ele seja semelhante. E segundo, que sua estimativa quanto à data do término do projeto grafado em 12 de 2006 a figura equivocada devendo ser alterada para 12 de 2007. Tanto o eminente Senador Jucá estabeleceu como final dessa proposta 2006 que deve ser um equívoco, uma vez nós estamos jogando para 2007. Ok.

Sr. Presidente, este é o nosso relatório, ficamos aqui com o aconselhamento do nosso assistente a respeito da Emenda do DNIT, porque para estrada existe conservação, existe recuperação e existe construção que são separadas, e também elas são separadas por corredores, nós ficamos muito preocupados de que essa Emenda do DNIT que nós englobamos aqui, ela poderá ser cancelada porque ela não vem atender aquilo que determina as normas do nosso orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidentemente, Srs. Senadores, que nós não poderíamos ter tido uma escolha mais precisa e feliz ao indicar para a Relatoria o Senador Jonas Pinheiro, pela sua experiência, pelo seu espírito cauteloso e, acima de tudo, de tentar desesperadamente fazer justiça dentro dos limites que obrigam a fazer triagens, ou, enfim, a escolher, fazer escolhas. Apenas cinco emendas têm acolhimento de acordo com o Regimento, e ele procurou dentro de um critério possível contemplar de maneira mais ampla todos os setores que incluem infra-estrutura brasileira. Eu quero, portanto, inicialmente parabenizar a V.Ex^a pela serenidade com que procedeu nesse relatório. E em segundo lugar, eu gostaria, por dever de justiça, parabenizar o Senador Saturnino Braga. Quando eu disse, outro dia, na Comissão de Relações Exteriores ao Senador Saturnino Braga que eu ia fustigá-lo até o último momento do seu mandato é porque é necessário que se faça isso com homens públicos como o Saturnino. Essa sua iniciativa de contemplar ao Ministério da Defesa no que diz respeito à melhoria do controle de tráfego aéreo no Brasil, evidentemente, que não vai lhe dar votos, mas vai lhe tranquilizar a consciência de que escolheu uma emenda que é exatamente, uma emenda justa por todos os aspectos e por todos os objetivos. O país vive nesse momento uma crise de graves proporções envolvendo a aviação brasileira e de uma maneira muito especial, o tráfego aéreo. Evidente que com essa iniciativa nós poderemos mostrar ao país que o Congresso Nacional, o Senado da República cumpriu a sua missão. Eu quero louvar, Senador Saturnino, porque realmente foi iniciativa de desprendimento, foi iniciativa republicana como alguns gostam tanto de usar, não é seu Lino(F) e eu louvo V.Ex^a, tanto acho importante que queria por

por ao Líder Jonas Pinheiro a ampliação do teu teto, e se procurar uma discussão, Senador Saturnino Braga, no sentido de adequá-lo, mas seria uma sugestão que eu gostaria, tenho certeza que apadrinhada pelo meu poderoso Líder Romero Jucá que irá nos defender nessa questão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu confio, mais uma vez, na sua sensibilidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – o Senador Flexa Ribeiro (inaudível).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Heráclito Fortes, Relator Senador Jonas Pinheiro, Srs. Senadores, eu quero também, assim como fez o Presidente Heráclito Fortes parabenizar o Senador Jonas Pinheiro pelo seu relatório e parabenizar o Senador Saturnino pela emenda para o controle de tráfego aéreo. A minha proposta é que ela seja aumentada do valor previsto aqui de 89 milhões para duzentos milhões. E, Senador Saturnino, eu acho que V.Ex^a atendendo os anseios da nação brasileira, de todos os usuários do sistema aéreo, fez muito bem, como disse o Senador Heráclito, mostrar a preocupação do Senado Federal e incluir essa verba. Mas, ontem numa Audiência Pública de três comissões, anteontem, aqui que se estendeu das 10h30 da manhã e quase 18h da tarde, por diversas vezes eu fiz essa questão, fiz o questionamento ao Ministro da Defesa, ao Comandante da Aeronáutica, ao Presidente da INFRAERO sobre a questão do contingenciamento dos recursos para o controle de tráfego aéreo, e em todos eles, o Ministro repetidas vezes disse que não havia contingenciamento, que haviam recursos suficientes para isso, inclusive, do orçamento de 2006, o Senador Romero Jucá tem conhecimento disso estão orçamentado quinhentos e oitenta e tantos milhões para o controle de tráfego aéreo, que só duzentos e poucos milhões foram autorizados até então. Então, eu acho que a gente deve fazer a Emenda porque é a prova de que o Senado está atento, está colaborando, mas, lamentavelmente, há necessidade de que essa Emenda não vá de novo para a rubrica de contingenciamento do Governo Federal e que se haja o caos instalado. O Presidente Heráclito presidiu a Audiência Pública lá e, estranhamente, parecia que nada estava acontecendo no controle de tráfego aéreo, estava tudo bem, os controladores de voo não estavam com excesso de carga de trabalho, os radares estavam todos funcionando, quando as informações que a gente tem

é de que há um verdadeiro caos, e ontem foi mostrado pela TV Globo uma matéria sobre essa questão e mostrando, inclusive, a questão na Argentina, aqui ao lado, o caos e o perigo que é você ter essa dificuldade no controle. Então, eu quero parabenizar e proponho, inclusive, que se eleve a duzentos milhões o valor dessa Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria fazer uma proposta dentro do que V.Ex^a acaba de dizer, tudo bem, duzentos milhões e por que não 220, 230? Eu sugeria ao Senador Saturnino que fizesse um contato rápido com o Brigadeiro Bueno que deve ter dados mais precisos e concretos sobre essa real necessidade, a não ser que V.Ex^a tenha, inclusive, falado aí eu estou fora de tempo. Pode esclarecer, Senador?

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Senador Heráclito, a informação que eu recebi é que este montante de 89.900, quer dizer, noventa milhões é o estritamente necessário para, enfim, cobrir urgências, mas é claro que nós sabemos, até que na apreciação do orçamento depois há muitos cortes e fala que prevendo isso é de bom alvitre que nós aumentemos isso, foi uma falha minha não ter colocado essa margem de segurança. Então, eu agradeço e concordo com o valor, por exemplo, de duzentos milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A tesoura impiedosa do Governo, já anunciei aqui que terá cortes, então nós temos que ter cautela. Nós temos, Senador Saturnino, um fato novo, hoje tem a confirmação de que há uma falha de cobertura entre os dois(F) sistema, um buraco negro e já pintaram de todas as cores esse buraco, é buraco seco, buraco negro, buraco azul; não importa, tem essa falha, então é preciso que haja um cuidado para supri-la, é urgente, nós estamos...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Nós estamos providenciando isso com essa emenda e com a aprovação. Eu quero elogiar muito o parecer do Senador Jonas Pinheiro e a decisão de V.Ex^a de ter indicado o Senador Jonas para ser o Relator e acho de bom conselho, de bom alvitre que a gente aumente esse total que me foi informado ser o estritamente necessário, aliás, na verdade, eram duas emendas uma de 90 e outra de 35, só aí dariam 125, mas acho que, tendo em vista, a probabilidade grande de corte, de ocorrência de corte na Comissão de Orçamento, eu sugiro os duzentos mil, quer dizer, sugiro, acato a sugestão do Senador Flexa Ribeiro de aumentá-la para 200 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Emenda número... Daria a palavra em seguida, só mais dois itens aqui e eu daria a pa-

lavra a V.Ex^a. A segunda emenda é a emenda de minha autoria, mas, na realidade, ela é de interesse de toda a região que será integrada, como bem disse, o Senador Jonas ao Sistema Nacional, o Gasoduto nacional, é fundamental essa integração e conto com a boa vontade aqui do impiedoso, o líder Romero Jucá no sentido de que não faça cortes. Nós já botamos, Senador, anteriormente recursos e o recurso...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria dar uma sugestão dentro dessa linha só para que a gente pudesse ajustar o texto da emenda, botar: ampliação e interligação da malha do Gasoduto Nordeste, porque interligando para o resto nacional se não botar pode parecer que é só Nordeste e eles podem descredenciar, o Comitê de Emendas pode descredenciar. Então, como é interligação passa a ser uma questão nacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria só que registrasse isso através da nossa secretária, a secretária da Comissão e do nosso auxiliar o Consultor Dr. Fernando que está presente aqui. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Emenda nº 03 é turismo, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko. E eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores para aumentá-la para 250 milhões.

Eu sou de um Estado que está necessitando, com muita urgência, de incrementos nessa área, nós temos uma vocação turística no Piauí, não só o turismo ecológico, um turismo religioso e o turismo de praia e nós estamos necessitando da colaboração e da compreensão dos senhores.

SR. RELATOR SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – O Relator concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito obrigado. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Jonas Pinheiro pelo seu relatório, e quero apenas, Sr. Presidente, fazer defesa de uma emenda, da minha Emenda de nº 29 que sugeriu o Senador Jonas Pinheiro que fizesse a substituição da Emenda de nº 29 pela Emenda de nº 05, a quinta que ele acatou, até porque agora a pouco eu conversava com o Assessor da VALEC e este ano, Sr. Presidente, a Ferrovia Norte-Sul ficou sem nenhum centavo no orçamento original e explico o porquê, há na praça, foi colocado na praça inicialmente, a tentativa de se colocar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu pediria a sua compreensão. Estou sendo solicitado aqui em caráter de urgência que se

suspenda a Sessão por cinco minutos para uma votação urgente, e sabe bem, V.Ex^a, que nós da oposição é que temos que ajudar o Governo. Nós temos que ajudá-lo. Então, vamos ajudar o Governo, vamos mostrar que somos republicanos por cinco minutos. Registre esse gesto de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

(falas sobrepostas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Sessão está suspensa por 5 minutos.

(Sessão suspensa às 12h10)

(Sessão reiniciada às 12h18)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Sessão está aberta e a palavra com o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, como eu explicando, sobretudo, ao Senador Jonas Pinheiro, ilustre Relator destas emendas de que este ano a Ferrovia Norte-Sul ficou sem nenhum centavo do Governo Federal, explico o porquê, porque há uma proposta a ser colocada na praça de licitação da sub-concessão da Ferrovia Norte-Sul, e para nossa alegria, por um lado a nossa alegria da decisão do Governo de fazer isso pelas PPPs e até então só tinha, Senador Romero, interessada nesta sub-concessão a Companhia Vale do Rio Doce. Veja o que é a ironia do destino. Num levantamento feito pela VALEC e feito pelos russos que estão fazendo um levantamento na questão geológica no Tocantins, descobriram a segunda maior jazida de minério de ferro da trajetória da Ferrovia Norte-Sul próximo a cidade de Colinas no Tocantins. E segundo as informações que ainda são extra-oficiais o volume próximo ao de Carajás. E por último agora, Senador Jonas Pinheiro, uma outra perto de Palmas também muito grande e aí virou uma briga não só nacional, mas uma briga mundial pela construção da Ferrovia Norte-Sul, da sua possessão, valorizou. A VALEC que pensava que tinha, ou melhor, a Companhia Vale do Rio Doce que pensava que tinha uma coisa mais ou menos tranqüila, que não aparecia nem concorrente para essa sub-concessão que havia apresentado uma proposta de 1 bilhão e 200 milhões, eu acho que teve que retirar a sua proposta, o Tribunal de Contas da União não aceita mais os valores colocados, acho que até em função desses fatos, e, portanto, nós estamos aí num imbróglio, que por um lado é positivo, porque valorizou, há realmente uma disputa de empresa russa, de empresa chinesa, de empresa americana, de empresa alemã que entra na concorrência, mas por outro lado e a ferrovia como é

que fica? Este próximo ano não há um centavo. Então, eu faço um apelo ao Senador Jonas Pinheiro que é de um Estado que tem um interesse muito grande, inclusive, de fazer um ramal para a Ferrovia Norte-Sul que até já discutimos isso juntos, um projeto do Governo do Estado, especificamente, do Senador Jonas Pinheiro que a gente substituiu em função disso esta Emenda nº 42 pela Emenda que apresentei de nº 29, porque assim a gente estaria abrindo a rubrica para atender, para que o Governo tivesse como atender e continuar um pouco as obras da Ferrovia Norte-Sul até que resolva essa situação da concorrência dessa sub-concessão. O apelo que faço a V.Ex^a e acho que ela atende melhor, inclusive, é uma ferrovia de interesse nacional, como V.Ex^a sabe. O Presidente da República, o Governo Federal tem o maior interesse em fazer essa obra, ele está trabalhando, está ficando pronta até a cidade de Araguaína e precisa ter a sua continuidade. Então, faço esse apelo não só da bancada do Tocantins, mas do Pará, do Maranhão, do Mato Grosso, de Goiás, de todos esses Estados, do Distrito Federal, de todos esses Estados que são envolvidos diretamente na questão da Ferrovia Norte-Sul e faço um apelo ao Presidente da Comissão, um apelo ao Senador Romero e aos demais Senadores que me apoiem nessa minha solicitação. Aos demais eu concordo, apoio, contém com o meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o próprio Relator.

SR. RELATOR SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, alertado que nós fomos pela consultoria do Congresso Nacional que nos assessorou nesse parecer de que a do DNIT teria esse problema de legalidade em função das especificações que aí estão. Nós ficamos preocupados em aprovar essa do DNIT que nós selecionamos porque ela poderá interromper o seu processo de andamento daqui para frente. Como temos esse pleito do eminente Senador João Ribeiro que não é o pleito do Tocantins, mas é pleito do Brasil, incluindo o meu Estado Mato Grosso que já tem um projeto sendo licitado através da ANTT para sair de Araguaína e para Mato Grosso, é evidente que nós não podemos ser contra essa proposta, muito mais em função da impossibilidade ou da dificuldade que nós teremos de aprovar a do DNIT como nós, a princípio, fizemos o nosso parecer. Portanto, atendendo ao aconselhamento do nosso consultor eu não tenho nenhuma oposição a fazer e concordo com essa pergunta. Mas eu gostaria de ouvir também o Senador Romero Jucá que é o nosso especialista nisso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu também queria me manifestar favorável à colocação do Senador João Ribeiro por um outro mo-

tivo também, é porque mesmo que a gente aprovasse essa adequação do trecho rodoviário do DNIT e seria um acréscimo a um programa que já existe, com os recursos que já existem. E a colocação que o Senador João Ribeiro faz é muito grave, porque na verdade o programa da VALEC não está inserido e, portanto, precisa ser inserido no orçamento, e eu acho que é uma emenda prioritária, tendo em vista, a inserção de uma atividade tão importante. Então, eu também sou de posição de que poderia se trocar porque, sem dúvida nenhuma, resolve um problema que é um problema de interesse nacional. E era importante que a emenda seja caracterizada como de importância nacional para poder não haver nenhum tipo de veto da Comissão de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu acho, Relator, fundamental, concordo com a mudança e quero até lembrar que é um compromisso do nobre Relator de que seja incluído também a construção, Senador Mão Santa... Senador Mão Santa, ser incluído recursos para a interligação da estrada de ferro hoje desativada Luiz Correa à Transnordestina é apenas a complementação do trecho para que seja feita a interligação. Por que é que não a Transnordestina, especificamente, a Transnordestina hoje é privada. Não é verdade? Então já é um avanço de interligação que num futuro bem próximo, com certeza, nós poderemos ir ao Japão saindo do Piauí aqueles confortáveis trens que durante noventa dias nós vimos nas televisões no Brasil inteiro. Com a palavra V.Exª Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Heráclito Fortes, eu quero, primeiro, agradecer a V.Exª pela suspensão temporária do trabalho aqui da Comissão de Infra-estrutura para que pudéssemos ir até a Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo aprovar um projeto, como foi, e agradeço ao Senador Romero Jucá e ao Senador Jonas Pinheiro que possibilita aos municípios brasileiros que não puderam atender a exigência da lei de completar o seu Plano Diretor Urbano até 10 de outubro deste ano, que o possa fazê-lo com a aprovação desse projeto já no Senado agora e indo para a Câmara até dezembro de 2007.

O que eu queria propor ao nobre Relator, Senador Romero, eu gostaria que V.Exª também se pudesse ficar que eu queria propor também uma alteração e uma inclusão de uma emenda da maior importância, interessa ao Senador João Ribeiro, interessa ao Senador Heráclito Fortes, interessa ao Brasil, eu me refiro à conclusão das eclusas para que possibilite a navegação fluvial interior em nosso país. É inaceitável que um país com extensão continental como é o Brasil utilize

mais de 60% do transporte de sua produção através do sistema rodoviário e menos de 3% pelo hidroviário que é, sem sombra de dúvida, o fluxo natural que são os rios. Eu acho válida a inclusão do sistema ferroviário da Norte-Sul, peço também que seja inclusa na emenda e seja feita, assim como o Senador Heráclito Fortes solicitou a ligação da ferrovia existente com a Transnordestina que se faça também o ramal que liga de Carajás, que vai ligar a Transnordestina que ligue a Belém que é uma perna que está prevista, mas não está priorizado. É importante que Belém que já teve um processo de sistema ferroviário seja atendida através da Norte-Sul.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – É só colocar na justificativa, Senador, pode ser colocada, eu autorizo colocar e assino embaixo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então o Relator está autorizado pelo proponente Senador João Ribeiro que também seja incluída o trecho que liga Belém até a Norte-Sul. Mas eu me refiro, Senador Heráclito Fortes, o ano passado nós incluímos essa emenda que possibilitava a conclusão das Eclusas de Tucuruí e da Eclusa de Boa Esperança no rio Parnaíba e, lamentavelmente, esse ano não foi atendido pelo Relator. Então, eu peço ao Relator que a gente possa fazer uma avaliação e incluí-la também, porque assim como o sistema ferroviário é de grande importância para o sistema hidroviário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu estava aqui sendo alertado pelo líder de como está a redação se torna uma emenda específica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas vamos ampliá-la para a construção de eclusa no sistema hidroviário nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E a proposta era substituição por qual emenda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Aí eu deixo a cargo do Relator que se possa identificar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A minha eu pedi para substituição do DNIT, aí você pode escolher uma dessas outras aqui.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vejam bem, a primeira, a segunda e a terceira foram aprovadas. A sua sim, ela tem aqui a do Senador, nós não podemos... Essa do fundo naval ela não pode englobar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Englobar as inclusas?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não. Ainda vai para sinalizar a hidrovia, não é para construir...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas você só finaliza quando existe, se você construir faz as duas coisas. A eclusa de Tucuruí só existe naquele filminho que V.Exª viu. Nós queremos tornar realidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Aí eu pe pergunto ao “expert” Senador Romero Jucá. Senador, quero parabenizá-lo, V.Exª é onipresente em todas as Comissões. Em todas as Comissões o Senador Romero Jucá se faz presente para auxiliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há um clone dele ali.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu acho que existem vários clones, se faz presente para auxiliar os seus pares nas dúvidas que, porventura, possam vir a existir.

Como a questão das eclusas também é no DNIT, é no Ministério do Transporte, no DNIT, nós não poderíamos ampliar aqui trechos rodoviários e...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, porque são objetos diferentes, programas diferentes, inserção diferente no PPA, não pode ter mais de um objeto na ação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então vamos deixar essa emenda da infra-estrutura do turismo lá para o turismo lá da...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador, ela foi aprovada. A dificuldade é essa porque foi aprovada. Vamos encontrar uma solução, eu tenho certeza que o Senador Jonas está ali meditando, de repente, quando ele sair dessa meditação dele, ele vem com uma solução que... Com a palavra o nobre Relator.

SR. RELATOR SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem eu estava discutindo com a consultoria também a respeito da sinalização do rio Paraguai e Paraná. Que hoje, infelizmente, Mato Grosso não tem navegação fluvial porque está faltando sinalização. E nós estávamos discutindo ontem isso e achamos uma solução, que essa emenda é genérica para as águas, seja do mar, ou seja, fluvial. Mas eu não sei se no caso da Barragem, da Eclusa de Tucuruí poderia ser vista também enquadrada nesse projeto. Agora, eu agradeço aqui a participação de todos os Senadores que apresentaram emendas aqui nesta Comissão, porém, nós não podemos acatar todas. Infelizmente, nós somos limitados. E eu não tenho nenhuma dessas que está aí para substituir para incluir essa da eclusa do rio Tocantins que para mim seria importantíssimo, porque Cuiabá,

Mato Grosso também precisa dessa hidrovia para nós chegarmos com OS nossos produtos.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu queria auxiliar, Senador Jonas, eu acho que essa eclusa, realmente, é prioridade, mas veio recursos, relativamente, interessantes da proposta do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Deixa-me dar uma opinião também que eu acho que pode ajudar, que é o seguinte: para colocar, especificamente, a eclusa não pode, porque não é uma emenda de caráter nacional, para se fazer uma emenda nacional de eclusas ou sistemas tal, tal, tal, para o orçamento teria que fazer uma para o PPA também porque, provavelmente, não tem esse programa genérico de eclusa no PPA, no PPA está especificado eclusa por eclusa. Então, eu acho que a gente ia ter uma certa dificuldade, apesar de entender a urgência do Senador Flexa Ribeiro, eu acho que é arriscado, da mesma forma como na questão do DNIT é arriscado a gente colocar essa emenda e poder perder a emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria de fazer, portanto, uma proposta que tenho certeza que o Senador Romero irá solucionar. Que o Senador Romero consiga junto ao Relator uma fonte que possa atender o pleito.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Já existe o programa da eclusa como o Senador João Ribeiro falou, o que pode se discutir é que se o Relator Setorial pode melhorar a dotação de recursos para o programa que já está no orçamento, esse programa já está no orçamento, é diferente do caso da VALEC que não está no orçamento e precisa ser inserido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Entendeu, Senador? Eu acho que nós temos aí um caminho...

Quem é o Relator Setorial? Pedro Novaes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – PMDB Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está certo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Tudo bem, Presidente, até porque, Presidente, existe um compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de concluir as eclusas de Tucuruí, eu espero que ele dessa vez cumpra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se for compromisso do Lula pode esquecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não o fez no primeiro Mandato, espero que o faça agora, até porque são seiscentos milhões só necessários para a conclusão e vai trazer um incentivo ao desenvolvimento muito grande daquela região do Estado do Pará e do Brasil, porque vai internalizar, lamentavelmente, o

Estado de Tocantins, também um problema agora com a eclusa de Lajeado que vão sofrer 25 anos, como estamos sofrendo no Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós temos que colaborar com o Senador Romero Jucá que é líder do Governo. Nós vimos essa eclusa pronta num filminho que passou até pouco tempo e nós temos que ajudá-lo. Portanto, eu tenho certeza que encontraremos uma solução.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a até fez referência a mim, parece que o Presidente Lula inauguro a eclusa, não foi? Fez referência a mim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Inaugurou o filme da eclusa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não chegou a tanto, mais foi bem perto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Foi uma visita que ele esteve lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então, eu solicito...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Senador Jonas acatou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Acatou e sugeria à Assessoria que providenciasse o documento e que o requerimento de autoria do Senador líder, para que tenha força, solicitando ao Relator Setorial o acatamento dessa sugestão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Que fique registrado isso em ata e também, Presidente, que seja incluída a emenda aqui do Senador João Ribeiro da questão da Ferronorte, o ramal para Belém.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aí na justificava.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Exato, mas que fique registrado isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Congratulo-me pela solução, agora quero dizer a V.Ex^a que o registro em ata já teve mais valor no país. Ontem mesmo, nós vimos no plenário um contrato assinado pela PETROBRÁS e que a PETROBRÁS disse que não assinou, tinha fotografias, a PETROBRÁS disse que o encontro não houve. Vai ver que foi o mesmo que foi aquele filminho que passava aí que era uma beleza, fez muito sucesso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu lamento, V.Ex^a, que a sua Eclusa também de Boa Esperança do rio Parnaíba está há quantos anos esperando?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do Governo Castelo Branco, sessenta... É revolucionário essa eclusa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – De quando é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu era menino naquela época. V.Ex^a responde melhor do que eu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Ex^a ainda é menino. Então não vale essa comparação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas era mais ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Deve ter uns 40 anos.

SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador, por um lado eu fico triste com a realidade brasileira que não faz eclusa, mas reconhecendo a tragédia brasileira, eu fico até alegre que o rio ainda exista, porque eles estão desaparecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a tem toda razão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Apenas eu estava ouvindo aí e lembrar o que é a palavra hoje do homem público. O Presidente da República e o Governador que são do PT prometeram cinco hidroelétricas no rio Parnaíba, cinco. São descarados, mentirosos, isso é... Cinco e a eclusa da primeira não foi concluída. Eu lamento, Romero, você representar essa gente nesse Congresso. Cinco. São mentirosos, Romero. Então, eu não posso ser liderado por gente que mente, quem mente rouba.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Feito o registro sentido e sincero do Senador Mão Santa, do qual eu concordo, em parte. Eu gostaria apenas de parabenizar o Senador Flexa pela compreensão, o Senador Jonas, enfim, todos os que participaram dessa solução comandada pelo líder do Governo. Este líder, até o momento, a gente ainda acredita, esperamos continuar assim durante toda essa convivência.

Feito isso coloco em votação o PL 2006 relativo ao PPA que tem parecer favorável. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se acha. Aprovado.

Em votação a Emenda do PL 16 que engloba as cinco emendas que acabaram de ser discutidas. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Agradecemos, portanto, a presença de todos e queremos registrar a participação... Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Heráclito, quero registrar que o Senador Romero Jucá, caso o Governador Geraldo Alckmin fosse eleito o Presidente da República já tinha o apoio do PFL e do PSDB para assumir o Ministério da Fazenda, V Ex^a, pode confirmar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Já tinha, inclusive, o terno pronto. Eu quero dizer aquilo que sou testemunha.

Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12:40)

Ata da 19ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2006, às 10 horas.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Delcídio Amaral, Magno Malta, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Cristovam Buarque, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Romero Jucá, Luiz Otávio, Pedro Simon, Wellington Salgado, Valmir Amaral, Paulo Paim, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti, Flávio Arns, João Ribeiro e Augusto Botelho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, suspendendo-a em seguida. Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e seis, o senhor Presidente reabre a presente reunião, para a deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 168, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Francisco de Oliveira Filho, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Leonel Pavan*. **Matéria Adiada. Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 184, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Wagner de Carvalho Garcia, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Jonas Pinheiro*. **Matéria Adiada. Item 3 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2006**, “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, que propõe a aprovação da matéria, com emenda que apresenta. **Matéria Adiada. Item 4 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004**, “Inclui o trecho rodo-

viário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973.”, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que propõe a aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. **Matéria Adiada. Item 5 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004**, “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, tendo como relator o Senador Sibá Machado. **Matéria Adiada. Item 6 – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003**, “Dispõe sobre a criação do Programa de Microdestilarias de Álcool – PROMICRO, e dá outras providências.”, tendo como relator o Senador Teotônio Vilela Filho. **Matéria Adiada. Item 7 – Não Terminativo – Mensagem do Senado Federal nº 208, de 2006**, “Encaminha ao Senado Federal os Relatórios Anuais da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador César Borges. **Matéria Adiada. Item 8 – Não Terminativo – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 473, de 1999**, “Dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.”, tendo como relator o Senador Paulo Paim. **Matéria Adiada. Item 9 – Não Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2005**, “Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.”, tendo como relator o Senador Alberto Silva. **Matéria Adiada. Item 10 – Não Terminativo – Petição nº 08, de 2004**, “Encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofrequências, do Grupo Mcomcast S/A para a Nestel Telecomunicações S/A.”, tendo como relator o Senador César Borges. **Matéria Adiada.** A Presidência encerra a presente reunião, convocando os senhores membros para nova reunião marcada para o dia trinta de novembro de dois mil e seis, às nove horas, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar a presente Sessão, proponho a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não há número para deliberação, a Sessão de hoje destina-se a aprovar matérias terminativas e apreciar a indicação de dois nomes para a agência nacional de transporte terrestre.

Tendo em vista esse fato, suspendo a presente Sessão para reabri-la às 3 horas da tarde. Está suspensa a Sessão.

(Sessão suspensa às 11h36)

(Sessão reaberta dia 29.11.06 às 11h40)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Reaberta a 19ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura.

A presente reunião tinha como objetivo o ato (inaudível) de mensagem e a aprovação de nomes para compor a diretoria da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Não há número para deliberação.

Vamos encerrar a presente Sessão, marcando nova Sessão para amanhã, quinta-feira às 9 horas da manhã. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h41)

Ata da 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 05 de dezembro de 2006, às 10 horas.

Às doze horas e dois minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, César Borges, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Luiz Otávio, Pedro Simon, Wellington Salgado, Paulo Paim, Fernando Bezerra, João Ribeiro e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata

da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta – **Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 168, de 2006**, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Francisco de Oliveira Filho, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Leonel Pavan*. A matéria foi aprovada obtendo o seguinte resultado – **20** (vinte) votos sim, **2** (dois) votos não e nenhuma abstenção, num total de **22** (vinte e dois) votos. **Item 2 – Mensagens do Senado Federal nºs 184 e 243, de 2006**, tramitando em conjunto, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Wagner de Carvalho Garcia, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, a partir de 18 de fevereiro de 2007, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Jonas Pinheiro*. A indicação foi aprovada obtendo o seguinte resultado – **18** (dezoito) votos sim, **3** (três) votos não e **1** (uma) abstenção, num total de **22** (vinte e dois) votos. **Item 3 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2006**, “Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 4 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004**, “Inclui o trecho rodoviário compreendido entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 1973.”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 5 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004**, “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como relator o Senador Sibá Machado. A matéria foi retirada de pauta para reexame, a pedido do Relator. **Item 6 – Não Terminativo – Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003**, “Dispõe sobre a criação do Programa de Microdestilarias de Alcool – PROMI-

CRO, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gilberto Kassab, tendo como relator o Senador Teotônio Vilela Filho, que recomenda que a matéria seja apreciada primeiramente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, retornando posteriormente a esta Comissão. A apreciação da matéria foi adiada.

Item 7 – Não Terminativo – Mensagem do Senado Federal nº 208, de 2006, “Encaminha ao Senado Federal os Relatórios Anuais da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador César Borges, que recomenda o conhecimento da matéria pela Comissão e posterior encaminhamento do Processado ao Arquivo. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 8 – Não Terminativo – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 473, de 1999**, “Dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa”, de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como relator o Senador Paulo Paim, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 9 – Não Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2005**, “Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador Alberto Silva, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria foi adiada. **Item 10 – Não Terminativo – Petição nº 08, de 2004**, “Encaminha ação popular promovida contra a Agência Nacional de Telecomunicações, visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e exploração de Serviço Móvel Especializado (SME), e suas respectivas radiofrequências, do Grupo Mcomcast S/A para a Nestel Telecomunicações S/A.”, de autoria do Sr. Aluísio François do Amaral, tendo como relator o Senador César Borges, que recomenda o conhecimento da matéria pela Comissão e posterior encaminhamento ao Arquivo. A apreciação da matéria foi adiada. A Presidência convida os Senhores Senadores Valdir Raupp, João Ribeiro e Wellington Salgado para os escrutínios. Usam da palavra para sabatar os indicados, os Senadores César Borges, Leonel Pavan e Eduardo Azeredo. A Presidência solicitou à Consultoria Legislativa da Casa resposta escrita à questão levantada durante a reunião, sobre eventuais impedimentos para o exercício do cargo de diretor da ANTT, por integrante do Conselho de Administração da empresa Perdigão. A Comissão aprovou, **Extra Pauta**, as seguintes matérias. **Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 191, de 2006**, que “submete à apreciação

do Senado Federal o nome do Senhor Michel Dib Tachy, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Siba Machado. Foi designado Relator “*ad hoc*” a Senadora Serys Slhessarenko. A indicação foi aprovada obtendo o seguinte resultado **20** (vinte) votos sim, **1** (um) voto não e **1** (uma) abstenção, num total de **22** (vinte e dois) votos. **Item 2 – Requerimento nº 33, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer seja convidado o Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre os resultados obtidos com o programa conhecido como “operação tapa-buracos”, instituído pelo atual governo no final de 2005. **Item 3 – Requerimento nº 34, de 2006**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer ao Ministério dos Transportes, cópia do Contrato de Instalação de Lombadas e Pardais no valor de um bilhão de reais. Requer, ainda, seja encaminhada cópia do contrato em questão ao Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento que será lido, do Senador Sibá Machado, solicitando a retirada de pauta do PLS 351. Está atendido.

Senador Arthur Virgílio, requerendo nos termos regimentais que seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Transportes Paulo Sérgio Passos para em Audiência Pública prestar esclarecimentos aos Srs. Senadores desta Comissão sobre os resultados obtidos na Operação Tapa Buraco. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Sessão tem como objetivo ouvir os Srs. Francisco de Oliveira Filho e Wagner de Carvalho Garcia. Sr. Francisco é para o cargo de Diretor da

Agência Nacional de Transporte Terrestre, ANTT, e o Sr. Wagner para ocupar função idêntica.

Convido para tomar acesso às cadeiras na Mesa os Srs. Francisco de Oliveira Filho e Wagner de Carvalho Garcia. Do Sr. Francisco de Oliveira Filho para o cargo de Diretor da ANTT.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Senador Heráclito, primeiro queria aqui deixar registrado que apesar do seu esforço, Presidente, e acho que é pela 23ª vez que o Sr. Francisco de Oliveira Filho vem a essa Casa para fazer com que seu nome seja apreciado e se possivelmente até aprovado. Até eu falava a pouco que o Governo deveria estar mais presente. Com a presença do Governo nós já tínhamos votado a indicação dele há muito tempo. E não faltou de nossa parte empenho porque entendemos que é de muita importância a sua indicação.

Sr. Presidente, o problema das mensagens nº 168/2002, o Sr. Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Francisco de Oliveira Filho para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº. 10.233 de 05 de junho de 2001. Nos termos do art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente por voto secreto após arguição pública a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros que a lei determinar.

A mensagem em causa cumpre assim o requisito imposto pelo Parágrafo Único do art. 53 da Lei de Criação da ANTT, segundo o qual os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

De outra parte, o mesmo artigo determina que os diretores sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo da especialidade dos cargos a serem exercidos; condições atendidas pelo Sr. Francisco de Oliveira Filho, tendo em vista o currículo apensado aos autos.

O indicado para o cargo é cidadão brasileiro, nascido em Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro em 1947. Graduado em história pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especializou-se em Marketing e abraçou a profissão de publicitário. Sua formação é na área de comunicação, é fruto de progressivo aperfeiçoamento, mediante participação em diversos cursos, seminários e outras atividades de treinamento. Sua trajetória profissional reúne uma sucessão de desafios que venceu com competência e determinação, tendo iniciado muito jovem suas atividades como *office-boy* numa agência de publicidade em Belo Horizonte.

Alcançou lugar de destaque no meio publicitário como bem sucedido empresário de comunicação. Os dados registram intensa atividade do profissional Francisco de Oliveira Filho nas áreas de jornalismo, publicidade e propaganda, campos em que por inúmeras vezes teve reconhecida a sua extraordinária capacidade de trabalho. Prova disso são as várias, condecorações, prêmios, emoções com que foi distinguido.

Na iniciativa privada atuou em órgãos de imprensa de alcance nacional, além de grandes agências de propaganda. A área de publicidade explorou-a em todas as suas vertentes, inclusive a do marketing político. No setor público atuou como Assessor Especial do Prefeito de Contagem, em Minas Gerais, e esteve à frente da Superintendência de Comunicação Social da CEMIG, Companhia Energética de Minas Gerais. E também na Câmara dos Deputados exerceu funções de Assessor Parlamentar. Eu não citei os anos aí, mas é de 87 a 88. Não citei os outros anos em outros setores que já foi Assessor.

O indicado exerce o cargo de Diretor da ANTT desde 2003. No âmbito do transporte rodoviário atuou em diversas outras áreas como instituição do seguro de responsabilidade civil, implantação do certificado de registro para fretamento, tipificação de infrações, emissão de autorizações de viagens pela *internet*, disciplinamento do processo administrativo, regulação dos pedidos de redução de frequência mínima de viagens em outros procedimentos de segurança operacional. Teve destacada atuação na elaboração da Resolução nº. 437/2004, que instituiu o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas.

No âmbito do transporte ferroviário, contribuiu para a solução de conflitos societários, e para a implantação de trens turísticos, como o que liga Ouro Preto a Mariana, em Minas Gerais. As características e a importância dos cargos exercidos pelo Sr. Francisco de Oliveira Filho demonstram a pertinência de suas atividades profissionais com as atribuições de Diretor da ANTT.

Dessa forma, submetemos sua escolha constante da mensagem nº. 168/2006, nº. 459/2006 na origem. Apreciação do julgamento dessa Comissão.

Sr. Presidente, acho que seu currículo é extenso, de larga experiência, uma pessoa muito conhecida, já prestou grandes serviços à sociedade brasileira em várias atividades públicas. Por isso eu estou dando aqui o meu voto como Relator... Aliás, estou indicando o Sr. Francisco de Oliveira para que seja reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT. É este o meu Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Louvo a V.Exª por esse Relatório consistente e detalhado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Consistente e merecido, até pela sua consistência. Porque não desistiu nunca. Esteve aqui em todas as Sessões marcadas. Merece aprovação até pela sua...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Que conste em Ata essa sua afirmativa. Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, para proferir o seu Parecer sobre a indicação do Sr. Wagner de Carvalho Costa para o cargo de Diretor da ANTT. Antes eu perguntava ao Relator se ele já está devidamente informado da modificação que houve com relação ao prazo.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim, Sr. Presidente. E eu fui prova viva da vossa interferência junto à Casa Civil quando pediu que mudasse essa indicação com respeito ao prazo, uma vez que se aprovasse como anterior, o Dr. Wagner ia assumir hoje e ia sair amanhã. De forma que não seria justo ser sabatinado hoje para passar menos de um mês como Diretor. E graças à vossa interferência veio um novo processo e é esse que eu vou relatar nesse instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª tem absoluta razão. A nossa intervenção aqui foi para evitar desgasto da Comissão, do próprio Governo, e principalmente do sabatinado. Evidentemente que a burocracia e a falta de número durante todo o ano tendo em vista o período eleitoral dificultou a realização de uma Sessão de sabatinagem e aí o prazo foi ficando exíguo. Tem a palavra V.Exª.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com base no art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei 10.233 de 05 de junho de 2001, o Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Wagner de Carvalho Garcia para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre, ANTT, a partir de 18 de fevereiro de 2007, encaminhando para tanto a mensagem 243/2006 na qual está incluído o curriculum vitae do indicado.

O Dr. Wagner Carvalho Garcia tem 57 anos, é Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, o currículo anexado à mensagem não traz indicações sobre sua nacionalidade e naturalidade, estado civil, e nem data de graduação. Porém, isso não é tão importante. O importante é que consta como sua última atividade a de Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-

estrutura, DNIT, cargo que ocupa desde maio de 2003, onde é responsável pela coordenação de projetos de restauração e descentralização de rodovias federais por programa de treinamento e de intercâmbio com organizações nacionais e internacionais. Além de inspeção e controle de obras e apoio à Diretoria do departamento na área de planejamento e pesquisa.

Sr. Presidente, eu acho que o mais importante que eu posso me referir ao Dr. Wagner, que eu o conheço muito bem, e o conheço perambulando pelas estradas estaduais e federais do Estado de Mato Grosso e de todo o Brasil. Tem uma vasta experiência não só no Governo, em órgãos governamentais, Prefeituras e Estados, e órgãos da União, mas também em empresas particulares, onde desempenhou o seu serviço com bastante mestria.

Portanto, Sr. Presidente, por conhecimento próprio, eu quero aqui pedir o apoio de todos os Srs. Senadores e Senadoras à aprovação do nome do Dr. Wagner para preencher uma das vagas de Diretor do... Desta agência, ANTT.

Portanto, o meu Parecer é favorável com louvor pelo tanto que ele já fez em todos os cargos onde ele já exerceu. Com certeza, ele com o Dr. Francisco, vão fazer uma dupla extraordinária naquela agência a favor do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse é o Parecer. E eu queria consultar o Plenário, há uma solicitação do Senador João Ribeiro para que nós colocássemos Extrapauta a mensagem nº. 191/2006, que caso aprovado pelos Srs. Senadores, passaria a constar. Que é da sabatina do Sr. Michel Dib Tachy para exercer o cargo de Diretor do DNIT. Há concordância de colocar o terceiro nome? Então, está colocado. Queríamos acionar então nesse caso o Senador Sibá Machado, que na sua ausência vai ser brilhantemente substituído pela Senadora Serys Slhessarenko. Com a palavra V.Exª, para relatar.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V.Exª, me atendendo nessa solicitação. Haja vista que há realmente muita necessidade e o Dr. Michel Dib Tachy está aqui presente e...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vou convidá-lo para que tome assento. Portanto está convidado o Sr. Michel para comparecer a...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, mensagem presidencial nº. 191/2006 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Michel Dib Tachy, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, DNIT. O Sr. Presidente da República, por

meio da mensagem nº. 191/2006 submete a exame do Senado Federal o nome do Sr. Michel Tachy. O sobrenome disputa com o meu. Para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, DNIT, do Ministério dos Transportes. O indicado é cidadão brasileiro, natural do Pará, graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Pará, em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. Sua formação inclui ainda cursos de extensão em refinação de petróleo no Rio de Janeiro, e cursos complementares na área da administração realizada na escola de administração na Universidade da Bahia. Atualmente exerce a função de Superintendente administração das hidrovias da Amazônia oriental. É também o representante do Ministério dos Transportes Conselho Executivo Regional da bacia amazônica para a reparação do Plano Nacional de Recursos hídricos desde 2004. Sua vida profissional foi inicialmente voltada para o setor de petróleo. Trabalhou na PETROBRÁS entre 63 e 89, ocupando diversos cargos de relevância, tais como Superintendente de Produção da refinaria de São José dos Campos e da refinaria Duque de Caxias. Gerente de Engenharia Industrial da PETROBRÁS Internacional SA, BRAS-PETRO, Superintendente Adjunto de Produção do Departamento Industrial e Assistente do Superintendente Geral do Departamento Industrial.

Posteriormente dedicou-se à carreira de Advocacia, em especial ao ramo direito eleitoral. O seu engajamento no setor de transporte principiou na iniciativa privada como Sócio-Gerente do Estaleiro Rondon, em Belém do Pará. Sua experiência profissional inclui ainda participação em missões internacionais. Sempre no âmbito do setor de petróleo. Nesse sentido, integrou representações junto à Itália, Argentina, Trinidad e Tobago, Venezuela, Arábia Saudita, Egito, Argélia, Angola, Equador e Estados Unidos da América.

A análise, Sr. Presidente, do *curriculum vitae* demonstra que o indicado atende às disposições do art. 88 da Lei nº. 10.233/2001 que define os atributos requeridos para os diretores do DNIT, cidadania brasileira, idoneidade moral e reputação ilibada. Formação acadêmica e experiência profissional apropriadas. Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Michel Dib Tachy constante da referida mensagem presidencial em cumprimento às exigências contidas no art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal combinado com o Parágrafo Único do art. 8 da Lei 10.233 de 05 de junho de 2001, introduzido pela Medida Provisória nº. 2.217-3, de 04 de setembro de 2001. O Parecer, portanto, é claro, é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós estamos aqui terminando de autenticar os votos, e vou pedir permissão à Comissão, uma vez que todos já têm conhecimento das atividades dos sabatinados, como conheço seus currículos, de caráter excepcional abrir o processo de votação tão logo estejam preparados os votos. E passo a palavra para... Por 10 minutos expor sobre a atividade para a qual está sendo submetido a essa sabatina, o Sr. Francisco de Oliveira Filho.

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Bom dia a todos. Quero, Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, de quem eu comentei agora há pouco, já nos tornamos amigos de tantas vezes presentes aqui na Comissão para ser sabatinado novamente. Ao Ilmo. Senador Leonel Pavan, Relator da minha recondução, quero cumprimentá-lo também pela eleição a vice-Governador no seu Estado, a sua atenção e consideração, o senhor é Relator pela segunda vez do meu nome a ser reconduzido à Diretoria da ANTT. Com muito prazer e muita satisfação, Senador. E aos demais Senadores e membros dessa Comissão aqui presentes.

Com satisfação que mais uma vez me apresento nesta Tribuna para discorrer sobre os assuntos pertinentes ao setor de transportes terrestres do Brasil. Integrando a Diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, desde maio de 2004, quero nesta oportunidade ressaltar os avanços registrados pelo setor como resultado da atuação marcante que a agência vem imprimindo ao longo de sua existência. Como é do conhecimento dos senhores, a ANTT tem sua área de atuação focada em dois segmentos do transportes terrestres. O rodoviário e o ferroviário.

No que diz respeito ao setor ferroviário, cabe à ANTT regular e fiscalizar a exploração da infraestrutura ferroviária e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros. Antes da criação da agência, o cenário no setor era de total dificuldade. As empresas prestadoras do serviço conviviam com diversos problemas. A instalação da ANTT em fevereiro de 2002, intensificaram-se os esforços para a revitalização das ferrovias. A ANTT editou Resolução para a reestruturação operacional e societária das concessionárias. Como consequência dessa ação, o setor ferroviário hoje registra a seguinte evolução – No item produção de transportes, em 2002, foi de 170 bilhões de toneladas por quilômetro útil. TKU, que é uma sigla que é usada para definir isso. Passando para 222 bilhões em 2005. Três anos depois. A carga transportada pelas ferrovias que em 2002 foi de 321 milhões de toneladas, passou para 389 milhões de toneladas em 2005. Eu estou citando

2005, porque são os números que nós temos disponíveis. Ainda não fechamos 2006.

Portanto vou usar sempre os números de 2005. Mas estão evoluindo também em 2006. O índice de acidente que em 2002 e 2003 foi de 18,2%, ficou na casa de 6,9% entre 2004 e 2005.

Com relação à mão-de-obra, a quantidade de pessoal próprio terceirizado empregado pelas concessionárias que era de 19.356 pessoas em 2002, alcançou a marca de 28.117 pessoas em 2005. Quanto à indústria ferroviária, a produção de vagões cresceu de 249, vejamos só, de 249 unidades em 2002 para 7.500 em 2005. Gerando 30 mil empregos diretos e indiretos no período.

Portanto frisar aqui o seguinte: Existiam apenas duas indústrias que estavam praticamente desativadas, porque produzindo 294 unidades, elas foram ampliadas e ainda foram criadas mais três novas indústrias desse setor. Aqui não está citado, não relatei, mas é importante relevar que só em locomotivas nesse período, foram introduzidas no setor ferroviário 495 locomotivas novas. O que significa dizer um acréscimo significativo em cima do que nós tínhamos na antiga rede ferroviária federal. Os investimentos dos concessionários ferroviários de carga em valores correntes foram de 626 milhões em 2002 e alcançou 2,1 bilhões no ano de 2005.

Vamos agora ao setor rodoviário. No setor rodoviário, a atuação da ANTT envolve as concessões rodoviárias federais, o transporte rodoviário nacional e internacional de passageiros, o transporte rodoviário de cargas e o transporte multimodal. Quanto às concessões rodoviárias federais, a esfera de atuação da ANTT está restrita hoje a seis trechos, ressaltando que quando a ANTT foi instalada em fevereiro de 2002 o programa de concessões já havia sido executado, cabendo à agência administração contratual já estabelecida e regular e fiscalizar as novas demandas. Encontramos vários problemas também que foram resolvidos. A ANTT já regulamentou o controle de peso de veículos, a execução de obras de serviços, infrações e sanções, promoveu a realização do programas de exploração da rodovia, estabeleceu os níveis de serviços de parâmetro de qualidade, exploração da faixa de domínio, receitas assessorias, revisões ordinárias e anuais e quinquenais de tarifa, reajustes anuais por fórmula paramétrica, estabeleceu o controle de peso de veículos, as alterações de configuração das praças de pedágio, os acessórios das rodovias e estabeleceu o nível de satisfação dos usuários e criou o vale pedágio. Seguindo o programa de concessão de Rodovia Federal, destacamos o lançamento em fevereiro de 2006 da segunda etapa do programa envolvendo sete

novos trechos de rodovias, significando mais 2.600 quilômetros e 800 metros a serem concedidos nos próximos meses. As concessões atuais são da primeira etapa que já estão operando, 1.483 quilômetros e 100 metros. A segunda etapa lançada este ano os editais estão no Tribunal de Contas da União, porque quando eles foram liberados para serem publicados o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu para que fosse feita uma Audiência Pública no Rio de Janeiro.

Então, nós, a ANTT, resolvemos fazer em todos os Estados por onde haveria influência dessas novas concessões. Isso foi feito, foram coletados mais de 800 contribuições, e 56 dessas contribuições foram incluídas novamente no novo edital. E está no Tribunal aguardando a liberação para ser publicada. Concessões delegadas são três mil e nove quilômetros e setecentos metros que estão nas mãos dos Estados e as concessões previstas para a terceira etapa são de seis mil setecentos e quarenta e três quilômetros e oitocentos metros. Totalizando treze mil, oitocentos e trinta e sete quilômetros de rodovias brasileiras que integram o Programa Federal de Concessões.

Transporte de passageiro. Quanto ao transporte rodoviário nacional e internacional de passageiros, destacamos a situação anterior à criação da ANTT e que foi herdada por ela posteriormente à sua instalação. Ausência de fiscalização, existência de quatro mil e cinqüenta processos pendentes no Ministério dos Transportes, e emissão de autorização de viagem por fretamento por protocolo. Como resultado de atuação da agência atualmente estão em operação 258 empresas permissionárias, 2.733 serviços regulares, e 4.517 registros para empresas de fretamento. Apesar do pouco tempo de existência da ANTT, já foi possível praticamente reverter o quadro anteriormente encontrado. Hoje já se encontra regulamentado seguro de responsabilidade civil, o certificado de registro para fretamento CRC, regulamentação das penalidades tipificando infrações, emissão de autorização de viagem via *internet*, regulamentação do processo administrativo, redução de frequência mínima e procedimentos gerais de segurança. Implantou o sistema de controle de fretamento contínuo, eventual ou turístico e o sistema de autorização de viagem que permite a emissão on-line e está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana. Transporte de carga, nacional e internacional de cargas, destacamos a criação do Registro Nacional de Transportadores de Rodoviários de Carga, o RNTRC que serve para dar o mapeamento do setor. Atualmente encontram-se registrados para o transporte nacional 816.794 operadores do RNTRC. Sendo 689.020 autônomos, 127.149 empresas, 625 cooperativas num total de um milhão, quinhentos e cinqüenta e oito mil,

trezentos e cinquenta e seis veículos cadastrados. É importante dizer que antes desse cadastro o Governo reconhecia, quer dizer, considerava que havia uma frota de aproximadamente 850 mil veículos no Brasil, de frete. (soa a campanha)

E para o transporte internacional possuímos registro de 159 empresas nacionais e 48 mil veículos nacionais e 29 mil veículos estrangeiros.

Concluindo este pequeno balanço das atividades da ANTT, citamos o transporte multimodal que é aquele regido por um único contrato e que utiliza duas ou mais modalidades de transporte desde a origem até o destino e é executado sob responsabilidade de um único operador, conhecido como OTM, Operador de Transporte Multimodal. Depois que a ANTT baixou a Resolução 794 em novembro de 2004, o OTM que se responsabiliza pela carga da origem ao destino, contratando serviços rodoviários, ferroviários marítimos e portuários. Quer dizer, a carga sai por um único operador e é entregue no seu destino por um único operador. Não existe mais necessidade de emissão numa série de procedimentos. Por meio dessa medida, a ANTT concluiu a etapa final para que o País pudesse contar com que esse um dos principais elos da cadeia do comércio globalizado. Existem hoje 177 operadores OTM s habilitados no Brasil para executar transporte multimodal.

Concluindo, senhoras e senhores, quero deixar meus agradecimentos ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva pela confiança mais uma vez depositada em minha pessoa, bem como aos Srs. Senadores desta Comissão de Infra-Estrutura, pela atenção em me ouvir mais uma vez. Muito obrigado. Estou às ordens.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Sr. Wagner de Carvalho Garcia. Por 10 minutos.

SR. WAGNER DE CARVALHO GARCIA – Exm^{os} membros do Senado Federal, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Quero, em primeiro lugar, dizer minha honra pessoal em comparecer a esta prestigiosa Casa, e de minha gratidão por ser ouvido por V.Ex^{as}... Agradeço o Exm^o. Sr. Presidente da República bem como ao Exm^o. Sr. Ministro de Estado de Transportes a minha indicação para ocupar o cargo de Diretor da Diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT. Agradeço também ao Senador Jonas Pinheiro pela Relatoria de minha indicação.

De antemão, folgo-me em saber que se aprovado desfrutarei da companhia de pessoas ilustres e competentes, e que não só representam pra mim um modelo que devo seguir, mas também me fazem consciente das responsabilidades que doravante terei à minha frente. Pouparei V.Ex^{as}. de um discurso alentado, uma

vez que por profissão e por temperamento sou avesso à subjetividade. Procurarei centrar-me em dois ou três aspectos que são pra mim pontos nevralgico no transporte terrestre.

No Brasil, quais sejam a tecnologia, a segurança e a intermodalidade logística. No entanto, não posso deixar de fazer uma breve apresentação pessoal de modo a facilitar os questionamentos se os houver de V.Ex^{as}... Meu nome é Wagner de Carvalho Garcia, sou natural de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, tenho 57 anos, sou Engenheiro civil formado há 32 anos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Minha experiência profissional concentrou-se na área rododotferroviária, onde trabalhei com construção, supervisão e consultoria. Recentemente tive o privilégio de ser convidado a integrar o quadro do então nascente Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, DNIT, onde permaneço há três anos e meio como Coordenador-Geral dos Estudos e Pesquisas. Afeição-me, sobretudo, à questão da pesquisa tecnológica em face da grande interação de trabalhos realizados com Instituto de Pesquisas rodovias, IPR. Entretanto somos levados a aceitar novos desafios, carregando a experiência anterior que será, com certeza, matéria-prima para minhas novas ocupações na agência.

É importante também ressaltar a minha noção particular do que seja uma agência. A própria palavra tem afinidades com ação, agir. Agência é um espaço da Administração Pública onde sobrepõe subjetividade, a rapidez, o dinamismo, a desburocratização. Não só pelos aportes da tecnologia, mas também pela nova mentalidade de gestão pública deflagrada pela própria retribuição do papel do Estado. Assim me referindo à tecnologia e pesquisa, a agência pelas suas atribuições institucionais tem como atribuições gerais, além de outras, como atos de outorga promover a pesquisa e estudos científicos de tráfego e demanda de serviços de transportes. Por força dessas funções, a agência deve ser sempre o relacionamento produtivo com as demais agências e órgãos, especialmente com o DNIT, que é basicamente cuida da infra-estrutura do setor não concedido. Como exemplo de integração tecnológica, podemos citar uma parceria com institutos de pesquisas rodoviárias, que possui por mais de 40 anos a função de elaborar as normas técnicas rodoviárias.

Assim, um dos meus objetivos básicos será tentar estabelecer vínculos mais fortes com os institutos de pesquisas, centros de excelências nacionais e internacionais e com a própria academia, o que será facilitado, penso eu, penso inúmeros contatos que fiz durante a minha gestão no DNIT.

Na esfera nacional, o desenvolvimento da tecnologia rodoviária representa para mim um sinônimo do

desenvolvimento do País. A tecnologia, quando bem empregada, é isenta de casuismo políticos, é o instrumento mais poderoso que dispomos, nós administradores públicos. O Brasil cobra a utilização racional da tecnologia, da telemática de modo a superar os problemas acumulados e a defasagem com o mundo avançado. A segunda questão que me refiro é a segurança. Não me refiro à segurança em seu sentido mais geral, mas especificamente à segurança em termos de transporte.

No Brasil, para que se tenha uma idéia, morre-se em acidente de trânsito seis meses mais do que em Países desenvolvidos. Como França, Estados Unidos e Japão. A faixa etária mais atingida é a que se situa abaixo dos 35 anos, e mais de 60% dos acidentes são causados pela imprudência dos motoristas. As duas grandes lacunas dessa ampla questão continuam a ser ainda a educação do usuário, e a fiscalização eficiente do transporte. E, em ambos os casos, é preciso capacitação e treinamento permanente dos quadros funcionais, profissionalização e dos próprios usuários, informação.

A terceira questão é a intermodalidade da logística dos transportes. Mais de 60% das cargas são transportados por rodovias. Com todos os custos energéticos e ambientais inerentes a esse modal de transporte. A ser necessário e desejável um maior equilíbrio na participação dos demais modais na matriz de transportes no País, planejando-se uma logística economicamente mais adequada. Assim, promover a intermodalidade, e conseqüentemente otimizar a logística do País é eliminar gargalos e promover a sinergia entre ferrovia, rodovia e hidrovias.

Em linhas gerais, a agência se vincula diretamente ao Ministério dos Transportes, art. 21 Lei 10.233 de 05/06/2001. Mas deve-se também implementar as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Política dos Transportes, CONIT, art. 20 da mesma lei. Ela mesmo tendo como objetivo regular ou supervisionar as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes. É seu papel também harmonizar o interesse público, com os objetivos de todos os demais parceiros, a fim de garantir a movimentação de pessoas e bens nos padrões definidos em lei. Com isso ficam claro as nossas atribuições, tanto quanto as nossas limitações no exercício desse cargo tão importante para o desenvolvimento do transporte no Brasil.

Quanto ao transporte ferroviário de cargas já explorado pela iniciativa privada requer maior interação das operações por meio de adequada regulação técnica e econômica, funções primordiais da agência.

O transporte de passageiros requer inspeções atenção quanto à doação de ações que busquem dar conforto, segurança e baixas tarifas, de forma a propiciar maior bem-estar ao usuário. Senhores, não só ilações técnicas, mas realidades plausíveis que podemos implementar em nossa missão de tornar o transporte mais seguro, mais confortável e mais digno para o cidadão brasileiro. Este será o foco principal de minha atenção, se Diretor da agência.

Agora coloco à disposição de V.Ex^{as}. para esclarecer algum ponto ou responder perguntas específicas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Michel. Igualmente por 10 minutos.

SR. MICHEL DIB TACHY – Exm^o. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente dessa Comissão, Exm^o. Srs. Sebastião Machado de Oliveira, e Senadora Serys pelas palavras elogiosas a meu respeito, o comentário sobre o meu currículo. Exm^o. Sr. Senador João Ribeiro, muito obrigado pela ajuda e por ter proporcionado essa sabatinada no dia de hoje. Exm^{os}. Srs. demais Senadores da Comissão, muito obrigado pela presença. Expresso ao Exm^o. Sr. Presidente da República e Ministro do Transporte a confiança de indicarem o meu nome à apreciação do Congresso Nacional para exercício de tão importante missão.

Excelência, sou um homem que já viveu muitas emoções, hoje com 74 anos de idade, e não perde entusiasmo em experimentar novos desafios. O DNIT, apesar de criado no início desse século, ainda não conseguiu uma estruturação adequada no exercício pleno de suas atividades e competência. Em busca desse objetivo nos propomos entre outras providências na área da Diretoria aquaviária, para a qual estou sendo indicado, a integração das administrações hidroviárias ao DNIT. Elas hoje ainda estão ligadas às companhias Doca por conta de convênios assinados em 1990. São 16 anos. Planejamento integrado e participativo das atividades da administração hidroviárias porque isso não existe hoje na Diretoria aquaviária. Nós vamos tentar fazer planejamento integrado. Só para o senhor ter uma idéia, esse ano passado, de 2006, agora, este ano atual, nós tivemos um orçamento aprovado de 28 milhões de reais para todas as obras e custeio das hidrovias brasileiras. Em compensação, no orçamento, custou 4,2 bilhões para a área rodoviária. Esse é um desequilíbrio que eu já peço de antemão o apoio, se aprovado por V.Ex^{as}., para que o Senado nos ajude a melhorar ou desfazer esse desequilíbrio que existe. Mesmo porque no nosso entendimento a falta das hidrovias brasileiras está sobrecarregando as rodovias no sul do Brasil e sobrecarregando os portos do sul

do Brasil. A utilização de hidrovias nós temos um potencial de 43 mil quilômetros a serem transformados em hidrovias no Brasil, proporcionaria uma saída extraordinária para a produção, sobretudo, de soja da Região Centro-Oeste.

O estabelecimento de padrões para as hidrovias que nós não temos padrões para as hidrovias. Nós temos para uma das maiores hidrovias, a do Araguaia-Tocantins, nós temos 2.611 quilômetros de hidrovia e não temos um padrão estabelecido ainda para essa hidrovia. Definir as atividades inerentes a cada hidrovia que também não está definido, cada hidrovia trabalha absolutamente independente. Não há uma coordenação. E essa coordenação terá que ser estabelecida e será favorecida particularmente pela integração das hidrovias ao DNIT. Hoje o DNIT tem comando técnico das hidrovias, mas não tem o comando administrativo. E isso tem dificultado muito a atuação do DNIT. É evidente que para conseguir reduzir o desequilíbrio dos sistemas modais, teremos que após o planejamento das ações buscar o aporte de recursos necessários e suficiente ao alcance desse desiderato. E com certeza contaremos com o apoio de V.Ex^{as}., inclusive para a revisão da Lei 5.917/63 que é o Plano Nacional de Viação, que inclusive está completamente desatualizado, apesar de diversas modificações introduzidas não mexeu na área hidroviária.

A Diretoria aquaviária dentro do DNIT, por força de circunstâncias externas a ela, não tem conseguido realçar sua importância. Não precisa dizer aos senhores que conhecem muito bem o quanto a área aquaviária do sistema intermodal de transporte do nosso País tem a longo prazo ficado à margem dos investimentos públicos e privados. A área vem sendo tão relegada a plano secundário que o TCU, pasmem, em acórdão recente recomendou ao DNIT uma série de medidas. Primeiro a integração ao DNIT das atividades de administração hidroviária. Aquisição, formação e treinamento de pessoal próprio para a realização das principais atividades. Para os senhores terem uma idéia, a administração da hidrovia da Amazônia Oriental onde nós somos Superintendentes, nós temos para trabalhar quatro pessoas de nível médio. Todo o pessoal que nós temos lá que trabalha nas hidrovias, as maiores inteligências, são contratados. E nós não temos dificuldade, não podemos treinar porque é custo do contratado, eles não treinam porque também não querem diminuir o lucro e nós ficamos nessa roda viva sem conseguir resolver o problema e sem ter pessoal qualificado.

Ontem mesmo perdi um dos melhores homens que trabalha na hidrovia, conhecido no DNIT todo, o Dr. Nélcio Figueiredo, professor da universidade que preferiu deixar para cuidar da universidade. Estabelecer

planejamento, comando e controle das ações do setor. Nós precisamos fazer isso para poder dirigir alguma coisa. Promover interação com os parceiros, usuários e com a sociedade. Quando nós assumimos a hidrovia em 2003, não tinha sequer uma placa indicativa da hidrovia. E a idéia anterior do Superintendente é que não desse conhecimento para ninguém aperreá-lo. Na realidade, eu modifiquei para que a sociedade conheça a existência da hidrovia. A missão está posta. Rogo a Deus que me conceda a força e inteligência para cumpri-la. Se essa Casa do povo assim o entender. Obrigado e estou a vossa disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Encerrada a parte de exposições, vamos ouvir agora os Senadores inscritos, em primeiro lugar o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, senhores sabatinados, Sr. Francisco de Oliveira Filho, Sr. Dr. Wagner de Carvalho de Garcia, Dr. Michel Tachy. Sr. Presidente, a imprensa hoje traz uma série de matérias que acredito sejam do conhecimento dos senhores que se encontram nesse momento ligados à área de transporte no País, e de forma mais específica, eu diria a infra-estrutura logística do País.

Um País como o nosso, de dimensões todos sabem continentais, um País como o nosso que tem sua matriz econômica essencialmente ligada ao setor de transporte e também de forma específica ao setor rodoviário, um País como o nosso que se pretende grande, e assistimos a toda hora o Presidente da República dizer que é preciso destravar o crescimento do País, que o País precisa crescer e não é nada demais, porque é o que os outros Países emergentes crescem à taxa de 5% ao ano, até seis ou sete. Mas é um País que lamentavelmente tem toda a sua infra-estrutura de logística abandonada. Faço questão de dizer, até que não é uma obra deste Governo. É preciso que se diga. A infra-estrutura já de há muito tempo no País não vem recebendo a atenção e os investimentos necessários.

Entretanto, decorrido quatro anos de um Governo, nós já podemos cobrar. Quer dizer, não é possível que se ataque o passado, dê o nome que se queira dar, herança maldita, mas que depois de quatro anos, diga – Eu não tenho nada a ver com isso. Isso vem desde Cabral. Afinal de contas, no atual Governo, que vai encerrar o seu período ainda no final do mês de dezembro, ele efetivamente não investiu na logística. E para reforçar a minha argumentação, Sr. Presidente, e aí eu farei as perguntas, a imprensa de hoje, como eu iniciei aqui essa minha fala, disse que o País perde com o apagão, veja bem a palavra, apagão dos transportes. Isso está no Jornal do Brasil. 46 bilhões.

Eu vou ler textualmente. O Brasil perde por ano 46 bilhões devido à precariedade do sistema de transportes. Estradas esburacadas, ferrovias sucateadas, portos saturados, transtorno nos aeroportos. O cenário é de apagão logístico. O prejuízo anual provocado pelos gargalos em transporte é 3 vezes maior do que dos investimentos da União no setor entre janeiro de 2003 e novembro desse ano. Investiu a União apenas 13,5 bilhões. E o País perdeu 46 bilhões.

Segundo o Sr. Flávio Benatti da Confederação Nacional dos Transportes, acho que os senhores conhecem, ele diz: Estamos no meio de um apagão logístico que só não é total porque o Brasil cresceu pouco. Ou seja, se o Brasil crescesse um pouco mais, nós estaríamos com até desabastecimento, lamentavelmente. Aqui diz o Sr. Paulo Godoy, também deve ser conhecido dos senhores, da Associação Brasileira de Infra-estrutura de base, ABDIB, os passageiros estão sofrendo com a crise nos aeroportos, as cargas já sofrem, as cargas, quer dizer, dos outros modais já sofrem há muito tempo. O prejuízo para a agroindústria, prejuízo de 2,7 bilhões em grãos. De cada dez produtores que tenta transportar produtos por ferrovias, só seis conseguem. A saturação dos portos também é visível. Isso vem afetando o preço da soja. O produtor paga metade do que ganha em frete. De acordo com essa entidade, o agronegócio perdeu 2,7 bilhões em grãos nos caminhos esburacados. De 96 a 2002, 28 milhões de toneladas foram desperdiçada. Já transportadores e exportadores têm prejuízo de 17 bilhões ao ano. Devido à infra-estrutura ineficiente, segundo a Associação Nacional de Transporte de Carga Logística. Mais uma matéria aqui. O buraco no orçamento das estradas. Pelas estradas brasileiras transitam 59% da produção nacional e 96% das pessoas que viajam. Os dados demonstram a predominância do transporte rodoviário no País. Status conquistado mais pela falta de opções do que pela qualidade das rodovias. Segundo a Confederação Nacional dos Transportes, 75% das estradas estão em estado péssimo, ruim ou regular, seja pelo asfalto danificado, seja pela falta de sinalização. Mais uma declaração, esse até meu conterrâneo da Bahia, Vice-Presidente da Confederação Nacional das indústrias, José de Freitas Mascarenhas. Todos os modais de transporte estão com problemas, mas a pior situação é a das rodovias. Ele é Presidente do Conselho de Infra-Estrutura da CNI. É preciso que o Ministério dos Transportes cuide da logística, e não só de obras. E por aí vai, são matérias que estão por aí. Nós estamos sabatinando três indicados. Dois para o DNIT e um para a ANTT. Dois para a ANTT e um para o DNIT.

Então, eu queria perguntar ao da ANTT, o que é que a ANTT... E nós sabemos as dificuldades, compartilho até com os senhores das agências reguladoras. Foi dito aqui agora pelo Sr. Michel a dificuldade de pessoal de Recursos Humanos. E o Governo não tem sido um Governo preocupado em dar a condição necessária, estrutural para que essas agências cumpram o seu papel. Como a ANTT pode, efetivamente, conseguir atuar para reduzir esse quadro que eu diria dantesco que vive hoje a logística brasileira. Que, no final das contas, para aqueles que nos ouvem, é a população brasileira que além de todos os impostos que paga, paga esse adicional de frete, que é transferido para o bolso do consumidor. Não é o transportador que paga mais. Não é o produtor. No fim é o consumidor final que paga mais. Tudo isso encarece. Nós que somos do nordeste recebemos muito do que nós consumimos que vem do sul e sudeste.

Então, chegam preços exorbitantes na nossa região. Aí cria-se uma agência reguladora, não se prestigia, não se dá Recursos Humanos nem financeiros para que ela execute o seu papel verdadeiro, e os custos dos fretes sempre vão aumentando. Quer dizer, de que forma V.S^a, para fazer um trabalho que possa até gratificá-lo como profissional, que não é especificamente da área que V.S^a tem um currículo voltado mais para o setor de comunicação, mas que já está na ANTT e rapidamente já deve ter um lado dos seus problemas, poderá fazer para que esse quadro não perdure, ou se simplesmente a permanecer a condição atual, vamos para o um colapso efetivo, como preconiza a imprensa.

Com relação ao Sr. Wagner, que é Engenheiro civil, também eu sou Engenheiro civil, falou em tecnologia. Eu também sou Engenheiro rodoviário, ligado à área rodoviária. E verifiquei que o DNER, antigo, hoje transformado em DNIT, perdeu um cabedal imenso que havia de conhecimento, de tecnologia pelo próprio Instituto de Pesquisa, as publicações que eram paradigmas para os engenheiros recém-formados, até para estudantes, perdeu toda essa tecnologia.

Então, a qualidade das estradas hoje é ínfima. Você faz uma recuperação, antes de concluir a recuperação como o tal famigerado e malfadado operação “tapa buraco”, antes de concluir já está tudo deteriorado. Acho que não se faz mais controle tecnológico hoje nas estradas. Sejam elas em recuperação ou construção nova, porque a vide útil é mínima, e nós sabemos que sem controle tecnológico e o controle rigoroso, se perde o dinheiro público mal aplicado. E não vejo o DNIT hoje com a capacidade técnica que teve no passado. V.S^a falou muito sobre problema de acidentes, e vidas ceifadas, e falou sobre a má educação do condutor

dos veículos. Isso é uma realidade. Mas eu pergunto a V.S^a: Quantas vidas nesse País foram perdidas pela má qualidade das nossas estradas? Quantas vidas, agora nesse momento, estão sendo ceifadas nas estradas brasileiras por conta dos buracos? E de quem é essa responsabilidade? É do ente público. É da União. Porque se fosse na Europa, estaria sendo processada. Seriam milhares de processos. Aqui lamentavelmente se perde pai, filho, mãe, irmão... Quem já não perdeu um ente querido nas estradas brasileiras? E é só a imprudência do condutor? E o buraco que quebra a direção do veículo, que faz com que ele saia de uma pista e vá colidir com que vem em direção contrária e assim por diante. E que é obrigado a trafegar às vezes a 10 quilômetros, 20 quilômetros por hora. Aí eu perguntaria – Como é que V.S^a vê essa situação dentro do DNIT? Em especial com relação à parcela ligada à tecnologia que eu não vejo mais existir lamentavelmente na engenharia rodoviária brasileira.

E por fim, o Sr. Michel eu senti a sua angústia, ele transferiu um pouco para nós que no sistema aquaviário brasileiro não tem praticamente nada. Nós não temos as hidrovias. Aí, Sr. Presidente, o senhor sabe como nós lutamos para a hidrovia do São Francisco. E precisa de serviços mínimos de assoreamento, de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eclusa do Tucuruí, colocamos durante essa Comissão colocou durante dois anos seguidos recurso no orçamento para a conclusão da eclusa com o trabalho da bancada do Pará, com a bancada... E infelizmente o resultado não...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então, a pergunta é: O que é que pode ser feito? Porque eu acredito que os senhores profissionais que estão aqui, que têm uma vida de serviços prestados à sociedade, não estão à procura de uma sinecura qualquer para se colocar. Estão à procura de prestar um serviço ao País. É isso que nós queremos. Mas eu fico estarrecido como é que as coisas estão sendo conduzidas na logística e na infra-estrutura do País. E encerro mais uma vez dizendo o seguinte: Não adianta jogar mais culpa no passado. Esse período já passou. Poderia se dar um tempo. Eu acho que no máximo um ano, dois anos, mas hoje já são quatro anos de Governo que já estão sendo reconduzido para mais quatro. Será que nós vamos vivenciar mais esses quatro anos desse descuido, dessa incúria inaceitável com a logística brasileira, com o cidadão, com o consumidor, com o povo brasileiro, enfim, que está perdendo suas vidas aí nas estradas brasileiras, com o produtor que não consegue exportar a um custo menor para ser competitivo.

Então, eu fiz uma pergunta específica a cada um, se puder merecer a consideração, aceitaria e agradeceria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Todos os três tem respostas à pergunta? Dr. Francisco Oliveira Filho, em primeiro lugar.

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – A agência, ela... Vou responder alguma coisa da área de transporte que não está afeto à agência, que está subordinado ao DNIT. Mas mais como ilustração. E aquilo que cabe à agência, evidentemente, que é do conhecimento do senhor também, que são as atribuições da agência. O que acontece é o seguinte. Há 12 anos, aproximadamente, estão vencidos os contratos ou sendo feitos de forma precária, estou dizendo com relação ao setor rodoviário, os contratos de manutenção das rodovias brasileiras. Nós temos uma malha de 79 mil quilômetros de rodovias federais. 56 mil quilômetros dessas estradas são pavimentadas. Essas estradas foram todas construídas para grande maioria delas até a década de 60, o Governo Juscelino. Depois algumas outras foram feitas, mas num volume, uma quantidade muito pequena. Naquela época, os veículos de transportes brasileiros de carga, transportavam em torno de 20 a 25 mil quilos, 25 toneladas. Hoje nós temos uma situação de alguns bitrens que transportam 70 toneladas. Isso é um problema de regulação que foge à responsabilidade, a alçada da ANTT. Por quê? Porque a ANTT ela regula e fiscaliza o transporte. Mas as normas que permitem o trânsito são do CONTRAN e do DENATRAN.

Então, que o está acontecendo? Libera-se para transitar numa rodovia que foi construída com base de sustentação e com o asfalto para veículos de até 25 toneladas, e libera-se para transitar 70. E falta, além disso tudo, fiscalização. Quer dizer, não existem balanças nas rodovias brasileiras. Isso vem de vários Governos. Não estou dizendo desse Governo, do Governo passado... Isso é coisa que deveria existir há 20 anos ou 25 anos como existe em qualquer País. E não existe. Há sempre uma promessa de que vai se colocar mais e coisa e tal. Nas rodovias, nos 1.400 quilômetros que a ANTT fiscaliza, existem as balanças, são permanentemente ativadas, e o peso está passando de forma correta. Porque também é prejuízo para o concessionário se ele deixar trafegar pesos acima da capacidade que a rodovia permite. Esse é o primeiro passo. Com relação à rodovias, o Brasil é um País de dimensões, como já foi colocado aqui, o senhor também acabou de colocar, e a imprensa e é de conhecimento de todos, de dimensões continentais. Houve um erro lá atrás, e isso já no século passado, já estou falando do Século 20 em não se privilegiar mais o transporte

ferroviário. O transporte ferroviário tem umas anuências interessantes. O transporte ferroviário ele só é viável se você tem o que transportar, aí você tem a malha, e a ponta que é o porto. Porque o transporte ferroviário que ele é para transportes de grandes... De granéis, de grandes pesos, de grandes estruturas. Ou indústria automobilística, ou os grãos, os minérios...

Então, o que foi feito na realidade no Brasil, no final do Século 19, que foi o grande volume, a grande quantidade de construção de ferrovia, elas foram construídas primeiro, o grande primeiro erro, em três, quatro, cinco bitolas diferentes. Então, eles não se interligavam. Então você vinha com a carga, parava em determinado lugar, tinha que fazer transposição para continuar. E segundo, ela foi construída para transportar o café. Ela começou a ser construída para transportar o café, depois a cana-de-açúcar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas pedir para comunicar ao Senador Raupp que ele está designado escrutinador, e nós começaremos logo em seguida. Como também... Eu queria só pedir permissão... Senador Wellington Salgado vai escutinar os votos do Sr. Francisco Oliveira, o Senador João Ribeiro do Dr. Michel Tachy, e o Sr. Wagner será escrutinado por V.Ex^a. Em 10 minutos. Vamos dar mais um tempinho. Com a palavra.

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Mas para terminar, o que aconteceu com as ferrovias foi que essa malha foi construída no litoral. Ela não penetrou. Só agora no início desse século, do Século 20 é que ela penetrou, quer dizer, passou a Serra do Mar e começou a introduzir o progresso, ou seja, ser um meio, um veículo de cargas para o interior do Brasil.

Então, veio o Governo Juscelino e fez as rodovias. Encheu o País de estrada, incentivo a indústria automobilística, e foi o que viabilizou o transporte de mercadoria desse País, e abandonou-se então as ferrovias. É uma pena, é uma dó, é lamentável, é lastimável. Mas é um erro que vem de muito longe e a gente evidentemente que com a privatização das rodovias feita há 13 anos atrás, nós agência estamos trabalhando. Como os senhores puderam verificar os avanços em termos de investimento, de melhoria da malha é muito grande. Mas não tem significado acréscimo de quilometragem. Pelo contrário. Nos últimos 20 anos vários trechos foram desativados. E foram desativados por quê? Porque não são economicamente viáveis. As locomotivas hoje elas são muito grandes, elas não escrevem determinados trechos, tem muita curva. Nós temos lá em Minas Gerais, Senador Azeredo, aquele problema lá de um trecho da Centro-Atlântica que é a Serra do Tigre, que é possível o maquinista durante o percurso da subida da serra, ele ver o rabo, a ponta

da composição. E isso, o que é que acontece? O que provoca? Provoca atrasos, tem que andar em baixa velocidade, alto consumo de combustível, e chega àquilo que o Senador César Borges colocou que é o problema do consumidor pagar esse custo, esse preço.

No transporte rodoviário, vou voltar só para ilustrar, Senador, que o senhor não citou que não devia estar na matéria, 40% do valor do frete rodoviário hoje é em função... Quer dizer, a mais, é em função do estado precário das estradas. Se nós tivéssemos uma velocidade maior dos caminhões, menos quebra dos veículos, evidentemente que isso seria repassado para o consumidor, para o produto final. Mas é um problema que vem de longe, o País precisa realmente nestes próximos quatro anos, eu acredito que isso vai acontecer, fazer uma opção pela infra-estrutura. Porque esse apagão ele está sendo anunciado há bastante tempo. Eu fui Conselheiro até bem recentemente de uma grande empresa, a PERDIGÃO, era uma preocupação constante. A PERDIGÃO tem indústrias em vários Estados do País. Inclusive no seu Estado. É um problema seriíssimo. Nós temos uma indústria em Rio Verde, em Goiás, que custava o tempo que poderia ser de 15 a 16 horas, chegava-se a gastar 48 para chegar no porto com uma mercadoria produzida em Goiás. Tal o Estado precário das rodovias. Eu fui lá e vi. Agora, essas rodovias estão na infra-estrutura do DNIT. Eu queria deixar isso claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Francisco Oliveira, o senhor foi Conselheiro da PERDIGÃO de que período a que período?

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Eu fui de 2000 a 2002, antes de iniciar o meu mandato na ANTT. Até... Aliás, até... é, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Departamento Jurídico da Comissão, por dever de ofício, proceda a devida verificação, se há alguma incompatibilidade entre a função de Conselheiro e o cargo para o qual ele se apresenta hoje. O homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada. Com a palavra...

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Eu queria só falar. Esse foi um problema levantado enquanto eu estava na ANTT e eu renunciei ao cargo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Infelizmente o senhor há de compreender que eu tenho a obrigação de fazer.

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Mas consta do meu currículo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Assessoria Jurídica proceda a ve-

rificação legal e suste a remessa para o Plenário até verificação. Coisa que será rápida. É só questão de...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Antes de dar a palavra ao querido vice-Governador eleito de Santa Catarina e colega dessa Casa, Leonel Pavan, é que eu fiz uma pergunta também aos outros dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero apenas pedir, com uma limitação de tempo, já estamos com vinte...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sobre tecnologia e controle de qualidade dentro do DNIT.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Wagner Garcia.

SR. WAGNER DE CARVALHO GARCIA – Senador César Borges, realmente a pergunta do senhor é bastante interessante. O Dr. Francisco descreveu bem o que acontece na matriz de transporte no Brasil. Têm um desequilíbrio total entre o rodoviário, o ferroviário, aquaviário, dutoviário e o aéreo. E a qualidade que o senhor quer saber, realmente essa operação “Tapa Buraco” era necessário porque o País está um caos. A chuva destruiu, foi um ano... Isso aí já vem há muito tempo. Não foi de um Governo agora atrás. Há muito tempo que não tem investimento. E as estradas, como lhe disse, são construídas há mais de 20 anos. E o problema não é na capa. O Sr. Engenheiro, o senhor tem conhecimento que a capa é só um revestimento. O problema é na base. E essa operação “Tapa Buraco” isso aí realmente não vai aliviar nada. O DNIT está fazendo várias estações de restaurações agora. E eu acredito que vai melhorar bastante a qualidade daqui para frente. Porque “Tapa Buraco Realmente, inclusive, com o Coordenador-Geral do IPR, que é o Instituto de Pesquisas rodoviárias, eu fui contra a princípio o “Tapa Buraco”. Inclusive fiz um Relatório para a Ministra Dilma que eu discordava daquilo mas eu fui convencido que não tinha uma solução emergencial, porque estava um caos o Brasil. E se não fizer uma restauração rápida, realmente vai dar um apagão logístico.

Quanto a intermodalidade dos transportes, responder ao senhor, só para o senhor ter uma idéia, o Brasil tem 250 terminais de intermodalidade. O Estados Unidos tem três mil.

Então, isso aí é questão de competição para exportação. Nós estamos muito aquém, mas muito longe de chegarmos a uma condição razoável. Falta fazer muito pela infra-estrutura. Com relação a acidentes, hoje morre-se no País 30 mil pessoas em acidentes rodoviários. Nós gastamos 1,5 do PIB, quer dizer, muito mais do que se investe em infra-estrutura...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas fazer um registro aqui para o PFL já completou a sua votação. O PMDB

nos seguiu. Agora cabe ele completar. Falta a base do Governo, o Senador Eurípides. Mas tenho certeza que chegarão dentro de cinco minutos os que faltam.

O mal do Governo é não ter informação precisa das coisas. Falta apenas um da base. Falta um.

SR. WAGNER DE CARVALHO GARCIA – Então se gasta muito. E eu falei tecnologia porque, por exemplo, os Países mais adiantados, o motorista do caminhão roda aí oito, dez horas no máximo. O caminhão é travado. Hoje nós sabemos que as estradas aí é um perigo andar nas estradas. Exatamente por idade, média dos veículos, muito antiga, falta de horário, não há equilíbrio do horário de trabalho desses motoristas.

Então, um risco altíssimo. Isso só com tecnologia poderia ajudar. Falta mais alguma coisa? Não?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu apenas sempre fico a me perguntar: Será que vamos ficar sempre olhando para atrás? Quer dizer, as soluções para os problemas nunca surgirão nesse Governo? As soluções? Porque todos esses problemas nós sabemos. São históricos. Mas quem assume o fardo de governar um País, eu acho que é um fardo você governar um País, um Estado, é uma tarefa difícil, árdua. Tem que estar pronto, tem que ter as soluções. Porque fazer a crítica do passado. Mas eu não vejo essas soluções. Lamentavelmente o que estamos assistindo é se perdurar aqueles erros do passado sem soluções. Apenas... Muito bem, a situação é essa, é lamentável, mas eu não vejo o Governo priorizar essa área, que é tão importante para o País e para o seu povo. Não há prioridade. Veja o caso das PPPs, Sr. Presidente. Nós fomos cobrados em agilidade aprovar as PPPs nessa Casa. Conseguimos melhorar e muito o Projeto que veio do Executivo. Aprovamos as PPPs. Hoje morre milhares de baianos no trecho de Feira de Santana até a entrada da BR-242, no Rio Paraguaçu. Fala-se numa PPP. Há dois anos se estuda a PPP e não sai. E quando sair, vai... Olha, Sr. Presidente, deixa eu anunciar isso. A PPP que se prevê para a BR-116 para duplicar e recuperar, vai se cobrar pedágio durante sete anos para iniciarem as obras. Só depois de se pagar pedágio durante sete anos é que as obras de duplicação terão início.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador César Borges, pediria uma carona a V.Ex^a, e perguntar inclusive sobre em que é que foi empregado os recursos do acordo feito com o finado para o atual Governo FMI, aquele que não entraria no superávit primário. Foram dois bilhões e oitocentos milhões, salvo engano, no orçamento de 2005. É exatamente isso. Eu acho que essa seria mais

uma... Uma pergunta voltada para o Dr. Michel. A quem eu passo a palavra.

SR. MICHEL DIB TACHY – Senador, muito obrigado pela pergunta. Mas o quadro que eu pinte é mais ou menos a realidade. Nós temos um desequilíbrio total nos sistemas modais. Como foi dito aqui já, e é conhecido por todos, 60% das cargas ou mais são transportadas por via rodoviária. Na aquaviária são 14%, sendo que a hidroviária interior é cerca de 3,4%. Nós temos uma rede que pode ser transformada em hidrovia de cerca de 45 a 50 mil quilômetros de rios transformados em hidrovias. Nós temos lá no centro norte, por exemplo, a Teles Pires-Tapajós é uma hidrovia que pode de Cachoeira Rasteira até Santarém são 1043 quilômetros com investimento de 200 milhões de dólares. Nem tanto, a BR-163 que é praticamente paralela a ela, ela precisa para completar um bilhão e meio de reais.

Então, por aí se vê o desequilíbrio até nos investimentos que se faz. O custo transporte...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sem se falar no custo, né?

SR. MICHEL DIB TACHY – Pois é, o custo do transporte da relação que se estabelece entre eles é considerado universalmente 148. Quer dizer, o custo do transporte hidroviário um, quatro para a ferrovia, oito para a rodovia. Nós acreditamos que o grande problema que hoje enfrentamos nas rodovias se deve à falta de utilização dos outros modais para poder facilitar o escoamento da produção. Porque o escoamento da produção via hidroviária, ela é muito mais simples, mais barata, polui menos o meio ambiente, não mexe com nada, economiza pneu, economiza energia, economiza tudo. E, no entanto, a opção do Brasil foi sempre pelo rodoviário porque foi a tônica da época que começou de produção de carro no Brasil. Mas hoje nós temos que encaminhar para outra direção. E essa linguagem se fala em todos os meios. Participei de uma reunião recente, terça-feira, na ANTAQ, e a ANTAQ resolveu, não é missão dela, mas ser patrona ou padrinho ou padrinho do sistema hidroviário, que está abandonado. Não se investe no hidroviário.

Este ano, por exemplo, passado, eu acabei de dizer, este ano agora de 2006, nós gastamos 29 milhões para todas as hidrovias do Brasil. Enquanto quatro bilhões para as rodovias. Só para consertar as rodovias.

Então, veja, se nós não mudarmos o sistema modal para aproveitar os três interligados num sistema multimodal, o Brasil vai pagar mais caro do que está se pensando hoje. E essa Casa tem muito que nos ajudar para esse desiderato. Porque os investimentos, por exemplo, um investimento de uma dragagem, eu gasto

cerca de quatro, cinco reais por metro cúbico, por tonelada. Já no derrocamento eu gasto cem dólares por tonelada. Eu, para transformar um trecho de Tucuruí a Marabá que são 240 quilômetros na hidrovia, eu preciso de 60 milhões. E não tenho esse dinheiro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MICHEL DIB TACHY – Mais simples ainda que só precisa dragar e cuidar das margens. E não se tem dinheiro para isso. Ano passado, e este ano, nós vivemos a míngua nas hidrovias. Teve hidrovia como a do São Francisco que não teve dinheiro nem para o cafezinho.

Então, nem se movimentava. Porque como nós somos ligados à Companhias Docas, quanto a Companhia Doca não tem dinheiro ela não repassa para a hidrovia. Porque o sistema de convênio, a Doca adianta o dinheiro e é ressarcida. Quando ela não recebe, ela não passa para a hidrovia. A hidrovia fica sem recursos. Mas o mais importante ainda é que, por exemplo, o meu orçamento do ano que vem, está previsto ser aprovado, são seis milhões. Quatro milhões de custeio e dois milhões de investimento. Isso não dá para fazer uma dragagem O Rio Capim, que é dos menores, eu fiz uma avaliação recente, para ver quanto custaria, cinco milhões para dragar o Rio Capim. Mas como que eu vou dragar com dois milhões só que eu tenho? Não faço nada. Eu disse isso no Ministério do Planejamento, disse isso em Manaus com participação do Ministério do Planejamento. Eu digO – O que nós planejamos é errado nesse País. Nós não fazemos o planejamento integrado dos mais diversos modais. Como é que, por exemplo, eu chego no final do ano e me sobra dinheiro do gasto e custeio, eu procuro economizar o máximo, eu devolvo. No ano seguinte cortam, porque eu devolvi. Ao invés de me darem o que eu preciso para fazer o meu trabalho principal, o meu objetivo, no me dão.

Então, é isso que nós pretendemos fazer uma mudança dentro do DNIT. A nossa missão é essa. E certamente vamos precisar de ajuda de todo mundo. Não é só do DNIT. Não é só do Ministério dos Transportes. O Ministério dos Transportes está fazendo um trabalho muito bonito agora um plano de logística. Está usando, centrando o Ministério da Defesa. Estou falando pela logística. O primeiro que se faz no Ministério dos Transportes. Mas ele não vai dar fruto a curto prazo. E o Brasil está entrando em apagão mesmo de transportes, e nós não fizemos investimentos a curto prazo dessas áreas. A infra-estrutura do País precisa de cuidados especiais. Mas não é só do Governo, é de todos nós. Porque nós temos problemas com o meio ambiente, temos o Ministério Público atrapalhando, temos o orçamento que atrapalha. Tem tudo isso que nós temos

que nos juntar para alcançar esse objetivo, que muitas vezes... Eu tive um problema em Teles Pires-Tapajós que lhe falei baratíssima, o Ministério Público entrou na justiça para questionar um Projeto que o Governo estava fazendo para superar um problema numa corredeira. 18 quilômetros de corredeira. Nós íamos fazer um dique de 80 metros, fazer uma pequena barragem com 14m para poder navegar por ali. O Ministério Público entrou na justiça porque tinha índio na margem do rio. E acabou que não se fez o projeto, depois eu tive que ir diretamente ao Juiz, pedir ao Juiz, como sou Advogado também, pedir ao Juiz que analisasse bem. Que estudar não é proibido para ninguém. Ninguém deve ser proibido de estudar. E ele deu realmente da lavra dele uma sentença dizendo que o Governo não só não pode ser proibido de estudar como deve estudar os problemas nacionais.

Então, todas essas forças e esse Ministro do Ministério Público, ele tem dito lá, eu falo muito a vontade com o senhor, porque eu morei muito tempo na Bahia, e a Bahia, do Antônio Carlos Magalhães, que eu considero um dos grandes líderes daquela terra, porque fez aquelas grandes obras, ajudei como disse para o Senador aqui na preparação de mão-de-obra para a petroquímica, porque eu era Superintendente de Produção da Refinaria, e estava sentindo que a petroquímica estava sendo implantada e ia roubar o meu pessoal preparado lá da refinaria. Então eu peguei meus técnicos, mandei para a escola técnica, para preparar currículo para a escola técnica, para preparar o pessoal para a petroquímica para não ficar desfalcado. Houve também um certo interesse nosso. Entendeu, Senador? Mas o problema é bem maior do que simplesmente vontade de fazer. Nós temos é que ter uma vontade muito mais ampla, de muito mais gente para alcançar esse objetivo. Não sei se respondi, Excelência, mas...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu me considero satisfeito, Sr. Presidente. Eu apenas fico perplexo, porque não conseguimos vislumbrar a curto prazo qualquer solução para esse possível apagão da logística que está existindo. Acho que V.Ex^a compartilha dessa... E os senhores aqui indicados ficarão lá nos seus cargos, nas suas funções. Acho que também angustiados, porque afinal de contas quem tem responsabilidade funcional tem angústia para dar poder dar solução a esses problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que me motiva, Senador César Borges, pela história do Dr. Michel no DNIT, e convivendo com a situação caótica das estradas brasileiras, ele vai tomar todas as providências possíveis para evitar repetições de erros passados. Agora mesmo se sabe

que tramita no DNIT um edital de um bilhão de reais para lombadas e pardais. Não é preciso pôr isso que as estradas não desenvolvem, não tem velocidade para impedir. A maior lombada, o maior pardal que tem hoje são os buracos. De forma que eu quero, inclusive, pedir à Comissão que faça formalmente um pedido de informações sobre este edital encaminhando cópia para o Tribunal de Contas da União. Com a palavra o Senador Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, e aqui cumprimentar o Dr. Wagner, Dr. Francisco, Dr. Michel, eu queria apenas fazer um comentário aqui, não tanto adição de perguntas. Até porque nós já encaminhamos do Parecer favorável a indicação do Dr. Francisco. Mas aqui o doutor e Senador César Borges ele fez um relato sobre as nossas rodovias no Brasil. Por cima, um relato muito rápido. Que se nós formos discutir aqui as rodovias, ferrovias e até os investimentos nos nossos portos nós poderíamos ficar aqui debatendo por algumas horas. Eu não entendo, às vezes, algumas situações quando o Governo... Eu sou da oposição, hoje me elegi vice-Governador de Santa Catarina, tenho que fazer parceria com o Governo para buscar recursos que se diz que se bater no Governo vai dar soco em ponta de faca. Não é assim que vamos fazer. Nós queremos fazer uma parceria perfeita com o Estado de Santa Catarina. O que acontece? Quando se fala em recursos...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pavan, para otimizar os trabalhos, eu pediria aos três escrutinadores citados que iniciasse a apuração, e está encerrado. Fica o registro de que falta um voto apenas. Vinte e... Srs. Senadores exerceram o direito do voto. E quero apenas registrar que com relação ao DNIT, há um voto a menos que foi entregue à Mesa, que é do Senador José Jorge, que por questões de princípio, não vota em indicações do DNIT, porque acha ele, é uma matéria até para discussão, que não sendo o DNIT uma agência reguladora, não tem necessidade de passar por esta Comissão. Uma vez que não há mandato e não é uma agência reguladora. Com a palavra.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Mas dando continuidade aqui, nós vamos certamente trabalhar juntos a partir do ano que vem em função do Governo de Santa Catarina, o DNIT e a ANTT, vamos trabalhar juntos. Principalmente Santa Catarina, que tem os portos aí com potencial enorme, que é São Francisco, que é Itajaí, Ibituba, Laguna... Potencial enorme e que precisa de investimentos. E também na questão das nossas ferrovias. Mas eu queria me referir é que como é que podemos entender Santa Catarina, que é um Estado que tem apenas 3% das hidrovias do

Brasil, em Santa Catarina, apenas 3%, e o número de acidentes que ocorreram agora na semana dos finados, para buscar um feriado mais próximo, chegou a 12% de acidentes no Brasil. Nós só perdemos para Minas Gerais. Nós tivemos em torno de 212 acidentes. Em Minas Gerais teve 204 acidentes. Porém, Minas Gerais é duas vezes e meio a mais de rodovias do que Santa Catarina. E que São Paulo deu a metade de Santa Catarina, Rio de Janeiro a metade de Santa Catarina, de acidentes. E nós passamos aqui quatro anos falando sobre as rodovias de Santa Catarina. E o que diziam? “Não, Santa Catarina é rica. As rodovias são boas. Os problemas são em tais lugares”.

Ora, se o número de acidentes chegaria a ser o maior quase do Brasil, e proporcionalmente é o maior do Brasil, ou os motoristas são os piores, ou as rodovias é que realmente não estão adequadas. E eu cito o por que. Só porque as duas coisas, mas as rodovias, as (inaudível). A rodovia 470, que passa ali mais de 20 mil veículos por dia, que corta todo o Vale do Itajaí, ela, além de ser uma rodovia sem acostamento em diversos lugares com inúmeras declividades, é um tobogã, ela não é duplicada, não tem... Falta acostamento e é um verdadeiro tobogã. Essa rodovia, só o prejuízo que causou ao Governo Federal em função dos acidentes, lá, daria já para ter sido duplicada. A outra 282. São aí mais de 15 anos, há mais de 20 anos, nós estamos ainda batendo na tecla para investir na 282, e vocês sabem disso. A 280 que é uma outra rodovia que liga a Região Norte com o Porto de São Francisco. Lá está com problemas. Não se investe. E quando se investe é apenas nessa questão paliativa. Viu, Dr. Francisco? É paliativo. Dr. Wagner, é paliativo os investimentos. São apenas para tapar os buracos, aí fica dois, três meses, voltam os buracos de novo, aí coloca lá o produto necessário para deixar bonitinha, passou o caminhão, e parece uma manteiga. Vai para o lado. Aí que falta de repente os investimentos, estudos, tecnologia e tal em ciência material. É necessário que o Governo retome essa discussão e passe a fazer as coisas com soluções definitivas, e não paliativas.

O Governo do Presidente Lula teve a primeira eleição dele justamente em cima, ou uma das grandes partes, em cima da deterioração das precariedades das rodovias. Ele falava muito sobre isso. E passou-se os quatro anos, e as coisas continuam praticamente iguais. Vocês estão aqui sendo uns reconduzidos, está sendo reconduzido, Wagner? Está entrando o Wagner. O Michel está entrando também. Reconduzido é o Francisco. É importante que nós atuemos não apenas como membro do Governo, como uma pessoa ligada ao Governo, mas ligada à sociedade. Como cidadão. Para buscar a solução. Para encontrar meios

para definitivamente construirmos o melhor para o nosso País. É inegável que a precariedade das nossas rodovias está encarecendo os produtos. E quem está pagando é o pequeno. É o pequeno. Quem está pagando é aquele que não tem condições sequer de sobreviver. O frete aumenta, a mercadoria fica mais cara, os acidentes, as mortes que estão ocorrendo e o que acontece a toda hora.

Queria apenas deixar esse registro aos três indicados e que serão aprovados, com certeza absoluta pelos resultados aqui já estão sendo tomados, mas que nós possamos fazer uma parceria ampla. Eu como vice-Governador vou trabalhar, fui incumbido pelo Governador para trabalhar na questão das rodovias, ferrovias, portos... E eu queria manter essa parceria com vocês para que nós possamos ampliar a segurança da população. Ou melhor, diminuir a insegurança da nossa população nesse setor. E melhorar o transporte, facilitar o transporte de nossos produtos.

Então, fica aí o nosso cumprimento e peço a vocês que possamos manter essa grande parceria como Brasil, mas especificamente ao meu Estado de Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como não há nenhum questionamento a ser feito, passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu vou ser rápido também, Presidente. Mas é porque em todas as audiências que nós temos...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Rápido é o Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ...em todas as sabatinas que nós temos aqui, o assunto da infra-estrutura precária é levantado. E nós já estamos agora... Já passaram quatro anos do Governo. Então eu também quero dizer que não adianta a gente voltar e dizer que no passado foi assim, foi assado, porque agora o Governo é que já tem quatro anos, vai ter mais quatro, e é importante então que decisões sejam tomadas. É a hora de decisão.

Eu já fiz o pronunciamento no Plenário, mostrando que o Brasil precisa, na verdade, de um programa arrojado para as estradas brasileiras, um programa de melhoria da capacidade. O Dr. Francisco colocou bem, as nossas rodovias a maior parte é da época de Juscelino ainda. Então nós precisamos ter um programa arrojado, um programa de duplicação de estradas.

Agora, veja bem, eu vou dar um exemplo aqui como que nós da oposição estamos colaborando. Agora, veja que nós temos a rodovia que liga Rio de Janeiro a Brasília, passando portanto, por três Estados, Rio, Minas Gerais, Goiás, chegando a Brasília a

BR-040, e essa rodovia tem o trecho duplicado entre Belo Horizonte e Sete Lagoas, ainda na época em que eu era Governador, depois não se fez mais nenhum quilômetro, e eu estou lutando para que continue essa duplicação. São mais quarenta e poucos quilômetros. Depois de quatro anos conseguiu-se que o Governo fizesse a concorrência, o DNIT fez a concorrência no último mês de julho. Agora quando veio o orçamento nós somos surpreendidos, porque não tem um tostão para essa estrada no ano que vem. Aí cabe a mim como Senador, vou usar a Emenda de bancada de Minas, já fiz a Emenda, para colocar dinheiro para ver se o Governo Federal consegue então fazer essa obra. Estou ajudando o Governo para que ele possa fazer essa duplicação que ele mesmo incitou, mas que não fez, não colocou o dinheiro para o orçamento. Colocaram 14 milhões na Medida Provisória que foi aprovada recentemente, essa Medida Provisória que o Presidente assinou no período eleitoral que deu até uma certa polêmica e com esses 14 milhões é que pode começar a obra. Mas 14 milhões para uma obra orçada em cerca de 150 não vai adiantar nada. Vai começar e vai parar.

Então, veja bem, nós precisamos com decisões. Isso é que eu quero aqui deixar. É o desafio muito grande que os senhores têm. É o desafio de tomar decisões. Decisões na PPPs, decisão na área de concessões, passaram-se quatro anos e o Governo Lula não fez uma concessão sequer de estrada na iniciativa privada. A Rodovia Fernão Dias duplicada no Governo passado, e ela teve agora apenas questões mais localizadas de conclusão, mas foi duplicada ainda no Governo Fernando Henrique, a Fernão Dias é para ter concessão. Já está se destruindo, já está sendo deteriorada, porque não tem manutenção, era para ser feito já no tema de concessão. Quatro anos e não teve concessão. Por quê? Por que o Governo não faz concessão? “Ah, mas o Tribunal de Contas é que está olhando o edital”. Mas quatro anos olhando o edital? Então, essas desculpas é que realmente não dá mais para ficarmos tendo essas justificativas muito porque não tem concessão, não tem manutenção, não tem balanço... Não tem sinalização, não tem orçamento... E a gente sabe que tem dinheiro da CIDE, tem dinheiro do próprio orçamento, e as decisões é que não são tomadas.

Então, eu queria aqui na minha colocação é deixar realmente o voto de sucesso aos senhores, mas ao mesmo tempo deixar o alerta de que não é possível mais que a gente continue tendo apenas as justificativas. As decisões têm que ser tomadas e elas devem

ser urgentes num programa, volto a dizer, arrojado para a infra-estrutura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, só sobre concessão, se puder. Talvez só sobre concessões. Se alguém puder me dar alguma notícia. É o Dr. Francisco... Ou o Dr. Wagner, não sei. Concessões rodoviárias. Qual a última notícia que tem sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Michel.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, não é o DNIT. É a ANTT.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre concessões rodoviárias.

SR. FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO – Como eu coloquei aqui na minha exposição, o plano do Governo entre as concessões, a primeira etapa que são 1.400 quilômetros, a segunda que são se não me engano 2.600, e a terceira que são mais seis mil e alguma coisa, e mais o que os Estados já administram, que foram delegados aos Estados, isso soma 13 mil quilômetros. O que acontece é o seguinte. Muitas vezes a gente, nós agências, não estou dizendo só no caso da ANTT, de Transportes Terrestres, mas você está dependendo de outros órgãos que atuam paralelamente. Só para ser ter uma idéia, a segunda etapa que está incluído lá a Fernão Dias, nós preparamos esse edital, a agência preparou todo o procedimento, ainda quando o Ministro era o Anderson Adalto. Quer dizer, no meio do Governo do primeiro Governo Lula. O que é que aconteceu de lá para cá? O Tribunal entrou no processo, determinou que fosse cancelado o edital anterior, nós entramos, fizemos o edital, foi para o Tribunal de Contas, ficou um ano. No final do ano passado, eles devolveram para a gente, para a gente atualizar, fazer algumas pesquisas de trecho porque já tinha modificado evidentemente tudo aquilo que já tinha sido levantado, nós fizemos as pesquisas de trecho, fizemos um novo edital, encaminhamos. Foi isso mais ou menos em novembro. Ainda estava lá na agência. O que é que aconteceu? O Ministério Público do Rio de Janeiro pede para que fosse feita uma Audiência Pública no Rio de Janeiro. Nós evidentemente como agência, representando os interesses do Governo, do cidadão, determinamos então, achamos por bem e ouvindo o Tribunal que deveríamos fazer essas Audiências Públicas em todos os Estados de influência daqueles sete trechos. Foram feitas essas audiências. Até coloquei aqui. Mais de oitocentas contribuições. Nós respondemos a todas, nós, agência, respondemos a todas elas. Isso já em abril, por aí, maio, e cinquenta e poucas dessas contribuições foram inseridas no

editais novamente. Voltou para o Tribunal de Contas. Até hoje ele não liberou. Quer dizer, sem ele lembrar nós não podemos publicar. Nós podemos liberar, nós temos cobrado para liberação e para publicação. Então a agência ela procura fazer a parte dela. Agora, a gente tem que cumprir as normas, regras.

Então, é lamentável, mas a gente também sofre com isso, Senador, porque eu também tenho carro, eu também viajo de avião como o senhor, a gente está vendo essa situação. Quer dizer, é lamentável, mas é uma situação que precisa ser socorrida com urgência. Concorro com tudo que foi dito aqui. Com muita urgência, porque é crítica.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu vou concluir, só. Então eu acredito que a única alternativa que resta é o Presidente Lula assumir o comando dessa questão e decidir. Porque não é possível o Presidente que ele ligue para o Presidente do Tribunal de Contas, que ele chame as pessoas e tem que chamar para si a solução. Porque não pode continuar é a situação que nós estamos vivendo em que nada se resolve. Então o Presidente Lula é o Presidente, Presidente eleito, reeleito, então está na hora do Presidente então chamar para si essa questão que é vital para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tenho certeza que V.Exª será atendido nesse seu desejo, e o Presidente Lula vai atender a solicitação de V.Exª por Minas Gerais, e evidentemente de Minas Gerais lhe atenderá prontamente. Afinal de contas nós estamos saindo da fase de “eu não sabia” para “deixe o homem trabalhar”. Eu vou proclamar o resultado. E o Tribunal de Contas não pode ser responsável por isso. Com certeza.

Dr. Wagner Carvalho Garcia, 18 votos sim, três não. São os votos regimentais. E uma abstenção. Francisco Oliveira Filho, dois votos sim, dois não, 22 total. Evidentemente que esse aqui é o peso direto do Senador Wellington Salgado, que teve um empenho pessoal nessa questão e eu quero louvá-lo pela sua... Sr. Michel Tachy, 20 votos, um não e uma abstenção, que é exatamente o voto pronunciado do Senador José Jorge, que não vota.

Bom, os demais itens ficarão para a próxima Sessão, e eu quero louvar aqui o trabalho do Gustavo Bambini, que de bambino não tem nada. Assis... É Assessor da Presidência da República, que tem mantido um diálogo que facilitam as ações entre o Legislativo e o Executivo. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h44.)

Ata da 21ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 20 de dezembro de 2006, às 10 horas.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Juvêncio da Fonseca, Alberto Silva, Mão Santa, Delcídio Amaral, Magno Malta, Sibá Machado, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Luiz Otávio e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A presente reunião destina-se à realização da solenidade de descerramento dos retratos oficiais dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão. Inicialmente foram convidados a comporem a mesa dos trabalhos os homenageados, ex-Senadora Emília Fernandes, ex-Senador José Alencar, atual Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Senador Alberto Silva e Senador José Jorge. Foi convidado, também, a compor a mesa dos trabalhos o Ministro Flávio Flores, do Superior Tribunal Militar. Feita a leitura de expediente assinado pelo Senhor José Alencar, Vice-Presidente da República, lamentando não poder estar presente à solenidade, foi franqueada a palavra aos homenageados. O senhor Presidente designou o Ministro Flávio Flores, para acompanhar a Senhora Emília Fernandes no descerramento do retrato. Acompanhado do Senador Marco Maciel, o Presidente descerrou o retrato do Senhor José Alencar. Foi designado o Deputado Federal Paulo Silva para acompanhar o Senador Alberto Silva no descerramento do retrato e, por fim, foi designado o Senador Rodolpho Tourinho para acompanhar o Senador José Jorge no descerramento de seu retrato. Em seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, a cerimônia foi encerrada às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Dulcídia Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Bom dia. Damos início à solenidade de descerramento dos retratos dos Ex-Presidentes da Comissão de Infra-Estrutura,

na galeria de fotos dos Ex-Presidentes da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. Esta Comissão tem seus registros datados de 1891, época em que era denominada Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Foi em 1989 que sua denominação atual, a de Comissão de Infra-Estrutura, foi definida...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um momento, por favor. Eu gostaria de convidar o Ministro Flávio Bierrenbach para fazer parte da Mesa.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Foi em 1989 que sua denominação atual, a de Comissão de Infra-Estrutura, foi definida.

Podemos citar como algumas das realizações desta Comissão os debates sobre importantes matérias como as parcerias público-privadas, a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre e as criações da Agência Nacional de Aviação Civil, do Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transporte, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.

A presente solenidade é destinada a homenagear quatro Ex-Presidentes da Comissão de Infra-Estrutura – A Sra. Emília Fernandes, Presidente entre março de 1999 e março de 2001; O Exmo. Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar, Presidente entre março de 2001 e novembro de 2001; O Exmo. Sr. Senador Alberto Silva, Presidente entre novembro de 2001 e fevereiro de 2003; e o Exmo. Sr. Senador José Jorge, Presidente entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2005.

A Ex-Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Sra. Emília Fernandes, foi a primeira mulher a ser eleita Senadora pelo Rio Grande do Sul e em março de 1999, torna-se a primeira mulher a presidir uma Comissão Permanente do Senado Federal. Nesse período, foram realizadas quatro reuniões e doze Audiências Públicas, entre elas as destinadas a discutir a privatização de FURNAS, o programa de privatização do pedágio e as fusões das empresas aéreas. Ouviremos agora a Sra. Emília Fernandes.

SRA. EMÍLIA FERNANDES – Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr. Senadores homenageados José Jorge, Alberto Silva, Ministro Flávio, que nos honra com sua presença, Srs. Senadores, Srs. e Sras. funcionários e funcionárias, é com grande alegria que nós comparecemos a este evento, tendo em vista a importância estratégica desta Comissão e a contribuição singela que acredito que cada um de nós conseguiu oferecer não apenas a esta Comissão, ao Senado Federal, mas, principalmente, ao nosso País, ao Brasil.

Para nós, é uma grande honra participarmos desta galeria com a aposição da nossa fotografia, do nosso retrato, por vários motivos. Aqui já foram citados alguns, temas estratégicos e importantes para o desenvolvimento do País, que aqui foram tratados, votados, discutidos. E, particularmente, eu gostaria de chamar também atenção, não apenas por ter sido a única e primeira mulher que presidiu esta Comissão, mas porque também tivemos uma oportunidade, e aqui nos honram também com a presença funcionários da nossa época, o nosso Chefe de Gabinete também, funcionário excelente e dedicado e qualificado funcionário desta Casa, Augusto Panisset, e nós instituímos um pouco daquilo que é a nossa forma de fazer política, que nós desenvolvemos durante os nossos vinte anos de mandatos, porque já tivemos mandatos eletivos que é um trabalho dinâmico, nós estabelecemos uma forma de trabalho nesta Comissão que não se detinha simplesmente à análise pura e simples das matérias, mas os Srs. Senadores que nós tivemos a honra de compartilhar naquela época sabem que nós abrimos esta Comissão para um trabalho não apenas participativo das representações do Poder Executivo, da sociedade representada, mas também de um trabalho integrado com outras Comissões desta Casa.

Importantes Audiências Públicas foram aqui realizadas, debatendo setores estratégicos. Já naquela época nós alertávamos para o problema do setor aéreo brasileiro. Nós chamávamos atenção da importância estratégica das agências reguladoras, tendo em vista o processo de privatização, enfim, e que era importante que se tivesse órgãos que acompanhassem e defendessem de certa forma a sociedade brasileira de uma forma muito correta e muito digna dentro uma estrutura nova que o País se apresentava.

Discutimos aqui, sim, Senador Alberto Silva, e que eu tive a honra, era o meu Vice-Presidente à época, nós discutimos a questão da água como setor estratégico que nós temos a visão e o Brasil o que representa diante desse tema.

Então, nós queremos, Senador Heráclito, dizer mais uma vez da honra de estarmos aqui com figuras tão ilustres como José Jorge, como Alberto Silva e como nosso, sempre, Senador, hoje Vice-Presidente da República, José Alencar, que por motivo de saúde, nós já tivemos essa informação, não está aqui presente, mas juntar-se a todos os demais Ex-Presidentes desta Comissão, Senadores que marcaram a sua vida, a sua atuação, com dedicação, com muita desenvoltura, e então o período que aqui estivemos foi de aprendizado e também, sem dúvida, de troca constante de experiência.

Nossos agradecimentos. E também gostaria de dizer que hoje, presidindo o Fórum de Mulheres do Mercosul, nós temos cada vez mais a certeza da importância desta Comissão e dos temas que aqui são desenvolvidos, que são da maior importância, e por isso nós queremos também trazer, em nome do Fórum e meu, particularmente, a homenagem aos demais colegas Senadores e dizer que a presença de uma mulher apenas na galeria ainda diz o quanto o poder é masculino e por isso nós estamos aí sempre numa luta da participação e garantia dos direitos da mulher.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SRA. EMÍLIA FERNANDES – Então, nós queremos agradecer mais uma vez e dizer que nos sentimos profundamente emocionados e honrados com a presença de todos. Muito obrigada. (palmas)

MESTRE DE CERIMÔNIA – E neste momento, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura designará o Ministro Flávio Bierrenbach para acompanhar a Sra. Emília Fernandes, para assim descerrarem o retrato na galeria de Ex-Presidentes desta Comissão. (palmas)

Em 2001, a Comissão de Infra-Estrutura foi presidida pelo hoje Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar, que não pôde comparecer a esta solenidade por motivos alheios à sua vontade. No período em que a Comissão de Infra-Estrutura foi por ele presidida foram realizadas vinte reuniões e sete Audiências Públicas.

Neste momento, será lida uma correspondência do Vice-Presidente José Alencar.

“Agradeço a V.Ex^a. o honroso convite...” S.Ex^a. o Sr. Senador Heráclito Fortes “...Agradeço a V.Ex^a. o honroso convite para a cerimônia de aposição de retratos oficiais na galeria dos Ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal. Ser Presidente dessa Comissão foi, para mim, motivo de orgulho e satisfação, pois aí pude adquirir conhecimento, dado às informações relevantes sobre essa estratégica área da vida brasileira, ao mesmo tempo que procurei dar minha modesta contribuição à busca de soluções para seus graves problemas. Nesta oportunidade, peço a V.Ex^a. que leve à Senadora Emília Fernandes e aos Senadores Alberto Silva e José Jorge minhas felicitações pela justa homenagem que recebem nesta data. Gostaria muitíssimo de estar presente à solenidade, quando, certamente, reencontraria os muitos colegas e amigos que deixei no Senado. Ausente de Brasília, em continuidade a tratamento de saúde, não me será possível participar da cerimônia. Pedindo-lhe relevar minha ausência, gostaria de, oportunamente, ter a honra de aí ser recebido pelo ilustre Presidente e visitar a galeria que acolhe o meu retrato.

Atenciosamente, José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República”.

E neste momento, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, acompanhado do Senador Marco Maciel, fará o descerramento do retrato na galeria dos Ex-Presidentes da Comissão. (palmas)

O Senador Alberto Silva presidiu a Comissão de Infra-Estrutura do final de 2001 ao início de 2003, em treze reuniões e duas Audiências Públicas. Entre as matérias relevantes debatidas, destaca-se a cisão das empresas elétricas do sistema ELETROBRAS. Ouviremos agora o Sr. Senador Alberto Silva.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, companheiros homenageados, Ministro Flávio Bierrenbach, em nossa vida pública temos tido oportunidades, inúmeras vezes, de estarmos em reuniões de todos os tipos, quer no campo social, quer no campo político, quer no campo do Executivo. Porque realmente, a minha longa carreira pública, eu já ocupei muitos cargos, Prefeito duas vezes, Governador duas vezes, Senador duas vezes, Deputado Federal, Deputado Estadual e em todas essas ocasiões eu enxerguei sempre o Brasil, o Brasil de todos nós, o Brasil do Piauí, o Brasil do Nordeste. O Presidente Heráclito Fortes acompanhou parte desse período, em que ele, um jovem aspirante à política, galgou os degraus junto conosco e está aqui hoje aqui presidindo e nos brinda com algo que ele entendeu que deveria ser feito, que seria a aposição dos retratos dos que participaram ou que vêm participando da importante missão de dirigir esta Comissão de Infra-Estrutura.

E nesse momento em que o País se prepara para uma nova missão do Presidente Lula, eleito com a maioria esmagadora, nunca vista nas lides políticas brasileiras e ao mesmo tempo esse tumulto do desastre aéreo e o Brasil fica atônito, os passageiros nas estações aeroviárias do País sem saber bem... Enfim, o País apanhado de surpresa de repente. E, tem jeito? Sempre tem. Temos encontrado soluções para todos os nossos problemas. E esta Comissão tem tido uma participação importante, porque aqui nós aprovamos os Presidentes de quase todas as estatais. Todas as estatais, seguramente. E também das agências. Eles chegam aqui e dizem, ou prestam uma espécie de sabatina. E os nossos companheiros do Senado têm o direito constitucional de interpelá-los, ouvi-los, e daqui votamos e assim, num País democrático, esta Comissão tem uma importância relevante, muito relevante na condição desta Casa do Legislativo Brasileiro.

E nesse momento, mais uma vez, e oportunamente, nessa hora que se colocam os nossos retratos ali, dizer que nós precisamos, falando aqui, dizer ao Brasil, que nos ouve, esse fato que está tumultuando

o País sobre o aumento salarial e que deixa todo mundo... Enfim, os jornais falando o que estão falando... Minha gente, a gente ouve nas nossas estações de informação, o Japão, um dos Países mais adiantados do mundo, de repente o Parlamento japonês aos tapas, quebram as cadeiras na Coreia, outro País de grande porte, até na China, um regime forte, mas acontece, na Itália, na Inglaterra... E no Brasil.

Então, eu creio que num regime democrático tudo pode acontecer. Há explicação? Façamos que sim, ou que não. Justifica-se uma diferença salarial? Não. Mas aconteceu. O que vamos fazer? Corrigir erradamente ou inoportunamente? Talvez. Mas é assim mesmo que uma democracia caminha. Mas é preciso também que o povo brasileiro compreenda que dentro desta Casa existem brasileiros, todos, se alguns cometeram erros, se alguns foram julgados, e esta Casa julgou, eu acho que esta Casa merece, e tenho certeza que o povo brasileiro vai reconhecer o grande papel que o Legislativo Brasileiro presta a este País. As leis que aqui são aprovadas, leis as mais importantes para o desenvolvimento do País, esta Comissão presidiu várias delas. As agências, a questão das águas, como falou Emília, à época em que estivemos aqui, enfim, este imenso País não pode viver sem o Legislativo. Aliás, nenhuma democracia. E se há erros, há em qualquer organização social humana.

Então, eu espero que o povo brasileiro, com toda razão, descontente com o que está acontecendo, reconheça que afinal isso é um momento que passa e que nenhum de nós que faz parte desta Casa estamos aqui para discutir salários. Salários a lei determina. Se é importuno ou não o que foi feito, se foi errado ou não, mas sejamos claros, sinceros, patrióticos. O Poder Legislativo, numa democracia ela não existe sem o Poder Legislativo, sem o Poder Judiciário e sem o Executivo.

Então, eu creio que aqui nesta Comissão em que nós todos, os que estamos dirigindo, os que votam, os companheiros que estão aqui, a quem saúdo nesse instante, Ministros, homens que já ocuparam grandes cargos na Administração Pública brasileira e estão aqui presentes, o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, Ministros, quantos, José Jorge... Enfim, não citaria todos, mas o certo é que esse aqui é um pedaço do Legislativo. É uma Comissão. Uma das muitas Comissões.

E nesse instante em que nós somos homenageados com o nosso retrato ali, queremos dizer: Ficamos gratos de estarmos ali junto com quantos que já ajudaram o Brasil a crescer e dizer que cremos no Brasil. Cremos no povo brasileiro. Cremos também nesse momento em que ele está indignado, mas que

acreditem que nós somos brasileiros também e não estamos discutindo nem estamos aqui por causa de salários. Se nos convocassem sem nenhum salário, nós estávamos aqui. Para servir o Brasil, como todos nós já servimos em algum momento de nossas vidas.

Por isso, Presidente Heráclito Fortes, agradeço a você a lembrança de colocar os nossos retratos e agradecer aos companheiros que conosco votaram. E agora o povo do meu Estado entendeu que eu devia sair desta Casa e ir para outra de onde eu já fui uma vez. Então eles querem que eu continue defendendo o País, defendendo o meu Estado, pequeno, e o dele também, mas tudo é Brasil. E nós estamos aqui para defender este País, defender o seu povo, criar leis que ajudem os que estão desempregados, criar leis que organizem a sociedade brasileira, que dê a ela segurança, estamos sem segurança, o crime organizado querendo passar por cima das leis, por cima do Governo, nós temos que criar leis e fazemos isso aqui para dar ao País, ao Executivo as armas necessárias para organizar a nossa sociedade, dando segurança à população, educação e saúde a todos. Esse é o nosso papel. E nós o cumprimos até o último dia do nosso mandato. Grato, meu companheiro pelo retrato, pela oportunidade que tivemos de trabalhar juntos tantas vezes, grato à nossa companheira, eu fui o Vice à época em que ela colocou aquele toque feminino nesta Comissão, ela já disse tudo, e o que nós fizemos foi apenas completar o que esta Comissão faz, sabe fazer, e ajuda o Brasil a crescer. Muito obrigado. (palmas)

MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste momento, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura designará o Deputado Paulo Silva, para acompanhar o Sr. Senador Alberto Silva, para assim descerrarem o retrato da galeria de Ex-Presidentes desta Comissão. (palmas)

O Senador José Jorge foi Presidente desta Comissão durante três anos, período em que foram realizadas 45 reuniões e 16 Audiências Públicas, em que se destacam as discussões envolvendo principalmente o setor petrolífero, como as metas de auto-suficiência do petróleo no Brasil, a construção do gasoduto Camamu/Salvador e do gasoduto Nordeste/Gasene. Passamos então a palavra ao Sr. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Sr. Ministro Flávio Bierrenbach, Sra. Senadora Emília Fernandes e colega Senador Alberto Silva. Meus caros Senadores e Senadoras presentes, senhoras e senhores. Nesse momento, eu, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Heráclito Fortes a oportunidade de estar aqui nesse momento recebendo essa homenagem. E gostaria de dizer que eu acho que esta Comissão de Infra-Estrutura é uma Comissão que tende a ter uma importância

cada vez maior no Senado Federal. Por quê? Porque todos nós estamos vendo que a infra-estrutura brasileira hoje representa um gargalo para o crescimento do País. Se nós olharmos os últimos anos, o Brasil não tem crescido ao nível dos demais Países em desenvolvimento no mundo. Existem quatro Países assim que se tinha maiores esperanças de crescimento. Rússia, Índia, China e Brasil. Os outros três estão crescendo na ordem de 7, 8, 9%. E o Brasil esse ano deve crescer, pelas últimas estimativas, 2.7., o ano passado cresceu 2.4, e nos últimos dois anos, antes desses, quer dizer, um cresceu zero, ficou parado, e outro cresceu 4,5, o que significa que somando os dois dá dois e alguma coisa. Quer dizer, em quatro anos não chegamos em nenhum ano a três pontos.

Então, isso significa que... E assim mesmo a nossa infra-estrutura tem uma série de problemas no setor energético, no setor de transportes, agora no setor de transporte aéreo, o que mostra que a Comissão tem um papel importante a realizar. Se nós olharmos só o setor elétrico, que é um setor que eu tenho uma participação maior, nós verificamos, ontem foram divulgados os investimentos do BNDES nos últimos três anos no setor elétrico, eles têm dez bilhões para investir no setor elétrico. No ano de 2004, investiram seis bilhões e meio dos dez. No ano de 2005, investiram quatro bilhões e meio dos dez. E neste ano agora 2006, investiram apenas três bilhões dos dez. Por quê? Porque não existem projetos de nova geração que permitissem que esses investimentos fossem realizados.

Todos nós sabemos da dificuldade que é investir no setor elétrico, principalmente pelas questões ambientais, pelas questões das regras, que devem ser cumpridas. Mas efetivamente é necessário que se tomem providências em todos os segmentos da infra-estrutura. Porque se o Brasil crescer mais de 3% como se pretende, 4, 5%, aí a crise da infra-estrutura será maior ainda.

Então eu acho que esta Comissão ela exerce esse papel importante no sentido de ir retirando os gargalos que estão ocorrendo na implantação da nossa infra-estrutura econômica.

Outra questão importante para a Comissão de Infra-Estrutura é a questão das agências reguladoras. As principais agências reguladoras, ANEEL, ANATEL, ANP e outras do setor de transporte elas estão, de certa maneira, ligadas a esta Comissão. É aqui que se aprovam os seus dirigentes e é aqui que se deve fazer o seu acompanhamento. E as agências reguladoras elas estão tendo muita dificuldade para funcionar. Se nós verificarmos as principais agências, elas têm passado os últimos anos sem os Diretores. Por exemplo, a ANP, que é a agência de petróleo, quer dizer,

um negócio que representa hoje quase 10% do PIB, ela o ano passado ela parou de funcionar, porque dos cinco Diretores só tinha dois nomeados.

Então, isso é preciso que esta Comissão ela seja uma espécie de protetora das agências. Porque as agências têm muito poder fora do Governo, mas, dentro do Governo, ela tem pouco poder político. Porque elas ficam numa espécie de limbo. Não são auxiliares do Poder Executivo, muitas vezes elas disputam com empresas poderosas, que são estatais ou são ligadas ao Executivo, como é o caso, por exemplo, da ANP e PETROBRÁS. Quer dizer, a PETROBRÁS é uma empresa que faturou só no primeiro semestre desse ano, 96 bilhões de reais, quer dizer, é uma super empresa, é a maior empresa da América Latina, e a ANP, coitada, é uma agência que nem os cinco Diretores tem nomeado. Então é necessário que as nomeações das agências sejam nomeações técnicas, que sejam feitas no tempo certo e também que os recursos das agências não sejam contingenciados, porque os recursos das agências são pagos pelo consumidor, para que as empresas e prestam serviços sejam fiscalizadas. Não é recurso público. É um recurso específico para cumprir uma determinada missão. Quando eles são contingenciadas, as agências ficam sem poder realizar aquele trabalho para o qual foram criadas.

Então, eu agradeço aqui a todos os companheiros que participaram junto comigo desta Comissão, não só no período que eu fui Presidente, mas até agora, como eu sou membro da Comissão ainda, e dizer que eu acho que esta Comissão, ela tem que ter uma importância maior no Senado. Sempre se diz aqui no Senado que tem duas Comissões importantes, Comissão de Justiça e a de Assuntos Econômicos. Na realidade, cada vez mais, esta Comissão terá que entrar nessas três, porque, realmente, sem infra-estrutura não dá para ter crescimento econômico. E a nossa infra-estrutura é muito precária em todos os sentidos. Não é só no espaço aéreo, é nas estradas, é na energia, é no gás... Nós agora mesmo estamos tendo um apagão de gás. Porque não há gás. Até dizem “não, tem que construir um gasoduto ligando tal coisa...” Infelizmente... Gasoduto para transportar o quê? Porque, na realidade, não temos mais gás. A ANEEL fez um teste nesta semana... Fez um, um mês atrás, ligou as térmicas todas no sistema, ao mesmo tempo, eram em torno de quatro mil e quinhentos megawatts de energia, quando ligou as térmicas todas só apareceram mil e poucos megawatts. Por quê? Porque não tinha gás para funcionar todas as térmicas ao mesmo tempo. Então, a ANEEL vai tirar as térmicas do modelo enérgico, o que aumenta a probabilidade de você ter crise energética, que ela é de 5... Normalmente se aceita uma probabilidade de 5%.

Se tirar essas térmicas, por falta de gás, as térmicas existem, mas não tem gás para funcionar, vai aumentar para 16%. 16% é uma probabilidade altíssima para uma coisa tão grave.

Então, acho que esta Comissão ela tem assim o dever de acompanhar cada vez mais de perto a questão da infra-estrutura brasileira e tentando ajudar principalmente a fazer novos investimentos. A gente sabe que os investimentos do setor de infra-estrutura eles agora têm uma grande dificuldade que é a questão ambiental. Mas isso veio para ficar. Não vai mudar. Não adianta mudar a Ministra, tira Ministra, bota outro Ministro, porque outro que vier vai ter que cumprir as leis ambientais também.

Então, o que se precisa mesmo é exatamente trabalhar de uma forma certa na hora certa e considerando esses prazos. Nós temos agora dois sistemas de hidroelétricas do norte. São hidroelétricas que a gente não pode colocar no modelo para ela funcionar antes de 2013, 2014. Por quê? Porque a gente sabe das dificuldades de construir usinas tanto ambientais quanto operacionais naqueles locais.

Então, eu gostaria de, no momento que coloca essa minha foto, dizer simplesmente isso. Esta Comissão tem uma grande responsabilidade para cumprir no sentido de melhorar o funcionamento da infra-estrutura brasileira. Muito obrigado a todos. (palmas)

MESTRE DE CERIMÔNIA – E neste momento, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura designará o Senador Rodolpho Tourinho para acompanhar o Sr. Senador José Jorge, para assim descerrarem o retrato na galeria de Ex-Presidentes desta Comissão. (palmas)

E neste momento ouviremos o Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Vice-Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Alberto Silva, Srs. homenageados Senadora Emília Fernandes, José Jorge, Marco Maciel, Ministro Bierrenbach, Senador, Vice-Presidente da República e conselheiro de quem tem bom senso neste País, Marco Maciel, meus caros Senadores Tourinho e Tuma. Evidente que esse ato pra mim ele tem alguns significados. O primeiro deles, eu poderia encher o peito e dizer: Pela primeira vez na história desta Comissão alguém tem oportunidade de, como Presidente, colocar o retrato de uma mulher.

A Emília queixou-se aqui da predominância masculina, meu caro Marco Maciel. Mas ela é bem mais nova de que alguns fatos. A primeira Senadora que chegou ao Senado, que foi a Senadora Eunice Michiles, ao chegar aqui surpreendeu-se inclusive com a

falta de banheiro feminino, o que foi um vexame, um vexame para a estrutura administrativa da Casa, e outro vexame para os Senadores, naquela época não havia botox e eles faziam um esforço danado para se apresentar à Senadora que estreava. Era um fato completamente estranho, novo e inesperado no Senado Federal. Hoje nós temos a oportunidade de conviver com várias mulheres competentes, capazes, vamos perder uma, que vai nos deixar muita saudade, que é Heloísa Helena, que foi domada pelo Senado, o que mostra que esta Casa é uma Casa fantástica, aonde você tem aquela escola diária.

Em segundo lugar, eu queria dizer que a minha responsabilidade de presidir esta Comissão ela se reveste de um fato inusitado. Nós piauienses somos majoritários. Talvez que a vontade de nordestino e de piauiense de crescer, Senador Alberto Silva, nos faça exatamente correr para a infra-estrutura. Nós temos aqui o Freitas, o Eloy, o senhor e eu. E um outro piauiense enrustido, que é o Lobão. O Lobão nasceu no Piauí. Ele nega isso, mas ele é de Floriano.

Então, nós somos majoritários. Tendo ainda como faço adicional de que todos têm um pouquinho de queda e amor por esse Estado. O Dr. Alberto, quando Governador do Piauí, dizia que o ótimo para o Piauí ainda é pouco. E esse sentimento continua.

Mas, meu caro Bierrenbach, V.Ex^a., que hoje é Ministro, mas que nos deu o privilégio da companhia durante anos importantes na história do Brasil, testemunha aqui esse ato, exatamente realizado numa Comissão que a sua importância depende do que o Brasil quer. Se o Brasil quer crescer, esta é a Comissão mais importante. Se o Brasil não quer, paciência. E aí vai um pouco da determinação dos governantes. Aliás, Senador Tourinho, nós devíamos ter a possibilidade de eleger Senadores por DVS. E evidentemente que o primeiro nome seria o seu. É uma pena que no momento em que foge a vida pública a renovação, nós temos o privilégio de tê-lo no Senado da República. Um Senador que nos deu exemplo de determinação e, acima de tudo, de preocupação real com os interesses do Brasil.

Mas quando eu disse que esta Casa, que esta Comissão é a Comissão do crescimento, disse por alguns aspectos e algumas peculiaridades que esta Comissão tem, e já foi falado aqui, o José Jorge falou muito bem, as agências reguladoras. Sem agência reguladora nós não teremos a possibilidade de crescer. O dinheiro que vem de fora é do especulador. É o dinheiro daquele que vem pelo melhor lucro e não para o investimento de longo prazo. É preciso que se chegue a um momento em que a lógica mande, que as agências sejam deci-

didadas tecnicamente por aqueles que têm compromisso com o desenvolvimento do País.

Eu estava incomodado, eu queria citar um fato aqui do Marco, felizmente ele voltou. Um outro fato que nós temos, meu caro Marco, é urgentemente aprovar a lei de sua autoria que regulamenta o *lobby* no Brasil. Junte-se a isso, Tuma, o Orçamento Impositivo. Se isso não for feito, nós vamos eternamente percorrer um mundo de falsa felicidade, nos deixando levar muitas vezes por *lobbies* ilegais, aonde o Parlamentar se vê, forçado pelas circunstâncias, a tratar o interesse das grandes empresas, das empreiteiras e não dos interesses do País. É preciso que nós tenhamos definições com relação ao que nós queremos. E, para isso, um plano estratégico de crescimento é fundamental. Mas é preciso que haja segurança jurídica, que só a regulamentação do setor poderá nos dar. Sem essa garantia, não vem. Ninguém vem. E os que estão aqui, vão, veja a Vale do Rio Doce, veja a CSN e veja o exemplo do nosso Vice-Presidente, hoje homenageado, José Alencar, que nos últimos quatro anos cresceu lá fora. Investiu nos Estados Unidos e está investindo na China. Quero crer que faz isso com o mesmo sentimento do nordestino, que, no dizer do Luiz Gonzaga, “só deixava o meu Cariri no último pau-de-arara”. Ao investir lá fora, ele deve ter pensado várias vezes. Primeiro, porque é um nacionalista, ama o Brasil. Mas não tem saída, não tem solução. E eu acho que esta Comissão tem uma grande importância, principalmente na Legislativa que se inicia.

Eu rogo que o Presidente, que me sucederá, terá esta oportunidade de reger de maneira bem afinada essa orquestra que começa no Legislativo, mas que é exatamente tocada e que deverá ser tocada, com muita harmonia, pelo Executivo.

O fantasma dos apagões, que nos atormentou tanto, está no ar. A Senadora Emília Fernandes, a quem cumprimento pela passagem dela aqui na Casa, citou um fato interessante. Lá atrás, como Presidente desta Comissão, discutiu-se a crise do setor aéreo, recomendações foram dadas para providências que não foram tomadas. O Senador Alberto Silva e Senador José Jorge sabem o que foi o apagão para o País. E sabem que, após aquele martírio, providências foram recomendadas, através da câmara de gestão. E de lá para cá pouca coisa foi feita.

E dentro desse contexto do crescimento do Brasil, é preciso que se amplie e o potencial energético, porque sem ele nós não teremos condições de crescer.

Os telefones estão começando a dar sinal de saturação. E nós temos que, através desta Comissão, chamar a atenção do País, da sociedade para esses

problemas, não no sentido da crítica, mas no sentido do alerta e de se caminhar juntos.

Portanto, eu quero, finalizando, cumprimentar o José Jorge. Eu disse uma coisa e repito hoje. Eu conheço o José Jorge há muito tempo. Eu não gostaria de precisar quando, porque nos envelheceria. E eu vi, pela fotografia, que ele está muito preocupado com isso. Se eu não o conhecesse e ele não tivesse aqui, eu dizia que é botox, mas não, é habilidade do fotógrafo. Mas nos conhecemos há muito tempo. E o José Jorge, inspirado no modelo do Marco Maciel, depois de brilhar como Secretário, candidatou-se a Deputado Federal. E um amigo comum nosso disse: “Eu só eleito a ver(F), não quero saber de política, não tenho vocação”. Quebrou (risos) a cara. Está aí o José Jorge, Senador, Deputado e grande Senador. Em algumas vezes desafiando a lei da gravidade. Pois é, desafiando a lei da gravidade. Engenheiro e Relator da Reforma do Judiciário, que foi melhor do que muito jurista, porque teve a capacidade e a humildade de conciliar. E agora vai aí.

Por outro lado, ele, que presidiu esta Comissão, vai ter que vir aqui e discutir com esta Comissão o futuro do Brasil. E tenho certeza que se nós tivermos pelo Brasil afora algum José Jorge nessa discussão, nós vamos conseguir, pelo menos, dar de imediato os primeiros passos para sair dessa desagradável disputa de crescimento com o Haiti que mantemos hoje. Nós precisamos, nós merecemos e nós queremos crescer um pouco. E esta Casa, que é a Casa da infra-estrutura do Brasil, minha cara Senadora, é exatamente a porta de entrada para tudo isso. Parabéns a todos que tiveram a oportunidade de presidi-la. E espero que em breve eu também seja companheiro de vocês nesta parede. Muito obrigado. (palmas)

MESTRE DE CERIMÔNIA – Agradecemos a presença de todos e tenham um bom dia.

(Sessão encerrada às 11h38.)

Ata da 22ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 20 de dezembro de 2006, às 15 horas, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Alexandre Costa.

Às dezessete horas e cinco minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Le-**

onel Pavan, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Alberto Silva, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Mão Santa, Delcídio Amaral, Magno Malta, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Luiz Otávio, Maguito Vilela, Paulo Paim, Fernando Bezerra e Augusto Botelho. Presentes também os Senadores Romeu Tuma, Aloízio Mercadante e José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A reunião é suspensa pelo Presidente por trinta minutos. Reabrindo às dezoito horas e cinco minutos, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à deliberação da seguinte matéria constante da Pauta – **Item Único** – Terminativo. **Projeto de Lei Senado nº 226, de 2005**, que “Dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o *Senador Sérgio Guerra*, que oferece pela rejeição dos PLS nºs 100 e 101, ambos de 2004, pela prejudicialidade da Emenda de autoria do Senador José Jorge, conforme art. 300, Inciso XVI, do RISF e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2005, nos termos da Emenda Substitutiva nº 2 – CAE, com as Subemendas que apresenta. A matéria foi aprovada e irá a Turno Suplementar. Usam da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Sérgio Guerra Relator da matéria, Senador César Borges, Senador Eduardo Azeredo e o Senador Aloízio Mercadante. **Extrapauta – Item 1** – Terminativo – **Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004**, “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como relator o Senador Sibá Machado, que oferece pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004 e da Emenda nº 01 – CE, nos termos da Subemenda nº 01-CI. Foi designado Relator “*ad hoc*” o Senador Rodolpho Tourinho. O Projeto foi aprovado. **Item 2 – Mensagem nº 204, de 2006**, que “solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobrás Transporte S.A – TRANSPETRO, em até R\$ 5.600.000.000,00 (cinco bilhões e seiscentos milhões de reais), a fim de que possa ser implementado o programa estratégico da-

quela Empresa destinado à renovação e expansão de sua frota de navios”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela aprovação do pedido, nos termos que apresenta. A matéria foi aprovada. A Comissão aprova Requerimento de urgência para a matéria. **Requerimento nº 35, de 2006**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, requerendo realização de audiência pública para instruir a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para elevação temporária de limite de endividamento Petrobrás Transportes S.A (TRANSPETRO), no valor de R\$ 5,6 bilhões, relativo ao Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) com a presença dos seguintes convidados Demian Fiocca, Presidente do BNDES; Sérgio Machado, Presidente da TRANSPETRO; Carlos Kawall, Secretário do Tesouro Nacional e Paulo Sérgio Oliveira Passos, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes e Presidente do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Tasso Jereissati, José Jorge e Romero Jucá. Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há número regimental. Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa, Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura, da Ata de Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Cerca de um ano se constrói...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de iniciar propriamente o objetivo da reunião, concedo a palavra ao Senador Rodolpho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Há mais de um ano se constrói uma coisa que no meu entendimento é importante para o País que é o marco regulatório do gás.

Ao longo desse tempo, a grande diferença que existia era entre a posição de mercado, digamos as-

sim, da iniciativa privada e o Governo, através da PETROBRÁS.

Eu entendo que finalmente, depois de longas conversas, de longas negociações, nós chegamos ontem a um acordo final com o Governo, esse acordo foi feito com o Senador Mercadante, inclusive com o Ministro de Minas e Energia se colocando até uma cláusula que poderia até nem fazer parte do projeto, que é a questão da destinação do gás natural, que eu até considero que é importante, mas... E entendíamos, então, que a coisa estava acertada, Governo e PETROBRÁS com o Governo e do outro lado toda a iniciativa privada. Tínhamos entendidos que tínhamos chegado ao final quando nesse momento, o que existe basicamente é um desentendimento entre duas áreas da iniciativa privada. A área da ABRACE e a área da AB GÁS.

Eu entendo que nós deveríamos tentar um acordo sobre isso, e no mais também que essas entidades podem ter até um direito de veto em cima de um projeto, que eu acho que mais importante do que para um determinado setor da economia, mais importante para o País.

Esse é o meu pensamento, Sr. Presidente, e não poderia deixar de colocar isso dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, primeiro lugar, para dizer ao Senador Rodolpho Tourinho que durante esse tempo todo que eu tenho ficado nesta Casa, tenho acompanhado seu brilhante trabalho como Senador da República, e este é um dos temas de sua bandeira de luta, de sua experiência de trabalho, sua convicção, inclusive, de futuro do País, os investimentos e tudo mais. Agora, nós tratamos de uma matéria que eu também, como tal, estava aguardando um entendimento das nossas lideranças, e estou fazendo, neste momento, as minhas ligações para poder tirar o entendimento. E eu queria até pedir a V.Ex^a se pudéssemos aguardar um pouco mais, enquanto eu faço as minhas consultas. Porque eu não quero tomar nenhuma atitude, seja A ou B, no sentido de criar aqui um entendimento unilateral, uma coisa de minha pessoa.

Então, eu quero fazer essas consultas e baseados nelas, a gente poderia trabalhar com toda a tranquilidade na Sessão de agora. É o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Srs. Senadores, já há um bom tempo, o Senador Heráclito

Fortes, a Comissão de infra-estrutura, transferiu essa tarefa de relatar essa matéria para que eu a fizesse. Desde o início, houve vários problemas, etc., mas desde o início a nossa orientação era o seguinte, primeiro, considerar como centro do problema, da questão, um relatório César Borges e a posição que depois veio a se desenvolver no centro das negociações e no desenvolvimento do relatório pelo Senador Rodolpho Tourinho. São duas pessoas públicas com alta representatividade nessa área e com prestígio técnico e com competência absolutamente comprovada. Na percepção de que é fundamental votar isso agora, mais ainda que é importante votar com o Senador Tourinho, com o Senador da República, nós julgamos que era possível fazer um esforço final com vistas a essa votação.

Na discussão dessa matéria, de uma maneira especial, alguns Senadores se envolveram, eu próprio, Senador Rodolpho, Senador Aloizio e outros Senadores, todos tinham larga experiência no trato desse assunto. Ao término do dia de ontem, havia um impasse com o Governo, tratou desse impasse o Senador Aloizio Mercadante. E rigorosamente o que sugeriu o Senador Mercadante como sendo posição governamental, foi acatada pela Relatoria que nós estamos improvisando.

Teoricamente, havia um acordo entre os vários setores envolvidos, quem produz, quem distribui e quem compra o gás. Nesse exato momento surge um certo conflito de conceitos, de opiniões em torno de um parágrafo e essa discussão se dá entre os que compram gás, os grandes compradores de gás do Brasil, os vários setores industriais e as empresas que distribuem gás nos Estados, de uma maneira especial, fora do Eixo Rio-São Paulo.

Eu acho que nós estarmos a pouco tempo do encerramento dos trabalhos legislativos, penso que é fundamental que o Senado trabalhe nessa matéria, fatalmente a Câmara vai alterá-la, então não precisamos ser tão preciosos assim agora. E é bem provável, praticamente lógico e sensato que o que nós votemos aqui, volte ao Senado para o aperfeiçoamento final. A idéia de sair daqui com o projeto é relevante, até para que esse fluxo se garanta, porque trata-se de matéria, ouvir em pouco mais de 50 horas, extremamente complexa, de elevada responsabilidade e com interesses contraditórios muito firmes e muito fortes. O consenso alcançado até agora é substancial, é de 90% de todos, há uma discussão em torno de 10%.

Eu queria dizer que na minha opinião não é uma boa política para nós do Senado que essa matéria não se conclua, que ela não veja votada. Não sei se teremos na próxima Legislatura alguém com a desenvoltura do Senador Tourinho com o conjunto de informações, de

experiência nesse assunto para que possa conduzi-la de novo com a mesma veemência para que nós cheguemos a um acordo final, com a mesma veemência e competência.

Eu queria solicitar ao Presidente Heráclito Fortes um prazo mínimo para que nós tentássemos um ajuste final, não mais que 30 minutos, tempo em que os Senadores poderiam, esses e outros que estão a nossa disposição para virem votar, poderíamos comparecer a essa Comissão para que nós finalizássemos a discussão e a votação. Esse eu acho o encaminhamento possível nesse instante, eu, pela pequena percepção que tenho da matéria, acho que é possível renunciar dos dois lados que estão em discussão e chegarmos a um caminho aí que garanta o que todos nós do Congresso sabemos que é fundamental, sair já do Senado com o mínimo de estrutura para que esse núcleo estruturado sobreviva a um certo tumulto que naturalmente caracteriza o processo legislativo na Câmara e que depois volte ao Senado para que essa legislação seja completa e tenha a qualidade indispensável.

Então, eu queria solicitar do Presidente Heráclito Fortes que nos desse mais no máximo 30 minutos para que nós tentássemos de maneira final um ajuste que permitisse a votação dessa matéria hoje já que constitui um risco relevante, nós aprovarmos uma matéria dessas, por exemplo, com os compradores de gás discordantes, achando que o projeto que nós fazemos é contrário a eles ou com aqueles que distribui gás nos Estados, sentindo-se ameaçados com uma legislação que nós fazemos com outra finalidade, a legislação que nós estamos fazendo hoje tem por objetivo regular isso, criar critérios que deixe avançar no sistema eficiência, competência, os agentes privados, democratizar essa questão no País inteiro, enfim, a linha do projeto do Senador Tourinho aceita por todos e já o é em 98% pela totalidade dos atores envolvidos.

Eu queria, apenas, solicitar mais algum tempo, 20 ou 30 minutos para um esforço de finalização sobre a matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu acho que todo o Senado lamenta muito que nós não vamos contar mais com a presença brilhante do Senador Rodolpho Tourinho entre nós, que tanta contribuição deu a essa Casa, relatando projetos complexos, projetos técnicos e que trouxe essa contribuição com relação a disciplinar e dar a distribuição

de gás, a política de gás do País uma legislação que pudesse organizar esse setor.

Então, em função do que eu acabo de dizer, eu acho que é importante que se possa aprovar o projeto do Senador Rodolpho Tourinho. O que eu queria colocar, Sr. Presidente, é que eu fui o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, eu tive um pouco mais de sorte do que o Senador Sérgio Guerra ou, talvez, as pessoas não estivessem tão atentas ou não sei, talvez o Senador Rodolpho Tourinho que sempre eu consultava a respeito do projeto que era ele o autor e tinha o maior respeito pela sua autoria dirimiu naquele momento muitas dúvidas, tanto que foi um projeto aprovado, relativamente fácil na Comissão de Assuntos Econômicos, esse projeto, claro que não era completo o meu relato, é um relato que pode e deve ser aprimorado, sem sombra de dúvida.

Eu apenas acho que da maneira como as Emendas são Emendas substantivas, Emendas importantes, o relato que eu fiz na Comissão de Assuntos Econômicos de acordo com o Senador Rodolpho Tourinho do PLS nº 226, as modificações são muito substantivas e aconteceram de uma forma muito veloz, muito circunstancial, como disse o próprio Senador Sérgio Guerra, de ontem para hoje, os acordos foram fechados entre os diversos setores. E nós só tivemos, eu, por exemplo, só tive possibilidade de ler o relato a questão de três horas, talvez atrás, não sei se tanto e agora já há uma nova versão, é a mesma coisa, já me entregaram aqui, há uma modificação regimental. Mas eu acho é que nós tínhamos que tentar esse esforço de negociação, porque há Emendas efetivamente da maior importância dentro das Emendas sugeridas pelo Relator como é a Emenda nº 3.

Entretanto, por outro lado, a Emenda, Senador Sérgio Guerra, que modifica algo que nós procuramos preservar e aqui como representantes que somos da federação, dos Estados brasileiros, há uma disposição constitucional que dá aos Estados a possibilidade de ter sobre a distribuição do gás, uma ascensão muito grande, isso foi dado aos Estados brasileiros quando foi disponibilizado um programa para que os Estados brasileiros organizassem empresa e distribuição de gás. Então é preciso preservar isso. Talvez escoimando dessas Emendas, aqueles pontos que deixam em dúvida a possibilidade da presença dos Estados brasileiros nessa disciplina e manter essa distribuição dada constitucionalmente que é uma atribuição constitucional para que a distribuição, e acredito a própria comercialização seja por conta dos Estados, a gente possa evoluir.

Então eu queria destacar esses pontos. Primeiro o interesse de aprovar o projeto, eu acho que é inques-

tionável e todos os Senadores que aqui estão. Segundo, se tentar manter um pouco o espírito do relato que veio da CAE nesses aspectos relacionados a empresas estaduais, aquelas que fazem a distribuição e que tem essa atribuição constitucional, hoje, dada pela nossa Lei Maior. E em terceiro, aplaudir Emendas que estão aqui que são importantes do Senador Sérgio Guerra, que eu acho que nós temos que incorporar. Entretanto, tenho receio algum tipo de Emenda, o Senador Tourinho já me tranqüilizou, por exemplo, essa da disposição transitória porque passa o gás para ter uma interferência da operadora nacional do sistema elétrico. Quer dizer, a matriz gás que é uma matriz energética que todos no País procuraram abraçar com entusiasmo, que foram estimulados a tanto de uma hora para outro, através dessa disposição transitória que me parece tem inspiração governamental, ela fica dependendo da organização nacional, do operador nacional do sistema elétrico que pode dar uma prioridade do uso do gás exatamente para geração, para o suprimento das usinas termoeletricas e com isso trazer uma inquietação a todo o sistema que hoje precisa do gás para sobreviver e que não pode ser apenas visto com a ótica meramente do sistema elétrico, porque a meu ver, há interesses específicos do sistema elétrico.

E também, a meu ver, há hoje uma competência do Conselho Nacional de Política Energética que poderá dirimir essas dúvidas, mas no momento que você coloca o suprimento de usinas termoeletricas como prioridade até 31 de dezembro de 2010, e isso definido essas prioridades, a contingência definida pelo operador nacional de sistema elétrico, eu acho que há uma interferência muito grande governamental. O Senador Rodolpho Tourinho, eu questionei, mas hoje já há a possibilidade do Ministro, por Portaria, fazer essa destinação prioritária para o suprimento das usinas termoeletricas. No entanto, eu quero colocar aqui publicamente as minhas ressalvas com relação a essa possibilidade que nós damos ao operador nacional do sistema elétrico que pode desestruturar em determinado momento. Porque onde eu quero chegar, Senador Sérgio Guerra? Não se investe na geração de energia com outras fontes. Por exemplo, a hidroelétrica, de uma hora para outra, há um apagão que todos preconizam que nós vamos ter no País em 2009, 2010, o próprio Senador Rodolpho Tourinho já fez essa análise. Aí se destina todo o gás para as usinas termoeletricas e aí como ficam todos os demais setores que acreditaram e que investiram na matriz energética a gás?

Então são algumas ponderações, mas aceitando também que V.Ex.^a possa abrir um prazo maior, 30 minutos, 1 hora para que essa discussão se aprofunde e possa haver um acordo.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)

– Tem V.Ex.^a a palavra pela ordem. (pronunciamento fora do microfone) Legal, pedi a sua permissão até mesmo para que o registro taquigráfico, comunicar a todos que a presente reunião destina-se a apreciação do Projeto de Lei nº 222/2005 em decisão terminativa que dispõe sobre importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural, uma vez que o projeto é terminativo exige quorum qualificado. Esse é o tema da presente reunião. Com a palavra V.Ex.^a.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Eu queria esclarecer, Sr. Presidente, a questão colocada aqui pelo Senador César Borges, inclusive dizendo que foi acrescentado, Senador, um Parágrafo Único ao art. 2º, diz o seguinte: “Entre as diretrizes de competência do CNPE que é o Conselho Nacional de Política Energética – isso foi colocado agora – deverá ser incluído o estabelecimento de tratamento específico para produção, importação e aquisição de gás natural como matéria-prima para a sua utilização em processos industriais, garantindo-se a competitividade dos usuários de gás natural dessa natureza”.

Está aí a competência esclarecida do CNPE. E quanto aquele último artigo das disposições transitórias, isso, evidentemente, é uma coisa que hoje, o Ministro pode fazer através de uma Portaria e no caso específico de uma crise na área de energia por falta de gás, que é o que existe hoje, você tem uma defasagem de cerca de três mil mega-watts de usinas sem gás. Isso ele pode fazer a qualquer momento. Eu acho que... Pode, ele pode fazer. Evidentemente, terá problemas jurídicos e outros, mas pode fazer. Ele pode determinar isso, mesmo porque custará mais para as empresas e para as indústrias, qualquer energia que venha a ser fruto de um racionamento do que uma eventual substituição do gás para óleo diesel, óleo combustível. Isso ele pode fazer. Eu acho que o ponto realmente importante de discussão é esse ponto que está sendo levantado, que a posição que tinha sido colocada lá, tanto no relatório da CAE quanto da CCJ, que o Senador Eduardo Azeredo também era muito claro com relação a isso.

Eu acho que é esse ponto que é realmente, o que pode deixar alguma dúvida em relação as distribuidoras de gás que a gente efetivamente não pode aceitar, mas acho que é possível a se chegar a um acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou tomar aqui uma decisão, mas eu pediria, diferentemente do que acontece em Comissões

do Senado, nós procuramos tomar uma decisão a mais democrática possível, ouvindo as partes, até porque a intenção é de se votar através de um acordo, tendo em vista a urgência da matéria e a complexidade.

Portanto, eu vou tomar uma decisão agora, mas gostaria que os representantes que discutiram com a gente até agora, que são representantes dos consumidores, dos produtores e dos distribuidores estivessem na sala exatamente para que ouçam a medida que for tomar agora. Eu pedia a Assessoria que solicitasse a presença dos representantes.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Porque eu fui Relator desse projeto numa outra Comissão e queria só deixar já manifestada a minha concordância com o projeto de grande importância para a competitividade, nós não podemos ficar realmente sujeitos a um fornecedor, apenas, como estamos praticamente hoje, com essa questão da Bolívia que o Brasil realmente, até agora, não conseguiu enfrentar de maneira adequada. Então eu quero já de antemão, adiantar o meu voto favorável ao relatório do Senador César Borges, sobre esse projeto do Senador Rodolpho Tourinho, enquanto nós aguardamos a presença dos demais Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para fins de registro, e eu queria pedir aos senhores a compreensão, as partes envolvidas nessa discussão que são representantes das três categorias e os demais que estejam aqui. Nós tivemos muita cautela, estamos tendo de votar essa matéria. Essa matéria é importantíssima para o País no momento em que nós estamos vivendo, um País que quer crescer, um País que precisa crescer. Daí porque fizemos questão de que houvesse uma discussão para que as partes envolvidas fossem ouvidas e depois não houvesse queixas com relação as decisões tomadas.

Então, essa discussão aberta, aproveitamos inclusive, a paciência e tolerância do Senador Tourinho, do Senador César Borges que foi Relator numa etapa, do Senador Sérgio Guerra, mas estamos numa situação limite. Já conseguimos essa reunião agora com extrema dificuldade, nós estamos no final de um período legislativo, nós estamos na votação orçamentária, alguns Senadores, como o Senador Eduardo Azeredo, atrasou a sua ida para Minas Gerais, exatamente para aguardar essa solução. Eu não quero assumir a responsabilidade da não votação desta matéria hoje ou desse período legislativo. Que as conseqüências não sejam dessa Comissão onde há um acordo. A di-

ficuldade de votação e de apreciação, no próximo ano serão enormes, serão enormes por vários motivos que não adianta aqui elencar.

Há uma proposta do Senador Sibá Machado de que a gente suspenda a Sessão por meia hora. Vou atendê-lo e às 6 horas reabrirei a Sessão. Se houver um consenso, nós votaremos por acordo, se não houver, suspenderemos e encerraremos a discussão, deixando esse assunto para o ano que vem. Só não quero que o Senado da República seja acusado de disposição para votar nas circunstâncias de final de ano que nós estamos vivendo. Quero que todos fiquem cientes dessa decisão, agora é uma matéria que nós não gostaríamos de votá-la sem acordo e sem consenso. Porque nós estamos aqui votando algo que vai interessar o setor produtivo brasileiro e é preciso que haja uma disposição de ganhar e de ceder, que haja mão e contramão.

Deixo, portanto, no setor produtivo, a intenção ou não desse acordo e dizer que o Senado sai desse episódio com a consciência tranqüila de que nesse ano legislativo cumpriu o seu dever. Qualquer que seja o resultado daqui a meia hora, muito obrigado, está suspensa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senador. Só corrigir, o que eu disse, o meu voto favorável ao relatório do Senador Sérgio Guerra. O Senador César Borges, já foi em outra Comissão. Nessa Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. A Sessão está suspensa para ser reaberta às 6 horas.

(Sessão suspensa às 17h30)

(Sessão reaberta às 18h05)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Reaberta a 22ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que destina-se a apreciação da seguinte matéria. Projeto de Lei do Senado nº 226/2005 em decisão terminativa.

A presente matéria dispõe sobre importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, redistribuição e comercialização de gás natural, uma vez que o projeto é terminativo, exige *quorum* qualificado.

O Parecer é favorável nos termos da Emenda nº 2 da CAE com o substitutivo e com as seguintes Subemendas que apresenta. Lembro aos senhores que o projeto é terminativo, mais uma vez exige *quorum* qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para produzir o seu Parecer.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Projeto que tramita no Senado e que regula basicamente o transporte do gás. Vários Senadores trabalharam intensamente essa matéria, eu queria citar entre outros, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador César Borges, principalmente o Senador Tourinho, Senador Aloizio Mercadante e ao longo desse ano, houve intensa discussão, Senador José Jorge, houve intensa discussão sobre essa matéria por demais polêmica, por demais contraditória, mas igualmente relevante.

Nessas discussões e por elas, chegou-se a um denominador comum que nós não fizemos mais do que no final convergir na Comissão de Infra-Estrutura por orientação e comando do Senador Heráclito Fortes.

Dessa forma o meu Parecer é pela aprovação, o meu voto, onde é que está o voto aqui? Meu voto é pela aprovação e pela rejeição dos PLSs nº 100, 101, ambos de 2004 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 226/2005 nos termos da Emenda substitutiva nº 2 da CAE com as Subemendas a seguir da minha autoria. Subemenda da CI inclui-se o Parágrafo Único no art. 2º da Emenda 2 da CAE, substitutiva, com a seguinte redação. Parágrafo Único, entre as diretrizes de competência do Conselho Nacional de Política Energética deverá ser incluído o estabelecimento de tratamento específico para a produção, importação e aquisição do natural gás como matéria-prima para sua utilização em processos industriais, garantindo-se a competitividade dos usuários de gás natural dessa natureza. Altera-se o inciso nº 1 do art. 5º da Emenda nº 2, substitutiva e inclui-se o inciso XXXVII ao seguinte artigo mediante a seguinte redação, art. 5º. Primeiro, gás natural ou gás hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraída diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos, residuais e gases raros. Art. 37, gás canalizado, todo o gás natural que seja movimentado por meio de gasodutos de distribuição.

Emenda da CI, Comissão de Infra-Estrutura, dê-se ao art. 11 da Emenda nº 2 da CAE, substitutiva, a seguinte redação – Art. 11, as autorizações outorgadas pelo Poder Executivo para gasodutos de transporte em operação ou com licença de instalação emitida pelo órgão ambiental competente até a data da publicação desta, permanece válidos pelo prazo de 96 meses a contar do início da sua operação comercial.

Os processos de autorização que estejam tramitando perante Poder Executivo na data de publicação desta lei para os gasodutos de transportes enquadrados no art. 13, inciso I da Lei de nº 10.438 de 26 de abril de 2002 deverão ser concluídos, cadê... Deverão ser concluídos e a autorização outorgada vigorando

pelo prazo de 180 meses a contar da data de início da operação comercial do gasoduto. Durante o prazo previsto no *caput* e no § 1º desse artigo, os gasodutos de transporte neles referidos não estarão sujeitos as regras do acesso previsto na Sessão 7ª do capítulo 5º desta lei, podendo ser utilizados com exclusividade pelos seus respectivos proprietários, respeitando os contatos de transporte celebrados.

§ 3º, caso o acesso de outros carregadores aos gasodutos de transportes referidos no segundo seja permitido pelos proprietários as modalidades de transporte, as condições de tarifas aplicáveis, deverão constar do contrato de transporte a ser celebrado entre as partes e homologado pelo Poder Executivo. As autorizações outorgadas pelo Poder Executivo, até a data da publicação dessa lei, para os demais gasodutos de transporte permanecem inválidas pelo prazo de 180 dias. As expansões dos gasodutos de transporte referido nesse artigo regem-se pelo disposto na Sessão 9º, do capítulo V dessa lei. § 6º, ficam preservadas as tarifas de transporte e os critérios de revisão já definidos até a data de publicação dessa lei. Subemenda na Comissão de Infra-Estrutura, dê-se ao *caput* nº 2, Emenda nº 2 da CAE substitutiva, a seguinte redação – Decorrido os prazos previstos no art. 11 dos seus § 1º e 4º, os proprietários dos gasodutos de transporte existentes deverão transferir a propriedade ou a titularidade de tais instalações para uma sociedade proposta específico já existente ou a constituir, que exercerá a atividade de transporte do gás natural observado o disposto no § 2º desse artigo.

Dê-se ao art. 26 da Emenda 2 da CAE substitutiva a seguinte redação – Art. 26, fica assegurado a qualquer terceiro, interessado o acesso aos gasodutos de transportes, mediante o pagamento da tarifa aplicável, respeitada a regulamentação específica. O art. 50, isto já por acordo, permanece no *caput* já com a redação anterior feita pelo Senador César Borges.

O Parágrafo Único passa a ter a seguinte redação – As empresas enquadradas no *caput* desse artigo deverão promover a contabilização em separados das receitas, despesas e custos referentes a distribuição e comercialização para os consumidores localizados na sua respectiva área de concessão e a comercialização para os usuários finais, podendo, no seu interesse, constituir empresa de propósito específico destinado ao exercício da referida atividade de comercialização respeitados os contratos de concessão existentes nos Estados.

Outra Emenda que resultou do último acordo fixado desde que nós interrompemos a reunião. Respeitados os contratos de concessão legalmente em vigor nos Estados e excluída a exploração dos serviços pú-

blicos de distribuição de gás canalizado uma mesma empresa, desde que atuante, uma mesma empresa, desde que atuante em áreas remotas ou em áreas de fronteira, poderão exercer simultaneamente as atividades de exploração e produção do gás natural, operação de gasodutos de transferência e de produção, armazenagem de gás natural, GNL, GNC, processamento e beneficiamento do gás natural, compressão, descompressão, liquefação, regaseificação, transporte GNL, GNC, geração de energia elétrica e quaisquer outras utilizações econômicas do gás natural.

§ 1º, as pequenas e médias empresas, poderão operar como empresas integradas e exercer simultaneamente qualquer atividade de indústria de gás natural, independentemente de sua localização com exceção da exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado. Caberá ao Poder Executivo... Caberá ao Poder Executivo definir os critérios para enquadramento das empresas nesse artigo, observados os parâmetros técnicos da indústria de gás natural, e o § 3º fica excluído em face do acordo já feito no *caput* do artigo. Esse é o projeto que acabo de relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não há quem queira discutir, vamos colocar em votação. Antes eu quero, por dever de justiça, Senador Tourinho, Srs. Senadores, Senador Romero Jucá, como Líder do Governo, eu quero por de dever de justiça, agradecer penhoradamente a ANAC pelo caos aéreo que toma conta do País. Graças ao atraso de aeronaves, nós podemos contar aqui com a presença de alguns Senadores. Eu quero fazer esse registro porque é um registro sincero dessa Comissão, a ANAC, com o caos que promove no País.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E o Ministro Waldir Pires, V.Exª. está esquecendo. V.Exª está sendo injusto, Senador. V.Exª tem que agradecer também ao Ministro Waldir Pires.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Evidentemente V.Exª fez o registro e gostaria que contasse nos anais da Casa. Em votação. Senador Demóstenes Torres? Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dois. Senador Rodolpho Tourinho? Perdão. Senador Leonel Pavan? O avião dele saiu no horário. Senador Sérgio Guerra? Relator, sim. Senador Juvêncio Fonseca, Senador Teotônio Vilela? Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Jonas Pinheiro, Senador Jorge Bornhausen, Senadora Maria do Carmo, Senador Flexa Ribeiro, Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Arthur Virgílio? Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, sim e mais do que nunca registrando o trabalho do Senador Rodolpho Tourinho, no momento fundamental onde nós precisamos ter um marco regulatório especialmente para o gás natural.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Arthur Virgílio que chegou atrasado, sem ANAC ter nenhum culpa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu voto com o Senador Tourinho, seja qual for o mérito da matéria.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim. Senador Roberto Saturnino, Senador Sérgio Zambiasi, Senadora Serys Slhessarenko, vítima de uma patrulha, ela acabou de sair do Plenário, espero que ela retorne. Senador Sibá Machado? Patrulha da PETROBRÁS atuando aqui de maneira competente. Devem ser os mesmos que tomam conta das ONGs. Aelton Freitas? Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Fernando Bezerra? Senadora Fátima Cleide, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Flávio Arns, Senador João Ribeiro, Senador Gerson Camata, Senador Roberto Silva, Senador Valdir Raupp, Senador Ney Suassuna, Senador Gilberto Mestrinho, Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Romero Jucá, com o Governo. Senador Luiz Otávio, Senador Pedro Simon, Senador Maguito Vilela.

SENADOR MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Wellington Salgado, avisa a ele que a mamãe concorda, manda ele vir. (risos) Se

nador Valmir Amaral? Senador Cristovam Buarque? Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quero dizer a V.Ex^a que V.Ex^a está votando ainda pelo PTB, seu velho partido, mas já está autorizado, o voto de V.Ex^a é um voto petista, fica feito o registro. Senador Demóstenes Torres?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Com o Relator.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A informação de que alguns Senadores estão se dirigindo para cá e pedindo para votar a matéria. Não, V.Ex^a, o concorrente de V.Ex^a quer ficar com a mesma posição sua de Roraima, então vamos lhe dar essa chance.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Todos serão favoráveis.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Sibá só não está aqui, porque está na de orçamento e outro podia ser indicado como Relator ad hoc, só para que o dinheiro do FUST, em vez de 18%, fique em 30% para a educação. Há um amplo entendimento, falei com o Senador Romero Jucá, ninguém foi contra, se pudesse botar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou consultar aqui, nós temos... Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mercadante não é da Comissão. Mercadante não é da Comissão, apenas abrilhanta com sua presença e acompanha essa votação. Examina-se se há condição de votar essa solicitação do Senador Paulo Paim.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Como eu conversei com o Ministro Silas sobre a matéria e acordei um procedimento que o Governo colocou como um ponto fundamental, eu comuniquei ao Senador Sérgio Guerra, e o Senador Tourinho e Senador Romero é que esse projeto, quando chegar a Câmara dos Deputados será apensado ao projeto

do Executivo que já tramita na Casa, esse é o acordo de procedimento, tem amparo regimental, mas é um acordo que a oposição apoiaria essa iniciativa na Câmara dos Deputados.

Eu falei hoje com o Presidente Aldo Rebelo, eu falei com o Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, tinha conversado com o Senador Rodolpho Tourinho e falei com o Ministro, e o acordo é que seria apensado ao Projeto do Executivo que já tramitava, que esse era o ponto básico de procedimento de acordo entre oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Fica feito o registro e comunicaremos.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – A Câmara dos Deputados a liderança da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu... Há número, antes de iniciar o resultado, Senador Mercadante, Senador Paim, a bancada do PT. A Senadora Serys estava aqui e ia votar, foi desaconselhada por lobbies que não conheço, mas vi o poder de convencimento exercido aqui à retirada dela. Daí porque eu defender permanentemente a oficialização do lobby no Brasil. Esse lobby clandestino, paralelo, muitas vezes inconfessável, deve ser abolido, é uma prática que deve ser abolida nessa Casa.

Eu quero comunicar a todos que esse projeto é um produto de acordo. Nós fizemos questão que houvesse um acordo, daí porque haver unanimidade da votação. Dito isso, lamento o *lobby* indevido praticado nessa Casa, mas faço questão de fazer esse registro, inclusive providências a respeito nós haveremos de tomar.

A votação está encerrada eu vou proclamar o resultado. 15, sim, nenhum não. Está aprovado o substitutivo.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a votação do projeto para as Subemendas. Vamos, então, iniciar o mesmo processo.

Vamos, portanto, repetir a votação. Aprovado o PLS nº 225/2006 nos termos da Emenda 02 da CAE, com as Subemendas. A Subemendas é bom frisar de 1 a 8. Lembro que a matéria vai a turno suplementar como manda o art. 282 do Regimento Interno, pergunto aos Srs. Senadores se há acordo. Havendo acordo...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer aqui porque que eu dispõe, encontrei aqui em cima da Mesa o voto do Relator e eu enumerando as Emendas vai de um a sete. Eu só gostaria, porque eu contei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Um momento. Vamos esclarecer.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria esclarecer que é esse o relato com as modificações que foram lidas textualmente pelo Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – São sete Subemendas e o relatório votado originalmente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Prestado os esclarecimentos, votação encerrada. Queremos saber se o outro Item está em condição de ser votado?

Projeto de Lei do Senado nº 351/2004 que altera a Lei 998 de 11 de agosto de 2000, que institui e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para determinar que pelo menos 30% dos recursos a ele destinado sejam aplicados em educação. O autor é o Senador Paulo Paim o Relator é o Senador Sibá Machado. Indagamos aos senhores líderes se há acordo para essa votação. Havendo acordo, vou procedê-la.

Pela aprovação do projeto com a Subemenda 1 da Comissão de Infra-Estrutura, lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para proferir o Parecer. Não realidade, o Relator era o Senador Sibá Machado que não se encontra em Plenário. Senador Tourinho, o Senador Paulo Paim acenou que seria V.Ex^a. Essa Casa quer aproveitar o seu talento até o último minuto, daí porque escolhe ram para relatar.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Muito obrigado. É o lei que altera a 998 do total dos recursos do FUST, 30%, no mínimo, serão aplicados em educação para os estabelecimentos públicos de ensino. Pela importância dessa destinação, por tudo que é colocado aqui pelo Senador Paulo Paim eu sou favorável.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Parecer é favorável, em votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente? Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Votação nominal. Os que votam no Relator devem declinar o voto, sim, os que discordam, não. Senador Demóstenes Torres?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A presidência não vota.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador José Jorge? Senador Marco Maciel? Senador Rodolpho Tourinho?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Leonel Pavan? Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Juvêncio da Fonseca? Senador Teotônio Vilela? Senador Antônio Carlos, Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Jonas Pinheiro, Senador Bornhausen, Senadora Maria do Carmo, Senador Flexa Ribeiro, Senador Eduardo Azeredo, Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Arthur Virgílio? Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Arthur Virgílio, não está. Senador Magno Malta, Senador Roberto Saturnino? Senador Sérgio Zambiasi, Senadora Serys Slhessa-renko? A matéria é outra, já podiam ter pedido a Senadora para voltar, ela que é tão assídua na Comissão. Senador Sibá Machado, Senador Aelton Freitas. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – é autor. Senador Fernando Bezerra, Senadora Fátima Cleide? Senador Mozarildo, Senador Flávio Arns, Senador João Ribeiro, Senador Gerson Camata, Senador Roberto Silva, Senador Ney Suassuna, Senador Gilberto Mestrinho, Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Luiz Otávio, Senador Pedro Simon, Senador Maguito Vilela, Senador Wellington

Salgado, Senador Valmir Amaral, Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O quorum está completo, vamos... 13 sim, nenhum não, aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Existem duas Emendas, a indagação da presidência é se repetiremos a votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não é necessário, Sr. Presidente, pode ser mantida. Pode ser repetida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então, está aprovada a matéria com as suas respectivas Emendas, no caso duas Emendas. A matéria vai a Secretaria da Mesa para os devidos fins. Vamos aqui a essa outra solicitação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente? Antes da matéria, eu quero só lembrar que esse FUST, o Fundo de Telecomunicações já arrecadou quase cinco bilhões de reais, e que ele não tem sido utilizado, é uma das suas principais funções que é a inclusão digital que é a questão de colocar computadores nas escolas públicas do Brasil.

Então, eu vejo com satisfação, passamos de 18 para 30, que pelo menos, podemos ter uma esperança de melhor uso, porque hoje os recursos têm todo se utilizado apenas no superávit fiscal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Existe aqui uma solicitação para que votemos, no Item 3, senhor Líder, a mensagem 204/2006 do Presidente da República que solicita a autorização, elevação temporária do limite do endividamento da PETROBRÁS Transporte SA TRANSPETRO. Há alguma objeção a votação dessa matéria? Não havendo nenhuma objeção, colocaremos em votação. Ouviremos o relatório, o Parecer do Sr. Relator, Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) –

Trata-se de matéria que cria as condições para que a TRANSPETRO desenvolva programa que tem duas vantagens importantes. Primeiro interioriza e nacionaliza a produção de equipamento pesado para a navegação no Brasil. O que gera emprego e renda para o País, além de autonomia estratégica.

Segundo, que estabelece também as condições para sejam construídos no Brasil unidades que podem prestar serviços na forma de estaleiros. O meu Estado mesmo Pernambuco, já tem a área definida para um projeto desse tipo. Para se dar uma visão clara do alcance desse tipo de empreendimento, cogita-se para Pernambuco a instalação de uma refinaria de petróleo. O efeito fiscal e econômico dessa instalação é grande, porém, o efeito fiscal, menos o efeito fiscal, mas o efeito social sobre o emprego, sobre a agregação da sociedade econômica de Pernambuco em torno do estaleiro é muito maior.

Então, nós somos, digamos, uma região que não pode prescindir de investimentos, que há anos não os têm. Projetos considerados para Pernambuco como confirmados, na verdade não existem, não estão confirmados, falo de um deles, a Ferrovia Transnordestina também estratégica. Ela a rigor é apenas uma hipótese de ferrovia para a qual não há contrato ainda e muito menos projeto. No caso de um estaleiro a conveniência total, o projeto definição, e estrutura, política fiscal compatível para que ela se defina em torno de um programa que não mais de dois anos, dará algumas centenas de milhares de emprego ao povo do nordeste. O nosso Parecer acompanha, o Parecer já feito, já concedido na matéria que não é terminativa nessa Comissão. Por intermédio de mensagem nº 204/2006, o Presidente da República, solicita ao Senado autorização para promover limite de endividamento da PETROBRÁS em até cinco bilhões e seiscentos. Objetiva-se com esse financiamento, programa estratégico daquela empresa destinada a renovação, expansão da frota de navios, marco indispensável para a consecução da recomposição da indústria naval brasileira.

Cumpra chamar a atenção para o fato de que o PROMEF que é um programa que cuida da modernização, expansão da frota naval será implantado em duas fases que se prolongarão até 2015, na sua primeira etapa está prevista a construção de 26 navios, até 2010. Com o conteúdo nacional mínimo de 65%, portanto, conteúdo infinitamente superior a projetos de indústria pesada que no passado redefiniram a engenharia econômica no Brasil como, por exemplo, a indústria automobilística. Financiamento pretendido para a implementação do programa com recursos do Fundo de Marinha Mercante está estimado em cinco bilhões, quinhentos e oitenta e sete, oitocentos e vinte e oito, novecentos e setenta e três.

A presente operação de crédito está disciplinada nos arts. 7º e 9º da Resolução 96/89, que conceituam para os efeitos das normas do Senado as operações de crédito, estabelece de endividamento a serem observados pelas empresas, assim como as condições

para em caso excepcional autorizar elevação temporária dos referidos limites de endividamento. De acordo com nota da Secretaria do Tesouro, a TRANSPETRO apresenta estrutura financeira ratificada pelos índices de liquidez corrente em geral em um baixo nível de alavancagem em sua estrutura de capital. Por fim os saldos de caixa deverão ser crescentes após 2007 para fazer face aos serviços de financiamentos, o que significa na prática afirmar que há condições reais de endividamento.

Assim sendo, a Secretaria do Tesouro não se opõe a contratação do referido financiamento. Exige tão somente, com manifesto na nota 1.580 do grupo PETROBRÁS, proceda compatibilização de seus investimentos com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela LDO para os próximos exercícios e que seja oportunamente concedida pelo Ministério da Fazenda, excepcionalidade para permitir a TRANSPETRO contratar o referido financiamento, haja vista os limites de contingenciamento de crédito estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Quanto as previsões orçamentárias exigidas vale notar que os investimentos previstos no PROMEF consta no PP do Plano Plurianual de 2004, 2007, não são estranhos a ele, e do programa de dispêndios globais e do orçamento de investimentos do atual exercício. Há como enfatizar no Ofício de nº 1.111/2006 da Secretaria do Ministério da Minas e Energia tão somente para que se proceda a revisão do PDG, Programa de Dispendios Globais da TRANSPETRO e do orçamento de investimentos, as demais exigências contidas no art. 9º da Resolução 96/89 estão atendidas.

Em face do exposto, da relevância da matéria, do seu efeito social e da sua capacidade de reproduzir investimentos indispensáveis a área pobres do Brasil, como, por exemplo, o nordeste, o nosso voto é pela aprovação nos seguintes termos.

O Senado Federal resolve, art. 1º, é a PETROBRÁS transporte SA, TRANSPETRO, autorizada para elevar temporariamente em caráter excepcional o seu limite de endividamento para cinco bilhões e seiscientos, através dos seus agentes financeiros. Parágrafo Único, os recursos decorrentes da operação de crédito referida no *caput* são utilizados para financiar implantação de programa estratégico da PETROBRÁS transporte destinada a renovação e expansão da sua frota de navios. A operação de crédito referida no art. 1º será realizada com as seguintes características e condições – Valor prendido cinco bilhões e seiscientos. Carência de até quatro anos. Amortização, em até 20 anos. Taxa de juros, variável entre 2,5 e 6% ao ano.

Art. 3º, prazo para o exercício da presente autorização é de 260 dias, 70 dias a contar da sua publicação.

Essa resolução entra em vigor na data da publicação. Sala da Comissão, 20 de setembro de 2006. Esse é o meu voto. Meu Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa, Senador Romero Jucá, foi comunicado aqui pela Assessoria que temos em mãos um Requerimento de Audiência Pública para oitiva dos Srs. Daniel Fiocca, Sérgio Machado, Carlos Caval, Paulo Sérgio Oliveira Passos, e que V.Ex^a questionaria a oitiva...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, não estou questionando a oitiva. Eu estou solicitando que não seja necessário o Requerimento que nós possamos votar a matéria já que existe o relatório do Relator. Essa matéria importante, amanhã, provavelmente, hoje ou amanhã será o último dia de votação no Plenário e eu queria fazer um apelo que a gente pudesse efetivamente votar essa matéria, agora, já que matéria aqui já foi discutida na Comissão de Assuntos Econômicos, o nível de endividamento aqui é um assunto oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos, veio a Comissão de Infra-Estrutura por se tratar de um projeto estruturante e a Comissão de Infra-Estrutura também se colocou sobre isso, portanto eu queria fazer um apelo para que pudéssemos votar essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Encontrando-se o autor do Requerimento em Plenário que é o Senador Tasso Jereissati, gostaríamos de ouvi-lo sobre essa matéria.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, esse Requerimento é de minha autoria e eu concordaria até que essa audiência fosse feita após a votação, se isso não quebra nenhuma norma. Porque, esse projeto existe uma série de perguntas importantes que ainda não respondidas. Como todos discutimos aqui, trata-se de um projeto em que autoriza, nesse momento, o aumento de capital da TRANSPETRO, através do BNDES com origens no Fundo da Marinha Mercante. A primeira pergunta que se faz e que não foi devidamente respondida é como vão ser utilizados esses recursos desse aumento de capital já que nós estamos falando em cinco bilhões. O projeto indica que seria para a compra de estaleiros de navios feitos em estaleiros nacionais. Aí vem a outra pergunta, esse projeto, esse recurso, seria feito de estaleiros com que critério de preços, qual o tipo de concorrência que se faz em função da encomenda desses navios, o preço desses navios, se haverá concorrência para a compra desses navios, nós estamos falando aqui em compras vultuosas.

Segundo, esses recursos, se seriam destinados inteiramente a compra de navios pela TRANSPETRO.

Me parece que em determinado ponto foi argüido que seria apenas 10% desses recursos que seriam destinados a compra antecipada de navios.

Ora, se apenas 10% para a compra antecipada de navios, a pergunta que fica é: Por que fazer o aumento de capital todo de uma vez só, já que, se isso é um projeto de cinco anos, por que não fazê-lo ao longo dos anos em que esse capital for necessário para a compra desses navios.

A terceira, outra dúvida importante é que alguns desses estaleiros sequer existem e este... E aí eu louvo o relatório feito pelo Senador Sérgio Guerra que é amplamente favorável ao projeto, e eu seria também, no caso, porque é uma perspectiva de que esse estaleiro vá ser instalado em Pernambuco, mas o que eu estou colocando é que precisa ser esclarecido como vai ser financiado a construção desse estaleiro, que tipo de concorrência vai ser feito que assegure que esse estaleiro, que vai fazer a preços mais baixos do que a concorrência internacional, ou do mesmo até que a concorrência nacional.

Portanto, aqui, se existe algum seguro que assegure, por exemplo, a TRANSPETRO, caso esses estaleiros que não existem, outros que serão pequenos e serão ampliados ainda para fazer o navio, se existe algum tipo de seguro que dê garantia a TRANSPETRO, no caso, a empresa estatal que ela vai ser ressarcida desse prejuízo enorme que vai antecipar recursos de compra de um navio de alguns estaleiros que não existem, de outros que não tem capacidade para fazer esses navios ainda.

Então, existe uma série de circunstâncias importantes como essas que eu estou colocando que não foram esclarecidas e que eu gostaria que fossem esclarecidas e, por causa disso, o meu pedido da Audiência Pública.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria fazer uma proposição ao Senador Tasso Jereissati, que vai ao encontro também dessa questão, ele até no pronunciamento dele ao começar falar, ele falou que é exatamente o seguinte: Nós poderíamos votar a matéria, essa matéria é apenas o limite do endividamento, o contrato vai ser feito ainda e eu me comprometo pela liderança do Governo a trazer as pessoas aqui para fazer esse debate, independente da votação para que tudo possa ficar esclarecido já que é um programa de mais longo prazo. Eu pediria que nós pudéssemos votar a matéria com a permissão do Senador Tasso Jereissati e fica aprovada a

Audiência Pública efetivamente para discutir a matéria sem condicionar a aprovação e nós traremos aqui as pessoas que foram registradas, pelo menos pelo lado do Governo, para que possa efetivamente esclarecer qualquer dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria fazer o seguinte esclarecimento, acabo de ser informado que as respostas de alguns questionamentos feitos no dia, feito sobre esse empréstimo, Senador Tasso, chegaram, estão sendo lidos na Mesa e remetidos para essa Comissão. Eu solicitaria, nesse caso, então, me parece que o Senador Eduardo Azeredo tem uma proposta de outra matéria que se suspendesse por meia hora.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador, eu li, essas respostas chegaram acerca de uma semana atrás mais ou menos. Essas respostas, todas essas perguntas não estão respondidas nessas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A informação que nos chega aqui de um Ofício assinado pelo Ministro Mantega, datado do dia 20, portanto, hoje, refiro ao Ofício 2.086 do Senado Federal de 7 de 12 de 2006 dessa primeira Secretaria por intermédio da qual foi remetido cópia de Requerimento de informação 928 de autoria do Sr. Senador Heráclito Fortes sobre a autorização para a elevação temporária de limite de endividamento da PETROBRÁS, no valor de 5,6 milhões. A proposta encaminha a V.Ex^a resposta a solicitação do ilustre Parlamentar cópia da nota nº 2.658/2006, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O que eu queria propor, Senador Tasso, é que nós recebêssemos agora essa correspondência para ver se supre alguns questionamentos feitos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Heráclito, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria dar um esclarecimento sobre essa informação também, porque na verdade essa matéria recebida hoje na Mesa é uma matéria que já tinha sido encaminhada diretamente pela TRANSPETRO, direto pelo interessado, e como efetivamente ao ter o Requerimento, a Mesa é a autoridade ministerial que tem que encaminhar, nós tivemos que formalizar através de Ofício do Ministro dos esclarecimentos que foram feitos já antecipadamente pela TRANSPETRO. Então, essas outras questões do Senador Tasso Jereissati não estarão, com certeza, nesse encaminhamento oficializado agora pelo Ministério da Fazenda.

Então, eu voltaria a propor que nós pudéssemos votar a matéria e efetivamente fazer a audiência, assim que retomemos os trabalhos porque é interesse do Governo, interesse de todos nós esclarecer essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, na realidade esse não é um projeto terminativo. É um projeto que vai ser votado no Plenário ainda.

Então, eu pediria, então, que se nós pudéssemos aprovar aqui nessa Comissão, isso não quer dizer que isso já esteja aprovado, porque vai ser votado no Plenário. Como a gente sabe que isso para ser votado no Plenário, tem que haver acordo, porque se não houver acordo não há como votar mais com o *quorum* que nós temos, principalmente que nós teremos amanhã.

Então, eu sugeriria que nós aprovássemos agora o projeto e o Requerimento e posteriormente, até amanhã, o Relator poderia conseguir essas informações e fornecê-los no Plenário. Se for satisfeito os questionamentos, não só do Senador Tasso, mas de outros Senadores que por acaso tiverem interesse na matéria, a gente vota e aprova o projeto. Se não for, não vota e espera que se faça audiência para que seja votado no Plenário. Já que ele não é terminativo e como essa é a última Sessão do ano, eu acho que esse seria o caminho natural para que nós fizéssemos, pelo menos, a possibilidade de aprovar amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa indaga se o Senador Tasso concorda.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Heráclito, na minha sugestão, para em homenagem ao Estado de Pernambuco, é que seja feita a votação, mas que haja o compromisso por parte do Governo, aqui o compromisso de que seja feita essa Audiência Pública de qualquer maneira para que, já que se trata, nesse momento, apenas do aumento de capital, mas que os esclarecimentos sobre essas operações sejam feitas previamente aqui nessa mesma Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há um acordo de todos os Srs. Senadores?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Há um acordo da posição do Governo de promover as audiências da forma como está solicitado pelo Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Colocamos, então, em votação, os

Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovada a matéria nas condições aqui propostas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu peço urgência da matéria, tendo em vista que nós teremos votação só amanhã, eu peço urgência para que possa efetivamente ir para o Plenário essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a solicita urgência? Indagamos se há acordo para o pedido de urgência. Havendo acordo, coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Agora V.Ex^a coloca o Requerimento agora em votação, porque aí nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em votação o Requerimento de encaminhamento a Plenário. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós temos, por solicitação do Senador Eduardo Azeredo, o pedido de votação em segundo turno, mas nós estamos sendo acionados aqui pela Mesa para o fato de que está havendo votação nominal. Portanto, nós vamos suspender a presente Sessão e reiniciá-la logo após.

Declaro encerrada a presente Sessão, colocando outra reunião, após a Ordem do Dia com a matéria em turno suplementar, a matéria do Projeto de Lei do Senado 226.

Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 18h51)

Ata da 23ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 21 de dezembro de 2006, às 10 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Alexandre Costa.

Às doze horas e vinte e um minutos do dia vinte e um de dezembro de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ALBERTO SILVA, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Mão Santa, Delcídio Amaral, Magno Malta, Sibá Machado, Cristovam Buarque, Aloizio Mercadante, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Wellington Salgado, Augusto Botelho e Ideli Salvatti.** Deixam de com-

parecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação da seguinte matéria constante da Pauta – **Item Único** – Turno Suplementar (*art. 282 do RISF*) – **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2005**, que “Dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de **gás natural**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer favorável à matéria. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, com as Emendas nº 01 e 02 – CI, de 2006. Ato contínuo, assume a presidência o Senador Heráclito Fortes, procedendo a leitura dos seguintes expedientes – Ofício nº 53/2006, datado de 21 de dezembro de 2006, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando que o Senador Aloizio Mercadante (PT-SP) passa a integrar a Comissão, como Titular, em substituição ao Senador Roberto Saturnino, e que a Senadora Ideli Salvatti, passa a integrar a Comissão, como Suplente, em vaga existente. Ofício nº 084/06, da Liderança do PFL, comunicando que o Senador Romeu Tuma passa a integrar a Comissão, como Suplente, em substituição ao Senador Jorge Bornhausen. Usaram da palavra para discutir a matéria os senhores Senadores Sérgio Guerra, César Borges, Rodolpho Tourinho, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, Srªs. Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado.

Há um expediente sobre a Mesa que passo a ler.

Sr. Presidente, nos termos regimentais indico o Senador Aloizio Mercadante como titular em substituição ao Senador Roberto Saturnino e a Senadora Ideli Salvatti como suplente na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, aproveito a oportunidade para

apresentar a V.Exª protesto de estima e consideração, Senadora Ideli Salvatti.

Então, a Mesa acolhe o Ofício e nesse instante passa a ser titular o Senador Aloizio Mercadante e a Senadora Ideli como suplente da Comissão de Infra-Estrutura. Vamos aguardar um pouco que complete o número para submetermos a pauta de hoje destina-se à apreciação em turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 226/2005 que dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização do gás natural, autor, Senador Rodolpho Tourinho. Relator, Senador Sérgio Guerra.

Vamos aguardar o número regimental para poderemos submeter à votação. Com a palavra o Senador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Podemos começar a discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Podemos discutir. Com a palavra o Senador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Ontem nós fizemos aqui a votação do relatório, que nós fizemos, que tem origem no trabalho desenvolvido aqui pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Houve um esforço grande de conciliação dos vários setores envolvidos na questão do gás. Não foi fácil, mas esse entendimento se deu. Parte desse entendimento inclui evidentemente um ator relevante no processo que é o Governo. E no momento da leitura, o acordo feito em torno dessa inclusão do Governo do que veio da iniciativa do Governo, através das suas lideranças, por um problema de erro objetivo, material, em face da situação de que a assessoria, consultoria estava fazendo alguns consertos de caráter formal na proposta tal como foi acordada, ela não foi lida. Eu vou passar a fazer essa leitura.

Acrescente-se ao capítulo 13º intitulado das disposições transitórias, remunerando-se dos demais. Capítulo 13º das disposições transitórias. Art. 53, até o dia 31 de dezembro de 2010 em situação de contingência a serem definidas pelo Poder Executivo, o gás natural disponível no mercado brasileiro será destinado prioritariamente ao suprimento de usinas termoeletricas cuja geração tenha sido determinada pelo operador nacional de sistema elétrico ONS.

§ 1º, para fins desta lei estende-se como gás natural disponível, entende-se como gás natural disponível no mercado brasileiro o gás natural. § 1º, fornecido aos concessionários de serviço local de gás canalizado ou aos consumidores diretos quando for autorizado pela autoridade competente que não esteja amparado em contrato de fornecimento em base firme e, segundo,

possível de ser ofertado pelo mercado e que não seja sendo fornecido por qualquer razão. Art. 54, a ONS deverá introduzir em sua estrutura organizacional uma área específica para assegurar o cumprimento desta lei, devendo articular-se com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, ANP, para:

Primeiro, o recebimento de todos os contratos de fornecimento e transporte de gás natural;

Segundo, acompanhar permanentemente a movimentação de gás natural na malha de transporte brasileiro;

Terceiro, verificar a existência de gás natural disponível nos termos do § 1º do artigo anterior para o atendimento da térmica despachada e que não tenha gerado por falta de combustível e;

Quarto, propor aplicação das penalidades previstas no art. 20 desta lei. Art. 55, as UTEs, supridas como decorrência da aplicação dos dispositivos desta lei deverão arcar com a integralidade dos custos necessários para o fornecimento do gás natural até as suas instalações industriais, conforme regulamentação.

Art. 56, o descumprimento do dispositivo desta lei implicará na aplicação por parte da ANP de multa equivalente ao preço de liquidação de diferenças, PLD máximo definido pela ANEEL, multiplicado pela quantidade de energia que deixar de ser gerado pela UTE não atendida, aplicado ao fornecedor ou transportador que não atendeu a redirecionamento do gás natural, determinado pela ONS.

Parágrafo Único, a penalidade definida nesse artigo deverá ser proposta pela ONS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Terminou, Sérgio?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Terminei de ser o acordo feito pelos que trabalharam na estruturação do pacto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Daria para nós submetermos a votação?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Então, quem ainda deseja ainda discutir?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Para discutir com a palavra o Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria aqui de fazer alguns esclarecimentos com relação a essa questão

colocada agora como mais uma Emenda do Relator, Senador Sérgio Guerra.

Ontem, durante os entendimentos que eu vi aqui sendo aqui travados, setores representativos da área, essa Emenda que agora está sendo apresentada, é uma Emenda que nós fizemos restrição a ela por conta de que coloca uma disposição transitória totalmente nova ao projeto, inclusive o projeto do Senador Rodolpho Tourinho que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e na CCJ que não constava essa cláusula. Então não é algo que fosse originário do projeto do Senador Rodolpho Tourinho. É uma modificação inteiramente nova, que foi fruto, acredito, do desejo do Governo de colocar essa disposição transitória que nada mais é, Sr. Presidente, do que colocar na mão da Operadora Nacional do Sistema Elétrico, ONS, a possibilidade de que, em situações de contingência, dê a destinação para o gás natural disponível no mercado brasileiro e possa priorizar o suprimento das usinas termoeletrônica.

No nosso entendimento, todo o trabalho de organização do setor feito pelo Senador Rodolpho Tourinho fica, de uma hora para outra, colocado sobre a mão do Governo, por quê? Porque o Governo teme que haja um apagão elétrico em determinado momento e deseja ter essa fonte alternativa no uso do gás. Claro, é uma preocupação. Mas por que essa preocupação? Porque o Governo, quatro anos decorridos não acrescentou nada na nossa matriz energética da hidroelétrica e estamos aí, já alertados de um apagão, todos os setores técnicos, é uma possibilidade efetiva.

Agora, como ficam os consumidores que se pararam para a utilização do gás? Como ficam os industriais que se pararam para utilizar esse gás?

Então, há quem diga, bom, ou é o apagão da energia elétrica ou um apagão da matriz gás que lhe prejudique inteiramente a produção.

Então, em função disso, eu me coloquei no início da discussão de ontem contrário a esse artigo. O Senador Rodolpho Tourinho me colocou de que, hoje, teria possibilidade do Ministro fazer por Portaria, não precisaria estar aprovado em lei. Aí eu me indaguei, mas se for assim, por que, então, esse artigo? É inócuo, eu acho que é porque o Governo precisa. E as minhas informações são de que o Governo precisa, efetivamente. Mas, no momento, que o Governo exige essa disposição transitória, ele mostra que há uma fragilidade muito grande no sistema da matriz energética brasileira. Ele mostra essa fragilidade.

Como o acordo que houve foi, na verdade, não foram de Senadores, foram de setores envolvidos, eu, como Senador, achei que não deveria constar essas

disposições transitórias, e digo a V.Ex^a que essa é a minha posição pessoal de não constar essa Emenda.

Quando o Senador Sérgio Guerra leu aqui o seu relato na votação em primeiro turno desse projeto se por engano, ou por acordo, eu não sabia exatamente qual o motivo, acredito que tenha sido por engano, essa Emenda não foi lida, eu procurei até confirmar, olha, são tantas Emendas, eu procurei confirmar e não foi confirmada a existência dessa Emenda. Posteriormente, me parece que foi verificado que houve um engano.

Então, à noite, quando se discutiu a possibilidade de fazer uma reunião ainda ontem, lá para as 10h30 eu me colocava como me coloco contra essa Emenda.

Entretanto, longe de mim, porque além de conter-râneo baiano sou amigo pessoal do Senador Rodolpho Tourinho de criar uma dificuldade para a aprovação de um projeto, desde que o Senador Rodolpho Tourinho esteja de acordo. Eu sou contrário e quero colocar essa posição contrária, mas, longe de mim colocar uma dificuldade a aprovação de um projeto que eu sei que é caro ao Senador Rodolpho Tourinho.

Então, eu quero, nesse momento, lhe dizer que sou contra essa Emenda, mas vou acatar que houve um equívoco e que, se o Senador Rodolpho Tourinho está desejoso de aprovar o projeto com essa Emenda e não vê nisso aqui um perigo para o setor, então a minha posição será de votar favorável, fazendo essa manifestação para que fique lavrado a nossa posição que eu espero que esteja bastante clara para o Relator, para o Senador Rodolpho Tourinho e para os demais membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Consulto a Mesa se alguém deseja falar ainda.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Com a palavra o Senador Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)
– Eu queria, inclusive, dar essa explicação, a explicação aqui ao Plenário, a todos que nos ouve, a explicação ao Senador César Borges. Em momento nenhum imaginei que houvesse da parte dele nenhuma vontade de inviabilizar esse projeto. De forma nenhuma. Mas eu queria explicar um pouco, um pouco a história disso.

Quando começou o primeiro sintoma com a Bolívia, junho de 2005, no dia 16 de junho, eu encaminei esse projeto, apressei até a entrada dele, tanto que depois tive que fazer um substitutivo porque foi na primeira semana que Morales deu os primeiros sinais que nós íamos ter problema com a Bolívia e eu apressei e entreguei no dia 16 de junho de 2005 e dali

para cá, a gente viu tudo que aconteceu com relação a Bolívia, e eu passei, esse tempo todo, praticamente, toda a semana, indo a São Paulo e ao Rio de Janeiro, vender em bom português, esse projeto, discutir na Câmara de Comércio Americana, por exemplo, onde fui várias vezes, na ABRADI(F), ABDIB, ABRAJET, todas as associações de classe, todas, absolutamente todas, a AB GÁS que se juntou imediatamente a esse projeto, AB GÁS é a distribuição de gás, e eu tive até que refazer o meu próprio projeto, fiz um substitutivo para ele porque passei a contar com o apoio de 100% dos Estados brasileiros, através do fórum de energia, do Rio de Janeiro, sobretudo, que estava muito interessado nessa questão e em fevereiro é que nós tivemos o primeiro problema que foi o problema com a PETROBRÁS.

A PETROBRÁS passou a entender que isso era uma quebra do monopólio, não uma quebra do monopólio, que ela iria perder e que esse projeto estaria causando um transtorno muito grande na medida em que ele estava expropriando ativos da PETROBRÁS, que o não é verdade, o que se quer, o que se queria era simplesmente regular o acesso dos gasodutos e dar incentivo a iniciativa privada para que ela invista em gás. Hoje o nosso grande problema nesse País é gás. O problema que nós tivemos em 2001 é que nós tínhamos gás, mas nós não tínhamos cultura de gás. Nós tínhamos que ter feito, inclusive, aquele programa prioritário de termoeletricidade que eu lancei, pelo menos dois anos antes, porque havia todo o problema com a equipe econômica, não havia cultura, havia um problema com a agência reguladora, hoje é assimilar o problema. Um problema estrutural, eu entendo que é um problema sério, hoje é gás. Mas, você tem a cultura, mas você não tem o gás para a termoeletricidade.

Então, a idéia desse projeto é criar condições, é ser o marco regulatório do gás natural, porque se reconheceu, afinal que dentro da lei do petróleo não está contemplado o gás natural, a lei que é quebrou o monopólio do petróleo no País. Esse foi o objetivo e daí, depois dessa objeção da PETROBRÁS, que foi, até de certa forma, emocional porque era a defesa do próprio monopólio, a defesa de posições, e não era de toda a PETROBRÁS, porque, ao longo desse tempo todos nós tivemos várias reuniões com a PETROBRÁS nesses eventos todos, mas havia um obstáculo que era essa posição da PETROBRÁS, mas nós conseguimos continuar negociando com o Governo, através do Senador Aloízio Mercadante que sempre se mostrou, não só interessado, mas conhecendo esse problema, continuar a negociação disso.

Depois, toquei no assunto com a própria Ministra Dilma, tive uma reunião longa também com o Ministro

de Minas e Energia, onde aquilo que eu achava que era importante, acho que acabamos tendo um entendimento, e o que o Governo pediu, em bom e claramente, é que estaria de acordo com o nosso projeto, com o projeto do marco regulatório do gás, mas que haveria uma explicitação dessa questão da utilização do gás pelas termoeletricas com as quais eu concordo, acho que se isso, acho que o Ministro pode fazer isso, porque o Ministro pediria para colocar numa lei, eu acho que explicita melhor, dá mais força, não tenho dúvida nisso, dá uma mensagem clara porque hoje com a retirada dessas usinas termoeletricas como está sendo feito pelo teste da ANEEL, nós vamos para um risco de déficit em 2007 de 16%.

Então essa é uma medida correta que o Governo está pedindo para incluir, essa é a razão pela qual eu também concordo, concordo com essa medida. Acho que ela não é necessária para que o Governo tome essa medida, mas ela é importante do ponto de vista para explicitar.

Por isso, estou de acordo, queria dar essa explicação, pessoalmente, inclusive ao Senador César Borges, não tenho, nesse caso específico, nenhuma outra motivação ao aceitar essa Emenda a não ser reconhecer que existe problema. Agora, que essa Emenda também facilitou a retomada da negociação com o Governo e passei esse tempo aqui, são quatro anos entendendo que era preciso sempre negociar. E acho que essa é mais uma demonstração de negociação que acabamos fazendo e acho que para o bem do País. Acho que finalmente teremos um marco regulatório do gás natural que ainda vai ser discutido na Câmara, mas as linhas principais estão colocadas. Eu espero, Sr. Presidente, ter dado explicações sobre esse assunto, um pouco longas, mas acho que necessárias.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Bastante claro. Sim.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu queria ser muito breve também sobre o mesmo assunto e basicamente dizer que eu, desde o início desmando ato foi um entusiasta de todas as iniciativas que fortalecessem a política do gás no Brasil. Seja do ponto de vista da prospecção, lutei para criar unidade de pesquisa e processamento do gás que está hoje sediado na cidade de Santos. Sentia na parte da PETROBRÁS uma certa resistência, interna mesmo, corporativa, quer dizer, há uma predominância de uma visão oleocrata(F), cuidam muito de tudo que diz respeito ao óleo, mas pouco do que era a questão do gás. Sentia dentro da empresa um setor que também motivado por isso, e dentro da Casa, particularmente

Senador Rodolpho Tourinho um entusiasta dessa visão de fortalecimento da política do gás.

Ele apresentou um projeto, inicialmente havia, eu acho que 12 pontos de divergências, alguns muito profundos, nós conseguimos ir eliminando nove pontos, foram resolvidos através da negociação, ficaram três pontos de divergência. Alguns, eu diria insolúveis, outros divergência de mérito, mas necessária na concepção do projeto. E ao final de todo esse esforço, também com a participação do Senador Sérgio Guerra na condição de Relator, que também se empenhou por esse projeto, e, sobretudo, considerando o trabalho que o Senador Rodolpho Tourinho teve nessa Casa, durante todo o seu mandato, a seriedade com que ele tratou as matérias, a disposição de diálogo, sempre se pautando pelo mérito, pelo aprofundamento das matérias, da mesma forma o nosso Relator Sérgio Guerra, eu me empenhei muito para que a gente pudesse, junto ao Ministério de Minas e Energia, junto a PETROBRÁS encontrar um caminho para esse projeto. E o caminho se coloca por quê? Porque é evidente que falta gás no Brasil. A crise com a Bolívia só demonstrou um problema que estava submerso e permanente. Houve um grande interesse nessa forma de energia, as indústrias acabaram optando por esse caminho que não era há alguns anos atrás e nós tivemos a construção de várias termoeletricas e esse teste que a ANEEL exigiu, demonstra que há um déficit no sistema. Não há gás para operar todas as termoeletricas se for necessário, dado o consumo que a própria indústria, os outros setores da sociedade têm. Ora, o que é que essa Emenda diz? A Emenda diz que nessa situação não vai faltar energia, vai rodar as termoeletricas. Elas têm prioridade, porque esse é o interesse nacional. Eu não tenho dúvida que o Congresso tomaria uma decisão favorável, por que é que é positivo colocar na lei? Porque a gente deixa claro qual é a diretriz, evidente que isso não vai ser feito em detrimento dos setores industriais que usam o gás, isso é para uma situação de emergência, uma situação de crise que eu espero que o País não precise viver novamente, que haja tempo para ampliar as PCH's, construir as usinas elétricas, aprimorar a rede de distribuição e que esse cenário não se coloque, mas de qualquer forma isso aqui é uma sinalização clara para a sociedade, para o mercado, para os consumidores que a prioridade vai ser o fornecimento de energia.

Essa Emenda foi apresentada pelo Ministro como um ponto central do acordo, foi a única Emenda que o Ministro colocou na Mesa, e falou, “Essa Emenda para mim é essencial”. Nós construímos um acordo em cima dessa Emenda e em cima de um segundo ponto que na Câmara, o projeto seria apensado a iniciativa do

Executivo que já tramita na Câmara dos Deputados, com esses dois pontos nós pactuamos a votação.

Eu pediria, portanto, entendi a ponderação do Senador César Borges. Espero que realmente esse cenário nunca se realize, que a gente trabalhe para evitá-lo, acho que esse projeto ajuda a estimular o investimento no setor, a motivar os empresários a produzirem mais, a PETROBRÁS também para avançar nessa direção e seguramente, nós não precisaremos disso.

Então, eu pediria ao Relator que contemplasse a Emenda, que a gente pudesse aprová-la por acordo, porque fez parte do acordo, eu acho que fui um problema de encaminhamento da votação, para a gente encerrar esse capítulo e termino parabenizando a competência da Relatoria do Senador Sérgio Guerra, o empenho que ele teve nessa matéria e, sobretudo, o Senador Rodolpho Tourinho que trabalhou por isso um ano e meio com muita dedicação, com muito empenho e deu uma imensa contribuição ao País ao propor um debate, eu diria, qualificado por ser uma matéria tão relevante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Com a palavra o Senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Presidente, só reiterando já as observações que foram feitas pelos Senadores que me antecederam. Eu acho que é muito importante o que nós estamos aprovando agora, a lei do gás, essa regulamentação que o setor ou o segmento gás natural necessita. Nós, agora recentemente, foi sancionado pelo Presidente Lula e também numa iniciativa do Senado Federal a questão do saneamento, da Lei do Saneamento que vai efetivamente levar investimentos consideráveis nos próximos anos numa área fundamental para o País e nós, hoje, estamos dando mais um passo, através da lei, do Projeto de Lei elaborado pelo competente Senador Rodolpho Tourinho e relatado com muita competência, com muita paciência, com muita capacidade de articulação que é natural que é do dia-a-dia do Senador, do competente Senador Sérgio Guerra, nós hoje nós estamos avançando bastante no marco regulatório do gás. O gás é um componente fundamental da matriz energética de vários Países do mundo. Na Europa a participação do gás natural é fundamental, nos Estados Unidos, na Ásia, e aqui na América do Sul não vai ser diferente. A Argentina é assim, especialmente a Argentina, o Chile importa o gás natural que consome, especialmente da Argentina, a Bolívia vai estender seus tentáculos não só para o Brasil, mas também hoje já tem um contrato firme de fornecimento de gás para a Argentina, que é talvez um dos grandes consumidores de gás em termos

de participação na matriz energética do gás natural, a Argentina, o gás natural na Argentina tem um papel fundamental, eu estou meio enferrujado, mas isso já deve estar próximo, deve ser mais de 30% na matriz energética na Argentina a presença do gás natural. Além da hidroeletricidade.

Então, o gás natural é uma realidade para o País e precisa de ter regras claras para trazer segurança jurídica para os investidores. Um dos grandes problemas que entravam ou prejudicam o conhecimento são as incertezas jurídicas e por isso nós precisamos de regras claras. E eu quero, não só destacar, quer dizer, a importância desse momento, a importância do trabalho de todos os Parlamentares que participaram dessa discussão, especialmente do Senador Rodolpho Tourinho e do Senador Sérgio Guerra, e dizer, e entendo claramente a intenção do Ministro Silas de colocar nas disposições transitórias esse art. 53, isso demonstra que o Governo está preocupado com o atendimento energético do País, Senador Sérgio Guerra, e as termoeletricas vão ter um papel fundamental para evitar um futuro racionamento, e entre disponibilizar energia elétrica e eventualmente cortar o gás natural de alguns segmentos da nossa economia, o impacto no que se refere ao consumo de energia elétrica é muito maior e é importante registrar também que muitos segmentos industriais têm caldeiras conversíveis que pode utilizar gás natural, Senador Alberto Silva é engenheiro lá de Tajubá, sabe muito bem disso, um homem competente, conhece essa área como ninguém e pode também operar com gás.

Então, é um posicionamento necessário, importante e que demonstra a preocupação do Governo em não prejudicar o suprimento de energia elétrica no País, e entendo que essa proposta, o art. 53 das disposições transitórias, ele está sendo acrescentado a essa lei, a esse Projeto de Lei do gás exatamente para ele trazer... Ele podia ser até feito através de Decreto, como foi muito bem dito pelo Senador César Borges, que é um conhecedor do assunto também. Mas agregando a um Projeto de Lei, isso dá mais consistência, claramente, consistência jurídica.

Então, portanto, eu quero registrar aqui a importância da aprovação desse projeto e só queria, meu caro Senador Sérgio Guerra, na justificação há uma informação na última linha que é só uma questão de correção que é 31 de dezembro de 2010, e está como 31 de dezembro de 2007, na justificação dessa Emenda apresentada pelo Governo relativa ao art. 53 das disposições transitórias. É uma correção, isso não afeta em nada o conceito e a validade daquilo que foi apresentado por V.Ex^a. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Para discutir, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Alberto Silva, eu também quero associar-me a tudo que foi dito aqui pelos meus pares, parabenizar o Senador Rodolpho Tourinho pelo competente trabalho, e eu diria até obstinado trabalho que ele desenvolveu ao longo de um ano, mais de um ano e meio para que nós pudéssemos chegar hoje, aprovar a lei do gás da maior importância para o desenvolvimento do nosso País.

Parabenizo também o Senador Sérgio Guerra, Relator do projeto do Senador Rodolpho Tourinho que o fez também com competência. E quero fazer uma colocação com relação a esse art. 53 das disposições transitórias.

O Senador César Borges colocou com propriedade de que o Governo já tem competência para intervir na necessidade da disponibilidade do gás para a geração de energia. O texto aqui coloca no Projeto de Lei aquilo que já era uma competência, ou melhor, uma determinação do Governo, uma competência do Governo. O que eu quero dizer aqui, Senador Mercadante, é que esta proposta desse art. 53 do Ministro Silas é o reconhecimento tácito do Governo do risco que o País ocorre de um apagão no futuro próximo.

Então, ele reconhecendo que o Brasil crescendo a taxas que todos os brasileiros querem que cresça, não haverá energia suficiente para atender as demandas. Não só a demanda de produção, como principalmente a demanda de geração de energia para que possa ser, então, produzido os produtos pela indústria brasileira.

Isso que nós estamos denunciando ou alertando, melhor, a palavra não é denunciar, mas alertando há bastante tempo da necessidades de ações concretas do Governo para que se destrave a questão da geração de energia e a construção das hidroelétrica. Está aí a hidroelétrica de Belo Monte, está aí a hidroelétrica do Madeira que não há solução, não só nesse Governo, já vem de Governos anteriores, mas é que precisam ser realmente resolvidas em definitivo, e mais ainda, Senador Mercadante que a PETROBRÁS possa fazer os investimentos necessários na prospecção e na exploração do gás brasileiro que nós sabemos que existe e não ficarmos independente do gás da Bolívia, principalmente num Governo que é um Governo instável como esse existente na Bolívia.

Eu estou de acordo, voto favorável a proposta do Governo e parabenizo os Senadores Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Eu consulto a Mesa, em virtude de termos ainda uma outra votação e termos que voltar lá para o Plenário, se nós, acho que toda a Mesa está favorável submeter a votação. Vamos votar. Então, vamos...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Outra Emenda que nós vamos ter que votar logo a seguir do Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só pela ordem, Presidente. Só um minutinho. Eu fui indicado agora, a pedido do Senador Heráclito pelo Senador José Agripino para compor a Comissão para dar o número, se for necessário. Eu acho que é para presidir com o Mercadante a Subcomissão de Fiscalização na aplicação dos empréstimos para a TRANSPETRO.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Vamos, Senador Heráclito. Ele é o Presidente. Eu pediria para fazer a leitura. Vamos apressar que nós temos que votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente. Mas eu proporia que nós pudéssemos discutir a Emenda do Senador Antônio Carlos Magalhães e votar em bloco, faremos uma votação só.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não pode, é nominal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim, nominal para as duas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É individual. Infelizmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Vamos votar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Heráclito Fortes vota contra o Governo e a favor do Relator. Sim. Demóstenes, José Jorge, Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Rodolpho Tourinho. Leonel Pavan? Voou. Sérgio Guerra é o Relator. Juvêncio Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Teotônio Vilela filho? Antônio Carlos Magalhães, César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Voto com o Presidente, contra o Governo e a favor do Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim, com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Jorge Bornhausen, Maria do Carmo, Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eduardo Azeredo? Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Com o Relator, Senador Sérgio Guerra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aloízio Mercadante?

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Voto com o Presidente. A favor do Governo, contra a oposição, voto sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vai ser massacrante o resultado final, mas tudo bem. Sérgio Zambiasi? Serys Slhessarenko? PETROBRÁS está por aqui? Sibá Machado? Aelton Freitas? Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Saúdo a chegada da Líder do PT a essa Comissão, terei o maior prazer...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu recomendo a V.Ex^a utilizar a lente porque eu estou presente a maior parte do tempo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entendi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O aparelho auditivo também.
(risos)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entendi. Eu quero dizer que é emoção de vê-la nesta Casa e eu a comandá-la. Aliás, se tivesse sido desde o início, as coisas teriam andado diferente. Ideli Salvatti?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, ela já votou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está trancada, pela segunda vez eu voto com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu aparelho auditivo que é ruim. Paulo Paim, Fernando Bezerra, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti, Flávio Arns, João Ribeiro, Gerson Camata, Alberto Silva, o Presidente não vota. Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Mão Santa. Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu voto com todos, voto com o Relator, voto com o trabalho do Tourinho, com o trabalho do

Senador Mercadante que ajudou a construir uma solução com o Relator Sérgio Guerra e principalmente com o País porque eu acho que nós estamos dando um passo para discutir um tema extremamente importante e estamos enviando a Câmara dos Deputados uma matéria que é urgente e que precisa ser debatida para que seja enfrentado esse desafio.

Portanto, todos, a posição do Governo é favorável, nós estamos votando aqui porque somos favoráveis a essa discussão e, portanto, estamos encaminhando para que lá possa ser apensado ao projeto que também está lá a Câmara possa se manifestar e posteriormente o Senado também fechar a sua posição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu me congratulo com V.Ex^a pela coerência do voto. Um Líder vitalício não poderia votar de outra maneira.

Paulo Paim, Fernando Bezerra. Luiz Otávio, Pedro Simon, Maguito Vilela, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Valmir Amaral, Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou proclamar o resultado.

Acaba de chegar aqui à indicação do Senador Romeu Tuma, eu quero saber se V.Ex^a para o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Para o voto, Senador Tuma. Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator e com o autor. V.Ex^a concordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Governo só teve um voto que foi do Mercadante, vamos ver aqui o...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Posso proclamar o resultado?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É voto massacrante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Posso proclamar o resultado?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – 16 votos para o Relator e um para o Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – 16 votos para o Relator e um com o Governo. (risos) Segundo, o nosso Presidente.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Foram 17 votos, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Mas eu gostaria de dizer a Mesa, nesse instante, a minha felicidade de estar aqui nesse instante aqui como Vice-Presidente e o Presidente aqui ao meu lado permitindo que eu esteja aqui, mas é o

seguinte, essa talvez seja a última reunião em que estou ali com o retrato porque eu fui eleito Deputado, agora eu vou lá para a Câmara, mas seguramente o que está em jogo é o interesse desse País.

Eu já presidi isto aqui durante um certo tempo, o Heráclito, agradeço muito, o Tuma era um grande auxiliar nosso aqui. E dizer o seguinte: Como engenheiro que conheço muito bem esse assunto, como disse o nosso companheiro Delcídio, eu diria que nós todos reunidos devíamos juntar os nossos esforços junto ao Governo para que... Nós acabamos de aprovar aqui uma solução inteligente, prática, no sentido de evitar que saia um apagão por aí, mas com a lei. Exatamente, como muito bem disse o Delcídio e o César Borges uma lei e o Relator que proferiu um relatório de homem de escol como ele é e nós aprovarmos isso aqui agora.

Portanto, nós estamos dando ao Brasil um exemplo de nós dessa Casa do povo, do Congresso Nacional não somos aquele que está na rua e que os anais falam e que nós não estamos nem respondendo por que não devemos responder. Nós somos todos brasileiros e creio que cada um de nós, se fôssemos convocados para trabalhar de graça pelo Brasil, nós estávamos aqui. Não é o salário que nos move. Esse exemplo de hoje é um exemplo que eu fico feliz de estar aqui nesse instante me despedindo da Comissão, porque naturalmente eu vou para a outra Casa do Congresso, mas, feliz de ver como o entendimento que é a base do nosso Congresso é o entendimento. E chegamos a uma conclusão que coloca o Brasil numa salvaguarda.

Agora, nós um País do tamanho do nosso, com os rios que temos, com as hidroelétricas que temos ficar na dependência de uma medida como essa.

Senador Mercadante, vamos falar com o Presidente e vamos agir, eu não sei de que forma, mas essas hidroelétricas têm que sair já, porque o volume delas é muito mais alto. Uma Belo Monte dessa vale por quantas termoelétrica de gás? Não tem nem comparação. A ampliação de Tucuruí, qualquer uma outra. Vamos lutar para que as hidroelétricas brasileiras se constituam na matriz energética mais importante do País, e que as termoelétricas seja uma espécie de coadjuvante. Se houver o apagão entram as termoelétricas.

Fico feliz de ter assistido e aprovado como Presidente e aproveitar para agradecer o que tanto me ajudaram aqui naquela época me despedir temporariamente, porque eu creio que Deus vai permitir, quem sabe, eu ainda volte para essa Casa aí já, alguém disse que eu chegaria aos cem anos, se isso for provável, eu ficaria feliz de estar aqui outra vez com os companheiros.

Agora eu acho que o Presidente Heráclito poderia agora...

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Presidente com essa saúde, nós já estamos fazendo vaquinha para comprar o bolo de aniversário dos cem anos aqui no Senado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, o senhor chamou o Relator de homem de escol por que desceu redondo o relatório? (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Não sei, eu acho que o relatório dele está tão bom que foi aprovado por todos e por isso mesmo Sérgio merece essa...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria ponderar o seguinte, há aqui uma Emenda do Senador Antônio Carlos que a gente tem que discutir e votar com a maior brevidade, e que os senhores permaneçam por mais alguns instantes.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Primeiro lugar, eu quero dizer que o Senador Alberto Silva honra essa Casa, honra essa Comissão e acima de tudo é um Conselheiro da República. Com certeza vai viver os cem anos. Ele tinha uma irmã que até os 102 andava de bicicleta na Inglaterra, então essa dúvida nós não vamos ter. E ponderado que é, desde os 60 anos não quer saber da esquerda, é um homem com os olhos voltados para o Brasil. Acho que o Presidente Lula, nesse caso, é um seguidor dele. Está no ponto da votação?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente, ontem o Senador Antônio Carlos, aliás, encaminhou em tempo hábil Emenda a essa Comissão que, infelizmente, por razões alheias a nossa vontade não foi considerada, o fato concreto é que nos últimos três dias, eu vou ser bem breve, nós nos reunimos... A base era o documento, o relatório do Senador Tourinho, a condição para votá-la era que a gente tivesse um acordo geral dos setores que representam a sociedade brasileira nesse campo.

Ao longo de três dias esses setores se reuniram, nós ponderamos, houve concessão de todos, de uma maneira especial, do Governo e chegou-se a um determinado acordo. Essa foi a ação que nós ajudamos a desenvolver.

No mais, fomos meros intérpretes de vontade de todos. E quero dizer que essa lei, portanto, está sendo construída de uma forma extremamente positiva. Evidente que não deve ser lá uma lei muito perfeita, porque ela foi extremamente aberta, muita gente contribuiu, concessões foram feitas, mas eu posso dizer que ela tem ampla legitimidade é no caminho certo e

o seu conteúdo, o conteúdo principal que tem origem na reflexão e na prática do Senador Tourinho, eu tenho certeza que é construtiva para o País como afirmou, de maneira bem lúcida, o Senador Romero Jucá.

A Emenda do Senador Antônio Carlos tem a seguinte redação – Dê-se ao inciso XVI do art. 15 do PLS de nº 226/2005 a seguinte redação. Art. 5º, depois § 16º. Carregador, empresa autorizada que contrata o serviço de transporte de gás natural junto ao transportador, distribuidor ou produtor para comercializá-lo junto ao distribuidor de gás canalizado ou usuário final em áreas onde não existem redes de gás canalizados, em discussão. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Heráclito, Relator, Senador Sérgio Guerra, Srs. Senadores, a Emenda do Senador Antônio Carlos Magalhães ela é própria para ser incorporada ao texto do Parecer de V.Exª porque ela propicia que distribuidores autônomos possam fazer a comercialização do gás por transportes outros que não os canalizados nas áreas onde não haja rede de canalização. A ponderação que eu faço aqui aos Srs. Senadores é que existe uma concessão estadual para que a comercialização desse gás seja efetivada.

Então, eu proporia acrescentar a Emenda do Senador Antônio Carlos Magalhães o seguinte texto – Onde não existe rede de gás canalizado, vírgula, quando autorizado pelo poder concedente estadual, só para que fosse respeitada as empresas concessionárias que foram concedidas pelos Estados.

Então, essa é a proposta que faço para a correção.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – (pronunciamento fora do microfone) Então é preciso que se diga o seguinte, então. Essa modificação é feita no item que define o papel de carregador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – No substitutivo da CAE aprovado e não no PLS.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pois é. Segunda questão é o seguinte, aqui está se definindo o papel de carregador e está dizendo o seguinte, o que é o carregador nesse sistema? É a empresa autorizada que contrata o serviço de transporte de gás natural junto ao transportador para comercializá-lo junto ao distribuidor de gás canalizado ou usuário final quando autorizado pelo poder concedente.

Então, aqui está se dizendo o seguinte, o carregador vai poder atuar autorizado pelo poder concedente naquela respectiva área, pela Emenda está se dizendo o seguinte, o carregador vai poder atuar em áreas onde não existam redes de gás canalizado. Isso quer dizer o seguinte, aonde houver uma rede de gás canalizado não vai poder haver a atuação do carregador. Se isso é

bom para o sistema ou é ruim, eu não sei. Na verdade, nós estamos restringindo e rede quer dizer o seguinte, não quer dizer uma rede que atenda a todos, aqui está dizendo o seguinte, uma rede, se tiver um ramal de 2 quilômetros de gás em determinada região, em tese, não vai poder ter a função do carregador que vai poder oferecer o tipo de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se a rede é construída cessa o trabalho do carregador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim, mas efetivamente o que nós estamos fazendo? Nós estamos abrindo para que possa ter várias ofertas, possa ter rede, possa ter carregador, desde que o poder concedente autorize, por isso está aqui a questão do poder concedente. Aqui está se tirando o poder concedente e está se dando, em tese, uma definição que é o seguinte..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Qual quer um pode fazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, não se houver rede de distribuição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Desde que não haja rede, mas aí sem a autorização do poder concedente.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Deixa eu fazer uma ponderação, eu acho que é mais do que isso. Na justificção, o argumento, é, primeiro – Uma empresa carregador, vamos passar a denominação de carregador, ela precisa da autorização da Agência Nacional do Petróleo, e além disso para operar no carregamento de gás, ela precisaria da autorização do poder concedente que é o Governo do Estado, é o Governo do Estado, precisa de uma autorização federal de uma Agência Nacional e o Governo do Estado.

O argumento do Senador ACM é que na maioria das vezes o Governo é, ele tem ações nas empresas de distribuição de gás no seu Estado, e por ser acionista o poder concedente se confunde com essa outra dimensão de interesse econômico no setor não tem, não facilitaria a entrada de carregadores no sistema aumentando a concorrência para poder agilizar o serviço.

Agora, eu pondero o seguinte, ao colocar, como disse o Romero Jucá, onde não existe rede de gás canalizado, primeiro está vedando a possibilidade do carregador aonde tem o transporte, aonde tem o gás canalizado, e segundo, nós estamos abrindo totalmente o mercado sem qualquer regulação. Eu tenho dúvida, eu tenho dúvida se esse é o melhor caminho, porque se nós abrimos totalmente o mercado, não só nós podemos ter ações predatórias, como do ponto de vista, inclusive do controle do sistema, do planejamento, do

Estado, do papel das empresas. Eu acho que o Governo do Estado é eleito democraticamente, tem interesse em aprimorar a qualidade do serviço no seu Estado, mesmo que seja acionista de uma empresa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Me permite um aparte, Senador?

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Ele é um poder concedente, porque é monopólio da Constituição, é o monopólio da Constituição o Estado. Então ele é o poder concedente a quem compete, nós não podemos tirar essa prerrogativa do Governo do Estado.

Eu tenho dúvidas em relação ao mérito da Emenda. Como eu não sou do ramo... A sua sugestão resolve não resolvendo, porque mata a Emenda. Lógico que mata a Emenda, porque o espírito da Emenda é o seguinte: Não precisa de autorização do Governo do Estado, eu posso carregar em qualquer cidade onde tem gás canalizado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas V.Exª. já disse que é quebra a regulação.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Por isso que eu estou dizendo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, tem que ter a regulação.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) –

Eu sei, mas aí significa não aprovar Emenda, isso que eu estou dizendo. Ou nós aprovamos a Emenda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu conversei com o Senador Antônio Carlos Magalhães, antes de fazer a proposta.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Ele está de acordo com essa Emenda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ele disse que o texto dele seria sem prejuízo que é a mesma coisa.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Do poder concedente?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Do

poder concedente.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Bom, se ele está de acordo, está encerrado, porque nós estamos discutindo uma mudança de redação absolutamente secundária. Eu estou de acordo com a Emenda se tiver autorização do poder concedente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aliás, por dever de justiça, essa é a tese defendida aqui pelo Senador Pavan. Evidentemente, com uma visão do Estado de Santa Catarina, ele achava altamente benéfico. Infelizmente, ele não está aqui para fazer, eu acho que é uma coisa...

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Gostaria de fazer um esclarecimento, naquilo que

foi colocado pelo Senador Aloízio Mercadante. Quer dizer, quem é o regulador no Estado não é o Governo do Estado, Aloízio, quem é o regulador é a distribuidora. Ela é que tem o monopólio, o monopólio é do Estado, mas na distribuidora. Uma pequena diferença nisso que você diz. E o que é colocado aqui, veja, essa é uma atividade nova, realmente, algumas distribuidoras estão fazendo, a CEG RIO está levando o gás, elas utilizam isso hoje como um gasoduto virtual até a chegada do gasoduto. Quando chega o gasoduto não pode mais fazer. A CEG está fazendo, mas existem também empresas que fazem isso. Existe até uma questão recente que estava no Supremo que foi definida que realmente não tem a ver entre a CONGAS e a WHITE MARTINS e o Supremo decidiu mais ou menos nesse teor, que realmente a distribuidora não pode, ela não interfere.

Ou seja, porque foi uma coisa nova, eu só queria esclarecer esse ponto. Agora se foi feito esse acordo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Rodolpho Tourinho, Senador Mercadante, a adição aqui, ela não elimina a Emenda do Senador Antônio Carlos, Senador Mercadante. Senador Mercadante, o que se propõe adicionar aqui no texto, ela não elimina a intenção da Emenda, ela apenas regulamenta.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Senador Flexa, só uma ponderação, só um apertinho bem rápido. O que o Senador Rodolpho Tourinho apresentou, eu entendo. Quer diz. Quer dizer, ele está dizendo o seguinte: A distribuidora na realidade é o poder concedente, se você outorga a distribuidora esse poder, ela evidentemente vai criar barreiras a entrada de empresas carregadoras, porque ela vai querer ter o controle do mercado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas é o Estado que vai definir.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Então ele está quebrando esse poder concedente e dizendo aonde não existe rede canalizada é livre o mercado, qualquer um pode entrar. Esse é o espírito da Emenda.

Se nós fizermos o aditivo dizendo, onde existem redes de gás canalizado submetido ao poder concedente, nós voltamos ao problema original.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas aí ao Estado interessa fazer...

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP)

– O que o Senador Rodolpho Tourinho está dizendo que o poder concedente não é o Estado. É a empresa distribuidora que tem o monopólio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Relator gostaria de ouvir o ponto de vista do Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Sr. Relator, Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá quando leu esse Projeto de Lei, está muito bem determinada a operação principalmente daquelas empresas que vão trabalhar CONGAS comprimido. Eu vou citar um exemplo específico. A MS GÁS no meu Estado, ela fez um acordo com o operador de gás comprimido para levar gás natural para Municípios aonde não havia redes de gás.

Então, eu acho que o texto que está sendo colocado pelo Senador Flexa, isso o Senador Antônio Carlos concorda, eu não vejo nenhum problema, apesar de entender que no texto lido pelo Senador Aloízio e pelo Senador Romero, essa questão ela já está coberta.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos aprovar como o Flexa que é consenso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Porque com essa sugestão, Presidente, não vai trazer nenhum tipo de, não vai afetar inclusive o *modus operandi* que já existe hoje, pelo menos em alguns Estados brasileiros. Aliás, na BAHIA Gás é assim também.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu vou ler o texto, como ficaria. Presidente. Mas isso já está porque precisa ser autorizado pela ANP. Mas eu vou ler aqui como ficaria.

Carregador, empresa autorizada que contrata o serviço de gás natural junto ao transportador, distribuidor ou produtor para comercializá-lo junto ao distribuidor de gás canalizado ou usuário final em áreas onde não existam redes de gás canalizado quando autorizado pelo poder concedente estadual.

Desta forma a Emenda é consenso, não tem o que discutir. Eu acho totalmente inócua, mas, de qualquer forma como foi feito o acordo com o autor, eu não vou discutir.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu consultoria ao Senador Flexa se de fato foi feito um acordo nesses termos com o Senador Antônio Carlos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O acordo feito com o Senador Antônio Carlos, a redação acertada com ele seria, deixa eu localizar aqui. “Onde não existem redes de gás canalizado, sem prejuízo do poder, da concessão estadual existente”. Sem prejuízo, é a mesma coisa. Sem prejuízo...

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Quando autorizado pelo poder concedente estadual, não é isso?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O acordo é sem prejuízo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sem prejuízo da concessão estadual existente.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sem prejuízo da concessão estadual.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Ele concordou com o Senador Antônio Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas é evidente, é o seguinte, sem prejuízo... Mas ele está de acordo. Evidente que o poder concedente, ao dar uma autorização sem prejuízo é porque está de acordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é que está autorizando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então, porque não se segue o texto original, é a mesma coisa. Não é verdade?

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu vou usar uma prerrogativa regimental, então. A Emenda está prejudicada pela ausência do autor. Porque não vamos encontrar solução aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso aí, Senador Mercadante, vamos consultar...

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Subscreeveu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Vamos consultar, vamos consultar.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas é a votação nominal, tem Senadores saindo, nós vamos perder o *quorum*.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Nós precisamos fechar esse assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A minha pergunta é o seguinte, nós vamos votar a Emenda do Senador Antônio Carlos com ou sem o acordo do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho que com o acordo é melhor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com o acordo nos termos que o Flexa Ribeiro redigiu?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Só um instante, toda a colaboração de V.Ex^a, nesse momento não colaborará com a sua tese.

Então, o seguinte, o que nós estamos tentando fazer é o seguinte: O acordo que nós vamos votar aqui é o que foi citado aqui pelo Senador Flexa como foi lido pelo Senador Aloízio com autorização do poder concedente estadual. É isso que nós vamos votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu vou consultar, sem prejuízo da concessão dada pelo

poder. Mesma coisa, mesma coisa, sem prejuízo e autorizada é a mesma coisa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Então é melhor manter sem prejuízo que foi o que você combinou com o Senador Antônio Carlos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu queria consultar, se o Presidente me der, eu consultaria o Senador Antônio Carlos para trocar a expressão. Mas eu não estou conseguindo. Presidente Heráclito, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero registrar a presença do Senador eleito pelo Estado do Pará, Senador Mário Couto, que está aqui, viu, Mário... Mário, por favor, venha até aqui.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não temos tempo. O seguinte, ou nós votamos, a decisão do Relator é o seguinte, ou nós votamos a Emenda do Senador Antônio Carlos da forma como ela veio para aprová-la ou não aprová-la.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu estou pedindo um minuto só, estou ligando para o Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com, mas ele não quer o sem prejuízo, ele quer o com.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, eu quero registrar a veemência e a diversidade de idéias surgidas no Estado da Bahia com relação a esse Projeto de Lei do gás. É impressionante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E com adesão inconteste do Pará, solidariedade.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – E a unidade da bancada.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, aproveitando enquanto o Senador Flexa faz a consulta, eu queria dizer que eu não aceito as insinuações do Senador Delcídio Amaral. (risos) A bancada baiana esteve sempre unida em torno do projeto do Senador Rodolpho Tourinho. Eu fui Relator na Comissão de Assuntos Econômicos e aprovei em total acordo com o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Tourinho, não é só a Bahia não.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Senador Antônio Carlos que a SISANE(F) queira ser implantada agora com Delcídio Amaral na bancada baiana. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse conhecido espírito desagregador do Senador Amaral já tem criado dissabores muitos

nessa Casa, mas, afinal de contas é da natureza. O que nos salva é que tal qual o Senador Wellington Salgado, ambos tem uma mãe enérgica que com certeza o repreenderá a altura.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador César Borges, não é só a Bahia que está com ele, não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com ele quem?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tourinho, Senador Tourinho... Veja bem, Senador Tuma, eu estou sendo acionado aqui por uma pessoa curiosa aqui da Comissão dando seqüência a essa atitude desagregadora do Senador Delcídio e a questão é procedente, Senador Mercadante, porque a Bahia tendo esses dois brilhantes Senadores, um Relator e um entendido na coisa, o Senador vai se valer exatamente de um noviço na matéria que é o Senador Flexa Ribeiro.

Essa é uma questão inaceitável que precisa de esclarecimento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – O Presidente ressalta os meus pontos de vista com essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu sou solidário com V.Ex^a até na diversidade.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – É uma estratégia do PSDB para dividir o PFL. A gente vê que o Flexa está pondo uma flecha para desagregar a bancada baiana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pelo contrário, a flecha...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – é a briga do tucupi com o acarajé. Aconselho que a gente não se envolva nela. Aí quem morre é o camarão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A flecha é no sentido de unir cada vez mais o PSDB com o PFL. Eu conversei com o Senador Antônio Carlos Magalhães, ele sugere que se mantenha a expressão “sem prejuízo” ao invés de “quando autorizado”.

Então, fazemos a Emenda sem prejuízo. Então sem prejuízo das... Tem que redigir, sem prejuízo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual é o tempo que V.Ex^a necessita para essa nova redação? Posso iniciar, então? Em votação. Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sem prejuízo das concessões estaduais existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu voto com a Emenda do Senador Flexa com a modificação feita pelo Senador Flexa que reflete o acordo dele com o Senador Antônio Carlos Magalhães.

Eu queria aproveitar um minuto só, sem nada... Eu queria dizer, Sr. Presidente, queria agradecer a todos que estão aqui pela aprovação desse projeto, para mim foi importante no momento que em que deixo o Senado e que é a minha última participação aqui hoje.

Quero dizer que tive uma satisfação muito grande de conviver com todos vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tourinho, eu cometi aqui uma impropriedade regimental, quero corrigi-la. Eu preciso ouvir a opinião do Senador Sérgio Guerra a respeito do assunto. Quero me confessar que essa briga envolvendo a Bahia com o Pará me deixou um pouco desestabilizado. Eu quero recuperar aqui agora ouvindo o Relator a respeito.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Vamos voltar a Emenda, o nosso Parecer é pela Emenda do Senador Antônio Carlos com o produto do acordo dos entendimentos feitos entre o Senador Flexa e o Senador Antônio Carlos Magalhães, que fala sem prejuízo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Das concessões estaduais existentes.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – ...das concessões estaduais existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamo-nos, então, confirmar o voto do Senador Tourinho e dizer que em termos de objetos cortantes não foi uma semana boa para a Bahia. Primeiro foi a faca contra o ACM Neto, agora é a flecha atingindo vocês.

Leonel Pavan. Leonel Pavan.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Assumindo a vice governadoria de Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Juvêncio da Fonseca? Com o Relator. Teotônio Vilela? Antônio Carlos Magalhães, V.Ex^a vota por ele? Não pode. Regimentalmente, não pode. César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Maria do Carmo Alves? Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator e com o Senador Antônio Carlos Magalhães.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Como diria o Senador Mercadante é um voto qualificado, duplamente. Eduardo Azeredo? Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Magno Malta?

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aloízio Mercadante?

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sérgio Zambiasi? Serys Shessarenko, é matéria de gás. Sibá Machado? Aelton Freitas, Sibá não está aqui. Sibá Machado? Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Paulo Paim?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Escutou, Presidente, escutou o voto da Senadora Ideli?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está sendo computado aqui. Fernando Bezerra, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti, Flávio Arns, João Ribeiro, Gerson Camata, Alberto Silva.

SENADOR ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Valdir Raupp? Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Luiz Otávio, Pedro Simon, Maguito Vilela, Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu quero dizer que eu não sei bem se o Senador ACM queria o que nós vamos aprovar, mas eu estou com, que a responsabilidade é toda do Senador Flexa e eu voto com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – João Ribeiro, Cristovam Buarque, Augusto Botelho.

Antes de proclamar o resultado, eu quero registrar com muito carinho a presença do Senador Mário Couto que a partir do próximo mandato conviverá com a gente, e me congratular, embora ausente, com o Senador Leonel Pavan, que era um dos interessados nessa Emenda pelos benefícios que traz para o Estado de Santa Catarina. Ele recomendou o empenho nosso na aprovação da Emenda, daí porque eu quero parabenizá-lo e desejar uma profícua gestão como Vice-Governador daquele Estado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aprovado. 15 a 0.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – é o resultado. Pois não, tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quero, mais uma vez parabenizar o Senador Rodolpho Tourinho. Talvez seja esta a última Sessão que ele participa como Senador da República com o brilhantismo representando o Estado da Bahia, e encerra o seu mandato com chave de ouro aprovando por unanimidade da Comissão de Infra-Estrutura o projeto de gás da sua autoria da maior importância para o desenvolvimento do País.

A Nação, Senador Rodolpho Tourinho reconhecerá o trabalho de V.Exª nesse projeto e em tantos outros que V.Exª tão bem se ouve no mandato de Senador pelo Estado da Bahia. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero dizer que conheço bem o Senador Rodolpho Tourinho, ele sairá daqui com uma tranquilidade dupla. Primeiro do dever cumprido e a segunda de saber que V.Exª, ao assumir agora um cargo de destaque no grupo liderado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, irá dar continuidade as propostas aqui iniciadas por ele.

Foi aprovada a Emenda com o substitutivo 1 e 2. A matéria vai a secretaria geral da Mesa. Emendas 1 e 2 ao substitutivo, a matéria vai a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Agradecendo a todos, inclusive as últimas aquisições da Comissão, declaro encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 13h33)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da 1ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, 7ª da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nona da Comissão de Assuntos Sociais, Extraordinárias, e nona da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 25 de abril de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e seis, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com as Comissões de Serviço de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senhores Senadores **César Borges, Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Gilberto Messtrinho, José Maranhão, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra, Jefferson Peres, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Ney Suassuna, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Mão Santa, Romero Jucá, Delcídio Amaral, Siba Machado, Sérgio Zambiasi, Aelton Freitas, Augusto Botelho, José Jorge, Marco Maciel, Gerson Camata, Roberto Saturnino, Serys Slhessa-renko, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio, Pedro Simon, Wellington Salgado, Paulo Paim, Flávio Arns, João Ribeiro.** Comparecem, ainda, o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Alceu Collares, Jandira Feghali, Henrique Fontana, Luciana Genro, Babá, Luiz Perondi, Alex Canziani. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir os seguintes convidados – Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora; Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Dr. Marcelo Gomes, Gerente Geral da Empresa Alvarez e Marsal; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV e o Dr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, em atendimento aos Requerimentos

nº 15, de 2006-CI e nº 09, de 2006-CAS, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Antônio Carlos Valadares, respectivamente. Após, o Senhor Presidente passa a leitura dos seguintes expedientes – Ofício P-264/2006, datado de 24 de abril do corrente, subscrito pelo chefe do Gabinete da Presidência, Dr. Elvid Lima Gaspar, informando da impossibilidade de comparecimento do Dr. Demian Fiocca, Presidente do BNDES, a referida Audiência Pública e o Ofício GAPRE-24/2006, datado de 24 de abril deste, subscrito pela Dra. Lúcia Regina Guimarães Motta Zalan Gerente Executiva do Gabinete da Presidência da Petrobrás, informando da impossibilidade de comparecimento do Dr. Rodolfo Landim, Presidente da PETROBRÁS, indicando o Representante Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente Executivo de Produtos de Aviação para participar da audiência pública. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos Trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Pedro Simon e Ramez Tebet, que foi aparteado pelo Senador Edson Lobão. Logo após, o Senhor Presidente concede a palavra inicialmente, ao Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazii e, em seguida aos demais expositores, por um tempo de dez minutos. Assume a Presidência o Senador Antônio Carlos Valadares, concedendo a palavra aos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim. Fizeram uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Lúcia Vânia, Garibaldi Filho, José Maranhão e Flexa Ribeiro. Dando continuidade aos trabalhos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência, concedendo a palavra aos Senadores Arthur Virgílio, Serys Slhessarenko, Romeu Tuma e ao Deputado Babá. Após, passa a palavra aos expositores para responderem aos questionamentos dos Senhores Parlamentares. A Comissão aprova, Extra Pauta, os seguintes Requerimentos – **Item um:** Requerimento nº 05, de 2006-CDR, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, requerendo seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Demian Fiocca – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, agendada para o próximo dia 27 de abril do corrente, quinta-feira, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG. **Item dois** – Requerimento nº 06, de 2006-CDR, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, requerendo sejam convidados para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões

de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, os Senhores Dr. Luiz Roberto Ayoub – Juiz da 8ª Vara Empresarial no RJ; Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações; Dr. Adacyr Reis – Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Professor Paulo Rabello de Castro – Consultor da TGV, para discutirem sobre a grave situação da VARIG. **Item três** – Requerimento nº 007, de 2006 – CDR, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, requerendo seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Valdir Pires, Ministro de Estado de Defesa, para discutir a grave situação da VARIG. **Item quatro** – Requerimento nº 008, de 2006-CDR, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo sejam acrescidos os nomes das Presidentas do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziela Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbina, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira sobre a **VARIG**, uma vez que é importante a sua cooperação sobre o Tema. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, *Ednaldo Magalhães Siqueira*, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, da 9ª Comissão de Assuntos Sociais, 1ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias e 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciar a presente reunião, solicito aos Srs. Senadores a dispensa das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores que aprovarem, permaneçam como se encontram.

Há expediente para ser lido. Da PETROBRAS Distribuidora. “Fazendo referência ao requerimento dessa honrosa Comissão, informamos que, por motivos alheios à nossa vontade, o Presidente da PETROBRAS Distribuidora, Sr. Rodolfo Landim, não poderá comparecer à Audiência Pública, que se realizará no dia 25 de abril nessa Comissão. Dessa forma, os representantes da PETROBRAS Distribuidora na audiência serão o **SR. PEDRO CALDAS PEREIRA**, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação, que fará parte da Mesa, e o

Sr. Aurélio Cardoso Sampaio, Gerente-Executivo de Operações Financeiras, e a Sr^a. Marina Sobral Pernambucano, Gerente do Contencioso”. Recebem os Exm^{os}. Srs. Presidentes das Comissões de Infra-Estrutura e tal... Quem assina é a Dr^a. Regina Guimarães da Mota Zalan.

Evidentemente que o documento é inadequado, não é ela quem define quem ocupa a Mesa, está a D^a. Regina extrapolando as suas funções, é uma prerrogativa do Senado, e das Comissões. No entanto, se for realmente o nome indicado para representar a PETROBRAS Distribuidora, que seja feito, mas não por uma indicação externa, e sim por uma decisão desta Casa.

Ofício do BNDES. “Ao Ofício 39, pelo qual V. Ex^a. convida o Presidente do BNDES, Sr. Demian Fiocca, a comparecer a Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Infra-Estrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar de assuntos sobre a recuperação empresarial da Companhia VARIG. Em resposta, informo a V. Ex^a. que, apesar dos esforços para remanejamento de diversas reuniões coincidentes, não será possível a participação do Presidente Demian Fiocca no referido evento, nem o envio de um representante, uma vez que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias visando à representação do BNDES”.

Diante do exposto, proponho a esta Comissão a renovação da presença do Sr. Demian, quinta-feira próxima, numa reunião extraordinária. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Portanto, à Secretaria comunicar ao Sr. Demian o comparecimento aqui na quinta-feira. Espero que haja agora tempo hábil para que ele atenda à convocação desta Casa.

Convido para fazer parte da Mesa o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO; Dr. Milton Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil; **SR. MARCELO GOMES**, Gerente da empresa ALVAREZ & MARSAL; Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produção de Aviação da BR Distribuidora; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhos do Grupo VARIG TGV; Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Fomos informados que o Dr. Elnio encontra-se em deslocamento para esta Comissão, tendo em vista dificuldades de deslocamento de sua origem até o presente momento, mas já se encontrando em Brasília. Tão logo chegue à Comissão, fará parte dos trabalhos.

Esta Mesa será presidida simultaneamente pelo Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos aqui a presença dos Srs. Deputados Federais que aqui se encontram: Jandira Feghali e Alceu Colares.

Esta Audiência Pública foi convocada por iniciativa de um grupo de Senadores, tendo à frente o Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim e o Senador Zambiasi, da bancada do Rio Grande do Sul.

É uma preocupação desta Casa e das Comissões, de uma maneira muito especial com os fatos que ocorrem envolvendo uma companhia aérea com a tradição e a repercussão que tem a VARIG. Daí porque o Senado, através dessas Comissões, achou por bem trazer para uma oitiva nesta Comissão os que já aqui se encontram e, posteriormente, caso necessário, continuar a ouvir autoridades no sentido de prestar esclarecimentos sobre o que vem ocorrendo com a nossa VARIG.

Senador Pedro Simon, como autor da matéria, vamos acionar o microfone, quero saber se V. Ex^a. quer fazer alguma manifestação inicial.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V. Ex^a. já colocou com toda clareza, Sr. Presidente. A iniciativa aqui na Comissão e nas três Comissões é uma tentativa no sentido de fugir desse debate permanente, que vem de longa data, sem consequência, sem se ter uma continuidade.

Então, já se falou com 10 Ministros diferentes, já se fez 200 reuniões diferentes, e o que se pretende é nessa oportunidade a gente ir até o fim. Quer dizer, falar com as pessoas, botar no papel, analisar, debater e chegarmos a uma conclusão definitiva, “a conclusão é esta”. Então, nós estamos sabendo aonde é que nós vamos chegar.

Por isso, Sr. Presidente, é que está se ouvindo essas pessoas que hoje estão aqui, outras virão, membros do Governo inclusive, a Ministra Dilma, o Ministro da Defesa, e vamos tentar, através de um estudo concreto e objetivo, chegar a uma solução que seja realmente concreta.

Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador João Ribeiro. Aceito a palavra de V. Ex^a.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu estou observando, e V. Ex^a. e todos nós que estamos aqui, que o Plenário realmente ficou pequeno,

desta Comissão. Devido à importância do assunto, um assunto com bastante publicidade na imprensa, eu consultaria V.Ex^a. se não temos condições para transferir para o Plenário do Senado, porque eu estou vendo que realmente muitos Parlamentares que aqui estiveram estão saindo porque realmente não têm como sentar, e até mesmo as Assessorias, o pessoal da área técnica, que vieram para participar e assessorar os setores que aqui estão participando. Eu queria ver se a gente poderia, se tem condições de ser feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador João Ribeiro, a minha preocupação é com o transtorno que essa transferência possa provocar agora. Realmente houve uma falha desta Presidência de não ter feito essa previsão antes. Mas, no momento, essa transferência, inclusive os equipamentos do Senado, a movimentação poderia trazer transtornos. Nós ficamos agora de sobreaviso e na próxima convocação, tenho certeza que haverá, nós já tomaremos essa providência.

Quero registrar também aqui a presença do Líder do PT na Câmara, Henrique Fontana. Deputado Francisco Turra, também presente.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Sr. Presidente, não é pela ordem, não é uma questão de ordem, é um apelo que vou fazer a V.Ex^a. para que me conceda a palavra só por dois minutos, porque tenho um compromisso pessoal e inadiável e não posso trazer a minha palavra nesse momento aqui para que ela seja ouvida pelo Governo.

Muitos aqui são testemunhas, Senador Tasso Jereissati colaborou demais, para que nós fizéssemos aqui no Senado um substitutivo à Lei de Falências, que eu sempre que dou entrevista peço que ela tenha outro nome, que é a “Lei de Recuperação das Empresas”. A maior dificuldade que nós tivemos foi com a Fazenda, foi na área econômica do Governo, foi com a Receita Federal, que não queria abrir mão, como não abriu, o assunto foi transferido para a lei que promoveu algumas modificações no Código Tributário Nacional, e que não satisfazem, a Lei de Recuperação de Empresas poderia ser muito melhor com a colaboração do Governo. E eu acho que chegou, essa é a oportunidade.

É impossível o Governo ter lutado tanto para a modificação de uma lei que realmente vinha prejudicando o País no seu todo. A nova lei, a Lei de Recuperação de Empresas, ninguém nega, e as estatísticas já estão demonstrando que ela não é mais instrumento de cobrança, como era usada antigamente, e a revogação da antiga Lei de Falências, que durou no País meio século, as estatísticas estão demonstrando que aquilo que o Congresso fez, a nova Lei de Recuperação de

Empresas, diminuiu, no primeiro trimestre desse ano, em cerca de 36% os pedidos de falência no País.

Ora, esta audiência que está sendo aqui realizada ela não será concretizada satisfatoriamente ao desejo nacional. Eu reconheço que tem muito de corporativismo nisso a atrapalhar as *démarches*, mas é preciso entender que esta é a primeira oportunidade, a meu ver, Senador Paulo Paim, que, com o apoio dos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, eu fui ao Rio Grande do Sul para falar a mil e quinhentos trabalhadores, demonstrando, ou procurando demonstrar a nova Lei de Recuperação de Falências, demonstrando que se ela não continha um aspecto econômico, ela continha um aspecto social.

Pois bem, se nós tivemos discutido a questão da VARIG naquela hora, eu não teria dúvida nenhuma em afirmar que isso é uma questão econômica, é uma questão nacional e é uma questão patriótica. Porque a VARIG passou a ser um patrimônio nacional a ser defendido coerentemente, a ser defendido com espírito público.

Daí porque eu não queria sair daqui sem fazer um apelo ao Governo, que demonstre agora efetivamente, com dados concretos, a sua participação nisto.

Eu não posso imaginar que haja polêmica quanto a encontro de contas. Quer dizer, como é que pode? O Governo sabe que deve, vai ter que pagar um dia, e não temos uma palavra definitiva do Governo que não vai compensar, não vai haver compensação de dívida, não está concordando com compensação de dívida, matéria transitada em julgada, ou que está em precatório.

Então, eu entendi de vir aqui, por coerência. O Senador Tasso Jereissati sabe o sofrimento para fazer essa Lei de Recuperação de Empresas. Só não foi maior porque colaborou o Congresso como um todo, colaboraram as forças da sociedade. A CUT sentou-se numa das salas, na sala onde se reúne a Comissão de Assuntos Econômicos, que é essa mesma, ao que me parece. É a outra. A Força Sindical compareceu. Todos aplaudiram essa lei. Está na hora do Governo agora, que tem a oportunidade e instrumento, tinha instrumento...

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Ramez Tebet, uma ligeira interferência.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – ...Aceratar essa posição. É só isso que eu vim aqui falar. É uma oportunidade grande. E que isso não pode. Porque até, vamos falar a verdade, vamos derrubar mais uma. Como é que nós vamos explicar a Lei de Recuperação de Empresas, com a falência da VARIG? Eu pergunto. Que prejuízo econômico este País vai ter? Que prejuízo

ízo social este País vai ter? Ela está em processo de recuperação, foi um Juiz de Direito que, graças à Lei de Recuperação de Empresas, declarou, e a simples declaração fez as ações da VARIG subir. Eu ainda não encontro condições para decretar a falência da VARIG. E isso já ajudou.

Eu concedo o aparte e peço desculpa por ter ultrapassado os dois minutos.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É rapidinho, Senador. É que V.Ex^a. abordou o ponto em relação ao qual acho que devemos voltar o nosso pensamento. Porque, não sendo resolvido este ponto, não se chegará a parte alguma. Que é o encontro de contas das dívidas da VARIG para como o poder público e do poder público para com a VARIG. E não é só esta companhia. Também com a TAM, acabo com a VASP, que deixou de funcionar em razão disto. São créditos que essas empresas possuem junto ao Governo, decididos pelo Poder Judiciário, e o Governo não cumpre. O Governo cobra, impiedosamente, das companhias aéreas, e de todas as empresas, aquilo que essas empresas devem ao Governo. Mas, não paga às empresas o que ele, Governo, deve. Eu cheguei a fazer um projeto aqui do Senado, de encontro de contas entre o Governo e empresas privadas. Sempre, quando houver devedores, Governo devedor e empresa de devedora faz-se o encontro de contas desde logo, e quem ficar devendo acerta o seu saldo. Então, é neste ponto que nós devemos insistir, sem o qual resolvido não se chegará a parte alguma. O Governo tem que admitir que perdeu na Justiça, no STJ, Superior Tribunal de Justiça, já perdeu definitivamente para a TRANSBRASIL, para a VARIG, a VASP também, a TAM, na mesma situação. Então, é preciso fazer esse encontro de contas com urgência. E aí os problemas estarão razoavelmente resolvidos.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Senador, eu agradeço muito, o aparte de V.Ex^a. foi muito oportuno.

Sr. Presidente, muito obrigado, e aos companheiros que me ouviram e permitiram tudo isso a partir do Presidente, os meus agradecimentos por terem me ouvido.

Não fora uma questão pessoal, eu ia permanecer até o fim aqui. Porque não posso admitir que um País da dimensão continental do Brasil, querendo crescer internacionalmente, já tem poucas companhias aéreas, e fique com três a quatro. Está tão pouco, que havia companhia aérea ontem de onde vim, de São Paulo, e para onde talvez tenha que retornar dependendo de alguma coisa que vou fazer aqui agora, que teve passagem aérea que custava ontem, de São Paulo para Brasília, novecentos reais, enquanto em outras compa-

nhas, em uma companhia ou outra que foi consultada, custava quatrocentos e sessenta. Não preciso dizer qual é uma e qual é outra. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós vamos iniciar o depoimento testemunhal de cada um dos Srs. convidados, e lembrando que cada um dispõe de 10 minutos. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, que terá 10 minutos para expor, sob a ótica da empresa, o detalhe sobre a crise em que a VARIG se encontra.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, eu quero, inicialmente, registrar a presença dos meus três colegas de direção da ANAC, Dr^a. Denise Abreu, Dr. Veloso e nosso caríssimo Leur Lomanto, conhecido de vocês. Estamos os quatro aqui, aprovados, aliás, nesta Comissão de Infra-Estrutura, sabatinados aqui e aprovados no Plenário, para dizer que sempre procuramos estar os quatro nas decisões importantes que envolvam a aviação civil, se porventura nós, um ou outro, não pudermos estar, alguém, representando o nosso órgão colegiado da agência, estará sempre presente.

A agência é o poder concedente, recebeu, no momento da aprovação da Lei 11.182, a unção de ser o poder concedente da aviação civil. E também de ser aquele poder que é consultado para as devidas soluções que se encontram nos nossos concessionários.

Na questão específica da VARIG, mas isso evidentemente vale para qualquer empresa, a agência, constituída 35 dias atrás, tem estado dia e noite e, como eu digo, até nas madrugadas, porque a gente sonha com a VARIG, aguardando uma solução que venha surgir desse processo, Senador Pedro Simon. Essa solução o Senador Alberto Silva ele colocou que a VARIG está em recuperação judicial. Portanto, a solução tem que partir do processo de recuperação judicial. A não ser que apareça um investidor, um capitalizador, que pudesse trazer os recursos que a VARIG S/A necessita. Isso não se tem notícias, de que esse capitalista, esse recurso esteja disponível.

Com a Lei de Recuperação Judicial, também o passivo da empresa está lá, de certa forma, no congelamento da lei. Está lá no FIP-Controle. Portanto, está sob a coordenação do Juiz e das Consultorias e Assessorias que ele contratou e da própria Direção da VARIG.

Portanto, a questão do acerto de contas ela é, de certa forma, até relativa, neste momento, ela é importante num segundo momento.

Eu diria que agora o que se trata é de como fazer a VARIG continuar operando, manter os seus fluxos de caixa e, portanto, corresponder aos compromissos na Lei de Recuperação Judicial. O que se trata é isso, em questão. E dentro da lei, em juízo, encontrar quais são os caminhos de se capitalizar a empresa, de alguém que queira capitalizar a empresa, ou de parte da empresa, ou da forma que se construir.

Evidentemente que a agência não é a pessoa que deve falar esses caminhos. Ela acompanha, analisa, em última instância ela tem que dar a palavra final, como poder concedente, mas, a engenharia disso parte da própria lei, a própria lei da recuperação dá a engenharia para isso, e dá instrumentos ao Juiz para construir essa engenharia. Agora, se ela é fácil, evidentemente que ela não é. São muitos componentes.

Dentro da lei também tem um papel significativo do comitê de credores. Alguns estão nessa Mesa. O comitê de credores também tem que fazer a aprovação prévia dessas soluções.

O que interessa para nós é que haja uma solução que seja viável, ou seja, apareça esse capitalizador, apareça alguém que tenha desejo de colocar recursos na VARIG, que a operação que vai se fazer para o futuro dela também lhe dê as garantias de um fluxo de caixa corrente, que ela possa ter sobrevivência, que ela possa ir daí, paulatinamente, saldando suas dívidas. É um tempo suficiente, porque é dois anos, dentro da Lei de Recuperação Judicial. Até o próprio acerto de contas, de repente, num determinado momento, isso pode ocorrer, porque em dois anos muitas coisas vão ocorrer. Mas, enfim, estará lá sob o controle da lei que foi votada aqui nesta Casa.

Então, me parece que tem que se encontrar esse caminho, que não venha a ferir determinados aspectos legais outros, como aqui o aspecto das Leis de Concessão, porque nós não podemos ferir outras leis, em detrimento dessa. Mas, dá para se construir essa engenharia. Eu vejo essa boa vontade do Juiz. Essa declaração que ele deu, na minha opinião, ela somente reparou um debate que estava errado na opinião pública. Porque o debate estava “o Governo ajuda, o Governo não ajuda”. O Governo vem ajudando muito a VARIG. Eu até posso afirmar, se o Governo, eu não estou falando do Governo do Presidente Lula, eu estou falando do Governo Brasileiro, há anos não viesse ajudando a VARIG, o desfecho da VARIG já teria sido outro. Isso é fácil de ver, basta verificar o seu balanço, seus endividamentos.

O que o se discute é a forma de capitalizá-la. Aí, tem até uma revista que lançou a idéia de uma estatização, enfim, aí é outro debate. Como buscar recurso para viabilizar a empresa. Isso é um outro debate. Se esse

recurso vem do Governo, não vem do Governo, vem do investidor privado, não vem do investidor privado. O mais importante é que se encontre essa engenharia que, como eu digo, tem um papel significativo hoje na pessoa da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Ela tem um papel na condução da construção dessa engenharia. É um papel que é muito importante. Depois de construída essa engenharia, evidentemente a agência tem um papel a cumprir, ou seja, ela tem que dizer se aquela engenharia é possível ou não é, dentro da Lei de Concessões. Se nós podemos aceitar que aquilo seja construído daquela forma, ou se teria que haver mudança em relação àquela construção.

Então, eu posso transmitir aos Senhores, Senador Heráclito, que nós temos conversado diariamente com o Juiz e com a equipe de Consultoria por ele e pelos credores contratada, a agência evidentemente está atenta a ser colaboradora nisso.

Eu não vejo ninguém nesse País, muito menos vai ser nós, que não tenha vontade de achar uma solução para a VARIG. Não vejo mesmo. Aliás, não vejo nem nos concorrentes essa palavra, falo isso até francamente, porque a importância da permanência da VARIG ela é reconhecida por todos. E se tem uma Lei de Recuperação Judicial, que joga a favor de recuperar a empresa, e a lei tem esse espírito, o espírito da lei é esse exatamente, recuperar empresas em situação concordatária, ou em pré-falimento, se é esse o espírito, é nesta lei, que teve esse espírito, é que nós temos que nos pegar para encontrar essas soluções. Se isso for plenamente possível, nós saímos vitoriosos desse episódio. Se isso não for possível, aí realmente o episódio pode ser aquele que todos não desejamos.

Mas, eu sou daqueles que acham que existe essa perspectiva, nós podemos ajudar a construí-la, estamos tentando de todas as formas construí-la, e eu tenho certeza que essa capacidade, essa inteligência e, especialmente, conseguir conjugar esse conjunto de interesses, que são díspares, não é meramente do Governo ou de alguns organismos do Governo, tem um conjunto de outros credores, tem o Fundo AERUS, tem os trabalhadores, que precisam ser atendidas determinadas demandas nessa hora, afinal são 11 mil funcionários também em jogo. Se nós conseguirmos conjugar tudo isso, nós podemos estar encontrando o caminho para uma solução, mesmo que não definitiva, mas, pelo menos, uma solução mais longa para a nossa VARIG.

Por enquanto, era isso, Senador Heráclito, depois eu fico à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria indagar aos companheiros

Senadores se nós deveríamos ouvir todos e após, então, se fariam as perguntas.

Vamos tentar intercalar os depoimentos. Ouvimos agora o Dr. Milton Zuanazzi, vamos ouvir agora o Comandante Márcio Marsillac, que é o Coordenador de Trabalho do Grupo VARIG TGV. 10 minutos.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas, que aqui comparecem para discutir, mais uma vez, essa questão da VARIG.

Para nós do grupo de trabalhadores da VARIG, da TGV, este não é um assunto novo, nós já o trouxemos para cá há muito tempo atrás, vejo aqui a Senadora e Ministra Emília Fernandes, quando Senadora foi o nosso primeiro contato dentro da Casa Parlamentar sobre este assunto, então, isso já mostra que já se vão anos discutindo esta questão. De parte dos trabalhadores da VARIG sempre houve um reconhecimento de que os problemas corporativos, os problemas internos da VARIG eram de fato o problema-raiz dentro dessa questão. Um modelo de governança corporativo inadequado, uma gestão, a gente ousa dizer, em muitos momentos, temerária, fez um patrimônio desta empresa sair de dois bilhões de reais para hoje um patrimônio líquido negativo da ordem de seis a sete milhões de reais. Isso em valores nominais, sem considerar inflação, e tudo o mais, significam realmente uma inversão muito preocupante.

Não queremos dizer com isso, e assim como na aviação, um fato, um incidente, não ocorre por um único fator, aqui, numa empresa deste tamanho, nós não temos a VARIG nessa situação tristemente pré falimentar por um único fator. Tivemos planos econômicos, tivemos uma abertura dos céus feita de maneira atabalhoada, que levou a hoje nós estarmos com, praticamente, as quatro maiores empresas americanas voando para o Brasil, enquanto somente duas empresas brasileiras voam para os Estados Unidos. A mudança da monodesignação para multidesignação foi efetivamente feita de forma muito complicada para as empresas aéreas.

Então, foi um conjunto de fatores. E por que não citar o congelamento tarifário dos anos 80? Este congelamento tarifário que hoje trouxe um crédito, traz um crédito para essa empresa, da ordem de 4,6 bilhões de reais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, ao final do ano de 2005. E ICMS cobrados indevidamente que montam à ordem de 1,2 bilhão de reais. Ou seja, essa empresa tem, entre ações que estão transitadas em julgado ou ações que já transitaram em julgado no STJ, que é a questão do congelamento tarifário, 6,8 bilhões de reais em créditos contra a União e Estados.

Ver uma empresa que tem esses créditos ir a falência, enterrar 11 mil postos de trabalho, jogar fora 1.2 a 1.5 bilhão de dólares em divisas anuais para o País, deixar de fazer ligações que só a VARIG faz, porque algumas outras empresas aéreas não se dispõem a fazer aquilo que essa empresa já fez por muito tempo, como os vôos diplomáticos para a África. Muitos vôos eu mesmo fiz, ligando o Brasil à África, por interesse diplomático brasileiro. Esta foi a empresa que, decolando de Luanda, em Angola, quando na revolução, trazendo os brasileiros, teve seus aviões alvejados. E, num dos vôos eu mesmo estava.

Então, é uma empresa que tem uma ligação muito forte com esta Nação. Eu tenho certeza de que crédito moral essa empresa tem de sobra para com o País e para com a sociedade brasileira. Mas ela também tem créditos que são de ordem econômica e financeira. E é isso que vai fazer a recuperação da VARIG.

Nós estávamos ouvindo aqui o Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, e entendemos a posição da ANAC quando diz que continua aguardando um processo de recuperação judicial que envolve os credores e a própria empresa. Mas nos parece que, pela importância pública desta empresa, que é privada, deveria o Governo ser pró-ativo, como me parece, busca a ser a ANAC ao comando agora do Dr. Milton Zuanazzi. Nós precisamos disso, mas precisamos disso com muita urgência. Muita urgência.

Infelizmente, a gente não se dá conta, mas esta foi uma empresa que quando nós mesmos, a TGV, veio ao Senado e à Câmara dos Deputados levantar a questão da governança corporativa e da ponta do *iceberg* financeiro que nós já tínhamos desvendado, nós operávamos VARIG com 123 aeronaves. A VARIG hoje está operando, o Dr. Marcelo Gomes, da ALVA-REZ, poderá confirmar em dados mais precisos, mas em torno de 53 aeronaves.

Esta empresa já paralisou-se, na verdade, em mais da metade dela. O espaço tem sido ocupado e, como isso ocorre a intervalos regulares, é como nós todo dia nos olhando no espelho, sem sentir que envelhecemos. Nós não sentimos, mas esta empresa está a sumir.

Temos problemas sérios de ordem de transporte aéreo aqui, porque se poderá haver no âmbito do transporte aéreo nacional doméstico uma substituição por outras empresas e que trará problemas sérios para os consumidores, o Senador Ramez Tebet já aponta alguns. É óbvio que se nós trocarmos aqui uma concorrência de três ou mais empresas aéreas por um monopólio ou por um duopólio, nós teremos, sem sombra de dúvidas, consumidores pagando muito mais por essas passagens. Para que possam arcar as

companhias com os pesados tributos, com as pesadas taxas que são obrigadas a pagar. Há um estudo aqui, que mostra, por exemplo, que o combustível de aviação subiu três vezes mais do que o combustível para os automóveis, do que o combustível para o transporte rodoviário de carga. Mas, para a aviação, o querosene de aviação subiu três vezes mais do que esses dois combustíveis. Nós temos taxas e, me parece, foram revistas há pouco tempo atrás, mas as taxas aeroportuárias, porque foi dado reajuste pelo Governo de três vezes mais.

Eu poderei, Senador Pedro Simon...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Eu, particularmente, não saberia responder, deixaria para o Governo responder isso. Mas eu acho que falta uma visão, nos parece, essa é a nossa percepção, de que falta uma visão de que a aviação aérea, de que o transporte aéreo tem aqui um forte fator para o desenvolvimento e integração nacional. Obviamente nós poderíamos restringir a aviação a ligar pontos das nossas principais capitais. Mas o Brasil, que já foi servido por aviação aérea regular em 330 cidades, hoje não serve mais do que 120. Enquanto o mundo se expande na aviação, o Brasil se retrai no serviço de aviação.

Nós temos aqui o Senhor, Senador Pedro Simon, Senador Zambiasi e Paulo Paim, eu mesmo, em 1986, quando trabalhava na RIOSUL, uma subsidiária da VARIG, fazia todo o interior do Rio Grande do Sul com os nossos Bandeirantes fabricados pela EMBRAER. Praticamente cobríamos todo o Rio Grande do Sul. Hoje sobraram talvez uma ou duas cidades servidas pela aviação regular.

Então, nos parece faltar aos Governos que passaram por esse País uma visão estratégica para a aviação nacional. É preciso, e nós temos uma grande esperança de que a ANAC, ao se constituir, faça o debate nesse Fórum e promova as ações, as políticas necessárias para que nós tenhamos uma política nacional para a aviação que seja estratégica, que seja desenvolvimentista.

Mas, nos preocupa muito, porque esta é uma questão, a questão da VARIG, nos parece, ela, de certa forma, se politizou muito, e isso até é natural, porque a VARIG é importante para a Nação brasileira. (soa a campainha). E várias são as informações contraditórias.

Eu vou citar um dos itens que nos toca direto, porque na discussão feita na semana passada, dentro do Plenário do Senado Federal, quando foi chamada esta Audiência Pública conjunta entre quatro Comissões, houve manifestações, por exemplo, de alguns

Senadores que, com informações equivocadas que, tenho certeza, foram passadas a eles, levantaram que havia Comandantes da VARIG, Pilotos da VARIG, que ganhavam cinquenta mil reais. Esse seria um sonho para nós. Não há, eu posso lhes assegurar. Eu mesmo, com dezoito anos de empresa, o Comandante ELNIO BORGES, do outro lado, que representa aqui o Sindicato Nacional dos Aeronautas, com praticamente 30 anos de empresa, nós não ganhamos sequer metade disso. Essa informação está equivocada.

Nós temos certeza que há uma percepção geral na sociedade de que esta empresa é extremamente corporativista. Eu quero lhes informar, e temos dados para tanto, de que, com relação à massa de trabalhadores, com relação aos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer, isto não é uma realidade. Pode ser para uma casta, que tomou conta da Fundação Ruben Berta, desviou dos seus princípios e objetivos, da sua finalidade e foi uma causa raiz, como eu já disse aqui, com relação à gestão e ao modelo de governança corporativa, para o problema que hoje enfrentamos. Mas, não nos parece que o País deva se render e entregar este patrimônio nacional, fruto deste obstáculo que, graças a Deus, hoje já não mais está, porque, roubando as palavras do Diretor-Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, o Juiz da 8ª Vara afastou completamente a gestão ligada à Fundação Ruben Berta da responsabilidade de condução do plano de reestruturação e colocou à frente a empresa ALVAREZ & MARSAL, aqui representada pelo Dr. Marcelo Gomes, para conduzir o processo de recuperação da VARIG.

Com isso, nos parece, existe um contexto diferente que justifica, mais uma vez, porque reconhecemos muitas vezes o que os Governos aqui fizeram. (soa a campainha). Mais uma vez, o Governo se empenhar, participar desse processo de reestruturação. Para finalizar aqui, eu gostaria de dizer o seguinte, nós, em discussão junto com a empresa ALVAREZ & MARSAL, temos consciência do esforço que temos que fazer. Já estamos em negociação da adequação necessária de quadros de funcionários. Nós estamos discutindo, Senhores, nada menos do que 2.900 demissões de trabalhadores altamente especializados, muitos deles terão que buscar emprego fora do País, no Oriente e na Ásia, longe de seus familiares e de sua pátria, como forma de manter as suas famílias com alimento, com escola, para poderem gerar receita para as suas famílias. Estamos negociando também uma redução de 30% nos salários para os trabalhadores que aqui remanescem, como forma de colaboração e de conscientização do problema que aqui vivemos.

Então, não há que se falar em corporativismo da parte dos trabalhadores que fazem esta empresa

acontecer. Isso nós podemos asseverar e assegurar a todos os Senhores de que a defesa da empresa, que os Senhores certamente farão junto ao Governo Federal e junto à sociedade brasileira, será uma defesa responsável.

Eu gostaria só de salientar a questão da gestão novamente, porque este é um fato, sem sombra de dúvida, muito importante.

Nós entendemos, como disse o Dr. Milton, que temos que manter a VARIG viva. A VARIG exige hoje uma solução de curtíssimo prazo, para que possa aplicar o plano de recuperação aprovado no final de dezembro, o seu plano de recuperação. Não são as dívidas concursais, que hoje estrangulam esta empresa, elas foram repactuadas em três anos de carência e alongamento de quatro e sete anos, totalizando sete e dez anos, com IGPM mais 4,75.

O que estrangula essa empresa hoje é o seu fluxo de caixa, porque os credores também sabiam, porque lá estava eu representando os trabalhadores credores que a empresa passaria por um estresse financeiro no início deste ano, durante o primeiro semestre, que é naturalmente um semestre fraco em vendas para a aviação. O desempenho do segundo semestre é muito melhor. As empresas inclusive procuram jogar os seus custos, as suas despesas, para o segundo semestre. Nós já sabíamos de antemão que esse primeiro semestre exigiria mais esforço dos credores, dos fornecedores e dos trabalhadores da VARIG. Isso já tinha sido discutido. Mas nos parece que só surgirá...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, estourou já seu tempo, e eu queria que colaborasse, poderemos ter inclusive uma segunda rodada para a conclusão.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Nós acreditamos, e temos convicção, investidores só surgirão na medida em que o dever de casa desta empresa, e em cooperação com seus fornecedores e trabalhadores, seja feito.

Daí a participação do Governo ser fundamental, tanto na questão da BR quanto na questão da INFRAERO quanto agora na questão da Secretaria de Previdência Complementar, porque, com a liquidação, fechou uma oportunidade que os trabalhadores tinham vislumbrado de usarem os seus próprios recursos para viabilizar o curtíssimo prazo da empresa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Tenente Brigadeiro José Carlos Ferreira, Presidente da INFRAERO.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a. vai ter a oportunidade de responder.

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, Exm^{os}. Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Eu tentarei ser rápido e objetivo, no que concerne à relação VARIG-INFRAERO. Me parece importante que os Senhores tenham a exata noção de qual é o problema hoje em relação a INFRAERO.

No dia de ontem, a dívida da VARIG com a INFRAERO totalizava quinhentos e quinze milhões e cento e noventa e quatro mil reais.

A história dessa dívida não é de agora. Em dezembro de 2002 a dívida da VARIG já somava trezentos e vinte e cinco milhões, houve recuperação parcial, houve securitização dessa dívida em 2004. A coisa evoluiu e chegamos hoje a quinhentos e quinze milhões de dívida. Essa dívida cresce novecentos mil reais por dia, que é o quanto a VARIG deve pagar pelos serviços prestados pela INFRAERO.

É importante que os Senhores entendam, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a posição da INFRAERO como uma empresa estatal. Nós estamos sujeitos a controles extremamente rigorosos, do Conselho Fiscal da empresa, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União.

Desses quinhentos e quinze milhões, de fato, cento e trinta e três milhões é o que representa a dívida corrente. O restante está resguardado pelo processo de recuperação judicial. Os contratos comerciais da VARIG, que somam em torno de quatrocentos e quinze mil reais por mês, a VARIG tem pago em dia. As taxas de embarque, que precisam ser repassadas da empresa para a INFRAERO, têm sido repassadas em dia. O problema é constituído pelos novecentos mil reais das tarifas de pouso, decolagem e permanência.

Ao longo do tempo, é importante também que os Senhores tenham em mente que, em junho de 2005, toda a exigibilidade de pagamentos da VARIG foi suspensa, por força da recuperação judicial. Então, nós consideramos que essa dívida está *sub judice* e será resolvida no momento oportuno pelo processo de recuperação judicial.

Em agosto do ano passado, uma liminar judicial proibiu a cobrança de qualquer taxa por parte da INFRAERO para a VARIG. E assim foi feito. Nada foi cobrado da VARIG, até que esta liminar caiu, e imediatamente nós fizemos a cobrança à VARIG, conforme manda a lei. A partir daí, uma série de ações ocorreram, judiciais e não judiciais, e o que nos preocupa, no momento, a INFRAERO, é um acórdão do Tribunal de Contas da União, que não foi ainda publicado em Diário Oficial,

mas esse acórdão é bem taxativo, é muito claro, eu já tive acesso à minuta dele, ao que será enviado ao Diário Oficial, que determina que a INFRAERO cumpra a lei. E a lei é a cobrança das taxas diárias da VARIG. Isso para nós é extremamente preocupante.

Nós temos sentido, tanto no Tribunal, quanto no Ministério Público, quanto no Ministro da Defesa, uma enorme preocupação. Como disse o Zuanazzi, “às madrugadas, sonhando com a questão da VARIG”. A preocupação é grande, mas esta preocupação termina esbarrando nos limites da lei. Esses limites da lei, para nós, INFRAERO, está chegando na beira do precipício. Essa é a nossa preocupação, tudo que nós pudemos fazer para ajudar, a INFRAERO, nós fizemos. Alongamos dívida, tudo o que foi possível. Mas, estamos agora a poucos dias, talvez, depende do Tribunal de Contas, da publicação de um acórdão, e eu espero que... Isso aí independe da INFRAERO, como empresa pública, que essa questão seja encaminhada.

Senhores, era isso. E eu me coloco à disposição para qualquer assunto, qualquer pergunta que os Senhores tenham.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.S^a. pela precisão e síntese. É só uma informação. Quem é o Relator desse processo do Tribunal de Contas? Para informação da Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (inaudível) 2ª Região?

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Eu gostaria de registrar também que nós estamos aqui com o Diretor Financeiro, Procuradora Jurídica, Assessores da INFRAERO, para qualquer dúvida, qualquer esclarecimento mais profundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos ouvir agora o Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa ALVAREZ & MARSAL. O Senhor tem 10 minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senadores, Mesa, muito obrigado, inicialmente, pelo convite.

Eu acho que a ALVAREZ ela pode ajudar aqui hoje a homogeneizar um pouco o conhecimento em relação à VARIG, e, principalmente, falar um pouco sobre a cronologia da recuperação judicial no qual a VARIG está inserida. Acho que são as coisas mais importantes para que todos tenham uma idéia clara da situação atual e do que realmente está sendo pedido. Porque se fala muito em dinheiro público, que a VARIG está solicitando dinheiro do Governo, e não existe isso. Quer dizer, a solicitação não é essa, e eu acho

que valeria muito a gente explicar a situação atual de caixa da companhia e explicar a cronologia.

Dia 17 de junho de 2005 a VARIG entrou na Lei de Recuperação Judicial, e ela tinha seis meses para apresentar um plano de recuperação. Esse plano foi apresentado no dia 23 de dezembro e aprovado por 96% dos credores. No dia 23 de fevereiro foi aprovado o detalhamento desse plano por 98% dos credores.

Então, o que é que isso significa? Que todos os credores que tinham dívida com a VARIG aprovaram um plano de recuperação da companhia. Esse plano de recuperação exigia, pelo menos, quatro a cinco meses de operacionalização dos fundos de investimento, que eu vou explicar rapidamente. Nessa recuperação, nessa aprovação, participaram entidades como AERUS, BR, INFRAERO, os funcionários que eram credores também... Quer dizer, todas essas empresas credoras participaram e aprovaram esse plano.

Só que a VARIG tinha um problema que poucos verificaram, poucos prestaram atenção, que era a sazonalidade da operação de aviação no primeiro semestre do ano. Que é uma sazonalidade negativa que provoca um descasamento de caixa. A VARIG precisaria, do mês de março até pó mês de maio, aproximadamente cento e cinquenta milhões de dólares, para continuar a operação dela.

Eu vou voltar um pouquinho, porque a Lei de Recuperação é uma lei muito nova, e ela ainda não foi testada. Eu posso falar bastante sobre a lei americana, que é onde nós atuamos há muito mais tempo, mas, normalmente, quando você entra numa Lei de Recuperação para recuperar a companhia, você faz um ato preventivo. O que é que é esse ato preventivo? Você forma caixa, você deixa de pagar alguns credores, forma caixa dentro da sua companhia, para que você sobreviva durante o prazo de recuperação. Porque, normalmente, os credores tiram os seus prazos de capital de giro durante a operação de recuperação. Isso é uma coisa normal.

Então, como eles tiram esse giro seu, você tem que ter capital no seu caixa para te sustentar durante esse período. Isso não aconteceu com a VARIG. A VARIG entrou na Lei de Recuperação sem caixa, sem ter dinheiro para conseguir honrar os seus compromissos correntes. E isso pioraria muito, no mês de março, abril e maio, que é a época que estamos agora.

Porém, todos os credores que aprovaram o plano em 23 de fevereiro sabiam dos números da VARIG, e sabiam que essa situação iria acontecer.

Nós fomos convocados pela Direção da companhia e a convite de dois credores para estruturar um plano de recuperação emergencial da companhia, dentro do plano de recuperação judicial. Por quê? Porque

a companhia não iria sobreviver até a finalização do plano de recuperação judicial, que era a criação dos fundos de investimento, a definição do gestor desses fundos, a subscrição do capital da Fundação Ruben Berta nesses fundos, a avaliação das ações da Fundação Ruben Berta, isso demoraria três a quatro meses, e a companhia não iria viver durante esse período. Então, eles nos convocaram para que a gente fizesse um plano de recuperação emergencial.

E o que é que foi feito? Foi feito um plano ortodoxo, um plano claro, que foi a convocação dos credores correntes da companhia. E quem são os credores correntes mais importantes? Os Leasors, são as empresas que fazem *leasing* de aeronave, o meu Fundo, que é o AERUS, a BR Distribuidora, a INFRAERO, e os funcionários. E nós convocamos esses cinco grupos, para que eles, como a gente brincou no começo, “cortassem a mão juntos”, para que mantivessem a VARIG viva durante esse processo de recuperação, que a VARIG estava honrando. É importante citar que a VARIG honrou todo o processo de recuperação judicial até o momento. Quer dizer, tudo que foi combinado com os credores anteriormente foi executado.

Hoje, que qual é a situação atual? Foi proposta para esses cinco grupos, a ALVAREZ & MARSAL fez uma proposta formal para que eles dessem apoio durante esses três meses, três a cinco meses de problema de giro da companhia, até a viabilização dos fundos de investimento.

Então, não foi pedido dinheiro público. Foi pedido apoio dos credores correntes da companhia para sustentabilidade do capital de giro da empresa durante um período curto. É isso que foi solicitado.

E foi solicitado o quê? Foi solicitado de uma BR Distribuidora dois meses de prazo de fornecimento. A BR está presente e ela tem todos os dados do fornecimento da BR com a VARIG e nós já chegamos a ter um dia na história, a VARIG teve 75 dias de prazo de fornecimento com a BR e, antes da recuperação judicial, tínhamos 60 dias e chegamos a ter 10 dias em dezembro, quando a BR cortou esse prazo de fornecimento da VARIG. Hoje, nós pagamos em dia, a VARIG. Pagamos até, vamos dizer, antecipado, baseado no fluxo projetado de utilização das nossas aeronaves.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pagar em dia quer dizer antecipadamente?

SR. MARCELO GOMES – É. Porque eu projeto quanto eu vou utilizar hoje, para receber amanhã. Eu posso estar até, em alguns casos, pagando a mais, se eu estiver voando menos. Desculpa, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Em dia, é antecipado?

SR. MARCELO GOMES – É antecipado. E eu posso até estar pagando a mais, se eu estiver voando menos. Isso pode acontecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Amigona a PETROBRAS, não é?

SR. MARCELO GOMES – Como eu disse anteriormente, é comum quando você entra dentro de um processo de recuperação, os credores não darem prazo de fornecimento mais. Mas, o que foi solicitado é que esses credores dessem um prazo de fornecimento para a companhia, porque a companhia ela é sustentável, ela é viável economicamente. Ela precisa de uma recuperação? Precisa sim. Precisa readaptar a estrutura de funcionários? Precisa sim. E os funcionários estão comprometidos para isso. Precisa reestruturar, e hoje eu tenho 74 aeronaves, tendo 24 aeronaves paradas, que eu pago o *leasing* delas. Elas não voam e eu estou pagando por elas.

Então, se eu reestruturo essa companhia, ela se transforma numa companhia viável rapidamente. E não foi solicitado dinheiro, investimento do Governo, ou investimento de nenhuma parte para isso.

O que se esperava é que, desde o dia 23 de fevereiro até o momento, aparecesse algum investidor interessado em colocar dinheiro na companhia. O problema é que para se colocar dinheiro na companhia, os fundos de investimentos teriam que ser criados, e eles não foram criados, porque não teve tempo para isso ainda. O gestor foi definido agora, está se criando o fundo, a Fundação Ruben Berta está colocando as ações dela dentro desse fundo, mas isso toma um tempo, e esse tempo tem que ter a complacência dos credores para isso.

Então, alguns credores, sim, têm apoiado a companhia. Nós continuamos a voar. (soa a campainha). As empresas de *leasing* não tiraram aeronave da VARIG até o momento. A gente ainda continua a voar. Mas, a gente não conseguiu prazo de nenhum dia com a BR, nós não conseguimos ainda, claro, uma situação do Fundo AERUS, porque houve uma intervenção da SPC no Fundo AERUS, no qual nós já havíamos negociado um prazo de carência com eles, estamos tendo todo o apoio da INFRAERO para isso, estamos tendo todo o apoio da ANAC, e nós estamos trabalhando para uma solução de mercado para a companhia. Não uma solução de dinheiro público, e sim, uma solução de mercado. Quer dizer, a contribuição que a gente tem a dar, e nós estamos abertos à discutir com vocês, no momento que quiserem, é da viabilidade econômica da companhia hoje, reestruturada. Essa companhia ela precisa ser reestruturada? Realmente, precisa. E ela é viável? Realmente, é.

Eu não vou falar da importância nacional da companhia, porque todos vocês conhecem muito mais do que eu. Quer dizer, a importância que a VARIG tem para o Brasil.

O que me interessa aqui é deixar bem claro para vocês que isso é um processo de mercado, que está sendo executado corretamente, dentro dos padrões, e que, infelizmente, temos uma sazonalidade que provoca uma necessidade de caixa adicional. E está sendo solicitado para esses credores nos apoiarem durante esse período. Basicamente é isso a contribuição que a gente tem a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.S^a. e concede a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora. Nós temos já aprovado aqui a convocação, o convite do Presidente do BNDES, que não pode vir hoje, remarcando. E eu queria sugerir para aprovação conjunta das Comissões, o convite ao Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara. Concordam? Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Seriam os dois? O do BNDES e ele juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim, na mesma. Se faria, mais ou menos, o que está se fazendo aqui. O Dr. Paulo Rabelo de Castro, que participa de um plano de recuperação, e vem acompanhando já há algum tempo, o Sr. Adacir Reis, que é o Secretário de Previdência Complementar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Na próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entendi, Pedro. Sim, na próxima quinta-feira. Faria na quinta-feira. O Procurador da República, Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Curador de fundações.

Então, nós colocaremos na quinta-feira esses convidados aqui participando dessa audiência com todas as Comissões. Quinta próxima.

A Ministra virá juntamente com o Ministro da Defesa. Os dois juntos. Com outra, talvez para terça-feira. Consultar apenas a agenda do Ministro e da Ministra. A Ministra já está aprovada. Então eu queria saber também se teríamos a aprovação do Ministro Valdir Pires? Viriam os dois. Aprovado. Vou formalizar apenas aqui. Então, estas convocações estão aprovadas.

Com a palavra V.S^a.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador. No microfone.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O ex-Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa. Tenho um pedido para ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas nessa audiência, ou numa outra?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Numa outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Numa outra, posterior.

Então, se concordam com a aprovação da convocação do Dr. Carlos Lessa para um depoimento posterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Exm^o. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente, eu gostaria de me escusar pelo fato de o Presidente Rodolfo Landim não estar aqui presente, em razão dos fatos que já foram veiculados na imprensa, ele está demissionário da PETROBRAS, da Presidência da BR, e a Diretoria da BR me incumbiu de aqui vir, junto com mais três representantes do nosso corpo gerencial, prestar os esclarecimentos que estas Comissões julgarem pertinentes.

Gostaria de me apresentar, meu nome é Pedro Caldas Pereira, eu sou o Gerente de Aviação da companhia, sou funcionário de carreira do sistema PETROBRÁS há 34 anos, já passei por diversas áreas da empresa, área industrial e outras áreas comerciais e, no momento, eu estou ocupando a Gerência de Produtos de Aviação, que é o órgão que se relaciona comercialmente com o segmento de Aviação, de Transporte Aéreo.

Junto comigo, estão aqui a Dr^a. Marta Sobral, que é a nossa Gerente de Contencioso, o Pedro Sampaio, que é o Gerente de Operações Financeiras da companhia e o José Eduardo Barrocas, que é o Gerente de Relações Governamentais. Essas pessoas elas têm acompanhado *pari passu* todo o processo de recuperação judicial, de todas as reuniões, de todas assembléias, e estarão aptas a prestar qualquer esclarecimento que, porventura, a apresentação que eu vou fazer não traga os esclarecimentos devidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Pedro, só um minuto. Baseado no que ele acabou de dizer agora, é até um ato falho, nós criamos uma Comissão para acompanhar essa crise da VARIG, capitaneada pelos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Zambiasi. E essa Comissão pode a qualquer momento necessitar de informações. O que eu queria sugerir, o Presidente da INFRAERO já apresentou a sua equipe, V.S^a. está apresentando,

e que todos fizessem a mesma coisa e houvesse um entrosamento aqui com a Assessoria Técnica, dando telefone e endereço para o caso de uma necessidade de informação.

Eu acho que quanto mais ágil, mais rápido, a gente puder trabalhar nessa questão, é melhor para o País. De forma que eu queria também que isso fosse aprovado e colocar... A maior dificuldade que nós temos aqui de acesso é com a ANAC, por causa do Deputado Leur Lomanto, que tem horror a esta Casa. Fora isso, o acesso aberto, direto, com todos, não tem nenhuma dificuldade. Então, eu gostaria que ficasse aprovado isso. Muito obrigado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu gostaria de esclarecer que a Companhia PETROBRAS Distribuidora se coloca inteiramente à disposição, não só através dos técnicos que estão aqui presentes, como de todo o seu corpo técnico, para qualquer questão que diga respeito ao processo de recuperação da VARIG.

A PETROBRAS Distribuidora é a subsidiária integral da PETROBRAS, do qual 68% desse capital é privado. De origem privada. Embora pertencente à Administração Pública Federal indireta, ela exerce atividade econômica, nos termos da Constituição.

A VARIG possui outros fornecedores, que disputam esse mercado com a BR. E a BR é uma companhia prestadora de serviço de distribuição de combustíveis, que é remunerada através de uma margem, que é um percentual diminuto, bastante pequeno, em relação ao preço do produto de uma maneira geral.

O nosso relacionamento com a VARIG vem desde 73. O último contrato, como já foi colocado, ele se encerrou em dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2005, a VARIG vem comprando, segundo a média do primeiro trimestre deste ano, cerca de 56 mil metros cúbicos de querosene de aviação, um faturamento médio mensal em torno de oitenta e um milhões.

E, como já foi dito também, a forma de pagamento dela é a vista, ou antecipado, como foi colocado. E o porquê disso? A VARIG, desde 2001, quando ela apresentou um primeiro processo de dificuldade financeira, a PETROBRAS Distribuidora financiou a dívida dela que, naquela época representava cerca de duzentos e quarenta milhões, se não me falha a memória, e o valor que remanesceu desse processo de financiamento, que são os cinquenta e sete milhões, que são aqueles que hoje estão cobertos pelo processo de recuperação judicial.

Do ponto de vista das operações correntes, a VARIG não tem nenhum tipo de dívida conosco.

E a questão do prazo é que todo o fornecimento de prazo que era concedido à VARIG, eram prazos pequenos, não se falava nunca em prazos da ordem de

grandeza que está sendo solicitado agora, eram prazos de dez dias, esses prazos eram concedidos, mas estavam lastreados em garantias, garantias de recebíveis de cartões de crédito de vendas de passagem.

Com o término do contrato e com a necessidade da VARIG de negociar esses recebíveis para fazer caixa para outras necessidades financeiras que ela tinha, a BR abriu mão dessas garantias e, por conseguinte, teve que recorrer ao fornecimento a vista. Isso com base numa decisão do próprio Conselho de Administração da companhia. Portanto, uma decisão que transcende à competência individual de um Gerente, ou do próprio Presidente, ou de um Diretor, na medida em que o caso VARIG dentro do sistema PETROBRAS hoje é acompanhado pelo Conselho de Administração da empresa.

Com relação ao plano de recuperação judicial, esse plano prevê três formas de pagamento, o plano que está aprovado no momento. Que é a quitação no prazo de sete anos, como foi colocado, com IGPM mais 4,75% ao ano, a conversão do crédito em cotas do fundo de investimentos e participações, do FIP-Controle ou a conversão de créditos em títulos mobiliários, que seriam negociados no mercado, tipo cédulas de crédito bancário, certificados de depósitos, enfim, certificados que seriam lastreados por esses créditos e seriam, então, negociados no mercado.

A BR, dentro do processo de recuperação judicial, optou por receber a dívida mediante o financiamento, exatamente em razão dos riscos que a companhia vinha sofrendo e do grau de exposição que isso poderia acarretar para os administradores e para a própria empresa, do ponto de vista financeiro, no caso de um eventual insucesso do prosseguimento do plano de recuperação judicial, conforme previsto, conforme aprovado originalmente. O que, de fato, vem ocorrendo. Na verdade, como já foi colocado pelo Dr. Marcelo Gomes, os fundos ainda não foram lançados, então essa opção, no momento, ela inexistente, à medida que essa parte do plano não foi possível de ser concretizada. E a VARIG vem honrando o pagamento desse financiamento, dentro do processo de recuperação judicial, da forma como previsto nesse plano.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, só para uma informação rápida, aproveitando que já ele está falando, para saber aquela questão que foi colocada com referência ao aumento do combustível, que foi informado pelo Dr. Marsillac, que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis. Se ele já pudesse esclarecer essa questão para o Plenário, seria importante.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu vou seguir aqui a seqüência e, em seguida, eu falo sobre a questão do preço.

Do ponto de vista da Consultoria, ALVAREZ & MARSAL, esses diagnósticos indicam que a VARIG não teria fluxo de caixa suficiente para as despesas correntes, que ela está com problema de crédito junto a fornecedores, não se dispunha de novas fontes de recursos, estaria com uma estrutura operacional super dimensionada para suas operações, a questão do processo de recuperação judicial, que ainda está na fase de implementação, ainda inconclusa, dificulta a entrada de novos entrantes, de novos investidores, e isso gera uma incapacidade de cumprimento do plano, no que diz respeito a outras questões que dizem respeito ao plano, como a questão do lançamento dos fundos etc., que pudesse ser colocada em leilão e atrair investidores.

Diante desse diagnóstico, a Consultoria recomendou para os credores estatais, BR inclusive, INFRAERO e AERUS, a dilatação dos prazos de pagamento.

No caso específico da BR, nos foi solicitada uma dilatação de prazo para 60 dias, e eu gostaria de mostrar o impacto que isso pode provocar na questão financeira da companhia. A BR é uma empresa que teve em 2005 um lucro de 650 milhões, de lucro líquido, esse prazo de 60 dias representa 24,4% desse lucro. Ou seja, representa 160 milhões. Quer dizer, é um grau de exposição ao risco extremamente elevado para que a companhia possa aceitar isso sem que esteja lastreado em algum tipo de garantia. A gente entende que esse esforço dos credores é necessário para poder fazer com que a companhia possa superar essa fase, nesse momento de baixa estação, que são esses meses até meados do ano, mas, por outro lado também, os administradores da companhia, eles são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União, e a eventual exposição a esse risco financeiro, no caso de um determinado insucesso, isso pode levar os administradores a responder por gestão temerária, coisas desse tipo, perante os órgãos controladores.

Então, a PETROBRAS Distribuidora não se furta a analisar e a contribuir para esse processo. Apenas, o que a companhia está solicitando é que se encontre nessa discussão que está tendo, e para nós isso é importantíssimo porque a VARIG é o nosso principal cliente do segmento aviação aérea, é o nosso maior cliente na aviação aérea, ainda é o nosso maior cliente de companhias aéreas no País, é um cliente com quem nós temos relacionamento extremamente cordato e fraterno, de longa data. Nós sempre participamos, em socorro, nas fases anteriores em que ela teve dificuldade de operação, mas o tamanho do risco financeiro,

o tamanho do sacrifício que nos está sendo colocado, a direção da empresa vem entendendo que, a menos que haja uma garantia que possa lastrear esses prazos, fica extremamente complicado de ser atendido.

A BR vem participando ativamente dos trabalhos, do processo de recuperação judicial, votando e discutindo e acrescentando e, enfim, participou de todas as assembleias. Depois que ela entrou em recuperação judicial, nós já flexibilizamos prazos de pagamento por diversas vezes. Toda vez que tem um feriado grande, Carnaval, Páscoa. Tiradentes, semana que vem, que é um feriado grande, a gente procura flexibilizar, a gente concede prazos, um, dois, três dias, para poder evitar que haja uma sangria de recursos muito intensa nas vésperas desses feriados. Então, a gente entende que o sacrifício que a gente pode fazer nós estamos fazendo. E a gente torce para que seja encontrada uma solução que seja de conforto, não só para a VARIG, mas que seja também de conforto para os credores, em face do risco financeiro que essa concessão de prazo, que é o que está sendo solicitado a nós, possa representar.

Do ponto de vista do mercado, o mercado de aviação aérea, por ser um mercado em que o capital empregado na aquisição de produtos é muito alto, ele é um mercado que trabalha essencialmente com pagamento a vista, isso não é exceção. Ou, quando há concessão de prazo, essa concessão era de prazos extremamente reduzidos. Eu acho que o maior prazo que nós temos hoje é para companhias comerciais, tirando (soa a campainha) órgãos de Governo, é da ordem de sete dias.

Então, eram essas as considerações que a gente gostaria de fazer.

Sim, respondendo a questão que o Senhor colocou. O querosene de aviação, como a nafta, como o óleo combustível, como todos os derivados de petróleo, à exceção da gasolina e do diesel, eles têm seus preços fixados pela PETROBRAS, segundo uma regra que é determinada pela agência, que é paritária com os preços do mercado internacional. Essa aí não é uma decisão da empresa, da BR, que é uma distribuidora, porque ela não produz o querosene, e uma decisão que também não é da PETROBRAS, que é quem nos vende o combustível para ser distribuído, e isso é uma política de Governo em termos de prática de preços.

Então, essa flutuação, essa volatilidade que existe no preço do querosene de aviação, existe em outros derivados de petróleo, que não a gasolina e o diesel, que é em função da variação cambial e em função dos preços praticados para esses derivados no mercado internacional. É isso o que explica a flutuação desses

preços. Mas insisto, isso aí não somos nós, a PETROBRAS Distribuidora, que fixa o preço. A PETROBRAS é que fixa o preço que nos vende a nós e aos demais distribuidores, com base numa regra que é definida pelo órgão regulador, e que leva em conta, no caso específico do querosene, assim como outros derivados do petróleo, a variação e a flutuação dos preços desses derivados no mercado internacional.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas por que é que lá aumentaram três vezes mais?

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Porque o petróleo e o querosene de aviação, no mercado internacional, sofreram esse aumento. Quer dizer, a combinação da variação dos preços da commodity, no caso, do que houver, e da variação cambial, fez com que essa variação se desse, 3,6. É uma regra de contrato, quer dizer, as distribuidoras têm um contrato com a PETROBRAS, que tem com as outras distribuidoras também, e a regra de preços que a PETROBRAS pratica ela é regulada pela agência.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Quer dizer que confere essa informação de que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis? Porque o ideal seria que trouxesse os números para que a Comissão pudesse avaliar bem.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Esses números podem ser disponibilizados, sem problema nenhum. Como isso é uma série histórica, eu não tenho essa série histórica aqui disponível no momento, mas nada que não possa ser informado, por isso aí é público, não tem...

Agora, insisto, a gasolina, diesel e GLP não têm acompanhado essa regra, por uma política de preços do Governo. Agora, os demais derivados de petróleo, tirando gasolina diesel e GLP, eles têm seus preços flutuando de acordo com o mercado internacional. É um reflexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nos chega aqui um documento com um demonstrativo exatamente sobre os aumentos. Eu passaria, farei chegar às mãos de V.Ex^a. A fonte, é do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Leia para nós, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um documento longo. Por isso é que eu estou mandando copiar. Traz várias explicações.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Sr. Presidente, só um último esclarecimento. A questão do preço do combustível não é o fator determinante na discussão desse processo que nós estamos tendo aqui. É um fator acessório, sem dúvida que é, mas nós estamos falando aqui de questões estruturais, financeiras, da

companhia, que transcendem a questão do preço em si. É a questão de fluxo de caixa, como foi colocado, é a questão desse vale aí de demanda por passagem, que cria uma dificuldade adicional para as companhias, mas eu acho que seria precipitação a gente discutir a questão do preço do combustível como sendo o fator que é condicionante para essa problemática toda que nós estamos discutindo. Acho que está longe disso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero registrar aqui, em nome de todas as Comissões a presença de funcionários da VARIG, que se encontram assistindo essa Audiência Pública, acho que é positivo essa participação e a Casa acolhe como uma forma de estimular a sobrevivência da empresa. Eu faço esse registro aqui na pessoa da Das Dores, que é uma funcionária da VARIG aqui na Casa há muitos anos e que tem nos procurado e tem nos cobrado muito solução para essa questão. Com a palavra, o Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

SR. ELNIO BORGES – Sr. Presidente, Srs. membros das Comissões, Srs. Parlamentares, presentes, bom dia.

Eu pretendo abordar, com muita objetividade, alguns pontos, todos interligados e me colocarei, posteriormente, à disposição para explorá-los.

Primeiro, é que eu estou aqui como Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas por determinação da Assembléia dos Trabalhadores que afastou a Diretoria Executiva do Sindicato, como porta-voz dos trabalhadores a respeito deste assunto. Por quê? Porque esses dirigentes, especialmente os que se declaram dirigentes cotistas, vêm defendendo uma proposta impossível para a solução da VARIG e, na verdade, isso só se dá para possibilitar a recusa da solução para essa companhia, especialmente daqueles que repetem quase como um mantra que dinheiro público não será entregue à VARIG. Quando, de fato, a VARIG não precisa e não pede dinheiro público. Isso, na verdade, se conserta com a série de interesses que querem ver essa empresa ou falida, ou entregue à concorrência, ou a interesses especulativos de investidores.

O segundo ponto é para apontar o que consideramos uma incoerência que leva essa situação toda à baila.

Em dezembro, foi aprovado por todos os credores, inclusive os de origem governamental, um plano de recuperação para VARIG. E em janeiro, sobre a alegação principal de que o risco VARIG havia aumentado, a PETROBRAS parou de dar os créditos que nós tínhamos e sacou, só em janeiro, trinta milhões

de dólares do fluxo de caixa da empresa. Nos parece incoerente. Quando o plano foi aprovado só pode ter melhorado o risco VARIG.

O terceiro ponto passa um pouco agora pelo que foi dito aqui da questão do custo do trabalhador da VARIG, folha de pagamento etc. Aliás, coloco à disposição da Mesa, por acaso recebi o meu último contracheque ontem e vou disponibilizar para Mesa, dez mil reais, no mês passado. Esses dados também podem ser abertos. Fato concreto, os pilotos da VARIG, considerando-se o faturamento da empresa e sua folha de pagamento...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E dez mil é a média, é alto ou é baixo? Quanto se tem que ganhar? Porque foi feito aqui na última reunião que nós fizemos com um ilustre Senador, Líder de Bancada, disse que tem os que ganhavam 50 mil.

SR. ELNIO BORGES – Eu gostaria de abrir mão de 50%, aliás, como os trabalhadores estão abrindo mão de 50% dos seus pagamentos, nós vamos reduzir a folha de pagamento em 50%, vamos recuperar essa companhia, e ainda ganharia bem mais do que eu ganho, na média. A média de um Comandante como eu, Comandante 777, sou um dos mais antigos na empresa, voando normalmente, não leva para casa quinze mil reais por mês. De qualquer maneira, os números estarão disponíveis para a Mesa.

O fato mais importante, todavia, quanto a isso, é que comparado às demais empresas brasileiras, os Pilotos da VARIG, olhando-se o faturamento da empresa e o seu custo com folha de pagamento, levam para os cofres da empresa de 7% a 9% mais dinheiro do que os Pilotos da TAM e da GOL. É esta situação, na verdade, que demonstra a posição dos trabalhadores, estamos dispostos a todos os sacrifícios para capitalizar a empresa, como a ALVAREZ & MARSAL aqui colocou, investindo.

O quarto ponto diz respeito à questão AERUS e à Secretaria de Previdência Complementar, dirigida pelo Dr. Adacir Reis.

Os trabalhadores da aviação consideram criminosa a liquidação que está-se procurando impor na SPC. Ela só tem um fito. Quando os trabalhadores da VARIG finalmente tomaram as medidas necessárias para que os trabalhadores ativos sacassem um quarto das reservas existentes, do dinheiro existente, de modo a investir na companhia, a liquidação é feita para fechar os cofres da empresa. Essa é parte do nosso plano para resolver. Plano, aliás, que é o que está aprovado. Aqui se falou da aprovação do plano, o plano foi aprovado em dezembro, estamos há quatro meses, basta implementar, não precisa esperar ainda o fundo de investimento. É implementar o plano. O plano está

aprovado, a parte operacional da empresa pode ser leiloadada, os trabalhadores têm proposta, apesar de que existem interesses, inclusive estrangeiros, tentando comprar a companhia a preço de “Bacia das Almas”. Nesses quatro meses os trabalhadores estiveram cem dias dentro da empresa tentando reduzir sua folha de pagamento, cem dias tentando reduzir, sem sucesso. Tentamos trabalhar cem dias.

Enquanto isso, cientificamente, foi vendido recebível para os primeiros quatro ou cinco meses, levando a empresa hoje a não ter dinheiro. Mês passado, faturamos acima de duzentos milhões de dólares. O custo operacional, consideradas as despesas fundamentais, cem milhões de dólares, e não tem dinheiro hoje para pagar o combustível de amanhã. Temos que faturar hoje o combustível de amanhã.

Basicamente, é preciso apontar que a questão de que o Governo tem ajudado a VARIG e, para isso, a gente precisa olhar o balanço. Eu, com todo o respeito às pessoas de boa-fé dentro do Governo, o fato é que, olhando o balanço da VARIG, nós vamos verificar que o Governo deve à VARIG. De sorte que não é o Governo que está financiando a VARIG. Quem financia a VARIG há algum tempo, pode-se olhar o balanço, é o trabalhador da VARIG. E financia com mais de três bilhões de reais. O trabalhador da VARIG não tem apenas o dinheiro dos seus salários atrasados, 13º etc. Tem também o Fundo de Pensão, que não é um ente separado. O AERUS, dirigido pelos próprios administradores da VARIG, criou este rombo. Este dinheiro é dos trabalhadores, e os trabalhadores estão dispostos a com ele investir na companhia. O plano existe, está pronto, está aprovado pela Justiça, o inexplicável é que ele não seja aplicado imediatamente.

Eu finalizo essa intervenção preliminar trazendo um dado, que este sim eu considero fundamental para a sociedade brasileira. Eu desconheço, estou há 26 anos na aviação, tenho trabalhado com segurança de voo muito dessa parte, sou Dirigente Sindical e sou Ativista Sindical desde 1982, eu desconheço história de empresa de aviação que, perto da falência, com a situação crítica econômico-financeira que tem a VARIG, tenha um terço da sua frota no chão porque a cultura de segurança de voo da empresa não admite a menor flexibilidade colocando aeronaves que não tenham total segurança em voo. 30% da nossa frota está parada porque nós não trocaremos a sobrevivência dos nossos empregos pela segurança dos nossos passageiros. É este valor que o Brasil está prestes a perder. Isto é que deveria ser considerado. Eu agradeço a atenção. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos iniciar agora a fase do deba-

te e, para que haja rodízio da Direção dos trabalhos, eu vou passar a Presidência para o Senador Antônio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado, Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Infra-Estrutura. Nós ordenaremos o trabalho do debate ouvindo, em primeiro lugar, os Senadores que participaram da assinatura do requerimento de convocação conjunta das Comissões. Sendo assim, Senadores como Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Gerson Camata, Paulo Paim, Roberto Saturnino serão chamados, pela ordem, nesta ordem que eu me referi. Eu sou também um dos signatários, o primeiro signatário na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu deixarei a minha participação a posteriori.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. É só uma pergunta, porque apresentaram uma lista de inscrição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A lista de inscrição será obedecida religiosamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como a CAE foi aprovada depois de iniciada a Comissão aqui, nós interrompemos a discussão lá para poder participar dessa importante reunião. Então eu não sei se isto vai convalidar a presença dos membros da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os membros da CAE terão possibilidade de participar do debate. Afinal de contas, todas essas Comissões, as quatro Comissões, estão participando desta reunião conjunta.

Como eu anunciei, pela ordem dos signatários do requerimento, nós vamos dar a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que o Senador Pedro Simon deve ter precedência. Então, eu agradeço se ele puder... Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra, então, o nobre Senador Pedro Simon, que se referiu a este assunto com muito destaque, não só no Plenário do Senado, como também defendendo uma reunião conjunta das Comissões no sentido de proporcionar à VARIG uma recuperação completa de suas atividades, com o apoio da justiça, com o apoio do Senado Federal. Com a palavra V.Ex^a, Senador Pedro Simon, um grande lutador em favor da VARIG.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu agradeço a gentileza de V.Ex^a. e a gentileza do Sena-

dor Suplicy. E quero dizer, Sr. Presidente, que eu acho que nós estamos enveredando por um caminho que nos levará a algum resultado. Eu acharia muito importante que V.Ex^a., ao final da reunião, fizesse chegar a todos os Parlamentares a cópia dos depoimentos que foram prestados aqui, para nós juntarmos. Acho, por exemplo, muito importante que a cópia desses depoimentos possam chegar à Ministra Dilma e ao Ministro Valdir, se é que eles virão aqui na terça-feira.

Eu digo o seguinte: Fica muito claro aqui que a situação da VARIG tem solução. Fica muito claro aqui também que, com o maior respeito, a gente não vê, por parte da representação do Governo, uma atitude que não seja de frieza com relação à VARIG. É uma empresa, atravessa dificuldades, e estamos dando a atenção que devemos. Agora, uma preocupação a mais, um *plus* a mais, a gente não consegue sentir.

Eu vejo que houve muitos equívocos para nós chegarmos até aqui. Quando apareceu o problema, o Governo interveio e nos procurou. E tese era a fusão da VARIG com a empresa TAM. Fusão essa que, na verdade, significava a incorporação. A VARIG, se não me engano, ficava com 5% da TAM. Um negócio que não tinha chance de a gente aceitar. Era uma proposta tão incompreensível na sua lógica que não dava para aceitar. Aí veio uma boataria que não dá para se chegar aqui, mas ela andou pelo ar, de que há uma coincidência nos prazos do PT e da criação da TAM. E que, lá no início, quando ambos estavam iniciando, houve, e é natural, não vejo nada demais, uma simpatia, os Parlamentares do PT normalmente tiravam suas passagens na TAM e a TAM dava a gentileza a um partido que estava começando.

Mas que o Chefe da Casa Civil, esse, e que estou vendo agora, que é ex-Chefe da Casa Civil, mas parece que é o coordenador político da campanha, está nos jornais de hoje com a maior tranquilidade. Eu até não entendo como um cidadão pode estar sendo processado no Supremo ser coordenador político de uma campanha.

Mas disse ele, quando nos procurou, com toda clareza, era um assunto para ser resolvido naquele mês. Estava resolvido, estava equacionado e não se falava mais. Aquela boa vontade, aquela rapidez que existia no sentido de resolver o problema se transformou numa morosidade que nada dava certo, no momento em que não foi aceita a proposta da fusão. E aí vem uma série de questões.

Eu não vou deixar de reconhecer que entre essas questões, está aqui o que o Dr. Brizola dizia que era uma maravilha, a Fundação Ruben Berta, que era um exemplo a ser seguido pelo Brasil, porque era uma fórmula diferente de um capitalismo onde os tra-

balhadores participavam da organização do capital e, na verdade, se nós analisarmos com calma, e se foi um processo que deu certo durante muito tempo, a VARIG se transformou numa das melhores e mais competentes empresas de aviação do mundo durante um monte de tempo. Mas está provado também que, quando a coisa vai muito mal, complica. Porque aí a fundação passa a ser uma competição, uma briga interna, os Pilotos estão aqui, as Aeromoças estão lá, o serviço de terra está ali adiante, e aí a coisa realmente complicou. E parece realmente, a Ruben Berta complicou a situação.

Mas, no meio dessa discussão, não se sentiu, por parte do Governo o interesse de equacionar a questão no sentido de “vamos equacionar”. E aí me perdoe, Presidente, mas eu acho que o Senado e a Câmara também. Fizemos 500 audiências, falamos com mil Ministros, fizemos mil reuniões, conversamos mil vezes, mas nunca se deu seqüência, nunca se deu continuidade, nunca se teve um plano “nós vamos entrar num esquema para ajudar”, e nós estamos nisso aí.

Acho que, dessa vez, a tentativa é essa, quando se reúnem as quatro Comissões. E quando se faz esse esforço é no sentido de que vamos tentar equacionar uma solução. Eu não sei, e Deus me perdoe, mas, de quinta-feira para cá, a gente vê uma mudança de linguagem do Governo. O Governo que, no Rio Grande do Sul, tanto o Presidente Lula quanto a Ministra foram duros, quando indagados com relação à VARIG, o Presidente, quando perguntado por um Deputado Federal, ele foi até um pouco ríspido, e disse: “Então encontre alguém que queira resolver”. E a Ministra disse que ajuda, mas não bota um tostão nesse “saco sem fundo” que é a VARIG.

Mas, já agora, desde sábado, que tanto a Ministra quanto o Governo vêm falando com simpatia que está na hora de resolver a questão. Eu acho que está na hora de resolver a questão.

Pelo que eu senti aqui, em primeiro lugar é a pessoa do Juiz. Que, com a maior tranquilidade, conhecedor da matéria, e ele vai ser ouvido por nós, ele diz que se nega a decretar a falência da empresa, e que não tem nada na empresa que prevê para agora, nem para um futuro ali adiante, a falência. Pelo contrário, que a empresa reúne todas as condições de ser levada adiante. E esse é um depoimento de alguém que não que não é nem Executivo, nem Legislativo, nem agente comercial. É um Juiz, que todo o processo está passando por ele, e ele dá com a imparcialidade e a responsabilidade que deu.

Segundo a gente vê, e já tem chegado aqui, que os representantes dos trabalhadores dizem: 1) Que estão dispostos a demitir mil e quinhentos; 2) Estão

dispostos a abrir mão do seu salário; 3) Que estão dispostos a abrir mão de seu Fundo de Pensão. Como forma de contribuição para se encontrar uma saída. Isso é algo que me parece altamente positivo e altamente concreto.

A INFRAERO. Eu vejo na análise da INFRAERO (soa a campainha) uma praticamente de indiferença.

A PETROBRAS, quero felicitar V.Ex^a., afinal V.Ex^a. representa a PETROBRAS aqui, temos auto-suficiência. V.Ex^a. merece o nosso respeito. Tem trinta e tantos anos de PETROBRAS. Meus cumprimentos. E eu acho que é por essa rigidez de cobrar antecipado que a PETROBRAS está chegando lá. Mas essa questão de cobrar antecipado e essa questão que nós estamos vendo documentos que foi distribuído aqui onde o combustível representa 20% do valor, e nos Estados Unidos é 7,5%, na Europa é 16,5% e no Brasil é 35%. É uma análise a ser feita. É uma explicação a ser dada no sentido da situação que nós estamos vivendo. Acho que é realmente muito importante. O Sr. MARSAL, que é a empresa que foi encarregada de fazer o trabalho, disse que o trabalho é viável, que a saída é normal. Ou eu não me engano, ou V.Ex^a. disse que não precisa de dinheiro público? Não precisa de dinheiro público, e que a saída é absolutamente tranquila.

Então, é quem está responsável, quer dizer, não se fala mais agora na fundação, a fundação está fora. Não se fala mais nas brigas internas, elas foram colocadas de fora. O Juiz colocou a representação e a representação vem dizer aqui que tem condições, que ela leva a questão adiante.

Eu não sei se o Sr. elnio borges, porque ele deixou muito no ar. Mas que interesses estranhos são esses aí?

SR. ELNIO BORGES – Os interesses passam desde os que desejam entregar essa empresa à concorrência até os empresários que pretendem comprar na “Bacia das Almas”, passando por administradores da empresa, que não desejam ver mudar muita coisa dentro da governança da companhia. Esse é o conjunto de interesses que tem trabalhado contra a VARIG nesses quatro anos que os trabalhadores têm vindo aqui inclusive nesta Casa e recebendo apoio para buscar uma solução.

Por isso, essa empresa tem um plano aprovado, que prevê uma VARIG operacional ser leiloada, os trabalhadores conseguiram que a Justiça do Trabalho acelerasse esse processo, posto que na Justiça Civil há quatro meses nós não conseguimos andar e continuam os interesses. Dia 2, agora, de abril está colocado uma Ordem do Dia para a Assembléia Geral de credores que visa a alterar o plano, não conseguimos entender porquê, e ver uma proposta de compra do Sr.

Lap Chan, que é o atual controlador da VARIG LOG, que oferece quatrocentos milhões de investimento numa VARIG totalmente limpa, para ele, enquanto deixa as dívidas todas para a União, para os trabalhadores e para os demais credores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É, eu acho que a VARIG precisa de oração de nós cristãos e do Sr. Antônio Carlos e companhia ir lá na Bahia fazer alguma reza contra seus inimigos.

Eu acho muito importante a vinda da Ministra e do Ministro aqui. Eu acho que é significativa a vinda desses companheiros que estão aqui, mas, a vinda do Ministro e da Ministra é fundamental. E, principalmente, Sr. Presidente, a decisão que V.Ex^a. tomou de que aqui não é uma reunião apenas, aqui (soa a campanha) tem um grupo que vai se reunir aqui, e eu já pedi a V.Ex^a. de nós fazermos uma outra reunião para discutirmos uma Assessoria para esse grupo, quer dizer, vamos trazer uma Assessoria Técnica para esse grupo, porque não adianta, vamos pedir inclusive a essas pessoas que estão aqui que indiquem um representante para a nossa Assessoria Técnica, para nós conseguirmos fazer um estudo em condições de discutir com a representação da empresa, com os empresários, com os trabalhadores e com a Ministra Dilma.

Eu quero dizer que acho que nós podemos encontrar uma solução e quero dizer, com toda a sinceridade, não fica bem para o nosso amigo Lula ele ficar assistindo o que está acontecendo com a VARIG sem fazer nada. Não fica bem para nós brasileiros acontecer isso com a VARIG sem fazer nada.

Eu tenho casos aqui, que eu poderia ler, de intervenção do Governo, com dinheiro, até em frigorífico de abate de aves. Tem Ministro importante aí e conseguiu. E o Governo interferiu e botou dinheiro do BNDES e resolveu. Tem casos aqui, que eu tenho, que eu poderia citar, de interferência do Governo em empresas inclusive multinacionais ultra bilionárias, e que o Governo interveio e o Governo respondeu. O que eu digo...

SR. ELNIO BORGES – Interveio para ajudar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para ajudar. O ex-Presidente da BNDES está dizendo na Isto É, com todas as letras, que é muito simples, é só querer fazer. Querer ou não querer.

Por isso é que eu digo que tem gente que fala, Deus me perdoe, cala-te boca, que se a VARIG fosse paulista seria diferente. “Seria diferente, mas ela é gaúcha”. Mas ela nem é gaúcha, meu Deus do céu. Ela está em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ela só tem o nome que é VARIG, e também se usa um VARIG pequenininho, desse tamanhinho, e ninguém sabe o que é que é VARIG, Viação Aérea Rio-Grandense. Mas ninguém sabe. “Porque o Brasil é desse tamanho”.

Agora, eu não entendo essa antipatia, juro por Deus que eu não consigo entender essa antipatia. E, que não fica bem para o Presidente Lula assistir acabar com a VARIG, não fica bem.

Uma empresa para adquirir a credibilidade, para ser recebida nos aeroportos do mundo inteiro como uma empresa de categoria internacional, leva um bocado de tempo. Nem querendo dava para transferir isso da noite para o dia para uma outra companhia. Isso para uma outra companhia. Nem querendo, se transfere isso para uma outra companhia. O que vai acontecer é que nós vamos perder uma tradição de 50 anos e outra empresa vai ter que trabalhar 40 anos para chegar a esse ponto. Não sabendo o que acontecerá em termos de comunicação internacional daqui a 40 anos.

Por isso, Sr. Presidente, eu felicito V.Ex^a. por realizar esta reunião. Agradeço a presença dos Senhores. Digo, com certa frieza também, que eu noto que a representação do Governo está aqui por obrigação de ofício. Mas não vi por parte de S.Ex^{as}. nenhuma preocupação. Eu não vi nenhuma angústia por parte dos representantes do Governo, das entidades que eles representam com relação à VARIG. “Não, mas nós estamos preocupados. Nós estamos tentando fazer isso tudo”. Quer dizer, inclusive a própria PETROBRAS, com todo o respeito, na sua grandiosidade, ela... Eu não vi. Uma preocupação zero com uma empresa que, cá entre nós, entre os compradores da PETROBRAS é difícil que tenha alguém que tenha pago mais, ao longo desses 40 anos que existe a PETROBRAS, do que a VARIG. Quer dizer, quem mais tem pago, quem mais tem contribuído com os cofres da PETROBRAS, ao longo da sua existência, do que a VARIG? No entanto, eu não vi, como não tenho visto, por parte do Governo, nenhuma simpatia.

Acho, e fui procurado com informações, que eu acho muito importantes. o Governo, a partir de segunda-feira, vai, e inclusive seria essa a causa da não vinda da Ministra hoje, para vir na próxima semana, porque o Governo está reconsiderando, e estaria estudando uma forma de apresentar aqui uma proposta que seria concreta. Queira Deus que isso seja verdade. E quando eu vejo o representante da empresa dizer que ela está preparada para isso e que a firma está preparada para isso, é só querer, eu acho que a Dra. Dilma e o Ministro Valdir nos trarão uma grata surpresa na próxima terça-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a., Senador Pedro Simon. Vamos fixar um tempo da fala dos oradores. Cinco minutos, prorrogável por mais cinco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar prioridade primeiro

aos três Senadores do Rio Grande do Sul, conforme inscritos, o Zambiasi e Paulo Paim e, em seguida, eu falarei. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a. a compreensão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Repara-se que é um gentleman, que tem que retornar. É impossível que o PT negue legenda para um homem desse gabarito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V.Ex^a. ainda fala mal de São Paulo, Senador Pedro Simon.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – São Paulo merece os nossos aplausos. Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Grande defensor também da VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Luiz Otávio, nosso Senador da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiro eu quero cumprimentar os quatro Senadores pela importância desta Audiência Pública. Como aqui foi dito, nós já participamos de, no mínimo, umas três dezenas de eventos. Até na Casa do Vice-Presidente da República, por duas vezes. E como também lá no Palácio, com o próprio Vice-Presidente, Ministro da Defesa, e Ministros das mais variadas áreas. Audiências, eu presidi uma, aqui no Auditório Petrônio Portella, com a presença de cerca, creio eu, de uma mobilização gigantesca das entidades dos trabalhadores lideradas pelo Márcio, eu acho que com a presença de setecentos, oitocentos trabalhadores. E realizamos audiências, voltamos para outra audiência, e o caso continua igual.

Eu sou obrigado a repetir, infelizmente, um discurso que fiz numa outra vez numa audiência. Não dá também para dar a impressão que do problema da VARIG o culpado é o PT. Aí não dá. E todo mundo sabe minha posição, de uma certa independência. Mas também não dá. O problema da VARIG o culpado não pode ser o PT. O problema da VARIG começou a partir do Governo Lula? Não começou. Eu pergunto a qualquer um dos Senhores que estão aqui. O problema da VARIG antecede o Governo Lula, que vem se avolumando e ninguém deu resposta. Oxalá, a exemplo da PETROBRAS, que está agora numa situação privilegiada, Oxalá o Presidente Lula consiga

apontar caminhos. Aí depois também não digam que ele não pode dizer que os Presidentes anteriores não responderam e ele respondeu. Eu acho que esse não é o debate. Mas, eu me obrigo a fazer essa fala. Esse não é o debate. Nós estamos aqui numa posição suprapartidária, ouvindo todos os setores envolvidos, para tentar buscar uma saída. Porque aqui, como foi dito, que não significa aporte de dinheiro público. Mas por que não fazer? E aí eu concordo sim, um encontro de contas. Ou é mentira o encontro de contas? Porque cada um conta uma versão. Tem ou não tem, três bilhões, quatro bilhões de uma dívida acumulada que deve ser ajustada? Isso nós temos que fazer esse debate e fazer esse acerto.

Eu tenho uma preocupação, sim, com o Fundo de Pensão dos trabalhadores. Tem ou não tem dinheiro? Dizem para mim que ele já está falido, já foi usado, de uma forma ou de outra, para sustentar a VARIG voando. E digo mais, e me assusta e me preocupa se é verdadeiro essa grandeza de um Fundo usado indevidamente para a VARIG continuar voando, mas que faz com que os trabalhadores não tenham perspectiva nenhuma no futuro de ter a sua aposentaria.

Eu encontrei aqui um Senhor que é, eu acho, Comandante também, ou Piloto, ele disse que o pai dele, que foi Comandante, está previsto o pagamento por mais dois meses. A situação, de fato, é gravíssima. É gravíssima, em todos os sentidos.

Agora, eu não quero ficar aqui somente numa fala que dê a impressão de que nós estamos em campos opostos, porque não é verdadeiro. Eu, o Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores estamos com uma única preocupação aqui. Achar caminhos para a nossa VARIG. Estou aqui com um documento, que já está com 78 assinaturas de Senadores. Tenho certeza que vai chegar nos 81 que gostaríamos inclusive, Senador Heráclito Fortes, liderado por V.Ex^a. porque foi a partir de um discurso, e quero que se faça justiça ao Senador Jefferson Perez, no Plenário, num longo debate que alongou por três, quatro dias, com a participação do Senador Simon, do Senador Zambiasi, Senador Valadares, Heráclito Fortes e tantos outros (soa a campainha) que nós encaminhamos, a partir, quero repetir, da liderança do Heráclito Fortes, essa Audiência Pública com as quatro Comissões.

Então a nossa posição aqui é achar caminhos. Quem sabe, depois dessas Audiências Públicas, se necessário, eu tenho certeza que uma Comissão representativa de Senadores vai ao Presidente, mostrando a boa vontade do Senado de contribuir. É verdadeiro que o BNDES, por exemplo, está disposto a financiar investidores. Eu não vejo problema nenhum. Financiar, não é dar dinheiro público, financiar investidores

para que haja a possibilidade de a VARIG voltar a voar normalmente.

A BR Distribuidora disse aqui que foi sempre pedido prazos pequenos. Mas é possibilidade de um prazo maior? Eu acho que é. Mas claro que não sou eu que vou discutir, e não posso decidir.

Eu quero terminar dizendo que eu estou convencido de que a VARIG tem todas as condições de voltar a voar normalmente. E vou terminar com o episódio de ontem. Eu tive que ir a São Paulo ontem. Num debate sobre a Comissão do Salário Mínimo, em benefício dos aposentados, o Senador Pedro Simon estava lá. O vôo da companhia, atualmente voando em grande escala, atrasou duas horas. Na volta, eu sentadinho lá, da companhia, entra alguém no avião e diz o seguinte: “Quem aceita trezentos reais para descer desse vôo e ir no vôo da VARIG, vai sair daqui a duas horas”. Ofereceram assim trezentos reais para quem descesse e aceitasse, devido à superlotação em que estava o avião devia estar uma meia dúzia de pessoas sem poder voar e a VARIG sairia num vôo dali a uma hora e meia.

Então, essa situação, para mim, aponta que o tal de monopólio é assustador. E para onde vamos. E sem querer aqui fazer um discurso somente apaixonado, porque o Senador Pedro Simon fez, o Zambiasi tenho certeza que fará também, da nossa VARIG, meu amigo Zuanazzi, companheiro de longas jornadas também, eu tenho certeza que nós podemos achar um caminho. E esta Comissão, que a gente faz parte com muito orgulho, eu tenho certeza que ela só vai dar certo, e quero fazer aqui esse pronunciamento, se nós deixarmos de lado a disputa político-partidária. Não há partido contra, nem a favor. Eu duvido que tenha aqui um partido que não esteja a favor do retorno da nossa VARIG. E é com esse espírito, que o PMDB, que o PTB, que o PFL, que o PSDB, que o PSB, que o PV, enfim, que o PCdoB, enfim, não esqueci nenhum partido, que a gente há de se encontrar. E vamos caminhar juntos.

Então, o apelo que eu faço é que para a construção de uma alternativa, se ficar no jogo de um campo ou de outro, e polarizando o debate, devido ao processo que estamos aí há cinco meses, não vai ajudar. Por isso é que o apelo que eu faço é nesse sentido. E, se necessário for, por que não irmos a numa Comissão representativa ao próprio Presidente Lula entregar, quem sabes esse documento de 81 Senadores e, por que não dizer, um outro documento com a assinatura dos 503 Deputados Federais, dizendo que o Congresso está disposto a colaborar numa negociação, numa discussão da construção de uma alternativa para a nossa VARIG.

Quero dizer de novo, e os Senhores todos sabem, o carinho que eu tenho pelo meu querido amigo e Senador Simon. E sei que a intenção dele aqui, Simon, e quero que você entenda nesse sentido, pelo carinho que eu tenho por você, e você sabe disso, foi numa linha de provocar mesmo o debate. E eu acho que é na provocação do debate que a gente vai encontrando as soluções.

Por isso, meu Presidente Valadares, eu estou convicto que essa é mais uma Audiência Pública. Faremos outras, se necessário, mas haveremos de, juntos, construir uma saída alternativa para os 11 mil trabalhadores da nossa querida VARIG e dos tantos aposentados e pensionistas, que estão desesperados, não sabendo se vão receber efetivamente o salário nos próximos meses. Era isso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu indago se algum representante aqui da Mesa deseja fazer alguma explicação, explanação, sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Paim, a sua preocupação, e histórica preocupação, com os trabalhadores, com os aposentados, obviamente a gente só poderia assistir a um pronunciamento como este aqui.

Nós podemos lhe assegurar. O Fundo de Pensão AERUS está efetivamente em seriíssimos problemas.

Existem dois planos, um plano de benefício definido aonde se reúne a maior parte dos aposentados. E o plano dois, chamado plano dois, o plano de contribuição definida, que é aonde estão a maior parte dos ativos. O nível de recursos, líquidos e não líquidos, para o plano um, é da ordem de 10 ou 12% do que lá deveria haver. No plano dois, é entre 45 e 50%.

Quando nós sugerimos, como forma de fazer a capitalização de curtíssimo prazo desta empresa, para que justamente ela se mantenha viva e possa honrar com as notas promissórias para pagamento da dívida junto ao AERUS, porque é só desta maneira que os trabalhadores aposentados do plano um haverão de receber, por longo período, as suas aposentadorias, era que os trabalhadores da ativa resgatassem parte das suas poupanças, limitados a um valor, estimado pelos nossos técnicos em cem milhões de dólares, duzentos milhões, dos setecentos e trinta e sete que lá existem, para investir esses cem milhões de dólares para duas coisas – Fazer a adequação de quadro, e não ver os nossos colegas que vão ser demitidos saírem daqui sem o pagamento das suas rescisões, ao menos e recuperar 10 aeronaves, para que a gente possa aumentar o faturamento da empresa, aumen-

tar a sua receita líquida em função das negociações, inclusive de ordem salarial que estamos fazendo, para que ela possa, tendo resultado positivo, honrar com as promissórias de dez milhões de reais ao mês, para pagamento junto ao AERUS.

É justamente esta a operação que estamos oferecendo. E isso nos dizem os nossos técnicos, pois nós estamos especializados nesta questão atuarial, de que inclusive a minha saída e a saída de outros da ativa trará um equilíbrio atuarial maior inclusive ao plano dois. Nós saímos de uma aposentaria que, até mesmo com a liquidação já se provou, não mais existe, e vamos para a empresa correr o risco junto com a empresa para vermos se, convergindo os esforços, podemos manter os nossos empregos e pagar as aposentadorias daqueles que lá já estão aposentados. É esse o raciocínio, simplificadamente falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos trabalhadores do Grupo VARIG pela sua participação e desprendimento, demonstrando publicamente que os trabalhadores do grupo VARIG estão dispostos a recuperar a sua companhia. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa ALVAREZ & MAR-SAL, por três minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senador, em relação ao plano de recuperação e à participação que todos, nós estamos falando sempre sobre o Governo ajudar ou não ajudar, e o representante da BR Distribuidora foi muito claro aqui, dizendo que quem decide esse tipo de crédito é o Conselho da BR, que é formado por Ministros que compõem a base, que está sendo discutida, de apoio à VARIG.

Então, eu acho que esses Ministros deveriam ser sensibilizados em uma liberação de crédito para a VARIG.

Para a BR, a VARIG hoje ela representa 5% do faturamento anual da BR, de toda a BR, e representa, talvez, o maior cliente em querosene de aviação da BR no Brasil hoje.

Então, perder um cliente desse, para a BR, eu também não acho que seja uma coisa simples. Eu não acho que seja uma coisa vazia, de falar “Ok, se quebrar quebrou, isso não é problema nosso, nós somos uma empresa de mercado e temos que trabalhar com ferramentas de mercado”. Isso não é realidade. A BR, se nós analisarmos a rentabilidade da BR, a VARIG, pelo menos, representa vinte milhões de reais de lucro para a BR por ano. Então, isso é uma conta importante. Isso é uma conta de um bilhão de reais por ano. Isso não é uma conta pequena, não é uma conta que eu possa deixar de receber.

Então, a BR ela sempre deu crédito para a VARIG em todos os momentos da parceria que existia entre as duas empresas. E hoje esse crédito não existe por não existir um contrato também. A BR e a VARIG hoje trabalham sem contrato. Então, existe um caminho para isso. É só se executar um contrato novo, no qual se tenha garantias e, quando se fala sobre garantias, nós estamos falando sobre garantias dos próprios cartões de crédito que a BR tinha anteriormente. Porque a VARIG continua vendendo, a VARIG continua voando. A VARIG faturou, em março, duzentos e vinte milhões de dólares. Então, a VARIG continua sendo uma empresa que fatura, que tem os seus recebíveis, que nós podemos utilizar para dar como garantia em um processo de fornecimento de combustível. Basta que, obviamente, o Conselho da BR tenha uma flexibilidade. Eu entendo que no mercado é muito complexo você pedir crédito para uma empresa que está em recuperação judicial. Mas é uma parceira da BR desde 1973. Então é uma empresa que apoiou a BR em muitos momentos, que hoje está solicitando um apoio, que foi retirado dela desde dezembro.

Então, só para poder explicar o cenário, existe, sim, uma possibilidade de o Governo ajudar, que seria o Conselho da BR ter essa flexibilização em dar crédito para a VARIG. Eu entendo a posição da Diretoria, e quem define isso hoje é o Conselho. E o Conselho pode definir uma ajuda à VARIG hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Há um requerimento da Mesa, da autoria do Senador Eduardo Suplicy, dirigido aos Senadores Heráclito Fortes e Antônio Carlos Valadares. E o Senador está solicitando a presença da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira.

Este requerimento depende de aprovação do Plenário. Eu gostaria de ouvir o Plenário. Os Senadores que aprovam e as Senadoras que aprovam...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, se possível, a gente sabe que num momento difícil como esse existe alguma divergência, eu recebi também um documento correspondente às entidades aí citadas, e eu acho muito bom, já que eu fiz esse apelo inclusive aqui suprapartidário que, independentemente alguma divergência sindical na base, todos sejam ouvidos e a gente possa com isso estar construindo um grande entendimento.

Então, totalmente favorável ao documento do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Próximo orador é o Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, a quem concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Acho, Sr. Presidente, Senhores componentes da Mesa, que esse encontro ele talvez seja o pontapé inicial de, finalmente, notícias positivas para a VARIG. Eu ouvi depoimento, a manifestação emocionada do Senador Simon, a defesa intransigente do Senador Paim, o registro da viagem do Senador Paim inclusive com a proposta de um passageiro abrir mão, em função da lotação, o que é uma coisa maravilhosa, eu sou testemunha disso, porque nós fazemos o discurso e tentamos, especialmente os Parlamentares gaúchos, pelo vínculo histórico com a VARIG, viajarmos pela empresa.

E eu testemunhei, sexta-feira passada, Paim, um desabafo, não foi comigo, eu apenas ouvi, à chegada do voo em Porto Alegre, era feriado e, ainda assim, no voo seguramente tinha mais de 60% de lotação, que acho que é uma base mínima para voar com uma certa tranquilidade, não dar ainda mais prejuízo, e me comoveu ouvir uma das aeromoças comentar com a outra – “E aí?” E a resposta dela – “Só notícia ruim”. Aquilo ficou no meu ouvido. Foi o que eu ouvi da conversa no corredor na chegada do aparelho.

Eu, sinceramente, acho que esta reunião de hoje, quem sabe, comece a transmitir notícias boas. Eu sei que o Dr. Milton Zuanazzi, que representa aqui a ANAC, o nosso Brigadeiro, Dr. José Carlos Pereira, da INFRAERO, o Dr. Pedro Caldas, da BR, não podem trazer aqui a posição oficial do Governo, mas a sua presença aqui dá uma demonstração, seguramente, do compromisso de encontrar soluções para essa empresa, que, aliás, Marsillac, Dr. Braga, Dr. Marcelo, da Consultoria, está completando, dia 7 de maio agora, 79 anos, daqui a doze dias.

É bom referir, eu busquei aqui num levantamento que a Folha fez, a leitura da cronologia da VARIG é muito interessante: Fundada em 7 de maio de 1927, vem todo um histórico, a criação do Fundo dos funcionários, depois Ruben Berta, em 1945, e veio um histórico muito interessante até 1986. O Plano Cruzado começa a criar os primeiros problemas com a VARIG.

Então o problema de gestão é tanto empresarial como governamental. É gestão empresarial e gestão governamental. O Plano Cruzado, que congela os preços das passagens, mas não os custos da companhia.

Em 90, o Presidente Collor abre o mercado da aviação nas rotas internacionais. Aí, abre concorrência da VARIG com a VASP e TRANSBASIL. VASP e

TRANSBASIL quebram, mas a VARIG resiste heroicamente. (soa a campainha). 91, começa a Guerra do Golfo. Outro impacto em cima da empresa. 99, crise cambial. 2003 VARIG e TAM assinam o memorando de intenções para se unirem nesse compartilhamento que, de alguma maneira, eu não sei se ajudou ou não, mas minimizou os problemas.

E agora, finalmente, esta reunião que reúne quatro Comissões do Senado, tem aqui o apoio parlamentar da Câmara também, trazendo aqui toda esta representação e a expectativa de, na semana que vem, finalmente, então, o Governo institucionalmente estará aqui para, quem sabe... Olha, eu vou ler apenas um trechinho de uma manifestação do Presidente Lula, e eu quero aqui me associar ao Senador Paim, que disse que a crise não é do atual do Governo. Eu fiz questão de ler aqui a cronologia para se ver que a crise ela começa lá em 86 realmente a se acentuar, e vem crescendo até aqui.

E agradeço ao Senador Azeredo, que me cede aqui uma manifestação do Presidente, ainda Presidente de honra do PT, e ele diz, muito interessante isso aqui e, por isso, eu acredito que o Presidente Lula quer, sim, a solução do problema. Acredito. Acredito que o Governo queira e, quem sabe, na próxima semana, nestes dias, já maio, nestes dias que antecedem os 79 anos da empresa, o Governo realmente interceda em favor da empresa, não colocando dinheiro público, como foi colocado aqui, ontem eu fui questionado sobre, por exemplo, a participação do BNDES, sendo o BNDES dinheiro público. Como faria. E eu entendo que se o Governador admitir a dívida, a admissão da dívida pelo Governo, será uma forma de contrapartida para que haja garantia da concessão do dinheiro público, se for o caso. Isso é uma questão técnica bastante complexa que acredito que não seja o momento para discutir. Mas, apenas para lembrar, dizia aqui, então, o Presidente Lula – “Para o setor sair da crise seriam necessárias medidas governamentais voltadas para assegurar a isonomia tributária e de financiamento às empresas brasileiras compatíveis com a realidade internacional”. Ou seja, as condições de concorrência teriam de ser equalizadas. Seria urgente a revisão dos acordos bilaterais vigentes. Isto, à época. E o Senador Azeredo quer, Presidente Valadares, pegar uma carona num aparte aqui para, inclusive, ganharmos tempo. Eu tenho alguns minutinhos, e eu cedo esses minutos ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Só um aparte, Presidente, eu quero só mostrar realmente esse texto aqui do Presidente Lula, que é de 2002, em que ele diz exatamente que “Entretanto é preciso avaliar a parcela de responsabilidade do setor

público e, mais especificamente, da política macroeconômica no enfraquecimento dessas companhias. Os altos juros praticados pelo Governo Brasileiro desde o início da década – dizia o Presidente Lula – juntamente com a carga fiscal elevada incidindo sobre as atividades produtivas afetaram negativamente esse e outros setores da economia brasileira”. E mais adiante ele dizia – “Nesse sentido vale, sim, uma intervenção das autoridades competentes, não para presentear com recursos públicos, mas para dar as condições macroeconômicas de sobrevivência e de competitividade, antes que elas sejam engolidas pelas grandes companhias estrangeiras”.

Quer dizer, esse é um texto importante, e eu acredito que o Presidente Lula quando o disse, o disse com uma boa intenção. Agora, que ele tem as condições como Presidente, eu diria, quero até fazer uma proposta aqui, se o Governo é obrigado a recorrer, e é verdade, é obrigado a recorrer quanto à decisão do STJ, por que não o Governo pedir ao Congresso uma autorização especial para fazer esse acordo? Nós já fizemos pelo Congresso um projeto, que foi o PRO-ER, que foi exatamente para evitar que o País tivesse uma bancarrota dos Bancos e que, no fundo, eram os brasileiros que eram afetados, não eram os Bancos, se falou, na época, muita bobagem, que era dinheiro para Banco. Não era. Foi para evitar que os correntistas tivessem prejuízo. Eu acredito que nós poderíamos ter uma aprovação no Congresso de uma autorização para que o Governo fizesse o acordo, respeitando a decisão, que já existe, do STJ, sem precisar de recorrer.

SR. ELNIO BORGES – (pronunciamento fora do microfone) Aos Senhores que já existe um estudo técnico, está dentro do BNDES. Nós vimos tentando há quatro anos ter acesso a ele, Fundo garantidor do crédito aeroviário, tem todas as condições para resolver esta questão, inclusive, mais uma vez, sem desembolso efetivo de Fundos públicos, de dinheiro público, através da garantia para empresas em recuperação (soa a campainha) das diferenças que essas ações de congelamento tarifário vão sendo favoráveis a essas empresas.

O Fundo garantidor, e eu me comprometo a trazer aqui os dados que nós temos, é um projeto da CONSULTEC, que está no BNDES há muitos anos, e nós não conseguimos ter acesso. Talvez esse, sim, fosse um grande passo que os Senhores pudessem nos ajudar a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, existem créditos da VARIG que estão sendo objeto de ação judicial inclusive no STJ, por parte da VARIG. Eu gostaria que o Dr. Marcelo Gomes informas-

se à Comissão em que pé andam essas ações e se já foi votada esta matéria no STJ e quais as providências que podem ser tomadas junto aos Governadores de Estado, já que os Estados devem mais de um bilhão à VARIG, a União, quatro bilhões e meio, quais as providências que poderiam ser tomadas, nos Estados, para amenizar essa situação da VARIG. Agradeço a V.S^a.

SR. MARCELO GOMES – Em relação ao crédito federal, a VARIG tem um débito com o Governo, ela tem um crédito com o Governo Federal. Então, esse encontro de contas, no fundo, ele não afeta o caixa da companhia em nada. Ele melhora o balanço. Mas, afetar o caixa e afetar a geração de caixa, ele não faz. Ele poderia ser uma ferramenta de eu resolver a minha situação de balanço, fazendo um encontro dos meus créditos e dos meus débitos com o Governo Federal. E esses créditos são referentes a defasagem tarifária, que se calcula algo em torno de 4.6 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Congelamento de tarifas na época Collor, por exemplo?

SR. MARCELO GOMES – Congelamento de tarifas, e são 4.6 bilhões. Porém, existe um outro crédito, de aproximadamente 1.2, que a VARIG tem com os Estados. Somente um Estado aprovou a cessão desse crédito até hoje. Foi o Estado do Rio de Janeiro. Nenhum outro Estado aprovou a cessão. A cessão foi aprovada em 2004 pela Governadora Rosinha, ela cedeu cento e cinquenta milhões, para uma empresa comprar esse crédito.

Hoje, os Governadores, obviamente que com o apoio da Procuradoria, poderiam ceder esse crédito, para empresas terceiras aproveitarem esse crédito. Porém, já foi discutido, e que os Senhores poderiam ajudar muito em relação a isso, era se nós montássemos um grupo de Governadores, e o Governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul com que eu estive ontem, disse que irá solicitar aos outros Governadores esse apoio, da criação de um grupo de Governadores, no qual a VARIG se proporia a dar um desconto nesses recebíveis, quer dizer, dar um deságio no recebimento desses valores, dar um prazo longo para pagamento, e o Governo assumiria a obrigatoriedade de pagar, os Governos estaduais. Seria feito um acordo com os Governos estaduais. O que é que isso provocaria? Com esses recebíveis, nós poderíamos securitizar esses recebíveis e ter acesso a esse dinheiro no mercado. Os Governos estaduais não precisariam disponibilizar esse capital imediato, e sim, o mercado securitizaria esses recebíveis de longo prazo do Governo para com a VARIG. Esse projeto está com o Governador Germano Rigotto, ele se comprometeu a entrar em contato com todos os outros...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – São quantos Estados?

SR. MARCELO GOMES – São aproximadamente 15 Estados. Mas nós temos nove Estados...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Seria interessante disponibilizar a relação desses Estados.

SR. MARCELO GOMES – Nós temos a relação de valores por Estado. Você tem oito ou nove Estados que são mais representativos, mas 15 Estados têm esse valor devido com a VARIG. (soa a campainha). Então, isso seria de uma importância enorme, se a gente conseguisse viabilizar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu fazer uma pergunta direta, porque eu não entendi bem. Entra mais dinheiro diretamente para a VARIG, desse encontro de contas, se me permite usar o termo, dos Estados ou com a União?

SR. MARCELO GOMES – O Estado não é encontro de contas. O Estado é uma dívida que o Estado tem com a VARIG, e a VARIG não deve ao Estado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Melhor ainda. Veja aonde é que eu quero chegar. Entra mais dinheiro para o caixa da VARIG se os Estados pagarem a sua dívida que a União?

SR. MARCELO GOMES – Com certeza entra dinheiro imediatamente no caixa da VARIG, se os Estados pagarem a dívida. É imediato. O Governo Federal...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dá a impressão que é só a União.

(soa a campainha)

SR. MARCELO GOMES – O Governo Federal, a VARIG tem um débito com o Governo Federal também. Então, quando a gente fala encontro de contas com o Governo Federal, é eu eliminar o meu débito com o meu crédito. E aí eu melhoro o meu balanço para que eu possa ir ao mercado ter acesso a capital.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que o Senador Paim queria saber é se o crédito da VARIG com os Estados ou esse acerto de conta é maior ou menor do que a União. Pelo que o Senhor colocou é 1.2, não é isso?

SR. MARCELO GOMES – A União é 4.6 bi e o Estado é 1.2. É uma conta diferente da outra. Bem diferente. Só que esse 1.2 é uma dívida que os Estados tem com a VARIG e a VARIG não tem uma dívida com os Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas esta dívida é diferença de semestre? A origem desta dívida. Nós estamos perguntando é de onde ela sai.

SR. MARCELO GOMES – Essa dívida é de 89 a 94, uma inconstitucionalidade na cobrança de ICMS pelos Estados. Já transitado em julgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E essa inconstitucionalidade já foi decretada pelo...

SR. MARCELO GOMES – Transitado em julgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, só para perguntar essa questão dele, que ele está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington, com a compreensão de V.Ex^a., eu darei a palavra. Existem oradores inscritos, e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria saber qual o deságio em que foi vendido no mercado esse crédito. Só isso. Porque, se vendeu com deságio de quanto? A VARIG? Nos quinze milhões que a Governadora Rosinha autorizou, por quanto o Senhor conseguiu vender no mercado?

SR. MARCELO GOMES – Foi um deságio de 25%.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um quarto do valor foi perdido?

SR. MARCELO GOMES – O mercado comprou, foi uma empresa de telecomunicações do Rio que comprou isso com o deságio de 25%, que é o mesmo deságio que está sendo proposto para os Governos. Quer dizer, em vez de esse deságio ser ao benefício de uma outra empresa, vai ser ao benefício do próprio Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então você não deu um crédito de 1.2. Você tem 1.2 menos 25%.

SR. MARCELO GOMES – Se eu der o deságio em cima do meu crédito é 1.2.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me comprometo a levar ao Governador de Minas essa resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Marcelo, eu darei a palavra agora, concessão mais uma vez do nobre e compreensivo Senador Suplicy, ao eminente Senador do Rio de Janeiro, Saturnino Braga.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, eu agradeço a gentileza do Senador Suplicy, porque realmente tenho um compromisso daqui a poucos minutos.

Mas eu queria, enfim, saudar a realização desta reunião porque sinto eu, sentimos todos nós que aqui estamos, que nunca esteve tão próxima a solução para o caso da empresa VARIG, que constitui realmente um patrimônio deste País e uma afeição da Nação e do

povo brasileiro. E quero dizer que esta solução, que acho que será encontrada, e eu estou acreditando que será encontrada, ela deriva de toda uma mobilização nacional que esta questão suscitou. Claro que os trabalhadores da VARIG e suas lideranças tiveram um papel muito importante nisso, Parlamentares, Senadores e Deputados também tiveram importância, Jornalistas que escreveram sobre o assunto tiveram importância. Mas o fato é que a população brasileira, a Nação brasileira, está reconhecendo claramente que este é um problema da Nação. Que é uma questão que envolve a nação brasileira. E que, por conseguinte, é necessário que se encontre uma solução, e esta solução se aproxima na medida em que fica mais claro e cada vez amadurece mais essa certeza, essa convicção de que está em jogo o interesse da Nação, o patrimônio da Nação, a afeição que a Nação tem por essa grande empresa, o valor que a Nação dá a esta empresa que tanto representou e tanto representa.

Eu teria algumas indagações a fazer, mas eu vou simplesmente mencioná-las, a começar pela questão da sazonalidade, Dr. Marcelo Gomes, quer dizer, o plano de recuperação, que foi aprovado por quase 100% dos credores ele tinha que ter levado em conta essa questão da sazonalidade, tinha que ter previsto uma fonte de financiamento para isso, e parece que não levou, agora, emergencialmente...

SR. MARCELO GOMES – Não levou, porque o fluxo de caixa demonstrado era um fluxo de caixa anual. Não considerava mês a mês. Então, muitos não perceberam que existia essa sazonalidade.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Daí a necessidade de emergencialmente se ter que buscar essa fonte de financiamento.

Outro ponto que eu queria tocar é na questão do preço do combustível, que foi levantado aqui. Tudo bem, eu acho que o Dr. Pedro Caldas explicou muito bem. Agora, não é que o preço do combustível seja o fator que levou a VARIG a essa situação, porque as tarifas têm que levar obrigatoriamente em conta o preço do combustível. Então, não é este fator que terá determinado a situação de dificuldade da VARIG.

Agora, eu só gostaria, para encerrar a minha intervenção, de fazer uma demanda, especialmente ao Comandante Marsillac, mas também ao Dr. ELNIO BORGES no sentido de que aproveitassem esta audiência, que está tendo uma assistência muito grande, para dar uma afirmação categórica de que não há nenhum problema de segurança nos vôos da VARIG. Porque isso começa, obviamente, a ser levantado. Hoje sai nos jornais a notícia de que o Cônsul americano proibiu os cidadãos americanos de voar pela VARIG porque não há segurança nesses vôos. E é claro que

a população acaba evitando os vôos na VARIG, porque essa onda vai crescendo. Então, eu faço um apelo aos dois representantes aqui que, (soa a campainha) categoricamente, os Senhores que estão dentro da empresa, da vida da empresa, reafirmem publicamente que não há nenhum prejuízo na questão da segurança nos vôos da VARIG.

SR. MARCELO GOMES – Mas esse comentário feito pelo Cônsul, ou outros comentários, são de uma tremenda irresponsabilidade. E a ANAC, que eu acho que pode responder isso muito bem, ela tem investigado e olhado e analisado todos os vôos da VARIG. Nós temos duzentos e poucos técnicos tomando conta hoje dos vôos, que tem a garantia que esses vôos hoje não tem nenhum problema de segurança. Então, isso é uma de uma tremenda irresponsabilidade alguém, com o poder de uma pessoa dessa, falar que os passageiros não deveriam voar com uma empresa como a VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V.S^a.

SR. ELNIO BORGES – Obrigado. Eu espero que aquela minha manifestação exatamente a respeito de segurança de vôo seja efetivamente uma manifestação ilustrativa. E eu até proporia que V.Ex^{as}. atribuissem às suas Assessorias uma tarefa impossível. Encontrar outra empresa, seja no Brasil, seja no mundo, que os funcionários tenham paralisado 30% da frota por razões de segurança de vôo, nesta situação. E o comentário do Cônsul americano é efetivamente lamentável. Assim como seria lamentável, ainda que justificável, dizermos que esses cidadãos americanos que foram por ele alertados deveriam estar proibidos de se locomover via aérea de volta aos Estados Unidos, teriam que ir de navio. Porque o que lhe restaria seriam as empresas americanas, estas sim, constantemente sob risco, de várias maneiras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Milton.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Aqui a agência, como órgão responsável pela fiscalização, pela segurança de vôo, por todos os aspectos de homologação, seja dos Pilotos, das aeronaves, o Brasil tem padrão de Excelência nesta área. As aeronaves brasileiras voam em absoluta segurança. Nós temos um dos menores índices de acidentes do mundo. Não por acaso colocou o Brasil numa posição destacada nessa questão da aviação civil brasileira e eu quero fazer minhas as palavras aqui do Elnio, a VARIG tem uma cultura de segurança, e isso é absolutamente verdadeiro.

Evidentemente que a nossa fiscalização está junto com a VARIG. Nesse momento então tem que se ter o maior rigor possível, qualquer problema pode vir, essa acusação muitas vezes extemporânea ou precipitada, mas a VARIG tem essa cultura, é da história dela, da história dos funcionários da VARIG, e por isso eles realmente não tergiversam e a agência também não vai abrir mão de observar isso com absoluta atenção. O Senhor pode crer que essas críticas aí não têm fundamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Eu queria uma palavrinha, bem breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Senador, Eu faço minhas as palavras do Comandante ELNIO BORGES, as palavras do Diretor-Geral da ANAC, e eu posso tranquilizar, com muita serenidade e muito positivamente. Os passageiros que embarcam nos aviões da VARIG não correm risco algum maior do que qualquer outra empresa de primeira linha no mundo inteiro. Não há, esse é um dogma para nós, a questão de segurança de voo é algo que não tem flexibilidade para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a. Concedo então a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares, Presidentes destas quatro Comissões, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer a seguinte sugestão. Que possamos, os membros todos desta Comissão, fazer um requerimento para ser apreciado em Plenário, levando em consideração o que acaba de ser dito, e sugiro que a própria Secretaria da Comissão possa prepará-lo, tendo em conta os depoimentos dos que aqui se expressaram, que o Senado Federal, levando em conta o que foi expresso, venha a encaminhar um apelo tanto ao Cônsul dos Estados Unidos quanto à autoridade, acredito que foi no Reino Unido, na semana passada, que teria feito uma recomendação semelhante no sentido de que venham a reconsiderar esta recomendação que fizeram, de que sejam cidadãos do Reino Unido, sejam cidadãos dos Estados Unidos, não utilizem a VARIG para sua locomoção, seja para o Brasil, seja para outros territórios.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que vejamos todos requerer no Plenário do Senado Federal

que estas autoridades, o Cônsul dos Estados Unidos e ali do Reino Unido, possam, diante das informações aqui prestadas sobre a segurança dos vôos da VARIG, que continuam seguros, fazer uma recomendação diferente ou retroagir na recomendação que fizeram, dada a gravidade, conforme o Dr. Marcelo Gomes expressou da recomendação feita. Primeiro ponto.

SR. MARCELO GOMES – Senador, é só para lembrar, UNITED AIRLINES e US AIRWAYS estão também em recuperação judicial. E ninguém aqui no Brasil recomendou que parássemos de voar em UNITED, parássemos de voar de US AIRWAYS. Só para lembrar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Quem sabe possam os Senhores aqui convidados inclusive contribuir com os argumentos para a feitura deste documento que me disponho ainda na tarde de hoje, mas, acredito, coletando a assinatura dos Srs. Senadores, e na direção do que o Senador Paulo Paim tem inclusive proposto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Suplicy, me permite um aparte, rápido? Eu queria fazer um apelo a V.Ex^a. e, se me permitir, Senador Valadares, acho que todos os Senadores, os três de cada Estado, é importante essa relação dos Estados devedores, porque, pela lista preliminar que recebi, São Paulo é o maior devedor da VARIG, que os três Senadores de São Paulo fizessem um apelo ao Governo de São Paulo, que quite a sua dívida com a VARIG, e eu entendo que os outros Senadores, dentro do seu tempo, farão também o mesmo pedido, independente do partido, já que todos nós temos Governadores, de uma forma ou de outra, dirigindo os Estados.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu acato a sugestão do Senador Paulo Paim e, como ele descreveu uma situação de voo da VARIG, eu vou descrever duas aqui, bem recentes. Uma, hoje de manhã, eu quero informar que voei pela VARIG no voo das 6h56 para Brasília, e o avião estava lotado, e saiu no horário e chegou no horário, que é um registro que eu acredito que seja positivo. E na última quinta-feira, quando eu voltei para São Paulo, tinha um compromisso e precisava chegar lá às 17h (soa a campainha) e queria informar que notei que o avião estava lotado. Inclusive foi nesse dia que a autoridade do Reino Unido tinha recomendado para não voar nos aviões da VARIG. Pois bem, o avião estava lotado. Quando eu cheguei no avião até havia três Senhoras na torcida para que eu não chegasse, mas eu cheguei no horário e entrei. Quer dizer, tinha mais pessoas querendo entrar. Saiu no horário, e chegou no horário. Pois bem, diante daqueles episódios e dessas notícias que estavam chegando, eu resolvi escrever no guar-

danapo uma pequena mensagem ao Comandante e disse: “Quero registrar que o avião está lotado, saindo no horário, e isto é muito positivo para todos nós que estamos torcendo para que a VARIG funcione bem e, portanto, longa vida para a VARIG”. Mandei para o comandante. Ele resolveu fazer um registro, e sabe o que aconteceu? Fez o registro pelo som, agradecendo a solidariedade à VARIG, que estava caminhando o ano bem, e eis que todos os passageiros, grande parte, pelo menos, aplaudiram. Eu faço esse registro para dizer que há uma energia positiva muito grande em defesa da VARIG, desses cidadãos brasileiros, dos seus usuários.

Então, quando nós chegamos nos aeroportos, ainda hoje de manhã, eu noto que, sejam os servidores, os aeroviários nos aeroportos, sejam os aeronautas, sejam os Comissários de bordo, os Pilotos, todos estão numa energia muito positiva e interagindo conosco que viajamos nos aviões, e eu viajo em todos as companhias, a TAM, a GOL, e assim por diante, mas eu quero registrar que inclusive o Presidente Lula, o Ministro Valdir Pires, o Comandante da Aeronáutica, a Ministra Dilma Rousseff certamente estão sentindo isto.

Eu quero também solidarizar-me com a palavra do Senador Paulo Paim em relação à questão suprapartidária. Porque avalio que o Senador Pedro Simon sabe o quanto que nós, inclusive Senadores do PT, estamos também empenhados para procurar resolver este assunto. Quero registrar, eu queria inclusive explicar ao Dr. ELNIO BORGES que recebi uma comunicação da vontade das Presidentas do Sindicato dos Aeronautas, dos Aeroviários e também contribuir, conforme o Senador Paulo Paim disse, há algumas divergências de pontos de vista, mas há um ponto uníssono, todos querem colaborar.

E há um ponto que eu gostaria até de, como o Dr. Marcelo Gomes está, pelo que entendi, estudando a solução possível, como percebo na disposição dos aeronautas, aeroviários, trabalhadores na VARIG em geral, de estarem contribuindo com uma solução, há um ponto que eu avalio como, eu pessoalmente acho positivo, a possibilidade de os trabalhadores da VARIG, desde os comandantes até os aeroviários e todos, estarem eventualmente abrindo mão de parte da sua remuneração para que isto seja transformado em quotas de participação, crédito ou algo assim.

Pois bem, (soa a campainha) há um grande debate em meio aos que trabalham na VARIG, ao conjunto dos onze mil servidores, sobre “como seria isso?” Será que isso iria significar um corte da sua remuneração, dos seus direitos e tal? A minha pergunta é: Em que medida esta consideração, que avalio como positiva, poderá ser efetuada de maneira voluntária? Ou seja,

digamos que haja onze mil e poucos servidores, trabalhadores, de pilotos (soa a campainha) aos aeronautas e aeroviários, e assim por diante. Em que medida poder-se-ia implantar um caminho em que estes trabalhadores dissessem: “Aqueles que desejarem irão poder transformar a sua remuneração por tanto tempo em, não um pagamento, mas que se transforme em crédito para eventualmente isto ser transformado em quota de participação, ou nome que for, para estes trabalhadores”. Isto teria que ser necessariamente, nos estudos até agora elaborados, ao compulsório para todos ou poderia haver, digamos, uma grande consulta a todos, mediante o debate e o esclarecimento, e essa pergunta tem um sentido de relevância na medida em que, se há débitos ou dívidas para com os diversos credores da VARIG, que a VARIG precisa pagar, claro, a VARIG precisa pagar mensalmente os que colaboram com ela. Se estas pessoas estiverem dispostas a abrir mão temporariamente daquilo que iriam receber, mas transformando isto numa quota de participação em resultados futuros, isso pode ser uma solução interessante. Quanto melhor esclarecido isto, provavelmente, maior será a vontade das pessoas (soa a campainha) participarem disso. Então essa é a minha indagação. Em que medida esse pode ser voluntário ou compulsório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo, eu gostaria de indagar aos Srs. Senadores e Senadoras se melhor não seria, neste final de debate, que ouvíssemos os últimos oradores inscritos e, logo após, a resposta, a participação dos membros da Mesa, dos convidados. Os Senadores que aprovam esta sugestão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, após o Senador Suplicy nós vamos ouvir os inscritos e, logo em seguida, os convidados. Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MARCELO GOMES – Senador, essa consideração da adesão dos funcionários a um plano de capitalização da companhia com os seus próprios salários ela está sendo executada. Existe um modelo dentro do plano de recuperação judicial, a criação dos fundos, nos quais os funcionários eles são credores também. Então eles podem converter esses créditos deles em ação da companhia. Paralelamente a isso, obviamente existem as dívidas correntes com os funcionários, que são os salários do dia-a-dia hoje. A VARIG hoje tem um número de funcionários superior ao tamanho dela, devido ao enxugamento das operações da VARIG. Então, com certeza, algum plano de redução de funcionários vai ter que existir. Quer dizer, se são mil e quinhentos, se são dois mil ou são três mil

funcionários, vai ser definido ainda. Nós estamos estudando a forma de nós não perdermos esses funcionários, porque custou muito caro para você treinar um funcionário desse e você perder para a concorrência, o melhor seria mantê-lo de alguma forma que com o crescimento da companhia eu pudesse tê-lo de volta. Mas a consideração sua de como seria feito, isso só pode ser feito através de acordo sindical. Quer dizer, você tem que ter um acordo com todos os sindicatos, permitindo que parte do salário seja transformado em participação na companhia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Presidente que disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem a palavra.

SR. ELNIO BORGES – Seria interessante, com muita brevidade, abordar essa situação, iniciando pelo seguinte.

O Senador Suplicy é conhecido de todo o Brasil hoje pela sua boa-fé e a sua consistente perseguição da ética e imparcialidade em todas as suas intervenções. O Senador Paim é um homem de origem sindical, conhece bem o que é sindicato.

Para todos os presentes, e para que fique registrado, não existe absolutamente nenhuma divergência entre os trabalhadores da VARIG. Os trabalhadores da VARIG estão unidos, unanimemente unidos. Unidos para fazer a recuperação da empresa. Sr^a. Graziella, ex-aeronaúta, está proibida pela assembléia de se manifestar em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Os Senhores precisam entender isto. Não temos problema nenhum de que ela venha, pelo contrário, acho que o debate é sempre bom, e se houver, e onde houver interesse de salvar a VARIG, todas as ajudas são bem-vindas para nós.

A parte objetiva de sua questão, Senador, não há uma possibilidade de se fazer voluntariamente. O plano é este. Está aprovado. Os trabalhadores da VARIG já têm as suas assembleias para acordo coletivo de trabalho. Os cem dias que passamos dentro da VARIG tentando implementá-lo, inclusive um dos presentes aqui, o Comandante Marsillac, é membro da Comissão de Acordo Coletivo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, só foram frustrados pelo volume excessivo, exagerado volume de interesses em torno da Direção da companhia.

E finalizo lhe dizendo que isso remete a uma questão outra, que é esta dos Governadores se mobilizarem em torno do ICMS, a possibilidade do Fundo garantidor. Tudo isso deve ser, de alguma maneira, condicionado à efetiva mudança da VARIG. Não ajudou a contribuição da Governadora Rosinha com o ICMS. Absolutamente. Não ajudou. Primeiro, porque com deságio exagerado

e indevido. E segundo, porque só ajudou a financiar a situação que nós estamos.

Então, a solução já existe, eu quero repetir aqui, está aprovada. A Justiça do Trabalho autorizou e os trabalhadores da VARIG, acelerando o processo de recuperação, são os primeiros lançadores em um leilão de compra da VARIG operacional. Há prazo judicial, é uma liminar vigente hoje. E está aprovado no plano. Eu acho que o que nós precisamos fazer aqui é ter oportunidade.

E eu lamento que hoje o Professor Paulo Rabelo não tenha tido a oportunidade de lhes mostrar o projeto que existe e a proposta de compra que existe e acelerar isto. Nós precisamos acelerar isto, para libertar a VARIG.

Imaginem os Senhores, uma empresa com um débito baixo, que é a VARIG operacional, com treze milhões de passageiros transportados no ano passado, com cinco bilhões de dólares faturados no passado, no mercado, ela, em si, é garantia para qualquer empréstimo do BNDES, por exemplo. Ela, em si, é garantia. Não é mais risco. Ela se afasta do risco da VARIG, que está pendurada, sem deixar, dentro da nossa proposta, que a VARIG matriz, que a VARIG continue com ativos suficientes para continuar pagando a União, pagando o AERUS e pagando a todos. O AERUS vai ser tremendamente convertido por nós.

Então, o plano existe, a proposta existe, é plenamente viável, os trabalhadores não vão se manifestar sobre ele? Os trabalhadores já se manifestaram sobre ele. Os trabalhadores estão prontos, os trabalhadores estão sendo impedidos. Estão sendo impedidos. Por isso a nossa revolta efetivamente com o ato da Secretaria de Previdência Complementar, que impediu pessoas que estão contribuindo para este Fundo, desde 1982, que foi a época que nós começamos esse fundo, possam sacar parte desse dinheiro, de uma maneira criteriosa, que não exaure o Fundo, pelo contrário, permite que ele sobreviva e faça com que a VARIG continue. Esta é a situação. Todos nós estamos unidos. Não há divergência. A ex-funcionária, a ex-aeronaúta Graziella Baggio, faz apenas um reflexo do aparelhamento político sindical partidário que está em todo o sindicalismo brasileiro. Não representa, absolutamente, os trabalhadores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite um aparte, é que se esse debate vai se encaminhar, e nós conhecemos muito bem o mundo sindical, não é produtivo, porque eles virão aqui na semana que vem, em vez de fazer o debate em defesa da VARIG, farão novamente o debate das divergências no campo sindical. Quero cumprimentar V.S^a. pela forma que expôs aqui, e muito bem, só quero, se me permi-

tir, quero só ajudar. Não vamos trazer as divergências sindicais, que são naturais, por isso tem doze centrais sindicais no País, para esse debate, porque daí não ajudará. Se me permite, só esse aparte. E, no mais, meus parabéns pela sua fala.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Dr. ELNIO BORGES, primeiro eu achei positivo que tenha dito que não há a que a Sra. Graziella Baggio e a Sr^a. Selma, Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, possam vir aqui. Eu expressei aqui há pouco que resolvi apresentar o requerimento porque elas são Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, e é uma entidade legalmente constituída e seria normal que pudessem ser ouvidas. Não sei as divergências que existem ali dentro com o detalhe que V.S^a. aqui registrou. Mas como mencionou que não tem objeção que elas também possam aqui trazer a sua contribuição, acho que isso é importante. E da mesma maneira como o Senador Paulo Paim, vamos agora então unir-nos no objetivo de (soa a campainha) recuperar a VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senador, Sras. Senadoras, antes de conceder a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A audiência seria quinta-feira desta semana, Sr. Presidente? Não é na próxima, é depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Nós temos quinta e temos terça uma outra, por sugestão já dos Srs. Senadores presentes a esta Comissão. Eu, antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de mencionar aqui a sugestão que foi feita pelo Senador Eduardo Azeredo, que foi colocada no papel aqui pelo nosso Comandante Marsillac, no sentido de formarmos uma Comissão Mista, de Comissões ou de Senadores, da Câmara dos Deputados, que também está interessada neste problema, e amanhã tem reunião. A Deputada está aqui prestigiando e naturalmente vai participar amanhã do debate. A Deputada (inaudível).

Então, é no sentido de viabilizar o encontro de contas e também fazer com que a BR Distribuidora e a INFRAERO, que são credoras da VARIG, e são prestadoras de serviço da VARIG, que manifestem também o seu interesse em dar um prazo de carência para o fornecimento dos serviços, como também, que se analise tecnicamente a possibilidade de usar recursos do Fundo de Pensão dos trabalhadores ativos para capitalizar a empresa. Naturalmente que esse Fundo de Pensão seria utilizado de forma voluntária. Aqueles trabalhadores que quisessem entrar na empresa através dos seus direitos poderiam entrar voluntaria-

mente. Então é uma sugestão que aqui foi formulada em primeira mão pelo Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir um adendo, eu quero insistir com a questão dos Governadores. Que fique bem claro nesse documento que nós também gostaríamos muito que todos os Governadores que estão devendo para a VARIG, esse é o termo correto, não é? Que restituam à VARIG, de preferência na íntegra, sem deságio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. Houve 25% de deságio no Rio de Janeiro. Mas já foi um avanço, já foi um bom começo. A Governadora foi a única que fez e temos que registrar este fato auspicioso. Eu concedo a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, sobre aquela sugestão que eu havia feito, eu acho que se for enviado aos Embaixadores dos Estados Unidos e dos Reino Unido, abrange todos os Cônsules. Então, seguindo a sugestão da Secretaria e pediria então que possa ser preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Requerimento será alterado, nesse sentido. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. expositores. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os expositores e dizer, aqui foi colocado pelo Dr. Marcelo que, pela primeira vez, nós estamos testando a Lei de Recuperação de Empresa. Essa lei demandou um debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos por seis meses. E eu tive a honra de aprovar 54 Emendas na lei. Isso, ajudada pela minha filha, que é economista. E eu vejo, pelo que os expositores colocaram, eu perguntaria ao Dr. Marcelo, onde está o gargalo da lei? Porque, na verdade, o que nós temos aqui são credores, os trabalhadores credores em 52%. Eu acho, Sr. Presidente, V.Ex^a. que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem que atinar bem para isso. Não se entende que uma empresa constituída por credores, por diversos credores e, dentre esses credores, 52% são trabalhadores, eu acho que, por si só, isso aí demandaria uma atenção especial. Principalmente nossa, na Comissão de Assuntos Sociais. Nós temos aqui como credores também a AERUS, que se predispôs a dar um percentual, que me parece que seria na ordem de duzentos milhões, para ajudar e, no entanto, o Governo vem e promove uma intervenção. Então, onde é que está a lei nisso aí? E temos um bilhão de reais, mais ou menos, como credores, a GE, BR, BANCO DO BRASIL e outros. E, por fim, 1.3 bilhões dos leasings.

Então, veja bem como é que está dividido os credores deste plano. E o que nos assusta é que, de repente, nós temos uma lei, a lei está determinando, ou pelo menos o objetivo e o princípio dela é recuperar uma empresa para evitar perda de trabalho, para evitar uma série de danos que poderia provocar ao meio empresarial e ao meio trabalhador. Então, eu perguntaria a V.Ex^a. onde é que está o gargalo da lei, se a lei não responde ao plano, ou se o Governo está desconsiderando a lei, ao intervir nos planos, ao não permitir que todo esse processo seja feito de forma mais independente com a decisão geral dos maiores credores, que seriam os próprios trabalhadores.

E eu perguntaria ao Dr. ElniO – O que é que falta, na sua visão, para que o plano seja implementado? Então me assusta, me parece, quando V.Ex^a. coloca a questão da dívida dos Governadores, é bem verdade que é um débito fiscal. Mas me parece que está faltando um operador. Um operador para ir atrás. E eu não sei como é que esse plano (soa a campainha) está sendo aprovado e como é que isso dividiria com o este operador. Então essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Conforme ficou anteriormente combinado com a Comissão, nós ouviremos os oradores inscritos e, em seguida, os debates. Em primeiro lugar, o nosso grande Relator, o Senador Garibaldi, Relator da CPI dos Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, autoridades e dirigentes de instituições presentes à Mesa, claro que num Fórum como esse, numa reunião como essa, nós não podemos aprofundar os números em torno da crise da VARIG.

Mas me parece que uma solução só virá se realmente o Governo participar deste processo, desta operação ou desta solução. Se o Governo não participar, nós não teremos a saída tão esperada para que esse patrimônio, que não é da VARIG, mas que é do País, quer dizer, o que a VARIG representa para o País, possa ser recuperado.

Foi dada aqui uma sugestão de que deveríamos ir ao Presidente da República, através de uma Comissão, a despeito do que o Governo tem dito, para saber se o Governo ainda pretende participar. Eu gostaria, não sei exatamente qual foi o Senador que deu, foi o Senador Paulo Paim, porque eu não pude acompanhar todos os debates, eu gostaria de me associar à idéia do Senador Paulo Paim, e gostaria de sugerir ao Presidente que designasse o Senador Paulo Paim para ser o interlocutor que iria possibilitar essa audiência. Para que se procurasse tornar objetiva a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a. está se referindo a audiência com o Presidente? É uma ótima escolha.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi uma sugestão do... A sugestão não é minha. Estou me associando ao Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Da minha parte a sugestão de V. Ex^a. está aceita e gostaria de consultar a Comissão se existe alguma divergência a respeito dessa indicação. Como não há nenhuma divergência, pelo contrário, acho que unanimidade na sua aprovação, fica então designado, em nome das quatro Comissões, o atuante Senador Paulo Paim para agilizar, articular a Audiência com o Presidente da República, com os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas na solução desse grave problema que é a recuperação da nossa VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Claro que a gente aceita como uma missão. Vamos fazer de tudo para que seja o mais rápido possível e que essa Audiência Pública, de preferência, seja quando terminarmos as Audiências Públicas das quatro Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. V.Ex^a. então terá tempo suficiente para agilizar esse ato que será histórico, o Presidente da República receber todos nós interessados em resolver esse problema. Vamos conceder a palavra... O Senador Garibaldi já terminou sua participação? Ao final, antes de ouvirmos os convidados, sempre nós concedemos a oportunidade aos Deputados, porque eles também concedem a nós quando vamos a Câmara dos Deputados. Por exemplo, a Deputada... O Deputado Babá também já solicitou, a Deputada Luciana Genro também está presente. Se por acaso desejar falar ao final depois da ouvida dos Senadores nós concederemos a palavra a V.Ex^{as}. com muito prazer. O Senador Maranhão e em seguida e o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Sr. Presidente, autoridades convidadas que fazem parte da Mesa, eu acho que o Congresso Nacional está cumprindo o seu papel, analisando democraticamente as questões relacionadas com a crise da VARIG, sobretudo na busca de soluções para que a empresa e o transporte aéreo como um todo, saia dessa crise, saia desse impasse. A mim me parece que não nos é dado agora nessa busca quase emocional de solução emergencial, me parece que nós não podemos deixar de levar em consideração as causas, pelo menos uma parte delas ou a parte que me parece fundamental, na crise da VARIG pela qual já passaram outras companhias, como a TRANSBRAZIL, como a VASP e

outras tantas. Naturalmente que existem diferenças e diferenças. Não vamos... Vamos procurar dentre esse elenco de causas que determinaram as crises de outras companhias, e agora a crise da própria VARIG, vamos procurar os pontos comuns. E me parece que um ponto comum é a questão da manutenção. Incluído aí não somente a manutenção técnica, a manutenção dos equipamentos em si, a parte mecânica e tudo que envolve a segurança do voo, porque tudo está dolarizado, e ainda por cima incide sob suas importações pesados encargos, essa é a questão crônica do Brasil, a questão dos encargos fiscais que incide. Mas, sobretudo, a questão que me parece fundamental, porque afora o próprio investimento nos equipamentos, a despesa maior que as companhias têm é a despesa com o combustível.

O combustível no Brasil é indiscutivelmente o mais caro do mundo. Eu não diria... Não posso garantir que seja o mais caro, mas um dos mais caros do mundo. O combustível seja o querosene de aviação, que é utilizado pelas companhias comerciais, quase que exclusivamente, e a gasolina de aviação, sobretudo, que é utilizada pelas empresas de táxi aéreo, muitas delas que operam, sobretudo, no Brasil remoto, na Amazônia, e que são essenciais ao processo até de ocupação do território nacional, como a aviação geral, de modo geral.

Nós estamos aqui buscando a solução emergencial para essa crise da VARIG. (soa a campainha). E vamos ter que encontrar essa solução. Não é lícito, não é justo, não é admissível que o Brasil queira ignorar que a crise da VARIG afeta a economia nacional. Não só porque é um transporte estratégico, um transporte fundamental, mas, sobretudo porque a VARIG é um produto que internacionalmente projeta o Brasil. É uma empresa que emprega milhares de trabalhadores especializados e que, se ela for levada à falência, se a sua falência for declarada, evidentemente que esses trabalhadores não vão encontrar mercado de trabalho. De vez que o seu trabalho, os pilotos, os mecânicos, os aeronautas de modo geral, mas os aeroviários também são trabalhadores especializados. Eles se prepararam a vida toda para ser esse quadro de Excelência que o Brasil e o mundo inteiro reconhece.

Aliás, já que estamos falando na questão da segurança, na Excelência dos quadros e na própria organização da aviação comercial brasileira, eu quero me dirigir aqui especialmente ao Dr. Milton Sérgio Silveira, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação. O Brasil precisa reagir, Sr. Diretor. Diante dessa declaração insólita e irresponsável do Cônsul americano em conjunto com o Cônsul da Inglaterra. Os dois sempre estão juntos quando se trata de discriminar os Países

emergentes. A história que o diga, em outros momentos da vida, da relação internacional desses Países com Países da própria América Latina. Mas isso não está interessando aqui. (soa a campainha)

Agora, o Governo Brasileiro precisa reagir, e de forma exemplificar, contra esse ato de irresponsabilidade. Esse ato atrevido de querer malsinar uma empresa que é um orgulho nacional de todos os brasileiros. E, sobretudo, porque a acusação ela é leviana, ela não procede, ela não tem fundamento. E ninguém melhor do que a Agência Nacional de Aviação sabe disso. Porque compete à Agência Nacional de Aviação, entre outras atividades, fiscalizar o bom funcionamento e a segurança das empresas brasileiras da aviação comercial e da aviação geral, assim como os táxis aéreos brasileiros. Então é preciso que haja uma reação.

Não é justo que o Brasil se limite a dizer: “Não, eu não concordo com isso”. Eu acho que esse ato é um ato de relação diplomática, a própria embaixada dos Estados Unidos tem que ser interpelada para desautorizar esse precipitado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parece até um boicote.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Claro que é. E nos é dado o direito, diante do que houve, de suspeitar que há algum interesse subalterno nisso aí. Não sei se há. Não estou querendo fazer juízo temerário, mas nos dá todo o direito de suspeitar que existe alguma coisa por trás disso tudo. Aqui já foi citado que nunca uma autoridade brasileira ou de qualquer outro País ousou fazer a mesma coisa em relação às empresas americanas que entraram em crise. Já agora tem pelo menos duas que estão em crise aí. Essa crise das empresas de aviação comercial no mundo ela é sempre recorrente. Ora é uma crise do terrorismo, mas mesmo sem terrorismo as grandes empresas americanas já enfrentaram grandes crises. Não adianta aqui querer analisar o porquê, mas essas crises aconteceram, mas elas acontecem.

Mas o que eu queria dizer, para concluir, é que nós não devíamos apenas ficar nas medidas emergenciais e específicas para o caso da VARIG. Um dos fatores que agravou a crise da VARIG foi, sem dúvida nenhuma, os custos da manutenção. Sobretudo os combustíveis brasileiros que são escandalosamente caros. Estão entre os mais caros de mundo se não o mais caro do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Uma viagem internacional, por exemplo, se um avião sai lá de Porto Alegre e descer no Rio de Janeiro, o combustível é pago em dólar. Nossa moeda não é dólar.

(soa a campanha)

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) –

Nós não vendemos, as empresas comerciais brasileiras não vendem passagem em dólar. Sem falar de outras coisas. Por exemplo, nós não vemos os aviões da EMBRAER serem vendidos no Brasil. Por um princípio geral de comércio, não se exporta imposto. Então um avião que vai para os Estados Unidos, que vai para muitos dos Países do mundo e que comprem porque o produto é bom, porque o produto é tão seguro quanto os melhores do mundo, eles não estão pagando impostos. Já as empresas nacionais não comprem os aviões da EMBRAER porque se comprarem os aviões vão ser onerados pelos pesados impostos que são cobrados aqui. Claro que eu não estou aqui querendo fazer... (risos) pregar a política de renúncia fiscal, pura e simplesmente. Mas há que se ter um tratamento que permita, inclusive, a EMBRAER se sustentar também no mercado interno. Nenhum País industrializado pode ter uma economia forte se não tem consumidor interno. Já era tempo de se cuidar disso.

Mas eu volto à questão do combustível. Não teria sido uma das razões que levou a VARIG a essa situação? Todos reconhecem isso. Pelo menos nós lemos isso todos os dias nos jornais. Todos os dias nós lemos isso nos jornais. Por que então o Governo Brasileiro não... E nós aqui que temos também responsabilidade com isso, não estudarmos a questão pela causa que não está sequer sendo tangenciada nesse momento. Eu sou favorável a qualquer solução que permita a VARIG sair dessa situação. Pelos aspectos econômicos, pelos aspectos até de auto-estima do povo brasileiro, mas, sobretudo, pelos aspectos sociais. O prejuízo imenso (soa a campanha) que nós vamos causar a uma parcela altamente classificada dos trabalhadores brasileiros. Os aeronautas, os aeroviários, enfim, todos aqueles que estão envolvidos com essa questão. Nem sequer discuto. Cabe aos técnicos, cabe ao próprio Ministério... Eu não sei porque é que a Ministra Dilma Rousseff não está aqui, porque todas essas soluções, como disse o Senador Garibaldi muito bem, passam pelo Governo Federal, passam pelo Executivo, o Legislativo discute, o Legislativo formula, propõe, etc., mas a decisão é uma decisão típica de Executivo. Não só o Federal, mas o Estadual também. Um bilhão e duzentos milhões de débitos com a VARIG. Quatro bilhões e meio do Governo Federal.

Então, eu acho que a solução não pode ignorar também a causa primária dessa crise, no meu entender. Posso até estar dizendo uma heresia, mas acho que não estou, porque conheço razoavelmente essa questão do custo dos combustíveis, não só para a aviação comercial, mas para a aviação de modo geral.

Essa é a colocação que eu queria fazer, Sr. Presidente, que ficasse registrado aqui essa preocupação com as causas da crise, também. E no meio de todas elas, como principal crise no meu entender, a questão dos combustíveis, a questão da manutenção em geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) –

Para conhecimento dos membros das quatro Comissões, a pauta das reuniões de Audiência Pública com as Comissões de Serviço de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, é a seguinte: Na próxima quinta-feira, às 10 horas, dia 27, portanto, estarão aqui presentes como convidados o Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações. Dr. Adarci Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Prof. Paulo Rabelo de Castro, Consultor da TGV. A Srª. Graziella Baggio, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeronautas. A Srª. Selma Balbino, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeroaviários, e o Dr. Demian Fiocca, Presidente do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, BNDES. No dia 2 de maio, terça-feira, de hoje a oito, às 10 horas, Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, e o Dr. Valdir Pires, Ministro da Defesa. Esta é a relação dos participantes dos próximos debates a serem realizados no âmbito das quatro Comissões que tratam da questão VARIG.

Eu concedo a palavra neste momento ao Senador Flexa Ribeiro, mas antes, porém Senador, eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos, tendo em vista que eu irei a Plenário tentar me inscrever para falar. Eu concedo a Presidência... Passo a Presidência ao Senador pelo Rio Grande do Sul, nosso Paulo Paim, para dar continuidade aos nossos trabalhos, e agradeço a todos os convidados pela deferência e cordialidade com que trataram todos aqueles que presidiram essa Sessão e todos aqueles que participaram dos debates.

Eu acho que esse debate foi construtivo, vai resultar positivamente em favor do Brasil. Porque se falando da VARIG, nós estamos falando do Brasil. De um patrimônio inalienável do povo brasileiro.

Portanto, com a Presidência o nobre Senador Paulo Paim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Paulo Paim, o Senador Arthur Virgílio solicitou-me que invertesse a ordem. Que ele tem um compromisso em Plenário, e da minha parte não há nada contrário. Posso passar então ao Senador, se V.Exª. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao líder Arthur

Virgílio, conforme já decidido pelo Presidente que me antecedeu, com cinco minutos, mas com a tolerância de mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Muito bem, Presidente. Antes de mais nada, eu ressalto quando cumprimento todos os integrantes desta Mesa, tão consistentes, eu ressalto... Estava acompanhando no que podia o debate por informações de Assessoria e por televisão, o nível alto, a conversa construtiva, a busca efetiva de soluções. Mas faço aqui uma... E vou me ater a questões basicamente técnicas, mas evidentemente que manifestando a minha estranheza com algumas incoerências, uma delas básica. Eu vou ter que por uma incoerência ou outra, eu não sei se somas de incoerência, dá incoerência. Na matemática eu saberia da resposta, aqui eu não sei. É o Brasil abrir as burras do BNDES para o metrô de Caracas, numa hora em que Caracas não só esbanja... Eu diria até que desperdiça petrodólares como os aufere cada vez mais, e essa outra posição que se choca com a primeira do Governo de fazer o papel da Ms. Thatcher. Ou seja, deixa quebrar, estou nem aí. Porque a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Bush não deixou quebrar as empresas após o 11 de setembro, mas a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Mas a Ms. Thatcher não colocaria nenhum tostão no metrô de Caracas. Ela procuraria trabalhar realidades nacionais, realidades brasileiras. Mas eu não vou por essa vereda. Primeira pergunta que faço dirigida, Sr. Presidente, à Mesa, ou seja, quem imaginar que pode respondê-lo ou deve respondê-la que o faça, não estou direcionando a quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Todos Senadores falarão e responderão em bloco, no final.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Ah, muito bem. Então, a primeira pergunta – A VARIG que aufere somente com vôos internacionais, ou seja, traz para o Brasil moeda dita forte, um bilhão e duzentos milhões de dólares por ano, apenas com vôos internacionais, ela não seria viável economicamente? A segunda pergunta – Não seria de interesse do Governo Brasileiro, seria de interesse do Governo Brasileiro perder a marca VARIG no exterior? Isso demora décadas para se construir e eu não sei se não é algo a ser pesado à base do Meta comércio. Meta comércio é aquele que não aparece em dinheiro. Ou seja, se o Chile e a Bolívia, que já tiveram problemas de fronteiras terríveis, se diz assim: "Olha, eu gasto menos em armamento e você gasta menos em armamentos, aí você aplica em educação, eu aplico em saúde". Significa que eu passei a ter dinheiro com o qual eu não contava porque o dinheiro estava dirigido a armamentismo – isso

em linguagem de economia de política internacional se chama de meta comércio. Então, não seria de se levar em conta esse dado de meta comércio que é o tempo que se leva para construir uma marca desse peso no exterior? Pergunto algo que – não sei se estou aqui repetindo outros colegas, se estou me perdendo – o prejuízo de socorrer a empresa não é menor do que a perda de arrecadação, dívidas tributárias hoje existentes? Se eu quiser ser bastante econômico, ou seja, o que é que é mais? O que a empresa tem a pagar ou o que seria o aporte necessário para ela com as intervenções todas necessárias para ela se soerguer.

Não seria possível se montar... Não estou falando de estatização, eu até sou contra a figura da estatização. Não quero voltar àquele passado, não. Tenho o maior medo de que muita estatização termine "de-lubizando" a economia. E eu não quero isso. Quero o Brasil a favor da correnteza que exige produtividade, exige competitividade sistêmica a partir de medidas que passam por reformas estruturais que precisam ser retomadas nesse País, e passam, inclusive, por nós, entendemos como objeto de acerto o conjunto de privatizações que esse País vivenciou recentemente e que significaram muito.

Eu ouvi a palavra do Presidente da PETROBRAS outro dia dizendo que chegamos à auto-suficiência porque a PETROBRAS é estatal. Não é verdade. Chegamos à auto-suficiência por causa do esforço de décadas de brasileiros, e técnicos da PETROBRAS, de investimento de sucessivos governos e chegamos apesar da PETROBRAS ser estatal. Eu que sou a favor de mantê-la estatal. Chegamos porque se quebrou o monopólio estatal do petróleo e porque se fez uma reforma administrativa na PETROBRAS muito séria. Então não estou encampando a opinião do ilustre Prof. Carlos Lessa. (soa a campanha)

Mas muito bem, não seria possível se estruturar a empresa... Aí sob a supervisão do Governo e não o Governo como dono da empresa, cumprir seus compromissos num projeto que levaria uma empresa com a sua credibilidade restabelecida a pulverizar ações no mercado? Pergunto ainda – Se a nova direção da VARIG desistir do negócio com os portugueses, quem pagará a conta de 12.5 milhões de dólares imposta pela TAP a título de indenização? Eu temo por um certo vácuo que vejo estabelecido aí.

Muito bem, aí eu volto àquela história da Ms. Thatcher. O Presidente Lula e os Ministros Guido Mantega e Dilma Rousseff afirmaram que não seria papel do Governo socorrer a VARIG, que teria que encontrar uma solução sem recursos públicos. Qual seria uma solução sem recursos públicos? Ou seja, mais simples é realmente deixar quebrar com os prejuízos todos

que estamos vendo, mas eu insisto que nós devemos exercitar os nossos neurônios ao máximo para encontrarmos uma saída, uma saída que seja compreendida, inclusive pelas concorrentes. Não é hora da concorrente tal querer ganhar a outra, abocanhar. Não. Está na hora de pensarmos grande, e não abrir mão de uma empresa com características multinacionais, transnacionais como a VARIG que deveria ser... só entregar se não tiver mesmo outro jeito. Se for essa, de fato, no consenso, a melhor saída para o País.

Muito bem. Aí essa aqui é a minha Assessoria... Eu tenho um pessoal perverso na Assessoria. Eles falam assim: “Em seus tempos de sindicalista, Lula assinou artigo defendendo ajuda do Governo à VARIG. Porque está se negociando ajudar?” Eu não estou aqui querendo discutir o passado do Presidente Lula porque eu não sou psicanalista, eu entrei por outro ramo de atividade. Eu enveredei por outro ramo de atividade humana, enfim, de atividade profissional. Eu sou mais do ramo das ciências sociais, mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A gente acaba tendo que ser. Mas eu não tenho essa ambição... Psicólogo, assim aquele Psicólogo meio rábula, aquela coisa... Mas o fato é que eu não estou dando bola para os artigos que o Presidente assinou. Não quero questioná-lo, ou seja, o Presidente assinou artigos ingênuos, como quase tudo que dizia era ingênuo, como quase tudo que dizia não era prático, como quase tudo que dizia não era para realizar, como quase tudo que dizia visava mesmo a manter aquela aura do líder popular que faria o Governo ideal quando esse Governo ideal se apresentasse à frente dele. Então não quero questionar a figura. Me interessa muito pouco essa figura. Me interessa saber do Presidente da República de hoje, se ele é capaz de compreender a importância de uma grande empresa nacional. Com ramificações no exterior forte. Com características transacionais. Se ele é capaz de entender hoje, agora, neste momento, o Presidente Lula se ele é capaz de entender neste momento agora que nós poderíamos perfeitamente tentar uma saída que fosse a de menor custo para os cofres públicos e que redundasse com muita rigidez em relação às cobranças a se fazer à VARIG do ponto de vista de não dispensar dinheiro público lá, mas com a saída com o menor custo de dinheiro público que mantivesse voando uma empresa que a mim... Eu vejo, imagine o Paim, o Pedro Simon, imagine o Zambiasi, eu vejo com dor. Eu olho no aeroporto, toda hora estou no aeroporto e vendo no aeroporto, até quando isso vai ficar aqui, quando é que nós vamos ter de novo? E eu vejo e é muito fácil.

Algumas pessoas escrevem com lucidez, “Ah, mas as empresas nascem e morrem como as pessoas”. É verdade. Nos Estados Unidos a PAN AM morreu. É verdade. Mas é verdade que com o 11 de setembro o Presidente Bush entendeu que estava na hora de dar uma injeção naquelas empresas lá, ate pelo trauma que a sociedade e o turismo americano sofreram com o gesto deslocado da Al Qaeda.

Eu não gostaria... Não ficaria bom para minha consciência não fazer um gesto. “Ah, mas está adotando posições nacional-desenvolvimentista”. Não, não estou querendo aceitar a posição do ilustre e respeitável Prof. Carlos Lessa. Não é essa posição que eu quero, não. Eu só estou querendo saber se na lógica de um País moderno, de um País que se insere cada vez mais no mundo da economia dos mercados globalizados, se nós temos ou não temos saída para uma grande empresa brasileira. Se a saída mais simples é essa. É essa “a la Thatcher”. E aí eu queria o dinheiro do BNDES de volta, aquele do metrô de Caracas, para sermos pelo menos minimamente incoerentes, nesse mar de incoerência que eu estou vendo grassar neste País. (soa a campanha)

Eu vou correr no Plenário, porque eu tenho uma fala para fazer e volto para ouvir a resposta, porque eu sei que ainda tem gente na minha frente. Muito obrigado aos Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Arthur Virgílio ficou exatamente dentro do tempo. Cinco com mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Como sempre. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, cinco minutos com mais cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Paulo Paim, eu quero saudar a todos os nossos convidados e dizer a V.S.s. que escutei atentamente os quatro primeiros. Tive que me ausentar para participar de uma outra Audiência Pública na Comissão de Meio ambiente e retornei aqui face à importância do tema que estamos aqui discutindo. Tão importante é que une quatro Comissões Permanentes da Casa, e traz com muita satisfação para nós, muita honra, os Deputados Federais dessas também Comissões da Câmara, de discutir em conjunto, já o Congresso Nacional mobilizado para discutir a questão da VARIG, que é uma questão que eu diria nacional.

Há uma comoção da sociedade brasileira no sentido de encontrar, de se ver uma saída para a permanência da VARIG no setor da aviação civil do nosso País. E aí, Senador Paulo Paim, V.Ex.^a. que tem sido defensor permanente aqui da causa da VARIG, e de

todos, todos os Senadores, todos os Deputados, eu diria todos os brasileiros defendem a causa da VARIG. Eu até pelo que eu pude depreender das informações dos quatro primeiros convidados, nós já temos uma análise aprofundada da situação da VARIG. Nós temos um diagnóstico da questão da VARIG. Nós temos que ter é o receituário, agora, para que a gente possa tirar esse paciente. Senador Arthur Virgílio disse ainda há pouco que as pessoas nascem e morrem. Mas a morte do ser humano é inexorável. Nós temos que aqui lamentar o fechamento de qualquer empresa, seja ela de qualquer porte. Porque quando se tenta diminuir a taxa de desemprego, nós temos que começar lutando pela manutenção dos empregos atuais. Porque cada vez que a gente cria emprego nós perdemos outros, nós vamos ficar sempre numa aritmética de resultado pelo menos zero. E nós temos que ter resultado positivo na diminuição da questão do desemprego.

Então, eu ouvi atentamente. Me parece que a primeira questão que é sobejamente de consenso, foi o afastamento da gestão da VARIG que levou a essa situação que a VARIG se encontra. Houve a mudança de gestão. Há o engajamento de todos os trabalhadores da VARIG. O Dr. Marcelo colocou aqui com propriedade, fazendo uma avaliação do teste que está passando a nova Lei de Recuperação das Empresas, e fazendo um paralelo com a legislação americana, no sentido de que a VARIG não teve o cuidado – a Senadora Lúcia Vânia há pouco perguntou qual seria o motivo – a VARIG não teve o cuidado de se preparar para ser atendida pela Lei de Recuperação das Empresas. Ou seja, ela não... Não sei qual o motivo, mas ela não fez um caixa para manter a necessidade, ou o não atendimento que é natural, é de mercado, dos credores e dos fornecedores dela quando entrasse no plano de recuperação, que ainda é visto a nível nacional como uma falência, apesar de não ser mais, e de forma acertada aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então eu acho que a primeira coisa que nós tínhamos que fazer, e quero dizer que o Senador Suplicy ainda há pouco disse que voou pela VARIG, eu tenho desde que possível, voado pela VARIG. Eu tive uma reunião quarta-feira à noite em São Paulo, fui ao início da noite e retornei de lá pela VARIG, porque tinha que estar aqui cedo no Congresso, no Senado, e saí de lá nesse mesmo voo que ele fez referência 6h56 de Congonhas e saiu pontualmente. Lamentavelmente o número de passageiros não era aquele talvez adequado.

Então, primeira coisa que temos que fazer, ao invés de fazer o que o Cônsul dos Estados Unidos e do Reino Unido fizeram, é de instar à população brasileira que faça, de preferência nesse momento, a voar pela

VARIG, para que a VARIG possa ter a capacidade de voltar a ter a sua saúde financeira para atender as necessidades imediatas quais sejam aqui já colocadas.

E apenas para colocar aqui, Senador, e sou solidário à questão da VARIG, tenho vários amigos que são comandantes da VARIG, e tenho pessoa de família minha que era do Grupo VARIG Cruzeiro do Sul, que foi incorporada, então eu tenho e sou solidário como os outros Senadores, também, a todas as propostas que aqui foram postas. Acho que nós temos que acelerar essas Audiências Públicas para que se chegue, porque o processo que leva a insolvência de um Banco é a corrida dos clientes a retirar o dinheiro. O que pode levar a insolvência da VARIG é a ausência de passageiros para manter a sua atividade do dia-a-dia.

Então, é por isso que eu digo – Quem puder que voe pela VARIG nesse momento que a VARIG precisa de apoio de todos nós, mas precisa do apoio também dos passageiros brasileiros que o façam.

E aí eu queria colocar aqui como provocação, até para tentar... Provocação no bom sentido de se tentar encontrar uma saída. Foi colocado que havia um interesse dos aeroviários da VARIG, trabalhadores da VARIG, de utilizar parte do seu Fundo de Pensão para capitalizar a VARIG, algo em torno de duzentos milhões de reais. Me parece que esse seria o número e que em face do Governo Federal no AERUS, não foi possível. Não sei o caso, Senador Paulo Paim, isso já foi feito em outras oportunidades, não para essa finalidade, mas para capitalizar a PETROBRAS, para capitalizar a VALE DO RIO DOCE, no sentido de trocar as suas ações pelo FGTS dos trabalhadores. Não seria o caso agora de haver um estudo nesse sentido, já que é uma ação de escolha pessoal, não é nada impositivo que se possa fazer uma capitalização da VARIG via o uso do FGTS, troca de ação. Seria uma questão de risco. Quem acreditar na VARIG vai lá e pode comprar o número necessário de ações no sentido de tentar capitalizar a VARIG.

Eu coloco isso aqui no sentido de abrir essas oportunidades para que a gente possa encontrar um caminho que de uma forma bastante ágil possa então dar o reforço necessário. Porque eu tenho certeza absoluta, que assim como as outras companhias estão em condições de terem auto-suficiência e terem lucro, a VARIG também. Resolvido esse problema emergencial que já se arrasta há bastante tempo, ela possa então, a partir daí, saudar seus compromissos. Aí é ganho para todo mundo. Porque nós estamos falando de 11 mil funcionários, mas não estamos falando dos indiretos. Aqueles que dependem dos que prestam, e o comandante me ajuda aqui dizendo que são outros 50 mil trabalhadores que também serão penalizados,

que aí eu acho que ninguém lucra. O próprio governo e os próprios credores não terão como, já que o patrimônio é negativo, não terão como se retornar, terem de volta os seus créditos junto à VARIG.

Então, é preciso que haja um esforço de todos no sentido que com uma injeção de recurso a gente possa revigorar e ter esse patrimônio nacional continuado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero dizer que a sua sugestão nós vamos encaminhar à Comissão para um debate adequado. De imediato, Senadora Serys Slhessarenko. Cinco minutos com mais cinco.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Bom, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senhores que participam dessa Audiência Pública, eu diria da maior relevância e acredito que muita coisa aqui já foi discutida, muita mesmo, e como nós já temos mais duas audiências, foi isso que eu entendi quando eu adentrava aqui, dois momentos de audiência e talvez até mais nos próximos dias, eu diria que a gente vai... Que a nossa crença de que vai se encontrar uma saída. Todo mundo junto buscando.

Não precisa dizer da minha crença na importância da VARIG. Pela sua tradição, pela história, etc., etc., etc. Pelos trabalhadores, são milhares e milhares, estão sendo falados aí, 11 mil diretos, 50 mil indiretos, e isso aí é uma questão que tem que ser considerada, sim. É o turismo brasileiro. Me preocupa grandemente. Por exemplo, eu sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso. A VARIG já parou lá em Mato Grosso tem algum tempo. Nós brigamos do jeito que pudemos, tentamos segurar pelo menos um vôo da VARIG e não conseguimos. Aí existe lá um entendimento, passam os vôos internacionais, para as outras companhias, enfim, o turista chega lá. Mas chega já com muito mais dificuldade do que chegava quando tinha o vôo da VARIG.

Mato Grosso que é um Estado em potencial gigantesco turístico, que está começando agora a se organizar, tem muito para se tornar muitíssimo maior. Eu diria que hoje ele é 10% do que ele tem de potencial. Mas uma questão como essa da VARIG já atrapalha até os 10% que a gente já tinha.

Então, eu acredito que essas questões todas têm que ser consideradas. Não é simplesmente vai a falência e acabou. Agora, por outro lado, eu me questiono também, eu diria que isso tem que ser aprofundado grandemente, o entendimento que levou a VARIG a essa situação. Porque de repente tem gente que se beneficiou. Eu não sei, não estou fazendo nenhuma acusação aqui. Eu só quero saber. Eu acho que a gente precisa saber. Porque essa história de não vamos olhar para o passado, deixa os culpados para lá, é isso

que vai levando uma coisa atrás da outra. Essa é uma questão. Acho que tem que esclarecer essa questão. Como vai se buscar esclarecimento, eu não sei. Não sei mesmo. Em termos de investigações, etc. Não é só simplesmente deixa como está e vamos ver daqui para frente. Tem muita gente que adora esse discurso por aí em todos os sentidos. E eu não gosto, não. Eu gosto de tocar daqui para frente, mas eu gosto de ver por que é que isso ficou lá para trás. Não é só no caso da VARIG, em tudo, mas na VARIG, também.

Então eu acho que essa questão seria importante. Agora vejo que a gente tem que achar uma alternativa, tem que achar uma saída. Sei também que o Brigadeiro João Carlos é uma pessoa que tem um grande conhecimento como todos os outros, eu não estou discutindo, até porque eu não assisti de todos, (risos) assisti os dois primeiros, que eu tinha várias outras Comissões, como tenho já, já, aqui para a Comissão do orçamento. E eu gostaria de fazer uma pergunta bem direta – Qual a solução para o caso da VARIG, tanto no que tange a VARIG nacional quanto a VARIG internacional? Ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato a palavra ao Senador Romeu Tuma, cinco minutos com mais cinco, se necessário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou procurar ser rápido, que infelizmente como disse a Senadora Serys, vai para cá e vai para lá, essa correia a gente acaba perdendo mais da metade do que é colocado aqui.

Então, praticamente a gente fica quase sem pergunta a fazer. Eu queria só fazer uma sugestão para BR para falar com a PETROBRAS, fazer uma campanha através dos aviões da VARIG. O Brasil conseguiu auto-suficiência em petróleo e pagar em querosene de aviação. Provavelmente ajude a VARIG a voar com essa publicidade pelo País e pelo mundo inteiro. Não estou falando de brincadeira, estou falando que já que há um investimento enorme da PETROBRAS na campanha da auto-suficiência, eu não estou criticando a campanha, eu estou apenas achando que poderia usar o avião da VARIG e botar ali e a VARIG receber em combustível. Talvez isso aliviasse e desse condições de vôo.

Mas eu vôo pela VARIG. Ainda semana passada, Senador Paulo Paim, o Paulo Paim é gaúcho, tem um amor especial pela VARIG. Eu como paulista também tenho. Eu passo toda semana na Ruben Berta, porque eu moro pegado ao aeroporto. Então mesmo para ir ao aeroporto ou não, eu passo pela Ruben Berta. Então o Senador Simon talvez tenha cometido um pouco de injustiça em dizer que se a VARIG fosse paulista estava resolvido. Não é verdade. Eu acho que o amor que se tem pela VARIG ele é histórico, Senador Paulo Paim.

Ela tem a vida toda a serviço do País, em divulgar... Era considerada... Sempre a gente procurava vôos internacionais a VARIG pelo atendimento elitizado que ela dava ao passageiro. Ainda semana passada eu pedi para ir a São Paulo num vôo de um horário que eu precisava, a secretária disse, “Só tem da VARIG. Eu vou ver da TAM e de outras...” Eu disse, “negativo. Por que é que não da VARIG? Eu vôo na VARIG”. “Mas estão cancelando”; “Não importa, eu vou ao aeroporto, se cancelar eu procuro outra”. E eu fui e sofri muito nesse vôo, Senador. Sofri porque a chefe da equipe sentou ao meu lado e começou a chorar pelo desespero que os funcionários da VARIG estão sofrendo com a possibilidade de ficarem desempregados. E não há a possibilidade de repor essa mão-de-obra especializada em outros setores de trabalho. Porque a maioria tem mais de 15, 20 anos de serviço e não vão encontrar emprego fácil. Alguns pilotos conseguiram ir para Ásia, para outros lugares que eu já cruzei com eles, mas a grande mão-de-obra que é especializada, a VARIG antiga, ela não tem como recompor os empregos se a VARIG fechar.

Então aqui tem propostas de sacrifício de funcionários, de sacrifício até da Previdência. Eu até li com atenção do Grupo VARIG e do Jorge Lobo a apreciação, inclusive o comentário do consultor, estão gerenciando, e ele fala que o plano emergencial da ALVAREZ & MARSAL negociando com os credores. Fora a BR Distribuidora e a INFRAERO. Porque V.Ex^a. disse aqui, que uma estatal não pode. Depende do Tribunal. Se o Tribunal decidir o contrário, não tem como socorrer. Mas a BR é uma estatal relativa, porque a PETROBRAS tem ações de fora. Ela é o capital misto. Então não sei se ela pode ou não negociar a BR essa parte de financiamentos novos para a VARIG continuar voando. Eu faço um pouquinho de... Para trás. Eu tenho um minutinho ainda. Mais para trás, eu estou aqui há 10 anos. Oito do primeiro mandato e dois do segundo mandato. (soa a campainha) Acho que mais de cinco, seis anos nós temos Audiências Públicas dedicadas às companhias áreas. Pelas dificuldades que elas atravessam, inclusive do período de intervenção. Que tiveram que ir à justiça e a grande maioria... Não sei se já falaram sobre isto aqui, a grande maioria teve vitórias na justiça e querem fazer um encontro de contas.

Eu tenho muito respeito pela Ministra, acho que ela virá aqui, mas eu não entendi por que é que é um saco sem fundo, Senadora Lúcia Vânia. Eu não entendi. Porque quando se fala um saco sem fundo é porque tem algum ralo grave ali que não dá para segurar o dinheiro. Você tem que equacionar a dívida para pagamento de dívida e direto. Do Banco que financiar direto com o credor. Não vai para mão da administração. Então

tem que ser um crédito fixado já para fazer o acerto de contas. Então eu não sei o que é saco sem fundo. Não entendi. Sei que a Ministra é uma pessoa correta, tem respeito pela sociedade, e acho que a empresa é uma empresa que eu vi todos aqui ninguém aqui falou uma palavra contra a recuperação da VARIG. Ou como diz o Senador Arthur, Margareth Thatcher. Nenhum deles falou com a Thatcher da Inglaterra. Todos querem ver qual é o caminho que dá para solucionar. Estão tão desesperados, provavelmente, como os funcionários. Porque não querem ver a VARIG se afundar completamente nessa luta que se desenvolve.

Eu acho que o País inteiro, Senador, não são só os Senadores gaúchos, não. Acho que eu queria me incorporar como paulista à luta do Senhor e sei que os outros paulistas também têm isso, em Goiás também, todos nós queremos que a VARIG se salve de alguma forma. Eu não... Eu vi aqui. O que é que é garantia de penhor do *Smiles*? O Senhor falou sobre isto aqui. Pelo menos está nesse VARIG um patrimônio nacional, um estudo que foi feito pela Advocacia, fazendo referência à empresa ALVAREZ & MARSAL. Não é isso? TOUCHE TOHMATSU e ALVAREZ & MARSAL que está fazendo a busca de uma solução técnica e econômica para isso. E essa intervenção, no fundo, que o Governo fez para seqüestrar os bens do fundo, para evitar que esse capital pudesse servir de geração de capital para a VARIG, qual foi a fundamentação correta e legal que foi dada para que isso houvesse uma intervenção em 24 horas? Praticamente de um dia para outro quando houve o compromisso dos funcionários de abrirem mão dos fundos para poder ajudar a VARIG com o saldo de quinhentos milhões, se não me engano, que tem no fundo. Não é isso?

Então, Sr. Senador, é isso aqui. Estou pronto para colaborar no que for possível. Acho que a luta é grande e tem que se encontrar uma solução talvez dentro desse plano de recuperação das empresas e ver se tem um espaço, um *stand-by* que o Governo, já que o Juiz tem uma decisão favorável, uma perspectiva de solução, que os outros setores públicos que também acompanhem num prazo em *stand-by* para ver se consegue alcançar aquele fundo para tentar equacionar os problemas da VARIG como pagamento do passado e ter um presente mais ativo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos os Senador já fizeram uso da palavra. Por uma decisão do Presidente anterior, ele havia já anunciado que depois que os Senadores falassem, ele abriria mão para os Deputados presentes. Como só está presente o Deputado Babá, e o horário já ultrapassa às 14 horas, Deputado Babá fará uso da palavra e em seguida, independente da chegada de um outro

Parlamentar, a gente vai passar a palavra à Mesa por cinco minutos com mais cinco. Eu peço ao Deputado Babá se possível ficar dentro dos cinco minutos. Está com a palavra.

DEPUTADO BABÁ (PSOL-PA) – Pois não. Muito obrigado, Paim. Primeiro que eu queria falar que a minha companheira Luciana que estava agora há pouco aqui comigo não vai poder vir porque nós estamos com outro compromisso de bancada. Então, eu vim aqui falar pela bancada do PSOL.

Eu acho que o importante desse debate, primeiro, é constatar que a VARIG é uma realidade nesse País. Mesmo com problemas. Uma empresa que é um patrimônio nacional, não apenas de seus funcionários. E efetivamente os funcionários sempre nessas crises, são os que saem mais prejudicados. Podem ir atrás como andam hoje os trabalhadores da VASP, como andam os trabalhadores da TRANSBASIL, que no caso é diferente da VASP, porque efetivamente o Sr. Canhedo e o proprietário da TRANSBASIL deram belos canos nesse País, no orçamento público, e que levaram aquelas empresas a uma situação de insolvência, mas quem pagou o preço alto foram seus trabalhadores. Pilotos, Comissários de bordo, Comissárias de bordo, pessoal da manutenção. E a VARIG tem um patrimônio acumulado de profissionais com a maior qualidade, sem sombra de dúvida desse País, é um exemplo. Aliás, a aviação brasileira tem tido um grau de respeitabilidade pela sua atuação e a VARIG é um exemplo disso. Inclusive pela dedicação desses trabalhadores que estão aí, dos aposentados que estão na iminência de dentro em pouco não receberem mais nada do AERUS, e que é preocupante.

Pessoas que estão aí, que dedicaram a sua vida à empresa e a esse País, que daqui a alguns meses terão que cair, na verdade, da aposentaria que recebem para uma aposentaria simplesmente do INSS que todo mundo sabe o baque que é para essas famílias. Mas, aos milhares que trabalham na VARIG, os familiares deles, infelizmente eu não trouxe uma cartinha que uma menina tentou entregar para o Lula, filho de um Comissário e uma Comissária mostrando qual a situação dessas famílias.

E eu queria pegar essa discussão por um lado. Eu participei domingo num ato, no Rio de Janeiro, dos companheiros, como a companheira Luciana participou lá no BRIC da Conceição, que nós estamos acompanhando efetivamente esse caso, e é interessante perceber, e aí eu falo ao Governo aqui, tanto a INFRAERO como a BR Distribuidora que é uma companhia estatal, por mais que seja capital aberto, é Governo. Não adianta tirar agora, dizer que é uma empresa de capital aberto, por isso tem que dar res-

pensabilidade aos seus... A principal responsabilidade da BR Distribuidora efetivamente é com a população brasileira porque é uma empresa estatal. E mais. O Governo deve à VARIG quase cinco bilhões de reais. Só isso praticamente já resolveria em grande parte o problema da VARIG. A Ministra Dilma Rousseff disse que vira as costas e diz que não vai injetar dinheiro público na VARIG, como se esse Governo não tivesse devendo nada para VARIG. Só isso já resolveria em grande parte este problema.

Mas é interessante, o mesmo Governo que vira as costas para a VARIG, uma empresa nacional, com todos os profissionais aqui nesse País que voa, que tem vôos internacionais, que eu acho que o Governo Brasileiro em retaliação deveria também colocar ao Sr. Ministro das Relações Exteriores para dizer para a população brasileira não voar nas companhias norte-americanas e nem européias que viessem para fazer esse vôo internacional para o Brasil, porque não é possível que a gente fique recebendo todos esses ataques e não faça nada.

Mas, vejam bem a contradição ao Governo. Vira as costas para a VARIG dizendo que não pode injetar dinheiro público na VARIG. Mas na Brasil Ferrovias o BNDES entrou com um bilhão e quatrocentos milhões, há pouco tempo atrás, de uma empresa que, na verdade, deu um prejuízo brutal a esta Nação, que foi privatizada, o Governo Lula teria todas as condições morais de reestatizá-la, porque era uma empresa estatal, porque foi entregue na época do Governo Fernando Henrique Cardoso como toda a crise que fizeram com as ferrovias brasileiras argentinas, que também está causando o mesmo problema naquele País. O Governo injeta um bilhão e quatrocentos milhões.

Na ELETROPAULO, onde a ENRON, que deu aquele cano internacional, que comprou a ELETROPAULO, a AES. E qual foi o papel do Governo? Que deu também outro rombo. Qual foi o papel do governo? Foi reestatizar a ELETROPAULO como deveria ter sido feito? Não. Injetou dinheiro público na ELETROPAULO porque o Bush assim queria. Porque o Bush não permitiria. Infelizmente é essa a situação. Um Governo refém do capital internacional, que não pode despendar nem os cinco bilhões que deve à VARIG, mas pode pagar 11 bilhões ao mês só de juros da dívida pública, em média. Porque nos últimos meses foram 15. Ora, vejam: No último mês o Governo paga 15 milhões de juros aos banqueiros (soa a campanha) – Eu pediria dois minutos para concluir – E se nega a pagar um terço disso à VARIG que corresponde na verdade, três vezes a dívida da VARIG. Em um mês de juros da dívida. Não estou nem querendo entrar na questão social, do País, tudo mais. Só para dar um exemplo de como

o Governo age com relação quando é uma empresa multinacional, ele ajuda. Quando é uma empresa nacional, ele vira as costas e nem paga o que deve.

Portanto, nós queremos chamar atenção da população brasileira que ela tem que sair às ruas, porque essa luta não é apenas uma luta dos trabalhadores da VARIG. Essa é uma luta da população brasileira, se não quer ver essa empresa parar na mão da TAP ou das empresas multinacionais ou ser incorporada por empresas brasileiras de menor capacidade do que a própria VARIG no jogo que está aí por trás, na penumbra, que não se sabe efetivamente a quem beneficia, apesar de...

(soa a campanha)

Eu vou concluir, Paim. Para dizer ao Governo Lula que não é possível tratar esses milhares de pais de família que trabalham perfeitamente para esta Nação e não destinar a dívida e, inclusive, da mesma forma que fez com a Brasil Ferrovias. Por que é que o BNDES não pode também pegar, virar sócio da VASP em parte para ajudar na recuperação da empresa? Por que é que não pode? É por que ela não é comandada pelos Estados Unidos? É para beneficiar a AMERICA AIRLINE? É para beneficiar a BRITISH? Efetivamente, é.

Portanto, Tenente Brigadeiro da INFRAERO e vocês, inclusive, são um exemplo de trabalho. Felizmente não foi privatizada a INFRAERO. Felizmente. Porque aí nesse ponto os militares tiveram um peso importante nesse País, porque na Argentina foram privatizados todos os aeroportos. Foram privatizados AEROLÍNEA ARGENTINA (soa a campanha) e entregue na mão do capital espanhol e está na mesma crise ou maior do que a própria VARIG que atravessa no Brasil.

Então eu concluo aqui, em nome do Partido Social da Liberdade, nós temos que entender que o Governo tem que dar uma saída. Quem pode dar a saída a essa situação? O Governo primeiro, pagando a dívida que deve à VARIG, a BR Distribuidora que tem que compreender que é uma empresa pública e não uma empresa privada. Que tem que atuar assim não para objetivar e, aliás, o Juiz que tomou a decisão de impedir a entrega do avião da VARIG à empresa norte-americana agiu corretamente, como agiu corretamente o Juiz que não aceitou pedir a falência da VARIG. Agora, o Governo tem que ser pressionado a destinar o orçamento dessa Nação em parte para pagar a dívida e até para ajudar na recuperação da VARIG. Porque esse é o interesse também nosso, do País, de cada brasileiro, efetivamente sabendo com todos os problemas que hoje atravessa. É isso, Senador Paim, que nós queremos colocar aqui em nome do PSOL. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa Presidência abre mais uma exceção.

O Deputado Perondi pediu um minuto. A Mesa vai dar dois minutos. Um mais um.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)

– Parabéns, Senador Paim, Senador Simon, Zambiasi, por marcarem essa Comissão e trazer esse assunto que é importante. Que o Brigadeiro, Tenente Brigadeiro José Pereira disse muito bem da revista Isto que a VARIG tem posição estratégica no País. Parabéns, Brigadeiro José Pereira. O Senhor, o Ministro Valdir Pires, Ministro Marinho estão com essa visão maior, mais profunda do que significa a VARIG. A VARIG, no mês de março, transportou quase um milhão de passageiros, quase meio bilhão de receitas, e em termos de divisas traz um bilhão e duzentos, meu caro Dr. Milton Zuanazzi, gaúcho, que conhece mais do que quase todos aqui a importância da VARIG para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Um bilhão e duzentos na nossa conta corrente, nossa balança comercial. (soa a campanha)

Então precisa, sim, a visão maior do Governo. A VARIG que nós gaúchos, os cariocas, enfim, funcionários todos, aonde tem ponto da VARIG não querem meu caro Pedro Pereira da nossa querida BR Distribuidora. A VARIG não quer esmola, não quer intervenção, não quer dinheiro público. Quer uma relação comercial, apenas comercial, meu caro Senador Paulo Paim. E eu tenho certeza que não passa pela cabeça do núcleo duro do Governo que o caminho é o capital paulista assumir, através da TAM, a VARIG. O que havia dois anos atrás, há dois ou três anos atrás, pelo Chefe da Casa Civil. Não passa pela cabeça. E mais, temos o Dr. Ayoub, firme e claro. (soa a campanha) o Juiz que mergulhou, que administra como Juiz a recuperação judicial, acha que é viável. E realmente é viável. E já tomou a decisão de passar as ações para a Fundação Ruben Berta, já tem aí Dr. Marcelo representando a ALVAREZ para fazer a gestão judicial com competência.

Para encerrar, Senador Paim, eu não acredito que o Presidente Lula que quando sindicalista, que quando Presidente do PT, escreveu muitos artigos da importância para os trabalhadores da VARIG, e para o Brasil da VARIG, talvez Senador Paim, e isso é importante, o Congresso como está se manifestando, a Câmara e agora o Senado com força, passar mais informações. E aí tem Dr. Milton, o Brigadeiro e o Pedro Pereira de passar essas informações seguras. E mais, para encerrar de fato, o Tribunal de Contas aberto. (soa a campanha)

Então, é confiar na recuperação. Retirar da Fundação Ruben Berta. Os dráculas lá que mamaram, sangraram ao longo dos últimos 15 anos, têm que ir embora. Têm que ir embora de uma forma ou ou-

tra. Mas o Governo não pode ficar com essa marca. E está claro. É incrível com toda campanha negativa até semana passada. De semana passada para cá a imprensa começou ver que a VARIG é viável. E o Governo começou a reavaliar, o povo continua viajando, não é comandante? Continua viajando.

Então, evidente, não se quer dinheiro público. Não se quer. É uma relação comercial, meu caro Pedro. A PETROBRAS comemora a auto-suficiência. A PETROBRAS não pode comemorar o enterro por simplesmente um rigor comercial. A VARIG está no ar, a VARIG vai continuar no ar. E essa Casa, o parlamento está se levantando e com muita força. Parabéns, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado Deputado Perondi. Passamos de imediato a palavra aos nossos convidados, pela ordem aqui de inscrição. Eu vou dar também à Mesa cinco minutos, com mais cinco, se necessário. Eu passo a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de produtos de aviação da BR Distribuidora.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Finalizando a nossa participação eu queria registrar que a PETROBRAS Distribuidora é solidária nesse esforço de recuperação da VARIG. Desde a primeira hora ela tem prestado a sua colaboração naquilo que é possível, e a solução que a Comissão encontrar e que for a solução de consenso e solução de Governo, a BR irá cumprir. Nós não temos nenhuma restrição quanto a seguir com a solução que for de consenso e que for a solução que vier a ser recomendada por aquelas autoridades que assim determinarem.

Lembro apenas que a BR Distribuidora ela presta contas das suas ações, das suas atitudes ao Tribunal de Contas da União, e ela atua especificamente no que diz respeito às ações em relação à VARIG, em estrito acordo com as orientações que emanam do seu Conselho de Administração. Era só isso que eu tinha a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou ter que é quebrar o protocolo, porque o nosso Senador Jefferson Peres, e eu dizia aqui Senador, que V.Ex^a. mediante aquele discurso que fez, naquela quarta-feira, desencadeou uma série de debates, foi quarta, quinta e sexta, sobre a VARIG, e dessa iniciativa sua é que foi articulado pelas quatro Comissões essa Audiência Pública e outras que virão na sequência. E eu ia encerrar aqui com a fala da Mesa, mas antes de passar para os outros painelistas V.Ex^a. está com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pois não, Senador Paim, eu creio que V.Ex^a. está sendo generoso. Não fui eu quem desencadeou o processo.

Já vem de longo tempo. O Comandante Marsillac que é testemunha que um grupo de Parlamentares, um grupo ao qual V.Ex^a. pertencia, vem há três anos neste esforço coletivo pela salvação da VARIG. E eu nunca percebi. Não está falando aqui o Senador oposicionista, de forma alguma. Está falando o Parlamentar que procura ser isento. Eu nunca percebi muita vontade do Governo de intervir na VARIG. Até mesmo se fosse o caso para estatizar, Senador Paim. Se fosse o caso. A VARIG é uma empresa tão especial, uma empresa emblemática, uma empresa que diz relacionada à auto-estima do brasileiro, até. Que ela deveria ter um tratamento especial. Não para injetar dinheiro público em empresa falida, como estão dizendo autoridades. Não, de forma alguma. Saldar, estatizar, sanear, e não para entregá-la à fundação Ruben Berta. Me desculpe se alguém da fundação está presente aqui. Nunca. Sejam quais forem os outros fatores que concorreram para a debacle da VARIG, a fundação também tem sua parcela de culpa por má gestão. Mas intervir na VARIG efetivamente, fazendo encontro de contas, transformando débitos, créditos do Governo em ações da empresa, injetando dinheiro do BNDES também diante compra de debêntures conversíveis em ações, enfim, uma ação efetiva de dura do Governo para salvar a empresa. Isso há três anos. Quando a situação não se agravou a este ponto. Eu numa entendi isto, não sei o que foi dito aqui nos debates, eu estava numa reunião do meu partido de presidenciável, e não pude deixar de ir lá, eu era um dos expositores, mas é isso.

Parabéns a V.Ex^a., parabéns a todos os Presidentes de Comissões que promoveram este encontro, meus agradecimentos aos que compareceram, e realmente eu noto, Senador Paim, quase uma unanimidade do Senado. (soa a campainha) Será que todo o Senado Federal está enganado ao dizer que há um clamor popular, se não de todos os brasileiros, claro, mas de uma grande parcela da sociedade brasileira no sentido de que a VARIG seja salva? Eu acho que estamos, sim, vocalizando sentimentos de grande parte do povo brasileiro. Meus parabéns, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu cumprimento V.Ex^a., Senador Jefferson Peres, já havia falado quando usei aqui meu tempo, da sua iniciativa na Tribuna que suscitou um aparte nosso, enfim, uma sequência de debates no Plenário do Senado que foi importantíssimo. Continuamos aqui então com os convidados. Passo a palavra nesse momento ao Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, a INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito bem, Sr. Presidente. A Senadora Serys me fez um pergunta di-

reta de qual seria a solução para a VARIG. A Senadora teve que se retirar por razões de Plenário, mas eu gostaria de dizer à Senadora que como eu gostaria de ter essa resposta. Eu daria alguma coisa da minha vida para ter essa resposta. De qualquer forma, Presidente, nós na INFRAERO temos acompanhado muito de perto através do trabalho principalmente da nossa Dr^a. Josefina, todo o drama da VARIG já há alguns anos. E temos visto, Sr. Presidente, soluções, muitas soluções foram apresentadas ao longo desse tempo. O que eu poderia dizer para a minha querida Senadora Serys era que qualquer solução ela primeiro tem que ser adequada, Presidente. Ou seja, tem que ter certeza que aquela solução resolve o problema. Mas não basta ser adequada, ela tem que ser praticável. É fácil dizer pegue dez bilhões do Governo e aplique na VARIG. Resolve o problema? Resolve, mas é impraticável. Ela não pode ser praticada. Então nós temos que ter uma solução adequada, que resolva o problema, e possível de ser feita. Ou seja, obedece a lei, temos tempo para fazer isso? Temos Recursos Humanos, temos recursos materiais? E não basta ser só adequada e praticável. Tem que ser aceitável também, em termos de risco. A velha pergunta – E se não der certo isso? Nós vamos sobreviver ao fracasso? O sistema sobrevive a uma derrota? Então, dentro desse critério de soluções tem que ser necessariamente... Se ela não for adequada, abandone-se. Se ela não for praticável, abandone-se. Eu acho que ao longo desse tempo perdeu-se muito tempo discutindo soluções inadequadas e soluções impraticáveis, principalmente em termos de lei, principalmente em termos do cumprimento da lei.

E esse é um ponto de vista, Presidente, e eu gostaria de acrescentar que num critério crítico para se chegar a uma solução, eu vejo os interesses estratégicos do Estado, porque a empresa VARIG tem um fortíssimo potencial estratégico para o Estado brasileiro, e em segundo plano, o interesse dos trabalhadores. Segundo plano que eu digo, no mesmo nível. Os interesses dos trabalhadores e o interesse dos consumidores brasileiros que, afinal de contas, são os grandes usuários disso.

Eu, apenas para completar, eu gostaria de deixar claro que eu devo a minha vida à VARIG. Como piloto da Força Aérea, eu me vi em uma situação extremamente crítica, levei um raio no meu avião, perdi todos os sistemas, ia morrer e fui salvo por um piloto da VARIG que eu nunca tive oportunidade de conhecer. Pelo rádio ele me orientou e me fez chegar no aeroporto seguro. Nunca conheci esse piloto e espero que não seja um dos demitidos.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Dr. Milton, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI – Presidente Senador Paim, Srs. Senadores, Senadoras e Deputados. Eu quero tentar manifestar nesse final de debate o mínimo de passionalidade possível. Apesar de para nós gaúchos esse é um tema sempre muito passional. A VARIG tem muita relação com a nossa história, com o nosso Estado.

Primeiro responder ao Senador Maranhão sobre a questão do Cônsul norte-americano. O papel da agência, e isso está sendo feito, é comunicar o organismo brasileiro que é responsável pelas nossas relações internacionais, que é o nosso Ministério das Relações Internacionais. A VARIG e todas as empresas regulares brasileiras voam com segurança operacional de primeira qualidade. Nós temos um dos menores índices de acidentes no mundo na aviação comercial e na aviação civil. E, portanto, nós temos absoluta segurança, tranquilidade de fazer essa afirmação.

Afirmação da Inglaterra, acho que teve um outro caráter, se é que eu estou me referindo da mesma, porque teve um caráter mais do ponto de vista de consumidores, que aí é um outro debate, de preservar os consumidores ingleses.

Agora a manifestação sobre segurança de voo da VARIG essa realmente não podemos admitir. A agência dará todo um instrumental para que o Itamaraty tome as devidas providências. Apesar de que o Senado nessa reunião mesmo, tomou uma medida requisitada pelo Senador Suplicy. A Senadora Lúcia Vânia colocou uma questão importante. A Lei de Recuperação Judicial ela veio para recuperar as empresas. Esse é um fato novo que nós estamos vivendo aqui. Se nós tivéssemos na lei antiga, tecnicamente, sem passionalidade a VARIG estava falida. Porque ela tinha patrimônio líquido negativo. Esse é o que diz que uma empresa faliu ou não. A entrada na recuperação judicial, numa lei que é a favor da recuperação da empresa, é que torna possível nós resgatarmos as saídas para a VARIG. E nesse sentido, nós temos que distinguir duas coisas que se misturou muito nesse debate aqui. Uma, são as coisas de curto prazo. Estamos falando de fluxo de caixa para ela chegar até a solução na Lei de Recuperação Judicial, porque apesar da lei ser positiva, ela precisa de prazos, tempos, *times*, leilões, separação de ativos e passivos, enfim, é um conjunto de ações que o Juiz e seus assessoramentos têm que tomar.

Então, primeiro estamos tratando de uma questão de curto prazo. Tem que se tratar, portanto, de fluxo de caixa, sobrevivência da empresa voando. Porque se ela parar de voar, aí sim é o fim. Então essa é uma

questão. Nesse sentido surgiu uma dívida que essa é real, transitada em julgado que é com os Estados, com de um bi e duzentos que só um Estado até ou. Essa é real, isso é fluxo de caixa. A dívida, o encontro de contas que o Governo Federal voltou-se esse debate novamente aqui, outros Parlamentares, o Marcelo já tinha dito. Ele hoje tem efeito somente de balanço, não tem efeito nesta sobrevivência de curto prazo, nenhum. Por quê? Porque, enfim, o Governo também tem créditos na empresa. Então tem o efeito de balanço. A médio prazo é importante a discussão do encontro de contas. Ela não está morta. E nem é desnecessária. Mas nesse curto prazo ela não resolve nada. Você precisa que ela voe cotidianamente.

Então acho que a primeira coisa tem que se tratar dessa questão. Que ela é absolutamente essencial. E é isso que o Juiz, através da consultoria, da MARSAL e da outra consultoria do administrador judicial estão conversando com os credores. É nesse debate também que foi procurado o BNDES. É nessa busca de uma questão de curto prazo. Infelizmente essa questão do curto prazo está misturada com salvar a VARIG. Que é uma questão que está se tratando mais do longo prazo. E aí eu pego as palavras da Senadora Serys. O passado é importante, sim, para analisar o futuro. O futuro da VARIG ele é possível, tem luz no fim desse túnel e não é um trem, há essa possibilidade, mas não pode ser um futuro onde a gente negue o que ocorreu no passado. E eu não estou falando de Fundação Ruben Berta. Não estou falando. Estou falando exatamente de questões de fluxo de caixa, competitividade da empresa. Esse é um setor, setor aéreo no mundo, trabalha com baixas lucratividades. Grandes movimentos de recursos e baixas lucratividades. O ajuste de um setor como esse no ano de 2006 é absolutamente distinto do ajuste que se tinha na década de 80 ou de 70. Mudou muito. O próprio Brasil mudou muito. A VARIG hoje tem monodesignação em sete Países, somente. Os Estados Unidos está aberto à multidesignação desde 91. (soa a campainha) A América do sul está aberta desde o tratado de Fortaleza em 1996. As empresas brasileiras e empresa da América do Sul podem viajar para cá e vice-versa. Não há mais monodesignação. A monodesignação da VARIG, mesmo nos Países de monodesignação não é mais em todos. A TAM já opera com Paris e vai começar a operar com Londres. Então o tempo da monodesignação, que lhe permitia determinadas atitudes empresariais, não é mais possível.

Então, o futuro da VARIG passa também pela compreensão do futuro da empresa enquanto uma empresa competitiva no mercado doméstico, no mercado internacional da América do Sul, norte-americana e no

mercado mesmo da monodesignação. É necessário isso. Se nós não fizemos essa análise, o Brigadeiro J Carlos tem absoluta razão. Nós vamos continuar postergando, tomando atitudes muito intempestivas, tomando atitudes emocionais.

Então, eu quero dizer com isso, isso aqui não é um banho de água fria, muito pelo contrário, eu acho que a gente ter a visão rigorosa e crítica é o início da solução. Nós precisamos ter essa encomenda acertada. E nesse aspecto minhas conversas, nossas, estamos aqui os quatro Diretores da agência, com o Dr. Ayoub. Cotidianamente. O Marcelo tem participado de várias delas. Ou seja, nós queremos buscar uma solução.

Na questão do longo prazo é que o Governo tem dito que não quer ser o capitalizador da empresa. Não quer colocar o recurso, não quer estatizá-la. Não quer intervir. A intervenção, Senador Jefferson Peres, ela tem os seus problemas. Houve uma intervenção na TRANSBRASIL no ano 2000, se não me falha a memória. Houve uma intervenção, e até hoje o Governo paga um preço muito caro pela intervenção. Porque de repente, todos os passivos, como é o Governo, assume, voltam. Gente que nem está mais cobrando aspectos do passivo, volta. Então a intervenção ela pode ser analisada, mas ela tem que ter todo um conjunto de cuidados. Se nós tivermos uma alternativa que é essa que está se tentando construir na Lei de Recuperação, e eu volto a dizer, somente a Lei de Recuperação permitiu isso. Portanto, nós estamos falando de algo que ocorreu a partir do dia 23 de fevereiro. O acordo lá, quando a VARIG entra, é em junho do ano passado, mas é em 23 de fevereiro que dá o acordo com o Comitê de Credores. Portanto, estamos falando de algo de 23 de fevereiro e hoje é 25 de abril. Estamos falando de algo de dois meses e dois dias de vida. Portanto, algo novo. Isso precisa ser entendido. Porque senão a gente fica imaginando soluções que eram antes desse período e que foram tentadas. Eu não estou aqui com... Ungido pelo Governo para defendê-lo. Foram tentadas várias. A citação de uma, a difusão com a TAM é uma delas. Em cima de um *code-share*. Aliás, um *code-share* que o Governo autorizou. E no caso o DAC, hoje ANAC, autorizou. E foi absolutamente fundamental naquele momento. Se não autoriza, talvez ali tivesse sido decretado o fim da VARIG. Foi absolutamente fundamental aquele *code-share*.

Então, são ações de Governo... Eu volto a afirmar. Não é justo dizer que o Governo não faz nada. É um conjunto de ações que vêm ocorrendo no período, e eu não quero colocar culpa em ninguém mesmo, mesmo sendo tentado, quer dizer, tentado a culpar alguém. Eu quero dizer que não é justo que nós façamos simplesmente esta crítica. Há um conjunto de ações feitas,

muitas feitas que esbarrou, ora na não vontade dos dirigentes da empresa, ora porque não compôs todo o conjunto de interesses que compunha aquilo.

Mas hoje, se isso ajuda, se isso coloca uma pá de cal nessa questão do passado no sentido de ficar achando culpados, nós estamos numa lei. O Juiz não tem jurisprudência nessa lei. Ele não tem doutrina. É uma lei absolutamente nova. A VARIG, aliás, entrou nesta lei numa décima hora, porque não havia nos artigos que a criavam, a possibilidade das empresas concessionárias públicas ingressarem. Esse artigo é o 199 que na décima hora é colocado exatamente olhando para VARIG. Olhando para achar uma saída para a VARIG, já que a lei é uma lei que busca alternativa nas empresas brasileiras. O espírito da lei é esse. Mas, enfim, ela é uma lei nova, o Marcelo colocou que a VARIG não se precaveu com recursos para fazer seu fluxo de caixa.

É muito natural que os credores que vão lá e negociam e congelam seus créditos, que ocorre isso, congelamento, é muito natural que o credor diga o seguinte: “Bom, eu estou congelando para nós lá na frente discutirmos”. Então não está a discussão que os créditos como o INSS, com INFRAERO, com BR, com ninguém. É natural que o credor diga – Mas a partir de agora, aliás, está escrito, esse é o acordo, a partir desse momento, 23 de fevereiro, eu quero ser pago em dia.

Então, esse é o debate. Nós estamos há dois meses. Então eu olho ali para o meu companheiro do INFRAERO (soa a campainha) e ficando que ele não merece tanta crítica. Há dois meses se tomou essa decisão. Está lá congelada com o endividamento da BR Distribuidora e a partir de então está inscrito e eu vou receber em dia no fluxo de caixa. E aí viemos com os problemas de fluxo de caixa. Eu quero tentar repor com isso um pouco da realidade de cada um. A ANAC até fica um pouco acavaleiro nesta hora, apesar de que ali na frente é na ANAC que essas decisões vão acabar desaguando. Que nós somos o Poder Concedente, e temos a obrigação de achar essa solução. Hoje nós estamos aqui com observadores atentos desse processo. E como observadores estamos olhando o problema de cada um de que está nessa Mesa, inclusive dos trabalhadores aqui da VARIG. E é realmente um problema bastante sério, bastante crítico. Estamos olhando o problema individual de cada um. Tentando somar isso numa composição.

Então, Senador Paim, eu quero encerrar porque acho que as suas palavras foram sábias ali na sua manifestação antes de estar presidindo a Mesa. Se nós não tivermos a capacidade de buscar os consensos agora, eu sei, essa é uma Casa política, é um ano

político, os movimentos, mas o consenso é generalizado. É também não só entre os partidos, muito pelo contrário, é um consenso entre os trabalhadores, é um consenso entre a sociedade brasileira em achar esses caminhos, é buscar dentro dos limites que a lei impõe a cada um de nós, soluções para tudo isso. E as suas palavras foram sábias, porque eu acho que o Senhor colocou um pouco de água mais branda nesse processo e eu não vejo outra saída. Eu acho que há saída, a agência está trabalhando no sentido de ser colaboradora nesse caminho, existe alguma perspectiva, tem complexidades. O próprio futuro da VARIG precisa de um debate mais efetivo para que ela seja uma empresa que venha para o futuro, competitiva, para que nós aqui a seis meses, oito meses, um ano, não estejamos voltando aqui a debater o mesmo assunto.

Mas, enfim, só tem um jeito. Se nós tivermos essa capacidade de compor e de entender os limites de cada um e dentro dos limites de cada um encontrar as soluções necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa ALVAREZ & MARSAL.

SR. MARCELO GOMES – Eu vou tentar inicialmente responder a Senadora sobre os gargalos da lei. Na verdade, não existe nenhum gargalo na lei. A lei está sendo interpretada corretamente, muito bem interpretada pelo Poder Judiciário que tem apoiado durante todo esse processo. O que acontece é que a lei ela tem etapas que têm que ser cumpridas. E o nosso problema foi de timing dessas etapas. Quer dizer, não foi da interpretação, e sim de timing. E também da VARIG não estar preparada quando ela entrou para essa lei. Então são os dois grandes problemas hoje da lei.

Em relação ao questionamento do Senador Romeu Tuma, em relação ao penhor dos *Smiles*, foi solicitado para o BNDES, a VARIG tem um ativo que é o ativo muito importante. É o ativo que tem cinco milhões de clientes que gera seis milhões de dólares/mês de caixa, livre, que esse ativo poderia ser dado em garantia a um empréstimo do próprio BNDES para capital de giro da empresa durante esse período de baixa sazonalidade. E esse ativo não foi aceito. Aliás, esse mesmo ativo foi ofertado para a BR Distribuidora como garantia do fornecimento de combustível.

Eu vou tentar, só para homogeneizar novamente, informar o que é que nós estamos solicitando realmente do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Dos Governos Estaduais são basicamente que eles... Eu ia falar: paguem o que eles devem, mas não, é mais *light*... Que eles façam um acordo com a VARIG de assunção dessa dívida e que a VARIG tenha a flexibilidade de poder pagar e receber essa dívida em cinco anos, seis

anos, mas que eu tenha a confirmação desses Governos Estaduais que eles vão pagar a dívida que eles têm com a VARIG. Que é uma dívida de 1.2 bi. Esse processo eu acho que já se iniciou com o Governador Germano Rigotto, e acho que vocês Parlamentares poderiam ajudar bastante no apoio e na cobrança aos Governadores para que eles fizessem um acordo, um acordo geral. Vamos chamar um “acordão VARIG”, que eles assumissem a dívida que eles têm com a VARIG. A VARIG poderia dar um deságio, poderia fazer qualquer negócio para que a gente recebesse esse dinheiro que nós temos a receber em curto prazo.

Então esse é o problema com os Governos Estaduais. Com o Governo Federal, a VARIG tem a situação do encontro de contas que realmente o Milton está corretíssimo, isso não gera caixa, mas resolve, me ajuda muito a minha situação de balanço para que eu tenha mais crédito e que eu possa recorrer ao mercado para soluções de crédito. Então, realmente ajuda a minha situação ter balanço.

A segunda coisa que o Governo Federal poderia ajudar é influenciar o Conselho da BR para que se executasse um novo contrato com a VARIG, um contrato que a VARIG não tem com a BR hoje, e que nesse contrato fosse dado um prazo de pagamento para a VARIG. Esse prazo poderia ter as garantias que eu já falei anteriormente que são as garantias dos recebíveis que a VARIG tem com os cartões de crédito, ou com o próprio *Smiles*. (soa a campanha)

Em relação à INFRAERO, a solicitação da VARIG, uma solicitação de carência durante um prazo para que a VARIG possa se reerguer durante esse momento de baixa sazonalidade. Em relação à ANAC, e o Milton falou muito bem falado, nós estamos discutindo muito em relação à interpretação da lei. A lei é uma lei nova e a VARIG entrou no último momento dentro dessa lei que as concessões não estavam dentro dessa legislação.

Então, tem uma questão de interpretação de rotas, interpretação de horários de trânsito que tem que ser mais flexível da parte da ANAC para com a VARIG nessa nova interpretação, que acho que a ANAC está totalmente aberta para que a gente chegue a um acordo em relação a isso.

E a última ferramenta do Governo Federal, que é o BNDES. Sem um capital de giro para esse momento de recuperação, a VARIG vai ter problema de continuidade. E nós não estamos pedindo para o *free lunch* para o BNDES. Nós estamos pedindo para o BNDES que ele dê uma linha de financiamento para a VARIG com as garantias de uma empresa dentro do art. 60, que é o *Smiles*, que ele poderia ter a garantia total dessa companhia para emprestar o dinheiro para a VARIG durante o período necessário para a recuperação da

companhia. E nós estamos pedindo cem milhões de dólares, nós não estamos falando de dinheiro que foram falados hoje, montantes para Brasil Ferrovia, para a GOL. Não estamos falando disso, estamos falando do montante de mercado de cem milhões de dólares com garantia de um ativo que a VARIG tem, que é um ativo pode acabar. Porque se a VARIG acabar, esse ativo acaba. Que é um ativo maravilhoso que é o ativo *Smiles* hoje.

Então, o que está sendo solicitado para o Governo é um apoio nas suas entidades aonde ele participa, que é BR, INFRAERO, ANAC, BNDES, que ele apóie essa recuperação da VARIG.

A única coisa que eu posso dizer para vocês de uma empresa que conhece recuperação mundial, que já foi a centenas de recuperação pelo mundo inteiro, é que a VARIG é totalmente viável economicamente, ela é recuperável, tem que ser feita várias alterações. É um fato. Mas ela é viável economicamente. E com esse apoio, com esse momento, a VARIG vai voltar a ser uma empresa extremamente rentável dentro da rentabilidade das empresas aéreas internacionais. Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só um minutinho. Eu vou passar a palavra ao Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Às vezes quando V.S^a. fala da ajuda do Governo, da presença do Governo quando se trata do encontro de contas, aí fica a minha dúvida. A lei não exige isso?

SR. MARCELO GOMES – Exige sim, mas obviamente que poderia ser acelerado com a ajuda do Governo. Mesma coisa quando a gente fala com relação à BR, nós pedimos ajuda para os recursos. Os recursos deram. São empresas internacionais que nós estamos há dois meses sem pagar a eles. Quer dizer, eles deram essa ajuda que foi uma ajuda importantíssima para a VARIG continuar operando até o momento.

Então, se o *resources*, vamos dizer, aquela empresa de *leasing* fosse do Governo, talvez eu não tivesse tido essa ajuda. Porque o Conselho não poderia provar, porque o mercado não pode aprovar, porque TCU não pode aprovar.

(soa a campanha)

Estamos falando de negociações de mercado, negociações solicitadas por uma empresa que está em recuperação e que quando eu falo de mercado é por quê? Porque são grandes clientes. A VARIG é um grande cliente hoje da BR como é da INFRAERO. É

importante a sobrevivência dela para continuar gerando caixa para a BR e para a INFRAERO.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só mais um pouquinho, só mais “umazinha”. É minha curiosidade com a Lei de Falência. Também não foi indevido à intervenção do Governo no AERUS, quando a gente lê aqui o § 7º do art. 50 que exige o repasse, o arrendamento de estabelecimento, inclusive a sociedade constituída pelos próprios empregadores.

SR. MARCELO GOMES – Olha, em relação ao AERUS, eu não posso falar aqui que a intervenção é indevida. A intervenção pode ser até devida. A liquidação talvez seja indevida. A AERUS, como outros fundos, como existem vários fundos como PREVI, PETROS, normalmente eles têm participação em ações da própria patrocinadora. E o AERUS é muito criticado. Mas ele não tem nenhuma ação da VARIG hoje. Poderia ter. O AERUS poderia comprar até 10% das ações da VARIG e ajudar a VARIG. Porque se a VARIG for salvo, o AERUS é salvo também. Então isso poderia ser feito e foi proposto para o AERUS um dia antes da intervenção. Era uma solução de mercado dentro da lei. O AERUS investir na própria patrocinadora com títulos da patrocinadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Elnio, como já havia anunciado, depois vou permitir uma pergunta antes do encerramento dos trabalhos.

SR. ELNIO BORGES – Passando rapidamente pela observação da imagem que a Ministra Thatcher deixou para o mundo num passado recente, vale a pena lembrar que o Estado inglês interveio para recuperar a ROLLS-ROYCE e a BRITISH AIRWAYS. Quanto às perguntas que o Senador Virgílio colocou aqui, se é viável a VARIG. Sim, é viável. Por todas as informações que existem e por todas as informações que foram aqui trazidas. Se vale a pena recuperar a VARIG em face da dificuldade para reposicionar uma empresa brasileira no mercado? Sim, sem dúvida. Nenhuma empresa brasileira vai conseguir ter a dimensão que a VARIG tem dentro do mercado devido à grande disputa existente. Se é coerente agir para prevenir um prejuízo ao erário nacional com a falência da VARIG? Sem dúvida também. A VARIG é credora de 4.6 bilhões e é devedora de 3.5. Com a falência nem a União vai receber seus 3.5 e nem deixará de ter obrigação de pagar a massa falida os 4.6. Se é possível reestruturar a VARIG com sucesso e pulverizar as suas ações, sem dúvida nenhuma. Inclusive para se tornar uma empresa pública como deveria ser efetivamente uma empresa de interesse nacional. Quanto à fundamentação para liquidação do AERUS, indagado pelo Senador Tuma, a resposta é nenhuma. Nenhuma fundamentação. Os trabalhadores

estiveram ao longo dos últimos quatro anos implorando à Secretaria de Previdência Complementar que fizesse uma intervenção para promover o saneamento do plano, aliás, objetivo primário da lei quando determina a intervenção. Isso foi negado ao longo desse tempo todo, de todas as maneiras. A liquidação foi feita apenas para inviabilizar que os trabalhadores da VARIG pudessem fazer o investimento do seu próprio dinheiro na companhia e recuperá-la. Esperamos, inclusive, que nas próximas Assembléias-Gerais de Credores, o Governo não se valha agora da condição de ter tomado o nosso fundo como liquidante para votar tanto como devedor da companhia de quatro bilhões e seiscentos, como credor interposto entre os trabalhadores e o verdadeiro patrimônio dos trabalhadores, de forma a propiciar com o seu voto ou a falência da VARIG ou a sua entrega a preço vil, como foi feito com a VEI(F), VARIG LOG, também por interferência do mesmo AERUS já sob administração especial.

Com respeito a Fundo Garantidor do Crédito Aeroviário, o pedido de esclarecimento aqui vai. Seria lastreado no congelamento tarifário, na verdade, além da parte que ajuda no balanço da companhia, ou seja, com a diferença entre o valor que é devido pelo Governo e o valor que a companhia deve, que soma pelo menos 1.1 bilhão. É melhor do que apenas o balanço. É favorável à VARIG essa diferença, mas o 1.2 de ICMS nós teríamos 2.3 bi no fundo garantidor de crédito aeroviário que poderia lastrear perfeitamente operações de crédito para esta nova VARIG, a VARIG operacional. Esse benefício não deveria ser estendido aos maus gestores ou aos maus controladores. Ele deveria servir de instrumento de recuperação da empresa em prol da Nação. Para isso, deveria ser restrito a empresas que passem por um processo de recuperação judicial e cujo plano ou quite ou permita converter créditos trabalhistas e Previdenciários. Além disso, ele poderia ser feito mediante instrumento do Congresso Nacional que autorizasse a União compor as ações de congelamento tarifário.

Com respeito ao que falta para o plano ser implementado, indagação da Senadora Lúcia Vânia, o que falta, Senadora, é vontade política de implementar um plano que já está aprovado. E ressalvo mais uma vez, faço das minhas palavras ao que o Dr. Marcelo Gomes aqui colocou, com uma ressalva – Não para a VARIG atual. Tudo isso deve ser feito para a VARIG operacional, com passivo e ativo equilibrado e leve. Capaz de efetivamente ser uma empresa competitiva como merece ser. Confio nesse aspecto que o Prof. Paulo Rabelo, na próxima reunião dessas Comissões (soa a campainha), poderá demonstrar com clareza os efeitos saneadores da decisão judicial que homologou

o plano de recuperação judicial, assim como da decisão judicial trabalhista que aceitou a proposta dos trabalhadores como lance inicial da alienação dessa VARIG operacional, e que garante a venda desta VARIG com a prestação que a situação da empresa impõe.

Quero registrar que esta solução é aceitável, é totalmente praticável, é legal, e é prontamente implementável como o nosso Brigadeiro José Carlos com o seu discurso patriótico aqui ponderou que seria a necessidade.

E finalmente, quero mencionar que durante ao longo das últimas duas semanas, um pouco antes do feriado da páscoa, a VARIG praticamente deixou de vender. Graças aos insistentes e repetitivos cânticos do mantra, “Não se dará dinheiro público”, aliás para uma empresa que não merece esse tratamento porque não precisa de dinheiro público. Bastou que a ANAC, juntamente com um dos juízes da 8ª Vara desse uma declaração de que a empresa não ia falir, que não seria motivo de falência neste momento, e que a empresa voa com segurança e continuará voando com segurança, para que as vendas da VARIG repicassem acima do seu nível normal, nada excepcional, mas veio praticamente do zero para o seu nível normal.

Significa que a VARIG é uma empresa que recusa a se deixar matar. E eu tenho certeza que os trabalhadores, como investidores e com a solidariedade por meio da solidariedade do povo brasileiro, seja pelos nossos clientes, sejam pelos Parlamentares de todo o Brasil, como representantes deste povo, não vamos permitir que a VARIG tenha solução outra que não seja a sua recuperação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com a tolerância devida aqui da conciliação, meu amigo Deputado quer fazer uma perguntinha que o nosso amigo aqui, Márcio, responderá na sequência.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)

– A grandeza de um homem se mede pela sua sabedoria e capacidade de mudar quando erra. O Presidente Lula afirmou que não ajudaria a VARIG porque era falida. Agora se vê nos últimos 15 dias de que é possível. Então o Presidente Lula tem a oportunidade excepcional de mostrar que é um homem sábio.

A pergunta que eu faço, acho que é para o Dr. Marcelo, ou para o Comandante, como ficou em termos práticos a decisão desse extraordinário e corajoso Juiz, Dr. Ayoub, que enfrentou o Governo e a própria imprensa, num momento, e transferiu 87% das ações da VARIG para o FIP, para o fundo da BRASCAM. Em que pé está e que passo será dado, houve uma conta reação desse grupo da Fundação Berta que se fosse sábio se afastaria imediatamente, sem ação judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme combinado, Deputado, Dr. Marcelo, se V.Ex^a. puder em um minuto.

SR. MARCELO GOMES – Vou fazer, sim. A Fundação Ruben Berta tem 10 dias para se pronunciar. Ela não se pronunciou ainda em relação à subscrição das ações dela no FIP-Controle. E com as ações dela no FIP-Controle, a partir desse momento todo o modelo de governança da empresa muda.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra de imediato, devido ao nosso tempo, ao comandante Márcio Marsillac, coordenador dos trabalhos do Grupo VARIG TGV.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Obrigado, Senador Paim, Deputado Darcísio Perondi, pelas conversas que temos tanto com o Dr. Ayoub quanto com o Procurador de fundações do Rio Grande do Sul, Dr. Avelar Bastos, nós temos certeza que se a fundação em suas Instâncias de decisão oferecer qualquer resistência a isso, eles agirão de pronto para viabilizar um processo que seja construído de consenso pelo Governo, pelos trabalhadores, pelos consultores, pelo juízo da 8ª Vara empresarial. Essa é a informação que temos e a certeza disso.

Começando com o Senador Arthur Virgílio, repetindo um pouco, mas economizando as palavras porque o Comandante ELNIO BORGES já respondeu em alguns pontos sobre a viabilidade econômica dessa empresa. Essa empresa, com todas as dificuldades e em plena crise, faturou como já salientado aqui, no mês de março 220 milhões de dólares. Ou seja, é uma empresa que vai... E nós não estamos falando de um mês de alta estação, mas se nós multiplicarmos isso por 12, encontraremos 2.6 bilhões de dólares de faturamento. Quantas empresas no Brasil têm este faturamento? Ela equilibrada operacionalmente, tendo o seu caixa equilibrado, e para isso todos sabemos terá que ser reestruturada, como salientou o Dr. Marcelo Gomes, será uma empresa economicamente viável, financeiramente viável. O prejuízo para socorrer a VARIG é maior ou menor do que as perdas para a União. A gente pode numa conta muito rápida. O PAES, a VARIG deve ao Governo, em PAES, 3.4 bilhões em contingências tributárias 1.1 bilhão, para a BR, INFRA-ERO e BANCO DO BRASIL em torno de 600 milhões de reais. Nós estamos falando de 5.1 bilhões. A VARIG tem em contingências ativas 4.6 bilhões e contra Estados, 1.2 bilhões. 5.8 bilhões. Nós estamos falando que se essa empresa falir não pagará à União 5.1 e a massa falida receberá da União e dos Estados 5.8. Totaliza 10.9 bilhões de reais, sem falar no prejuízo social e econômico que eu acredito, Prof. Paulo Rabelo

tenha passado aos Senhores, já essa tabela fazendo algumas avaliações.

Qual seria a solução sem recursos públicos, perguntou o Senador Arthur Virgílio. Eu acho que está colocada. O plano de emergência que foi elaborado ALVAREZ & MARSAL, com prazos e carências, agregado à disposição dos trabalhadores de usarem uma parcela das suas poupanças previdenciárias em torno de duzentos milhões de reais viabilizam um pagamento de rescisão dos funcionários para adequar o quadro de funcionários, como para colocar em operação 10 aeronaves das 20 que estão paradas. Isso aumenta o faturamento e a rentabilidade da empresa colocando-a num ciclo virtuoso.

Em seguida foi colocada aqui a questão do ICMS junto aos Estados na viabilização de capital de giro, não incidindo aos Estados um descaixe de dinheiro num curto prazo. Isso garante, como salientou o Diretor-Geral da ANAC, a VARIG, num curto prazo voando e pronta para implementar as medidas do plano de recuperação aprovado ao final do ano.

O movimento seguinte, a segregação e venda do ativo operacional. Não deveria ser feita antes do encontro de contas. Porque é justamente isto que vai agregar um valor monstruoso a esse ativo quando for vendido a novos investidores e controladores. Isso é importante não só para os credores privados, para os trabalhadores, mas principalmente para os credores públicos, porque esta será a forma de se ressarcirem dos créditos que têm contra a VARIG.

Nós estamos falando numa atitude da União que vai trazer benefícios a estatais. Nós estamos fazendo uma atitude do Governo Federal que representa os interesses públicos da sociedade brasileira e que, com esta atitude, estará satisfazendo outros interesses públicos, o recebimento das dívidas, dos créditos que as estatais têm, junto à VARIG.

Aí esta empresa, sem sombra de dúvida, sai equilibrada e (soa a campainha) e competitiva dentro do mercado de aviação, sob novo controle e uma gestão profissional. O BNDES pode participar com financiamento por garantias dadas por esta empresa agora limpa e bem gerida ou então financiando, como disse e afirma que disse, o Presidente Demian Fiocca em encontro que tivemos na semana passada, Deputado Darcísio Perondi estava junto, que o BNDES já se colocava à disposição para financiar interessados em participar da capitalização com investimentos na VARIG.

O Senador Suplicy tocou num dos pontos que é o que mais temos insistido nesses últimos tempos. A vontade dos trabalhadores de contribuírem na conversão de seus créditos e em aportes, seja através da re-

dução salarial, seja através do uso de suas poupanças. Isso diminui substancialmente o passivo da VARIG e coloca dinheiro de curto prazo na empresa. E volto a salientar, são movimentos que devem ser feitos antes de uma alienação, pois valoriza uma empresa e contempla a satisfação como previsto na Lei de Recuperação de Empresas para a satisfação dos credores. É isto que deve ser respeitado dentro dessa lei. Senadora Lúcia Vânia e o Senador Flexa Ribeiro acrescentaram a isso a possibilidade de se analisar o uso, inclusive, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos Trabalhadores para a capitalização da empresa. Sabemos do receio de vários dos Parlamentares, se isso aberto para todas as empresas possa provocar um movimento, inclusive dos controladores pressionando os próprios trabalhadores a participar.

Já podemos antecipar aos Senhores que no caso da VARIG o nível de conscientização dos trabalhadores é enorme. Os trabalhadores aqui realizam funções altamente especializadas, e o prejuízo aos trabalhadores com a falência e parada desta empresa será enorme. Volto a dizer. A disposição é total de todo e qualquer sacrifício para manter essa empresa voando. E nossos empregos em patamares condizentes com os de mercado.

A Senadora Serys falou sobre responsabilização. No tocante a isso nos sentimos confortáveis. As associações, desde muito, tem ações de gestão temerária contra várias das administrações desta empresa VARIG. E fizeram uma representação ainda no ano passado sobre a gestão do nosso Fundo de Pensão. Não precisamos discutir esse assunto, basta ver os números, tanto da empresa quanto do fundo, para descobrir que há mais do que relações para isso. O Ministério Público Federal está promovendo inquéritos, tanto civil quanto criminal para apurar responsabilidades.

O Senador Romeu Tuma falou sobre a INFRAERO e a BR e a questão de eles facilitarem prazos e carências. Se estas empresas não entenderem que há um contexto diferente, sob uma nova gestão, um novo momento também político dentro do País, aonde nós temos Senadores de todos os partidos, Deputado de todos os partidos, a sociedade brasileira de norte a sul, voltada para essa questão, nós não lograremos êxito nisso. O que nós entendemos é que os grandes prejudicados será a sociedade brasileira, até mesmo no não recebimento dos créditos que BR e INFRAERO têm, junto a esta empresa.

Com relação à SPC e a intervenção colocada aqui. Se existem razões para intervenção, existem questionamentos muito fortes quanto à liquidação principalmente do Plano 2, aquele que serviria para gerar recursos para o investimento de curtíssimo prazo na empresa.

O *Smiles* já foi colocado aqui como garantia, existem avaliações que transformam esse ativo, que dão a esse ativo valores de centenas de milhões de dólares. São 5.6 milhões de clientes que geram, como falou o Dr. Marcelo, praticamente vinte milhões de recursos mensais para a empresa. (soa a campainha)

O Deputado Babá falou da questão do uso do BNDES para investimento em empresas como ELETROPAULO, Brasil Ferrovias. Na nossa concepção não será preciso acessar o BNDES, mas, sem sombra de dúvida, o envolvimento do BNDES nos mesmos parâmetros do que se usou com a ELETROPAULO e com a Brasil Ferrovias seria um facilitador enorme dentro desse processo.

Darcísio Perondi, nosso Deputado, estava acompanhando também numa reunião junto ao TCU em função dessa questão principalmente com relação à INFRAERO, e o nosso Presidente Adilson Motta, com muita tranquilidade falou que o Tribunal de Contas da União não será empecilho para que INFRAERO ou BR possam, dentro de um projeto equilibrado e que se entenda, dê solução adequada. Participar deste processo que o TCU não seria este empecilho. Por quê? Porque já fez em outros casos especiais e excepcionais esta mesma atitude.

Quanto ao Deputado Jefferson Peres o que nós podemos fazer é agradecê-lo, porque o seu pronunciamento transformou dentro desta Casa a VARIG de uma preocupação para uma ação, para uma resolução. E isso, para nós, foi importantíssimo.

Brigadeiro J. Carlos talvez não esteja lembrado, mas ainda em 2002, Brigadeiro, nos encontramos no Congar. Fomos lhe fazer uma visita porque tínhamos o seu histórico, e sabíamos da sua preocupação com esta empresa. Tivemos conversando por algumas horas sentados na sua sala no Congar, discutindo essa questão da VARIG. E já lá falávamos e concordávamos que a solução deveria ser uma solução adequada, praticável e de risco aceitável. Mas aí salientamos – Se nós ainda não a temos completamente e acabada, é inadmissível que a sociedade brasileira, que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Governo Federal, os trabalhadores não consigam construir uma solução para essa questão. Esta empresa é privada e de interesse público. E pelo interesse público, tudo se pode fazer, porque é de interesse público. Nós temos certeza que, juntando, convergindo as idéias, agregando valor, nós construiremos. Só pedimos uma coisa ao Senado, a todos os presentes e a Governo, rapidez, muita rapidez. Porque este é um mercado extremamente competitivo. E cada dia aqui é pior para a VARIG.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim, agradeço a todos os Senadores e Deputados e volto a

dizer: Dos trabalhadores da VARIG não faltará esforço e sacrifícios para manter essa empresa voando e de pé por outros 79 anos. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes de encerrar a presente reunião, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, que se moveu rapidamente para esse evento acontecer. Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati, e Luis Otávio das respectivas Comissões.

E lembrar a todos que, no próximo dia 27 de abril, às 10 horas, teremos aqui Dr. Luiz Roberto, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações, Dr. Adarci Reis, Secretário de Previdência Complementar, Professor Paulo Rabelo de Castro, Consultor, Srª. Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Srª. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e também Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco nacional BNDES. E no dia 2 de maio, a Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil e Ministro Valdir Pires e Ministro da Defesa. Está encerrada a reunião, agradecendo a todos os convidados presentes.

(Sessão encerrada às 15h38.)

Ata da 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nona da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, décima da Comissão de Assuntos Sociais, Extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, em 02 de maio de 2006, Terça-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Alexandre Costa.

Às onze horas e treze minutos do dia dois de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência interina do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com as Comissões de Serviço de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senhores Senadores, **Leonel Pavan, Jefferson Peres, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Serys Slhessarenko, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Pedro Simon, Paulo Paim, Heráclito Fortes e Geraldo Mesquita Júnior.** Justificou sua ausência o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da

ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir os seguintes convidados – Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Professor Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV; Sra. Graziela Baggio, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aero-nautas e Sra. Selma Balbina, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeroviários, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, em atendimento aos Requerimentos nº 05, 06 e 08 de 2006-CDR, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Antônio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente. Após, o Senador Paulo Paim passa a Presidência ao Senador Antônio Carlos Valadares que lê os seguintes expedientes – Ofício nº 1377/MPS/SPC/GAB, de 02 de maio de 2006, assinado pelo Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, lamentando não poder comparecer a Audiência Pública, por problemas intransponíveis de agendamento de outros compromissos e colocando-se à disposição para outra data; expediente datado de 02 de maio de 2006, assinado pelas senhoras Selma Balbino e Graziela Baggio, lamentando não poderem comparecer a Audiência Pública, em função da realização de Assembléia de Credores da VARIG na mesma data; Ofícios P-264/2006, datado de 24 de abril de 2006 e P-280/2006, datado de 02 de maio de 2006, assinados pelos senhores Elvio Lima Gaspar, Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES e senhor Denilson Ribeiro de Sena Nunes, Subchefe de Gabinete da Presidência do BNDES, substituindo, comunicando a impossibilidade de comparecimento à Audiência Pública do Dr. Demian Fiocca, tendo em vistas outros eventos agendados para a mesma data. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos e, em seguida, ao Professor Paulo Rabello de Castro. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senador Heráclito Fortes. Fazem uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim, Pedro Simon, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo. Os Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita encaminham proposta

à Mesa dos Trabalhos, no sentido de que fosse constituída uma Comissão de Parlamentares, designada pela Presidência, para tratar da questão da Varig junto ao Superior Tribunal de Justiça e aos Governadores dos Estados, que foi aprovada. A Comissão aprova, Extra Pauta, os seguintes Requerimentos – Item um: Requerimento nº 09, de 2006-CDR, de autoria do Senador Jefferson Peres e outros Senhores Senadores, requerendo seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, para comparecer a reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais, acompanhado do Senhor Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agendada para o próximo dia 09 de maio do corrente, terça-feira, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG. Item dois – Requerimento nº 10, de 2006-CDR, de autoria do Senador Jefferson Peres e outros Senhores Senadores, requerendo seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões Desenvolvimento Regional e Turismo, de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais acompanhado do Senhor Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar, agendada para o próximo dia 09 de maio do corrente, terça-feira, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig. Item três – Requerimento nº 11, de 2006 – CDR, de autoria do Senador Paulo Paim, requerendo a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à “Recuperação Judicial da VARIG”, notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, e que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, ou seus Secretários de Fazenda dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. Item quatro – Requerimento nº 12, de 2006-CDR, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, requerendo seja convidado para participar da reunião de Audiência Pública conjunta com as Comissões Desenvolvimento Regional e Turismo, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais, o Dr. Erno Dionízio Brentano, Liquidante dos Planos VARIG no AERUS. Item cinco – Requerimento nº 13, de 2006-CDR, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, requerendo seja convidado para participar da reunião de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais, o Dr. Luís Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do Plano

do Grupo VARIG e o Comandante Marcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG / TGV, a fim de discutirem a grave situação da VARIG. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião de Audiência Pública das Comissões Permanentes de Serviço de Infra-Estrutura, 10ª da Comissão de Assuntos Sociais e também a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Como chegou aqui o meu Presidente eu passo de imediato a ele a condução dos trabalhos. Farei somente a leitura, então.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expedientes a serem lidos. A presente reunião de Audiência Pública vem em atendimento aos Requerimentos nº 17, 18 e 20, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Antônio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente e de outros Senadores, com a finalidade de discutir a grave situação que passa o Grupo VARIG. Nesse momento eu passo a Presidência para chamar os nossos convidados presentes, nesse momento então o Presidente já pede que eu convide o Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e o Sr. Professor Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo VARIG. Depois o Presidente vai ler a justificativa da não presença de alguns outros convidados, e também o Senador Cristovam, que justifica aqui a sua não presença, e há também Presidente, eu faço questão de estar no Plenário, um requerimento de minha autoria que eu queria que V.Exa. colocasse em votação antes de iniciarmos a fala dos convidados.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim. Eu me encontrava ao lado de outros companheiros na Comissão de Assuntos Econômicos, onde estão sendo votadas diversas matérias do interesse do Senado e do País. O requerimento do

Senador Paulo Paim tem a finalidade da realização de uma Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes da recuperação judicial da VARIG notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, para o dia 09 de maio de 2006, às 10h00. Para tanto gostaríamos que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, com seus Secretários da Fazenda, dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal. Sua Excelência, o Senador Paulo Paim, em determinado trecho do requerimento, disse que o crédito que a VARIG teria com os Estados é relativo ao pagamento de ICMS no período de 89 a 94, considerado inconstitucional em processo já transitado em julgado. Sem dúvida alguma que esse requerimento tem um grande valor, desde quando esse crédito que pode chegar a um bilhão e trezentos milhões de reais, aproximadamente um bilhão e 385 milhões de reais, pode servir como desfogo para resolver a questão financeira da VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, é um convite onde eu digo que pode vir quem o Estado entender melhor para dialogarmos sobre esse tema. A idéia é efetivamente fazer a exemplo do Rio de Janeiro, os Estados, que são 25 Estados devedores possam nesse momento apontar caminhos na linha de pagar o que eles devem à nossa VARIG. E também dizer Sr. Presidente, que eu entendo que o requerimento ele vai na linha de uma construção, por isso que nós colocamos que ou o Governador ou vice-Governador ou o Secretário da Fazenda, seria convidado para dialogar conosco sobre essas dívidas, que eu entendo que é fundamental que a gente encontre uma saída negociável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. Eu colocarei, então, em votação esse requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram aprovado. Existem aqui algumas justificativas que foram apresentadas pelos convidados. O Sr. Presidente do BNDES, através do Chefe de Gabinete que não pôde comparecer por que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias, visando a representação do BNDES na referida audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Quem assina?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Quem assina é o Chefe de Gabinete. O Presidente do BNDES. O Secretário da Previdência Complementar também manda um ofício, problemas intransponíveis na agenda. E o Sindicato também apresenta alguma justificativa, o Sindicato dos Aeroviários e o Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Tendo em vista que lá estão sendo realizadas algumas assembléias, justamente para tratar do assunto da VARIG. Então, os funcionários justificaram e com credibilidade e fundamentação a sua ausência, desde quando a sua não presença nessa assembléia geral dos credores da empresa – e os funcionários são credores da VARIG – poderia prejudicar o bom andamento do sistema de recuperação que está sendo objeto de apreciação pela Justiça Federal.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V. Exa., Senador Jefferson Peres pela ordem.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, três Comissões do Senado Federal convidaram o Presidente do BNDES para participar de uma Audiência Pública. Ele não veio. Enviou um ofício assinado pelo Chefe de Gabinete. Disse que ele não pôde vir porque tinha outras reuniões agendadas e nem podia mandar representantes. E nem se pôs à disposição próxima vir em outro dia. Não teve a gentileza de dizer que se colocava à disposição para a próxima semana em outro dia. Este expediente é grosseiro é um menosprezo ao Senado Federal. Sr. Presidente, não sei quem foi o autor do requerimento que o convidou. Mas eu sugeriria ao autor do requerimento, apresentar um outro requerimento convocando o Ministro da Indústria, que é o superior hierárquico para vir aqui em companhia dele. Eu faria isso. Eu o convocaria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu acho que V. Exa. tem toda razão. A Assessoria da Comissão de Infra-Estrutura entrou em entendimento com o Gabinete do Presidente do BNDES e foi confirmada a sua vinda, por telefone. E a agora, a Comissões recebem esse ofício do Presidente do BNDES, dizendo não houve tempo hábil para a sua presença nesta Audiência Pública. Então, eu gostaria que V. Exa. formalizasse o requerimento, que contaria inclusive, com a minha assinatura. Contaria não, contará com a nossa assinatura. Eu passo a palavra em primeiro lugar, ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, ele é Procurador de Fundações da Procuradoria Geral do Estado de Justiça do Rio Grande do Sul e agradeço a V. Exa., e também ao Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo VARIG que aqui comparecem espontaneamente, para debater esse assunto tão importante para todos nós que somos brasileiros, que é a recuperação da VARIG. Portanto concedo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS –

Eminente Senador Antônio Carlos Valadares, receba a minha saudação. Eminente Professor Paulo Rabello de Castro, igualmente os meus cumprimentos. E uma saudação toda especial e destaque aos Senadores do meu Estado que estão todos aqui presentes, numa demonstração clara do interesse que têm pela questão VARIG.

Assim também, como o Eminente Senador Jefferson Peres, a quem apresento meus cumprimentos. Destaco, portanto, a presença aqui do Senador Pedro Simon – o mais antigo – e dos jovens Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – ... são todos jovens.

(risos)

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS –

Cumprimento a todos os Senhores e especialmente aos variguanos que eu aqui enxergo, presentes mais uma vez com aquela garra que eu aprendi a admirar cada vez que se trata das questões da VARIG. Convém que eu explique inicialmente a razão da minha presença. Eu sou Procurador de Fundações do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e esta Procuradoria de Fundações é encarregada pelo velamento de todas as Fundações privadas do Estado do Rio Grande do Sul. Daí porque efetivarmos o acompanhamento e o controle sobre o funcionamento da Fundação Ruben Berta. E a Fundação Ruben Berta é intimamente ligada a VARIG, numa relação onde o que ocorra com uma repercute com a outra. Daí porque estarmos acompanhando em todos os seus desdobramentos a questão da VARIG, por que ela interfere diretamente nas questões da Fundação, assim como a Fundação vem interferindo nos destinos da VARIG. Penso e seguramente não é novidade nenhuma que o Estado Brasileiro tem uma responsabilidade extraordinária no processo de manutenção da VARIG, porquanto este mesmo Estado é o grande responsável pelo estado de penúria em que ela se encontra. Porquanto segundo dados que pesquisei, foi o congelamento de tarifas imposto pelo Estado, que iniciou o problema de descompasso financeiro da empresa. A época o prejuízo teria se situado em torno de 30%.

É inconcebível que o poder concedente por uma medida arbitrária, ele que é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro da empresa concessionária dos serviços que ele conferiu, cause tamanho dano e depois ao longo do tempo além de outras providências, outros congelamentos, enfim, depois tente afastar a responsabilidade que é flagrante e inquestionável. Então, por esta razão, vemos tanto quanto possível defendendo o encontro de contas, que não será favor

nenhum nem por parte do Estado, mas é uma obrigação do Estado para com a VARIG. O encontro de contas é perfeitamente viável, basta uma decisão de Governo no sentido de operacionalizá-lo. Foram percorridas a nível de STJ desde a Primeira Instância é até o Superior Tribunal de Justiça, referendando ganho de causa para a VARIG. Não acredito que houvesse qualquer oposição de parte dos Srs. Ministros, no sentido de se fazer uma composição. Composição que viria dar o oxigênio que a VARIG está precisando. Então penso, que é o caso de aprofundarmos a questão do encontro de contas, a fim de possibilitarmos uma solução imediata para a questão VARIG. Muito se têm falado também ao longo do tempo que um dos grandes responsáveis pela crise da VARIG é a Fundação Ruben Berta. Não represento a Fundação Ruben Berta aqui, porque como fiscal da lei não tenho esta representação. Agora, venho acompanhando as atividades da Fundação Ruben Berta e do ponto de vista de obrigações perante o Ministério Público, ela vem ao longo do tempo se portando adequadamente, mantendo absolutamente em dia todos os compromissos de prestação de contas, de prestação de informações ao Ministério Público do Rio Grande do Sul. Portanto, a Fundação está em situação de absoluta regularidade perante o Ministério Público. Mas retomo. Disse e critica-se muito, inclusive até no exterior – o que eu acho extremamente inadequado e até no mínimo deselegante, que se critique no exterior uma Instituição Nacional -, mas isso vem ocorrendo o que é lamentável. Então, se atribui à Fundação toda a responsabilidade pelos desvios de rota da VARIG. Penso que essa história deva ser reescrita. Não que a Fundação não tenha parcela de responsabilidade. Agora, há que se estabelecer uma linha de equilíbrio, porque se esta Fundação pode e deve ter tido equívocos na gestão da VARIG – seguramente teve – também é esta Fundação, que em meio a esta crise da VARIG tem suavizado esta mesma crise através da efetiva assistência que vem prestando a todos os trabalhadores do Grupo VARIG. Isto é importante que se diga.

Esta Fundação não recebe dividendos da VARIG, seguramente há mais de cinco anos. E a Fundação não foi para o espaço. Que fez a Fundação? Ela encontrou maneiras de se tornar auto-suficiente, efetivando, prestando serviços e consegue se manter sem a percepção desses dividendos, que deveriam ser creditados e que não são, em função da crise econômica financeira da VARIG. Então, entendo que existam condições para que se supere a questão da VARIG. Segundo dados que já devem ser do conhecimento do Srs, o crédito seria da VARIG, acho que há um mês atrás, em torno de quatro bilhões e 600 aproximadamente seria o crédito. O débito seria aqui INSS e outros débitos,

em torno um acerto de contas, de 03 bilhões e meio. Nós teríamos, fazendo esse acordo de contas, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, que já estão desatualizados, isso aqui eu coletei há um mês, um mês e meio atrás, então, nós teríamos em torno de 01 bilhão disponível para a VARIG, feito o encontro de contas que possibilitaria a superação desta situação de angústia em que está mergulhada a empresa e todos os segmentos da sociedade brasileira, que vivem a apreensão desta crise sem precedentes na História, porque há um potencial que precisa ser trabalhado e surge cada dia uma dificuldade e outra e outra.

Outra questão que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exas., é para as tropelias que acontecem a cada lance deste processo. Eu assisti uma assembléia dramática em 19 de dezembro de 2005, onde se colocou a faca no peito de credores da própria Fundação, sob o argumento – “Ou aprova-se o plano de recuperação judicial tal como concedido, ou se decreta a falência da empresa”. E num esforço admirável, conjunto de compreensão coletiva, tantos os credores quantos os agentes da Fundação Ruben Berta, compactuaram um chamado Plano de Recuperação Institucional. Esse plano não estava acabado, mas as linhas mestras estavam lançadas. E nessa mesma assembléia ficou decidido que uma nova assembléia ocorreria no mês de fevereiro, para que se fizesse o detalhamento jurídico deste plano. Não era um novo plano. Não era a reformulação. Era o detalhamento jurídico. E qual não é a surpresa? Numa assembléia feita em 13 de fevereiro, algumas linhas mestras do plano, inclusive a colocação em determinadas categorias, aconteceram sendo modificadas pela empresa que dava Assessoria e que era encarregada tão-só de elaborar os instrumentos jurídicos, não de mexer na estrutura do plano que acabou sendo alterado. Isto é uma questão que posteriormente nós pretendemos questionar juridicamente, na medida em que a Procuradoria de Fundações venha a ser instada a manifestar-se. Mas, então, o que eu gostaria de registrar é a apreensão também, com relação a essas assembléias que são marcadas em cima da hora. Agora, teria outra assembléia de credores que estaria se desenvolvendo no Rio de Janeiro, neste momento e onde também se diz: Ou se aprova tal proposta, ou então, a empresa vai falir. Eu entendo que há necessidade de se encarar com mais seriedade essas ações dando um tempo mínimo necessário, a fim de que todos os credores que a Fundação, que todos os segmentos interessados possam examinar as questões que são de extrema gravidade, sem esta ameaça constante: Ou se decide, agora, ou a VARIG vai falar. Lamentavelmente essa prática vem sendo reiterada e é extremamente prejudicial para os

interesses que estão sendo discutidos. Então essas eram as primeiras colocações que eu tenho. Eu fui convidado gentilmente por esta Casa e aqui estou à disposição, para trocar idéias a respeito da questão VARIG. Como Curador de Fundações o que me ocorre colocar nesse primeiro momento, são estas referências. Permanecendo ao dispor na medida que se avance na discussão, se outras questões surgirem e sobre as quais eu possa me manifestar. Eu agradeço ao Eminentíssimo Senador Heráclito Fortes, que agora está presidindo a Sessão, pela oportunidade da manifestação nesse primeiro momento.

Permaneço ao dispor da Mesa e dos Srs. Senadores.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Presidência agradece as palavras do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Procurador de Fundações da Procuradoria de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul. Passo a palavra para seu uso por quinze minutos, ao Professor Paulo Rabello de Castro, que é Consultor do Grupo de Trabalhadores da VARIG.

Tem V. Sa., a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Bom dia a todos. Devo em primeiro lugar, registrar a minha satisfação de estar aqui nesse momento representando as diversas Associações de Pilotos, Comissários, Mecânicos de Vão, Pilotos da Nordeste, enfim, Aeroviários, Sindicatos diversos, a Comissão Especial do Sindicato Nacional dos Aeronautas, enfim, a Comunidade Trabalhadora do Grupo VARIG, que eu com muito orgulho, nesse momento e por esses poucos minutos, tenho a honra de representar.

Agradecer ao Presidente dessa Mesa o Senador Heráclito Forte, que ainda na semana passada me convocou a estar aqui. Convocatória que atendo com o máximo prazer e com muita honra. Tanto mais, quando o privilégio é de estar repartindo esta Mesa, com o nobre Procurador do Estado de Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos que tem muito se dedicado ao tema da VARIG, pela via do acompanhamento das ações da sua controladora que é a Ruben Berta e acaba de nos prestar importantes esclarecimentos.

E cumprimentando os demais Senadores presentes, a quem dedico muita simpatia, eu gostaria de convidá-los para mais ou menos em dez minutos repassar um tema que é por natureza complexo, é um tema financeiro, mas também com fortes aspectos e tonalidades de vinculação do setor público a esta empresa de serviço concedido que é a VARIG. E como já foi ressaltado pelo Dr. Bastos, um poder concedente

que concedeu, mas não deu nem os poderes e nem muito menos em várias ocasiões, não deu às condições econômico-financeiras para que essa empresa trabalhasse equilibradamente.

E desde já eu pontuo o seguinte, a VARIG vai comemorar no próximo mês de maio de 2007, 80 anos de vida. Nós estamos, portanto, entrando a partir de 07 de maio próximo, semana que vem, no octogésimo ano de vida. Eu convidaria a todos e instaria o Brasil inteiro, para levantar essa estrela da VARIG, de novo no céu do Brasil, no seu octogésimo aniversário como sendo o ano da virada. Nós que vamos torcer pelo Brasil no hexa, muito mais importante do que 06 vezes, são 80 vezes. 80 anos, 200 milhões de passageiros voados e uma história gloriosa, principalmente no plano do heroísmo pessoal e no plano técnico, também, porque é uma empresa que alta tecnologia. Razão pela qual eu diria, que fazemos muito mal e se trata do ponto de vista financeiro, um péssimo negócio deixar que a VARIG soçobre no momento em que ela tem plena viabilidade financeira. É o que eu pretendo demonstrar nesse momento em dez minutos apenas, percorrendo sete pontos fundamentais, com a ajuda do Comandante Marsilac que hoje está pilotando o Power Point.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer alto e bom som que a VARIG é recuperável. Digo isso como um Consultor Econômico com prática, porque sou também classificador de riscos de crédito, através da Empresa RS Rating, da qual eu sou o Sherman e, portanto, diuturnamente analiso empresas do ponto de vista do seu risco de crédito. Acho que a VARIG, e assim pensa o Comitê da RS Rating, que prestou um laudo econômico-financeiro de viabilidade daquele plano original do 19 de dezembro, até agora ainda não implementado, que a VARIG é recuperável sim. E por isso fez muito bem o Juiz Luiz Roberto Ayub, quando em 28 de dezembro homologou o plano de recuperação judicial, à vista do detalhamento dos meios da sua recuperação, da viabilidade econômica demonstrada pelos inúmeros gráficos e tabelas que acompanharam o plano.

E finalmente, o nosso laudo de viabilidade econômico-financeira. As ferramentas jurídicas, portanto, a partir da homologação do plano estão prontas, muito mais ainda, agora que o gestor é profissional interino também já está apontado, e o Banco Administrador do chamado Fundo de Investimento em Participações que controlará a VARIG, recepcionando as ações da Fundação Ruben Berta também. O plano, portanto, é viável. E isso é muito importante, porque a estratégia brasileira não deveria ser desperdiçar patrimônio que é de todos. Aliás, sabemos muito bem que o patrimônio de um país pertence a todos, que se o regime constitucional é da propriedade privada é que somos inquilinos

dos bens e dos serviços. Aqui estamos na nossa vida para colaborar com a comunidade. Somos apenas tomadores de conta do patrimônio que deixamos para a nossa família e deixamos para a comunidade. Portanto, esse patrimônio público da VARIG merece ter a sua viabilidade garantida. Credores clientes e contribuintes ganham com a recuperação. E só a recuperação esse é o ponto que talvez seja fundamental, salvará o Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários da VARIG, que é o AEROS.

E o que é mais interessante. A solução não empata um só tostão do Governo. Diferentemente do que se alega, a VARIG não é um caso de precisar de dinheiro público. Como o Senador Jefferson Peres teve oportunidade no Jornal “A Crítica”, do qual ele é Emérito Economista fez questão de alegar, poderia até se pensar. Dada a característica estratégica da empresa na interferência direta do poder concedente, pelas múltiplas razões e motivos que teríamos para manter a Bandeira Brasileira, principalmente no exterior, só que não é necessário. Ocorre que temos uma boa notícia para dar.

E é isso que vamos, agora, com uma certa rapidez mostrar, pelo lado onde a nossa especialidade nos indica, que é começando daquilo que está sempre nos jornais. Uma dívida total, que quando olhada pelos números bilionários 8,5 bilhões, dos quais 3,5 bilhões é o plano de parcelamento de débitos já referidos pelo Dr. Bastos, INSS o imposto de renda, que estão fora do plano de recuperação, porque entendeu o Congresso Nacional ao aprovar a Lei de Recuperação de Empresa, deixar fora os créditos tributários. 4,5 bilhões é à parte concursal, ou seja, aquela parte que em 19 de dezembro do ano passado, foi devidamente repactuada e renegociada. E lamento dizer, mas 500 milhões de reais que a incúria, a imprevidência e a falta de ação das pessoas que estão encarregadas de fazer este plano ter vida deixaram acontecer. Porque a VARIG desde, então, não tem ainda o seu plano de recuperação devidamente implementado.

Então, cogitamos hoje, inclusive na reunião que hoje se realiza no Rio, dessa coisa esdrúxula que é alterar e modificar um plano que ainda nem começou. E não começou, e é preciso então, que se pergunte, que se cogite: Por que não? Porque não foram tomadas as medidas. E antes que me perguntem por quê? Dou um exemplo de todos o mais banal. Esta empresa chegou sem em dezembro sem um Diretor-Financeiro e passem! Até hoje não tem um Diretor-Financeiro. Como nós poderíamos conceber uma recuperação quanto mais judicial, onde um Diretor-Financeiro quatro meses após iniciado o processo, ainda não foi apontado.

De qualquer maneira a boa notícia já apontada pelo Dr. Bastos é que ao lado de uma dívida fiscal, que está espalhada para ser paga em 15 anos, no valor de 3,5 bilhões, a ela se contrapõe por dados recalculados recentemente pela Fundação Getúlio Vargas, de modo conservador, porque com correção monetária inferior àquela praticada neste período de acumulação desses créditos nos deixam um saldo de 1,1 bilhão de reais para o Governo. Ou seja, se esta Casa determinar, através quem sabe, de uma resolução do Senado, talvez esclarecendo aquilo que me parece que a legislação já permite que esse encontro de contas se faça, rapidamente nós temos condição com esse 1,1 bilhão de criar um Fundo de Créditos Aeroviários, que não seja inclusive só para a própria VARIG, mas para qualquer empresa que esteja num processo recuperacionista, utilizando esses recursos securitizados devidamente. O Governo nem precisa desembolsar isso, não se alegue que vai alterar execução do superávit primário e nós teríamos condição de o BNDES, amparado nesse colateral realizar um Fundo Nacional Aeroviário.

Eu gostaria de apresentar-lhes o quadro geral que parece complicado, mas rapidamente percorrendo, se os Srs, tiverem paciência, estão lá vendo a Fundação Ruben Berta, Controladora em cima. O FIP que já tem o Banco Brascam como seu administrador, portanto, a questão da Ruben Berta está equacionada. A Empresa Reestruturadoras AM, Álvares e Marçal de categoria internacional e a RG, a VARIG Rio-Sul e Nordeste que são as devedoras, que tem do lado esquerdo os ativos judiciais, àqueles a que eu me referi, da ordem de 4,6 bilhões e ativos operacionais os mais diversos South Smiles da ordem de 250 milhões de dólares, que é a sua avaliação. Os flots lá fora. Os direitos de aterrisagem e de decolagem e assim por diante. Do lado do passivo, o grande passivo tributário de 3,5 bilhões e os passivos operacionais. Os contratos diversos de fornecimento que a VARIG tem normalmente. E agora, temos além do mais que nos enfrentar com o passivo extra concursal, que não precisava estar lá senão tivéssemos tido essa incúria tremenda nesses quatro meses passados. E o passivo concursal que está aqui 4,5 bilhões, distribuídos entre 200 milhões dos credores da classe 1, trabalhadores; 2, 1 bilhão de novo dos trabalhadores, agora, representados pelo AEROS, entre ativos 800 bilhões e inativos 1,3 bilhões; e outros 2, 2 bilhões. O que nós vamos fazer?

Basicamente o que se pretende no plano de recuperação judicial, que não precisa ser modificado, a VARIG Operacional ela é uma unidade produtiva isolada. A VARIG que voa. E ela passa a ser separada, deixando na parte de cima o encontro de contas a ser feito, que deixa um saldo positivo. Andando um pouqui-

inho mais rápido Comandante, a VARIG Operacional fica com os ativos operacionais e passivos operacionais, e pelo plano de recuperação já aprovado, voluntária e opcionalmente os trabalhadores que já assinaram procurações a esse respeito manifestaram-se desejosos para colaborar com a empresa, de converter créditos trabalhistas 200 bilhões. Seu saldo de contas no AEROS – e lamento muito a ausência do Dr. Adacir Reis, que muito contribuiria nesse momento, já que esse AEROS foi inopinadamente liquidado, teve os planos da VARIG inopinadamente liquidados exatamente no momento na véspera dos trabalhadores verterem recursos importantíssimos e líquidos e certos, porque está no Fundo de Renda Fixa do AEROS, o dinheiro que é desses trabalhadores da ativa e que salvaria os inativos que hoje estão liquidados.

E vejam, que praticamente o que se tem é que os outros vão ser, os outros 2,2 bilhões que estão renegociados em até 13 anos de prazo, eles serão pagos através do leilão judicial dessa VARIG, sem a parte financeira e a eventualmente comercial. Pagos através do resultado do leilão, das debêntures de participação de lucros que essa VARIG Operacional pode verter para os credores e através das conversões já estabelecidas. E mais interessante ainda, a própria União com aquele 1,1 bilhão que deve, ela poderia perfeitamente verter isso para o Fundo AEROS, a quem ela deve responsabilidade por esse 1, 3 bilhões, porque este Fundo AEROS deixou de ser acompanhado, devidamente pelo órgão fiscalizador e regulador a Secretaria de Previdência Complementar. Portanto, nós estamos diante de uma situação que embora complexa, eu quis mostrar aos Senhores, que é perfeitamente plausível a recuperação desta VARIG, apenas com o movimento já previsto no plano, que é a separação da VARIG Operacional de um lado e ficando a VARIG Comercial e Financeira na parte superior. Portanto, as ferramentas estão prontas. O detalhamento aprovado-

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Dr. Paulo.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Eu vou pedir a V.Sa., um minuto.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Claro, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Porque tendo em vista que questões burocráticas nós temos urgência na aprovação de dois requerimentos. Eu gostaria que fosse feito agora que são de autorias. Do Senador Jefferson Peres. O primeiro – “Requeiro nos termos do art. 52, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90,

inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Dr. Odacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Sala das Comissões, Senador Jefferson Peres, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon e Senador Heráclito Fortes”. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nos mesmos termos – “Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio e Exterior, Dr. Luis Fernando Furlan, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Damian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Sala das sessões, os mesmos autores”.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Srs. Senadores, antes de devolver a palavra ao Dr. Paulo, eu quero mostrar o desrespeito do Presidente do BNDES, para com o Congresso Nacional, fato que vou levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República. Foi convidado para vir aqui, duas vezes, e remeteu ao Senador Pedro Simon, através do Chefe de Gabinete dele, como resposta, o mesmo ofício com a mesma data, apenas trocando a data aqui do fax. É o apreço e o respeito que o Sr. Damian tem para com o Congresso Nacional numa hora como essa. Daí por que a convocação do Senhor Ministro, que eu tenho impressão que ele terá outro tipo de comportamento com esta carta.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Com a palavra V. Exa..

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Além da convocação devemos levar o fato ao conhecimento do Presidente do Senado e do Congresso, Senador Renan Calheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Acho Sr. Presidente, que é uma medida que deve ser tomada e isso tem que ser repellido de maneira enérgica. Aqui estão os dois fatos e as duas respostas do Chefe de Gabinete, datado do dia 24, o ofício é o número P 264, apenas o Chefe de Gabinete teve o trabalho de repetir a convocação. Fica feito o registro. Com a palavra novamente V. Sa.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente, espero que eu possa ter uma ligeira correção monetária do tempo, aproveitando para poder encaminhar a conclusão do meu raciocínio, apenas dizendo que eu acho que vocalizo os trabalhadores do Grupo VARIG, em desagravo ao seu descontentamento, dizer que o Senado Federal fez, tem feito e continuará fazendo muito, por esse estratégico tema que é soerguimento da VARIG. Na realidade, tratamos aqui não do soerguimento da recuperação da recuperação da VARIG. Eu me atreveria a dizer que nós estamos aqui tratando Sr. Senador Presidente da Mesa, do soerguimento da cidadania e do bom senso. Não se trata só do assunto VARIG.

O Brasil está precisando de mais bom senso, mais senso estratégico, de dar demais importância às coisas que de fato são importantes, e mais atenção àquela falência do que é produtivo, como ainda hoje podemos dizer, que setores importantes da atividade nacional como o agronegócio de grão, está submergindo diante de um tremendo desequilíbrio entre preços e custos e tal como a VARIG não precisa de tostão do Governo, mas perecerá por causa da incúria pública.

Mas voltando ao assunto VARIG, nós gostaríamos de dizer que está tudo pronto, faltando apenas desbloquear os recursos do AEROS, motivo pelo qual lamento, mais uma vez, porque o preparadíssimo Advogado Odacir Reis que tem conduzido a SPC com grande maestria, poderia estar nos ajudando muito nesse momento a superar a infausta liquidação dos planos, nesse momento, onde esses planos mesmo poderiam ser a ferramenta de soerguimento da VARIG. Segregaram a VARIG Operacional como consta do plano aprovado e mencionado aqui pelo Dr. Bastos no dia 19 de dezembro. E liberaram o empréstimo ponte do BNDES, pelo que lamentamos a ausência do Sr. Presidente aqui, porque poderíamos já estar aqui saídos com todos o entendimento a respeito com constituição de um Fundo Aeroviário, com créditos não de privados, mas do próprio Governo, não só dos ICMs dos Estados, como o Governador do Rio Grande do Sul em boa hora se lembrou de captanear a securitização desses créditos estaduais, como também dos créditos federais.

E concluo que obviamente a VARIG voando, tem o serviço, tem o Smiles, tem pagamento, o Governo receberá os 3,5 bilhões através da transação que fará, isso constitui custo zero para os contribuintes. As pensões estarão garantidas, empregos e salários racionais estarão garantidos. A VARIG parada não tem serviço. não tem Smiles, o Governo perde os 4,5 bilhões, que poderia... Obviamente, os credores perdem os 4,5 bilhões que teriam a receber no tempo. O Governo não

recebe nada e ainda paga. Os Senhores já podem ver que o custo nesses dois itens já chegam a 08 bilhões. E seguramente com toda certeza, por causa da imprevidência do órgão fiscalizador, fatalmente e, por favor, não se desesperem os pensionistas, heróicos pensionistas e aposentados, muitos dos quais aqui estão acompanhando a gente hoje, porque o Governo, se não deixar que a própria VARIG honre os créditos estando viva – e ela quer pagar, porque os próprios trabalhadores através do seu Plano pretendem dar garantia do pagamento aos seus colegas aposentados ou pagará o Governo. Pagará como pagou o Plano da VASP por não ter feito adequada provisão desses recursos no momento em que a Administração estava em crise.

E concluindo, obviamente que só a recuperação, como eu dizia, vai conseguir dar cobro a isso que eu gostaria de encaminhar ao Presidente da Mesa, (soa a campainha), que é lamentavelmente – se pudesse alguém também distribuir para os Srs. Senadores -, é uma carta que realmente merece um descontentamento muito grande, porque ela entre outras coisas, Srs. Senadores, diz o seguinte: “ Informamos ainda – e é uma carta endereçada ao participante assistido pelo liquidante do AEROS, Sr. Senador Jefferson Peres – que os convênios prestados aos assistidos da VARIG com desconto no contracheque do AEROS, ou seja, AMIL, AMIL Dental, SAMOC, UIT, AMICO, PLANAF e outros, cujo Instituto seja interveniente, condicionados a existência de saldo para o desconto em referência deixarão de estar disponíveis para os aposentados e pensionistas, sendo o pagamento efetuado em 03 de outubro próximo, o último sobre o qual incidirão descontos. Assim, sendo caso V.Sa., esteja associado a algum deles, solicitamos que efetue a devolução das respectivas carteiras de identificação após o período de cobertura”.

Isto é uma injúria contra esses trabalhadores que durante décadas – e muitos aqui estão – muito provavelmente simbolicamente, gostariam de estar nesse momento, devolvendo seus cartões de cobertura de saúde. E simbolicamente entregarão ao Presidente Hércílio Fortes, que obviamente os receberá com muito carinho, porque representa de certa forma um singelo e simpático, por assim dizer, mas trágico protesto contra uma maneira atabalhoada de lidar com pensões e aposentadorias de brasileiros que nos carregaram com segurança até aqui nesta VARIG.

Portanto, para concluir, e já me penitenciando pelo excesso de tempo, apenas para dizer: Gasto zero para o Governo. Não faz sentido um custo total que eu estimo da ordem de 10 bilhões de reais, que é o custo total para o país, para os contribuintes em termos de perda de produto interno bruto, de empregos

destruídos, de marca destruída, marca internacional de presença do Brasil no exterior. E faz sentido isso? Bastaria que nós conseguíssemos carências e prazos na BR e na INFRAERO e para isso gostaria de me referir a uma carta do Governador Germano Rigotto e do Deputado Fernando Zákia, Presidente da Assembléia Legislativa, e mais uma série de outros subscritores, que resume o que está aí, não precisa nem interferir na VARIG, basta obter as carências e prazos da BR e da INFRAERO, pedir a Secretaria de Previdência Complementar que levante o processo de liquidação e que implante um plano de recuperação da empresa, que seja compatível com o plano de recuperação judicial. Solicitar ao BNDES que disponibilize linha amparada nos próprios créditos do Governo, que podem constituir um Fundo Aeroviário e, finalmente, a Advocacia da União que transacione débitos contra créditos, uma idéia generosa, que já devia ser implementada no Brasil há muito tempo, fazer encontros de contas, como se fez no setor elétrico amparado por esse Congresso Nacional em 1993, por exemplo, salvou o setor elétrico. E, poderíamos, agora, com esse encontro de contas salvar também a nossa querida VARIG.

Portanto, eu encerro dizendo o seguinte: a VARIG permanecerá. Nós continuaremos voando com segurança, posso dizer pelos meus aqui representados. Vamos continuar atendendo os clientes com alegria, apesar de tudo, e simpatia. Vamos continuar nas ruas fazendo os protestos, com cada vez maior firmeza e apoio desta Casa e da Câmara Federal. Vamos contar com a ajuda do Juiz da Recuperação Judicial, Dr. Luiz Roberto Ayub, que tem se empenhado muito neste processo. E finalmente, vamos contar com a ajuda de Deus, orando, não só que nos dê forças, mas que principalmente ilumine o Governo, para que ele comece a pensar, estrategicamente, nos destinos e no patrimônio da Nação. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Dr. Paulo Rabello de Castro...

Questão de ordem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em seguida eu passarei a palavra a V.Exa. Agradecemos aos dois convidados que aceitaram de pronto esse chamamento. De uma coisa a Nação brasileira pode ter certeza, que não há omissão por parte do Congresso Nacional nessa questão. Tanto Câmara como Senado, há três ou quatro anos vêm lutando, procurando informações, procurando interferir no que é possível dentro das suas limitações.

Essa Comissão por iniciativa da Bancada do Rio Grande do Sul e com o apoio das outras Comissões tem se reunido e tem feito rodadas de negociações, principalmente com o objetivo de tornar essa discussão a mais transparente possível, para evitar que se diga nos Gabinetes uma coisa quando se é procurado pela VARIG ou pelos seus funcionários, e se diga outra em praça pública. Essas Audiências Públicas, meu caro Senador Zambiasi, têm servido, pelo menos para que a Nação tome conhecimento do que vem acontecendo. Acho que é positivo e essa nova tomada de posição do Governo nas últimas semanas, já admitindo a abertura de crédito. É um começo que nós temos que continuar avançando no sentido de que se encontre uma solução que seja satisfatória ao país. Eu queria sugerir e perguntar aos Srs. Senadores, se não era chegado o momento de se convocar, convidar no caso, para vir aqui o liquidante do Plano VARIG, exatamente o autor dessas medidas, numa das próximas Audiências Públicas. Caso seja de concordância eu mandarei formalizar. Todos concordam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É convite, ele não pode ser convocado. Então está aprovado. Peço à Mesa que formalize.

Vamos iniciar então as perguntas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (50:15:00) – Não é pergunta, Sr. Presidente, é apenas lamentar não ter podido acompanhar todo o depoimento do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, mas a urgência da votação do projeto no Conselho da Educação, do qual eu sou Relator e o Paulo Paim, o autor, nos obrigou nos afastarmos no depoimento. Peguei às últimas palavras do Professor Paulo Rabello de Castro, a quem tanto quanto o Dr. Bastos, admiramos muito o trabalho que vem fazendo e entendemos fundamental.

Aliás, eu na minha manifestação, eu pedi autorização para o Masilac... Mas não deixa, eu não poderia deixar de colocar aqui essa preocupação e da urgência de uma solução. Exatamente pelos impactos negativos que situações vivenciadas no cotidiano acabam provocando com relação à VARIG.

Ontem, por exemplo, o voo Buenos Aires, Porto Alegre, Brasília foi cancelado. Eu e praticamente todos nós Parlamentares gaúchos, temos como oposição voar VARIG. E quero registrar o esforço dos servidores da VARIG em Porto Alegre, no sentido de colocar todos os passageiros em vôos, seja da TAM ou de outros. No meu caso, os funcionários da VARIG em Porto Alegre, me colocaram num voo e VARIG, São Paulo/VARIG e Paulo Brasília. Mas eu quero fazer este registros e com certeza não foi por falta de passageiros, porque o voo

de sexta-feira passada para Porto Alegre Porto Alegre/ Buenos Aires, estava lotado, presume-se, portanto e o retorno, também, na segunda-feira teria perspectiva de lotação. Isso registra exatamente essas forças ocultas que de alguma maneira insistem em manter a VARIG no chão. Por isso, eu acho que essas reuniões, esses depoimentos, o Dr. Bastos, o Dr. Paulo Rabello, esses próximos convidados e convocados devem estar aqui sim, porque através deles nós passamos a conhecer melhor esse processo todo e quem sabe a gente consiga reafirmar caminhos para uma solução deste problema, que realmente não é apenas da VARIG, não. É um problema nacional e nós temos obrigação de buscar uma solução. Era esse um registro Presidente, de uma situação vivida há poucas horas, e que não afetou apenas o passageiro, afetou principalmente a VARIG. E acima de tudo seus servidores, porque se via em todos eles a angústia, a expectativa. Eu tinha comentado a semana passada que me comentou muito ouvir de uma aeromoça na chegada em Porto Alegre, àquela pergunta – “E aí?” E a resposta do colega. “Só notícia ruim” Quer dizer, ontem a notícia foi pior, ainda, portanto, porque o vôo não se realizou. Então, nós temos que lutar para que as notícias comecem a melhorar com relação à VARIG.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia, aos convidados Dr. Bastos. Bom dia, meu amigo Dr. Paulo Rabello. Dr. Paulo Rabello, o assunto VARIG está movimentando o Senado há várias semanas, embora estejamos acompanhando o problema, VARIG há três anos. Mas com o agravamento da situação, já houve a primeira Audiência Pública, semana passada, a segunda agora. E vários aspectos da questão obviamente já foram levantadas e discutidas. Mas eu li uma entrevista de V. Sa., numa revista da semana passada, Istoé Dinheiro, a qual V. Sa. dizia que o fechamento da VARIG, a derrocada da VARIG custará cerca de 10 bilhões de reais à sociedade brasileira. Ao Estado e à sociedade em geral. É uma estimativa, claro. Mas eu gostaria que V. Sa., explicasse melhor isto, e aproveito para pedir a confirmação do seguinte: Se a VARIG deixar de voar, as outras duas empresas podem assumir as linhas domésticas, mas as linhas internacionais não pertencem ao Brasil, pertencem a VARIG. Portanto, provavelmente, serão rateadas com outras empresas, que não as duas brasileiras, é isso mesmo?

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – (Falha no áudio 55:19:00) Jefferson Peres, respondendo a

sua pergunta, eu gostaria de dizer que sim, o cálculo de 10 bilhões de reais de custo para o país, portanto, um custo social, como se diz, para a sociedade brasileira, ele é um cálculo estimativo, mas que parte de um item que sozinho já responde, na minha estimativa por cerca de quatro bilhões de perda, que é o valor estimado e defasado no tempo 2006, 2007, 2008 até que outros serviços possam percorrer os mesmos caminhos deixados por uma VARIG falida, eventualmente, que corresponderia à redução das divisas líquidas brasileiras.

E falo líquidas, porque obviamente, há que deduzir apenas o valor agregado pelo serviço, retirado todos os custos que são pagos e alguns inclusive, no exterior e que alguns economistas inclusive me repreenderiam dizendo que se nós fizéssemos uma conta mais vantajada, certamente passaríamos dos quatro bilhões de reais. Mas como o nosso objetivo não é tornar esse número fantasmagórico, porque nem precisamos só esses quatro bilhões de reais, já constitui motivo para uma grande preocupação, por quê? A bandeira brasileira, a VARIG não voa e não tem voado por uma estratégia brasileira, apenas nas chamadas rotas lucrativas. Até uma rota como Lisboa – pelo que entendo e não entendo muito, não sou um profissional do ramo – não é uma rota lucrativa propriamente dita. Poucas são as rotas lucrativas. É por isso que uma empresa concorrente – e vou citá-la porque cito de cabeça de uma declaração de seu Diretor-Financeiro ainda esta semana nos jornais. Disse: “Não o meu interesse é uma nacional que está crescendo muito ultimamente. O meu interesse é na rota de Londres. Só estou interessado em voar para Londres”. De forma que se o Senador Paulo Paim quiser, por exemplo, voar para Beijim de quem que é um estratégico para o Brasil, é algo que hoje pode ser deficitário durante um ano ou dois, mas tem uma importância fundamental, porque sabemos que as rotas asiáticas hão de ter para as para o Brasil. E para os sojicultores brasileiros, no dia que conseguirem sair da falência em que a política cambial os meteu, e eles voltarem à China para voltar à soja em 2009, 2010, que voltarão certamente a plantar, cadê o avião brasileiro? Não há o avião brasileiro, porque do ponto de vista estritamente privatistas, estas companhias vão estar só fazendo o que chama o inglês *shery piking*, vão só estar pegando as amoras que lhe interessarem.

A VARIG é uma empresa de serviço que concedido, que sempre envervou o brasileiro. E o interesse brasileiro com um certo equilíbrio entre rotas deficitárias é rotas lucrativas, portanto, esse prejuízo de fato ocorrerá, o Senhor tem toda razão. As demais empresas com a visão estritamente privatistas não vão fazer

cobertura de rotas deficitárias pela bandeira brasileira e tem uma outra mentalidade. Se somarmos a isso Senador os empregos líquidos perdidos, porque alguns vão ser alocados. Os nossos profissionais brasileiros como o Senhor são respeitados no mundo inteiro e disputados como excelentes profissionais. Então serão realocados no exterior, mas a renda perdida aqui no Brasil ocorrerá, vão ser mais como muito brasileiros que vão para o exterior mandar recursos para suas famílias, eles serão mais brasileiros exportados, trabalhando no exterior e mandando recursos para cá.

Obviamente teremos um prejuízo em termos de aumento de tarifa sim, porque teremos. E aí falo, sem nenhum demérito para as empresas e digo, faço até vênia que são empresas bastante eficientes as duas que permanecerão. E que deterão mais de 80% do mercado, e constituirão uma duopólio, num país cuja Constituição reza pela livre iniciativa e pela concorrência tão perfeita quanto possível. Óbvio que no campo tributário vai ser resto da perda a lamentar porque uma empresa falida não paga PAES, nem transaciona contra crédito. E o Governo Federal vai ficar numa situação, aliás, que é uma situação, desculpe a expressão, Senador, burra”. Porque ele de qualquer maneira, quando vencida a ação que resta por um triz no STJ – se é que resta alguma coisa, e se houver pronunciado o Supremo Tribunal Federal, o contribuinte brasileiro haverá de pagar sofredamente os 4,6. Mas muito provavelmente, não haverá PAES para se confrontar e ser transacionado mais. Com isso já temos uns bilhões, ao qual eu somo e repito, o Governo senão deixar que a VARIG viva pague as aposentados do AEROS, eu posso dizer tecnicamente que não há muito que escapar de uma ação, pela qual ele será responsabilizado, por não ter feito a adequada fiscalização no momento certo – não vamos entrar nesses pormenores aqui, até porque não estamos na presença do Dr. Odacir que nos ajudaria, mas ele vai pagar esses dois milhões do déficit do AEROS, que de outra forma os próprios trabalhadores gostariam de investir e eliminar passivo da VARIG, colocando parte acionária na nova VARIG. Uma pena Senhor Senador, apesar dos esforços nossos Senadores aqui presentes, que um problema tão resolvido nós não tenhamos a capacidade como sociedade de fazê-lo implementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeito Senador Jefferson? Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Heráclito Fortes, cumprimentar V. Exa., em nome das quatro Comissões que estão realizando essas Audiência Públicas, pela sua importância e pela repercussão positiva que tem dado junto à sociedade

e mesmo junto ao Governo. A partir do momento que essas Audiências Públicas começaram, com certeza, eu posso dar aqui o testemunho que sinto uma movimentação maior junto ao Governo, para contribuir para essa situação da nossa querida VARIG se resolva o mais rápido possível.

Quero cumprimentar também o Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos pela sua posição, e o Professor Rabello que eu conheço há muito tempo já. Eu quero dizer que na semana retrasada ou passada, li na tribuna do Senado na íntegra o seu artigo, onde V. Exa., fala dessa questão específica que foi comentada agora, que o Brasil teria um prejuízo de no mínimo 10 bilhões, senão acharmos uma saída para a nossa VARIG. Mas a pergunta que vou fazer veja bem, eu sempre digo que, nós aqui os três Senadores e tantos outros, somos tanto defensores da VARIG, com certeza, como os Srs., que estão na Mesa, por tudo que ela representa. Mas tem uma coisa que me intriga, que intrigou eu diria. Na última reunião, até foi uma fala feita, muito pela intervenção que fizemos, eu e o Senador Zambiasi.

Eu fiz a pergunta para a empresa que está administrando essa situação contratada de forma correta pelas partes interessadas. Eu perguntava o seguinte – eu tenho insistido muito com a palavra encontro de conta, até o momento ele me corrigiu, que na segunda fala não era adequado que eu usava aquele termo. Eu perguntei a ele o seguinte: “No encontro de contas entre a União e a VARIG, entra ou não entra o dinheiro para a VARIG?” Diz ele: “Não entra”. Perguntei de novo – “Mas então, você diz que esse encontro de contas tão falado, porque a gente vê e a gente participa do debate, inclusive junto à imprensa, em televisão, em rádio, enfim. Uns falam: “Não, o Governo deve 08 bi para a VARIG”. O outro diz: “Não, a VARIG que deve 08 bi para o Governo”. Depois outro diz: “Não é 08 bi, é 4,5”. O outros diz: “Não, é 4”. O outroS – “É 5”. Daí eu insistir muito com ele. Sabe o que ele disse: “Nós estávamos na reunião. “Paim, efeito de balanço. É muito importante para efeito de balanço o encontro de contas, mas não entra dinheiro de imediato”. Ele repetiu isso diversas vezes. Depois entrou na mesma discussão, uma questão dos Estados. Eu estou inclusive aqui com o documento já que mostra, são 26 Estados devedores, um pagou, ficou 25, só quem pagou foi o do Rio de Janeiro, com deságio – e ele mesmo falou aqui – de 25%. Se fosse paga essa dívida a 01 bilhão 385 milhões de reais. Este sim, eu digo que entra. E mais. Eu fiz um requerimento a Mesa, Senador Heráclito aprovado na abertura. Onde eu digo – “Qual é o critério que tu adotou para botar 04 Estados”. “Eu não ia convidar os 26, então, eu fiz os 04 tem uma dívida acima de 100 milhões”. E pega Santa Catarina, pega

o Amazonas, pega o Rio Grande do Sul e pega São Paulo. Rio Grande do Sul e esses Estados é mais de 100 e São Paulo é mais de 400 milhões.

Mas eu deixei muito claro, não é nem situação dos atuais Governadores, então não tem aqui ninguém que diga que nós levantarmos esse debate estamos fazendo críticas aos atuais governadores. Não tem nada a ver. São dívidas que nós sabemos muito bem, do período de não paga o ICMS – eu tinha aqui documento – que vai até 94, se não me engano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, é dessa época, então-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) 85, 94.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 85, 94, ninguém está fazendo nenhum debate político. Queremos ver se os atuais Governadores que herdaram essa dívida se tem como fazer aí sim, esse devido pagamento para resolver em parte, a questão da VARIG. Sei também da situação dos Estados. A maioria vai alegar que nesse momento não teria esse aporte de recursos de uma dívida passada. Por isso que eu acho que... Eu estou muito esperançoso. Eu acho que na linha que o Dr. Rabello coloca aqui, o BNDES pode sim, fazer um empréstimo que a VARIG mostrará que tem lastro, até com outros parceiros que estão interagindo nesse momento para serem compradores de parte, de todo o poder, que eu diria a VARIG.

Dois. Acho que a BR Distribuidora pode dar um prazo maior, diz aqui que eram 10 dias, que seja no mínimo dois meses para pagar o combustível pago no momento adequado. E acho também que o Governo tem que naturalmente, como é na audiência que teremos hoje do Conselho do Rio de Janeiro, não é isso? O Governo é que tem maioria, ele pode encaminhar nesse sentido, dando a sua contribuição. Mas eu quero insistir muito aqui, que eu estou muito preocupado com nosso Fundo de Pensão da nossa VARIG. Eu acho que esse Fundo de Pensão tem que ser tratado com muito carinho. Acho até que deve ser suspensa na minha avaliação a dita intervenção. Eu posso daqui de fonte segura, que naquele diálogo que V. Exa., Presidente, me autorizou a fazer em algumas instâncias de Governo, já há setores de dentro do Governo que entende que achando uma saída viável da forma que está sendo colocada deve se rever essa intervenção, porque para salvar o Fundo de Pensão dos nossos aposentados e pensionistas que têm assegurado, pelo documento que nós recebemos e também a mesa recebeu, está garantido mais três, quatro meses, e daí como é que fica? Como é que fica a situação dos aposentados e

pensionistas? Eu quero apenas reforçar que nós temos que encontrar uma saída. Eu acho que essa linha do BNDES como foi dito, nenhum centavo de dinheiro público. Eu também quero reafirmar isso, porque nos debates que participei nesse fim de semana – “Não, mas o dinheiro público!” Que dinheiro público?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Os trabalhadores e aqueles que estão participando ativamente não querem um centavo. E o BNDES empresta dinheiro para tanta gente, que todos nós sabemos, porque se tiver lastro, se mostrar que pode pagar por que não fazer o empréstimo? Até eu, se eu estou endividado eu vou ao Banco, se eu mostrar que tenho lastro eu posso pagar no futuro, o Banco me emprestar o dinheiro. é mais do que legítimo esse movimento que a VARIG faz.

Então, muito mais do que uma pergunta, porque a pergunta mais é essa, é a do chamado encontro de contas, eu quero aqui dizer de toda a nossa satisfação. Eu estou esperançoso que no máximo em 10, 15 dias a gente tenha uma saída mediante um amplo entendimento entre todos. Governo do Estado, Governo Federal, naturalmente o BNDES, prováveis novos investigadores que estão a surgir e naturalmente a tolerância da BR, na linha dos combustíveis. É isso, no mais cumprimentar V. Exas., pela forma firme e clara que sempre defenderam a VARIG. E eu sei que eles vão falar, que eu acho que é a linha desses três Senadores que estão aqui no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Senador Paim. Para mim é um orgulho poder receber um questionamento de V. Exa., pela inteligência, pelo descortino, principalmente pela sua coragem e pelos grandes temas da sociedade, da cidadania brasileira. Eu gostaria de em primeiro lugar, falar sobre a questão do encontro de contas, porque esse encontro de contas é a pedra de financeira, com a qual passaremos dos entretanto para os finalmente. Vamos partir das considerações gerais para a linha conclusória, porque a empresa precisa de resolver com urgência os problemas.

Pois bem. Eu gostaria de lhe dizer que a Fundação Getúlio Vargas – pelo que sei, estou informado – ela recentemente foi chamada – e praticamente foi à única medida pró-recuperação, quem sabe, que tenha sido tomada pela atual administração. Convocou a FGV que entregou um trabalho e pelo qual Sr. Presidente, eu teria a ousadia de sugerir a V. Exa., que convocasse, através do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, o técnico que desenvolveu esses trabalhos,

porque ele muito ajudaria a elucidar em definitivo ao Senador Paim e a todos os demais Senadores, qual na avaliação na Fundação Getúlio Vargas seria essa conta, que o Ministro Edson Vidigal – brasileiro ilustre – já no ano passado dizia – “Eu acho que o Judiciário, no início posso parecer que esteja exorbitando mas não estou – assim dizia ele, parafraseando – eu acho que o Poder Judiciário deve recomendar que o Executivo centre com esse credor e faça um encontro de contas”. Um Ministro, Presidente – e nisso provooco até o nosso Procurador, que é uma pessoa conhecidíssima e eterno candidato a uma daquelas cadeiras no STJ, que nos diga, se isso é uma exorbitância do Ministro Edson Vidigal, ou se é uma recomendação séria que esse Presidente do Tribunal fez já no ano apresentado.

Pois eu diria, Senador Paim, que o representante da Álvares e Marçal, não respondeu equivocadamente quando lhe disse que não há desembolso, no sentido de que não há necessidade de se verter recursos, se fazer um saque no Ministério da Fazenda e com isso se diminuir em 01 bilhão, nesse exercício fiscal, o penoso superávit fiscal que tanto ambicionamos. O que é possível é simplesmente haver o reconhecimento da diferença entre os 3,5 bilhões devidos pela VARIG ao país – e quanto a isso, não há problema, porque está no balanço – e os 4,6 bilhões que não estão ativados, como é o linguajar das auditorias. E, portanto, o patrimônio líquido da empresa sempre aparece nos jornais como dramática, bilionariamente deficitário, é por causa de uma prudente maneira de proceder dos auditores independentes, que se recusam a não ser que tudo tenha transitado em julgado, etc e tal, colocar no ativo, embora o passivo esteja completamente passivado, por assim dizer. Então, a empresa fica contabilmente desequilibrada. Agora, há um crédito líquido a favor da VARIG de 1.1 bilhão. Como fazer esse pequeno milagre financeiro e aí vai a boa notícia para V. Exa., milagre das estruturas financeiras. Ela pode ser feita em menos de um mês, Senhor Senador. Em que medida? Se o Governo transaciona, senta, reconhece que entre débitos e créditos tem um 1.1 para a VARIG receber, ele não quer impactar isso no exercício presente. Ele emite uma OTN Especial, uma Obrigação do Tesouro. E essa Obrigação do Tesouro vai para um fundo que os Senhores, podem quem sabe por Resolução do Senado, constituir especialmente, poderia até ter um nome: Fundo Nacional de Créditos Aeroviários, desta empresa VARIG e quem quer mais que possa ter habilitação para esses créditos. Uma vez constituído o Fundo, a VARIG deterá cotas desse Fundo. Então, veja só, o crédito vai ficar lá, não há desembolso de nenhum real. Cotas, Senhor Senador, serão emitidas

em favor da VARIG, no valor de 1,1 bilhão e a VARIG ou vende essas cotas no mercado, ou inclusive, ela deposita essas cotas como colateral e garantia no BNDES. O BNDES poderá tranquilamente, a não ser que o BNDES comece a desconfiar do rating também do Governo Federal, que é o próprio controlador dele mesmo, acho que não é esse o problema. Então, estamos resolvidos. Agora, vejam que interessante, se o Sr. Fizer esse mesmo raciocínio, em relação a esse 1.3 bilhão de reais que o Senhor tão corretamente aponta que são créditos dos Estados, cujos Estados estão desejosos de fazer esse acerto, que se escondem atrás do biombo de uma argumentação de que é o passageiro que receberia como credor final este crédito e não em relação à VARIG. E até se tivesse tempo seria ocioso, porque andei falando sobre isso num programa de rádio, imediatamente recebi, meia hora depois, já havia recebido dezenas de e-mails de pessoas que me haviam identificado, dizendo – “Como posso eu devolver o meu ICMS para a VARIG?”. Isso que eu achei bonito, ou seja, o povo brasileiro disposto a devolver o seu suposto crédito de ICMS, se isso fosse realmente necessário. Muito interessante essa corrente de solidariedade, mas não é necessário. Esse 1,3 poderia ser depositado da mesma forma no Fundo Aeroviário. O Governador Germano Rigotto não desembolsaria um só tostão a curto prazo, esse Fundo seria eventualmente distribuído para pagamento ao longo dos próximos, cinco, seis, dez anos, e as mesmas cotas seriam recepcionadas no balanço da VARIG. Está resolvido o problema, para quem quiser resolver está resolvido.

Igualmente o Senhor, está tão correto, que eu que me atreveria a ler o art. 46 que é a que burla a da Lei Complementar 109, que diz o seguinte: “A intervenção do Fundo de Pensão, cessará quando aprovado o plano de recuperação da entidade pelo órgão competente, que é o SPC ou se decretada a sua líquido extrajudicial”. Ou seja, na realidade o que nós deveríamos estar objetivando hoje no AEROS, é o plano de recuperação, irmão gêmeo do plano de recuperação judicial que corre na 8ª Vara. E não a falência do plano da VARIG, diante de uma recuperação que queremos ver implantada.

E para complementar, no art. 52, a liquidação extrajudicial poderá a qualquer tempo ser levantada, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação da entidade de previdência complementar.

O Senhor está certíssimo, deve ter de cor e salteado as legislações brasileiras na cabeça, porque está realmente enquadrada a possibilidade a qualquer momento de estabelecermos a recompatibilização do

AEROS aos desígnios de salvar a nossa empresa VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O próximo orador é o Vereador Pedro Simon, mas eu queria pedir permissão para mostrar mais uma vez, Senador Paulo Paim, como setores do Governo tratam esta Casa. O Senador Simon acaba de receber do BNDES um outro ofícioipsis literis, nos mesmos termos dos dois anteriores, só que agora corrigido para a data de hoje. E postado da sede do BNDES do Rio de Janeiro, às 12h14 minutos, o que prova que estão assistindo a TV Senado e sabem o que está se passando aqui

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Por outro lado é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só que dessa vez, já não é mais o Chefe de Gabinete Sr. Elvino é o sub-Chefe de Gabinete. Vamos terminar recebendo correspondência-

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Daqui a pouco vai ser o porteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O porteiro. Que não chegue ao caseiro, porque aí complica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com caseiro ele já tem um antecedente perigoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agora, é o Sr. Denílson Ribeiro de Sena Nunes. Ele responde o mesmo ofício da convocação para a sessão de hoje que o Presidente não pôde comparecer, só que a resposta de hoje é das 12h14, quando o Presidente deveria estar aqui 10h00/11h00. E repete exatamente, o conteúdo dos dois ofícios anteriores. Como já foi aprovado aqui o encaminhamento desses fatos ao Presidente do Congresso, eu vou pedir que outra cópia seja enviada aos Srs. Senadores e ao Senador Jefferson Peres, que é quem vai em nome da Comissão tratar desse assunto hoje no Plenário. Mas apenas para ficar o registro de como é que o BNDES trata o assunto da importância para o país como é a VARIG. Infelizmente os empréstimos externos que aqui tanto se falou são tratados de outra maneira.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que não dá para entender esse ofício, porque eles devem estar assistindo à televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é, exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ouvi ram as dúvidas levantadas-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ouvi ram o pronunciamento de V. Exa., e do Senador Peres e vem com uma outra grosseira igual...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Só mudam a data, não dá para entender!

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por. O ofício é o mesmo-

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Por que anteriormente, a gente levava para anarquia, o negócio está uma desorganização, “mandaram lá não sei o quê”. Então, aconteceu. Mas agora não, agora, é um troço deliberado-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É uma agressão, é um desrespeito-

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Agora é deliberado, agora foi feito, o cara viu, assistiu, ouviu, viu que viu que está errado e muda a data. Isso se chama reincidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É. O conteúdo é o mesmo. Vamos dar conhecimento ao Ministro Furlan, que pelo seu comportamento e o seu respeito por esta Casa, sendo ele Chefe Superior Hierárquico do Presidente do BNDES, a mim me parece que não concorda com atitude dessa natureza. Pelo menos tem sido até agora o seu comportamento. E comunicar, como já foi dito anteriormente ao Presidente do Congresso Nacional, para que fique feito o registro.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, só um minuto Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V. Exa.. A palavra pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que o Dr. Paulo fez uma referência com a minha chegada, eu sei que o Paulo Paim conhece de cor e salteado tudo que diz respeito ao interesse do trabalhador. Ele é o melhor especialista, mas como V. Ex^{as.}, falou 8, 5, 10 anos, eu só queria lembra aqui no Time Mania, nós concedemos 180 meses. O pedido era de 240, a Receita queria dar 120 e nós dividimos em 180.

Então, pode Senador, parcelar por que o Estado tem capacidade para agüentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero apenas fazer uma correção Senador Simon. A Assessoria me avisa que a TV Senado não está no ar. Então, eu quero parabenizar o funcionário do BNDES que está aí. E que passou a informação por telefone, lamentar apenas que não levassem a sério, lá no Gabinete, no Rio de Janeiro, as ponderações feitas pelo funcionário que assiste a

essa Audiência Pública. Com a palavra V. Exa., Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu manifesto a satisfação pelas explicações do bravo companheiro Antônio Carlos Avelar Bastos, Ilustre Procurador do Rio de Grande do Sul Janeiro e pelo nosso amigo Paulo Rabello de Castro, cuja atuação é por demais conhecida. Eu não sei, mas me parece Sr. Presidente, não vou ter a vaidade de dizer que foi a Comissão presidida por V. Exa., embora V. Exa. tenha um prestígio muito grande que mudou isso que está acontecendo, mas que mudou, mudou. Que mudou, não há dúvidas que mudou. Eu acho que nós estamos com um atraso perdendo não sei quantos anos, mas nós estamos no caminho certo.

Nós estamos no caminho certo. Dá gosto ouvir o Presidente da República. Dá gosto ver os jornais de hoje, dizendo que o Presidente da República se reuniu com a Ministra Chefe da Casa Civil, o Ministro da Defesa, que o Ministro da Defesa já falou com o Presidente do BNDES e que estão buscando uma solução. Eu acho que nós vamos evitar que se cometesse um absurdo, um equívoco desses que ficaria carimbado para o resto da vida na História do Brasil, que era crime de assassinar a VARIG, com a eu não digo omissão, eu não digo com a ação, mas com a omissão de todos nós, que a gente fazia. Todo mundo discursava, todo mundo falava, todo mundo protestava, mas ficava por isso mesmo, não tinha nenhuma atitude no sentido de fazer. Eu quero confessar aqui com toda a sinceridade, a gente participa da VARIG, nós, a Bancada Gaúcha inclusive, desde a primeira discussão.

E na primeira discussão que nós fomos chamados, na verdade, o que tinha naquela reunião era um objetivo – A TAM incorporar a VARIG. O Governo estava fechado com essa tese, quer dizer, e nós fomos convocados de uma maneira muito tranqüila, para aceitar a tese de que a TAM incorporaria a VARIG. E isso foi feito de uma maneira muito bonita, quer dizer, muito tranqüila, muito serena, “vamos resolver todos os problemas e vamos questionar todas as questões”. Eu lembro que na hora se levantou duas questões. Primeiro. Por que não há incorporação das duas, porque não a junção das duas? Então, por que não a VARIG pegar a TAM? Porque fica bem lógico a TAM ser incorporada pela VARIG.

Segundo lugar. A VARIG teria na nova empresa 5%. 5% seria... Quer dizer era um negócio, assim para dizer que... Mas o que chamava a atenção e é uma coisa que eu já falo, agora com mais tranqüilidade, porque acho que passou, mas que o chamava a atenção era que a gente sentia, não apenas nas conversas externas, mas nas conversas internas de que o havia era

uma simpatia enorme da TAM e o PT. Isso vinha do tempo. A TAM iniciou quando o PT iniciou. Os dois começaram juntos a trajetória e começaram lá embaixo. E a TAM foi crescendo e o PT foi crescendo. E Justiça seja feita, quer dizer às informações que se têm, é que o PT quando cresceu fez uma simpatia pela VARIG, no sentido de fazer um esquema e eu acho que um esquema correto – “Nós vamos trabalhar com a com a TAM”. Quer dizer os Deputados do PT, Prefeitos do PT, “os trabalhos do PT serão via TAM”. O que é correto, repito, porque a TAM estava começando e deve ter feito uma vantagem ou coisa que o valha, que a VARIG já estava acostumada e cansada com isso, não tinha condições de fazer. Chegando lá no poder, e dando esse estorno, todas as informações que eu tive foi que o Chefe da Casa Civil tinha uma determinação – diz ele que falava em nome do Lula em nome de não sei o quê – mas o objetivo era um só: Fechar com a TAM, e aí vem mil informações. Eu não quero nem discutir de que por fora teria a empresa X, sócios ocultos e não sei mais o quê. Eu nem vou entrar nesse debate. Só vou entrar que eles foram muito duros nesse sentido. E na medida que nós dissemos “não”, foi uma guerra para cima da VARIG. Aí foi um mata, “não aceito, não discuto, não converso, não dialogo”, foi um corte. Não se aceitava nenhuma discussão. E foi levado, quase que eu diria a um estrangulamento.

E foi nessa fase que eu digo que a gente ficava só falando, discursando, protestando, mas não tendo uma atitude concreta, uma atitude objetiva de se fazer alguma coisa. E por outro lado o Governo também ficava nesse de dizer não e também não está preocupado, “isso é problema de mercado, é uma empresa particular, se regula lá fora”. Quer dizer, hoje eu acho que a coisa está numa situação altamente positiva. E eu acho que não é momento nem se cobrar, buscar culpado e nem responsável nem buscar solução.

Eu acho que o Dr. Rabello coloca muito bem quando fala da Fundação, eu me criei gurizinho – criança eu tenho a idade da VARIG – ouvindo falar bem dessa Fundação, principalmente o Dr. Brizola. O Brizola apontava na Fundação Ruben Berta um exemplo de economia que o Brasil deveria copiar, que era um exemplo de economia onde os funcionários, os trabalhadores se reuniam e eles eram trabalhadores e proprietários. Então, ele dava isso como um exemplo de realmente a VARIG foi longe, cresceu uma barbaridade. E era um ambiente que durante anos a fio, havia um regime de alegria de convivência pacífica entre a Fundação e a VARIG e o crescimento da VARIG, que parecia que era realmente... Eu era um dos que achava realmente um exemplo a ser feito e o Rio Grande do Sul tem coisas interessantes. O Rio Grande do Sul no campo

social, nós temos lá atrás no início da nossa história as Fundações Jesuítas, quando as Missões foram um exemplo de socialização feita, que hoje a gente mostra estudos analisados que senão houvesse o pacto Espanha-Portugal destruindo as Missões, se elas pudessem serem levadas adiante, hoje ali naquela região, nós teríamos uma das regiões mais modernas do mundo, tal o avanço que se tinha na produção, na tecnologia, na cultura que tinha naquela época. Nós temos o exemplo das Indústrias Renner, onde o Egon Renner era muito antes de qualquer legislação social, ele fez um plano de construção de casas populares. Ele fez um plano de destruição mensalmente de super – naquela época ninguém era super, mas de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Compra de supermercado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – De compra de compra para o fulano. Ele criou uma espécie de supermercado, para os trabalhadores comprem e pagarem a preço de custo. Ele fez um plano de assistência social, de colégio de educação, foi uma coisa 50 anos na frente de todo mundo. E essa outra questão da VARIG era uma outra questão importante, que lamentavelmente ficou nela. E não dá para dizer que a VARIG foi mal, por causa da Fundação, isso eu não admito a tese que dizem alguns – “Não a Fundação foi, foi, foi e terminou no que deu”. Com Fundação VARIG, sem Fundação VARIG, tendo na frente da VARIG o maior economista privado e inteligente do mundo, daria no que dava, se acontecesse o que aconteceu. Quer dizer a VARIG foi destruída no momento que o Sr. Collor, quer dizer a VARIG queria, degrau por degrau, degrau, por degrau, chegou aonde chegou. Tinha uma das maiores companhias áreas do mundo. A primeira classe com maior credibilidade no mundo. O vôo São Paulo/Nova Iorque, que não tinha nenhuma empresa americana, ninguém que pudesse concorrer, porque era realmente espetacular. O Sr. Collor houve por bem dizer que era monopólio da VARIG, que era ridículo, e abriu o comércio internacional para outras empresas nacionais e internacionais.

No mundo inteiro, a aviação internacional é feita por uma empresa. Nos Estados é uma. Na Inglaterra é uma. Na Alemanha é uma. Na Itália é outra. É uma empresa que faz o serviço internacional. E no Brasil era a VARIG, o Sr. Collor resolveu abrir. Então, a Empresa Santa Catarina, a TRANSBRASIL, o vôo mais lucrativo da VARIG era São Paulo/Nova Iorque. A TRANSBRASIL botou um vôo Rio/São Paulo/ Brasília/Washington/Nova Iorque, era um terço mais barato que o vôo da VARIG. Um terço mais barato que o vôo da VARIG! Então a pessoa... E a propaganda era essa – “Vá, conheça Washington e pague o mesmo preço”.

Quer dizer, foi isso aí que começou. E a outra foi essa que não tem lógica. Num sistema capitalismo que a gente vê, uma hora como a gente vê, vê que o custo de vida aumenta, 100 e preço da passagem aumenta 07, não tem explicação. Não tem explicação! Como o cidadão da PETROBRAS aqui não soube explicar por que a gasolina para avião é três mais cara do que a gasolina para táxi! Ele não deu nenhuma explicação, ele ficou aqui, enrolou e enrolou, mas não de nenhuma explicação – “Ah, pois é, não sei o quê...” Não deu nenhuma explicação. Então, são essas coisas que estão mostrando que é uma autenticidade de má-fé. Quer dizer, com a TRANSBRASIL o Governo deu o dinheiro, por que não deu para a VARIG? Isso é uma demonstração em primeiro lugar, que a Justiça Brasileira é um caos, quer dizer, ali na parte jurídica o Governo já perdeu a ação. É bom que se esclareça isso, não tem mais nenhuma chance... O Governo não tem nenhuma chance de ganhar essa ação, ela está perdida.

Agora, juridicamente o nosso Código de Processo é uma anarquia, e dá chance para o cara entrar com o negócio para ganhar tempo, só para ganhar tempo. Não vale 2000 réis, mas leva dois anos e o Governo se aproveitou desse detalhe.

Então, eu acho que agora, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu sinto que o Governo entendeu que ele continuar nessa posição, inflexível de deixar quebrar, ia cair na cabeça dele. Não ia ser um troço que acontece, era uma coisa que ia ter consequência mais séria do que se imaginava. Então, agora você vê. E foi uma coisa muito interessante, foi questão de 48 horas. O Lula estava lá no Rio Grande do Sul, o Lula foi visitar – Tu estava comigo meu patrício, meu parceiro ali, a gente vai ficar junto, o Lula estava no Rio Grande do Sul-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Quando?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nessa última viagem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Infelizmente, eu não pude estar presente, iria com muito prazer. Eu tenho muito respeito pelo Presidente da República e quando convidado vou.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Lula estava no Rio Grande do Sul, e o nosso Deputado Federal, o Zicarazinho(F).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Osvaldo Biolchi.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É. Ele foi para cima dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi essa abordagem foi em Erechim, Senador Simon. E pela repercussão da imprensa, o Sr, está dando a maior reper-

cussão, inclusive a manifestação. Efetivamente o Presidente, deu uma resposta dura, mas é exatamente o que os próprios trabalhadores estão colocando, que não há dinheiro público para solução do problema lá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas a resposta foi no sentido – “O problema da VARIG é problema da VARIG”. Quer dizer, que ele quer se livrar do (?), depois a Ministra também falou muito dura – “Nós não vamos botar nenhum dinheiro...” Quer dizer, não vamos botar nenhum dinheiro – “A VARIG é um saco sem Fundo. Botar dinheiro lá é botar dinheiro fora. O Governo não vai botar um tostão”. Isso foi na quinta-feira, saiu nos jornais de sexta-feira. Segunda-feira aparecia a Ministra dizendo – “Não nós estamos estudando. O Presidente da República... Não.” Quer dizer, houve nessa 48 horas uma alteração muito profunda, muito positiva, diga-se de passagem. Muito positiva no sentido que o Governo retomou uma outra posição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Me permita? Pedro Simon.

Eu acho que muito disso tem muito a ver com as reuniões que as Comissões estão fazendo de forma conjunta. As suas posições têm sido muito fortes, muito críticas e muito verdadeiras-

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Alguma coisa me diz-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem repercutido, com certeza, intensamente junto ao Governo Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Alguma coisa me diz que o Ministro Valdir Pires, o novo Ministro da Defesa, que é uma pessoa que tem um passado, que tem uma história, que tem uma biografia e que conhece a VARIG, ao contrário desses moços que estão aí. Eu acho que a atitude dele funcionou. Que ele falou com a Ministra. Falou no BNDES. Falou com o Lula. E deu declaração. A primeira declaração que saiu nesse sentido foi a dele: “Nós vamos encontrar uma solução”. Então, eu acho que nós agora devemos fazer um esforço – e eu estava dizendo para o Presidente, e repito aqui, para não ficar no oba, oba. Nós temos que ouvir as nossas manifestações, ouvir os pronunciamentos. Eu acho que a manifestação feita por V. Exa., Procurador, foi muito importante, os estudos feitos pelo Rabello, foram excepcionalmente completos. Nós temos que nos preparar para chegar no momento e levar para a Ministra, uma coisa concreta e receber uma resposta concreta. Eu acho que vai ser uma saída positiva. Nós não temos que ter o objetivo de dizer: “O Governo recuou”. Eu acho que o Governo não recuou. O Governo estava estudando e o Governo vai encontrar uma solução. O Governo vai encontrar uma solução. Não é problema de ter nem vitoriosos e

nem derrotados, mas que nós estamos em condições de encontrar uma saída. E acho meu Presidente, que será uma saída excepcional para todos nós. E será com orgulho que a gente vai ver a VARIG retornar ao seu caminho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon, eu não nenhuma dúvida de que o trabalho dessa Comissão, com também o gesto de V. Exa., de convocar a Ministra Dilma para vir aqui, em data inclusive que está discutida, ajudaram e muito – já não digo nem o Governo a recuar, mas acordar o Governo a acordar. O Governo acordou. A sensação que eu tenho é que o Governo abriu os olhos. Mas eu queria lembrar aqui, V. Exa. puxou um assunto fantástico. Eu queria lembrar aqui a V. Exa., que na CPI dos Correios, em determinado momento, o assunto evoluiu quando se chegou a aprovar que foi feita uma viagem a Portugal, por pessoas ligadas ao Governo para tratar da venda da VARIG. Esse assunto colocou-se uma pedra em cima e ninguém sabe a mando de quem, por que preço e como seria feita essa venda. Esse foi um dos assuntos que a CPI ficou a dever a Nação.

Assunto grave. Discutiu-se durante uma semana, deu-se nome das pessoas que foram a Portugal, deu-se tudo. Mostrou-se os roteiros, Bancos que estariam envolvidos. Pronto. Mas de repente a maioria impôs o desejo sobre a minoria e este assunto não foi mais falado, o que é um mistério.

O segundo ponto. Agora, os jornais de ontem ou de hoje, fala novamente de que um grupo com capital Venezuelano – as más línguas falam até do Hugo Chávez, mas tenho a impressão de que ele não vai se meter nisso – estaria se preparando para comprar ou assumir a VARIG. E cita inclusive uma aquisição feita através das ações da Pluma, que é filhote hoje da VARIG. E as coisas ficam por isso mesmo.

V. Exa falou de combustível. Esse fato dessa Comissão faz com que e a abertura com o que se está discutindo isso. Quinta-feira passada eu fui para São Paulo e um piloto sentou-se ao meu lado, um piloto que estava viajando civil, e me fez um desafio sobre a questão do combustível: “Senador, pegue um avião, um monomotor – ele é a gasolina, mas o parâmetro de preço é a mesma coisa – decole de Santos Dumont, desça em...” – aquele aeroporto pequeno de São Paulo, como é o nome dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não o aeroporto de-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Campo de Marte.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – “Campo de Marte. Decole de campo de Marte e me deu o nome de um aeroporto do Interior de Minas Gerais, desça no Santos Dumont, volte para o Aeroporto de Jacarepaguá e retorne a Congonhas. Você vai diferencial de preço de combustível de 40%”.

É o monopólio das grandes, sem querer deixar que as pequenas entrem. E aí mostrando exatamente que o preço mais caro era de Santos Dumont e Congonhas, porque essas que vendem o combustível mais barato, através da pressão das empresas não entram. Eu estou inclusive entrando em contato com a televisão, para que alguém faça, pagando com cheque a cada abastecimento desse, para que se tenha condições realmente de se verificar se isso é verdade. Se for verdade é um absurdo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Preço de monopólio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente é o monopólio impondo o seus caprichos para o mercado. Mas antes de conceder a palavra ao próximo orador, eu gostaria de saber do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, se tem algum comentário a fazer.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Não, de momento não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Paulo Rabello, inclusive uma colaboração, que ele podia com relação a assunto VARIG, desde quando começaram essas tratativas de venda, de não venda ou pressão, para que a VARIG chegasse ao ponto que está hoje?

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria em primeiro lugar de cumprimentar os Senadores que, agora estão no recinto, em particular o nobre Senador Pedro Simon, pela sua valentia, pelo seu senso absoluto de brasilidade que nós tanto admiramos Senador. É um privilégio estar recebendo seus comentários nesse somente. A Senador a Serys, do nosso Estado do Mato Grosso e cumprimentando o Senador Gelnar, aqui também presente entre outros. O objetivo, Sr. Presidente desse rápido esclarecimento é apenas dizer, que a saga desses trabalhadores da VARIG em busca de uma solução começa em março de 2002.

Em 2001, após os eventos inclusive do colapso das Torres Gêmeas e o agravamento interno da crise VARIG em si. E é preciso que se diga uma crise fratricida, por que de trinta comandantes foram de uma vez só demitidos por justa causa, felizmente já a grande maioria já reintegrados, nas lamentando que nem todos o foram numa perseguição política. E que me motivou a mim, digo isto, Senador, para apenas esclarecer por

que estou aqui. Um pouco também motivado um pouco por esse espírito público que anima o Senador Pedro Simon, a idéia de que é preciso lutar por aqueles que lutam, e eu não concebia como é que aqueles, não eram trinta, mas uns 10 comandantes que vieram me procurar, aqueles comandantes que pareciam pessoas tão ponderadas, tranquilas, que nos carregam pelo Atlântico enquanto nós dormimos distraidamente na cabine, que fossem esses os agitadores que estivessem botando a sua própria empresa em risco. Não me fazia sentido.

E aí resolvi adentrar um pouco mais na questão técnica e logo descobri que havia um estudo que jamais veio a lume, mas cujas cópias obtivemos. Um estudo de muitos bons estudos reservados do BNDES, que tratava do setor aéreo, porque o Banco ele faz estudos objetivos sobre diversos setores. Mas lá dizia uma coisa meio complicada, eu diria como classificador de risco, um pouco audaciosa – Que havia no Brasil duas empresas sadias e duas empresas áreas doentes e citava as duas. Não preciso dizer que a nossa VARIG estava entre as duas empresas, supostamente doentes. E eu acabava de ter feito um primeiro estudo a pedido da Associação dos Pilotos da VARIG, identifiquei que essa doença é dupla, mas perfeitamente curável, uma doença do Governança realmente como foi objetivado aqui pelo Procurador Avelar Bastos a Fundação Ruben Berta, estava se tornando cada vez mais disfuncional, não como Fundação, mas como uma controladora de empresa comercial. Ela não conseguia pelas dificuldades de articulação, é como se uma Fundação fosse dona de uma empresa, de uma frota de táxi. Não é o perfil desta empresa. Ela já tinha tentado remediar organizando-se como Fundação Ruben Berta Par, e assim mesmo os problemas continuavam. Portanto, ela tinha um problema sério de governança a ser superado. Tinha que arrumar investidores para compartilhar com ela a futura governança.

E o segundo problema era o problema previdenciário. Longe de ser o Governo quem já financiava a empresa, quem já financiava a empresa era o Fundo AEROS, esse mesmo Fundo que o Governo hoje vem a liquidar. Ele primeiro Governo, como poder concedente, como dito pelo Procurador Bastos, afundou a empresa no congelamento tarifário mencionado pelo Senador Simon e não satisfeito, depois a VARIG foi pagando aos seus fornecedores de créditos, Bancos um a um e os Senhores podem... Os dados são públicos na CVM, basta à assessoria puxar para ver, Senador, que a partir do ano 2000, todas as Instituições Financeiras vão saindo do financiamento da VARIG, até que hoje só temos basicamente, um pequeno crédito Banco do Brasil, lastreado no Centro Empresarial VARIG

e o nosso Banrisul, que diz que até ficou, para não dizer que tinha saído completamente. Não há Bancos nessa recuperação. É uma curiosidade. O maior credor da VARIG é o próprio trabalhador da VARIG, através do seu Fundo AEROS e dos atrasados de salário que financiam. E no entanto, o Governo está sempre e enchendo a boca, para dizer que os créditos são estatais. E a partir de 2003, o Governo FHC, pouco pôde fazer – também não fez muita força, o assunto parecia complexo, ele já estava de saída. E entrou um Governo... É uma indiferença, inclusive, a pessoa que era o Presidente do BNDES a época, interessou-se pelo assunto, mas não pode animar-se para fazer nada. E depois veio a ser agora, um vice-Presidente, agora, recentemente ao início da recuperação judicial como pessoa física privada. O que importa é que em 2003, essa é a pergunta do Senador, cabe esclarecer que eu tive a honra de acompanhar, o então novo Secretário Luis Roberto Ponte, do então novo Governo, Germano Rigotto e o Rio Grande do Sul, já nos primeiros dias daquela governança, ele tirava o Secretário Pontes das suas atribuições no Rio Grande do Sul, viemos juntos e eu tive o privilégio de acompanhá-lo na única audiência que eu tive o prazer e o privilégio de estar junto com o então Ministro José Dirceu. “E fomos recebidos pelo Ministro José Dirceu, no dia 31 de janeiro de 2003, mas ele nos deu uma má notícia, para nós que sabíamos que a solução não era essa. Ele disse, repetindo um pouco a tese do BNDES, que haviam duas empresas doentes, e uma e meia que eram boas, fez um ressalva inclusive que tinha uma lá que não era tão boa assim, diferentemente é a que mais vale hoje no mercado, e disse-nos –” A VARIG desse jeito não tem jeito”. Então, nós saímos de lá um pouco desanimados e seis dias depois, foi anunciada a fusão patrocinada pelo Governo, com as condições e se estabeleceram. Logo a seguir, ano depois, foi tentada uma Medida Provisória, que liquidaria extrajudicialmente a VARIG.

Por isso me estranha, Sr. Presidente, que numa entrevista numa palestra que o Valor Econômico cobriu, do dia 27 de abril deste ano, que o ex-Ministro José Dirceu, dando essa palestra que, aliás, parece que foi muito bem recebida na UFRJ, ele disse que se a VARIG tivesse sido vendida há um ano e meio atrás estaria voando sem problemas, quando ele alegava há três anos atrás que a VARIG parecia inviável. E ressaltava o ex-Ministro, mais uma vez, que não trabalhou contra a companhia quando esteve no Governo, o que é uma alegação, que às vezes, os jornalistas nos traem, portanto não necessariamente, é a observação dele. Mas sei lá. Freud explica, eu diria, porque quem é que teria dito que ele estaria trabalhando contra a principal

bandeira aérea brasileira. E reforçou que aérea, ainda existe porque a União a subsidia violentamente. E aí eu gostaria de saber porque já é no plano técnico, que subsídios são esses, até porque eu gostaria-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Não, subsidia a VARIG. A alegação do ex-Ministro é de que a empresa área, não é o AEROS, a empresa área só existe ainda, porque a União a subsidia violentamente. E ele finalmente conclui, ou pelo menos a matéria conclui, dizendo – “A idéia era trocar parte das dívidas da VARIG por ações. Como o Governo é o maior credor a estatização seria inevitável”.

Um outro erro técnico, lamentavelmente, porque como sendo o maior credor da VARIG e que pretendia ser acionista da VARIG é o trabalhador da VARIG. Seria muito bonito se captaneando modernamente o pensamento social de Ruben Berta, que naquele momento teve um pensamento, Senador, tão comunitário quanto das antigas Missões Jesuítica, pensamento socializante com o qual eu compactuo como liberal, já que nesse país todas as polaridades estão trocadas. Eu venho aqui como liberal defender a socialização do capital no nosso país, a socialização que deveria começar pela educação, que é a grande e verdadeira socialização. E a socialização do capital tão mal distribuído, principalmente que se distribui o capital contra as atividades produtivas e contra quem produz e contra quem trabalha. E aí do trabalhador que pensar em participar acionariamente do capital neste país é muito perigoso.

E nós estamos a quatro anos tentando fazer a proposição de utilizar os recursos do trabalhador da VARIG para se tornar um acionista minoritário, compartilhando a gestão com o investidor. Temos grande dificuldade nesse país, infelizmente, de tradição, escravocrata, de tradição imperial no mal sentido, de tradição autoritária, de não permitir que emergam as forças sociais mais generosas e que o país seja, realmente, como diz a propaganda do Governo um Brasil de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. Em seguida teremos o Senador Geraldo Mesquita, como o último orador inscrito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras, e Srs, Senadores, Srs, convidados eu queria me somar aqui a esse trabalho forte do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Zambiasi, em defesa da nossa VARIG. Eu tenho voado muito na VARIG inclusive para o Rio Grande do Sul, tenho parentes, a minha mãe em Caçoara da Canoa, no Estado do Rio Grande do Sul, então,

anualmente a gente está viajando para Porto Alegre, e sempre sendo bem atendido pela VARIG. Eu acho um crime deixar a VARIG quebrar. É claro que houve aí talvez, falta de competitividade da VARIG, em relação às outras empresas as mais novas de mercado, mas nem por isso nós devemos penalizar a VARIG. Agora, se o Governo quiser que a VARIG quebre é retardar esse socorro, esse apoio a VARIG. Cada dia que passa a VARIG vai enfraquecendo, vai atrasando seu vôos, vai perdendo credibilidade no mercado nacional e internacional. Basta aquela frase daquele Cônsul dos Estados Unidos, aconselhando seus patrícios a não voar mais pela VARIG e ter cuidado quando for comprar passagem aérea. Isso já é suficiente para que a VARIG vá perdendo força. Eu vejo que o Governo já está demorando nesse entendimento.

Eu fico preocupado quando eu vejo aqui mais uma série de requerimentos para ouvir mais autoridades, mais pessoas em relação à VARIG e mais semanas que vai se perdendo. Eu acho que não temos mais uma semana, duas semanas, três semanas, mais um mês. Eu acho que tem que ser logo, já. Esse entendimento para que a VARIG possa pelo menos, retomar a sua credibilidade para não perder mais mercado como eu já falei. Então, fica aqui a minha palavra de apoio irrestrito a essa operação de salvação da nossa grande empresa que é a VARIG. Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Srs e Srs. Senadores, Ilustres convidados, Dr. Paulo Rabello, Dr. Antônio Carlos, eu fico quando se trata de VARIG, eu fico na dúvida se a gente mantém a emoção ou se tira à emoção para refletir, e depois eu vi os Senadores do Rio Grande do Sul, com a ênfase do Senador Simon. Eu resolvo, vamos manter a emoção quando se trata de VARIG. Eu queria deixar aqui uma sugestão, que eu vou declinar ao final, mas eu queria lembrar aqui Senador Paim, da importância de se manter particularmente aqui no Senado, no Congresso Nacional e particularmente no Senado esse Foro. A VARIG hoje precisa como ninguém de um Foro como esse. Manter viva. Eu ouvi aqui comentários, por exemplo, particularmente do Senador Simon de que a mobilização das Comissões do Senado, talvez tenham gerado o efeito de sensibilizar um pouco mais as Instâncias Governamentais, no sentido de se buscar com mais ênfase uma solução para a VARIG.

Então, o Senador Valdir Raupp tem razão, nós não temos mais três semanas, quatro semanas, um mês, dois meses. A solução requerer uma agilidade que talvez não tenhamos tido em todo esse período. Há três anos que o assunto VARIG é recorrente nesse Senado Federal. Vai e vem, vai e vem. A gente acom-

panhando com aflição com angústia terrível, Dr. Paulo. Um dia desses, por exemplo, eu vim do Acre na VARIG, e no avião estava pensando ir à tribuna, propor, por exemplo, que os amigos da VARIG, os brasileiros, àqueles que tem amor por essa companhia, fizessem uma tentativa de capitalização da empresa, por exemplo, comprando ações. E aí alguém vem para mim e me diz: “Geraldo, isso não capitalizaria a VARIG”. Eu não entendo patavina disso. É o lado da emoção. A gente fica uma busca de uma solução. E muito pouco a gente tem evoluído, no sentido de...

É por isso que eu trago aqui, Senador Heráclito, uma sugestão à V. Exa., em particular, e as Comissões que estão aqui reunidas. O Dr. Paulo, provocado pelo Senador Paim, pintou com cores fortes a importância de que é dessa demanda judicial, pendente ainda de uma decisão final no Superior Tribunal de Justiça. O Dr. Paulo frisou aqui a importância que é o deslinde dessa questão. O que se passa em torno da discussão do assunto VARIG é, por exemplo, eu abro o jornal e leio lá que a Fundação seria hoje a coveira da VARIG. Eu vi o Senador Simon aqui resgatar a história da Fundação e da importância que foi a sua autuação na construção da empresa, reconhecida hoje internacionalmente. Então são informações que deixam a gente... Pessoas como Dr. Paulo e outras pessoas que estão debruçadas tecnicamente sobre o assunto, tem muito mais condições. E eu louvo a presença de V. Sas, aqui no sentido de trazer esclarecimento para que a gente possa evoluir nessa questão.

Encerro trazendo então a sugestão, Senador Heráclito, é de que se é tamanha a importância dessa demanda judicial que pende ainda de uma decisão final, eu gostaria de sugerir que V. Exa. designasse uma Comissão de Parlamentares, presidida inclusive por V. Exa., e fossemos a instância judicial onde essa demanda tramita, fazer um apelo dramático. Eu sei que os Magistrados, a partir da atuação do Juiz, muito equilibrado, muito ponderado que hoje se debruça sobre essa questão com muita responsabilidade, partir dele. Eu sei que os Magistrados no Superior Tribunal de Justiça, que podem decidir uma questão dessa, por que a gente não antecipa essa decisão? Pelo que eu estou informado, o recurso da União é meramente protelatório. É um recurso que teria que ser interposto, pena de o profissional que representa a União, sofrer sanções, mas que o recurso seria meramente protelatório. Então, a sugestão é de que V. Exa. designe uma Comissão de Senadores para irmos ao STJ e conversarmos com os Magistrados daquele Tribunal, fazendo um apelo para que essa demanda seja imediatamente colocada uma pauta, no Tribunal, e seja decidida em última instância, para que se esse é um ponto tão im-

portante na tentativa de solução VARIG, que ele seja imediatamente elucidado e colocado à disposição, para num quadro complexo como esse, que envolve essa empresa tão importante para o país, que possa ser uma peça a mais no sentido de favorecer a solução que todos nós certamente buscamos.

Era isso que eu gostaria de deixar, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Paulo pede a palavra e eu concedo com muita honra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Heráclito, de forma muito rápida, primeiro dizer ao Senador Valdir Raupp e também na mesma linha ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que eu entendo que a posição do Senador Heráclito Fortes, na linha de a gente fazer com que as Audiências Públicas continuem é uma forma de estarmos de manter o Fórum, de mostrar que o Senado da República está fazendo uma Audiência Pública por semana, buscando que a solução venha com rapidez. Nós sabemos que entre hoje e amanhã poderá até termos alguma solução, já a nível federal, porque pelo que sei haverá uma reunião hoje ou amanhã no Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, houve hoje, mas parece que o próprio Governo não deu quorum, pelo que eu sei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O intervenor do AEROS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Curiosa, o próprio intervenor do AEROS, talvez, com receio de aparecer, haver aposentados por lá, ele não compareceu.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas essa reunião terá que acontecer, ou seja, mais hoje, ou no mais tardar a semana que vem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No dia oito está marcado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – No dia oito está marcado. Então, essa posição nossa de ficarmos, e já existem audiências marcadas para a semana que vem, inclusive para o dia 09, é uma forma de manter o Fórum Permanente.

Pelo outro lado eu não vejo problema nenhum de uma Comissão ir ao Judiciário, mas com essa preocupação, buscando as duas soluções, o encontro de contas da União com a VARIG, que eu acho corretíssimo e também que os Governadores paguem esses um bi e quatrocentos milhões que eles estão devendo, que no meu entendimento é maior, vamos ver depois no encontro de contas, do que o próprio encontro de contas. A dívida dos Governadores para mim é bem maior do que o encontro de contas, mas para tirar essa

dúvida, vamos fazer com que efetivamente o encontro de contas aconteça e os Governadores assumam da forma que o Dr. Rabello colocou muito bem, qual vai ser a sua contribuição com essa dívida que vai em torno de um bi e quatrocentos pelos documentos que eu tenho aqui em mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Paim, o calendário nos favorece. A reunião é na segunda-feira dia 08 e nós favorecemos aqui, Audiência Pública no dia 09, convocando os dois Ministros, convidando o liquidante do Fundo, os Ministros virão respectivamente com o Presidente do BNDES e com o Presidente da Secretaria de Previdência Complementar. Queríamos convidar para participar no caso de necessidade inclusive fazer uso da palavra, o Presidente da Associação dos Pilotos e o Dr. Paulo Rabello de Castro.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – (pronunciamento fora do microfone). Eu teria que pesquisar, porque eu vou dar uma palestra na Academia Internacional de Direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Paulo Rabello, está nos avisando aqui, que tem compromissos já assumidos, então nós tentaremos pediríamos a V. Exa., como gaúcho que trouxesse, seus colegas, Secretário Roberto Ponte.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ponte, do qual eu tenho uma excelente relação também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum comentário a fazer sobre questão da participação judiciária.

Com a palavra o Antônio Carlos Avelar Bastos.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eu penso que as sugestões, vão ao encontro dessa busca de efetividade que a todos preocupa. Então, aplaudiria, mais não posso fazer esta decisão de criar Comissão para fazer contatos com o Judiciário e também com os Governadores. E não sei dos outros depoente, mas talvez, fosse o caso também de endereçar um questionamento, e até convidar, o responsável pela execução do plano aprovado, que poderá dizer das eventuais dificuldades, porque este plano já aprovado é para estar em curso. E ele não tem tido andamento que seria esperado, talvez por dificuldades operacionais. Mas seria o caso também de uma convocação do gestor responsável pelo andamento do plano, para esclarecer a V. Exas., por que e que providências efetivas para implementação ainda não foram tomadas.

É a sugestão que eu daria nesse sentido dentro da preocupação que vejo coletiva, no sentido de se agilizar as tratativas para resolver problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O gestor do plano.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – O gestor do plano que é o liquidante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Coloco em votação. Os Senadores que aprovam a convocação do Sr. Marcelo Gomes, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos formalizar.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O seguinte, do Sr. Márcio Masilac. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E do Secretário Luis Roberto Ponte. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado

Com a palavra o Dr. Paulo Rabello, que tem um requerimento a fazer.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – (Falha no áudio) Por um segundo, eu estou ansioso para ouvir os demais Senadores, mas eu queria cumprimentar o Senador Geraldo, por oportunismo de cabeceador na pequena área, de chamar a atenção para a necessidade de manter a emoção que foi corroborado pelo Senador Paim. Emoção da racionalidade porque nós estamos aqui num protesto permanente de cidadãos, para não jogar dinheiro fora. A VARIG morta é patrimônio jogado fora. E eu gostaria de corroborar então financeiramente, para dizer que com emoção, mas com razão, o Senador Paim, insiste nos dois grandes créditos públicos, tanto o encontro de contas em plano federal e o não encontro de contas, porque nem encontro há. Há só crédito de um lado e uma relutância de pagá-los, até por dificuldades pelas quais passam os Estados do outro, mas que eu acho que já ficou sanada aqui, Senador Geraldo, e o Sr, que alega talvez por excesso de modéstia não entender das questões financeiras, mas para lhe dar a boa notícia de que a constituição de um Fundo Nacional de Créditos Aeroviários é matéria que pode ser resolvida em menos de um mês, certamente. Ela securitiza como é a palavra da moda, tanto o resultado líquido do encontro de contas, quanto os créditos de ICMS, coloca num pacote todos esses créditos, que não precisam ser vertidos naquele ano, nem precisariam ser vertidos neste ano, de forma que inclusive esses pagamentos poderiam ser começados no ano de 2007. Eventualmente as próprias notas promissórias que o AEROS tem a seu favor contra a VARIG, poderia fazer-se um mata a mata, aí já um encontro de contas, ao nível da recuperação, a VARIG detentora dos créditos contra o Governo, fazendo então o aporte desses certificados.

Uma vez constituído um Fundo de Crédito Aeroviários e quem os estiver, estiver a empresa em recuperação, seja a Vasp, TRANSBRASIL ou quem quiser, tiver esses créditos líquidos e certo pode aportá-los, detentores desses certificados descontarão esses certificados no mercado. Ou no mercado privado, ou o BNDES antecipando-se, como é a sua função social, contra um Rating, que é do Governo Federal ou dos Estados, porque na realidade os pagantes finais vão ser ao longo do tempo o Governo Federal e os Governos Estaduais, pode descontar esses certificados e em menos de 60 dias, nós temos 100, 200, milhões de dólares aportados a nova empresa, VARIG, com a nova governança. E muito antes disso, como lembrou o Dr. Avelar, Bastos, o que nós precisamos é no dia 07 de maio estarmos aqui no Senado Federal, com alguém dando conta de que o plano de recuperação judicial começou a ser implantado. Porque nós já passamos janeiro, fevereiro, março e abril e paradoxalmente, nenhum Diretor-Financeiro existe nesta empresa. Vou repetir. Nenhum Diretor-Financeiro a VARIG tem. Como uma empresa pode estar em recuperação financeira, sem um Diretor-Financeiro? Então eu acho que no dia 08 de maio, que é a data da VARIG – e ela vai fazer seus 79 anos de idade – eu acho que o Senador Heráclito Fortes foi feliz em marcar essa data, porque eu acho que é o início, o pontapé inicial aqui desse Senado Federal, de uma marcha pela virada da VARIG, e quando chegarmos aos 80 anos essa empresa será nova e o Sr, estará indo ao Acre de VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Geraldo Mesquita, de formalização desta Comissão para tratar junto ao Judiciário da questão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tendo em vista sua aprovação solicito ao Senador Paulo Paim, como Coordenador do Grupo de Trabalho da nossa Comissão, que se articule com os demais companheiros de Comissão sobre a sua liderança para que seja marcada essa Audiência, de preferência com a presença dos Presidente da Comissões envolvidas. Em segundo lugar, eu queria propor ao Senador Paulo Paim, há um convocação feita por ele de uma audiência, para o dia 09, com a presença de Governadores ou Vice-Governadores e seus Secretários de Fazenda, São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. Eu queria propor a transferência dela para quinta-feira e que terça-feira, nós fizemos a Audiência com o nomes que estão aqui, até mesmo porque-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Aprovado. Os Senadores que concor-
dam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Essa Comissão só age por unanimidade, o que é bom. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, eu quero apenas me manifestar à concordância com a continuidade dessas Audiências, eu acho que é fundamental que se mantenha a participação do Senado na busca da solução desse assunto. É lamentável como disse o Professor Paulo Rabello, não é possível que uma empresa em recuperação não tenha um Diretor-Financeiro. Eu ainda dizia na semana passada que o fundamental é esse caminho que haja uma percepção da população de que a empresa está em recuperação, esse que é o processo fundamental, para quebrar toda essa onda de boatos a questão toda. Agora, eu tenho uma informação da Secretaria da Fazenda de Minas que não é boa é de que esses créditos de ICMS, na verdade, não seriam cabíveis em pagamento pelo Estado, porque o Estado, na verdade, deveria pagar aos passageiros que pagaram a passagem mais cara, não sei. Essa é a posição da Secretaria de Fazenda de Minas, que eu procurei a semana passada, essa informação tentando exatamente buscar uma abertura de caminho nesse sentido.

E a outra questão em relação a esse encontro de contas, dos créditos que a VARIG tem junto ao STJ, na semana passada eu avantei a hipótese, que o Dr. Antônio Carlos pudesse dizer, sendo que nós tivéssemos aqui um projeto autorizativo, que eu já pedi até um estudo-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Fazer no Plenário um outro projeto autorizado do Congresso, autorizando o Governo a fazer o encontro, independentemente de ir até o último recurso.

Eu não sei se é cabível realmente ou não-

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eu acho que pode ser uma grande medida, no sentido de estimular o Governo e para evitar restrições que podem de fatos existir da área técnica, porque ainda predomina num certo sentido e não é desse Governo, mas tradicionalmente dos Governos, esta filosofia de ir até o último recurso, mesmo em se tratando de causa perdida, o que um dia eu acredito que a sociedade vá cobrar dos Governos. Eu já fui Curador de Acidentes do Trabalho no Rio Grande do Sul e via com absoluta tristeza as condenações do Estado a pagar segurados que tinham sofrido acidentes, e a orientação que existia à época de que o Estado, no caso, o Procurador do INSS, recorresse até a última instância, atrasando o

pagamento devido daqueles segurados. Esta é uma filosofia deturpada do Estado que eu acho que está na hora de se modificar. E essa idéia do Estado autorizativo eu acho que pode facilitar essa conscientização do Estado Brasileiro, no sentido de que as ações que já estão perdidas sejam alvo de composição, porque ganha o Estado e ganha também àqueles que já têm o crédito praticamente assegurado-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Azeredo me permite um aparte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Permito, com muito prazer o aparte.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu acho que esse Decreto Legislativo que Vossa Excelência fala, pode ser um caminho, porque uma coisa é certa, os Estados devem, não podem, e aqui o Professor Rabello foi muito feliz, dizendo que há diversos caminhos para resolver isso. Eu cito inclusive o Rio Grande do Sul e vejo, deixar bem claro, a dívida não é do atual Governo, é dívida de 84.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, claro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É dívida lá de 84.

Vamos fazer nesse Decreto Legislativo, que tenha também validade para os Governos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Os Governos estaduais-

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Os Governos têm que pagar também esse 01 bi e 400.

E quero dizer a V. Exa., porque no Plenário, um aparte que V. Exa. me fez, eu disse que o resultado do encontro de contas à consequência era zero, aqui o Professor Rabello me explica que não é zero, que dá no mínimo 01 bi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– A favor da VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, o encontro de contas é fundamental-

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Está certo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para ver se isso é verdadeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senador Heráclito, então, vamos continuar também nesse caminho. Eu vou entrar em contato com a Consultoria do Senado para poder ultimar a apresentação desse projeto em caráter de urgência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – O Dr. Paulo Rabello de Castro tem esclarecimento a prestar concedo-lhe a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente, apenas para dizer que a Consultoria Jurídica da

VARIG, já tem esse trabalho feito que muito ajudaria as observações super pertinentes do Senador Azeredo e que muito as aproveitará porque o Estado de Minas Gerais, por exemplo, está com a perícia exatamente nesse momento, em andamento para verificar se o ICMS teria sido parte da composição do prego ou não, ou seja, que essa transferência houvesse sido feita ou não. Mas para corroborar mais uma vez o Senador Paim na sua insistência de que podemos e devemos enfrentar a tarefa, nos dois casos de reconhecer a dívida seja para quem for, fazemos no caso do Fundo Nacional Aeroviário, idéia muito oportuna do Procurador Bastos, que acaba de me passar à idéia uma parte que fique contingenciada para eventuais reclamantes pessoas físicas, porque isso também é possível 20%, 30% desse valor em certificados já securitizados, mas eu gostaria de dizer que se fizéssemos uma corrente brasileira, porque eu tenho certeza, que ninguém mais entre esses passageiros tal como no período das saudosas simonetas, lembra, Senador?

Também poucos vieram reclamá-las, que apenas uma intervenção na rádio Globo, no ouvidíssimo Programa do Carlos Alberto Sardenberg, em que eu explicava sobre o caso VARIG, trouxe umas duas, três, de muitíssimos e-mails de recebi, dizendo – “Acabo de ouvir a entrevista com o Sr. Paulo e gostaria de doar os ICMS meu e de minha filha, as viagens realizadas com a VARIG, só não sabemos a partir de quanto valeria, não sei o quê, não sei o que lá mais”. O outro faz comentário sobre a Ministra Dilma Roussef, não sei o quê, e no final: “Em tempo, eu dou o meu ICMS para a VARIG”. Eu acho que o Brasil está devolvendo as colherinhas, às vezes, de cafezinho que simbolicamente nós levávamos, outro dia, eu vi uma minha lá em casa, que também deveríamos quem sabe devolver para a VARIG. Eu acho que uma corrente de devolução de carinho e de amor por esta empresa, é um pouco o resgate da nossa auto-estima nacional e que o Senador Azeredo tão oportunamente... Eu diria, na hora que os mineiros resolverem devolver aí está devolvido de vez.

(risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Conte com o meu apoio. Eu também abro mão do meu ICMS.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Por uma questão de Justiça o Rio de Janeiro já devolveu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sem dúvida, sem dúvida. Eu acho que devolveu tanto, que o Governador teve que fazer agora uma dieta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tenho certeza que o ICMS, do Senador Eduardo Azeredo é bastante gordo e a VARIG terá uma boa ajuda de V.Exa. Não há mais oradores eu queria encerrar. Antes, porém houve manifestação de servidores que querem trazer as famosas carteiras

aquí, então eu pediria que àqueles que o quisessem fazer que o fizessem, agora, e nós vamos depositar na Comissão essas carteiras, para que sirva exatamente como uma atitude simbólica para um fato desta natureza.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Tem uma informação, última., Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais uma informação prestada aqui pelo Dr. Paulo Rabello de Castro.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Mais uma informação para o Senador Paim e para o Senador Azeredo, é importantíssimo, Senador Paim, já há no BNDES um projeto analisado, inclusive aprovado pela Diretoria, passo a informação que é o FGCA, é Fundo Garantidor de Créditos Aeroviários, ele simplesmente, ainda não foi implementado, portanto, temos todo um estudo agilizador do processo, se houvesse a decisão política, nós eu acho que em trinta dias teríamos esse Fundo Garantidor e o fim dos nossos problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bom, vamos aguardar aqui a entrega das carteiras de benefício, que eles estão fazendo a entrega, o AEROS tornou nulas e ao invés de entregar ao AEROS, estão fazendo de maneira simbólica a esta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, só para que fique claro, pelo que eu entendi, se refere ao seguinte, o AEROS está pedindo de volta-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De volta as carteiras de saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eles não terão direito nem sequer mais ao plano de saúde, acho que é uma denúncia da maior gravidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É da maior gravidade, por isso eu estou pedindo aos Srs. Servidores, que todos que queriam fazer essa entrega aqui, nós seremos o depositários das carteiras.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos espelhar para que eles não percam o plano de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Estamos recebendo, vamos colocá-las em depósito aqui na Comissão. E os demais servidores que queriam fazer pode remeter pelo correio ou entregar à VARIG do Congresso. Eu acho esse fato um fato da maior gravidade o Senador Paim, alerta para isso, e nós vamos tomar as medidas que forem necessárias para que este fato não tenha a sua confirmação realizada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos e do Dr. Paulo Rabello de Castro, e encerro esta sessão.

(Sessão encerrada às 13h33.)

Ata da 3ª reunião (extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de maio de 2006, quinta-feira às 10:00 horas.

Às onze horas e quatro minutos do dia onze de maio de dois mil e seis, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores **Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Luiz Pontes, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Valdir Raupp e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Tasso Jereissati) declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente, Senador Tasso Jereissati, dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; **Item 01** – Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, não terminativo, “dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui a vale-hospedagem e dá outras providências”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como relator o Senador Teotônio Vilela Filho, sendo designado relator “ad hoc” o Senador Gilberto Mestrinho que oferece parecer favorável ao Projeto com a emenda que apresenta. Resultado – aprovado parecer favorável ao Projeto e a emenda nº 1 – CDR; **Item 02** – Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2003, não terminativo, “altera o Decreto-Lei nº 1191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Sérgio Cabral, sendo designado relator “ad hoc” o Senador Augusto Botelho que oferece parecer favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda, de autoria do Senador Tasso Jereissati. Em discussão o Projeto, fazem uso da palavra os Senadores Gilberto Mestrinho, Augusto Botelho e Luiz Pontes. Põe-se em votação o Requerimento de destaque da Emenda, que é aprovado. Resultado – aprovado o parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01 – CDR (Substitutivo) e a Emenda destacada, de autoria do Senador Tasso Jereissati. **Item 03** – Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2005, não terminativo, “dispõe

sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo”, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, sendo designado relator “ad hoc” o Senador Luiz Pontes que oferece parecer favorável ao projeto. Resultado – aprovado o parecer. **Item 04** – Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2005, terminativo, “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, de forma a incluir condicionantes relativos à biodiversidade amazônica na aplicação dos recursos do FNO”, de autoria do Senador João Capiberibe, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho que oferece parecer pela rejeição do projeto. Resultado – A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, põe em votação o Requerimento nº 14, de 2006 – CDR – que trata da proposta de criação de Grupo de Trabalho técnico relacionado à programação e às ações que serão realizadas durante o presente ano, para a celebração do ANO DO TURISMO, abrindo, assim, espaço para inscrição dos Senadores interessados a participar, já tendo a manifestação de interesse do Senador Leonel Pavan. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Ednaldo Magalhães Siqueira**, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

E antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior da Comissão. As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação dos Projetos de Leis.

Projeto de Lei do Senado nº. 488 de 2003, que dispõe sobre a dedução de lucro tributável para fins

de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas e Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências. Autor Senador Pavan. Relator Senador Teotônio Vilela Filho que se encontra licenciado. Eu convido a Senador Mestrinho como Relator *ad hoc*.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – A Comissão recebeu o Projeto de autoria do Senador Leonel Pavan, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fins de imposto de renda das pessoas jurídicas do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador e institui o vale-hospedagem e dá outras providências.

O Sr. Relator Senador Teotônio Vilela analisa a constitucionalidade e a juridicidade do Projeto que considera perfeito. Em relação ao mérito, o Relator diz que é louvável estimular a demanda do turismo interno e facilitar o acesso aos trabalhadores do serviço de turismo.

Ponto importante da proposta é instituição do vale-hospedagem que poderá, de fato, aumentar as taxas de ocupação dos hotéis brasileiros com impactos favoráveis sobre a renda e emprego das atividades hoteleiras. Ele propõe a redução do lucro tributável e despesa realizada para o programa de hospedagem.

De acordo com o art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a Constituição incentiva o benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, que deverá vir acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que devam iniciar a sua vigência nos dois anos seguintes. Assim, faz necessária a elaboração da Emenda com vista à satisfação de cada requisito legal.

Em face disso o voto é pela aprovação do Projeto com a seguinte Emenda – “O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, § 2º, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes”.

“Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo Único. A permissão de que trata esta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia de exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto no Art. 6º.”

Este é o Parecer do ilustre Senador Teotônio Vilela, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Muito obrigado Senador Mestrinho. O Parecer, portanto, é favorável com Emenda. Coloco em discussão o Parecer do eminente Senador. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que aprovam o Parecer do Senador fiquem como estão. Não havendo, portanto, aprovado com a Emenda do Relator.

Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº. 433 de 2003, que altera o Decreto Lei nº. 1.191 de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº. 9.825 de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da tarifa de embarque internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR. Autor Senador César Borges, Relator Senador Sérgio Cabral. Parecer pela rejeição da Emenda apresentada e aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Não estando presente o Senador Sérgio Cabral, convido o Senador Augusto Botelho para relatar, Relator *ad hoc*.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Passo a ler o Relatório do Senador Sérgio Cabral.

Trata-se do Projeto de Lei de autoria do ilustre Senador César Borges que pretende criar novas fontes de recursos do Fundo Geral de Turismo, através da modificação da Lei 1.191/90 de 71, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e da Lei 9.825 de 23 de agosto de 99, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela de tarifa de embarque internacional.

O processo foi distribuído a mim, foi apresentada Emenda de autoria do ilustre Senador Tasso Jereissati, no sentido de determinar a aplicação de 60% da arrecadação dos recursos nas áreas abrangidas pelas extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento do Norte, SUDAN, e os restantes 40% nas demais regiões. É o Relatório.

Da análise: O Projeto de Lei sob exame, pretende criar nova fonte de recursos para o Fundo Geral de Turismo, FUNGETUR. Para tanto, acrescenta um inciso ao art. 11 do Decreto Lei 1.191 de 71 e altera o segundo artigo da Lei 9.825 de 23 de agosto de 99. O turismo é uma fonte de recursos ainda pouco explorada no País. O Brasil, a despeito de suas riquezas naturais e de sua diversidade cultural, ainda está longe de desenvolver o seu potencial turístico.

No que diz respeito à Emenda apresentada pelo ilustre Senador Tasso Jereissati, não há como se acolhê-la. O turismo é uma indústria existente em todas as

regiões do País. A carência de investimentos na área é comum a todas as regiões. Não havendo motivo para que lei privilegie algumas em relação às demais. Os recursos devem ser aplicados pelo Ministério do Turismo de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, de acordo com a qualidade dos Projetos a serem apresentados. Voto do Senador Sérgio Cabral do qual sou Relator *ad hoc*. Pelo exposto o voto é no sentido de rejeição da Emenda apresentada e pela aprovação do Projeto na forma dos seguintes substitutivos.

O Congresso Nacional decreta. O art. 15 do Decreto Lei 1.439 de 30 de dezembro de 75, fica acrescida o seguinte dispositivo:

Art. 5º, inciso VI. Recursos provenientes da parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria 861 GM 2, de 9 de dezembro de 97, do então Ministério da Aeronáutica, as tarifas de embarque internacional vigentes naquela data, incluindo o seu correspondente adicional tarifário previsto na Lei 7.920 de 12 de dezembro de 89.

Art. 2º O art. 2º da Lei 9.827 de 23 de agosto de 98, passa a vigorar com a seguinte redação – A receita a que se refere ao art. 1º desta lei, destinar-se-á ao Fundo Geral de Turismo, FUNGETUR devendo o Tesouro Nacional repassar os recursos para esse Fundo até cinco dias úteis a contar da data estabelecida pelo inciso II do art. anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente a sua aprovação.

Art. 4º revogam-se o § 1º do art. 11 do Decreto Lei 1.191 de 27 de outubro de 71 e Parágrafo Único do art. 2º da Lei 9.825 de 23 de agosto de 99.

Este é o Parecer do Relator Sérgio Cabral.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O Parecer do Relator, portanto, é favorável ao Relatório e contrário a Emenda. Coloco em discussão o Parecer favorável ao Projeto e há um pedido de destaque para a Emenda. Em discussão o Projeto. Res-salvada a Emenda.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, o Projeto em si, é bom. É bom. Eu não concordo com o Relatório apenas na questão da rejeição da Emenda, porque uma das preocupações nossas deve ser reduzir as desigualdades regionais e nenhuma atividade será mais importante para a região norte, nordeste, Centro-Oeste do que a atividade turística pelas peculiaridades da própria região. Em face disso eu sou favorável à aprovação do Relatório, salvo, a exclusão da Emenda.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Queria ressaltar o atraso da infra-estrutura que existe nessas regiões em relação a outras regiões do País em relação à infra-estrutura turística.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Eu gostaria de manifestar também a minha posição de acordo com o Senador Gilberto Mestrinho e ser favorável a sua Emenda, porque realmente nós no norte, se não houver uma regulamentação assim desse jeito, nós todos sabemos, nós os Senadores do norte e do nordeste, que esses recursos vão ser todos aplicados no CONESUL e nós vamos ficar a ver navios. Nós precisamos de emprego, nós temos infraestrutura natural, que a moda agora não é ecológica? Nós só precisamos fazer uma estrutura para o turismo ecológico tanto lá no nordeste, como na Amazônia e no Centro-oeste.

Então, eu sou favorável ao Projeto, mas sou favorável, também, à Emenda.

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Só para corroborar com os Senadores também, não só favorável ao Projeto também com a Emenda, porque é de grande importância para as regiões mais pobres que precisam de mais investimentos.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Em votação o requerimento de destaque. Aprovado. Em votação o Projeto favorável à Emenda. Então, Projeto aprovado com a inclusão da Emenda.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Certo. Somos favoráveis ao Projeto com a Emenda.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Item 3: dispõe sobre o programa de qualificação do serviço turístico e do Selo de Qualidade Nacional do Turismo. Autor Deputado Bernardo Ariston, Relator Leonel Pavan, parecer favorável ao Projeto, não estando o Senador Pavan presente, designo o Senador Luiz Pontes como Relator *ad hoc*.

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Submetida a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2005, que dispõe sobre o Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos e do Selo da Qualidade Nacional do Turismo.

O Projeto propõe a criação de um Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos, com vistas a classificar os padrões dos serviços de empresas ou entidades prestadoras de serviços turísticos. De acordo com critérios e formalidades a serem definidos em regulamento do Poder Executivo.

O referido Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos que instituirá o Selo de Qualidade Nacional de Turismo, terá como objetivos preservar a imagem da indústria do turismo nacional; promover a confiança do turista no produto turístico brasileiro e ampliar e aperfeiçoar os serviços colocados à disposição do turista.

A adesão das empresas ou entidades prestadoras de serviços turísticos ao programa será facultati-

va, e lhes assegurará as prerrogativas de utilizarem um Selo de Qualidade Nacional de Turismo em suas peças publicitárias. De serem citadas nas publicações promocionais, oficiais e nas listagens sistemáticas dos serviços turísticos realizados em suas áreas de atuação e de terem acesso aos incentivos financeiros estabelecidos na política nacional de turismo.

Tendo a matéria sendo distribuída unicamente a esta Comissão de Desenvolvimento Regional do Turismo, deve a Comissão se manifestar não somente quanto ao mérito do Projeto, mas também quanto a sua constitucionalidade e juridicidade.

A matéria objeto da proposição está inserida na competência legislativa da União, a quem compete em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, promover, incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico nos termos do art. 24, inciso VII e do art. 180 da Constituição.

A proposição vem ao encontro de um dos objetivos da Política Nacional de Turismo, que consiste no desenvolvimento da infra-estrutura e na melhoria da qualidade dos serviços prestados de forma a aumentar o fluxo de turistas no País.

Não restam dúvidas de que a instituição de um Selo de Qualidade Nacional de Turismo contribuirá para o desenvolvimento da indústria do turismo no Brasil. Com essa medida os prestadores de serviços turísticos serão estimulados a investir recursos físico e financeiro em seus empreendimentos, de forma a elevar a qualidade dos serviços prestados, com o fim de obter a certificação do órgão responsável do Poder Executivo. Também os turistas se beneficiarão com a medida, tendo em vista que ao contratar serviços turísticos, poderão dar prioridade às empresas que têm obtido o Selo de Qualidade Nacional de Turismo, o que lhes assegurará maior comodidade.

Como ressaltar ainda que o regulamento a ser editado pelo Poder Executivo, poderá dispor sobre o cadastramento e a classificação das empresas e entidades que aderirem ao programa de qualificação dos serviços turísticos que deverá adotar critérios eminentemente técnicos, de forma a evitar julgamentos discricionários que possam prejudicar os interessados e desacreditar o programa.

Diante do exposto manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 122 de 2005.

SR. PRESIDENTE TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O Relatório é portanto, favorável. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir. Coloco em votação. Os Senadores que são favoráveis fiquem como estão. Relatório aprovado.

O último item é terminativo. Não havendo *quorum* eu colocaria em discussão apenas mais um requeri-

mento aqui que eu pediria dois minutos de atenção dos Senadores, que é a criação, é a proposta que essa presidência faz aos Srs. Senadores de criação de um Grupo de Trabalho Ano Internacional do Turismo.

Vou ler para os Senadores aqui do que se trata para que tenham noção do que se trata. A Lei nº. 11.260 de 30 de dezembro de 2005, instituiu 2006 como o Ano do Turismo no Brasil com o objetivo de divulgar o produto turístico nacional e estimular o turismo interno. Em Audiência Pública realizada em 10 de maio, na Comissão de Turismo e Desportos da Câmara, a Confederação Nacional do Comércio apresentou uma proposta de agenda voltada à celebração do Ano do Turismo que pressupõe a parceria entre aquela entidade e a Comissão de Turismo e Desporto na Câmara, a Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, a Frente Parlamentar do Turismo, o Ministério do Turismo e outras entidades. Esta parceria seria institucionalizada mediante a criação de um Grupo de Trabalho Técnico com a incumbência de articular a realização das ações propostas.

Como se sabe, a CNC já é nossa parceira na realização do Congresso Brasileiro do Turismo – CBRA-TUR, ora em sua 8ª edição.

As principais sugestões apresentadas na Audiência Pública foram: Adaptar para o Brasil a Campanha Internacional: Turismo é Riqueza, sugerida pela Organização Mundial do Turismo para o ano de 2006; estabelecer uma marca símbolo para o Ano do Turismo, a ser aplicada em diversas campanhas e publicações; lançar a Campanha Turismo é Riqueza, durante o Salão Nacional de Turismo, em São Paulo, de 2 a 6 de junho de 2006. A campanha Turismo é Riqueza, consistiria em diversas ações como homenagens a autoridades, etc. Distribuição de postais, criação pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, por ser o Ano do Turismo e outras iniciativas mais.

Finalmente, as comemorações do Ano do Turismo seriam encerradas durante a feira *Destinations 2006*, que se realizará em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no período 29 de novembro a 2 de dezembro.

Pelo exposto, a exemplo do que foi apresentado na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, eu proponho que a CDR se associe à comemoração do ano do turismo e crie um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão, para articular a nossa participação nos eventos que serão realizados durante o ano. O Grupo de Trabalho seria composto por três Senadores, e entre suas funções deverá prestar informações periódicas à presidência dessa Comissão e a seus membros no que se refere à programação e as ações que serão realizadas. Fica colocada em votação e em

discussão a criação deste Grupo de Trabalho no âmbito desta Comissão.

Em discussão. Em votação. Aprovado. E eu pediria que os Senadores interessados em participar deste Grupo de Trabalho, antes de eu designar, se dirigissem a essa presidência para que eu formasse esta. Já participou a esta presidência o interesse em participar dessa Comissão, o Senador Leonel Pavan. Outros, como a Comissão seria formado por três Senadores, outros Senadores que tivessem interesse em participar dessa Comissão que, por favor, se dirigissem a essa presidência desse Grupo de Trabalho e que informassem a essa presidência para que nós designássemos esta Comissão.

Fica, portanto, nada mais havendo a tratar, fica encerrada esta Sessão.

(Sessão encerrada às 11h26)

Ata da 4ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nona da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, décima terceira da Comissão de Assuntos Sociais, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 16 de maio de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho.

Às dez horas e quarenta minutos do dia 16 de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com as Comissões de Serviço de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores **Heráclito Fortes, José Jorge, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Pedro Simon, Paulo Paim e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Presentes, também, o Senador Eduardo Suplicy, Deputado Ricardo Barros e Henrique Eduardo Alves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir os seguintes convidados – Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Sr. Erno Dionízio Brentano, Liquidante dos Planos Varig no Aerus; Sr. Luiz Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do plano do Grupo Varig e o Comandan-

te Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig – TVG, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, em atendimento aos Requerimentos nº 21, 22, 24 e 25, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Jefferson Peres e outros. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Dr. Demian Fiocca. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senhor Senador Heráclito Fortes. A Presidência lê o seguinte expediente: INTER-038/06, datado de 15/05/2006, em que o Interventor dos Planos Varig no AERUS, Sr. Erno Dionízio Brentano, comunica a impossibilidade de comparecimento à Audiência Pública. A Presidência propõe seja convidado, novamente, o Sr. Erno Dionízio Brentano, dando ciência ao Dr. Adacir Reis, que é aprovado. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos Senhores Adacir Reis, Márcio Marsillac e Luiz Roberto Pontes. Fizeram uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Leonel Pavan e Eduardo Suplicy. A Presidência registra a presença do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Senhor Germano Rigotto, convidando-o a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe o uso da palavra. A Comissão aprova, Extra Pauta, os seguintes Requerimentos – **Item um:** Requerimento nº 026, de 2006-CI, de autoria do Senador José Jorge, requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Assuntos Sociais, com a participação do Senhor José Gabrielli, Presidente da Empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás; do Senhor Eike Batista, Empresário; Senhor Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty e do Professor Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, para analisarem a estatização e ativos da Petrobrás e a expulsão da empresa EBX pela República da Bolívia. **Item dois** – Requerimento nº 027, de 2006-CI, de autoria do Senador Valdir Raupp, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Assuntos Sociais, com a participação do Senhor José Gabrielli, Presidente da Empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás e do Senhor Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, Presidente da Eletrobrás, para debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho. **Item três** – Requerimento nº 028, de 2006-CI, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, requerendo seja promovida, no âmbito do Senado Federal, Reunião de Trabalho destinada a debater soluções de curto e médio prazo para a crise financeira que assola o caixa da Varig, com a participação das autoridades e representantes dos seguintes órgãos – Sra. Erenice Guerra,

Secretária Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Wagner Bitencourt, Diretor do BNDES; Sr. Adacir Reis e Sr. Erno Dionísio Brentano, Representando a Secretaria de Previdência Complementar – SPC; Sr. Adésio de Almeida Lima, Vice-Presidente do Banco do Brasil; Sra. Maria das Graças, Presidente da BR Distribuidora; Sr. Adenauher Figueira Nunes, Diretor Financeiro da Infraero; Sra. Josefina Valle de O. Pinha, Procuradora da Infraero; Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim e Heráclito Fortes, Representando o Senado Federal; Deputados Beto Albuquerque, Yeda Crusius e Jandira Feghali, Representando a Câmara dos Deputados; Comandante Márcio Marsillac e Professor Paulo Rabello de Castro, Representando os Trabalhadores do Grupo VARIG; Sr. Milton Zuanazzi, Representando a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Sr. Marcelo Gomes, Representando a Empresa Alvarez e Marsal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Ednaldo Magalhães*, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – (o áudio inicia aqui)... 4ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e extraordinárias da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Pela ordem concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Meu caro e querido Presidente, V. Exª. Senador Antônio Carlos Valadares tem sido um baluarte nessa luta pela recuperação financeira e moral da VARIG. Senador Paim, foi à tribuna outro dia e nos descreveu todo o trabalho que está sendo desenvolvido, e com alegria no rosto, com um sorriso no rosto Senador Paim. Agora, isto não pode deixar cair por terra. Essa manutenção das audiências públicas que V. Exª., vem e faz questão de abrir, pouco importa o número de Parlamentares presentes, mas a sociedade brasileira está toda ela atenta a isto que vem acontecendo. Ontem eu voei pela VARIG, fiz questão. Falei – “Tem vôo para VARIG nesta hora? Quero ir na VARIG”. E vim na VARIG, e cumpriu quase que o horário, perfeitamente determinado pelo DAC. Não sei nem se tem mais DAC, mas estou no passado.

E todo dia eu passo pela Ruben Berta, todos os dias, eu sou vizinho lá. E essa história da VARIG, nós não podemos esquecer, e os funcionários na própria angústia de perder o emprego, estão sempre em lágrimas, tiraram aquele sorriso natural da aeromoça que vem servir o passageiro, e a gente entende a extensão desta angústia, desse sofrimento que as famílias da VARIG, e nós somos famílias da VARIG também Senador, V. Exª., como é do Rio Grande do Sul, sabe como ela nasceu, a pioneira em várias...

Eu estava lendo a revista ontem, os hidroaviões que circularam no transporte de passageiros, hoje estão tentando recuperar. Eu acho que o Governo hoje, tem dado demonstrações claras, e o Senador Paim, Augusto Botelho, outros que estão nesta luta, Heráclito, sabe e são testemunhas que... O Senador Pedro Simon, também um grande lutador, bancada toda ela do Rio Grande do Sul, tem sentido que hoje, o Governo tremeu na base. Tremeu, porque é uma história tão árdua para se chegar até a agora, a VARIG, 70 anos. Não é isso Senador Paim? 78. 78 anos. 79 anos. Não pode ser morta, porque ela não envelheceu, a juventude dela está nos componentes que pilotam, que tratam da aviação e assistência técnico/mecânica. O que fizeram? Uma campanha deletéria Senador Heráclito, fazendo com que ninguém queira voar na VARIG, é uma violência, o que foi feito dentro de tudo àquilo que foi colocado, até por autoridades do Governo. Eu vôo pela VARIG, com confiança total, e acho que nós temos que lutar pela sobrevivência, pela história que a própria VARIG representa para nós. E no exterior, eles faziam mais do que embaixadores, Senador, muito mais do que embaixadores. A VARIG era uma presença marcante em vários países da Europa, da Ásia, da América do Sul, enfim, do mundo inteiro, e ela não pode perder, e o Brasil não pode perder esse cartão de visita. Então, eu quero cumprimentar V. Exª., por esta permanente vigilância até ver a VARIG em condições de continuar voando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exª. Senador Romeu Tuma. Realmente... (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. também é um dos Senadores mais atuantes e permanentes da defesa desta grande instituição nacional, que é a VARIG. A VARIG é uma companhia que tem um respeito, tem um carinho e tem a solidariedade de todos nós que compomos essas Comissões, que aqui se reúnem para ouvirmos conjuntamente, autoridades que podem sem dúvida alguma, participar do processo de integração nesta luta para recuperação total desta empresa, que proporciona milhares e milhares de empregos, segu-

rança às famílias, a milhares e milhares de famílias, como também proporciona não só no âmbito interno do Brasil, como em caráter internacional, viagens maravilhosas onde nós somos bem tratados, onde nós somos bem orientados, sempre bem recebidos, como disse V. Ex^a., em qualquer país, como se a própria VARIG representasse uma embaixada de brasileiros, de brasileiros de todos os segmentos sociais, pobres, ricos e remediados, enfim, não há nenhuma discriminação e preconceito desta empresa para com brasileiro que lá fora precisa de uma ajuda, de uma orientação, um verdadeiro guia internacional que nós dispomos através da bandeira da VARIG.

Nós temos ao nosso lado aqui o Presidente da Comissão de Infra-estrutura que é também como disse V. Ex^a., e temos que reconhecer, um dos grandes batalhadores e conhecedor profundo dos problemas de transporte aéreo do Brasil, e afinal, graças a ele e as demais Comissões, inclusive, a Comissão de Assuntos Sociais, a de Desenvolvimento Regional e Turismo, e graças a essa luta conjunta que nós tomamos empreendemos com a participação do Senador Heráclito, é que desencadeamos esse processo e sem dúvida alguma teremos resultados auspiciosos para o transporte aéreo brasileiro. Notadamente para a VARIG, que sem dúvida alguma as autoridades estão reconhecendo o seu valor no conserto nacional e internacional para o desenvolvimento do nosso país. Eu quero fazer um convite, tenho a honra de convidar para compor a nossa Mesa... Tem dois requerimentos que serão lidos aqui pelo nosso Presidente da Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Queria pedir a permissão dos companheiros para leitura desses dois requerimentos e convites, e aproveitar a presença dos Senhores para aprovação. Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a participação do Presidente da Empresa Petróleo Brasileira, José Gabrielli, o empresário Eike Batista, o Secretário do ITAMARATI, Samuel Pinheiro Guimarães, o Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Professor Adriano Pires, para analisarem a estatização de ativos da Petrobrás e expulsão da empresa EBX pela República da Bolívia. O autor é o Senador José Jorge, que faz uma justificativa fundamental. As Sras. e Srs. Senadores, que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu fiz também um requerimento nesse sentido, só que foi em outra Comissão, se puder fazer conjunto-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Poderíamos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – -agradeceria, porque desde o primeiro, dia em que o novo Presidente da Bolívia cessou a atividade, mandou paralisar, impediu que se retirasse o material, porque o proprietário iria transferir para o território brasileiro, houve uma convulsão dentro da Bolívia, porque vários empregos seriam perdidos por pessoas que tem necessidade de trabalhar. Então, eu fiz o requerimento da presença dele... Mas acho que foi nas Relações Exteriores-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qualquer maneira V. Ex^a. pode mandar anexar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que me entristece é que eu não sou da sua Comissão. Por isso que eu fico amargurado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Ex^a. é dessa Comissão. É dessa Comissão e não sabe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou me autoconvidar para esse debate e acho que tem que ser aprovado com urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está certo. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O segundo requerimento é de autoria do Senador Valdir Raupp. Nos termos do inciso 2º do § 2º do art. 51 da Constituição, combinado com inciso 2º do art. 90, do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para com a participação do Dr. Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobrás, e do Sr. Aloízio Vasconcelos Novaes, Presidente da ELETROBRÁS, para debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Eu queria apenas fazer uma ponderação. Eu sei que o Presidente da Petrobrás deve ter várias atribuições, como ele tem dois requerimentos-

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele já está presente na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A sugestão que eu faço, é que no dia, são duas convocações para dois assuntos diferentes, embora muito conectados um ao outro que é o Gasoduto de Urucu e essa questão da Bolívia. Pois é, que ele viesse aqui e tratasse do mesmo assunto dos dois assuntos no mesmo dia. Se for o caso se dividiria em primeira e segunda etapa a Sessão. Mas para evitar...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é bom ele trazer o planejamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Se evitaria a vinda dele aqui duas vezes, poupando gasolina da Petrobrás. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esperamos que o carro de corrida que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Comissão da Infra-Estrutura. Você quer se associá-lo? A sua Comissão vai participar? Faz logo aqui a aditivo. É o adendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Colocar um adendo. Comissão de Assuntos Sociais. Então, como eu disse, antes de eu convidar os Srs., as autoridades que farão parte da Mesa, eu queria registrar a presença do Deputado do Estado do Paraná, Ricardo Barros, que é um dos grandes, também, lutadores em favor desta causa na VARIG e na Comissão de Orçamento, é um dos líderes, um homem que conhece profundamente a situação orçamentária do Brasil, e sem dúvida alguma irá colaborar para regularização e termos uma Comissão de Orçamento que seja respeitada, e não apenas pela sociedade, principalmente pelo Executivo. Eu, então, convido o Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES o Dr. Adacir Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, o Comandante Márcio Marsilac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG, TGV.

(interrupção do áudio)

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu ouviria em primeiro lugar, nós ouviríamos em primeiro lugar, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agradeço a V. Ex^a., a prestimosidade com que comparece a essa Reunião, o Dr. Demian Fiocca. V. Ex^a. terá 15 minutos, que poderão ser prorrogados por mais 5 minutos, dependendo da necessidade de V. Ex^a.

V. Ex^a. tem a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA – Senador Heráclito Fortes, Senador Antônio Valadares, demais Senadores, Senadoras e autoridades presentes. Gostaria de dizer, antes de mais nada, que é uma satisfação ter a oportunidade de vir ao Senado para trazer as informações de como o BNDES vem atuando no caso da VARIG. Eu estou um pouco gripado, mas fiz questão de vir assim mesmo. Gostaria de transmitir também os cumprimentos do Ministro Furlan, com quem estive ontem no Conselho de Administração do BNDES,

e que pediu que transmitisse aos Senadores o seu, o seu abraço, seu cumprimento em meu nome. Preparei rapidamente uma visão do contexto, sobre o qual nós abordamos agora a questão da VARIG, e em seguida um pouco do que o BNDES tem feito para o setor e para a VARIG.

Bem, o primeiro aspecto que gostaria de destacar é que nós tivemos, apesar de turbulências de diferente natureza, nos últimos 35 anos até que um desenvolvimento positivo do setor de aviação no Brasil, e mais recentemente, tomando final da década de 90 a 2005, tivéssemos o crescimento da demanda de passageiros, passageiro por quilômetro, superior a da oferta de quilômetro por passageiro. E isso colocou hoje o setor, no seu conjunto, em uma situação de ocupação que é a última linha abaixo e à direita mais para auspiciosa, ou seja, nós temos que a taxa de ocupação do conjunto do setor está no nível mais alto dos últimos 8 anos. Esse é um elemento positivo, digamos para o contexto geral da aviação. O que no entanto, temos observado é uma mudança que vem de vários anos também, na disputa pelo mercado.

Nós vemos que algumas das empresas vieram, em trajetória descendente de captação de passageiros a TRANSBRAZIL e a VASP, encerrando atividades, vemos que tem duas empresas que tem ganhado mercado na competição, e a VARIG tem infelizmente perdido mercado, do ponto de vista operacional, como eu disse há vários anos, um cenário de 8 anos. No entanto, há também o surgimento de novas empresas, é um mercado com um certo dinamismo, e o número de passageiros cresceu bastante bem, nos últimos anos.

Se não me falha a memória, tem uma tabela que eu me lembro de 3,5 milhões de 2002, subiu para 4,5 acho que em 2004. Se não for 2005, é 2004.

(Pode passar). E temos um mercado no qual, além da VARIG, outra empresa brasileira começa a entrar no mercado internacional, a VARIG ainda ocupa 33% do mercado de vôos internacionais. Se feita à conta apenas entre as empresas nacionais, aí a VARIG tem cerca de 70%, e temos outras, hoje outras aerolíneas que dividem o conjunto do mercado internacional.

Nós temos uma participação importante no PIB, com impacto também importante sobre a geração de empregos, efetivamente o número de empregos, no setor de aviação, vem crescendo, ainda que há taxas moderadas, mas cerca de mil empregos, entre 2002 e 2004.

E eu gostaria agora, de comentar um pouco sobre a atuação do BNDES. O Banco vê o setor de aviação, como setor da maior importância para o país, tem trabalhado no aperfeiçoamento das suas linhas de financiamento, envolvendo, seja a questão da indús-

tria de aeronaves, seja a questão da operação, mesmo das empresas aéreas, e eu gostaria de destacar duas operações feitas também com outras empresas, ainda recentemente. O BNDES apoiou o plano de investimento da TAM, com ampliação do centro tecnológico, aquisição de equipamento, aquisição de materiais nacionais, provocando um efeito positivo sobre a cadeia produtiva, a geração de empregos indiretos e também aprovou o plano similar da GOL por 3 anos também com apoio ao centro de manutenção, aquisição de equipamentos, materiais, softwares e outras adaptações, incluindo capacitação técnica.

Você tem de cabeça a quantia? Da GOL 80 milhões... Pouco menos de 100 milhões cada uma. Cerca de 90, GOL certa de 80. Também aprovamos uma nova linha, no que se refere ao estímulo à indústria de aviação nacional. As empresas estão em discussão com o BNDES e com os fabricantes de aeronaves. Mas no que se refere à nossa parte, por assim dizer, nós atendemos a um pleito que o setor entendia necessário para dar início a esse... A possibilidade de venda de aeronaves nacionais, para operações do Brasil que é o financiamento em reais. Como as grandes empresas nacionais, especialmente a EMBRAER, tem a maior parte das suas vendas para o exterior, o BNDES financiava linha de aeronaves em dólares, porque era adequado, uma vez que se tratava de exportação.

Quando surge a perspectiva de também fomentar a venda de aeronaves para o mercado local, houve um pedido das empresas operadoras e também dos fabricantes, para que o BNDES pudesse criar uma nova linha em reais e efetivamente o Banco, após analisar o setor, atendeu, e hoje existe essa possibilidade. Com a linha em reais, nós pretendemos possibilitar às empresas, reduzir a exposição à variação do dólar, que foi um problema de empresas nacionais em várias empresas, em vários momentos da sua história, reduziu o custo de leasing, por conta dos créditos do BNDES, um custo melhor do que poderia obter no mercado, pelo menos para os prazos que o BNDES oferece, para melhoria da estrutura de capital. A velocidade do endividamento cai, mas pela mesma razão de não ter a vinculação ao dólar, e por fim, continuar fomentando uma indústria que tenha dado bem no Brasil.

A situação atual da VARIG. O Governo Federal e o BNDES, como parte do Governo Federal, tratam com a maior importância a VARIG, nós sabemos da importância da sua marca, da sua simbologia, da importância dos empregos lá envolvidos. E é por isso que o BNDES tem atuado e se oferecido a atuar dentro dos seus limites de rigor técnico e de, enfim, bons critérios bancários no sentido de contribuir para uma solução o mais ordenada possível da situação da VARIG.

Aqui tem uma descrição do Grupo VARIG, nos últimos 12 meses, tem havido alguma redução de empregos.

E na verdade há um histórico que contribuiu para a situação atual. Mesmo antes do pedido de recuperação, em meados do ano passado, a empresa enfrentou certas dificuldades devido a mudanças na sua administração, com uma certa frequência, ela sofreu com as guerras tarifárias, com o aumento do preço dos combustíveis, que afetaram o conjunto das empresas, mas a VARIG pelo visto se posicionou de maneira menos bem-sucedida nessa situação. Ela hoje tem um número de funcionários, por aeronave, superior ao dos concorrentes, o que talvez lhe tire um pouco da competitividade, e também tem custos operacionais mais elevados por conta de uma frota com idade maior e sofreu ao longo da sua história, é conhecido, com flutuações cambiais, com perdão dos seus passivos.

Quanto aos acontecimentos recentes, o plano foi aprovado em dezembro, ele foi detalhado, também, com ampla aprovação das Assembléias de credores em fevereiro. Em março a empresa contratou a consultoria ALVAREZ & MARSAL, para fazer a reestruturação, ainda no mês de março, houve a eleição do Banco BRSCAN, como gestor FIP Controle. Em abril houve um acordo com o sindicato e associações para redução da folha salarial. Eu estou apenas descrevendo, o BNDES não tem intervenção nesses eventos até aí. Onde o BNDES teve, sim, alguma atuação? Mesmo não sendo originalmente credor da VARIG, o BNDES por entender sua importância e por compartilhar da preocupação que o Governo Federal tem com a empresa, agiu de maneira bastante rápida, posso dizer para os padrões que a qual empresas em situações diferentes são submetidas.

Em novembro de 2005, para financiar a venda de dois ativos, que àquela época o Conselho da VARIG recomendava como saída para obter o caixa necessário a um período de transição, o BNDES se dispôs a financiar 2/3 dessa venda, de tal modo a facilitar a atração de potenciais investidores. E efetivamente desembolsou num prazo muito rápido cerca de 40 milhões de dólares, 42 milhões que eram 91 milhões de reais, e permitiu com isso que as empresas que compraram a operação da VEM e VARIG LOG, aportasse a VARIG 60 milhões de dólares, que o Juiz norte-americano exigia como aporte imediato em uma conta judicial nos Estados Unidos, para não promover o arresto imediato de mais de 20 aeronaves.

Os técnicos do BNDES foram à Corte de Nova Iorque para indicar os Juizes que estavam trabalhando nessa medida, o Juiz deu um prazo curtíssimo depois de uma primeira Sessão, e o Banco trabalhou nesse

prazo curtíssimo, noites, madrugadas, finais de semana etc. E como efetivamente os gestores da VARIG, naquela ocasião apresentaram, ofertaram a venda das empresas e houve um investidor que decidiu investir, o BNDES pôde financiar 2/3 daquela operação e contribuir para que se aportassem cerca de 130 milhões de reais à empresa naquela época.

A idéia naquele momento, segundo os gestores da empresa, é que aquele recurso daria um fôlego para a empresa implantar um plano de recuperação, reverter à trajetória de perda de passageiros, criar uma perspectiva de fluxo de caixa mais positivo e se recuperar, inclusive, junto aos seus credores.

De novembro de 2005 para cá, entretanto, houve mais uma mudança na, enfim, nas consultorias contratadas pela empresa para a gestão desse processo. Houve algumas idas e vindas, houve um anúncio de redução de funcionários, depois uma reversão de anúncio de retorno de funcionários, aquela do Conselho da Administração ter sido contratada atualmente, enfim, o plano daquela época não foi implementado como imaginado, o BNDES não tinha gestão sobre isso, apenas tomava conhecimento, à parte do BNDES tinha que fazer esse financiamento. Mas de todo modo àquela operação além de conseguir um caixa para evitar o arresto imediato das aeronaves, permitiu tirar, separar da VARIG que hoje continua sob um forte estresse financeiro, as operações de VEM e VARIG LOG que tem cerca de 6 mil empregos. Claro, são empresas que têm forte relacionamento comercial com a VARIG, portanto, algum grau de relacionamento, de dependência existe, mas já não estão no mesmo grupo sob a pressão das grandes dívidas que hoje complicam a situação da VARIG. Qual é o plano de recuperação judicial desenhado pelo Juiz e pelos atuais gestores da VARIG? A idéia é fazer a alienação de uma unidade isolada livre dos passivos, ou seja, a venda de parte da operação da VARIG deixando na outra parte os passivos, e a idéia é que essa alienação gere recursos para dar fôlego à segunda parte, que num processo de reestruturação de melhora de gestão e etc. Possa então, voltar ter uma perspectiva de funcionamento positivo.

Como seriam utilizados os recursos? Os recursos recebidos pela parcela da VARIG não vendida, deveriam destinar-se a reforma de aeronaves, a devolução das aeronaves excedentes, ao pagamento dos lessors, ao pagamento de dívidas extraconcursais, enfim, e outras medidas necessárias para a implantação do plano de recuperação. Como é que está desenhado hoje, como estão desenhadas, que na verdade são duas alternativas, esse plano? A idéia é que a VARIG possa caminhar para uma VARIG e uma VARIG Operações, ou uma VARIG e uma VARIG Regional.

No caso da primeira opção, que seria a VARIG Relacionamentos. O que seria? A VARIG Relacionamento, fica como a VARIG original com as dívidas. A VARIG Operações, leva o conjunto das operações, ela é vendida sem os passivos. Os recursos obtidos pela VARIG Relacionamento, servem para dar o fôlego que se espera, permita a recuperação da empresa volta a sua normalidade. E quem comprar a VARIG Operações não leva passivos. Nesse caso os gestores e o Juiz, indicaram como preço mínimo, 860 milhões de dólares. A Assembléia aprovou duas alternativas a serem decididas no leilão judicial. A primeira alternativa é que em vez de dividir entre uma VARIG Relacionamento, seria a operação mais comercial, e outra que leva toda a operação, sendo a operação a doméstica e a internacional.

A segunda alternativa seria que a VARIG, fica com a VARIG Internacional e vende apenas a operação nacional. Então, no mesmo modelo da anterior a VARIG Internacional fica com os passivos e a VARIG Regional é vendida livre de passivos. Nesse caso o preço indicado pelos gestores e pelo Juiz é de 700 milhões de dólares, esses recursos serviam para a VARIG Internacional, de novo, recuperar aeronaves, funcionar, pagar lessors, pagar credores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Os passivos são muito maiores. A idéia não é que os recursos sirvam...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Seria o total dos passivos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DEMIAN FIOCCA – É da ordem de sete bilhões, talvez os gestores aqui presentes tenham os valores mais preciso. A idéia não é que os recursos sejam para pagar, é que eles serviriam para dar a operação e torná-los gerenciáveis. Detalhando um pouco, então.

Na primeira opção, na verdade, se aliena toda a operação, se cria unidade de negócios que ficaria com os slots e com a malha de serviços da VARIG. Isso eu já mencionou. O produto seria injetado na operação remanescente. A idéia é que permita a reestruturação operacional e agora, no que se refere ao BNDES o pagamento do empréstimo-ponte.

Deixa eu chegar... Passa a segunda opção, acho que também já mencionei. (soa a campainha)

A segunda opção é divisão intra-regional e internacional, que é apenas um detalhamento.

Vamos passar, então, para o empréstimo-ponte, uma vez que está terminando o meu tempo. Esse é o desenho feito pelos gestores e pelo Juiz. Agora, além disso, os gestores e o Juiz manifestaram ao BNDES o seguinte: que a empresa precisa de recursos, talvez, antes do tempo hábil necessário para realização do leilão, que é de 60 a 75 dias. Então, por conta dessa necessidade da empresa, os gestores e o Juiz desenharam o seguinte: Nós vamos aceitar que algum dos investidores que tenha planos de entrar no leilão, possa fazer um empréstimo-ponte à VARIG. Nesse empréstimo-ponte, esse investidor adquiriria algumas vantagens para depois participar do leilão, assim atualmente ele teria a vantagem de comprar a um preço mínimo, supondo que depois do leilão, pode ser que o preço suba e ele terá adquirido parte das ações da VARIG a um preço mais baixo. Ele também, caso ele não vença, ele recebe o estorno desse empréstimo-ponte, como uma remuneração mais alta do que a do mercado. Tudo isso, foi enfim, desenhado pelos gestores e pelo Juiz.

Onde entra o BNDES? O BNDES se dispôs para, digamos, tornar mais atraente essa solicitação de um investidor, que faça um empréstimo-ponte, financiar em 2/3 esse empréstimo-ponte. Isso em prazo curtíssimo. Com base nisso, a empresa pediu que o BNDES anunciasse a sua disposição. Nós fizemos em quase todos os jornais do país. E que desse um prazo curto. O prazo foi a pedido dos gestores e do Juiz. Por quê? Porque a empresa tem necessidade rapidamente disso. Nós demos o prazo até ontem às seis horas. E houve uma reunião do Juiz com credores e gestores, ontem a tarde, e nós recebemos a solicitação de dar mais 48 horas. Estamos aqui atendendo apenas ao que a empresa achar o mais adequado, demos mais 48 horas. Então, o prazo é até amanhã.

Já passei as principais características dos empréstimos. Ele vai até os 250 milhões, não significa que chegue nisso. Se a empresa conseguir algum crédito com fornecedores ela provavelmente precisará de menos do que isso. E além disso a empresa nos solicitou que fosse, que tipo de empréstimo o BNDES poderia analisar em poucos dias? Então, temos – “Olha, a análise do Banco é uma análise rigorosa, uma análise tradicional do Banco, não dá para fazer em poucos dias”. Agora, se houver um investidor, que venha no empréstimo-ponte, digamos, ou mais até de um investidor, achamos isso possível, ele certamente terá Bancos que o conhecem. Então, os Bancos que o conhecem podem dar uma fiança para o BNDES. Com uma fiança, nós passando por cima de todo o nosso rito natural, não por cima da prudência, mas por cima dos prazos normais, estamos criando uma disposição

de acelerar empréstimo para liberar em poucos dias, esses 2/3 do empréstimo-ponte. Se houver mais de um investidor, a idéia é que seja dividido entre os vários investidores, porque só um deles deve ganhar, mesmo que se consorcie. Então, nós não poderemos aportar várias vezes, mas dividiríamos proporcionalmente a número de investidores.

O empréstimo-ponte se esgota no leilão, quando então, haveriam as ofertas mais firmes pela, ou a VARIG regional ou a VARIG operacional.

A questão de incentivo do investidor... O que ocorre se o vencedor do leilão não for quem tomou o empréstimo-ponte? Que queria o empréstimo-ponte para VARIG e tomou os recursos do BNDES. Chega alguém no leilão e paga ainda mais do que é quem se adiantou?

Bom, nesse caso o pagamento do vencedor liquida o empréstimo. Então, dessa maneira nós estamos conseguindo, tornar mais atraente, apoiar sem submeter o BNDES aportando recursos públicos a um risco de fazer o empréstimo sem ver como chega ao seu final. E o Juiz informou que se não for alcançado o preço mínimo, ele fará um leilão reverso, ou seja, o vencedor será aquele que for fazendo a melhor oferta.

É isso. Estou à disposição para esclarecimentos. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço o eminente Presidente do BNDES. Felicito pela brilhante palestra que fez nesta Sessão. O próximo convidado a falar é o Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Dr. Adacir Reis. A quem concedo a palavra.

SR. ADACIR REIS – Bom dia a todos. Bom dia Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Paulo Paim, Senador Simon, Senador Mesquita Júnior. A Secretaria de Previdência Complementar foi convidada a participar desta Audiência Pública, por conta do Fundo de Pensão Aerus, patrocinado pela VARIG. O Fundo de Pensão Aerus é uma entidade fechada de Previdência Complementar. Tem hoje, além da VARIG outros patrocinadores, tem vários planos de Previdência Privada administrados. O Aerus é um fundo criado em 1982, fundo privado criado em 1982. E as suas patrocinadoras dentre elas a VARIG, a VARIG é a patrocinadora de planos mais importante. Todas essas empresas são empresas privadas. O Aerus agora em abril, sofreu um processo de decretação de intervenção e de liquidação. E por conta aí de problemas de desequilíbrio e problemas que se acumularam ao longo de anos.

Os problemas do Aerus em relação aos planos da VARIG, decorrem fundamentalmente de dívidas não

honradas pela empresa patrocinadora. Em dezembro de 2002, o Aerus fez várias modificações nos planos de benefícios da VARIG, encaminhou pedidos de alterações da Secretaria de Previdência Complementar. E esses pedidos foram aprovados. Ali se fazia uma mudança importante na formatação dos planos. Se criou um plano novo de contribuição definida, e a partir de janeiro de 2003, por essa aprovação em dezembro de 2002, a VARIG poderia optar a cada ano, se aportaria ou não recursos para o plano de previdência.

E a partir daí em relação a contribuições novas a sua contribuição passou a ser praticamente zero. Uma contribuição pequena inferior a um milhão de reais, a título de despesa administrativa e uma parte para benefícios de risco. Mas o fato é que não houve ingresso de contribuição nova, em razão do redesenho do plano, então, existente desse novo plano. Portanto, nós passamos a falar de planos um e dois patrocinados pela VARIG. E assumiu ali a responsabilidade de bancar as dívidas já pactuadas e houve sucessivas repactuações ao longo dos anos. No início de 2003 nós chamamos a VARIG e o Aerus à Secretaria de Previdência Complementar, e colocamos que aquele quadro era um quadro que precisaria ter, exigir um compromisso maior da empresa, na assunção das suas responsabilidades.

E foi o Aerus orientado à época, a agir efetivamente enquanto credor porque a essa altura e já com assunção de explicitação de um déficit assunção. Isso somado às dívidas existentes. Nós estávamos falando de algo em torno de 2,3 bilhões de reais. Portanto, o Aerus, como Fundo de Pensão já com essa dependência da patrocinadora, na ordem de 2,3 bilhões de reais. Houve um processo de saneamento do plano, em termos de explicitação da sua situação atuarial, ajustes de premissas, houver o provisionamento de alguns ativos, considerados ativos duvidosos, participação em algumas empresas, participação, aquisição de debêntures. Houve, então, o provisionamento e houve a assunção de uma dívida, fruto dessa explicitação de déficit pela empresa VARIG. Passamos a acompanhar de perto a situação da Aerus, inclusive, com reuniões periódicas na Secretaria de Previdência Complementar com a direção do fundo, que nos reportava à evolução dos acontecimentos e todo esse processo de explicitação da real situação do fundo de pensão. Foi fixado um fluxo mensal de entrada de recursos da VARIG para o Aerus e aí em razão de compromissos assumidos na ordem de 9 milhões de reais/mês.

Então, todo mês a VARIG aportava esse valor de 9 milhões, como resultado dessa assunção de compromissos. Alguns pagamentos seriam iniciados em janeiro de 2008, na outra parte de todo esse processo

de assunção e consolidação de dívidas. Houve mês em que a VARIG chegou atrasar salário, chegou atrasar 13º, mas não atrasou a sua parcela para o Aerus, já numa visão de que o quadro do fundo era um quadro delicado. Em meados de 2005, no contexto da lei de recuperação de empresas, a nova Lei de Falências, cotado aqui nesse Congresso, a VARIG requereu os benefícios da Nova Legislação, que a lei acabou incluindo as Companhias Aéreas, alcançando as Companhias Aéreas e ela então, requereu os benefícios da Nova Legislação e suspendeu os pagamentos ao Aerus, assim, como aos demais credores, inclusive, com homologação judicial desse pedido, dentro do processo da Nova Legislação, já com os benefícios da Nova Legislação. Então, inclusive, foi suspensa a exigibilidade desses créditos junto à VARIG. E aí alcançando todos os credores, inclusive, esse credor privado Aerus.

À época, dada essa situação já peculiar, essa situação diferenciada, e uma expectativa de que a empresa patrocinadora abrigada pela Nova Legislação, pudesse negociar com os credores e dali se viabilizar um plano de recuperação da empresa, nós na Secretaria, para acompanharmos mais de perto esse processo, já estávamos acompanhando bem perto a situação do Aerus, mas para acompanharmos, inclusive, essa interlocução do Aerus, enquanto credor, com a empresa devedora, nós nomeamos um administrador especial, que é uma figura nova da legislação, da Lei Complementar nº 109/2001, onde no ato da nomeação nós damos, definimos qual a competência desse administrador. Ele não remove a Diretoria, ele não substitui a Diretoria, mas tem ali poderes de co-gestão e de acompanhamento. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Compartilhado?

SR. ADACIR REIS – Pode ser compartilhada. Mas ali foi com esse intuito maior de fazer o acompanhamento *in loco* de todo esse processo de interlocução do Aerus, enquanto credor, com a empresa devedora.

Então, todas as reuniões, o administrador especial passou a acompanhar, e ficou ali *in loco* dentro do Aerus. Inclusive, aí há de se ressaltar que o Aerus à época, passou a figurar na classe 2 de credores, que é um credor com garantia. Então, houve um reconhecimento pelo juízo da Vara Empresarial do Rio de que o Aerus tinha, era um credor, e um credor com uma garantia que foi algo conseguido em 2003, nesse processo de envolvimento maior da Secretaria e à época, então, a VARIG ofereceu em garantia o suposto crédito que ela tem junto à União, em razão daquela ação judicial que versa sobre a defasagem tarifária.

Então, o resultado daquela ação foi dado em garantia nesse processo, e na época da renegociação isso foi reconhecido pelo juízo da Vara empresarial do Rio de Janeiro, que foi considerado, inclusive, uma conquista importante para o Fundo de Pensão.

Em dezembro de 2005, teve um processo com algumas idas e vindas, em relação à condução do processo. Em dezembro a VARIG apresentou aos credores, inclusive, ao Aerus, a proposta de plano de recuperação dentro de toda essa concepção da nova Lei de Falências.

Esse plano foi levado à Assembléia dos credores, foi aprovado e foi depois homologado em juízo. Nesse plano aprovado e homologado judicialmente, o Aerus, enquanto credor, não se submeteria a uma carência, ou seja, ele já voltaria a receber em janeiro de 2006, isso, porque já se via e era reconhecido por todos, uma situação diferenciada do Aerus em relação aos demais credores. Ele já estava bastante fragilizado, e com esse grau absolutamente anormal de dependência em relação à VARIG. Então, não submeteu à carência. Voltaria a receber em janeiro de 2006, que seria a retomada daquele fluxo em torno de 9 milhões/mês, em janeiro, a empresa pagou, houve o pagamento. No entanto, em fevereiro deixou de pagar.

Depois em março novamente deixou de fazer o aporte tal como definido. E aí diante desse quadro, um quadro absolutamente dramático, um quadro absolutamente delicado, a área técnica da Secretaria de Previdência Complementar propôs a liquidação dos planos 1 e 2 da VARIG. Então, houve a decisão em função de um fato novo negativo, em todo esse período. Pela primeira vez de maneira objetiva, um fato novo negativo é que ensejou essa medida extrema, lembrando aí que o ato do Estado entrar num Fundo de Pensão que é um fundo privado é um ato extremo. Significa o Estado entrar num Fundo de Pensão que é privado. Então tem que se dar em situação absolutamente excepcional e era ali o caso. Então, se decretou a liquidação desses planos e por consequência a intervenção no Aerus.

E aí, inclusive, por problemas de governança uma vez que a liquidação desses planos somados aos planos da TRANSBRASIL o montante de recursos era superior a 80%. Então, até em termos de governança era preciso fazer, se promover à intervenção. E é então, o que foi feito. E aí é preciso realçar, que a liquidação dos planos estanca uma situação, ou seja, evita que aquela situação se deteriore, interrompe o fluxo de direitos e obrigações no âmbito desse plano de previdência. E conforme diz a legislação, de maneira muito clara, esse movimento é feito para proteger prioritariamente, os interesses dos assistidos, os interesses dos aposentados, numa situação em que

se caracteriza insuficiência de recursos do plano, para honrar todos os seus compromissos, a lei pede que se faça uma opção, e essa opção é feita prioritariamente em favor dos assistidos.

Então, a liquidação ali naquele momento significou: 1) Estancar uma situação. Evitar que aquela situação do plano de previdência do Aerus, patrocinado pela VARIG, se deteriorasse; 2) Isso em favor dos assistidos que terão diante desse quadro, a prioridade de pagamento em relação aos seus direitos, junto ao plano de previdência.

E por outro lado, é importante assinalar que a liquidação, se por um lado ela interrompe e impede que o quadro se deteriore, ela por outro lado não cria nenhum embaraço para que diante de um fato novo essa liquidação venha ser levantada. E aí eu acredito que todo esse esforço de diversos atores, inclusive, aqui deste Senado Federal, o Senador Heráclito, para que se construa esse fato novo em relação à empresa e ao se construir esse fato novo em relação à empresa, por consequência, nós possamos ter alguma repercussão positiva no plano, ou nos planos de previdência, patrocinados pela VARIG.

Então, é uma situação delicada, como toda a questão VARIG, complexa. Fruto aí de uma situação que se agravou ao longo dos anos. Se promoveu, esse ato, como um ato extremo. E agora, diante de um eventual fato novo isso pode ser revertido. Então, em linhas gerais, essas eram as palavras iniciais e me coloco aí à disposição dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a Mesa, o expediente que vou ler.

Prezado Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-estrutura. Novamente agradeço o convite objeto do expediente ofício 090/2006 de 08/05/2006, relativamente à participação de Audiência Pública, para discutir soluções para a questão da Viação Área Riograndense VARIG. Tendo em vista outro compromisso assumido anteriormente, informo não ser possível a presença nessa data de 16 de maio corrente. Atenciosamente, Erno Dionizio Brentano, Interventor.

Eu acredito que... Dr. Adacir, é da maior importância o compromisso do Dr. Brentano, mas seria muito importante que ele estivesse aqui, juntamente com V. S^a., para que se discutisse essas questões. Tendo em vista, estamos fazendo o terceiro expediente para ele. Agora, pedindo que seja por intermédio de V. Ex^a., de V. S^a.. que é o responsável pela sua nomeação, ficando-lhe já acertado que mais uma negativa, nós iremos convocar o Ministro da Previdência. Nós não podemos de maneira nenhuma, permitir que se trate o Senado

da República, com desleixo e com a falta de respeito com que o Senhor Erno, nos trata. (palmas)

Quero lembrar que esse ofício dele com os compromissos anteriores é datado de ontem. Não foi... Não é uma coisa datada... Foi datado de ontem. Estou comunicando ao Presidente do Congresso, essa correspondência. Acho que não se pode tratar um assunto dessa natureza, da maneira como vem sendo tratado. De forma que eu pediria à V. Ex^a. que colaborasse nessa Comissão. Nós estamos reconvocando ou reconvidando, nós não temos poderes para aqui... Há, inclusive, agora um estudo para modificar o nosso regimento. Possibilitando a convocação. Porque nós podemos convocar o Ministro, mas não podemos convocar o segundo ou terceiro escalão. Mas vamos ver se essa questão é corrigida. Mas enquanto isso eu pediria a colaboração de V. Ex^a. no sentido de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não. Com o maior prazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Sr. Brentano, me ligou ontem à noite, dizendo que realmente não poderia aparecer, por conta aí de algumas reuniões que estariam ocorrendo hoje. E aí como foi até dito pelo Presidente do BNDES, algumas coisas aí que estão sendo processadas em horas ou em dias, mas quero crer que da parte dele não houve nenhum despreço à este Senado Federal, mas de qualquer maneira vou levar até ele, inclusive, aquela outra reunião, que tinha sido agendada depois acabou sendo cancelada, inclusive, pela própria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pela própria Comissão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Com o agendamento da Assembléia de credores, mas isso de qualquer maneira, quero crer que não significa nenhum despreço, porque entendemos, e aí falo em nome da Secretaria, que esta Comissão tem dado uma contribuição importante para esse Debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O primeiro convite foi negado, sem nenhuma justificativa plausível de hoje datado ontem. Refere-se a compromissos anteriores. Mas tudo bem. Com a palavra o comandante Márcio Marsilac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Senador Heráclito Fortes, Dr. Adacir Reis, Dr. Demian Fiocca, Senador Paulo Paim. Em nome dos trabalhadores do Grupo VARIG, eu gostaria de mais uma vez agradecer ao Senado no seu todo, ao Congresso no seu todo, melhor dizendo, especialmente à Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Sociais, assuntos econô-

micos e Desenvolvimento Regional e Turismo que tem promovido uma série de audiências públicas tentando aprofundar o conhecimento e as discussões em torno, não só da crise da VARIG, como também da crise do Fundo de Pensão Aerus.

O plano de recuperação foi aprovado e novamente consolidado na Assembléia geral de credores, promovida no último dia 9. Foi também aprovado nessa mesma Assembléia, um modelo de alienação judicial, como aqui exposto pelo Presidente do BNDES, Dr. Demian, onde nós temos duas opções para o leilão. Nos parece, por análise que os nossos Consultores e assessores fizeram, que o Brasil estaria muito melhor servido e a sociedade brasileira muito melhor servida, se nós tivéssemos uma única opção de leilão, que seria manter a VARIG, com as suas operações integrais, ou seja, a parte doméstica e a parte internacional funcionando dentro de uma mesma unidade produtiva, em função das várias sinergias que existem entre a operação de vôos internacionais e as operações dos vôos domésticos, vamos assim dizer.

A operação unida da força de trabalho também traz com grande escala a empresa e um melhor aproveitamento da mão-de-obra, dois fatores, o de aeronaves e o da mão-de-obra, que pesam muito nos custos de qualquer empresa aérea. Ocorre que definido o plano, definido o modelo de alienação e definido um prazo de 60 dias para que ele ocorra, a VARIG precisa sobreviver precisa urgentemente implementar as ações previstas neste plano de recuperação. Sob pena de não conseguir sobreviver se manter operando até a data deste leilão. Ou seja, precisamos de recursos, e aí eu abro um parêntese para falar com relação à operação que foi aqui trazida em outubro, setembro e outubro do ano passado, quando da venda da VEM e VARIG LOG, para AERO-LB e para a VOLO, os recursos que foram obtidos com a alienação daqueles dois ativos, foram unicamente suficientes para o pagamento dos *leasings* atrasados.

Nós, à época e hoje, ainda temos uma ação tramitando na justiça pedindo a nulidade daquele ato por entendermos que foram alienados dois ativos de maneira estressada, à empresa enforcada no seu fluxo de caixa, os ativos foram vendidos muito rapidamente sem um processo que pudesse trazer o preço próximo da sua avaliação. Se eu não estou enganado os recursos totais obtidos com aquela venda, foram em torno de 70 milhões de dólares, o que digo cobriu por muito pouco os recursos que foram depositados em Nova Iorque, para o pagamento desses lessors. E o que ocorreu é que não sobraram recursos suficientes em caixa, para promover as ações previstas no plano que trariam um aumento do faturamento por trazer

as aeronaves de novo para operacionalidade e para implementar ações que trouxesse uma redução dos custos operacionais da empresa.

Bom, ocorre que nós estamos hoje, vivendo uma situação semelhante, ao nosso entender. Talvez vejamos, antes dos 60 dias, temos que reunir os credores de maneira urgente, para promover a alienação do ativo, seja doméstico, ou seja, internacionais domésticos nas operações, para que possamos viabilizar o pagamento de alguns créditos concursais. E nada mais, ou muito pouco restará à empresa VARIG original.

Então, essa é uma observação que trazemos aqui, e precisamos encontrar com urgência uma solução para essa questão. O BNDES tem colocado algumas exigências, com relação ao empréstimo-ponte, que são a carta de fiança bancária por aqueles pretendentes e pela informação que tenho, ainda não oficial, mas oficiosa, de que o empréstimo seria dado com uma taxa Selic. A análise dos próprios reestruturadores da empresa é de que isso inviabilizará a participação de qualquer pretendente dentro desse leilão. É uma informação que passo e que foi recebida por mim e pelos próprios reestruturadores e corroborada pela análise preliminar, feita por alguns dos nossos Consultores.

Então, o que nós trazemos à Mesa é a necessidade de abrirmos um debate muito rápido, sobre como viabilizaremos os recursos para que a empresa possa sobreviver, se manter viva e implementar as ações previstas no plano para redução dos seus custos e recuperação das aeronaves que estão paradas por falta de peças, por falta de peças nos almoxarifados. Isso tem ferido de morte a capacidade da empresa de manter o seu faturamento, quanto mais recuperá-lo nos moldes do ano passado.

Então, essa é uma questão para discutirmos e entendemos muito boa a presença, não só do Presidente Demian, como de alguns técnicos do BNDES, para que a gente possa respeitando os regulamentos e as normas do próprio Banco, a que o Banco está sujeito, de forma criativa, viabilizarmos recursos para a empresa poder fazer essa reestruturação e sobreviver esses 60 dias.

O que nos informam é que esses recursos girariam na ordem de 150 a 160 milhões de dólares. Seriam os recursos necessários para colocar em torno de 20 aeronaves novamente em vôo e implementar não só os desligamentos que já foram, já tiveram um número de 1700 funcionários aderindo a planos de demissão voluntária e planos de incentivos à aposentadoria e que vai impactar positivamente dentro do fluxo de caixa da empresa.

O Deputado Ricardo Barros esteve preocupado quando da apresentação do slide sobre a questão do

passivo. E posso tranquilizar a todos que ao menos no modelo de VARIG Relacionamento com VARIG Operações, com um valor mínimo de leilão estabelecido é perfeitamente factível dar viabilidade econômica e financeira tanto para a VARIG Relacionamento quanto para a VARIG Operações. Então, este é um ponto fundamental de que nós possamos, de que nós abriremos um debate aqui sobre a participação do BNDES ou do próprio Banco do Brasil que já manifestou possibilidade de entrar nessa discussão, de participar deste empréstimo-ponte para que viabilizemos este empréstimo-ponte em valor condizente, com o necessário pela empresa para se reestruturar e poder, inclusive, agregar valor ao leilão daqui a 60 dias.

Uma das informações que temos é de que mesmo previsto na lei de recuperação, não há tranquilidade no mercado financeiro suficiente para garantir que os empréstimos que sejam feitos à empresa depois do deferimento do pedido de recuperação tenham primazia, preferência na eventualidade de uma falência, que faltaria uma regulamentação do Banco Central nesse encaminhamento. É preciso se verificar isso e entendemos que o Senado Federal pode contribuir muito, não só na verificação como também no encaminhamento rápido para que o Banco Central regulamente esta questão.

Onde se insere o Aerus neste processo de recuperação da VARIG? Nós entendemos que o Aerus é merecedor não de um plano de liquidação, mas de um plano de recuperação. Inserido e sinergicamente colocado dentro do plano de recuperação da VARIG. Nos agrada muito ver o Secretário, Dr. Adacir, colocar aqui que a liquidação, veio como forma de prevenir a eventualidade de um encaminhamento que pudesse comprometer mais o fundo. Mas que a Secretaria já se coloca aberta a discussões e disposta, inclusive, a levantar a liquidação, caso haja um plano colocado sobre a Mesa que seja entendido tecnicamente viável e que também promova uma melhora da situação atual do Aerus.

Bom, sobre isso e sobre a situação atual, nós nos sentimos como representante dos trabalhadores da VARIG, perfeitamente confortáveis. No nosso entender, o Dr. Adacir tem conhecimento disso, o pedido de intervenção no Fundo de Pensão, para a sua recuperação à época, foi feito em 2002, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, pelas Associações de Trabalhadores da VARIG, por comprovarem e apresentarem à Secretaria à época, dentro de um processo administrativo que o fundo contemplava 7 dos 8 itens previstos pela Lei Complementar 109, que justificaria uma intervenção do plano.

Então, quanto ao processo de intervenção em si nós estamos perfeitamente confortáveis. Para nós isto deveria ter ocorrido em 2002, e foi, é um processo que se arrasta desde lá, que justificou, inclusive, uma ação no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, desencadeando dois inquéritos para investigação e tomada de conhecimento sobre o que ocorreu em relação ao fundo durante este processo, durante este tempo. Mas o mais importante para nós, além da verificação de responsabilizações, do que efetivamente ocorreu, de onde foram criados os rombos, é nós sentarmos e debatermos e discutirmos uma solução, porque isso que efetivamente poderá garantir as aposentadorias dos assistidos e recuperar se não de pleno ao menos parcialmente os recursos dos trabalhadores da ativa que depositaram durante anos e anos, durante décadas de 8 a 12% dos seus salários mensais, dentro dos fundos cientes ou crentes, de que estavam garantindo o seu futuro com relação às suas aposentadorias.

Então, com relação a isso, nós temos uma proposta de encaminhamento que, no nosso entender, apesar de criativa, não colide com a lei, precisando talvez de alguns esclarecimentos no âmbito do ordenamento jurídico e no âmbito de dentro da própria lei de recuperação de que é possível inserir o plano de recuperação do Aerus, dentro do plano de recuperação da VARIG. E com relação a isso, já posso informar e nos agrada, em contato ontem ainda, com o Dr. Adacir, e hoje antes desta Audiência, a disposição da Secretaria de sentarmos no dia de amanhã para discutirmos esta questão, para discutirmos de que modo nós poderemos encaixar o plano de recuperação do Aerus dentro do plano de recuperação da VARIG.

Nós temos uma proposta. Já é do conhecimento. Queremos discuti-la. Queremos estudar a viabilidade técnica que acreditamos tenha para que possamos trazer ela para dentro da seara da recuperação, levantando aquisição do Aerus, melhorando a condição dos assistidos, recuperando de certa forma os recursos que os ativos colocaram lá. E mais, liberando talvez as garantias que foram dadas em parte para o Aerus em relação à ação de defasagem tarifária para que possamos promover aquilo que já é um consenso eu diria dentro do Congresso Nacional e que precisa ser levado ao Governo Federal, não só a questão do encontro de contas com relação aos créditos e débitos que a VARIG tem junto à União, como também de promover como defendido pelo Senador Paulo Paim, a viabilização dos recursos seja, como garantias, sejam como recursos propriamente dito dos créditos de ICMS.

Para entender isso, a dimensão disso, somando-se os créditos que a VARIG tem da defasagem tarifária e os créditos com relação a ICMS, com relação a

25 Estados somam a bagatela de 5,9 bilhões de reais, ou seja, mais de 2/3 da dívida que a VARIG tem. E que isso não seja, obviamente, impeditivo para se prosseguir no processo de recuperação, implementar o plano, dando uma nova estrutura societária a essa empresa, uma capitalização necessária à ela, a tornando competitiva, eficiente e lucrativa com os postos de trabalho, na relação condizente com o mercado, para que possamos retomar o marquetier(F) no mercado da VARIG, e com isso resgatar aqueles trabalhadores que porventura tenham ficado temporariamente sem o emprego aqui dentro dessa empresa. Era isso e muito obrigado Senador. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs convidados, Sras. e Srs. Senadores. O Senado entende que por ser a VARIG brasileira e essa discussão está sendo travada entre brasileiros não tem ninguém contra a VARIG. É impossível que de bom senso alguém esteja contra esta empresa às portas de completar 80 anos. O fato de termos chamado à discussão para o Senado, unindo quatro Comissões, o que é pelo menos nessa atual Legislatura um fato inédito, é exatamente de se fazer com que a discussão se unificasse.

Até então, Dr. Demian, o que se ouvia eram informações desencontradas na maioria dos casos de pessoas bem intencionadas, mas cada uma com uma estratégia e uma proposta diferente. Então, você ouvia declarações de autoridades de que a VARIG estava no poço, ou que a VARIG não se salvava, e enquanto isso nada de prático era feito.

A partir da primeira Audiência Pública, inclusive, eu quero até declarar aqui, recebi um telefonema da própria Ministra da Casa Civil, que tinha dado declarações em outra direção, e que achou que a partir da primeira rodada de conversas, poderia se tomar um outro caminho e outro rumo. Nós estamos tentando até por causa do tempo desburocratizar ao máximo e dar velocidade a essas oitivas. Daí porque a minha preocupação. Acabei de fazer uma proposta ao Dr. Adacir, que me parece que vai resolver a questão, que seria a vinda do Dr. Erno Dionísio Brentano, ou a Comissão ou nós iríamos à Secretaria para uma conversa. E aí os representantes do Senado, representantes de VARIG e a Secretaria de Previdência Complementar.

A única dificuldade que eu estava vendo aqui é que para o funcionamento externo eu tenho que ter, passar em processo de votação o que não seria o caso hoje. Então, o que o nós poderíamos fazer era disponibilizar uma sala e se faria aqui numerário à tarde ou a manhã, já que há um grupo reduzido, a não ser que os Senadores todos queiram participar, o que o eu

não acredito, se faria numa sala, apenas para que se trocassem idéias objetivas.

Falei com o Dr. Demian, e ele vai disponibilizar também, um assessor categorizado, para que se discuta isso até a exaustão. Eu acho que é o trabalho que essa Comissão e que essa Casa, pode fazer e vem fazendo, o Comandante Marsilac é testemunha, há dois anos nós fizemos a primeira reunião juntando essa Comissão, a Comissão de Turismo com o Senador Tasso Jereissati à frente, Dr. Paulo Abílio de Castro, está aqui, apresentou o primeiro plano, a primeira saída.

Eu quero que os funcionários da VARIG aqui, eu quero que todos fiquem com absoluta certeza que o objetivo desta Casa, primeiro é esclarecer e dar transparência a todos os fatos que estão sendo tomados.

Segundo, dar velocidade a uma solução positiva para esse caso. E para se evitar que se abra jornais e diga – “Uma empresa da Venezuela vai comprar, uma empresa da Bolívia, ou uma empresa...”, E quando você vai ver todas as empresas na maioria das vezes que apresentaram agora, são bem menores do que a VARIG, aumentando a insegurança, porque como diz um ditado popular que se usa no Piauí: “Cachorro mordido de cobra, corre com medo de salsicha”.

Nós tivemos um episódio da TRANSBRASIL, uma venda, feita por um real. Uma semana depois o comprador foi preso. Era o dono de uma empresa de turismo, completamente complicado. Então, para evitar repetições dessa natureza é que nós... Acho que a obrigação dessa Casa, tomar esses cuidados. E tenho certeza que os que aqui estão e que representam o Governo, procurarão e estão procurando soluções que amenizem esse problema. Antes de passar a palavra ao Dr. Luís Roberto Pontes, extraordinária figura de ex-Parlamentar, ex-Ministro, que hoje, empresta a sua inteligência ao Rio Grande do Sul e agora entrou nesse mutirão de salvação da VARIG.

Eu queria passar a palavra ao Presidente do BNDES, Dr. Demian FioCCA, para alguns esclarecimentos. E depois se o Dr. Adacir quiser também, ou se alguém tiver algum reparo a fazer vamos... Isso é que nem um casamento, que seja agora.

Queria convidar o Secretário para tomar assento aqui.

SR. DEMIAN FIOCCA – Gostaria apenas de fazer os esclarecimentos sobre dois pontos levantado pelo Comandante Marsilac. O primeiro deles é sobre a questão da fiança bancária. O BNDES não tem condições, dentro da sua respeitada a sua técnica, de fazer empréstimo diretamente com o risco VARIG. Isso é o conhecido, isso já foi explicitado em novembro, e continua sendo apresentado sob um nível de estresse que o Banco não conseguiria justificar um empréstimo

à VARIG, tal como ela está. Por isso, mas na busca de contribuir para melhor solução possível, desenhamos a proposta, “podemos financiar rapidamente a alguém que venha investir”. Mas a um terceiro. Então, sobre a questão da fiança, se o desejo for, se não então... “dispense fiança, entre no risco VARIG”, isso realmente não é possível.

Agora, entre as alternativas para o tipo de fiança de terceiros a opção pela fiança bancária, foi por conta da solicitação da empresa e do Juiz de que se fizesse o formato mais rápido possível. Se houver desejo que o BNDES, por exemplo, financie garantias reais, também é possível. Mas análise do valor real toma muito mais tempo do que na fiança bancária. Então, a questão da fiança, como alternativa à garantia real, podemos fazer, mas leva muito mais tempo, acredito que não é o desejo da empresa.

Se o desejo for sem nenhuma garantia e aí realmente o BNDES infelizmente não pode apoiar diretamente a VARIG.

Sobre a questão do custo desse empréstimo-ponte, de fato nós estamos trabalhando com a hipótese de fazer um empréstimo em Selic. Por que isso? Esse é um empréstimo de natureza que não é de grande investimento, longo prazo etc. Sobre o qual nós temos lá, toda nossa política de prioridades. É um empréstimo emergencial, como demonstração de esforço do Governo para contribuir com essa solução. Agora, a informação que o BNDES obteve dos gestores da VARIG, é que o investidor que fará o empréstimo-ponte e tomará para isso 2/3 dos recursos do BNDES, será remunerado 200% da Selic ou do CDI, ou seja, se o investidor que tomou empréstimo-ponte, chegar no leilão e não vencer, se ele vencer ele ficou com as ações e teve algum prêmio, digamos, que o leilão andou bem e ele comprou mais barato, mas se ele não vencer a VARIG pagará a ele, financiador do empréstimo-ponte, ele investidor, 200% da Selic ou do CDI.

Então, nós achamos que fazer um empréstimo, que é neutro do ponto de vista do custo dos recursos, para uma coisa de 60 dias ou 75 dias, algo adequado, estávamos falando neutro, quer dizer, ninguém procura especular para mais ou para menos sobre o empréstimo-ponte do BNDES. E também os técnicos do BNDES quando trouxe esta situação para a Diretoria, disseram o seguinte: “Esse também é um padrão que o Banco usou em Governos anteriores várias vezes em operações desse tipo de curto prazo e capital de giro, o Banco até cobrou Selic mais um, muitas vezes nós achamos que Selic estava adequada”. Mas é por essa razão a Selic, que quem tomar o nosso recurso, vai receber se não encontrar efetivamente as ações 200% da Selic. Então, achamos que isso não está es-

pecificamente onerando a operação... Está puxando para curto prazo. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Adacir.

SR. ADACIR REIS – Ok, rapidamente algumas considerações. Primeiro registrar que tem havido aí esse esforço importante dos trabalhadores da VARIG, por meio de várias entidades, dentre elas a TGV, a PIVAR (F), todo esse trabalho aí sendo feito, inclusive, com o Dr. Paulo Rabelo de Castro, aqui presente. Isso tem merecido a nossa atenção. É preciso assinalar também que o Aerus, ele hoje se encontre em dificuldade, porque ao longo dos anos, dinheiro deixou de entrar no Aerus. É por isso que ele tem esse grau de dependência, hoje em relação à patrocinadora. Em relação à VARIG. Patrocinadora. Então, há um cuidado aí especial para que também, o que entrou, uns diria, o pouco que entrou, venha eventualmente a sair do Aerus. E aí é preciso levar em conta obviamente à legislação complementar que é uma legislação que dá ao Fundo de Pensão, uma finalidade exclusiva de gerenciar ativos, recursos para uma finalidade previdenciária. O Marsilac aqui registrou que em 2002, havia sido endereçado um pedido de intervenção à Secretaria de Previdência Complementar, e depois a partir de 2003 tivemos, inclusive, oportunidade de apreciar esse pedido que já se encontrava lá. E por que não acolhemos esse pedido? Acho que vale aqui também essa, essa consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual é o valor dos recursos não repassados? Tem...

SR. ADACIR REIS – É o valor de 2,3 bilhões. 2,3 bilhões. Então, vejam os Senhores. A intervenção pela lei, ela tem por objetivo buscar, interferir na gestão do plano, o Estado assume a gestão do plano do Fundo de Pensão, e tem por objetivo a sua recuperação. Àquela altura, a solução para o Aerus, já dependia umbilicalmente da solução para a VARIG, quer dizer, o Estado entrar numa entidade que é privada, com o objetivo de sanear a entidade, mas já com diagnóstico claro, que um dos objetivos, inclusive, da intervenção é o ingresso na entidade, para diagnosticar a situação. E então, adotar medidas com vistas ao seu saneamento.

Bom, diagnóstico já havia, inclusive, houve mudanças no plano em dezembro de 2002, com desoneração da empresa. Saneamento do plano, o que foi possível adotar em termos de saneamento foi feito, quer dizer, todo o processo de exigir que a empresa oferecesse garantias ao fundo. Então, a questão da defasagem tarifária, o suposto crédito contra a União, os 5% da VARIG LOG dados em garantia pela VARIG ao Aerus. Isso se processou em 2003. Todo o processo

de depuração do plano para que fosse explicitada a realidade do plano. Então, um ou outro ativo lá de retorno duvidoso, então, se optou pelo provisionamento, se fez o ajuste atuarial e se teve uma situação que ali efetivamente correspondia à realidade. A contratação de nova dívida, que foi em razão dos benefícios concedidos, dívidas em relação aos assistidos, contratado também ofertada a garantia. E dali esse monitoramento.

Então, é por isso, Dr. Marsilac, que houve o entendimento sóbrio, abalizado, seguro a nosso ver, de que uma intervenção ali além de não ir além do que estava sendo feito, poderia, inclusive, trazer efeitos deletérios, periféricos negativos, com uma intervenção dentro do fundo, a repercussão negativa disso.

Enfim, então, tecnicamente não havia, a nosso ver, a motivação para essa intervenção. Quando vem o plano de recuperação, a suspensão da exigibilidade dos créditos, toda uma aposta, um envolvimento dos credores para buscar recuperar essa empresa, isso aprovado, homologado judicialmente e depois fevereiro, março, o não pagamento, aí nós estivemos pela primeira vez em todo esse período, diante de um fato novo negativo que exigiu a nossa ação. E aí lembrando também que a intervenção se ela não interrompe o fluxo de direitos, e obrigações e alguns pensam na intervenção como tendo esse poder, esse alcance e não tem. Ela também, vamos dizer assim, seria de efeito limitado, daí a liquidação. E como observei aqui na primeira manifestação, a liquidação é preciso que todos tenham clareza em relação a isso, porque a lei é muito clara em relação a isso. Diante de um fato novo que demonstre a viabilidade de recuperação do plano, essa liquidação pode ser levantada.

Por isso, inclusive, a Secretaria está aberta a eventuais proposições que dentro, naturalmente, da legislação da Previdência Complementar e na convergência desses esforços, nós estamos abertos ao debate e ao diálogo e enfatizo mais uma vez que a gente tem aí uma clareza e uma sensibilidade quanto a esse esforço todo das entidades de representação dos trabalhadores, para que se construa uma solução que seja adequada, que seja realmente uma solução duradoura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Comandante Marsilac. Mas antes eu queria só fazer uma pergunta. Em 2003, houve a indicação de administração compartilhada? A Secretaria mandou alguém monitorar?

SR. ADACIR REIS – O que houve foi uma fiscalização e reuniões periódicas com a direção do Fundo de Pensão, onde todas essas tratativas se deram, inclusive, com essa melhora de posição do Aerus enquanto credor frente à empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Doutor...

No nosso entender tínhamos que salientar, porque é uma questão para nós fundamental. As causas que trouxeram a esse desequilíbrio absurdo, do Plano de Pensão dos Trabalhadores da VARIG. Porém, o principal e o nosso foco aqui é o encaminhamento de solução. E nós esperamos que o entendimento da Secretaria de que a recuperação deva ser do plano e se não for no Plano, os trabalhadores da ativa principalmente, terão perdido todas as suas poupanças, as suas economias feitas, como no meu caso, durante 18 anos, e de muitos outros por mais de 30 anos, nos parece que seria uma visão restrita, mas volto a dizer, eu acho que são discussões para ter de maneira técnica e a gente buscar contemplar, na verdade, não o plano, mas as pessoas que fazem parte do plano. Os interesses daqueles que lá estavam. E eu falo com tranqüilidade porque este é o meu interesse. E o plano só existe no nosso entender para estabelecer o interesse de cada-

SR. ADACIR REIS – Me permita?

SR. MÁRCIO MARSILAC – Claro.

SR. ADACIR REIS – Aí obviamente quando me refiro ao plano, estou me referindo aos participantes e assistidos do Plano.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Tá. Tá ótimo. Claro.

SR. ADACIR REIS – Porque ele se confunde com esse contingente de pessoas.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Eu acho que só tivemos essa visão de que, na verdade, temos buscar um equilíbrio dos interesses, daqueles que fazem parte do Plano. Eu acho que abre e nós temos um caminho bastante positivo para uma discussão de solução de encaminhamento, que volto a dizer, não acredito que a gente consiga recuperar tudo aquilo que investimos lá, mas hoje se recuperarmos uma parcela considerável daquilo, garanto que o grande contingente de trabalhadores ativos da VARIG, de assistidos da VARIG, se darão por satisfeitos dentro desse processo. Porque de muitos sabem que sacrifícios terão que passar e estão dispostos para garantir um futuro minimamente tranqüilo, discutir e aceitá-los. É basicamente nessa questão.

E se me permite ainda, Senador Heráclito, eu gostaria de fazer um questionamento ao nosso Presidente Demian. Se o BNDES ou como o BNDES encararia emprestar com garantias reais a VARIG Operações, naquele modelo primeiro, devidamente segregado num veículo próprio mesmo antes do leilão. Se a VARIG Operações fosse segregado mesmo antes do leilão sem o passivo, usando-se da lei de recuperação, se

haveria a possibilidade de o BNDES emprestar a esta empresa?

(interrupção no áudio 1:28:20)

SR. DEMIAN FIOCCA – ... até se debruçou sobre essa possibilidade, porque tinha vindo, tinha sido aventada efetivamente. E a constatação infelizmente de que não, quer dizer, a gente não visualizou a possibilidade tecnicamente de justificar um empréstimo diretamente a empresa mesmo que é um segmento da empresa. Por isso é que nos dispusemos, assim, recursos com rapidez, com tipo de fiança mais simples etc. Mas há um investidor que tem interesse. E, na verdade, nós temos essas limitações sobre procedimentos bancários, mas efetivamente o desafio de encontrar um investidor para VARIG, eu acho que ele é o desafio central, porque a busca de mais recursos, mais recursos, um pouco mais de crédito daqui, quer dizer, a VARIG se financiou por meio de financiamentos, digamos, de fornecedores, por meio de atraso de pagamento de tributos, por muito tempo. O desafio claramente é encontrar um investidor que crie uma nova realidade para a empresa. Então, nós achamos que também que nesse caso das nossas limitações, do ponto de vista bancário, projeto é a questão que eu importante: achar de fato um novo investidor.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Senador, só rapidamente é só, porque mesmo-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos esgotar. Esse capítulo é interessante.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Mesmo eu não sendo especialista e o nosso consultor Professor Paulo Rabello, certamente discorreria muito melhor sobre essa questão, mas me parece que, há que se analisar, Senador Heráclito, uma forma de garantir uma linha de financiamento, para as empresas que adentrarem a recuperação judicial, sob pena de nós vermos este instrumento que, já no caso da VARIG, se mostra extremamente eficaz, estar fortemente comprometido por não conseguirmos viabilizar recursos para a empresa em recuperação judicial, fazer ou implementação as ações de reestruturação que precisa, porque muitas delas demandam recurso, demandam investimento. E devido ao estresse que levou justamente a empresa a solicitar a recuperação judicial, realmente nós encontramos um nó dentro desse caminho. De que modo nós encontramos e talvez seja replicando o modelo americano que reestruturou as empresas aéreas lá, possamos viabilizar uma linha de financiamento para as empresas que adentrem a Lei de recuperação judicial. É algo que eu entendo, poderá ser discutido e talvez pensado pelo Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero dizer que compreendo perfeitamente a cautela que o Dr. Adacir, teve em 2003, em não tomar nenhuma providência mais drástica com relação ao fundo, evitando talvez aquela época uma corrida no caso até de credores a questão VARIG. Tecnicamente compreendo. Agora eu queria fazer ao Dr. Adacir, uma colocação e gostaria que ele se pudesse nos explicasse. Na última reunião que nós tivemos aqui, os servidores da VARIG encaminharam a esta Mesa, basicamente a Comissão de assuntos sociais. Uma correspondência do liquidante, pedindo a devolução dos planos de saúde, dos cartões, houve até uma entrega simbólica aqui de alguns cartões. Essa é uma questão que cria insegurança e acima de tudo desespero. Principalmente aqueles que já estão aposentados, que tem dependência médica permanente, que merece maiores cuidados, a indagação, e se não há um outro mecanismo por parte da secretaria, para evitar a antecipação dessa angústia por parte desse pessoal? Porque no momento que todo mundo tenta encontrar uma solução eles passam a previamente ser punidos, a partir do momento em que estão com os seus direitos de assistência suspenso, de acordo com a tabela. Eu poderia até mostrar a V.S^a., a correspondência que chegou a Comissão e eu já pedi que fosse até a Comissão pegar uma cópia.

SR. ADACIR REIS – Obrigado ao Senador Heráclito, pela oportunidade. Bom, queria fazer esse esclarecimento. O Aerus, não opera planos de saúde. Ele não opera planos de saúde, ele só opera planos de previdência, há fundos que operam planos de previdência e de saúde, Fundos de Pensão. No caso do Aerus só se opera plano de previdência. Então, onde entra aí o plano de saúde? É que os Aerus ele fazia no desconto, no espelho, ali no espelho mesmo, ele fazia o débito da contribuição do aposentado para o plano de saúde e repassava. Então, ele era um mero interveniente. Como ele já fazia, emitia a folha para o benefício, então, ele aproveitava, houve um convênio e ele fazia então, o recolhimento da contribuição dos aposentados para o plano de saúde, que é fora e repassava para o plano de saúde. Então, ele era um mero repassador.

No momento em que se decreta a liquidação dos planos, e se interrompe esse fluxo do plano de previdência com o dos aposentados. Então, não vai haver mais recolhimento nem pagamento, porque o que está sendo feito agora, num processo de liquidação, é pagamento não de benefício, mas antecipação de pagamento de reserva matemática. Então, tecnicamente é essa a situação. Então, não há mais, vamos dizer assim, operacionalmente não há mais como se fazer

essa dedução. Por isso, então, é que se comunicou que lamentavelmente não poderia haver mais esse recolhimento, quer dizer, o Aerus dada a essa situação, ele não tem como operacionalizar esse recolhimento e esse pagamento para o plano de saúde, que é fora do plano de previdência. E aí estava se buscando um entendimento, com a Fundação Ruben Berta, para que houvesse por lá, a operacionalização desse desconto para que não prejudique os aposentados. Então, não sei se isso já foi concluído, mas todo o esforço é para que, por algum meio disponibilizado pela Fundação Ruben Berta, se fizesse esse recolhimento da contribuição para o plano de saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, eu estou todo o tempo aqui assistindo, é claro, entusiasmado com o debate, eu acho que seria importante, nós ouvíssemos o Luiz Roberto Pontes, para fazermos o debate, até com a participação nossa e V. Ex^a., eu estou entusiasmado com sua proposta, eu quero falar sobre ela um pouquinho depois, uma proposta que V. Ex^a. encaminhou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para falar sobre?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A sua proposta, que fiquei entusiasmado com a sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual delas?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Aquela que o senhor apresentou antes de passar a palavra para os debatedores, da possibilidade de uma reunião para aprofundarmos tecnicamente caminhos que apontem uma solução. Espero o Dr. Luiz Roberto Pontes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V. Ex^a. como coordenador desse movimento, não só por ser gaúcho, mas por ter viajado uma vez para África do Sul, na VARIG e não se esquecer nunca dessa viagem. (risos)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 10 vezes, a história...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (risos) V. Ex^a., estará, já está de antemão convocado para tarefa. Eu passo com muita satisfação, a palavra para o Dr. Luiz Roberto Pontes, que está como reestruturador empresarial do plano do grupo VARIG, como ele é campeão em reestruturar as coisas, eu tenho certeza que dessa vez vamos. Tem a palavra V. Ex^a.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Queria saudar o Senador Heráclito Fortes, com quem eu tive a alegria e a honra de conviver durante a constituinte, queria saudar meu direto conterrâneo que já me considero meio gaúcho, Senador Paulo Paim, Paulo Rabello que sugeriu nós sermos ouvido aqui e meus demais com-

panheiros de Mesa. Presidente, eu começo fazendo uma correção, eu não estou aqui nessa condição de reestruturador empresarial, é um nome extremamente, não só pomposo, mas de grande profundidade. Eu apenas estou aqui representando o Estado do Rio grande do sul. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que se envolveu desde o início deste debate na busca de ajudar a resolver essa questão da VARIG. A minha contribuição neste momento não vai ser muito grande, porque graças a Deus, e eu vejo pelas palavras finais do Senador Paulo Paim, que estamos aqui na busca de reuniões deliberativas e não mais conceituais. Ainda sim eu acho que posso e que é útil para o debate-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero pedir para registrar a chegada a essa sala, com muita honra para todos nós da Líder do Governo Senadora Ideli Salvatti, que nos abrilhanta com sua presença. Evidentemente que estava em outras Comissões, defendendo o Governo, cuja tarefa desempenha nesta Casa com muita... Fica feito o registro

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradecer o Senador Heráclito, a gentil referência e registrar o desejo de paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse seu branco deveria ser permanente.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Eu acho, portanto, Presidente, que talvez fosse conveniente eu ler pequenos trechos de uma correspondência que reproduzi a posição do Estado do Rio Grande do Sul, e a análise que naquela ocasião nós dispúnhamos com os números que envolviam a VARIG, dirigida ao então, Ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, isso já há um ano e pouco atrás, depois de já ter a VARIG se desgastado bastante por uma postergação da solução, que não querendo buscar culpados, vinha se dando. Eu, apenas para situar, porque foi também referida a VARIG como empresa, o Governador começava assim: “A VARIG é uma empresa grandemente vinculada ao Rio Grande do Sul, onde nasceu há 78 anos, e carrega no seu nome o próprio nome deste Estado”.

Agora, o importante é isso, ainda sim, não é essa a razão maior que tanto nos faz batalhar por uma solução para as dificuldades que a tem atingido, e que vem comprometendo a normalidade do seu funcionamento e ameaçando a continuidade das suas operações.

E para não me alongar, eu vou a três informações de grande relevância que naquela época eram rigorosamente o retrato da realidade. Dizia o Governador, os dois maiores credores da companhia são – o Governo com mais de 60% da sua dívida total e os trabalhadores. Quer por salários e direitos não pagos, quer por

falta de aporte ao Aerus para a sua Previdência Complementar, com cerca de 25%. Os restantes 15%, são substantivamente de alguns grandes fornecedores dos aviões ou de suas peças, que concordam até por óbvio interesse na continuação da sua atividade, em renegociar essas dívidas ou transformá-las em ações da própria VARIG, num processo de negociação racional. Portanto, em termos financeiros a falência da VARIG atingirá basicamente, a União e os seus ex e atuais funcionários. Eu acho que faltou esta visão.

Claro que, quem são os culpados? Nessas alturas não importa. Eu acho que o registro vale a pena, um pouco pelo que eu ouvi do BNDES. Porque quando fica o BNDES cuidando de fazer o empréstimo, com o juros que seja simétrico ao rendimento que vai ter, eu acho que o BNDES como braço operacional, o mais importante que o Governo dispõe, tem que olhar isto aqui, o interesse econômico da União. Não é só o interesse do que é VARIG, isto aqui está cheio aqui de argumento, e por certo nesta Casa, não há mais dúvida. O movimento de defesa da VARIG, não só por razões sentimentais que também são válidos, mas por milhões de outras razões, entre as quais, aqui estava também informado, o fato de que a falência ou a não continuidade da VARIG, implicava em não fazê-la preservar um patrimônio de cerca de quatro bilhões de reais, estimado na época pelos especialistas, do seu ativo intangível. Isto tudo era jogado no lixo para pagar o próprio Governo. O Governo não viabilizando, perderia a possibilidade de receber a sua renegociações da Previdência Social no refiz. Falou alto, três bilhões e tanto, renegociado e que durante muito tempo teve rigorosamente em dia, até que já na dificuldade, por não se encontrar uma operação, ela teve que sustar o pagamento. Ao mesmo tempo tem essas, essa peculiaridade, que o maior credor é o maior devedor e, portanto, o maior interessado em semear a VARIG, isso tem que ficar registrado. Porque não é esse negócio de não botar dinheiro públicos, nunca se cogitou de botar dinheiro público, é evitar que o dinheiro público se esboroe como pó, perdendo primeiro os seus ativos intangíveis que são quatro bilhões, e queriam ajudar a pagar as contas que ela tem com o Governo. Portanto eu acho, Presidente, meu caro Presidente do BNDES, meu Presidente, que esta visão tem que ser mantida, já no detalhamento que aqui se dão. Eu não sei de lá para cá, isso faz um ano e dois meses, certamente a VARIG se deteriorou muito, naquela ocasião ela gerava fluxo de caixa positivo. Isso já decorridos dois anos, de vai e vem, de todos eles. Então, não tinha nada mais lógico.

Eu acho que houve unidade, sabe, Paulo Rabello? Sabe, Marcio Marsillac? É que eu cansei de fa-

zer reuniões com a força do trabalho da VARIG, com a Fundação Ruben Berta, na busca de uma coisa só. “Se unam!”. Porque os trabalhadores diziam: “Nós estamos dispostos a abrir mão de uma parte do que temos de crédito”. Que eu estou vendo aqui, reafirmar, e mais do que isso, da outra parte, entramos como sócio. Os credores, obviamente, fornecedor de turbina, não vai querer que a VARIG continue, até para continuar fornecendo e por saber que falindo não recebe os seus créditos, todo empresário sabe disso, e o Governo tinha que saber disso e tem que saber. Porque esse crédito que a VARIG tem com ele, que agora é só protelatória, quem tem que julgar já julgou, este vai ser pago, mesmo que ela entre em falência e vai ser pago para acudir o Aerus, pelo que me informaram. Então, o débito da União, se ela falir, vai ser pago e o seu crédito não vai ser recebido. Não precisa ir longe para mostrar a conveniência econômica para o país, jamais esse negócio de colocar: “dinheiro público dentro da VARIG, alta sociedade botar...” Nunca se cogitou disso, pelo menos no que concerne às intervenções que o Estado fez, como não se cogita ainda. O que se cogita é de salvar dinheiro público, fazer com que ela siga por mil outras razões, não só por causa dos empregos, que eu acho que esse argumento, até os empregos adiante serão gerados por outra companhia que venha. Para preservar a Previdência Social, sim, que era outro grande interesse do Governo. Era e é! Porque, como todos sabemos, o Governo fez uma reforma previdenciária e sobretudo no Setor Público, pelo qual os brasileiros vão ser iguais, os funcionários públicos dali para frente vão se aposentar iguais aos do Setor Privado. Mas para evitar o transtorno de você ter altamente reduzido os seus ganhos, criou-se a aposentadoria complementar, que ainda falta uma regulamentação.

Agora, se você pega, talvez um dos maiores fundos de previdência privada, e deixa se esboroar botando 20 mil pessoas aí, isso não mutila a idéia central de que é possível fazer a aposentadoria complementar de fato, confiável que as pessoas não fiquem com a idéia que eu vou entrar nisso, contribuo a minha vida toda, como já houve no passado alguns exemplos, e depois, BROAP(F), como está acontecendo agora, com a VARIG. Agora, com a VARIG! Era mais uma razão, que tinha que ter feito o Governo se empenhar mais.

E eu não estou aqui para fazer crítica de caráter político nenhum! A finalidade desta exposição é dizer o seguinte. Eu acho que o BNDES, que tem o instrumento, eu não sei as suas limitações jurídicas e a idéia do Senador Paulo Paim, que pede uma reunião, que foi propondo refortalecimento da proposta do Senador Heráclito Fortes, que se debruce de fato, que

tragam especialista em Direito, fica um Presidente de um Tribunal Superior, dizendo que pode fazer acerto de conta, propondo que se faça acerto de contas. Um Presidente de um Tribunal Superior, o penúltimo na idéia hierárquica, e aí chega um advogado da União e diz: “Não pode fazer”. Contraria a lei. Quem sabe? Quem que julga a constitucionalidade? Quem julga se não pode? Quem julga é o Tribunal não é o Advogado da União. Portanto, houve uma inversão naquele momento, e eu refiro só para nós resgatarmos isso, a VARIG agora, já tem, naquela época o seu, a sua dívida era seis bilhões, nesta composição. Vejam só que loucura não termos feito isso lá atrás. A VARIG hoje estava voando em céu de brigadeiro, porque o setor aéreo, que também passava dificuldade por conta das decorrências de 11 de setembro, já não estava mais, já começava a se limpar, a gerar todas as empresas estão indo bem, gerando lucro. Por que não a VARIG? Por que não a VARIG?

Esse equívoco é registrado para isso, não vamos ficar de novo pensando que eu quero salvar esse pedaço e daqui, daqui a pouco é BROAP(F). Essa coisa de achar, o que é que vai ser do Brasil sem a VARIG? Morre como passarinho! Todos os dias, tem milhões de passarinhos que morre, vocês não enxergam nem os esqueletos. Vocês já viram esqueletos de passarinhos? Morre milhões. Companhia aérea é assim, começa a botar o torniquete, vai diminuindo, vai diminuindo, outros vão ocupando, daqui a pouco não existe mais. Então, é momento... Com todo o prejuízo econômico para o Governo. Prejuízo econômico para o Governo. A denúncia tem que ser o contrário, o Governo para não botar dinheiro público, tem que achar um jeito de viabilizar a VARIG. Tirarmos bairrismo, o amor enorme pela VARIG no Rio Grande do Sul, o Governador está empenhado nisso até a medula.

Eu fiz chegar essa correspondência, que eu vou deixar aqui com essa Comissão, que já esteve e agora já está com o Valdir Pires de novo, quando ele assume, de novo não. Com o Ministro Valdir Pires também, que diz uma posição com os argumentos da conveniência de o Governo se empenhar de fato. De fato! Mergulhar, se os trabalhadores, se a estrutura da VARIG não está unida, o Governo tem que forçar a unidade dela, forçar a unidade dela e é possível fazer isso dentro de, fechando nas quatro paredes e dizer: “Vocês querem que a VARIG continue isso aqui, ou senão eu vou deixar liquidar”. E aí na hora do aperto, eu e tu, que se vai para o entendimento, porque eu sempre encontrei a melhor das boas vontades, nas várias peças que não se entendiam.

Era isso que eu queria deixar aqui, meu caro Presidente, Senador, me permita dizer, a amizade diz

que não se perde com o tempo. Temos aí já mais de 10 anos que não convivemos, posso lhe dizer, amigo Presidente, que tem um poder muito grande, coordenando que está uma Comissão.

Quero, por fim, agradecer ao Paulo Rabello, com quem tanto discutimos essa matéria, está certo? O Marsilac também foi. E eu acho que estamos no bom caminho. Eu acho que ainda dá tempo. Ainda é tempo da racionalidade prevalecer nos processos deliberativos da VARIG. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A liberalidade dessa Comissão tem feito com que se permita, inclusive, aplauso. Nós sabemos da motivação dos senhores aqui, e essas manifestações, quando elas são feitas com respeito, como está sendo feita agora, nós acatamos, esquecendo um pouco o Regimento.

Eu gostaria de indagar se algum dos senhores tem alguma consideração, comentário a fazer sobre as palavras do grande Secretário Luiz Roberto Pontes. Com a palavra o comandante Marsilac.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Talvez seja o momento oportuno, com a presença do Secretário Luiz Roberto Pontes, que de anos em anos vem buscando colaborar nesse processo de rendimento e reestruturação da VARIG. Muito participei das reuniões promovidas pelo Secretário, no Rio Grande do Sul, entre os trabalhadores e a Fundação Ruben Berta, buscando, porque sempre disse, deixou muito claro a esses dois atores, que era preciso unidade de propósito, unidade de alternativa para que depois pudéssemos caminhar efetivamente, junto ao Governo Federal, junto a outros segmentos, que pudessem colaborar dentro desse processo. E nesta intenção, Secretário, e conscientes da precariedade econômica, com que os Estados da Federação têm em relação ao seu próprio caixa, mas talvez, seja o momento para que a gente possa trazer à Mesa, uma idéia aqui já defendida pelo Senador Paulo Paim, e também defendida pelo Professor Paulo Rabello de Castro, de viabilizarmos dentro desse processo de convergência de esforços, para o seu erguimento da empresa, também uma discussão com relação aos ICMSs. Sabemos e temos consciência de que várias das ações estão em fases processuais muito distintas, sabemos que no Rio Grande do Sul, por exemplo, essa ação recém nasce. Mas há um dado importante trazido aqui pelo reestruturador, a empresa ALVAREZ & MARSILAC, dentro de uma das audiências, que revelou em uma tabela mostrada, que o valor total dos ICMSs, em relação a 25 Estados, chega a ordem de um bilhão de reais, e que poderia ser estruturada, e aí aproveito a presença do Dr. Demian aqui, uma operação entre os

Estados nos moldes do que fez o Rio de Janeiro, com o BNDES, buscando, talvez, a criação de uma idéia defendida pelo Professor Paulo Rabello, a criação de um fundo garantidor de créditos, que pudesse viabilizar esses recursos, como um fundo onde a VARIG pudesse obter recursos para a sua reestruturação.

É uma idéia que talvez possa ser discutida, inclusive, dentro da reunião de trabalho que eu acredito tenha sido a idéia do Senador Heráclito Fortes e do Senador Paulo Paim. Mas desde já, em nome dos trabalhadores, nós gostaríamos de agradecer o senhor, em nome do Governador Germano Rigotto, também que o senhor leve esse nosso agradecimento ao Governador, de todo o empenho que o Estado tem feito durante esses anos na discussão da questão da VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quero fazer o registro à presença aqui do Deputado Federal, pelo Rio Grande do Norte, Henrique Eduardo Alves, que tem sido lá na Câmara um dos defensores da salvação da empresa VARIG. Mas eu queria lhe dizer Dr. Luiz Roberto Pontes, ele falou de um fato aqui para a aviação mundial é emblemático. Foi o episódio de 11 de setembro, onde as empresas americanas entraram em colapso e foram socorridas, de uma maneira ou de outra, pelo Governo Americano, que é na realidade o Governo menos intervencionista do mundo. Aqui, o nosso 11 de setembro, para as empresas de aviação, aconteceu lá atrás naqueles planos. Em todas elas tiveram dificuldades, se a gente lembrar a VASP, foi salva pelo Governo de São Paulo e depois privatizada.

As questões da VASP, geradas pelo fim da VASP, vieram depois, mas ela foi a primeira a ser socorrida. Depois foi a TRANSBRAZIL, que recebeu, inclusive, com a intervenção do Congresso àquela época, aporte, tinha entrado em intervenção, foi suspensa a intervenção, e recebeu. A única que ficou ao largo, foi a VARIG, sem ter recebido direta ou indiretamente, esse tipo de ajuda do Governo. De forma que, dizer que o Governo não intervém, não, pode até não intervir, mas o Governo já participou. E nós temos dois exemplos. Agora, o plano, em primeiro lugar o plano cruzado, depois o plano verão, ao impor tarifas que não cobriam os custos das empresas, e não foi por pouco tempo, foi tarifa que varou um ano um ano e meio, fez com que a saúde das empresas à época existentes no país, ficassem debilitadas. A sobrevivente é a VARIG, e ficou no entanto na UTI, esperando salvação. Como continua ainda, as palavras do nosso Luiz Roberto Pontes, são estimulantes acima de tudo orientadoras, eu tenho certeza de que nós haveremos de encontrar uma solução para esse problema.

Com a palavra Dr. Luiz Roberto Pontes.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Eu queria primeiro agradecer as palavras a referências ao trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, na busca desse interesse comum da sociedade brasileira.

E apenas dizer, que a menção de créditos de ICMS, em vários Estados, é verdade. Estão, em várias fases do Rio Grande do Sul, esta numa fase de recurso, que em tese não seria impossível se cogitar de um entendimento, há uma ação do Governo contra a VARIG, de valor menor, que também teria que ser feito um acordo. Evidentemente, que o Estado dentro das suas dificuldades financeiras, não tem todos aqui conhecem, estará disposto a analisar uma proposta nessa direção. Há uma outra, são duas ações e os valores não são tão elevados assim, a do Rio Grande do Sul. Há uma outra que já foi julgada, e esta sim, pela interpretação melhor do Supremo, ela tem obrigatoriamente que entrar na relação de precatórios do Rio Grande do Sul, e está em fase de execução de sentença, não são valores grandes.

Mas queria também realçar aqui a importância da sua referência de que faltou essa unidade no reconhecimento de que o esforço para isso tem que ser cada vez mais firmes, se é que ainda não foi atingida, e se não foi atinjam isso, pelo bem de vocês próprios, da VARIG e da própria nação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, em seguida V. Ex^a., Pedro Simon.

Agora, convido o Senador Tasso Jereissati, que também preside essa Comissão, esse mutirão de Comissões, como Presidente da Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, a tomar parte aqui na Mesa dos trabalhos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Eu queria primeiro me dirigir a V. Ex^a. que, sem sombra de dúvidas, com todo o respeito a todos os Presidentes das outras Comissões, e está aqui o Presidente Tasso Jereissati. V. Ex^a. tem sido o grande comandante desse movimento aqui no Congresso, e claro que os três Senadores do Rio Grande, estão com V. Ex^a., como estão os Presidentes das Comissões, e se outros Senadores não estão aqui, pela importância dessa Audiência, é que nós temos quatro, cinco, seis, Comissões, debatendo nesse momento, uma delas a questão da segurança pública, a questão de São Paulo, que chocou, sem sombra de dúvida, a todo o país.

Mas eu queria dizer, Senador, a V. Ex^a., que nós estamos num grande momento. Eu confesso, meu comandante Márcio, que temos conversado muito, o Presidente do BNDES, o Demian, e também o Dr. Adacir e o meu amigo Luiz Roberto Pontes, que nes-

ses anos todos que eu estive no Senado, eu estou no Congresso há 20 anos.

A crise da VARIG, o Márcio pode me ajudar, é mais ou menos 10 anos, só para arredondar, uma década, e nunca atravessamos um momento como esse. Tem momentos que eu vi o BNDES, abrindo convenção e mostrando toda a sua disposição de fazer um empréstimo-ponte, e para mim esse empréstimo-ponte é fundamental, quer dizer, não criando nenhum obstáculo, dando mais prazo, vamos fazer o empréstimo! Falando em torno, eu diria até de 400 milhões de reais, que foi a proposta que eu vi aqui, colocada pela empresa que está apontando nesse caminho, e o BNDES estaria disposto a contribuir nessa caminhada com 2/3, mais ou menos que eu peguei. Vi aqui o Dr. Adacir falando pela nossa previdência, que está totalmente aberto, disposto a sentar com todas as partes e todos sabem a preocupação e nosso vínculo, com a questão dos inativos e também com a questão dos ativos. Falando até que houve sim, a interferência direta do Estado, quando solicitado por três, quatro vezes e houve nesse momento, já havia sido solicitado pelos trabalhadores, e querendo sentar para buscar uma saída até para levantar essa forma, como o Estado teve que agir no momento adequado.

Eu acho que é um grande momento, eu quero cumprimentar o BNDES, pela forma como a exposição foi feita, quero cumprimentar o Senador Heráclito Fortes, pela proposta que apresentou, que nós aqui já debatemos tudo, ninguém mais tem dúvida, e a Assembleia dos credores apontou caminhos, e conforme o Márcio me forneceu documentos, que eu fiz um discurso apaixonado, aí vem a questão sentimental da nossa VARIG, no Plenário dizendo que os trabalhadores viam com bons olhos o encaminhamento que estava sendo dado. Conversei algumas vezes, e sei também que o Heráclito Fortes fez, com a Ministra Dilma, com o companheiro Milton Zuanasi(F), que tem trabalhado muito nesse sentido, e por isso que eu estou muito animado, que essa vez nós, efetivamente, vamos achar saída para que a nossa VARIG continue, efetivamente, voando e não só voando, preservando os direitos dos trabalhadores na ativa, e aqueles que estão aposentados e pensionistas, que são os inativos.

Eu quero, Senador Heráclito Fortes, muito mais do que só falar aqui nesse momento, que é um momento histórico, é uma das reuniões mais produtivas que nós fizemos, depois da Assembleia dos Credores, com a proposta que V. Ex^a., mais uma vez apresentou muito bem aqui. Que a gente faça uma outra reunião, e que possa aprofundar os debates no campo técnico, para ir construindo uma saída que, efetivamente, garanta o direito dos trabalhadores, e também dos aposentados

e pensionistas. Todos sabem, e eu repito seguidamente isso, minha forma um pouco, eu acho, exagerada de independência, mas sem sombra de dúvida o Governo está tendo uma postura nesse momento da questão da VARIG, muito positiva. E é importante que a gente não perca esse momento da história, de nós viabilizarmos efetivamente a VARIG, eu quando eu olho aqui para trás e aquela, se me permitirem assim, aqueles companheiros e companheiras que eu sei, que viajaram de todo o país. Quantas vezes vocês vieram aqui, no longo, eu diria, no mínimo desses 10 anos? Quantos e-mails, quantas correspondências? Principalmente o Aerus, ainda meu amigo Márcio, que você tem me dado todas as informações. A preocupação que eles estão, aquela perspectiva da primeira Audiência, meu Presidente Heráclito Fortes, onde a previsão era que só até outubro, havia ainda a possibilidade de receberem a diferença que eles têm de direito, e que hoje nós podemos projetar, que esse direito pode ser assegurado pelo longo das suas vidas.

Então, para mim essa reunião, Senador Heráclito Fortes deixou muito claro, Senador Tasso Jereissati, eu sempre disse desde o primeiro momento, se nós tirarmos o viés, político partidário e pensarmos somente na causa, que é isso que interessava, nós íamos buscar uma saída. Eu apostei muito nisso. Eu, Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores. Por isso que V. Ex^a. ajudou e o Senador Cristovam que está aqui, foi um dos que sugeriu, inclusive V. Ex^a. ia viajar, Senador Cristovam, quero fazer aqui essa referência. Paim, por que você não colhe assinaturas? Já estamos com, em torno de 80 assinaturas dos Senadores, se pondo à disposição para ajudar no que for possível, para que efetivamente, aquilo que até ontem, até ontem eu diria, ontem, anteontem, dava a impressão que era um sonho distante de nós vermos a VARIG, com toda sua força, voando pelo país e pelo mundo, pode se tornar realidade.

Eu quero mais na sua figura, Senador Heráclito Fortes, que V. Ex^a. foi fundamental ao convocar todos os Presidentes e a convocar nós, para que fizéssemos essa cruzada em defesa da VARIG, que eu estou entendendo que vai dar certo. Então, parabéns a essa Mesa toda, e parabéns a vocês que estão aqui, que nunca vacilaram e sempre acreditaram que a VARIG ia dar certo. Era isso. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu estou aqui há um mês esperando o pronunciamento do Secretário Luiz Roberto Pontes,

e ele faz uma injustiça comigo, eu estou lá assistindo o pronunciamento do Governador do Rio Grande do Sul, lá no Petrônio Portela, e ele aproveita para falar exatamente no momento que o Governador estava falando lá. E eu não nego, eu teria deixado o Governador e teria vindo para cá, mas é que eu não sabia que V. Ex^a. estava falando. Soubera eu, eu viria. Mas o Senador Paim, me pôs a par do que diz o Senador, o querido Secretário Pontes. E acho que realmente nós estamos hoje, meu amigo Pontes, numa situação bem mais serena do que nós estávamos há um mês atrás. A primeira reunião que nós fizemos aqui foi uma reunião áspera. Olha que o representante da PETROBRAS, ele foi duro. Mas duro, duro, duro! Dizendo com a maior frieza, é assim e vai continuar assim. A VARIG, para viajar tem que pagar hoje a gasolina que vai usar amanhã. Então, tinha que pagar a gasolina para o dia, e no dia anterior. E o representante do aeroporto, qual é o nome dele? A empresa?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – BR Distribuidora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...João Carlos, JK era conhecido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A dívida era aquela, iria para a execução, não tinha mais como esperar. Como é que ele ia esperar? Mas falou no Banco, no BNDES, não estava o BNDES, mas falaram para o BNDES, dizendo que o BNDES não tinha como dar dinheiro para a VARIG, a VARIG era um saco sem fundo. Inclusive, eu lembrei aqui, duas manifestações que não foram felizes, do próprio Presidente e do próprio Ministro, lá no Rio Grande do Sul, quando eles foram fazer uma visita no Rio Grande. O Lula respondendo para um Deputado – “Problema é da VARIG, a VARIG que resolve”. E a Ministra também dizendo – “Eu resolvo tudo, mas dinheiro, não boto nenhum tostão, nesse saco sem fundo”.

Eu não sei o que aconteceu, mas... Isso foi na quinta-feira, lá no Rio Grande do Sul, na quarta-feira na Comissão aqui, mas como diz o Senador Paim, tem suas injustiças, pode se dizer que a situação inverteu. E hoje a gente vê que o Governo, está bem intencionado no sentido de encontrar uma solução. É bom a gente dizer que essa confusão, que se chama a VARIG hoje, não nasceu de uma confusão interna, na minha opinião pessoal, nem nasceu numa briga de mercado.

Nasceu, fatídico Presidente Collor de Melo, quando abriu a viação internacional para outras empresas. Enquanto no mundo inteiro, cada país tem sua empresa internacional. Isso na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, na França... O Brasil de repente

abriu, a Inglaterra e o Brasil, que era a VARIG que era considerada o melhor serviço internacional, comparado com os melhores do mundo, de repente sofreu uma concorrência enorme. Me lembro da TRANSBRASIL, que colocou... A galinha dos ovos de ouro da VARIG, era o voo São Paulo para Nova Iorque. Que era uma loucura e ela ganhava, o serviço dela era tão bom, que ela ganhava das Americanas, quer dizer, ela ia voltava sempre lotada. Aí a TRANSBRASIL botou um voo: Rio, São Paulo, Brasília, Washington, Nova Iorque, por um preço deste tamanhozinho. Quer dizer, começou... E o que era mais grave, não era esse voo da TRANSBRASIL, com o voo da TRANSBRASIL, os americanos puderam botar outro voo. Então, vem outra empresa americana para fazer... E aquilo que anos a fio, quer dizer, eu não consigo entender isso, quer dizer a tarifa estava 10 e o Governo obrigava vender por 8, quer dizer... E na hora de pagar, não pagou. Um serviço de má-fé. Essa é a justiça brasileira, quer dizer, a justiça brasileira, o Governo perdeu na primeira, na segunda, na terceira, perdeu não tem mais o que fazer, mas tem 10 anos de levar chincana(F) que nunca... Quer dizer ganhar o Governo sabe que não ganhou, mas pagar não paga, porque entra com... Isso que para outra companhia, ele abriu mão e concordou com a VARIG, ele não concordou.

E me desculpe, mas eu tenho um mal-estar de sentir em certo momento que o que houve por parte do Governo, uma vontade de transformar a TAM numa super companhia, em cima da VARIG. Tanto que a proposta que veio, que era praticamente para resolver imediatamente da chefia da Casa Civil da época, era a TAM compra a VARIG. Era uma, quer dizer, unir, mas uma união que a VARIG ficava com 5% e a TAM com 95%. E quando houve uma reação geral, principalmente aqui no Congresso negativa a isso, o Governo sentou para trás, aí deixou a crise afundar, afundar, afundar, afundar e não houve nada. Parece que agora vamos encontrar uma solução. Eu acho que o Pontes disse uma grande verdade, pelo que me contou o Paim, quer dizer, não é dinheiro fora que o Governo está botando, não é aventura. Eu ia perguntar para o Presidente do BNDES, ele foi consultado pela Ford, quando pegou dinheiro que V. Ex^a. e depois ia fechar as fábricas e demitir não sei quantos trabalhadores. Ali foi um dinheiro... E nós tínhamos vários casos que nós conhecemos, que o Governo bancou as causas interrogativas, se era o melhores lugar de aplicar.

Agora, a VARIG não me parece isso. Agora, é que a VARIG foi muito humilhada, ela está numa situação assim, que ela está vivendo de caridade. Quer dizer, então, parece que... Ela fica sempre na UTI, e não se sabe se ela vai da UTI para dissolução ou se

vai ser comprada por caridade, por preço de galinha de uma hora para outra. Por isso que essa empresa que entrou, essa questão que apareceu ela é importante. Por isso que quando se disse e a VARIG falou e o Governador do Rio Grande do Sul, Rigotto, falou com outros Governadores que há, inclusive, um crédito da VARIG com relação ao ICMS, que envolve vários Estados, que podem ser analisados, pode ser colocados na balança. Isso é uma verdade, como é verdade o problema do crédito que a VARIG tem com o próprio Governo. Como é verdade essas questões que podem ser equacionadas, e que eu acho que a VARIG é uma questão de honra brasileira. Eu já não falo isso como rio-grandense, porque a VARIG é, foi uma companhia rio-grandense, mas hoje é uma empresa nacional. E eu... Fizerem uma pesquisa no Brasil via internet: O que quer dizer a VARIG? Nem no Rio Grande do Sul, os cara vão dizer que a viação aérea rio-grandense, ninguém sabe, porque a VARIG é uma empresa nacional, com a cara do Brasil.

Então, não é paixão gaúcha, agora é, quem acompanhou durante a vida inteira, porque tem algumas histórias do Brasil que merecem serem contadas. A história do crescimento, do avanço da VARIG é uma dessas. É uma experiência que foi feita e que deu absolutamente certo. Os trabalhadores serem trabalhadores e sócios do negócio. Deu certo durante muito tempo. E dizer que depois deu errado, porque gastaram demais, porque exorbitaram na comida de primeira grandeza, exorbitaram no luxo. Eu tenho visto empresas particulares que caíram no mesmo erro, cresceram, cresceram, de repente pareciam que estava uma maravilha e exageraram e erraram.

A VARIG entrou num negócio e chegou em determinado momento, que era importante mostrar que o serviço de alimentação da VARIG era o melhor, de primeira classe. Então, contrataram grandes cozinheiros, aí a gente comia na primeira classe em talher de prata, era um serviço realmente, que era um luxo, mas era um luxo que estava dentro de um contexto que estava vivendo. Eu acho que lá na VARIG, não é fácil morrer um Ruben Berta e aparecer um outro cara com as mesmas condições, quer dizer, deu a confusão que tinha que ser dada. E eu não sei, mas eu acho que, fora eu dirigente a nível federal, eu teria resolvido o problema da VARIG há 10 anos atrás, meio que na marra. É assim, está assim, está acabado e vai ser feito. Não esperava esses 10 anos, não fazia esses trabalhadores sofrer o que estão sofrendo, não fazia encontrar mil soluções e é claro que nunca encontra, cada vez tem uma melhor do que outra, aí chega agora quando vê que tem o entendimento, nós vamos ter o entendimento.

Então, eu felicito essa Comissão, esse conjunto que desde que nós nos reunimos aqui nessa Comissão, e desde que as pessoas tem vindo aqui, falando, depondo que nem V. Ex^a., que estão com muita tranquilidade, como os depoimentos que não foram felizes, os que vieram aqui e ficaram sabendo que não foram felizes e a informação que eu tenho, é que a nível de Governo Federal, também foi chamado atenção. Até o momento, que nós estamos esperando, quando vem a, eu digo isso com respeito, a toda poderosa primeira dama de ferro, a Ministra chefe da Casa Civil. Que eu acho que vai bater o martelo, absolutamente a nosso favor. Era isso. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, quero lembrar. Acho até por requerimento de V. Ex^a., salvo engano, chefe da Casa Civil está convidado para comparecer a esta Comissão, faltando apenas essas conversas dessa semana e no caso seria marcada para a semana que vem, a sua presença.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para dar a resposta positiva a grande resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Será positivo se viesse, se tiver uma solução.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só para explicar que hoje, ela está no Rio Grande do Sul, devido a crise do calçado, enfim, na FIERGS e na FEDERASUL. Se ela ficar um mês e meio lá e resolver essa crise, eu fico feliz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero manifestar aqui em primeiro lugar, e especialmente ao amigo que eu vejo aqui defendendo esse assunto. Eu quero dizer que hoje em dia, eu sinto uma admiração maior do que eu já tinha pela VARIG, pelo heroísmo dela continuar voando. Quando eu chego nos aeroportos que vejo os aviões da VARIG, eu sinto uma emoção de alegria e de reconhecimento. Porque a crise, agrava a crise. Se o saco estava furado, mantendo esse clima, o saco vai abrindo esse buraco cada vez mais. A gente precisa ter uma resposta e uma solução urgente. E essa solução não pode, Senador Tasso Jereissati, ser pelo fechamento da VARIG. Porque não é uma empresa apenas, é um símbolo nacional, é um pilar de uma estrutura nacional. O Brasil só tem dois grandes símbolos lá fora, os jogadores de futebol e a VARIG. Não tem outro símbolo mundial do Brasil. Não tem! Há outros países que conseguiram grandes símbolos nas artes, na ciência, na literatura, a gente não conseguiu isso.

Os nossos símbolos são – Pelé, da minha geração e que continua e outros mais novos, e a VARIG. Então, deixar que a VARIG desapareça, é apagar um símbolo nacional no cenário mundial.

Agora, deixar que ela fique na situação atual, que eu vou chamar, desculpe a expressão, moribunda como estão deixando, é não só fazer com que ela desapareça, mas também maltratar de uma maneira perversa a situação, dizer que a VARIG é um saco sem fundo, então, o papel do Governo é começar costurando esse fundo, também eu não sou favorável a jogar dinheiro em saco sem fundo, nem mesmo para símbolo nacional. Mas é um saco sem fundo? Vamos tapar esse buraco? Até porque, nada indica que é um buraco que não tenha jeito de ser tapado, é uma empresa de um ramo que tenha lucro na sociedade. É uma empresa de um ramo que tem outros empresas crescendo. Se as novas empresas estão crescendo. Por que é que a VARIG não pode ser também uma empresa rentável? Vamos definir como, e vamos tomar as medidas duras que sejam necessárias para costurar. Além disso, eu queria falar de uma coisa chamada omissão, que a gente não tem levado em conta o custo da omissão nas decisões que toma. E está aí o resultado em São Paulo, nesses dias, isso aí é fruto de omissão, não está no DNA desses bandidos, desde que nasceram fazerem maldade. Eles puxam o gatilho hoje, porque não usaram lápis na hora certa, salvo um ou outro que deve ser de fato biologicamente perverso, porque pode ser, mas é raro. Foi a omissão que a gente teve no passado. Ou foi a omissão de muitos, que deixou a VARIG chegar a essa situação. Mas eu temo que acabar com ela agora, seja uma omissão, Senador Heráclito, quando daqui a 20, 30 anos a gente analisar que não conseguimos construir um patrimônio igual ao que a VARIG conseguiu nessas suas décadas de funcionamento.

Esse documento que eu fiz pedindo a assinatura dos Senadores, que o Senador Paim, é quem está levando, e eu acho que ele quer ter unanimidade, por isso que não fez ainda, é pedindo ao Presidente da República, que diga do Congresso, o que ele precisa para que se encontre uma saída para a VARIG. Que leis precisamos fazer e mudar? Onde precisam tocar onde for preciso? Eu acho que, Paim, é que se não der para os 81 é melhor a gente mandar com os que estão, porque demorar demais essa é uma UTI, que joga contra o doente. Tem UTI que é favorável, mas na empresa ficar muito tempo na UTI agrava a doença. Contamina-se cada vez mais, pela falta de confiança das pessoas. Eu ultimamente tenho dito que quero que me ponha para viajar sempre pela VARIG, como uma questão até de solidariedade. Para poder evitar que seja

parte do jogo dos que com medo fogem da empresa, e aí jogam a empresa na situação ainda pior. Como Senador, quero dizer que eu estou esperando dizer e faça isso, faça isso, faça isso. Eu não consigo saber exatamente o que a gente pode fazer, salvo reuniões como essa, documentos como esse, discursos como esse que eu estou fazendo aqui.

Senador Heráclito, como Presidente da Comissão, da qual eu faço parte, por favor, o que é que eu posso fazer, como Senador brasileiro, para que a gente não tenha essa tragédia nacional de qualquer dia abrir o jornal e ler: “A VARIG não existe mais.”?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que acabou de fazer, participar, falar, e eu acho que a nossa posição no Senado é exatamente essa. Trazer esse debate para cá, tornando-lhe o mais transparente possível, eu acho que o Senador Pedro Simon, foi muito feliz quando disse que a partir do momento em que nós iniciamos as quatro Comissões, essas rodadas de conversa. O Governo viu que o caso era mais grave e merecia mais agilidade nas suas soluções. Na sua solução.

Daí, porque eu acho que esse é o nosso papel, meu caro Senador Cristovam, é continuar aqui lutando pelo nosso patrimônio nacional. Lutando contra 11 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos. E acima de tudo lutando pelo nome, que tem respeitabilidade não só no Brasil, mas como também lá fora. Nenhum de nós é acionista da VARIG, nenhum de nós tem nenhum interesse, que não seja a da manutenção desta empresa e acima de tudo uma solução que não provoque desempregos num país de desempregados. Senador Leonel Pavan, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Presidente Heráclito. Eu apenas também, quero deixar aqui o nosso apoio, pró à VARIG. Eu estava comentando há pouco que, o Senador Paulo Otávio, que acho que na existiu outro tema tão discutido como a VARIG, aqui nesse Senado, mas isso já acontece há três anos, há três anos. É claro agora agravou-se ainda mais.

Nós, no Senado Federal, Senadores, estamos preocupados há muito tempo. Ainda quando se anunciava a crise. Ainda quando estavam avisando “olha, vamos socorrer a VARIG, porque as coisas poderão ficar pior”. Talvez o Governo, não tenha acreditado em tudo que foi dito, e todos os avisos que foram anunciados, mas há mais de três anos, nós aqui nessa Casa, estamos discutindo o futuro da VARIG, na Comissão de Turismo, de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, no Plenário, principalmente a Bancada do Sul, do nosso país tem feito muito essa discussão, inclusive, em seus Estados, o Rio Grande do Sul, através de

nossos brilhantes Senadores do Rio Grande do Sul, e nós também no Estado de Santa Catarina.

Parece que as coisas já estão chegando num ponto final, vamos ter que ter um investimento bem maior, do que se tivéssemos socorrido no passado. Se o Governo tivesse investido no passado nós estaríamos hoje passando por esse momento de dor até, de tristeza, de insegurança da VARIG e de seus funcionários, e não estaríamos debatendo hoje novamente esse tema. Se tivesse o Governo no passado, quando foi anunciado tudo isso que está ocorrendo hoje, a cada dia que passa aumentava a dívida, a cada dia que passa, mais insegurança, e o Governo foi levando com a barriga, deixou as coisas acontecerem. Chegou a um ponto que tem que abrir as portas, abrir as malas. Não tem mais jeito.

Então, eu queria apenas deixar aqui também registro, mais uma vez, o nosso apoio à VARIG, e talvez o Governo Federal, até pela proximidade de eleição, tome uma posição agora, concreta, para salvar a VARIG. Aquilo que tinha que ser feito no passado, vai fazer com atraso, com prejuízo maior, mas deverá fazer nos próximos dias. É o que todos nós esperamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Deputado Luiz Roberto Pontes, Senhor...

SR. ADACIR – Secretário de Previdência Complementar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Secretário da Previdência, Adacir. Prezado Presidente do BNDES, Demian Fiocca e comandante Márcio Marsilac. Também quero aqui expressar, o meu apoio às iniciativas, que os Senadores de todas as bancadas, do Rio Grande do Sul e de todo o Senado, estão unidos neste propósito de procurar criar uma solução viável para a continuidade, o fortalecimento da VARIG, tão importante ela é para a economia brasileira, e a afirmação de algo tão importante, e sobretudo tendo em conta, está aqui o comandante Márcio Marsilac, vendo o esforço que percebemos no cotidiano daqueles que trabalham na VARIG. Sejam os que trabalham em terra, sejam os que estão como aeroviários, como aeronautas nos aviões, que nós toda a semana temos a oportunidade de estar voando, temos visto o empenho dessas pessoas no sentido de realizar um trabalho que seja o melhor para resguardar essa empresa.

O Presidente do BNDES, Demian Fiocca, que colocou os termos de como o BNDES estará provendo um empréstimo para a empresa compradora, o grupo acionário comprador da VARIG, viabilizando, ou

pelo menos facilitando a sua recuperação. Ao longo da história da VARIG, como houve a fundação Ruben Berta, que de princípios tinha um forma de participação dos que trabalhavam na VARIG, mas de alguma maneira eu não conheço todos detalhes e histórico, mas se diz que a Fundação Ruben Berta, acabou de alguma maneira tendo procedimentos que não foram os melhores, depois de um longo período em que ela era considerada tão exemplar e positiva, mas eu considero muito importante que caso haja da parte de todos aqueles que trabalham na VARIG, que sejam 11 mil pessoas ou até mais, ou que venham a ser se possível até mais.

Se for a sua vontade, como parece estar sendo, de estar cooperando para a recuperação da VARIG, num momento de dificuldade, se puder haver, do ponto de vista até voluntário dessas pessoas que trabalham na VARIG, desde os que trabalham em terra até os comandantes pilotos e assim por diante. Uma disposição de estar, digamos, se propondo a fazer algo. Olha, dada esta dificuldade nós nos exporíamos a ter uma remuneração menor do que a que temos hoje. Transformar isso como que numa cota de participar junto VARIG, como se fosse, então, a transformação disso em cotas de participação dos trabalhadores que trabalham na VARIG, como muitas vezes isto ocorre. Nós temos tido casos de empresas que, inclusive, estavam para ir a falência, estavam praticamente em falência, e os trabalhadores resolveram se juntar, formaram cooperativas e, inclusive, foram ao BNDES e conseguiram empréstimo que viabilizaram a continuidade, sobrevivência e depois o sucesso destas empresas. Certamente conhece exemplos, que hoje são considerados importantes caminhos até de alto gestão.

É possível perfeitamente se combinar a participação privada de acionistas, com a participação de trabalhadores, nos mais diversos níveis, que teriam cotas de participação. Eu pergunto se isso está sendo considerado, ao comandante Márcio Marsilac, eu sei que houve dentre os que trabalham na VARIG, até pontos de vista diferentes, mas na medida em que isso possa ser algo oferecido voluntariamente, ou se puder haver um mecanismo pelo qual eles decidam em suas respectivas Assembléias, algo que pudesse, inclusive, significar um salto de bom entendimento para a continuidade, recuperação fortalecimento e bom sucesso da VARIG. Se isso está sendo cogitado? Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Demian, e quero fazer justiça. Desde o primeiro momento em que nós levantamos a idéia da discussão conjunta, lá no Plenário do Senado, o Senador Suplicy, foi um dos

primeiros que a pôs a sua assinatura, para que esse debate fosse realizado e a partir daí nós começássemos essa discussão. Passo a palavra ao Dr. Demian, para as suas respostas.

SR. DEMIAN FIOCCA – Senador, houve indiferentes momentos, discussões sobre a possibilidade de conversão de determinados direitos e trabalhadores em participações da futura empresa. O BNDES tomou conhecimento dessas questões como observador à medida em que o Banco não é credor da VARIG, e tampouco conduz o processo de reestruturação que é conduzido hoje, pela justiça, o Banco tampouco está na assessoria das diferentes consultorias, que assessoraram gestores da empresa durante esse período, e hoje a assessoria quem faz é ALVAREZ & MARSAL. O BNDES, ele está-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu pediria permissão a V.S^a. para registrar aqui a presença do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Demian, continua V.S^a. com a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA – Eu dizia então, que o BNDES tomou conhecimento de discussões nesse sentido, destacava que o BNDES, ele não conduz o processo, uma vez que ele não está nem assessorando a empresa, nem é credor da empresa, e muito (?). Na condução que a justiça faz. O BNDES está se dispondo a contribuir como demonstração do desejo do Banco Central, perdão do Governo Federal, de contribuir na medida do possível, resguardar, também naturalmente, inclusive, com os recursos públicos para uma solução mais ordenada possível, nós não somos parte interessadas, estamos apenas procurando ajudar.

Agora, a possibilidade de conversão de direitos de trabalhadores, de algum grau de participação maior dos trabalhadores, eu entendo que é algo que a consultoria ALVAREZ & MARSAL, contratada atualmente pelos gestores da VARIG, que faz um pouco a gestão, devem estar considerando. A única coisa que eu gostaria de, entretanto, comentar é que na avaliação da própria consultoria e dos gestores da VARIG e do Juiz que conduz o processo, hoje está claro que apenas a idéia de fazer a auto-gestão e conseguir empréstimos, ela seria insuficiente para uma solução duradoura da VARIG. A Assembléia de credores, aprovou a venda da parte da operação da VARIG, de duas modalidades diferentes, mas sempre com... Nas duas alternativas como a venda de recuperação, pelo entendimento dos próprios Consultores, na sua análise técnica, de que a empresa precisa hoje de um aporte de capital. Vo-

cês não precisam, não é apenas refazer uma gestão e conseguir crédito, ela precisa de investimento em capital. Daí a solução conduzida pelo Juiz, de propor duas alternativas de venda de parte dos ativos, uma com valor mínimo de 700 milhões de dólares, outra com valor mínimo de 860 milhões de dólares, mas sempre supondo que haverá um investidor de capital. Então, a combinação de participação dos trabalhadores, eu entendo que a consultoria e a empresa está examinando, o BNDES não é parte nisso. O BNDES pode financiar uma solução tal como encaminhado, adiantar recurso etc. Mas a minha impressão é que a consultoria, quem analisou os fluxos da empresa concluiu que é necessário um aporte, sim, de capital, não bastaria apenas entregar a empresa aos trabalhadores.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Permite uma brevíssima observação, mas vamos supor que 11 mil trabalhadores, em média, disponibilizassem por ano, 11 mil vezes mil, 11 milhões de recurso, e que o fizessem isso por cinco anos. E isso significaria também um aporte de capital, que poderia ser transformado em cotas de participação dos trabalhadores, ou seja, a idéia eventual, se eles concordassem em abrir mão de parte da sua remuneração transformando-a num aporte de capital, que por outro lado seria transformado em cota de participação, então, algo assim. Que é algo que pode ser viabilizado, mas... Então, é algo que pode ser considerado, que poderá contribuir em acréscimo a injeção de recurso que grupos de acionista fariam. Essa... Nesse sentido, Sr. Presidente.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Se for possível Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Marsilac.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Nessa intenção, Senador Suplicy e Presidente Demian, os trabalhadores do grupo VARIG, chamado TVG, ontem protocolaram no BNDES, uma carta justamente tratando deste assunto. Nós, ontem, ao meio dia e quatorze, protocolamos a intenção dos trabalhadores, através de uma empresa constituída, uma limitada constituída, pelas próprias associações de trabalhadores, para que seja o veículo de um clube de investimento de empregados na VARIG, como forma de solicitar ao BNDES, um empréstimo-ponte para a empresa da ordem de 150 milhões de dólares, justamente tratando da viabilidade de um empréstimo-ponte para a empresa. Nós, algum tempo atrás, trouxemos a idéia de usar recursos de parcela da poupança previdenciária dos trabalhadores ativos. Infelizmente a liquidação e a atitude preventiva, como esclareceu hoje o Secretário da Secretaria de Previdência Complementar, acabou inviabilizando o uso desses recursos. Nós, ontem então, através dessa

outra fonte, que é uma parcela dos trabalhadores que aderissem a participação, de um percentual dos seus salários dentro de um clube de investimentos, poderíamos ser o canal de viabilização do empréstimo-ponte necessário à empresa, para que ela não só sobrevivesse os 60 próximos dias, como pudesse começar a implementar as ações de retorno da aeronaves ao voo, recuperando o seu faturamento, e também a implementação de ações de diminuição dos seus custos. E por paradoxo que seja, dentro dessas ações, nós sabemos, já existem 1700 a 1800 trabalhadores, que aderiram a planos de demissão voluntária e que não estão podendo concretizar essa demissão por falta de recursos em caixa.

Então, eu até aproveito para passar ao Dr. Demian, Presidente do BNDES, a carta apresentação e a carta de termos desta proposta, para que o BNDES possa analisar efetivamente, se há condições de ele financiar antecipando justamente esses descontos em folha. Porque o que nós precisamos, se temos resolvido o médio e o longo prazo da VARIG, através da repactuação da Assembléia Geral de credores, nós vivemos uma crise de curtíssimo prazo, que deve ser resolvida para que a empresa se mantenha viva e possa angariar condição de sobreviver, quando do leilão da alienação judicial. Então, é isso, eu aproveito também para passar ao Senador Heráclito Fortes, uma cópia dessa carta que estamos encaminhando ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MÁRCIO MARSILAC – Das duas. Então, nesse sentido se puder tomar mais um minuto, Senador Pedro Simon. Eu diria o seguinte: Se nós reconhecermos que há problema de gestão, houve problema de governança corporativa, quando da falta, daquele que foi o patrono desta empresa, Ruben Berta, nós temos que reconhecer que a história dessa empresa se confunde com a história do Estado Brasileiro. Nós, como corporação, somos a única corporação do transporte aéreo viva, depois da abertura dos céus brasileiros na era Collor, enfrentamos vários planos econômicos, com problemas cambiais dentro de uma indústria que tem basicamente todos os seus insumos dolarizados, todos os seus insumos, até mesmo o combustível de aviação. A única empresa que se propôs a manter fazendo os vôos de integração nacional, para lugares onde as outras empresas, dentro do moderno conceito de só voar em rotas de alta demanda, não mais atuavam. Porque VASP e TRANSBRASIL, já se foram dentro desses fatores externos. Empresa que fez diversos vôos chamados vôos diplomáticos, não só para a África, como Maputo, como África do Sul, Joanesburgo, como Lagos, como Angola. Eu mesmo

tive a oportunidade de participar de um vôo, que foi buscar os brasileiros que estavam na Angola, quando da revolução. Então, esta empresa cumpre papel que é do Estado, e não consegue cumpri-lo com lucratividade. Isto é óbvio.

E como disse um brigadeiro, essa foi a empresa que quando se discutiu no Brasil, que os chamados VDC, Vôo Direto ao Centro, iriam ser feito por aeronaves de até 50 lugares. Porque a EMBRAER, acabava de fabricar o RG 145, com 50 lugares, foi a EMBRAER junto com o BNDES financiando, adquiriu 15 aeronaves, para que 2 meses depois, fosse rasgado o projeto e as outras empresas pudessem usar aeronaves 737, dentro desses vôos, e a VARIG foi obrigado através da Rio Sul, a canalizar esses aviões em outras rotas que não eram rentáveis. E como disse um Brigadeiro ligado à operação na época – “Infelizmente a VARIG viveu de ingenuidade patriótica”. Esse foi o conceito gerencial que ele disse que solapou a Varig, ingenuidade patriótica.

Eu não concordo com essa observação, eu acho que as empresas de transporte aéreo, faziam e devem retornar a fazer algum papel de integração nacional, e cumprindo por ser uma concessão públicas, obrigações que são do Estado, mas que isso deve estar inserido dentro dos seus custos e da sua viabilidade econômica. Basicamente era isso. E trazer a conhecimento dos senhores, que o Juiz da 8ª Vara Empresarial, tomou decisões ontem importantíssimas.

Uma delas é de que não há sucessão, seja no modelo da VARIG Operações, mantendo as operações internacionais e nacionais juntas, seja através da VARIG regional, separando a VARIG da internacional da VARIG nacional. Acompanhado no seu Parecer pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e também tomou a decisão de manter a BR fornecendo combustível para a empresa, mesmo sem o pagamento, e agora na parte da tarde está promovendo uma Audiência unindo a empresa reestruturadora e a BR Distribuidora, para tentar encontrar um denominador comum. Então, a gente vê que há uma convergência de atores buscando uma solução para a empresa, nós precisamos urgentemente discutir. E aí volto a idéia do Senador Heráclito e do Senador, Senador Paulo Paim, de promovermos, e a nossa proposta é que isso seja feito, ainda no dia de amanhã, uma reunião entre o Governo Federal, com todas as suas instâncias, BNDES, BANCO DO BRASIL, INFRAERO, BR Distribuidora, a Secretaria de Previdência Complementar, representação dos Estados que tem de alguma forma ICMS, como um crédito da VARIG junto a esses Estados. O Governador Germano Rigotto já capitania o movimento nesse sentido. Então, era unir esforços em relação a

isso do Congresso Nacional com a representação do Senado e da Câmara, e a representação dos trabalhadores com seus Consultores, para poder agregar também dentro desse processo. Essa é a nossa proposta e eu agradeço, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa acolhe as sugestões de V.S^a., e está solicitando ao Senador Paim, para formalizar.

SR. MÁRCIO MARSILAC – A informação que temos é assim, é que está confirmado o transporte oficial ser pela VARIG, da Seleção.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Eu vou providenciar o requerimento, mas eu sei que a agenda do Governador não é fácil, se nós dêssemos agora a oportunidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou passar exatamente agora, queria apenas fazer um pequeno comentário aqui com o Senador Suplicy.

Senador Suplicy, no dia que nós votamos, no Plenário do Senado, a criação e as convocações feitas, o Senador Sibá Machado, colega de V. Ex^a. indagou o que é que os funcionários da VARIG estariam dispostos a perder. Só que essas negociações já tinham sido feitas. E uma das coisas mais importantes nessa discussão toda é a disposição de sacrifício que os servidores, os funcionários da VARIG se dispõem desde que a solução seja encontrada.

Agora vejo V. Ex^a. com a mesma preocupação, eu fico muito feliz, porque há tentativa de buscar um caminho para resolver. Mas só fico triste, porque V. Ex^a. é de um partido que durante 20 anos defendeu o trabalhador brasileiro. E eu acho que nós não podemos iniciar a discussão, sabendo o que é que o trabalhador pode perder, o que o trabalhador pode perder é discussão final do projeto. Estou apenas fazendo essa referência, porque eu acho oportuno, sei que V. Ex^a. é um dos Senadores mais bem intencionados que essa República tem, mas acho que não só eles já deram a sua parte, estão dispostos a dar a sua parte, mas eu acho que num momento da discussão, ela tem outras vertentes e eu prefiro continuar lhe olhando como homem que defende a renda mínima.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Permita, Sr. Presidente. A proposta que eu formulei não tem sentido de perda dos trabalhadores, tem o sentido de os trabalhadores transformarem a sua própria remuneração-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Redução de salário foi falado aqui.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – -em um crédito, que significaria um investimento, uma cota de participação nos resultados a exemplo do que tem,

inclusive, acontecido em diversas empresas, que onde os trabalhadores tendo os empresários até... Se fosse continuar o procedimento, iriam inviabilizar a empresa, iriam levá-lo a falência, e esses trabalhadores resolveram assumir, e transformaram muitas vezes a sua remuneração em cotas de participação, tendo uma diminuição de remuneração temporária, mas no futuro acabaram tendo resultados muito positivos. Então, é apenas uma maneira de transformar, que é considerada adequada e que não significa a perda de direitos. Se não ganhos para o futuro. Este é o sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que me preocupei, foi apenas quando falei na redução de salário. Agora a minha preocupação cresce, porque na Câmara tramita-

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – É transformação do salário em crédito, em cota de participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que ganha muito até que agüenta, o que ganha pouco começa a tirar do sustento do dia-a-dia. Mas eu estou preocupado não é por isso, é porque tem um Deputado que é, inclusive, no meu Estado na Câmara, que tem um projeto defendendo a renda máxima, o meu medo é esse.

Com a palavra, com muita alegria, o Senador, o Governador Germano Rigotto foi um extraordinário companheiro na Câmara dos Deputados, teve uma atuação brilhante, inclusive, percorrendo o Brasil todo, mostrando o seu projeto sobre a reforma tributária. Essa extraordinária figura que se encontra hoje aqui, a quem passo a palavra.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar-

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon. A segunda vez. A primeira foi defendendo a reforma tributária.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Senador Heráclito Fortes, dizer da alegria de reencontrá-lo. Nós trabalhamos juntos aqui no Congresso Nacional, e eu tenho que agradecer o Senador Heráclito Fortes, meu ex-colega na Câmara Federal, porque hoje ele tem esse trabalho importante de discussão de encaminhamentos para solução de todo esse quadro de instabilidade, de insegurança que gera o problema da VARIG. Mas o Senador Heráclito Fortes, há pouco tempo atrás também tinha a famosa convenção quadro, que poderia atingir fortemente o setor fumageiro do Brasil, e ele com muita competência conseguiu buscar os entendimentos que precisávamos buscar, acredito muito na sua capacidade de aglutinação e de ajuda, momentos tão difíceis como esse.

Quero da mesma forma cumprimentar cada um dos nossos Senadores aqui presentes, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, dizer da alegria de reencontrá-los. Dois Senadores do meu Estado, Senador Paulo Paim e Senador Pedro Simon, e o Senador Eduardo Suplicy que eu tive a possibilidade de ser o Relator do seu Projeto de renda mínima, na Câmara Federal, e estudar com profundidade-

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E ele nunca esquece de dizer que V. Ex^a. deu o Parecer favorável.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Favorável ao projeto de renda mínima, e é bom que se diga que todos os programas de renda mínima que existem hoje no Brasil, todos, eles foram gerados a partir do projeto de, do programa de renda mínima do Senador Eduardo Suplicy. Não é exatamente o que o Senador Eduardo Suplicy, gostaria que nós tivéssemos, mas os programas de renda mínima, inclusive, o bolsa família, e aquilo que tivemos no Governo anterior, surgiram do trabalho do Senador Eduardo Suplicy.

Então, eu quero cumprimentar a todos, cumprimentar o meu Secretário de desenvolvimento e assuntos internacionais, que foi um dos participantes desse encontro, Secretário Luiz Roberto Pontes, Paulo Rabello de Castro que está conosco também, o Deputado Perondi. Mais uma saudação muito carinhosa ao nosso Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca que está prestigiando essa reunião. E o papel tão importante que tem o BNDES, nesta quadra de definição, das questões que envolvem a nossa VARIG. Da mesma forma na pessoa do comandante Márcio Marsilac, eu cumprimento todos aqueles que compõem a família VARIG, que estão aqui, funcionários, representantes de entidade, a minha saudação carinhosa na pessoa do comandante Márcio, a todos os senhores e as senhoras e na pessoa do Dr. Adacir Reis, também, o nosso Ministério da Previdência Social, ele como Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. O meu abraço à imprensa.

E eu quero rapidamente, meu prezado Presidente, Senador Heráclito Fortes, dizer que eu estou vendo luz no fim do túnel, finalmente. Depois de tanta apreensão, intranquilidade e até imobilismo no agravamento da situação da VARIG, porque nós já podíamos ter tido essa luz surgindo antes, mas não vamos olhar para trás, vamos olhar para frente. Há tanta empresa reestruturadora, como a Assembléia que determinou a repactuação, com a Assembléia dos credores que foram passos importantes que nós tivemos nesses últimos dias, mas principalmente a decisão do Governo Federal, e eu sinto essa decisão do Governo Federal,

entrar nesse processo para ajudar que tenhamos uma solução, que preserve um patrimônio nacional que é a VARIG, é um patrimônio que o país tem e tem que ser preservada. E eu sinto uma mudança.

A presença aqui do presidente do BNDES, significa a certeza que nós vamos ter o BNDES com as suas limitações, com os cuidados que tem que ter, ajudando nesse processo de reestruturação. Eu fico muito feliz, Presidente, com isso. Fico muito feliz, viajei com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma, há poucos dias atrás, uns 20 dias atrás. Conversamos sobre o que é que representaria para o país o fim da VARIG, não apenas nos empregos, mas a perda deste patrimônio que é a VARIG que foi construída ao longo de tantos anos e com tanto trabalho. O que é que se representaria para a imagem do Brasil, o fim da VARIG? E felizmente eu acho que está havendo esta compreensão, da importância da presença do Governo Federal, e capitaneado pelo Presidente Lula, com os seus Ministros, com o agente de fomento tão importante como o BNDES, e tendo este trabalho de diálogo, Senador Heráclito Fortes, com todas as partes. A presença dos funcionários da VARIG, que vão dar a sua contribuição, e já estão se disponibilizando a dar sua contribuição, quero dizer que recebi uma tarefa com relação aos créditos que a VARIG teria de ICMS com os Estados.

E eu lembro que numa reunião, recebi o resultado da reunião, pediram uma interferência minha. Levei à Procuradoria Geral do Estado a proposta que foi feita. Porque isso tem que ter um acordo judicial. Não tramitou em julgado. É um processo que na verdade por exemplo no Rio Grande do Sul, ele está apesar no início, apenas nas primeiras etapas de debate judicial, diferente do que aconteceu com STJ, diferente com que aconteceu com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que praticamente no meu modo de ver é definitiva, a busca do Supremo Tribunal Federal é apenas para ganhar tempo, o Supremo Tribunal Federal decidirá a favor da VARIG, eu não tenho a menor dúvida disso. Pela forma como a definição ocorreu no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça diferentemente dos créditos de ICMS quando o processo está iniciando, mas a proposta feita pela VARIG é uma proposta que ela tem que ser analisada pelos Estados. O que é que diz a VARIG? Ela dá um tempo de pagamento, dá um prazo de pagamento. Ela determina uma redução do valor que os Estados tem que ser pagos com período de carência. Então, é uma proposta possível de ser aceita pelos Estados, é claro que não é fácil o entendimento com todos os Estados, pode ter Estado que avance e Estado que não avance. Nós determinamos à Procuradoria que em cima da proposta feita pela VARIG nós possamos chegar

a um entendimento. Se aquela proposta da carência, dos meses para pagar, da diminuição do valor total. Se aquela proposta que foi apresentada ou é aquela proposta modificada. E qual o entendimento que nós podemos buscar no judiciário.

Eu acredito que se nós tivermos alguns Estados, reconhecendo esses créditos, isto para o BNDES, isto para a VARIG, para a companhia e para os próprios credores, outros fornecedores da VARIG, isto tem uma importância muito grande por isso que pedi pressa à nossa Procuradoria para encontrar alternativa que signifique, a busca desse acordo judicial. Que nos dê proteção. Porque o Governador não pode, comandante ser responsabilizado de ter um crime de responsabilidade, ou digamos um processo de crime de responsabilidade sobre Governador, de aceitou uma dívida que o Estado poderia não ter. Então, os cuidados que nós temos que ter, tanto o Governador do Rio Grande do Sul, como todos os Governadores de Estados da Federação, que teriam essa pendência, é algo que passa por esse Parecer e por esse entendimento das nossas procuradorias, mas eu vejo que é muito possível, que nós possamos avançar e dar a VARIG, mais este oxigênio fundamental que a VARIG teria.

Eu quero cumprimentar a todos aqueles, cumprimentar o nosso Senado Federal, o nosso Congresso Nacional, pelo trabalho que estão fazendo, e quero me colocar à disposição, Senador Heráclito Fortes, meu Presidente, toda vez que entenderem que nós pudermos estar aqui para participar de alguma reunião que signifique, quem sabe o bater martelo para o entendimento final, e que nós possamos dar a contribuição, a VARIG é do Brasil, a VARIG não é de um ou outro Estado da Federação, talvez o Rio Grande do Sul, tenha historicamente a maior vinculação com a VARIG, talvez não tem, porque ela surgiu no Rio Grande do Sul, viação aérea rio-grandense, mas é do Rio Grande do Sul, se transformou nessa grande empresa nacional e internacional que é a VARIG. Ela como patrimônio nacional, todos os Governadores devem estar nesse momento, preocupados em ajudar a que tenhamos um final feliz nesse processo. E o final feliz obrigatoriamente, tem que ser a preservação da companhia. Muito obrigado e me coloco a disposição da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a Mesa requerimento do Senador Paulo Paim, que propõe uma reunião de trabalho nesta Casa do Senado, para debater a curto e médio prazo, a crise financeira que assola a VARIG. Ele sugere aqui a participação de um representante da Casa Civil, de um representante do BNDES, do SPC, do BANCO DO BRASIL, da BR Distribuidora e da INFRAERO. Representante do Senado, represen-

tante da Câmara, representante dos trabalhadores do grupo VARIG e representantes de Estados que têm ICMS com a VARIG. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para discutir, V.Ex^a. com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só faço um apelo que o requerimento seja no nome dos três Senadores do Rio Grande, e dizer o que Senador Zambiasi, Governador Germano Rigotto, só não está aqui, porque ele está presidindo nesse momento uma Sessão do Mercosul; pediu que eu justificasse a V. Ex^a., o telefonema que ele me deu há 10 minutos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Pedimos à Secretaria das Comissões que comunique, e evidentemente que nesse caso aqui nós temos que ter uma certa compreensão, porque estamos a menos de 24 horas da realização, da Reunião, de forma que vamos pedir a colaboração de todos os convidados para que se possa fazer.

Na quinta-feira está marcada a Reunião, vamos acertar apenas o local com Dr. Adacir.

Bom, queremos agradecer a presença de todos... Quinta-feira, 23. A presença do comandante Marsilac, do Dr. Demian, do Dr. Adacir, do Dr. Luiz Roberto Pontes e a presença aqui, muito boa, do Governador Rigotto, Senador Arthur Virgílio acaba de chegar e pelo sinal quer a palavra e suspendemos o encerramento e concedemos a palavra a S. Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Governador, saúdo na sua pessoa, todos os presentes a começar por todos os convidados... a começar, enfim por V. Ex^a. mesmo. Mas eu vou ser bastante breve. Dizer que eu estranhei muito esse ataque de *Margareth Thatcher* que o Governo teve nesse episódio da VARIG. Ou seja, tão generoso, colocando recursos do BNDES à disposição de um país que não precisa desses recursos, está cheio de “petrodólares”, a Venezuela, metrô de Caracas eu considero isso aberrante até, pouco tem a ver, inclusive, com exportações brasileiras, não dá nem para dizer que está financiando exportações, que Brasil auferirá, porque era meramente um equipamento urbano para Caracas. Eu entendo que esforços devem ser feitos para se salvar a VARIG, várias formas foram muito discutidas, debatidas e sugeridas, uma delas pediu um esforço de Governos Estaduais e Municipais, que devem a essa empresa.

Uma outra fórmula seria se fazer o cálculo entre o que uma injeção de recursos custaria mais ou me-

nos do que, ou seja, a relação custo/benefício, o que se investiria lá, seria menor do que o que se perderia, isso do ponto de vista do raciocínio matemático do Governo Federal. Mas sobretudo eu vejo uma empresa que tem toda uma tradição de voo internacional, isso não se obtém de uma hora para outra, isso demanda décadas e décadas de construção de uma reputação, essa reputação precisa ser preservada, tanto quanto possível.

Em outras palavras, é trazer aqui a minha palavra de solidariedade aos servidores da VARIG, aos funcionários da VARIG, numa hora em que essa empresa, com muita garra, com muito luta, ela ficou mais pontual do que antes, ela está fazendo tudo que pode para sobreviver. Uma empresa que representa muito para o Brasil. E trazer de fato a palavra de solidariedade do meu partido, da liderança do PSDB nesta Casa, aos funcionários da VARIG e a essa marca. É uma grande empresa brasileira de renome mundial que não pode ser tratada assim como se fosse algo dispensável. Ela que, e eu digo mais, o ataque de *Margareth Thatcher*, que o Governo teve, não casa sequer com a atitude do Presidente Bush, que após o 11 de setembro, reconheceu que era preciso enfrentar junto com as empresas aéreas americanas, a crise da falta de turistas em Nova Iorque, por via de consequência nos Estados Unidos, e injetou substanciais bilhões de dólares nas empresas aéreas americanas.

Não prego que se abra torneirinha em vão, que se jogue dinheiro a fundo perdido, mas a VARIG tem, a meu ver, credenciais, possibilidades e viabilidades, de modo a ressarcir o Governo, tostão por tostão, eu que gostaria muito que saísse uma solução, até que não demandasse recursos do Governo, mas em outras palavras, que não bancássemos o moderninho, deixando pura e simplesmente quebrar. Não é simples. Tem reflexos diretos e indiretos no Governo de V. Ex^a., Governador Germano Rigotto, e reflexos diretos e indiretos, em turismo brasileiro, tenho certeza absoluta, que muita gente foi passar a viajar por outras companhias, na hipótese, e eu sei que as outras têm tudo para crescer e torço para que cresçam. Na hipótese de faltar a VARIG de repente crescerá a demanda, não pelas nacionais que a substituiriam, mas pelas empresas internacionais que sempre concorreram com ela. Portanto, eu não poderia deixar, Senador Heráclito Fortes, de trazer essa palavra em meu nome, em nome do meu partido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Demian, para esclarecimentos.

SR. DEMIAN FIOCCA – Apenas o esclarecimento sobre um tema que ressurgue por vezes com certa imprecisão na informação, a questão do financiamento a exportação de serviços, por parte do BNDES, foi citado já em outras ocasiões a questão do metrô de Caracas. Eu queria fazer dois esclarecimentos, o BNDES ele financia a exportações de bens e serviços brasileiros, não financia um importador estrangeiro, quando não esteja pagando um contrato de remuneração a uma empresa brasileira. E no caso específico desse empréstimo, inclusive, o primeiro empréstimo ao próprio metrô de Caracas foi feito no Governo Fernando Henrique, pelo BNDES, mas na gestão ainda no Governo anterior. É uma linha corriqueira do BNDES, o financiamento a serviços, e realmente eu gostaria apenas de esclarecer isso, porque de algum mal-entendido que surgiu, em algum momento, vem se repetindo uma idéia que é equivocada.

O financiamento a exportações de bens e de serviços, sempre tem um comprador no outro país. Sempre tem. Se é uma construção em outro país, pode ser uma construtora brasileira, se há venda de um caminhão, tem uma empresa que comprou o caminhão e uma empresa brasileira que o vendeu. Se a venda de um trem, de metrô tem uma empresa que comprou o trem de metrô e uma empresa brasileira que vendeu. Então, eu queria apenas reparar essa falha de informação, e saudar a postura do Senador, no sentido de nos apoiar, no sentido de que não haja, haja sim um esforço do Governo, como está havendo por meio do BNDES, mas não de maneira imprudente que nas palavras do Senador configuraria, colocar recursos a fundo perdido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos portanto a presença das autoridades que já mencionamos, mais uma vez a presença do Governador Germano Rigotto, dos funcionários da VARIG que estão aqui acompanhando *pari passu* essas discussões, e Senador Pedro Simon, parece que é a segunda vez que o Rio Grande do Sul terá sucesso nas suas empreitadas. Como disse o Governador Rigotto, a primeira foi na questão do fumo. Agora parece que as coisas começam a clarear. É só questão de persistência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E casualmente sempre com V. Ex^a. na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Portanto, agradecemos a presença de todos e está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada 13h46)

Ata da 5ª reunião (extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de maio de 2006, quinta-feira às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e seis, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Luiz Pontes, Fernando Bezerra, Jefferson Péres, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Ney Suassuna, Romero Jucá, Antônio João, Sibá Machado, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. Justifica a ausência o Senador Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta em exercício, Senadora Ana Júlia Carepa, declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidenta dá início à reunião, que se destina à análise da Mensagem nº 133, de 2006, por meio da qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE”. A Presidenta convida a tomar assento à mesa o Senhor Enildo e o Relator da matéria, Senador Sérgio Guerra. A Presidenta concede a palavra ao Relator, que expõe seu relatório concluindo que esta Comissão dispõe dos pressupostos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR ao cargo de Diretor da ADENE. Em seguida a Presidenta concede a palavra ao Senhor ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR. Fazem uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado e Ney Suassuna. A Presidenta procede ao início da votação, encerrando-a após o recolhimento de todas as cédulas, em seguida, convida os Senhores Senadores Ney Suassuna e Augusto Botelho para atuarem como escrutinadores. Ao final da apuração, é divulgado o resultado, qual seja – dez votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Desta forma, a Comissão aprova a indicação do Senhor ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da ADENE. É aprovado também o Requerimento nº 15, de 2006 – CDR, que requer a dispensa de interstício, para imediata discussão e votação da matéria em Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela

Senhora Presidenta em Exercício, Senadora Ana Júlia Carepa, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidenta em Exercício.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Havendo número regimental, em nome de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior da Comissão. As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram, por favor, permanecer como se encontram. Aprovada a Ata. Essa Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os seus registros de estenotipia informatizada.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação do nome do Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE. O indicado já se encontra no recinto da Comissão, e eu solicito à Secretaria que o conduza ao Plenário da Comissão.

Solicito também... Eu solicito ao Relator, Senador Sérgio Guerra que, por favor, também se dirija. (risos) Só fogo amigo, só fogo amigo, Senador.

Eu concedo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Guerra, para que proceda a leitura do seu Relatório sobre o indicado, o Sr Enildo.

Agora, se também V.Ex^a. quiser, ele fala antes. Isso eu acho que não é...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Nos termos do Art. 52 da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 2º da Medida Provisória 2.156/5 de 24 de agosto de 2001 e no Art. 5º do anexo I do Decreto nº 4.624, e 54 de 27 de março e de 2006, o Sr. Presidente da República submete à apreciação do nome do Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

O citado artigo da Constituição confere ao Senado, por voto secreto e após a arguição pública, a escolha de titular de cargos que a lei determinar.

O *curriculum vitae* do candidato, que acompanha a mensagem presidencial de conformidade com o Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, evidencia ampla experiência de Enildo Meira de Oliveira Júnior natural do Estado do Pernambuco. Graduou-se em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Pernambuco, sendo Mestre em Economia pela mesma Universidade.

Entre os cargos importantes ocupados por Enildo Meira de Oliveira Júnior destaca-se o de Chefe de Gabinete do Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, assim como Gerente Executivo de Planejamento e Informação do mesmo órgão desde 2004. No âmbito do Governo do Estado de Pernambuco exerceu as funções de Superintendente do Planejamento e Avaliação da Secretaria de Educação e Cultura, assim como de Assessor do Secretário da Administração e de Reforma do Estado de 1999 até 2003.

Além disso, destaca-se também que o pleiteante ao cargo é Economista concursado da extinta SUDENE, onde exerceu a função de Chefe da Divisão de Avaliação de Políticas e Programas Regionais, bem como Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas Regionais. Ressalta-se também que Enildo foi Professor da Faculdade Integrada de Recife, tendo exercido a Presidência do Conselho Regional de Economia e vencido o prêmio Banco do Nordeste, Economia Regional no ano de 2000, com a dissertação “Impactos do MERCOSUL nas Indústrias de Bens Intermediários do Nordeste”.

É autor de diversos artigos relacionados ao nordeste brasileiro, assim como cursos e palestras. As funções e cargos exercidos pelo indicado demonstram o nível de qualificação profissional compatível com o requerido para o cargo para o qual é indicado.

Assim sendo, esta Comissão, do nosso ponto de vista, dispõe dos elementos para indicação de Enildo Meira de Oliveira Júnior, para ser conduzido ao cargo de Diretor de Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a ADENE.

Trata-se de instituição regional que o Senado deve, seguramente, prestigiar entre outras razões, porque ela mantém o núcleo central do que deve se transformar numa nova instituição que será SUDENE, da qual ADENE é a transição e o conteúdo inicial.

A indicação de Enildo, portanto, sendo um pernambucano como eu e conhecendo por várias fontes a sua qualificação, além das que estão demonstradas no seu currículo, é suficientemente adequada ao cargo e deve ser aprovada por essa Comissão.

Esse é o nosso voto.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Muito obrigada, Senador Sérgio Guerra, que, conhecendo além do currículo, conterrâneo Enildo Meira de Oliveira Júnior, então, dá o seu voto favorável.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior.

SR. ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR – Exm^a. Sr^a. Senadora Ana Júlia Carepa, Exm^o. Sr. Relator Senador Sérgio Guerra, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, muito me honra poder estar aqui no Senado Fe-

deral, especialmente na Comissão de Desenvolvimento Regional, pois grande parte da minha vida profissional tem sido dedicada ao estudo dessa questão.

A indicação feita pelo Exmº. Sr. Presidente da República para ocupar uma das vagas da Diretoria Colegiada da ADENE servirá de estímulo para que eu continue me dedicando ao serviço público, especialmente a soluções dos problemas do nordeste. Além de preencher uma exigência legal, que pelo menos um dos membros da Diretoria Colegiada seja servidor público de carreira.

Como sabemos, uma das atribuições do Senado Federal é buscar o equilíbrio federativo. E não há equilíbrio federativo se não houver equilíbrio entre as regiões do mesmo País. O pacto federativo passa pelo apoio das regiões mais desenvolvidas para as mais atrasadas. E parte desse papel deve ser realizado por essa instituição, e particularmente essa Comissão, é tão nobre e tão importante para o desenvolvimento regional. Até porque, mesmo, não temos instâncias regionais de decisão, o que dificulta a resolução dos problemas que extrapolam os limites estaduais.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil terminou gerando a concentração espacial da produção em poucas áreas, localizadas principalmente na região centro-sul. Mais recentemente, algumas regiões do norte-nordeste, particularmente as regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, além de Belém e Manaus.

Com a criação da SUDENE em 1959, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, coordenada pelo Economista Celso Furtado, alguns avanços foram conseguidos para o nordeste que dispunha de pouca coisa até então. Coube à SUDENE, através de um intenso processo de criação de infra-estrutura, de formação de recursos humanos, de pesquisa de solo, de clima, de vegetação etc. a preparação da região para o desenvolvimento. Sabia-se também que sem investimentos privados, o nordeste continuaria sendo uma região-problema, por isso foi colocado em prática um vigoroso processo de atração de investimentos privados para o nordeste. E graças a ele temos um parque empresarial que não é desprezível.

Hoje se o nordeste fosse um País, como, às vezes, a gente vê alguns artigos da imprensa, teria um PIB maior do que a maioria dos Países da América Latina. Só perdendo para o próprio Brasil, o México e a Argentina.

Quando verificamos os dados atuais em relação ao nordeste, percebemos que foi a região que mais evoluiu em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, entretanto a velocidade da mudança não foi capaz de tirar a região do incômodo lugar, detentores dos

piores Índices de Desenvolvimento Humano. Só para os Senhores terem uma idéia, dos dez piores Estados em relação ao IHD, nove do nordeste encontram-se entre esses dez piores.

Chegamos numa longa encruzilhada do desenvolvimento com fortes mudanças de paradigmas, revolução de conhecimento, avanço tecnológico, globalização, tudo isso aponta para o novo padrão de desenvolvimento daqui para frente. Esse novo padrão joga para regiões menos dinâmicas um peso muito grande. Precisamos da ajuda do resto do Brasil, tendo em vista que o problema a superar não é pequeno. Para se ter uma idéia, 13% das pessoas ocupadas no nordeste, não recebem rendimentos, ou seja, são membros de família que trabalham ajudando o chefe de família.

O analfabetismo funcional que é aquele caracterizado, a pessoa sabe ler e escrever, mas não consegue interpretar no seu dia-a-dia, no nordeste chega a 40%, na zona rural isso chega a mais de 60%. Enquanto a média nacional é de 26%, no sudeste é em torno de quase 20%. Ou seja, o analfabetismo funcional na região é duas vezes maior do que a região sudeste. No último dado, a população do nordeste era de 49 milhões de pessoas, o que representa 28%-

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Só uma pergunta. De quando é esse último dado?

SR. ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR – Do IBGE é de 2005. Essa população representa 28% do contingente demográfico, mas a renda da região é apenas 13% da renda nacional.

Segundo o IBGE, também, de 1985 a 2000, 1 milhão e 475 mil nordestinos saíram da região. Isso não tem dado, mas a minha percepção é que a mão-de-obra que sai agora da região é a manobra qualificada. Quando a gente vê as pessoas da geração da gente, grande parte estão em outros Estados da região, que é mais grave daquela migração anterior que eram pessoas que não tinham qualificação.

Então, a superação das desigualdades regionais é uma questão central, dentre os problemas que afligem o Brasil, onde uma das prioridades deve ser remontar o Aparelho Planejador do Estado e os instrumentos de intervenção capazes de dar respostas aos desafios que se apresentam para uma Nação solidária e coesa.

A retomada da preocupação com a problemática regional vem ocorrendo não só no Brasil, mas no mundo todo. A União Européia é um exemplo. Durante muitos anos a preocupação com as desigualdades regionais ficaram relegadas a segundo plano pelo Governo Federal, aprofundando o hiato que separa as diferentes regiões brasileiras, apesar da existência das extintas

SUDENE e SUDAN, que não tinham uma cobertura de uma política e de uma estratégia nacional, voltadas para a integração, a inclusão e a redução das desigualdades regionais.

É necessário recomeçar a pensar o território brasileiro em sua totalidade, observando as dinâmicas recentes e os fatores históricos que levaram à atual configuração, marcadas por profundas desigualdades entre as macrorregiões do País.

O primeiro passo, nesse sentido, foi dado com a elaboração de Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que olha o território brasileiro e seus diferentes aspectos, observando que o desafio da desigualdade abrange todas as macrorregiões brasileiras, não desconhecendo, porém, que o problema maior continua localizado nas regiões norte e nordeste do País.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento, a Câmara de Política de Integração Nacional, e Desenvolvimento Regional, a recriação das Agências de Desenvolvimento Regional, a própria constituição dessa Comissão aqui no Senado Federal são passos importantes para se montar uma nova institucionalidade capaz de dar respostas a esses desafios.

Recentemente, temos trabalhado na ADENE na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Nordeste que está em processo de publicação pelo Ministério da Integração e recentemente deve ser disponibilizado para a sociedade. Mas no Plano já são perceptíveis problemas como a deficiência da infra-estrutura regional, o baixo grau de qualificação dos recursos humanos, inclusive está se comentando que a gente vai ter um “apagão de mão-de-obra”, dados os investimentos que estão projetados para a região, a perda de participação nas exportações nacionais, a escassez de instituições de pesquisa e inovação, questões que se não forem resolvidas tendem a gerar um aprofundamento do fosso que separa o nordeste das regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Srs. e Sr^{as}. Senadores, eu encerro aqui a minha fala dizendo que não medirei esforços e sacrifício para desempenhar com integridade e compromisso o desafio que se apresenta e que desejo fazer parte desse novo momento que será constituído a partir da ADENE e da criação da nova SUDENE, contribuindo para o desenvolvimento do nosso País e do nordeste, através da dedicação e do trabalho à causa regional. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Agradeço o Sr. Enildo Meira de Oliveira Junior e passo agora, então... Encerrada essa exposição a palavra aos Senadores. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Enildo, o seu currículo é bonito e tudo, o Senhor

é jovem e tudo, vai pegar uma coisa de grande responsabilidade. Na sua exposição eu gostei de ver a sua preocupação com o IDH. Realmente não adianta ter o segundo PIB do Brasil e a qualidade de vida das pessoas está lá embaixo. Como V.S^a. falou muito bem, talvez haja um “apagão de mão-de-obra”.

Então, eu espero que essa nova SUDENE não se preocupe só em fazer grandes fábricas, grandes (inaudível). Se preocupe também em investir diretamente na pessoa humana. Investir na melhora da qualidade dos professores do nordeste. Não precisa construir escolas, porque escola, acho que cada vez... Melhorar a qualidade do ensino, como V.S^a. falou, realmente.

Mas outra coisa grave que eu vejo no nordeste é assim. Eu trabalho a minha vida toda aqui no meu lugar, mas de repente falta água, eu perco tudo. Então, a água ainda é um problema sério no nordeste.

Então, eu acho que a SUDENE deve se dedicar também a resolver o problema da água. Não são soluções macro, grandes. É solução pequena mesmo, a nível local. Eu fico muito triste quando os meus amigos do nordeste me dizem que, por exemplo, em Alagoas chove 450 milímetros no inverno todo, em média, quando na nossa região Amazônica, na terceira chuva que deu lá em Roraima agora no inverno que começou há uns 20 dias atrás, já tinha chovido trezentos e poucos milímetros. Quer dizer, aí é que eu vejo como o negócio é difícil lá. É porque Deus botou uma terra muito boa e uma gente muito corajosa, por isso que o nordeste persiste.

Mas eu acho que V.Ex^a. deve lutar nesse sentido, já que vai ser uma das cabeças que vai decidir as coisas, para olhar a pessoa. Temos grandes fábricas e tudo, tem que investir em coisas materiais, mas investir no ser humano, na qualidade de vida do nordestino, principalmente o mais desassistido.

Eu não sabia que o nordeste tinha o segundo PIB do Brasil, eu fiquei feliz em saber disso porque já me anima, porque se tem uma riqueza grande, ela pode impulsionar os outros também. Eu desejo uma boa sorte e tenha certeza que vai ter o meu voto na sua indicação.

SR. ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR – Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Depois do Relatório do nosso ilustre Senador, também, Sérgio Guerra que é um pernambucano esse de raça.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu pergunto... Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu acho que essa reunião de hoje deve dar mais uma demonstração de que essa Comissão, ela está atenta à

questão regional, questão do nordeste de uma maneira especial. O Presidente Tasso não teve chance de vir aqui agora, foi visitar um amigo que estava precisando da assistência dele, questão de saúde. Mas pediu que eu viesse logo cedo aqui e estivesse presente nessa reunião, já que também era Relator, e a nossa Presidente Ana Júlia que é uma grande Senadora e além do mais preocupada com a questão regional, preocupada com a questão do nordeste, eu quero dar esse depoimento da solidariedade dela com a questão do nordeste, e que a gente sabe que tem formas como essa que você identificou, 450 milímetros, e na sua terra chove 2000 milímetros, sei lá quanto, e tem muita água no chão. Lá não chove e não tem água. Temos que tomar cuidado para não secar o Rio São Francisco. Mas, a Senadora Ana Júlia está seguramente cuidando disso, para preservar o meio ambiente lá também.

Eu penso que vamos ajudar a instituição e o nordeste com a indicação do Enildo Meira de Oliveira Júnior que... Eu não sei como pode solicitar urgência para a votação dessa indicação no Plenário.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Assim que terminar a votação, alguém solicita a urgência. Certo? Senador Sibá quer falar? Então, vamos fazer a apuração, mas falta eu votar. Espera aí.

Então, eu peço ao Senador Sérgio Guerra que assuma aqui, eu só queria parabenizar o Enildo e o Senador Sérgio Guerra pelo Relatório. É bom ver, inclusive, pessoas que têm muita energia ainda para encarar esse desafio, porque eu sou da Amazônia e sei que o nordeste, a região norte, nordeste são as regiões que mais necessitam desses investimentos, que mais necessitam de Políticas Públicas que possam realmente levar a um desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento humano.

Lógico, nós queremos um PIB alto, queremos, mas ele precisa vir acompanhado também da qualidade de vida para o ser humano.

Então, parabéns.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Pois não, eu vou pedir para o Senador Sérgio Guerra assumir a presidência para eu poder votar.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Sibá com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, eu quero também fazer as minhas saudações, felicitar o Dr. Enildo Meira de Oliveira Júnior pela indicação. É um jovem, (risos) acostumado aqui geralmente a ver pessoas de idade mais avançada, e é uma tarefa não tão pequena, tarefa de dirigir uma agência como

essa. E se tem uma coisa que preocupa, eu acho que o País inteiro, é essa distorção do processo do desenvolvimento integrado.

O País acho que teve uma matriz muito errônea da sua visão nacional desde a ocupação. País, visto por pessoas que vinham para cá para ficar ricos rapidamente e ir embora, como assim pensavam os portugueses e depois a visão inglesa, a visão francesa, a visão holandesa, ou seja, de todas aquelas que tentaram aportar principalmente na região nordeste e ter esse País apenas como uma colônia.

Diferente do que o Presidente Sérgio Guerra tinha falado a respeito da água, nós temos na Amazônia um volume de água considerável, mas é água de superfície. É claro que se nós tivermos qualquer desequilíbrio sobre o ciclo das águas em geral do mundo, e porventura, tivermos uma estiagem, como nós passamos no ano passado na Amazônia, nós não temos mais água, porque não existe água subterrânea e parte dela é apenas realimentada por chuvas. Desconhecido até hoje que possamos ter aquíferos e reservas subterrâneas. Digo isso porque lá no Acre temos um Município que foi feito um poço e fomos ter água a mais de 400 metros de profundidade. E a água não servia para consumo humano, vinha com presença de alguns metais que era desaconselhável. E, mesmo assim, com a capacidade de vazão e atendimento muito baixa, e essa tem sido, parece, a demanda dos Estados da Rondônia, Amazônia e outros mais.

Então, a nossa água na Amazônia é de superfície. É um volume extenso, mas de superfície. Se faltar chuva, não teremos a água e poderemos ter uma situação mais drástica do que o próprio semi-árido nordestino.

Então, é muito importante que a gente possa mesmo assim ter uma compreensão muito grande, porque às vezes, a gente imputa a culpa de ter um desenvolvimento desacelerado da região nordeste e da Amazônia, por conta talvez dessa distribuição de recursos hídricos. Eu digo apenas que, às vezes, é muito incerto, muito desajeitado a gente trabalhar dessa maneira porque, se fosse a presença de água, nós poderíamos até usar um ditado que eu ouvia lá no Piauí “O jumento teria casco de ouro”, porque água na Amazônia tem bastante, por enquanto, e o aquífero guarani colocaria São Paulo como que não poderia existir um único favelado no Estado de São Paulo.

Então, não é bem isso. Mas eu acho que só o fato de podermos trabalhar o conjunto, o contesto de coisas que possam alavancar as condições, geração da riqueza com distribuição, eu acho que aí é onde reside o grande salto de qualidade.

Então, não é uma tarefa simples, é uma questão muito complicada. Historicamente no nordeste sempre sucumbiu em relação aos interesses do centro-sul do País, como também na Amazônia. E também não podemos copiar modelos, é uma outra coisa que eu tenho convicção. Não dá para copiar modelos. Ficar copiando modelos de desenvolvimento econômico de outras partes do País e do mundo, nós estaremos novamente cometendo um pecado.

Digo assim, para já ir encerrando, que se o problema da água fosse uma verdade, Israel nem existiria, Israel, Oriente Médio como de um modo geral. “Ah, mas se o problema é o tamanho do território?” Aí a Holanda talvez não existisse. “Ah, o problema é o tamanho da população”. A China deveria estar morrendo de fome e a Índia talvez nem existisse mais. E assim por diante.

Então é preciso considerar que o desenvolvimento tem outros fatores, que é muito mais da inteligência humana do que das condições da própria natureza.

Parabéns, você tem uma linda missão pela frente e foi com muito prazer que eu votei em V.S^a.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigado Senador Sibá Machado. Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr^a. Presidenta, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a missão do Dr. Enildo não é fácil. E eu quero desejar, nesse momento, muito sucesso a ele, mas quero desejar a ele, principalmente, fortalecimento para conseguir reverter uma situação que está caótica.

O nordeste, constitucionalmente, teria que estar recebendo mais recursos para dar o seu *take off*, a sua arrancada e poder superar *gep(F)*, o espaço que existe entre nós e o sudeste.

Mas saiu agora a pesquisa do IBGE. Eu, ontem de noite, analisei. E é estarrecedor. Nós pioramos os nossos índices todos. Na área da educação, enquanto o sul chega a ter 8% somente de analfabetos, nós subimos para 25% na maioria dos Estados. Um quarto da população analfabeta. Quando pula para a área de insegurança alimentar, enquanto o sul, sudeste, têm índices pequenos, relativamente pequenos, eu pego o caso do meu Estado, três milhões e quatrocentos, tem dois milhões e cem com insegurança alimentar. Não quer dizer que esteja passando fome, quer dizer que não tem a certeza da comida no dia seguinte, ou na semana seguinte, porque está subempregado, porque não tem emprego, porque está no biscate. Está fazendo bico.

E eu fico impressionado quando vejo que quando vai para a insegurança alimentar grave, faltando comi-

da mesmo, 610 mil pessoas, numa população de três milhões e quatrocentos. Ou seja, 17%.

Quando eu assumi o Ministério da Integração, nós fizemos tudo para quitar as contas dos empresários que tiveram que improvisar para poder conseguir concluir o projeto, porque a SUDENE não cumpriu a maior parte dela. Foi o último dinheiro que nós conseguimos naquela época, para fazer o pagamento desses empresários. De lá para cá, essa conta ficou em aberto. É porque a justiça no Brasil é muito lenta e muito... Além de demorada, não é tão precisa quanto nós gostaríamos. Porque qualquer outro País já tinha entrado na justiça, já tinha executado o Governo, porque não cumpriu a parte dele no contrato. Mas, a verdade é que o norte, o centro-oeste e o nordeste são os filhos pobres dessa República.

O norte, com suaimensidão, com a sua riqueza, ainda tem peixes, ainda tem uma série de coisas que amenizam, pelo menos em relação às proteínas. É fácil pescar nos rios. No nosso, no meu Estado, por exemplo, não tem rio perene.

Então, nem tem como. É um Estado muito pobre. E quando a gente olha o quadro geral, em 16 anos, 10 anos de estiagem.

Então, é muito dureza, quando eu vejo o Senador falando do problema da água. Para nós, a água é vital. E muita gente não entende, mas como tem barragem? Mas a barragem está aqui e a gente não pode gastar a água porque a gente não sabe até quando vai durar. Então, a gente tem um nível de insegurança hídrica, também.

Então, ser nordestino... Eu vou copiar aqui o nosso famoso “Escritor dos sertões”, Euclides da Cunha, quando dizia que “ser sertanejo é ser um bravo, não ser nordestino é ser um bravo”. Porque é muito difícil e a missão que vocês têm é de tentar tocar um órgão que está sem balizamento, o balizamento inexistente. Nós fizemos aqui a nova legislação, a legislação saiu daqui e empacou lá na Câmara dos Deputados, e nós não temos recursos e não temos a base legislativa.

Então, a missão que V.S^a. vai assumir é uma missão difícil, e por isso vai precisar de muita paciência, muita perseverança e principalmente de muita fé para correr aqui os Gabinetes de Brasília, pedindo ajuda para que a gente possa vencer essa diferença.

Eu queria lhe desejar sorte. Lamentei que hoje a gente não tivesse mais Senadores na Casa, mas a campanha já começou na maioria dos Estados, mas o número já deu, o caso já está... A aprovação, tenho certeza que já está garantida. E eu queria, ao encerrar, dizer, Senadora, que a missão, nós que moramos e representamos o povo do nordeste, do norte e do centro-oeste, é uma missão difícil. (interrupção no áudio)

Nós, lamentavelmente, temos a missão de defender populações que estão periféricas e não têm muita importância para o País. Somos fornecedores da mão-de-obra e somos os detentores dos piores índices quando se fala em melhoria, de incentivos para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Dr. Enildo, boa sorte, muito sucesso e não diligência, não. Todo dia venha bater nessas portas de Brasília. O Senhor terá aqui eu, Ana Júlia, todos os Deputados e Senadores dessa área lhe ajudando a conseguir atingir esses objetivos.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Augusto Botelho, Sérgio Guerra, enfim.

Eu queria convidar o Senador Ney Suassuna e o Senador Botelho, nós vamos encerrar a votação, para serem escrutinadores, muito rapidamente. Para que a gente possa... Bom, encerrada então, a votação... Eu quero dizer que a Comissão aprova a indicação do Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior para exercer o Cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a ADENE com 10 votos sim, nenhum voto não, nenhuma abstenção. Então-

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Senadora, eu gostaria de pedir que fosse encaminhado com urgência ao Plenário esse resultado.

SRA. PRESIDENTE ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – E eu coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado, então, em regime de urgência para que possamos votar no Plenário, ainda hoje se tivermos condições de votar, mais autoridades.

Ontem já votamos muitas autoridades aqui... Que possamos votar, já que por todos aqui já vimos a qualificação e principalmente a vontade de encarar esse desafio, que eu sei por ser do Estado do Pará, o quanto ele é grande, também, na região nordeste.

Então, parabéns e boa sorte. E eu, nesse momento, declaro encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 11h20)

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 2006, quinta-feira às 11:00 horas.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e seis, na sala 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores Luiz Pontes, Gilberto Mestrinho, Roberto Cavalcanti, Demóstenes Torres,

Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Mão Santa, Romero Jucá, Sibá Machado, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. Presentes também os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Heráclito Fortes, que não compõem esta Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é aprovada. Em seguida, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade discutir e votar as emendas da Comissão ao PL nº 15/2006-CN – Orçamento 2007 – e ao PL nº 16/2006-CN – Revisão do Plano Plurianual para o período de 2004-2007 – que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Senhor Presidente (Tasso Jereissati) concede a palavra ao Relator das Emendas, Senador Sérgio Guerra, para proferir o seu parecer. O Relator explana que foram escolhidas cinco emendas, dentre as vinte e sete apresentadas, dentro de um critério de razoabilidade e que atenderiam de forma igualitária a todos os estados, pela relevância de seu conteúdo. A Comissão aprova as emendas de nº 01-CDR: Implantação da SUDENE, Administração da Unidade – Nacional, no valor de cinquenta milhões; nº 02-CDR: Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social – Nacional, no valor de cem milhões de reais, do Ministério da Ciência e Tecnologia; nº 03-CDR: Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco – Nacional, no valor de cinquenta milhões de reais, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; nº 04-CDR: Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II – Nacional, no valor de cento e cinquenta milhões de reais, do Ministério do Turismo e nº 05-CDR: Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional, no valor de trezentos milhões de reais. As emendas serão apresentadas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Item extrapautA – Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006, terminativo, “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece parecer pela sua aprovação, com a emenda que apresenta. Resultado – Aprovado o projeto com a emenda nº 01/CDR. Fazem uso da palavra os Senadores Gilberto Mestrinho, Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Sibá Machado e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão,

a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Tasso Jereissati) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior da Comissão. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das Emendas ao PL nº 15/2006, Orçamento de 2007, ao PL nº 16/2006, Revisão do Plano Plurianual para o Período 2004/2007.

Passo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bem, nós fizemos uma leitura das várias Emendas, conversamos com alguns dos Senadores que as subcreveram e encaminhamos uma proposição, que já foi discutida com vários Senadores e acordado entre eles, que é basicamente a seguinte. Primeiro, aprovar um Projeto de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura de Centro de Convenções e Exposições no Nordeste. O que é isso na prática? Estados do Nordeste desenvolveram o turismo muitas vezes em função dos seus Centros de Convenção, que foram construídos há 10, 20, 30, 40 anos atrás. Esses Centros de Convenções envelheceram e hoje não são mais como foram no passado (falha no áudio – 00:01:55). Porque na área de São Paulo, na área da região mais rica do país, foram desenvolvidos Centros de Convenção com muito maior capacidade instalada. E, de outro lado, o próprio tamanho das Convenções brasileiras passou a ser maior, de maneira que esses equipamentos estão subestimados. Isso vale para Pernambuco, deve valer para a Paraíba, vale para o Ceará, vale até para a própria Bahia, que é um Estado que tem mais capacidade econômica. Isso teria que mudar aqui Nordeste para... Então, Nordeste/Amazônia, podemos fazer essa reforma aqui, essa reformulação.

A idéia não é deixar recursos vagos, do tipo, apoio a projetos turísticos, porque isso termina sendo uma coisa que é boa para alguns Senadores e não

tem nada a ver com o interesse geral. Então, essa é a idéia. Então, a gente faria uma alteração aqui, Região Nordeste e Região Amazônica, Região Norte e Nordeste. Norte e Nordeste.

A segunda diz respeito à participação da União no PRODETUR Nordeste. O PRODETUR Nordeste é um PRODETUR que está funcionando e há em vários Estados dificuldades para contrapartida. É o projeto mais bem sucedido do Nordeste nos últimos anos. E alguns Estados estão com situação financeira calamitosa e não têm como ter contrapartida para fazer os projetos avançarem.

Um terceiro projeto seria de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviço em Territórios Rurais, basicamente dotado de infra-estrutura, situações rurais brasileiras que não estão com estrutura suficiente. Se aplicava a qualquer área do país onde haja necessidade desse tipo de definição de infra-estrutura rural. Temos que incorporar aqui Norte para ficar Norte e Nordeste, e não apenas o Nordeste como está previsto.

Depois, um projeto da Senadora, Emenda da Senadora Patrícia Saboya que visa criar instrumentos para que a SUDENE vire realidade. O que é isso? Dar recursos à ADENE para que a ADENE possa se transformar em SUDENE.

A ADENE é a sucedânea da SUDENE. No entanto, ela foi uma decisão política, mas não foi uma decisão orçamentária. O resultado é que não há dinheiro lá, nem sequer para o elevador do equipamento funcionar e ela está custando ao Estado durante quatro anos. Lógico que desejamos com que se constitua no Nordeste uma nova SUDENE e, com certeza, quem fizer o mesmo esforço pelo Norte, em relação à SUDAM, vai precisar de uma transição. Essas agências têm que ser reais para elas equiparem a nova, como está previsto inclusive na lei, a nova SUDENE, a nova SUDAM.

Por último, é um projeto da Senadora, é uma Emenda da Senadora Lúcia Vânia de Apoio à Pesquisa e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social. Isso tem respeito ao desenvolvimento de tecnologia nova para o país de uma maneira geral, dando maior efetividade ao orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

É sensato fazer isso porque dos recursos que nós aprovamos, os únicos que não são contingenciados são aqueles da área de Ciência e Tecnologia.

Na Comissão de Agricultura, nós já fizemos isso com ênfase para a EMBRAPA, que também tem essa proteção. E estamos fazendo isso agora para o país de uma maneira geral para proteger a Ciência e Tecnologia.

São esses cinco projetos que nós propomos, cujos valores são, pela ordem – vocês sabem que esse

número é um número completamente hipotético, não tem o menor sentido – Trezentos viram trinta, o Presidente da Comissão sabe aqui sabe disso mais do que todos nós. São números que eu não gosto de chamar a atenção deles porque não valem nada, não é? Mas 300 milhões para a primeira, 150 para a segunda, 60 milhões para a terceira, 50 milhões para a quarta e 100 milhões para a quinta. Quer dizer, esses números não são, nenhum desses números vai ser efetivamente concretizado. Serão concretizados números do tamanho dez, quinze, vinte, cinco, três milhões, quatro, se nós fizemos o mínimo de esforço e vamos fazer lá na Comissão de Orçamento, com o apoio dos Senadores que aqui estão presentes.

Em discussão a proposta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Eu não consegui localizar, cheguei atrasado, né? Que número elas estão aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Isso é a discussão das Emenda da Comissão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Das nossas Emendas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Mas quais foram as escolhidas, isso que eu gostaria de saber.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Acabo de descrevê-las todas. Você quer saber o número de cada uma das Emendas?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – O número de cada uma, é.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O pessoal ali pode procurar e passar para você.

Aprovado com a correção de onde se lê “Nordeste” leia-se “Norte e Nordeste”.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Em discussão.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Nós que somos do Norte e Nordeste, é prudente que aprovemos isso rapidamente.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Vou passar a palavra para o Senador Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Pelo que expôs o relator, houve muito critério na escolha das Emendas. Elas são pertinentes, elas vão proporcionar, no que for aprovado, alguma ajuda ao desenvolvimento. A extensão Norte e Nordeste é válida e o meu voto é favorável, eu voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Obrigado, Senador Mestrinho. Com a palavra, o Senador Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Eu me acosto ao que foi dito pelo Mestrinho no tocante à validade de todas as propostas apresentadas.

Eu tinha, na verdade, colocado uma Emenda que ela tem uma estratégia política e técnica, que é alguma coisa no sentido de revitalização do Rio São Francisco.

Existe uma luta muito grande entre determinados Estados sobre a validade do projeto da transposição, que se nós não sinalizarmos alguns atos concretos no sentido de viabilizar a revitalização do Rio São Francisco, nós não vamos nunca conseguir que haja uma passiva aprovação da implantação do projeto da transposição.

Então, eu queria que-

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu gostaria do Senador Roberto, como é que está no orçamento o projeto de revitalização.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Eu não sei lhe informar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Se veio recurso do Orçamento, se não veio.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Eu não sei lhe informar exatamente como anda-

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) –

A nossa Assessoria tem informação sobre isso ou não?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– O cuidado seria no sentido de estrategicamente-

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não,

eu acho que é uma boa, boa preocupação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Primeiro, o tema é um tema interessante, a revitalização do rio é uma coisa que todo o Brasil torce que seja feito e talvez fosse uma moeda de convencimento aos Estados que se opõem ao projeto de transposição.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mais ainda. Eu acho que o único consenso que existe sobre o São Francisco é que ele tem que ser revitalizado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Isso é unânime. Acho que é unânime.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Ou fazemos isso ou não vamos ter o rio, quanto mais transposição.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Houve casos precedentes semelhantes de um impasse como esse que está acontecendo aqui, na qual foi colocada em discussão. Como temos que nos limitar a cinco, eu sugeria que houvesse a possibilidade de ser colocado em votação no tocante à última Emenda.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A gente pode... A minha proposta é que essa Emenda aqui-

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – A última que eu acho que é mais, porque não se pode mexer em SUDENE, não pode se mexer em outras coisas que são tão importantes.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Esse Apóia Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais pode ser substituído por essa Emenda.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Essa, eu sugeriria que fosse acatada a Emenda-

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Se houver concordância de todos...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – -da revitalização do Rio São Francisco

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Então vamos substituir essa por essa outra.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Aprovado.

Nada mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão suspensa às 12h01

Sessão reaberta às 12h03

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em face de proposta que não foi examinada no tempo oportuno, com argumento e apoio dos Senadores presentes e de outros que já compareceram a essa reunião, eu queria reabrir a Sessão e transferir a Presidência para o Presidente Tasso Jereissati para encaminhamento da votação pertinente.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Concedo a palavra para o Relator do projeto, Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o eminente Senador Flexa Ribeiro apresentou um projeto de prorrogação do prazo de apresentação do relatório da elaboração dos Planos Diretores dos Municípios que venceu em outubro. E essa necessidade de apresentação dos projetos é fundamental para a normalidade, normatização da ocupação inclusive territorial de cada Município e está havendo, na pressa, alguns Prefeitos estavam sendo induzidos por um determinado algo aí a comprar um Plano Diretor que era igual praticamente para todos os Municípios.

Então, é muito pertinente a proposição do Senador Flexa Ribeiro alterando esse prazo para até 2007, de modo que os Prefeitos tenham mais um ano e pos-

sam apresentar os seus Planos Diretores atendendo assim o preceito constitucional.

Em face disso, o Parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Em discussão o relatório do Senador Gilberto Mestrinho. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Gilberto Mestrinho.

Em votação. Senador Antônio Carlos Magalhães não está, César Borges não está, Rodolpho Tourinho não está, Leonel Pavan não está, Luiz Pontes não está. Senador Gilberto Mestrinho?

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sim. Senador Roberto Cavalcanti, sim. Senadora... Não tem nenhuma Senadora aqui, pelo visto. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Sérgio Guerra. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Sibá Machado não se encontra. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O projeto então foi aprovado por um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove votos a zero.

Existe uma Emenda do Senador, do Relator, que foi lida aqui também, se posso repetir a mesma votação perguntando a todo o Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pode. Nós gostaríamos de solicitar que o projeto fosse tramitado em caráter de urgência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O projeto é terminativo. O projeto é terminativo, portanto, não cabe urgência, Ok? Acaba que ele não vai a Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria agradecer ao Presidente Senador Tasso Jereissati e aos Senadores membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e eu não faço parte dessa Comissão, mas a aprovação desse projeto traz um benefício de grande importância para uma grande parte dos Municípios brasileiros. Dos mais de cinco mil Municípios brasileiros, eu acredito que algo em torno de 35% a 40% deles não conseguiram cumprir a legislação que determinava que todos eles tivessem o seu Plano Diretor Urbano aprovado pelas Câmaras Municipais até a data de 10 de outubro deste ano.

Este projeto estava tramitando, mas face o processo eleitoral, ele não foi possível ser aprovado dentro do prazo em que se esgotava a legislação, o prazo da legislação. Agora, e se isso não acontecesse, esses Municípios ficariam sem poder acessar qualquer tipo de financiamento ou de convênios da União a partir de 1º de janeiro de 2007.

Então, o que nós estamos aqui aprovando vai possibilitar a esses Municípios que não concluíram o seu Plano Diretor Urbano que o façam até dezembro de 2007. É um ano não eleitoral, o que vai propiciar a condição de eles então poderem aprovar.

Eu quero agradecer ao Relator, Senador Gilberto Mestrinho, que fez o seu Parecer de forma bastante lúcida, reconhecendo as dificuldades desses Municípios e propondo uma Emenda que viabilizou o nosso projeto, viabilizou o nosso projeto, porque retroage o efeito do benefício a 10 de outubro. Então, trazendo com que aqueles Municípios inadimplentes possam a partir – Senador Sibá, só um minuto – possam a partir de agora e aprovado pela Câmara Federal, ainda nessa Legislatura, fazer o seu Plano Diretor Urbano.

Agradeço ao Senador Gilberto Mestrinho, agradeço a todos os Senadores que até aqui vieram e ao Senador Tasso Jereissati por ter possibilitado a aprovação. Senador Sibá Machado quer consultar... Declarar o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, diante do pedido aqui do Senador Flexa Ribeiro e em respeito ao Pará, pelo Estado que me recebeu durante seis anos da minha vida e pela causa que é apresentada, eu gostaria que V.Ex^a tratasse o meu voto como “sim” à matéria, de tão importante que o Sena-

dor tão brilhantemente nos convenceu a vir até aqui à Comissão para apreciar e votar essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Fica registrado o seu voto, Senador Sibá. Eu queria aqui ressaltar o empenho e o esforço do Senador Flexa Ribeiro na aprovação desse projeto, tem lutado por ele, se esforçado e é o grande responsável para que esse projeto tenha essa aprovação feita hoje e evidentemente com a sempre competente colaboração do relato preciso do nosso querido Senador Gilberto Mestrinho.

Aprovado esse projeto, fica encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h18)

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 07 de dezembro de 2006, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia sete de dezembro de dois mil e seis, na sala nº 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senhores Senadores César Borges, Gilberto Mestrinho, Garibaldi Alves Filho, Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Péres, Demóstenes Torres, Ney Suassuna, Sérgio Zambiasi, Jonas Pinheiro e Patrícia Saboya. Justifica a ausência o Senador Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente registrou a presença na reunião dos seguintes senhores – Embaixador Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades brasileiras no exterior e; Marco A. D. Brandão, Embaixador-Conselheiro Especial do Departamento de Assuntos Federais e Congressionais do Ministério de Relações Exteriores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é aprovada. Em seguida, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação dos projetos de lei constantes da pauta. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, não terminativo, que “altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao projeto, com as emendas de 1 a 3, conforme parecer

aprovado pela CCJ. Resultado – aprovado parecer favorável ao projeto, com as emendas 1 a 3, conforme parecer aprovado pela CCJ. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, sendo designado relator *ad hoc* o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece parecer contrário ao projeto. Resultado – é concedido vista ao Senador Garibaldi Alves Filho. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece parecer pela rejeição do projeto. Resultado – deliberação adiada. **Item 04:** Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, de forma a incluir condicionantes relativos à biodiversidade amazônica na aplicação dos recursos do FNO”, de autoria do Senador João Capiberibe, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer pela rejeição do projeto. Resultado – Deliberação adiada. **Item 05:** Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, terminativo, que “altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como relator o Senador César Borges, que oferece parecer pela aprovação do projeto, com as emendas que apresenta. Resultado – deliberação adiada. **Item 06:** Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2000, terminativo, que “altera a Lei nº 9745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima”, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer pela prejudicialidade do projeto. Resultado – deliberação adiada. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, põe em votação o Requerimento nº 16, de 2006 – CDR, que requer, “nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar da questão da matriz energética do gás, a construção de gasodutos e do fornecimento de gás pela PETROBRÁS ao empreendimento siderúrgico instalado no

complexo do Pecém – Ceará, com a participação dos seguintes convidados – Silas Rondeau, Ministro de Minas e Energia; Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás; Maia Júnior, Vice Governador do Estado do Ceará; e José Carlos Martins, Diretor Executivo da área de ferrosos da Cia. Vale do Rio Doce”, de autoria do Senador César Borges. O requerimento é aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores César Borges, Gilberto Mestrinho e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Tasso Jereissati e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Havendo número Regimental declarado aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior da Comissão. Os Senadores que concordarem fiquem como estão. Aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina à apreciação dos seguintes Projetos de Lei – Item nº. 01, Projeto de Lei do Senado nº. 151/2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, Relator Senador César Borges. Com a palavra o Relator.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão para apreciação o Projeto de Lei do Senado nº. 151/2005, do nobre Senador Paulo Octávio, que propõe alteração da situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do turismo para isentar a existência de visto de entrada de turista de Países com os quais o Brasil deseja manter relações comerciais através do turismo e dá outras providências.

O presente Projeto prevê em quatro artigos o seguinte: O artigo 1º que em tempo de paz qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições de leis, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais. O artigo 2º dispõe que na aplicação da lei em que o projeto se converter atender-se-á aos interesses políticos sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim a defesa do trabalhador nacional. O artigo 3º atribui ao Ministro do turismo poderes para isentar de visto de entrada no País o turista proveniente de Países declarados prioritários ou de importância para o turismo nacional. O artigo 4º revoga o artigo 10º da lei 6815 de 19 de agosto de 1980, segundo o qual somente poderá ser dispensada a exigência de visto

ao turista nacional de País que dispense ao brasileiro idêntico tratamento, reciprocidade esta que deverá ser estabelecida mediante acordo internacional.

Dentre as competências dessa Comissão cabe opinar sobre proposições que tratam de assuntos referentes ao turismo, motivo pelo qual vem ao exame este Projeto 151/2005. Assim sendo, abstermos-nos de analisar outras dimensões do Projeto que já foram objeto de atenção de outras comissões. A principal medida adotada pelo Projeto é a revogação do princípio da reciprocidade no que diz respeito à dispensa de visto de entrada de turistas estrangeiros no País. E a atribuição de poderes ao Ministro de turismo para isentar de visto de entrada os turistas de Países declarados prioritários ou de importância para o turismo nacional.

O turismo do nosso País é uma atividade promissora, mas ainda muito mal explorada. Raros Países dispõem de um potencial turístico como o nosso, a começar pela vastidão do nosso território e pelo riquíssimo acervo de belezas naturais. Temos o litoral de 7367 quilômetros de extensão. Belíssimas praias e sol o ano inteiro. A Bahia tem 1100 quilômetros de praia, o Ceará deve ter próximo a isso. Temos a maior biodiversidade do planeta espalhado em ecossistema de características muito variadas. A selva amazônica, a Mata Atlântica, o pantanal mato-grossense, o cerrado, a caatinga, os pampas, as restingas e os manguezais entre outros. Rios caudalosos, grutas, cidades históricas e dezenas de parques nacionais, reservas biológicas, área de proteção ambiental, etc. Além disso, temos o elemento humano. Povo brasileiro caloroso, acolhedor e bem-humorado com a sua diversidade de etnias e costume com sua riqueza musical e artística em geral com sua reconhecida inventividade. Em que pese a meritória intenção do autor da proposição de promover o turismo, concordamos com o parecer da CCJ no que diz respeito à conveniência de que também os Ministros da justiça e das relações exteriores sejam consultados quanto às situações em que o interesse nacional recomenda a dispensa de visto, tendo em vista a relevância de decisões dessa natureza para a segurança nacional e para relações externas do País.

Somos favoráveis ao Projeto e entendemos como de grande impacto social a causa a ele associada. Trata-se, além disso, de uma proposta Legislativa muito oportuna. Em vista do exposto, manifestamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado com as Emendas de 01 a 03, conforme o parecer que foi aprovado já na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Em discussão o Relatório do Senador César Borges. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estou plenamente favorável ao parecer do Relator, Senador César Borges, no que toca a esse Projeto de Lei do Senado nº 151/2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de Países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo e dá outras providências.

A Emenda introduzida pelo Senador César Borges possibilita, Sr. Presidente, que não apenas o Ministério do Turismo, mas o Ministério do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça, poderão por portaria conjunta dispensar a exigência do visto de turistas quando o interesse nacional o recomendar. Na verdade, a preocupação da proposta do Senador Paulo Octávio é hoje a preocupação do setor turístico, do *trade* turístico do nosso País, tendo em vista que segundo estatísticas trazidas a esta Casa por esse setor, o Brasil não estaria tendo o desenvolvimento desejado justamente por conta da exigência desse visto.

Eu não sei se o Senador César Borges, quando da apresentação dessa sua Emenda, se ele teve a oportunidade de conversar com esse setor, o setor de turismo. Para saber justamente da repercussão junto ao setor desta Emenda que visa de qualquer maneira flexibilizar a concessão desse visto. Mas me parece que vai atender, pelo menos em parte, essa demanda do setor turístico do nosso País, principalmente da ABIH, Associação Brasileira de Hotéis, que esteve reunida aqui nesta Casa por ocasião do aniversário daquela entidade, quando foram feitos apelos no sentido dessa flexibilização. Portanto, Sr. Presidente, eu louvo o parecer do Senador César Borges, que é na mesma linha do parecer do Senador Antônio Carlos na Comissão de Justiça. Sei que com relação a essa preocupação quanto ao turismo esse processo não poderia parar em melhores mãos do que as do Senador César Borges, que é responsável como Governador inclusive pelo desenvolvimento que o turismo alcançou no Estado da Bahia. A Bahia hoje tem uma situação invejável com relação ao desenvolvimento turístico e isso se deve a Governadores como o Governador César Borges. Portanto, eu sou de parecer favorável, eu sou pelo voto favorável ao seu parecer, Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer as palavras do nobre Senador Garibaldi Alves e dizer a V.Ex^a, que claro que nós desejamos que o turismo cresça. Em nosso País é importantíssimo para a geração de emprego e renda em nosso País. Entretanto, há uma preo-

cupação também e isso foi externado na Comissão de Constituição e Justiça, de que isso está muitas vezes relacionado ao tratamento que brasileiros vêm sendo submetidos em outros Países. Consta do próprio relato do Senador Antônio Carlos na CCJ o seguinte parágrafo – Tendo em vista que brasileiros já foram submetidos a situações de extrema humilhação, pouco condizentes com sua dignidade, por ocasião de seu ingresso em certos Países, principalmente nos Estados Unidos da América, caberia retomar nesses casos o princípio da reciprocidade, determinando que o estrangeiro receba, quando de sua entrada no Brasil, o mesmo tratamento outorgado a brasileiros quando ingresso naqueles Países.

Então, por isso as Emendas, inclusive essa Emenda nº. 02, que coloca sobre a égide do Ministério do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça para que em portaria conjunta possam dispensar a exigência do visto de turista quando o interesse nacional recomendar? Tem um parágrafo único. Nesse parágrafo único consta – Os estrangeiros que vierem ingressar no Brasil receberão quando de sua entrada, o mesmo tratamento outorgado de seu País a brasileiros, no que tange ao sistema de inspeção, como, por exemplo, abertura de bagagem para exame, passagem pelo detector de metais ou inspeção por meio de detector manual de metais, em vista com retirada de sapatos e peças de roupas. Porque lamentavelmente tem criado um constrangimento muito grande ao brasileiro, o cidadão brasileiro de modo geral e até autoridades brasileiras ao ingressar, por exemplo, nos Estados Unidos da América.

Então, por isso o princípio da reciprocidade. Se esse é o tratamento dado ao cidadão brasileiro, que aqui seja dado também esse tratamento àqueles provenientes dos Países que fazem esse tipo de exigência. Entretanto, coloca sobre a égide do Ministério do Turismo e Relações Exteriores e da Justiça a possibilidade de fazer portaria conjunta regulamentando essa dispensa do visto de turismo e a obediência a esse parágrafo único da lei.

Então, eu acho que é exatamente compatibilizando por um lado o interesse nacional do desenvolvimento econômico do turismo, mas por outro também para que se algum País submeter cidadão brasileiro a constrangimento, que aqui nós tenhamos pelo menos tratamento idêntico para aqueles que vieram daqueles Países para o Brasil. Eu não sei se com isso eu esclareço ao Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu estou plenamente satisfeito com os esclarecimentos do Senador César Borges e

eu pergunto, depois do exame dessa Comissão, esse Projeto vai para...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Comissão de Relações Exteriores. Já passou na CCJ e vai para a Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ainda vai para a Comissão de Relações Exteriores? Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordarem fiquem como estão. Aprovado com as Emendas feitas pelo Senador César Borges.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, com a permissão de V.Ex^a. eu queria registrar a presença no Plenário da nossa Comissão do Embaixador Marco Brandão, que é Ministro para as Relações da Federação da República do Brasil com outros Países e a presença do Ministro Conselheiro... Não sei bem... Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no exterior. Eles estão aqui justamente acompanhando a discussão desse Projeto que trata da concessão do visto para turistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Fica registrada a presença dos Srs. Embaixadores e agradecemos o acompanhamento e a atenção prestada nesta Comissão. Item nº. 02. Projeto de Lei do Senado nº. 34/2006, não terminativo. Dispõe sobre a criação de zona de processamento de exportação, ZPE no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão. Autoria Senadora Roseana Sarney, Relator Senador Rodolpho Tourinho. Como não está presente o Senador Rodolpho Tourinho, eu solicito ao ilustre Senador Gilberto Mestrinho que faça o Relatório como Relator *ad hoc*.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto 34 de autoria da Senadora Roseana Sarney, que promete criar ou autoriza a criação de uma zona de processamento de exportação na cidade de Imperatriz, no Maranhão. E o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, bem fundamentado o parecer, fez uma análise do Projeto e justificou o seu voto. O que acontece segundo o Senador, é que como todos sabem, as zonas de processamento de exportação, elas não tiveram sucesso no Brasil porque há muito tempo foram criadas 17 zonas e nenhuma foi implantada. E não se corrigiu também a implantação. O objetivo da Senadora seria, segundo alega a sua justificativa, reduzir as desigualdades que existem no Maranhão em relação aos demais Estados, dado o baixo índice de desenvolvi-

to humano no Estado Brasileiro na região nordeste e Amazônia. O Maranhão efetivamente tem o mais baixo índice IDH, desenvolvimento humano do Brasil e não tem perspectivas maiores, assim ainda segundo ela, de um crescimento. E ZPE poderia proporcionar um desenvolvimento maior àquela região, àquele Estado, especialmente àquela região do Maranhão que é do interior do Maranhão. As ZPEs não tiveram sucesso e elas também contrariam os acordos internacionais do Brasil, em especialmente o disposto em resolução do Conselho de Desenvolvimento do Mercosul, que proibiu a criação de zonas de processamentos de exportação nos Países membros. Em face disso, o Senador Tourinho, vota pela rejeição do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Em discussão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ainda cabe um pedido de vista nesse processo aí, com a compreensão do Senador Gilberto? Apesar de ser bastante clara. É muito clara, é muito contundente. Eu queria apenas dar a oportunidade à Senadora Roseana Sarney de tomar. Ou o senhor já dialogou com a Senadora Roseana?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Eu queria fazer um esclarecimento. Cabe vistas e queria fazer um esclarecimento. Existe um Projeto que deve estar já na pauta da Câmara Federal do novo marco regulatório para zonas de processamentos de exportações. ZPE. Me parece que essa proposta da ilustre Senadora Roseana Sarney deveria ser examinada com todos os méritos e com toda a fundamentação da Senadora após a discussão deste novo marco regulatório que deve estar chegando ainda este ano no Senado Federal. Me parece que inclusive nós vamos trazer para esta Comissão, passando evidentemente na Câmara Federal, que para os nossos Estados de desenvolvimento menor do que a média brasileira, me parece uma discussão bastante válida. Mas em função desse marco regulatório, Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, a questão das ZPEs surgiram com a saída que o regime comunista na China encontrou para mascarar a entrada no capitalismo. Segundo o Presidente Zin Zaing, com quem conversei demoradamente sobre isso, como foi o desenvolvimento da China e ele diz o seguinte: “Que essas zonas, por quê?” Escolheram regiões muito pobres da China, geralmente antigas colônias de pescadores e para fazer esse desenvolvimento e de modo que não afetasse as populações da cidade. Como a China adota o sistema de passaporte interno, eles poderiam con-

trolar o fluxo inclusive de pessoas para as zonas de processamento.

Então, isso aí foi estabelecido quase um regime fechado nessas zonas em que o restante da população da China não tinha acesso. E eles fizeram ali, começaram a fazer a zona de processamento de exportação na China com sucesso. Com sucesso por quê? Porque a China não tem leis sociais, a China, essa zona era uma área vazia na cidade hoje próximo, mas na época cidades vazias e eles direcionavam a economia do que poderia ser praticado daquelas regiões. Em face disso, as zonas de processamento de exportação foram um sucesso e só tiveram sucesso na China. Porque o Brasil já tem leis de Dralbec(F) qualquer País, qualquer Estado, qualquer cidade pode praticar industrialização para exportação, usando Dralbec(F) o que é permitido na Legislação fiscal brasileira.

Então, essa história mais foi um modismo que o Brasil adotou como tantos que tem adotado aqui. Assim, não cabe e nem trazem, se ela for feita no sentido puro do que é uma zona de processamento de exportação, ela não traz benefício interno nenhum. O que se quer através da zona de processamento de exportação é abrir uma porta para que o processado nessas zonas entre no mercado interno de maneira sub-reptícia. Esta é a realidade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone)... Adicionais do Senador Gilberto Mestrinho. Eu acho que apenas se deve dar uma oportunidade à Senadora Roseana agora de retirar seu próprio Projeto, aguardar esse novo Projeto. Em vez de se derrotar o Projeto da Senadora, que é um Projeto bem intencionado, mas fora da realidade, conforme demonstra o Senador Gilberto Mestrinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Senador mantém o pedido de vista então? Concedida vista e eu gostaria de posteriormente discutir um pouco com o Senador Gilberto Mestrinho, um pouco sobre a questão das ZPEs nessa nova regulamentação que está vindo aí que tem uma conotação bastante mais atualizada do que as antigas zonas de processamento de exportação e se propõe muito mais uma questão logística do que uma questão fiscal. E esse tipo de zona de... De ZPEs, entre aspas, que nem em todo lugar chama ZPEs, já foi adotado em vários Países para facilitar a logística de determinada estrutura e como eu sei que o Senador Gilberto Mestrinho é um profundo estudioso de todas essas questões, eu gostaria depois na discussão da nova ZPE, da regulamentação das novas ZPEs que me parecem ser bastante importantes. Item... Como os demais itens são terminativos, não há suficiente

quorum, mas eu gostaria de colocar em votação o Requerimento do Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu gostaria de usar a palavra, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o País vem acompanhando com muita preocupação uma questão que é fundamental para o nosso desenvolvimento, que é a questão da matriz energética a gás. O País foi induzido de que essa é a matriz do futuro, é a matriz limpa e o Brasil abraçou. Com toda razão. Porque o Governo garantiu o gás, garantiu o preço do gás, é realmente uma matriz limpa, é o futuro energético, não só para o Brasil como para o mundo inteiro.

Então, não tinha porque não abraçar. Os industriais investiram muito na mudança dos seus processos, colocando a matriz gás em substituição à energia elétrica e os contratos foram firmados. E lamentavelmente, diante da crise da Bolívia e da maneira como o Governo Brasileiro vem negociando com a Bolívia e aceitando as imposições, não há outra palavra a não ser essa, as imposições que a Bolívia vem colocando com relação a essa sua riqueza mineral, que era fruto de contrato estabelecido com a PETROBRÁS e que estão sendo rompidos e renegociados, o Governo anunciou de que manteria o compromisso com a população brasileira de manter o preço do gás e não repassar ao consumidor brasileiro. Lamentavelmente agora, a PETROBRÁS diz que não vai manter o preço do gás, vai modificar esse preço, vai aumentar e através do aumento do preço desestimular o consumo. Porque nós vamos ter uma redução no fornecimento de gás. Veja que absurdo e que o vai se pagar na economia brasileira e no consumidor esse aumento de gás pela PETROBRÁS.

Somado a isso, Sr. Presidente, também há a questão dos gasodutos, uma questão que não está resolvida no País. Nós temos a questão do gás N no nordeste, temos Coari-Manaus, temos também Coari-Porto Velho, que Senador Valdir Raupp já me disse da sua preocupação, é uma questão também do gasoduto que não anda, não avança. E nós temos que construir essa rede, essa malha de gasoduto. E por fim, mas não menos importante, talvez mais importante, a questão da siderurgia do Ceará, de V.Ex^a. Que eu até vi o Ministro, ex-Ministro Ciro Gomes Deputado Federal eleito mais votado naquele Estado e correligionário do Presidente Lula, se indignar com justiça.

Eu muitas vezes, posso divergir do Ministro Ciro Gomes com relação à transposição do São Francisco, mas na defesa do seu Estado ele faz muito bem e sei que V.Ex^a. é o defensor mor dessa questão e sempre lutou, Governador por três vezes do seu Estado para que fosse uma siderurgia para o Ceará, assim como os nordestinos lutaram por uma nova refinaria e que

o presidente disse que vai implantar em Pernambuco. Nós aplaudimos, nós da Bahia que temos uma refinaria, a única do norte e nordeste e que agora chega uma nova refinaria. E que, portanto, também está na pedra fundamental. Não sei quando é que essa refinaria de Pernambuco, que é uma parceria com o Governo da Venezuela vai se tornar uma realidade. Mas voltando à questão do Ceará, a siderurgia eu sei que V.Ex^a. já trabalhou tanto para que fosse feito a siderurgia no Ceará, os acordos foram feitos, o Governo se disponibilizou, se empenhou ao máximo, foram assinados contratos de fornecimento de gás com preço determinado, que viabilizam a siderurgia e de uma hora para outra tudo isso acabou. Rasga-se o papel e o Governo diz à PETROBRÁS, porque faz caixa para o Governo e por sinal é muito utilizada essa empresa politicamente, lamentavelmente, que não deveria ser, porque ela não pode ser utilizada politicamente, é uma empresa pública com ações nas bolsas de valores, mas as ONGs recebem recurso, as festas de emancipação de Município, festa de São João. Todo mundo recebe, forró recebe recurso hoje da PETROBRÁS lamentavelmente, Senador Garibaldi. E em que critérios? Provavelmente critérios políticos partidários. Por isso é que eu estou tendo a iniciativa de um Requerimento para que essa Comissão convoque aqui o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da PETROBRÁS, para que esses assuntos que são tão importantes para desenvolvimentos regionais, todas as regiões brasileiras hoje são afetadas com esse problema do gás.

Então, que fosse discutida nessa Comissão. É o nosso Requerimento que eu estou fazendo verbalmente e que assinarei para que V.Ex^a. possa fazer o convite ou convocação, o que for melhor, do Ministro de Minas e Energia e do Presidente da PETROBRÁS para discutirmos aqui nessa Comissão esse assunto que afeta tanto o País e os nossos Estados. Era isso aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Senador César Borges, queria parabenizá-lo mais uma vez pela iniciativa, que inclusive coloca em questão o papel da PETROBRÁS como empresa estratégica no desenvolvimento regional também. Evidentemente utilizando todos os critérios e técnicas de moderna e eficiente gestão, mas este seu papel inclusive no caso específico da siderúrgica do Ceará em que foi rasgado o contrato, foi rasgado um contrato. Há um contrato feito com o Estado do Ceará de fornecimento do gás. O Senador Garibaldi inclusive na época acompanhou isso de perto, porque o próprio Rio Grande do Norte houve uma discussão porque poderia ser utilizado o gás do Rio Grande do Norte, mas acompanhou-se de perto. E hoje de ma-

neira absolutamente autoritária, investimentos feitos tanto pelos empresários como pelo próprio Estado, esse contrato é simplesmente rasgado e colocado em segundo plano e ao mesmo tempo em que se atua com a prepotência tremenda em cima do Estado, é com a subserviência que V.Ex^a. tão bem definiu, que se tratou a questão da Bolívia.

E pediria permissão a V.Ex^a. para juntar a esses convocados, esses convidados, o Vice-governador do Ceará, que foi o autor do Projeto, quem acompanhou todo esse processo de instalação para também fazer parte de uma dessas Audiências Públicas e uma das empresas, que no caso é a própria Vale do Rio Doce, que é sócia, alguém ou Diretor da Vale do Rio Doce para que acompanhe, para que possa falar do seu papel como investidor. Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Presidente, essa questão do desenvolvimento regional no Brasil é uma questão muito complexa. Complexa não pelo significado do desenvolvimento ou pela natureza das regiões. Mas pela visão dos governos brasileiros em relação às várias regiões do País. Por exemplo, esse caso do ferro, do aço, da siderúrgica do Ceará. Se houvesse uma visão global do País, uma questão de logística do País, estudo de logística, iam verificar que o transporte do aço, das siderúrgicas do sul ou mesmo da Bahia para o nordeste é quase o preço do aço.

Então, o mais natural seria montar siderúrgica no Ceará que está intermediário na região nordeste. A questão do gás, que também é fundamental como hidrelétrica, está provado que a hidrelétrica gera uma energia muito mais barata do que qualquer outra. E ela não causa danos ambientais. Eu já vi hidrelétricas sobre o (inaudível) sem alagamento. Aproveitando a própria natureza do rio se faz um desvio, uma quedazinha no rio, no próprio rio e de lá (inaudível), tem uma grande, dois milhões e poucos de quilowatts e que funciona naturalmente. Não faz, nem o estrojo(F) sofre com isso. Porque eles têm umas turbinas que jogam o estrojo(F) para o outro lado, de um lado para o outro.

Então, não há esse problema. O problema todo é que no Brasil nós vivemos dominados pelo interesse internacional que não quer o nosso desenvolvimento. Todas as vezes que se quiser fazer qualquer coisa que possa prejudicar os interesses internacionais em outras partes do mundo ou dentro do País, eles imediatamente mobilizam a opinião pública internacional através de meios outros, ONGs, etc e impedem e criam ficções sobre isso. Quer dizer, esta é a realidade. Essa questão do gás da Bolívia se discute há muitos anos. O seu pai, por exemplo, foi que denunciou os acordos de Roboré. O acordo de Roboré foi o início de toda

essa questão do gás no Brasil. Há muito tempo que é queria fazer. Eu conheço esse assunto porque um dos interessados era um amigo meu, que era o Antônio Gaudiano. E foi e não se fez o acordo. Esse acordo de gás veio ser feito muito depois altamente prejudicial ao País. Por quê? Porque a Bolívia, a única saída que ela tinha para vender o gás, era o Brasil. Se o Brasil não comprasse, ela não poderia vender gás para ninguém. Mas nós aceitamos preços altos, condições altas e agora o Evo Morales estabelece condições e o Brasil aceita. A PETROBRÁS está trabalhando na Bolívia agora pagando 82% do rendimento que tem ao Governo boliviano. Ela fica com 18%. É uma companhia que se prepõe uma grande multinacional, mas (inaudível) é um peão da Bolívia hoje. Funciona como peão da Bolívia. Ganhando 18% do que produz. E assim essas questões todas. A questão aqui no Brasil também se acabou com as ferrovias. Por que é que o americano tem um poder de competitividade muito grande? Porque tem uma malha de transportes fantástica. Ferrovias, hidrovias e rodovias.

Então, é fácil para eles. Eles levam produtos de Los Angeles para Nova York com a maior facilidade. No Brasil, não. No Brasil nós optamos pela estrada por quê? Porque na época foi imposto ao Brasil o gasto do petróleo.

Então, tinha que ser estrada porque a estrada gasta asfalto. Máquina que é dominada pelas empresas também. Automóveis produzidos por eles. E estão correndo aqui. E desmantelada a malha ferroviária.

Então, o nosso transporte aumentou oito vezes. Só que o Brasil, pela dimensão continental que tem, não teve condições de manter a malha rodoviária. E está esse desastre que está aí. Que não há condição de consertar ainda. Não há, porque o Brasil se endividou de tal maneira que não é possível um País pagar 40% do que arrecada de juros improdutos. Porque esse dinheiro já foi usado no passado sem resultados.

Então, essa questão toda eu acho que a Comissão deveria estudar mais ou menos, fizesse seminários para ver. Porque nós fazemos um erro aqui muito grande que é convocar, quando se fala em fazer, estudar o turismo brasileiro, nós chamamos professores universitários, economistas famosos que nunca foram ao campo. Que não conhecem o Brasil. Não sabem das peculiaridades regionais, do que há em cada região do País. E dão palpite acadêmico. E não dão o palpite, a idéia real das condições brasileiras.

Então, esse é o problema que há com a água do nordeste, já existe em teste membranas para dessalinizar a água sem problema nenhum. Isso já existe. Mas o Brasil não está preocupado com isso. O Brasil está preocupado com outras coisas. Resultado – Nós

este ano não temos 10 bilhões para investir na capacitado da União. Não dá 10 bilhões este ano. 2007. E 10 bilhões para investimento, isso em qualquer capitalista americano dá de graça em filantropia. Porque fica coisa mais ou menos cinco bilhões de dólares. Agora tem americano fazendo bilhões... Outro dia o Bill Gates deu quase 10 bilhões para uma campanha aí. De dólares.

Então, para nós é triste a situação brasileira. É muito triste. Porque esse pessoal todo formado em Harvard, formado em Oxford, esse pessoal todo, eles vivem na teoria. Eu certa vez, fazendo uma palestra, foi presidida pelo que faz a torre de cabeça a cabeça, é muito citado aí, ele chamara a atenção do pulmão que era a floresta amazônica. Pulmão? Eu vi aquilo e tal e eu defendi o meu ponto de vista. Não, mas a floresta amazônica é o pulmão do mundo e tal. Eu digO – “Olha, professor, eu por força... Eu não sou médico, por força da minha posição, por ter sido Governador algumas vezes, eu fui obrigado a ter contato com médicos, com hospitais, visitei hospitais no mundo inteiro e tal, vi os avanços da medicina e lhe confesso – Não encontrei nenhum pulmão no mundo, natural ou artificial, que gerasse oxigênio. Todo pulmão consome oxigênio”.

Então, a floresta amazônica não gera um quilo de oxigênio. E de fato é isso mesmo. Essa é a realidade do mundo. Quer dizer, por que ficam repetindo aquilo e geralmente os economistas eles repetem um axioma de estatística. O que é constante no passado é provado no futuro. Depois vêm as condições todas que acontecem aí. A agricultura, por exemplo, tem a seca. Tem chuvas demais. Tem uma série de coisas. Tem a falta de crédito. Tudo isso influi numa safra agrícola. E assim em toda a atividade humana.

Então, a experiência, nós que vivemos, que viemos lá de baixo, que seguimos a vida, fomos Governadores, tivemos contato com populações de todas as classes, porque a vantagem do Governador, de quem foi Governador, é que ele teve contato com todas as classes sociais. Ele não discutiu apenas o problema dos banqueiros, dos industriais. Não. Ele discutiu o problema do povo também. Ele observou as peculiaridades do povo.

Então, jamais alguém formado apenas na universidade e que depois seja um doutor, esse coitado não vai dar certo nunca, que é o caso do Brasil. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Muito obrigado Senador, mais uma vez com toda a sua bagagem, sua experiência, nos dá sempre aqui uma importante noção dos problemas, na profundidade dos problemas brasileiros. Muito obrigado.

Pena que V.Ex^a. se manifeste tão pouco no Plenário também. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu não só acatei a sugestão de V.Ex^a. como já encaminhei o Requerimento, se V.Ex^a. desejar ler, com o acréscimo do Vice-governador atual do Ceará, Sr. Maia e do Diretor da Vale do Rio Doce, no nosso Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE) – Passo a ler, então, o Requerimento do Senador César Borges. “Requeiro nos Termos Regimentais realização de Audiência Pública para tratar da questão do fornecimento de gás pela PETROBRÁS...” Aqui acho que está dentro do... Tem algum pequeno erro aqui. Mas basicamente a questão que precisa ser corrigido, basicamente a questão do gás, a matriz energética do gás, o posicionamento da PETROBRÁS, a questão dos gasodutos e a questão da siderúrgica do Ceará. “Com a presença dos Ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, o Presidente da PETROBRÁS, Sérgio Gabrielli, do Vice-governador do Ceará, Maia Júnior e do Diretor Executivo da área de ferrosos da Vale do Rio Doce, o Dr. José Carlos Martins”. Não há mais quem queira discutir. Fica colocado em votação. Os Senadores que concordam ficam como estão. Está aprovado o Requerimento. Encaminho, então, à secretaria para que faça os devidos convites aos indicados. Não havendo mais nenhum item na pauta, declaro encerrada essa Sessão.

(Sessão encerrada às 12h22.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 11ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de agosto de 2006.

Às onze horas do dia dois de agosto de dois mil e seis, na Sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência, em exercício, do Senador FLÁVIO ARNS, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores (as) – LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, MAGNO MALTA, VALDIR RAUPP, JONAS PINHEIRO, OSMAR DIAS, PEDRO SIMON, JUVÊNCIO DA FONSECA, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, SERYS SLHES-SARENKO E SÉRGIO ZAMBIASI. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Flávio Arns, informa que a presente reunião

destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta – **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003 (TERMINATIVO). EMENTA** – Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. **AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Flávio Arns. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO** – **ADIADO.** **OBS** – **EM 31/5/06, foi lido o relatório e encerrada a discussão. Matéria em fase de votação.** **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Efraim Morais. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Flexa Ribeiro. Em 31/05/06, foi lido o relatório. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **RESULTADO** – **ADIADO.** **OBS** – Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Pallochi, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 § Único, do RISF). **ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003 (PL. nº 02820, de 2000, na origem) (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). **AUTOR:** Deputado Alberto Fraga. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores (as) – Pedro Simon, Ana Júlia Carepa e Jonas Pinheiro. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovado o Voto em Separado do Senador Jonas Pinheiro, relator do vencido, pela maioria dos membros presentes, com voto contrário da Senadora Ana Júlia Carepa. **RESULTADO** – **APROVADO O VOTO EM SEPARADO DO SENADOR JONAS PINHEIRO. SERÁ ENCAMINHADO À SECRETARIA-GERAL DA MESA.** **OBS** – Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner. O Senador Jonas Pinheiro apresentou Voto em Separado, o qual concluiu pela aprovação com emenda substitutiva. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2002 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Ins-

titui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **RELATORA** – Senadora Lúcia Vânia. **RELATORA AD HOC:** Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, pela aprovação da Emenda nº 1-CRA, na forma da subemenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2-CRA. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores (as) – Ana Júlia Carepa, Mozarildo Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia e Serys Shlessarenko. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **APROVADO O PARECER.** **OBS** – **O PROJETO SERÁ ENCAMINHADO À CCJ E POSTERIORMENTE À CAE, EM DECISÃO TERMINATIVA.** **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2002 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Wellington Roberto. **RELATOR:** Senador Wellington Salgado. **RELATÓRIO** – Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **RESULTADO** – **ADIADO.** **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação matéria com acolhimento da emenda nº 1-CRA. **RESULTADO** – **CONCEDIDO VISTA À SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, em exercício da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Presidente, em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há quorum regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Requeiro aos Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que com anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

A presente Reunião destina-se a apreciação de matérias. A Pauta foi distribuída aos Srs. Senadores, Srªs. Senadoras; temos vários itens de natureza Terminativa, outros de natureza não Terminativa, vamos

iniciar a apreciação da Pauta com os Relatores aqui presentes.

Então, em primeiro lugar, dá item como item não Terminativo, Item nº 04, Projeto de Lei do Senado nº 153/2002, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências. O Autor é o Senador Mozarildo Cavalcanti. A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, só um minutinho, é a Senadora Lúcia Vânia. Como a Senadora Lúcia Vânia não está presente, o Autor está presente, quero dizer, inclusive, que foram apresentadas duas Emendas pelo Senador Gilberto Goellner, no prazo regimental. Indago se a Senadora Ana Júlia pode servir como Relatora ad hoc.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) –

Com muita honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, com a palavra a Senadora Ana Júlia.

Quero, também, esclarecer que a Relatora, Lúcia Vânia, concluiu pela aprovação do Projeto, pela aprovação da Emenda nº 01 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na forma da Sub-Emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2.

Esclareço, também, à Comissão que, em 30/11/2005, foi realizada Audiência Pública, para instruir o presente Projeto, em cumprimento ao Requerimento nº 29/2005, da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Flexa Ribeiro, com a presença da Srª. Laís Costa, gerente do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, do Ministério da Integração Nacional, do Sr. Raimundo Lima, Diretor do Programa para as Regiões Norte e Centro-Oeste do INCRA, da Srª. Eliane Maria de Souza Gomes, Coordenadora Geral de Desenvolvimento Regional da SUFRAMA e do Sr. Manoel Valdemiro da Rocha, Assessor Especial do Ministério da Agricultura.

Dessa forma, então, em discussão o Relatório da Relatora. Só um minutinho, por favor. Então, nesse sentido, então, eu solicito à Senadora Ana Júlia Carepa que sirva como Relatora ad hoc, para apresentar o Relatório elaborado pela Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) –

Obrigada, Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente e agora preside essa Reunião, Senador Mozarildo que aqui se encontra e Autor do Projeto que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte dá outras providências.

É óbvio que um Projeto que institui um Programa, ele depende também, claro, da regulamentação do próprio Poder Executivo, mas eu quero dizer que sou favorável, Senador Mozarildo. Esse Projeto abrange vários Estados da nossa Região e ele tem... Nós fizemos, inclusive, uma Audiência Pública, que já foi

colocado aqui, para discutir esse Projeto de Lei e eu quero dizer que, independente da posição de Governo, eu vou concordar com o Parecer da Senadora Lúcia Vânia e serei favorável a esse Projeto, porque eu acho que ele é importante para essa Região e, apesar de ter sido colocado, já existem outros Programas; eu acho que ele não é excludente em relação aos outros Programas, às outras linhas de financiamento, aos outros incentivos ao desenvolvimento que já existem na Região, até mesmo aqui foram chamados, para participar dessa Audiência Pública, como a ADA, que nós mesmos aprovamos já, a SUDAN e depende, apenas, da votação da Câmara dos Deputados, como o Ministério da Agricultura, como a SUFRAMA, que já pega apenas uma parte da Amazônia, por exemplo, para não estar dentro da área de abrangência da SUFRAMA, mas está dentro da área de abrangência da SUDAN.

Então, eu quero dizer que o PLS 153, ele é constitucional, ele, especialmente com o disposto no Art. 187 da Constituição, que dispõe sobre a política agrícola e legais, ele estando, plenamente, em consonância com a lei de política agrícola, ainda com os ditames regimentais atinentes a essa matéria.

O Projeto também está de acordo com a Lei Complementar nº 95 e com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107/2001, que dispõe sobre os preceitos da boa técnica legislativa.

A CCJ terá oportunidade de debruçar-se sobre as questões de juridicidade e constitucionalidade e a CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, analisará os reflexos sobre as finanças, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, nós vamos nos restringir, nessa oportunidade, à análise conclusiva sobre o mérito do Projeto para o setor agropecuário, visto que esta é uma Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esse, segundo próprio Autor, o Projeto de Lei tem, como objetivo, impulsionar as atividades agropecuárias extrativas nos Municípios dos Estados do Norte que detêm quase 70% das fronteiras secas do País e ele acrescenta, ainda, que a promoção, a fixação do homem no campo, não só é uma questão econômica mas, também, é uma questão de segurança nacional. Então, nosso entendimento, eu concordo com que colocou aqui a Senadora Lúcia Vânia, essa proposição é adequada.

E eu, então, passaria para o voto, que somos favoráveis, visto que as contribuições decorrentes da Audiência Pública e os efeitos positivos para os Municípios abrangidos pelo Projeto do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, nós entendemos que a aprovação desse Projeto de Lei do Senado nº 153/2002, permitirá otimizar a produção agropecuária e garantir o desenvolvimento

sustentável da Amazônia Legal que, aliás, essa palavra desenvolvimento sustentável, nos últimos anos, é tão utilizada mas, muitas vezes, ela não é colocada em prática e o desenvolvimento sustentável, no que nós entendemos, é colocar em prática um desenvolvimento que tenha viabilidade econômica, tenha, também, um compromisso social e tenha, com certeza, o compromisso e a responsabilidade ambiental.

Então, são esses três fatores fundamentais e o Projeto, como ele indica um Programa, na verdade, que precisa ser, ainda, regulamentado para poder ser colocado em vigor, então, quero dizer que somos, absolutamente, favoráveis ao Projeto e nós, eu quero aprovar o voto da Senadora Lúcia Vânia, que ela aceitou a Emenda, na forma de uma Sub-Emenda, que ela aceitou a Emenda do Senador, no caso do Gilberto Goellner, ela rejeitou a Emenda nº 2.

Então, eu quero dizer que o voto é favorável, com apresentação dessa Sub-Emenda que foi aprovada, sugerida pela Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, está em discussão o Relatório da Senadora Ana Júlia, não havendo quem...

O Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Só queria agradecer a gentileza da Senadora Ana Júlia, que, não só leu o Relatório da Senadora Lúcia Vânia, mas fez comentários importantes sobre a importância desse Projeto para a Região Norte, uma vez que Projeto semelhante já foi aprovado, com relação à fronteira agrícola sul.

Entendo que, portanto, é um Projeto que vem sanar uma lacuna e, como a própria Senadora falou, vai ser, ainda, regulamentado de acordo com os diversos Ministérios, os diversos Órgãos que atuam na Região. Eu agradeço, portanto e peço o apoio dos Pares para a aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Presidente, o Senador Gilberto Goellner, quando no exercício do seu mandato como meu suplente, ele apresentou duas Emendas a esse Projeto. E rejeitou-se a Emenda nº 2, que eu acho pertinente essa Emenda, porque Mato Grosso é amazônico. Mato Grosso, até 1978, era amazônico do Paralelo 16 ao Norte. Depois, com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, retirando de Mato Grosso, a Lei Complementar que criou Mato Grosso do Sul estendeu a todo o Mato Grosso, também, para ser amazônico, a fim de que receber incentivos da Amazônia.

Então e também aqui, incluiu-se os Estados limítrofes à Bolívia; Mato Grosso tem 1.400 quilômetros de

linha seca com a Bolívia. Portanto, a exclusão de Mato Grosso, eu acho que não justifica e eu peço à Casa que aprove, através de um destaque que eu possa fazer, a inclusão da Emenda nº 2, que foi rejeitada pela Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a palavra a Relatora Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu queria, exato, já que eu sou Relatora ad hoc, eu queria, inclusive, fazer até, eu queria concordar com o Senador Jonas e fazer uma outra Sub-Emenda, mas vou querer dialogar com o Autor do Projeto, Senador Mozarildo.

Senador, o seu Projeto, ele cita, claramente, que teria que (inaudível) convênios que são feitos com Ministério da Agricultura, com INCRA, com a ADA, com a SUFRAMA, no caso ADA, SUDAN ou Ministério do Desenvolvimento Agrário, eu acho que está faltando colocar o MDA. Eu acho que faltou isso, eu incluiria o Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque ele só colocou o INCRA, mas o INCRA é um órgão que é, na verdade, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, eu acho que a gente deveria colocar o Ministério de Desenvolvimento Agrário. E eu queria acrescentar, Senador, o seguinte, que essas políticas tivessem, também, dentro...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – No Art. 4º, está falando, Ministério da Agricultura,...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Mozarildo, por favor, só...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – ...e Desenvolvimento Agrário.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Ah, então, é porque aqui no resumo, ele não está, está aqui.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Página 50. Página 50. Está falando, Desenvolvimento Agrário.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – É, no outro, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Art. 4º.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Do Desenvolvimento Agrário, por intermédio...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Ah, então... Ah, pelo Instituto Nacional de Colonização, pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia, pela Superintendência da Zona Franca de Manaus.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, faltou, talvez, ela, é isso, é porque pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – No Art. 4º.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Art. 4º. Está aqui.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Item 01.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Item 01. Na esfera federal, Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, mas por intermédio do INCRA, não é? Seria só. Eu acho que Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Poderia suprimir o INCRA

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O Ministério, porque, aí, o INCRA está incluído.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Abrange tudo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Incluindo o INCRA. Isso. Eu queria propor, Senador, aqui está colocando as ações, eu queria colocar que, principalmente na questão dos objetivos, que possa assegurar, também, que eles estejam de acordo com o Plano que já foi, também, aprovado, por exemplo, Plano Amazônia Sustentável, que essas ações, elas, nós incluiríamos aqui, no Art. 2º, um outro item assegurando que eles estarão, que esse Programa, ele estará articulado em consonância, tanto com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, como também com o Plano da Amazônia Sustentável. Eu acho que assim, nós inclusive evitamos qualquer...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Ana Júlia, eu só assim, se houver outras modificações...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – A Senadora Lúcia Vânia chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ...que tenham que ser feitas, aí nós estaríamos, assim, numa dificuldade para aprovar o Projeto no dia de hoje. Agora, o Senador Jonas Pinheiro solicitou... Com prazer, nós temos a presença da Senadora Lúcia Vânia, que a Senadora Ana Júlia havia sido indicada como Relatora ad hoc.

A intenção do Senador Jonas Pinheiro, ele pede, assim, anuência da Relatoria, para a aprovação da Emenda nº 2, Senadora Lúcia Vânia, que trata da inclusão do Estado do Mato Grosso, dos Municípios do Estado do Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia, Pará, Acre e Mato Grosso, cujas sedes estejam localizadas na faixa territorial de até 150 quilômetros.

O Parecer de V. Ex^a. é pela rejeição desta Emenda, aprovação da Emenda nº 1, na forma da Sub-Emenda e rejeição da Emenda nº 2. O pleito do Senador Jonas Pinheiro é no sentido de se reconsiderar essa possibilidade, aprovando-se a Emenda nº 2. Nesse sentido, Senador Jonas Pinheiro inclusive pode fazer a ponderação novamente.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Senadora Relatora, a proposta original, ele diz dos Estados que limitam com os Países limítrofes do Brasil, inclusive a Bolívia. Em Mato Grosso tem 1400 quilômetros de divisa com a Bolívia, em linha seca.

Portanto, o que nós estamos solicitando, é para que Mato Grosso não fique de fora, porque Mato Grosso também ele é amazônico. Por isso, nós consideramos uma injustiça não estar incluído, o Estado de Mato Grosso e eu faço um apelo para a eminente Relatora reconsiderar a sua decisão e incluir o nosso Estado, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, eu entendo que, na verdade, esse Art. 1º, há um equívoco de redação, porque quando fala dos Municípios e cita os Estados, realmente omite o Mato Grosso. Mas, quando fala a questão da fronteira com o Guiana, Suriname, Bolívia, inclui, automaticamente, o Mato Grosso. Então, para mim, é apenas uma questão de ajuste de redação, poderia se suprimir a menção aos Estados e dizer os Estados da Amazônia Legal, com isso estaria suprimindo a questão do Mato Grosso também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Lúcia Vânia, com a palavra, como Relatora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Srs. e S^{ras}. Senadores. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Senadora Ana Júlia, por ter me substituído aqui, durante esse período que eu estive fora. Quanto a essa Emenda, acredito que eu, pelo menos para mim, me parece que a sugestão do Senador Mozarildo contempla a Emenda solicitada pelo Senador Jonas Pinheiro.

Eu gostaria de ouvi-lo porque, para mim, a sugestão dele está perfeitamente de acordo e que atente a solicitação do Senador Jonas Pinheiro com a preocupação de incluir Mato Grosso, incluindo os Estados da Região Amazônica, obviamente Mato Grosso estaria incluído. Então, gostaria de ouvir as colocações do Senador Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, com a palavra o Senador Jonas Pi-

neiro, para opinar sobre a sugestão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Incluindo os Estados da Região Amazônia, Amazônia Legal.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Só que tem aí um inconveniente, porque Tocantins não faz divisa com os Países vizinhos, agora está dentro da Amazônia Legal. Incluiria o Tocantins nessa altura? Os Municípios de Tocantins?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas ele não faz fronteira, como é que vai poder? Só aqueles que fazem fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só cujas sedes estejam...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Na Amazônia Legal e que estejam na faixa de fronteira

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Faixa de até 450 quilômetros de largura ao longo da fronteira.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Então, aceito a sugestão do Senador Mozarildo e acrescento os Estados que fazem fronteira com a Amazônia Legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Podemos ler, então, o artigo. Senhora, poderia ler a redação do artigo?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Art. 1º. É instituído o Programa Fronteira Agrícola Norte, a ser implementada na área formada pelos Municípios dos Estados, aí ficaria, da Amazônia Legal...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – De Estados, Senadora, de Estados.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – De Estados, em vez de dos, de Estados da Amazônia Legal, cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura, ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Eu queria aproveitar, Senador e dizer que a minha proposta de acrescentar, eu vou deixar para fazê-lo na outra Comissão, na Comissão de Assuntos Econômicos que, inclusive, vai precisar que o próprio Autor do Projeto, ele já mande para a Comissão, os impactos econômicos que é isso que a Comissão de Assuntos Econômicos irá fazer, a avaliação, se está dentro, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu proponho, porque a minha Emenda, Senador, que eu propus, é que apenas que, dentro, aqui, dos objetivos do Programa, que eles estejam de

acordo com o Programa Amazônia Sustentável e com o Programa Fronteira Agrícola. Então, não tem nada, não é algo que colide com a idéia do Programa, ao contrário, apenas para que explicita para, exatamente, não criar áreas de sobreposição com os Programas que já existem, mas sim somem.

Então, eu deixaria isso para que a gente possa votar hoje, deixaria isso para apresentar, mas já estou aqui, o Senador Autor já concordou com a idéia, então, já estou aqui colocando só a idéia para colocar em outra Comissão, tá? É o que a gente, que a Senadora Relatora acatou, foi esse ajustamento em relação à Amazônia Legal.

Então, na verdade eu não estou propondo, eu só registrei e vou propor isso, já até com apoio do próprio Autor, quando for para a Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero então, inclusive, com apoio da Assessoria da Comissão, só dizer, então, que o Projeto, na verdade, está sendo proposto que seja aprovado com a redação do Art. 1º oferecida pela Relatora do Projeto, na forma como foi lido, está certo?

E a Emenda nº 2 continua rejeitada, continua rejeitada e a Relatora está oferecendo, para a Emenda nº 2, uma alternativa de redação da sua própria autoria, que contempla o debate acontecido a respeito desse assunto. Está bem assim para efeitos, já lido o artigo pela Senadora, área formada pelos Municípios de Estados da Amazônia Legal cujas sedes estejam localizadas na faixa, retirando-se a menção aos Estados.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem, Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. Em primeiro lugar, para saudar, tanto o Autor, quanto a Relatora, pela oportunidade, realmente, de trabalharmos essa questão tão complexa para nós, que temos tantos Municípios em Mato Grosso, em área da Amazônia e em área de fronteira com a Bolívia. E dizer que somos, óbvio, vamos votar favorável e que alguns ajustes que se façam necessários, com certeza serão feitos em outras Comissões, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, está então encerrada a discussão.

Passamos à votação do Relatório, que é pela aprovação do PLS 153/2002, pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da Sub-Emenda que foi oferecida, pela rejeição da Emenda nº 2 e pela inclusão de uma Emenda de autoria da Relatora, no sentido de se alterar

o Art. 1º, área formada pelos Municípios de Estados da Amazônia Legal, cujas sedes e aí segue o que já está, na verdade, estabelecido no Art. 1º.

Em votação, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, que estejam de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos ao Item...

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Senador Jonas Pinheiro pela ordem.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, eu não posso deixar essa oportunidade, de falar sobre a preocupação dos Líderes da Câmara e do Senado que, nesse momento estão reunidos para tratar da Pauta de votação de hoje e amanhã e, entre esses assuntos, está a possibilidade de fazer uma Sessão de Vetos, de Vetos do Sr. Presidente da República.

E há um movimento, Sr. Presidente, no Brasil inteiro, dos produtores rurais e das empresas de pesquisa, para que, entre esses Vetos, seja apreciado aquele sobre a Lei de Biossegurança, no que trata da CTNBio, em que o Presidente vetou o quorum para decisão da CTNBio, que tem 27 membros e, segundo a lei aprovada, segundo a proposta aprovada no Congresso, a aprovação na CTNBio se daria com a maioria simples. O Presidente vetou e, depois, numa agressão frontal a essa Casa, baixou um Decreto dizendo que não, no caso da CTNBio, a aprovação dos assuntos levados àquela CTNBio, seria a aprovação, se daria por dois terços dos seus membros.

E isso, Sr. Presidente, travou completamente toda a ação da CTNBio. Existem hoje, muitos gens que estão sendo estudados, gens importantes para o Brasil, por exemplo, gens novos contra a ferrugem da soja, contra ervas daninhas, que estão na prateleira para fazer o estudo na CTNBio e não está se conseguindo fazer, em função do quorum. Há um movimento, houve um movimento, ontem, na Casa Civil, o Presidente está, também, concordando com essa possibilidade, em vez de ele baixar um novo Decreto, ele passaria, por essa oportunidade que está se tendo agora, de, ao vetar aquele trecho, voltaria o dispositivo original aprovado no Congresso Nacional.

E queria dar essa informação, porque não há ambiente mais importante para tratar desse assunto, do que na Comissão da Agricultura, inclusive com a presença da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que foi um dos baluartes na aprovação da Lei de Biossegurança. É um assunto que interessa a todos, não importa

a ideologia, não importa o Partido, eu acho que é um assunto que interessa a todos.

V. Ex^a., Sr. Presidente, trabalhou intensamente, fez os entendimentos, fez o acordo e é preciso que a CTNBio volte a funcionar, porque o Brasil está precisando dos seus Pareceres. Então, eu queria dar essa informação, de que é possível que nós estaremos chamados, hoje à noite, ou amanhã cedo, para uma Sessão no Congresso, para apreciação de Vetos e, entre eles, está o quorum da CTNBio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senadora Lúcia Vânia. Pela ordem.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a. e à Senadora Ana Júlia, que pediu vista de um Projeto de minha autoria, que trata da questão dos índices de produtividade. Essa questão tem trazido uma inquietação muito grande nas regiões de Goiás, Mato Grosso, Centro-Oeste de maneira geral e nós gostaríamos que esse Projeto viesse, fosse entregue à Comissão, para que a gente pudesse abrir esse debate, que eu acho que é um debate extremamente importante e tenho certeza que a Senadora Ana Júlia já teve tempo, mais do que suficiente, mais que regimental, para analisar o Projeto. Portanto, eu solicitaria à V. Ex^a. que colocasse em Pauta na próxima Reunião, esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. A solicitação de V. Ex^a. será atendida e quero destacar, ainda, a observação do Senador Jonas Pinheiro enaltecendo, assim, essa busca desse entendimento, como V. Ex^a. relatou, do próprio Planalto, dos parlamentares, mostrando da necessidade de aprovação desse aspecto para tantas iniciativas que possam favorecer o setor agropecuário e a parte de estudos dos produtos geneticamente modificados e, sem dúvida alguma, é salutar vermos que isso está acontecendo. Passamos ao Item 03 da Pauta, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 06. Eu pergunto ao Senador Pedro Simon se ele gostaria, talvez, de abordar agora, ou se nós passaríamos para outra.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Presidente, pela ordem, já que a Senadora Lúcia Vânia colocou sobre o Projeto, nós fizemos uma Audiência Pública, aqui nessa Comissão, inclusive, sobre discutindo com diversos Ministérios sobre essa questão dos índices de produtividade, inclusive, foi, até, foi interessante, porque se atualizou as informações, visto que algumas, alguns Senadores, estavam com informações atrasadas, porque já existe uma proposta nova, uma proposta que foi ajustada, que tem a concordância, inclusive, de todos os Ministérios, inclusive do Ministério da Agricultura. Então, eu só deixar claro isso, em

relação a isso, que acho que isso ajudou bastante nessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A observação da Senadora Lúcia Vânia é pertinente, eu peço à Assessoria que faça constar da Pauta, da próxima Pauta, esse debate, para se discutir e se trazer um clima de mais tranquilidade, debate, reflexão, segurança, sobre esse assunto, porque as notícias sempre são contraditórias e o povo fica muito inquieto pelo Brasil todo. Mas eu passo ao Item 03 da Pauta, como havia...

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Presidente, deixa só reforçar um pouco esse pleito e dizem que o Ministro Roberto Rodrigues jogou a toalha exatamente em função dessa intenção de mudar os índices de produtividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É. As pessoas...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Não creio isso, pelas informações que eu tenho. Aí já vai muita elucubração.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só Senadora Ana Júlia, só peço que não haja debate sobre esse assunto nesse momento, eu já fui indagado sobre isso também, eu também disse que não acreditava que isso tivesse acontecido, porque até eu relatei o que havia acontecido nesta Comissão.

O que aconteceu nesta Comissão? Nunca houve um Projeto, uma discussão mais aprofundada e o acordo que havia acontecido, nesta Comissão, sobre índices de produtividade, sempre foi no sentido de se discutir, de se refletir, de se aprofundar, ver os pontos de vista sobre o assunto e, como qualquer coisa que acontece dentro do Congresso Nacional, se chegar a uma conclusão tranquila, compartilhada, cor-responsável. Não é Senadora Lúcia Vânia? Nesse sentido. Então é bom que volte para a Pauta para que tudo isso, inclusive, seja reforçada essa linha de argumentação.

O Item 03 da Pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 06/2003, PL nº 02820/2000 na origem, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que altera os Arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das Sociedades Cooperativas. É uma matéria não Terminativa.

Em Reunião realizada em 05/10/2005, foi concedida vista ao Senador Gilberto Goellner. O Senador Jonas Pinheiro apresentou Voto em Separado, concluindo pela aprovação do Projeto com Emenda Substitutiva que apresentou. Então, com prazer, eu passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon, Relator concluiu pela aprovação, aliás. Com a palavra Senador Pedro Simon.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu poderia antes, Senador, fazer uma proposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então está, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ...que fosse dada a palavra para o Senador em primeiro lugar.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Está bom.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Olha, eu fiquei surpreso aqui, porque eu, aqui, agora, que eu estou tomando conhecimento do Substitutivo do Senador Jonas e quero dizer que, pela figura do Senador Jonas, que é o que entende e vive brigando em torno dessa tese, me parece que ele tem lógica na argumentação do Projeto dele. Eu estaria inclinado a ficar com o Senador Jonas. Só que eu queria que o Senador Jonas me desse tranquilidade, porque eu não tenho tranquilidade absoluta, mas eu acho que o argumento dele tem lógica e eu estaria propenso voltar o Substitutivo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu peço a palavra então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Então está em discussão. Senadora Ana Júlia com a palavra.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu acho que, até foi bom o Senador Simon falar, porque ele coloca uma situação, inclusive, nova. Foi apresentado o Substitutivo, nós estamos discutindo isso hoje e existe já em discussão, aqui nessa Comissão, Senador, já há muito tempo, uma legislação exatamente sobre Lei Geral das Cooperativas.

Então, eu... A proposta que eu iria fazer ao Senador Simon e ao Senador Jonas, que nós pudéssemos aguardar, porque nós votarmos alguma coisa sobre Cooperativa agora, quando tem uma proposta inclusive de Lei Geral de Cooperativa, foi criada uma Comissão, foi discutido, faz meses. Eu, inclusive, faço parte desta Comissão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Se o Senador Jonas concordar, eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Jonas com a palavra. Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, a Lei do Cooperativismo que nós temos em vigor, ela é de 1971. Daí para cá, já tivemos a Constituinte que, na Constituinte, houve um grande avanço sobre o cooperativismo brasileiro, porém, deixava bem

claro que precisava a Lei Complementar para aproveitar aquele avanço no sistema cooperativo.

E essa lei, que está sendo discutida nessa Casa, ela já tem aí mais de 10 anos que está sendo discutido. E, Sr. Presidente, o senhor, que é de um Estado onde o cooperativismo é muito avançado, assim também como o Rio Grande do Sul, representado aqui pelo eminente Senador Pedro Simon, que também é afeito a essas atividades, ela tem um defeito na administração das Cooperativas.

O que nós estamos propondo é que, nas Cooperativas, além do seu Conselho de Administração, que é eleito pelos Associados do Conselho Fiscal, que é eleito pela Sociedade, também possamos fazer com que o Conselho ou a Diretoria da Cooperativa, possa criar Departamentos apropriados com pessoa especializada, sobretudo na área de negócios, porque os sócios da Cooperativa não têm obrigação de saber tudo sobre mercado, sobre comércio.

E, o que nós temos visto hoje, é o insucesso de muitas Cooperativas, exatamente porque não existem pessoas especializadas para tomar conta disso. E o que esse Projeto propõe é isso e é por isso que o Senador Gilberto Goellner, que também é um conhecedor profundo de atuação de Cooperativas, lançou essa Emenda e eu reafirmei, depois que eu voltei a exercer a função de Senador, eu fico muito feliz quando o nosso eminente Senador Pedro Simon concorda com a idéia, porque ele entendeu o quê que nós queremos.

Nós queremos tornar uma Cooperativa muito mais eficiente, melhor administrada e, por isso, que no § 3º, nós estamos propondo que o Estatuto poderá criar órgãos, outros órgãos necessários à administração e não é nada mais do que um Gerente específico para a área de comercialização. Isso, se nós aprovamos isso aqui e transformarmos em lei, as Cooperativas já existentes, hoje, vão ser beneficiadas e vão fazer esforço para que, na Lei Geral do Cooperativismo, esse item, essa lei, seja introduzida dentro dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, continua... O Relator concorda com a observação e com o Voto em Separado do Senador Jonas Pinheiro. Existe mais alguém que queira discutir, se não houver...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu sou contrária que a gente votasse hoje, já coloquei, eu acho que, mesmo considerando que é justa a questão de que a Lei de Cooperativas, ela está, realmente, defasada e é verdadeiro isso, mas nós estamos discutindo uma lei mais ampla, inclusive, nessa própria Comissão, já chegamos, quase a um acordo, quase a um consenso. Existem pouquíssimos pontos de ajustes em relação a uma nova legislação de Cooperativas,

até porque a realidade das Cooperativas alterou e todos já conhecem, inclusive o próprio Senador Osmar Dias, que é um dos autores, o Senador Suplicy que é um dos autores, também.

Então, eu quero dizer que não me sinto à vontade para votar, inclusive, não conheço o voto, eu sei do conhecimento, eu sei da competência do Senador Jonas, mas não me sinto à vontade no Substitutivo dele, porque eu participei dessa discussão e fiz parte, inclusive, da própria Comissão que nós fizemos aqui, com membros da Comissão, discutimos diversas vezes com membros de todos os Ministérios também, com o objetivo, inclusive com o Relator, em relação à Lei de Cooperativas, com o Senador Demóstenes e é por isso que eu faço essa ponderação, que a gente aguardasse para votar, de forma... Antes votar essa outra matéria que, inclusive é muito mais ampla. Eu faria essa ponderação a esta Comissão.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Jonas Pinheiro, com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Porque que eu sou a favor que nós votemos hoje? É porque a Lei Geral da Sociedade Cooperativista, ela ainda está por votar nessa Casa, ainda vai para a Câmara dos Deputados, ela é polêmica e quando que vai ser aprovada a Lei Geral do Cooperativismo? Eu gostaria que tivesse sido aprovada. Porém enquanto aguarda, nós podemos modernizar as Cooperativas hoje existentes criando, na sua Diretoria, sessão específica de não cooperativado participar, contratado como servidor da Cooperativa, para gerenciá-la. Eu acho que essa proposta, ela vem ser de alto benefício para o cooperativismo brasileiro. Não sei se o Senador Pedro Simon concorda com a idéia?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, o Parecer do Senador Pedro Simon, encerrada a discussão, é a favor da aprovação do Projeto de Lei, na forma do Voto em Separado apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro. Como já foi pedido vista deste Projeto anteriormente, não há possibilidade de nova solicitação, então nós passamos para a votação.

Os que estão de acordo com o encaminhamento, com o voto do Senador Pedro Simon, que aprova o Voto em Separado do Senador Jonas Pinheiro, que passa a constituir, então, o Parecer da Comissão, permaneçam como estão. Aprovado, com voto contrário...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Vou registrar meu voto contrário, por conta... Não por conta do Projeto em si, apesar de eu ser contrária ao Projeto do Deputado Alberto Fraga da forma como ele veio,

que eu acho que ele é antidemocrático, mas ele reduz, inclusive, a possibilidade de democratizar direções, porque ele altera esse processo, mas não me espanto do Deputado Alberto Fraga diminuir democracia. Não é nenhuma surpresa.

Então, mas eu quero dizer que, Senador Jonas, diferente do seu, eu quero dizer que o seu Projeto, ele está contido num Projeto que nós estamos discutindo aqui, por isso eu estou votando contrário, no caso, ao seu Projeto. Eu não tenho nada contra, inclusive essa coisa de poder contratar pessoas técnicas. Mas eu acho um erro o que nós estamos fazendo aqui.

Queria, só, que ficasse registrado em Ata, que eu acho que nós estamos cometendo uma falha, um equívoco, porque estamos discutindo uma lei que é maior, a Lei das Cooperativas, que é necessário inclusive que nós votemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então está aprovado o Voto em Separado, o Parecer do Relator, que adota o Voto em Separado do Senador Jonas Pinheiro, que passa a constituir, inclusive, o Relatório do Senador Pedro Simon. A matéria, essa matéria que acabou de ser votada, será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Passamos ao Item 06 da Pauta, que é, também, de natureza não Terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 369/2003, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências. O Relator é o Senador Jonas Pinheiro, a quem eu passo a palavra.

O Relator concluiu pela aprovação da matéria, com acolhimento da Emenda nº 1 apresentada pelo próprio Autor do Projeto, Senador Álvaro Dias. Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

(interrupção no áudio)

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Em exame nessa Comissão, o Projeto de Lei do Senado de nº 369/2003, que dispõe sobre títulos das dívidas do agronegócio e dá outras providências.

A proposição, de autoria do ilustre Senador Álvaro Dias, visa autorizar as Cooperativas de Crédito das Cooperativas Agrícolas e das Agroindustriais, bem como as Associações de Produtores Rurais e demais pessoas jurídicas que operem no setor agroindustrial, a emitirem títulos da dívida de agronegócio. De acordo com o Projeto, os recursos oriundos das emissões dos papéis terão, por finalidade, incrementar o financiamento de expansão da produção, especialmente das cadeias produtivas do setor, melhorar as condições de comercialização e reduzir o custo financeiro das respectivas atividades.

No Art. 2º do Projeto são especificadas as características dos títulos da dívida dos agronegócios. Com efeito, terão prazo de até três anos, emissão de modalidade nominativa, negociável e transferível com endosso, inclusive transacionáveis em pregões de Bolsa de Mercadoria, valor nominal indexado a preço de produtos agropecuários in natura. Rendimento definido por deságio sobre o valor de face ou taxa de juros pré-fixados, resgate pelo valor nominal, no caso de colocação mediante deságio ou pelo valor nominal acrescido do juro fixado mas, em qualquer caso, com a opção de liquidação dos juros pré-fixados, mas em qualquer caso, com a opção de liquidação mediante a entrega de produto agrícola in natura e previamente especificado.

Sr. Presidente, Sr^{as.} Senadoras, esses títulos, eles já são regulamentados, através de uma Medida Provisória, cujo Relator foi o eminente Deputado Moacir Micheletto na Câmara e eu relatei essa Medida Provisória no Senado, onde criaram-se vários títulos do agronegócio, todos eles baseados, a sua garantia, nos produtos no armazém. O produto no armazém recebendo certificado, podia se criar outros títulos baseados naquele produto que está certificado, num armazém credenciado. Esse Projeto não diferencia tanto daquele, só que esse aqui é específico para Cooperativas.

Sr. Presidente, é um Projeto, eu acho, de máximo interesse, daí a minha aprovação ao Projeto de Lei do eminente Senador Álvaro Dias que, por certo, vai diminuir o impacto da dificuldade que o agronegócio tem, hoje, na sua atividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, o Relator, Senador Jonas Pinheiro, concluiu pela aprovação da matéria com o acolhimento da Emenda nº 1, apresentada pelo próprio Autor do Projeto, Senador Álvaro Dias. Está em discussão a matéria. Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu queria, também, fazer uma proposta para o Relator. Tenho algumas questões para esse tipo de título ser emitido. São normas que precisam ser respeitadas. Inclusive a Lei 6.385, de 07 de dezembro de 76, exatamente uma lei que dispõe sobre mercado de valores mobiliários. Então, sem esse disciplinamento, trazido por essa norma, inclusive as exigências relativas, também, à situação econômica financeira dos emissores, nós vamos poder colocar em risco.

Então, o que era que eu estava propondo, Senador? Que fosse retirado para adequar. Além do que, o Art. 4º, eu olhei aqui, as entidades a que se refere o caput do Art. 1º equiparam-se às instituições financeiras, para os efeitos dessa lei e demais normas, aqui, em vigor. Olha, uma instituição financeira ela é apro-

vada pelo Banco Central, qualquer instituição financeira exige a aprovação prévia do Banco Central para funcionar, uma Carta, um licenciamento.

Então, você não pode, através de uma lei, equiparar a entidade a uma instituição financeira. Então, eu acho que isso está errado, pode, até... Então, eu estava propondo, Senador, que se fosse refeita para adequar, tanto a emissão, no caso do título, às leis e às normas vigentes, quanto, também, em relação ao Art. 4º, visto que, e aí eu falo com algum conhecimento de causa, porque essa atribuição que foi conferida ao Banco Central, de aprovar o que é instituição financeira, ela foi constituída, ela foi conferida por meio de uma lei, a Lei 4.595 que foi, depois, tem Lei Complementar.

Então, eu acho que nós aprovarmos, simplesmente, aqui, um artigo que diga que está equiparando a instituição financeira, nós estaremos passando por cima da própria instituição que tem o papel legal de dar a Carta de Licença para funcionar, como instituição financeira, que é o Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então eu indago, do Senador...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, eu queria fazer essa proposta ao Relator, não estou sendo contra, mas eu queria retirar e posso pedir vista, mas eu até não queria usar esse instrumento, eu queria perguntar ao Senador. Eu estou fazendo uma proposta, absolutamente, conciliadora. Mas se não tiver, eu peço vista, não tem problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só um minuto, V. Ex^a. está pedindo vista?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, eu peço vista para a gente poder conversar, dialogar, inclusive, com o Senador, para que a gente possa fazer essa adequação, Senador, inclusive muito preocupada, eu sou bancária, com esse Art. 4º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O pedido de vista está concedido à Senadora Ana Júlia Carepa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu consultoria ao Presidente, só para tirar uma dúvida com a Senadora e com o Relator a respeito desse Art. 4º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só peço que esse debate, sobre esse item da Pauta, não aconteça nesse momento, porque já foi concedido pedido de vista para a Senadora e pode haver, dentro desse espírito de conciliação, um entendimento, uma negociação para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Seria quase que uma questão de ordem, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu até... Assim, como o assunto está encerrado com o pedido de vista, é que nós temos outros itens da Pauta que... Como? Muito bem. Os itens não Terminativos da Pauta foram esses os apresentados, como o Item nº 05, que o Autor do Item 05 é o, sim, desculpe. É que é Wellington os dois. O Autor é o Senador Wellington Roberto, o Relator é o Wellington Salgado. Como o Relator não está presente, nem o Autor, nem o Relator, nós deixaremos, então, esses itens não Terminativos, como Pauta já para a próxima Reunião.

Como os demais itens são itens de natureza Terminativa e que demandam uma discussão maior e com quorum qualificado, deixaremos, também, os itens Terminativos para a próxima Reunião.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Sessão desta Comissão.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Nós queremos, aqui, parabenizar o Presidente, inclusive pela produtividade que nós tivemos hoje aqui, nessa Sessão e os acordos que também foram feitos, no sentido de ter diálogo e trazer, com certeza, o melhor para nossa agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Conversando-se chega-se longe.

(Sessão encerrada às 12h39)

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2006.

Às onze horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de dois mil e seis, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador FLÁVIO ARNS, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores – LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, HERÁCLITO FORTES, PEDRO SIMON, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP e MARCELO CRIVELLA. A Senadora Ana Júlia Carepa encaminhou Ofício – nº 328/2006-GSAJC, no qual justifica sua ausência por estar de licença médica, por um período de 30 dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente eventual, Senador Flávio Arns, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta –
ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003 (TERMINATIVO) EMENTA – Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de

17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. **AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Flávio Arns. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO** – **ADIADO**. OBS – **EM 31/5/06, foi lido o relatório e encerrada a discussão. Matéria em fase de votação. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO) EMENTA** – Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Efraim Morais. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. Em 31/05/06, foi lido o relatório pelo Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **RESULTADO** – **ADIADO**. OBS – Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Pallocci, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 § Único, do RISF). **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com os PLS nºs 271, de 2000, e 47, de 2003) **EMENTA** – Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional. **AUTOR:** Senadora Marina Silva. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela prejudicialidade (art. 334, II, do RISF). **RESULTADO** – **ADIADO**. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2000 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 47, de 2003) **EMENTA** – Suspende até o ano de 2004 a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela prejudicialidade (Art. 334, I, do RISF). **RESULTADO** – **ADIADO**. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 271, de 2000) **EMENTA** – Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada. **AUTOR:** Senador Olivir Gabardo. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela prejudicialidade (Art. 334, II, do RISF). **RESULTADO** – **ADIADO**. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com

o PLS nº 566, de 1999 – Complementar) **EMENTA** – Altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, que “dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária”. **AUTOR:** Senador Ademir Andrade. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela rejeição. **RESULTADO** – **ADIADO**. **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com o PLS nº 336, de 1999 – Complementar) **EMENTA** – Altera os artigos 3º, 5º, 6º, 10, 12, 14, 15 e 19 da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária). **AUTOR:** Senador Antonio Carlos Magalhães. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, com 01 (uma) emenda que apresenta. **RESULTADO** – **ADIADO**. **ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2002 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Wellington Roberto. **RELATOR:** Senador Wellington Salgado. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO** – Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores (as) – Pedro Simon e Valdir Raupp. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à CAE e CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. **ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, 2003 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Altera o artigo 9º da Lei nº 8019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural. **AUTOR:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR:** Senador Valdir Raupp. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores (as) – Valdir Raupp e Pedro Simon. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à CAE em decisão terminativa. ITEM**

10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA – Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências.

AUTOR: Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Valdir Raupp. **RELATÓRIO** – Pela aprovação da matéria com acolhimento da emenda nº 1, apresentada pelo autor. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores (as) – Valdir Raupp e Pedro Simon. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à CAE em decisão terminativa.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Presidente, em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há quorum regimental. Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo objeção. Aprovado.

Sobre a Mesa, aviso nº. 901 do TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta, que proferiu recomendação prevista no Processo, TC– 008.422/2006-5. Entre aspas – “A Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão da Lei Orçamentária anual do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste em cumprimento ao Inciso I do Art. 42 do ato das disposições constitucionais transitórias”. Fecha aspas.

Sobre a Mesa, aviso nº. 1.307, SGS-TCU, Plenário do Presidente do Tribunal de Contas da União, na qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº. TC 012.488/2005-5, que trata da auditoria nas ações de vigilância e fiscalização no trânsito internacional de produtos agropecuários do programa Segurança Fitos ou Sanitária no trânsito de produtos agropecuários sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA.

A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias. Os Srs. Senadores têm sobre a Mesa, pauta da Reunião. Dois dos itens têm natureza terminativa e os demais itens, de um total de 10 itens, têm natureza não terminativa. Como o Item nº. 09, o Relator é

o Senador Valdir Raupp, eu passaria então, a palavra a V. Exª. para apreciarmos o Item 09 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 320/2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o Art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 e o Art. 2º da Lei nº 8.352 de 28 de dezembro de 91, autorizando acesso dos Bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para fins de concessão do crédito rural. Aliás, uma matéria de mais alta importância. Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado nº. 330/2003, de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko, ementado em epígrafe. O projeto principal da proposta é possibilitar aos Bancos cooperativos acesso direto aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, sem a necessidade de intermediação de intermediários financeiros, conforme pode-se observar na justificação do Projeto que destaca não ser justo que tais instituições tenham que buscar seus (inaudível) em outras instituições financeiras, ainda mais se tal medida pode representar prejuízo para seus clientes. Não fora apresentada Emenda. Com a criação da CRA, da Comissão da Reforma Agrária da Agricultura, no Senado Federal, por intermédio da Resolução nº. 01/2005, requereu-se a oitiva também dessa Comissão devido ao fato de o PLS tratar de assunto correlato à sua competência. Isso ocorreu por meio de requerimento nº 481/2005 aprovado em 5 de julho de 2005, de autoria do Presidente da Comissão, o ilustre Senador Sergio Guerra.

Análise. Em conformidade com o art. 104 B, Incisos X e XV do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão apreciação de matéria que trate de políticas de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural e cooperativismo e associativismo rurais. Com mais de 100 anos de história, o cooperativismo de crédito tem mostrado ser um segmento resistente às oscilações econômicas e a falta de apoio do Poder Público. Atualmente as cooperativas de crédito são fiscalizadas pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, e regidas pela Resolução nº. 2.771/2000 do Conselho Monetário Nacional. O projeto, ora em análise, objetiva permitir a esses entes captar recursos diretamente do FAT, sem necessidade de passar por intermediários financeiros, o que reduzirá o custo dos empréstimos para seu tomador final.

A proposta representa um avanço ao proporcionar uma espécie de quebra do monopólio que os Bancos oficiais federais detêm no manejo dos recursos do

FAT. Por isso essa medida contribuirá para viabilizar a redução do custo de subvenção do Governo Federal com o crédito rural, já que sem a presença de intermediários tem-se a expectativa de redução no *spread de equalização* nas operações de investimento, comercialização e custeio agropecuário, realizadas pelos Bancos cooperativos. Da proximidade dos Bancos cooperativos com o mutuário e com a realidade do produtor, resultará uma análise mais realista do grau de risco dos tomadores que contribuirá para a solidez do sistema financeiro.

Do voto, Sr. Presidente. À vista do exposto, opinamos pela aprovação do PLS 320/2003. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp, que concluiu pela aprovação do Projeto. Está em discussão o Projeto. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Como disse V. Ex^a. no início, é um Projeto da maior importância. E eu faço questão de salientar, que já foi muito tempo que eu fui Ministro da Agricultura e foi uma luta tremenda que eu não consegui vencer para que o Banco de Crédito Cooperativo e essas instituições conseguissem participar nos créditos do FAT destinado à agricultura. A guerra contrária era uma coisa impressionante. Eu vejo que foram 20 anos, praticamente, que se passaram e que agora pelo menos parece que está tranquilo, que eu vejo uma votação singela, simples, mas V. Ex^a. tem razão, é muito importante, eu acho que não tinha nenhuma justificativa que as instituições de crédito cooperativo não tivessem oportunidade de usar os recursos do FAT e tivessem que recorrer ao BANCO DO BRASIL ou outros Bancos para com intermediação a um preço superior, logo não tendo como fazer concorrência, não poderia atender os seus cooperativados.

Acho que é uma matéria muito importante, acho que ela tem um significado muito especial, e eu felicito a nós todos por estar votando. Eu nem sabia que a matéria era tão significativa como essa. Eu voto com muita satisfação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero também me associar a toda manifestação na sua inteireza do Senador Pedro Simon, também ao Relatório do Senador Valdir Raupp. Realmente, o sistema de crédito cooperativo próximo da comunidade, fora, quer dizer, as pessoas conhecem as necessidades da comunidade, as iniciativas, os encaminhamentos que são feitos, e esse sistema cooperativo de crédito, ter acesso ao FAT, eu diria sem intermediação, diretamente, é um avanço muito im-

portante para o aprimoramento desta concessão do crédito em nosso País.

Eu acho que vai ser realmente, um novo caminho fundamental para a área. Então, quero parabenizar V. Ex^a., parabenizar também a Senadora Serys Slhessarenko, que é autora deste Projeto de Lei, e isto vai representar, assim, algo muito importante para as comunidades, quer dizer, o crédito gerando oportunidade de renda, de emprego, sendo gerenciado na própria região e através de cooperativas que é um sistema, assim, que na Europa já vem dando tantos resultados, e que aqui no Brasil, realmente, pode oferecer muito mais ainda para a sociedade. Parabéns.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o Relatório do Senador Valdir Raupp. Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado o Parecer.

O Projeto será encaminhado, então, à CAE em decisão terminativa.

Passamos agora ao Item 08 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 200/2002 de autoria do Senador Wellington Roberto. Eu sempre me engano, porque não é o Wellington Salgado, é o Wellington Roberto. Incrível, dois “Wellingtons”. Que dispõe de anistia de parte da dívida de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias, junto ao BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA – BNB, e junto ao BANCO DO BRASIL SA, e dá outras providências.

Como o Senador Wellington Salgado, que é o Relator, não está presente, eu solicito que o Senador Pedro Simon possa ser o Senador *ad hoc* da presente matéria. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, é o seguinte o Parecer do Senador Wellington Salgado.

Por designação do Presidente da Comissão, cabe relatar o Projeto de Lei do Senado 200/2002, (inaudível) Senador Wellington Roberto. É o Wellington relatando o outro Wellington. Ficou em família. Que dispõe da anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e suas cooperativas, e colônias junto ao BANCO DO NORDESTE DO BRASIL e junto ao BANCO DO BRASIL e dá outras providências.

Em seu primeiro artigo, o Projeto determina a anistia de 50% das dívidas dos pescadores e pequenos produtores rurais e suas colônias de cooperativas junto ao BANCO DO NORDESTE e do BANCO DO BRASIL.

O § 1º, do mesmo artigo, consta que os saldos devedores das dívidas referidas no *caput* após aplicação do redutor de 50% serão refinanciados por 10

anos, com três de carência a uma taxa de juros de 3% ao ano.

O § 2º, estipula ainda que é vedada a cobrança de caução ao pagamento quanto à aplicação do redutor do refinanciamento.

O § 3º, ficam definidos como beneficiários da lei todos os mutuários que estejam adimplentes com suas obrigações ou se dirijam ao Banco para repactuá-las até 11 de dezembro de 2002. O Art. 2º, determina que os mutuários que não optarem pela repactuação da dívida, farão jus a um bônus de adimplimento de 70% sobre cada uma das parcelas remanescentes, desde que o pagamento ocorra até a data prazada. O Art. 3º, dispõe sobre os mutuários que aderirem à procura de repactuação da dívida que durante o período de carência decidiu pagar a totalidade da dívida. Esses produtores serão beneficiados por um bônus de 30%, se o pagamento correr no primeiro ano, de 25% no segundo e de 25% no terceiro. O Art. 4º, garante ao anistiado a capacidade de contrair novos empréstimos ao BANCO DO NORDESTE e ao BANCO DO BRASIL, e ao BANCO DO BRASIL sem quaisquer embargos ou restrições. Não foram apresentadas Emendas. Com a criação do CRA do Senado Federal, por intermédio da Resolução nº 01, de consequências (inaudível) Senador Sérgio Guerra para Presidente, foi elaborado o Requerimento para que se ouvisse também essa Comissão devido à falta de PLC tratar do assunto correlato.

Nessa Comissão (inaudível) Senador Gerson Camata que por ter assumido o cargo de Secretário de Estado do Espírito Santo, devolveu o processo com a minuta de Parecer favorável. É o Parecer, Sr. Senador(F). Com a Emenda nº. 01 que serão beneficiados por essa lei, todos os mutuários que estejam adimplentes em suas obrigações ao se dirigir ao banco para repactuá-los no prazo de até 180 dias após a data da publicação da regulamentação dessa lei.

A Emenda, Sr. Presidente, como o Projeto é muito antigo e ficou parado, a Emenda dizia que só podia ser repactuado até dezembro de 2002, e a Emenda apresentada pelo ilustre então Relator, diz que serão beneficiados por essa lei todos os mutuários que estejam adimplentes com suas obrigações ou que se dirijam ao Banco para repactuá-las num prazo de até 180 dias após a data da publicação da regulamentação dessa lei. Plenamente de acordo. Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Pedro Simon, funcionando como Relator *ad hoc*, e o Relator concluiu pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresentou o seu voto. Está em discussão, então,

a matéria. Não havendo quem queira discutir, está em votação o Relatório. Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer.

O Projeto será encaminhado na sequência à CAE e à CCJ, cabendo à última, a CCJ, a decisão terminativa.

Nós temos dois projetos, como já havia afirmado, de natureza terminativa. Há três projetos de natureza não terminativa com o Relatório do Senador Flexa Ribeiro pela prejudicialidade, porque os três projetos tratam do mesmo assunto. Também, dois projetos do Senador Leomar Quintanilha como Relator, que também há alguma dificuldade, e do Senador Alvaro Dias, que é o último Projeto que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro. Não sei se o Senador Valdir Raupp poderia funcionar como Relator *ad hoc* desse último. O Senador Jonas Pinheiro, inclusive, esteve aqui antes, mas certamente teve que se dirigir a outra Comissão, porque várias Comissões estão funcionando concomitantemente. Então, eu passaria a V. Exª. a palavra, o Item 10 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 369/2003 de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências. Então, com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – É o Item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – É com muito prazer que relato *ad hoc* o Projeto do eminente Senador Jonas Pinheiro.

Em exame nessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 369/2003 que dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências.

A proposição de autoria do ilustre Senador Alvaro Dias, visa autorizar as cooperativas de crédito as agrícolas e as agroindustriais, bem como as associações de produtores rurais e demais pessoas jurídicas que operarem no setor agroindustrial a emitirem títulos da dívida de agronegócios. De acordo com o Projeto, os recursos oriundos das emissões dos papéis, terão por finalidade incrementar o financiamento de expansão da produção especialmente das cadeias produtiva do setor. Melhorar as condições de comercialização e reduzir o custo financeiro das cooperativas das respectivas atividades. No Art. 2º do Projeto são especificadas as características dos títulos da dívida dos agronegócios. Com efeito, terão prazo de até três anos, emissão na modalidade nominativa negociável e transferível com endosso, inclusive, transacionáveis em Pregões de Bolsas de Mercadorias, valor nomi-

nal indexado a preços de produtos agropecuários “in natura”, regimento definido por deságio sobre o valor de face ou taxa de juros prefixada, resgate pelo valor nominal no caso de colocação mediante deságio ou pelo valor nominal acrescido dos juros prefixados. Mas em quaisquer casos, a opção de liquidação dos juros prefixados, mas em quaisquer caso com a opção de liquidação mediante a entrega de produtos agropecuários “in natura” e previamente especificados.

Conforme o Projeto, a forma de colocação dos papéis será mediante leilões públicos, anunciados previamente por meio de editais e acessíveis a pessoas físicas, bem como a todas as instituições e demais pessoas jurídicas autorizadas a operar no mercado financeiro de capitais. No caso de liquidação dos papéis, mediante a entrega de produtos agropecuários previamente especificados na colocação dos títulos, será considerada a média dos preços dos respectivos produtos “in natura” no semestre anterior ao do vencimento dos títulos. Para os efeitos da lei proposta e demais órgãos em vigor, as entidades autorizadas a emitir os títulos equiparam-se às instituições financeiras. O Art. 5º do Projeto constitui a cláusula de vigência de norma proposta.

Em 10 de setembro de 2003, esgotou-se o prazo regimental para a apresentação de Emendas à proposição. No entanto, em 17 de outubro do corrente, o autor do Projeto apresentou a Emenda nº. 01, que propõe nova redação ao Inciso V do Art. 2º e *caput* do Art. 3º do Projeto. Na justificação do Projeto, o Senador Alvaro Dias enfatiza o inegável papel que o setor de agronegócio tem desempenhado no fortalecimento dos fundamentos da economia brasileira nos últimos 15 anos. Não obstante o sucesso do agronegócio e sua efetiva contribuição na produção de grãos, no abastecimento interno, na estabilização de preço, na geração de divisas mediante superávits comerciais com o resto do mundo, entende o autor que faz-se mister criar mecanismos de crédito cooperativo para o setor, de modo a reduzir pela via financeira o custo de produção e de comercialização agroindustriais.

Destarte, a proposição visa a ampliar as fontes competitivas de financiamentos para o setor agroindustrial, sob pena de ganhos de produtividade e de grande esforço produtivo setorial serem absorvidos pela ordem financeira. Mediante a cobrança de juros incompatíveis com a rentabilidade possível e também competitiva da área produtiva.

O Projeto visa, portanto, a preencher essa lacuna permitindo que as cooperativas de crédito, as agrícolas, as agroindustriais, as associações de produtores rurais e demais empresas que operam no setor possam emitir títulos da dívida dos agronegócio no mercado fi-

nanceiro internacional nas condições acima relatadas. (inaudível) o voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 369/2003, com acolhimento da Emenda nº. 01. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Então, este é o Projeto de Lei do Senado nº. 369, de autoria do Senador Alvaro Dias, com relatoria do Senador Jonas Pinheiro e o Senador Valdir Raupp como Senador ad hoc. O Relator concluiu pela aprovação da matéria, com o acolhimento da Emenda nº. 01, apresentada pelo próprio autor do Projeto, Senador Alvaro Dias. Então, está em discussão esta matéria, que tem natureza não terminativa. A partir desta Comissão esta matéria irá também para a CAE, para a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em relação ao Projeto. Em discussão a matéria. O próprio Relator, também...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Presidente. Há aqui uma observação no Art. 4º, onde aqui diz que as entidades a que se refere o *caput* do Art. 1º, equiparam-se às instituições financeiras para os efeitos dessa lei e demais normas em vigor. Mas como esse Projeto vai ainda tramitar na CAE, então, a gente poderia, de repente, sugerir a quem for relatar lá, observar este artigo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isto. Então, a sugestão do Relator é que na observação do Art. 4º, as entidades a que se refere o *caput* do Art. 1º, equiparam-se às instituições financeiras para os efeitos desta lei e demais normas em vigor. Quer dizer, existindo Legislação específica para tratar de assuntos dessa natureza, isso poderia ser, conforme sugestão, objeto de apreciação pela CAE, quando aqui na Comissão de Agricultura é mais em relação ao mérito propriamente a idéia e a iniciativa do Projeto de Lei.

Está encerrada então a discussão. Em votação o Relatório. Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer.

O Projeto, então, será encaminhado à CAE, em decisão terminativa naquela Comissão.

Agradeço então a participação dos Srs. Senadores na presente Reunião. Declaro encerrada a presente Reunião e a pauta será novamente marcada para a próxima oportunidade, para darmos conta, então, dos projetos que estão em tramitação nesta Comissão. Agradeço e está encerrada a presente Reunião. Obrigado.

(Sessão encerrada às 12h30)

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2006.

Às onze horas e trinta minutos do dia quatro de outubro de dois mil e seis, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **VALDIR RAUPP**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores – **FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, HERÁCLITO FORTES, DEMOSTENES TORRES, WELLINGTON SALGADA, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, RODOLPHO TOURINHO, LEOMAR QUINTANILHA E SIBÁ MACHADO**. A Senadora Ana Júlia Carepa encaminhou Ofício – nº 328/2006-GSA-JC, no qual justifica sua ausência por estar de licença médica, por um período de 30 dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente eventual, Senador Flávio Arns, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta – **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003 (TERMINATIVO) EMENTA** – Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. **AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Flávio Arns. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO O PROJETO.** OBS – À SGM. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO) EMENTA** – Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Efraim Moraes. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. Em 31/05/06, foi lido o relatório pelo Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores – Sibá Machado, Heráclito Fortes, Leomar Quintanilha, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, e Efraim Moraes. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO – APROVADO O PROJETO E AS EMENDAS APRESENTADAS.** OBS – Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio

Palloci, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 § Único, do RISF); à SGM. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com os PLS nºs 271, de 2000, e 47, de 2003) **EMENTA** – Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional. **AUTOR:** Senadora Marina Silva. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela prejudicialidade (art. 334, II, do RISF). Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada a prejudicialidade da matéria por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO O PARECER.** OBS – O Projeto será encaminhado à CCJ, CE, CAE e CAS em decisão terminativa nesta última. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2000 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 47, de 2003) **EMENTA** – Suspende até o ano de 2004 a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela prejudicialidade (Art. 334, I, do RISF). Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada a prejudicialidade da matéria por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO O PARECER.** OBS – O Projeto será encaminhado à CCJ, CE, CAE e CAS em decisão terminativa nesta última. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com os PLS nºs 216, de 1999, e 271, de 2000) **EMENTA** – Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada. **AUTOR:** Senador Olivir Gabardo. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela prejudicialidade (Art. 334, II, do RISF). Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada a prejudicialidade da matéria por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO O PARECER.** OBS – O Projeto será encaminhado à CCJ, CE, CAE e CAS em decisão terminativa nesta última. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com o PLS nº 566, de 1999 – Complementar) **EMENTA** – Altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, que

“dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária”. **AUTOR:** Senador Ademir Andrade. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela rejeição. **RESULTADO** – Concedido vista ao Senador Sibá Machado. **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)** (Tramita em conjunto com o PLS nº 336, de 1999 – Complementar) **EMENTA** – Altera os artigos 3º, 5º, 6º, 10, 12, 14, 15 e 19 da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária). **AUTOR:** Senador Antonio Carlos Magalhães. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, com 01 (uma) emenda que apresenta. **RESULTADO** – Concedido vista ao Senador Sibá Machado. **ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO)** **EMENTA** – Dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional. **AUTOR:** Senador Pedro Simon. **RELATOR:** Senador Juvêncio da Fonseca. **RELATÓRIO** – Pela aprovação da matéria com quatro emendas que apresenta. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO** – Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado CAS em decisão terminativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VALDIR RAUPP**, Presidente, em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Há *quorum* regimental. Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovado. A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pediria inversão de pauta para que pudéssemos acelerar o trabalho, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Qual que é a inversão?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o dois por um.

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – ...Por gentileza, aos nobres Senadores, estão chegando mais alguns Senadores, para a gente começar a votar as matérias não terminativas. Então, começaríamos pelo item nº. 03.

Projeto de Lei do Senado nº 216/1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que proíbe por cinco anos o plantio e a comercialização de alimentos contendo Organismos Geneticamente Modificados, OGM, ou derivados de OGM em todo o território inicial. Esclareço à Comissão que o presente Projeto tramita em conjunto com o PLS nº. 271/2000, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, e com o PLS nº. 47/2003, do Senador Olivir Gabardo. Com a palavra o Relator Senador Flexa Ribeiro. Não estando presente o Senador Flexa Ribeiro pergunto se o nobre Senador Juvêncio da Fonseca poderia ser Relator *ad hoc* do item nº. 03.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É o item...?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Três.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Três. Vou achar já aqui, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, submete-se ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado PLS 216/1999 que tramita em conjunto com o PLS 271/2000. E o PLS de autoria da Senadora Marina Silva proíbe por cinco anos em todo o território nacional o cultivo de organismos geneticamente modificados; a importação, a exportação e a comercialização para consumo humano e animal de alimentos contendo organismos modificados e derivados, assim definidos pela Lei 8.974. O PLS 271, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, disciplina a mesma matéria regulada pelo PLS 216/99 e a proposição determina que ficarão suspensas até o ano de 2004 todas as ações que legalizem a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados, sejam eles nacionais ou importados. Por sua vez, o PLS 47, de autoria do Senador Olivir Gabardo, autoriza o cultivo e a comercialização da soja geneticamente modificada em todo o território inicial. De conformidade com as normas regimentais a matéria foi distribuída às comissões, etc.

Análise. Sr. Presidente, observa-se aqui que é uma tese bastante contraditória, as duas primeiras com a terceira. Portanto, vai exigir que eu leia um pouco mais de maneira completa o Parecer do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Até a edição da Lei 11.105, de 24/03/2005, a

biossegurança de organismos geneticamente modificados no País era regulado pela Lei 8.974/95. Esta norma, ora revogada, não foi, entretanto, capaz de estabelecer um processo normativo adequado e gerou impasses administrativos, políticos e legais, combinando com a decisão judicial que proibiu a liberação da soja geneticamente modificada *Roundup Ready*, desenvolvida pela empresa MONSANTO. Ainda durante a vigência da Lei 8.974 foram apresentados o PLS 216 com o objetivo de suspender temporariamente a liberação de cultivos de alimentos geneticamente modificados, e o PLS 47 para autorizar a liberação da soja transgênica, cujo plantio, como mencionado, havia sido interdito pela Justiça até que a empresa MONSANTO realizasse os estudos previstos na Legislação vigente.

A vigência... A vigente Lei 11.105/2005 é bastante abrangente e estabelece de forma pormenorizada a norma de segurança e mecanismo de fiscalização sobre a construção, cultivo, produção, a manipulação, o transporte, a importação e exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização e o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGM e seus derivados, inclusive para o caso específico da soja geneticamente modificada. Nesse sentido, a lei estabelece de forma clara que as atividades que envolvem o uso de organismos geneticamente modificados serão submetidos à avaliação de risco, caso a caso pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNBio, que emitirá decisão técnica sobre a biossegurança, autorizando ou não a atividade, seja de pesquisa, seja para fins comerciais. À CTNBio compete deliberar em última e definitiva instância sobre todas as liberações de organismos geneticamente modificados e derivados.

Como se observa, os PLSs sob exame foram apresentados nessa Casa em data pretérita à aprovação da Lei 11.105/2005 e pretendem regular matéria já amplamente discutida e disciplinada pela norma legal. Por consequência, entendemos que podem ser declarados prejudicados nos termos do Art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, e o PLS 271/2000 por ter perdido a oportunidade uma vez que a moratória proposta findava em 2004. E os demais, em virtude do pré-julgamento da matéria pelo Plenário ou em outra deliberação.

Voto. Diante do exposto, votamos pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado 216/1999 e nº. 47/2003 nos termos do Art. 334, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, e do Projeto de Lei do Senado 271/2000 nos termos do Inciso I do mesmo Art. 334.

Sr. Presidente, prejudicialidade nos três PLSs. E é oportuno que seja declarada essa prejudiciali-

dade, porque a matéria é bastante controversa e já tem Legislação nova, e foi amplamente discutida nesse Senado. Onde nós fizemos Audiências Públicas, com depoimento de diversos cientistas, de homens que têm conhecimento técnico e científico da área, e nós temos hoje uma lei que está em vigência; razão porque o nosso voto é pela prejudicialidade dos três Projetos de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, nobre Senador Juvêncio da Fonseca. Meu Relator concluiu pela prejudicialidade dos Projetos. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer. Os projetos serão encaminhados à CCJ, CR, CAE e, posteriormente, à CAS em decisão terminativa.

Item nº. 06. Projeto de Lei do Senado nº. 336/1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que altera o dispositivo da Lei Complementar nº. 76 de 06/07/1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial de rito sumário para o processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de Reforma Agrária. Esclareço que o presente Projeto tramita em conjunto com o PLS nº. 566/1999 complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães. Com a palavra o Relator, Senador Leomar Quintanilha. Não se encontrando o Senador Leomar Quintanilha, eu pergunto se o Senador Wellington Salgado poderia relatar *ad hoc*. Item nº. 06. 06 e 07 tramitando conjuntamente. Para ganhar tempo, acho que seria interessante, se todos concordarem, ir para o item 07.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item 07. Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sob o Projeto de Lei do Senado 336/1999 complementar que altera o dispositivo da Lei Complementar nº. 76 de 06/07/1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial de rito sumário para o processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de Reforma Agrária, e sobre o Projeto de Lei do Senado 566/99 complementar, que altera os Arts. 3º, 5º e 6º, 10, 12, 14, 15 e 19 da Lei Complementar nº 76 de 06/07/93, modificada pela Lei Complementar nº. 88 de 23/12/1996.

Segundo o Relator Senador Leomar Quintanilha... Um minutinho, Sr. Presidente, que eu vou chegar ao voto do Relator. Admitindo que essa seja uma prática epidêmica perpetrada de tal modo pelos causídicos atuantes em ações de desapropriação que mereçam a atenção do Legislador, a providência ventilada não se afigura, enfim, eficiente para resolução do problema. Bem mais o são o duplo grau de jurisdição necessária para os casos em que a sentença condenara o expropriante à

quantia superior a 50% de seu valor oferecido na inicial. O efeito dispensivo(F) conferido pela ação interposta pelo expropriante... O Leomar chegou. Eu gostaria de passar a palavra para o Relator. Não, Sr. Presidente, de maneira alguma. Eu passaria a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com a palavra, nobre Senador Leomar Quintanilha para relatar a matéria.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Meu voto é o 116, é o voto do rito sumário. Só para ler o voto agora. Na página 116.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, V.Ex^a. já havia muito bem escolhido como Relator *ad hoc* o nobre Senador Wellington Salgado, que segundo me informam aqui já praticamente havia manifestado a respeito do Relatório. Restando aqui a colocação sobre o voto, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei do Senado e pela aprovação do Projeto de Lei 566/1999 complementar, com a Emenda nº. 01. E esse é o voto, Sr. Presidente, é a rejeição do Projeto de Lei 336 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 566, com a Emenda nº. 01.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Muito obrigado, nobre Relator. É a primeira vez que o Relatório é feito em mão dupla. (Risos) Os dois Senadores... O Relator concluiu pela rejeição do PLS 336/1999 e aprovação do PLS 566/1999 com a Emenda que apresenta. Em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para discutir, Presidente. Eu peço vistas do Projeto, Presidente. Eu estou pedindo vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Vista concedida a V.Ex^a. Vamos ao item 08 da pauta. Para inverter? Inversão? Vamos voltar ao item nº. 02 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº. 259/2004, de autoria do Senador Efraim Moraes, que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Informo que em 26/01/2006 foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do aviso nº. 480/MF, do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, referente ao requerimento de informações nº 1036/2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente Projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005. O Requerimento nº. 31 de 05... 1.491/2005, de autoria da Comissão, Art. 245, § Único, do RISF, em 31/05 corrente foi designado por esta Presidência Relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro, o qual faz leitura do Relatório, que concluiu pela aprovação do Projeto com duas Emendas, que apresenta. Com a palavra... Ah, já foi lido o Relatório? Ah, tá. O Relator concluiu pela

aprovação do Projeto apresentando duas Emendas. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Projeto e logo após as duas Emendas. Em votação... Nominal? Farei a chamada nominal. Senador Flexa Ribeiro, como vota?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator. Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Vota com o Relator. Senador Demostenes Torres?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Voto conhecido. Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator. Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Vota com o Relator. Senador Sibá Machado? Com o Relator. Senador Wellington Salgado, como vota V.Ex^a.?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Senador Mão Santa, como vota V.Ex^a. Senador Mão Santa? Com o Relator. Senador Juvêncio da Fonseca? Também com o Relator.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação para as duas Emendas.

SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Pois não, Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra a V.Ex^a. mesmo não sendo membro dessa Comissão, mas o Projeto que esta Comissão acabou de aprovar em termos terminativo, acho que já com as Emendas aprovadas, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Tem que votar as Emendas em separado. Votar em bloco as duas Emendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, posso fazer uma sugestão? Consultar o Plenário se

as Emendas podem ser consideradas aprovadas com a mesma votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Todos concordam que permaneçam os mesmos votos? Aprovado. Aprovadas as Emendas, portanto, o Projeto foi aprovado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Pela Ordem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Meu voto Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com V.Ex^a. a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (Pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por força do regimento não posso fazer parte da Comissão, por ser primeiro Secretário da Casa. Mas eu queria agradecer a todos os pares e todos os Partidos aqui presentes e a V.Ex^a. pela aprovação desse Projeto que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento da dívida oriunda da operação de crédito rural para os pequenos agricultores, até 35 mil reais, que vai beneficiar todos os pequenos e médios agricultores desse País. Então, o meu muito obrigado. Acho que o Senado Federal aprova um Projeto terminativo de maior importância e esperamos que a Câmara dos Deputados avance rapidamente com esse Projeto, para que esses agricultores possam ser beneficiados e possam recomeçar a sua própria vida em suas pequenas propriedades que estão sendo ameaçadas. Ameaçados pelos Bancos oficiais de perderem as suas propriedades. Então, acho que o Congresso toma uma posição de coragem e, acima de tudo, em defesa dos pequenos agricultores desse País.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a. Eu quero me congratular com a Casa e de maneira muito especial com o autor, que é o Senador Efraim Morais. Mas eu quero me congratular, acima de tudo, com o Senador Sibá Machado, pela coragem que assumiu de votar a favor do pequeno produtor brasileiro, evidentemente que contrariando orientações do seu partido dividido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, onde estamos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – É o item 01.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nós já estamos no item 02?

(tumulto)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer esse registro, dizer que o Senador Sibá Machado teve uma posição

aqui altaneira de defender o pequeno agricultor fazendo isso...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Gostaria de pedir só um minuto de permanência dos demais Senadores, para que a gente possa votar...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, V.Ex^a. votou o item 01 ou o item 02?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O item 02. Nós já estamos no item 02.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V.Ex^a. apresentou o item 01 ou o item 02?

SENADOR EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – O 02, na inversão de pauta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Inversão de pauta para o item 02 ou foi o item 01?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Item 02, item 02.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dois! Portanto, eu parabenizo o Senador...

(tumulto)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Sibá, V.Ex^a....

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

(tumulto)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A palavra está comigo. Eu queria saber, Senador Sibá, V.Ex^a. está contra o pequeno agricultor? O partido de V.Ex^a. ia pedir vista do item 02? Eu não acredito mais que isso possa acontecer no Brasil.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, nós somos tão favoráveis ao item 02 que toda a justificativa que nós temos aqui nos remete que é uma matéria que já está tão avançado que o Governo já está em execução. Portanto, o pedido de vista era para esclarecer à Comissão que a própria Comissão participa das negociações já com o Governo e que, portanto, não precisaria nem sequer que votássemos essa matéria, porque ela já está em execução pelo Governo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Governo mais uma vez desrespeita o Congresso Nacional. Eu gostaria de parabenizar pelo vício autoritário do Governo, mas a partir do momento em que ele toma medidas sem aprovação legal do Congresso, ele está descumprindo a Constituição e evidentemente que praticando crime que a Lei de Responsabilidade Fiscal tipifica. De qualquer maneira, eu parabenizo V.Ex^a. pelo voto a favor equivocado, mas que de qualquer maneira beneficiou o pequeno agricultor brasileiro. Parabéns!

(tumulto)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Pela ordem o Senador Leomar Quintanilha, pediu em primeiro lugar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Houve efetivamente uma confusão aqui na nossa parte com relação à matéria que estava sendo discutida, se é o item 01 ou o item 02. E eu, ao perceber que é o item 02, não poderia deixar de apresentar as minhas homenagens e os meus cumprimentos ao Senador Efraim Moraes, pela iniciativa oportuna e do maior relevo com relação à essas questões que visam proteger o pequeno agricultor brasileiro; já que não há mecanismos para isso quando o pequeno produtor tem uma frustração de safra por fatores alheios ao seu controle, notadamente fatores climáticos. Eu vivenciei essa situação; essa situação se arrasta no País há muitos anos. Eu trabalhei no Banco do Brasil por muitos anos e vi essa situação se repetir. Que a atividade agrícola é uma atividade econômica, sim, mas é uma atividade nobre e estratégica, porque se dedica à produção de um elemento essencial à vida, que é o alimento. E, principalmente, o pequeno produtor que não tem outra atividade econômica, quando há uma frustração de safra decorrente de fatores alheios ao seu controle, que ele não pode dominar... É importante que haja decisões dessa natureza com vistas a oferecer ao pequeno produtor a condição de sobrevivência, de poder efetivamente continuar no negócio cuidando da sua própria família e cuidando da produção agrícola. Portanto, já foi votado com o nosso voto, mas eu queria deixar registrado esse manifesto e os meus cumprimentos ao Senador Efraim Moraes pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Pela ordem, em primeiro lugar o Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sim, Sr. Presidente. Eu gostaria que retomasse o fluxo da votação do Projeto. Porque senão nós vamos ficar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Essa matéria já está vencida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só queria se V.Ex.^a permitir, Presidente, Senador Valdir Raupp, fazer o registro de... E parabenizar o Senador Efraim Moraes pelo Projeto que foi aqui aprovado da maior importância. Lembro que da Comissão de Assuntos Econômicos, nós já tivemos projetos como esse não aprovado pela ação do Governo. Não exatamente como este, mas um que pretendia aumentar o limite de renegociação dos micro-produtores rurais e da agricultura familiar de 35 mil para 50 mil reais. E

o Governo fez uma obstrução, em primeiro lugar, e depois a não aprovação desse Projeto.

Então, no momento em que, nós temos agora um Projeto que limitando a 35 mil o valor a ser renegociado, mas de qualquer maneira temos aqui a aprovação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o voto do nobre Senador Sibá Machado. Isso quer dizer que o Governo está mudando, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Amém.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A proximidade que a nação brasileira hoje tem como certa da alternância do poder a partir de 1º de janeiro, com a eleição de Geraldo Alckmim para Presidente, faz com que o Governo do PT já possa flexibilizar na pessoa do nobre líder Sibá Machado aprovações de projetos como esses, que vêm beneficiar ao pequeno e micro-produtor rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Vamos ao item nº. 01. Projeto de Lei do Senado nº. 265/2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Art. 49 da Lei nº. 8.171 de 17/01/1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como, os quilombolas. Esclareço que o presente Projeto é de natureza terminativa e exige *quorum* qualificado e votação nominal. Por isso eu peço aos nobres Senadores que estão saindo, por gentileza, se puder esperar um pouquinho mais. É matéria terminativa. Em 31/05 corrente o Relator Senador Flávio Arns fez a leitura do Relatório o qual concluiu pela aprovação do Projeto. A discussão foi encerrada naquela data. Em votação o Projeto. Trata-se de matéria com decisão terminativa nesta Comissão. Desta forma, farei a chamada nominal dos Senadores. Senador Flexa Ribeiro, como vota?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator. Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Jonas Pinheiro com o Relator. Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator. Leomar Quintanilha? Como vota Leomar Quintanilha esse Projeto?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator. Senador Sibá Machado? Com o Relator. Senador Juvêncio da Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Também com o Relator. Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator. Senador Mão Santa? Como vota o Mão Santa nesse Projeto? Vota com o Relator. Está aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item nº. 08. Projeto de Lei do Senado nº 203/2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional. Com a palavra o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº. 203/2006 é de autoria do Senador Pedro Simon. O Art. 3º desse Projeto determina que o Poder Público estabeleça normas visando à mineralização dos solos. O Art. 4º estabelece que são considerados micronutrientes essenciais o ferro, o zinco, cobre, o iodo, o manganês, o selênio e o flúor. Segundo o Art. 5º, o aporte de micronutrientes deve ser garantido por Lei de acesso regular a alimentos de qualidade sem custos adicionais para o consumidor. E o Art. 6º, Sr. Presidente, dispõe que os solos utilizados na produção de alimentos devem receber na adubação os elementos químicos que garantam a presença nas quantidades recomendadas dos micronutrientes citados.

Análise. A segurança alimentar está diretamente relacionada com a pobreza. Pesquisas indicam que conforme aumenta o nível de renda das famílias, maior é o acesso constante a alimentos de qualidade. Isto mostra que a forma mais eficiente de promover a segurança alimentar é a geração de emprego e renda. Mesmo diante de elevado mérito da proposta em análise, percebemos que há alguns pontos que merecem ser aperfeiçoados. O Projeto possui falha na compreensão técnica dos conceitos de nutrição humana e de nutrição mineral das plantas. Parte do pressuposto que a adição de micronutrientes ao solo fará com que haja maior presença desses micronutrientes nos alimentos colhidos. Esse pressuposto não está correto, pois os micronutrientes essenciais às plantas são diferentes daqueles essenciais aos seres humanos. Além disso,

não adianta adicionar maior quantidade de um determinado nutriente ao solo, pois a planta só absorverá aquilo que lhe é necessário. Por esse motivo, cada planta e conseqüentemente cada alimento possui concentração diferenciada de cada nutriente. Assim, uma nutrição adequada deve diversificar os tipos de alimentos consumidos, de forma que todos os nutrientes essenciais possam ser supridos pela dieta.

Nesse sentido voltamos à questão da renda. A melhoria do nível de renda e o acesso à educação nutricional são meios mais efetivos para garantir segurança alimentar. Não adianta, no solo, adicionar nutriente como... Vamos imaginar, o ferro, não significa que esse micro nutriente vai ser melhor assimilado pela planta e a planta vai oferecer maior quantidade de ferro a quem se alimenta dessa planta. O que precisa é ter condições de combater a pobreza para que a população possa ter acesso aos alimentos. Isto sim é a razão de ser, talvez, desse Projeto.

E dessa forma propomos algumas Emendas à iniciativa do Senador Pedro Simon, com vista a aprimorá-la. De início, a Emenda nº. 01 fala sobre a ementa do Projeto, que dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional. E para em seguida, no Art. 3º, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional, o Poder Público empreenderá ações com vistas à melhoria do nível de renda da população e melhorar o nível de combate à pobreza da população. É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, Senador. O Relator conclui pela aprovação com quatro Emendas que apresenta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam o Parecer permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer. O Projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h46.)

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2006.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores – **LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, SIBÁ**

MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, OSMAR DIAS, WELLINGTON SALGADO, ROMERO JUCÁ, E DELCIDIO AMARAL. Encaminhado ofício/GSFA/1285/2006 justificando a ausência do Senador Flávio Arns, por motivo de saúde. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao PL nº 15/2006 – CN (orçamento/2007). Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as quarenta e três emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, as seguintes emendas – **Emenda nº 1-CRA/2005 – Ação – Mecanização Agrícola – Patrulha Mecanizada. Valor: R\$200.000.000,00. Emenda nº 2-CRA/2005 – Ação – Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário. Valor: R\$200.000.000,00. Emenda nº 3-CRA/2005 – Ação – Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio. Valor: R\$140.000.000,00. Emenda nº 4-CRA/2005 – Ação – Reestruturação e Modernização da Defesa Agropecuária. Valor: R\$120.000.000,00. Emenda nº 5-CRA/2005 – Ação: Apoio a Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Valor: R\$140.000.000,00.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Legislatura Ordinária da 52ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Sobre a mesa aviso de número 571/GM, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Doutor Luiz Carlos Guedes Pinto, solicitando a indicação de membro desta Comissão, para integrar a Câmara Temática de Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio.

Aviso de número 834/GM, Ministério da Agricultura, datado de 1º de novembro do corrente, do Ministro do Estado, o qual convida representantes desta Comissão para reunião conjunta do Conselho Nacional

de Política Agrícola e do Conselho de Agronegócio a realizar-se, no dia 06 de dezembro de 2006, das 15 às 18h00, no Palácio do Itamaraty em Brasília.

Então, cabe fazer duas indicações, uma é para fazer parte da Câmara Setorial da Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio, quem entre vocês que teria interesse de participar dessa Câmara? Essa é uma de representantes. O outro é convite para representar na Reunião Conjunta do Conselho Nacional de Política Agrícola e do Conselho do Agronegócio.

O Senador Jonas devia nos representar nesse caso e nessa questão de Competitividade eu acho que deveria consultar mais alguns companheiros, já que nenhum dos nossos tem interesse em participar disso para fazer essa indicação ao longo dessa semana. Se tiver a concordância de vocês, eu farei autorizado pela Comissão.

Ofício de número 395 de 2006, datado de 25 de setembro de 2006, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Doutor Francisco das Chagas Barros de Souza, encaminhando cópia do Procedimento Administrativo número 2901/AD de 2006, no qual os Bispos maranhenses criticam a atuação do Judiciário, no que tange aos conflitos coletivos sobre a posse da terra rural. Tendo em vista o requerimento número 1219 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, aprovado por este Colegiado em 27 de outubro de 2005, que requer o acompanhamento direto e fiscalizatório pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de todo o procedimento de implantação dos termos do Acordo Internacional Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, consulto a Comissão sobre a possibilidade de realização de Audiência Pública, a realizar-se dia 06 de dezembro corrente com a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo do Ministério da Agricultura.

Então, eu consulto a Comissão sobre a conveniência de fazermos essa Audiência Pública no dia 06 de dezembro, sobre a questão do fumo com representantes da cadeia do fumo, tendo em vista desdobramento de proposta feita pelo Senador Pedro Simon. Se estiverem de acordo faremos a Audiência Pública no dia 06 de dezembro.

A presente reunião destina-se a apreciação das Emendas da Comissão ao PL 15 de 2006, Orçamento/2007; ao PL 16 de 2006, Plano Plurianual. Foram apresentadas 43 Emendas ao PL número 15 de 2006/Orçamento e uma Emenda ao PL número 16 de 2006, do Plano Plurianual, totalizando 43 Emendas.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.
SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a confiança

do Presidente desta Comissão em me delegar essa importante função.

ANÁLISE DA PROPOSTA.

Importa preliminarmente ressaltar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 25, § 1º, da Resolução número 01 de 2001, do Congresso Nacional, pode apresentar até cinco Emendas relativas às matérias que lhe sejam afetadas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas das Emendas apresentadas à disposição da legislação vigente, especialmente quanto ao disposto no art. 21 e 25, da Resolução número 01 de 2001, Congresso Nacional e, ao final ao mérito de cada uma delas.

O exame das propostas permitiu-nos constatar que às propostas de Emendas número 10, 12, 13, 22, 32 e 37, contraria o disposto no art. 25, § 1º, da Resolução número 01 de 2001, do Congresso Nacional e que a redação dada a Emenda número 20, não nos permite um claro entendimento do seu teor.

CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS EMENDAS.

Diante do elevado número de propostas todas de inegável mérito, propõe-se a adoção dos seguintes critérios, para seleção de cinco Emendas a serem apresentados pela Comissão.

a) O provável impacto que a ação trará ao setor agropecuário animal. O caráter estruturante que a ação possui junto a outros setores e a manutenção da coerência, com a programação encaminhada pelo Poder Executivo.

Com base nesses critérios propomos as seguintes distribuições de Emendas por unidade orçamentária e ação.

1ª Emenda – Ministério da Agricultura – mecanização agrícola, patrulha mecanizada no valor de 200 mil reais. Autores – Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Ana Júlia e Sibá Machado.

2ª. Ministério da Agricultura – Projeto de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, Emenda do Senador Sérgio Guerra, Jonas Pinheiro, Romero Jucá e outros.

3ª. EMBRAPA – pesquisa e desenvolvimento em sistemas inovadores e de produção para o agronegócio – Jonas Pinheiro, Sibá Machado e Ana Júlia.

4ª. Ministério da Agricultura – reestruturação modernização das defesas agropecuárias – Jonas Pinheiro, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Ana Júlia, Sibá Machado.

5ª. Ministério do Desenvolvimento Agrário – apoio à gestão dos planos territoriais de desenvolvimento ru-

ral sustentável, 40 milhões. Autoria do Senador Jonas Pinheiro, Ana Júlia e Sibá Machado.

A primeira Emenda que é mecanização – 200 milhões. A segunda Emenda, projeto de desenvolvimento do setor agropecuário – 200 milhões. A terceira Emenda, para a EMBRAPA 80 milhões. A quarta, Ministério da Agricultura, reestruturação e modernização da defesa agropecuária 80 milhões. E apoio à gestão de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável: 40 milhões.

Em síntese, procurou-se dentro das naturais limitações utilizarem critérios justos para priorizar as ações que figuram mais relevantes no momento atual.

VOTO DA RELATORA.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, delibere pela apresentação das Emendas relacionadas.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formulação e a apresentação das Emendas junto à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sala das Comissões, 20 de novembro de 2006.

Era este o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – O relatório concluiu pela aprovação das Emendas números... Uma certa dificuldade aqui na Assessoria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É porque incluiu mais uma, mas senhor Presidente, enquanto está... Eu posso só fazer uma observação?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Em discussão a proposta da Relatora. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, eu sou Relator Setorial da Agricultura para o Orçamento Geral da União.

Eu tive oportunidade de convidar para discutir o orçamento, não só o Ministério da Reforma Agrária como o Ministério da Agricultura, ambos os seus representantes estiveram no meu gabinete e discutimos uma maneira de atender o máximo possível, o interesse dos dois Ministérios, dentro do que é possível com cinco Emendas.

Por isso que meu nome aparece com mais frequência, mas tudo isso porque são Emendas tipo guarda-chuva, que abrangem mais ações de interesse da agricultura e do processo de reforma agrária.

Agora, eu teria uma observação a fazer, Mestre-Relatora, eu acho que porque nós englobamos várias Emendas, foram aproveitadas várias Emendas englobadas em cada uma dessas, eu acho que os valores ficaram muito aquém. Eu gostaria de ter valores mais

expressivos, porque aí eu poderia aproveitar mais quando for fazer o relatório setorial, baixar eu posso, mas elevar não posso.

Então, eu gostaria Sr. Presidente, que esses valores sobretudo da EMBRAPA ou do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fossem todos eles elevados a faixas maiores.

Eu gostaria que o nosso líder, eu gostaria que o Senador Romero Jucá que é expert em orçamento, pudesse nos ajudar nos valores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu sou expert em orçamento, mas em liberação é o Senador Romero.

(Risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Em valor também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Em valor leva uma vantagem enorme.

(Risos)

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Eu acredito senhor Senador, que como as Emendas foram todas englobadas tendo em vista o apoio de todos os membros desta Comissão, eu acho que as colocações de V. Ex^a. são colocações importantes.

Uma vez englobada é melhor que fique um valor para EMBRAPA, num valor de 140 milhões; da reestruturação e modernização da defesa agropecuária 120; eu acho que podia ser ao contrário, não é? Apoio à gestão dos planos territoriais do desenvolvimento rural sustentável, 140.

Agora, esses ajustes naturalmente V. Ex^a., poderá fazer quando do relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria fazer mais uma proposição ...

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Se os valores tiverem excedido o que V. Exa. pensa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria fazer mais uma proposição, Senadora Lúcia Vânia e Senador Sérgio Guerra, que é exatamente a primeira e a segunda Emenda, que são Emendas que tratam de convênios com unidades federadas, eu queria sugerir que a modalidade de aplicação fosse 99 a definir, porque como se fundiram várias Emendas, vai se poder fazer convênios tanto com o Estado, quanto os Municípios quanto aplicação direta do Governo Federal.

As outras não, as outras como são aplicações diretas do Governo Federal não tem nenhum tipo de problema, mas as duas primeiras, se a modalidade de aplicação fosse 99, facilitaria o conveniamento depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu quero pedir um segundo aqui de

tempo, a Senadora Ana Júlia dizer da satisfação da Comissão em ter o Senador Jonas como Presidente, aliás, como Relator da área de agricultura o que é garantia para agricultura brasileira de um trabalho competente e especializado.

A sua presença lá seguramente é boa para todos os que têm preocupação com o meio rural no Brasil.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Eu queria aproveitar também a oportunidade e cumprimentar o Senador Jonas Pinheiro e dizer que o nosso trabalho teve muito da sua orientação e graças a essa orientação nós pudemos fazer um trabalho conjunto da Comissão.

Esse trabalho não é a Relatora é o trabalho de todos os Senadores que freqüentam assiduamente essa reunião.

Antes de colocar em votação, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a presença da Senadora Ana Júlia, primeiro cumprimentando-a, embora tenhamos o prazer de vê-la Governadora do Estado, uma mulher, a primeira mulher no Pará a governar aquele Estado, nós vamos perdê-la aqui na Comissão de Agricultura.

E antes que ela se afaste da Comissão, eu gostaria de pedir para que ela colocasse aqui um projeto que eu tenho recebido muitos e-mails cobrando, que é o índice de produtividade.

Eu gostaria que V. Ex^a., antes de se afastar do Senado, pudesse devolver esse projeto para que gente possa votá-lo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senadora, deixa eu fazer duas colocações.

Primeiro em relação ao projeto, dizendo que eu aguardava inclusive uma posição de consenso entre os dois Ministérios e caminhou para isso, que bom, para que a gente possa também... Porque não adianta, às vezes, a gente propor alguma coisa, aprovar e depois não ser efetivado. Eu acho que é bom ter esse diálogo.

Então, quanto a isso fique tranqüila, porque eu estou fazendo isso em todas as Comissões que eu faço parte, para poder exatamente tudo aquilo que estava na minha mão enquanto Relatora, nós possamos votar até o final dessa Legislatura até o final do ano, enquanto eu estou Senadora da República.

E dizer também, parabenizar esse relatório aqui, dizer que nós concordamos com ele, foi feito realmente acordo, V. Ex^a. aproveitou as Emendas, as preocupações nossas de cada um aqui e procurou colocar programas mais abrangentes, que estão, por exemplo, abrangendo a minha Emenda na agricultura familiar, a

minha Emenda na EMBRAPA, a Emenda do Senador Sibá Machado, a Emenda do Senador Flexa.

Enfim, todos estão enquadrados e contemplados nas Emendas aprovadas. Então, eu acho que isso é importante, porque mostra que essa Comissão independente até de posição partidária, ela tem caminhado sempre, tem procurado o consenso na maioria das questões na maioria das situações compreendendo a dificuldade que a agricultura tem enfrentado e na busca de soluções.

Então, eu queria fazer esse registro e dizer que nós concordamos com as Emendas, porque elas representam a síntese das Emendas dos Parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Com base nos critérios discutidos as Emendas estão sendo aprovadas são – Para o Ministério da Agricultura mecanização agrícola e patrulha mecanizada, no valor de 200 milhões de reais; para o Ministério da Agricultura, projeto de desenvolvimento do setor agropecuário, no valor de 200 milhões de reais; para a EMBRAPA, pesquisa e desenvolvimento em sistemas inovadores de produção para o agronegócio, no valor de 140 milhões de reais; reestruturação e modernização da defesa agropecuária, no valor de 120 milhões de reais, também no Ministério da Agricultura; e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, apoio à gestão dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável, no valor de 140 milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esses valores são mutáveis, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – As duas primeiras Emendas, conforme sugestão do Senador Romero, são na modalidade 99.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria também de afirmar aqui que em conversa com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós fizemos um entendimento, para que aqui ficasse a Emenda para o Ministério do Desenvolvimento Agrário genérico que resolvesse todos os problemas.

E a parte de extensão rural e assistência técnica que inclusive teve uma Emenda de V. Ex^a., isso ficou para a Câmara decidir, a Câmara vai aprovar a Emenda que trata da assistência e extensão rural, que é de muito interesse dessa Casa, particularmente do meu interesse como extensionista, mas esse vem da Câmara aprovado e vamos relatá-la na Comissão Setorial.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu fiz há pouco uma consulta aqui ao nosso nobre Senador

Jonas Pinheiro, sobre a questão que aflige a toda área rural, inclusive do Estado do Pará, da erradicação da febre aftosa de não ter sido contemplada ...

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Foi contemplada defesa animal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Encontrou nessa, defesa agropecuária?

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Sim, é.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Está a defesa animal aqui.

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E o valor que estava de 80...

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Foi alterado o valor

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Passou para...

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – 140.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – 120.

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – Não, 120.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E tinha uma Emenda para febre aftosa de 100 milhões.

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – 120.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, ficou 120?

SENADORA LÚCIA VANIA (PSDB-GO) – 120.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Engloba as duas Emendas.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu solicitaria ao Senador Flexa e ao Senador Quintanilha, que após a votação assinasse conosco as Emendas, nós estamos fazendo globais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não, está bom. E o valor da última aqui de apoio e gestão dos planos que de 40 ficou em?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – 140.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 140. São as duas alterações? De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Em votação. Senhoras e senhores Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

As Emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 19h14)

Ata da 15ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura E Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de dezembro de 2006.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia seis de dezembro de dois mil e seis, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, DEMÓSTENES TORRES, PEDRO SIMON, LEOMAR QUINTANILHA, OSMAR DIAS, JUVÊNCIO DA FONSECA, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, WELLINGTON SALGADO, ROMERO JUCÁ E MARCELO CRIVELLA**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Flávio Arns, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 1995 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Odacir Soares. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela rejeição da matéria. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores: Leomar Quintanilha e Osmar Dias. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **Aprovado o parecer, contrário ao projeto.** **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 1999 – COMPLEMENTAR** (Tramita em conjunto com o PLS nº 336, de 1999 – Complementar) **(NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Altera os arts. 3º, 5º, 6º, 10, 12, 14, 15 e 19 da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária). **AUTOR:** Senador Antonio Carlos Magalhães. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela aprovação com 01 (uma) emenda que apresenta. **RESULTADO** – **Retirado de Pauta a pedido do relator.** **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 1999 – COMPLEMENTAR** (Tramita em conjunto com o PLS nº 566, de 1999 – Complementar) **(NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, que “dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma

agrária”. **AUTOR:** Senador Ademir Andrade. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO** – Pela rejeição. **RESULTADO** – **Retirado de Pauta a pedido do relator.** **ITEM 4: REQUERIMENTO nº 5/2006-CRA. ASSUNTO** – Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado emita expedientes ao Ministério da Agricultura e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, instando providências no sentido de que o **Censo Agropecuário Brasileiro**, previsto para 2005, mas que deixou de acontecer, seja realizado com prioridade já em 2007. Considero que a falta de recursos não se justifica, em face das graves consequências que a não realização do censo acarretaram para o setor produtivo agropecuário brasileiro, que baseia suas ações de planejamento nos dados levantados pelo IBGE. Toda a logística de infra-estrutura da indústria agropecuária fica comprometida com o desconhecimento quantitativo do rebanho brasileiro, ameaçando inclusive a importante posição de exportação conquistada pelo País no mercado internacional, que tem se tornado a cada ano mais exigente e restritivo no que se trata da qualidade do produto comercializado. **AUTOR:** Senador Flávio Arns. Iniciada a discussão do requerimento, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto, os seguintes Senadores: Flávio Arns e Osmar Dias. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **APROVADO.** Será cumprida a deliberação da Comissão. **EXTRA-PAUTA – ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 669, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Altera dispositivo da Lei Nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. **AUTOR:** Senador Juvêncio da Fonseca. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATÓRIO** – Pela Aprovação do Projeto e pela Rejeição da Emenda 1-Plen. Iniciada a discussão fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores: Osmar Dias e Juvêncio da Fonseca. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **Aprovado o parecer. Fica prejudicado o voto em separado da Senadora Ana Júlia Carepa. Aprovado Requerimento de urgência nº 06 – CRA. O Projeto, bem como o Requerimento de urgência, serão encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa.** **ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2006 (PL. Nº 5191/2005, NA CASA DE ORIGEM) (NÃO TERMINATIVO) EMENTA** – Altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra. **AUTORIA** – Deputado Moacir Micheletto. **RELATOR:** Senador Osmar Dias. **RELATÓRIO** – Pela Aprovação do Projeto. Iniciada a discussão fazem uso

da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os seguintes Senadores: Osmar Dias e Juvêncio da Fonseca. Passa-se a votação da mesma ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO – Aprovado o parecer. Aprovado Requerimento de urgência nº 07-CRA. O projeto, bem como o Requerimento de urgência, serão encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.** – Senador **Flávio Arns**, Presidente, em exercício da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há quorum regimental. Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Requeiro aos Srs. Senadores a dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior que com a anuência do Plenário, dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a pauta os itens de nº 1, 2 e 3 tem como Relator o Senador Leomar Quintanilha que está a caminho desta Comissão, então vamos aguardar a chegada do Relator para apreciação dos itens mencionados. O item nº 4 da nossa pauta é um requerimento de autoria deste Presidente, é um requerimento nº 05/2006 de minha autoria que requer nos termos regimentais que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado emite expediente ao Ministério da Agricultura e ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, instando providências no sentido de que o senso agropecuário brasileiro previsto para 2005, mas que deixou de acontecer, seja realizado com prioridade já em 2007. Lembro que isto foi objeto de reportagem da Folha de São Paulo e que estaria de acordo com a notícia, trazendo inúmeros prejuízos para a agropecuária em nosso país em termos de planejamento, de investimentos, de direcionamento de recursos, então nada mais justo do que em função da notícia no jornal veiculado pela Folha de São Paulo que o Ministério apresente as providências que estão sendo tomadas em relação àquilo que foi veiculado. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Srs. e Srs. Senadores, que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será cumprida a deliberação desta Comissão.

Temos dois itens extrapauta, o item nº 1 é o Projeto de Lei do Senado Federal, do Senado nº 699/99 de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca que altera o dispositivo da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. O Relator é o Senador Heráclito Fortes que também está a caminho.

Pela ordem o Senador...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente. É que o relatório já foi lido pelo Senador Heráclito Fortes, como foi lido e houve apresentação de um voto em separado da Senadora Ana Júlia, eu acredito que pode ser dispensada até a presença do Relator para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como este item é um item não terminativo, então não exige a presença de quorum qualificado quero dizer, como o Senador Osmar Dias já antecipou, que o Relator que é o Senador Heráclito Fortes concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 do Plenário. Comunico à Comissão, como o Senador Osmar Dias já enfatizou, que foi concedida vista à época, a Senadora Ana Júlia Carepa e devolvido com voto em separado, a qual concluiu pela rejeição do projeto pela prejudicialidade da Emenda nº 1 do Plenário, sendo que o Senador Heráclito Fortes concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 do Plenário. Está em discussão, então o relatório, já lido, do Senador Heráclito Fortes.

Senador Juvêncio da Fonseca com a palavra que é o autor do Projeto de Lei.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores sou autor do projeto. A Política Nacional de Recursos Hídricos de que trata a Lei 9.433 de 1997 é uma grande conquista do Sistema Jurídico Nacional disciplinando de maneira muito forte e vigorosa o uso racional da água, tornando a água um bem econômico e cobrando, inclusive, taxas para a sua utilização com dependente outorga. Mas o meu projeto procura excluir do pagamento desta taxa três utilizações, três usos deste bem precioso que nós temos que é a água, modificando o art. 20 da Lei 9.433 que diz o seguinte: “Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga nos termos do art. 12 desta Lei, salvo...” E aí coloco no meu projeto – “salvo quando para as seguintes finalidades, primeiro – dessedentação de animais. Segundo, piscicultura em geral. Nos casos de uso por derivação ou captação em que os recursos hídricos são lançados de volta ao corpo de água originário logo após a sua utilização. Terceiro, pequena irrigação de área não superior a dois módulos de parcelamento por propriedade”.

Sr. Presidente, justifico o Projeto, quando exclui do pagamento do uso da água a dessedentação de animais é porque o art. 12 da mesma lei que estamos modificando diz que está sujeito ao pagamento da taxa pelo uso da água quando ela depende de outorga, e se, por acaso, o proprietário de uma área rural desejar fazer na sua fazenda uma estrutura de aguadas, por exemplo, captando água do rio, o captando água é de aquífero para fazer por derivação de diversas aguadas, evitando que o gado vá ao leito do rio para dessedentação, nesse caso tem obrigação de pagar a água. Se os animais ficarem soltos aí não há necessidade do pagamento do uso da água. Ora, então essa isenção desde que o objetivo seja dessedentação de animais. Com essa estrutura para as aguadas faz com que haja um incentivo ao produtor rural da elaboração ou da execução dessas obras, evitando o quê? A predação das matas ciliares porque se os animais vão ao leito do rio, atravessam as matas ciliares, depreda a mata ciliar e ainda faz trilhos, trelheiros, aliás, onde a erosão através das águas pluviais realmente faça o assoreamento do rio. Então, é muito importante esse incentivo se não pagamento do uso da água para dessedentação de animais no sentido da preservação ambiental.

Da norma forma é o item 2º piscicultura em geral, nos casos de uso por derivação, captação em que os recursos hídricos são lançados de volta ao corpo de água originária logo após a sua utilização. Ora, o uso de tanques de piscicultura para a produção de peixes deve ser incentivado porque alivia a exploração da piscicultura nos rios. A predação da fauna dos rios e também a facilitação que passa a ter a pescaria dos famosos pesque e pague retirando os pescadores do rio e indo para os tanques de pesque e pague. Essa iniciativa econômica do pesque e pague, das pisciculturas, dos laboratórios, da produção em grande escala de peixe de tanque faz com que se preserve ambientalmente o rio no que diz respeito a sua população de peixes. Hoje, por exemplo, o Mato Grosso do Sul é o maior exportador de alevinos e peixes para o mundo inteiro, em razão, justamente, desta indústria, desta criação de peixes em piscicultura. Isso, fundamentalmente, traz a preservação do meio ambiente. E o terceiro item que é a pequena irrigação de água não superior a dois módulos de parcelamento por propriedade. O objetivo aqui já é um pouco diferente, no que diz respeito à preservação ambiental. Para facilitar a agricultura familiar ou a utilização da irrigação em pequenas propriedades, ou seja, até dois módulos de parcelamento por propriedade, aqueles módulos do INCRA que é de 5 hectares, de 10 hectares, de 20 hectares, de 25 hectares; quer dizer, por propriedade é apenas dois módulos porque, na verdade, a irrigação

é a vilã da preservação ambiental no que diz respeito à utilização das águas na erosão superficial dos nossos solos. Portanto, essa terceira iniciativa é muito mais de interesse social para a agricultura familiar do que propriamente para a preservação ambiental.

É este o nosso projeto, Sr. Presidente, aprovado pelo Relator e o voto em separado da ilustre Senadora Júlia Carepa não estando presente, não poderia nem, praticamente, ser lido, mas as suas razões não são razões suficientes para elidir o bom propósito do nosso projeto, assim eu peço aos meus pares que votem favoravelmente a este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu quero apoiar a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca porque ela tem um significado mais amplo do que parece lendo simplesmente o projeto.

Essa questão da outorga da água que é obrigatória para a utilização e irrigação, e também para a piscicultura que é uma atividade econômica importante em algumas regiões do país, em nosso Estado, por exemplo, é importante em algumas regiões, e sem nenhuma dúvida esse projeto tem o mérito de pensar não apenas na redução de custo para os produtores, mas especialmente na preservação ambiental. Porque se nós formos olhar o Código Florestal, a Lei, os rios precisam ter sempre uma margem de mata ciliar ou de área de preservação permanente que varia de acordo com a largura do rio. Se nós considerarmos um rio pequeno, 30 metros da margem têm que ser preservado, só que o gado vai se abastecer, vai tomar água no rio e isso significa que ele está invadindo a área de preservação permanente. Se nós considerarmos essa possibilidade de não se cobrar da água fornecida ao rebanho e impedindo dessa forma que esse rebanho tenha acesso ao rio, nós estaremos preservando a área de preservação permanente como pede o Código Florestal, assim também como já explicou o Senador Juvêncio da Fonseca em relação à piscicultura e é meritório ainda mais porque penso na diversificação e no aumento da produtividade das propriedades familiares menores do que dois módulos e a irrigação essa sem, nenhuma dúvida, um instrumento indispensável para promover a diversificação, a implantação de novas culturas nessas pequenas propriedades, aumentar a renda é dessa forma gerar emprego no campo, mantendo essas pessoas no campo produzido. Então, esse projeto tem dois significados importantes – a preservação dos recursos naturais e o aumento da produtividade aliada à diversificação das atividades na propriedade

rural, por isso eu voto, favoravelmente, a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero, também da minha parte parabenizar o Senador Juvêncio da Fonseca pela iniciativa, as explicações foram bastante claras no sentido da compreensão, da extensão do projeto por todos aqueles que acompanham esta votação e acrescentar, com ênfase, o aspecto de geração de emprego, de renda que é o grande desafio do Brasil hoje, que com isso também pode haver a contribuição nessa direção. Então, além da preservação do meio ambiente, aumento da produtividade, geração de emprego e renda.

Com a palavra, V.Ex^a. Dr. Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não sei se esgotou a discussão, farei o requerimento de urgência para quem pudesse levar ao plenário o quanto antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Vamos votar primeiro.

Está em votação, então o Projeto de Lei. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Heráclito Fortes permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator. Fica prejudicado o voto separado da Senadora Ana Júlia Carepa.

O projeto será agora encaminhado à Secretaria-Geral de Mesa. Então, V.Ex^a. está requerendo...

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Urgência na tramitação do processo para que o Plenário aprecie o quanto antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está em votação, então o requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O requerimento será também encaminhado o pedido de urgência à Secretaria-Geral da Mesa.

Voltamos, Senador Leomar Quintanilha, nós estávamos aguardando a presença de V.Ex^a., voltamos ao item 1 da pauta.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO) – Sim, mas antes de promover a leitura do relatório do item 1, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada de pauta dos itens 2 e 3 que tratam do rítsumar(F) na questão de desapropriação, em razão de receber através do eminente Senador Osmar Dias a informação de que a CNA, e através de contato próprio com representantes do INCRA que querem tecer ainda algumas considerações sobre pontos considerados relevantes nesses dois processos, nós entendemos de bom alvitre que ele seja retirado de pauta para que nós possamos, nesse entendimento, buscar o melhor caminho para a apresentação do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Após a solicitação do Relator dos itens 2 e 3 os respectivos projetos estão reiterados de pauta.

Passamos ao item 1 da pauta que é o Projeto de Lei do Senado nº 108 de 1995 de autoria do Senador Odacir Soares que institui o programa de implantação das reservas extrativistas e dá outras providências. Com a palavra o Sr. Relator Senador Leomar Quintanilha,

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei ora sobre apreciação de nº 108 e submetido ao exame desta Comissão institui o programa de implantação das reservas extrativistas e dá outras providências.

Nós tecemos algumas considerações a respeito disso, Sr. Presidente, mas gostaríamos de dizer, já que o nosso voto é pela rejeição do projeto, nós faríamos um comentário sobre as análises expendidas sobre a propositura em exame.

As reservas extrativistas têm sido apontadas como importante instrumento para garantir a sobrevivência material e cultural das populações vinculadas tradicionalmente ao extrativismo. Como resultado desse entendimento e por força da Lei 7.804 de 18 de junho de 1989 a inclusão dessas unidades entre os espaços territoriais especialmente protegidos, foi definida como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente estabelecido por meio da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

A importância das reservas extrativistas foi ressaltada ainda por meio da Lei 9.985 de 18 de junho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da natureza e em que seu art. 18 estabelece que a reserva extrativista, é uma área utilizada por populações tradicionais cuja subsistência está baseada na extração de recursos naturais e de modo complementar na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

O papel dessas unidades torna-se evidente quando se constata que a inserção dessas populações no mercado defronta-se com severas limitações inerentes ao modelo de produção extrativista entre as quais – deficiências técnicas e organizacionais, bem como a escala reduzida de produção. Torna-se clara assim, a necessidade de mecanismo que viabiliza a sobrevivência e o desenvolvimento das reservas extrativistas como componente importante no uso sustentável, os recursos naturais renováveis especialmente na Amazônia e na promoção de um desenvolvimento rural integrado.

A despeito disso, entendemos que a maioria das determinações contidas no PLS 108 de 1995 e que define toda a estrutura do projeto reveste-se de

inconstitucionalidade, inviabilizando a sua aprovação, nesse aspecto merece destaque a atribuição de responsabilidade ao CNPT e ao IBAMA o que configura clara invasão das competências privativas do Poder Executivo Federal.

Julgamos, também inadequado o dispositivo pelo qual o Fundo para o Desenvolvimento das Reservas Extrativistas, o fundo RESEX, receberia recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, pois neste caso teríamos a situação em que um fundo financiaria outro fundo.

Outra deficiência desse Projeto de Lei envolve a concessão de incentivos fiscais mediante ao qual poderão ser deduzidos do imposto de renda a pagar as quantias destinadas por pessoas físicas ou jurídicas ao financiamento de projeto desenvolvido nas reservas extrativistas.

Ocorre que a Constituição Federal determina em seu art. 150, § 6º que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderão ser concedidos mediante lei específica, federal, estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição sem prejuízo do disposto do art. 155, § 2º, inciso XII, assim a dedução só poderá ser concedida mediante lei federal específica.

A pretendida concessão de incentivo fiscal contraria igualmente a Lei Complementar nº 101 de 24 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal a qual em seu art. 14 estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro, o exercício que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou a, pelo menos, uma das seguintes condições – demonstração pelo proponente que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da Lei Orçamentária, ou em segundo lugar, estará acompanhada de medidas de compensação no período mencionado no *Caput*.

Restrições também devem ser feitas à determinação contida no art. 9º do PLS 108 de 1995 de que produtos oriundos das reservas extrativistas tenham prioridade nas compras realizadas por órgãos públicos independentemente de licitação nos termos do art. 24, inciso XII e XIII da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Esse art. 24 trata dos casos de dispensa de licitação entre os quais os citados nos incisos XII e XIII, respectivamente.

Nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis em centro de abastecimento ou similar, realizadas diretamente com base no preço do dia e na contratação de instituição nacional ou sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente na pesquisa do ensino do desenvolvimento institucional científico ou tecnológico desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ética profissional.

Ocorre que nos casos contemplados nesses dois incisos não se aplicam, em absoluto, às reservas extrativistas e por isso as instituições contidas no art. 9º do Projeto de Lei em exame são inadequadas.

Deve-se ressaltar, por fim, que já existia em fontes de financiamento para o desenvolvimento de projeto de reservas extrativistas de tal modo que a criação do Fun(F) RESEX não é imprescindível. Entre essas fontes podem ser destacadas o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, o Programa Nacional de Agricultura familiar o PRONAF e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7.

Com base nessa análise, Sr. Presidente, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 108 de 1995.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Relator, portanto, o Senador Leomar Quintanilha concluiu pela rejeição da matéria. Está em discussão o parecer do Sr. Relator. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam com o parecer, permaneçam como se encontram. Então está aprovado o parecer.

O projeto será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CNA.

Nós temos o item 2 da pauta que é um item extrapauta que é o Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 2006, PL nº 5.191/2005 na casa de origem, de autoria do Deputado Moacir Micheletto que dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

Com a palavra o Sr. Relator Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, este projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados por acordo de todas as bancadas, praticamente, veio para cá e fui designado relator desse projeto na Comissão de Justiça, onde foi aprovado e aqui sou novamente o relator do Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 2006 que propõe alterações ao texto Estatuto da Terra nos arts. 95 e 96 consoantes os termos da sua própria justificação que tem por objetivo adaptar

a realidade fática às relações jurídicas concernentes ao arrendamento rural e a parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa para permitir que continuem sendo instrumentos válidos nas relações entre os agentes da atividade rural.

Eu passo para a análise do projeto. Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, são atendidos pelo PLC nº 46 de 2006, tendo em vista, que compete privativamente a União legislar sobre o direito agrário a teor do disposto no art. 22, inciso I da Constituição da República, bem como, por não ter sido vulnerada a cláusula pétria alguma, art. 60, § 4º da Carta Magna, ademais a matéria é consubstanciada na proposição e série, isso no âmbito das atribuições do Congresso Nacional em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 48 do texto condicional. Ressalta-se também que não há vício de iniciativa nos termos do art. 61 da Constituição. No que concerne a juridicidade o projeto se afigura irretocável o quanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos na normatização via edição e lei é o adequado segundo a matéria nele vertida em novo ordenamento jurídico. Terceiro – possui o atributo da generalidade. Quarto – é consentâneo com os princípios gerais do direito. E cinco, se afigura adotado de potencial coercitividade.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95 de 98 que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o § Único do art. 59 da Constituição da República, estabelecem normas para a consolidação dos atos normativos que mencionam ter por objetivo proporcionar a utilização de linguagens técnicas próprias, que garantam as proposições legislativas características esperadas pela lei, clareza, concisão, interpretação, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

Quanto ao mérito, cabe a esta Comissão se pronunciar. Na justificação do projeto defende-se a alteração correspondente aos arts. 95 e 96 para adequar as regras do Estatuto da Terra às novas realidades, fato das relações econômicas vigentes entre arrendatários rurais, parceiros, agrícolas e proprietários. Percebe-se que a alteração aviltada pela proposição em análise se coadunam com o teor de sua justificação. No texto legal proposto verifica-se que o arrendamento rural e a parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e administrativa para continuar sendo instrumentos jurídicos eficazes às relações econômicas no campo devem

valer-se das mudanças decorrentes da dinamização da atividade produtiva, tornando-se, suficientemente, flexíveis de modo a incorporar os atos, costumes e tradições predominantes em cada região.

A Comissão de Justiça, Sr. Presidente, aprovou esse relatório, o relatório que nós apresentamos lá por unanimidade, portanto, não há nenhuma dúvida sobre a juridicidade e a constitucionalidade do projeto.

Em relação ao mérito, inclusive, nesta safra, no Estado do Mato Grosso está havendo uma alteração significativa dos contratos de parceria e arrendamento, o que só isso já exige a modernização do Estatuto da Terra que é de 64. As relações entre o arrendatário e o arrendante em relação àquele que planta e aquele que tem a terra, essa relação está mudando muito.

No Mato Grosso aqueles que tinham arrendamento para plantar soja e em função da crise da cultura, se afastaram do arrendamento, estão hoje praticamente inviabilizando aquelas áreas, o que faz com que os proprietários dessas áreas cedam as suas áreas para produtores de algodão e ao final dividam apenas o lucro, ou seja, é uma outra modalidade, então, não prevista no Estatuto da Terra e que nós precisamos modernizar em função da modernização das relações entre os proprietários de terra e aqueles que plantam alugando essas áreas. E é por esta razão que o nosso parecer que foi favorável na Comissão de Justiça, também é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46 aqui na Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Relator Senador Osmar Dias, portanto, concluiu pela aprovação do projeto.

Está em discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, primeiro louvar o relatório do eminente Senador Osmar Dias que trouxe clareza ao texto, analisando para que a gente pudesse ter uma convicção cada vez maior na sua aprovação.

Eu gostaria só de fazer uma referência ao arrendamento rural. Como é importante que o instituto do arrendamento rural traga às partes segurança, que traga às partes confiança nesse relacionamento entre aquele que tem a terra e aquele que trabalha. Se nós tivermos, cada vez mais, um aperfeiçoamento com o que está se alcançando com esse projeto, tenho certeza que muitas questões fundiárias seriam solucionadas facilmente por esse Brasil todo e diria até mais o seguinte, que daria confiança também para

que houvesse até uma proposta de que, parcialmente, se poderiam fazer arrendamentos para que pudesse suprir até certo ponto a reforma agrária, no sentido formal da palavra, de transferência de domínio para que planta, aquele que promove a agricultura. Portanto, o instituto do arrendamento rural tem um significado profundo no relacionamento e na regularização fundiária do país e que traz para nós também, para o país também renda, tranquilidade para milhares e milhares de famílias que vivem do campo. Eu até diria o seguinte, se nós formos fazer um cadastramento para uma reforma agrária, eu acho que devia começar, Senador Osmar Dias, pelos arrendatários, aqueles que teriam prioridade para aquipar(F) as terras que seriam objeto de uma reforma agrária, porque os arrendatários, geralmente, têm equipamento, tem a mão calejada, tem experiência sobre a terra e poderia, perfeitamente, significar um avanço muito grande para a reforma agrária, priorizando os arrendatários. É o que nós temos a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca, como sempre, com a clareza também das explicações e a visão dos desdobramentos e das implicações do Projeto de Lei para o bem-estar do país.

Não havendo mais quem queira discutir está em votação o projeto. Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será enviado à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu apresentei um requerimento de urgência que eu peço que V. Ex^a. submeta à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Então, pelo requerimento pede-se urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 2006 que altera os arts. 95 e 96 da Lei 4.504 de 30 de dezembro de 1964, Estatuto da Terra.

Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que estejam de acordo, permaneçam como estão. Então, está aprovado o requerimento de urgência e o mesmo será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as providências pertinentes.

Muito bem, agradeço a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Obrigado.

(Sessão encerrada às 12h21.)

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 349, DE 2005-SF, COMPOSTA PELOS TRÊS SENADORES REPRESENTANTES DO ESTADO DE RORAIMA, “DESTINADA A ACOMPANHAR E AVALIAR OS DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO ADMINISTRATIVA DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE NORMANDIA, PACARAIMA E UIRAMUTÃ, NO ESTADO DE RORAIMA”

Ata da 1ª Reunião de Instalação, realizada em 27 de abril de 2005.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Augusto Botelho e ainda com as presenças dos Senadores, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz membros, reúne-se a Comissão Externa, Criada Mediante Requerimento Nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, “**Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima**”. O Senador Augusto Botelho abre a presente reunião de Instalação, ao tempo em que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação o Senador Mozarildo Cavalcanti para Presidente. O Senador Mozarildo Cavalcanti agradece aos presentes e indica o Senador Augusto Botelho para exercer a Relatoria desta Comissão Externa, convidando-o para tomar assento a Mesa. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita “*in loco*” às comunidades de Raposa, Pontão, Flechal, Maturuca, Pacaraima, Serra do Sol e Uiramutã, a ser realizada nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde realizarão visitas ao Governador, Presidente da Assembléia Legislativa e encontro com as classes Produtoras daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho é acatada pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

1º Relatório da visita “*in loco*” ao Estado de Roraima, realizada nos dias 30 de abril, 1º e 2 de maio de 2005, realizada em 30 de abril de 2005.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, “**Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima**”. Os Senadores membros da Comissão juntamente com a equipe técnica do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Dr. Rosber Almeida e Dulcidia Ramos Calháo – Secretária da Comissão, são recebidos pelo Governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto e pelo Secretário de Comunicação do Estado, Dr. Rui de Oliveira Figueiredo, na sala de reunião do Palácio do Governo. Os Senhores Senadores e o Governador discutem o assunto da demarcação das terras indígenas e demais questões fundiárias. O Governador parabeniza o empenho dos membros desta Comissão e reforça a sua posição a favor de uma demarcação mais justa e equilibrada. O encontro se encerra às dezessete horas, horário local, quando os membros da Comissão agradecem a receptividade por parte do Governo do Estado. Após, os Senadores membros dirigem-se ao Batalhão de Infantaria para um encontro com o General Studart – Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, do Estado de Roraima, quando os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz e os membros da equipe técnica do Senado Federal, dirigem-se para a sala de reunião do Batalhão de Infantaria, onde, reúnem-se com o Comandante General Studart e os Senhores – Cel. Aragão Mendes, Tenente Cel. Augusto, Tenente Cel. Menezes, Tenente Cel. Frazão e o Major Vendramin. A presente reunião se inicia às dezessete horas e trinta minutos, horário local, onde os membros da Comissão mantêm entendimento com o General Studart e demais presentes sobre o deslocamento da Comitiva, efetuado pelo helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia – CMA, que já se encontrava servindo na Capital do Estado. Os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz esclarecem aos presentes o itinerário a ser cumprido, conforme deliberação dos membros da Comissão, informando quais as localidades a serem visitadas – Mutum, Socó, Flexal, Água Fria, Contão e

Vila Pereira. Assim, após esclarecimentos de ambas as partes, principalmente quanto aos detalhes operacionais e estratégicos do deslocamento ora tratado, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão, agradece ao General Studart e Oficiais presentes, em seu nome e em nome dos demais membros, a colaboração e atenção dispensada pelos Senhores Militares, visando o perfeito cumprimento da referida Missão. Ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a Comitiva embarca no helicóptero, no Aeroporto de Boa Vista, Estado de Roraima, deslocando-se para a Comunidade de Mutum. Às nove horas e vinte minutos, os Senadores membros da Comissão e a equipe técnica do Senado Federal chegam em Mutum e são recepcionados por diversos membros da Comunidade, reunindo-se em um espaço aberto de uma Casa Comercial. O Senador Mozarildo Cavalcanti esclarece inicialmente aos presentes o objetivo dos trabalhos desta Comissão, concedendo a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, os quais saudaram os cidadãos de Mutum e em seguida, passa a ouvir, pela ordem, os representantes da Comunidade: Senhora Mariuza; Senhora Macele – Esposa do líder indígena, Paulo; Senhora Terezinha e o Vereador Edimar Xavier. Os Senhores Senadores agradecem a participação efetiva da comunidade e a presença de todos, encerrando a visita, às dez horas e quinze minutos, horário local. Os membros se deslocam à Vila Socó, chegando às dez horas e trinta e cinco minutos, horário local, onde são recepcionados por membros da Vila, no recinto da Escola Municipal Severino Pereira da Silva. O Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti faz uma breve explanação aos presentes quanto a missão desta Comissão e em seguida, concede a palavra ao Administrador da Vila, Senhor José de Araújo. Fizeram uso da palavra os Senhores – Vereador Paulo José dos Santos, Professora Maria Luiza Brasil da Silva, Zélio Mota e finalmente ao Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva Lima. O Presidente concede a palavra aos Senadores Wirlande da Luz e Augusto Botelho, que falam das suas carreiras políticas no Estado de Roraima e emitem os seus entendimentos quanto ao processo de demarcação na região. O Senador Mozarildo Cavalcanti, de posse da palavra reafirma a sua posição e a dos membros da Comissão quanto a demarcação das terras neste Estado. Encerrando a presente reunião às onze horas e trinta minutos, horário local, ao tempo em que agradece a participação de todos. A Comitiva embarca para Flexal, chegando às onze horas e quarenta e cinco minutos, horário local, onde os membros se dirigem para o Centro Comunitário onde são recebidos

calorosamente pelos índios e líderes indígenas. Ao iniciar a reunião, o Senador Mozarildo Cavalcanti, saúda a todos os presentes e esclarece os objetivos da visita e passa a ouvir os líderes indígenas – Getúlio, Avelino, Gervásio, Lauro e o Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva. Após ouvir os líderes, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, para as suas considerações com relação a demarcação das terras indígenas no Estado de Roraima. A Presidência agradece a calorosa recepção por parte dos membros da Comunidade de Flexal, encerrando a reunião às doze horas e trinta minutos, horário local. A Comitiva embarca no helicóptero, indo para Água Fria, chegando às doze horas e cinquenta minutos, horário local, sendo recebidos por representantes e demais cidadãos de Água Fria no Centro Comunitário, onde inicialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti, faz uma exposição à respeito dos objetivos da presente visita e em seguida, concede a palavra ao líder indígena Custódio e após ao Coordenador do Município de Água Fria, Senhor Gilson. Usaram da palavra pela ordem, os líderes indígenas Percival, Júnior, Humberto e ao Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva. Após, pediram a palavra os cidadãos Ramon e Reginaldo, os quais expressaram as suas indignações com relação a demarcação. Ao encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente agradece aos membros da Comunidade, aos líderes indígenas e demais participantes, pela colaboração com os trabalhos da Comissão e também ao almoço que foi oferecido aos membros da Comitiva. A Presidência encerra às quatorze horas e quinze minutos, horário local, onde os Senhores Senadores e equipe técnica, dirigem-se para a Comunidade de Contão, chegando às quatorze horas e cinquenta minutos, e da mesma forma, são recepcionados de forma calorosa pelos membros e líderes, dirigindo-se para um espaço a céu aberto. Ao iniciar, o Senador Mozarildo Cavalcanti faz a abertura e apresenta a todos os presentes os objetivos desta visita e em seguida, concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. Fizeram uso da palavra pela ordem, os líderes indígenas Genival da Silva Costa; Vitoriano e a seguir, também fizeram uso da palavra, membros da Comunidade, Senhora Maria Delicia; Senhor Ronan, primo do líder Genival, que entrega aos membros da Comissão, um Manifesto que também foi lido pelo mesmo. A Presidência agradece em seu nome e em nome dos membros desta Comissão, pela gentil acolhida, encerrando a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, horário local. Dando continuidade a presente missão, os Senhores Senadores e equipe técnica, embarcam no helicóptero em direção a Vila

Surumu, chegando às quinze horas e cinquenta minutos, horário local, onde os Senadores são recebidos pelos líderes indígenas, representantes da comunidade e demais habitantes da Vila Surumu, também chamada de Vila Pereira. Ao iniciar a reunião, sediada no Ginásio de Esporte da Escola Estadual Padre Anchieta, quando o Professor Brasão, de posse da palavra saúda os membros da Comissão e após, todos os presentes, cantam o Hino Nacional, homenageando os membros da Comitiva. A seguir, o Professor Brasão, passa a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti que agradece a receptividade e faz sua explanação a respeito da missão desta Comissão do Senado Federal, concedendo, pela ordem, a palavra aos Senhores – Vereador José Romão de Pinho, que lê uma Nota de Protesto; ao líder indígena Anízio, e após, o Professor Brasão lê uma Carta aberta ao Povo Brasileiro, endereçada ao Presidente Lula. O Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. Ato contínuo, fizeram uso da palavra os Senhores Paulo Quartiero – Prefeito de Pacaraima e o Pastor Cícero da Congregação da Assembléia de Deus. O Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, quando os membros embarcam no helicóptero, retornando para a Capital do Estado, cidade de Boa Vista, chegando às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. Ao primeiro dia de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, horário local, os membros da Comissão são recebidos no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, presentes os Senhores Deputados Estaduais – Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Edio Lopes, Naldo Bezerra, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. O Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Chico Guerra, cumprimenta os membros da Comissão, fazendo um breve discurso e concede a palavra ao Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que fez um relato a respeito da importância dos trabalhos da Comissão Especial Externa das “*Terras Indígenas*”, do Senado Federal, que funcionou naquela Casa Legislativa no decorrer do ano de dois mil e quatro, também sob a sua Presidência, ao tempo em que esclarece que a presente Comissão Especial Externa “Serra do Sol”, do Senado Federal, tem como finalidade a continuidade e acompanhamento dos trabalhos anteriormente desenhados pela Comissão anterior, e que terá como conclusão, propor ao Governo Federal alternativas viáveis, equilibradas, de consenso com os representantes e autoridades locais que foram ouvidas pelos Senadores membros. O Senador Mozarildo Cavalcanti concede a palavra, pela ordem, aos Deputados

Estaduais – Chico Guerra, Malu Campos, Célio Wanderley, Edio Lopes, Naldo Bezerra, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. O Presidente agradece a participação de todos declarando encerrada a presente reunião, às quatorze horas, horário local. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, os membros da Comissão Especial Externa “Serra do Sol”, dão início a reunião com representantes dos Produtores, Rizicultores, Políticos, Líderes Indígenas e demais autoridades locais, no Auditório da sede da Federação do Comércio – FECOMERCIO do Estado de Roraima. Inicialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti abre os trabalhos e convida os Senhores Almir Sá – Deputado Federal e Presidente da FAER e Dr. Alcides – Presidente da FIER para comporem a Mesa dos Trabalhos. O Senhor Presidente concede a palavra pela ordem, aos Senhores – Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Airtom Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Gilberto Macuxi – Representante da ARIKON e o Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe. A Presidência concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz para as suas considerações finais. A seguir, o Senador Mozarildo Cavalcanti, agradece a participação dos Consultores do Senado Federal, Drs. Tarciso Dal Maso Jardim e Fabiano Augusto Martins Silveira, ao Dr. Rosber Almeida e a Secretária da Comissão, Dulcidia Ramos Calháo pelo assessoramento prestado aos trabalhos da Comissão. A Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Convido o senhor Deputado.... Deputado Hélio, tome assento, por favor.

Gostaria de dar por aberta esta reunião que tem como objetivo ouvir a Comissão Externa do Senado,

composta pelos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, para tratarmos do assunto relacionado com a Raposa Serra do Sol.

Eu vou passar os trabalhos desta reunião ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero, inicialmente, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas estaduais aqui presentes, Deputado Chico Guerra, que aqui está representando a Presidência da Casa, e dizer que esta Comissão Externa do Senado, na verdade, está fazendo um trabalho de continuação do trabalho anterior feito antes da demarcação, quando o Senado aqui mandou uma comissão externa – vocês se recordam – que era presidida por mim e composta por outros quatro Senadores – Senador Delcídio Amaral, que hoje é o Líder do bloco de apoio ao Governo no Senado e foi o relator, Senador Jefferson Péres, do Amazonas, Senador Augusto Botelho e Senador Romero Jucá. Nós fizemos um trabalho exaustivo. Ouvimos aqui, em assembleias e audiências públicas, várias camadas da sociedade. Estivemos nas comunidades indígenas, ouvimos os produtores, enfim, ouvimos todo mundo. Só não ouvimos quem não quis ser ouvido, como foi o caso do Conselho Indígena de Roraima, que, embora convidado, não compareceu.

Depois disso, nós apresentamos um relatório sugerindo um formato de demarcação que era aquele que atendia a todas as partes. Tanto aqueles mais contrários ao fato de fazer uma demarcação excludente, porque precisa esclarecer aquilo – não existe divergência no que tange à demarcação contínua. Todas as duas são contínuas. Uma é excludente, que é aquela proposta pela Funai e pelo Conselho Indígena de Roraima e defendido pela ONGs, excludente no sentido que tira todo mundo de lá. Exclui de lá todo mundo, exceto os indígenas realmente. Coisa que é até difícil porque, quem conhece aquela região, sabe que é difícil saber quem é indígena e quem não é. Talvez tenha que se fazer um exame de DNA, porque há uma miscigenação muito forte naquela área. Apesar de nós apresentarmos este relatório, apesar de uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados também ter apresentado outro relatório, cujo relator foi, coincidentemente, o Deputado Lindberg Farias, também do PT, porque o Senador Delcídio do Amaral, além de ser do PT, é Líder do bloco de apoio ao Governo no Senado, então, não era um relatório que sequer pudesse ser carimbado como se fosse um exclusivo pensamento da Bancada de Roraima. Aliás, no caso da Câmara, não tinha nenhum Deputado de Roraima participando da Comissão. No Senado, não, além dos três Senadores, havia mais dois de outros Estados.

Nós não achamos que os parlamentares de Roraima, seja deputado estadual, federal ou Senador, sejamos suspeitos para falar do problema. Pelo contrário, nós temos mais legitimidade para falar sobre ele, porque nós vivemos o problema. Então, o Presidente, apesar de ter essas informações da Câmara Federal, do Senado e, neste bojo, tanto de um relatório quanto no outro, tinha o pensamento da Assembléia Legislativa Estadual, resolveu demarcar de modo diferente. Coincidentemente, depois da viagem dele à Itália, para o enterro do Papa, ele se revoltou com o pacote feito e resolveu demarcar sem nem cumprir o acordo político que havia conosco, com o Governador, com os Senadores e Deputados federais, que era dar-nos prévio conhecimento da medida que ele iria tomar, para, se fosse possível, fazer algum ajuste. Ele resolveu fazer, digamos assim, na calada da noite. Nós fomos avisados por vias transversas que o decreto sairia no outro dia como, de fato, saiu. Então, saído o decreto, restaria dois comportamentos da nossa parte. Um: o de, simplesmente, acatar; o outro, de não acatar, de analisar, de discutir. E foi o que nós fizemos. Nós requeremos uma comissão externa do Senado para vir aqui imediatamente, ainda quando estavam reféns os policiais federais, para tentar, primeiro, resolver aquele impasse dos policiais federais. Embora compreendamos a indignação, a reação dos índios, nós não concordamos, porque, como homens da lei que somos, não podemos concordar que ninguém seja feito refém, sejam índios, sejam policiais federais.

Felizmente, antes que fôssemos lá – e chegamos aqui na noite de sexta-feira e fomos no sábado para lá – na madrugada de sábado, o Governador conseguiu demover o índios para que libertassem os reféns, o que eu considerarei bom, porque, com isso, restaurou-se até a dignidade do poder local, isto é, do poder estadual, já que foi o Governador que conseguiu libertar os reféns, e não o Ministro da Justiça, e não o Presidente da Funai ou o Presidente da República. Isso restaurou, realmente, a autoridade federativa do Governo estadual.

Muito bem. Fomos ontem lá, naquela região. Estivemos em Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Contão, Surumum, sendo três vilas compostas de indígenas e não-indígenas e duas comunidades indígenas – Flechal e Contão – e quatro não indígenas. Três são do Município de Uiramutã – Mutum, Socó e Água Fria – e Surumum, que já é de Pacaraima. Na verdade, essa reserva afeta três Municípios – Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

Pois bem, em todas elas, nas áreas indígenas e não-indígenas – porque nas não-indígenas existem indígenas, e muitos. Como, por exemplo, quando es-

tivemos na comunidade do Socó, existiam vários indígenas; em Mutum, a mesma coisa; na Água Fria, a mesma coisa.

Então, o que nós ouvimos era um tom só: de indignação, de revolta, de não-conformação com o decreto, com a forma como está redigido o decreto e, principalmente, com a atuação da Polícia Federal nas barreiras, não digo nem as que dão acesso, as que saem da cidade de Boa Vista. Eu mesmo, na semana anterior a essa formação, fui a Pacaraima e, na volta, resolvi parar na estrada que dá acesso a Surumum. Logicamente o meu carro não tinha escrito que eu era Senador; fui parado e, mesmo depois de identificar-me como Senador, a Delegada exigiu que eu apresentasse o documento do carro. Eu saí do carro, me identifiquei e ela me perguntou para onde eu ia. E respondi – “Vim aqui ver o que vocês estão fazendo. Quero saber por que vocês estão adotando esse tipo de procedimento. Qual a razão de, a vários quilômetros da reserva Raposa Serra do Sol, em uma rodovia estadual – a rodovia que dá acesso a Surumum é uma rodovia estadual – vocês estarem aqui com um aparato federal parando todos os cidadãos e cidadãs que transitam desde Boa Vista.” Desde a saída de Boa Vista, depois da Ponte do Caomé, naquela bifurcação da estrada do Passarinho, tem uma barreira lá.

Eu disse: “Vim dizer a vocês que não concordo com essa metodologia.” Estive em Pacaraima e, dentro da cidade, apesar de existir Polícia Federal, Exército, há uma outra barreira de guerra, vamos dizer assim, uma barraca montada para interpelar quem passa.

Isso já foi denunciado ao Senado; já denunciei ao Presidente da República e ao Diretor da Polícia Federal. Viemos aqui, o Senador Wirlande, o Senador Augusto e eu, ouvimos essas comunidades que já mencionei; hoje, queremos ouvir os Deputados Estaduais, porque sabemos, inclusive, que a Assembléia já esteve na Comunidade do Flechal, na véspera da soltura dos reféns. Queremos ouvir vocês. Esse depoimento da Assembléia Estadual, para nós, é muitíssimo importante, porque vocês estão no dia-a-dia aqui, muito mais até que os Deputados Federais e Senadores. Vocês são os representantes do Legislativo que estão no dia-a-dia, sabendo, portanto, das repercussões positivas e negativas desse ato do Presidente.

Eu queria, portanto, a partir daqui, ouvir os Deputados Estaduais que quiserem se manifestar.

Quero dizer que estão aqui também, além dos Senadores, dois consultores legislativos do Senado. Eles é que fazem a parte técnica, portanto as implicações jurídicas etc. do relatório que vamos apresentar e das medidas que a Comissão deve tomar. Há também o Dr. Rosber, que é meu assessor, e a Dr^a Dulcília, que é

a Secretária da Comissão. Então, embora constituída pelos três Senadores de Roraima, ela é uma comissão representativa do Senado Federal.

Quero voltar a palavra ao Presidente e que ele coordene, portanto, a passagem para os Deputados que queiram se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR)
– Deputada Maria Luíza.

A SRA. MARIA LUÍZA – Meus cumprimentos a todos. Cumprimento o Exmº Deputado Guerra, os nossos Exmºs Senadores – sejam bem-vindos à nossa Casa –, todos os Deputados presentes e a imprensa.

Quero dizer que essa situação é constrangedora para todo o povo de Roraima. Acredito que, em breves dias, se não mudar essa situação, haveremos de ver guerra entre os índios, conflitos, porque eles vão se culpar mutuamente pelos problemas de saúde, de educação. Sabemos que a Funai nunca administrou a saúde. Aqui há três Senadores médicos que sabem verdadeiramente dessa história.

Sabemos que, se o Governo do Estado não interfere, não ajuda, não apóia, as coisas não fluem na educação, na saúde, na agricultura, em tudo.

Tenho um conhecimento muito grande no interior porque fui extensionista social da Emater e tive contato em todas as áreas do Estado, desde que era Território. Então, essa história de se dizer que o índio vai se administrar e se desenvolver é utopia mesmo, porque não é essa a realidade que o povo de Roraima conhece.

Uma das questões que eu gostaria que fosse levada ao Senado por meio de V. Exªs é quanto à indenização que farão. Essa indenização não é justa, até porque eles estão avaliando o que é área construída.

Sabemos que os fazendeiros, em Roraima, desde que começou a demarcação, simplesmente ficaram sem poder ou sem incentivo para melhorar as suas fazendas, alguma obra, alguma construção. Então, o que eles vão encontrar de construído, de feito? Nada. Deveria haver uma indenização pelos anos de moradia da localidade. Deve ocorrer isso para que haja justiça e a pessoa não saia com todo o seu futuro prejudicado.

Então, a minha proposta ao Senado é que haja uma avaliação pelo tempo de existência de cada fazenda e que as estruturas físicas não sejam o principal alvo, até porque o que existe está praticamente sem manutenção grande.

No passado, tínhamos fazendeiros que exportavam gado para Manaus, tínhamos grandes fazendeiros, incentivados pelas oportunidades da época. Depois que começou essa demarcação, desconheço algum fazendeiro que tenha feito algo na sua região.

Também me preocupa a indenização dos arrozeiros. Se forem indenizar só pela área de plantio e de previsão de colheita, será errado também, porque essas pessoas, para prepararem uma terra – quem conhece agricultura sabe –, para adaptarem a parte de adubo, o investimento que fazem antes do plantio é muito grande. De repente a pessoa vai sair com o capital totalmente defasado e que não vai dar sustentação.

A nossa economia já é quase capenga. Somos um dos Estados mais ricos do Brasil em minérios, quicá do mundo, e sabemos que essa cobiça de demarcação é por conta dessas riquezas minerais que temos.

Hoje, as pessoas que fizeram investimento na área rural, como os fazendeiros, os agricultores e os arrozeiros, o que vão tirar de indenização? A previsão de colheita que vão ter? E o que eles investiram antes – a compra das terras, o que investiram para preparar essa terra, a mão de obra utilizada? Quer dizer, deve haver um estudo.

Eu gostaria que o Senado visse a possibilidade de fazer um estudo para que, para qualquer área que seja indenizada, sejam vistos o tempo de moradia e o investimento feito, não só pelo que tem de construção, mas pelo que foi feito para exploração, ou de agricultura ou de pecuária.

Então, só temos que lamentar, porque nossa economia está cada vez mais defasada. Os investidores de todo o Brasil estavam de olho em Roraima, porque somos uma porta aberta para vários países da Europa, para a Guiana Inglesa, para a Venezuela e várias ilhas do Caribe. Comparando com São Paulo e outros Estados grandes, que têm tradição em exportação, estamos, no momento, sendo a grande viabilidade do Brasil.

Além do mais, gostaria de encerrar dizendo – somos área de fronteira, e essa área não foi... Somos a grande preservação da fronteira. Deveríamos comover, sensibilizar os Deputados e Senadores de todo o Brasil, porque os guardiões da fronteira somos nós, do Estado de Roraima, e isso não está sendo visto. A soberania nacional está sendo atingida cruelmente por uma decisão, principalmente com incentivos estrangeiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR)
– Deputado Célio Wanderley com a palavra.

O SR. CÉLIO WANDERLEY (PSL – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, é um prazer ter V. Exªs em nossa Assembléia para discutir um assunto que, para nós, já é velho, de tantas reuniões que tivemos. Talvez o Senador Wirlande da Luz, que está assumindo agora, no Senado, não tenha participado, mas o Senador

Mozarildo Cavalcanti já vem lutando e brigando por essa causa há anos. Talvez até perdemos o estímulo de participar, de tanto que já lutamos.

Eu queria fazer algumas ponderações práticas, na realidade.

Primeiro, para a revisão da área, só temos um caminhO – o caminho da justiça. Tenho observado, assim como os Srs. Senadores devem ter feito, que quanto à questão política, via Câmara, com decreto legislativo, e via Senado, o que acontece, na maioria das vezes que tivemos oportunidade de conversar com os Senadores, dos Deputados Federais, de outros Estados e Unidades da Federação, é que, quando contamos o problema, recebemos um tapinha nas costas, o apoio, mas, na prática, a conversa é diferente.

Entendo eu que nosso Estado, hoje, vive uma intervenção branca, por parte do Presidente da República, inclusive com a instalação de algumas coisas para resolver, aqui no Estado, as questões, sem dar sequer satisfação ao Governo do Estado.

Nós, Deputados Estaduais e o Governo do Estado, nossos Deputados Federais e Senadores, deveríamos tomar um posicionamento em relação a essa questão. Vir aqui e tentar resolver o problema, sim, mas de acordo com as autoridades constituídas do Estado, e não independentemente, isolando essas autoridades.

Quanto à questão do decreto que determina que os retirados da área deveriam ser assentados e que ninguém vai sair antes de ser assentado, de ter a sua terra assentada, considero isso uma balela, porque tivemos as desapropriações com decreto do então Presidente – parece-me que era o João Figueiredo, não me lembro no momento. O pessoal que foi desapropriado, em 80, dessas áreas não contínuas, que deveria ser reassentado também, nunca o foi. Ou seja, qual o mecanismo que a Funai usou? Realizou uma indenização de forma arbitrária, em que só eles e a palavra deles tinha validade. E aqueles que não receberam o pouco que eles fizeram e permaneceram na área, hoje, estão respondendo a um processo, demandado pela Funai, solicitando-lhes indenização pelo tempo de sua permanência na área. Ou seja – eles, de credores do Governo Federal, passaram a devedores, e alguns já com causa transitada e julgada em Primeira Instância. Na realidade, a questão do reassentamento é balela. Até porque, o Incra, apesar de dizer que dispõe de áreas, para se retirar os colonos – é como eu estava falando para o Chico Guerra –, o Incra vai ter que desapropriar o Chico e o João, que estão lá na frente. Então, para reassentar esses colonos, um outro problema social será criado no Estado.

Quero também chamar a atenção para a questão do Código Florestal, que se encontra no Congresso.

Creio que, por intermédio do Código Florestal, eles talvez estejam querendo fazer esse reassentamento. Há também a questão do zoneamento, solicitado para a Amazônia Legal. Além de não quererem fazê-lo, já estão dando o tratamento de grileiros a pessoas que ocupam essas áreas há cem anos. E as ocuparam com a autorização do Incra, pois, naquela época, se fazia o cadastro no Incra para poderem ocupar a área. Então, todas as questões levantadas precisam de solução.

Acredito que, no que se refere à questão de revisão da área, só temos um caminhO – o da Justiça, por meio do Supremo Tribunal Federal. Talvez seja o único meio que tenhamos para revermos esse ato arbitrário do Presidente Lula. Caso contrário, usando os meios junto ao Poder Legislativo, quero dizer que estou cansado do “tapinha nas costas”, do “apoio”, mas, quando chega a hora de votar as questões que são de interesse de alguns Estados, não se resolve nada, em função de interesses pessoais, de ONGs e de interesses outros que sequer sabemos. Então, solicito de V. Ex^{as} que olhem com atenção, principalmente no que diz respeito à questão relativa ao Código Florestal, à questão da retirada desse colonos, e se esse reassentamento não vai ser feito de forma arbitrária. Por exemplo, em uma área ocupada por alguém que só possui o cadastro, que é o caso da grande maioria dos roraimenses, pois não detêm o título, ele é considerado posseiro. O Incra já está desapropriando lá no sul do Estado. Inclusive já ganhou a ação, e, agora, impetraram mandato de segurança, e a sentença saiu determinando a desapropriação e a retirada das pessoas. Vejam: se o próprio Incra havia concedido esse título de 600 hectares ao colono, como é que, agora, o próprio Incra desconhece isso? A própria instituição que dá a terra é a mesma que a toma lá adiante? Então, se estava errado, se ali era área para assentamento, não poderia ter fazendas, por que deram os títulos a esse cidadãos? Na realidade, trata-se de questões relativas ao nosso Estado, que são consideradas verdadeiros gargalos, os quais precisamos corrigir. Penso que qualquer tipo de ação do Governo Federal, na medida em que ele está propondo – 150 mil hectares –, caso o Governo estadual ou qualquer uma outra instituição aceitar será uma indecência, uma imoralidade, uma ilegalidade! Essa proposta merece, por parte de todos os roraimenses, o repúdio. Refiro à proposta feita pelo Governo Federal em relação à demarcação de terras. Se o Governo desse, de graça, esses 150 mil hectares sem sequer questionarmos – seria para aceitarmos –, mandaríamos que eles colocassem a proposta no saco e a levasse de volta a Brasília e ficasse com tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR)

– Tem a palavra o Deputado Edio Lopes

O SR. EDIO LOPES (PST – RR) – Saúdo a comissão constituída por Senadores aqui presentes e, abrindo um parêntese, fazer o registro, com satisfação, da veemência com que o Senador Mozarildo Cavalcanti, eu diria, quase voz única do Congresso Nacional, digo isso pela Bancada de Roraima, tem tratado essa questão.

Mas eu queria dizer aos colegas e aos Senadores que os nossos Deputados e Senadores devem estar atentos não com a questão individualizada do Estado de Roraima, mas com os rumos que o Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva está dando à questão da terra no País – muito próximo do modelo bolchevique do Estado soviético. A forma de tratar o homem do campo, o produtor rural, está muito próxima da cartilha que foi implantada no estado comunista dos Stalin da vida.

É preciso uma discussão muito profunda, Srs. Senadores, sobre um apetrecho subjetivo que a Funai e o Incra têm se agarrado com extrema ênfase, a questão da boa-fé. Essa questão é muito subjetiva. O conceito de boa-fé que hoje todos nós temos não é o mesmo de cem anos atrás. É preciso discutir, forçar essa discussão. O colega que me antecedeu falou de um ocupador de 50 anos que ocupava uma área que não foi titulada até hoje por absoluta inércia do Poder Público e não dele, homem. Que já recebeu financiamento do Poder Público e que hoje esse cidadão, por um conceito subjetivo de difícil valoração, chega lá e diz que a ocupação é de má-fé. Então é preciso, urgentemente, forçar, no âmbito federal, essa discussão do que é essa boa-fé e do que é essa má-fé que a Funai e o Incra tanto falam da ocupação. Esse conceito precisa ser mais discutido.

Por último, concordo com o Deputado Célio Wanderley de que seria um crime contra o Estado de Roraima se as autoridades daqui sequer parassem para analisar a proposta do Governo Federal de disponibilizar para o Estado de Roraima 150 mil hectares ainda sob o regime de comodato. E aí volto ao Estado soviético, que tem sido um dos nortes deste Governo do Lula.

Porque, Sr. Senador, V. Ex^a acompanhou e é conhecedor de que uma associação amazônica de estrangeiros, Sr. Garibotti, argentino, financiado por um cara de Milão, na Inglaterra, detém a bagatela de 192 mil hectares no sul do Estado, e nem o Estado nem a União até hoje foram suficientemente competentes para expulsar esse cidadão estrangeiro. Não que aqui queira eu qualquer manifestação de xenofobia porque o camarada é estrangeiro, mas, daí o Estado de Roraima sentar ao redor de uma mesa para discutir, sob

regime de comodato, 150 mil hectares, acho que seria no mínimo constrangedor para os representantes do Estado.

Portanto, fica aqui, nessas palavras rápidas, a minha linha de posição e o meu raciocínio sobre a questão, e volto a destacar a necessidade urgente de a Bancada de Roraima não falar grosso só aqui na Equatorial, na Tropical e na Rádio Folha e na Rádio Roraima. A Bancada de Roraima precisa falar grosso mesmo é lá, é lá o fórum onde a Bancada de Roraima tem que falar grosso. E nisso, sem desmerecer os demais membros, Senador Mozarildo, e eu não sou do seu partido, não sou correligionário de V. Ex^a, mas tenho que dar a mão à palmatória e fazer esse registro nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR)
– Deputado Naldo.

O SR. NALDO DA LOTERIA (PTN – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha preocupação e a de toda a população, como já foi falado, é que essa questão só por via judicial é muito difícil de se reverter. Mas acho que temos que nos unir e procurar algumas alternativas. A Mineração Paranapanema funciona há muitos anos nessa área da reserva ianomâmi, no Amazonas.

Levanto a seguinte questão – essas áreas de arroz não poderiam – creio que Cascavel apresentou um projeto nesse sentido – ser exploradas pelos arrozeiros em parceria com o índios? Essas áreas dos arrozeiros são áreas de fronteira. As áreas de fronteira ficariam fora da demarcação. Não há possibilidade de o Governo rever isso?

Outra coisa: quanto às mobilizações feitas no Estado, chamando a população, não seria mais viável a classe política, o Governo e os empresários se unirem? Vamos levar os índios para a frente do Palácio! Acho que o Lula só gosta de gente na frente do Palácio, porque, quando os sem-terra vão para lá e acampam, os ministros os recebem, e se procura alguma coisa. Se juntamos os índios, a população, e os caminhões trazem as pessoas, fazendo uma reunião aqui na praça, colocando fitas pretas nos nossos carros, é um protesto que só nós mesmos vemos. Nem a imprensa nacional noticia, e lá fora não se sabe o que está acontecendo. A partir do momento em que se colocar um grupo de índios, 24 deputados estaduais, 8 federais, 3 senadores, prefeitos e vereadores na frente do Palácio do Planalto, talvez, alguém comece a ver. É preciso fazer uma mobilização, com um acampamento para os índios. Aí, pode ser que haja algum interesse. Então, era mais ou menos isso.

Quanto a Pacaraima, destaco que muitas pessoas têm investimentos ali, e há vários comerciantes. Ali

é uma válvula de escape, uma vez que o comércio da capital está saturado. Como ficam aquelas pessoas que têm imóveis e investimentos? Há possibilidade também de essa tragédia se ampliar mais e ser necessária a desocupação dos Municípios?

Sou de uma região de Pernambuco, onde há uma cidade de 150 anos. Há cinco anos, o povo dessa cidade foi obrigado a desocupá-la por causa dos índios xucurus. Algumas casas foram derrubadas, os moradores muito antigos ficaram lá, mas não têm direito de reformar suas casas, vendê-las ou passá-las para ninguém. E a cidade morreu. Eles tinham o costume de pegar as casas, destelhá-las e arrancar suas portas, e ficou um deserto. Há preocupação com as cidades que ficam na fronteira e que hoje estão ficando fora, mas com ameaça de, futuramente, serem desabrigadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR)

– Concedo a palavra ao Deputado Eliseu Alves.

O SR. ELISEU ALVES – Sr. Presidente, Deputado Chico Guerra; Sr. Presidente desta comissão externa, nosso grande Senador, muito bem referenciado pelo Deputado Édio Lopes, voz incansável em Brasília na defesa do nosso Estado de Roraima. Não desprezando os demais, mas o Senador Mozarildo Cavalcanti merece destaque. Vemos alguns Senadores preocupados apenas em trazer dinheiro para Roraima, mas o Senador Mozarildo tem-se preocupado em legislar para o Estado de Roraima. Infelizmente, nós, legisladores, sabemos que essa missão não é fácil. Isso não compete somente a um parlamentar, mas depende do apoio dos demais. Nesse processo democrático em que estamos vivendo, sentimos e sabemos o quanto é difícil, até pelos interesses ocultos de cada legislador, de cada homem público. Muitas vezes, na frente, vemos uma coisa e, quando se chega à realidade, a história é bastante diferente.

Nobre Senador, parabéns por essa grande iniciativa, por sua forma de defender o Estado de Roraima. Com certeza, o Estado também saberá lhe retribuir pelo empenho que tem mostrado com relação a Roraima. Parabéns também aos demais Senadores, como o Dr. Wirlande, que está há pouco na Casa. Desejamos sucesso a S. Ex^a; que ele se some a V. Ex^a nesse esforço, nessa vontade de resolver os problemas do Estado de Roraima.

Eminente Senador, é motivo de muita preocupação o atual momento. Sabemos que todos estão igualmente preocupados. V. Ex^a já colocou das diversas comissões criadas para tentar resolver a situação de Roraima.

Veio aqui o Ministro da Justiça... Infelizmente, a gente recebe com tanto carinho, com tanto amor, com

tanta dedicação... Reunimos a Assembléia, o Governador do Estado, colocamos tapete vermelho, recebemos com tanto carinho, mas, apesar disso, nos vemos em situação como esta, posta pelo Governo Federal de forma covarde e arbitrária. Ignorando os interesses do Estado, de uma população, de um povo, resolve fazer uma demarcação de forma tão arbitrária, tão absurda, tão incoerente, tão injusta, como fez em nosso Estado de Roraima! Lamentamos isso e ficamos inertes diante dessa situação tão caótica.

Como foi colocado, comissões aqui vieram – do Senado, do Congresso –, empenharam-se esta Casa, a população, os arrozeiros, os produtores, mas todo o trabalho que o Estado de Roraima fez para tentar alcançar uma situação coerente, uma situação de desenvolvimento para o Estado foi em vão. O trabalho de longos anos de Roraima se perdeu diante de um simples fato. Como tínhamos, com uma simples canetada do Governo Federal, uma decisão... Não sabemos por que se agiu de forma tão arbitrária, tão injusta, tão covarde em relação ao nosso Estado. Justamente em um momento em que a classe política, as classes empresariais, os produtores tinham a esperança de que o Estado iria começar a se desenvolver, iria começar a crescer e ampliar seus horizontes, nos deparamos com essa situação que vivemos em nosso Estado. Lamentamos. A população tem vontade de vencer, mas, como já coloquei, os atos absurdos não vão deixar. É lamentável.

Sabemos que esta comissão está aqui de bom grado, mas, pelas condições que já foram passadas para o Estado, não vemos uma alternativa para dar o merecido ao nosso povo, ao nosso Estado. A não ser que façamos como o Deputado Naldo colocou. Vou até levar essa idéia ao Plenário amanhã: vamos reunir os 24 Deputados Estaduais, os representantes que são a favor da demarcação na forma que apoiamos e vamos a Brasília, vamos fazer vigílias em Brasília para tentar, junto com esta comissão, junto com a nossa Bancada Federal, reverter essa situação de forma a não prejudicar o Estado.

A oferta feita pelo Governo Federal, de 150 mil hectares, é absurda! Aliás, o Deputado Hélio foi muito feliz em suas colocações. É um absurdo sentar à mesa para discutir uma coisa que já é nossa, que já é do Estado. As pessoas que aqui vivem, que aqui estão trabalhando, as pessoas que vieram de outros Estados na esperança de criar seus filhos, de criar riqueza e de gerar renda hoje estão à mercê do Governo Federal e têm de aceitar a simples migalha de 150 mil hectares para o desenvolvimento do Estado. É um absurdo se comentar! É um absurdo falar nessa situação! E o que mais nos preocupa – e tenho sempre colocado – é que

nos sentimos impotentes diante dessas situações. Ainda não temos um juízo firmado de como fazer, como agir para que possamos reverter a situação e o Estado de Roraima possa crescer.

Há poucos dias, estávamos neste plenário discutindo o Projeto – um outro desastre para a Amazônia – nº 4.776, de concessão da floresta pública. Outro absurdo que o Governo Federal está colocando goela abaixo do Congresso. E, pelo que temos observado, vai ser aprovado, o que representará outra catástrofe, daqui a anos, para o Estado de Roraima, na Região Amazônica, já que não vamos mais ter o direito sequer de tirar uma árvore ou de desfrutar de alguma coisa da nossa floresta, porque só poderá usufruir da floresta quem tiver a concessão. Mas só quem vai participar serão as grandes empresas, as multinacionais e as famosas ONG's, que têm todo o poder para participar das licitações. São elas é que vão tomar conta das nossas florestas. E o Estado de Roraima? Onde vai ficar?

Já disse aqui neste plenário e vou repetir: o Governo Federal, se continuar agindo da forma como está agindo, não só Roraima, mas toda a Nação, todo o País, terá problemas. Daqui a alguns anos, não temos dúvida, só vai restar o Palácio do Governo, que é o Palácio Senador Hélio Campos; o Palácio Antônio Martins, que é da Assembléia, e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e alguns poucos funcionários, porque a população de Roraima, como aconteceu com a população de uma cidade de Pernambuco do Deputado Naldo, se tiver que ficar desfrutando do pouco que restou, a tendência é, dia a dia, ir voltando para os seus Estados de origem e para as periferias das grandes cidades. E não sabemos o que acontecerá aos nossos filhos, enfim, à população de um modo geral.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que V. Ex^{as} estão muito preocupados com essa situação, mas isso não depende só da Bancada de Roraima, é necessário uma união. Foi comentado, quando estávamos no Parlamento Amazônico, no final de semana em Belém, sobre a união da Bancada da Amazônia. Precisamos nos unir. São 27 Senadores que formam a Bancada dos Estados da Região Norte. Precisamos nos unir – a Bancada Federal, as Assembléias Legislativas – para buscar apoio no sentido de fortalecer as nossas regiões, caso contrário a situação irá ficar cada vez pior. Precisamos fazer movimentos nesse sentido; precisamos buscar apoio junto aos companheiros dos Estados vizinhos, que também estão sofrendo dos mesmos problemas. Precisamos, pois, unirmo-nos na busca da solução desses problemas.

Lamentamos que um Senador da República chegue em uma barreira formada por Policiais Federais e tenha que se identificar. E se não fosse um Senador,

talvez fosse tratado de uma forma humilhante, como muitos cidadãos são tratados. Nós, Deputados Estaduais, muitas vezes somos tratados de forma humilhante, porque se sentem imbuídos de um poder tão grande que nos impedem de por ali trafegar.

É preciso tomar decisões corretas e firmes neste momento para tentarmos resolver essas questões, pois, como já disse, sentimo-nos impotentes. Mas vamos lutar. Não vamos esmorecer. Vamos buscar as alternativas.

Outra questão muito séria, Senador, diz respeito à Portaria nº 010, que vem afligindo os trabalhadores, os agricultores, aquelas pessoas que trabalham de bom grado. Vemos que a tendência do Governo Federal é acabar com todo o setor produtivo. Comentei, no encontro em Belém, que o Governo Lula está conseguindo uma coisa que outros governos não conseguiram: em vez de levar a paz onde há guerra, ele está conseguindo levar a guerra onde há paz. E onde há guerra, como vemos no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas grandes metrópoles, o Governo Federal não está conseguindo dar a segurança e a tranquilidade nos setores de educação, saúde e segurança. O Governo Federal está totalmente perdido nessa questão. Onde há paz, como no nosso Estado, ele está conseguindo implantar a guerra. Então, vamos lutar!

Parabenizamos, mais uma vez, esta Comissão. Acredito que toda a Assembléia, de forma unânime, esteja de braços dados para que possamos tentar achar um caminho para esta situação trágica e lamentável por que estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Tem a palavra a Deputada Marília Pinto.

A SRA. MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Bom dia a todos! Primeiro, parabenizo a vinda dos Senadores à Assembléia Legislativa, pelo respeito que têm ao ouvir a opinião dos Deputados Estaduais em relação a esta questão.

Na realidade, Senador Mozarildo Cavalcanti e demais Senadores aqui presentes, é lamentável que estejamos hoje discutindo esta matéria. A Assembléia Legislativa já foi palco de diversos debates sobre o tema, trazendo a nossa bancada federal, bancadas federais representando o interesse nacional e de diversos Estados que travam esta luta sobre a demarcação de áreas indígenas. O resultado foi tudo aquilo que não esperávamos, principalmente do Governo do Partido dos Trabalhadores. É cansativo ouvir essa afirmativa de todos nós, mas é preciso chamarmos a atenção para essas questões de maneira exaustiva, pelo desrespeito com que o Governo Federal rompe o acordo e o pacto federativo entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Como Parlamentar, é importante que isso seja dito e repetido e que nós, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, que trabalhamos na defesa dos interesses do povo do nosso Estado, possamos introjetar isso de uma maneira forte, para que tenhamos recursos para lutar por essas questões ou, pelo menos, para buscar outros caminhos. Para mim, é tácito o posicionamento do Governo Federal no sentido de desconhecer tudo que já foi dito por tantas pessoas.

Honestamente, Srs. Senadores, acho que esta discussão não nos levará aos resultados que tanto esperamos. Por isso, faço um questionamento a V. Ex^{as}. Entrei com uma ação popular, porque acho que teríamos que buscar um caminho legal para justificar a inconstitucionalidade do Decreto nº 534, de 2005. Busquei um caminho que é direito de qualquer cidadão brasileiro, a ação popular, meio constitucional que temos à nossa disposição para invalidar atos administrativos considerados ilegais e que sejam lesivos ao patrimônio federal, estadual ou municipal. Gostaria de recapitular algumas questões que, com certeza, se chegaram ao meu conhecimento, é do conhecimento dos Senadores, mas que trata de uma matéria que data de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Desculpe-me interrompê-la, Deputada Marília Pinto, mas quero registrar a presença do Senador Augusto Botelho.

A SRA. MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Tive o cuidado de fazer um levantamento histórico do momento de maior discussão sobre isso, já da data do início da década de 90, quando as coisas começaram a ficar mais calorosas com relação à demarcação do Raposa Serra do Sol, e tive algumas informações que listei nessa minha ação popular. Primeiro, em 1996, o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, autorizou que a Funai excluísse de áreas a serem demarcadas como reservas indígenas sedes de municípios e vilas existentes em regiões. Isso é documental, data de 1996 e é do Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Já em 1998, o então Ministro da Justiça, Renan Calheiros, definia como tradicionalmente ocupada pelos índios uma área de 1,678 milhão hectares, e foi, dessa maneira, reconhecida a necessidade da área indígena Raposa Serra do Sol. E o Ministro da Justiça, agora, em 2005, amplia essa área substancialmente, para 1,743 milhão hectares, e contraria o documento de 1998, do então Ministro da Justiça, Renan Calheiros.

Além dessas contradições nos documentos que já foram anteriormente publicados, discutidos e aprovados, existem algumas questões, Senadores, que são brutais. Nós discutimos aqui com a Comissão federal, quando V. Ex^{as} estavam presentes, o laudo antropológico

utilizado pela Funai, que serviu de base para o decreto. Aí faço uma pergunta, só para confirmar o que tenho aqui. Foi constituída uma comissão interdisciplinar – chegou-se à conclusão dessa necessidade –, que seria composta por profissionais das áreas de economia, agronomia, geografia, desenvolvimento sustentável, relações internacionais e antropologia – o juiz federal determinou que assim fosse. E esta Assembléia Legislativa, lembro-me bem, discutiu de que forma o Governo do Estado providenciaria os pagamentos para o trabalho a ser realizado por essa comissão interdisciplinar.

Ocorre que a Funai, só Deus sabe por que razões, ignorou solenemente o resultado desses trabalhos. E cabe uma ressalva ao Governo do Estado, na época, que silenciou, também não sei por que razões, junto com dois Secretários de Estado, sobre essa prerrogativa que tinha constituído por meio do juiz federal. E o que ficou valendo como base de laudo pericial técnico, para embasar esse decreto ministerial e presidencial foi o laudo anteriormente proposto pela Funai, independentemente daquilo que foi definido como constituição interdisciplinar, para que o laudo fosse efetivamente feito e tivesse eficácia. Mas ele não foi legitimado pela Funai, que lançou mão, para balizar o decreto presidencial, de uma equipe técnica composta por técnicos agrícolas, dois economistas e dois motoristas. Eu achei isso uma temeridade, um estupro a tudo aquilo que o Governo do Estado na época propôs e que nós, aqui na Assembléia Legislativa, discutimos e legitimamos como um laudo que daria o embasamento técnico suficiente, para que a demarcação se desse de maneira imparcial.

Então, até onde pude comprovar, Senadores, houve, realmente, parcialidade da Funai, acatada e legitimada pelo Senhor Presidente da República. Estou citando algumas questões, mas tenho tudo isso colocado nesse documento.

O agente indígena político é o CIR. A Sodiur não participa, nem tem peso político para definir questões junto ao Governo Federal. Nesse laudo pericial, em que se sublimou essa comissão interdisciplinar a ser constituída aqui, houve a participação não da Sodiur, mas do CIR, em todos os momentos, da mesma maneira que categorias de produtores, de fazendeiros sequer foram ouvidas. Então, no meu entendimento e com base até no próprio art. 5º da Constituição foi dito, naquela época, que os princípios de contraditório da ampla defesa foram absolutamente desrespeitados quando da execução desse laudo pericial. Então, acho que esse é um caminho que poderia, se é que nos resta alguma alternativa, ser colocado. E aí queria, também, lembrar que, por conta desse laudo

pericial inadequado, na época, inclusive, o Ministro da Justiça Nelson Jobim acolheu essa questão e encaminhou, então, ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, assinou-se um decreto em 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo das terras indígenas que revogava o Decreto 22. E foi exatamente esse Decreto 22 que foi tomado como base para assinatura e homologação da Raposa Serra do Sol, que foi um decreto, inclusive revogado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, acho que em 1996. Então, me causa perplexidade constatar como o Governo Federal ofende os princípios da Constituição, descumpra prerrogativas tão essenciais e como temos deliberadamente um decreto presidencial tendo como base documentos, laudos e decretos que nem legalmente existem de direito porque já foram previamente revogados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acho que esse poderia ser o caminho para se discutir a legitimidade desse famigerado Decreto Presidencial 534, porque honestamente, Srs. Senadores, não acredito que exista o interesse legítimo do Presidente da República e do Ministro Márcio Thomaz Bastos em conduzir isso de uma maneira imparcial e bilateral. Acho que o interesse é ilícito do Governo Federal e ele descumpra solenemente essas questões.

E gostaria de encerrar dizendo que, no sábado, eu tive oportunidade de estar em contato com alguns representantes da Funai e também do Gabinete Civil da Presidência da República. O Dr. Celso esteve aqui e algumas lideranças indígenas, especialmente da Sodiur, porque a CIR que determina politicamente os destinos da demarcação Raposa Serra do Sol nunca se senta para discutir essas questões. E aí fiquei extremamente preocupada com o que ouvi por parte da Funai. Na realidade, a grande preocupação dos indígenas seria a exclusão de algumas localidades e vilas como Água Fria, Mutum, Socó e Surumum. Isso representaria pouco mais de 300 mil hectares num universo de um milhão e setecentos e poucos mil hectares. Mas parece que não está se dando conta da necessidade dessa questão. E a outra preocupação das lideranças indígenas é a preservação da estrutura que eles têm, em termos de saúde, das escolas, do cuidado com o gado, com a produção agrícola e principalmente, também, com as estradas. E o que eu pude observar e essa preocupação que passo para os Srs. Senadores foi todo o tempo a Funai e a Casa Civil da Presidência afirmando categoricamente que o Governo do Estado é responsável e que as lideranças indígenas se tranquilizem porque haverá um trabalho conjunto entre Governo Federal, Governo Estadual e Governos Municipais em apoio a essa decisão de demarcação. Então, fico me questionando de que maneira será possível o Governo

do Estado e alguns municípios participarem, uma vez que o histórico das demarcações que já foram feitas impossibilitam sequer o direito constitucional que nós temos de adentrar as áreas demarcadas. Nós não podemos, sequer, sobrevoar algumas regiões, a não ser que a Funai nos autorize a isso. Então, percebi, posso estar precipitando a minha observação, mas percebi uma intenção da Funai e do representante da Casa Civil do Governo da República em tranquilizar as lideranças indígenas, construindo uma idéia fictícia que não sabemos se será possível.

Queria fazer um levante – até porque há aqui médicos que são Deputados, e quem não é médico também conhece esta realidade – quanto à calamidade em que vivem as comunidades indígenas, por conta da ação inoperante da Funasa.

O Dr. Ramiro Teixeira, que é quem conduz a Funasa hoje, confirmou a situação dramática em que vivem as comunidades indígenas, entendendo que a Funasa, até aqui, terceirizou grande parte dos seus recursos, que são milhões de reais, muito mais do que o Governo Federal e o Ministério da Saúde disponibilizam para Estados e Municípios, proporcionalmente à população indígena existente em cada área indígena, demarcada ou não. O Dr. Ramiro confirmou que a Funasa foi, de certa maneira, displicente, chamando, inclusive, a Funasa de mero banco mediador de recursos, passando a maioria dos recursos para as organizações não-governamentais.

Hoje, neste novo momento de demarcação da Raposa Serra do Sol, todos os erros cometidos no passado deixarão de existir. Será uma nova realidade. Agora, a Funasa se compromete a chamar o CIR e a Sodiur, a criar um conselho indígena paritário – até aqui, o CIR definia quase todas as situações –, a não mais disponibilizar a maioria dos recursos para organizações não-governamentais, trazendo para a sua responsabilidade a gestão efetiva da saúde indígena.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupo-me, porque penso que estamos vivendo aqui a ilha da fantasia. Olhem para a Reserva São Marcos, olhem para a condição em que vivem aquelas comunidades! Somente agora, há muitas áreas demarcadas em Roraima! E temos conhecimento da carência existente, porque sempre houve um déficit social e econômico nessas áreas. Dizer que agora o Governo Federal vai investir recursos, que agora a Funasa vai trabalhar dentro de uma gestão realista e responsável, que agora todas essas questões serão conduzidas de maneira diferente... É preciso que estejamos atentos para isso.

Pouco me manifestei, porque a reunião não era minha, era entre lideranças indígenas e a Funai. Mas

deixei claro que é preciso que as negociações sejam feitas em bases verdadeiras, sem criar expectativas, sem criar ilha da fantasia, em qualquer gestão.

Gostaria de dizer isso. Desculpem-me, por eu ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Concedo a palavra à Deputada Lúcia Peixoto.

A SRA. LÚCIA PEIXOTO (PL – RR) – Bom dia, Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes; Dr. Mozarildo, Presidente da Comissão Externa do Senado; Senador Augusto Botelho.

Senador Wirlande da Luz, seja bem-vindo! Depois da posse de V. Ex^a, esta é a primeira vez em que posso cumprimentá-lo.

Cumprimento também os demais Colegas aqui presentes, toda a Comissão.

É muito complicada toda essa situação, que já vem rolando há muitos anos, do pouco que conheço por meio do meu mandato.

Realmente, isso foi alarmante. Não acreditávamos que fosse acontecer essa demarcação de área contínua. Sempre falamos que não somos contrários à demarcação – os índios têm seus direitos –, mas queríamos que fossem preservadas as ilhas, os Municípios. Não entra na nossa cabeça a dizimação de uma cidade no prazo de um ano.

Com todo o empenho, com a nossa união, acredito que há uma solução, sim. Com todas as palavras com que a Deputada Marília se posicionou, nesse estudo por S. Ex^a feito a respeito dos decretos anteriores, penso que a esperança é a última que morre.

Contamos, sim, com o empenho dos Senadores e dos Deputados Federais e contamos também com o nosso empenho aqui, dos Deputados Estaduais, porque, no Congresso, penso que só o PT é que está de acordo com essa decisão, os outros Partidos são contra ou estão calados. Então, é uma vantagem para nós, sim, fazer uma grande mobilização lá para conseguirmos pelo menos deixar esses Municípios fora dessa demarcação, as vilas, porque não há como entrar na cabeça da gente essa questão de essas pessoas saírem dali.

Quanto a essas indenizações, não há valor algum que pague a essas pessoas que são pioneiras dessas localidades. Dinheiro nenhum paga o fato de essas pessoas terem que deixar suas localidades, deixar seus bens que estão ali, de avó, de bisavó, que as pessoas vêm cultivando. Então, não há como. Isso é uma aberração. Não ha como essas pessoas, dentro de um ano, se posicionarem, verem outras localidades. Não há dinheiro que pague isso, de jeito nenhum.

Então, seria outra forma de esses produtores, esses arroteiros, que já estão nessas localidades, fi-

xados há muito tempo, poderem permanecer nessas localidades. O bom seria isso. Se tivesse acontecido dessa forma, aí, sim, não estaria acontecendo este caos que está hoje.

Com relação aos índios, mesmo os que são a favor da demarcação contínua, como aconteceu, não querem perder o apoio do Governo do Estado; eles não querem perder nenhum privilégio que estavam tendo. E o medo dos que são contra a área contínua é perder isso também, perder o apoio do Governo do Estado. Porque, até então, como a Deputada Marília citou, é muito difícil o Governo do Estado, as prefeituras municipais continuarem dando apoio a essas comunidades que, até então, foram a favor da demarcação da área contínua, porque há localidades em que hoje o Governador não pode entrar, como é o caso do Cantagalo, que fica no Surumu. Governador, político nenhum entra naquela localidade ali, no Cantagalo. Então, fica difícil levar benefícios com relação à saúde, à educação para uma comunidade que não aceita nossa presença. Fica muito complicada essa situação.

No entanto, eles querem que permaneça. Em muitas das comunidades com que convivi e convivo, sei que o que eles têm de benefício é obtido por meio das prefeituras e do Governo do Estado. São professores, escolas, postos médicos, caminhões, tratores, que transportam seus produtos. Enfim, eles vivem exclusivamente dependentes do Governo do Estado e dos governos municipais. Pouca coisa – que não se vê – é Funai, CIR, dando apoio a essas comunidades. Enfim, todos os órgãos convivem diretamente, por intermédio do Governo do Estado e prefeituras. Quantos milhões vão para o CIR, para a Funai, mas não vemos. O que vemos são ianomâmis morrendo de sarampo, de varíola, morrendo de fome. Creio que, se o Governo parar de dar apoio, se os Municípios pararem de dar apoio, o que vai acontecer é isso às demais localidades que conhecemos.

Então, quero dizer aqui que eu, particularmente, tenho esperança ainda, depósito muita esperança em V. Ex^{as}, Senadores e Deputados Federais, de que façam uma mobilização mesmo, uma união grande para que possamos ainda reverter esse quadro. Creio que ainda há uma forma de revertermos esse quadro para que não aconteça esse caos e, cada vez mais, o nosso Estado enfraqueça.

São essas as minhas palavras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Titonho Bezerra, com a palavra.

O SR. TITONHO BEZERRA (PT – RR) – Eu queria cumprimentar aqui os Senadores Mozarildo, Wirlande, o Dr. Augusto.

Queria pedir desculpas pelo meu atraso, mas o que aconteceu foi que, quando eu estava chegando à Assembléia, às 10 horas e 30 minutos, os professores me puxaram pelo braço, e, como eu gosto de uma passeata, não dispensei o convite de ir até o Ministério Público.

Colegas Deputados, estava pensando, enquanto ouvia os colegas que me antecederam, como é que a gente, às vezes, tem uma sina. Há muita coisa que foi dita aqui com as quais concordo plenamente. Em relação ao que vou dizer aqui não gostaria que ninguém entendesse como ofensa ou mesmo que deixasse de pensar no outro lado.

Nessa questão das indenizações, como foi falado aqui, para mim, é muito diferente se indenizar uma empresa e se indenizar uma fazenda, onde havia uma família há muitos anos. Penso que uma empresa, onde estiver dando lucro, eu a instalo, pois o objetivo da empresa é gerar lucros. Se não é assim, não é atividade empresarial. Agora, quando se trata de propriedade rural de família, como o Deputado Tião disse, eu entendo que é diferente. Eu diferencio muito isso. Se alguém me perguntar se a área homologada foi grande demais, também direi que foi grande demais, um exagero.

Todavia, queria levantar uma questão aqui para tentar colaborar com os debates. Primeiro, o Governo do Estado é impessoal. Governo tem que fazer as coisas de maneira independente, porque o governo não é uma propriedade privada. O governo é de todos – dos que votaram nele e dos que não votaram; dos que concordam e dos que não concordam com ele. Então, o Governo do Estado não pode se furtar de fazer o seu papel relativamente às comunidades indígenas.

O Deputado Tião – e quero registrar todo o respeito que tenho por S. Ex^a – disse que os programas do Governo Federal só vão para o Acre. A diferença é que naquele Estado eles colocam o Governo Federal na placa; já aqui, o Governo do Estado omite todas as obras do Governo Federal dizendo que é realização sua. Inclusive, no Programa Luz para Todos, eu mesmo me pronunciei, ano passado, contra cinco projetos do Programa Luz para Todos, cada uma de R\$160 mil, num total de R\$900 mil, onde o Governo fez uma propaganda em que não aparecia sequer o símbolo, por menor que fosse, do Governo Federal, ainda que os recursos, na época, eram todos da União. E o Estado não executou até hoje porque a CER está inadimplente.

O problema maior é esse: quando o município faz uma obra do Governo Federal, com recursos da União, nunca coloca a placa para dizer que os recursos são oriundos do Governo Federal. Porém, em Roraima, não é novidade isso. Tenho me reunido com as

Lideranças do PT do Brasil inteiro e, em todo canto, há essa reclamação.

Queria colocar o meu pensamento. Primeiro, respeito as opiniões divergentes. Se não respeitasse, não agüentaria sequer ouvir um debate do Márcio Junqueira com o Isaías Maia, que, de cada dez palavras que dizem, doze são besteiras. São uns inúteis; umas pessoas que não deveriam estar nos meios de comunicação. Mesmo assim, escuto e respeito a sua opinião, por mais absurda que seja. Digo isso porque fui formado numa escola democrática, de embate de idéias, onde aprendi a respeitar quando os outros pensam diferentemente de nós. Então, fico muito tranquilo de promover qualquer debate, que entendo ser salutar. A meu ver, quem é contra tem que buscar todas as maneiras de conseguir lutar por aquilo que entende ser correto.

Quero levantar algumas coisas que, às vezes, são colocadas como sendo o centro do mundo e, no entanto, não são tudo aquilo que dizem. Por exemplo – depois de homologada a área, nunca mais teremos produção de grãos aqui no Estado. Se vai diminuir, porque são 14.600 hectares que estão dentro da área, vai; se é um prejuízo, é – não podemos mascarar. Mas, quando vem o Presidente da Grão Norte aqui, ao plenário da Assembléia, e dá o exemplo de um produtor que plantou 500 hectares de soja e que se preparou este ano para plantar 1.500 hectares e não plantou porque não tinha onde comprar calcário, a culpa é da terra indígena? E a terra dele tem título, aqui na estrada de Alto Alegre, segundo depoimento do próprio Presidente da Grão Norte, Dirceu Vinhal.

Então, eu me preocupo quando a gente acha que o mundo se acabou. É legítimo lutar contra? Retirada de 300 mil hectares, como alguém disse, é o fim do mundo de um milhão e setecentos? Acho que não. Agora, foi homologada, e qual é a minha posição, o que estou defendendo e do que estou correndo atrás? Atrás de resolver os problemas que isso causou.

Aí, Deputada Marília, as idéias que estão se constituindo junto ao Governo Federal não são idéias fictícias, não. São idéias concretas, coordenando todas as atividades dos órgãos federais aqui. Alguns já interpretaram como intervenção. Coordenação de atividades é uma coisa, intervenção é outra. Se alguém quer dizer que a homologação foi intervenção porque é uma parte do território, até que dá para justificar. Mas, por ações, querem fazê-las organizadas, isso não é intervenção; isso é organização de como fazer as coisas para reparar os prováveis prejuízos que aconteceram.

O problema que vejo é que muitas vezes... Por exemplo, alguém diz: “o que é boa-fé”? A lei diz o que é boa-fé. Se a gente for levar ao pé da letra, alguns

arrozais que entraram na área indígena não são ocupantes de boa-fé. O ocupante de boa-fé é o que entra sem nenhum conflito, entra antes de qualquer conflito, como muitos aqui, esses antigos que o Deputado Tião citou, como o Ernesto Costa, o Seu Dandan, o Seu Jair. São esses que entraram, às vezes até com documento, muitas vezes até com documento – LO, AO –, uma série de documentos que o próprio Incra emitia. Alguns têm título. Então, a lei define o que é ocupante de boa-fé. Ocupante de boa-fé ou de má-fé não é o que se inventa, não é o Presidente Lula ou eu que vamos inventar, e, sim, o que está escrito na lei.

Então, a minha preocupação maior... Ouvi o pronunciamento do Senador Mozarildo quando propôs a criação desta Comissão, vi Senadores preocupados com problemas de Roraima. Posso até ter divergências quanto à forma como ele defende, mas realmente ele tem preocupação, ele está sempre propondo uma coisa concreta. Acho que é por aí.

Agora, me preocupa quando sai alguma coisa e sai manchete, como “Governador admite que pode ter violência”. Vem uma pessoa, então, num meio de comunicação, e diz: “vai ter violência”. Sou professor e conheço um pouco dessa coisa da auto-sugestão; estou, na verdade, induzindo.

Quando um Deputado Federal como Rodolfo Pereira vai para a praça – eu não estava, estava viajando, mas gravaram – e diz que, a partir daquele dia, o Deputado Titonho teria que andar com segurança, está induzindo a violência ou, então, está me ameaçando. Como sei que ele não ameaça, porque sei que não é pessoa disso – ele pode até perder o controle num momento de emoção –, sei que não é homem para essas coisas, porque conheço o Rodolfo, mas quando se diz publicamente...

Graças a Deus, não recebi nenhum telefonema de ameaça, ninguém me faltou com o respeito esses dias todos, ando por todo o canto, defendo minhas posições e acho que esse é o processo democrático. O que me preocupa é a superficialização das coisas e, às vezes, a indução para um rumo que não é o democrático, não é o rumo que manda qualquer sociedade civilizada. Essa é a minha preocupação. Agora, o direito democrático de lutar e defender... Aliás, passei a minha vida inteira lutando por direitos, lutando por conquistas, muitas vezes sendo preso, muitas vezes passando por uma série de humilhações, quando só defendia direitos em que acreditava e acredito.

Então, a Comissão vem aqui, faz esse debate, visita as comunidades, vi a programação de que falou o Senador Mozarildo. Este é o papel dos Parlamentares, é o nosso papel, como políticos – fazer alguma coisa, mas sem o incentivo à violência, como assistimos aqui

em Roraima. Esses dias pós-homologação foram um incentivo à violência, tanto da parte dos políticos, como dos meios de comunicação. É lamentável, porque isso não ajuda a construir uma sociedade democrática.

A SRA. MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Eu só queria fazer um esclarecimento, porque não fiz uma afirmativa, e o Deputado Titonho teria dito que eu teria afirmado sobre uma ação fictícia. Eu acho importante. O tempo que estou me justificando aqui eu já teria explicado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Amanhã de manhã, se não vai virar um bate-bola, aí o Deputado Titonho vai querer também...

A SRA. MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Não, não, estou diante dos Senadores e da imprensa aqui que está gravando o que está sendo dito. Eu só queria explicar o seguinte, Deputado Titonho, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Eu defenderei a senhora, me dê aqui que eu vou dizer para o Deputado o que a senhora vai dizer.

A SRA. MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Só quero explicar o seguinte: eu, em momento nenhum, disse e afirmei aqui que o que se estava negociando seria fictício; o que eu disse e afirmo categoricamente, aqui e em qualquer lugar, é que existe um antecedente histórico que todos que aqui vivem conhecem, sobre uma forma não muito adequada como a própria Funai tem conduzido as questões indígenas, que leva os índios, como mencionou a Deputada Lúcia e noticia a mídia nacional, a morrerem por desnutrição. Então se houvesse um histórico positivo e muito mais responsável, as comunidades indígenas não estariam preocupadas e nenhum de nós. Foi isto que eu quis dizer: que as bases de negociação têm que ser realistas, e não fictícias. Só queria fazer essa correção porque o senhor entendeu errado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Agora quero falar também como Deputado.

Preocupa-me essa posição da nobre Deputada porque estive na região. Eu fui para lá quinta-feira, fiquei quinta-feira à noite e sexta-feira até três horas da tarde, e sentimos que, se não cumprirmos o que acordaram com eles, vamos ter problemas, Senadores, seriíssimos. Andamos perto de ter problemas no meio-dia de sexta-feira. Não botaram fogo naquela camionete porque V. Ex^a havia ligado para um tuxaua e pediu para ele esperar até o dia seguinte, que botassem fogo no outro dia, que o senhor ia chegar lá, e que ia com uma comissão de Senadores, e eu estava presente no momento – ao meio-dia de sexta-feira, estavam lá pelo menos uns cinco ou seis tuxauas, cada um com um isqueiro na mão para tocar fogo. E o que

é mais grave: lá havia pelo menos dois mil homens, não parecia, mas tinha.

O material não deu tempo de chegar, mas as fotografias ainda vão chegar; fotografamos índios de plantão em cima das serras, lá em cima, esperando que eles descessem e que invadissem, que eles iriam matar os quatro reféns.

Então veja bem: por que tudo isso ocorre? Porque foi feito realmente uma verdadeira discriminação, um verdadeiro *apartheid*. A Sodir em nenhum momento participou de nenhuma negociação, e ela é a maioria, eles detêm a maioria. Tenho um documento com 16 assinaturas de tuxauas que estavam lá – e olha que isso foi um fato isolado. Isso aqui não tinha organização, não. Sabe como pegaram os federais lá? Porque eles estavam cansados de ser humilhados pela Polícia Federal no Município do Bonfim, no Município de Uiramutã, na sede do Município; eles estavam lá de piadinha com os índios, aquela história toda. E aí pegaram um índio lá, que tem duas filhas bonitas, mandaram as meninas irem paquerar os policiais federais, e marcaram para comer um pato na fazenda do pai dela que passava dentro do Flechal, e eles foram comer o pato, passaram a manhã todinha lá. Quando, à tarde, vieram para dar banho nas patinhas, uma delas disse assim: “Vamos parar aqui no Flechal”, e pararam; eles foram lá e pegaram os caras. Foi assim que prenderam. Lá tinha um delegado e técnicos; não tinha nenhum agente de polícia. Foi assim que eles foram presos. No Uiramutã, todo mundo conta isso em qualquer esquina. E o prefeito em exercício disse para o pai das meninas, que chamou o cara para comer o pato – “Tu trouxe os homens para a boca da onça”. Aí ele disse: “Eu faço o que mandam”. Então foi assim que prenderam eles.

Quando cheguei lá, na quinta-feira, eu disse: “Vocês não têm nenhuma reivindicação a fazer? O que vocês querem?” Está aqui a reivindicação deles. Dentre elas, pedia a retirada imediata da Polícia Federal, na hora, que a Polícia Federal saísse do Município imediatamente porque estava humilhando as pessoas. Chegavam nas casas das pessoas, o tuxaua Abel foi lá, à tarde, no Uiramutã, na tarde de quinta-feira, ele estava numa residência e saiu por trás. Quando viu o carro da Polícia Federal, saiu por trás. E a Polícia Federal desceu com a arma em punho e correu para a senhora, a dona da casa, perguntando se ela era mulher do tuxaua. Ora, mas isso foi com aquela educação... Não foi com educação, não, foi para arrebentar.

Olha aqui – nós estivemos lá. Isso aqui eram os indiozinhos, os pequeninhos, fazendo armas, se preparando para a guerra. Aqui os senhores vêem os pequenos. Os grandes já estavam todos armados. Até

os pequeninhos estavam fazendo armas. Tenho uns vídeos. Não deu tempo de ficarem prontos, mas amanhã vou mostrá-los na reunião.

Aqui era uma barreira indígena que eles fizeram lá. Olha aqui, estavam armados de mamando a caducando. Até os indiozinhos estavam armados esperando a briga.

Aqui era o local onde eles estavam confeccionando as armas. Isso aqui era uma das reuniões que fizemos. Aqui é a barreira na hora de entrar lá. Os índios lá em cima.

Foi feita uma série de promessa para os índios. Espero que o Governo Federal as cumpra, porque, se não cumprir, vai haver problema, problema seriíssimo. Se a Polícia Federal continuar tratando, principalmente, o povo indígena – não é nem o branco não –, como eles estavam tratando; vamos ter problema. Amanhã vou mostrar a vocês as fitas. Desses dezesseis Tuxauas, pelo menos dez deram depoimento, dizendo, Senador, coisas que já sabíamos. Por exemplo, eles diziam lá: “Tenho 47 anos, milito no CIR* há não sei quantos anos, aprendi a roubar boi do branco porque o Padre Jorge me ensinou, mas não queria isso. Eu queria mudar.

Então há uma série de depoimentos que mostram a indignação deles. É pelo *apartheid*, é pelo diferencial que deixaram eles de fora; e eles são a grande maioria daquela região. Se tivesse colocado ele nas suas discussões... Ora! Eles pediam somente 300 mil hectares. A Associação Amazônia tem 150 mil hectares no baixio branco e ninguém mexe com ela. Eles lá, na maioria indígena, queriam 300 mil hectares, para aceitar passivamente a demarcação, não lhes deram; e dão à Associação Amazônia*. Então a minha preocupação é ...

Queriam aqui parabenizar o Governador Ottomar Pinto* pelo esforço que fez para conseguir, naquele dia, reverter aquele quadro, porque senão, no sábado, eles iriam botar fogo nas duas camionetes. Não tenho dúvida de que eles iriam fazer isso. Estava lá. Na hora em que disseram: “Cadê o isqueiro?” Apareceu isqueiro de todos os lados. Dividiram esses Tuxauas aqui e foi pelo menos uma meia hora de confusão para se chegar ao consenso e não botar fogo naquele negócio lá.

Espero, Srs. Senadores, que levem essa preocupação às autoridades competentes que prometeram coisas aos nossos índios.

Irei fornecer, também, a V. Ex^{as} cópias das fitas com o depoimento dos Tuxauas, dos líderes desse movimento. V. Ex^{as} não tenham dúvida de que se não cumprirem, eles vão pegar um federal daquele e vai dar confusão grande.

Para encerrar a minha participação nisso, queria dizer de nossa preocupação e passar ao Senador cópia – vamos autenticar uma dessa aqui, ficou igual com a original que tenho – dos pedidos que eles tinham feito. Entre as reivindicações deles estava a permanência das vilas – que já vinham pedindo –, da produção agrícola do Surumu e a construção da hidrelétrica do Coti. Eles não abrem mão, eles entendem que se for feita hidrelétrica a situação deles melhora, e melhora, muito com relação ao *royalty*. Eles sabem que se for permitida a hidrelétrica do Coti... Além de ser uma obra estratégica para o desenvolvimento do País, ela vem trazer muitos benefícios para eles. Querem também a abertura para que possam explorar o turismo, porque eles não querem ficar totalmente fora como ficaram. Eles diziam o seguinte: “Deputado, se fosse bom a gente ficar isolado, eles abririam. Por que eles não deixam o senhor entrar lá na área dos Yanomami a hora que o senhor quiser. O senhor é Deputado, está dizendo que é Presidente da Assembléia, mas se o senhor quiser ir lá ver o meu parente o senhor não pode ir. Então, por que escondem? É porque não é bom. Se fosse bom, eles abririam para a pessoa ir lá, voltar e dizer: “Olha é bom, eles tratam bem os índios”.

Estou repetindo aqui o que o índio me dizia. O que eles diziam na minha casa. Fiquei lá mais de oito horas, na aldeia, e eles diziam isso.

Queria pedir aos nobres Senadores, aos três Senadores desta Comissão, principalmente pelo fato de serem roraimenses, que se dediquem. Acho que a Justiça também não vai dar certo porque já provou que não vai, já provou que ela está também tendenciosa. Mas há o decreto legislativo, que é um remédio mais duro, para mostrar que não é assim que se mexe com o povo não, que isso aqui também é Brasil, isso aqui também é uma fronteira e que precisa ser cuidada. Temos de olhar para trás e ver aquelas pessoas que vieram para cá e foram morar na fronteira, foram ocupá-la quando havia meia dúzia de indígenas. Queremos dar para eles? Sim, queremos. Mas queremos também que respeitem a eles e principalmente a nós e aos nossos antepassados. Se não, não vão por aí. Amanhã votaremos um pedido, que será mandado a todos os Deputados e a todos os Senadores, de apoio para a votação desse decreto legislativo, porque eu o considero o melhor remédio para essa questão.

Ouvi o Senador Mozarildo Cavalcanti começar sua fala dizendo que o Lula foi para o enterro do Papa e ficou emocionado. Então, ele foi para a África, vestiram a bata da pomba-gira e ele endoidou de vez, porque chegou aqui mandando o povo tirar a bunda da cadeira e demarcando a Raposa Serra do Sol. Espero que o Senado conserte essa insensatez, que a Câma-

ra conserte tudo isso, até porque o Ministro Thomaz Bastos já mostrou que é tendencioso. Ele é advogado da CNBB, e a CNBB não esconde de ninguém que queria isso. Quanto maior, melhor.

Como é que um País trata uma coisa dessa magnitude dessa maneira, deixando nas mãos das pessoas que tinham interesse? Tenho certeza de que o Presidente foi induzido a erro. Se o Senado e a Câmara Federal não revirem essa questão por meio de projeto de decreto legislativo, o Presidente irá se arrepender, e muito, desse ato, porque foi enganado por esse cidadão chamado Márcio Thomaz Bastos.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar e depois passar a palavra para os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria, nos procedimentos finais, passar a palavra para o Senador Wirlande da Luz e depois para o Senador Augusto Botelho. Então, poderemos fazer as considerações finais e encerrar esta muito proveitosa reunião.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Apesar de o Senador Augusto Botelho ser mais velho, chegou atrasado e, portanto, perdeu a chance de falar primeiro.

Srs. Deputados, senhores membros da imprensa, colegas Senadores, antes de adentrar propriamente o mérito da questão, faço uma consideração a respeito da fala dos Deputados Edio Lopes, Elizeu Alves e Tião Portella.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tem o meu reconhecimento, pois é um dos Senadores que mais lutaram pela demarcação da Raposa Serra do Sol, até por que S. Ex^a exerceu dois mandatos de Deputado Federal e um de Senador e participou da outra Comissão que fez a avaliação da Raposa Serra do Sol.

Não é verdade que os outros Parlamentares estão calados. Há exatamente 40 dias assumi um mandato no Senado, e a maioria dos Parlamentares do Estado de Roraima está no cargo há vinte anos, exatamente o mesmo tempo que está em conflito essa questão da Raposa Serra do Sol.

O que quero dizer é que não é verdade o que foi dito. Tão logo o Presidente Lula assinou o decreto, dei um telefonema ao Governador Ottomar, disse que estava do lado do povo de Roraima e que levantava essa bandeira. Aceitei o convite, feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, para participar desta Comissão, pronunciei-me na **TV Senado** e também na **Rádio Nacional** falando o que eu pensava com relação à demarcação da Raposa Serra do Sol.

Estivemos ontem na região, que eu ainda não conhecia. Eu conhecia só o Surumu, mas a outra região,

do Mutum, da Água Fria e do Socó, eu não conhecia. Estivemos ontem na reunião e, apesar de ser da base aliada do Presidente Lula, eu não posso concordar com um decreto que mexe profundamente, tanto social como economicamente, para o meu Estado. Não posso de maneira nenhuma. Tenho votado constantemente nos projetos do Governo, nas medidas do Governo, mas aqui eu não posso me pronunciar, aceitar a maneira como foi demarcada a região Raposa Serra do Sol. Não posso por que? É uma coisa que mexe, eu estive lá com as pessoas, é um negócio impressionante. As pessoas não querem mais andar de arco e flecha na mão, as pessoas querem o desenvolvimento e não querem estar separadas dos brancos porque eles sabem que vão ficar no isolamento, eles sabem que vão sofrer o isolamento total, eles não querem. Eu fiquei impressionado, me emocionou até ver aquela indígena chorando, dizendo que o marido dela não era índio e que a filha era casada com um não índio. Eles não querem a separação, eles dizem que precisam dos brancos para poder crescer economicamente e socialmente e viver em paz.

Em todas as comunidades, vimos que nunca existiu um conflito sequer entre aquele povo que está lá e os indígenas, até por que todas aquelas vilas foram originalmente fundadas por indígenas. São vilas que têm 100 anos, e essas pessoas realmente não podem sair de lá.

Então, eu estou do lado do Estado, não concordo com esse tipo de demarcação. Dissemos a todos eles que nós iríamos fazer um movimento, inclusive chamamento de Deputados e Senadores de outros Estados para que se aliassem ao nosso grupo, para que nós possamos ter uma força maior, para que nós possamos tentar resolver, pelo menos em parte, essa situação. Porque não é possível que as pessoas fiquem isoladas quando elas não querem; não é possível que comunidades internacionais digam para as pessoas que elas têm que ser índios de arco e flecha na mão quando eles não querem ser. Eles não querem. Então, isso, nós não vamos aceitar. E eu me alio a toda a Bancada de Roraima, que está trabalhando e está realmente se dedicando a essa causa, e podem contar comigo, isso eu disse a eles. Já foram tomadas algumas medidas, como a entrada do decreto legislativo, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e na Câmara dos Deputados também.

Então, nós registramos total apoio, nós estamos do lado, continuamos na base aliada do Governo Federal, mas coisas que mexem profundamente com as pessoas do meu Estado, econômica e socialmente, eu não vou aceitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Augusto, pode usar da palavra, já estava anunciado previamente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores do quarto poder, a minha posição é bem clara em relação a essa história de Raposa Serra do Sol. O Governo, com essa história de compensação, está tentando nos enganar, compensar. Compensar de quê? Eu vou invadir a tua casa, te boto para fora da tua casa toda, te deixo só num pedacinho. E aí, depois – ah! Eu vou te compensar. Então, eu vou te dar mais um quarto e uma sala e vou ficar morando nesse resto aqui da casa. Quer dizer, isso é conversa para boi dormir. Eu acho que nós temos que reagir realmente, temos que achar uma solução, a solução vai ser jurídica mesmo. Apesar de, às vezes, eu ficar até um pouco preocupado, duvidando, porque, dia 14, saiu o ato, saiu a decisão, dia 15 já tinha tudo feito. Infelizmente, eu chego a achar que há alguma... a independência do Poder Legislativo e Judiciário...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exato. Então, foi atropelado pelo Ministro da Justiça, eu achei isso. E as pessoas que estão lá, esse negócio de conflito, não é nada fabricado. Eu convivo há muito tempo no meio dos índios, eu sei disso. O conflito maior que vai haver, se ficar do jeito que está, não é já, já não, é daqui a uns dias, como na África. A África está em paz? A Inglaterra botou todo mundo, todas as etnias no mesmo saco e largou lá. Observe hoje com eles vivem lá. Aqui vamos partir para isso mesmo. Já existe essa radicalização entre o CIR e os outros, que só se exacerbará com uma medida dessa forma, ouvindo só um lado da história.

Eu penso que o índio tem direito. Se quiser andar de tanga, andar nu, comer calango, comer só jeju e viver de flecha, ele pode fazer isso. Lá há espaço para isso. Mas o índio que quiser ter o filho na faculdade, quiser uma boa escola para o seu filho, quiser se alimentar com alimento de melhor qualidade, quiser tomar água gelada... Água gelada é algo simples, mas que, numa aldeia, no interior, tem um grande significado, porque é um conforto que temos. Eles até brincam: não, doutor, quem não gosta de água gelada? Já me disseram isso aí.

Então, nós, parlamentares, temos o dever de defender as nossas pessoas. Que cada um faça o que quiser.

Os nossos índios não precisam que ninguém lhes diga o que eles querem. Eles sabem o que querem,

tanto de uma facção quanto da outra, cada um com o seu ponto de vista.

Agora, realmente há muita injustiça e muito erro na definição das áreas indígenas, nos laudos antropológicos. Basta citar o de São Marcos. Em algum momento apareceu a Vila de Ipacaraima no laudo de São Marcos? Ela foi esquecida totalmente. É como se ela não existisse. Não podemos ficar fazendo de contra, temos que fazer o que é real.

Quanto a essa história de se dar 10 mil títulos, como estão dizendo, estão apenas cumprindo um dever. Isso já deveria ter sido para as pessoas que vivem lá há 25 ou 30 anos. E deveriam ter colocado mais. São 100 hectares cada um. Mas que dessem de 100 hectares, porque eles não têm nem 10 hectares, nem 5 hectares. Então, é isso. Não podemos aceitar essa compensação. Não pode! Essa palavra “compensação” é inadequada. Eu penso que compensação não é uma forma de proposta. O Governo Federal fará, sim, cumprir a lei, porque quando o Estado foi criado tudo que era do território passaria para o Estado. Esse prédio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Boa fé, exato!

Quanto a fazer indenização, do Partido do Presidente, sou como qualquer macuxi daqui de Roraima, não acredito que será feito algo justo para reassentar. A não ser que tenha mudado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O ato já é injusto. E as outras famílias que saíram de lá e não receberam nada? E os outros que... Eu saio dessa casa e faço uma avaliação. A Funai diz: pode ir, porque vamos indenizá-lo. Daqui a dez anos eu estou brigando; vem e reavalia. Daqui a quinze eu estou brigando; vem e reavalia. Daqui a vinte reavalia. Aí diz: é, vou lhe dar os R\$3 mil, se quiser; quer os R\$3 mil por essa casa? Isso é indenização? Isso é falta de respeito com as pessoas. Além do mais, não podemos esquecer que a maioria das pessoas que estão lá, dos descendentes que estão lá, foram para lá orientados pelo próprio Poder Público para tentarem melhorar de vida, e estão misturados. Essa história de reclamar e dizer...

Há pouco tive um debate na Rádio Senado, por isso que eu cheguei atrasado aqui. Eu e a Fátima Cleide discutimos isso no Senado. Eu falei da história da índia e de sua família, que vai ser posta para fora porque é casada com um branco. Ela disse: “Isso é terrorismo que estão fazendo.” Eu disse: “Terrorismo porque a senhora não conhece a realidade. Há o Cabral...” – vou até pegar esse papel para esfregar no

nariz dela quando chegar lá – “...que foi posto para fora porque era casado com uma índia.” Duas vezes já fizeram a extrusão dele. Vem a ordem de extrusão, ele recorre e não sai.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Esse é no Amajari, uma região antiga. Já é bem velho, está para morrer.

E lá em Pacaraima todos estão recebendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Casado com uma índia, já tem netos indígenas e tudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, porque é assim: se qualquer um achar ruim ele estar lá, um índio que não gosta dele vai à Funai e reclama. A Funai toma uma atitude.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Essa é a realidade no dia-a-dia. Como o é também a história de que vão deixar o quartel. Deixar a área do Exército é outra balela, porque não se poderá tirar o Exército do meio da vila mesmo; já está lá. Deveriam dizer: estamos deixando a Vila Uiramutã, inclusive o quartel que está dentro dela. Dão a impressão de que estão nos dando mais uma migalha, uma vantagem para o Estado. Não pode ser assim! Isso pega bem lá, mas aqui pega mal. Isso é uma forma de tentar nos iludir.

Sr. Presidente, o Município foi feito por votação. Quando andamos por lá, vi muita gente dizer que esse município existe porque votamos para que ele existisse. Isso é o povão falando. A minha posição é esta, penso que estão tentando nos iludir com esse negócio de compensação e tenho esperança de que o Lula faça justiça, cumpra a lei, pois foi para isso que ele foi eleito. Caso contrário, ele terá dificuldades em se manter no poder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quero agradecer aqui as palavras de todos os deputados, tanto os que pensam de uma maneira quanto os que pensam de outra. Assim como ontem estivemos em Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Pontão, Surumum e ouvimos apenas uma voz. Ou eu perguntava ou os outros Senadores perguntavam: “Vocês concordam com este decreto?” Não havia um só que concordasse. Obviamente que não fomos no Matuca, porque, se tivéssemos ido, seria justamente o inverso, só haveria quem concordasse. O que está se tentando fazer, primeiramente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso. Aliás, é uma coisa que sempre sugerimos ao Presidente Lula, que fizesse o plebiscito apenas com os índios. É até difícil eu falar aqui um pouquinho como médico. Se fizermos exame de DNA ali naquela população, penso que iremos encontrar pouquíssimos que não tenham componente indígena naquela região. Vamos encontrar uma meia dúzia, talvez.

Ouvi algumas palavras aqui com um certo desencanto, pessimismo, o que é compreensível, porque faz muito tempo que estamos lutando com essa história. Uma coisa que parece tão clara, tão transparente para todo mundo, não sei por que há uma birra, um negócio assim radical. A verdade está conosco, somos os donos da verdade, professores de Deus e vamos impor assim. Esse é um parto difícil, mas, felizmente, temos três Senadores que são médicos – dois obstetras e um pediatra – e tenho certeza que iremos fazer esse parto, com a ajuda aqui dos nossos Deputados estaduais, dos Vereadores, do Governador e da população como um todo, porque me admira muito que o Presidente Lula não faça uma pesquisa para ver qual é o pensamento não apenas dos índios, o que é mais importante, mas também da sociedade de Roraima como um todo.

Fiquei muito impressionado com uma frase do Presidente Lula. Aliás, com várias frases. Primeiro foi lá no Acre, creio que o senhor estava presente, não tenho certeza, quando ele disse que as ONG's européias eram mais fortes que qualquer partido político. Ele disse: "Companheiro Flamarion, temos que demarcar essa área. O Ministro da Justiça vai lá, vai conversar com todo mundo e aí vamos... Você vai com um papel em branco, não vai com nada definido. Você vai ouvir e depois quero demarcar essa área". Bonito! Considerei bonito o final, mas, no início, considerei péssimo um Presidente reconhecer que as ONG's européias mandam no Brasil. Outra frase ocorreu depois, na última reunião que tivemos com o Presidente, quando já era o Governador Otomar Pinto. Fui eu, o Senador Augusto Botelho e os Deputados federais. Entre outras coisas, o Presidente disse: "Eu já estou de saco cheio". Exatamente assim. "Estou de saco cheio de que aonde eu chego, na ONU, na OEA ou na USP, me cobram a demarcação da Raposa Serra do Sol. Então tenho que definir. Vou tomar uma decisão, vou para o Suriname e, na volta, vou chamar vocês, porque já estarei com a formatação da demarcação e vamos discutir. Se tiver que fazer algum ajuste, faremos e vou demarcar".

Nunca fomos contra a demarcação, todos nós já estávamos também de saco cheio de ficar nesse

negócio, nessa mesma tecla de demarcação. Como os índios e não-índios que moram lá também já estão de saco cheio. Mas sempre discutimos a forma da demarcação, tanto é que quero deixar aqui de novo, Sr. Presidente, o relatório da primeira Comissão Externa do Senado. É bom que relembremos o trabalho feito e, por isso, podem nos acusar de tudo aqui – nós, os parlamentares de Roraima –, menos de omissão. Nunca fomos omissos nessa questão e não ficamos apenas no discurso. A primeira Comissão Externa do Senado que, repito, fez um trabalho de profundidade, com o apoio da consultoria legislativa, que se debruçou em cima de pesquisa, tanto da parte legal, quanto histórica e antropológica, concluiu por sete recomendações.

Outra coisa que precisamos esclarecer aqui é que ninguém nunca falou. Querem confundir a opinião dizendo que queremos uma demarcação não contínua. Queremos contínua, o que não queremos é que seja excludente. Essa demarcação é excludente e queremos que seja contínua, porque os contornos externos da reserva praticamente são os mesmos. Ela apenas é uma reserva contínua, mas não excludente, e essa demarcação que foi feita é excludente. Está claro – vai tirar, dentro do prazo de um ano, as pessoas que não são índias de lá. Essa é uma demarcação excludente, no meu entender uma forma de fazer um **apartheid** dentro do País, portanto, não poderíamos concordar. Está aqui a recomendação da Comissão Externa do Senado, cujo relator, Deputado(?), vai ser um dia, com certeza, era o Senador Delcídio Amaral, que é do PT e hoje é Líder do Bloco de apoio do Governo. Esse relatório foi assinado pelo Senador Delcídio e aprovado pela Comissão, por unanimidade, Comissão esta composta pelo Senador Delcídio, pelo Senador Jefferson Péres, do Amazonas, pelos três Senadores de Roraima e que eu tive a honra de ser o Presidente.

Vamos às recomendações:

1 – Que sejam excluídas da proposta atual áreas necessárias à exploração econômica;

2 – sejam excluídas as sedes do município do Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira, Mutum e as respectivas zonas de expansão, porque, se não houver previsão da zona de expansão, estaremos decretando o engessamento dessas vilas e futuras cidades. O Paracaima é da Reserva São Marcos. Do Paracaima tem-se a localidade da Vila Pereira. É Paracaima;

3 – sejam excluídas as estradas estaduais e federais presentes na área. A RR-171, a RR-407, a RR-319 e a BR-433. Infelizmente, parece que nem o Governo federal sabe que a

Rodovia 220, que era estadual, não é mais, é federal. Foi federalizada por um projeto meu e já está transformado em lei, portanto, a rodovia que vai de Normandia a Paracaima é federal, que é a Rodovia 433 e a BR-401, permitindo-se o livre trânsito em referidas vias. Ora, do jeito que está o decreto, sabe apenas quem entra lá? Só autoridade federal. Não entra autoridade municipal nem estadual. É a decretação falaciosa, camuflada, de extinguir realmente qualquer pessoa lá de dentro;

4 – que seja excluída a área de unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima. Isso aqui foi acolhido. É impressionante, mas a Funai nunca descobriu que ali naquela área já existia um Parque Nacional do Monte Roraima, que é uma área de preservação ecológica. Mas a Funai ia extinguir. Se o Presidente pegasse a corda da Funai, nesse particular, ia ser o primeiro caso do Governo federal que iria extinguir uma reserva ecológica, aliás muito importante, que é a do Monte Roraima;

5 – excepcionalmente, observem o termo que a própria Comissão usou, sejam excluídas as áreas tituladas pelo Incra e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934. Que seja convocado o Conselho de Defesa Nacional para, **ex vi** do que dispõe o art. 91, § 1º, inciso 3, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira. Está lá apresentado que qualquer medida na faixa de fronteira que implique em qualquer tipo de ação, mesmo do Governo federal, tem que passar pelo Conselho de Defesa Nacional, porque está na faixa de fronteira. Está na Constituição, não fomos nós que inventamos, não foi a Comissão Externa do Senado que inventou. Isso nunca foi feito pelo Governo federal. Não foi apenas pelo Governo Lula, mas pelos outros também. Nunca respeitaram esse artigo da Constituição;

6 – que seja excluída a faixa de 15 km ao longo da faixa de fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela. Essa aqui talvez fosse a única novidade feita, que está também no relatório da Câmara, que foi assinado por outro petista, o ex-deputado Lindberg Farias. Na Comissão da Câmara não havia nenhum parlamentar de Roraima, no entanto, houve apenas um voto contrário. O nosso, que tinha três Deputados e dois Senadores de Roraima,

foi aprovado por unanimidade. Lá não tinha nenhum parlamentar de Roraima e só teve um voto contrário, que foi o do Senador do PT de Rondônia.

Pois bem. Dois relatórios das duas Casas do Congresso Nacional, Câmara e Senado, foram aprovados e encaminhados ao Presidente da República. Portanto, o Presidente tinha informação e, se teve o trabalho de mandar algum assessor ler, veria que havia amparo legal para fazer a demarcação e a área contínua, mas não excludente. No entanto, o Presidente preferiu seguir o conselho do “Ministro da Justiça” e fazer essa demarcação.

Quero aqui fazer uma ressalva que o Supremo foi induzido a um erro, pelo “Ministro da Justiça”, porque o Supremo ia decidir uma questão levantada pelo Procurador Geral da República, que era sobre essa questão da ação popular impetrada aqui por três advogados de Roraima, que já tinha liminar para suspender qualquer demarcação até o final do julgamento – já tinha liminar daqui do juiz, da Desembargadora do TRF, senhora Selene Maria de Almeida, do STJ e do Supremo. Seria discutido o quê? Se a competência era do juiz federal ou se era do Supremo.

Acredito muito no Poder Judiciário, até porque tenho dois filhos que são juizes, e prefiro acreditar que o Ministro Carlos Brito foi induzido ao erro. Não posso acreditar que ele combinou essa questão com o Ministro Thomaz Bastos. Mas o que o Ministro Thomaz Bastos fez? Disse: “Ministro, revoguei a Portaria nº 820 e baixei a Portaria nº 534, que muda completamente a questão que está sendo analisada, portanto, essa ação popular de Boa Vista mais as outras ações correlatas perdem o objeto. É verdade. Se realmente ele tivesse revogado, perderia o objeto. Mas, nesse caso, duas coisas eram mentirosas. Primeiro – ele não revogou a Portaria nº 820, mas a ratificou com ressalvas, e uma delas foi só excluir a sede do município do Uiramutã e aquelas besteiras inconstitucionais de dizer que as rodovias permanecem, os equipamentos públicos, mas ninguém pode entrar nem sair. Na verdade, ele enganou o Ministro, que não se apressou ou não foi atento ao perguntar: “Foi publicada a Portaria”? A Portaria não estava publicada. Então o Ministro, na hora do julgamento, disse: “Opino para que a competência seja do Supremo.” Realmente é competência do Supremo, porque existe um conflito federativo entre o Governo federal e o Governo do Estado. Foi colocado em votação e aprovado que o fato é de competência do Supremo. Em seguida, o Ministro disse: “A mais, quero acrescentar que a ação, em si...”

(Interrupção do som.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Todas as pessoas que tomam conhecimento de como foi feito não concordam. Imediatamente aliam-se a nós. São 22 Senadores do PMDB que jamais vão concordar com isso. São essas pessoas que queremos estar trazendo para o nosso lado, para podermos fazer uma força maior lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois é. Anotei vários pontos aqui que foram abordados, obviamente está tudo gravado, mas gostaria muito de chamar atenção, está sendo até distribuído aí, não propriamente para o meu pronunciamento, mas para o aparte do Senador Sarney ao meu pronunciamento que, no meu entender, poderia servir de reflexão para o Presidente Lula. No entanto, parece que o Presidente Lula pensa que somente com o PT, ou com a banda não muito boa do PMDB, e com a igreja católica, ele será reeleito. Vejam aqui a declaração hoje publicada no jornal, em que ele está discursando, após uma missa em homenagem ao trabalhador na igreja matriz de São Bernardo do Campo – “Agora vamos dar prosseguimento à homologação dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que finalmente foi homologada. E eu sei o papel importante que a igreja teve nisso.” Aliás, o Presidente Sarney diz também que Dom Ivo Lorscheiter, quando Sarney era Presidente, foi pressioná-lo para demarcar a área Yanomami. Ao Presidente Sarney, quando disse que não poderia fazer daquela forma, ele perguntou: “O senhor está sendo pressionado pelos militares?” Sarney respondeu: “Não. Quem está me pressionando muito ultimamente nessa questão é o Barão do Rio Branco, porque o Barão do Rio Branco é que cuidou das nossas fronteiras e passou para a nossa geração uma área de fronteira totalmente protegida, diferentemente do que tem entre a Venezuela e a Guiana, até perdendo, como perdemos aqui, terras para a Inglaterra, mas, de um modo geral, ganhamos. Agora, o que estão querendo deixar para a outra geração é uma fronteira vulnerável, desguarnecida.

Titonho, perdoe a veemência do meu pronunciamento, mas estou realmente, como roraimense, muito indignado com a falta de consideração do Presidente Lula para com o Povo de Roraima. E já estou votando contra todas as matérias do Presidente Lula, embora continue em um partido aliado dele, porque penso que aliado não é capacho. O bom aliado é aquele que é capaz de dizer não e mostrar que discorda quando o cara está errado. E penso que ele está errado nisso. Tenho convicção de que ele está errado, mas infelizmente parece que também ele está se transformando em professor de Deus. Não concordo com isso e não estou dizendo isso só entre nós, particularmente, já o fiz já na tribuna do Senado, já avisei o Presidente do

PTB e disse-lhe: “Se ficar desconfortável para o PTB eu, como Líder, tomar essa posição, saio do PTB. Porque o meu primeiro partido é o “PR”, que é o “Partido de Roraima”, o resto para mim é secundário.” Portanto, quero dizer que ainda não estou rompido com o Presidente Lula, porque acredito que possa reformar, ele próprio, esse decreto sem contrariar tão grandemente a igreja, que ele tanto respeita. Aliás, se olharmos o passado da igreja, veremos que não é uma boa condutora, haja vista a Santa Inquisição, as Santas Cruzadas e tantas outras coisas que levaram sucessivos Papas a pedirem perdão pelas besteiras que fizeram, até porque, sempre ao lado da marca da bota do colonizador, estava a sandália do jesuíta.

Não vamos pensar que padre é santo, que a igreja é santa. Não. São compostas por homens como nós todos aqui. Espero firmemente que, concluído esse trabalho, com levantamento técnico de tudo isso, com o depoimento das pessoas que estão diretamente mais interessadas, que são as que moram lá, mas também com as pessoas indiretamente interessadas, que somos todos nós de Roraima, o Presidente possa adequar esse decreto. Se não o fizer, já estou na Oposição, não tenha dúvida. Se isso representar, por acaso, a perda do meu mandato, não tem problema. Não nasci Senador, mas quero, enquanto Senador, ser o Senador que não vende o meu Estado, que não está para negociar compensação, seja de emenda, seja do que for. Penso que é o mesmo pensamento dos outros Senadores e garanto, Titonho, que será de muitos outros Senadores. E já vou começar esse trabalho de pedir votos contra o Presidente Lula, se ele não mudar essa questão, que poderia ser revertida a favor dele, se mudasse.

Quero agradecer, desculpe o desabafo, mas ficamos indignados de ver isso, de nos sentirmos quintal, no mau sentido mesmo, da Nação. Aqui não valemos nada, mais importante é a USP, São Bernardo do Campo, etc. Um Presidente que veio lá do interior do Nordeste, sofrido. Um Presidente que se fez em assembleias, em discussões abertas, em votações, e agora ignora a todos nós, porque somos duzentos e poucos mil eleitores.

Muito obrigado a todos e quero convidar, se quiserem participar, para uma reunião, logo mais, na Fecor, e amanhã, à tarde, com os Vereadores de Boa Vista e com os Presidentes de Câmaras do interior. Vamos ouvir a todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Queria agradecer a presença de todos. Senador, falando em igreja, tenho um livro no meu banheiro que leio todos os dias um pedacinho. Por acaso achei um

trecho interessante e anotel – “Muito da sabedoria do santo vem da sua experiência de pecador.”

Concedo a palavra à Deputada Marília, antes de encerrar,

A SRA. MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Gostaria apenas de fazer uma observação e aproveitar esse momento que já encerramos a discussão para deixar uma preocupação minha, creio que também não seja apenas minha, mas da Assembléia como um todo, dos Senadores Wirlandi, Mozarildo e Augusto.

Trata-se da questão da discussão sobre a gestão das florestas públicas. Isso é uma questão séria, grave, que está na Câmara e, no momento em que foi marcada aquela reunião aqui, até por desconhecimento nosso, pois foi num domingo, muitos poucos Deputados estiveram aqui para a discussão. Vieram alguns Deputados federais e Senadores, vieram as pessoas interessadas nessa questão, esteve aqui a Deputada federal Maria Helena, que é Presidente da Comissão da Amazônia, mas não tínhamos uma informação exata sobre o que estaria sendo discutido. A maioria esmagadora da Assembléia não esteve presente e, quem esteve, assustou-se com essa outra proposta.

Até diria que o PT está entregando a Amazônia de uma maneira muito bem engendrada. Essa questão da demarcação indígena é um passo, a questão da gestão de florestas públicas é um outro passo e penso que precisamos desse contato com o Senado, diante das discussões que já estão acontecendo e que não temos informação. Foi constituída uma Comissão aqui, mas falta-nos subsídios de lá, do poder central, da discussão de vocês, para que possamos ter uma visão menos parcial, porque, ao meu entendimento, é isso que está ocorrendo. Lamento profundamente, porque temos uma Deputada federal na Comissão da Amazônia, presidindo essas discussões, e temos questionado muito esses posicionamentos.

O outro ponto que queria lembrar, que foi discutido em Belém, é a questão da reforma política. É preciso que exista, no meu entendimento e de vários Deputados, uma aproximação maior do grupo de Deputados e Senadores, do grupo federal, com o Poder Legislativo estadual, porque já existem substitutivos que estão sendo colocados e não sabemos o que está ocorrendo, qual a tendência geral nos partidos e de uma maneira majoritária. A questão da verticalização, a questão da lista fechada, é uma situação também importante, premente, é que aqui não votamos. São os senhores que votam lá, mas as repercussões recaem sobre todos os representantes legítimos, principalmente Deputados e Vereadores que constituem o maior número de representantes legais.

Portanto, Sr. Presidente, queria dizer que há esse interesse dos três Senadores em chamarmos a atenção para marcar uma discussão ampla envolvendo vários segmentos do Estado, instituições instituídas legalmente e representadas, sobre a gestão de florestas públicas, sobre o estupro que está sendo proposto para Roraima e sobre a questão da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Queria agradecer a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, do nosso irmão Wirlandi e dizer que esperamos dele o mesmo que os outros dois vêm dando. Tenho certeza de que V. Ex^a continuará sendo orgulho do povo roraimense.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Boa tarde a todos!

Inicialmente, quero convidar o Senador Wirlande da Luz para compor a Mesa. (Pausa.)

Quero convidar também o Sr. Airton Dias para compor a nossa Mesa. (Pausa.)

Embora o Senador Augusto Botelho ainda esteja a caminho, vamos começar a reunião a fim de ganharmos tempo. (Pausa.)

Quero também convidar o Deputado Almir Sá para participar da Mesa. (Pausa.)

Quero convidar também o Deputado Raul Lima, Presidente da Câmara Brasil-Venezuela, para fazer parte da Mesa diretora dos trabalhos. (Pausa.)

Convido também o Prefeito Paulo César Quarتيro. (Pausa.)

Fique à vontade, Prefeito.

Quero iniciar os nossos trabalhos fazendo um esclarecimento sobre os objetivos desta Comissão Externa do Senado. Sei que para nós todos, aqui de Roraima, o assunto já está exaustivamente debatido, cansativamente falado, mas o que acontece é que, pelo que entendemos, o que querem é nos matar pelo cansaço – e não podemos, portanto, entrar nessa.

Foi por isso que, quando foi publicado o Decreto do Presidente, nós decidimos, ao invés de virmos individualmente, como Senadores do Estado, requerer a formação desta Comissão Externa do Senado, que é, portanto, uma comissão representativa do Senado, para que pudéssemos elaborar um relatório para a Câmara Alta do Legislativo brasileiro sobre a realidade tanto dos moradores da Reserva Raposa-Serra do Sol, quanto do Estado como um todo, sobre como foi aceito esse decreto, até porque poderia parecer que a opinião do Senador Wirlande da Luz, do Senador Augusto Botelho e minha poderia ser, não necessariamente, como eles entendem, a verdadeira.

Já visitamos as comunidades do Mutum, do Socó, da Água Fria, do Flechal, do Contão e do Surumu no dia de ontem; hoje, já nos reunimos com a Assembléia Legislativa, com os Deputados Estaduais; e, agora, estamos fazendo esta reunião com as classes produtoras do Estado. Faremos amanhã uma reunião com os Vereadores de Boa Vista e, pelo menos, com os Presidentes das Câmaras dos municípios do interior, até para termos o depoimento deles nesse contexto.

De outra parte, já propusemos um projeto de decreto legislativo, no Senado, visando a sustação do decreto presidencial, bem como os Deputados Federais, no mesmo sentido, propuseram um projeto de decreto legislativo na Câmara.

A nossa sustentação é a de que o decreto presidencial foi baseado, no mínimo, para usar uma palavra mais leve, em um equívoco jurídico, uma vez que, na verdade, o Ministro do Supremo, quando levou a matéria para ser votada, levou, para discussão e votação, a questão da competência para julgar a ação popular movida pelo Dr. Alcides Lima, nosso ex-deputado, pelo já falecido Dr. Luiz Ritler de Lucena e mais um outro advogado. Ao ensejo dessa ação popular, nós, depois, pedimos uma liminar, pois o Ministro chegou a anunciar o dia em que seria feita a demarcação. Então, pedimos uma liminar para que não fosse feita a demarcação enquanto não se julgasse a ação popular. Essa liminar concedida, vocês sabem, foi ratificada no Tribunal Regional Federal de Brasília, no STJ e no Supremo. Pois bem. Com isso, o que viu a Funai? Que estava correndo o risco realmente de ver aquela portaria anulada – de fato, tem que ser anulada – porque o que já se apurou nessa ação popular é que todos os procedimentos são efetivamente fraudulentos, desde os mais elementares como, por exemplo, falsificação de assinaturas ou de abaixo-assinados até a designação para a composição da comissão que deveria fazer o levantamento para basear o laudo antropológico, também constituída de maneira fraudulenta. Então, é evidente que não teria sobrevida essa portaria.

Então, no ato do julgamento da reclamação do Procurador-Geral, que somente nesse caso levantou essa questão do conflito federativo, o Supremo julgou esta questão – se era competência do Supremo ou da Justiça Federal aqui de Roraima. E, coincidentemente – prefiro dizer que foi coincidentemente – o Ministro da Justiça telefona para o Relator dizendo que havia revogado a Portaria nº 820 e havia baixado uma outra portaria, sob o número 534, que mudava completamente o desenho da possibilidade de a reserva ser homologada. E o Ministro – creio eu que de boa-fé – resolveu neste momento aduzir ao seu relatório o fato de que, com aquela informação do Ministro da

Justiça, perderia objeto tanto a ação popular quanto as demais ações que estavam correndo juntas, vamos dizer assim.

Realmente, se fosse juridicamente correta essa informação, teria perdido realmente o objeto. Só que a informação era mentirosa, porque a portaria não tinha sido publicada ainda – só foi publicada no outro dia. Quer dizer, o Supremo decidiu baseado numa informação falsa. E, no outro dia, quando foi publicada a Portaria nº 534, o que foi que se viu? Ela não revogou a Portaria nº 820. Ela ratificou a Portaria nº 820, com ressalvas. Que ressalvas? São essa meia-dúzia de coisas que vocês já sabem, tais como a manutenção da sede do Município de Uramutã, que não poderia ser extinta por decreto, uma vez que um município é criado mediante um plebiscito seguido de uma lei, portanto, não havia como haver a revogação por decreto. Mantive também algumas outras ressalvas insignificantes – na verdade, também não poderia ser diferente – tais como manter as vias de acesso estaduais e federais. Então, preferimos ouvir as pessoas. Coincidentemente também, os índios do Flechal fizeram os policiais de reféns, o que reforçou nossa vinda aqui, porque criou um dado nacional, que requereu a presença não só dos órgãos do Executivo, mas do Legislativo federal para acompanhamento. E viemos, estamos fazendo, ontem e hoje, essa peregrinação.

Queremos ouvir agora os representantes das associações e entidades da classe produtora do Estado, para subsidiar os trabalhos desta Comissão. Queremos justamente o quê? Fazer um novo relatório onde possamos ressaltar esses vícios todos que constatamos sem precisar de debates e levar claramente, deixar registrado, como fizemos no primeiro trabalho, que a população de Roraima não pode não ser levada em conta nessa questão. Podem até não nos levar em conta, mas não nos vamos omitir de apresentar nossa posição, de ter, portanto, algo registrado.

Eu gostaria de começar, ouvindo o amigo Airtton Dias, Presidente da Fecomércio, que vai prestar seu depoimento. Depois, vamos abrir a palavra a todos os representantes.

O SR. AIRTON DIAS – Senador, é um prazer tê-lo aqui em nossa casa, Senador Wirlande; meu amigo, Deputado Federal Almir Sá; o incansável combatente Derval; Deputado Raul Lima e demais companheiros e amigos que aqui estão, na realidade, o que sabemos dessa história é do passado.

Desde que aqui chegamos, temos uma grande preocupação com a situação que estamos vivendo hoje. Fico muito à vontade – sempre digo isso aos amigos – porque nunca esmorecemos no sentido de alertar todas as autoridades e o povo de Roraima fazendo

diversos seminários. Trouxemos o Lourenço Carrasco, que é um *expert* e sempre foi apoiado pelo Paulo César e pelo Fátio. Aqui, em Roraima, existe um grupo de apoio, porque ninguém sabe mais que nós dessa preocupação com a internacionalização da Amazônia, no sentido de castrar as nossas possibilidades de exploração mineral – acho que reside mais aí a situação toda, não outro fato.

Acabei de chegar de Miami – passei uma semana fora em Caracas e outros lugares – e em momento algum ouvi um noticiário sequer sobre nada do que está acontecendo no Brasil, absolutamente nada, naqueles jornais de circulação americana, latino-americana. Fala-se da Argentina, do Equador, da Colômbia, mas absolutamente nada do Brasil. Então, o que percebemos neste momento é que houve uma grande articulação do Governo Federal no sentido de coibir qualquer matéria. Acho que todos os órgãos de comunicação neste País estão sob uma forte orientação no sentido de se calar. As poucas notícias que ouvi antes de viajar eram sobre os índios a favor, uns dois ou três, do Cir.

A sociedade tem que continuar organizada, trabalhando. E eu queria parabenizar os nossos Senadores pela iniciativa de comporem esta Comissão no Senado. Tenho certeza que dela sairá algum fruto, como também do empenho das classes produtoras. O nosso ex-Deputado Federal Alcides Lima entrou com aquela ação importante, e outras deverão ser encaminhadas. Se Deus quiser, encontraremos um caminho, um porto seguro para o nosso Estado. Acho que tem que ser definido; não podemos nos aquietar; devemos buscar realmente uma solução que venha ao encontro do interesse de todos os povos que aqui vivem. Nós formamos a sociedade.

Infelizmente, houve pouca ação no sentido do desenvolvimento no passado. Ficamos um pouco deslumbrados com as riquezas locais e não demos importância à grande quantidade de terra.

Nós que chegamos há alguns anos, vimos todos esses lavrados aí, da Liberdade e Buriti, e nunca nos preocupamos em comprar nada. Hoje, não conseguimos nem comprar mais um terreno, porque isso passou batido por nós, e assim continua sendo. O Estado foi comprado, nos últimos três anos, por gente de fora. As poucas propriedades que havia no Estado foram adquiridas por preço muito barato, e não resta mais praticamente nada em terra titulada. Então, se não houver um encaminhamento por parte de V. Ex^{as}, no sentido de que tenhamos definida a questão fundiária, não sei o que vai ser deste Estado.

Então, parabenizo V. Ex^{as} e sou solidário. Faremos o que pudermos fazer, de comum acordo, e estaremos torcendo para que dê certo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ex-Deputado e advogado Alcides Lima, que está também representando a Federação da Indústria do Estado de Roraima, para que possa fazer a sua explanação.

O SR. ALCIDES LIMA – Sr. Presidente da Comissão Externa do Senado, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Wirlande da Luz, Deputado Almir Sá, Presidente Airtton Dias, Presidente Derval, Deputado Raul Lima, Senador Augusto Botelho, demais autoridades presentes, companheiros, produtores, colegas advogados, diria irmãos de lutas e de ideais, quero também parabenizar a iniciativa dos nossos Senadores em deslocar essa importante Comissão do Congresso Nacional, representado pelo Senado da República, e, posso dizer que tanto eles quanto nós, sabemos que estamos aquilando a gravidade da situação do Estado de Roraima e a ameaça de perda de soberania do nosso País.

Antes de entrar na questão que desejo colocar sobre o decreto e a proposta que pretendo fazer para os ilustres Parlamentares, quero dizer, inicialmente, que estamos assistindo mais uma tática dessa estratégia orquestrada pela oligarquia britânica, pelo establishment anglo-americano que pretende impor nos países da América do Sul, sobretudo os países amazônicos, esse famigerado governo mundial, de caráter puramente malthusiano. E o que é isso? Nada mais é do que manter a estagnação econômica e o despovoamento dessas nações. E busca, com isso, inviabilizar a implantação de projetos de infra-estrutura para que essas nações não possam manter a prosperidade, o crescimento e até de sustentar a sobrevivência das suas populações, absolutamente, carentes. E essa ofensiva começou no nosso País, ilustre Senadores, apenas para rememorar, na década de 60, quando o aparato ambientalista, indigenista, comandado pela ONG *survival international*, que tem um dos braços lá na Casa de Windsor, no Palácio de Buckingham, na Inglaterra, que é a WWF (*World Wildlife Fund*), ou seja, a Fundação Mundial para o Meio Ambiente. É isso.

Isso aconteceu a partir da década de 60, quando eles urdiram essa estratégia para ameaçar e para pressionar os países da América Latina a criarem as chamadas reservas indígenas.

No Brasil e aqui em Roraima começou em 1975, quando o Governo brasileiro se abaixou a essas pressões e decidiu definir as áreas indígenas. E aqui chegou, em Roraima, em 1976, na época em que tínhamos um Deputado apenas na Câmara Federal, o Deputado Hélio Campos, chegou aqui uma equipe interdisciplinar da Funai, composta de antropólogo e sociólogo, todos

ligados a esse esquema indigenista-ambientalista. E o que fizeram naquele momento? Pegaram um avião, tendo em mãos o mapa de Roraima. Sobrevoaram o Estado e, lá de cima, iam colocando um círculo maior ou menor naquelas localidades onde viam casas de palha. Não estou inventando isso; creiam em mim, por favor. Levaram isso para Brasília e plotaram em escala, sem se preocupar com o fato de que existiam propriedades de pessoas miscigenadas com o sangue indígena. Eles precisavam de ter um aval do governo no território.

O Governador, naquela época, era Fernando Ramos Pereira, que estava em litígio aberto com os pecuaristas do Estado – os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho podem confirmar isso. O que fez o Governador? Chamou o seu Secretário de Segurança, que era também comandante da Polícia Militar, o Coronel Paulo de Tarso, criou uma comissão presidida por esse coronel e composta por funcionários do palácio do governo. Foi essa comissão que deu parecer sobre esse trabalho irresponsável feito por aquelas pessoas naquela oportunidade. O Governador deu seu aval e a Funai, por meio de uma portaria, definiu as áreas indígenas no território de Roraima naquela época. Esse foi um passo nessa estratégia que já vinha sendo executada, tanto que a área ianomâmi foi chamada de reserva ianomâmi com 2 milhões de hectares na época. Depois aumentou para 4 milhões e hoje está com 9,5 milhões de hectares.

Tudo isso faz parte dessa estratégia que está sendo executada palmo a palmo. Denunciamos esse fato inúmeras vezes na Câmara. De 202 pronunciamentos que fiz na Câmara e no Congresso Nacional, em pelo menos 20 tratei da questão fundiária e indígena, afora a luta que empreendemos na Comissão do Índio, na Comissão de Agricultura, na Comissão de Minas e Energia.

Naquela época, tínhamos apenas um Deputado. Entreguei ao Deputado Hélio Campos uma exposição de tudo o que eu acabei de falar. Ele era membro da Comissão de Segurança da Câmara. Quem tinha força junto ao Executivo Federal era o Governador Ramos Pereira, por quê? Porque Roraima era subordinada, era ligada ao Ministério do Interior, na época, e à Funai também. Não era ligada ao Ministério da Justiça, como é hoje – o Senador Mozarildo Cavalcanti sabe disso. O Deputado foi impotente, porque estava sozinho; não tinha Senadores e ele não era ouvido pelo Executivo Federal.

Nesse trabalho não foram ouvidas as comunidades indígenas, não foram ouvidos os produtores que estavam nessa área. Esse foi o trabalho irresponsável que foi feito, e, assim, começou o esbulho nas terras do

hoje Estado de Roraima. Essa situação, esse imbróglcio todo causado, não fomos nós que aqui estávamos e nem aqueles que chegaram **a posteriori**, foi o próprio Governo Federal, foi ele mesmo, e ele mesmo é quem está criando toda essa dificuldade.

Por isso, com essa introdução, eu quero dizer à Comissão, primeiro, que os Parlamentares, eles foram de uma felicidade muito grande em entrar com esses decretos legislativos. Porque o decreto legislativo, como eles sabem, nós sabemos, é uma lei e tem força de lei, e mais, não vai para a sanção do Presidente, não vai, e ele, hierarquicamente, na pirâmide das normas jurídicas, ele é superior a um decreto executivo. E eu posso dar um testemunho que, se for feita uma mobilização para valer dentro do Congresso, isso daí, eu sei que a nossa Bancada pode fazer e vai fazer. Eu só quero dar o exemplo de um que aconteceu naquela chamada operação desmonte no Governo do Presidente Sarney, em 89, lembram, quando ele extinguiu algumas empresas, entre elas a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Embrater. Eu e o Deputado Jonas, na Comissão de Agricultura, mobilizamos a Comissão, mobilizamos a Comissão de Agricultura do Senado, mobilizamos o Congresso e mobilizamos o Brasil inteiro, através dos dirigentes das Emateres e das Aterres nos territórios. Eles passaram um mês de gabinete em gabinete, de Deputado em Deputado, de Senador em Senador, e pelo decreto legislativo, a Embrater foi ressuscitada. Então, essa é uma proposta que eu faço para a Comissão – mobilizem a Câmara e o Senado e, aqui, as forças vivas do Estado se mobilizarão e irão a Brasília para ir de gabinete em gabinete pedir aos Senadores e Deputados que eles aprovem o decreto legislativo. Esse é um ponto.

O outro, nós estamos aqui, até se precisarmos ir mais além da hora, eu acho que a situação é muito grave, nós não devemos nos amarrar em minutos, por isso, eu peço a tolerância dos Senadores e de V. S^{as} também, porque é muito grave, nós não podemos mais, nós não estamos atravessando a ponte, nós estamos no meio de uma pinguela, uma pinguela muito estreita, que nós não podemos mais voltar, nós temos que ir para a frente. O Presidente da República não tem competência legal nem constitucional para decretar homologação de área indígena, isso é competência do Congresso Nacional, a Constituição diz. E eu estou colocando na ação popular que vou intentar agora, nesta semana, acabei de redigir no sábado e no domingo, justamente a inconstitucionalidade do decreto, a ilegalidade do decreto porque ele está todo fundamentado naquilo que o Senador Mozarildo já falou, em um processo administrativo demarcatório viciado de nulidades, eivado de nulidades, de portaria também eivada de nu-

lidades, sem contar esse estelionato ideológico que foi feito agora pelo Ministro da Justiça, engabelando o Supremo, engrupindo o Supremo Tribunal Federal, que é justamente o guardião do ordenamento jurídico do nosso País, da Constituição e de todo o sistema legislativo do nosso País. Isso foi um estelionato ideológico, na feliz frase do Governador Otomar.

Eu estou justamente atacando a inconstitucionalidade, a ilegalidade, a lesividade do patrimônio público do Estado de Roraima, porque o Presidente, com esse decreto, atentou contra o princípio federativo, Senador, e ele tem que ser chamado à responsabilidade junto com esse Ministro, porque o princípio federativo tem que ser mantido, sob pena de crime de responsabilidade. E eu faço mais uma proposta – se já houver uma CPI na Câmara Federal, que o Ministro seja chamado para explicar esse estelionato que ele praticou contra o País.

Sei que há na Câmara uma CPI sobre questão fundiária. Pode estar já esgotada a possibilidade de criação de novas CPIs, mas essa daí poderá ser aproveitada. Dei essa sugestão ao Deputado Federal Dr. Rodolfo Pereira, e faço agora, na presença do Deputado Almir Sá. E peço que, se possível, esta Comissão sugira, se ainda não existir, uma CPI sobre esta questão, para que a Nação saiba, de forma bem clara, por que aconteceu e ocorreu esse estelionato ideológico. E eu enfoco a questão da lesividade.

Outra coisa que, na ação popular, estou intendendo refere-se à questão das áreas já tituladas pelo Incra nessa região. Isso se torna óbice para que seja feito o registro – se é que esse registro vai ser feito. Isso é óbice jurídico para que esta área seja registrada no competente cartório de registro de imóveis. E ela precisa ser registrada. Então, ilustres Senadores, embora eu tenha excedido o meu tempo, quero dizer que nós vamos continuar na nossa batalha jurídica, com a ação dentro do Congresso, para mobilizar a Câmara e o Senado. Aqui em Roraima, lutaremos para mobilizar as forças vivas para estar lá, de gabinete em gabinete, pedindo, exigindo que os Senadores e os Deputados não permitam esse saque contra o patrimônio do nosso Estado de Roraima, mas sobretudo contra a perda de soberania que o Brasil haverá de ter, se isso chegar ao seu final.

Muito obrigado e desculpem-me pelo excesso da minha contribuição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero parabenizar o companheiro Alcides Lima e dizer para ele que, na verdade, ele, que foi um brilhante parlamentar, sabe que essa limitação do tempo é só por questão de ordenar os trabalhos e dar oportunidade a todos de falar. De jeito algum te-

riamos a intenção de deixar de ouvir a sua brilhante explanação, até porque você tem toda a condição de falar, porque começou essa briga judicial. Portanto, não tenha dúvida de que isso é reconhecido.

Gostaria, para ter a oportunidade de ouvir o maior número de pessoas – se possível, todos que quiserem se manifestar –, de estabelecer cinco minutos para cada um, com uma prorrogação. No Senado é assim: cinco minutos para comunicação de Lideranças, dez minutos para quem está inscrito regularmente, etc. Trata-se de ordenar os trabalhos. É lógico que temos todo o interesse em ouvir o máximo de depoimentos. Até porque esses depoimentos estão sendo gravados e vão compor os trabalhos desta Comissão. Assim, é importante que o maior número possível de pessoas se manifestem.

Concedo a palavra ao Deputado Almir Sá, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Roraima, para que ele possa fazer sua explanação.

O SR. ALMIR SÁ (PL – RR) – Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, eu não vou me delongar muito, porque acho que há muitas instituições que querem também usar a palavra.

Gostaria de dizer que a Federação de Agricultura e as demais entidades presentes estão irmanadas em um só movimento, um movimento no sentido de encontrar alternativas para a resolução dessa questão fundiária que envolve não só Raposa Serra do Sol mas também todo um contexto fundiário que o Estado vem sofrendo, como muito bem colocou aqui o nosso amigo Alcides Lima, nosso brilhante advogado e que está fazendo um trabalho primoroso para o Estado de Roraima. Ele merece os nossos elogios.

A somatória de valores é que vai fazer com que consigamos os nossos objetivos.

Quero registrar que, na semana passada, houve uma grande movimentação por parte da Comissão de Agricultura da Câmara e da Comissão de Agricultura do Senado. Participei desses trabalhos no Plenário II da Câmara Federal, ocasião em que fizemos um movimento objetivando o fortalecimento do Ministério da Agricultura, que vem sendo prejudicado também no que se refere à questão orçamentária.

Eu consegui inserir, na ata desses trabalhos, a questão da gravidade do problema de Roraima. Estamos conversando sobre a realização de um movimento que está sendo estudado, em nível nacional, no estilo do “caminhonaço” feito em anos anteriores. Recentemente, no Governo passado – V. S^{as} devem se lembrar –, foi feito um “caminhonaço”, de Norte a Sul do Brasil. Esse movimento parou Brasília. Está sendo estudado um novo movimento dessa ordem. Estamos acompanhando esse assunto e vamos participar desse movi-

mento. Vamos inserir, nessas conversas, a questão da gravidade do problema fundiário do Estado de Roraima. Quando conseguirmos que esse assunto conste dessa ata e tão logo ela seja divulgada, passaremos isso para V. S^{as}.

Mozarildo, esse detalhe é importante. Penso que temos que levar, o mais longe possível, a gravidade do problema de Roraima. Hoje já avançamos bastante. Quando falamos com qualquer Parlamentar ou qualquer jornalista já existe a ressonância da gravidade do problema. Já não falamos isoladamente. Creio que agora, com as ações judiciais, com os apertos que forem necessários, com todas as instituições trabalhando unidas, conseguiremos avançar.

Acredito que o decreto legislativo que está tramitando na Câmara está contando com a participação de todos os Parlamentares. Eu mesmo fui, com Alceste Almeida, atrás de todos os Líderes, a fim de encaminhar esse assunto.

Outro ponto importante é as comunidades indígenas locais marcarem firmemente suas posições. Elas já estão se manifestando e têm que continuar manifestando aquilo que pensam, para que a comunidade brasileira saiba que na verdade não só os agricultores mas também todas as partes estão envolvidas no processo.

Eram essas as observações que queria fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Convido o Deputado Rodolfo Pereira para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nosso amigo Palúbio, que vai falar em nome da Coopercarne.

O SR. PALÚBIO – Queria cumprimentar o Senador e, em nome dele, cumprimentar todas as autoridades. Acho que a gente já está sem palavras, a gente não sabe mais nem o que dizer dessa situação, porque passou muito longe da vergonha, da falta de brasilidade quando certas autoridades que representam o povo de Roraima trabalham abertamente contra o povo de Roraima. Acho que o povo de Roraima tem de se levantar e dar uma resposta a essas autoridades que negociam o nosso futuro em troca de muito pouco.

Este momento é um momento difícil. Acho que temos de nos unir, buscar uma solução. A gente não tem de desanimar diante deste momento, porque era um momento que, devido à consequência deste Governo Lula, a gente já até esperava, entende, pelo pior, pela condução da política fundiária, agrária. Então, acho que neste momento temos de nos unir e reagir contra essa barbaridade, agradecendo aos Senadores por esse trabalho muito bom que têm feito em defesa do nosso estado. Que continuem assim! Podem contar

conosco, porque sempre estaremos prontos a participar deste trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora para falar em nome da Agriger o Sr. José Luiz Zago.

O SR. JOSÉ LUIZ ZAGO – Boa tarde a todos, boa tarde aos Senadores e Deputados, demais autoridades.

Confesso a vocês que estou sem nenhuma vontade de falar, mas, já que me convidaram... Acho que não se tem mais muita coisa a dizer. Está na hora de parar de falar; acho que está na hora de agir. Não sei exatamente quais seriam as ações que poderiam surtir algum efeito num Estado onde a Corte, onde os poderosos de Brasília não respeitam as pessoas que vivem... Não sei qual seria o caminho. Tenho algumas opiniões particulares e pessoais, não sei nem seria questão de externá-las aqui.

Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Deputados, se tiver alguma coisa que possa ser feita ainda lá em Brasília os senhores são as pessoas indicadas. O povo, neste momento, está meio que perdido, meio que atônito, meio sem saber para onde ir. Então, se é que existe alguma coisa ainda, eu acabava de escutar aqui que pode ser feita, em termos de decreto legislativo ou que pode ser feito na justiça, tenta-se, procura-se esse caminho, mas não sei até quando as nossas autoridades locais vão continuar permitindo que Brasília faça o que está fazendo. Isso realmente é uma total falta de respeito, de bom senso. Se continuar essa loucura, não sei qual será a reação dessas pessoas. Eu escutava algumas pessoas dizendo “eu estou indo embora”. Algumas pessoas até pode ser que tenham para onde ir, mas a maioria das pessoas aqui não têm para onde ir. A grande maioria das pessoas, com certeza, terá que ficar e brigar. É aquela velha história, Senador Mozarildo – uma onça acuada no chão não tem dois caminhos, ou ela briga, ou ela vai ser vítima, ou ela vai ser presa, fácilímo.

Então, acho que o caminho é esse; acho que não adianta correr; acho que se tem realmente que reordenar, reorganizar, juntar novamente as forças que restam e se fazer alguma coisa. É isso que penso.

Deputado Almir, eu queria lhe fazer uma sugestão. Sei a força que a Federação da Agricultura tem. Inclusive acho que o senhor poderia liderar a Federação de Agricultura do Estado de Roraima, poderia liderar esse trabalho de aglutinação das federações da Amazônia, porque tenho absoluta certeza de que elas participarão, de que elas não faltarão, porque, naquele trabalho que foi feito aqui, não senti firmeza da direção nacional. Sincera e honestamente. Acho que seria a

questão de a Federação de Agricultura do Estado de Roraima liderar e começar fazer um trabalho paralelo diretamente com as federações da Amazônia.

Tenho absoluta certeza de que o problema é o mesmo para todos. Talvez, aí, comece a surgir algum resultado. Naquela reunião, eu não senti nenhuma firmeza, não senti nada de funcional, nada de prático, nada que se encaminhasse pra alguma coisa palpável.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer o registro da presença de dois consultores do Senado Federal, Dr. Tarcísio e Dr. Fabiano, que, portanto, estão assessorando tecnicamente esta Comissão. Gostaria que eles se levantassem para que todos pudessem identificá-los.

A nossa secretária da Comissão é a Dr^a Dulcília Ramos, e o Dr. Rosber é assessor direto da Presidência da Comissão.

Gostaria de chamar agora, para falar, segundo as palavras dele, em nome da Sodiur, da Alidcir e da Arikon, o Dr. Waldemar, que é o advogado das entidades.

Dr. Waldemar, com a palavra.

O SR. WALDEMAR – Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Presidente do Movimento Pró-Roraima, Presidente da Fecor, prezados agricultores e indígenas presentes, efetivamente, estou na condição de procurador de quatro organizações indígenas. Solicitaram que eu manifestasse nesta tribuna seu pensamento, sua preocupação, o momento dramático que todas essas comunidades estão vivendo hoje, especialmente em razão do processo de demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

Essas comunidades indígenas, bem antes da Portaria nº 534, homologada pelo Presidente da República, tomaram a iniciativa inteligente de proporem uma ação judicial, uma ação civil pública, por meio da qual essas organizações indígenas solicitam a demarcação judicial da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Essa ação está em tramitação na Justiça Federal, na 1ª Vara aqui em Boa Vista, e não foi afetada pelas decisões do Supremo Tribunal Federal, conseqüentemente encontra-se hígida, andando. E está com o seu pedido de liminar, segundo despacho proferido pelo Juiz Helder Girão, submetido a sua apreciação, após ter ele concedido à AGU 72 horas de prazo para se manifestar a respeito da liminar e do pedido de antecipação de tutela.

Nessa ação judicial, os indígenas solicitam que a demarcação seja feita por meio de procedimento judicial em que serão examinadas todas as questões

que envolvem essa demarcação e respeitados todos os direitos de terceiros que, eventualmente, estejam dentro da área. Eles têm consciência de que essa forma administrativa de realizar a demarcação não chegará ao fim jamais porque todos que aqui ouvi falar hoje estão preparando ações judiciais para serem aforadas no sentido de contestar essa demarcação.

Se, efetivamente, é intenção do Governo, por meio da demarcação, contemplar e proteger direito dos indígenas, esse terá que adotar um procedimento mais adequado, mais liso, mais limpo e não fundamentar a sua pretensão em laudos antropológicos, cuja falsificação já foi flagrada por perícia judicial realizada na Seção da Justiça Federal de Roraima.

Diz-se que os indígenas pretendem o direito – que têm – de ser defendidos por eles próprios, segundo o que lhes garante o art. 232 da Constituição Federal. Então não é aventura jurídica o que esses indígenas estão fazendo, nem estão jogando para a torcida; não têm nenhum interesse senão aquele de, efetivamente, buscar uma demarcação judicial para que se tenha o respeito ao direito consagrado aos indígenas pelo próprio art. 231 da Constituição Federal.

Essa ação, ainda quando entrevistado há poucos dias pela imprensa local, sobre qual seria a minha perspectiva a respeito da ação, eu disse que a perspectiva é positiva porque ninguém melhor do que o próprio juiz federal que está presidindo esse processo sabe que aqueles instrumentos que abaldraram a Portaria 534 não têm consistência como alicerce sólido para sustentar aquela demarcação.

Da mesma forma, Sr. Presidente, não queremos concordar com o termo que está em voga, inclusive aqui em Boa Vista, de que esses quatro federais foram seqüestrados. Absolutamente não. Esses quatro policiais federais foram detidos pela Maloca Flechal, pelo seu Tuxaua e pelos integrantes da comunidade porque se encontravam lá em flagrante delito. E a pessoa que se encontra em cometimento de flagrante delito pode, por qualquer cidadão brasileiro, ser preso em qualquer momento, em qualquer circunstância e em qualquer lugar em que esteja. Esses federais foram achincalhados lá. Exerceram arbitrariamente as próprias razões, menosprezando esses indígenas, inclusive atingindo o moral deles, querendo diminuí-los como seres humanos. Por isto foram detidos, porque não têm competência para agir dessa forma quando agem na repressão de crimes. Eles estavam oprimindo a sociedade que estava lá com vontade de gritar contra um crime que estava sendo cometido, como foi contra eles, que é a demarcação, que foi feita contrariamente aos interesses deles. Então, esses indígenas lá estavam agindo dentro da lei, sim, e não tinham

nenhuma preocupação em não agir da forma que agiram. E, além disso, esses federais, que estavam lá com duas viaturas, estavam acompanhados de índias menores, o que veio a agravar ainda mais a situação da permanência deles dentro da maloca. Então, essas são questões que devem ser deixadas claras para a comunidade de Roraima e brasileira, porque daqui a pouco esses indígenas, de vítimas, poderão ser considerados réus, quando na verdade eles eram vítimas de uma ação ilegal daqueles policiais que lá estavam. Temos documentos e fotografias de que eles estavam acompanhados dessas menores.

Portanto, não podemos concordar que se registre essa palavra na consciência da comunidade de Boa Vista, isto é, que esses indígenas seqüestraram alguém. Também foram os Indígenas traídos na negociação para a libertação dos que lá estavam detidos. Foi palavra empenhada das autoridades que com eles negociaram que eles não seriam processados pelo fato de terem lá prendido aqueles indivíduos. Entretanto, hoje, quem compulsar as folhas do jornal de maior circulação aqui, que é a **Folha de Boa Vista**, verificará ali, a ameaça, mais uma, contra esses cidadãos, dizendo que todos eles serão processados e inclusive enquadrados como formadores de quadrilha. Isso efetivamente é uma forma desleal de uma negociação. Se tivessem dito àqueles indígenas que eles seriam processados, não sei qual seria o futuro da vida das pessoas que estavam lá. Mas preferiram enganar, mais uma vez, aquela comunidade, retirar de lá os detentos e agora anunciar aos quatro ventos que esses indígenas serão processados, e inclusive têm eles os documentos, os instrumentos e as fotografias dos que participavam daquela detenção.

Vimos agora a entrega do prêmio pelo Presidente da República e entendemos a urgência, na qual ele estava interessado, em fazer essa demarcação. Na undécima hora, nem bem desceu do avião, vindo do exterior, estava preocupado em entregar o prêmio de que ele era devedor, fazer efetivamente a imolação do cordeiro para oferecer a sua deusa, Condolezza Rice, que vinha logo atrás dele para buscar aqui o grande prêmio que a Nação brasileira está dando aos governantes internacionais. Era esse, efetivamente, o seu dever e a sua obrigação, que ficou patente. Ou – quem sabe? – alguém está se enganando com isso? Não, efetivamente foi pagar uma promessa, com a imolação do cordeiro, que se chama Raposa Serra do Sol.

Pois bem, também acredito que não podemos comungar com o fato de deixar as coisas a nível doméstico. Por isso é importante a vinda dessa comissão. Temos de fazer eco. Não adianta nos iludirmos porque não temos uma bancada expressiva, não expressiva

em valores, porque os nossos Deputados são, sim, de muito valor, são galhardos, mas em quantidade para mobilizar trezentos ou quatrocentos votos de que precisamos para essa investida política, que é o decreto legislativo. Há necessidade de mobilização, sim, em âmbito nacional, para que consigamos dar-lhe luminosidade. Estive no Rio Grande do Sul, de onde acabo de retornar. Lá ninguém sabe o que está acontecendo aqui. Somos muito pequenos, somos a pulga perante o elefante. Precisamos dar uma dimensão maior. E a proposta que faço é a realização em Brasília, porque lá é o centro nervoso de todos os acontecimentos, de um seminário, daqui a sessenta dias, para, durante três, quatro dias a fio, discutirmos não a demarcação da Raposa Serra do Sol, mas a demarcação de áreas indígenas em todo o Brasil, porque há questões e problemas semelhantes ao nosso em todos os rincões do País. Teríamos facilidade, acredito, de mobilizar a Nação, no sentido de começar por aí, por meio dos decretos legislativos, a derrubar essas medidas casuísticas tomadas pelo nosso Ministro da Justiça.

Então era isso, Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, que nós queríamos deixar como proposta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria dizer que, apesar de o Dr. Waldemar estar representando legal e legitimamente essa três entidades que citei, se qualquer outra liderança indígena aqui presente – é muito importante para nós a presença dos indígenas – quiser usar da palavra, peço que se levante.

Jonas, vamos lá, Jonas Marcolino. (Pausa.)

Além do Jonas, qualquer outro que queira falar pode fazê-lo.

O SR. JONAS MARCOLINO – Muito bem, Sr. Senador Mozarildo, senhores que estão nos ouvindo, nós já ouvimos a colocação do Dr. Waldemar dizendo que, realmente, a gente foi enganado. O que nós propomos, na verdade... Não estávamos negociando, no nosso entendimento não estávamos negociando a retirada deles. Inclusive, o José Novaes disse para eleS – “Olha, vocês querem...” Porque eles chegaram dizendo – “Rapaz, estamos aqui para discutir um projeto anterior que a gente tinha. Já foi criada uma comissão e tal e tal e tal”. Quando eu fui me pronunciar, eu disse a eleS – “Eu gostaria realmente que não tivesse nenhum policial lá para a gente falar a respeito de toda as nossas idéias. Inclusive, eu tenho nossos documentos e não sei onde erramos em apresentar não aquilo que a gente apresentou hoje, aqui e agora, mas o que a gente vem discutindo há dez anos. São propostas nossas, antigas, e acredito que nós vamos

defender isso enquanto não concretizados, porque nós sabemos que realmente nada disso... Nós só estamos começando uma batalha". E eles disseram: "Não, nós gostaríamos de ter esses policiais". José Novaes disse: "Se vocês vieram buscar os policiais, então peguem os policiais de vocês logo e vão buscar lá. Nós não vamos trazê-los, não. Nós não vamos trazê-los. Nós não vamos trazer esses policiais. Então peguem eles e levem". O José Novaes deu uns gritos bem altos com eles e... Porque nós não gostaríamos de trocar policial com qualquer coisa. E realmente, eu, no meu entendimento, eu não gostaria de trocar nenhum policial ou nenhuma pessoa em troca de qualquer coisa.

O nosso pensamento em relação – e eu não conversei como Dr. Valdemar a respeito do documento, a respeito da proposta –, mas na nossa proposta propomos a eles que deve ser efetivado, inclusive a exclusão das vilas, excluir das áreas indígenas, áreas de produção, é construir a hidrelétrica do Cotingo, é conceder bolsa de estudo para pessoas que graduem nas universidades, é fazer convênios com a Funasa, é desenvolver o setor produtivo. Enfim, não sei onde falhamos. Eu sei que isso a gente sabe que eles estão nos enganando. Não é? Por que o Ministro não esteve aqui? Por que o Ministro não quis discutir? Nós discutimos tudo isso com eles. Mas nosso projeto, nossa proposta, realmente não sei se já chegou ao conhecimento dos Srs, mas, se erramos, realmente foi... Nós erramos, eu acredito, eu falei um pouco no Flexal, disse para eleS – "Olha, nós estamos aqui com uma proposta que é cem por cento nossa, é cem por cento da nossa vontade". Agora, se alguém pergunta – "Vocês assinam embaixo?" Não, nós não vamos assinar embaixo. Eu tenho certeza absoluta de que nenhum de nós assinou. Essas propostas aqui são nossas. Não, não poderíamos... Eu assinei essa proposta aqui não garantindo que tudo isso seria concretizado, não. Eu assinei de última hora e ninguém mais assinou. Porque nós elaboramos e discutimos isso.

Mas, realmente, nós mostramos, no início, aqui, dizendo o seguinte: "Nós, populações indígenas, sentindo-nos profundamente prejudicados pela homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, de acordo com a Portaria nº 534, de 13/04/2005, que nos submete a um processo de regressão erradicando todas as chances de desenvolvermo-nos sociocultural, política, ambiental e economicamente, considerando que não permite a presença de autoridades estaduais e municipais, os únicos que prestam assistência social nas áreas indígenas em todos os aspectos, considerando o histórico do Governo Federal em submeter as comunidades indígenas num País à uma política indigenista de abandono em setores essenciais, o que tem provocado

morte de crianças, de indígenas por desnutrição. Nós, indígenas, não permitindo tal imposição do Presidente da República, vimos às autoridades propor..."

Temos aqui as nossas propostas. Não mostramos para eles, em nenhum momento, que estávamos satisfeitos com a Portaria. Nós não mostramos a ninguém que estamos satisfeitos. As pessoas pensam que recebemos algo em troca disso. Eu ficaria com a minha consciência pesada se recebesse um centavo em troca para dizer que não estou satisfeito ou propor isso aqui.

Quero dizer que, realmente – o Dr. Waldemar disse aqui –, fomos enganados, mas nós acreditamos... Este Governo passa. Eu acredito que vá acabar, mas temos as nossas propostas, a nossa vontade de construir esse Estado junto com nossos compatriotas, por isso estamos aqui. Creio que, se tivesse feito qualquer coisa, eu teria medo de dizer o que fiz, teria vergonha de dizer, mas a nossa batalha realmente é esta – não acreditamos. Se Lula não realizar isso, não estamos interessados que ele realize. O importante é que o mundo inteiro saiba que não estamos contentes com essa homologação e que as nossas propostas sejam concretizadas. Se no Governo do Presidente, não interessa. O importante é o mundo que nós queremos construir, esse estado, um Estado promissor, aquele Estado onde realmente todos tenham a cidadania, todos tenham o direito contido na nossa Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero registrar, e se faltar algum mais aqui, quero que me corrijam e até falem, para que fique registrado na Comissão. Está representada a Sodiur pelo José Novais, Presidente; pelo Abel, vice-Presidente; o Amazonas, que é o Presidente da Nova Vida, que são lideranças indígenas; Jonas, da Sodiur, que já falou; o Genival, que é Vereador da Pacaraima e de Tuxaua do Contão, o Altevir, do Flechal. Mais alguém que eu não tenha mencionado? Mais algum indígena que eu não tenha citado? O Gilberto está presente, mas não está presente. Vou registrar, só para dizer que está, Gilberto, não quer dizer outra coisa não.

O importante vou repetir: se algum outro indígena quiser falar, concederei a palavra. (Pausa.)

Então, pode falar o nosso amigo José Novais.

O SR. JOSÉ NOVAIS – Meu boa-tarde, Senadores, Deputado Federal, é com muita satisfação que estamos agora, mais uma vez, nesta história tão angustiante da nossa vida. Na verdade, em certos momentos, a gente vê a situação, como disse o nosso amigo do Sul do Estado, com quem estivemos há poucos dias, em Brasília, na Câmara Federal, onde indígena do sul da Bahia apontava em direção dos Deputados Fede-

rais, dizendo que eles não moviam uma palha para os povos indígenas, nem o Governo do Estado, inclusive o Deputado Rodolfo estava presente. Enfim o Estado, hoje, sofre por uma questão de área, como disse.

Não sei quando acaba essa fábrica de homologação de terras indígenas – eu sou índio, mas eu vou falar, porque é um absurdo –, que não é do índio, vimos dizendo e sempre defendemos. E também que a nossa vida, integrada à sociedade, nunca vai mudar, e o Governo Federal entende que tem que segregar o nosso povo deste povo que hoje se encontra.

Sempre defendemos, nunca vamos mudar o nosso discurso, que aqui se encontra. Inclusive colocamos uma nota em que defendemos todas as vilas, porque entendemos que nas vilas é onde vendemos os nossos produtos e onde compramos os produtos manufaturados.

Entendemos que, hoje, válida a implementação de tecnologia para os rizicultores que se encontram dentro da nossa área. A área é de todos. Há área para todos trabalharem e desenvolverem as suas atividades.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, sempre defendi também que, muitas vezes, fomos somente chamados a partir do momento em que há aflição. Estive vendo um dia desses o Senador Siba Machado, do Acre. Quando ele estava falando, havia pessoas lá no alto aplaudindo – “É isso mesmo, Senador!”. São pessoas que nem conhecem Roraima. Eles conhecem sequer o nosso convívio aqui dentro.

Precisamos estar juntos não somente nos momentos de aflição, mas também nos bons momentos, porque, em certos momentos de decisão, não podemos também arrancar os aplausos, pois são momentos difíceis, como era o caso do povo do Flechal. Fomos lá e estivemos junto com eles.

Os tuxauas, eles entenderam que, naquele momento, todos eles não iriam entregar aquelas pessoas que ali estavam detidas para ninguém, a não ser que ele viesse entregar. Disse que isso deveria ficar a critério deles. Essa decisão foi tomada pelos tuxauas que ali se encontravam.

Então, quero deixar isso muito claro e dizer, mais uma vez, que estamos viabilizando meios com os senhores e com todos os nossos compatriotas do Estado de Roraima, para que tenhamos uma história boa e feliz lá na frente.

Acredito nos Parlamentares, Senadores. Deputados Federais e demais autoridades que estão ali no dia-a-dia do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Gostaria de convidar o nosso amigo Paulo Cé-

sar Quartieiro para se pronunciar como produtor, já ele não quis participar da Mesa como Prefeito.

O SR. PAULO CÉSAR QUARTIEIRO – Boa Tarde! Gostaria de cumprimentar os representantes do Senado, que, mais uma vez, vêm aqui nos ajudar, as autoridades e o público em geral. As pessoas já falaram até com mais competência do que eu. Só gostaria de dizer algo que não foi dito, no sentido de que já estão anunciando o final da resistência. Acabou a novela Raposa Serra do Sol. Vamos preparar-nos para a próxima novela, não é?

Acredito que não. O rapaz estava perguntando-me há pouco o que iria acontecer. Não sei o que vai acontecer, mas os problemas que existem continuam aí. Não foi tomada nenhuma atitude do Governo seja Federal, seja de outra esfera de Governo, para solucionar esse problema. Simplesmente, ele se acomodou, mas o problema está aí latente.

A nossa população não aceita essa demarcação do jeito que é feita, com exceção de alguns que têm interesses próprios. Esse problema pode adormecer um pouquinho, mas vai tornar a aparecer, até com mais candentes, porque toda a manifestação atinge um certo acima da sua radicalização. Não sei quais as consequências que vão advir disso.

Evidentemente, ninguém está propondo qualquer coisa aqui, até inclusive temos consciência de que não podemos expor a nossa população a aventuras, mas a situação a que é induzida a população não vai satisfazer ninguém. Isso vai revoltar todo mundo.

Também ouvi falar muito aqui de pressões internacionais, não sei o quê, do nosso Foundation não sei de onde, mas o que sinto realmente é que nunca tivemos competência para nos defender. Quem é fraco, naturalmente, o forte agride. A fortaleza não vem de números, de força, mas convicção e firmeza. Se fosse assim, Davi não teria derrotado Golias. Quando se vai a uma disputa, não se medem as forças, mas a necessidade e a convicção das nossas posições.

Acredito que a nossa luta é justa. Estamos imbuídos, além do nosso interesse material – evidentemente, todos têm interesse –, do sentimento de representantes da presença brasileira no extremo norte.

Perdeu-se aqui uma grande oportunidade. A História ensina que o sucesso e o fracasso têm causas. Ao analisarmos, por exemplo, o PIB de Roraima hoje, constatamos que é o pior da Federação. Perdemos para o Amapá, para os adoradores de árvores do Acre, que tem área geográfica muito menor que a nossa. A nossa situação de Roraima é realmente desconfortável, ridícula e vergonhosa.

A sociedade perdeu uma oportunidade muito grande no momento em que nós, com nossa dificul-

dade e pequenez, conseguimos colocar esse assunto na mídia, graças aos nossos colegas – digo brasileiros – da imprensa. A população se mobilizou. Mas, infelizmente, é como a história do cavalo que veio, pastou, ninguém montou e ele foi embora.

Se nosso mandatário maior tivesse tido o desprendimento de assumir essa bandeira e essa liderança, talvez tivéssemos tido outra história. Nessa oportunidade, a liderança tem de ser exercida. Falaram que temos de levar isso em conhecimento. Acontece que nós, população, demos uma procuração ao Governo do Estado para tratar desses assuntos. Se estamos tratando diretamente, estamos pulando, hierarquicamente, uma posição, que é a do nosso Governador. Infelizmente, o Governador adotou outra atitude. Creio que ele ainda não descobriu a importância do cargo que ocupa. Esperamos que ele redefina essa política porque, realmente, perdeu-se uma grande oportunidade.

Tínhamos uma sociedade unida. Nosso assunto estava candente na imprensa. A razão está do nosso lado. Poderia, de repente, haver um movimento que seria talvez a independência de Roraima não do Brasil, mas como ente federativo. Falam que ninguém considera Roraima. Mas ninguém considera o fraco, ninguém considera quem não sabe se expressar, ninguém considera quem não sabe reivindicar seu direito. Evidentemente, se persistirmos nesse caminho, nunca chegaremos a lugar nenhum. Aí se explica por que, de repente, Rondônia progride, por que Tocantins, criado na mesma época nossa, progride e por que Roraima só vai para trás. Falhamos como sociedade.

A sucessão de erros talvez nos leve a uma situação. Na minha opinião, entendo que estamos hoje melhores que ontem. Em Roraima, acabou-se o baile de máscaras no qual as pessoas colocavam máscaras, iam ao baile, falavam o que lhes convinha e, depois, em outros campos, tiravam a máscara e mostravam a verdadeira face. Hoje, aqui, em Roraima, sabemos realmente quem tem compromisso com essa terra. Hoje, nós temos condições de reunir realmente quem está preocupado com a situação da nossa população. Sabemos quem são aquelas pessoas que estão aqui ganhando um dinheiro para aplicar fora, que estão vindo aqui para melhorar a aposentadoria, que não têm compromisso.

Nossa luta está boa. Daqui a um ano e pouco, haverá eleições gerais, e teremos oportunidade. Se fosse problema localizado de Roraima, tudo bem! Não há relação. Mas o problema de Roraima se repete no Pará, em Rondônia, no Mato Grosso, que é o cerceamento de quem quer produzir, quem quer reafirmar a presença brasileira por meio da produção de riquezas para a sociedade.

Hoje, nossa luta está melhor. Conseguimos realmente identificar quem nos apóia e quem não nos apóia, quem não nos apóia.

E faço um apelo a nosso Governador. Ele chegou aqui, nos deu tanta esperança, saímos de um Governo meio atrapalhado, e ele veio com aquela aura de otimismo, mas naquele tom mesmo. Que ele se invista da dignidade do cargo, a dignidade que ele, institucionalmente, constitucionalmente falando, tem o mesmo porte jurídico que o Governador de São Paulo. O problema de sermos um Estado pequeno, isso é uma coisa eventual. Nosso Estado vai ser grande, sim, Senador. Vai ser grande, sim. E, estrategicamente, hoje é o Estado talvez mais importante do País, é a presença brasileira aqui no Hemisfério Norte, a influência política, a diplomacia brasileira neste setor do Hemisfério Norte, como disse anteriormente. Então, não podemos nos apeguar, a luta continua.

Agradecemos os Senadores por estarem aqui. Realmente, acho que é uma esperança, outra vez. Já estiveram aqui novamente. Gostaria de corrigir também, pois falamos muitas vezes, criticamos, talvez até com um pouco de ênfase, o Governo, mas não é assim. Temos que bem localizar as coisas – é o Executivo. O Legislativo, graças a Deus, tem nos acompanhado, tem se mostrado firme conosco. Há exceções. Em todo rebanho há a ovelha negra, não é? Mas, basicamente, quase todos aqui têm nos apoiado, a Justiça tem dado razão a nós em nossas demandas. Então, realmente, o que está tentando prejudicar este Estado é um grupo, um grupo que aí está, que daqui a um ano e pouco vai ser colocado novamente sob julgamento popular, e é um grupo que diz que foi eleito pelo povo, mas que sofre influências externas, que não sei quantos votos tiveram essas ONGs para exercerem tanto poder. Então, nossa luta é justa. Estamos lutando realmente por uma democracia no País, pelo desenvolvimento dos Estados. E o Estado de Roraima tem que sair da posição vergonhosa de pior PIB e de termos o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É por aí, não é? Isso se faz construindo com trabalho, com produção, utilizando nossos recursos naturais de maneira inteligente a partir de nosso objetivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora o empresário Célio Fonseca, que representa a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.

O SR. CÉLIO FONSECA – Boa tarde, Senadores Mozarildo Cavalcanti, Wirlande da Luz e Augusto Botelho e Deputado Rodolfo Pereira, companheiros do Sistema Fecomércio, Faci, Dias Iderval, companheiros, em Roraima convivo com esse tema desde o final da

década de 70, desde quando Alcidinhos e Mozarildo eram candidatos, em uma luta aguerrida contra o arbítrio de então. E nunca vi, apesar dos percalços ocorridos agora, uma Bancada Federal tão na ativa, tão legítima como a que temos hoje. Temos um momento histórico importante e que deve ser aproveitado ao máximo. Fala-se muito em Raposa Serra do Sol. Vejo isso como a ponta de um *iceberg*. Vimos já a história ianomâmi. E quando se fala em Raposa Serra do Sol, temos os indígenas das etnias macuxi e uapixana em um nível de aculturação oposto aos indígenas da etnia ianomâmi, e esquecemos, o mundo não consegue enxergar, a etnia ingaricó, que está em um estágio intermediário. E sugiro aos nobres Senadores que mantenham contato com a liderança ingaricó. Creio que ela servirá como um contraponto para mostrar que Raposa Serra do Sol não é uma área única. Raposa Serra do Sol não é uma área homogênea nem entre os semelhantes que ali estão. É uma área diversa. E sugiro até que a Comissão Externa do Senado Federal visite a Serra do Sol – Manalai e Caramambatai –, são 1.500 seres iguais a nós que habitam cinco aldeias. Salvo engano, esse número de 1.500 indígenas, aproximadamente, que precisam ser ouvidos também e que querem a delimitação da área ingaricó dentro da área Raposa Serra do Sol, proposta que a Sodiur endossa, proposta que a Sodiur também defende, respeitando aqueles outros irmãos, como os componentes da Sodiur, Alidicir e Arikon querem ser respeitados também.

Para não me alongar, essa é a sugestão pontual, ouvir e visitar também os ingaricós, que têm uma situação toda diferente e que emprestam o nome a essa área da Raposa-Serra do Sol.

Muito obrigado. Sucesso na missão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora o nosso amigo Derval Furtado, Presidente da Facir, para fazer uso da palavra.

O SR. Derval Furtado – Boa-tarde a todos os companheiros, Senador Mozarildo, Senador Wirlande, Senador Augusto, Deputado Rodolpho, Presidente da Casa, Aírton Dias, meus companheiros do Pró-Roraima, Prefeito Paulo César, aqui presente, o Vereador Líder da Bancada da Prefeitura em Pacaraima, meu companheiro Genival.

Companheiros, acredito ser muito importante que façamos as nossas exposições a esta Comissão. É importantíssimo. O Paulo já relatou há pouco e acredito que ele, que tem uma visão política, empresarial – e também político-partidária em que ele entrou – é muito importante para que tenhamos essa visão.

O Comércio de Roraima volta ao que era antes. Nós agora vamos chegar perto do contracheque, vamos chegar perto – Senador Mozarildo, Presidente

da Comissão – ao contracheque novamente, se realmente nosso cinturão da produção do arroz, o cinturão da produção de carne no Sul do Estado e o cinturão hortifrutigranjeiro, principalmente aqui no Passarão e também em Perece, que ali também tem uma demanda da Funai, segundo temos registro.

Sabemos que, lá no sul do Estado, descendo o rio Branco, à esquerda, também já estão trabalhando – a própria Funai e o Ministério da Justiça, Senador – em aumentar a área dos waimiris-atroaris, a partir da reserva florestal, que termina ali, pela boca do Anauá, para baixo, à esquerda de quem desce. Para o lado direito, ninguém tem mais anuência nenhuma, estamos sem aquele pedaço até o Catrimani e depois são áreas ambientais. Portanto, as populações ribeirinhas que sobem o rio Branco, à direita – e que estão ali há mais de 50 anos – terão que também sair dali, deixar seu pedaço de terra.

Voltando para o comércio e para a indústria. A nossa indústria acabou; quanto à madeira, ninguém mais pode tirar um pedaço de pau de madeira de lenha para poder produzir e para exportar. Os nossos companheiros, os madeireiros, estão cada um com seu processo criminal na Justiça Federal, Senador. Temos também os processos administrativos, que são muitas homéricas, o pessoal não tem moeda corrente para pagá-las. Já se tentou com o Ibama alguma negociação, é um absurdo. O presidente da Fundação do Meio Ambiente do Estado, Daniel, acredito que ele possa até se manifestar e fazer um histórico disso para esta Comissão.

Temos a questão dos grãos, na mesma situação e, agora, o nosso cinturão do arroz, que está agregando, que está movimentando o comércio aqui no Estado, apoiando o Amazonas, apoiando Belém e alguns Estados do Norte. Digo para o Faccio, que preside a Associação dos Arrozeiros, que o comércio sem o arroz produzido aqui vai ficar muito difícil e a população vai pagar muito caro. Quero ver quem vai se responsabilizar por isso, se vão fazer outro Cruzado e mandar novamente os policiais federais adentrarem nossas lojas armados para pegar os tubarões dos aumentos de preço. Isso nunca deu certo, foi uma tristeza absurda.

Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores Membros da Comissão, começo dizendo que estamos “*a la vontê*” novamente do Governo Federal, que fez de Roraima um grande laboratório das suas experiências. O pior de tudo é que não há nenhum cientista deles no Estado tentando manipular-nos. O fato mais absurdo ainda é que eles nos manipulam lá de fora, porque não há na região roraimenses ver-

dadeiros e de coração que lutem por este pedaço de Pátria do nosso Brasil.

Eu gostaria de dizer que há uma preocupação do comércio de Roraima, de todos os Municípios, especialmente da capital, vexatoriamente alargado num preceito sem precedentes, porque precisamos manter o Estado. A arrecadação, até a virada do ano, era de R\$12 milhões. A previsão do fisco estadual era aumentar em torno de 3%, 3,5%. Sendo assim, estão tentando promover um aumento para chegar a aproximadamente R\$16 milhões, R\$18 milhões. Considero muito difícil aumentar dessa forma a arrecadação do Governo do fisco estadual.

Por conseguinte, o que ainda nos preocupa, Sr. Presidente, é a arrecadação do fisco federal nessas áreas que estão sendo desativadas pela população. A maioria dessa população que vive especialmente de Pacaraima paga Imposto de Renda e recolhe Cofins, impostos estaduais e impostos municipais. O pior de tudo é que o Governo Federal está pegando a sua parte desses impostos, Senador Mozarildo Cavalcanti, e está tirando dele próprio a arrecadação de um lugar que fica no extremo norte do Brasil e que ele não releva como ocupação de fronteira dessa população. Pelo contrário, o Governo marginaliza principalmente o produtor, o comerciante, o industrial e a área de serviço. É preciso registrar a sobrevivência da nossa incipiente economia. Não temos mais condições de arcar com essa carga tributária absurda, que é modelo para o Sul do País e que nos tentam impor. Deveríamos ser pagos para trabalhar nessa região.

Lembro que estivemos novamente rodando o Brasil, tentando sensibilizar as maiores autoridades do País, como o Vice-Presidente da República e o Ministro da Defesa. Estivemos lá, fizemos uma exposição e colocamos um mapa na frente de S. Ex^a, que é empresário e também comerciante, a fim de sensibilizá-lo para a nossa situação socioeconômica e até estratégica. Resultado – acredito que não tivemos muita sorte. Apesar de sabermos que seria muito difícil, não custava nada tentar. Nesse sentido, a Comissão vem ao Estado para fazer esse registro e conhecer os nossos anseios neste momento de tristeza, desespero e apatia, de certa forma.

Companheiros, não nos deixemos abater pela apatia. Vamos trabalhar. Vamos continuar lutando, com pé no chão e conforme a lei. No meu entender, registre-se, Srs. Senadores desta Comissão, não foi praticado nenhum ato ilegal, inconstitucional, nem mesmo o protesto dos companheiros índios na maloca do Flechal. Não foi inconstitucional. Inconstitucional é o que MST, apoiado pelo Governo Federal, está fazendo hoje no Brasil. Isso é ilegal. Vejam bem. Os integran-

tes do MST, armados de foice, de facão, entram nas fazendas, nas propriedades das pessoas que vivem centenariamente naquela terra, mas os proprietários da terra que têm uma arma em casa para se protegerem são processados, presos, sem direito a fiança. Essa é a verdade. Hoje em dia, é a isso que se presta o estado de ofício, Senador Mozarildo Cavalcanti. Esta é a nossa preocupação – que leve ao Senado Federal, principalmente ao Senador Renan Calheiros – que não é amigo de Roraima, porque já é a segunda vez em que ele concorda, pelo que há de registro oficial, com essa absurdez –, mas que leve o nosso apelo e as nossas preocupações de Roraima. Da parte do comércio, acredito que o Sr. Dias se some conosco. É a nossa parte sindical, a liderança sindical do Estado quanto ao comércio.

Tenho que me ausentar, Sr. Senador, pois tenho uma reunião, agora, no Gabinete da Vice-Governadoria. Estamos também fazendo um trabalho em nível de Governo Federal e devemos, amanhã, ir para lá. Alguns companheiros sabem do nosso trabalho com o Itamaraty, tentando lidar com as alternativas das áreas de livre comércio, que também não foram implantadas justamente por falta de interesse – nosso também.

Enfatizo que a culpa é nossa, genericamente, a respeito da nossa situação atual. Só viemos juntar-nos um ano atrás. E continuo persistindo, Sr. Senador, nesse conagração das lideranças – índios e não-índios –, a fim de que possamos levar às autoridades essa necessidade. Não adianta reclamar um dia ou dois. Vamo-nos juntar e tentar chegar a um entendimento, porque os adversários querem o nosso esfacelamento, a separação, ou seja, que enfraqueçamos. É assim a estratégia.

Noutro dia, para finalizar, eu estava na Comissão de Defesa Nacional – não é, Senador Augusto Botelho? Fiquei pasmo e boquiaberto quando ouvi as explicações da maioria dos Senadores que estavam ali. Em determinado momento, o Senador Augusto fez um aparte e expôs a situação de Roraima e da Amazônia no seu devido lugar – não detalharei o assunto, porque encomprida muito a conversa. Fiquei pasmo, porque eles estavam discutindo a soberania nacional e a Amazônia, que estava sendo vendida. O que foi concretizado lá, rapidamente, chegou a aparecer. Vi o Senado, aquela Comissão, baixar a cabeça para uma ex-Embaixadora do Estado Norte-Americano no Brasil.

V. Ex^a lembra-se, Sr. Senador, que, quando ela chegou, os trabalhos pararam para que fossem cumprimentá-la? Era uma ex-Senadora, não tendo sido convidada a comparecer ali. Foi apenas uma visita de passagem, pelo que entendi. Não foi assim, Senador Augusto?

Que tristeza! Uma ex-Senadora! Estava-se discutindo a internacionalização da Amazônia no Senado, numa Comissão muito lotada. Dessa forma, verifiquei como estão a nossa política brasileira e os representantes – genericamente, Srs. Senadores – do Brasil perante a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer. Estou muito grato a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Como o Sr. Derval terá que se retirar, convido o amigo Faccio para assumir a coordenação dos trabalhos pelo Movimento Pró-Roraima.

Ao mesmo tempo, concedo a palavra ao Deputado Rodolfo para suas explanações.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti, em nome da Comissão do Senado, e os demais Senadores Wirlande da Luz e Augusto Botelho. Saúdo também os Srs. Aírton Dias e Derval, os companheiros índios e produtores de Roraima.

Foram muitas vezes em que participamos desse processo. Quase tudo o que faço já foi falado e exposto aqui. Mas, hoje, considero o conflito em Roraima o da pobreza e da desorganização, que leva ao enfraquecimento do nosso Estado. Se estamos apanhando do Governo é porque somos pobres, Sr. Senador.

Trabalhamos hoje com o agronegócio, que está descontente com o Governo Federal, a agricultura familiar e indígena, o meio ambiente racional e a segurança nacional. Todos nós pensamos da mesma forma e todos nós estamos descontentes com a política nacional, mas somos fracos. Juntando todos nós, não servimos de quase nada quando falamos lá fora. Ainda quando juntamos os três Senadores, os oito Deputados e o Governador, também ficamos sem voz nenhuma lá fora. Isso ocorre porque somos realmente fracos.

Hoje assisti no Canal do Boi a um programa que mostrava o Mato Grosso exemplificando a nossa organização e a nossa união para a defesa da área deles. Vejam, se não estamos conseguindo resolver a nossa questão aqui, o Mato Grosso quer que haja o modelo de Roraima para combater as ingerências políticas do Governo Federal na área dele, segundo veiculado no Canal do Boi.

De uma coisa sabemos – vamos ter mais um parceiro. Vamos ter o parceiro de Rondônia, de Pará, do Rio Grande do Sul e do Paraná, que estão vivendo a mesma situação, e alguns de São Paulo.

Tínhamos na nossa mão uma televisão do Canal do Boi, e nunca havíamos usado essa mídia, que é importante. Hoje, estava por acaso assistindo ao canal e vi essa reportagem. Também vi no Canal do Poder Judiciário sendo julgada uma ação de... Como se diz?

Um mandado de segurança de um produtor que morava na região de Chucurus que dizia que havia sido atendida a questão do direito do contraditório. Tivemos três votos a nosso favor e ele ia ganhando, mas perdeu porque um dos Ministros resolveu verificar o mérito do processo e constatou que havia a assinatura de direito contraditório. Então, é bem provável que o Supremo, posteriormente, seja nosso parceiro.

Aqui em Roraima, há uma diferença na questão fundiária da Raposa Serra do Sol. É que, em todas as outras regiões de homologação, todos os índios são contra os não índios. Aqui, não. Aqui há algumas ONGs indígenas que são contra a demarcação, há produtores rurais do agronegócio que são contra a demarcação, há cidades, como Água Fria, Socó, Mutum, Vila Pereira, que são contra a demarcação. Então, temos um parceiro a mais. Na verdade, são todos contra um, diferente das outras. Ao Dr. Waldemar, que não está aqui, digo que seria bom começar a estudar isso aí. Observo neste momento a necessidade de partir em busca de uma banca de advogados que realmente tenha uma parceria muito próxima do Supremo, que conviva diariamente com o Supremo e que tenha competência para tratar da questão fundiária indígena, a fim de que possamos preparar uma defesa de fato, que possa surtir efeito.

Existem mais de dez defesas na Raposa Serra do Sol, a grande maioria das quais trazem alguns vícios, alguns defeitos que serão eliminados no início do processo de julgamento lá dentro. Não podemos aceitar essa questão. Digo a vocês, Lauro, Abel, Tevi, Amazonas, Jonas, que não podemos aceitá-la. Se o fizermos, estaremos errando. Então, não podemos aceitá-la. Só podemos aceitá-la, se nossa vida melhorar, e não vai melhorar, Genival, vai piorar. E é um fato verdadeiro o que estamos dizendo.

Qualquer cidadão neste Estado que aceite – vou citar um único exemplo – tirar o Sr. Joaquim Correa do Karacaranã, que paga imposto desde 1816, não é digno de ser brasileiro, nem de prestar para nada neste Estado. É preciso que fique claro, porque é danado que, quando uma mulher passa de biquíni, só conseguimos olhar para o biquíni e sequer olhamos para o rosto dela. Estamos olhando para a Raposa Serra do Sol, fixando-nos na questão dos arrozeiros. Ressalto que há uma centena de pessoas ali dentro que tem vida digna tanto quanto os arrozeiros, e não podemos calar-nos diante dessa questão.

Hoje a mídia enfoca o Paulo César como se fosse grande malfeitor, campeão de intriga, discórdia e proprietário de terras ilegais. O Sr. Paulo César comprou o depósito, suas fazendas de um outro fazendeiro, que comprou de um outro, que comprou de um outro. É a

quarta compra ou mais. Não sei direito a história da fazenda lá. Então, ele não é grileiro. Passou por um processo que foram colocados como muitos de nós. A minha propriedade tem quatro mil e quinhentos hectares titulados, mas tem seiscentos hectares que não titulados e isso já tem alguns anos. E, assim, quantos e quantos roraimenses estão nessa situação.

Não podemos aceitar e, aqui, acho que cabe um direito de resposta para explicar o que está acontecendo ou vamos entrar em um processo de difamação e não fica só em você, Paulo. Eu vi os índios queimando um boneco simbolizando o Senador Mozarildo Cavalcanti lá em Brasília como inimigo dos índios. Nós não somos inimigos dos indígenas. Estamos batalhando por um direito de pessoas que estão sendo usurpadas desse direito.

O Sr. Lourenço, dono da fazenda Manga Brava, pegou um avião e foi embora e disse que queria morrer em um lugar onde fosse considerado cidadão. Esses são alguns dos exemplos que estão sendo colocados e que precisam chamar a atenção. Então, dizendo com muita clareza – É preciso que nós não aceitemos essa condição. Vamos lutar na justiça, vamos lutar da melhor forma que for necessário. Em cada embate desse que temos há um grande amadurecimento.

Tenho a certeza de que hoje vocês estão mais maduros, assim como estão mais maduros aqueles trezentos e sessenta que saíram sem sequer ir ao jornal denunciar ou fazer alguma coisa porque já temos levantamento do nome de cada um deles. Eu, o Senador Augusto Botelho e o Senador Mozarildo Cavalcanti vamos colocar em uma página do principal jornal daqui e vamos procurar um jornal de fora para colocar o nome de um por um dos que foram saindo, onde estão hoje e que nenhum deles foi indenizado para, quando disserem que são oito produtores, a pessoa só vai dizer se ela tiver má-fé ou então for extremamente incompetente de não conhecer nada da história de Roraima.

Volto a citar que, nesse meio, o Sr. Joaquim Correia que tem a fazenda titulada Caracaranã, está pagando imposto da avó dele, Carminha, que passou para mãe dele, que passou para ele desde 1816. Se alguém fala que deve fazer pactuação, concordar, negociar, receber alguma coisa em troca não é cidadão brasileiro e não é digno nem de ser Governador, nem Deputado, nem Senador, a nada desse Estado. Este é o meu posicionamento.

Outra coisa daí por que falei no Mato Grosso é que essa questão é nacional. Temos que mirar num sentido. Contra quem estamos batendo? É contra o Lula? Não sei se é contra o Lula. O Henrique fez a mesma coisa. O Collor fez a mesma coisa. A diferença é que

o Collor chegou aqui de herói. São muito parecidas as questões. Contra o MST? Contra a igreja católica? Não sei. Só sei dizer que o agronegócio cambaleia, a agricultura familiar precisa imediatamente de uma assistência e é uma obrigação política nossa de fazer isso. Não é a obrigação do Paulo ou dos outros daqui. É nossa, é minha, do Governador, do Senador, do Presidente da República dar condições para que a agricultura familiar comece a produzir de fato com qualidade de vida.

Aquele exemplo da agricultura indígena da comunidade do Pontão era para estar, há alguns anos, sendo feita e a Raposa já era para estar com mais de mil hectares de mandioca e o Flechal era para estar chegando a seus duzentos hectares de feijão, mas poucas pessoas se meteram a fazer isso e acho que é uma obrigação nossa. A homologação é uma linha imaginária e, de dentro dela para fora, com os índios amigos que temos, nós a quebramos com muita facilidade.

O outro ponto é a questão da segurança nacional em que o nosso Exército ganha tão pouco, tão pouco que os que vêm para a Amazônia, não vêm por patriotismo, vem por algumas promoções. Então, é um fato verdadeiro que se põe aqui. O meio ambiente racional existe também. Ele só está massacrado pelo Marina, mas ele existe. Assistimos algumas palestras nesse sentido.

Para completar. É difícil aprender. Ou você aprende estudando, ou você aprende apanhando. No mesmo tempo em que estamos apanhando aqui na Raposa Serra do Sol, não conheço um movimento organizado na área dos fazendeiros que esteja preparado hoje para discutir a questão fundiária sabendo, se alguém tiver dúvida, que a intenção do Governo é a de registrar, de titular até só cem hectares e tomar o resto como estão tomando as nossas lá. Alguém tem dúvida disso? Cadê o movimento dos fazendeiros? Precisa estar organizado.

Nesse período dos seqüestros dos índios do Flechal, o que nos ajudou muito – já era o momento em que a gente estava parando o movimento, todo mundo lembra disso – e o Abel Barbosa, heroicamente, com a sua família e seu povo fez aquela, não um seqüestro, uma prisão para chamar atenção da mídia de quem está sufocado juntamente com o Altevir. Mesmo assim ficamos aqui sem muita ação, sem correr. Eram um ou dois heróis que se punham a dar uma ajuda, que pegavam Globalstar, para inclusive poder falar com a imprensa, a polícia correndo atrás de todo mundo. Mas não tínhamos um grupo organizado. Alguns políticos corriam para cima para poder receber alguns benefícios.

A queixa maior era a quantidade do que estava sendo pago pelos arrozeiros, porque era muito pouco.

Essa é a verdade do nosso Estado. Essa é a pura verdade. Mas por quê? Porque somos pobres. Tão pobres que o Governo se contenta com 40 milhões, com 60 milhões, com 100 milhões. Um Estado que pode produzir, por ano, alguns bilhões de dólares e de reais para o seu povo e a sua família.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nosso companheiro Bernardo Uapixana está com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só peço a palavra um pouquinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu e o Senador Mozarildo entramos na CPMI da Terra com requerimento. Também entramos na Comissão de Agricultura. Está aprovado, para vir aqui.

A CPMI da Terra é uma CPI que pode invocar qualquer membro, pode convocar, pode convidar, tem poder de polícia e poder de investigação. Deveremos aprovar esse requerimento esta semana, e já poderíamos colocar aqui, Senador, a questão do roteiro.

Ela vem tratar da questão fundiária indígena aqui. Nós queremos ver, pelo menos pela minha cabeça, não conversei com o Senador, uma audiência pública, aqui na cidade, com as diversas categorias, e uma visita à cidade de Pacaraima. Todo mundo fala, fala, mas Pacaraima é uma área homologada, com processo judicial para retirar as pessoas que estão lá. E talvez essa cidade seja o exemplo da fraude do laudo antropológico, que omitiu a cidade de Pacaraima.

Então, faria uma visita a Pacaraima e uma audiência pública aqui. Este é o meu pensamento. Se alguém tiver uma outra...

Geralmente é muito rápida a audiência de CPI, é um dia. Ela vai poder ir ao local e volta para cá. Se alguém tiver outra idéia, ela pode ser colocada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Você pode usar da palavra.

O SR. BERNARDO UAPIXANA – Boa tarde, eu sou Presidente da Associação Indígena aqui da cidade. Estou aqui porque estou contra também a demarcação. Sou contra mesmo, porque não aceito essa situação que estamos vivendo hoje em dia, agora, neste momento. Porque, se, por exemplo, tiram os fazendeiros, arrozeiros, empresários, aí como é que nós vamos ficar? Como é que nós vamos viver?

Eu digo para mim mesmo, eu sou índio, eu sou índio uapixana. Tem muitos índios que vivem aqui na cidade, então é por isso que estou muito revoltado com

a situação. Estou muito revoltado mesmo, eu não aceito. São tantas pessoas, índios, que trabalham com eles, aqui, mas no interior também. No interior, com os arrozeiros, com os fazendeiros. Realmente eu trabalhava. Mas agora parei, estou aqui na cidade.

Então é por isso que digO – como é que vai ficar? Como é que vai ficar a situação? Porque eu trabalho. Às vezes. Mas sempre falta alguma coisa para mim. Imaginem as pessoas que não trabalham, que vão ficar sem emprego. Como é que elas vão ficar?

Pois é, era isso que eu queria dizer para vocês. Agora quero convidar vocês, porque aqui, no dia 7, no sábado que vem, no sábado agora, vai haver uma grande reunião ali na nossa associação. Eu quero convidar vocês para estarem lá, porque queremos apoio, queremos ajuda, porque aqui existem muitos índios também necessitados, que estão precisando de ajuda, que precisam do apoio de cada um de vocês, está bem?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu quero agora conceder a palavra ao amigo Presidente da Associação dos Rizicultores de Roraima.

O SR. FACCIO – Srs. Senadores, é com muita satisfação que contamos com os senhores aqui, de modo especial a hora que temos um Senador nativo, inclusive mais um nativo, Dr. Wirlande. O Dr. Wirlande certamente é uma grande voz que se levantará no Congresso Nacional para defender suas raízes e seu povo.

Sabemos que os outros dois, tanto o Mozarildo quanto o Augusto, sempre tomaram suas posições, verdadeiras e fundamentais, conhecendo a realidade; o Deputado Rodolfo, que também muito estimamos, e os demais parlamentares que nos apóiam, como o Almir Sá, que voltou novamente, que eu não tinha visto que já estava aqui, que faz parte da Federação da Agricultura, que acho muito importante para nós hoje.

Falar aqui é um pouco difícil porque de fora tem pouca gente e os Senadores já conhecem nosso pensamento. Mas vamos externar agora, mais uma vez, nosso pensamento para a Comissão do Senado, que levará isso para as autoridades competentes.

É lamentável que permaneçamos numa situação dessa. Quero começar fazendo uma pergunta – A vontade de quem o Presidente Lula está fazendo? Estamos aqui com a grande maioria que representa a grande maioria dos indígenas, que deveriam ser os maiores beneficiados, e as classes produtoras que unanimemente se abalam com essas situações que o governo central está criando. O espírito de que povo o Lula está atendendo, se ele não ouve nem a classe política nem a voz da população do Estado? Sugiro aos Senadores

que mandassem o Sr. Lula tomar as providências para que a Funai permitisse que se fizesse um levantamento na Raposa Serra do Sol para ver quanta população indígena tem e ver qual é a população indígena que é a favor de uma demarcação discriminatória dessa área Raposa Serra do Sol, coisa que a Funai não permite e ele não deixa que se faça.

Se há terra para todos, e os indígenas estão aí comprovando isso... Terra para todos, não. Não há terra para todos neste Estado, porque há terra somente para os indígenas. No nosso Estado, menos de 7% da população são indígenas, mas 57% das áreas do Estado estão demarcadas. E o Governo Federal já demarcou 90% das áreas entre reservas indígenas, reservas ambientais e Exército. Então, como viverá o restante, os noventa e tanto por cento da população desse Estado?

Mas não é só isso. Srs. Senadores e Srs. Deputados, lamentamos o projeto de lei de floresta que a Senadora Ministra do Meio Ambiente está querendo impor à Amazônia, não é ao Estado de Roraima. Há mais um isolamento para o afastamento da população. Essa lei é mais perversa do que a própria demarcação da Raposa Serra do Sol.

Vontade de índios, vontade de brancos, convivência pacífica em sua grande maioria, a não ser aqueles que algumas organizações não-governamentais e, de modo especial, internacionais, como é o caso do CIR assessorado, como é o caso da ISA, que levaram alguns indígenas a fazerem cursos na Europa e nos Estados Unidos para maquinarem e para amoldarem a consciência dessas pessoas.

Quero parabenizar o espírito destes indígenas que aqui estão, estes são os verdadeiros brasileiros. Eu diria o seguinte, se não houver uma mobilização nacional, e isso acho que deverá partir do Congresso, sei lá de que maneira, porque os meios de comunicação estão comprados e estão dirigidos por ONG's, a sua grande maioria. Não se esclarece a opinião nacional do que está acontecendo ao norte do País. O povo brasileiro não sabe o que está perdendo. O povo brasileiro, inclusive no Congresso Nacional, não sabe que estão entregando a nossa Nação, é questão de soberania nacional. Acredito que os Senadores têm que fazer um apelo sim às Forças Armadas para que tomem conta desse País, para que não deixem a ditadura branca internacional se apoderar dos minérios, que esse é o verdadeiro interesse, das jazidas minerais que estão localizadas em cima do pretexto de demarcação de reservas indígenas. E os indígenas que aqui estão sabem disso. É lamentável essa nossa situação.

Covardemente dizem que meia dúzia de arroteiros é meia dúzia de instigadores que estão aí dentro,

ignoram os fazendeiros que eles tiraram por opressão daquelas áreas, ignoram os produtores e os pecuaristas que lá dentro vivem e as famílias daquelas pessoas que lá dentro vivem que dependem aqui na cidade.

Acho que a nossa sociedade se não se unir e se não conseguirmos mobilizar a opinião pública nacional, de modo especial o Congresso Nacional, para que tome uma decisão em cima dessa situação o nosso solo foi embora e a nossa sociedade, o futuro de nossos filhos a quem pertence? De que viverão?

Era isso que tinha a expor e espero que tenha expressado o pensamento dos produtores, dos arroteiros, daqueles que vivem lá dentro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero conceder agora a palavra ao... Não sei exatamente o que quer dizer Camatur... É o Ricardo Peixoto, deve ser Câmara do Turismo. É isso?

(Troca de MD. Falha na gravação.)

O SR. RICARDO PEIXOTO – ...demais integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, gostaria nesse momento de abordar dois aspectos dessa nossa fala, me reportando num primeiro momento à entidade a qual estou representando, que é a Câmara Estadual do Turismo, Câmara esta que foi criada nesse Estado, Senador, para que pudéssemos levar a todos os cantos do País e do mundo as belezas que o Estado possui para serem vistas por todos.

Recordo-me, nesse início de fala, agora há pouco conversando com um Senador em sua visita lá a Uiramucã, ele me relatava as belezas que via ao contemplar as serras aquelas fartura, aquela abundância de água, aquela beleza que salta aos olhos daquelas pessoas que visitam aquele lugar a primeira vez.

Eu quero dizer a esta Comissão, Senador, que nós, que labutamos no turismo há mais de trinta anos, quando este Governo do PT se instalou e o Presidente Lula, no tempo oportuno, resolveu criar o Ministério do Turismo, vibrávamos e aplaudíamos a iniciativa, porque víamos que o turismo para este Estado era a saída, era aquela porta onde iríamos buscar o nosso sustento, uma vez que os ambientalistas, aquelas pessoas que, com outras intenções, fechavam as nossas saídas, sob todos os pretextos. Então, víamos a saída pelo turismo, mostrar as belezas deste Estado.

Lutamos, saiu o Plano Nacional de Turismo, e o nosso Estado foi contemplado, Senador. Criou-se o turismo regional. Agora, fala-se até, a partir de 1º de junho, do Salão Nacional do Turismo, em que o nosso Estado vai estar presente. Mas a surpresa maior para todos os senhores é que o Governo Federal criou um fórum, inclusive dentro deste Estado, que é o Fórum Estadual de Turismo, que elencou e fez mostrar às

autoridades em Brasília todos os pontos interessantes deste Estado. Pasmem os senhores, membros da Comissão. O Governo Federal escolheu cinco pontos que ele chamou de pontos passíveis de comercialização, ou seja, cinco produtos que seriam objetos de exportação deste nosso Estado. Qual é a nossa surpresa agora, Senador? Dentro dos cinco pontos que o Governo Federal elencou para levar para o mundo, todos os cinco estão dentro dessa malfadada Reserva Raposa Serra do Sol. Como é que vamos mostrar – agradeço a colocação do nobre Deputado Rodolfo – para as nossas futuras gerações um Caracaranã, que mesmo aqueles que chegaram recentemente, há cinco ou dez anos, aprenderam a identificar e a reconhecer como a atração turística deste Estado? Como poderemos mostrar uma pedra pintada? Até mesmo o Baixo Rio Branco, com a pesca esportiva? Porque também, Senador, no Urariquera e no Baixo Rio Branco, está proibida a vinda de grupos para pesca esportiva. Também já proibiram.

Então, esse estado de coisas... Por isso, eu disse que queria apresentar dois pontos, o primeiro abordando esse aspecto, pela instituição que represento. Ou seja, o Estado de Roraima deverá estar representado no dia 1º de junho, na cidade de São Paulo, com um estande para mostrar cinco produtos que o Governo definiu. A mim, como vice-presidente do Fórum estadual, resta apenas uma alternativa – aparecer nesse fórum com uma tarja preta, dizendo que meus produtos não podem ser negociados, porque o Governo os proibiu. O Governo os escolheu e o Governo mesmo os proibiu de vender.

É difícil falar, Senador, porque, como parte da família Caracaranã...

Estou aqui há 35 anos. Não nasci em Roraima, mas cheguei aqui garoto – e aí me reporto à segunda fala –, sonhando alto, porque eu lembro, Senador, ainda na época, quando diziam, da famosa ditadura militar, eu, ainda garoto, colegial, escrevendo algumas palavras, coloquei e isso o tempo transformou até em melodia.

Eu era um menino que nada sabia, mas ouvia os tambores na rua e ia para os portões.

Via passar os soldados, marchando valentes, tocando o seu hino.

Espada na frente e bandeira na mão.

Eu era inocente, eu era pequeno, mas sonhava tão alto, eu ia ser um dia um soldado. Ia até ser, quem sabe um dia, um dirigente desta Nação.

Mas o tempo malvado me levou na mente. Mas meu sonho não levou. Eu me fiz um soldado e vim para essa Pátria defender a nossa fronteira. E vejo com muita tristeza, Senador, agora que eu perdi par-

te daquele meu tempo, com toda demarcação, nesse patrulhamento lá do Orinduke até Normandia, palmilhando a pé cada passo, cada ponto dessa nossa fronteira, para defender e, pasmem vocês, encontrando lá aeronaves estrangeiras, presença de estrangeiros que foram apreendido e a história do Exército está aí para contar.

Mas o que me faz reportar a essa segunda, Senador, é que eu gostaria de chamar a atenção da Comissão para mais uma enganação que esta Portaria cometeu. Nos seus considerandos, o Sr Ministro da Justiça, entre tantos que fez, diz: “Considerando que a lei Tal permite ao Exército e às autoridades Federais adentrar as áreas a qualquer tempo”, o que não é verdade. A lei mencionada refere-se à interferência, à presença das Forças Armadas e das Forças Federais, quando da iminência do perigo. Ou seja, quando realmente for constatada a “perigosidade” da presença ou a violação da segurança nacional.

Eu perguntaria e gostaria que V. Ex^a levassem ao Sr Ministro da Defesa, ao Comandante Militar da Amazônia algumas questões. Eu, Segundo Tenente do Exército, hoje comandando um pelotão de fronteira, posso exercer o meu dever constitucional de defesa dessa linha de defesa normalmente? Por que a lei mencionada na portaria não me permite. Terei de pedir permissão à Funai para exercer a defesa desse cinturão de fronteira? Como ficarão as operações das nossas Forças Armadas regulamentares nessa faixa de fronteira, Senador? Terão de pedir autorização à Funai? Isso por que, repito, a lei mencionada pelo Ministro da Justiça não autoriza em tempo de paz, sem que haja qualquer conturbação da ordem, a presença dessas forças.

Mas uma vez quero agradecer a esta Comissão por essa oportunidade de estar aqui e alertar à população – que cada um de vezes levem para casa, leve para os seus vizinhos, porque realmente o que temos escutado na mídia, Senador, é que é meia dúzia de roseiros e alguns gatos pingados de fazendeiros. São trezentos ao todo, e ainda cometem essa falha. Mas eu me reporto entre essa minoria e me encontro dentro dessa minoria. Meus familiares estão lá. Como disse muito bem o Rodolfo, desde 1816 estão recolhendo os seus tributos legais. A titulação, por exemplo, do caso ao qual me referido, ao caracanamã, sofreu ainda a anuência de um Conselho de Segurança Nacional. Era o órgão maior deste País antes de o Presidente sancionar o seu título.

Como vamos acreditar em um País? Como vamos, a partir de agora, acreditar nessas autoridades que nos falam uma coisa, que implantam hoje pela mídia uma nota, Senador, e temos certeza, na práti-

ca, que nada vai acontecer. Há uma nota que diz que ninguém será prejudicado, que ninguém sairá de suas áreas sem tenha recebido ou outra igual ou a indenização devida. Quando nós sabemos – e V. Ex^a também o sabem, bem como os outros oradores – que temos dezenas, centenas de pessoas que foram retiradas de suas áreas e até hoje não receberam. Como é que vamos falar, Senador, com o Sr. Joaquim Correia, como se referiu. S. S^a já está na sua quarta geração. Tem que deixar aquele pedaço de chão, que aprendeu a amar. Todo roraimense aprendeu a amar o Caracaranã. A partir desse *apartheid* deixou de pertencer ao povo de Roraima.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estar aqui externando os nossos pensamentos, Senador. Quero dizer que esta luta está apenas começando. Não vamos arredar pé. Não nos intimidará a presença de opressores, a presença da força. Vim de dentro da força e sei como conduzi-la. Estaremos prontos, como nossos irmãos, a quem saúdo e parabeno por sua luta. Devemos somar os nossos esforços. Falo de cada um de nós, brasileiros e roraimenses. Não podemos fazer deste ato apenas um cavalo de batalha. Venceremos. Não vamos nos intimidar.

Agradeço aos Senadores presentes. Hoje mesmo o *site* da Força Aérea dos Estados Unidos – e o fornecerei depois àqueles que quiserem – marca em solo amazônico a criação de três bases militares americanas. Revolta-me porque vim de dentro dessa força. Infelizmente, brado em alto e bom tom: não temos mais lideranças. Nossos líderes militares foram todos para suas casas. Estão em casa revoltados. Basta verificarem. Ontem mesmo no Fantástico, mais um começava a falar alguma coisa. Essa situação nos revolta, Senadores. Ontem, éramos heróis porque defendíamos nossa pátria. Vemos, hoje, os bandidos do passado, os guerrilheiros do passado, que tivemos o desprazer de combater, serem os heróis do presente. Envergonho-me de ver, como militar da reserva, nossas Forças Armadas omissas, caladas, diante de um fato tão grave que é a soberania nacional. Fico com vergonha, Senador, de ver nossos militares, nossas Forças Armadas, de joelho, clamando por 4,5% ou 20% de aumento! Panelaço de esposas de militares, é esse o tratamento que está sendo dado. Portanto me envergonha de ver aqueles que têm o direito constitucional de estar aqui conosco brigando na linha de frente, porque a Constituição determina uma faixa de fronteira, e aprendi isso, Senador, não porque a Constituição me ensinou, até porque as Forças Armadas à qual pertencia me destinavam uma faixa para percorrer, e tinha que fazer isso, que era o patrulhamento quase que diário da nossa fronteira. Hoje, não temos

comida nas Forças Armadas, nossos soldados estão sendo dispensados para almoçar em casa. É com tristeza que digo isso! Tristeza, porque é esse o vazio que amamos, é esse Estado que aprendi a amar e adotei, onde estou criando meus filhos.

Peço que levem a Brasília esse grito, e acordem aquelas autoridades, acordem os nossos líderes militares! Que surjam agora, porque ainda há tempo da implantação de bases militares dentro do nosso Território Nacional, porque, se isso ocorrer, seremos, com certeza, mais um Iraque, porque, logo, logo, estarão mandando em cada um de nós.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Desejo convidar, para falar em nome da Cooperativa Grão Norte, Sr. César Zoldan.

O SR. CÉSAR ZOLDAN – Muito boa tarde, e já boa noite, a todas as autoridades e aos produtores amigos nossos!

Gostaria de falar da intranquilidade que temos, no dia-a-dia, para trabalhar neste Estado e também dizer o quanto nos sentimos traídos por um poder central que nos deveria pagar realmente para estar produzindo aqui neste Estado, um Estado com terras boas, com tecnologia gerada pela Embrapa, com produtividades altíssimas e que poderia estar, hoje, gerando mais uma parcelinha do PIB agrícola deste País, numa entressafra nacional. E hoje estamos sem tranquilidade para produzir, porque não se sabe quando a Funai vai tomar a propriedade de cada um de nós, porque esses bravos arroteiros que estão na Raposa Serra do Sol são como soldados numa trincheira, segurando a Funai. Já temos notícias de 9 áreas que serão aumentadas e homologadas pela Funai. Onde vai ser isso? Quem é que tem coragem de investir, de tomar um financiamento em banco? Não se sabe se, amanhã, essa terra vai ser nossa! Como é que aumentamos essa área? Como é que traz mais emprego? Como é que traz mais riqueza? Como é que vamos gerar isso, sem tranquilidade, sem paz? O poder central é que deveria gerar essa paz, essa ordem que está escrita na bandeira do País. Como vamos ter progresso se não há ordem? E falo que não há ordem, porque, hoje, não temos documento de terra – os proprietários de terra em Roraima não têm documento. Se não há documento, não há financiamento de banco! Se não podemos pegar esse dinheiro que é de direito nosso para produzir, como vamos aumentar a produção, a produtividade, gerar riqueza? O Incra exige que se beneficie a terra para dar documento, mas o Ibama não deixa que se beneficie a terra, porque não temos documento. O que o Governo Federal quer? Estou vendo que deseja que seja entregue esse patrimônio nacional.

Se voltarmos um pouco em nossa história, na época do Império, quando o Governo francês ou Governo holandês queria invadir a nossa Pátria, o poder central juntava o seu exército com os índios e os não-índios residentes no local e expulsava esses cidadãos que não eram brasileiros. E hoje nós cidadãos brasileiros aqui lutando sofremos pressões desse poder central, porque estamos defendendo a soberania do País.

Faço uma pergunta aos Senadores – a quem nós, cidadãos brasileiros defensores da soberania deste País nesse rincão – um pequeno pontinho do extremo norte, acima da linha do equador –, devemos recorrer se o Exército brasileiro que aqui deveria estar defendendo a sua soberania não o está? Sabem que isso está sendo entregue, mas não agem e não se manifestam. Se a autoridade máxima deste País passa por cima de leis, passa por cima de questões jurídicas para homologar, para fazer um decreto, e se a autoridade máxima do Judiciário colaborou para isso, a quem, Senador Mozarildo Cavalcanti, devemos recorrer para exercer a cidadania nossa de defesa dessa soberania que tanto falamos?

Só vejo que resta o Legislativo, a Câmara dos Deputados e o Senado brasileiro. Nós contra o restante. Devemos ter o apoio de V. Ex^{as}, porque, senão, sumiremos junto com... Hoje estão falando de arrozeiros, mas já foram produtores de gado, já foram os garimpeiros, eles querem que no futuro sejamos nós, produtores de soja. Vêm com uma proposta de doar 150 mil hectares de terra para o Estado, terra que já é nossa. Se lembrarmos que no sul do Estado há uma ONG com 170 mil hectares de terras ocupados – V. Ex^a bem sabe disso –, querem que tenhamos 150 mil hectares para quê, se amanhã a Funai pode tomar isso? Não tem fim esse aumento de área indígena, e sabemos que os índios não querem esse tipo de política.

Este é um apelo de um cidadão brasileiro, é um apelo de um produtor que confia que ainda existem pessoas que têm a capacidade de se indignar diante disso. E faço este apelo a V. Ex^a, porque vejo, na sua história como político, essa capacidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para encerrar a parte de audiência, porque depois quero passar a palavra para os Senadores, quero ouvir o Dr. Jean Luppe, Presidente da Fundação do Meio Ambiente.

Portanto, teremos a palavra de uma pessoa experiente nessa área.

O SR. JEAN LUPPE – Senador Mozarildo Cavalcanti, fico realmente lisonjeado em poder dirigir-lhe a palavra pelo seu brilhante trabalho no Senado Federal, pelo qual todos os roraimenses lhe somos gratos;

Senador Wirlande da Luz, que está se incorporando ao grupo; Senador Augusto Botelho, batalhador no mérito nessa questão; Deputado Rodolfo, Deputado Sá, Dias, grande batalhador pela causa de Roraima e todos aqui presentes.

Ouvi hoje, eu acho que seria só fazer um breve minuto de silêncio e ouvir o que essas paredes fariam, porque essa causa vem de longo tempo, e acho que já está impregnada em todos nós e em todas as paredes, essa luta que une os índios, os brancos e todos aqueles que moram nesta terra, diferentemente do que se ouve em outros recantos do Brasil.

Estamos em uma condição singular. Em outras regiões se demarca uma terra indígena porque os índios solicitam que se demarque. Aqui se demarca uma área indígena que os índios não querem que se demarque porque não sei quem pede que se demarque.

Se alguns são favoráveis à demarcação em área contínua, são índios esclarecidos que têm consciência de suas necessidades. Se eles são contra a demarcação contínua, eles são manipulados por grupos, por fazendeiros, por arrozeiros, por outras coisas nesse sentido.

Então, parece-me que o argumento da fala está ficando praticamente inócuo. Quantas comissões passaram por aqui, quantas pessoas falaram, quantas pessoas estão sendo, digamos assim, denunciadas, porque estão falando em defesa desse Estado, da sua própria soberania? Nós falamos e não temos eco.

Penso que precisamos realmente batalhar. Não vamos parar com isso. Acho que o Estado não vai parar com isso, seu Governo, suas lideranças políticas todas vão batalhar. Este luto que hoje vestimos, que colocamos em nossos carros, é um sinal de morte, mas não do nosso espírito de luta, é um sinal de morte de uma etapa com a qual muito aprendemos. Mas é também um sinal de renascimento de uma luta mais forte, de uma união mais forte, de uma briga mais árdua, porque somos todos brasileiros em busca de uma soberania, em busca do crescimento de toda uma comunidade e em busca de um Estado promissor que orgulha o País e que seja, inclusive, uma solução para o País, porque todos sabemos que esse isolamento da nossa área aqui do Norte se faz exclusivamente pela sua grande riqueza natural e que nós “devemos”, parece que essa é a idéia, essa grande riqueza a outras Nações, que de pronto, após esse grande milagre do Papa João Paulo II, de perdoar todas as dívidas dos nossos quatro Presidentes passados e que compadecidos, glorificados, chegaram aqui no País e demarcaram mais uma reserva indígena aqui em Roraima.

Queria dizer que essa política não é isolada, faz parte de um contexto. Está aí a Portaria nº 10, do

Incra, está aí aquele projeto de lei das florestas públicas, as demarcações de áreas indígenas e assim nós vamos.

Agora, estava vendo na última **Veja** o golpe do índice de produtividade.

Se colocarmos...

(Falha na gravação.)

... do lado daqueles que sempre lutaram contra a ditadura militar.

Hoje, não se ouve mais a população, nem os seus interesses, e engessa-se o próprio Congresso Nacional, que fica impedido de legislar em função de uma quantidade enorme de medidas provisórias que são jogadas na programação e trancam a pauta, e o Congresso Nacional se vê manietado, sem capacidade de produzir leis. E acho que é por aí, Senador, que temos que trabalhar muito. A tarefa é árdua, mas temos abrir esse espaço dentro do Congresso Nacional, modificar essas leis, aprovar o decreto legislativo e por aí temos que começar a mudar a página desse País.

Com certeza, somos em poucos, estamos desorganizados ainda, mas penso que o Estado, aos poucos, vai criando consciência, e essa consciência crescerá, numa finalização, digamos assim, pela qual vamos ter orgulho de ter batalhado.

Eu gostaria de sugerir – foi bem lembrado da platéia – que o Senador requisitasse da Bandeirantes uma fita do Cabrini, parece que ele fez uma pesquisa aqui no Estado, em torno de doze horas de gravação, alguma coisa já saiu na imprensa, sobre a presença de estrangeiro tirando riquezas das áreas indígenas do Estado.

Eu queria agradecer a oportunidade. São essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Gilberto Macuxi está fazendo sinal de que quer dar uma palavrinha.

Gilberto, vamos nos limitar aos cinco minutos, porque todo mundo já está um pouco cansado, mas é um prazer ouvi-lo.

O SR. GILBERTO MACUXI – Boa noite a todos.

Quero aplaudir aqui o Maloca Flexal, o Abel, o Altevir e o Lauro Barbosa. É muito importante a Maloca tomar posição, com firmeza, mas só que soltaram e vai ser processado, isso é muito ruim, né? Então eu acho aqui que a Arikon vai apoiar as suas posições, juntamente com as organizações.

Essa luta é muito grave vai ficar mais ainda. O que temos que fazer é tomar ação, tomar posições, unir o povo, unir toda a sociedade, unir todos os Deputados e Senadores que representam Roraima, porque muitos

amigos nossos, os Deputados Federais e Estaduais, muitos são vendidos. Por isso os Deputados sempre ficaram calados, nunca responderam, nunca falaram, nunca disseram nada, nunca nos chamaram para executar um projeto. Queremos então, segurar os que já estão lá dentro, Municípios, vilas que estão lá, lutar para ficar lá. Os produtores que estão aí e os índios que estamos aqui somos aliados, portanto, vamos lutar pelo seus direitos, pelo desenvolvimento do Estado.

A gente está aí para lutar. Naquela época dos padres que foram presos, novamente foi negociado. Espero que nunca mais seja negociado assim. Esperamos segurar mais, porque a Arikon é uma posição de segurança, não para entregar. Quero dizer ao Presidente da Sodiur: segura, chama o Júlio também, se os outros estão com vontade de lutar, mas, não, se espalha, se divide. Então, a Sodiur não pode ficar assim. Tem a Alidcir, a Arikon, a Associação Municipal Indígena que está aí. Quero dizer para os empresários, porque tem gente dividindo a gente, que a Arikon é que fala por ela, e não outro fala para as pessoas.

Quero dizer para o advogado também que, quando a Arikon quer falar, fala a Alidcir, fala qualquer pessoa. Aqui não sou usado, nem o governo manda em mim, nem o Mozarildo, nem ninguém. Então, minhas palavras são minhas palavras, o que sinto.

Quero dizer para o Sodiur essa questão também que está dividindo. Não divide, trabalha com dignidade, com segurança, com opiniões, com povo e com povo indígena.

Quero dizer para o Rodolpho e para o Senador Botelho que só reconhecem a Sodiur, mas tem a Arikon, a Alidcir, que também lutam muito. Essa bandeira foi da minha pessoa desde 1985/86 quando eu brigava só com os padres. Eu lutei aqui bastante, durante muito tempo.

Então, quero dizer para os empresários para ficarem sabendo o que está acontecendo nas nossas organizações.

Só isso que quero falar. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer ao Gilberto, porque, inclusive, quando presidi a CPI das ONGs, o Gilberto e o Anísio foram lá prestar depoimento sobre essas questões, quando estávamos investigando a atuação das ONGs no Brasil.

Agora quero ouvir o Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Senhores membros da Mesa, senhores representantes das entidades constituídas presentes e demais pessoas que não representam as entidades, mas que aqui estão para nos ouvir, há 40 dias assumi no Senado

na vaga do Senador Romero Jucá, que ora ocupa o cargo de Ministro.

A maioria de vocês sabe que, assim como os Senadores Augusto e Mozarildo e meu colega médico Rodolpho, também sou nascido no Estado de Roraima e sou médico. Como o Mozarildo disse pela manhã, essa é uma tarefa difícil, um parto difícil, mas temos muitos médicos aqui, principalmente no Senado – dois obstetras e um pediatra –, e vamos tentar fazer com que essa criança nasça em belíssimas condições.

Embora eu seja aliado da bancada federal, juntamente com os outros 21 Senadores do PMDB, sou, acima de tudo, um cidadão brasileiro e roraimense nascido e criado, apenas me ausentei daqui para estudar.

Não vou admitir, não aceito de maneira alguma que essa situação da Raposa Serra do Sol que se arrasta há mais de 20 anos seja homologada da maneira como foi, porque não atende, de maneira alguma, a maioria das pessoas deste Estado, mas atende a uma minoria que sequer conhece como vivem os cidadãos desta terra.

Assim que foi homologada Raposa Serra do Sol, o Senador Mozarildo tomou a iniciativa de dirigir um ofício à Mesa criando esta Comissão e me fez o convite, que foi prontamente aceito, porque, nesse momento, precisamos estar juntos para lutar, não só a Bancada Federal do Estado de Roraima, como também a de outros Estados. Nisso estamos trabalhando, trazendo Senadores, o Senador Rodolpho Tourinho juntamente com outros Parlamentares, Deputados que conhecem a nossa situação e que já a viveram em seus Estados para se juntarem a nós. Vamos fazer isso porque já foi iniciado o processo com o decreto legislativo por iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, e também na Câmara Federal por iniciativa dos nossos Parlamentares Federais.

Vou ser mais breve. Quero dizer que, apesar dos meus quarenta dias lá, apesar de ser aliado à Bancada Federal, apesar de estar votando junto com o Governo, estou do lado das pessoas que vivem aqui, das pessoas que querem essa homologação de maneira diferente, como foi feito principalmente no primeiro relatório da comissão há dois anos.

Escutei aqui de um orador perguntando até quando as autoridades desse Estado vão permitir que isso aconteça. Não é verdade. As autoridades, Parlamentares estão trabalhando, só que fomos pegos de surpresa da maneira como foi homologado. O acordo que tinha sido feito era de estudar exaustivamente o relatório anterior e ser homologado da maneira que era como a maioria das pessoas queria.

Era isso que tinha a dizer. Vou continuar do lado do povo de Roraima porque é uma questão de meu

sentimento, que é igual a de qualquer um de vocês ou até maior. Como é a minha primeira atividade parlamentar, nunca havia me envolvido de maneira mais perto dessa situação. Não é o caso do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, do Almir Sá e demais Parlamentares que estão aqui. Mas estou envolvido a partir desse momento de maneira que possamos resolver essa situação sem conflitos, sem agressões, de uma maneira pacífica, tenho certeza. Para isso, na quarta-feira passada, tivemos um almoço com a Bancada do PMDB no Senado e levantamos a questão da Raposa Serra do Sol. Estavam os 22 Senadores. O Senador Gilberto Mestrinho deu uma aula a todos os Parlamentares ali presentes sobre a questão Raposa Serra do Sol, porque conhece profundamente isso aqui. E para nossa surpresa, os Senadores que não conheciam e não tinham ainda se manifestado resolveram se manifestar a nosso favor. Então o início é por aí. Acho que cada Partido, cada Senador deve buscar os seus colegas de Partido e tentar fazer uma grande força para resolver esse problema. Temos certeza de que vamos resolvê-lo.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vamos ouvir o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares presentes, em nome do companheiro Fácil e do Abel, todos os produtores rurais e todos dessas entidades aqui presentes.

A minha posição em relação a isso é bem clara. Tenho divulgado, falado com as pessoas. O Governo fica, acho que a palavra certa é enganar, querendo nos enganar. Quando dizem que no decreto ficará “permanecer a unidade militar” não diz que a unidade militar está dentro do Município. Não tem jeito de deixar uma coisa e não deixar outra. É a tal compensação. Eu sou contra a compensação e deixei bem clara a minha posição na primeira reunião que tive com o Ministro da Justiça, quando surgiu um Parlamentar de Roraima com 11 itens de compensação. Foi nessa hora, na época daquele movimento, que fui contra. Todos sabem da minha posição. Acho que é mentira mesmo essa propagandazinha que aparece na televisão do www.mj não sei o quê: só sairão depois que houver uma terra para colocar ou for indenizado... Estamos ouvindo essa história há 30 anos. Há mais de 300 famílias na Raposa Serra do Sol, fora algumas da reserva São Marcos e das outras áreas indígenas que foram definidas aqui e que as pessoas até hoje não receberam. Quando recebem, recebem como se fossem até chantageadas pela Funai. A propriedade foi avaliada três vezes depois de 20, 30 anos. Aí você

chega lá a casa, não vale mais nada. Dizem: se quiser, recebe isso aqui; se não quiser, não recebe. Para nós, de Roraima, isso é conversa fiada.

As dez mil pessoas que vão ser assentadas na tal compensação... É dever do Governo. É uma injustiça não estarem com o título os produtores rurais do meu Estado, que estão aí. As terras do Estado, que passaram, como todos os bens do Território, deveriam ter passado, e foram usurpadas pelo Incra e pelo Governo Federal, que até hoje não resolveu a situação.

Então, acho que é assim: temos que brigar na Justiça como podemos. Temos que lutar, falar, reclamar. Cada um faz a coisa como acha que tem que ser feita. Agora, temos de olhar bem na cara deles para não ficarem nos enganando mais. Eles estão conversando muito com as lideranças indígenas. Tenham bem claro isso na cabeça de vocês. Nunca fizeram nada que prometeram à gente de Roraima. Nossa posição é esta – vamos ficar brigando. Já voto contra o Governo mesmo. Só voto a favor quando acho que ajuda as pessoas, mas quando é para aumentar imposto, voto contra. O meu Partido nunca votou a favor do aumento de imposto. Quando é para tirar direito de trabalhador, também sempre votamos contra. Acho que é assim.

Não pesamos nada na balança de voto, como o Senador Mozarildo Cavalcanti disse. Só são 200 mil votos aqui. O Lula perguntou na reunião – quantos votos têm lá? Duzentos mil, quer dizer, 200 mil não valem nada, mas todos nós aqui temos parentes e amigos fora. Se permanecer do jeito que está essa homologação, teremos de arranjar uns 2 milhões de votos contra. Temos de segurar. Não podemos sair de nossa terra, porque eles vão passar, eles vão sair, eles não vão ficar eternamente. E nós estamos aí, trabalhamos, vivemos, moramos em Roraima. Acho bom o pessoal que está querendo cair fora ter um pouco de paciência e agüentar mais. Estamos há trinta e poucos anos agüentando isso e estamos perto da solução. Tenho certeza de que a solução virá. Não perdi a confiança em Deus principalmente. Acho que enganaram o Lula. Acho que o Ministro da Justiça fez uma jogada para enganá-lo no final. Ele conhece a situação. Só pode ter sido isso. E o Lula está querendo nos enganar também.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para encerrar, quero lembrar algumas frases. O Senador Augusto Botelho já disse uma frase do Presidente que quero, depois, retomar. A primeira frase que o Presidente Lula disse sobre essa questão foi numa reunião no Estado do Acre com todos os Governadores e Senadores e alguns Deputados da Região Norte. Na época, o Governador ainda era Flamarion. Ele disse claramente: “Companheiro Flamarion, preci-

samos demarcar aquela reserva Raposa Serra do Sol. Não agüento mais as pressões porque essas ONGs européias são mais fortes do que qualquer partido político. Vou mandar”... O Ministro da Justiça, Thomaz Bastos, estava lá e ele disse: “Ministro, o senhor vai a Roraima com um papel em branco, não vai com nenhuma idéia pré-concebida. Vai com um papel em branco para ouvir todo mundo, anotar e depois vamos demarcar da forma mais justa possível”. Como ele falou essa segunda parte, eu preferi não comentar nada. Se ele ficasse só com a primeira parte, eu ia dizer a ele: Presidente, das duas uma, ou o senhor renuncia e entrega a Presidência a alguém que as ONGs escolherem, ou, então, o senhor já foi escolhido pelas ONGs, porque um Presidente da República que admite isso publicamente, para mim, realmente, não tem força nem moral para ser Presidente da República, mas acreditei na segunda parte. O Ministro veio aqui. Todos se lembram daquela palhaçada que foi, porque S. Ex^a ouviu todo mundo e, depois, ficou de elaborar um estudo. Daí a uns dias, anunciou que ia ser demarcada uma área contínua. Nós entramos com um pedido de liminar, que suspendeu, portanto, qualquer ato até que fosse julgado pelo Supremo. Quer dizer, retardamos o processo que ele iria fazer. Ele perdeu a liminar aqui e lá em Brasília, nas três instâncias. Foi então que aplicaram esse golpe de entrar com essa história de reclamação, para que o Supremo julgasse como sendo um conflito federativo, e nós sabemos como foi o final, essa história de dizer que tinha feito uma Portaria e não tinha sido publicado... Portanto, o Supremo foi, repito, induzido a um erro. E eu tenho certeza de que o Supremo, hoje, já deve ter percebido isso e, por isso, acredito que vai corrigir essa ação. Nós já temos ação judicial nesse sentido. Penso que quanto mais entrarmos com ações judiciais, melhor. Todas as classes produtoras, o Alcides entrou como autor da ação popular inicial, eu entrei, o Augusto está entrando, o Governo do Estado está entrando... Nós não podemos mais nos conformar com essa questão, juridicamente falando.

Também estamos fazendo do ponto de vista legislativo, porque um decreto legislativo, como foi dito aqui, pode anular esse decreto do Presidente. Então, é um trabalho, como o Wirlande também lembrou, é um parto difícil realmente. Nós estamos lutando contra inimigos poderosos e, o que é pior, não adianta ficarmos culpando... Nós temos de identificar, como identificamos, que realmente os interessados nisso são os governos que compõem o G-7, os Estados Unidos e seus companheiros da Europa.

Mas quem está fazendo essas malvadezas aqui? É o Presidente da República, um brasileiro, os sucessi-

vos Presidentes da República. Inclusive, quero chamar a atenção de vocês – acho que foi distribuído aí um pronunciamento meu – não tanto para o meu pronunciamento, mas para o aparte do Presidente Sarney, em que S. Ex^a conta a história, claramente, quando a questão da reserva ianomâmi, quando o Presidente da CNBB, que era o Dom Ivo Lorscheider foi procurá-lo, para pressionar mesmo para que S. Ex^a demarcasse em área contínua. Ele disse que não podia demarcar em área contínua, porque ele era contra. O Dom Ivo, então, perguntou “O senhor está sendo pressionado pelos militares?” Ora, se ele estivesse sendo pressionado pelos militares, já seria legítimo, porque os militares estariam preocupados com a soberania do País. Mas ele disse “Não, não estou sendo pressionado pelos militares. Quem tem me pressionando muito ultimamente tem sido o Barão do Rio Branco”. Ele perguntou “Mas como o Barão do Rio Branco?” Porque o Barão do Rio Branco fez um trabalho primoroso em garantir as nossas fronteiras íntegras, etc, e nos legou essa situação. E essa demarcação de reserva indígena na linha de fronteira é um desserviço que estamos fazendo com a Nação e passando, portanto, para as gerações futuras um país vulnerável.

É importante isso aí e vai ajudar inclusive muito na nossa reflexão. Mas a outra frase foi essa quando nós estivemos lá – e o Gianoco(?) estava até presente –, o Governador, eu, o Senador Augusto, vários Deputados Federais, ele perguntou no meio da conversa – nós estávamos discutindo essa questão da formatação da reserva –, ele foi e disse “Olha, eu estou de saco cheio, porque, se eu chego na ONU, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol; se eu chego na OEA, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol, se eu chego na USP, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol. Eu não agüento mais. Eu vou demarcar. Agora eu vou para o Suriname, mas, quando eu voltar, eu vou chamar vocês e vou apresentar o modelo da demarcação que eu quero fazer. Nós podemos fazer alguns ajustes e eu vou demarcar”. Só que ele estava tão desinformado que já tinha saído naquele dia, de manhã, aliás, no dia anterior, no final da tarde, a decisão da Ministra Helen Gracie, para uma medida cautelar com que entrei, pedindo para sustar a decisão, quer dizer, qualquer demarcação até que fosse julgado o mérito da questão. Mas ele disse claramente que ia demarcar quando voltasse. E aí fez essa pergunta – “Quantos eleitores têm em Roraima?” Aí nós dissemos que tinha 250 mil. E ele ficou balançando os óculos assim, como quem diz “Ora, isso aí eu tenho na USP.” Só que é o que o Augusto falou: nós devemos começar a nos mobilizar já agora, pois a eleição é daqui a um ano e cinco meses. Cada um de nós que mora aqui tem, pelo

menos, cinco ou seis amigos lá fora, em outros Estados. Eu mesmo tenho parentes no Pará. São cerca de seis parentes. Tem um no Ceará, outro na Paraíba e eu tenho certeza de que cada um de vocês tem também. Então, vamos começar a pedir para eles que se esse decreto não for revertido até a eleição, nós vamos votar contra o Lula. Aí serão os 250 mil daqui vezes 6. Vai dar o quê? Um milhão e meio de eleitores. Faz uma diferença enorme numa eleição.

Então, esse trabalho nós temos que fazer de maneira muito patriótica, porque nós estaremos defendendo o Brasil e Roraima e não vamos aceitar essa – digamos assim – condição de nos colocar como se fôssemos algo insignificante, duzentos e cinquenta mil.

Para finalizar e ficar bem claro realmente para quem o Presidente estava dando satisfação, eu quero ler o que saiu na **Folha de Boa Vista** hoje, mas na verdade é uma matéria nacional; portanto, saiu nos jornais. É palavra do Presidente. “Lula diz estar satisfeito com a libertação pacífica dos policiais”. O que ele diz?

“Ao discursar após a missa em homenagem aos trabalhadores, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que está satisfeito com a solução pacífica do impasse com indígenas que prenderam quatro policiais federais na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol”. Essa é a frase interessante: “Agora nós vamos dar prosseguimento à homologação dessa área, dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que finalmente foi homologada. Eu sei – olha só – eu sei o papel importante que a igreja teve nisso”

Então, não é preciso ser muito esperto para entender o que interessa ao Presidente. Não é, realmente, a população de Roraima; nem os índios, nem os não-índios, porque ele deveria ter feito o que nós cansamos de sugerir a ele e dizer isso para S. Ex^a: Presidente, mande o pessoal do seu serviço de informação ou de algum outro órgão fazer o plebiscito lá dentro com os índios. Vá de casa em casa, nos índios, perguntar: vocês querem a demarcação como?

Ele nunca acatou a idéia, porque sabia que a maioria das pessoas que moram na reserva indígena não querem essa demarcação, tanto os índios quanto os não-índios. Aliás, para saber hoje em dia quem não tem sangue de índio é preciso fazer um DNA. Até às vezes os de pele mais clara têm sangue indígena no meio. Então, é um **apartheid** que está sendo implantado no Estado e nós não podemos aceitar.

Esta Comissão, que é oficial do Senado, tem por objetivo exatamente complementar o trabalho da primeira Comissão que veio aqui, composta por cinco Senadores, que eu tive a honra também de presidir, mas cujo relator era um Senador do PT que hoje é Lí-

der do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, o Senador Delcídio Amaral. Nós produzimos um relatório que atendia a todos. Atendia ao CIR. Pelo menos eu entendo que atendia, porque a reserva seria contínua, mas não excludente.

Eles confundem a cabeça da opinião pública nacional e internacional dizendo que nós queremos uma demarcação em área não-contínua. Não. Os limites externos praticamente são os mesmos, então ela é contínua. Não são ilhas. Nós queremos que seja contínua, não-excludente. O que significa isso? É justamente manter as vilas; é manter a sede do município, até porque ele não poderia extinguir por um decreto; manter os produtores que estão ali, seja os de arroz ou os pecuaristas, porque os índios também querem isso. As vilas que estão ali são habitadas por indígenas, não-indígenas e miscigenados.

Então, isso realmente é uma malvadeza que é feita de fora para dentro, mas que está sendo feita sucessivamente por brasileiros. Para vermos o que o Presidente Collor fez há um tempo atrás é só olharmos. O Presidente Sarney tinha demarcado de forma não-contínua a Reserva Indígena Ianomâmi; não-contínua. Porém, entre uma ilha e outra – vamos dizer assim – ele criou florestas nacionais. Quer dizer, não podia também ter pessoas que não fossem indígenas ali. Mas preservava, portanto, a integridade das nossas fronteiras. E o Presidente Collor, depois, quando assumiu, para garantir os financiamentos do FMI, do Banco Mundial e do Bird, etc, fez o quê? Aquela palhaçada de que todos se lembram, de vir aqui fardado expulso das pistas e tal.

Mas há um negócio de que eu sempre me lembro também. Todos que fazem maldade com Roraima não têm terminado bem, não. Lembram-se daquele Senador Severo Gomes, de São Paulo, que começou essa história de Ianomâmi apresentando um projeto para a criação da Reserva Ianomâmi? Qual foi o fim dele? O Collor, que fez essa malvadeza, como terminou? Com **impeachment**. Não estou rogando praga para o Lula não, mas é apenas para ele perceber que pode acontecer, senão alguma coisa antes do término do seu mandato, com certeza a sua não reeleição.

Embora esteja no PTB, Partido aliado do Governo, já disse para o Presidente do Partido e para os meus Colegas, que estão apoiando a minha posição, que vou votar contra tudo o que for mandado pelo Lula, salvo o que for de interesse nacional. Não vou votar contra os interesses do Brasil. Não vou dizer que ele só faz malvadeza não. De vez em quando, ele manda alguma coisa que preste, mas, agora, daqui para frente, o que não atender ao interesse maior do País, já estou votando contra.

Até o próprio Presidente Lula pode reverter esse Decreto. Se ele tivesse um pouco de brasilidade, ele poderia fazer um outro decreto, mudando este que está aí. Não acredito que ele vá fazer isso, porque ele demonstrou claramente, pelas declarações de ontem, nessa missa, que ele está a serviço efetivamente de outros interesses que não são nossos.

Então, nós é que temos de nos valorizar, começando por multiplicar esses 250 mil votos que temos aqui. Primeiro, não deixem ninguém perto da casa de vocês ficarem sem tirar o título de eleitor. Depois, vamos pedir para todo mundo, para amigos que temos por fora, para nos ajudarem a salvarmos Roraima, votando contra o Lula.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião.)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2005.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, na sala seis da Ala Nilo Coelho, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, “**Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima**”. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão. A Presidência faz um breve relato aos presentes a respeito da viagem da Comissão, realizada nos dias trinta de abril, primeiro e dois de maio de dois mil e cinco, detalhando o cumprimento missão inerente ao fato determinado da Comissão. No dia trinta de abril de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, os membros da Comissão, acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal mantiveram Audiências com o Dr. Otomar da Silva Pinto – Governador do Estado, no Palácio do Governo e às dezessete horas e trinta e cinco minutos, horário local, com o General Studart – Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comandante. No dia primeiro de maio de dois mil e cinco, a Comitiva deslocou-se da Cidade de Boa Vista, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a bordo do Helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia, dirigindo-se às Comunidades Indígenas de Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumu retor-

nando para a cidade de Boa Vista às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. O Senhor Presidente discorre sobre a impressão que os Senadores membros da Comissão tiveram com os sentimentos demonstrados, expressos pelos indígenas, não índios, mestiços, Representantes da Classe Produtora e de Entidades Indígenas e demais autoridades locais, a respeito da demarcação administrativa das terras indígenas Raposa e Serra do Sol. No dia dois de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, os membros da Comissão acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal, foram recebidos pelos Deputados Estaduais, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, estando presentes os Deputados – Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto, quando os membros da Comissão ouviram os parlamentares e discutiram de forma ampla a questão da demarcação administrativa das terras indígenas daquele Estado. Também no dia dois de maio do ano em curso, a Comitativa deslocou-se para a sede da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima, com início às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, a Audiência Pública mantida com os representantes dos setores produtivos e representantes de entidades indígenas, dentre eles – Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Aírton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON – Gilberto Macuxi, encerrando às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local. A Presidência esclarece que, nos dias três, quatro, cinco e seis de maio de dois mil e cinco, os membros da Comissão permaneceram no Estado de Roraima, quando mantiveram encontros com os Presidentes das Câmaras de Vereadores, com Prefeitos de diversos Municípios inseridos na demarcação de terras indígenas, bem como Audiências mantidas líderes indígenas, no município de Pacaraima. Após, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim – Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal. O Presidente convida o expositor

para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a sua explanação inicial. O expositor, esclarece de forma objetiva quais os tópicos que irá abordar no decorrer de sua exposição, procedendo a sua apresentação com o auxílio de Power Point. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho para os seus questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senador Wirlande da Luz que também fez perguntas ao convidado, Dr. Hamilton. O expositor emite o seu ponto de vista relativo à forma como foi confeccionado e produzido o Relatório a respeito do assunto ora abordado, por parte dos órgãos afeitos questão de demarcação de terras no Estado de Roraima. Ao final, a Presidência agradece a presença do Dr. Hamilton Gondim e ao mesmo tempo, esclarece que o Dr. Hamilton foi Reitor da Universidade de Roraima e Prefeito de Boa Vista. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que também cumprimentaram e agradeceram a presença do expositor. A Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial Externa criada mediante o Requerimento nº 349, de 2005, do Senado Federal, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã.

Farei um breve resumo dos trabalhos desta Comissão até aqui antes de passar a palavra ao professor Hamilton Gondim, que nos honra com a sua presença e vai, com certeza, colaborar muito com esta Comissão.

Como eu disse, esta Comissão está composta pelos três Senadores de Roraima – eu, Senador Mozarildo Cavalcanti, como Presidente, o Senador Augusto Botelho, como Relator, e o Senador Wirlande da Luz, como membro. Nós nos deslocamos a Roraima com o assessor Rosber Almeida, a Secretária da Comissão, Drª Dulcília Ramos Calhau, os consultores legislativos Dr. Tarcísio Dalmaso Jardim e Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, além do Sr. Luiz Roberto Andrade, técnico de som do Senado Federal.

Estivemos, no dia 30, em uma visita ao Governador do Estado, quando ouvimos de S. Ex^a a sua posição sobre a questão. Às 17 horas e 35 minutos estivemos com o Comandante da Brigada de Infantaria da Selva, General Paulo Studart, que é o Comandante do Exército em Roraima. No dia 1º, num domingo, nós nos deslocamos para as localidades que estão dentro da área Raposa Serra do Sol, estivemos na Vila do Mutum, na Vila do Socó e na Vila Água Fria. Estivemos também nas comunidades indígenas do Flechal e Contão e, por último, na Vila Surumu. Essas comunidades ficam exatamente dentro do Município de Uiramutã e Surumu. Tivemos a oportunidade, portanto, de ouvir essas comunidades. Nas vilas, ouvimos representantes dos diversos setores, índios e não-índios, porque nessas vilas residem índios, não-índios e mestiços, pessoas que são miscigenadas, índios casados com não-índios. Pudemos colher um depoimento unânime, não somente das vilas como das comunidades indígenas, contra a forma como foi demarcada a reserva indígena. Todos os que moram na região querem a demarcação, mas discordam da forma como ela foi feita.

Nós voltamos ali, justamente depois de termos participado de uma outra comissão externa do Senado, para ver qual era o ânimo das pessoas diante do decreto da forma como foi assinado o decreto pelo Presidente da República e pudemos ter, *in loco*, um depoimento de todos contrário à demarcação. Eles querem que haja a permanência das vilas e das comunidades indígenas, querem a demarcação, mas também a convivência pacífica, como hoje existe entre índios e não-índios. A maioria dos índios se pronunciou também contrária.

No dia 2, segunda-feira, nós ouvimos os deputados estaduais em uma reunião na Assembléia Legislativa. Estiveram presentes os Deputados Estaduais Chico Guerra, Célio Vanderlei, Malu Campos, EdioLopes, Naldo Bezerra, Eliseu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. Também tivemos dos deputados a mesma posição.

Às 15 horas do mesmo dia, estivemos da Federação do Comércio, onde tivemos a oportunidade de ouvir não somente os representantes das classes produtoras, mas também vários representantes de entidades indígenas. Tivemos a palavra da Fier, Federação das Indústrias do Estado de Roraima, do Deputado Almir Sá, Presidente da Federação da Agricultura de Roraima, do Presidente da Cooperativa dos Produtores de Carne, Dr. José Lopes, do Presidente da Fecomércio, Dr. Airton Dias, do Presidente da Acreger, Luiz Zago, do advogado da entidade indígena chamada Sodiur, Dr. Valdemar. Tivemos, depois, a palavra de um ex-Presidente da Sodiur, que é um índio, Jonas Marcolino;

outro representante da Sodiur, o também indígena José Novaes; do representante dos arrozeiros, o Dr. Paulo Quartiero; e o Presidente da Federação do Comércio, Derval Furtado. Ouvimos, também, o Sr. Luiz Afonso Faccio, Presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima; o Deputado Lúcio Pirillo e o Presidente da Associação Indígena de Boa Vista, Bernardo Wapixana; o Presidente da Câmara de Turismo de Roraima, Sr. Ricardo Peixoto; o Presidente da Cooperativa Leão Norte, Sr. Sérgio Zoldan; o representante da Embrapa, Sr. Damião Jean Luppi; e o Presidente de uma outra entidade indígena chamada Arikon, o Sr. Gilberto Macuxi.

Tivemos, também, a oportunidade de ouvir, em dias subseqüentes, os Presidentes das Câmaras de Vereadores e os Prefeitos de todos os Municípios do interior do Estado. Nós nos deslocamos para o Município de Pacaraima e, em sua sede, pudemos ouvir vários tuxauas das diversas comunidades indígenas lá localizadas.

Fizemos, então, um trabalho de ausculta pós-decreto, já que havíamos feito uma ausculta antes do Decreto. Ou seja, houve uma Comissão externa do Senado Federal, presidida também por mim, composta de cinco Senadores. No caso, o Relator foi o Senador Delcídio Amaral, que é do PT, atual Líder do PT e Líder do Bloco de apoio ao Governo. O Senado Federal realizou uma Comissão anterior que apresentou relatório sugerindo as linhas de demarcação e que coincidiam com o pensamento das pessoas que lá vivem e da sociedade de Roraima como um todo, mas o Presidente não acolheu nem essa sugestão e nem a da Comissão externa da Câmara dos Deputados. Por essa razão, o Senado Federal resolveu instalar outra Comissão a fim de auscultar a posição, posteriormente, do decreto.

Portanto, devemos ouvir, hoje, a explanação do Professor Hamilton Gondim, que inclusive participou da fase judicial de análise da questão, designado que foi pelo Juiz Federal Helder Girão Barreto, que analisava ação popular impetrada por três advogados de Roraima. O Dr. Hamilton estudou a questão profundamente. Naquela primeira Comissão, não tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. Hamilton, embora tenhamos tido acesso ao relatório dos peritos. Assim sendo, convidamos o Dr. Hamilton Gondim para fazer uma explanação à Comissão a fim de que possamos decidir se encerramos nossos trabalhos ou se será necessário tomar mais alguma providência no sentido de produzir um relatório que indique os rumos que possam pacificar aquela questão, de maneira que o Estado não tenha prejuízo e que a maioria dos índios que moram na Reserva, repito, não tenham prejuízo, pois a maioria dos índios não quer a demarcação já feita.

Convido o Professor Hamilton Gondim para tomar assento à Mesa e fazer a explanação.

O SR. HAMILTON GONDIM – Inicialmente, gostaria de expressar minha satisfação em comparecer, hoje, a esta Comissão externa do Senado Federal, com muita honra, para prestar alguns esclarecimentos sobre o processo de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Cumprimento o Exmº. Sr. Presidente desta Comissão externa, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Exmº. Sr. Senador Wirlande da Luz, de Roraima, que compõem esta Comissão, o Exmº. Sr. Deputado Federal Luciano Castro, Presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, demais senhores e senhoras presentes, de pronto, quero esclarecer que não vou falar sobre alguns tópicos, quer dizer, vou primeiro falar sobre o que não vou falar. Não vamos falar absolutamente nada sobre os complexos argumentos antropológicos pró e contra a demarcação da forma como foi feita, porque há um emaranhado de posicionamentos teóricos que, muitas vezes, são carregados de ideologias. Não irei falar também sobre os interesses diversos de vários grupos que compõem a sociedade, sobre os interesses sociais. Também não falarei sobre os interesses ligados à riqueza mineral do Estado de Roraima, nem aos ligados à riqueza da nossa Amazônia, nem sobre a segurança nacional. Não falarei sobre absolutamente nada disso.

Na verdade, a minha exposição é bem mais simples, é quase que trivial. É uma exposição em que se falará sobre tudo o que já foi falado antes, não trará absolutamente nada novo. Aliás, a única coisa nova que tenho para dizer é que organizei o pensamento de uma forma lógica, de uma forma racional, de uma forma diferente da que tem sido adotada por aí afora.

Na realidade, o nosso Deputado Federal Luciano Castro, há mais de um ano, fez um pronunciamento na Câmara Federal em que expôs praticamente todos os pontos que colocarei hoje aqui, porque ele se baseou no mesmo relatório que foi dado ao conhecimento de todos. No final, o Deputado Luciano Castro pede a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para verificar as demarcações feitas pela Funai de modo geral e, em especial, da Raposa Serra do Sol.

A nossa exposição vai ficar restrita a uma tese, pois não se pode defender, qualquer que seja o ato, por mais nobre que seja, por mais correto que seja – sem entrar no mérito se é ou não correto –, com base em meias verdades, com base em falsidades, com base em fraudes. Em outras palavras, não se pode defender absolutamente nada, por mais correto que seja, porque os meios não justificam os fins, e todos nós sabemos disso.

E notem que estamos falando sobre um decreto do Presidente da República, que é algo não-trivial, é algo que envolve uma decisão que... Antes de entrar no próprio decreto, faço um esclarecimento àqueles que não têm ainda conhecimento da área.

Roraima fica no extremo norte – é diferente de Rondônia – e a Raposa Serra do Sol é aquela terra indígena que foi demarcada pelo decreto do dia 13 de abril que fica no norte-nordeste de Roraima. Roraima tem esses treze municípios e tem mais três municípios no norte-nordeste, onde a terra indígena está implantada – as sedes municipais dessa região, como o Senador Mozarildo Cavalcanti falou, são Uiramutã, Normandia e Pacaraima e há várias vilas – Socó, Água Fria, Vila Pereira e Mutum, que foram todas visitadas pela comissão externa do Senado.

Quanto à localização das malocas indígenas, você nota o seguinte: todos esses pontinhos representam malocas indígenas, e esses pontos aumentaram muito nos últimos anos – nota-se que estão distribuídos ao longo de toda a área.

Gostaria de chamar a atenção para duas malocas, uma chamada Mapaé, que fica lá em cima, fica na Serra do Sol, em Mapaé, e uma outra chamada Cedro. A distância entre ambas, em linha reta, dá 180km. Isso é muito importante e, ao longo da palestra, vamos fazer menção sempre a essa marcação, colocando essas duas malocas dentro de um mesmo grupamento.

Note que também existe uma maloca chamada Limão, na fronteira da Raposa/Serra do Sol, e uma outra chamada Chiriqui, que já fica na terra indígena São Marco. A distância entre ambas é de 8km.

De início, vale ressaltar que a primeira reunião de Tuxauas, visando a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, é de 1971. E, entre 1984 e 1989 – é importante e vamos voltar mais tarde a falar sobre isto –, foram criados vários grupos de trabalho que produziram relatórios os mais diversos possíveis. Relatórios que demarcaram as terras em Garicó, lá em cima da Serra do Sol, como algo independente, e uma série de outros relatórios antropológicos e propostas de demarcação.

Porém, todas essas propostas não tinham um procedimento administrativo previamente definido. Era meio confuso. Quem olha os processos da Funai compreende como é confuso o processo de demarcação da terra indígena. Em 1991, o Decreto nº 22 veio normatizar a coisa. O art. 2º diz que a demarcação da terra indígena deve ser precedida de um estudo por um grupo técnico. E, o § 1º, diz que o grupo técnico é nomeado pela Funai e será composto por técnicos especializados, também é importante lembrar disso. E o

§ 6º diz que, concluídos os trabalhos, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à Funai.

Por causa desse decreto de 1991, em 1992, a Funai foi obrigada a criar um grupo técnico a que eles chamaram de interinstitucional. Esse grupo naturalmente fez um relatório, que foi encaminhado à Funai que, pelo Parecer nº 36, aprovou o relatório e sugeriu que ele fosse homologado no despacho ao Ministro da Justiça em 1993.

Logo em seguida, o Ministro Jobim assume o Ministério da Justiça e condena praticamente publicamente o Decreto de 1991, dizendo que ele é inconstitucional, porque não dá ao Estado e aos Municípios o direito de apresentar o contraditório. Aí nasce um novo decreto, o Decreto nº 96, que simplesmente aumenta as exigências do Decreto de 1991. Dá oportunidade ao contraditório, diz que o relatório da Funai deve ser publicado no diário oficial do Estado, justamente para oferecer ao Estado a oportunidade de apresentar o contraditório, e reconhece algum direito do Estado e dos Municípios de participarem desse processo.

Mesmo assim, em 1998, houve a famosa Portaria nº 820, que demarcou a terra indígena. Com essa portaria de 1998, o que aconteceu é que apareceram várias contestações judiciais. Uma delas é a ação que o Senador Mozarildo já falou e que na Justiça Federal em Roraima fizemos parte do grupo técnico para fazer a análise desse processo.

Porém, todas as ações subiram para a alçada do Supremo. Dada essa situação completa, o governo ficou com as mãos atadas, não podia fazer nada, porque estava subjuídice o processo de demarcação. O governo, no dia 13 de abril, lança uma nova portaria, a Portaria nº 534, comunica ao Supremo, que simplesmente faz como Pilatos: lava as mãos. Já que todas as ações eram contra a Portaria nº 820, e como essa portaria foi substituída pela 534, perdeu o objeto de todas as ações. Portanto, não existe mais nenhum óbice para a publicação do decreto de homologação. Isso possibilitou esse decreto, que é o decreto de 15 de abril. Notem as datas aqui – 13 de abril, 14 de abril, 15 de abril – em três dias, foi feito todo esse processo.

Outra coisa: nós estamos limitados a fazer um relato de fatos sem emissão de nenhum juízo de valor. É pelo menos essa a nossa expectativa. E mais – eu não represento a comissão de peritos; eu apenas fui um perito e, por acaso, o presidente da comissão, e o que vamos dizer já está escrito em nosso relatório. Não vou acrescentar nem vou apresentar outros julgamentos.

Quais são os pontos possíveis de contestação?

A Portaria nº 534 tem os mesmos suportes técnicos que a Portaria nº 820. Na verdade, ela diz que

a 820 é válida e que todos os atos devem ser respeitados. Portanto, não há porque se livrar da forma que foi feita.

A de nº 534 afirma, em seu preâmbulo também, que foi baseada no Decreto nº 1.775, de 1996 – aquele decreto que aumentou as exigências –, e que segue os procedimentos administrativos ali contidos. Aí vai numa observação – o Decreto do Presidente é a autonomia dele, ele decreta o que quiser; o decreto do Presidente decreta o que quiser. Agora, quando ele decretou isso, ele disse: “Estou seguindo o Decreto nº 1.775”. Nesse ponto, o próprio Presidente da República, no próprio decreto, se autolimitou; ele foi dizendo que seguiria os procedimentos ali.

Na verdade, a Portaria não segue esses procedimentos administrativos. E eu afirmo que não segue nem mesmo os do Decreto nº 22, de 1991, aquele que era mais brando. Lembro também o seguinte: em 1996, quando saiu esse novo Decreto, houve uma repercussão muito grande em todos os meios de comunicação, chamando-o “decreto do medo”, o “decreto da vergonha”, porque estava aumentando as exigências para a demarcação de terra indígena. Mas por que ele não obedece aos relatórios? Porque, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado. Por quê? Porque esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo – pela antropóloga Maria Guimar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido no 1.775, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo técnico-institucional criado pela Funai. A isso vamos tecer comentários mais tarde. E, finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do Cimi e do Cir, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

Sobre o grupo de trabalho institucional criado em 1992, primeiro, tem cinco membros da Funai. Então, com esses, aí nós, da Comissão, não tivemos nenhum contato a não ser com a presidente, com quem eu estive três ou quatro contatos. O funcionário do Incra. Quando eu estava presidindo esta Comissão, fui procurar a pessoa do Incra. Ele estava viajando para Belém e não pôde falar conosco. Agora, há um mês, fui ao Incra, procurei lá o Sr. Nilton e perguntei para ele: “O senhor esteve na Raposa Serra do Sol?” “Estive várias vezes, passei mais de 90 dias lá”. Aí começou a falar. O grupo fazia várias reuniões. “O que você achou da presidente da comissão?” Ele disse assim: “Que presidenta? O

presidente é um outro antropólogo”. Eu disse: “Não, espera aí, nós não estamos falando da mesma coisa”. Aí descobrimos que ele esteve na Raposa Serra do Sol entre 84 e 87, fez muitos relatórios. Mas vocês se lembram daquela observação aqui embaixo, que dizia, entre 1984 e 1987, fizeram vários relatórios? Um deles é desse rapaz.

- Eu disse: não, meu amigo, quero me referir à portaria de 1992.
- Não, doutor, depois de 1987, nunca visitei mais a Raposa Serra do Sol, não fiz parte desse grupo, dessas portarias.
- Não, o senhor fez parte.
- Não, não fiz. Estou lhe dizendo que não fiz.
- Ele disse: está aqui a portaria.
- Então não sabia que eu fazia parte do grupo.

Então o representante do Incra não tinha conhecimento que fazia parte desse grupo que deveria elaborar o relatório. Isso é um fato, quer dizer, é uma realidade, não se pode contestar.

Depois, os cinco funcionários que representariam o Governo... Aí vale ressaltar que o Governador na época era o Otomar Pinto, o mesmo governador de hoje. O Governador, quando viu a possibilidade de fazer essa comissão, fez um decreto nomeando três representantes do Governo. Os três representantes eram: Robério Araújo, o então Secretário de Meio Ambiente e Justiça e, hoje, Secretário de Articulação Municipal; e mais duas outras pessoas que era o Aiberê, que era o Chefe da Casa Civil, e mais um fazendeiro do qual não me lembro o nome.

Então os três foram nomeados por decreto pelo Governador. Esse projeto foi encaminhado para a Funai, para colocá-los na portaria. A Funai, simplesmente, nomeou apenas o Robério.

Aí pensei, nomeou o Robério porque na portaria não caberia três, caberia só um. Mas, em seguida, nomeia mais seis técnicos agrícolas. Então não era problema de número. A Funai escolheu um e só um dos três indicados pelo Governador; e ainda colocou, de quebra, seis técnicos agrícolas.

Agora, chamei cada um dos seis técnicos agrícolas para conversar. Apenas dois são técnicos agrícolas, todos os seis não são técnicos agrícolas; dois são motoristas, um outro é auxiliar operacional agrícola, e um outro é técnico em estradas; e esse técnico em estrada disse: doutor, nunca fui a Raposa Serra do sol.

- Como não? Você fazia parte da comissão.
- Ele disse: que comissão?

Não sabia, de todos os sete que representariam o Governo do Estado, só um tinha conhecimento que fazia parte da portaria, que fazia parte do grupo, que era o Sr. Robério, que por sinal o convidei para que ele estivesse aqui hoje. Mas não pôde comparecer.

O Robério tomou conhecimento. Foi à Assembléia Legislativa logo depois que saiu o relatório do grupo, do qual ele faria parte, e disse alto e bom som – e a cópia da ata da Assembléia, com essas declarações, está no processo – que nunca tinha sido chamado para reunião alguma; tinha sido nomeado para essa comissão por Brasília. Disse também que não o tinham ouvido, não tinham dado a ele a oportunidade de se expressar. Disse que fora enganado, que todos tinham sido enganados, e isso tinha sido feito de má-fé pela Funai. Não são palavras minhas, são palavras do Robério Araújo, que estão comprovadas na ata da reunião da Assembléia Legislativa.

Dois pesquisadores da USP... Academia, universidade tinham que estar representadas aí. Todo mundo ficou satisfeito porque a USP estava representando a academia. Porém dos dois, apenas um é pesquisador da USP. E liguei para esse pesquisador da USP, conversei com ele dadas minhas ligações com a USP, e disse: – meu amigo, como é que você faz um negócio desse.

- Que negócio? Eu não fiz.
- Quantas vezes você esteve em Roraima?
- Ele disse: não conheço o Estado de Roraima, nunca fui lá.
- Como é que você não vai lá e faz um relatório técnico desses?
- Eu! Relatório técnico! Que relatório técnico?
- Você fazia parte dessa comissão.
- Que comissão?

Ele não sabia que fazia parte da comissão, embora, na verdade, ele não tenha sido indicado pela USP, foi indicado pelo Cimi; e tenho a carta do Cimi dizendo que ele era pessoa confiável para fazer parte desta Comissão.

Um membro do CMI – disso vamos falar daqui a pouco –, um representante do Conselho Missionário Indigenista e um representante da diocese de Roraima. Esses não procurei, porque não quis confrontar. Todos que procurei não tinham conhecimento de que faziam parte da comissão. Nunca encontrei um que tivesse conhecimento, a não ser a Presidente e o Robério. Esses eu não procurei. Mas é muito simples – na hora em que forem chamados em juízo, os dois vão dizer, naturalmente, que não houve nenhuma reunião.

E as lideranças indígenas? Foram 10 índios indicados para participar da comissão. Quanto aos 10 índios, a própria portaria diz claramente: indígenas indicados pelo CIR – Conselho Indigenista de Roraima, portanto por apenas uma das alas. Há 47% dos índios região Raposa Serra do Sol vinculados a eles, portanto é uma representação parcial dos índios.

Depois, a participação do Governo, como já dito, foi comprometida completamente. A participação da academia, também comprometida; a Igreja Católica; e o Governo brasileiro, que, pelo que se sabe, é laico, não tem religião. Sendo uma questão de Estado, uma questão de tanta relevância, na minha cabeça, não caberia, na época, a participação de nenhuma igreja. Já que vai haver uma igreja participando, existem outras lá que fazem o mesmo trabalho da Igreja Católica, por sinal, belíssimo, de ajuda às comunidades indígenas. Se há um lado representado, deveria também haver outros, daí a pouca representatividade.

Quanto aos Municípios, à época nenhum foi convidado para participar de absolutamente nada; só o Governo teve aquela participação comprometida.

Os produtores agropecuários, quer dizer, todos os atores sociais que vivem lá, de que o Senador Mozarildo Cavalcanti já falou; os outros indígenas, quer dizer, a maioria; os não-indígenas, que não sabemos dizer até que ponto são indígenas ou não, porque são mestiços, casados com índia, filhos de índia com branco, com não-índio; ninguém da região foi considerado. Quando eram considerados, eram tidos como invasores.

O relatório do grupo não atende o que diz o decreto, nem o 22. Por quê? Porque não houve relatório do grupo.

As comunidades indígenas. Vê-se o seguinte: o CIR... Em termos de malocas, eles têm 60% das malocas indígenas da Raposa Serra do Sol. Portanto, têm maioria em termos de malocas. Mas, quando se olha a população, só têm 47%. Eles têm a minoria da população indígena. Por quê? Porque houve uma política, ao longo de 20 anos, de subdivisão de malocas. Vê-se que essas malocas têm 10, 20 pessoas, enquanto as malocas de outra, do Sodiur, 37, com 18%; têm 31% da população, porque as malocas são maiores. As malocas maiores foram-se dividindo, para uma política de se ter uma quantidade de malocas bem maior e justamente aquela distribuição ao longo da Raposa Serra do Sol.

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Houve uma pane na parte eletrônica.

O que ia falar agora é sobre aquelas duas malocas – Mapaé e Cedro. A distância entre ambas é de 180 quilômetros. A comunidade de Mapaé é ingaricó e fala ingaricó ou inglês. O Cedro fala macuxi ou por-

tuguês. Ingaricó é uma comunidade bem primitiva, já Cedro é uma comunidade mais bem integrada com a sociedade.

Alguém sabe mexer aqui?

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Então, vamos às conclusões.

A conclusão que se tira é que a Funai conseguiu apresentar uma quantidade extraordinária de irregularidades no mesmo processo de demarcação. Isso talvez movida por um desejo fora do comum de servir a uma causa nobre: a defesa dos índios, que é uma causa nobre, politicamente correta; defender a causa indígena é algo que todo mundo quer, que é defendido internacionalmente e nacionalmente por organismos diversos, governamentais e não-governamentais.

Então, talvez tenha sido essa vontade de servir a essa causa nobre.

Na verdade, algum deslize, algum erro, quem foi administrador público sabe disso, em propriedades administrativas, existem, principalmente, quando se tem pressa. Mas a Funai levou 30 anos para demarcar essa terra. Que pressa era essa? E, em três dias, foi feito esse decreto. É muito difícil justificar isso.

A posição aí é a seguinte: mesmo que um dos itens apresentados não fosse tão devastador como é, a própria existência de uma coleção tão ampla já era suficiente para se questionar isso. Essa foi a conclusão da comissão de peritos. Aí é aquela comparação que eu estava fazendo – Mapaé e Cedro, distantes 180km uma da outra. A religião de uma é protestante; a outra, católica. A atividade produtiva – uma faz agropecuária direta...

Todos os itens possíveis...

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Creio que está havendo algum problema. Eu acho que é justamente nessa parte aí.

Em relação a todos os itens, qualquer comparação que se faça, antropológica, leva a entender que essas duas comunidades não têm praticamente nada em comum, a não ser o fato de serem índios. Mas decidimos – quer dizer, nós como sociedade – que Mapaé e Cedro devem ficar no mesmo conjunto.

Agora, quando olhamos aquelas duas vizinhas, uma na Raposa Serra do Sol e o outro em São Marcos, as duas têm a mesma etnia, a mesma língua, a mesma cultura, os mesmos costumes, tudo exatamente igual.

A pergunta que se faz é a seguinte: onde está a racionalidade de se colocar juntos dois grupos de indivíduos tão díspares um do outro, na continuidade da Raposa Serra do Sol e colocar duas entidades tão próximas, como aquelas duas, e tão identificadas, separadas.

Então, realmente, não há nenhuma racionalidade para que se justifique a mesma análise, por mais técnica que seja, que faça coisas tão contraditórias.

Na verdade, contra-argumento com o seguinte: na verdade, se nossa sociedade, se o Senado brasileiro, se a Câmara de Deputados, se a nossa sociedade decide que duas coisas tão distantes daquelas têm que estar juntas, então é coerente, é lógico, é racional que ela vá levar esse raciocínio para outros lugares. Daí a posição de que devemos ter não só Raposa Serra do Sol; devemos emendá-la também com a San Marco. Portanto, a reserva indígena tinha que ser denominada San Marco-Raposa Serra do Sol. Mas na hora que eu fizer isso, existem duas outras que estão mostradas aí, Jabuti e uma outra, que são encostadas na San Marco. Então, não tem sentido. E também a Macuxi da mesma etnia. Não há nenhum argumento que não os coloque junto também.

Então, a terra indígena vai ser: San Marco, Raposa Serra do Sol, Jabuti, Ananás etc. E aí eu vou colocando uma outra vizinha, exatamente a mesma coisa. Por que não colocar? E aí se vai colocando todas aquelas terras indígenas que foram demarcadas no passado e que são várias ilhas em torno de Boa Vista. Manda a lógica e a racionalidade que todas elas sejam integradas e aí você tem e acho que é a parte principal de nossa palestra, este mapa que fica muito interessante: Boa Vista rodeada de setas de todos os lados, onde, realmente, não tem a mínima condição de se colocar Boa Vista fora desta área. Isso se usar a racionalidade de que devemos juntar duas coisas tão distantes daquelas. Portanto, alguma coisa está errada.

A minha proposta particular é que algo tão sério como uma demarcação de terra indígena deveria estar sujeito a uma apreciação desta Casa. Por quê? Porque a nossa sociedade acha que, por exemplo, tomar conta de uma rádio ou de uma televisão é algo importante socialmente, e é. Ela exige que o Governo faça isso administrativamente, mas também exige que seja mandado depois para o Senado dar o parecer.

Como é que nós damos uma concessão pública de uma rádio, de uma televisão? Precisa passar no Senado e algo talvez mais sério socialmente, porque envolve o futuro de um Estado e de várias pessoas, como é que a mesma sociedade que decide isso não decide colocar esse assunto também passando pelo Senado?

Na verdade, a minha proposta é que passe pelo Senado tudo isso e uma revisão integral de tudo o que foi feito, porque, pelo que eu andei vendo na Funai, pelos processos a que tive acesso... Primeiro, quero dizer por que. Não sou mais inteligente ou menos inteligente do que ninguém que mexeu nisso. A única diferença

nossa, do nosso grupo que fez essa análise, é que tivemos acesso a mais documentos do que qualquer outra pessoa. Quando o juiz federal pediu à Funai o processo, ele mandou o processo, mas um processo limpo, enxuto, sem uma série de coisas. Quando o Senado pediu à Funai, ela mandou um processo de umas duzentas páginas mais ou menos. Quando a Câmara pediu, mandou isso.

Então, eu, morando aqui em Brasília também, vim à Funai e procurei ver as coisas e me disseram que eu não teria acesso àqueles documentos que eram sigilosos. Tudo bem! Voltei para lá e comuniquei ao juiz federal, porque, infelizmente, a gente não manda nada. Ele mandou uma carta de apresentação, dizendo que todos os dirigentes de órgãos do Governo brasileiro deveriam apresentar todos os documentos, sob pena de crime de desobediência. Foi então que tive acesso a toda uma papelada e tiramos doze mil cópias xerox.

É uma quantidade extraordinária. É isso que me dá a confiança de vir ao Senado expor o seguinte: pelo que eu vi, pelo que eu pude fazer, existem muitas impropriedades. Isso é o mínimo que se pode dizer. Existem muitas impropriedades não só nessa demarcação como em outras demarcações, porque você pode argumentar antropológicamente, você pode ser técnico, cientista, político, o diabo que você queira ser. Você não pode é ir contra a racionalidade humana, a lógica, porque antropologia não é necessariamente maluca, não necessariamente vai contra a lógica.

Então, a nossa proposta é que se coloque um pouco de racionalidade. Na verdade, eu iria até a frente, eu concluiria as minhas palavras sugerindo que fosse criado no Senado ou na Câmara ou em ambos uma comissão de peritos, composta de economistas... É muito difícil, pois são seis dígitos... Essa comissão seria formada por um economista, um antropólogo, um estatístico. Quem sabe a quantidade de indígenas que há na região? Quem conta isso? Cadê o IBGE? Ele está fazendo essas contas? Na minha cabeça, não. A quantidade de índios alegada na região é a mais diversa possível. Nós deveríamos formar uma comissão com pessoas especializadas em várias áreas do conhecimento humano, a fim de que se pudesse fazer um estudo a respeito. Esse estudo, de acordo com a proposta que fiz no parecer técnico, deveria ser baseado, por exemplo, em **clusters**, análises. Esse é um procedimento lógico, de estatística, um procedimento espetacular. Esse procedimento é usado pelos geólogos e estatísticos para se fazer mapas. Trata-se de juntar coisas e entes de acordo com várias particularidades. Como é que eu vou fazer esta **cluster**? É um grupamento. Eu tenho 180 pessoas e defino uma distância entre

elas, distância no sentido lato. É uma distância não só física, como aquela de 180 quilômetros, mas também antropológica, social, uma distância em que se pode colocar a mesma língua, a mesma cultura, etc.

Definida essa distância, a sociedade brasileira deve definir qual o grau de tolerância que temos para juntar coisas dizendo que são idênticas ou semelhantes.

Definido isso pela sociedade, aí o problema será técnico e o computador resolve. Simplesmente colocando entes semelhantes junto com entes no mesmo **cluster** e garantindo que entes diversos fiquem diferentes, mais distantes do que a sociedade deseja, fiquem em **clusters** separados. Em outras palavras, cedro e Mapaé se você põe dentro de um mesmo **cluster**, é obrigado a incorporar também Boa Vista, usando esse critério técnico.

Essa transparência mostra todas as comunidades indígenas. Nós somos escravos da tecnologia e quando ela não ajuda...

Essas são as terras indígenas demarcadas no Estado de Roraima. Vêm-se a linha do Equador, os lanomâmis, aquela vermelha e aquelas terras indígenas lá embaixo, que já foram demarcadas. Ali está Boa Vista. Ali, a Raposa Serra do Sol. Lembra-se de Mapaé e Cedro, à distância de 180 quilômetros, com diferenças culturais bastante demarcadas.

Limão e Chiriqui são vizinhas. Uma está na Serra do Sol e a outra está em San Marco, que é essa vizinha vermelha. Se se juntar San Marco com Raposa Serra do Sol, não há porque não juntar Jabuti e Ponta da Serra. Então, vai ser Jabuti e Ponta da Serra e San Marco e Raposa Serra do Sol.

Vemos também Santa Inês, que é vizinha. Por que não se junta também? Tem de juntar. Se junto 180 quilômetros, por que não junto?

Araçá é vizinha, bem perto da Ponta da Serra. Serra da Moça também é vizinha. Tem de juntar, não tem por que ficar separado. Não há nenhuma lógica que mostre que tem que ficar separado. Então, vamos juntar. Também temos que juntar Ananás.

Na hora em que começamos a fazer isso, vemos que Boa Vista desaparece, porque todas aquelas têm muito mais similaridade antropológica. É mais lógico juntar essas pequenas ilhas do que juntar Mapaé com Cedro. Mapaé está muito mais distante de Cedro, antropológicamente falando, do que as outras áreas.

Isso dá uma visão completa da situação de Roraima. Agora mesmo, a própria Funai está aumentando algumas dessas reservas indígenas, fazendo outra demarcação.

É preciso que a sociedade brasileira pense. Se vai juntar, ótimo, vamos juntar; mas criamos um país indí-

gena em Roraima e aproveitamos Boa Vista, que já fica como capital. É só colocar para fora alguns Senadores de lá. Desculpem a piada, é uma brincadeira.

Bem, pessoal, gostaria, Sr^{as} e Srs. Senadores, de agradecer esta oportunidade. Lamento muito a falha técnica do computador, mas eram basicamente esses pontos que queríamos colocar em evidência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Agradecendo ao Professor Hamilton a brilhante exposição, abro a discussão para que os Senadores que desejem façam perguntas para esclarecer melhor o assunto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Professor Gondim, nesses processos que o senhor olhou, alguma vez viu algum parecer do Estado ou de algum produtor?

O SR. HAMILTON GONDIM – Do Estado tem. Inclusive, o Otomar, o então governador Otomar, compareceu ao Ministério da Justiça encaminhando um parecer antropológico alternativo e uma proposta alternativa a isso. Isso rodou em todo o Governo, na AGU, em todas as instâncias, e todas diziam que compete à Funai fazer o laudo antropológico. Foi tudo para a Funai, que respondeu a isso dizendo que o laudo do Governo era um laudo sem embasamento técnico, que era um laudo que se reduziu a algo realmente não confiável. Inclusive, fez comentários sobre o antropólogo que assinou o laudo, que ele não fazia parte da Associação Nacional dos Antropólogos, etc. Então, foi questionado isso e considerado que esse laudo, a posição do Governo do Estado não era embasada em argumentos e desconhecia a legislação vigente. Não era baseada na legislação vigente e era uma peça não confiável.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – No laudo antropológico eles fazem alguma referência às vidas do Mutum, Socó, Água Fria e Pereira?

O SR. HAMILTON GONDIM – Fazem, fazem referências inclusive pejorativas. E, de uma forma muito feia, chamam de corruptelas e chama... escrevem os nomes errados.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – O dela é prostíbulo?

O SR. HAMILTON GONDIM – É.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Linguagem de garimpeiro. Ouvi de todas as famílias que existem lá.

O SR. HAMILTON GONDIM – Então, só se referem a esses agentes sociais na qualidade de invasores, quer dizer, já parte de uma pré-concepção.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – São tão invasores quanto o pessoal de São Paulo e Brasília que aqui chegaram, os primeiros que chegaram

lá faz duzentos e poucos anos dentro do espírito de garantir as fronteiras do Brasil, o tamanho do Brasil. Se for usar essa terminologia, temos que chamar os paulistas de invasores, nós aqui de Brasília, todos somos invasores.

Então, citaram, porque eu acho que de San Marcos esqueceram de citar a vida de Pacaraima, não é? Porque depois que... existem duas mil casas lá em Pacaraima, estão colocando todos para fora de lá também.

O SR. HAMILTON GONDIM – É, eles não falam, apenas citaram esses conglomerados urbanos, mas não há nenhum comentário antropológico, social ou econômico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Nesses conglomerados eles não falam se há escolas, unidades de saúde?

O SR. HAMILTON GONDIM – Não falaram nada disso, para dar a impressão de que não há gente lá mesmo, que é só um prostíbulo mesmo de garimpo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Exatamente. Porque há escolas de primeiro e segundo grau, quadras de esporte, luz elétrica, postos de saúde, alguns têm hospitais; lá em Surum há hospital, que é da Igreja, mas há hospital que foi feito com recurso da comunidade. Depois é que dividiram, que o hospital era da Igreja, mas existe hospital também.

Infelizmente, o meu Estado tem sido vítima de mentiras sobre mentiras feitas pela Funai; antropólogos vão lá e não respeitam as pessoas, chamam todos de grileiros. Grileiros por quê? Eles já estão na terceira geração em cima da terra, tentam regularizá-la e não conseguem porque o Estado, a Nação, o Governo Federal não criam condições, impedem até que regularizem. Direito de usucapião não existe. Quer dizer, realmente na Constituição houve uma falha muito grande, mas a palavra “habitar” está no presente, e lá em Roraima isso não tem sido considerado.

O senhor falou sobre a multiplicação das aldeias, que foi feita propositadamente. Existem aldeias que possuem duas casas. Existem aldeias que têm Caraparu 1, 2, 3 e 4, que eles iam separando para poder dominar. Até a própria Raposa, a tradicional, a mais antiga, existe a Raposa 1 e a 2, porque quem não concordava com a forma como o Cimi queria, eles dividiam e faziam outra aldeia. E dizem que não querem luz elétrica, não querem água enganada e tudo. Propuseram até que os indígenas voltassem a andar nus, coisa que não foi aceita porque já estão lá há quase 200 anos num processo de miscigenação. Estão na universidade. Existem mais de 120 indígenas na universidade lá em Roraima. E alguns já estão formados. Eles querem luz elétrica, a maioria quer luz elétrica.

Infelizmente, quem tinha mais voz era o Cimi, por isso se fez dessa forma.

Mas o Presidente Lula sabia que lá era dessa forma. Ele assinou influenciado por esses ungueiros que estão em volta dele, que ajudaram ou, como o nosso Senador Gilberto Mestrinho fala, alguns ministérios que parecem sucursais de ONGs. E parecem mesmo. Toda a vez que se lê sobre o Ministério do Meio Ambiente, há a opinião do WWF. Eu não sei se há algum membro do WWF dentro do Ministério também com uma função.

Acredito muito na Justiça, porque ela é lenta, mas chega. As pessoas que foram retiradas das áreas indígenas demarcadas no meu Estado... Como vimos ali, são 35 áreas indígenas demarcadas. Desafio os Governos. A culpa não é só do Lula, não, é dos outros Governos. Houve Governo que designou área na qual o cidadão deveria ser reassentado, mil hectares, quatrocentos, quinhentos hectares, e até hoje não foram reassentados. Ninguém foi assentado. Os que receberam indenização receberam-na pela metade, um terço, um quarto, um quinto do valor do bem. Existem muitos que já saíram da sua área há 10, 15, 20 anos e estão esperando a indenização.

Quando entra na Justiça para pedir indenização, vai lá a Funai e avalia os bens, mas uma casa que está, há 15 anos, sem entrar gente dentro não vale mais nada. Então é uma injustiça que deve ser corrigida.

Espero ainda, já que o Presidente Lula não vai fazer justiça com o povo de Roraima, que haja um presidente que faça justiça, que indenize justamente as pessoas, que reassente as pessoas que foram tiradas dos seus lares, onde já estavam há duas, três gerações.

Quero ver como é que vão fazer com esses seiscentos que ainda estão no Mutum, Socó, Água Fria e Vila Pereira, que estão prometendo tirar de lá também. É mais uma injustiça que vai ser feita, fora os seis mil empregos que vão acabar no meu Estado, diretos e indiretos, ligados à cultura do arroz irrigado, principal atividade econômica do Estado.

O meu Estado tem 100% do seu PIB, sendo 80% de recursos do Governo Federal; 11%, do arroz irrigado e 9% vêm das outras atividades. Se acabar com essa atividade, eles estão querendo colocar a gente para fora da nossa terra, mas não vamos sair de lá. Optamos por viver em Roraima. Nascemos em Roraima, nossos filhos nasceram lá também. Somos de Roraima e ninguém vai nos tirar de lá. Vamos vencer, lutar e resistir, por meio da lei, para ninguém tirar a gente da nossa terra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Senador Wirlande da Luz, com a palavra.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Professor Hamilton Gondim, tinha assistido, na sessão da Câmara, a essa sua explanação. Na ocasião, não tive oportunidade de falar, até porque tive que sair antes.

O meu acompanhamento a respeito de Raposa Serra do Sol era um acompanhamento por meio de jornais, conversas com deputados, senadores, mas nunca me aprofundei na questão, até porque era uma região que, parte dela, ainda não conhecia. Ao fazer parte desta Comissão, fui **in loco**, juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Augusto Botelho, conversar com aquelas comunidades.

Não somos nós, os brancos, os não-índios que não querem a demarcação daquela maneira. São os índios que não querem. Os índios têm entendimento de que aquela demarcação é feita de maneira errada. Aquela demarcação não melhora a qualidade; pelo contrário, piora.

Tive acesso ao relatório anterior feito numa outra Comissão, de que o Senador Mozarildo participou e o Senador Augusto também. O relatório é primoroso na questão que realmente define o que os índios e as comunidades querem, que seria uma demarcação em ilhas.

Mas fiquei impressionado de ver a sua explanação aqui, porque há coisas gravíssimas a respeito do que foi exposto. Essa conclusão a que se chegou aqui a respeito de pessoas que participaram, assinaram o relatório... Parece-me que há outras pessoas que assinaram que não têm nenhum nível técnico para assinar. Assinaram motoristas, agentes administrativos que sequer estiveram no local e, muito menos, têm nível de conhecimento para assinar tal relatório antropológico. E antropólogos que nunca colocaram os pés em Roraima estavam na Comissão. E há pessoas que estiveram lá participando de um outro relatório, que não estavam nesse relatório final.

São coisas que, realmente, deixam-nos entristecidos e de uma maneira a pensar em como esse relatório é concluído dessa maneira. Não sei qual é o período em que se teve acesso, juntamente com outras pessoas, a esses documentos, mas nunca ouvi falar que essas coisas encontradas nesse relatório, nesse acesso por determinação judicial, tenham sido estampadas nos jornais de circulação nacional; que tenham sido abordadas essas questões – perdoe-me o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está aqui há mais tempo que eu – na tribuna do Senado Federal; se foi colocado esse engodo na tribuna da Câmara dos Deputados. E, se isso foi colocado, chegou, sim, ao conhecimento do Presidente da República e também de seus ministros. Sim, se foi colocado, isso chegou, sim, foi colocado em nível nacional. Eu, realmente,

desconhecia isso, até porque nunca li em nenhuma revista de circulação nacional ou jornal dos grandes Estados a respeito dessa situação que foi encontrada pelo Professor Gondim.

Então, realmente, da forma como foi apresentada é uma coisa de estarrecer. E parece-me que apenas um dos antropólogos, ou uma antropóloga, que assinaram esteve na região. Os outros – parece-me que oito pessoas assinaram – nunca estiveram na região. E os que lá estiveram, não estiveram lá no momento da feitura do relatório.

Senador Mozarildo Cavalcanti e Professor Hamilton, realmente é de estarrecer.

Tomei conhecimento disso agora, no momento da explanação. Inclusive, até quando participei da reunião da Comissão, eu não tinha a mínima noção de que já se tinha conhecimento a respeito desse relatório, um falso relatório, que não dá fundamentação a Governo nenhum para se decidir sobre uma demarcação como essa, que não atende a maior parte da população indígena, até porque os índios que lá estão dizem “Nós somos brasileiros. Portanto, queremos ser respeitados como brasileiros.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Está com a palavra o Sr. Hamilton Gondim.

O SR. HAMILTON GONDIM – Senador Wirlande, a minha posição é muito incômoda porque faz um ano e dois meses que concluímos esse relatório. Não me compete, como Perito da Justiça Federal, procurar os órgãos de imprensa nem ficar divulgando um relatório que me foi encomendado tecnicamente. Não sou filho de Roraima, apesar de ter uma vinculação muito grande com o Estado de Roraima.

Na Câmara dos Deputados, perguntaram-me qual era a minha motivação de fazer isso, se eu tinha alguma terra. Lembrei-me de que fui prefeito da capital, inclusive por indicação do Senador Mozarildo, naquela época em que Boa Vista englobava Pacaraima e outras comunidades dessa área. Na época, eu fazia muitos decretos doando terras, assim: em Pacaraima, eu doava pra quem quisesse ir pra lá porque eu queria povoar aquela área. A única condição imposta era que, dentro de certo período de tempo, fizesse uma casa e fosse, realmente, residir lá.

Perguntaram-me se eu tinha terras por lá. Eu respondi – “Mas, rapaz, eu me esqueci de tirar terras para a minha família e para mim. Hoje posso dizer que não tenho um palmo de terras no Estado. Portanto, não estou defendendo interesse próprio. Não tenho a mínima vinculação com nenhum proprietário de terra, com absolutamente ninguém. Então, não me move nada que não seja a busca de algo mais sério.”

Sou um cidadão brasileiro. Fico estarelecido de ver o meu País baixar um decreto, pelo Presidente da República, com base nesse tipo de informação errada. Não quero nem saber da Raposa Serra do Sol, não quero saber de problema indígena, não quero saber de nada. É que, se o meu País faz isso com uma questão tão séria dessa, começo a duvidar de outras coisas que possam acontecer em outras áreas.

O senhor tem toda a razão. Lamento muito, mas não quero aparecer, não procurei aparecer. Só fui à Câmara dos Deputados e agora venho ao Senado porque fui convocado, praticamente. E a minha resposta é sempre a seguinte: vou para qualquer lugar que me chamem, desde que seja uma posição que eu vá esclarecer. Agora, não vou procurar a imprensa; tenho procurado evitá-la. Inclusive, muitos jornais estão ligando para mim, e simplesmente digo que não estou disponível. Procurem os Parlamentares de Roraima que eles têm as informações.

Portanto, na verdade, a minha posição é muito delicada porque não quero tomar partido, não quero defender o que está certo ou errado agora. É inconcebível que haja um ato do meu Governo com base em meias verdades, para não dizer outros nomes.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Não há meias verdades, só há inverdades, só inverdades; não existem meias verdades aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Bom, antes de encerrar a reunião, até para esclarecer ao Senador Amir Lando, todas essas questões foram abordadas, até exaustivamente, na tribuna do Senado e na tribuna da Câmara também. No nosso próprio relatório da Comissão Temporária Externa anterior, fizemos menção a essa questão. Então, verdadeiramente, todas as autoridades do País, inclusive o Presidente da República, conheciam esses detalhes que hoje foram apresentados aqui na Comissão.

Então, fiz questão – conversamos e deliberamos sobre isso – de convidar o Professor Hamilton justamente para mostrar, dentro de um contexto atualizado, como esse decreto realmente se baseou em premissas falsas. Não chamamos o Professor Hamilton na época da primeira Comissão porque não havia sido concluída a parte, digamos, judicial, os autos estavam conclusos para o juiz. Portanto, não tínhamos como fazer com que esse relatório viesse à tona antes de o juiz concluir o exame dos autos.

Penso agora que essa explanação é muito importante. Vamos requerer que consigamos justamente essa perícia, esse documento resultante da perícia dos peritos designados pela Justiça Federal de Roraima. Isso, com certeza, vai nos orientar na medida legislativa que devamos tomar, se vai ser um decreto legislativo,

se vai ser, enfim, qualquer outra medida em que deva, digamos assim, ser recolocar essa questão dentro do que é justo, do que é de direito, e principalmente no rumo que seja bom para todos.

Aliás, essa foi a promessa que o Presidente Lula fez ao Governador atual. E toda a bancada de Senadores e Deputados queria encontrar uma saída que fosse justa e igual para todos, quer dizer, que atendesse o lado que quer a demarcação dessa forma porque há confusão proposital na mídia que diz assim: O CIR – Conselho Indígena de Roraima, e o Cimi, Conselho Indígena Missionário, defendem a demarcação em área contínua e que os outros defendem em demarcação não contínua. Não é verdade. Tanto um quanto outro defendem área contínua. O que defendemos é uma demarcação em área contínua que não seja excludente porque essa demarcação que foi feita é excludente, ela quer excluir da área todo mundo que não for índio. E quem vai definir quem é índio? Se for pedir o DNA daquele pessoal que mora ali, vai ser difícil encontrar alguém que não tenha participação de sangue indígena. Muito difícil, porque são miscigenados há décadas. Existem pessoas lá, inclusive talvez a indígena mais velha daquela região seja casada com um branco, com um não-índio, que foram para lá no início daquele povoamento. E os próprios índios dali também, muitos deles, há algum tempo, estavam no Caribe, foram enxotados pelos espanhóis para cá.

Então, é preciso discutir essa questão muito amplamente. Agora o que urge, o que esta Comissão tem que fazer é não deixar que uma ação que, notadamente, é baseada em premissas falsas, prosperem e que causem danos, primeiramente, aos próprios índios que moram lá e que, majoritariamente, não querem essa forma excludente de demarcação e também aos não-indígenas, miscigenados ou não, que moram naquela região, em vilas ou em propriedades, como nós detectamos na nossa primeira Comissão, com títulos anteriores a 1934. Portanto, esses têm que ser excluídos. Também não vemos nenhum malefício na atividade, por exemplo, dos produtores de arroz que estão na franja da reserva, na beirada da reserva, não podendo, portanto, causar qualquer dano, se é que danos poderiam ser causados a índios que estão completamente integrados, normalmente, com a comunidade. Basta citar o Município de Normandia, um dos atingidos, cujo Prefeito é um índio, o Município de Uiramutã, cuja Prefeita é neta de índio e cujo Vice-Prefeito é um índio, e o Município de Pacaraima, cujo Vice-Prefeito é um indígena e vários Vereadores desses três municípios são indígenas. Então, há uma perfeita integração e esse decreto quer exatamente descrever essa história e fazer a exclusão de todo o mundo que não

seja indígena, não levando em conta que há indígena que não quer esse tipo de exclusão.

Então, quero agradecer a explanação do Professor Hamilton, que – é bom que se ressalte –, além de ter sido Prefeito da capital, foi reitor da Universidade Federal de Roraima. É um homem que teve um papel importante e conhece a história não por tê-la ouvido, mas por ter estado lá muito de perto. É um homem que tem a cabeça muito clara e voltada para o que é academicamente correto, porque, pelo que viu durante esse período em que trabalhou como perito, ele poderia ter sido muito mais contundente, porque, realmente, as coisas que vimos nesse relatório são de arrepiar.

Não havendo, então, quem queira se manifestar, dou por encerrada a presente reunião, reiterando os agradecimentos ao Professor Hamilton.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Penso que a maioria da população brasileira, principalmente a do Estado de Roraima, não conhece isso. E quero lhe dizer que, se o senhor tivesse separado um pedaço de terra para si, ela também não seria sua. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Então está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 13h14min.*)

Ata da 3ª Reunião, realizada em 06 de julho de 2005.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas e quarenta minutos, na sala quinze da Ala Alexandre Costa, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, “**Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima**”. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão. A Presidência faz um breve relato aos presentes a respeito da viagem da Comissão, realizada nos dias trinta de abril, primeiro e dois de maio de dois mil e cinco, detalhando o cumprimento missão inerente ao fato determinado da Comissão. No dia trinta de abril de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, os membros da Comissão, acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal mantiveram Audiências com o Dr. Otomar da Silva Pinto – Governador do Estado, no Palácio do Governo e às dezessete horas e trinta e cinco minutos,

horário local, com o General Studart – Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comandante. No dia primeiro de maio de dois mil e cinco, a Comitiva deslocou-se da Cidade de Boa Vista, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a bordo do Helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia, dirigindo-se às Comunidades Indígenas de Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumu retornando para a cidade de Boa Vista às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. O Senhor Presidente discorre sobre a impressão que os Senadores membros da Comissão tiveram com os sentimentos demonstrados, expressos pelos indígenas, não índios, mestiços, Representantes da Classe Produtora e de Entidades Indígenas e demais autoridades locais, a respeito da demarcação administrativa das terras indígenas Raposa e Serra do Sol. No dia dois de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, os membros da Comissão acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal, foram recebidos pelos Deputados Estaduais, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, estando presentes os Deputados – Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto, quando os membros da Comissão ouviram os parlamentares e discutiram de forma ampla a questão da demarcação administrativa das terras indígenas daquele Estado. Também no dia dois de maio do ano em curso, a Comitiva deslocou-se para a sede da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima, com início às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, a Audiência Pública mantida com os representantes dos setores produtivos e representantes de entidades indígenas, dentre eles – Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Aírton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON – Gilberto Macuxi, encerrando às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local. A Presidência esclarece que, nos dias três, quatro, cinco e seis de maio de dois mil e cinco, os membros da Comissão permaneceram no Estado de Roraima, quando mantiveram encontros com os

Presidentes das Câmaras de Vereadores, com Prefeitos de diversos Municípios inseridos na demarcação de terras indígenas, bem como Audiências mantidas líderes indígenas, no município de Pacaraima. Após, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim – Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal. O Presidente convida o expositor para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a sua explanação inicial. O expositor, esclarece de forma objetiva quais os tópicos que irá abordar no decorrer de sua exposição, procedendo a sua apresentação com o auxílio de Power Point. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho para os seus questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senador Wirlande da Luz que também fez perguntas ao convidado, Dr. Hamilton. O expositor emite o seu ponto de vista relativo à forma como foi confeccionado e produzido o Relatório a respeito do assunto ora abordado, por parte dos órgãos afeitos questão de demarcação de terras no Estado de Roraima. Ao final, a Presidência agradece a presença do Dr. Hamilton Gondim e ao mesmo tempo, esclarece que o Dr. Hamilton foi Reitor da Universidade de Roraima e Prefeito de Boa Vista. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que também cumprimentaram e agradeceram a presença do expositor. A Presidência agradece a presença de todos e por unanimidade e sem mais observações é aprovado o Relatório Final da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Havendo número regimental – aliás, com a presença de todos os membros da Comissão Especial Externa criada mediante o Requerimento nº 349, de 2005, do Senado Federal –, declaro aberta a presente sessão desta Comissão, criada com o fim de acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol, localizada nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima.

Tendo sido distribuída a Ata da reunião anterior aos membros da Comissão, submeto-a à aprovação das Sras e dos Srs. Senadores.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que esta reunião se destina à leitura e à aprovação do relatório final da Comissão.

Para tanto, portanto, começo concedendo a palavra ao ilustre Relator, Senador Augusto Botelho.

O SR. RELATOR (Augusto Botelho. PDT-RR) – O relatório já é do conhecimento de todos nós, membros da Comissão. Passo, então, a fazer um resumo do Relatório porque teremos votação, agora, às 18 horas.

A Comissão temporária, externa, Raposa-Serra do Sol foi criada a partir do Requerimento nº 349, de 2005, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, cujos termos, resumindo, são os seguintes: “... destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do Processo de Demarcação Administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol”.

A Comissão foi realizada no dia 27 de abril e foi eleito Presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti e me designou como Relator. A diligência se destinava, principalmente, a avaliar os impactos da demarcação sobre a população diretamente afetada, levar as reivindicações das comunidades às autoridades federais competentes, desestimular qualquer ato de violência, sobretudo em face da situação envolvendo os policiais federais que estavam reféns na comunidade de Flexal. Na noite em que chegamos lá, os policiais tinham sido liberados pela comunidade de Flexal, e fizemos visita a todas as vilas que serão expulsas de lá, fizemos visita à sede do município e às comunidades de Flexal e de Contão, que são duas comunidades que existem na região.

Eu vou fazer uma rápida leitura sobre as considerações dos acontecimentos e vou bater principalmente em um ponto que eu acho que é muito justo com o nosso Estado e injusto com as populações que estão lá.

Como um resultado tortuoso – o desentendimento no plano administrativo e judicial em torno da Portaria 820 –, as inúmeras ações impetradas foram reunidas sob a competência do Supremo Tribunal Federal, o que paralisou o processo de demarcação. Posteriormente, lançando mão de uma questionável manobra jurídica, o Executivo, no dia 13 de abril de 2005, editou a Portaria nº 534, só promulgada no **Diário Oficial da União** no dia 15 – só publicada no dia 15 de abril – que, em tese, substituiu a Portaria nº 820, para induzir de objeto das ações impetradas. Em inusitada velocidade, o STF, no dia 14 de abril, declara perdas supervenientes de objeto das ações contestatórias de demarcação, ignorando que a Portaria, mesmo que ti-

vesse sido publicada, se escorava nos mesmos pressupostos fatos ilegais da Portaria anterior, inclusive, a ela fazendo expressa remissão.

Considerando os atos praticados e com fundamento na Portaria MJ 820, de 11 de dezembro de 1998, são vários e devem ser aproveitados.”

Aí, descreveu todo o processo. Nós, inclusive, sabemos que há várias irregularidades na elaboração do laudo antropológico, que a Comissão designada para fazer o acompanhamento não existiu, não funcionou, que os representantes do Estado foram designados pelo Governo da época, Sr. Robério Araújo, em Ibe-rê – foram três designados, mas só o Robério Araújo participou da Comissão – e um fazendeiro, pecuarista, cujo nome não temos. E realmente a Funai colocou motorista, técnico agrícola, técnico de estrada para representar o Estado, e a comunidade indígena não teve representação, só do CIR, os dez indígenas da comissão eram só de uma facção. As outras organizações – a Sodiur, a Alidici e a Aricon – e os outros indígenas que não eram contrários à demarcação não tiveram representação. Fora o fato de que várias pessoas da comissão nunca foram nem em Roraima.

É eivado de irregularidades o processo de demarcação da Portaria 820, que foram endossadas por essa portaria recente do Ministério da Justiça.

O nosso relatório conclui fazendo as seguintes recomendações –

Após tomar o depoimento em todas as vilas afetadas pela demarcação Raposa-Serra do Sol e em malocas indígenas descontentes com o ato homologatório e em Boa Vista, esta Comissão elegeu como prioritárias as seguintes recomendações (estão elencadas aqui as recomendações da Comissão) –

Reforçar as recomendações da Comissão Temporária Externa sobre demarcação das terras indígenas, criada pelo Requerimento 529, de 2003, no que diz respeito à reserva Raposa-Serra do Sol;

Apoiar o Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que susta o Decreto do Presidente da República de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol no Estado de Roraima.

Dentre as recomendações da Comissão do Senado estão, principalmente, preservar as vilas e a sede do município e suas áreas de expansão, preservar as estradas, as redes elétricas, preservar as áreas produtivas de interesse econômico para o Estado, especificamente as áreas produtivas de arroz, que são responsáveis pela principal atividade econômica do Estado de Roraima, que é a cultura do arroz irrigado.

Então, é esse o relatório.

Gostaria de ouvir a opinião dos demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Wirlande para suas considerações.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu já tive acesso ontem ao conteúdo do relatório e de fato o relatório reflete exatamente aquilo que foi visto dentro da área da Raposa-Serra do Sol e, como foi colocado agora pelo Sr. Relator, a questão do relatório elaborado ... aqueles questionamentos que o Prof. Hamilton Gondim elaborou, que infelizmente aquilo é uma tristeza e saber que aquilo culminou exatamente ao contrário... ele foi buscar exatamente o que não aconteceu e que culminou com aquela Portaria 820.

Mas, eu quero parabenizar o Sr. Relator. Eu acho que o conteúdo do relatório realmente expressa fielmente aquilo que foi visto e expressa fielmente principalmente a vontade das comunidades que moram naquela região e que não querem que a demarcação seja feita daquela maneira que foi feita. Quero parabenizar o Sr. Relator pelo excelente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu gostaria também de fazer como Presidente e membro da comissão algumas considerações. Primeiro, eu quero deixar bem claro que na verdade essa comissão é o desdobramento de uma comissão anterior, uma comissão que antecedeu o decreto do Presidente e que nós queríamos justamente, aqui no Senado, colaborar para que o Presidente tivesse não só um viés, não só um tipo de informação, mas tivesse todas as informações possíveis.

Então, criamos uma comissão externa temporária, aquela também presidida por mim, mas cujo relator era o Senador Delcídio Amaral, que hoje é Líder do Governo. Faziam parte dela também o Senador Jefferson Péres, o Senador Augusto Botelho e àquela altura o Senador Romero Jucá.

Fomos a Roraima, andamos em todas as comunidades indígenas, ouvimos e convidamos todos os agentes envolvidos para serem ouvidos. Só não compareceu quem não quis. Nós tivemos várias audiências. Depois, a nossa consultoria se debruçou sobre todos os elementos que tinham de documentação, de informações, e elaboramos um relatório circunstanciado, que atendia plenamente às aspirações de todas as pessoas que moram naquela reserva – os índios primeiramente que, majoritariamente, nunca quiseram essa demarcação que foi feita, e também os índios que queriam essa demarcação, além deles, aquelas pessoas que moram nessas vilas citadas pelo Relator, que são as Vila do Mutum, do Socó, da Água Fria, Vila Pereira,

também conhecida como Vila do Surumum, que, na verdade, são habitadas por índios, por não índios, por miscigenados, por descendentes de índios e também os produtores que estão naquela região.

Os produtores, principalmente os da área da pecuária, a maioria deles já saiu de lá dado há tempo, quer dizer, são três décadas que essa questão vem se arrastando e se arrastando de maneira maliciosa, como foi deixado bem claro aqui, porque a Funai conduziu realmente de maneira fraudulenta esse processo – e dissemos isso no nosso relatório.

Infelizmente, embora estivesse no Supremo a questão para ser examinada, já com duas liminares sustentando qualquer ato que o Presidente pudesse praticar para homologar aquela área sem examinar o mérito da questão, porque, no mérito, estavam levantados aquilo que o Relator falou: uma série de vícios insanáveis e principalmente o não-atendimento às aspirações da população que mora ali, prioritariamente os índios... São seis etnias diferentes, etnias que se dividem até do ponto de vista religioso, que pensam completamente diferente. Na sua maioria, temos nos três Municípios envolvidos um Prefeito, o Prefeito de Normandia é índio; o Município de Uiramutã, que é o mais atingido, está no miolo da reserva, a Prefeita é uma neta de índio, e o Vice é índio; em Pacaraima, o Vice-Prefeito é um índio, e diria que quase a maioria dos Vereadores desses três Municípios também ou são índios, ou são descendentes, miscigenados de índios.

Na verdade, é uma realidade que se jogou para a mídia nacional que não corresponde à realidade de fato. Ali não há índios que devam ser isolados da sociedade envolvente, a dita sociedade não-índia. Ali existe uma integração completa, feita por eles mesmos ao longo de séculos. Vimos, por exemplo, na Vila do Mutum, uma coisa absurda – os moradores estão lá, porque era uma área pretendida, impedidos de explorar o diamante no rio que separa o Brasil da Guiana. Então, o que fazem os moradores daquela vila? Atravessam o rio e vão para a Guiana, porque lá é permitido explorar o diamante. Então, eles tiram o diamante, que é brasileiro, porque não está separado o meio do rio, que é a linha divisória, eles metem a draga, puxam o diamante do Brasil, vendem para a Guiana, a Guiana legalmente os paga, recolhe imposto, e eles estão morando no Brasil e fazendo de conta que trabalham na Guiana. O Brasil, que atravessa uma série de dificuldade, fica fazendo esse tipo de figuração para a dita comunidade internacional.

Pois bem, apesar de tudo isso, o Presidente demarcou a terra, como foi dito também no relatório, induzido por uma decisão do Supremo – aliás, o Supremo foi induzido por uma informação do Ministro da

Justiça, que editou uma portaria. Não tendo sido publicada, informou ao Relator na hora da decisão se era competência do Supremo ou não analisar a questão. Quer dizer, a questão é apenas de analisar a competência, e ele informou ao Relator que tinha editado uma nova portaria que anulava a anterior. Portanto, todas as ações que estavam lá ajuizadas perdiam objeto. Com isso, o Supremo acolheu o parecer do Relator, e, no dia seguinte, o Ministro publicou a portaria, e o Presidente assinou o decreto numa rapidez nunca vista.

Lamentavelmente, prefiro dizer que tanto o Supremo, ou pelo menos o Relator, quanto o Presidente da República foram induzidos a erro pela posição do Ministro da Justiça. Em nosso relatório, depois de termos percorrido com esta nova Comissão toda a área e ouvido das pessoas que estavam lá se estavam satisfeitas – porque aqui havia um setor do Governo que dizia que, demarcada a área, tudo iria se acomodar, não haveria problema e todos iriam aceitar, o que não é verdade –, constatamos que é exatamente o contrário. E se não está havendo conflitos maiores é porque ainda há a expectativa de que da decisão desta Comissão e das ações que voltamos a impetrar no Supremo se possa reverter a situação esdrúxula que foi criada com esse decreto.

Agradeço à nossa Consultoria Legislativa, que, tanto na primeira quanto na segunda Comissão, nos acompanhou. Já estamos na segunda, e estão cuidando dela.

Agradeço também ao Dr. Tarciso, que participou das duas, assim como o Dr. Fabiano. Quero fazer uma referência especial à Dr^a Dulcília Francisca Ramos Calhau, que foi nossa secretária da Comissão anterior e também foi secretária desta Comissão. Ela andou conosco nas comunidades indígenas, viu de perto todos os depoimentos e se dedicou de maneira muito proficiente e competente. Quero fazer esse registro e agradecer também ao Dr. José Augusto Panisset Santana, que está secretariando esta última reunião, e dizer que esperamos que recomendações apresentadas aqui sejam colocadas no Relatório do Senador Augusto Botelho. São basicamente dois: a questão do decreto legislativo e a acolhida das recomendações da Comissão Externa anterior.

Creio que concluímos o nosso dever, o nosso trabalho. Aliás, acredito que nós, Senadores do Estado de Roraima, fizemos o dever de ir lá de novo constatar a situação e mostrá-la. Agora vamos apresentar esse novo relatório à Presidência do Senado, já que fomos designados para compor esta Comissão Externa, e

procurar implementar essas duas ações, que, se implementadas, resolverão o problema.

Quero deixar muito claro também que a nossa defesa é a defesa de que há solução para convivência de todos os agentes envolvidos, tanto os que pensam de um jeito como os que pensam do outro. É possível, por exemplo, manter a área produtiva de arroz que fica na borda da reserva, quero dizer, que fica na beirada da reserva. Portanto, essa área não complica em nada nenhuma das comunidades indígenas.

Inclusive, quero deixar registrado que é preciso que os órgãos federais de inteligência e de segurança, como é o caso da Polícia Federal, devem estar

atentos porque existem informações seguras de que as ações visando criar conflitos artificiais estão sendo mantidas lá principalmente pelos membros do Conselho Indígena de Roraima. Quero deixar isso formalmente registrado.

Obviamente, pela manifestação do Senador Wirlande da Luz e pelo voto do Relator, creio que é unanimidade nesta Comissão a aprovação do relatório. Portanto, se não há nenhuma observação a fazer, fica aprovado o relatório.

Declaro encerrada a reunião, agradecendo a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h59min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 658 PÁGINAS